



Seminário Interno PPgHS

Programa de Pós-graduação
em História Social

ANAIS

ISSN 2447-5947



UERJ



PPgHS

Programa de Pós-graduação em História Social
Rua Francisco Portela 1470 - Patroato
São Gonçalo - RJ | PPGHS

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.
(7. : 2019 : Rio de Janeiro)

Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social
[Recurso eletrônico] / coordenação - docentes: Daniela Buono Calainho,
Joana Bahia, Maria Letícia Corrêa, Sonia Wanderley; discentes: Agda Lima
Brito, Leandro Rosetti de Almeida, Marcelo Macedo de Almeida . – Rio de
Janeiro : FFP/ UERJ, 2019.

ISSN 2447-5947

1. História – Congressos. I. Calainho, Daniela Buono. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Monteiro CRB7/4924

ANAIS DO VII SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

11 a 13 de novembro de 2019

UERJ/FFP

Anais do VII Seminário Interno do PPGHS

Programa de Pós-graduação em História Social

12 a 14 de novembro de 2018

UERJ / FFP

São Gonçalo

ISSN: 2447-5947

v.7 - 2019

VII Seminário Interno do PPGHS

Realização do Programa de Pós Graduação em História Social-PPGHS/FFP/UERJ

FICHA TÉCNICA

Rui Garcia Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Vice-reitora

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitora da Graduação - SR-1

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitor de Pós-graduação - SR-2

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitora de Extensão e Cultura - SR-3

Lincoln Tavares Silva

Diretor do Centro de Educação e Humanidades - CEH

Prof.^a Ana Maria de Almeida Santiago

Diretora da Faculdade de Formação de Professores - FFP

Prof.^a Mariza de Paula Assis

Vice-diretora da Faculdade de Formação de Professores - FFP

Profa. Dra. Helenice Rocha

Coordenadora do PPGHS

Prof. Dr. Gelsom Rozentino

Coordenador Adjunto do PPGHS

Comissão Organizadora do VII Seminário Interno

Docentes:

Prof^a Dr^a Daniela Bueno Calainho

Prof^a Dr^a Joana Bahia

Prof^a Dr^a Maria Letícia Corrêa

Prof^a Dr^a Sonia Wanderley

Discentes:

Agda Lima Brito - Doutoranda

Leandro Rosetti de Almeida - Doutorando

Marcelo Macedo de Almeida - Mestrando

* O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

Apresentação	12
MESA 1 – História e Território	13
Abbul Mahmebb Said - José Carlos da Silva (Doutorado) - As Geograficidades e Historicidades Tradicionais Caiçaras	14
Caroline dos Santos Souza (Mestrado) - A recuperação ambiental do Mutirão de Reflorestamento na experiência do moro do Vidigal	25
Luís de Souza Junior (Doutorado) - Pescadores, peixeiros e comerciantes: a centralidade econômica popular na praça XV de Novembro-RJ (1969-1991)	42
Jamylle Ferreira (Doutorado) - Aldeia Imbuhy: as de identidades de uma comunidade de tradição pesqueira no interior de um forte militar	53
MESA 2 – História Moderna da Ásia	67
Eduardo Borges de Carvalho Nogueira (Doutorado) - O Labirinto Do Jogue - Análise Da Figura Do Jogue Em Discursos Luso-Asiáticos Quinhentistas	68
Gustavo Nascimento Rocha Dias (Mestrado) - Tratamento dado aos Cristãos da Terra em Goa no séc. XVI	78
Odimar Gomes Junior (Mestrado) - O Sínodo de Diamper: uma hermenêutica documental	89
Priscila Ketlin Garcia Oliveira (Doutorado) - Contribuições da literatura árabe para a história do Malabar: novas historiografias sobre a presença portuguesa na Ásia (séculos XVI-XVII)	101
Rozely Menezes Vigas Oliveira (Doutorado) - O Convento de Sta. Mônica de Goa e as mulheres religiosas no Estado da Índia (sécs. XVII-XVIII)	111
MESA 3 - Diálogos de História Moderna	120
Adriana de Souza Carvalho (Doutorado) - Estratégias de Fixação dos jesuítas no Império do Meio: o problema do enquadramento social do mandarinato provincial entre os séculos XVI e XVII	121
Luiza Tonon da Silva (Doutorado) - André Fernandes e a bailadeira de Goa: Inquisição, fronteiras e conflitos no Estado da Índia	132
Luciana de Queiroz Pinto (Doutorado) - As primeiras representações cartográficas da atual 'Austrália' em mapas dos séculos XVI e XVII	142

MESA 4 - História e Produção Literária	156
Jéssica Ramalho Crispiniano (Mestrado) - Casa de Pensão, de Aluísio Azevedo: percepções sobre o Rio de Janeiro e sua capitalidade.....	157
Gustavo Orsolon de Souza (Doutorado) – Editora Alfa-Omega: produção literária em tempos de censura (1973-1984).....	168
Lara Cristina Veiga Bernardo (Mestrado) - O Estado que Mata os Ecos da Marselhesa: representações de repressão do Estado em Os Miseráveis, de Victor Hugo, sob a influência Romântica.....	177
Maria Angela Gomes Gonçalves (Mestrado) - História e Literatura: Raça e homossexualidade na obra O Bom Crioulo.....	189
Raphael Matheus de Moraes Ribeiro (Mestrado) - O Prometeu moderno em Frankenstein de Mary Shelley	200
MESA 5 - História e Gênero	208
Roberta Alcântara Gomes da Silva (Mestrado) - Clóvis Bevilacqua, o casamento civil e a condição jurídica da mulher nos debates para a aprovação do Código Civil de 1916.....	209
Natália Silva Elias (Mestrado) - O Movimento Feminista Belorizontino, Território, Territorialização	220
Vívian Marcello Ferreira Caetano (Doutorado) - Mulheres trabalhadoras: a inserção feminina no mercado de trabalho e suas representações na imprensa carioca (1910-1950).....	231
Agda Lima Brito (Doutorado) - Trabalhadoras das Matas: O trabalho feminino nos seringais do Amazonas no Pós-Segunda Guerra	245
MESA 6 - História e Imigração	258
Guilherme dos Santos Cavotti Marques (Doutorado) - “Os Deslocados de Guerra: a verdade sobre sua seleção”. Subsídios para analisar a imigração para o Brasil no imediato pós-segunda guerra	259
Julianna Carolina Oliveira Oliveira (Doutorado) - Imigração e Saúde Pública: a recepção de imigrantes no Rio de Janeiro (1880-1914).....	270
Vanessa Mendonça Leite (Mestrado) - Os Refugiados do Pós-Guerra no Fotorjornalismo do “A Noite Ilustrada” e da “Revista da Semana”.....	279
Vanessa Kellner Francis Santos (Mestrado) - A Colônia Síria E Suas Representações Através Da Imprensa Carioca No Início Do Século XX	290

MESA 7 - História e Imprensa.....	299
Letícia Crespo Bomfim (Mestrado) - Política e Imprensa no Brasil: a eleição presidencial de 1998 nas páginas do jornal O Estado de São Paulo	300
Helena Ramalho Crispiniano (Mestrado) - Carlos de Laet e os intelectuais cariocas na virada do século XIX para o XX	311
Leda Agnes Simões de Melo (Doutorado) - O discurso sobre si: o olhar da imprensa regional sobre as secas do Ceará e de Santiago del Estero nos periódicos A Ordem e La Hora(1932-1937)	324
Daiana Maciel Areas (Doutorado) - Sujeito Enunciador - O jornalista do Correio da Manhã como intelectual nos anos de 1950	334
MESA 8 – Religiosidades e Africanidades	343
Farlen de Jesus Nogueira (Mestrado) - “Vai Reunir todas as tendas, centros e terreiros de umbanda”: a trajetória da Confederação Espírita Umbandista e seu processo de institucionalização	344
Alline de Assis Xavier Maia (Doutorado) - “As igrejas neopentecostais e a construção demonizante da África”	354
Bruno Rodrigues Pimentel (Doutorado) - Coleção Recôncavo: materialidade e representação.....	366
Caroline Moreira Vieira Dantas (Doutorado) - Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patrício Teixeira.....	378
MESA 9 – História Local	387
Cleisemery Campos da Costa (Doutorado) - Micro história, identidades e coletivos: O caso da Fazenda Colubandê	388
Juarez de Almeida Moraes Junior (Mestrado) - Compadre dos Senhores: A Nobreza da Terra e os laços de compadrio entre os escravos na Freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668)	402
Eliana Santos da Silva Laurentino (Doutorado) - Instituto Histórico Vereador Tomé Siqueira Barreto: relações entre a escrita da história e as representações da Baixada Fluminense	409
Rodrigo Silva Magalhães (Doutorado) - História Local: Identidades e Memórias.....	420
Marlon Barcelos Ferreira (Mestrado) - As primeiras leituras acerca do lugar do indígena na história de Araruama.....	432

MESA 10 - História e Religião.....	442
Marcelo Macêdo de Almeida (Mestrado) - A atuação da Pastoral da Juventude em São Gonçalo (1970 a 1980)	443
Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa (Doutorado) - Identidades e representações conservadoras entre os evangélicos nas redes sociais	457
Livia Ribeiro Barboza de Araujo Braga (Mestrado) - Juventude Universitária Católica e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 - 1968).....	467
Peter Sana (Doutorado) - As políticas sociais da Diocese de Nova Iguaçu nos anos de ditadura (1964-1985).....	475
MESA 11 - História, cidade e região	483
Vitor Guilherme G. B. de Almeida (Mestrado) - A Belle Époque na Freguesia de Campo Grande: produção do espaço urbano e sociabilidade na zona rural do Rio de Janeiro (1889-1914).....	484
Adauto Tavares Araújo (Doutorado) - As reformas urbanas no Rio de Janeiro sob o olhar dos engenheiros	497
Camila de Sousa Freire (Doutorado) - Gustavo Barroso e a formação da identidade regional cearense nas primeiras décadas do século XX	507
Priscila de Moura Souza (Doutorado) - Almanaque da Parnaíba e a representação de uma cidade moderna	516
MESA 12 - Ensino de História I	529
Claudia Patrícia de Oliveira Costa (Doutorado) - Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita: historiografia, identidade e ensino de história dos jovens municípios da Baixada Fluminense.....	530
Fabília Vieira de Araújo (Doutorado) - Direitos humanos e ensino de História: um olhar sobre as falas de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Campos/RJ	541
Leandro Rosetti de Almeida (Doutorado) - Porões da memória: ensino de história e a memória da ditadura civil militar	549
Rafael Monteiro de Oliveira Cintra (Doutorado) - Ensino de História, Estética e Política: possíveis diálogos e caminhos de pesquisa	559
MESA 13 - Brasil: política e economia.....	569
Kleber O. dos Santos (Doutorado) - A Revolta Comunista de 1935: Perspectivas para análise fotográfica dos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).....	570

Sandro Gomes dos Santos (Mestrado) – A Revolta de Jacareacanga: A Força Aérea Brasileira e a revolta que ameaçou o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956).....	580
Larissa Martins Monteiro de Barros (Doutorado) - A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros.....	591
Rosane de Oliveira e Silva (Mestrado) - Financeirização da economia e mercantilização da educação superior no Brasil, em tempos de neoliberalismo: o caso do Grupo Kroton Educacional (2003-2013).....	601
MESA 14 - Ensino de História II	612
Renata da Conceição Aquino da Silva (Mestrado) - Elaboração discursiva de antagonismos e agência histórica no ensino de história	613
Jéssica Miranda de Souza (Mestrado) - Lei 10.639/2003: Perspectivas diferenciadas em torno do Ensino de História da África e dos Afro-Brasileiros	623
MESA 15 - Brasil: política, cultura e representações	632
Millena Lemos Precioso (Mestrado) - Trono e poder: entre símbolos e expressões do Segundo Reinado no Império do Brasil	633
Wallace Alves dos Santos (Mestrado) – A Política no Velho Oeste Carioca: O Cesarismo no Triângulo Carioca	644
Viviane Gomes Ribeiro (Mestrado) - As representações das ideias eugênicas no jornal popular e o especializado	656
MESA 16 - Brasil: história, política e ditaduras	634
Marília Miranda Carvalho (Mestrado) - As Cartas estão na Mesa – Vez e voz dos homossexuais por meio do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981).....	635
Marize Conceição De Jesus (Doutorado) - O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a vigilância sobre ativistas negros durante a ditadura militar.....	649
Emanuel Silva de Azevedo (Mestrado) - A desindustrialização da indústria bélica nacional.....	659
Vinícius da Silva Ramos (Doutorado) - Uns jornais eram mais verdes do que outros. As diferentes formas de ver e relatar a Ação Integralista Brasileira na imprensa fluminense - O jornal e o Correio da Manhã	673

MESA 17 - Cultura e ensino de história.....	683
Janaina Santana Alves da Silva (Mestrado) - Canudos: um estudo sobre a representação nos livros didáticos (1997-2016).....	684
Rejane Rosa do Amaral Monteiro (Mestrado) - O cordel no ensino de história.....	694
Carla Cristina Lavinás (Mestrado) - Três irmãs: um mesmo passado, um presente recente e um passado com vestimentas de futuro	703
Letícia Freixo Pereira (Doutorado) - A patrimonialização de Pixinguinha pelos mediadores culturais.....	715

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os Anais do VII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizado entre os dias 11 e 13 de novembro de 2019, na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo. O evento contou com a apresentação de 72 trabalhos, divididos em um total de 17 Mesas, que refletiram a diversidade temática das pesquisas desenvolvidas no PPGHS, tanto no mestrado, quanto no doutorado.

O VII Seminário Interno contou ainda com conferências, distribuídas nos três dias do encontro, respectivamente dos professores José Cláudio Souza Alves (UFRRJ), Marcelo Camurça (FFP/UERJ) e Juniele Rabêlo de Almeida (UFF). Completaram as atividades, três sessões de lançamento de livros, tendo entre os autores, ex-alunos e docentes do Programa. O debate desenvolvido a partir das pesquisas apresentadas, assim como a oportunidade de trocas interinstitucionais demonstraram a consolidação do Programa e sua efetiva interação com a vida acadêmica da FFP.

Os organizadores.

MESA 1

História e Território

Debatedores:

Cátia Antônia (FFP/UERJ)

Nilo Sérgio D'Ávila Modesto (FFP/UERJ)

As Geograficidades e Historicidades Tradicionais Caiçaras

Abbul Mahmebb Said - José Carlos da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGHS/FFP/UERJ. Bolsista CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Introdução

Diferentes quadrantes do território nacional correspondem a espaços onde uma enorme diversidade de povos e sociedades de cultura tradicional estão situadas e sobrevivem mantendo estreita relação com os atributos físicos da natureza. No entanto, muitos destes espaços estão sobrepostos por unidades de conservação pelo país e assistimos nessas localidades inúmeros conflitos socioambientais. Em se tratando do estado do Rio de Janeiro, na Baía de Ilha Grande, litoral sul fluminense, encontramos em Paraty também diversas comunidades tradicionais que tiveram instituídas em seus lugares de origem algumas unidades de conservação e, portanto, culminaram em conflitos de cunho político, cultural e ambiental. Entre as comunidades tradicionais situadas em Paraty se encontram comunidades indígenas, Quilombolas e caiçaras das quais estamos a versar sobre as comunidades tradicionais caiçaras de Cajuá onde se localiza a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga - REEJ, instituída através da Lei nº 1859/91 de 1º de outubro de 1991 e criada efetivamente pelo Decreto Estadual nº 17.981 de 30 de outubro de 1992 pelo então governador do estado Leonel Brizola.

O termo comunidade tradicional expressa a formação de diversas culturas regionais distintas, resultado das diferentes formações sociais que se constituíram no Brasil desde tempos pretéritos. Alguns autores indicam que o termo é fruto dessas diferentes formações que se devem principalmente a grande herança cultural, linguística, técnicas patrimoniais, mitos e lendas recebidas, a princípio, dos indígenas e posteriormente da mistura com os negros e outros povos além-mar (MUSSOLINI, 1980; LUCHIARI, 1992; DIEGUES & ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2004). Esses agrupamentos se constituíram nos mais diferentes quadrantes do país em função de circunstâncias ou características históricas, geográficas, econômicas e culturais, cada qual com suas particularidades/peculiaridades¹.

¹ Para saber mais, ver Monteiro (1994); Petrone (1995); Diegues e Arruda (2000); Diegues (2004).

Entende-se por caiçaras as comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos” (DIEGUES, 2004, p. 9). Para Luchiari (1992, p. 167), “o tipo étnico que se originou da mistura das raças negra, indígena e branca é o caiçara e a principal contribuição à cultura material que o caiçara recebeu do indígena é a roça”. Mussolini (1980) também apresenta os mesmos pressupostos para a definição do caiçara como sendo produto das mestiçagens entre os índios, portugueses e africanos [...] (MUSSOLINI, 1980, p. 229).

Em Cajaíba, Paraty-RJ, as comunidades tradicionais caiçaras possuem como uma das principais características o vínculo com a terra e seu sentimento de pertencimento ao lugar. Essas características fortalecem laços de sociabilidades e ações coletivas onde a cultura (GEERTZ, 1989), memória e identidade (CANDAU, 2018) nas comunidades possui grande amplitude, muito rica em suas simbologias. São construções simbólicas elaboradas pelos próprios sujeitos (RIBEIRO, 1998; 2014; SILVA, 2014b), materializadas socialmente no cotidiano, compreendida sob diversos aspectos e enfoques, se movimentando conforme o mundo se movimenta aonde as transformações vão se dando no espaço (SANTOS, 2017). Essas culturas não são, portanto, um objeto estático, e sim um movimento constante elaborado, recriado e reproduzido pelos povos originários, seus descendentes e os atuais e distintos grupos sociais existentes com seus modos de vida entre práticas e representações (CHARTIER, 1990) na escrita da história (CERTEAU, 1982).

No entanto, ações do Estado com formas de institucionalização de áreas preservadas e novos rumos para a conservação da natureza (DIEGUES, 2000) constituem um complexo conjunto de relações de poder aonde a relação entre povos e sociedades complexas (VELHO, 1988) de culturas tradicionais vem sendo afetadas pelas transformações que ocorrem em seus espaços, este se tornando territórios em disputa (FRANCESCO, 2010) em meio a globalização da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essas transformações se referem às normas que o Estado impõe nesses lugares. Diante disso e considerando os modos de vida dos sujeitos, inferimos que as transformações que se operam no espaço vêm se traduzindo em tensões territoriais quando se trata do Estado, através de intervenção vertical normatizando os lugares, vem causando profundas alterações nos formatos assumidos pela organização sociocultural dessas comunidades. Nessa perspectiva de abordagem é possível visualizar os vários desdobramentos políticos, socioculturais e socioambientais no mundo caiçara e “enquadramentos” no debate dos muitos aspectos que ainda prevalecem em função das geografidades (DARDEL, 2011) e historicidades tradicionais caiçaras.

Estamos buscando compreender as identidades, geograficidades e historicidades dos sujeitos, propondo reconhecer e valorizar suas narrativas, o que estamos denominando de narrativas caiçaras. Assim, para uma análise conceitual buscamos no método da história oral (ALBERTI, 2013) e nas narrativas caiçaras o aporte teórico metodológico visando dar suporte às bases analíticas no campo da Geografia e da História Social na conjuntura do presente. Portanto, compreender essa problemática e a relação dos sujeitos com seu cotidiano vivido, percebido e concebido, é objetivo deste trabalho.

As geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras

Recorrendo à Geografia humanística, nos aproximamos da fenomenologia e se considerarmos as análises de Dardel (2011), as geograficidades podem ser apreendidas e compreendidas através da fenomenologia, talvez uma fenomenologia geográfica e histórica se assim o quisermos, percorrendo os caminhos e desvios da episteme na Geografia e na História. As geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras se estabelecem através das vivências e existencialidades dos sujeitos em seu cotidiano. Esse cotidiano compreende as formações sociais, seus núcleos e as múltiplas relações entre os grupos através de seus trajetos e deslocamentos no espaço social. Compreender a história de vida, memória e identidade, os mitos, simbologias, os trajetos e percursos, portanto, as geograficidades e historicidades destes grupos, dos sujeitos; requer compreender a formação de seus núcleos ou agrupamentos populacionais nos mais diferentes quadrantes espaciais, lugares distantes de qualquer forma de organização mais próxima da concepção urbana que temos no presente.

Durante os inúmeros trabalhos de campo realizados observando os modos de vida nas comunidades tradicionais foi possível compreender e constatar que de fato os sujeitos são portadores e produtores de práticas e saberes tradicionais por meio do cotidiano praticado (RIBEIRO, 1988; SILVA, 2014), de suas referências e simbologias, das experiências e práticas sociais e a relação dos sujeitos com seu cotidiano vivido, percebido e concebido. Concordando com Serpa (2019), a fenomenologia de fato pode nos permitir uma maior aproximação e “o retorno às experiências e práticas espaciais primeiras” como designa o autor. Serpa (2019, p. 9) infere ainda que sobre as práticas espaciais “construímos nossas referências de mundo e lugar”. Na concepção desse autor, essas referências se constroem através da elaboração científica, com a criação de representações conceituais que se referem à paisagem, região, lugar, território e outros, mas também na vida cotidiana, o que estamos considerando e compreendendo como o movimento da vida, os

deslocamentos, caminhos e desvios da Geografia e da História do/no cotidiano. São os trajetos não só dos sujeitos, mas também de suas ideias, suas concepções de vida, suas crenças, simbologias, suas culturas, identidades (HALL, 2015) e saberes que circulam pelo/no ambiente, pelo lugar, pelo espaço.

Esse conjunto de variáveis da vida, da produção e reprodução socioespacial (SANTOS, 2012; 2017), das interrelações entre os sujeitos e o meio ambiente e a natureza, estão se geografizando, se historicizando; são os movimentos das geograficidades e historicidades dos sujeitos. A relação dos sujeitos com o ambiente vivido configura, na concepção humanística de Dardel (2011), a geograficidade desses sujeitos. Geograficidade é, portanto, um termo que compreende todos os tipos de ligações e inter-relações entre o homem e os ambientes vividos anterior à análise e à atribuição de conceitos a essas experiências, de acordo com as análises de Dardel (2011). E relacionado às geograficidades temos as historicidades dos sujeitos que dá sentido à sua cultura, a relação com o espaço, com a natureza, a roça, a pesca, o extrativismo, a produção de embarcações, as redes de pesca, os usos do lugar, do espaço, do território.

Portanto, estas são as bases conceituais das geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras que são também os elementos da história e seus eventos cotidianos no tempo e espaço dos sujeitos, o tempo lento (SANTOS, 2017), individual e coletivo, o tempo de cada movimento da história do presente e da micro-história, das ações sociais dos sujeitos e o sentido dessas ações (RIBEIRO, 1988; SILVA, 2014; 2014b). Cumpre apontar que a história vai estudar os grandes eventos enquanto a micro-história vai ler o grande evento de uma maneira diferente, com uma desaceleração do tempo, que é o tempo lento, o tempo do cotidiano. É a história do cotidiano, também uma historiografia da história humana, suas geograficidades e historicidades inseridos na paisagem, no meio físico natural. Assim como a paisagem, também o espaço, o território e o lugar são movimentos repletos de cristalizações do passado que se misturam às mais diferentes formas contemporâneas no presente.

Esses elementos são a um só tempo históricos e geográficos, pois evidentemente são formas de produção e reprodução social, portanto, produção e reprodução humana que se caracterizam pelo entrecruzamento de saberes e técnicas, pelas relações entre os elementos do meio físico natural e dos elementos sociopolíticos, socioculturais e socioambientais do presente. São esses elementos características das transformações do mundo caiçara que exprimem e condicionam crenças, ideias, simbologias e uma gama de saberes e conhecimentos tradicionais que se cristalizam em uma periodização histórica no tempo e no espaço. No entanto, esses processos históricos e geográficos, mas também sociológicos e antropológicos estão imbricados em relações de poder e implicações de

cunho político, muito em função das intervenções verticais e normatizações que o Estado impõe nos lugares, alterando as formas de organização social, as geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras.

Intervenção vertical, normatização do lugar e alterações nos formatos de organização social, nas geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras

Diante do exposto e considerando os modos de vida dos sujeitos nas comunidades tradicionais caiçaras de Cajaíba, inferimos que as transformações que se operam no espaço vêm se traduzindo em tensões territoriais quando se trata do Estado, através de intervenção vertical normatizando os lugares, causando profundas alterações nos formatos assumidos pela organização sociocultural dessas comunidades. Com a criação da REEJ veio acompanhado uma série de normatizações e atos proibitórios que culminaram em processos de destruição das heranças culturais e históricas dos sujeitos, embora muitos aspectos ainda prevaleçam em função das geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras. Importante ressaltar que de acordo com as narrativas caiçaras, muito antes da criação da REEJ essas comunidades ao longo de sua existência foram recebendo pessoas das mais diferentes localidades da região e de outros estados, se configurando numa diversidade de saberes, técnicas, culturas e costumes, sendo mesclados de distintas paragens e quadrantes.

Através dos processos de miscigenação e do próprio movimento da sociedade, essa diversidade sociocultural foi sofrendo mudanças e se estabelecendo formações socioculturais onde os sujeitos se denominam e se reconhecem como caiçaras, um povo que nasceu nas imediações litorâneas, que possuem sua própria cultura e modos de vida bastante diferenciados dos modos de vida dos grandes centros urbanos. Portanto, caiçaras são, de acordo com os autores referenciados e as próprias narrativas dos sujeitos, serem o resultado das várias miscigenações que apesar das diferentes feições engendradas, carregam ainda vários traços e elementos culturais, técnicas e costumes que remetem às características indígenas. Essas transformações e incorporações de novos modelos e costumes que os autores realçam indicam que esse movimento social se desdobra no tempo de modo que nada é fornecido de uma só vez, há sempre uma longa sucessão de tempo, um movimento sociocultural, nunca estático.

As culturas se movimentam e incorporam novos elos, práticas e saberes, distintas visões de mundo, de vida e de costumes que coexistem no espaço destas comunidades, o que pode nos remeter às relações entre o indivíduo e a coletividade, entre o passado e o futuro, mediados pelo

presente momento. Porém, com a criação da REEJ nos anos 1990, os agentes do Estado, representando entidades como o IBAMA e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), passaram a manter inicialmente uma postura de criminalização das comunidades caiçaras locais de acordo com as narrativas, intimidando os moradores, destruindo seus ranchos, proibindo a manutenção das roças caiçaras, proibindo o conserto das embarcações nas praias e quintais dos sujeitos, inibindo e tentando controlar a expansão das moradias, baseados no argumento conservacionista que rege a criação de unidades de conservação e, dessa forma, acentuando os conflitos.

Importante situar que a conjuntura do país nessa época da criação da REEJ estava no entorno das discussões da Eco 92, portanto, o Brasil estava eufórico com expressos objetivos e compromissos mais políticos que ambientais, de criação de novas áreas protegidas. Como estava em voga grandes debates a nível mundial sobre a questão ambiental, principalmente após a Eco-92, o Brasil ampliou políticas de preservação ambiental nos anos seguintes. Antes mesmo dessa conjuntura nacional Paraty já apresentava outras áreas protegidas, as unidades de conservação, sendo elas o Parque Nacional da Serra da Bocaina-PARNA e a Área de Proteção do Cairucu - APA Cairucu, ambas administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Unidades de conservação da natureza são áreas com características naturais importantes e limites definidos, criadas e administradas para assegurar a preservação da natureza e o bem-estar das populações locais. No entanto, somente nos anos 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, nova legislação federal que viria a definir as políticas de preservação de acordo com as legislações pertinentes e que torna obsoleta a estrutura institucional e legal da REEJ. No conjunto destas políticas os conflitos aparecem e rebatem diretamente de encontro com os saberes tradicionais, pois no momento da criação da reserva muitas das atividades cotidianas das comunidades foram proibidas de continuarem sendo executadas, entre elas a retirada de árvores na mata para o fabrico da canoa caiçara.

Com o advento da criação do SNUC e a obrigatoriedade de reclassificação da reserva, as comunidades se encontram em estado de alerta até o presente momento porque ainda não se chegou a um consenso sobre a recategorização da reserva para atingir o estabelecido pelo SNUC em 2000 e os moradores temem serem impedidos de continuarem vivendo em seus lugares de origem com seus modos de vida tradicionais. Com a imposição da REEJ estão proibidos de realizarem o corte de árvores para o fabrico de canoas caiçara, impedido de exercerem sua reprodução social e cultural, de suas vivências e existencialidades. Com o avanço desse processo de intervenção de forma verticalizada sem consulta prévia às comunidades, o Estado através dos órgãos ambientais e seus

agentes acabam impondo transformações nas relações sociais e nos modelos culturais e identitários que vão se metamorfoseando, se adaptando às novas realidades do mundo urbano contemporâneo. Nesse panorama de transformações e intervenções se expressam as relações de poder que regem as normas do Estado, mas apesar da correlação de forças, os modelos culturais e identitários acima referidos não são ou estão estáticos, estão em sintonia com as questões colocadas pelo presente e nem sempre cumprem o papel de receptores apenas, mas sim cumpre um papel de enfrentamento às normas do Estado, o que gera os conflitos socioculturais e socioambientais.

Apesar de que nesses lugares estão sobrepostas áreas de preservação ambiental com sérias restrições ao uso do espaço, as comunidades ainda mantêm sempre em movimento, em transformação e incorporando novos movimentos, manifestações da cultura e costumes de tempos pretéritos, passados de geração em geração, suas sociabilidades e vivências condicionadas e em simbiose com a natureza. Do passado ao presente entre a tradição e o moderno essas comunidades vivem novas possibilidades de existência conjugando novas identidades, múltiplas identidades (HALL, 2015) e novos saberes, novas formas de conhecimento. Muitas famílias deixaram o lugar e foram tentar a vida na cidade de Paraty, outras aos poucos tentam voltar aos seus lugares de origem. Os que ficaram tentam manter suas culturas e tradicionalidades da maneira como lhes convém apesar de terem perdido a cultura das entradas na mata em busca dos troncos de árvores para o fabrico da canoa caiçara e estarem perdendo a cultura do manejo da roça caiçara e manipulação das ervas medicinais. Poucos ainda mantêm uma roça e faz uso das ervas enquanto para muitos outros os nomes de certas ervas não fazem mais parte de seu cotidiano e hoje recorrem aos fármacos vendidos nas drogarias da cidade.

Como não criam mais animais como galinhas, patos, porcos e cabras, hoje dependem dos supermercados e dos produtos industrializados para sua alimentação, mantendo apenas a pesca como prática de subsistência e comércio de pescado. Assim mesmo vivem sérios problemas com a pesca artesanal, pois as grandes embarcações de pesca industrial adentram suas áreas de pesca com sonares eletrônicos e retiram grandes quantidades do estoque pesqueiro das comunidades deixando um rastro de destruição. Ao mesmo tempo em que clama pela ordem e pela restrição de atividades pesqueiras por parte dos grandes barcos em seus lugares de pesca, os caiçaras de Cajaíba reconhecem também o direito ao uso comum de espaços marinhos pelos seus entes e familiares na pesca artesanal. Vivem intensos conflitos no cotidiano, mas permanecem firmes em muitos dos preceitos tradicionais, suas simbologias, crenças e ações coletivas nos usos do espaço. Incorporaram novos conhecimentos e as inovações tecnológicas, mas mantêm vivas muitas de suas tradições embora boa parte de sua cultura foi destruída em função das intervenções do Estado.

Considerações finais

A nosso ver, a aquisição do conhecimento é um processo que pode seguir por trajeto e caminho próprio, relativamente imprevisível, porém, e aqui associando esse debate ao nosso objeto empírico, com consequências positivas ou negativas para as comunidades caiçaras. Estas experimentam cada vez mais os novos conhecimentos, os objetos e sistemas tecnológicos, além de conhecimentos de outras formas institucionalizadas que correspondem às relações de poder engendradas pela institucionalidade do Estado, interferindo profundamente nos modos de vida, costumes e culturas dessas comunidades. São também conhecimentos de lutas e formas de resistências. São conhecimentos de outras culturas, de outras visões de mundo, de contatos exteriores aos seus círculos cotidianos de reprodução social, conhecimentos sobre as novas formas de dominação. É preciso compreender o presente como desafio ao reconhecer as formas de dominação e os elementos de resistência e de luta por emancipação que estão em ebulição entre as comunidades tradicionais caiçaras de Cajaíba.

Este artigo buscou corroborar a ideia de que as narrativas caiçaras de tradição da história oral podem ser tratadas e reconhecidas como explicações para fenômenos socioespaciais e socioculturais onde as relações e interpretações da natureza são de um conhecimento bastante interessante e primordial para a manutenção da cultura caiçara, suas geografias e historicidades. Não se pode ignorar essas atribuições do meio físico e natural, pois o êxito das ações depende quase que exclusivamente destas observações e relações com a natureza. Esses elementos podem tornar-se imprescindíveis instrumentos de investigação para a compreensão de sua importância na produção social do espaço, portanto, reafirmando nosso propósito no início do artigo.

As questões colocadas inicialmente se confirmaram sendo que de fato as distintas visões de mundo, de vida e de costumes coexistem no espaço destas comunidades, o que pode nos remeter às relações entre o indivíduo e a coletividade, entre o passado e o futuro. A hipótese de que o processo de criação da REEJ trouxe sérios problemas para as comunidades e a falta de abordagens multidisciplinares num estudo dessa envergadura pode levar à redução da riqueza cultural das comunidades tradicionais de Cajaíba se confirmam pelas próprias narrativas. Dessas análises inferimos que as junções dos aspectos culturais vão além da singularidade, transpondo as pluralidades socioculturais e ambientais discutidas no presente artigo. Essa transposição se caracteriza pela multipluralidade, portanto, os fenômenos socioespaciais e socioculturais trazem ainda uma potencialidade enorme à multipluralidade epistêmica dos etnoconhecimentos que

reluzem entre as comunidades tradicionais e na sociedade em geral. Enfim, muitos aspectos ainda prevalecem em função das geograficidades e historicidades tradicionais caiçaras.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. **Manual de história oral**/Verena Alberti. - 3. ed. rev. atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**/ Joel Candau; tradução Maria Letícia Ferreira. - 1 ed. 4 reimpr. - São Paulo: Contexto, 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: **Enciclopédia caiçara, v. 1**/Antônio Carlos Sant'Anna Diegues (Org) - São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação - novos rumos para a conservação da natureza**/Antônio Carlos Diegues (Org). São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. & ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FRANCESCO, Ana Alves de. **O território em disputa: o caso dos caiçaras da Cajaíba**. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara. In: NEPAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. **Ambiente e Sociedade: possibilidade e perspectivas de pesquisas**. Campinas, UNICAMP: NEPAM, 1992. 212p.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caçara/** Gioconda Mussolini; organização de Edgard Carone. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos brasileiros; v. 38).

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas.** São Paulo: Edusp, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social.** Sociedade e Estado, n. 1, vol. XIII, janeiro-julho, 1998.

_____. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/**Milton Santos. - 4 ed. 9. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal/** Milton Santos. - 22ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Catia Antonia da. Um desafio epistemológico e metodológico: por uma geografia das existências. In: **Pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro/**Catia Antonia da Silva (Org). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014b, p. 13-26.

SILVA, Catia Antonia da. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço/**Catia Antonia da Silva, Andreino Campos, Nilo Sérgio d'Avila Modesto. - Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e Metamorfose - Antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Publicado originalmente em: Revista Tempo Brasileiro, n. 95, out/dez 1988, p. 119-26.

Pesquisa eletrônica

DECRETO nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. DECRETO nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95873/decreto-5746-06> Acesso em 15 de março de 2019.

DECRETO nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html> Acesso em 07/11/2017. Acesso em 15 de março de 2019.

DECRETO ESTADUAL nº 17.981 de 30 de outubro de 1992. Cria a Reserva Ecológica da Juatinga no Município de Paraty. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_17981_1992_criareservaecologicajuatinga_rj.pdf Acesso em 15 de março de 2019.

Lei nº 1859/91 de 1º de outubro de 1991. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Reserva Ecológica da Juatinga, no Município de Paraty. Disponível em:

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151227/lei-1859-91>. Acesso em 10 de março de 2019.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. - Brasília: MMA/SBF, 2011.

Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral. Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais. Brasília - DF, 2014. Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>. Acesso em 10 de março de 2019.

ICMBio. <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/>. Acesso em 29 de março de 2019.

A recuperação ambiental do Mutirão de Reflorestamento na experiência do moro do Vidigal

Caroline Souza
Mestrado PPGHS-UERJ

“A despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações autorreguláveis do mercado pela globalização”(ZALUAR,A and ATILIO,M,1998)

O fragmento acima nos faz entender como é forjada a identidade do morador da favela e construída ao longo da história do Rio de Janeiro pelo contexto histórico que este cidadão está inserido e isso mostra também a luta dele para terem reconhecimento da relevância de seu papel para a construção da cidade.

Dentro desse “contexto histórico” o favelado passou de um fantasma na visão das autoridades para um problema e hoje para uma engrenagem muito relevante dentro do contexto econômico global não só para a sua comunidade, mas também para a cidade através do turismo.

O turismo em favelas e em locais pobres não é algo novo pois teve grande visibilidade em 1996 durante a visita de Michael Jackson no Morro Santa Marta, porém o projeto do Mutirão de Reflorestamento deu uma nova moldura para este turismo que irei falar mais à frente. Contudo para entendermos melhor a comunidade do Vidigal precisamos olhar para a história dessa favela e para a sua localização, pois sua geografia é ímpar em relação às outras.

Um breve retrato histórico do morro do Vidigal:

O Vidigal fica localizado na Zona Sul da cidade sendo palco de várias manifestações artísticas, berço da companhia de teatro “Nós do morro” e foi cenário atualmente do videoclipe da cantora de funk Annita que deu maior reconhecimento e popularidade a comunidade no exterior. Esta favela tem uma visão privilegiada do mar, como podemos ver na imagem abaixo, e ela fica localizada na Avenida Niemeyer que liga São Conrado com o Leblon que são bairros da classe média alta e alta da cidade.



Figura7: Vidigal onde mostra sua localização e visão privilegiada do RJ¹

Com este território privilegiado o Vidigal passou por várias tentativas de remoção e resistência durante a sua história e por diferentes visões do poder público em relação à comunidade.

A ocupação da favela começou em 1941. Os primeiros moradores construíram suas casas abaixo da Avenida Niemeyer até a praia do Vidigal, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton, um dos hotéis mais luxuosos da cidade. Em 1950 a Avenida Niemeyer foi aumentada e os moradores da parte baixa foram removidos para cima da avenida.

Desse modo, as ocupações da parte superior da via foram iniciadas na antiga estrada do Tambá que atualmente é a Avenida João Goulart, rua que corta toda a favela e que se inicia na Niemeyer e vai até o topo.

As décadas de 50 e 60 foram fortemente marcadas pelas políticas de remoção de favelas, principalmente as situadas na Zona Sul, com o objetivo de urbanizar e de motivar o mercado imobiliário desta zona da cidade. Com o Vidigal não foi diferente, pois ele também estava na mira dessa política.

Em 1958, a comunidade começou a ser ameaçada de despejo pela Empresa Melhoramentos do Brasil e formou-se uma comissão de moradores para impedir o despejo de seus residentes².

Em 1967, o proprietário de um terreno no qual a favela se situava entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse e o resultado dela foi a proibição dos moradores a fazer melhorias em suas casas além de proibir a construção de novas moradias. Nesse mesmo ano foi criada a Associação de Moradores do Vidigal com o objetivo de conseguir uma ação que benéfica aos moradores contra este proprietário.

¹Imagem tirada da internet.

²www.favelamemoria.com.br, acessado em 19/01/2006.

No mesmo ano a Associação ganhou uma permissão para consertar os barracos, mas, em contrapartida, a associação tinha que fiscalizar a construção de novas casas pois essas eram proibidas e em virtude disso houve pouco apoio da comunidade e sua atuação foi enfraquecida.

Além de não se ter apoio da comunidade o presidente da associação era muito visado por causa de sua popularidade na favela e eles também eram vistos como alvos, durante o período da ditadura civil-militar, quando se posicionava contra as políticas de remoção resultando em desaparecimentos e prisões arbitrárias. Então isso pode também ter se tornado um forte argumento para o esvaziamento da associação pois ninguém queria se tornar alvo desse regime.

No ano de 1968 iniciou-se a construção do Hotel Sheraton. A administração do hotel tentou privatizar a praia que fica abaixo do local onde se situa o empreendimento, porém os moradores ganharam na justiça o direito de frequentá-la³.

Depois de anos de tranquilidade os moradores da favela voltaram a ser ameaçados pelo risco de remoção. No final dos anos 1970, uma parte do Vidigal foi vendido para a empresa Rio Tower para a construção de outro hotel de luxo. Com isso houve novamente a tentativa de remoção de alguns moradores.



Figura 8 “O Globo”, dia 31 de dezembro de 1977, Matutina, Rio de Janeiro, página 9

A Figura 8 nos ilustra a notícia veiculada no jornal “O Globo”, onde mostra um decreto feito por Faria Lima para remover os moradores da favela. Essa notícia surpreendeu os moradores, pois

³ ZALUAR,A e ATILIO,M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ºed.1998.

equipes da Prefeitura foram enviadas para derrubar os primeiros barracos e levar as famílias para Antares, um dos conjuntos financiados pelo BNH.

A Associação de Moradores junto ao advogado Aloísio Teixeira conseguiu uma ordem judicial que adiou as remoções. Esse adiamento forneceu o tempo necessário aos moradores para procurarem o apoio da Pastoral de Favelas da Igreja Católica que foi mais um apoio a essa luta.

O Colégio Stella Maris foi um espaço cedido, onde foram feitas as reuniões e oferecida assistência financeira para os custos do processo. Segundo Maria Christina Sá, assessora do cardeal Dom Eugênio Salles na época, que se pronunciou contrário da remoção, afirma: “O Colégio Stella Maris teve participação importantíssima. Lá foram feitas todas as reuniões, abrigadas as pessoas necessitadas, recolhendo os donativos - era realmente um ambiente de verdadeira fraternidade” (MAXWELL,1999,16).

A Prefeitura, em sua defesa, utilizou o argumento ambiental que consistia no alto risco de desabamento no local, por sua vez, os moradores descobriram um projeto de construção de um hotel. Este projeto foi a público e assim eles conseguiram apoio político, artistas, cantores e diversos grupos ligados à Igreja Católica.

Um exemplo de cantor que morava na favela e participou da resistência foi Sérgio Ricardo e Ney Matogrosso fez um show no Stella Maris para ajudar a associação a arrecadar recursos financeiros.

A Pastoral de Favelas montou uma equipe de juristas, que tinha Elyana Athayde que relatou:

“Lembro como se fosse hoje quando Arnaldo [de Almeida Lima, presidente da associação de moradores na época] nos procurou para pedir ajuda. Os moradores já haviam tentado de tudo, até colocar crianças na rua para evitar a destruição dos barracos” (MAXWELL,1996).

Nesta fala é perceptível o desespero dos moradores que utilizavam crianças para sensibilizar as ações de remoção da Prefeitura e não obtinham sucesso. Por isso era muito importante haver a proteção judicial da comunidade e para isso precisavam de assistência jurídica que foi oferecida pela Pastoral das Favelas.

Com as ações judiciais o jurista Bento Rubião conseguiu medidas cautelares, como está exposto no fragmento abaixo:

“Quando o Bento Rubião entrou no caso ele conseguiu logo de cara uma ação que suspendia as próximas tentativas de remoção. E foi assim durante meses. Eles vinham para derrubar e a gente já tinha uma medida cautelar preparada. Era só mostrar os papéis que ninguém podia fazer nada” (MAXWELL,1996).

Neste fragmento vemos a força da ação jurídica frente às remoções. Assim o prefeito Marcos Tamoio e o governador Faria Lima, que eram a favor da remoção, não obtiveram êxito na ação. Contudo tiveram moradores que não entraram com a ação e em virtude disso, foram removidos para Antares.

Em 1978, foi decretado a desapropriação de terrenos para fins sociais, assinado pelo governador Chagas Faria que acabou finalizando essa disputa e afastando o fantasma de novas remoções.

Durante a visita do Papa João Paulo II ao Vidigal, em 02 de julho de 1980, onde fez um sermão sobre o compromisso da Igreja com os pobres e às desigualdades sociais muito visíveis na cidade do Rio de Janeiro. Em virtude da visita papal o Vidigal passou por obras de melhorias que incluíram reforma nas escadarias entre outras.

Contudo, mesmo nesse cenário de remoções e ações judiciais o Vidigal passou a ser cenário também da invasão do tráfico de drogas. A facção do Comando Vermelho (CV) se instalou na favela impondo seu poder.

O início Mutirão de Reflorestamento no morro do Vidigal:

“A degradação de um ecossistema caracteriza-se pela perda da resiliência, da estabilidade do ambiente, da biodiversidade, diminuição das formas de propagação, entre outros fatores. Esta pode ser causada por motivos naturais e/ou humanos e o nível da degradação varia de acordo com o tempo e a forma como a área está sendo utilizada” (MORAES, ASSUPÇÃO, PEREIRA and LUCHIARI, 2013, 80).

Segundo Moraes, autor do fragmento acima, a degradação do meio ambiente pode ocorrer por motivos naturais como, por exemplo, um terremoto ou pelo ser humano. Já no caso do Rio de Janeiro esses motivos andam juntos, pois com a expansão urbanística de forma desordenada junto às fortes chuvas deram as ferramentas básicas para ocorrer a degradação de ecossistemas.

Essa expansão urbanística, focando nas favelas, foi executada de forma desordenada pois o histórico dos programas de urbanização da cidade tinha como objetivo a retirada da classe baixa dos bairros que são os cartões postais. Visto isso, relembramos do programa de remoção das favelas que tinham o objetivo de tirar os moradores desses locais para bairros longe de seus trabalhos e com infraestrutura inferior à que eles tinham acessos.

A consequência desse programa foi um aumento demográfico nas comunidades que não foram removidas ocasionando a derrubadas de árvores e a construção de casas em encostas. Porém

a falta de fiscalização do Estado, nessa região onde seu poder é limitado pelo tráfico de entorpecentes, resultou em várias mortes ao longo dos anos.

Os anos 90 foi marcado por uma grande chuva que acarretou grandes consequências para cidade e seus moradores que tiveram que conviver com enchentes e desabamento de barragem.



Figura 9: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1964, Rio de Janeiro, capa.

O recorte do “Jornal do Brasil” nos mostra a fragilidade da cidade frente a chuva forte que ocorreu em 1964. Esta fragilidade não assola somente às favelas como mostra a imagem acima, mas a toda cidade em virtude da pouca eficiência de mecanismos de drenagem. Esta chuva durou oito horas, deixou o Rio de Janeiro em baixo d’água e matou 21 pessoas.

Essa chuva além de criar o caos exposto acima foi um problema muito grande nas favelas, principalmente no Vidigal que uma barragem atingiu alguns barcos chegando a óbito de alguns moradores.

VIDIGAL

Barracos são soterrados no morro e seis crianças morrem, duas delas na frente da mãe



Moradores iniciaram o trabalho de resgate das vítimas no Vidigal, e só mais tarde os bombeiros chegaram; até à noite, uma mulher de 24 anos, grávida de dois meses, estava desaparecida sob os escombros

“Eles sumiram na lama”

Parecia uma manhã como outra qualquer. Mas havia chovido a noite toda. Daniel Corrêa de Oliveira, de 25 anos, estava deitado na sala vendo televisão à espera do café da manhã. Na cozinha, a mulher Mariene Fontes de Souza, de 20 anos, e a prima Maria das Graças, de 28, preparavam cus-cuz. O filho de Mariene, João Pedro Fontes de Souza, de 2 anos, assistia impaciente. De repente, tudo desmoronou. “Foi tão rápido como acender uma luz”, descreveu Daniel, que na hora do deslizamento foi atirado para fora da casa e acabou tendo o braço direito imprensado contra o muro da casa. Seis crianças morreram no Vidigal.

No hospital, Daniel levou apenas dois pontos e teve o braço enfaixado. Mariene, a prima e João Pedro, que sofreu traumatismo craniano, também foram projetados ladeira abaixo pela força da água e caíram no jardim da casa em frente. Ninguém morreu. Um pouco de sorte no meio de tanta tragédia. Ontem, pela manhã, no alto do Morro do Vidigal, na área conhecida como Índia, seis crianças morreram em consequência de um desmoronamento que destruiu totalmente seis casas e danificou duas: os irmãos Leandro Bernardo de Jesus, de 8 anos, Ana Carolina Bernardo, de 5 e Rafael Bernardo de Jesus, de 11, Wallace Fernandes Evangelista, de 12 e o irmão Isaias Fernandes Evangelista, de 10, e Ronaldo Souza Oliveira, também de 10. Vinte e duas pessoas ficaram feridas.



Daniel de Oliveira teve o braço imprensado contra o muro mas, ainda assim, ajudou a salvar vidas

ANATILDE BERNARDO DE JESUS, DONA DE CASA

Entre os escombros, eles conseguiram encontrar a filha de 6 anos, Dona Branca, de 62 anos, Dona Branca, conhecida, que estava com meio corpo enterrado na lama. “Assim que chegamos ao outro desmoronamento. Tinha lama para todos lados e mal podíamos ver onde estavam as coisas”, contou Manoel. Além de Dona Branca, conseguiram salvar mais duas pessoas que foram levadas para o Miguel Couto no carro de Alves.

Severino Cunha, de 41 anos, morador do gal há quatro anos, também teve sorte. De pu azuis, sua casa foi uma das poucas que resistiu ao desabamento. “Nunca pensei que isso poderia acontecer”, disse. Há seis meses, ele trocou de casa com uma vizinha e foi morar na Índia, considerado o local mais seguro e com um terreno maior para a construção de novos barracos. Como Manoel, Severino foi um herói do momento. Ele conseguiu resgatar dos escombros crianças, João Pedro e Messias de Freitas, de 10 e 11 anos, no entanto, durou o papel de herói, no entanto, durou o papel de herói de ter perdido a televisão e a geladeira destruídas na tragédia, Severino, a mulher Gerone da Conceição e a filha Andréia G. Cunha foram obrigados, no início da tarde, a arrumar as malas e mudar. “Por enquanto vou ficar aqui, mas vou voltar para casa de algum parente, depois quem sei”.

Figura 10: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1996, Rio de Janeiro, caderno: Cidade, p.03.

A matéria acima, também do Jornal do Brasil, expõe especificamente as consequências da chuva para a favela do Vidigal, onde morreram seis crianças em virtude de um deslizamento de terra.

Após esta chuva a Associação de Moradores solicitou junto a Prefeitura o início do processo de avaliação técnica para o início do programa na comunidade. O local onde ocorreu este deslizamento foi o ponto inicial do Mutirão de Reflorestamento⁴ e os destroços do barraco são expostos e lembrados no guiamento pelos mutirantes aos visitantes.

"Trabalho com o projeto de reflorestamento há 15 anos. É gratificante poder contribuir para reverter a situação de degradação ambiental das comunidades. Além do plantio, são desenvolvidas políticas de educação ambiental para que a área não seja mais depredada. Aqui no Vidigal plantamos cerca de 20 hectares, o lugar hoje é lindo⁵."

No depoimento acima de Sérgio Moreira Melo, encarregado do Mutirão de Reflorestamento do Vidigal, mostra que a educação ambiental é muito presente na comunidade e ela se concretiza através de visitas e plantações de mudas pelas crianças de colégios e creches na área do reflorestamento.

A relação dos técnicos e dos mutirantes

A relação entre os técnicos e os mutirantes é baseada no diálogo entre eles, pois os técnicos têm o conhecimento das técnicas de plantio enquanto os mutirantes detêm o conhecimento sobre as pessoas e a comunicação com a comunidade. Quando esses dois conhecimentos se complementam o resultado é um respeito e não invasão das áreas reflorestadas.

Segundo Alfredo, engenheiro florestal e técnico da prefeitura:

"Um dos maiores ganhos do Mutirão, para mim, não foi nem o ganho ambiental, mas foi o ganho de a comunidade não crescer em direção a área de risco. Porque em todas as áreas que entramos nós limitamos a área de risco e se manter o mutirão então não há invasão, porém se tirar o projeto de atuação dessas áreas aí elas serão invadidas novamente⁶".

Logo, segundo Alfredo, o maior impacto do projeto é a preservação da área de reflorestamento que se efetua através da presença dos mutirantes que em contato com a Prefeitura

⁴ Tal fatalidade ainda é lembrada pelos mutirantes quando eles estão guiando os visitantes ou escolas no local e mostram o alicerce da casa que foi derrubada com o deslizamento. Eles fazem questão de deixar a base da casa exposta para lembrar essa marca dolorosa do passado e o início do programa.

⁵ Sérgio Moreira Melo, encarregado do Programa Mutirão de Reflorestamento no Vidigal.

⁶ Alfredo, engenheiro ambiental do programa Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

conseguem manter o local que tem risco de desabamento sem habitação o que diminui o risco de feridos e até de morte se houver desmoronamento.

Contudo ele aponta um ponto negativo do programa que é a necessidade da presença constante da figura da Prefeitura, podendo ser até mesmo uma pequena equipe de mutirantes só para manter presença e a área não ser invadida novamente colocando a vida dos moradores em risco.

Outro problema no Vidigal é a entrada de comerciantes que desejam se estabelecer na área de reflorestamento, pois ela dá o acesso a trilha do Mirante do Vidigal e por isso passam muitos turistas e desse modo, há uma disputa por esse mercado e pela área.

“Este movimento entre o velho e o novo acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer” (LUCIARI,1998,15-29).

Segundo Luchiari o turismo consegue eleger novas paisagens que eram esquecidas anteriormente como no caso da trilha para o Mirante do Vidigal que era um local de passagem, porém com o reflorestamento, esse local se tornou a continuidade da atividade turística e por isso o local que antes era marginalizado com o reflorestamento ganhou novos olhares e se tornou valorizado. Logo uma região valorizada acaba tendo conflitos como, por exemplo o citado acima.

Em virtude dessa disputa de território resultado produzido pela rentabilidade do turismo na região e pela área não ter concorrentes, já que ela é de preservação ambiental a Prefeitura resolveu criar uma placa com o objetivo de informar aos turistas que a trilha é área de reflorestamento, colocou placas em 2005 e há relatos até 2009 constantes discussões sobre o assunto, e também a qualquer pessoa que tente estabelecer algum comércio no local que está cometendo crime.



Figura 11: Placa localizada no Vidigal que informa sobre a proibição de atividades que configuram Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998)⁷

Esta placa relata alguns tipos de crimes ambientais que se praticados por pessoa jurídica ou física tem punições na forma da lei. Os Artigos 38 e 38A explicitam algumas formas de crime ambiental contra a flora.

“Artigo 38- Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.
 Artigo 38 A- Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção⁸”

⁷ Foto tirada pela autora.

⁸ Lei Federal 9.605/1998, Seção II, Artigo 38.

Através desses Artigos transcritos acima, podemos verificar que o conceito de área reflorestada está mencionado quando se refere área de preservação permanente ou em formação, que é o caso do reflorestamento e o caso da danificação de vegetação primária ou secundária de regeneração da Mata Atlântica, que são as espécies plantadas pelo Mutirão de Reflorestamento. Logo esta lei é uma ferramenta para proteger essa área tão cobiçada no Vidigal.

Porém às vezes a sinalização é ignorada por alguns e há danificação nas mudas em virtude disso os próprios mutirantes resolveram fazer um caminho, uma espécie de trilha, para os turistas passarem e diminuir os problemas causados pelo trânsito de pessoas nesse local.

Vemos que o trânsito de pessoas é bastante prejudicial à recuperação ambiental, pois muitos turistas não têm consciência que a área que estão é um local de reflorestamento, por isso também se foi colocada a placa acima, e eles podem danificar essas áreas.

No depoimento de José Carlos (mutirante, da categoria servente) do Vidigal vemos uma crítica a proteção das áreas reflorestadas:

“A comunidade sempre respeitou até uma certa parte ... de vez em quando temos um problema aqui ou ali de pessoa que entra e sobe aqui, mas atualmente que tem muitos gringos subindo aqui porque as pessoas querem chegar e mexer em uma coisa ou outra e nós estamos aqui para orientar. Esses são os pequenos atritos que você pode encontrar que não temos como resolver né até porque vem passear só e se não estivermos no momento e eles chegam e quebram árvores então quem foi? Não sabemos por que estão subindo⁹”.

Através desse depoimento vemos que um problema constante para o reflorestamento é o ecoturismo, especialmente no caso da favela do Vidigal em virtude dos turistas se encantaram com a vista do Mirante do Vidigal, contudo algumas vezes não entendem ou não respeitam as áreas reflorestadas e por esse motivo os mutirantes e técnicos precisam ficar atentos em especial nessa parte reflorestada.

Milton Santos (SANTOS,1998) irá aprofundar essa discussão sobre os ecoturismos dizendo que a globalização tem efeitos locais, pois antes o local tinha o tempo mais lento em relação ao tempo global que era considerado mais rápido. Contudo com o advento da globalização e com ela a criação de redes mundiais acabou retirando o caráter de tempo lento do local e o transformou para rápido.

Dentro dessa perspectiva é possível observar na fala do mutirante, José Carlos, que esse conflito do tempo local que seria mais lento e que as árvores do reflorestamento conseguiriam ficar grandes e fortes porque a comunidade respeita essa área e tem consciência de que não podem mexer

⁹ Depoimento de José Carlos mutirante, categoria servente, do Vidigal.

nas plantas em crescimento, em contrapartida agora este local está recebendo as influências das redes através do turismo e isso não está inerente a comunidade mas aos empresários e governantes, que como diz Milton Santos (SANTOS,1998), vão disputar para seus locais de domínios e se tornarem atrativos e para isso eles utilizam tanto recursos materiais quanto imateriais.

Nota-se também no depoimento de José Carlos que a comunidade respeita o reflorestamento e não invadem a área reflorestada, pois se fez um trabalho de conscientização com os moradores também eles deixam expostos os escombros da tragédia que foi um deslizamento de terra, onde deu o início do projeto na comunidade

Pois segundo Maturama e Varella (VARELLAS and MATURAMA,2001) as crises ambientais reorganizam o sistema e as crises ecológicas faz com que os sistemas se reorganizem dentro da história. Mas não se pode estudar somente o evento sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

A partir da visão desses autores, percebemos que deixar o alicerce da casa que desmoronou com a chuva de 1992, onde morreu a grávida e as seis crianças, em evidência é um aspecto de reviver a memória e contar a história, mas também um local que ganha a forma de reflorestamento e de segurança para uma determinada região e povo.

O trabalho de conscientização não se resume na memória da tragédia, mas os mutirantes guiam crianças de uma escola pelo reflorestamento, explicam o porquê de reflorestar aquele local, fazem plantio com as crianças e falam um pouco da história dos trabalhadores que passaram pelo projeto.

Além disso o projeto Mutirão de Reflorestamento conta também com um projeto de educação ambiental que é o Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento (PEAR) que deu apoio ao Mutirão de Reflorestamento. O PEAR seleciona e capacita os agentes para atuarem nas comunidades que têm o mutirão mantendo as parcerias com as associações de moradores. Ele também propicia atividades educacionais para as escolas e os membros dessas comunidades, sempre focando na formação de agentes multiplicadores.



Figura 12: Educação Ambiental em área de reflorestamento no Morro da Babilônia.

Em 2002, o PEAR conta com 65 agentes ambientais atuando em 107 comunidades atendidas pelo projeto Mutirão. A PEAR faz parceria com as escolas municipais que estão na área da favela para conscientizar as crianças da importância do reflorestamento também para que elas se sintam como parte do processo e que suas famílias também. Isso deixou o projeto mais conhecido e com mais pessoas a favor do Mutirão dentro das comunidades (MAXWELL,1996).

Um dos objetivos da educação ambiental é que essas crianças tomem consciência da importância do reflorestamento e que estas áreas reflorestadas sejam vistas como um local que possam desenvolver o contato com a natureza e um local de recreação.

Considerações Finais

Logo verificamos que a história do Vidigal foi marcada por lutas que demarcaram o território da favela e pelo desastre da grande chuva que resultou nos desmoronamentos de terra e deslocamento de blocos o que possibilitou a entrada do programa.

No início o Mutirão de Reflorestamento não tinha o intuito de se tornar um dos impulsionadores do turismo na comunidade, porém ele não perde seu objetivo de vista que é

recuperar a Mata Atlântica e em virtude disso, usa as leis para preservar o reflorestamento e sinaliza com a ajuda de placas que a área é de preservação.

Portanto esse programa da Prefeitura se adaptou as condições da demanda de pessoas que o turismo no Vidigal atrai, porém não deixou de lado sua principal vertente que é a recuperação da Mata Atlântica carioca.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN-RIO; Zahar, 1987.

ARNOLD, David, *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de março de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. [ISSN 1138-9796].

BRANDÃO, A.M.P.M. *As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano*. In: ABREU, M. de A. org. NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.143-200.

BRASIL. *Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998, p. 283.

BURGOS, M. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

BRUM, Mario. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos*. In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

Câmara do Distrito Federal, *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, P. 165.

CARVALHO, Leo Fontes Paz de. *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2013.

- COMPANS, Rose. R B.** *A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental.* In *Estudos Urbanos e Regionais* V.9, N. 1/ maio 2007.
- DAVIDOVICH, Fany.** *Programa favela: bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ* In Apresentação no Congresso: VII Encontro Nacional da ANPUR na área temática Urbanização e Regionalização.
- GALVÃO, Maria do Carmo Correia.** *Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro.* In: ABREU, M. de A. org. *NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO.* Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.13-26.
- GONÇALVES, Rafael Soares.** *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro:* Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.46.
- HAESBAESRT, Rogério.** *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade,* Porto Alegre, 2004.
- JUNIUS, Celso Ferreira Santos.** *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro,* Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.
- KOSELLECK, Reinhart.** *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos,* Contratempo. Rio de Janeiro (1979[2015]). Capítulo 13 e 14.
- LEFEBVRE, Henri.** *O Direito à Cidade.* Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.
- LUCHIARI, Maria Tereza D.P.** *Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo.* IN: LIMA, Luiz Cruz. *Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico.* Fortaleza: FUNECE, 1998. P. 15-29.
- MATURAMA, Humberto R. and VARELLA, Francisco J.** *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.* Pallas Ahenas, 2001.
- MERTON, Robert.** *Social theory and social structure,* New York, The Free Press, 1957, p. 266.
- MORAES, L.F.D., Assumpção, J.M., Pereira, T.S., Luchiari, C.** (2013). *Manual Técnico para a Restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 80 p.
- PAULO, P. P.** *Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica".* Ed. UFF, Niterói, 2013.
- PETERSON, Lu.** *Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro.*
- POLLACK, Michael.** *"Memória e Identidade Social".* Revista Estudos Históricos, v.5, n. 10, 1992, pp.200-212.

PORTES, Alejandro. *Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado*. Estudos CEBRAP (No. 22) (1978) Singer, 1972.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Teorias da ação*. Letra capital, 2014. SESSÃO II - OS DEMÔNIOS E OS DEUSES DA MODERNIDADE: AÇÃO RACIONAL E RACIONALIZAÇÃO.

SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Neloson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998. p. 129-138.

SANTOS, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia da Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Licia do Prado Valladares. Zahar Editores, 1978.

VAZ, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002. v. 1. P. 38.

VIEIRA, Beatriz Morais. *Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos*. In Revista Maracanã Edição: n.11, dezembro 2014, p.72.

ZALUAR, A and ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

SITES:

Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de Dezembro de 2015 às 15 horas e 17 minutos no site:

<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF>

Governo do Rio de Janeiro no dia 07 de Dezembro de 2015 às 8 horas em:

<<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-da-formiga/Formiga>>

Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas.

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 07 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Rio natural e guia de trilhas visto dia 12 de abril de 2016 às 13 horas. <<http://rionatural.com.br/pt-br/tours/trilha-morro-dois-irmaos/>>

VELEZ, Vitoria. *Reflorestamento diminui risco de deslizamentos nos morros cariocas.*, visto dia 30 de agosto de 2013 às 17 horas. <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/08/30/campanha-de-reflorestamento-renova-esperanca-nos-morros-cariocas.htm>>

Pescadores, Peixeiros e Comerciantes: a centralidade econômica popular na Praça XV de Novembro-RJ (1969-1991)

Luís de Souza Junior
(Doutorado do programa do PPGHS-UERJ)

1 – INTRODUÇÃO

Em larga medida, a pesca artesanal é uma atividade econômica que remonta períodos antigüíssimos na História Social das cidades costeiras do Brasil. A partir do século XIX, os pescadores artesanais testemunharam a expansão da urbanização sobre seus territórios. Seja através da industrialização, nas mudanças da logística portuária, através da expansão da periferia, do turismo ou o intenso processo de verticalização, tais processos ensejaram transformações profundas nos espaços e nos circuitos produtivos da pesca. Neste sentido, urge a realização de uma leitura ativa do espaço e dos usos do tempo mediante ao testemunho e memória dos sujeitos que compõem a economia pesqueira artesanal.

O trabalho ora apresentado tem o intuito de compreender a relação entre o comércio de pescado com a produção social do espaço urbano carioca. Para tanto, analisamos o comércio do pescado existente na praça XV de Novembro no centro do Rio de Janeiro. A partir do testemunho dos pescadores, peixeiros e comerciantes pretendemos compreender a história das presenças populares no centro do Rio de Janeiro e suas redes pela metrópole no período compreendido entre 1969-1991.

Tal temática é um desdobramento da dissertação de mestrado do presente autor intitulada *Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói-RJ*, defendida no ano de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. No decorrer da pesquisa identificamos algumas lacunas que prejudicavam a circulação do pescado na metrópole, a saber: ausência de um entreposto de pesca no local. Foi necessário, portanto, aguçar o olhar retrospectivo para encontrarmos respostas. Neste âmbito, o antigo entreposto da praça XV de novembro, desativado no ano de 1991, era a porta de entrada e saída da atividade pesqueira artesanal na metrópole do Rio de Janeiro.

De antemão, advertimos que não se trata de inventariar uma atividade residual em vias de extinção como propõe a oposição binária entre a modernidade e a tradição já amplamente debatida, tampouco romantizar um arquétipo de comércio idílico de um tempo remoto longe do burburinho urbano que só tem espaço nas novelas e na literatura. Trata-se de trazer a luz histórias concretas que

compõem trajetos labirínticos nas cidades, pessoas de carne e osso que lutam pela manutenção do seu quadro de vida.

Para realização do presente trabalho separamos o artigo em duas partes: a primeira “*Escala e pertinência: em busca da geografia das existências*” procuramos estabelecer os marcos teóricos e conceituais que nos ajudam a compreender os elos entre História e Geografia e centralidade popular e na segunda “*A centralidade econômica popular e a cidade: mapeando os traços pretéritos*” buscamos evidenciar as marcas do mundo popular, através do olhar dos sujeitos que compõe o circuito produtivo da pesca, na produção social do espaço urbano do Rio de Janeiro.

2 - ESCALA E PERTINÊNCIA: EM BUSCA DA GEOGRAFIA DAS EXISTÊNCIAS

Desde cedo, pensadores dos mais variados cânones filosóficos e científicos se debruçaram na reflexão sobre a relação entre os fenômenos e a sua dimensão. Longe de ser prerrogativa da Geografia ou da História, a compreensão do mundo enquanto constructo cosmológico exige esforço de inteligibilidade dos horizontes de proximidade e de distância no tempo e no espaço. Ao lançar o olhar sobre os fenômenos, a humanidade cria novas experiências modificando constantemente o “ser no mundo” a partir de um tensionamento daquilo que é visível e invisível.

É moeda corrente entre pesquisadores de Geografia e História traçarem os contornos e limites, espaciais e cronológicos, para explicar a extensão e duração de um evento. Contudo, o enquadramento rígido dos objetos analisados e encaixes estruturados em recortes temporais e espaciais com contornos precisos fornecem um conhecimento deslocado da realidade.

A validação da Geografia enquanto ciência por muito tempo se serviu e ainda se serve da cartografia para realização do seu estudo empírico. As abordagens geográficas primavam pelo tamanho dos fenômenos a serem analisados, que variavam do recorte local ao espaço planetário. Para Correa (2012) a concepção de espaço, mas também de tempo, eram absolutos, ou seja, possuía a sua existência em si e não derivava da experiência.

Trata-se de uma visão kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. A geografia constituir-se-ia na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a História, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão do tempo (CORREA, 2012 p 18)

O espaço enquanto um constructo absoluto torna-se um mero receptáculo para as ações humanas. Como se cada área fosse o lócus de uma concepção única em relação à qual não poderia conceber generalizações. Daí a necessidade de utilização dos recortes de área para a descrição das

combinações naturais e humanas que se dão no espaço particularizado. Neste sentido, por muito “tempo a escala foi utilizada como recurso matemático fundamental que indica as medidas do real em relação a sua representação gráfica” (CASTRO, 2012 p. 117).

Apesar da superação da Geografia tradicional ou quantitativa, inúmeros trabalhos que seguiram primaram pelo encaixe do fenômeno a ser debatido com um recorte específico do espaço. A adequação do estudo fenomênico ao “pedaço” do espaço escolhido, não raramente, resultaram na deformação e mutilação da realidade.

Embora o instrumental analítico fornecido pela cartografia seja necessário para mensuração e representação gráfica dos elementos espaciais, a complexidade da produção social do espaço exigem outras abordagens sobre as dimensões e medidas dos fenômenos. Para Iná Elias de Castro (2012) o problema consiste no fato da Geografia não dispor de um conceito próprio de escala. A autora revela que o problema da escala em Geografia decorre do fato desta se referir apenas ao tamanho do fenômeno, conduzindo as pesquisas a recortes análogos a escala cartográfica. Neste sentido, um ponto de vista interessante é aquele que elucida a homogeneidade e a heterogeneidade que resultam do processo de observação “fruto de uma escolha que deve ser conscientemente explicitada” (CASTRO, 2012 p. 127).

Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo dimensioná-lo e mensurá-lo.(CASTRO, 2012 p. 127)

Dito de outra forma, a escala para Iná Elias de Castro (2012) é um processo de “esquecimento coerente”, ou uma estratégia de apreensão da realidade e, portanto, exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto. Como uma maneira de apreender o real a escala constitui uma prática de observação do mundo. Dessa maneira, a escala não pode ser um dado a priori. Todavia, a redução da escala aos apelos intuição do pesquisador pode conduzir as pesquisas a um mero ajuste da representação e chega-se a proposição de que a escala de observação cria o fenômeno. Nesta perspectiva, oportunamente as escalas só poderão vir como resultado da pesquisa e, assim evita-se os entraves das descobertas intelectuais.

Silveira (2004) enumera três premissas centrais no debate sobre a escala: (i) a crítica a analogia da escala com a escala cartográfica; (ii) a afirmação de que o valor da variável muda com a escala e (iii) a aceitação da escala como uma definição a priori na pesquisa geográfica. A primeira e a segunda se referem à escala como um “zoom” da pesquisa sobre o território, a terceira como um alicerce do processo de pesquisa e todas elas fundamentam a ideia da geométrica do espaço. Sendo

insuficientes para uma análise espessa da organização espacial da sociedade a autora indaga: “Mas será a escala geográfica um encaixamento de estruturas ou extensão de um feixe de eventos sobre aquilo que M. Santos chamou de rugosidade?” (SILVEIRA,2004 p. 89).

Nos albores da História, a organização do espaço se modificava de maneira lenta e os quadros de vida dependiam diretamente da proximidade, com limites fixos circunscritos aos lugares. As novas possibilidades trazidas a cabo pela globalização desestabilizam velhas concepções de mundo, provocando os analistas a buscarem outra proposta de elaboração metodológica acerca dos problemas insurgentes. Em um mundo onde a fluidez e a competitividade se tornam o imperativo da vida social, torna-se necessário a realização de mudanças nos óculos conceituais.

Face à globalização e fragmentação do território, alguns conceitos e entre eles a escala geográfica, não são alheios a essas transformações e devem ser submetidos à discussão, ao risco de se tornarem desprovidos de valor de pesquisa. (SILVEIRA 2004 p. 89)

As forças dos grandes centros de decisão são capazes de produzir eventos que incidem, em um mesmo momento, em diferentes locais. Para Milton Santos (2012), os eventos históricos não se dão isoladamente. A título de ilustração, o Estado, pelo seu uso legítimo da força, encarnando ou não no direito, possui força para agir sobre a totalidade de pessoas, empresas e instituições no território. A escala, neste aspecto varia conforme as variáveis dinâmicas e, no pensamento do autor, possui duas acepções, a saber: a escala da origem das variáveis produtoras de evento e a escala da objetivação do evento. Daí a afirmação de que a escala é um dado temporal e não espacial.

Corroborando com Milton Santos (2012), Maria Laura Silveira (2004) afirma que o tempo diz respeito às substâncias e aos processos de totalizações enquanto o espaço é a totalidade em funcionamento. A autora ensina que os processos normativos encontram uma totalidade prévia, ou seja, um mundo prévio que obriga os vetores globais a se adequarem aos limites materiais e organizacionais de cada lugar. Existe nesta perspectiva, portanto, uma escala da ação, do tempo global e do tempo nacional e uma escala do império, do tempo objetivado dos lugares.

Renato Emerson dos Santos (2006) afirma que os elementos espaciais são multi-escalares. Neste sentido, a globalização se realiza nos lugares e redefine seu conteúdo sem, todavia, anular as suas particularidades. Dessa maneira no espaço historicizado coexistem homens e mulheres, firmas e instituições diversas que extrapolam as rígidas estruturas do espaço e do tempo absoluto. Enquanto síntese de várias determinações, os espaços-tempos são relacionais, fixos e fluxos, contíguos e em redes, duração e extensão, geométricos e sociais e dependem da força dos atores sociais que demarcam e operam seus dispositivos.

As diferentes abordagens escalares existentes em diferentes campos do conhecimento revelam a polissemia do tratamento da relação dos fenômenos com a dimensão. Para Maurizio Gribaudi (1998), as escalas temporais “micro” e “macro” nas práticas de pesquisa são essencialmente apreendidas em diferentes modelos causais nos fenômenos sociais. Enquanto a abordagem macrosociológica é dedutiva e especifica sua prova a partir de um modelo global, a abordagem microsociológica é indutiva e individualiza os mecanismos de pesquisa a partir de suas fontes. Ao defender a abordagem micro, o autor explica que é necessária uma ruptura com os modelos causais associados a abordagens macroestruturais. Longe de buscar construções lógicas e demonstrativas, ilustrar normas e modelos, a abordagem “micro” busca descobrir mecanismos para dar conta da variação, da diferenciação dos comportamentos sem perder de vista as grandes questões. Se a globalização se atualiza e se presentifica nos lugares, modificando as práticas socioespaciais dos sujeitos históricos, cabe compreender a escala como uma estrutura estruturada e estruturante da correlação de forças atuantes em um lugar.

Para Cesar Simoni Santos (2018) a escala, longe de ser uma visão manipulada pelo sujeito do conhecimento, deve ser buscada como um fragmento da explicação do objeto e, somente dessa forma, que a escala se volta para o desvelamento do mundo real. Mobilizando a noção “Lefebvriana” de cidade, o autor afirma que a escala “é uma dimensão dinâmica da própria realidade em transformação” (SANTOS 2018, p. 101).

O reconhecimento do nível do global, da cidade e do habitar envolvem, todas as dimensões do poder do Estado, da organização religiosa, das estratégias econômicas e da organização da cotidianidade. (SANTOS, 2018 p. 101)

De algum modo, a cidade e o fenômeno urbano enquanto obra humana pode estimular uma concepção relacional das escalas. Malgrado as normas e vetores verticais, a cidade possibilita as múltiplas formas de existência. Nas sociedades periféricas, as cidades são recurso e abrigo para os mais pobres que, mediante a proximidade, se organizam para buscar a superação das adversidades. Enquanto espaço-tempo da diversidade entre culturas, idiomas, crenças e valores a cidade e, sobretudo, a metrópole, possibilita a pedagogia da co-presença, do encontro com o diferente e a sociodiversidade. Daí necessidade premente de perceber uma outra economia submersa nas normas e valores populares e ,portanto, na agência humana e nas escalas da existência.

3 - A CENTRALIDADE ECONÔMICA POPULAR E A METRÓPOLE: MAPEANDO TRAÇOS PRETÉRITOS

Compreender a vida econômica na cidade, mesmo que de maneira elementar pressupõe a realização de pontes interdisciplinares entre as diferentes humanidades. Em relação aos mercados de pescado nos centros apinhados de gente, os sons, odores e sabores se misturavam a partir de um quiproquó de significantes e davam a tônica da vida urbana. Neste sentido, ensina Lefebvre (2008), o espaço não pode ser pensado enquanto um conteúdo neutro que comporta tendências para um saber absoluto, tampouco é um mero reflexo da sociedade, constatável e dependente da descrição empírica antes de qualquer teorização.

Falamos de produção do espaço. Essa expressão indica um passo a diante na reflexão arquitetônica e urbanística, ultrapassando esses setores e referindo-se ao conjunto da sociedade. Ela quer dizer que não consideramos o espaço como um *a priori* seja no pensamento de Kant, seja no mundo do positivismo. Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Distinguimos então espaço social de espaço geométrico, isto é, mental (LEFEBVRE, 2008, p. 55).

A circulação e transporte no recôncavo da Guanabara se deram por via marítima-fluvial, onde ocorria o transporte de gêneros agrícolas, dos trechos menos profundos e mais difíceis através das canoas, para áreas mais profundas mediante os barcos maiores. Segundo Lysia Bernardes e Therezinha Segada Soares (1990) numerosíssimos eram os portos simples de embarque à margem dos rios ou na orla do recôncavo da Guanabara¹. Entretanto, os colonos empenhados aos comerciantes do Rio de Janeiro lhe adiantavam capital em troca da produção agrícola, fato que impossibilitou a presença de intermediários naqueles portos (LAMEGO, 1947 p. 140).

A ausência da formação de grandes aglomerados urbanos em torno dos pequenos portos e a facilidade de acesso dos moradores das “bandas d’Além”² a cidade, favoreceu a concentração de produtos em um só porto- o Rio de Janeiro (LAMEGO, 1947). Neste sentido, o mercado de pescado a céu aberto no centro da cidade existe desde o período colonial e foi durante séculos o principal ponto de concentração e abastecimento do pescado na cidade do Rio de Janeiro.

Desde o século XVII os oficiais da Câmara procuraram delimitar o raio de ação dos mercadores ambulantes, criando incipientes mercados. Segundo Gorberg e Fridman (2003), no ano de 1636, a Câmara já havia estabelecido que os pescadores vendessem seus produtos no trecho da praia de Nossa Senhora do Carmo até a porta do Governador, ou seja, entre atual Praça XV de Novembro e a Rua da Alfândega.

Coaracy (1944) assinala que no ano de 1626, o governador Martim de Sá e os oficiais da câmara em sessão de 3 de outubro, tratava de limitar o raio de ação dos atravessadores que

1 Alguns bairros do município de São Gonçalo nasceram em virtude de sua função portuária. Porto da Pedra, Porto Velho, Porto Novo, Porto da Madama entre outros são exemplos.

2 Alcinha dada aos locais da orla oriental da baía de Guanabara.

“açambarcaram os gêneros de primeira necessidade empunhando preços exorbitantes pelos mesmos, provocando carestia da vida”. Apesar de importante ponto de abastecimento do pescado, desde cedo o mercado foi considerado “primitivo”, como afirma alguns cronistas do Rio antigo. Tal fato pode ser visto na contraditória crônica de Joaquim Macedo (1988) quanto à mudança da denominação da Quitanda das cabanas para praia do peixe e na arguta visão das ruas de João do Rio (1995),

Apesar de Quitanda, graças, porém as cabanas era um nome rústico, mas pouco lírico o tinha louros de poesia de civilização primitiva, a mais chata e infeliz das lembranças, eivadas de maresia mais tarde trocou essa denominação pela praia do peixe. Mil vezes antes Quitanda das Cabanas. É certo que naquele mercado o que predominavam era o peixe e peixes ótimos e fartos e baratíssimo na cidade, e peixe miúdo vendido a cinco mil réis por quantidade abundante (...). Mas, em todo caso não há desculpa que aproveite a quem mandou rebaixar a quitanda das cabanas para praia dos peixes” (MACEDO,1988 p.155).

E

(...) Há ruas que pouco honesta com o passado mudaram de nome- a da Quitanda. Essa tinha mesmo a mania de mudar de nome. Chamou-se açougue velho, do Ignácio Castanheira, do Sucussarará, do Tomé da Silva, que sei eu, até de Canto do Tabaqueiro. Acabou Quitanda do Marisco, mas como certos indivíduos que organizam o nome conforme a posição que ocupam, cortou Marisco e ficou só Quitanda. (RIO, 1995 p. 8)

Em sua crônica sobre o Rio antigo, Luiz Edmundo (2003) retrata as mudanças de denominação que a atual praça XV de Novembro já teve.

Estamos no velho logradouro, ainda de ar colonial tal qual como se vê com suave vocação numa gravura de Debret, sítio que se chamou Nossa Senhora do Ó, lugar do terreiro da Polé, Praça do Carmo, terreiro do Paço, largo do Paço e finalmente praça XV de Novembro. (EDMUNDO, 2013 p. 59)

O centro da cidade do Rio de Janeiro era o principal cartão de visitas da cidade onde os turistas e viajantes ao desembarcar da Baía de Guanabara se deparavam com um cotidiano ruidoso, marcado pela copresença entre diferentes sujeitos. Segundo Luiz Edmundo (2003), na praia do peixe de longe era possível perceber a enorme algazarra e o mau odor que exalava.

Na moldura de um casário reles e acochambrado um enorme chão feio e mondongueiro, sórdido tapete de detritos, onde há sobras de melancias e bananas, casca de abacaxi e de laranja. Papéis velhos e molambos, solo irregular e mal cuidado pelo qual cruza e pára um andrajoso povilú: negros e negras descalços, sujos e vadios, de envolta com soldados, catraieiros, carregadores, guardas fiscais, marinheiros mendigos e vagabundos de todo tipo. (EDMUNDO 2003, p 57)

Em 1934, foi instituída a criação de entrepostos pesqueiros no litoral brasileiro. Neste sentido, a pesca passa a ter, portanto, dois órgãos reguladores: a Marinha do Brasil e o Ministério da Agricultura (decreto n 23.672-Código de Caça e Pesca). Na cidade do Rio de Janeiro o entreposto foi criado próximo ao mercado municipal, no cais Pharoux, onde já ocorria o desembarque do pescado. Para Silva (2015), a criação dos entrepostos foi uma tentativa de normatizar a pesca

artesanal e, sobretudo modernizar a organização produtiva da pesca sob a tutela do Estado desenvolvimentista. Contudo, afirma a autora que

(...) o período de grande modernização no setor, depois da configuração política, criada pela configuração organizacional do estado, colônia, federação e confederação, vai acontecer nos anos de 1960 (...) (SILVA 2015 p. 31)

Credita-se, portanto, o incremento que a atividade pesqueira recebeu em grande medida, a criação do entreposto de pescado da praça XV de Novembro. Bernardes e Bernardes (1950) afirma que grande parte da produção do camarão de diversos rincões do estado do Rio de Janeiro afluía para o entreposto.

Começa então em janeiro ou fevereiro o grande período da pesca de camarão nestas lagoas, especialmente de Maricá e Saquarema grandes fornecedoras do entreposto do distrito federal (BERNARDES & BERNARDES 1950 p. 20)

O circuito produtivo da pesca remete a uma intensa transferência geográfica do valor (SOJA, 1993) que envolve a produção do pescado nas águas interiores ou mar aberto, os atravessadores, as centrais de distribuição ou entrepostos. A circulação do pescado no Rio de Janeiro depende de uma solidariedade organizacional pelo qual o pescado passa por inúmeras etapas até a mesa do consumidor. Por muito tempo, o pescado fresco foi a principal fonte de alimento da população carioca. O descarregamento de pescado afluía de todo recôncavo da Guanabara e das cidades vizinhas, por meio das Canoas, Caícos, Saveiros³, Traineiras⁴, ou Caminhões baús. Chegando ao entreposto da praça XV de Novembro, o pescado passava pela *balançada*, onde era pesado e, posteriormente, cadastrado no mercado. O mercado era dividido em *boxes*, ou balcões, cada qual com seu *pregoeiro* que tinha a função de verificar o volume do pescado e estabelecer o preço do pescado no pregão. Além dos pregoeiros, os mercados contavam com os carregadores, denominados *burros sem rabo* que transportavam o pescado para o interior do mercado em troca do “pinga”, uma quantia de pescado que era o pagamento pelo transporte. Segundo um entrevistado, cada boxe estabelecia o seu preço e os consumidores compravam de acordo com a qualidade e o preço negociado.

Contudo, nos idos de 1975 a cidade-estado da Guanabara desapareceu, sendo reincorporada ao estado do Rio de Janeiro em consonância com o esvaziamento de algumas funções administrativas em âmbito federal que permaneciam instaladas na antiga capital. Como resposta,

3 Pequenas embarcações muito comuns na baía de Guanabara.

4 Barcos de grande tonelagem.

um novo ajuste espacial baseado no Plano Urbanístico Básico (PUB-Rio) em 1977 foi criado (decreto nº 1269 de 1977). Pela primeira vez um plano urbanístico para o município possuía uma visão ambientalista, ressaltando aspectos materiais e históricos. Outro ponto abordado pelo PUB-Rio é a valorização dos planos locais, mais voltados para particularidade de cada bairro ou conjunto de bairros.

Dentre os planos locais estabelecidos nos bairros e conjunto de bairros do município, um destaque ao chamado Corredor Cultural (lei nº 506 de 1984 e revisto na lei 1.139 de 1987) o projeto possuía duas subzonas: denominadas de preservação ambiental e renovação urbana. Baseado na Carta de Veneza⁵, o objetivo era garantir a preservação de prédios públicos e a ambiência da área central, incentivando a criação de atividades culturais e de lazer através da criação de bares e restaurantes e um projeto de mercado que, segundo os urbanistas que idealizaram, seria uma “metáfora do mercado antigo”.

Concebido como fonte de mau cheiro, desordem a partir da “algazarra” dos peixeiros e possível foco do vírus da cólera, o mercado remanescente de peixe não foi contemplado pelo projeto. Visto como um entrave à construção do Corredor Cultural pelos urbanistas e pelos atores sociais envolvidos no projeto, por fim, no ano de 1991, com o auxílio do Ministério de agricultura, o governo do estado (decreto 16.616 de 7 de Junho de 1991) retira o mercado transferindo parte do comércio de pescado para a Central de Abastecimento SA (CEASA-RJ).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As peixarias, bancas de pescado e feiras livres são formas de comércio existentes desde muito tempo na cidade do Rio de Janeiro. Desde pelo menos metade do século XVII, havia um pequeno e ruidoso mercado na Rua da Alfandega, entre a Praça dos Marinhas e a rua do mercado que permaneceu até 1991. Tratavam-se dos mercados populares que desempenharam um importante papel no abastecimento alimentar na cidade do Rio de Janeiro, além de serem fonte de trabalho e renda para um sem número de pescadores, peixeiros e intermediários.

Apesar de ser fonte de trabalho e renda para inúmeras pessoas e fonte de alimento para consumidores de todo município, os mercados existentes no centro da cidade do Rio de Janeiro foram alvo de fiscalização e os agentes da cadeia produtiva da pesca alijados do uso do espaço do

5 Documento criado no II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS-Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos em maio de 1964. Dentre as ideias que fundamentam o documento estão a preservação das obras monumentais de cada povo que permanecem como testemunho vivo das tradições seculares.

centro histórico pelo poder público. Pescadores, Peixeiros e ambulantes, de pessoas importantes na cidade, passam a representar o atraso e decadência.

Em larga medida, a ação do Estado e do mercado se notabiliza pela criação de formas insensíveis à História dos lugares. Igualmente, a partir da produção de imagens-sínteses, são responsáveis pela produção de não existências, onde as presenças populares são consideradas hostis ou simboliza a decadência das grandes cidades. Logo, o discurso da decadência dos centros urbanos, a deteriorização do patrimônio histórico imediatamente remonta a intervenção do Estado na preservação de pontos que evoquem um ideário pelo qual a memória se torna o aparelho ideológico do patrimônio.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BERNARDES, L. Pesca artesanal no litoral do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia: janeiro-março 1950
- BERNARDES, L. ; SOARES , M.T. . Rio de Janeiro: cidade e Região. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.
- BRAUDEL, F. Civilização Material e capitalismo séc XVI a XVIII: o jogo das trocas. São Paulo: Martins fontes, 2009.
- CANAU, J. Memória e identidade. São Paulo. Ed: Contexto, 2018.
- CASTRO, I.E.. O problema da escala in: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORREA, R.L. Geografia : Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2012 p.1117-140.
- CERTEAU, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.
- CORREA, R. L.. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREA, R.L. Geografia : Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2012 p.15-48.
- COARACY, N. O Rio de Janeiro do séc XVII. Rio de Janeiro:, Ed Olympio, 1944.
- FARIA, J. O mercado mina: africanos ocidentais na praça de mercado (1830-1890). Tese (Doutorado) 290 p. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012
- DIEGUES, A. C. S. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1984.
- GRIBALDI, M. Escala, sua pertinência e configuração. In: Jogo de escala: a experiência em microanálise. J Revel (org) Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- LAMEGO, A. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Geografia, 1947.
- LEFEBVRE, H. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2011.
- _____. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MACEDO, J. Memórias da rua do ouvidor. Brasília. Ed UNB, 1988. Coleção temas brasileiros.

POLANY, K. A grande transformação: as grandes origens de nossa época. Rio de Janeiro. Campos, 2000.

RABOSI, F. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito dos mesiteiros e sacoleiros em Cidade del Este. Ideação/ Revista de Centro de educação e Letras/ Pesquisas e Ensaios, 2004 v6 p. 151-176.

RIBEIRO, A.C.T. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. In: RIBEIRO, A. C. T. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Vol 3. Rio de Janeiro, Letracapital: 2013.

RIO, J. A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro. Ed: coleção biblioteca carioca, 1995.

SILVA, C. Por um desenvolvimento das economias locais: pesca e território. In XIII Simpósio Internacional de Geografia Urbana. UERJ 18 a 22 de janeiro de 2013. Anais.

Aldeia Imbuhy: as de identidades de uma comunidade de tradição pesqueira no interior de um forte militar

Jamylle de Almeida Ferreira
Doutorando do PPGHS- UERJ.

Introdução

Este trabalho tem como objeto a Aldeia Imbuhy, comunidade pesqueira que iniciou uma disputa jurídica com o Exército na década de 1990 para manter suas moradias e no ano de 2015 foi quase que inteiramente removida por decisão judicial.

A disputa ocorreu no interior do Forte Rio Branco, na entrada do Forte Imbuhy, que teria dado nome à comunidade localizada no bairro de Jurujuba, Niterói-RJ.

Conforme versão dos moradores a ocupação teria se dado em 1886, quando da chegada da jovem conhecida por Dona Yayá (1871-1963) e a fortificação teria sido construída posteriormente, em 1901.

Aos 16 anos a jovem teria bordado a primeira Bandeira do Brasil Republicano (1989) e acabou virando referência local, mesmo existindo registros de que a área já era ocupada bem antes, desde meados do século XIX conforme afirma Motta (2017) e desde o fim do século XVIII, conforme o Projeto de Resolução Nº 81/2015 que concedeu o título de Benemérita do Estado do Rio de Janeiro "*Post Mortem*" à Dona Yayá.

A insegurança, que já era relatada por Dona Yayá em entrevista concedida a um jornal da época na década de 1950 teria subsidiado o fortalecimento da identidade local na figura da moradora, associada à história oficial como estratégia de sobrevivência da comunidade, diante da ameaça de despejo.

Além disso, a pesca seria a principal atividade exercida pela comunidade, cuja matriarca seria também, de acordo com o Projeto de Resolução Nº 81/2015, a esposa do líder dos pescadores local¹, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa.

¹ O marido de dona Yayá, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa é referenciado em duas vezes em jornais da década de 1960 como comerciante, o que pode ser justificado por ser comum o pescador comercializar seu próprio peixe.

A história local e o modo de vida diferenciado embasaram a reivindicação de reconhecimento da comunidade como tradicional e a solicitação de tombamento da área pelas 32 famílias.

Se uma comunidade de pescadores já possui uma dinâmica diferenciada, uma comunidade com essa característica, dentro de uma *Área de Segurança Nacional* administrada por militares tende a ser muito mais peculiar, gerando uma disputa de usos e de significados bem mais acirrada.

Trata-se de uma configuração complexa que envolveu, durante mais de cem anos de convivência entre esses dois grupos, ao mesmo tempo, a construção da vida social dos moradores e a manutenção do *poder de dissuasão* de um país que é considerado pacífico justamente por dispor de áreas e meios (aéreos, navais e terrestres)² próprios à segurança nacional.

Cabe salientar que esses termos militares, por serem oriundos da área de defesa são pouco conhecidos e discutidos tanto pela academia quanto pela sociedade brasileira. Ao mesmo tempo tem se tornado cada vez mais comum os conflitos territoriais em áreas militares. Entre os mais recentes envolvendo as Forças Armadas e com desfechos completamente diferentes destacamos:

- ✓ No município do Rio de Janeiro- RJ, as áreas da Estação Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, e da Ilha de Marambaia, ambas de tradição pesqueira. Os territórios, depois de anos de disputa, foram cedidos à população pela Marinha;
- ✓ No município de Barcelos- AM, localizado a 401 km de Manaus, numa região marcada por muitos conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais indígenas, pescadores, operadores de turismo, etc., há ainda a disputa entre a Aeronáutica e a população de alguns bairros, compostos por 700 famílias, que seriam desocupados para a construção de um aeroporto;
- ✓ No município de Niterói-RJ a área do Forte Imbuhy a precedência da ocupação da área é disputada entre o Exército e os descendentes de Dona Yayá. Em 2015 grande parte dos moradores foram removidos.

² Não pretendemos entrar no mérito da atualidade e capacidade de operação desses meios.

Diante dos problemas encontrados pelo Exército para manter a administração da área do Forte Imbuhy, que se constitui numa área sujeita não só à dinâmica, mas a exercícios militares e que abrigava uma comunidade civil, numa convivência em que principalmente nos últimos anos as atitudes de um grupo incomodavam ao outro e vice versa, estimulando o aumento das tensões internas a cada episódio, a precedência da ocupação da área do Imbuhy começou a ser disputada entre o Exército e os moradores.

Mais do que uma disputa de espaço social e de poder, ou seja, um conflito territorial, trata-se de uma disputa entre a história oficial dos documentos e a história oral, contada a partir de narrativas construídas. Ambos os lados estão munidos de diferentes elementos, propiciados pelas suas posições sociais, que fazem a manutenção das relações de poder estabelecidas entre si.

Nesse sentido a disputa se dá tanto no campo material quanto no simbólico, de maneira que as formas de atuação e organização desses grupos aconteçam a partir das suas práticas e dos seus discursos, levando-se em conta suas ações, suas estratégias, sua mobilização, bem como a capacidade organizativa e de resistência diante da crise do seu modo de vida.

O sentido da narrativa: Dona Yayá e a história local

De acordo com o Projeto de Resolução Nº 81/2015 desde o fim do século XVIII há registros de nascimentos na localidade, mas a história oral relaciona a origem da Aldeia ao estabelecimento da família SIMAS CARVALHO, em 1886, vinda do Recife e Márcia Motta (2017) prova, através da figura local do Inspetor de Quarteirão, citado pelo Almanaque Laemmert (1869) que pelo menos desde meados do século XIX havia moradores na área.

Dona Yayá passaria a ser a figura representativa da cultura local porque teve sua trajetória atravessada pela história oficial do Brasil, quando aos 16 anos recebeu do Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, o pedido para bordar o primeiro pavilhão nacional. A primeira bandeira teria sido confeccionada em tecido de algodão e a segunda, em seda.

De acordo com Ferrarini (1979, p.67-69) a bandeira foi hasteada às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro e foi

estabelecida como símbolo do Brasil pelo Decreto n.º 04, de 19 de novembro do mesmo ano, porém o seu dia passou a ser oficialmente comemorado somente a partir de 19 de novembro de 1908.

O Quadro A Pátria, pintado por Pedro Bruno em 1919, encontra-se no Museu da República. Apesar das frequentes associações à Dona Yayá, de acordo com funcionários do Museu não há relatos de que o mesmo se refira à sua figura, mas representaria o nascimento da República, em substituição ao Regime Patriarcal, daí a presença de mulheres e crianças, bem como um senhor de idade ao fundo e a provável presença de Tiradentes e do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro presidente republicano, símbolos da República nos quadros da parede.

A artesã, que dominava uma técnica passada de geração em geração, assim como a pesca, e que esteve associada à Proclamação da República por ter bordado a primeira bandeira republicana, construiu sua família na comunidade, em convivência com os militares, cenário que representa não apenas que essa convivência é possível, mas que sociedade e defesa podem andar juntas.

Assim aparece a figura de Dona Yayá no tempo presente, mulher, artesã, representante de uma comunidade tradicional pesqueira e símbolo da identidade local, bem como as figuras dos grandes heróis forjados pela história oficial para construir a identidade nacional no século XIX, mas com um agravante decisivo, ela foi eleita pela comunidade.

Na Aldeia Imbuhy, comunidade formada majoritariamente por pescadores artesanais, Dona Yayá conheceu e casou com o Líder dos Pescadores local, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa, e com ele teve sete filhos (Francisca, Hugo, Roberto, Álvaro, Alice, Celina e Odila) e aproximadamente quarenta netos. De acordo com moradores, e confirmado por seu trineto Carlos Antonio Raposo Vasconcellos, pelo menos 40% da população era descendente desta mulher a qual foi conferido o papel central no fortalecimento da identidade na comunidade.

Construindo a Metodologia da Pesquisa

Estão de um lado a memória, a cultura e a identidade da comunidade e todo o arcabouço de conhecimento apreendido por ela cotidianamente no próprio ambiente

militar, passado de geração em geração pela oralidade e de outro a defesa do país e o culto aos símbolos nacionais pelo Exército, com o patriotismo e a burocratização dos processos, os documentos e a lei, tendo a seu favor a história oficial e a máquina estatal.

No trabalho que está em desenvolvimento para o doutorado serão utilizadas duas metodologias diferentes para expressar os dois lados do discurso. Entrevistas e análise de conteúdo para o lado que constrói o discurso baseado na História Oral e análise documental para o lado que constrói o discurso baseado nos documentos e na História Oficial.

Muitas são as dificuldades na aplicação da metodologia de História Oral. As entrevistas com moradores da aldeia por diversos motivos ainda não puderam ser concluídas, o que acontecerá ainda esse ano. Um dos moradores que estavam cotados para isso faleceu aos 86 anos, um ano após ser removido da Aldeia. Sua família encontra-se muito abalada com o falecimento.

A esposa, também idosa está muito doente e o filho, o Sr. Ailton Navega, Presidente da Associação de Moradores, está bastante envolvido com esses problemas familiares, mas garantiu que vai ceder documentos e as entrevistas em reconhecimento ao apoio da comunidade acadêmica à questão do Imbuhy.

Com a dispersão dos moradores, devido à sua remoção, aumentam as dificuldades para concluir essa etapa.

Buscando identificar como a comunidade construiu sua argumentação em defesa da permanência na área, foi realizada uma pesquisa prévia em periódicos por década via Hemeroteca Digital, disponibilizada pela Biblioteca Nacional, usando como palavra-chave o nome da matriarca da comunidade, Flora Simas de Carvalho, conhecida como Yayá ou Iaiá (codinomes também usados na busca), desde o ano do seu nascimento (1871) até os dias atuais para averiguar sua participação na proclamação da República do Brasil. Trata-se em sua maioria de entrevistas concedidas a jornais de grande circulação pela própria protagonista da área, ou outras figuras representativas da comunidade.

Nas duas primeiras décadas foram encontradas apenas ocorrências irrelevantes (1910-1919 e 1920-1929).

A partir de 25 de março de 1956, ocasião em que o jornal *A Cruz* felicitou Dona Yayá pelo seu 82º aniversário, lembrou-se ter sido por suas mãos bordada a primeira bandeira brasileira republicana, tendo esse aparecido como o primeiro relato documentado sobre o fato em jornais.

Temos então um total de 20 ocorrências, estando entre elas 16 ocorrências relevantes no período compreendido entre 1910 e 2009 que aparecem a partir da década de 1950.

No último período disponibilizado para consulta na Hemeroteca Digital (2010 a 2017) não constam ocorrências, o que não quer dizer que inexistem reportagens sobre a área, sempre associada à figura de Dona Yayá, aliás nesse período é possível observar grande número de publicações, mas foram contempladas aqui apenas as reportagens encontradas na hemeroteca digital, aquelas disponibilizadas em outras fontes ainda não foram anexadas ao estudo.

Ocorrências		
PERÍODO	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
1910-1919	1	Irrelevante
1920-1929	3	Irrelevante
1950-1959	3	Relevantes
1960-1969	5	Relevantes
1970-1979	2	Relevantes
1980-1989	1	Relevante
1990-1999	2	Relevantes
2000-2009	3	Relevantes
2010-2017	0	
TOTAL	20	

Tabela1: Levantamento de ocorrências sobre Dona Yayá na Hemeroteca Digital entre 1871 e 2017.

Identificou-se que o jornal que mais possui ocorrências é o *Jornal do Brasil*, com um total de cinco distribuídas da seguinte forma: uma na década de 1960, uma na década de 1980, uma na década de 1990 e duas entre os anos 2000 e 2009. Algumas

dessas reportagens pode ter relação com a composição da redação do Jornal, pois uma jornalista da família nele já trabalhou, resta averiguar em qual período.

O Jornal Última Hora e O Fluminense também apresentam um bom número de reportagens sobre o tema, um total de três cada um, distribuídas da seguinte forma: no primeiro na década de 1950 temos uma reportagem e na de 1960 há duas, no segundo na década de 1910 aparece uma ocorrência e na década de 1920 mais uma, ambas irrelevantes, mas na década de 1990 há uma ocorrência relevante.

Do outro lado da disputa, no campo da defesa, os materiais selecionados para análise foram os documentos oficiais que definem as áreas de Segurança Nacional – principal argumento utilizado pela União para a remoção da população –, a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esse material está passando por análise que logo será disponibilizada.

Delimitação temporal e Objeto

A disputa que se trata aqui não se refere apenas ao território, mas também se configura numa disputa de sentido. Quanto à delimitação temporal, ela gerou um conflito territorial que se acirrou na década de 1990, não que antes já não existisse uma insegurança e até mesmo uma situação de tensão ocasionada pelo fato de os moradores não possuírem título de propriedade e estarem abrigados numa área militar.

Conforme abordado em matéria de 20 de novembro de 1959 do jornal Diário da Noite, na qual a Dona Yayá, foi entrevistada, a situação já era de absoluta insegurança por se tratar de terrenos situados em zona militar, podendo os que ali viviam a qualquer momento receber ordem de despejo e terem suas casas derrubadas.

Já na década de 1960 discutia-se a propriedade da área, mas a insegurança e o medo da remoção sempre existiram. Contudo, de acordo com Motta (2015), nem no regime militar, em plena Ditadura, o governo ousou remover os moradores da área, reconhecendo, de acordo com a autora, algum direito relacionado à história de ocupação do lugar.

Discordamos que isso possa ter se dado por reconhecimento. Acreditamos que possa ter acontecido devido ao falecimento de Dona Yayá, ocorrido em 1963, década na

qual, não por coincidência, se registra a maior quantidade de matérias sobre essa senhora e seus feitos.

De acordo com Motta (2015) o histórico dos conflitos que envolve a região não se constitui em algo recente. Em ofício datado de 26 de novembro de 1964, presente no processo de Apelação Civil de 1969, a Diretoria do Patrimônio do Exército reconheceu que a servidão militar ali existente poderia ser “próprio nacional sujeito a aforamento ou de propriedade particular”.

Outra matéria, publicada em 20 de agosto de 1995 no Jornal do Brasil aponta que em 1978 os moradores receberam notificações de despejo sob a alegação de que viviam numa área militar. Na ocasião muitos teriam deixado a aldeia temendo perder móveis e objetos pessoais. Os que permaneceram teriam continuado a ser incomodados.

Apesar das nossas investidas na questão do território, que pressupõe o conflito, sem o qual a identidade apoiada em Dona Yayá não teria aflorado, o motivo pelo qual não recortamos um período temporal maior para essa pesquisa, embora haja relatos de que os embates entre o Exército e a comunidade pela exploração do local teriam se intensificado no período militar, a partir da década de 1960, é o fato de nosso objeto não ser o conflito em si e sim a identidade que, estrategicamente emergiu da memória coletiva de uma comunidade que estava prestes a deixar de existir, o que veio à tona na década de 1990, quando os moradores ajuizaram ação de interdito proibitório contra a União em razão de restrições de acesso à área impostas pela administração militar da época. Obviamente é difícil chegar ao fortalecimento da identidade sem problematizar o conflito, mesmo não sendo esse nosso objeto.

Portanto nosso marco temporal inicia-se na década de 1990 acompanhando o marco legal citado acima. Além disso, identificamos em pesquisa prévia em periódicos que das 16 notícias relevantes sobre a Dona Yayá e a bandeira, distribuídas em seis décadas, o maior número ocorre na década de seu falecimento e (1960-1969), com cinco ocorrências e de 1990 até os dias atuais constam outras cinco ocorrências. Teria sido a partir de então que a comunidade passou a lançar mão da figura de Dona Yayá. Diante das ameaças de despejo esta senhora, antiga moradora que viveu na área do Imbuhy entre 1886 e o início da década de 1960 passou então a ser mais frequentemente associada à área e à história oficial como forma de defesa do território, o que, somado à

ação judicial dos moradores, pode apontar que o sentimento de insegurança ficava mais latente a partir desta década.

Na década de 1990 começa a aparecer o direito de comunidades tradicionais – não aplicado até então a comunidades pesqueiras – sobre o espaço necessário à manutenção da sua cultura.

Os moradores assumiram, dentre suas múltiplas identidades, aquelas que faziam alguma referência ao passado, mas que ainda representava muito para o presente, tais como as que:

- a) Traziam alguma alusão à história oficial, mas ao mesmo tempo, ao que pela convivência apreenderam do mundo dos militares em relação aos seus valores: o patriotismo e o respeito aos símbolos nacionais. Temos aí a exploração da figura de Dona Yayá, moradora que teria bordado a primeira bandeira do Brasil republicano e cujos descendentes ainda abrigavam a localidade. Um forte elemento para a permanência na área;
- b) Remetiam a uma atividade tradicional, a pesca artesanal, ainda explorada que poderia permitir que a Aldeia fosse reconhecida como comunidade tradicional, já que a legislação vem evoluindo com relação a essa problemática.

Com o fim do Regime Militar, conseqüentemente é minimizada a influência desse grupo na vida da sociedade brasileira, porém na comunidade da Aldeia Imbuhy ocorre justamente o contrário. Por situar-se em área militar, estando, portanto sob o seu domínio, aumentaram as tensões comunitárias, pois a atenção dos militares passava a estar concentrada no interior dos quartéis.

Foi nesse contexto de tensão que os moradores da comunidade nativa da Aldeia Imbuhy aforaram no ano de 1995 a ação de interdito proibitório nº 95.0050453-7. Em resposta o Exército, representado pela União Federal, requereu, no mesmo processo, a reintegração de posse junto à Justiça Federal do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro do mesmo ano, exigindo a desocupação da área em litígio, daí nossa consideração pela década de 1990, quando formalmente inicia-se a disputa territorial, com base legal de um espaço que sempre foi tanto de uso tradicional quanto da Segurança Nacional.

Contraditoriamente a ação que durou duas décadas, entre idas e vindas na justiça e terminou com a extinção da Aldeia Imbuhy foi movida pelos próprios pescadores e não pelo Exército. Aqueles perderam na primeira e na segunda instância. Em decisão de 27 de abril do ano de 2015, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve determinação do Tribunal Regional Federal (TRF) que obrigava os moradores a desocuparem a área. A remoção dos primeiros moradores iniciou no dia 23 de junho de 2015 e eles teriam até outubro para deixar a área.

Temos o término de uma dinâmica social e de uma convivência de mais de cem anos entre dois grupos que apesar de tão diferentes e com interesses completamente diversos, por compartilharem da mesma área foram absorvendo por meio das experiências elementos culturais e apreendendo o modo de viver do outro. São realidades que se encontram. Alguns eram moradores e, talvez influenciados por aquele cotidiano serviram ao Exército. Há ainda aquelas donas de casa que prestavam algum tipo de serviço doméstico remunerado, como lavar e passar as roupas dos militares.

De acordo com a história oral, a comunidade nasceu antes da chegada dos militares e do Forte Imbuhy ser erguido, já na versão do Exército a área teria um uso anterior à ocupação, voltado para a Defesa Nacional³. A área em questão é administrada pelos militares do Exército, e este alegou como um dos motivos para o pedido judicial de reintegração de posse na década de 1990 o fato de a mesma ser considerada como área de segurança nacional.⁴

A referida área seria de histórica e estrategicamente importante para a defesa da entrada da Baía de Guanabara, abrigando, no âmbito militar, o 21.º Grupo de Artilharia de Campanha e o Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército, que construiu um hotel de trânsito⁵ para militares e um centro de convenções.

³Conforme consulta ao sítio Forte Imbuhy. (Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=imbuhy>>. Acessado em 01/09/2015).

⁴Área definida pela Escola Superior de Guerra, dentro da Doutrina de Segurança Nacional onde as liberdades individuais, os princípios constitucionais e a legislação civil não têm efeito. São consideradas áreas de segurança nacional todas aquelas que podem ser alvo de sabotagens e atos terroristas ou localidades que podem desestabilizar a segurança do Brasil. Alguns exemplos atuais são as áreas de bases militares, barragens de usinas hidroelétricas, geradoras de energia (termoelétricas e nucleares), fábricas de armas, explosivos e munições, regiões fronteiriças internacionais, entre outras regiões sensíveis.

⁵Os Hotéis de Trânsito têm como finalidade proporcionar hospedagem para os militares em trânsito ou a passeio.

É comum encontrarmos em trabalhos acadêmicos e matérias de jornais *críticas aos dois últimos usos citados*⁶, que não deixam de se prestar a usos sociais, porém estão voltados para um público específico, os militares, enquanto que a comunidade defendia um uso social voltado para a questão da moradia. Outra crítica recorrente dos moradores que podem ser encontradas nessas publicações é a questão da praia ser privativa, estando disponível apenas para sócios.

Esses usos voltados para o entretenimento poderiam ser facilmente suspensos a qualquer tempo em caso de necessidade da defesa do país, enquanto que a realocação da comunidade seria mais demorada.

De um lado, a defesa do país, a rotina de funcionamento do quartel, o culto aos símbolos nacionais e as tradições próprias de uma organização militar, que influenciava o cotidiano da comunidade; de outro, o direito fundamental à moradia, a dinâmica diferenciada de uma comunidade pesqueira, incluindo as manifestações religiosas e culturais. É possível colocar os dois lados na balança, já que a sociedade precisa de ambos?

O que sabemos, enquanto sociedade, governo e academia sobre os conceitos que envolvem cada um desses lados?

Conclusão

Buscamos neste trabalho pensar a construção da identidade associada à produção do território. Pretende-se fazê-lo através da memória coletiva para dar voz à comunidade e via documentação oficial, para não fugir da forma com que trabalham as Forças Armadas.

Na atualidade vem crescendo o número de minorias que querem ser representadas. O direito de reconhecimento das comunidades tradicionais também aparece na Constituição de 1988. É garantido aos povos e comunidades tradicionais o direito a seus territórios. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, permite a autodeclaração grupos culturalmente diferenciados, os Povos e

Comunidades Tradicionais, porém não são mencionadas especificamente nesta categoria as comunidades pesqueiras.

A partir dessa legislação os moradores da Aldeia Imbuhy conseguiram o seu reconhecimento como Comunidade tradicional pela Prefeitura de Niterói.

A Lei Municipal nº 3.140, de 20 de maio de 2015 *dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy*, com base nas manifestações favoráveis da Secretaria Municipal de Cultura e no apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), na figura da Professora Dr.^a Márcia Motta, reconhecendo os moradores da Aldeia como comunidade tradicional.

No entanto, esse tipo de medida de preservação do patrimônio cultural e histórico não interfere diretamente no direito de propriedade, que no caso do Imbuhy, continuava a pertencer à União, o que com a remoção das famílias, resultou na demolição das habitações tombadas, sem reversão em qualquer tipo de indenização por parte da União às famílias, já que pela Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 não há possibilidade de indenização sobre reintegração de terras da União. A mesma lei também estabelece que os bens imóveis da União não estão sujeitos a Usucapião. Aos moradores foi oferecido apenas o aluguel social, através da Prefeitura de Niterói no bairro de Itaipu, mas eles ainda estão na justiça tentando indenização referente às construções, ou seja, a disputa ainda não acabou. Trata-se de uma briga entre o Estado e a sociedade.

Fontes e Referências Bibliográficas

- **Legislação Municipal, Estadual e Federal:**

NITERÓI. Lei Municipal nº 3.140/2015 de 20 de maio de 2015. *Dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy*.

RIO DE JANEIRO (Estado). ALERJ. Projeto de resolução Nº 81/2015. *Concede o título de Benemerita do Estado do Rio de Janeiro “Post Mortem” à bordadeira da Primeira Bandeira da República, Sr.^a Flora Simas de Carvalho, Dona Yayá*. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 7 de fevereiro de 2007. *Regulamenta a proteção dos direitos e dos conhecimentos e saberes das populações tradicionais ou locais.*

_____. Decreto nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. *Regulamenta a proteção dos direitos e dos conhecimentos e saberes das populações tradicionais ou locais.*

- **Periódicos**

BIBLIOTECA NACIONAL (HEMEROTECA DIGITAL): Jornais O Fluminense, A Tribuna, JB, etc.

- **Livros**

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman;* tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

_____. *Comunidade: a busca de segurança no mundo atual.* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil.* IBGE. 1972.

FERRANINI, Sebastião. *Armas, Brasões e Símbolos Nacionais.* Curitiba, Paraná, Ed. Instituto de Ensino Camões, 1979.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ.* Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP)/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade.* Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994.

_____. *História Oral: velhas questões, novos desafios.* In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos Domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier, p. 169-186, 2012.

_____. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

_____. & AMADO, Janaina. *Usos & abusos da História Oral.* 8 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

- MOTTA, M. 2017. Antiguidade é posto: a Aldeia de Imbuí, conflitos e memórias (séculos XIX e XXI). *Unisinus* . Vol. 21 Nº 1. p. 1-12 - janeiro/abril de 2017.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, APDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RESENDE, Alberto Toledo. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República*. Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP)/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011.
- VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*: Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923). Subsídios para a História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

MESA 2

História Moderna da Ásia

Debatedores:

Célia Tavares (FFP/UERJ)

Patrícia Faria (UFRRJ)

O Labirinto do *Jogue* - Análise da figura do *jogue* em discursos luso-asiáticos quinhentistas

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira
Doutorando pelo PPGHS

A vida dos soldados e marinheiros de origem lusa ou luso-indiana a serviço do Estado português na Índia era com frequência marcada por agruras presentes na vida destes homens já nos momentos iniciais de suas jornadas exercendo estas funções. Fatores somados, aliás, à experiência de situarem-se, aquando no exercício militar, em terras distantes daquelas em que viveram até então, principalmente para aqueles oriundos do Reino.

De modo a escaparem de condições tão adversas, houve aqueles que partiram em fuga para regiões asiáticas aparentemente distantes do olhar incisivo da Coroa e da Igreja. Nestas escapatórias, houve aqueles que assumiram identidades diversas das correspondentes à maneira pela qual até então se identificavam. Ou seja, assumiram traços não condizentes com a forma de vida adequada a um súdito católico do rei de Portugal. Houve aqueles, por exemplo, que, através da *apostasia*, assumiram, ao menos externamente, a identidade muçulmana presente nas regiões para as quais se dirigiram.

Houve aqueles, contudo, que adotaram traços, a um primeiro olhar, profundamente diversos de muitos dos referenciais com os quais poderiam ter tido algum contato direto ou indireto, assumindo características de indianos entendidos pela linguagem lusa quinhentista como *jogues*. Eram assim definidos nas fontes aqui analisadas vários grupos nativos ligados a práticas ascéticas, englobando aqueles que fossem filiados às tradições “hindus” ou islâmicas, por vezes comparados nestas a “feiticeiros” e “ciganos”.

De modo a analisar tanto o entrelaçamento de homens lusos com a identidade de *jogue* quanto a construção desta categoria no rol de conhecimentos luso-indianos, diferentes fontes foram abordadas com o objetivo de oferecer amplo escopo à pesquisa elaborada sobre esta figura. Ao longo do artigo será possível perceber que nos itens de maior aprofundamento sobre o tema, distintos conjuntos documentais foram trabalhados. Constam, por exemplo, crônicas da expansão quinhentista portuguesa, como a *Ásia* de João de Barros (BARROS, 1778), o *Livro* de Duarte Barbosa (ALBUQUERQUE, 1992). Tal corpo documental visa especificamente apresentar a construção do termo em meio a esta literatura, revelando laços possíveis entre elas. E a partir disto inferir sobre os modos pelos quais parte dos significados inseridos na categoria em questão ocorreu ao longo do século XVI.

A começar pelo termo que define o objeto do presente texto: *jogue*. Sebastião Rodolpho Dalgado, com seu *Glossário Luso-Asiático* de princípios do século XX, fornece interessante cronologia das ocorrências deste termo. Utilizando literatura variada, no verbete em questão cita desde Marco Polo, no século XIII, com o termo *chugui* (DALGADO, 1919, p.491) até autores do século XIX, como Lopes Mendes, Xavier Raymond e Pierre Dubois. No que toca a finais do século XV e ao seguinte, princípio dos contatos diretos entre lusitanos e populações asiáticas, há no *Glossário* o registro datado de 1516 da palavra *jones* em *O Livro de Duarte Barbosa* (DALGADO, 1919, p.491-492).

O verbete de Dalgado apresenta trecho menor do que o supracitado, sendo presente em ambos a utilização da palavra *jones*. O autor do *Glossário* identificou no termo associação aos *jogues*, incluindo-o no verbete sobre estes, mesmo que a grafia apresente diferenças. A edição aqui utilizada do *Livro de Duarte Barbosa*, de 1992, também preservou a grafia supostamente original da segunda década do século XVI. Contudo, há nela aparente problema quanto à utilização da preposição “com” em *Andam estes pela maior parte junto com os egíptanos*. Comparando com edição de 1989 da editora Alfa, nesta o mesmo trecho é redigido da seguinte forma: *Estes homens andam, pela maior parte, juntos e da maneira como andam os gitanos em nossas partes* (ALBUQUERQUE, 1992, p.70).

Talvez mero erro tipográfico da edição pela Publicações Europa-América, ele pode, contudo, levar a interpretações arriscadas: seguindo o que poderia ser inferido através desta versão, *jones*, então, estariam caminhando, no século XVI, pela Europa junto aos ciganos, o que é um equívoco. A edição pela Alfa apresenta versão mais plausível, substituindo a preposição *com* pela conjunção *como*, dando a entender que Barbosa estaria comparando *jones* a *egíptanos* quanto ao seu aspecto nômade, o que, por sua vez, corresponde a diversas outras menções aos *jogues*, conforme o *Glossário* de Dalgado.

Ainda nesta obra são apresentadas descrições dos *jogues* a partir de relatos de outros portugueses que, no século XVI, ou entraram em contato ou ouviram relatos a respeito deles: Fernão Mendes Pinto, por exemplo, aborda o “encantamento de serpentes”, como uma das maneiras por eles usadas para obterem esmolas. Maneiras diferentes, aliás, das descritas por Gaspar Correia, que afirma que a busca por doações pelos *jogues* ocorria à noite, quando passavam de casa em casa, sendo-lhes dados arroz cozido, manteiga e bredos. Castanheda, por sua vez, comenta que os *jogues* andam pelo mundo em romarias e em adoração aos seus pagodes e casas de adoração *de sua seyta* (DALGADO, 1919, p.492).

Convergem em seus aspectos gerais, portanto, as descrições de tais autores com aquela de Barbosa, sendo comuns entre eles a percepção do *jogue* como errante, pobre, mendicante e ligado à propagação e preservação de cultos *gentílicos* presentes na Índia. Características que, aliás, chamaram a atenção de viajantes não só portugueses, mas de outras procedências.

Contudo, é dentre os escritos lusitanos que, no século XVI, surge a figura em questão com maior riqueza de detalhes. João de Barros, na Década quarta de sua *Ásia*, através da rica documentação presente em seu local de trabalho, a Casa da Índia, redigiu suas *Décadas* distante de seu objeto. Ainda assim, graças às muitas fontes textuais, iconográficas e cartográficas trazidas de diferentes pontos do continente asiático por homens que por lá passaram, bem como utilizando estes também como manancial de dados para seus estudos, o escritor quinhentista conseguiu redigir monumental obra que serviu de base para vários outros textos a respeito do *Oriente* (XAVIER & ZUPANOV, 2015, p.20).

Paradigmática quanto à formação das percepções portuguesas a respeito do continente asiático e tendo contribuído para o que viria a ser mais tarde o *Orientalismo*, a *Ásia* de Barros apresenta a junção das perspectivas e conhecimentos clássicos do autor com as informações que ele obtinha de terras distantes. Assim, esta obra possibilitou a disseminação e cristalização de muitos *topoi* a respeito da Índia. E entre estes encontra-se, aliás, a questão dos *jogues*.

Abordados direta ou indiretamente, os *jogues* são mencionados em cerca de duas das quatro *Décadas* de sua autoria e em mais três das demais elaboradas *a posteriori* por seu sucessor, Diogo do Couto. Nelas são perceptíveis semelhanças com os demais autores quinhentistas, sobretudo com Barbosa. Por exemplo, a comparação entre *jogues* e ciganos é notória, bem como a menção ao uso de uma corneta ou de uma buzina durante a chegada dos ascetas hindus a alguma localidade para pedirem esmolas.

Talvez tais semelhanças indiquem a leitura de um dos autores sobre o outro, pois cronologicamente há certa proximidade entre ambos. Afinal, ainda que seja alegado que Barbosa tenha escrito seu *Livro* entre a segunda e terceira décadas do século XVI, sua primeira publicação só ocorreu em Veneza no ano de 1563. Já a *Quarta Década* de Barros, ainda que tenha sido somente publicada de fato em 1615 em Madrid, seu manuscrito já estava finalizado aquando da morte do autor em 1570 (LOUREIRO, 2018).

Paira a dúvida, portanto, acerca da possibilidade de Barros ter tido acesso aos escritos em italiano de Barbosa. Sendo aquele ávido acumulador de informações a respeito da Ásia, talvez algum exemplar do *Livro* tenha chegado até a Casa da Índia, onde operou como feitor até 1567. Enfim, ainda que seja conhecido o uso das informações publicadas nas obras de Barros por outros

autores que a elas tiveram acesso, são possíveis também os usos deste autor de dados publicados por outros a ele anteriores, tal como Barbosa ou, segundo Loureiro, de Castanheda.

Tenha havido este contato ou não, é fato que semelhanças existem entre seus escritos a respeito dos *jogues/ jones*: o uso de *cadeias de ferro ao pescoço*, a visível pobreza e aquelas já comentadas, como a busca por esmolas e o caráter errático deles à maneira de ciganos/ *egiptanos*. Este último aspecto chama atenção em ambos, pois utilizam a mesma analogia para descrever esta prática comum aos *jogues*. Recorrendo à figura já conhecida dos ciganos que eram presentes na Europa, Barros e Barbosa estabelecem a comparação destes com aqueles, talvez buscando aproximá-los da sua compreensão bem como da de seus possíveis leitores ocidentais cristãos, em grande parte alheios às novidades da Índia, mas familiarizados minimamente com a imagem dos *gitanos*.

Esta atitude de aproximação em Barros é perceptível em outra passagem de sua descrição sobre os *jogues*, ao afirmar que estes satisfaziam suas necessidades obedecendo à natureza sem vergonhas, *como também os filósofos cínicos diziam* (BARROS, 1778, p.569). Fica evidente a utilização do recurso da analogia novamente, sendo neste caso feita a partir de parâmetros clássicos, revelando tanto traços de sua formação quanto, novamente, a necessidade de aproximar o objeto à compreensão cristã ocidental.

Reforçando o argumento de que os *jogues* se assemelhavam aos cínicos, Barros aqui os compara novamente a filósofos, complementando com a informação de *que deixam o mundo*, apartando-se em *lugares solitários a fazer penitência*, ganhando, com isso, veneração da população *gentia*. Por sua vez, tais comparações, bem como o uso de termos como *gentios, idólatras e pagãos*, utilizados largamente tanto pelos cronistas quanto pelos agentes eclesiásticos que registraram suas percepções a respeito das populações asiáticas, revelam o arcabouço utilizado por estes homens para descreverem as novas realidades com as quais estavam em contato. Segundo Xavier e Zupanov, a aplicação destas palavras não é mero acaso. Remetendo às tradições clássica, bíblica e hagiográfica da Baixa Antiguidade e medieval, o olhar luso dirigido às populações indianas não seguidoras do cristianismo, do judaísmo ou do Islã elaborou-se, segundo as autoras, a partir da tentativa de “encaixá-las” em parâmetros de alteridade oferecidos pela literatura das tradições supracitadas.

“Encaixe”, por sua vez, conjugado ao esforço dos portugueses envolvidos pela empresa asiática de identificarem-se com aquilo que era por eles entendido como a grandeza dos “Antigos”, compreendidos por um lado como gregos e romanos e por outro como a Igreja primitiva. Quanto aos primeiros, sobretudo a respeito dos feitos militares e científicos, é visível, por exemplo, o

intento desta identificação através dos escritos do vice-rei D. João de Castro. Utilizando referencial clássico junto à sua vivência empírica em meio às novas realidades asiáticas com as quais entrou em contato em meados do século XVI, Castro construiu sua interpretação destas regiões a partir do amálgama daquilo que trazia com sua formação classicista com a experiência *in loco*. Seu objetivo, com isso, segundo as autoras, seria o de identificar a empresa asiática lusitana a modelos greco-romanos, assim como provar a superação dos mesmos.

Já a referência à Igreja primitiva, mais presente nos registros de missionários, segue raciocínio próximo ao apresentado por Xavier e Zupanov a respeito de Castro. Dividindo o mundo entre cristãos, judeus, muçulmanos e *gentios*, o olhar dos agentes eclesiásticos envolvidos pelo projeto de reconhecimento e destruição das “práticas idólatras” associou as populações a estas ligadas aos cultos pagãos da Antiguidade mediterrânea. Portanto, criou-se um elo, a ideia de paganismo, entre realidades distintas cronológica e espacialmente, entendidas como parte de um todo coerente.

Percebe-se, portanto, que o olhar classicista de Barros ao comparar *jogues* a filósofos cínicos era parte da maneira pela qual ajustou-se a lente católica portuguesa às novas paragens sobre as quais esta era posicionada. Os referenciais clássicos, por sua vez, aplicados neste contexto, passavam a servir de molde no qual as múltiplas realidades asiáticas deveriam ser “encaixadas”. Neste processo, portanto, apesar da relativa abertura à experiência direta com estas e a conjugação do conhecimento advindo disto à bagagem clássica dos homens atuantes na empresa luso-asiática, ainda assim a busca pela confirmação dos conhecimentos prévios se fazia presente.

Todorov, analisando os primórdios da construção da América através da análise do pensamento de Colombo em suas primeiras viagens ao novo continente, percebe postura semelhante. Aponta-a como uma *estratégia “finalista”* (TODOROV, 2003, p.23), na qual já é dado o sentido final da interpretação do fato, levando o raciocínio a procurar meios que unam o sentido inicial àquele. No caso de Colombo, o autor afirma que ele “saberia” de antemão o que encontraria, servindo a experiência concreta como mera confirmação do conhecimento prévio.

No caso dos agentes da empresa luso-asiática, é possível que a obtenção empírica de informações sobre as novas realidades que a eles se abriam tivesse maior relevância na construção de suas interpretações a respeito das mesmas. Contudo, não se pode excluir o grande peso da “estratégia finalista” neste processo.

Na ausência de meios que ligassem aquilo que era visto e ouvido nos novos ambientes ao conhecimento prévio ali aplicado, portanto, recorria-se a outra estratégia: ou recorria-se à ideia de intervenção divina ou à de ação demoníaca. Esta última alternativa de procedimento, aliás, foi

executada na construção da figura do *jogue*. É perceptível, por exemplo, na obra de Barros quando este afirma que seriam *na vida uns mártires do demônio e nas maldades os mesmos demônios* (BARROS, 1778, p.568-570). Argumentando que os *jogues* são os próprios demônios, Barros revela sua aproximação com os parâmetros de compreensão dos agentes eclesiásticos a respeito destes e de outros segmentos hindus entendidos como ligados às “práticas idólatras”.

Depurando o alvo de sua missionação contra estas, os agentes eclesiásticos, em seu afã de entender, circunscrever e eliminá-las, estabelecem a categoria “sacerdotes *gentios*” no intento de fechar o foco sobre aqueles que consideravam seus mais atroz inimigos na disputa por almas na Índia. Esta categoria abarcava diferentes grupos ligados a distintas doutrinas e cultos presentes no subcontinente. Sobretudo brâmanes, mas também *calandares* e *jogues* estavam envolvidos por tal nomenclatura, sendo todos entendidos como “instrumentos de Satã”.

Tal entendimento, contudo, oscilava entre esta forma, em um extremo, e em outro a perspectiva de que os ditos “sacerdotes” poderiam ser “proto-cristãos”. Sobretudo quanto à elite oficiante bramânica, esta última forma de compreensão era mais presente, pois, sendo eles executores de ritos e responsáveis pelo ordenamento social hindu e seus parâmetros de pureza ritual, eram aproximados, pela ótica católica, da figura do sacerdote de fato.

Quanto aos ascetas brâmanes, por sua vez, esta aproximação ocorria de modo mais agudo, sendo até mesmo admirados por membros do clero católico, ainda que a partir de uma “distância segura”. Esta ocorrência se dava sobretudo pelo modo como o ascetismo entre estes membros da elite hindu era praticado: de modo semelhante ao anacoretismo do mundo cristão ocidental e oriental, viviam em pobreza, expunham, divulgavam e debatiam a “lei pagã” e agiam como sacerdotes. Além disso, sua disposição ao isolamento os assemelhava aos santos eremitas fortemente presentes em antigos modelos da identidade cristã ocidental. Modelos que foram transmitidos ao longo do Medievo e da Idade Moderna através de formas variadas e que podem ter permeado a formação dos autores quinhentistas aqui abordados.

De modo a compreender este parâmetro de comparação presente na construção da figura dos ascetas indianos, faz-se aqui breve digressão, avançando sobre o fenômeno do eremitismo entre os cristãos ocidentais. Remontando ao século III no Egito, Palestina e Ásia Menor, tem como um dos mais antigos registros a seu respeito a *Vita Antonii*, do século IV. Abordando a trajetória de um dos primeiros eremitas, Antão, serviu como guia, defesa e justificativa para a vida eremítica, cujo principal objetivo consistia, através da reclusão e da contemplação, imitar a vida de Cristo.

Segundo Amaral, os anacoretas, a partir do modelo proposto pela hagiografia de Antão e de outros, como Paulo (o eremita), tinham como traços a serem compartilhados por aqueles que

desejassem seguir este caminho *o imediato desprendimento dos bens; (...) o adentramento contínuo no deserto e a sua solidão(...)* [e] *a luta contra o diabo* (AMARAL, 2009, p.114). Além disto, a hagiografia a respeito destes e de outros ermitões redundará, em geral, na descrição de qualidades como práticas ascéticas, resistência às tentações, poderes fantásticos e aquisição de virtudes. Assim, mais do que biografar estes homens, muitas vezes apresentados de forma semelhante uns aos outros, tal literatura propunha, através de “tipos ideais” dos mesmos *exaltar e propagandear (...) um estilo de vida tido por ideal* (AMARAL, 2009, p.27).

Valorizados consideravelmente por seus hagiógrafos e pelos fiéis, dentre outros aspectos, pela rigidez de suas práticas ascéticas, não tardaria até que o anacoretismo obtivesse seguidores para além de seu ambiente original. Assim, surgiram, a partir do século V no Ocidente cristão, expressões religiosas inspiradas nas práticas de isolamento e contemplação já existentes em meio à cristandade oriental. Contudo, voltando-se mais para aquelas organizadas em estruturas coletivas, como as existentes, por exemplo, no Egito, a experiência monacal ocidental, a partir de Bento de Núrcia, adquire formas mais controladas pelas hierarquias instituídas por este na organização dos mosteiros (ELIADE, 2011, p.64).

Tal controle da busca por isolamento e contemplação, contudo, não necessariamente eliminou as possibilidades daqueles que desejassem fazê-lo de modo mais profundo, como é visível na *Vita Sancti Fructuosi*. Hagiografia do século VII com base na vida de Frutuoso de Braga, monge que iniciou seu eremitismo nos ermos do extremo oeste europeu e que formou um cenóbio para aqueles que desejassem seguir seus passos, serviu como referência aos que desejassem fazer o mesmo.

Narrativas hagiográficas a respeito de eremitas, portanto, contribuíram para a sedimentação e difusão de certa imagem a respeito dos anacoretas cristãos. No Ocidente, onde movimentos neles inspirados acabaram por criticar a própria estrutura da Igreja, caso do priscilianismo, a necessidade de serem evitadas outras expressões deste tipo pode ter levado à já mencionada preponderância de manifestações monacais coletivas, como a instituída pelos mosteiros beneditinos. A construção de hagiografias exemplares a respeito dos santos anacoretas nesta porção da cristandade pode, inclusive, ter contribuído para esta demanda de vigilância, atuando neste sentido ao estabelecer modelos bem definidos de como ser um eremita.

Jacopo de Varazze, em sua *Legenda Aurea*, por exemplo, apresenta ao menos cinco hagiografias com este teor, sendo elas as de Pelágia, Maria Egípcíaca, Antão, Paulo, o eremita e Bento de Núrcia. Conforme apresentando acima, as hagiografias também presentes nesta obra do século XIII insistem em características comuns a muitos dos santos e santas cujas vidas são ali

narradas. Logo, prescindindo de um teor narrativo exatamente histórico ou biográfico a respeito deles, o autor, utilizando recorrentemente o estilo do *exemplum*, traz ao leitor questões relativas à moral e à fé através destas vidas modelares e a partir do viés eclesiástico, mais especificamente dominicano, ordem da qual fazia parte (FRANCO, 2017, p.11-14).

A *Legenda* obteve considerável repercussão entre os séculos XIII e XVI, tanto na forma manuscrita quanto, muitas vezes precursoramente, na forma impressa, editado tanto em latim quanto nas ascendentes línguas vulgares. Sua popularidade pode ser percebida, por exemplo, no número de reedições em diferentes partes da Cristandade ocidental: nove vezes na Inglaterra entre 1483 e 1527; ou ainda seu número de tiragens: na Alemanha alcançou, em 1502, mil exemplares.

Em Portugal, por sua vez, sabe-se que tal obra fora traduzida e publicada no século XV por Arthur Viegas, ganhando também publicação em Lisboa em 1513. Sendo no ambiente ibérico divulgada na forma do *Flos Sanctorum*, na qual era publicada em vernáculo, adquiriu notável circulação, assim como inserções em seu *corpus* hagiológico de outros santos para além daqueles presentes no texto do século XIII, sendo estes conhecidos como *Santos Extravagantes*. Tal fato por sua vez não era incomum em outras partes em que a obra ganhara outras edições, resultando em diferentes versões suas.

Assim, com a *Legenda* temos um importante referencial do eremitismo na Cristandade ocidental. Sua repercussão ao longo de finais do medievo e princípio da Idade Moderna auxilia na compreensão da possibilidade desta obra ter servido como meio de informação a respeito da figura dos anacoretas entre os cronistas portugueses anteriormente citados. Estes, em contato direto ou indireto com os denominados *jogues*, neles identificaram traços semelhantes aos ermitões ocidentais, lançando mão dessa figura de modo a aproximar seu entendimento, bem como de seu possível público, a respeito do anacoreta *gentio*. Utilizaram, portanto, a imagem modelar do eremita presente em suas leituras de hagiografias ocidentais como caminho cognitivo visando traduzir o asceta indiano para o conhecimento católico português.

Leituras, por sua vez, estabelecidas ao longo da formação destes agentes da empresa ultramarina. Barros, por exemplo, além de ter atuado como administrador da Casa da Índia, espaço favorável ao acesso a diferentes textos de distintas procedências, tinha formação sólida junto à Corte manuelina, o que talvez tenha permitido o acesso não somente à *Legenda*, mas a outras hagiografias e obras onde relatos sobre eremitas fossem presentes. Ainda que seja mais nebulosa a possível vivência de leitor de Duarte Barbosa, não seria espantoso este ter tido acesso à figura dos ermitões através de narrativas mais populares e acessíveis sobre vidas de santos, como o *Flos*

Sanctorum ou através dos romances de cavalaria, nos quais também se faziam presentes (LE GOFF, 2010, p.44).

Quanto aos registros sobre *jogues* elaborados por membros do clero, verifica-se a oscilação entre a admiração e o horror presente no olhar clerical português lançado sobre *jogues*, *calandares* e ascetas brâmanes. Conforme dito anteriormente, enxergavam neles tanto “proto-cristãos” à semelhança dos antigos pagãos greco-romanos (passíveis de serem convertidos) quanto idólatras e instrumentos demoníacos.

Oscilação que pode ter como causa a já pontuada necessidade de adequação de figuras exóticas aos seus conhecimentos prévios: sabendo que estes letrados membros do clero católico português tinham em sua formação como sacerdotes razoável acesso às já mencionadas hagiografias, presume-se que a partir delas obtivessem informações a respeito das vidas modelares dos eremitas. Logo, percebendo nos ascetas da Índia semelhanças com a figura de santos ermitões, deparavam-se com o problema de aproximar a figura destes com *gentios* interpretados sob viés potencialmente demonizador. Problema, então, que pode ter contribuído para a criação de categoria difusa, compósita e labiríntica como o *jogue*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Luís de (dir. e comentários). *Livro do que viu e ouviu Duarte Barbosa*. Lisboa: Alfa, 1989 & NEVES ÁGUAS (intr. e notas). *O Livro de Duarte Barbosa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992.

ALMEIDA, Fr. António-José d’Almeida. “Desencontros entre texto e imagem ‘ilustrativa’, no *Flos Sanctorum* de 1513”. In: *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 21, 2005. URL: <https://journals.openedition.org/cultura/2924>

AMARAL, Ronaldo. *A santidade habita o deserto. A hagiografia à luz do imaginário social*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009

BARROS, João de. *Da Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

DALGADO, Sebastião Rodolpho. *Glossário Luso-Asiático*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919

BAUMGARTNER, Mirelle. *A Igreja no Ocidente. Das origens às Reformas no século XVI*. Lisboa: Edições 70, 2001

- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas III. De Maomé à Idade das Reformas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011
- FRANCO JR., Hilário. “Apresentação” In: VARAZZE, Jacopo. *Legenda Aurea. Vidas de santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: 70, 2010
- LOUREIRO, Rui Manuel. “Revisitando as *Décadas da Ásia*: Algumas observações sobre o projecto historiográfico de João de Barros”. IN: *e-Spania. Quelle histoire globale au XVI^e siècle / Fronteras del ultramar*, 30 de junho de 2018. URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/27836>.
- OLIVEIRA, Clínio de & LISBÔA, João Guilherme. “A circulação da *Legenda Áurea* em Portugal: estudo de caso da hagiografia de D. Fernando”. In: *Mirabilia*, Número 24, Jan-Jun 2017. URL: <https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/art.4.pdf>
- SOBRAL, Cristina. “Hagiografia em Portugal: balanço e perspectivas” In: *Revista Medievalista Online*, Ano 3, Número 3, URL: www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista
- SOUSA, P^o Francisco de. *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1978.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- XAVIER, Ângela Barreto & ZUPANOV, Ines G. *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, indian knowledge (16th – 18th centuries)*. Nova Déli: Oxford University Press, 2015.

Tratamento dado aos Cristãos da Terra em Goa no séc. XVI

Gustavo Nascimento Rocha Dias
Mestrando em História Social – PPGHS/UERJ-FFP
Bolsista CAPES

Introdução

Apresentei um trabalho semelhante ao que desenvolvemos neste artigo na SEMIC (Semana de Iniciação Científica) do ano de 2015 na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), portanto, ainda no período de graduação. Neste evento, o primeiro ao qual participei como comunicador, busquei demonstrar uma maneira possível de se utilizar o material estudado pelo grupo de pesquisa ao qual fiz parte¹. Portanto, o artigo busca não apenas recuperar esse material apresentado, mas avaliar um possível desenvolvimento da análise de documentos no estudo de caso proposto.

Os documentos utilizados fazem parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fundo arquivístico *Inquisição de Goa*. Também está totalmente disponível em sua versão digitalizada no sítio eletrônico da instituição. Este material possui uma história longa, caracterizada pela amplitude cronológica de seus documentos que datam desde final do século XVI até o século XIX, quando são encerrados os trabalhos do Tribunal do Santo Ofício goês. O Tribunal de Goa é fundado em 1560, porém, suas atividades só iniciaram de fato com a chegada dos Inquisidores, e demais funcionários que deviam se ocupar do cotidiano desta Inquisição. No entanto, desde a década de 1540, personagens importantes para a história da Igreja como Francisco Xavier, canonizado em 1622 pelo Papa Gregório XV, escreveram fazendo referências à importância da presença da Inquisição naquelas regiões da Ásia.

O historiador António Baião (1945), que produziu uma obra clássica sobre a Inquisição de Goa, nos dá uma pista do que poderia ter ocorrido com a documentação. Digo isto, pois, até os dias de hoje não há certeza do que poderia ter ocorrido com a maior parte desses documentos produzidos pelo Tribunal. A parte que se encontra na Biblioteca Nacional são documentos que chegaram juntamente com outros tantos documentos afeitos a administração imperial e da família real em

¹ Projeto denominado “*Erros dos Gentios*”: *Companhia de Jesus e Inquisição Portuguesa e as práticas gentílicas no Brasil e na Índia – séculos XVI-XVII*, coordenado pela professora Célia Cristina da Silva Tavares.

1808. O autor nos apresenta o relato do Vice-Rei da Índia Conde de Sarzedas, em uma carta de 1812, que informa seu desejo de queimar o acervo documental; este poderia representar um sério risco de alimentar “inimizades e intrigas de que o país tanto abunda” (BAIÃO, 1945). Assim, em conjunto com processos, traslados e demais documentos que também encontramos nas entidades de guarda portuguesas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Portugal), o acervo da Biblioteca Nacional tem importância para podermos entendermos melhor o funcionamento e o impacto que o Tribunal possuiu na sociedade luso-goesa.

Antes da Inquisição

O estabelecimento da religião e dos aparatos religiosos católicos em Goa ocorreu de forma gradual, na velocidade em que há o estabelecimento dos próprios portugueses e dos representantes da Coroa. É relevante notar como que o processo de expansão do império marítimo português possui elementos comerciais e militares muito fortes, como está colocado no clássico trabalho do historiador Charles Boxer (2002). Entretanto, desde o princípio há forte conteúdo religioso dentre aqueles primeiros momentos de conquista. Após um processo de consolidação da independência, das fronteiras e da paz com Castela em 1411, a atenção voltou-se para o norte da África, e Ceuta tornou-se um alvo privilegiado dentro da Corte lusitana. A região estava dentro dos planos estratégicos geográficos, militares e comerciais dos portugueses.

Para a dinastia de Avis, investir neste sentimento cruzadístico – que permeou boa parte dos primeiros dois séculos de expansão lusitana como disse Thomaz (1994) – era uma maneira de legitimar-se ante os estigmas que a Casa Real possuía de bastardia e rebelião. Daí Ceuta ter sido um consenso, também, sob a antiga justificativa de guerra contra muçulmanos. Entretanto, a conquista da cidade portuária só é posta em prática quase um mês após publicação de uma bula papal. O rei D. João I após conquista enviou embaixadores à Castela para ratificar a paz e uma comissão para a Sé em Roma, com finalidade de negociar uma nova bula com o propósito de garantir direitos de Cruzada e uma expansão continuada. Publicada em 1418, a bula papal denominada *Sane Charissimus* cumpria esse objetivo. Portanto, com a bula, o rei justificou os interesses do Reino ao aliar expansão política com a expansão da fé, ou melhor, a expansão política deveria garantir a expansão da fé. Através de intensas negociações, então, é que foi conferido ao rei e a Coroa uma garantia do domínio de novas conquistas (*Rex Regnum*), a elevação de Ceuta a cidade e Sé Catedral

em 1520 (*Romanus Pontifex*), a ratificação da permissão dos portugueses em comerciar com os mouros desde que não envolvesse nada de cunho bélico (*Super Gregem Dominicum*). Tais termos negociados foram reafirmados posteriormente tanto nos períodos de D. Duarte e no de D. Afonso V, com bulas editadas em 1437, 1442 e 1456. Logo, conquistaram não apenas a legitimidade temporal do movimento expansionista, mas também retiraram benefícios espirituais (FONTES 1995, p. 403 – 420).

De maneira que, antes da viagem de Vasco da Gama para além do Cabo da Boa Esperança em 1498, as naus dos portugueses já navegavam o Atlântico durante muito tempo com apoio de Roma. Entre 1415 e 1487 – esta última a data em que Bartolomeu Dias cruzou o então denominado Cabo das Tormentas em uma dura viagem – ocorreram diversas expedições pela costa atlântica africana que possibilitaram o estabelecimento de feitorias e fortalezas em diversas localidades, bem como nas ilhas atlânticas. O historiador António Manuel Hespanha (2019) nos apresenta como graças a essas viagens e demais elementos oficiais deste processo expansionista construiu toda uma rede de sociabilidade dos portugueses, ou de comunidades aportuguesadas a partir do apoio eclesiástico manifesto justamente nas bulas publicadas durante o período².

Após o estabelecimento (e descobrimento) de uma nova rota para o oceano Índico por Gama, porém, foi possível a Portugal entrar no “jogo” do comércio das especiarias. Dentre as novas expedições empreendidas pelos lusitanos foi a de Cabral em 1500 que, dentre outras obrigações, deveria assegurar os territórios garantidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Neste contexto é que surgem nos territórios do Oriente as feitorias de Cochim e a de Calecute – entretanto, é a partir de 1510 até o final do séc. XVI que Portugal construiu uma rede de portos, feitorias, cidades e fortificações desde o Norte da África, à costa sulamericana, na região do Índico e até o extremo oriente no Japão (descoberto por acidente em 1542), o que lhes garantiu um controle marítimo e comercial (TAVARES, 2002 p. 20 – 21, DELUMEAU, 1983 p. 55-56).

Aquilo que melhor caracteriza o Império Português quinhentista, diz Xavier (2003), é que o mesmo é um reflexo de um processo histórico ou uma construção de uma constante reformista ou sua mutabilidade. Assim existiu um modo de construir ou reconstruir a política, a sociedade ou

² É bem verdade que o trabalho referenciado do historiador, que infelizmente falecera neste ano de 2019, não aborda os aspectos presente no que o mesmo denomina de “Império Formal”. Porém, a todo instante ressalta a importância da religião Católica não apenas como uma instituição, mas sim como um aspecto constituinte das identidades mestiças; ou como o próprio prefere, “portugueses”.

mesmo a cultura do reino e do império. Isto com o fim de (re)cristianizar a sociedade conservando-se o poder político. Estava em curso um processo de confessionalização do Estado português, uma espécie de retorno ao modelo imperial romano e, por sua vez, os domínios orientais refletiam as medidas que ocorriam no Reino (FARIA, 2008 p. 64).

Este processo de confessionalização, ou surgimento do Estado Moderno, que se dá ao longo do século XVI, é produto de uma crise. Esta, como aponta o filósofo e historiador Marcel Gauchet (2007), é uma “Crise de Mediação”³. Inicia um processo irreversível no mundo ocidental, uma revolução religiosa do Estado que gera o Absolutismo de Direito Divino, pois o líder político se coloca como o legítimo representante da vontade divina. Os conflitos de religião levam uma “revolução do pensamento” e para conseguir alcançar a *paz*, ou a uma ordem social, é necessário criar uma instância *espiritual* nova em relação às autoridades tradicionais. O âmbito profano submete o religioso, controla consequências da fé no âmbito “civil”. Se a *paz* era um valor político

³ A Igreja, enquanto instituição, possuía pretensões universais. Isto é, se colocava como a “mediadora” entre duas realidades, temporal e espiritual. Essas pretensões de universalização do poder estão dentro de um longo processo, que teve seu início por volta do ano mil com a Reforma Gregoriana – esta, por sua vez, ocorreu durante a decadência do modelo Carolíngio e das instituições romano-germânicas. A Igreja agia como um *intermediário* entre as realidades; um aparelho unificado, centralizado e “fora” da sociedade. Os indivíduos que a compunham (em tese) não tinham vínculos sanguíneos, ligações sociais, o que permitia um recrutamento de fieis com interesse quase que exclusivamente na salvação. Gera, segundo Gauchet, a primeira burocracia ocidental, que a denomina como uma *burocracia do sentido*. A instituição Católica, a religião, alterou estruturas políticas e sociais a partir dessa reforma – o individualismo, afirma o autor citado anteriormente, tem origem neste período; de maneira que o sujeito histórico não teria apenas de buscar sua salvação, mas também a tarefa de contribuir para o bem comum. Esse modelo tomou forma em um tempo de ascensão do poder local e territorial do Rei. Este mesmo poder local não era uma novidade em si, porém, a diferença agora era a de não possuir intenções universalizantes como a Igreja ou o Império. O papado entendeu que dependia da cooperação dessas entidades locais para que pudesse efetivar seus interesses. Contudo, a nova unidade política do *reino* possuía força em sua fraqueza, isto é, detinha poder total em um alcance limitado; submetendo a realidade espiritual ao seu poder temporal, invertendo a lógica que se estabeleceu na reforma gregoriana. O poder universal, então, se mostrou impossível de ser concretizado; o “vazio” de poder foi ocupado pelo Rei, que não ambicionava a universalidade senão domínio religioso restrito à sua esfera jurisdicional. Na escala do reino, a religião passou a cumprir um papel político submetido às intenções reais. Assim, a formação do “príncipe cristão” e de uma subsequente religião real e não mais papal é a fundação do poder político ocidental. Logo, o período das Reformas Protestantes e Católica no século XVI é uma tentativa de dominação da mediação das realidades, por isso “Crise da Mediação”. Tal crise atingiu o poder político, que teve de encontrar outra forma de ordenação social que não a sociabilidade mediadora religiosa – estando aí as origens da formação do Estado Moderno, ou Confessional, ou ainda Absoluto de Direito Divino.

superior, é preciso uma outra instância superior as paixões humanas – mesmo que a paixão em questão fosse de cunho religioso. O novo elemento ordenador do social, como aponta Gauchet, é o “direito divino”. Não depende da legitimação da Igreja, pois ela não seria mais a intermediadora das realidades ontológicas. A função do Estado Absoluto de direito divino é garantir e administrar as razões terrenas para, então, que permitissem a união do *corpo* político; por conseguinte permitindo que se prosperasse a *paz*. A essas razões que se denominam como Razões de Estado. Diferente do que ocorrera até então, o “direito divino” não vinha da união ou intermédio entre os mundos materiais e imateriais, mas a legitimidade do poder temporal. Ou seja, há uma necessidade da materialidade, de uma prova material, da existência do suporte da realidade espiritual ou sagrada. Consequentemente, há um processo lento e gradual em que cada vez mais a legitimidade do poder será corporificada nos homens, de modo que há a necessidade de criar um novo direito político⁴. O regime do Padroado ou Patronato – *jus patronatus*⁵ – nada mais é do que uma consequência deste longo período, em que há uma ingerência da autoridade da Coroa nos assuntos eclesiásticos cada vez maior. É importante, porém, ressaltar que é um processo gradual e que a relevância – sobretudo nos impérios ibéricos – que a Sé romana detinha permaneceu durante séculos.

Estabelecimento do Tribunal

É comum dividir em períodos ou fases distintas o processo da presença portuguesa no Oriente, normalmente de acordo com o objeto de análise. Ou seja, no caso da Religião Católica e o processo de expansão da fé cristã costuma-se dividir em dois períodos a ocupação do Oriente Português⁶ - e nesta demanda preocupam-nos as ações para a consolidação deste estabelecimento até o momento da fundação, ou mesmo do início do funcionamento do Santo Ofício em Goa. Dessa divisão, o primeiro momento comumente é categorizado como um período de maior tolerância e

⁴ Exemplo disso é o surgimento das “Ordenações”, um conjunto ordenado e racional do corpo legal que deveriam ser seguidos nos Espaços jurisdicionais da Coroa.

⁵ Como nos informa Rego (1940), o Direito Canônico coloca o regime do Padroado como uma “suma de privilégios, e de alguns encargos que por concessão da Igreja, competem aos fundadores católicos de igrejas, capelas, ou benefícios, assim como a seus sucessores”; assim como outras prerrogativas, como o apontamento de nomes para assunção dos cargos eclesiásticos, dentro do próprio Reino ou demais regiões imperiais, por exemplo.

⁶ Aqui entendemos por “Oriente Português” como sendo as possessões portuguesas desde o Cabo da Boa Esperança até ao Japão a norte e Timor a sul.

cosmopolitismo, possui origens nas políticas adotadas ainda pelo Governador Afonso de Albuquerque (1509 – 1515), que a historiadora Ângela Barreto Xavier (2008) trata como uma espécie de política da mestiçagem. Esta possuía intuito de ampliar o *domínio* lusitano no Oriente a partir da formação de núcleos aportuguesados e cristianizados, comumente também chamados de “casados” (HESPANHA, 2019). Por volta de 1540 há uma alteração nesta conformação, um produto conjuntural das Reformas Protestante e Católica, da instalação da Inquisição em Portugal, bem como perseguição de cultos, templos e imagens (NOGUEIRA, 2012) relacionados à religiosidade local, além da chegada dos Jesuítas comandados por Francisco Xavier em 1542.

O ano de 1505 é o da fundação do Estado da Índia⁷ e a historiografia por vezes trata a data como oficialmente o início da presença da Igreja na região. Isto porque todo o Oriente Português ficou submetido ao vicariato de Tomar – além do Vigário de Tomar também possuir o título de Dom Prior da Ordem de Cristo. Por conta da bula *Inter coetera* de 1456, do período do papado de Calisto III, a jurisdição eclesiástica das conquistas do Ultramar, consideradas até então como sendo *nullius diocesis*⁸, pertenciam ao dito vigário. Entretanto, em 1514, com a publicação de outra bula de nome *Pro excellenti praeeminentia*, é modificada a organização eclesiástica que existiu até então, retirando a jurisdição da Ordem de Cristo e concedendo-a para a recém-criada Diocese de Funchal (na ilha da Madeira). Vinte anos depois, em 1534, Funchal é elevada à Arquidiocese e Goa à Diocese, também a partir de uma bula papal – *Aequum reputamos*. O Bispo de Goa detinha, virtualmente, jurisdição por todo o Oriente. Pretensão lusitana que, em todo o instante, reivindicavam junto a Sé em Roma e em negociações com a Coroa hispânica.

Em 1557 Goa foi elevada ao nível de Arcebispado (*Etsi sancta et immaculata*), além de subdividir seus territórios jurisdicionais em outros dois Bispados – o de Cochim e o de Malaca. Porém, o primeiro bispo residente de Goa frei D. João de Albuquerque⁹ faleceu em 1553, ficando vacante o cargo até 1559, até a chegada do nomeado ao cargo de arcebispo Gaspar de Leão (1560 – 1567). O Inquisidor Geral, infante D. Henrique, em 1554 propôs a criação do Tribunal no Oriente,

⁷ Instituição administrativa cuja denominação foi dada pelos portugueses para designar sua pretensão ante domínio, direitos de conquista e jurisdição de seus territórios asiáticos e da África oriental.

⁸ Logo, que não fossem submetidas à uma Diocese e a seu Bispo diocesano.

⁹ O bispo aportou na Cidade de Goa em 1539 para assumir sua prelazia, junto ao prelado também chegaram outras figuras importantes para as ações voltadas para a missionação asiática como frei Vicente de Lagos e mestre Diogo Borba.

porém, com o já citado falecimento do bispo D. João de Albuquerque e também do então vigário geral Sebastião Pinheiro, os planos acabariam por serem adiados (TAVARES, 2002). Independente das polêmicas que o primeiro arcebispo causou, sobretudo com a Companhia de Jesus, Gaspar de Leão arribou em Goa com intenção de uma reforma dos costumes e da ortodoxia religiosa. De maneira que foi durante seu período que o Tribunal do Santo Ofício de Goa foi finalmente instalado, e com ele chegaram os dois primeiros inquisidores Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques (FARIA, 2013).

Importante ressaltar que as justificativas da instalação dos tribunais inquisitoriais vão além da conjuntura da Reforma Católica e (no caso) do Concílio de Trento, mas também pela necessidade de assegurar a prática correta da religião – ortodoxia¹⁰. De maneira que o alvo tradicional dos agentes inquisitoriais eram os indivíduos considerados propensos ao desvio da conduta considerada correta – hereges¹¹ – assim sendo, Cristãos Novos ou mouriscos. A influência que Castela teria na instalação de um Tribunal Inquisitorial também deve ser levado em consideração, pois a inquisição do reino fronteiriço a Portugal foi instalada em 1478 em Sevilha, tempos antes das Reformas. Também é importante notar que antes mesmo da chegada dos portugueses à Índia existia uma comunidade judaica muito antiga na região; assim como uma miríade de comunidades e potentados islamizados mais ou menos poderosos na maioria das regiões da Ásia. Ressaltamos que entre as décadas de 1530 e 1560, ou seja, período de consolidação da inquisição no próprio Reino de Portugal, há um acentuado fluxo migratório de Cristãos Novos para o Império Otomano e para o próprio Estado da Índia (CUNHA, 1995); é plausível afirmar que este quadro geral apresentado auxiliou na existência da posição majoritária favorável à instalação do Tribunal. Assim, podemos retomar o caso já citado do jesuíta Francisco Xavier ou do vigário geral Miguel Vaz, que escreveram advogando a instalação da Inquisição em Goa por conta dessas comunidades e das vivências religiosas díspares das consideradas corretas. Entretanto, também foi relevante para o debate da implementação de um tribunal no Ultramar os recorrentes casos de renegados e “desvios” morais recorrentes” no Oriente Português (TAVARES, 2002).

¹⁰ Do grego *orthodoxía* (*orthós*, correto e *dóxia*, opinião), o termo designa uma conformação às crenças estabelecidas e aceitas, ditas corretas.

¹¹ Do latim *haeresis*, por sua vez do grego *haíresis*, literalmente significa “escolha”; entretanto, neste contexto religioso, designa aquele que opta pelo erro, pela prática incorreta do cristianismo – heterodoxia.

A Inquisição e os Cristãos da Terra

Em 24 de março de 1584¹² o Arcebispo de Lisboa e Inquisidor Geral D. Jorge de Almeida enviou à “Inquisição da Índia” uma provisão contendo orientações que, dentre outros assuntos, determinava como os inquisidores de Goa deveriam agir com os crimes de apóstatas, renegados ou homiziados. Dez anos após esta carta, em 17 de novembro de 1594 para ser mais exato, é enviado para o Conselho Geral em Lisboa uma lista dos nomes das pessoas que foram penitenciadas pela Inquisição de Goa. Trataram de ordenar que os inquisidores e deputados do Tribunal de Goa seguissem de maneira a quando:

“**christãos da terra** que se passam a terra de Mouros e gentios e Lá se tornão mouros e gentios e fazem seus ritos e çeremonias e depois se uem apresentar na mesa do santo officio por **sua Vontade** confessando elles suas culpas jnteiramente seão recebidos *com muita benignidade e misericordia* e conforme a huma prouisão que o Arcebispo Dom Jorge Inquisidor geral passou pera essa Inquisição”¹³ (**grifo nosso**).

Entretanto, a própria provisão referenciada pelo documento acima é ainda mais clara em certas passagens, como:

“Se algum Portugues ou Místico, nacidos de pai E mai christãos nestes Reinos, ou fora delles se forem pera os Mouros ou gentios, e lá se passarem as suas sectas, E depois se uierem reconciliar ao santo officio [...]: seão recebidos com muita misericordia, [...] **conforme ao regimento do santo officio** [...] **com as adições** que se fizerão ao regimento em tempo delRey dom Henrriquez. [...] Nos nouamente conuertidos se terão as mesmas considerações, **E o mais** que por rezão da pouca doutrina, comunicação de parentes, e sua natural inclinação se deue ter, e conforme ao que esta dito se despacharão, saluo no caso de relapso porque nesse se sobrestaia ate se pedir breue de sua Sanctidade”¹⁴ (**grifo nosso**)

Porém, é relevante notar que esta provisão de D. Jorge de Almeida, bem como o reforço que o Conselho Geral faz dela em 1596, são orientações que podem ser traçadas ainda no início do estabelecimento português e da própria Igreja no Oriente Português. Ou seja, quase que setenta ou sessenta anos antes dessas trocas de correspondências entre os tribunais inquisitoriais.

É perceptível que o tratamento dado aos portugueses ou mestiços eram mais duras, principalmente ao efetuar a leitura completa do documento. Estes Cristãos da Terra e “novamente convertidos” são denominações que basicamente se referem aos nativos convertidos ao

¹² BN 025,01,001 n.177; 025,01,001 n.183.

¹³ BN 025,01,001 n.180; BN 025,01,001 n.181; BN 025,01,001 n.182.

¹⁴ BN 025,01,001 n.177.

cristianismo. O tratamento dado pela Inquisição a esses últimos deveria ser o mesmo dos primeiros, mas está claro no documento uma compreensão maior. A explicação para tal compreensão se dá por esse “grupo” ter pouco conhecimento da doutrina e, principalmente, pela relação familiar que dificultaria a conversão sem a proteção da Coroa, uma vez que aqueles que se convertiam eram marginalizados dentro de sua comunidade. O que a historiografia nos mostra é que esse aspecto da missionação na Índia, em específico em Goa, que se tornou comum no final do século XVI não era novidade. Percebe-se que na primeira metade do XVI, já havia ocorrido vários questionamentos e proposições para o trato com os Cristãos da Terra. Apesar da viragem ocorrida por volta de 1540 há continuidade nesse tipo de ação.

A historiadora Ângela Barreto Xavier (2003), apresenta a “evolução” do debate em torno da questão da conversão e “manutenção” desses sujeitos dentro da fé cristã. De maneira que o processo da construção do *modus operandi* da Inquisição Goesa é a partir da ação de personagens importantes. Os religiosos D. Duarte Nunes e António Louro propuseram que os conversos deveriam integrar a Cristandade Goesa, em que o primeiro pregava a separação das comunidades conversas e/ou cristãs e as não-cristãs; António Louro em 1517 considerava a educação dos rudimentos da fé como maneira para a manutenção dos cristãos recém batizados. A partir de 1535, o Vigário Geral de Goa Miguel Vaz, conseguiu apoio político da Coroa e de seus representantes locais para concluir projetos de Nunes e Louro, criando ainda o cargo oficial de “Pai dos Cristãos”. Quem ocupasse este cargo deveria cuidar dos interesses jurídicos e religiosos dos “novamente convertidos”, não permitindo que fossem injustiçados, protegendo-os seja de outros nativos seja de portugueses. A historiadora luso-goesa (2008) também afirma que a mestiçagem física e cultural, passando pela religião, é vista como construtora de condições para o Império na Índia portuguesa. A compreensão dos sucessos das experiências imperiais para dissolução das diferenças e redução da distância colonizador/colonizado, e das derrotas que promoveram mudanças das populações umas nas outras, garantiam a hierarquia imperial. Desta perspectiva, os missionários, deveriam ter uma articulação com a Coroa que representasse essa perspectiva de manutenção do poder régio, logo da hierarquia.

Contemporâneo de Vaz, o Bispo de Goa D. João de Albuquerque adotou um modelo de duas *vias* para a missionação em Goa – a “Via Suave” e a “Via Dura”. A Via Suave era uma maneira de recompensar aqueles que se convertessem ou retornassem à Cristandade com honrarias, encargos de ofícios, recebimento de terras ou mesmo maior compreensão das forças repressoras. Em contrapartida, a Via Dura era a “punição” pela não

conversão, em que os nativos não cristãos eram alijados de bens e posses, proibidos de ocuparem cargos e ofícios, dentre outros.

É importante citar, como bem mostra Tavares (2002) que até 1540 havia na ilha de Goa uma certa tolerância aos cultos hindus particulares ou públicos, o único grupo que de fato fora perseguido foram os muçulmanos, ou seja, os inimigos clássicos. A partir de meados do século XVI, então, a Reforma atinge Portugal e seus domínios, promovendo maior radicalização como a destruição de boa parte dos templos e imagens de culto locais, bem como há instrução para combate aos cultos particulares – domésticos.

Por fim, é notório que as diretrizes postas no documento escolhido para análise não são de um todo novidades. Porém, elas são fruto de uma conjuntura e de uma perspectiva que remontam ao início do século XVI, anterior até mesmo à Inquisição de Goa que foi instalada em 1560.

Bibliografia

Fontes

Fundação Biblioteca Nacional

BN 025,01,001 n. 177; BN 025,01,001 n.180; BN 025,01,001 n.181; BN 025,01,001 n.182; BN 025,01,001 n.183

Referências Bibliográficas

BAIÃO, António. *A Inquisição de Goa: tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção (introdução à correspondência dos Inquisidores da Índia 1569-1630)*. Lisboa: Academia de Ciências, 1945. v. I.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Ana Cannas da. *A Inquisição no Estado da Índia – Origens (1539-1560)*. Lisboa: Arquivo Nacional/Torre do Tombo, 1995.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. 1, 1983.

FARIA, Patrícia Souza de. *A conversão das almas do Oriente. Franciscanos, Poder e catolicismo em Goa: séculos XVI e XVII*. Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

- _____. *A conquista das almas do Oriente. Franciscanos, catolicismo e poder colonial português em GOA (1540-1740)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- FONTES, João Luís Inglês. Cruzada e Expansão: A Bula “Sane Charissimus”. *Lusitana Sacra*, 2ª série, 7 (1995), pp. 403-420.
- GAUCHET, Marcel. *La condición histórica: conversaciones com François Azani y Sylvain Piron*. Madrid: Trotta, 2007.
- HESPANHA, António Manuel. *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- NOGUEIRA, Eduardo Borges de Carvalho. *Pagodes do diabo: Sociedade e Religiosidade Hindu na Goa Portuguesa (1510-1560)*. Niterói: Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- REGO, Antonio da Silva. *O Padroado Português do Oriente: Esboço Histórico*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540 – 1682)*. Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2002.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- XAVIER, Ângela Barreto. *A Invenção de Goa Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*. Florence, European University Institute, 2003.
- _____. *Dissolver a Diferença: Conversão e Mestiçagem no Império Português*. In Cabral, M. V., Wall, K. et al. (orgs.), *Itinerários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

O Sínodo de Diamper: uma hermenêutica documental

Odimar Gomes Junior
Mestrando do PPGHS/UERJ

Começo da Igreja de São Tomé

O primeiro contato dos portugueses com os cristãos de S. Tomé deu-se em 1502, quando uma delegação de cristãos de Cranganor veio ao encontro deles. Segundo Manso (2015, p. 1449-1550), por essa época havia vinte igrejas espalhadas de oeste a leste, sendo Angamale a cidade episcopal e as principais igrejas estavam em Cranganor, Palur e Couião. A partir de 1517, seguindo a lenda da morte do apóstolo São Tomé, muitos portugueses partiram para a costa oriental da Índia, local conhecido como São Tomé de Meliapor.

Eram (são) chamados cristãos de São Tomé devido ao fato de se atribuir a este apóstolo a fundação de sete igrejas na região do Malabar, ainda que exista uma tradição de origem alexandrina que imputa a São Bartolomeu a fundação da cristandade na Índia. Esse registro, de que fora São Bartolomeu o iniciador do cristianismo, também é atestado por Eusébio de Cesareia em sua História Eclesiástica, ao relatar que Panteno, que dirigiu a escola de Alexandria, teria alcançado a Índia, deixando para essa comunidade um exemplar do Evangelho de Mateus escrito em Hebraico.

Apesar da falta de documentação comprobatória (Malekandathil vai discordar dessa afirmação) de que esse apóstolo, ou outro qualquer, tenha levado o cristianismo a essa região, não há como se negar que as boas novas chegaram cedo a essas paragens. Na afirmação de Navarro (2008, p. 2), “antes mesmo de muitas regiões do mundo serem convertidas ao Cristianismo, a Índia já possuía milhares de cristãos.”

Para Malekandathil (2003), a chegada de São Tomé ao noroeste da Índia é praticamente aceita como um evento histórico e tem como base moedas que foram desenterradas nesta região com a inscrição do rei pártico (ou parto), cujo nome estava grafado Gundophoros, mencionado nos Atos de Judas Tomé como Gudnapar ou Gudnaphar. Tomé, após viagem passando por Selêucia, pelos montes Zagros, Ecbatana, Merv (Antioquia de Margiana ou Alexandria de Margiana) teria chegado ao noroeste da Índia e, após pregar o evangelho, voltara a Jerusalém para o primeiro concílio nesse local. Teria voltado São Tomé para a Índia em 52 d.C., mas dessa vez para o sul, via

Golfo Pérsico. Chegando lá, converteu alguns brâmanes ao cristianismo e estabeleceu sete comunidades cristãs em Cranganor, Palur, Paravur, Kokkamangalam, Niranam, Nilakkal e Coulão.

Apesar da afirmação de Malekandathil, é fato de não menor importância que, por volta do quarto século d.C., um armênio cristão chamado Tomé Cananeu (Thome Cananeo) teria aportado no mesmo local onde antes chegara o apóstolo São Tomé, tendo esse armênio recebido do rei cristão, Cocuragon, a localidade de Pantana e, mais tarde, a de Cranganor, onde construiu uma igreja dedicada a São Tomé. Assim, não é difícil supor que este armênio homônimo do santo apóstolo, poderia ter dado azo à lenda da fundação dessas comunidades cristãs pelo apóstolo também conhecido como Dídimo.

Os cristãos dessa região eram nestorianos, talvez influenciados pela migração de cristãos babilônicos para a Índia no século IV, após os persas terem tomado Nísibe, em 363 d.C. (MASSI, 2016, p. 72). Tanto que os Cristãos de São Tomé estavam ligados à Igreja da Mesopotâmia e do Império Persa, recebendo os bispos dessa comunidade e adotando o siríaco como língua litúrgica (MANSO, 2001, p. 2). Contudo, o uso dessa língua não remonta à fundação da igreja, mas esse costume começou por volta do século XI, com o advento da dinastia Seljúcida, na região da Pérsia. Por essa época, os cristãos de São Tomé começaram a receber bispos ordenados pelo patriarca de Bagdá (Babilônia), cuja língua litúrgica era o siríaco e adotavam a Peshita como versão bíblica. Antes desse advento, a comunidade do Malabar tinha suas necessidades espirituais atendidas pelos missionários enviados da região de Fars. As igrejas dessa região tinham uma tradução da Bíblia em Pálavi (persa médio), o que pode significar que essa era a língua litúrgica antes do uso do siríaco.

Quanto ao nestorianismo, vale ressaltar que a Igreja do Oriente somente teria adotado oficialmente a fé nestoriana após os sínodos de Seleucia-Ctesifonte (410) e de Beth Lapat (484) (MASSI, 2016, p. 85).

As cidades de Selêucia e Ctesifonte passaram a constituir um único bispado e, em 315 d.C., o então bispo de Selêucia-Ctesifonte, Papa Bar Aggai, afirmou sua primazia sobre os demais bispos persas. No sínodo ocorrido nesse bispado, em 410 d.C., as igrejas persas declararam a sua aderência à doutrina de Nestório, bispo de Constantinopla (428-431 d.C.), o nestorianismo. Essa doutrina afirmava que em Jesus Cristo habitavam duas pessoas, uma divina e outra humana, doutrina essa tida por herética desde os concílios de Éfeso, em 431 d.C., e de Calcedônia, em 451 d.C., que adotaram a unidade hipostática como ortodoxia, ou seja, na pessoa de Jesus Cristo habitavam as naturezas humana e divina inseparavelmente, de modo que, era correto dizer que Maria era a mãe de Deus (theótokos) e não somente mãe do Cristo, (Christótokos) como afirmava Nestório.

Com a morte de Ibas, Presbítero de Edessa, em 457 d.C., esse local teve muita dificuldade em permanecer como centro do nestorianismo no Império Romano, permanecendo essa doutrina na escola teológica desse local até 489 d.C., quando o imperador Zenão a destruiu. Os nestorianos remanescentes fugiram para a Pérsia. Vale mencionar que, desde 424 d.C., a igreja persa estava completamente separada administrativamente do restante da cristandade, tendo como seu líder supremo o patriarca de Selêucia-Ctesifonte. No ano de 484 d.C., um pouco antes de o imperador Zenão destruir a escola de Edessa, teve lugar o Sínodo de Beth Lapat, que exaltou Teodoro de Mopsuéstia como a fonte da verdadeira doutrina e condenou os ensinamentos da Igreja Romana, afirmando o nestorianismo nas igrejas persas, bem como a não adoção do celibato pelos seus bispos, que poderiam se casar (VINE, 1937, p. 44-45, 50).

Uma vez que essa igreja na Índia tinha sua cristologia, ritos e costumes diferentes dos da Igreja do Ocidente, isso impactou negativamente os cristãos ocidentais que, paulatinamente, tentaram latinizar os tomesinos.

Tentativas de Latinização

Luís Filipe Thomaz (2009) defende a tese de que D. Manuel desejava encontrar cristãos no Oriente, fazer aliança com eles e atacar os muçulmanos, recuperando Jerusalém. “O grande projeto de D. Manuel (r. 1495 – 1521) era, na sua essência, um projeto de cruzada, visando o ataque ao Império Mameluco pelo mar Roxo e a recuperação de Jerusalém” (THOMAZ, 2009, p. 13), projeto este abandonado por D. João III:

A subida de D. João III ao trono determina uma mudança importante no programa expansionista português. O monarca abandona os projectos manuelinos de ataque ao Império Mameluco pelo Mar Roxo, a destruição de Meca e a recuperação de Jerusalém por uma política mais pragmática e menos ideológica. (MANSO, 2011, p. 411).

É justamente a partir da ascensão de D. João III ao trono que a tentativa de latinização do rito siro-malabar começa a se encorpar, não que antes isso não acontecesse, mas ela começou a tomar contornos mais impositivos.

Didaticamente, pode-se dividir a atuação da igreja Ocidental na região do Malabar de 1502 a 1599 em três etapas: um primeiro momento de convivência pacífica, ainda que não se ignorassem as divergências dogmáticas; um segundo período de algumas formas de latinização, sem imposição; e um terceiro estágio com uma tentativa de imposição da latinização, tendo como modelo o Concílio de Trento.

Os cristãos de São Tomé, além do nestorianismo, não se afastaram das práticas sociais hindus, inclusive no que tangia à relação entre as castas, da mesma maneira que as relações inter-religiosas não eram vistas como totalmente excludentes e reprováveis, como o eram pela igreja de Roma, podendo um cristão recorrer a um deus do panteão hindu para seu próprio benefício ou um hindu solicitar ajuda a um cassanar, quando necessitasse de um exorcismo.

Nem por isso, a relação inicial com os missionários da igreja romana era conflituosa. Como exemplos da relação tolerante inicial, há o relato de Costa (2004, p. 290), de que a cristandade sulista ajudou os portugueses durante o cerco que o rei de Couilão fez à igreja de São Tomé. Há também uma carta de 17 de agosto de 1510, registrada no primeiro volume da DHMPPPO, na qual é dada ordem para que se dessem oferendas para a festa hindu conhecida como *ova puravaa*:

Dioguo Pereira, feitor de Cochim e esprivaees da dita feitoria, per este vos mando que dees aos naires e esprivaees da casa, a cada huim sua peça de beatilha, pera esta festa que hora tem, que se chama Ova Puravaa, e estaa em custume neste dia se lhe dar, e por serem também deligentes no serviço da casa, e por este com o assento dos ditos esprivaees vos sera levado em conta.¹ (DHMPPPO, v. I, p. 97).

Apesar dessa relação amistosa, nem por isso deixou de haver desde o início uma tentativa de latinização. Os Franciscanos, os primeiros religiosos a chegarem à região do Malabar com Pedro Álvares Cabral, em 1500, e sob a liderança de frei Henrique de Coimbra, procuraram meios para que dois sacerdotes tomesinos fossem para Lisboa (FARIA, 2014, p. 453).

A partir do final do terceiro decênio do décimo sexto século, a relação começou a mudar com a instauração em Portugal da Inquisição, que fez com que cristãos-novos deixassem a região, emigrando para outras regiões, dentre as quais o oeste da Índia. Com a chegada de Francisco Xavier, em 1542, um novo momento missionário iniciou-se em Goa e, posteriormente, mais para o sul da Índia (MANSO, 2015, p. 1451).

A educação foi um dos meios utilizados nessa tentativa de latinização. Frei Vicente de Lagos estabeleceu um seminário em Cranganor (1540/41), cuja função principal seria o preparo de clero nativo. Este colégio recebia os meninos, filhos de gentios e de cristãos tomesinos, para os ensinar a doutrina cristã, bem como os ritos da igreja latina (FARIA, 2014). Os jesuítas, por sua vez, também fundaram colégios na Índia, com destaque na região do Malabar do colégio de Cochim, fundado em 1560, com um seminário anexo (MANSO, 2015, p. 31). Começou-se desse

¹ 33 – COCHIM, LIBERDADE RELIGIOSA. Carta de 17 de Agosto de 1510. Conferir também TAVARES, 2002, p. 72.

modo o preparo para a futura geração que comandaria a igreja naquela região e que poderia levar a cabo o processo de latinização e submissão ao papa. Além do processo educacional como meio de doutrinação e submissão, concílios provinciais também foram convocados.

Antes mesmo do Sínodo de Diamper, houve quatro concílios provinciais em Goa (1567, 1575, 1585 e 1592), sendo, o de 1585, uma tentativa oficial de latinização do rito siro-malabar.

O concílio de 1585 foi o primeiro em que os cristãos de São Tomé foram tratados de forma bastante detalhada, em uma sessão dedicada exclusivamente aos desafios dos agentes católicos diante dessa comunidade de cristãos asiáticos. Dos oitenta decretos que compuseram o texto do Terceiro Concílio Provincial de Goa, dez trataram da cristandade de São Tomé e do arcebispo de Angamale. (FARIA, 2013, p. 228)

Com a desobediência dos cristãos de São Tomé em submeterem-se ao rito romano, o Arcebispo Metropolitano de Goa, Dom Frey Aleixo de Menezes, publicou o “chamamento ao synodo diocesano de Diamper”, a 20 de junho de 1599.

Análise Semiótica da Publicação e Chamamento ao Sínodo de Diamper

O texto começa com a apresentação de Dom Frei Aleixo de Menezes que, “por merce de Deos, & da Sancta Igreja de Roma”, era Arcebispo Metropolitano de Goa e Primaz da Índia e das partes Orientais. Também o coloca a serviço daquele que tem o poder universal sobre todas as igrejas do mundo, o Pontífice Romano, o Papa. Este o mandou tomar posse da igreja do Malabar, após a morte de Mar Abraão, e que não consentisse mais que entrasse nela bispo vindo de Babilônia, “por serem todos seismaticos, hereges, Nestorianos fora da obediencia da Sancta Igreja Romana”.

Desde o começo do documento percebe-se a oposição semântica entre o que é tido como certo, ou eufórico, a sã doutrina da Igreja Católica, e o que é errado, ou disfórico, a heresia nestoriana. E essa relação é dada nada mais nada menos do que pela pessoa que é Arcebispo Metropolitano, sob as ordens daquele que tem o poder universal sobre todas as igrejas, que por sua vez, é submisso ao Cristo. Estabelece-se, assim, que o Cabeça da Igreja, Jesus, por via indireta, mandou o arcebispo àquele local para purificar a sua igreja.

Os cristãos de São Tomé são descritos como cismáticos, desobedientes, duros, cometedores de delitos contra a Santa Igreja Romana e metidos no meio de muita gentilidade. Quanto a Menezes, este diz que o seu desejo era o de que “não perdessem por falta de doutrina os trabalhos do sagrado Apostolo São Thome”. Por isso, tinham que purgá-los dos erros e heresias que haviam sido

semeados pelos hereges nestorianos que estavam sob o patriarcado de Babilônia e os tinham governado.

O nome de Babilônia, de onde proviam os bispos e sob cujo patriarcado estavam os cristãos da serra do Malabar, não pode ser ignorado na análise documental. Sabe-se que a igreja do Malabar estava ligada ao patriarcado de Selêucia-Ctesifonte. Contudo, a menção ao nome Babilônia e não àquele, implica a afirmação de heresia e de contaminação. Babilônia é símbolo da desgraça do cativo veterotestamentário, bem como da sedução e da prostituição neotestamentária, pecados que levariam à sua queda, conforme relata o livro de Apocalipse: “Apareceu um segundo Anjo e continuou: ‘Caiu, caiu Babilônia, a Grande. Aquela que embebedou todas as nações com o vinho do furor da sua prostituição’.” (Apocalipse 14:8). Essa prostituição é um termo simbólico que designa a troca da relação estável com Deus, porque foi seduzido pelos prazeres do adultério, da relação com outros deuses, a mesma relação denunciada pelo profeta Oseias: “Começo das palavras de Javé por intermédio de Oseias. Javé disse a Oseias: ‘Vá! Tome uma prostituta e filhos da prostituição, porque o país se prostituiu, afastando-se de Javé’.” (Oseias 1:2). Colocado dessa forma, a prostituição simboliza a idolatria e o desvio dos ensinamentos de Jesus e de seus apóstolos.

Menezes narra que ao chegar ao bispado para visitar as igrejas, o demônio levantou “grandes alterações & movimentos contra a nossa pretensão”, mas Deus, em sua infinita bondade, os ajudou e livrou, dando “paz & tranquilidade em todos por merecimentos do glorioso Apostolo São Thome Mestre & Padroeiro desta Christandade”. Todos vieram à luz e confessaram a fé católica, aprovaram a doutrina e sujeitaram-se à obediência da Santa Igreja Romana.

A utilização do nome do apóstolo fundador daquela cristandade reforça não somente o mito fundacional, mas incute na mente do público destinatário do discurso a ideia de que a causa de a igreja tomesina encontrar-se nessa situação de prostituição/idolatria, vivendo como gentios e afastados da comunhão da verdadeira igreja de Cristo, se deve ao fato de que, no transcorrer de sua história, essa igreja deu ouvidos a ensinamentos de demônios, deixando-se seduzir pela grande Babilônia.

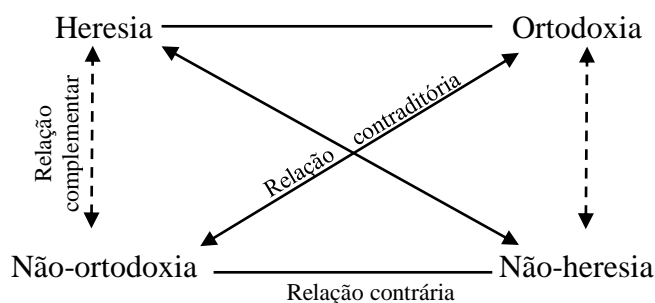
Analisando pela teoria semiótica a “Publicação & chamamento ao Synodo”, antes das ações e decretos, fica patente a oposição de valores com o intuito de reprovar a fé tomesina. Esta análise concebe três níveis, que vão do fundamental, mais simples e abstrato, passando pelo nível narrativo, onde as narrativas se organizam do ponto de vista de um sujeito, chegando ao discursivo, o mais complexo e concreto (BARROS, 2005, p. 13).

Em seu plano de expressão, é um documento da Igreja Católica que traz a convocação ao sínodo, bem como as suas ações e decretos. Foi produzido em 1606, sete anos após a ocorrência do evento, na oficina de Diogo Gomez Loureyro, em Coimbra, com a devida licença do Santo Ofício. O documento deveria ser impresso e depois ser enviado ao conselho, para se conferir com o original e só depois teria permissão de circulação. O documento consultado encontra-se digitalizado e acessível no sítio da Biblioteca Nacional de Portugal, no endereço: <http://purl.pt/17494>. Trata-se então de um escrito produzido sob rigorosa censura e em conformidade com o que determinava ou consentia o Santo Ofício, não sendo possível averiguar se houve ou não supressão de alguma parte ou algum acréscimo, trabalho este que deve ser desenvolvido pela ecdótica.

Interessa a este trabalho, contudo, o modo como se deu a construção de seu discurso, ou seja, o seu plano de conteúdo, concebido em seu percurso gerativo de sentido.

Em seu nível mais fundamental, ocorre a oposição semântica entre a mentira nestoriana e a verdade católica (heresia X ortodoxia). Heresia versus ortodoxia constituem categorias semânticas do texto, bem como Verdade X Mentira, Comunhão X Cisma. Além dessa, há também outra relação de oposição destacada, a que diz respeito ao modo de ser cristão, pois os discípulos de Cristo não podem viver “metidos no meio de tanta gentildade” (LOUREYRO, 1606, p. 6), ou seja, a exterioridade deve refletir a crença em Jesus Cristo. Assim, há um modo correto de se portar, de se vestir, de quem se aproximar ou de quem se afastar.

No quadrilátero² semiótico a seguir, será demonstrado a relação entre heresia e ortodoxia, mas o mesmo raciocínio pode ser aplicado entre a ortopraxia e a heteropraxia.



O texto apresenta a condição dos cristãos de São Tomé como disfórica, devido ao valor negativo apresentado no texto em relação às suas crenças, costumes e práticas, pois são tidos como

² A maior parte dos autores trata por quadrado semiótico, mas como nem sempre se produz um quadrado, como neste caso em que a forma é um retângulo, preferimos o termo quadrilátero.

hereges e com hábitos gentílicos. É importante notar aqui a descrição dessa comunidade, pois ou se é gentio ou herege, dado que a gentilidade se aplica àqueles que não aceitaram a fé cristã, sendo a heresia um desvio doutrinário somente aplicado aos que a aceitaram. Uma vez que os cristãos tomesinos são apresentados como possuidores de ambas características, eleva-se o grau de disforia apresentada, porque não somente viviam como gentios, não sendo possível discernir externamente quem era cristão de quem não era, como também negavam a correta cristologia, tornando impossível a comunhão com a verdadeira igreja, a não ser pela via do arrependimento e abandono de suas crenças e práticas e sua conseqüente sujeição à Igreja Ocidental.

O percurso que o texto tenta impor, no nível das estruturas fundamentais, faz com que os cristãos heréticos saiam da disforia, daquilo que é errado, para a euforia da sã doutrina e da comunhão com a verdadeira igreja.

Em seu segundo nível, o narrativo, procura-se analisar a seqüência da transformação ocorrida nos estados sucessivos, passando-se, na apreciação aqui em curso, de um enunciado de estado inicial disfórico, perpassado pelo enunciado de fazer, a um enunciado de estado final eufórico. Assim, o Percurso Narrativo (PN) é entendido como a transformação (\rightarrow) operada pelo Sujeito de Fazer (SF) sobre o Sujeito de Estado (SE), fazendo com que este entre em conjunção com o Objeto de Valor (OV) apresentado a verdade.

$PN = SF \rightarrow SE \cap OV$ (onde \cap representa conjunção)

Enunciados de Estado: o Sujeito de Estado (cristãos de São Tomé) encontra-se em uma relação de conjunção com o nestorianismo e com o hinduísmo.

Enunciados de Fazer: o Sujeito de Fazer (Dom Frei Aleixo), que está em uma relação de conjunção com a doutrina ocidental, procura transformar a relação dos cristãos de São Tomé com seu objeto modal, procurando fazer com que eles rompam com o modo errado de ser cristão e aceitem a conjunção com a sã doutrina ocidental, submetendo-se à latinização, alcançando a finalidade última do texto, o Objeto de Valor (verdade, comunhão, salvação).

Seguindo a narrativa do Sujeito de Fazer, os tomesinos estavam em estado de disjunção com a sã doutrina e, conseqüentemente, afastados da comunhão com a única e verdadeira igreja, a católica. Implica-se dessa disjunção, em último grau, um afastamento do estado de graça e da salvação. Operar-se-á a transformação, passando-se para o estado conjunto com o objeto de valor,

verdade/comunhão, quando os cristãos de São Tomé sujeitarem-se à disciplina e aceitarem a verdadeira doutrina católica.

Chegando ao último nível, o discursivo, percebe-se como se concretizam as formas abstratas do nível narrativo (DAVID, 2017, p. 78) na fabricação da ilusão de verdade que o texto impõe. “Partindo do princípio de que todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é *verdadeiro* (ou falso), os mecanismos discursivos têm, em última análise, por finalidade criar a ilusão de verdade.” (BARROS, 2005, p. 54, grifo do autor)

Os sujeitos relatados ao nível narrativo tomam concretude no nível discursivo na pessoa de Dom Frei Aleixo de Menezes, com toda a apresentação de seus títulos e comissionamento papal, e nas pessoas do padre Jorge, arceidiago do bispado da serra do Malabar, e de todos os demais sacerdotes, cassanares, diáconos etc, daquela região (LOUREYRO, 1606, p. 5).

Nessa tentativa de criação de realidade, o narrador é apresentado em primeira pessoa do plural (“fazemos saber a todos & a cada hum em particular”) na tentativa de descaracterizar o conteúdo da mensagem como sendo somente de Dom Frei Aleixo, que passa a portar uma mensagem maior do que ele, a mensagem pertence a um grupo que definiu o que é correto em termos de crença. Passa então o narrador a expor os motivos de sua ida ao local, sob a obediência ao Papa, que enviara dois breves ordenando que tomassem posse daquela igreja e bispado da serra do Malabar, para que não mais recebessem bispos nestorianos. Entenda-se narrador não como o sujeito da enunciação, mas como a sua voz.

O sujeito da enunciação atribui ao narrador a voz, isto é, o dever e o poder narrar o discurso em seu lugar. Assim instalado, o narrador pode, por sua vez, ceder internamente a palavra aos interlocutores. A delegação interna de voz é outro dos recursos discursivos de produção de efeitos de sentido. Utiliza-se, muitas vezes, para atribuir ao outro a responsabilidade discursiva, já antes mencionada. (BARROS, 2005, p. 57).

Nesse efeito de produção da realidade, há não só a menção à doutrina, ao Papa, aos títulos eclesiásticos apresentados ou aos livramentos de perigos quando da salvação de “varios trabalhos, perigos, & sucessos” que “Deos nosso Senhor, por sua divina bondade, esquecido de nossos males & pecados, foy servido de nos livrar, ajudar, & favorecer”, mas recorre-se também à ancoragem tanto ao tempo da fundação da comunidade eclesiástica do Malabar, quanto ao seu personagem principal, São Tomé, uma vez que, Deus havia concedido “paz & tranquilidade em todos por merecimentos do glorioso Apostolo São Thome Mestre & Padroeiro desta Christandade”. (LOUREYRO, 1606, p. 6)

O recurso semântico denomina-se **ancoragem**. Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou “existentes”, pelo procedimento

semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso, preenchendo-os com traços sensoriais que os “iconizam”, os fazem “cópias da realidade”. Na verdade, fingem ser “cópias da realidade”, produzem tal ilusão. (BARROS, 2005, p. 58, grifo do autor)

Por fim, percebe-se que os procedimentos adotados para a análise semiótica desse documento produzido após o Sínodo de Diamper, e tendo como pano de fundo as oposições concebidas no nível fundamental, enquadram o texto no tema da marginalização do diferente, daquele que não se encaixa no modo de pensar e de crer daquele que, provisoriamente, detém o poder.

Conclusão

Partindo da crença da fundação da Igreja de São Tomé pelo apóstolo de mesmo nome e chegando ao século XVI da Era Comum, dentro do limite permitido para este trabalho, foi possível obter um conhecimento parcial desses cristãos com ritos, dogmas, costumes e hábitos sociais bem diferentes dos daqueles da Igreja Ocidental, os cristãos de São Tomé de rito siro-malabar. Diferenças estas que, aos poucos, se procurou diminuir, ou até mesmo extirpar, pela tentativa de latinização dessa comunidade oriental.

Nesse percurso, que vai de 1502 a 1599, foram vários os métodos empregados nessa tentativa de latinização, indo desde o ensino a imposições conciliares. Dentro deste último, destaca-se o Sínodo de Diamper, ocorrido a 20 de junho de 1599, cuja análise documental esclarece as oposições semânticas contidas no texto, bem como os meios discursivos utilizados para fabricar a verdade de que fora da doutrina da Igreja Romana e de sua comunhão alija-se também a Igreja de São Tomé da verdade pregada pelo seu apóstolo fundador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. (Série Fundamentos, 72).

Bíblia Sagrada - Edição Pastoral. Paulus Editora. Edição do Kindle.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

COSTA, João Paulo Oliveira e LACERDA, Teresa. *A interculturalidade na expansão Portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.

_____. *Anais de História de Além Mar*. 2004.

DAVID, Ricardo Santos. Análise semiótica: percurso gerativo de sentido em uma tirinha de humor. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Rio de Janeiro, v. 18, nº 44, p. 77-87, Jun-Dez 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/4372>. Acesso em 15/09/2019.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Tradução das Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000. (Coleção Patrística. V.15)

FARIA, Patrícia Souza de. *Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da "Reforma Tridentina" no centro do império asiático português (1567-1606)*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 236, jul/dez 2013. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi27/TOPOI_27_A01.pdf. Acesso em: 15/01/2019.

_____. *Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século XVI)*. Universidade de Santiago de Compostela. Sémata, Ciências Sociais e Humanidades, 2014. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/semata/article/view/2010>. Acesso em 15/01/2019.

MALEKANDATHIL, Pius. St. Thomas Christians: A Historical Analysis of their Origins and Development up to 9th century AD. In: Bosco Puthur (ed.), *St. Thomas Christians and Nambudiris, Jews and Sangam Literature: A Historical Appraisal*, Kochi: LRC Publications, 2003, pp.1-48.

MANSO, Maria de Deus Beitas. *D'aquém, d'além e d'ultramar - Combate contra a heresia: o sínodo de Diamper*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015.

_____. *A Sociedade Indiana e as Estratégias Missionárias: 1542-1622*. Portuguese Studies Review, New Hampshire, v. 9, 2001.

_____. *Contexto Histórico-cultural das Missões na Índia: séc. XVI-XVII*. História Unisinos. V.15, n.3 [406-416], Setembro/Dezembro 2011. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3450/1/1212-5998-1-PB.pdf>. Acesso em 15/01/2019.

MASSI, G. M. *Cristianismo na Índia: os Cristãos de São Tomé, sua constituição, suas tradições e suas práticas religiosas*, Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2016. 242 f.

NAVARRO, E. D. A. *A origem indiana de um mito do Brasil colonial*. Revista de Estudos Orientais. São Paulo, n. 6, 2008. ISSN 1415-9171. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reo/article/view/90747>. Acesso em 03/03/2018.

VINE, Aubrey R. *The Nestorian Churches: a concise history of Nestorian Christianity in Asia from de Persian schism to the modern Assyrians*. Londres: Independent Press, 1937.

THOMAZ, Luís Filipe. *D. Manuel, a Índia e o Brasil*. Revista de História, São Paulo, p. 13-57, 2º Semestre 2009.

Fontes

COUTO, Diogo do, 1542-1616; Vila Real, Manuel Fernandes de, 1608-1652, ed. lit. *Cinco Livros da Decada Doze da Historia da India / Por Diogo do Covto, Chronista & Guarda Mór da Torre do Tombo... ; Tirados a luz, pello capitão Mel. Frz. De Villa Real...* Paris : [s.n.], 1645

LOUREYRO, D. G. *Synodo Diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos Antigos Christãos de Sam Thome das Serras do Malavar das Partes da India Oriental*. Coimbra: [s.n.], 1606.

REGO, A. Silva. *Documentação para História das Missões do Padroado Português no Oriente (DHMPPO)*. Lisboa: Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991-1996, 12v. Disponível em: <http://purl.pt/26745>. Acesso em: 30/06/2017.

Contribuições da literatura árabe para a história do Malabar: novas historiografias sobre a presença portuguesa na Ásia (séculos XVI-XVII)

Priscila Ketlin Garcia Oliveira
Doutoranda do PPGHS/UERJ

Introdução

O historiador Gruzinski afirmou que, as “*possibilidades abertas pela navegação revolucionaram a comunicação entre os homens*” (GRUZINSKI, 2012, p. 32). No entanto, os europeus não foram os únicos a sofrerem transformações em diversas áreas, mas todos aqueles que cruzaram com eles e passaram a vivenciar essa experiência. Através desses contatos, novas modernidades surgiram como objeto de uma história “global e conjuntural”. E essas modernidades criaram-se no contato com outras humanidades e com outros saberes, a partir dos incontáveis intercâmbios imprevistos e, também, de inúmeras agressões.

Portanto, na trajetória da expansão portuguesa na Ásia durante os séculos XVI-XVII, tanto os portugueses como os habitantes da região, em algum momento sofreram as influências dessa expansão e da presença europeia no Oriente. Neste percurso, foi natural o aparecimento de obras que buscassem retratar as ações europeias, sejam elas de autores portugueses como, também, de autores nativos, como os islâmicos da região do Malabar na Índia. Essas obras são importantes para a análise histórica daquele momento, pois através delas é possível ter contato com diferentes interpretações sobre a presença portuguesa no Oriente.

Destacamos a região do Malabar¹, pois o local era terra por excelência da pimenta, de onde durante dois mil anos lançaram-se em direção ao golfo Pérsico e ao Mar Vermelho barcos carregados de especiarias, de tecidos e de todos os produtos indianos (PANNIKAR, 1977, p. 45). Era um importante centro comercial do Índico e da Índia. Ademais, a comunidade islâmica da região buscou produzir obras retratando as ações lusas no local. Tais obras circularam no mundo árabe, no Malabar e também foram determinantes para a construção da identidade dessa comunidade, que se encontrava numa região dominada pela cultura hindu e que agora sofria a

¹ Ressaltamos que o cronista Zinadím limitava Malabar como o espaço compreendido entre o cabo de Camorim e o Canjarcote. No entanto, saber com exatidão as fronteiras geográficas do período moderno de tal território nos lança dentro de um problema: os fenômenos religiosos que modificavam os limites geográficos. O autor português José Manuel Correia chama a atenção para o fato de que tais limites territoriais se adequavam a perduráveis fenômenos religiosos, que ultrapassavam as fronteiras geográficas. Desta forma, preferimos utilizar o recorte geográfico exposto por K. M. Panikkar, que são as terras desde Mangalore até ao cabo Camorim, denominadas como Malabar ou Querela.

invasão da presença ibérica. O intuito principal dessas obras era o de relatar o inimigo antigo e a disputa pelo espaço/território.

A partir desta prerrogativa, o território do Malabar passa a ser compreendido essencialmente como um instrumento de exercício de poder para os autores islâmicos. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. E a região do Malabar, nos séculos XVI e XVII, é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que possui sua própria complexidade interna. Ela é um território para a comunidade islâmica, que define a sua alteridade a partir da diferença religiosa com os demais componentes desta região. E a resistência da comunidade islâmica contra a expansão e presença do cristão português foi para além do campo da disputa física, mas, também, para a escrita da história.

Desta maneira, neste artigo destacamos algumas obras de autores islâmicos que eram naturais do Malabar. Identificaremos as principais características desse gênero narrativo e historiográfico, salientando os pontos principais das obras e suas contribuições para a análise histórica do período.

O gênero narrativo das obras islâmicas nos séculos XV e XVI

A religião islâmica se espalhou para muitas partes do globo terrestre, atraindo um grande número de fiéis. Apesar das grandes distâncias geográficas entre as diversas comunidades de diferentes localidades, as literaturas islâmicas durante os séculos XV e XVI, possuem alguns aspectos em comum, como: serem escritas em árabe, apresentarem citações do Corão e falarem sobre os ensinamentos do profeta Maomé. Somado a isso, a história do Malabar, região destacada, não pode ser devidamente analisada sem o papel interpretado pela língua e literatura árabe e suas contribuições para a cultura regional.

A língua árabe constitui-se em um elemento central da religião islâmica. Portanto, era levada pelos mercadores e missionários para todas as partes que fossem. Para todo muçulmano, a língua árabe não era apenas outra forma de discurso humano entre outros, mas o meio de expressão através do qual Deus escolheu entregar sua final revelação à humanidade. O árabe era "a língua de Allah". Todavia, a escrita da história no Islã possui duas divisões primordiais: a época formativa e a época clássica. A época formativa da história no Islã foi um processo em que de uma história oral, fomentada pela literatura pré-islâmica e pelas recitações do Corão, passou-se a uma história escrita (*tarij*). Essa transformação ocorreu a partir da organização dos governos islâmicos, logo após a morte de Maomé, em 632 D.C., e da formação do governo dos primeiros califas (*rashiduns*), com o

objetivo de regular suas leis e, também, por uma necessidade de guardar as palavras do Corão e passar adiante e melhor os ensinamentos do seu livro sagrado (SENKO, 2017).

Ilm al-Tarikh, ou historiografia islâmica, é uma consequência do árabe e da cultura persa. Nos tempos pré-islâmicos, pode-se encontrar algum tipo de tradição histórica escrita. No entanto, de acordo com a historiadora Judith Clawson, tudo o que pode ser localizado são contos vagos e exagerados sobre o passado distante, incluindo alguns nomes de reis antigos e apenas uma memória um pouco mais precisa dos eventos que ocorreram durante o último século antes do Islã. Na Arábia, o verso era a técnica que mantinha tradições e antigas tradições desapareceram quando os versos correspondentes foram esquecidos. Tal tradição tribal, embora necessariamente unilateral, em termos cronológicos e muitas vezes romanticamente exagerada, ainda assim refletia uma realidade e às vezes até preservava um núcleo de verdade. Apesar das conquistas islâmicas terem desviado o curso dessas tradições, elas não alteraram o seu caráter (CLAWSON, 1967, p. 7-8).

As primeiras crônicas da literatura islâmica começavam suas narrativas com a história da criação do mundo, relatando os tempos pré-islâmicos, chegando até o advento do islamismo e narrando sobre os homens que detinham o poder local de uma determinada dinastia. Ou seja, segundo Elaine Senko (2017, p. 9), “*as primeiras crônicas começaram com a pretensão de uma história universal e terminam por se limitar, geralmente, a recolher informações de uma determinada época ou dinastia*”. As mais conhecidas crônicas do Islã da época formativa são de autoria de Al-Tabari (839-923 D.C.), historiador de origem persa que escrevia sobre teologia, história e comentários corânicos (SENKO, 2017).

Por volta do século X, inicia-se a época clássica da escrita da história no Islã, em que se aperfeiçoaram as biografias, instigou-se uma busca pela ordem cronológica e se rastreavam as dinastias das famílias que possuíam os poderes locais. Os historiadores islâmicos não se especializavam somente em um tipo de gênero, mas escreviam ao mesmo tempo, e às vezes até misturando, as seguintes categorias: a biografia, a crônica (de caráter universal) e a genealogia (estudos sobre um grupo, no qual se destacam algumas individualidades). No entanto, além delas havia a preocupação de estudar a geografia, sobre as escolas jurídicas e filosóficas, acerca da exegese corânica, as regras oriundas da jurisprudência, a busca pela compreensão a respeito da burocracia islâmica e a arte da literatura pré-islâmica e islâmica (SENKO, 2017, p. 12).

O que ligava todos esses gêneros de narrativa era que no Islã os fatos históricos eram entendidos como resultados de leis, estas dirigidas por Allah. Assim, os homens deveriam seguir a esquemática proposta por Allah dentro de um pensamento escatológico providencialista. Para a

visão teológica, a história era a manifestação de um plano divino para o governo da humanidade e, conseqüentemente, o estudo da história era um complemento necessário ao estudo da revelação divina no Corão e na *hadith* (ou hádice)² (SENKO, 2017, p. 12). Deste modo, a historiografia³ é uma parte inseparável da cultura islâmica.

Como dito anteriormente, o estabelecimento do Islã é seguido pelo surgimento de uma literatura histórica. E o Islã na Índia, como em qualquer outro lugar, era uma civilização fundada sobre a religião. Ele significava o reconhecimento pelo homem de algum poder superior e invisível que tinha controle de seu destino e que tinha direito à obediência, reverência e adoração:

A razão para a existência do homem na terra, o propósito de sua vida diária, era a submissão (islam) e adoração do único Deus, o Onipotente. O único valor que a sociedade humana possuía era que Allah a dotou como campo de provas para o homem. A vida na terra era significativa, mas somente porque Allah lhe dava significado. O mundo não era ilusório, mas muitas vezes uma terrível realidade para o homem e pressagiava felicidade eterna ou condenação eterna. A existência do homem na terra não era um mal a ser evitado, mas uma oportunidade para servir Deus (CLAWSON, 1967, p. 11).

O Corão enfatizou a responsabilidade do homem para com Allah por seus atos - isto é, por sua história - no Dia do Juízo. Assim, os fatos sobre o que os homens fazem são instintivos, com um significado “verdadeiramente terrível”. A teoria política é um aspecto da *Shari*⁴ e o governo é uma expressão da soberania divina de Deus. Portanto, idealmente, a comunidade muçulmana não era política nem religiosa, mas ambas (CLAWSON, 1967, p. 5).

Contudo, com a expansão dos islâmicos para várias partes do mundo, a historiografia islâmica assumiu também o papel de propaganda do Islã para os não crentes e aos novos convertidos. Além de ser um veículo que divulgava também as normas morais, com o intuito de espalhar a concepção muçulmana ortodoxa sobre a ordem das coisas no mundo. Para os islâmicos, o dever do governante era o de preservar a ordem social desejada por Allah. Desta maneira, o historiador passou a se interessar pelos assuntos políticos e pelas atividades dos governantes. Ele começa a escrever sua historiografia em forma biográfica, se preocupando por expor, ou exagerar, as virtudes dos governantes, para perpetuar valores morais “divinamente declarados” e, assim, tentar retardar a “degeneração social” que vem progredindo desde a morte de Maomé (CLAWSON, 1967).

² Hadith é um corpo de leis, lendas e histórias sobre a vida de Maomé.

³ É importante realçar que estamos utilizando o termo “historiografia” com o sentido de registro escrito da História. Portanto, aqui a “historiografia islâmica” possui o sentido de ser uma, dentre outras, maneira de escrever e de registrar os eventos do passado. O mesmo parâmetro levamos para a expressão “historiografia jesuítica”.

⁴ É o nome dado ao direito islâmico.

Nas crônicas escritas depois de 1000 d.C., os muçulmanos não podiam mais ser “universal”, pois cada autor foi confinado por limites políticos e, portanto, raramente capaz de lidar com eventos em regiões tão distantes. Além disso, nesta época já haviam surgido diferentes correntes teológicas dentro do islamismo, como xiitas e sunitas. Os xiitas defendem a sucessão do califado pela hereditariedade, isto é, pelos descendentes da família de Maomé. Se caracterizam por serem tradicionalistas, conservando as antigas interpretações do Corão e *Sharia*. Já os sunitas, divergem da concepção sucessória dos xiitas e procuram atualizar suas interpretações do Corão e *Shari*, levando em consideração as transformações pelas quais o mundo passou e valendo-se de outra fonte também, a *Suna* (CLAWSON, 1967, p. 13).

Por conseguinte, o registro da história política passava do meio dos teólogos para os de oficiais e cortesãos. Tal mudança afetou a forma, o conteúdo e o espírito. Essa secularização da história resultou em duas consequências principais: a primeira, foi que agora o historiador substituiu a justificativa teológica pelo princípio de encontrar valor moral em seu estudo. Em outras palavras, "*a história perpetua o registro das ações virtuosas e más e as oferece como exemplo para a edificação das gerações futuras*" (CLAWSON, 1967, p.13); a segunda, foi uma abordagem geralmente tendenciosa e estreita da história, que refletia a perspectiva religiosa, política e social de sua classe. À vista disso, o historiador passou a ter interesse nas atividades do governante e do tribunal, tornando-se um funcionário da corte e, naturalmente, interessado, principalmente, em assuntos e atividades políticas (CLAWSON, 1967, pp.17-18).

Na Índia, antes da chegada dos muçulmanos, na tradição hindu não havia métodos fixos e específicos que fossem seguidos em relação à preservação e compilação dos eventos históricos. O historiador Nurul Absar afirma que, antes da presença muçulmana, em algumas regiões da Índia a historiografia estava praticamente ausente. Ademais, ele afirma que era somente através do sistema oral que era preservado e passado os eventos históricos. Todavia, apesar deste sistema ajudar na preservação de regras e regulamentos, restrições e outras regras sociais, ainda não era o suficiente para estabelecer um sistema de preservação de todos os dados históricos e eventos, especialmente os episódios relacionados ao domínio dinástico das regiões da Índia. Porque, ao final de uma dinastia, todas as realizações e contribuições daquela dinastia poderiam ser esquecidas e guardadas apenas nas memórias dos mais velhos. Naquela época, o escopo da análise histórica também era muito limitado (ABSAR, 2014, p. 253).

Como religiosos, tanto os hindus, quanto os muçulmanos, tinham conceitos do tempo sagrado e profano, espaço sagrado e profano. Contudo, a organização destes foi fundamentalmente diferente. Quando os muçulmanos começaram a migrar para a Índia, primeiro como uma força

religiosa e depois política, levaram consigo uma consciência de história. Isso era algo novo na Índia. Por quê? Judith Clawson explica que, o hindu concebia o cosmos em que ele vivia como algo ciclicamente orientado, isto é, que o tempo era periodicamente regenerado:

A cronologia é sistematizada de tal maneira que é vista não como uma sucessão indefinida (determinada ou contingente) e imprevisível, mas como uma totalidade delimitada que se repete em intervalos regulares. A existência do mundo aparece como uma cadeia de ciclos idênticos, composto por anos homólogos, sucedendo infinitamente e imutável. Esta é a dispensação dentro da qual o mundo do homem existe. O tempo sagrado, por outro lado, existe totalmente fora deste universo; antes do ser humano; eternamente. Durante esse tempo, todas as ações ocorreram, que mais tarde teriam significado para o homem. O cosmo sagrado dos deuses era a realidade, e a cena em que os arquétipos eram estabelecidos é o mundo criado. O que foi criado, no entanto, foi o tempo e o espaço profano, e o homem foi deixado em um ambiente ilusório. Seu contato com a realidade só poderia ocorrer por repetição ou participação, ou seja, um objeto ou ato só poderia se tornar real quando imitava ou repetia um arquétipo (CLAWSON, 1967, p. 4).

Para o hindu, nada é importante, exceto a libertação da alma, o retorno do absoluto. Tudo o que acontece na cronologia, portanto, é mera variação de aparências superficiais. Eventos históricos ocorrem só para desaparecer imediatamente depois, pois são “*efervescências vãs de ilusórios fenômenos, diluídos e perdidos em ciclos superados*” (CLAWSON, 1967, p. 6). Assim, a escrita da história na Índia Antiga, sobretudo para a comunidade hindu, era rara, quase que inexistente, pois não fazia sentido dentro das suas crenças.

As obras em árabe sobre a presença portuguesa no Malabar nos séculos XVI e XVII

Um levantamento geral da literatura árabe e árabe-malayalam ajuda na análise sobre a comunidade muçulmana de Malabar. As ações coloniais na região do Malabar levaram à origem natural de obras literárias de cunho anti-europeias. Essas obras possuíam o objetivo de provocar fervor e de inspirar e educar as pessoas para criarem movimentos de resistência contra as forças dos impérios europeus, sobretudo os ibéricos (CLAWSON, 1967, p. 19).

Há três principais clássicos literários islâmicos anti-lusos do Malabar. O primeiro é Sheikh Abu Yahya Zainuddin bin Ali (Zainuddin I), avô do cronista Zinadím, e seu trabalho *Tahrifd Ahlilmiin ala Jihidi Abdati Sulbiin* (Incitação dos crentes a luta contra os adoradores cruzados). Abu Yahya nasceu em 1467 e, no final do século XV, se mudou da área de Kayalpattanam para o Kochangadi, em Cochim, onde faleceu em 1521. Seu manuscrito, datado de 1502, é considerado a primeira obra literária islâmica em forma poética que procura incentivar os muçulmanos a reagirem contra as medidas repressivas do colonialismo português (SUHAIL, 2007, pp. 131-132).

O *Tahrfd Ahlilmiin ala Jihiidi Abdati Sulbiin* é um poema narrativo do século XVI. O próprio poeta é o narrador, pois é testemunha direta e ocular dos acontecimentos que são narrados. O autor preferiu o modelo *tawfl* (modelo de metragem fonética árabe medieval) para narrar os eventos que aplicam o método “*end rhymed*” (quando um poema tem linhas que terminam com palavras que soam foneticamente o mesmo som), usando o estilo simples com termos simples (SUHAIL, 2007, p. 146). A obra de Abu Yahya oferece uma ampla descrição sobre o estado miserável da comunidade muçulmana do Malabar durante o período da ação portuguesa na região. Abu destaca também, a responsabilidade religiosa de um muçulmano em realizar uma luta armada contra os portugueses para libertar sua comunidade e expropriar as terras das mãos “estrangeiras”. A partir deste poema é evidente que os estudiosos muçulmanos, que exerciam o controle sobre a comunidade islâmica do Malabar, exortavam este grupo a fazer uma guerra santa, especificamente contra os portugueses. O *Thahrfd* não é um trabalho isolado nesta área da literatura de resistência.

A segunda obra clássica da literatura islâmica do Malabar é *Al Fat'hul Mubin li Siimiriyi lladhf Yuhibbul Muslimfn* (A vitória clara para o Samorim, que ama muçulmanos), do Mohammed bin Abdul Aziz. Elaborado em 537 linhas, este livro também é um trabalho poético do Malabar em árabe. *Fat'hul Mubin* narra um evento da época em que os muçulmanos, os guerreiros naires e a força naval de Kunjali Marakkars atacaram, em conjunto, o forte português em Chaliyam (Calicute), em 1571 (SUHAIL, 2007, p. 8). Este forte foi construído em 1531, como um tratado de paz entre o vice-rei Nuno da Cunha e o Samutiri de Kozhikod.

Muhammad bin Abdul Azeez foi um estudioso islâmico renomado do século XVI, no Malabar. Ele é o autor de *Muhiyyuddin Mala*, o primeiro trabalho literário árabe-malayalam escrito em forma poética. É autor de mais de uma dúzia de obras em árabe e foi *Quadi* de Calicute, líder espiritual da comunidade muçulmana desta região. O ponto central de inspiração para este trabalho foi a vitória no conflito entre muçulmanos, em conjunto com Samorim, contra os portugueses em uma guerra em Calicute. É uma obra que ilustra ricamente uma guerra entre os muçulmanos e cristãos na Índia, com o intuito de divulgação do tal evento para os outros Estados muçulmanos.

A terceira obra, e a mais famosa dentre estas, é “*Tufhat al-mujahidin fi ba'd ahual al-burtukaliyyin*” (O mimo do campeão da fé), terminado de ser escrito em 1583, pelo Zainuddin Makhdum. Entre os estudiosos da língua árabe que viveram no Malabar, Sheikh Zainuddin Makhdum (traduzido para o português Zinadím Benalí Benahmede) está entre os mais conhecidos. Com os seus trabalhos na literatura religiosa e na história, especialmente com a produção de *Tufhat Al-mujahidin fi ba'd ahual al burtukaliyyin*, ele atraiu a atenção do mundo islâmico. Assim, em sua época Zinadím assumiu o papel de escritor e de líder da comunidade muçulmana em Ponnani.

Tal obra conta a história da presença portuguesa na região do Malabar, desde 1498 até 1583. A descrição de Zinadím possui um valor distintivo para a história do Malabar do século XVI e XVII, pois de acordo com a historiadora Judith Clawson, seu livro é uma das primeiras obras da Índia que apresenta uma breve informação sobre as condições sociopolíticas do Malabar após a chegada dos portugueses⁵. O *tuhfat* consiste em cinco seções, incluindo a seção introdutória. Dentro da introdução ele revela o propósito da sua escrita: exortar os muçulmanos a lutarem contra os intrusos estrangeiros, os portugueses, que haviam ocupado os territórios dos muçulmanos, “oprimindo-os”.

O originalismo da obra de Zinadím reside no fato de haver relatos sobre as principais práticas culturais dos hindus da região. Pois, por onde os muçulmanos se espalhassem pelas regiões do globo eles transmitiam e levavam a historiografia tradicional e a herança cultural de árabes, turcos e persas. E os escritos dos historiadores muçulmanos da Índia eram quase semelhantes com a escrita do lado de fora da Índia, pois a base deste tipo de historiografia era centrada nos eventos políticos de algum imperador/dinastia/comandante, na religião e também na decoração da língua árabe. Por isso, a cultura hindu e sua vida social são raros nos escritos dos historiadores muçulmanos da Índia (ABSAR, 2014, p. 253). Mas, Zinadím se propôs a detalhar a cultura da sociedade hindu da região, o que por si só, dentro do universo da historiografia islâmica do século XVI, é algo inédito.

Os historiadores Vasco Resende (RESENDE, 2011) e Hussain Nainar (NAINAR, 1946) afirmam que além do interesse óbvio do trabalho - divulgar as “atrocidades” cometidas pelos portugueses com os muçulmanos e a apologia à religião islâmica – trata-se de um texto de grande importância porque conta as origens da comunidade mappila⁶ na região, além de ser uma das poucas fontes asiáticas testemunhando a reação das populações muçulmanas à expansão portuguesa no sudoeste da Índia.

Contudo, quando se é estudado sobre a Índia Moderna, a maioria das fontes analisadas é de origem europeia. No entanto, a partir da análise dessas três obras apresentadas é possível fazer paralelos com as obras europeias do mesmo período, que tratam sobre a presença portuguesa no Oriente. Sobretudo com os escritos dos missionários jesuítas, que se dedicavam a relatar as culturas

⁵ Judith Clawson vai além e afirma que, antes da chegada dos muçulmanos no Malabar praticamente não existiam relatos escritos sobre as condições sociais/políticas/econômicas das sociedades que lá habitavam. Para mais, ler CLAWSON, *op. cit.*

⁶ Comunidade nativa islâmica, filhos dos primeiros muçulmanos que chegaram no Malabar, ou que se converteram a religião.

asiáticas e as ações portuguesas na Índia. Destacamos alguns elementos que são perceptíveis em ambos os tipos de historiografia: apologia às suas religiões monoteístas; o grande caráter de propaganda da sua “fé”, que envolvia suas escritas; o proselitismo em suas narrativas; a ideia de que o dever do governante é o de preservar a ordem social desejada por deus e, portanto, deve ser instruído na revelação divina da história no Corão ou na Bíblia; além do sentimento de serem o povo escolhido por deus para levarem a verdade através da escrita da história, que é a revelação divina.

Por conseguinte, as narrativas das obras dos autores islâmicos e dos missionários jesuítas não só evidenciam o discurso apologético, proselitista, propagandista e excludente, como também a luta pela conquista do território, tanto no plano físico, como espiritual. É o reencontro de velhos inimigos nas terras orientais, de duas religiões/visões de mundo que historicamente não dialogam. E suas historiografias são como instrumentos religiosos, como um meio de propagação de um padrão moral.

Conclusão

Gruzinski afirmou que os europeus do século XVI foram os que multiplicaram, em maior número, os contatos e as incursões em todas as partes do globo, assegurando-lhes, portanto, uma visibilidade planetária (GRZINSKI, 2012, p. 50). Desta maneira, quando outros povos, dos diferentes continentes, buscavam alimentar a curiosidade sobre outros Estados e a respeito das distintas tribos, era através do prisma das traduções europeias. Por conseguinte, para uma história menos parcial é de suma importância incorporar fontes asiáticas nos estudos sobre os impérios coloniais, pois estas apresentam perspectivas e problemáticas que muitas das vezes não são demonstradas pelas fontes europeias.

Portanto, o equilíbrio no uso de fontes europeias e asiáticas nos estudos de impérios coloniais modernos, com os devidos cuidados nas leituras atentas, enriquecem a pesquisa histórica, uma vez que, a história da Índia é uma história de mesclas, onde há a transversalidade de diversas culturas. E a mistura implica uma série de hibridismos que mobilizam todos os campos sociais, culturais, religiosos, políticos, e até na própria escrita da história.

Ademais, todas as três obras destacadas neste artigo possuem conteúdos ricos sobre a sociedade quinhentista da região do Malabar e informações consideráveis a respeito da comunidade islâmica que lá habitava. São obras importantes para compreender a construção da identidade islâmica do Malabar, a partir do contato/exclusão com as demais culturas presentes naquele mesmo

espaço. Sua alteridade foi construída a partir dos diversos intercâmbios com as culturas cristãs portuguesas e hindus. E nas obras dessa comunidade podemos observar os choques culturais, suas percepções sobre o “outro” e a busca pela defesa daquilo que eles consideravam pertencer ao seu território. Assim, para um maior vislumbre a respeito da história da região e da sua complexidade, é de suma importância analisar e incorporar as obras da comunidade islâmica do Malabar nos estudos de história moderna da Índia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABSAR, A. B. M. Nurul. *Muslim Historiography: The Trends and Nature in Perspective of India (1206-1526 A.D)*. Academic Journal of Interdisciplinary Studies: MCSER Publishing, Rome-Italy - Vol 3, No 1, March 2014.
- AKBAR, Ali. *Makhdum II – a great Islamic scholar lost in history*. Published on Friday 30 November 2012 no website <http://www.arabnews.com/islam-perspective/makhdum-ii-%E2%80%93-great-islamic-scholar-lost-history>. Acessado no dia 15 de outubro de 2017.
- CLAWSON, Judith L. *Historiography in India: a study of the muslims as the first historiographers in India*. Western Michigan University: Asian Seminar Paper Fall, 1967.
- GRUZINSKI, Serge. *Que horas são... lá no outro lado?*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- MAKHDUM, Shaykh Zainuddin. *Tuhfat al-Mujāhidīn: A Historical Epic of the Sixteenth Century*. Translated from the Arabic with notes by S. Muhammad Husayn Nainar. Kuala Lumpur/Calicut: Islamic Book Trust/Other Books, 2006.
- NAINAR, S. Muhammad Husayn. *Tuhfat Al Mujahidin: a historical epic of the Sixteenth Century*. Madras: University of Madras, 1942. Translator's Preface.
- NEVES, Mariana Carolina Gois. *As relações entre cristãos e muçulmanos na Índia do séc. XVI: os relatos de Zinadīm e de Rodrigues da Silveira*. Revista do CESP – v. 30, n. 44 – jul.-dez. 2010.
- PANIKKAR, K.M. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Tradução de Nemésio Salles, prefácio de Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RESENDE, Vasco. *Shaykh Zainuddin Makhdum, Tuhfat al-Mujāhidīn: A Historical Epic of the Sixteenth Century*. Translated from the Arabic with notes by S. Muhammad Husayn Nainar. E-JPH, Vol. 9, number 1, Summer 2011.
- RAWLANDSON, M.J. *Tohfutul Mujahideen: an Historical Work in the Arabic Language*. London: 1833. Translator's Preface, pp. XII-XIII.
- SENKO, Elaine Cristina. *Um panorama sobre a Historiografia Islâmica na Idade Média: um diálogo necessário*. Revista Vernáculo n.º 39 – primeiro semestre /2017.
- SUHAIL, E. *Muslim community of malabar and their literary struggles against the colonial powers: an evaluation*. Thesis submitted to Jawaharlal Nehru University. Ney Delhi, 2007.

O Convento de Sta. Mônica de Goa e as mulheres religiosas no Estado da Índia (sécs. XVII-XVIII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira
Doutora pelo PPGHS – FFP/UERJ; ex-bolsista FAPERJ

Meu interesse pelo Convento de Sta. Mônica de Goa vem desde o mestrado. Naquela época, devido às fontes encontradas serem de cunho religioso e escritas por religiosos, portanto, foi dada ênfase ao processo de fundação do cenóbio, abordando as motivações do fundador, os conflitos existentes entre o convento e a Câmara Municipal e a utilização do território conventual para a construção de modelos de vida religiosa. No entanto, durante a escrita da dissertação ou mesmo com as sugestões da banca examinadora, algumas questões ficavam me inquietando. Analisar as motivações e aspectos religiosos da comunidade era muito interessante, mas faltava o outro lado da moeda, pois, como defende Asunción Lavrin, “as monjas da escrita histórico-hagiográfica foram também mulheres de carne e osso que viveram no ‘século’, e não meras ficções intelectuais” (LAVRIN, 1999, p. 535). Logo, senti a necessidade de analisar não apenas o que se pensava sobre as religiosas ou o que era almejado para elas, mas também refletir sobre a origem múltipla das mulheres que formavam a população conventual; sobre como elas viviam, através de sua estrutura hierárquica e de seu patrimônio, traçando, assim, um perfil da comunidade e ressaltando as suas particularidades e suas relações com o mundo secular; além de analisar seus interesses e reações, principalmente, em momentos de crise e conflitos. É, portanto, sobre essas “religiosas reais” e de “carne e osso” que esta pesquisa se debruça.

Com o objetivo de criar uma ligação entre o modelo de religiosa idealizado pelos agostinhos e essas mulheres, o recorte temporal utilizado na dissertação foi ampliado. Ao invés de trabalhar as fontes encontradas de 1606 a 1636, o marco temporal da atual pesquisa finaliza em 1738, ano em que teria encerrado a crise conventual – apesar de haver algumas flexibilizações. Com essa periodização foi possível analisar a população claustral, seus modos de vida, suas práticas, seus interesses, suas relações com o exterior, suas redes de sociabilidade e suas resistências e enfrentamentos. Todos esses questionamentos e objetivos me encaminharam a defender minha hipótese central de que as mulheres que professaram no convento goês foram senhoras de suas decisões nos momentos mais críticos da existência da comunidade e que elas, cientes de sua posição e papel desenvolvido na sociedade colonial goesa, fizeram uso das armas que possuíam para combater aquilo que acreditavam ser a violação de seus direitos e privilégios.

Algumas leituras e conceitos foram fundamentais para a elaboração desta tese, como os trabalhos sobre variados aspectos da vida religiosa feminina de José Luis Sánchez Lora, Ricardo Manuel da Silva, Silvia Evangelisti, Assunción Lavrin, Angel Martínez Cuesta, Leila Algranti e William Martins; ou os de Kathryn Burns, Susan Soeiro, Rosalva Loreto López, María del Pilar Martínez López-Cano, Ybeth Cuba e Antonio Rubial García, que trabalharam as vivências econômicas das religiosas; já os estudos de Charles Boxer, Thimoty Coates, Fátima da Silva Gracias, Teotônio de Souza, Paolo Aranha, Célia Tavares, Margareth Gonçalves e Patricia Faria foram importantes pelo enfoque no contexto específico do Oriente.

Na busca pelo entendimento das nuances nas relações entre as religiosas e a igreja e a sociedade em que se inseriam, algumas leituras e conceitos me auxiliaram e me guiaram durante as análises documentais. A primeira necessidade foi a de compreender o convento goês dentro de um universo feminino que ultrapassava os limites da cidade de Goa. Afinal, outras casas destinadas às mulheres haviam sido criadas ao redor do mundo pelas coroas ibéricas e elas, definitivamente, deveriam ter algumas características semelhantes e laços entre si. Porém, ao mesmo tempo, as peculiaridades regionais poderiam diferenciá-las e dar a cada uma dessas instituições sua personalidade própria, pois, como defende Serge Gruzinski, embora múltiplas, as histórias estão conectadas por interesses comuns ou pela comunicação entre si (GRUZINSKI, 2014, p. 44-45). Dessa maneira, seu livro *As quatro partes do mundo*, apesar de não trazer reflexões mais específicas sobre as mulheres nesses territórios – a não ser menções de personagens, como Maria de Évora, julgada por feitiçaria pela Inquisição portuguesa (GRUZINSKI, 2014, p. 167-171) –, explora o conceito de “mundialização”, em que diferentes e distantes regiões, pessoas e ideias, que o tempo separou, podem ser pensadas juntas, analisando suas conexões, similitudes e especificidades. Iniciando sua abordagem a partir das regiões conquistadas – como México, Brasil, Índia e África –, o autor vai mostrando as circulações das pessoas entre esses lugares e a permeabilidade de ideias que a “mundialização ibérica” proporciona, tentando manter-se distante das “armadilhas do etnocentrismo”. Nesse sentido, ao longo dessa tese, procuro traçar paralelos entre essas instituições, buscando sempre que possível notar como que cada aspecto analisado das mônicas era vivenciado em outros conventos – tanto das colônias ibéricas quanto da Europa.

Nesse sentido, a fim de compreender a origem das religiosas e a hierarquia à qual estavam condicionadas ao entrarem na vida contemplativa, as leituras dos trabalhos de Kathryn Burns e Ybeth Cuba (BURNS, 2008; CUBA, 2008) foram de extrema importância para que fosse possível analisar esse aspecto da vida religiosa – ao que Bordieu chamou de *habitus*. Para o autor, há uma fórmula para a análise das relações sociais que consistiria no vínculo “entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição* (as “escolhas” que os

agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática” (BOURDIEU, 1996, p. 18). Logo, o *habitus* seria um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco” (BOURDIEU, 1996, p. 21-22), ou seja, ele definiria o estilo de vida de um grupo, o que prefere fazer e como o faz, suas opiniões políticas e a maneira desse grupo se expressar. Então, de acordo com Burns as freiras puderam recriar e circular dentro de um *habitus* colonial (BURNS, 2008, p. 9).

Ainda seguindo nessa busca por construir a identidade das religiosas, foi pego emprestado dos geógrafos os conceitos de território e territorialidade religiosa na intenção de entender não só como o topo do Monte Santo foi gradativamente sendo concebido à medida que os agostinhos iam comprando mais terrenos e casas e construindo edifícios, ou adquirindo uma capela transformando o território predominantemente seu, mas também como as mônicas se inseriram nesse projeto e terminaram por desenvolver sua identidade de “filhas de Sto. Agostinho” e “esposas de Cristo”. Sendo assim, foi utilizada a noção de que Marcel Roncayolo e Rogério Haesbaert elaboram do conceito de território, expandindo-o para além do espaço geográfico em si, ao desenvolverem uma ligação identitária do indivíduo ou grupos de indivíduo com o espaço em que habitam (HAESBAERT, 2006, p. 49; RONCAYOLO, p. 267). Com a preocupação de “desvendar a ligação do sagrado na paisagem e reconhecer a existência de um sistema de relações entre o homem e a divindade” (ROSENDAHL, 2012, p. 30), os estudos da Geografia da Religião, por sua vez, procuram analisar a relação ontológica entre o espaço, o homem e o divino. Portanto, foi pela busca de olhar o território através de seu aspecto religioso que o conceito de territorialidade religiosa, exposto por Zeny Rosendahl, se encaixou nesta pesquisa. Para a autora, essa territorialidade seria a apropriação do território por um grupo ou instituição religiosa, que a partir disso exerceria seu controle sobre ele, imprimindo-lhe suas práticas e ao mesmo tempo criando uma identificação com ele (ROSENDAHL, 2012, p. 22). Nesse sentido, da mesma forma que os agostinhos passaram a controlar uma boa parte do território do Monte Santo, incutindo as particularidades de sua ordem, a fundação de um convento feminino num local que antes tinha uma natureza extremamente mundana¹ teve todo um simbolismo de superioridade da religião católica, que através do cenóbio caracterizava e identificava aquele espaço com manifestações do sagrado, formando, conseqüentemente, um território.

A leitura de *Jerusalém Colonial*, de Ronaldo Vainfas, foi instigadora para que eu olhasse o território conventual através de seu aspecto socioeconômico. A partir da formação da comunidade

1 Uma parte do Monte Santo era ocupada por uma zona de prostituição, conhecida como Ilha do Fogo. Cf: SERRÃO, Vítor. Pintura e devoção em Goa no tempo dos Filipes: o mosteiro de Santa Mónica no “Monte Santo” (c. 1606-1639) e os seus artistas. *Oriente*, nº 20, p. 11-50, 2011. p. 18.

judaica no Brasil Holandês, cujos membros migraram principalmente de Amsterdã e outras cidades dos Países Baixos para Pernambuco e que terminaram criando “redes simultaneamente parentais e mercantis” (VAINFAS, 2010, p. 99-100), passei a me questionar se as mônicas também não teriam estabelecido na administração de seus bens redes como essas, que englobassem características comerciais e íntimas. Seguindo por esse ponto de vista e com base na documentação encontrada – que tinha uma característica mais relacionada à economia conventual e seus bens –, os conceitos de economia espiritual e crédito eclesiástico foram essenciais para que fosse possível analisar os hábitos das agostinhas referentes à administração e gerência da fazenda e do patrimônio que elas foram constituindo.

A Igreja, apesar de sua doutrina e discursos contra a usura – juntamente com o comércio, a Misericórdia e a Fazenda Real – foi uma das principais fontes de crédito do período colonial tanto português quanto espanhol. As instituições religiosas, como é o caso do Convento de Santa Mónica de Goa, exerciam atividades de crédito, como empréstimos a longo prazo e aquisição de terras, que eram administradas por procuradores ou arrendatários. De acordo com María López-Cano, a ausência de instituições de crédito propriamente ditas ou de bancos, e com um financiamento público insuficiente, gerou uma demanda econômica que foi preenchida por particulares e pelas instituições ditas acima, as quais mesmo sem terem o intuito de impulsionar o crescimento econômico possibilitaram a utilização de variados tipos de crédito, que foram indispensáveis para o desenvolvimento da economia colonial (LÓPEZ-CANO, 2010, p. 304-305). Dessa forma, dentro do termo crédito eclesiástico:

se engloba la actividad crediticia de todas aquellas fundaciones, instituciones y corporaciones que tenían su razón de ser en un fin religioso o piadoso, y en las que las autoridades eclesiásticas intervenían en su aprobación, cometido espiritual o gobierno, aunque no necesariamente su patrimonio se considera jurídicamente como bienes de la Iglesia.²

A historiadora esclarece o significado do crédito de origem eclesiástica, diferenciando-o do crédito colonial, então, para complementar essa noção das atividades creditícias, o conceito de economia espiritual de Burns é utilizado para demonstrar o quanto esses bens da Igreja estavam intimamente ligados a uma rede de sociabilidade com o mundo laico, que dependia dessas instituições tanto espiritualmente quanto economicamente. A autora evidencia, assim, a “la indisolubilidad de lo material y lo sagrado”³, na qual as religiosas criavam uma rede de

2 O trecho correspondente na tradução é: “abrange a atividade creditícia de todas aquelas fundações, instituições e corporações que estavam fundamentadas num propósito religioso ou piedoso, e nas quais as autoridades eclesiásticas intervinham em sua aprovação, compromisso espiritual ou governo, embora não necessariamente seu patrimônio fosse considerado legalmente como bens da Igreja” (LÓPEZ-CANO, 2010, p. 306-307).

3 O trecho correspondente na tradução é: “a indissolubilidade do material e do sagrado” (BURNS, 2008, p. 9).

intercâmbios com aqueles com quem se relacionavam, envolvendo simultaneamente crenças e investimentos de variados tipos. Outros estudos nessa mesma temática serviram para enriquecer essa análise, dentre eles destacam-se as teses de Ybeth Arias Cura e Ximena Azúa Ríos (CUBA, 2008; RÍOS, 2011), que além de tratarem dos conventos femininos, de um modo geral, ainda trazem capítulos específicos sobre a administração e economia conventuais, suas receitas e despesas, seus dotes, suas propriedades e sua prática de empréstimos. Nesse âmbito, Ximena Ríos chega a se perguntar se as religiosas teriam sido pobres realmente ou poderosas prestamistas.

No que tange às resistências feitas pelas freiras, principalmente, a insurreição levantada por parte da comunidade nas décadas de 20 e 30 do século XVIII, a leitura de *Rebelious Nuns*, de Margareth Chowning (CHOWNING, 2006), foi de extrema importância para que eu pudesse entender como estava seguindo minha linha de raciocínio. Através da aproximação dos temas estudados – afinal a autora analisa um grave conflito interno do convento de La Purísima, na cidade de San Miguel, no México, –, pude perceber a semelhança em nossas metas. Eu também almejava realizar um estudo que não tratasse o convento como paraíso ou inferno para as mulheres. Também procurava analisar o convento goês de forma a não o ver apenas como um território de autonomia das mulheres, onde elas poderiam exercer suas ambições intelectuais e experiências espirituais sem muita influência masculina; ou como um simples espaço de desordem, onde a licenciosidade das freiras não tinha freios. Minha intenção também gira em torno de mostrar a complexidade das mulheres que viveram nesse ambiente, como expressado pela autora:

I hope the book reflects both my respect for and curiosity about the convent as a community of women, as well as my awareness of the convent as a place in which conflict was not only unavoidable, but also natural and worthy of dissection for what it can tell us about both the convent and the larger society.⁴

Nesse intento de perceber o conflito como algo natural e inevitável no território conventual, é possível observar que a resistência das religiosas não implicava uma aversão à religião, mas sim um jogo de poder. Entende-se aqui como conflito não o conceito comumente difundido de embate, revoltas ou combate, mas sim o conceito alargado que António Manuel Hespanha utilizou para analisar as tensões existentes entre grupos da sociedade do Antigo Regime. Denominados pelo historiador de microconflitos localizados, essas tensões eram geradas por disputas em relação a privilégios e prioridades ou por expectativas de ascensão na hierarquia à qual os grupos pertenciam (HESPANHA, 2012, p. 43). Tendo em vista esse mundo de “profunda e endêmica conflitualidade” (HESPANHA, 2012, p. 43) – que Chowning também observa para o universo feminino religioso –,

4 O trecho correspondente na tradução é: “Espero que o livro reflita meu respeito e minha curiosidade pelo convento como uma comunidade de mulheres, bem como minha consciência do convento como um lugar em que o conflito não era apenas inevitável, mas também natural e digno de dissecação pelo que pode nos dizer tanto sobre o convento quanto sobre a sociedade, em geral” (CHOWNING, 2006, p. 13).

almeja-se aqui analisar os conflitos em que as freiras agostinianas se envolveram. Hespanha, ao utilizar a teoria foucaultiana de poder para alargar o conceito de elites, analisa os variados grupos sociais não tradicionais. Para ele, “a nova história do poder tem destacado como as geometrias políticas variam com a escala de observação: como uma geometria observável a um nível macro não se reproduz, tal qual, a um nível micro. Antes aí pode aparecer completamente invertida” (HESPANHA, 2012, p. 70). É justamente a essa inversão que Hespanha se dedica ao abandonar os grupos tradicionais, passando a buscar essas relações de poder no mundo doméstico, na medicina popular, na religiosidade marginal. Desse modo, ele encontrou o que denomina “elite de mulheres”, as quais são aparentemente subalternas, mas em certos locais e momentos são extremamente hierarquizadas e possuem grande influência social; ademais também se relacionam e, por vezes, se completam com componentes das elites masculinas.

Nessa perspectiva, pode-se constatar as freiras goesas como uma dessas microelites, pois provenientes das famílias nobres e fidalgas do Oriente Português, porque elas souberam utilizar suas influências para atingir os próprios objetivos nas querelas em que estavam envolvidas. Ao escreverem suas cartas ou documentos endereçados às autoridades locais, ou mesmo ao rei, cada grupo criava sua própria verdade. Esta verdade poderia ter o intuito de acusar o outro ou de se defender, o que leva a crer que nessas circunstâncias de conflitualidade o poder além de oprimir, ele concebe. Nos conflitos trabalhados nesse estudo, também será possível perceber o que Hespanha vai classificar como estratégia de resistência, uma forma de demonstrar insatisfação política mais característica da sociedade cortesã, que se manifestava “de acordo com o modelo de comportamento da ‘simulação/dissimulação’” (HESPANHA, 2012, p. 46). Uma de suas ações características era o indivíduo ou grupo se declarar vítima de uma injustiça, ou então acusar de tirania o seu superior e, assim, legitimar sua desobediência e rebeldia. É possível distinguir claramente ações desse tipo nas atitudes das freiras agostinhas dissidentes no conflito com o arcebispo Santa Teresa e com as outras irmãs de ordem favoráveis a ele.

Dito isto, a tese está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado “*Mosteiro[s] para honra de Deus, remédio para donzelas mal dotadas*”: *as ordens religiosas, os Agostinhos e a clausura monástica feminina na Península Ibérica e suas conquistas*. Este capítulo foi dividido em 3 itens, nos quais – após fazer uma breve introdução do monasticismo católico com ênfase no papel das mulheres – abordo as características da vida religiosa na Espanha e em Portugal, perpassando pelos movimentos espirituais e reformadores que a moldaram, pela valorização da clausura feminina a partir do século XIII e pelos surgimentos de novas ordens religiosas e seus conventos; dando destaque à atuação da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal, incluindo os conventos femininos fundados sob sua regra. Ao ultrapassar os limites

européus, comparo a atuação dessas ordens religiosas e o papel das instituições femininas fundadas tanto na América Espanhola quanto na América Portuguesa, a fim de no último item transferir o enfoque para o Oriente, discorrendo sobre a atividade desenvolvida pelos religiosos no *Estado da Índia* e nas Filipinas Espanholas e sobre as instituições femininas que lá se estabeleceram.

O segundo capítulo, sob o título *As Marias e as Martas da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho na Índia: o perfil das enclausuradas e não enclausuradas da comunidade de Santa Mônica de Goa*, por sua vez, apresenta, primeiramente, as crônicas escritas pelos agostinhos, destacando as que relatam sua presença no Oriente e a existência do Convento de Santa Mônica; para, em seguida, tratar da ação missionária desses religiosos no Oriente, do projeto de fixação de uma base de atuação estabelecida no Monte Santo, em Goa, e da pertença do cenóbio feminino à ordem e a esse projeto. Tendo isso em vista, com o intuito de analisar as características dos grupos de mulheres que compuseram a população conventual, abordo a multiplicidade de tipos de mulheres que viviam em Goa, explicando brevemente o sistema de castas existente e a estratificação que se formou após a chegada dos portugueses, e como isso refletiu no cenóbio. A partir daí, analiso cada um dos grupos: as freiras de véu preto, as de véu branco, as conversas, as pupilas, as noviças, as servidoras, as criadas e as escravas.

Já no capítulo três, denominado *Assuntos mundanos numa cidadela divina: aspectos administrativos e economia conventual das Mônicas de Goa*, começo norteando o leitor para o tema que dali em diante vai permear vez ou outra o texto, que é o conflito. Dividido em 4 itens, neste capítulo é feita uma contextualização das transformações ocorridas no Estado da Índia durante o século XVII e como a fundação de um cenóbio feminino afetou aquela sociedade; depois a atenção é voltada ao processo de fundação, construção e estabelecimento do convento, sublinhando os papéis exercidos por D. Fr. Aleixo de Menezes, Fr. Diogo de Santa Anna e as madres fundadoras, Sor. Filipa da Trindade e Sor. Maria do Espírito Santo, durante os conflitos com os poderes locais; também são observadas as características da formação desse território religioso, além de serem analisados os principais contatos das mônicas com o mundo secular, através dos oficiais e servidores que as auxiliavam, e sua economia conventual, refletindo sobre as mais variadas formas utilizadas para arrecadar recursos e aprimorar o patrimônio da comunidade e sobre as redes de sociabilidades que as religiosas acabaram tecendo através das práticas econômicas locais.

Por último, o quarto capítulo, nomeado *Em busca do “bem comum do convento”*: a quebra do voto da clausura entre as religiosas de Goa, está dividido em 4 itens, sendo iniciado com uma análise sobre as quebras de votos e os conflitos existentes no universo claustral feminino do Antigo Regime, trazendo exemplos e particularidades de casos ocorridos tanto na Europa quanto nos territórios portugueses e espanhóis do além-mar. O enfoque, então, retorna para o Oriente,

contextualizando o Estado da Índia na primeira metade dos setecentos; para, na sequência, ser detalhada a virada da boa fase do convento, quando durante um processo judicial com a Misericórdia a administração de suas finanças passaram a ser questionadas pelo poder régio e o relacionamento entre as mônicas e seus irmãos de ordem ficou abalado. No item seguinte, são tratadas questões sobre a crise conventual, com base na análise das cartas produzidas e trocadas no decorrer desse período conturbado da comunidade, refletindo sobre as principais personagens envolvidas, com destaque ao arcebispo de Goa, D. Fr. Inácio de Sta. Teresa. No final, o conflito com o prelado e a crise que se instalou entre as religiosas são analisados, apresentando as posições que cada grupo e personagens tomaram nesse jogo que modificou o cotidiano claustral.

Enfim, este trabalho visa considerar a agência das religiosas na defesa de seus interesses, percebendo que elas podiam e sabiam como agir durante os conflitos e que conviviam num território em que o espiritual, o econômico e o político se mesclavam a espelho da sociedade colonial. Ao analisar o ainda não muito explorado seguimento feminino da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, através do Convento de Sta. Mônica de Goa, almejo complementar os estudos que procuram discutir os aspectos da vida claustral feminina no período moderno; além de poder contribuir para o conhecimento dos diferentes atores que integraram a dinâmica social, religiosa, cultural, econômica e política do Oriente Português. Muitas foram e mais ainda serão as visões e versões sobre o papel que as mônicas de Goa desenvolveram naquela sociedade colonial do Antigo Regime. Eu aqui apenas quis, assim como Kathryn Burns disse, oferecer a minha versão e a minha contribuição para a história daquele que foi um dos mais suntuosos conventos do mundo português.

Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 18.
- BURNS, Kathryn. *Hábitos coloniales: Los conventos y la economía espiritual del Cuzco*. Lima: Institut Français d'Études Andines, 2008.
- CHOWNING, Margaret. *Rebellious nuns: the troubled history of a Mexican convent, 1752–1863*. New York: Oxford University Press, 2006.
- CUBA, Ybeth Arias. *Economia y sociedad en los monasterios limeños durante la época borbónica. La Encarnación y la Concepción (1750-1821)*. 2008. 356p. Tese (Título profesional de licenciada en Historia) – Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Berta (org.). *Território, territórios*. Rio de Janeiro: DPQA, 2006.
- HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

LAVRIN, Asunción. La religiosa real y la inventada: diálogo entre dos modelos discursivos. In: BOSSE, Monika; POTTHAST, Barbara; STOLL, Andre. La creatividad femenina en el mundo barroco hispánico. Maria de Zayas - Isabel Rebeca Correa - Sor Juana Ines de la Cruz. Kassel, Alemanha: Edition Reichenberger, 1999.

LÓPEZ-CANO, María del Pilar Martínez. La Iglesia y el crédito en Nueva España: entre viejos presupuestos y nuevos retos de investigación. In: LÓPEZ-CANO, María del Pilar Martínez (coord.). *La Iglesia en Nueva España. Problemas y perspectivas de investigación*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2010. Disponível em: <<http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/iglesiane/iglesiane.html>> Acesso em: 07 nov. 2015.

RÍOS, Ximena Azúa. *Abriendo nuestros propios cofres. La escritura de las monjas coloniales em Chile*. 2011. 169p. Tese (Doutorado em Literatura Chilena) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, Santiago, 2011.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8.

ROSENDAHL, Zeny. *Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SERRÃO, Vítor. Pintura e devoção em Goa no tempo dos Filipes: o mosteiro de Santa Mónica no “Monte Santo” (c. 1606-1639) e os seus artistas. *Oriente*, nº 20, p. 11-50, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MESA 3

Diálogos de História Moderna

Debatedores:

Ronaldo Vainfas (FFP/UERJ)

Yllan de Matos (UFRRJ)

Estratégias de Fixação dos jesuítas no Império do Meio: o problema do enquadramento social do mandarinato provincial entre os séculos XVI e XVII

Adriana de Souza Carvalho
Doutoranda PPGHS – UERJ

1. Introdução

Esse texto constitui os avanços da pesquisa que culminaram em dois capítulos apresentados ao exame de qualificação do doutorado em setembro de 2019. Refletiremos sobre o problema da classificação de estrangeiros na política imperial chinesa, analisando a volatilidade do enquadramento social da complexa política provincial das partes da China.

O que foi nos primeiros anos de pesquisa do Programa de Pós-graduação, um esforço de aproximação temática à linha de pesquisa *território, identidades e representações*, encaminhou-se para um redimensionamento da questão de partida da tese. Pretendendo, assim, contornar as discussões sobre espaços de missão em território sínico, observando a multiplicidade dos modos de apropriação do espaço praticado, aqui articulado como campo conceitual.

Para tanto, o trabalho foi estruturado em dois pontos centrais de discussão: no item *Mercadores, religiosos e letrados do ocidente: as categorias de classificação de estrangeiros como marcadores culturais na China* analisamos a correlação possível entre os estigmas sociais, provenientes deste aparelhamento estatal, com as estratégias definidas pelo Padre Visitador e Vigário Geral da Ásia e os Superiores da missão Chinesa. Neste contexto, o item *Tipologia do Sistema de Classificação em território sínico na Dinastia Ming* apresenta os critérios desta classificação social.

Em relação às fontes, analisarei ao longo do doutorado, a - *Documenta Indica*- que é uma compilação epistolar, entre o período 1500-1597, feita por Joseph Wicki (1904-1993), jesuíta e historiador que dedicou sua trajetória aos estudos das missões desta Ordem na Índia. Vale ressaltar a relevância documental desta fonte, organizada em dezoito volumes, como resultado da pesquisa feita no acervo - *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI) - uma coleção de volumes acadêmicos sobre as missões (157 até hoje) considerada fulcral sobre a origem e os primeiros anos da Companhia de Jesus, incluindo os escritos de Inácio de Loyola.

Além destas compilações, serão usados aqui outros relatos selecionados da compilação de textos - *Enformação das Cousas da China- textos do século XVI* - das gentes que estiveram em solo chinês, não religioso, tampouco ligado a funções dentro do aparelhamento estatal das partes da

Índia; tratam-se de mercadores, viajantes e ex-cativos em território chinês, que nos permitem um contraponto daquelas informações das cartas dos padres, descrevendo as províncias e os chineses, por um outro olhar, portanto, outra escala de múltiplas vivências.

Por fim, para acessarmos a organização administrativa do império chinês, a partir dos relatos jesuíticos, incluiu-se algumas *cartas ânuas* por suas funções de registro e sua forte veiculação com relação às narrativas descritivas dos espaços vividos pelos padres inicianos.

2. Mercadores, religiosos e letrados do ocidente: as categorias de classificação de estrangeiros como marcadores culturais na China

A entrada de estrangeiros em geral, e não apenas de missionários, no interior da China era uma empreitada difícil, pois dependia sempre de autorização do imperador. Por outro lado, o Império Ming, no contexto do direito de padroado que estruturou a expansão portuguesa em terras de além mar, não era reconhecido pelo papado como terras sob domínio das autoridades portuguesas, isto porque havia um conflito patente entre a regulação do Padroado Português no Oriente e as diretrizes produzidas pela *Sagrada Congregação de Propaganda Fide*, fundada em 1622, que buscava *a priori* definir políticas de atuação aos assuntos de missão que conferissem um maior protagonismo ao poder de Roma frente à coroa portuguesa¹.

Nestes termos, dentre os inúmeros obstáculos enfrentados pelo projeto de cristianização dos jesuítas na China, havia este enfrentamento jurídico, que deve ser potencializado pela correlação de que o império português nos espaços asiáticos esteve alicerçado no princípio de uma talassocracia, em que o domínio territorial não se dava exatamente pelo esforço da posse, mas da presença portuguesa nas regiões das rotas comerciais.

Por estes grandes obstáculos decorrentes das políticas internas chinesa e da Companhia de Jesus, tocada pela tensão entre o padroado e a Cúria de Roma, para o historiador Jean Pierre Duteil (2002), o território chinês “era quase hermeticamente fechado para os estrangeiros”.

A cristianização do Império Chinês sempre foi um interesse da Companhia de Jesus, sobretudo por considerar a força motriz chinesa nas regiões que se avizinhavam ao Índico. Quer por sua localização comercialmente estratégica, quer por sua contribuição cultural – e aqui destaca-se o

¹ A propaganda Fide representou uma amplitude de competências ao ser fundada para coordenar as ações de missão da Igreja católica, sobretudo nos espaços que não possuíam controle formal rígido do império português no Oriente, tornando-se assim uma das instituições mais influentes da Cúria Romana e da Igreja Católica. Recebeu o reconhecimento de ser um guia do “papa vermelho” em alusão à um direcionamento apartado das regulações prescritas pelo papado até então, que por mesma lógica em termos de rótulo era reconhecido como “papado negro”, em referência ao alinhamento político com a Companhia de Jesus, conforme (TAVARES, 2002).

interesse da Ordem jesuítica no Japão. Neste contexto, Luís Fróis antes de seguir ao Japão, em meados de 1555, é orientado em missiva para desembarcar em *Guangdong*, com o objetivo de chegar até *Cantão*, onde deveria dedicar-se exclusivamente a aprendizagem da língua local, em razão dos portugueses não terem base fixa no Delta do Rio da Pérola. A carta diz que “a entrada da China é a maior empresa, segundo o parecer de todos, por sua grandeza, justiça e realeza de terras, como pela capacidade e grande engenho que há os chinas para receber a santíssima fé católica” (WICKI, 1555, p.362). Na mesma carta, em que nos fica aparente a descrição ainda idealizada de que os chineses estariam “prontos” à fé cristã, se ressalta o desafio da “cristandade daquelas partes [ser] muito grande, padecem grandíssima necessidade dos trabalhos da Companhia”.

A combinação entre interesses mercantis e espirituais no Império Português no Oriente, pontuada pelo frade franciscano Paulo de Trindade, cronista macauense ao ressaltar que “tão juntas andaram sempre na conquista desse Oriente as duas espadas do poder secular e eclesiástico que poucas vezes achamos mover-se uma sem que se meneasse a outra” (TRINDADE, 1967, p.127) , parece ser a tópica que marcará muitos dos trabalhos acerca da expansão portuguesa no Oriente, dentre eles Charles Boxer (1989, p. 97): “a aliança estreita e indissolúvel entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fé e o império, como uma das preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral”.

A circulação de padres dependia de duas possibilidades apresentadas recorrentemente nas cartas e informações que chegavam de cativos retidos em cidades no interior da China, como também de mercadores que negociavam nas ilhas do litoral chinês: uma delas por via oficial, através de missão diplomática do Estado da Índia². Por este instrumento, pretendia-se a autorização dos mandarins que faziam parte da Corte Interior, a partir da permissão de “entrar e pagar direitos”, através dos quais assegurava a circulação nas regiões definidas por tais autoridades, com o cumprimento de alguns protocolos definidos pelo Ministério dos Ritos. Tal autorização variava desde o pagamento de uma tributação pela fixação à entrega de presentes ao imperador que, neste último caso, eram fortemente vistoriados por eunucos em funções diretamente ligadas ao autocrata. Na epistolografia há recorrentes relatos de presentes “confiscados” após a vistoria e avaliação das intenções representadas em cada objeto destinado ao imperador.

A outra via traduzia-se pela dependência direta do convívio dos padres com autoridades locais no âmbito provincial. Aqui, cabia-lhes apenas a benevolência e tolerância destes chineses que

² O termo designa no século XVI, uma rede ou sistema de comunicação gerida pela Coroa Portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes que ligava diferentes territórios, difíceis de serem delimitados, desde o Cabo da Boa Esperança até o Japão. Segundo Filipe Thomaz (1998, p. 208), “a sua descontinuidade espacial é a heterogeneidade das suas instituições e a imprecisão dos seus limites, tanto geográficos como jurídicos, que o tornam insólito”.

de forma arbitrária e volátil avaliavam os pedidos de fixação, sobretudo em Macau e na província de *Guangdong*, por representarem as primeiras regiões de fixação da Companhia de Jesus.

Neste aspecto, havia uma aliança de conveniência entre mercadores e jesuítas (LOUREIRO, 2000), ainda que motivados por interesses distintos, que *a priori* dependiam da mesma necessidade de autorização e, tal confluência, explica os primeiros esforços de missão diplomática, reunindo influentes comerciantes portugueses que atuavam naquelas partes, com padres que estavam designados ao projeto de catequese. Ambos, neste caso, necessitavam de fixação consentida para os interesses materiais e religiosos.

Tais tentativas no trato oficial em organizar a embaixada deixavam também expostas disputas internas não só na organização administrativa da Coroa Portuguesa, como também na Companhia de Jesus, com relação às escolhas daqueles que seriam destinados à missão. A primeira tensão incidia na escolha do embaixador que apesar de ser um nome validado dentro do seletivo grupo de mercadores de maior fôlego comercial aos altos custos para o financiamento do projeto, dependia do aceite da Ordem Inaciana. Logo, o jogo de forças parecia paupável entre o poder das autoridades portuguesas, dos mercadores locais e de um terceiro grupo nestas partes, a Companhia de Jesus, que se materializava a partir da atuação de Francisco Xavier no empenho da missionação no Oriente. O historiador Rui Loureiro (2009) considera que por tais quadros, Xavier se indispunha tanto com uma parte do funcionalismo régio, quanto também com alguns padres, dentro da escala hierárquica da Ordem, ao questionarem essa proximidade de jesuítas com mercadores que atuavam no Oriente.

Nas fontes, no entanto, estes entraves eram eclipsados nas narrativas edificantes das cartas que circulavam entre os jesuítas. O atraso ou mesmo fracasso de uma possível embaixada era traduzido por problemas ligados a forças da natureza, como é recorrente dizer que “aguardavam as monções” para partirem aos portos chineses ou, neste caso aqui pontuado de D. Álvaro, em que narram a enfermidade do mercador meses depois, como um castigo divino por ter sido um entrave ao projeto de conquista espiritual dos padres (LUCENA, 1.600)

A medida que os esforços avançam para a missionação na China, os jesuítas embora tenham mapeado a nítida barreira linguística, nos primeiros anos em que circularam na província de *Guangdong*, parecem não mensurar a necessidade do conhecimento do tecido social chinês, em que no topo da pirâmide encontravam-se os letrados e num patamar bastante inferior, neste enquadramento social, havia religiosos praticantes de seitas de matriz budista. Tratava-se, portanto, de um problema recorrente de classificação que impunha aos padres o conhecimento da diferenciação do extrato social chinês.

Portanto, as estratégias de atuação dos jesuítas por muito tempo reuniram esforços majoritariamente para o enfrentamento da língua, interpretando com certa miopia as dificuldades de fixação e de avanço na catequese como provenientes exclusivamente de barreiras religiosas. Havia também barreiras sociais, em função desta obrigatoriedade eminente de enquadramento social nas primeiras ações de fixação, protocolar às políticas chinesas locais adotadas para qualquer estrangeiro. Se por um lado essa primeira classificação dependia menos da ação dos jesuítas e mais do olhar dos chineses para o estrangeiro, por outro lado, o que se observa ao longo do projeto de conversão das almas chinesas é uma dificuldade potencialmente maior dos padres para reverter estes estigmas sociais.

Avançando nesta análise, poderá ser observado de que maneira tais marcadores culturais eram definidos de forma arbitrária e em consonância com as vivências dos padres com cada uma das autoridades locais. As cartas que circulavam dentro da Ordem permitem observar tal variação de rótulos, imbricada às questões territoriais de atuação da missão chinesa.

2.1. Tipologia do Sistema de Classificação em território sínico na Dinastia Ming

A expressa impermeabilidade no extrato social chinês, recorrente na epistolografia, impunha uma classificação social que os enquadrava em três categorias possíveis como estrangeiros, a saber: *mercadores*, *religiosos* (*seng* ou *heshang*) ou *letrados* (*daoren*). Neste último, localizando a variação de tradução como *pregadores instruídos* ou *letrados do ocidente* (*xishi*). Assim, entrar em qualquer território chinês implicava condicionar os missionários nessa tipologia, definida por autoridade local, o que corresponderia dentro da governança do mandarinato a função da vigilância provincial (*ancha si*).

Assim, transitando nestas três fronteiras possíveis em termos de rótulos sociais, havia uma dinâmica na vivência destes padres, que de acordo com o conceito de *histórias conectadas* de Serge Gruzinski (2014), é possível observar com maior acuidade, as práticas culturais que modulavam de forma mais flexível as ações destes missionários. Neste caso, tomando-os como *mediadores culturais* que “circulavam entre dois mundos” (GRUZINSK, 2014, p. 44), o grau de permeabilidade que se observa, para que o projeto reunisse condições concretas de sobrevivência é o mote para compreensão da atuação dos inicianos nos espaços fronteiraços da China. Neste campo geográfico, a referida mediação é pendular e oscilante, tanto quanto às dissonâncias locais sobre os critérios arbitrários para definição dos rótulos sociais destes padres.

Segundo a burocracia administrativa chinesa, as autoridades locais eram substituídas trienalmente, neste tempo cabia aos jesuítas manter um convívio amistoso que não violasse suas expectativas, após o enquadramento. Assim, na visão chinesa, um *religioso* “estrangeiro” deveria seguir o cotidiano protocolar semelhante ao de outros religiosos chineses. Não havendo o entendimento de que poderiam ser mediadores de outras ações para além da função de “praticantes de seitas”, como é recorrente nas cartas. Nesse enquadramento, os chineses viam-nos como uma ramificação ou seita do budismo. Tal fato explica as dificuldades enfrentadas pelos padres nestes tempos, por serem associados ainda aos *bonzos*³. Na obra *História*, o padre Matteo Ricci (1994, p. 272) faz um apontamento a respeito de tal animosidade: “nós provocamos zombaria e espanto nas ruas, precisamos andar depressa (...) Deram-nos muito apelidos, o mais comum – diabos estrangeiros-”.

A partir das instruções de Valignano, sobretudo após os dez primeiros anos em que os padres estiveram fixados em residências na Província de *Guangdong*, a estratégia em reunir esforços para uma aproximação à classe letrada da Dinastia Ming parecia ser o vetor que nortearia as ações dos padres, a medida que obtêm residências afora os espaços fronteiriços do sul da China. O investimento para alcançar o rótulo social de um *daoren* era condição fulcral para angariar confiança e influência no alto mandarinato chinês, permitindo infiltração e consolidação da presença inaciana na China. Ainda que a narrativa jesuítica glorifique a atuação do Superior da missão, Matteo Ricci, no início do século XVII, como promissoras à aquisição de reconhecimento como um *letrado do ocidente*, não se pode dizer que tal rótulo designava a ação dos demais padres nas outras fixações. Isto porque as orientações de missionação, observadas nas trocas epistolares entre o Visitador e os padres dispersos em outras regiões fronteiriças, não circulavam dentro do fluxo de tempo necessário à uma efetiva mudança comportamental e de esforços de catequese capaz de afastá-los do rótulo de *bonzos*.

Isso fica indicado, recorrentemente nas fontes, nos pedidos de recursos materiais e de ações necessárias ao enquadramento de um padre como um *daoren*, no ritual de categorização da autoridade local. Em uma destas missivas lê-se “suspendam as cruzes”, numa alusão a um pedido anterior de confecção de crucifixos, movido por aceitação à esta representação do Cristianismo, apercebido por um mandarim de muita influência em *Nanchang*, mas que foi rapidamente rechaçado por seu sucessor no cargo. Há, portanto, uma problemática relacionada à

³ Bonzos eram considerados aqueles que praticavam rituais de pagode, como também adivinhadores. Os missionários eram considerados “bruxos feiticeiros do ocidente”. Em dicionários contemporâneos já é um verbete para designar “dissimulado, hipócrita”.

alternância de poder que interfere também na função da epistolografia dentro da Companhia de Jesus, já que o ciclo de retorno das cartas, comparado às mudanças de poder local, era maior do que a necessidade da missionação, revista a cada nova classificação provincial⁴. Se por um lado as cartas registravam as vivências dos padres, com contornos narrativos edificantes, por outro não pulsavam na mesma temporalidade exigida para avaliação das ações necessárias para reverterem a estigmatização social dos rótulos considerados inferiores no tecido social chinês. Com frequência, as missivas em resposta aos padres, reunindo extensas orientações estratégicas sobre o projeto de catequese, não espelhavam as necessidades pontuais dos padres em cada província, dado que o quadro político e social já era outro.

Tais registros epistolares preenchem também a impossibilidade de mobilidade destes padres de transitar da Ásia à Europa, com regularidade⁵, atestado em relato de Matteo Ricci, em 1595, na residência em *Zhaoqing* em referência à resistência chinesa aos estrangeiros: “não confiam absolutamente em nenhum país estrangeiro, e portanto não permitem que ninguém entre e resida aqui, a menos que a pessoa se comprometa a nunca mais retornar ao seu país, como é o nosso caso” (RICCI apud SPENCE, 1986, p. 71).

Os jesuítas, portanto, viam-se condicionados a volatilidade arbitrária dos rótulos sociais que de forma pendular determinaram as ações dos padres no Império do Meio. A categorização ligada à atuação muito próxima aos *mercadores*, bem como àquela em que eram estigmatizados como *seng*, imputava-os a uma demarcação social negativa, diametralmente oposta à praxis social de um *daoren* ou *xishi*, em que o sentido pejorativo da demarcação era substituído pela associação positiva de pessoas *letradas*. A política interna da Companhia de Jesus, que se traduzia nas orientações e regulações provenientes da função, sobretudo do Visitador Geral, buscou reunir requisitos que afastassem os missionários do estigma de *seng*, já que ostentar a condição de religioso aos olhos sínicos implicava ser percebido, a partir de um conjunto de representações sociais que reputava aos padres menos honra e mais desconfiança; em ambos os casos, ou seja, como *seng* ou atrelados à

⁴ De acordo com as instruções de Loyola, os membros da Companhia de Jesus que estivessem em atividade missionária no ultramar deveriam escrever **uma vez por ano** ao Geral da Ordem e a seus companheiros na Europa, objetivando manter regularidade das informações sobre o progresso das atividades de cada espaço de catequese, como também registrar a trajetória de seus mais ilustres representantes. Isso aproximava as missões da Ásia, África e América. As cartas também eram endereçadas ao Provincial de Goa e a seus companheiros que se encontravam em outras partes das Índias. Redigidas em português e **elaboradas em duas ou até em três vias**, para assegurar a entrega aos destinatários. (TIN, 2005)

⁵ Era comum que muitos jesuítas não voltassem a Europa após ingressarem nas missões, quer por dedicação ao projeto de catequese, ou por adquirir enfermidades. Mas, predominantemente, por reclusão territorial em razão do clima hostil de algumas regiões. Neste último caso era sempre temerária a decisão de abandonar uma região sob o receio de não mais conseguir permissão de retorno.

funções próximas aos mercadores, poderia conferir um alto risco para a manutenção destes padres em qualquer região do Império Ming.

O enquadramento destes padres como *seng* ou *daoren* compunha uma lógica social, na qual as relações de convívio não eram acidentais. Havia uma condição hierárquica prevista, a partir do que se “poderia ser” dentro destes enquadramentos. Ou seja, *religiosos* no Império do Meio, ainda que praticantes de diferentes sistemas de crenças, eram homens ligados a seitas pouco valorizada. A partir da concepção durkheimiana (1976), o sistema de classificação não constrói conjuntos de representações sociais sem uma lógica interna que os agrupe. Ao pensar em um *seng*, por atração que explica tal lógica interna, outros estigmas ganhavam forte correlação, como àqueles que os definiam como estrangeiros pouco confiáveis, vis, diabos estrangeiros e de comportamento assemelhado ao de *bonzo*. Em carta endereçada a Goa, o padre Ricci (1994, p. 276) atesta: “os bonzos são tão vis e pouco estimados que (...) até o momento somos o opróbio de todos e as injúrias que nos dirigem são tais que não podemos descrevê-las por correspondência”. Nestes tempos, ao final do século XVI, Valignano testemunha a mesma hostilidade ao dizer que os padres eram suspeitos de espionagem em favor dos portugueses de Macau⁶.

Nesta articulação de enquadramento social, a hostilidade premente não se dava ao Cristianismo, mas à condição social imposta aos padres neste sistema de classificação. Um jesuíta *seng* tinha menos liberdade de ação comparado ao status de *daoren*, em grande medida pela associação direta aos religiosos praticantes do Budismo. Tal percepção moral coibia as vivências destes padres, ainda que nas trocas epistolares entre os jesuítas conste outras iniciativas de aproximação aos chineses locais das regiões de *Zhaoqing*, *Shaozhou*, *Nanchang*, localizadas nas Províncias ao Sul da China, em *Guangdong* e *Jiangxi*.

Nos primeiros dez anos em que este rótulo acompanhou os missionários, a versão mais difundida na história oficial é de que havia inexperiência quanto à atuação, nos tempos do padre Michele Ruggiere, responsabilizando-o pelos “erros” de percepção do estigma social. Esta versão se agiganta a partir da nomeação de Matteo Ricci como Superior da missão chinesa, nos relatos oficiais em que se constrói a retórica de que o padre inaciano reunia maiores conhecimentos da praxis chinesa e preparo necessários ao diagnosticar a necessidade de mudança estratégica em termos de vivências e do modelo sacerdotal até ali adotado. Assim, há uma versão eclipsada da condição imposta como única via de permanência na China continental. Estava em jogo a relação de

⁶ Nesta carta, Valignano pontua que os padres não podiam jamais sentar diante dos mandarins e, durante as audiências, deviam permanecer de joelhos. Menciona ainda que a residência em Zhaoqing era considerada um “pagode”. (LACOUTURE, 1994, p.276)

acato e obediência aos desígnios das autoridades locais de *Guangdong*, na qual *Zhaoqing* estava longe de traduzir-se como posição estratégica de atuação, tampouco o marco de iniciação do projeto de conversão de almas no Império Ming.

Desse modo, a região de *Zhaoqing* definida como a fundação da residência oficial dos jesuítas no Império do Meio não foi um espaço efetivo de atuação de catequese. Um valor simbólico, construído pela história oficial da Companhia de Jesus, aferiu a estes tempos, iniciados a partir de 1583, um marco ao projeto inaciano. Entretanto, as vivências possíveis destes padres apenas traduziram um processo de sinização iniciado com a circulação dos padres em Macau, juntamente com mercadores. Por este aspecto, *Zhaoqing* pode ser tida apenas como um estabelecimento que os afastava da condição de estrangeiros ligados às práticas mercantis.

3. Conclusão

Esta análise postula a possibilidade de pensar o valor percebido pela Companhia de Jesus sobre o que seria “estratégico” em termos de missionação. Ou seja, redimensionar a noção do termo majoritariamente fixado na história oficial jesuítica como sinônimo de planejamento ou referencial que atesta a habilidade da Ordem em estabelecer presença planetária em diferentes espaços, entre seiscentos e setecentos.

As ações dos padres eram ditadas pela condição do rótulo, assim, de acordo com Michel de Certeau (1994), as “maneiras de fazer” formavam uma contrapartida destas vivências, condicionadas pelo jogo de poder que se impunha dentro do aparelhamento provincial, no qual eram enquadrados em uma ordenação sócio política que os limitava e estigmatizava. Tais “maneiras de fazer” podem ser traduzidas como uma forma de reapropriação de uma condição social, na tentativa de reorganizar um espaço social.

Nesta relação, os padres buscavam permanentemente um contraponto, a partir da possibilidade de construir práticas de convívio, alicerçadas em ações cotidianas, como: as práticas de falar, ouvir, conviver; convergindo em uma *arte do fazer* fomentada nas cartas entre os padres, nas quais se lê a necessidade de circularem entre os chineses, evitando o confinamento dos espaços “permitidos”, incentivando-os às “práticas em coisas comuns” junto aos chineses.

Analisando o período tido como a primeira etapa de missionação, em que os padres estiveram em maior circulação nas regiões da província de *Guangdong*, como *Zhaoqing* e *Shaouzhou*, há nítida preocupação, na leitura das fontes, em assegurar minimamente o estabelecimento dos padres nestas regiões, definindo *táticas* de sobrevivência e mobilidade destes

missionários, mais do que propriamente localizar uma descrição criteriosa de *estratégias* de catequese de conversão de almas.

Na tese não há como abandonar os dois campos teóricos, já que se observam tempos distintos da missionação na China, nos quais ações pendulares coexistiram entre *táticas* de atuação em situações adversas e construídas mais em razão da pertinência de um tempo de convívio em regiões que não obtinham rótulo social favorável e, entre *estratégias*, essas sim construídas, a partir da variação do enquadramento social para letrados, nas fixações de residência localizadas nos espaços Setentrionais do Império do Meio, tempo correspondente à última década de atuação do Superior Ricci que morre em 1610 e da atuação dos padres que o precedem, no recorte cronológico da pesquisa.

4. Fontes e referências bibliográficas:

4.1. Fontes.

WICKI, J. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948-1988.

D'INTINO, R. *Enformação das cousas da China- textos do século XVI*- Rio de Janeiro: Edições comemorativas dos centenários das Grandes Navegações. 1989.

LUCENA, João de, S.J. 1550-1600, Historia da vida do padre Francisco de Xavier: e do que fizerão na Índia os mais religiosos da Companhia de Iesu / composta pelo padre Ioam de Lucena, da mesma Companhia, portugues, natural da Villa de Trancoso. - Em Lisboa: por Pedro Crasbeek, 1600. - [8], 908 [i.e 912], [36] p. : il. ; 2° (30 cm)

TIN, E. (org). *A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lipsio*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

TRINDADE, P. *Conquista Espiritual do Oriente: em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os frades menores da Santa Província de S. Tomé da Índia Oriental em a pregação da fé e conversão dos infieis, em mais de trinta reinos, do Cabo da Boa Esperança até às remotíssimas Ilhas do Japão*. In: LOPES, F. (org), 3 vols, vol. 3. Cap. 26, p. 127, 3 vols. In TRINDADE Paulo da. *Conquista Espiritual do Oriente*, org. Félix de Lopes, 3 vols. vol 3. Cap.26, p.127, 1967.

4.2. Bibliografia

BOXER, C. R. *império marítimo português 1415 -1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, A.S. *Representações Sociais e construção da memória no oriente português: aspectos da presença jesuítica na China*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, 2002. Dissertação

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUTEIL, J.P. *Le christianisme en Chine, du Moyen Âge à l'époque moderne*. Paris: Université de Paris, 2002.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987

GRUZINSKI, S. Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. São Paulo: Edusp, 2014.

LOUREIRO, R. M. *Fidalgos, Missionários e Mandarins Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

_____. *Nas partes da China*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2009. P.105-108

MANSO, M. D. B. *Macau e as Filipinas no século XVI-XIX "a rota marítima da seda"*. Portugal: Universidade de Évora, 2014.

PINA, I. *Os jesuítas em Nanquim -1599-1633-*, Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

_____. *Jesuítas Chineses e mestiços da missão da China(1589-1689)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

RICCI, M. História. In: LACOUTURE, J (org). *Os jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

SPENCE, J. *O palácio da memória de Matteo Ricci: A história de uma viagem da Europa da Contrarreforma à China da Dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMAZ, L. F. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Editora Difel, 1998. p.208.

_____. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

TAVARES, C. *Alessandro Valignano: o Progresso da Companhia de Jesus nas Índias Orientais*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

_____. A Propaganda Fide versus padroado Português in_ *A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682)*. Centro de Estudos Gerais – ICHF, Niterói, 2002 p. 227.

André Fernandes e a bailadeira de Goa: Inquisição, fronteiras e conflitos no Estado da Índia

Luiza Tonon da Silva
Doutoranda PPGHS/UERJ – Bolsista CAPES

Nas terras de Goa, por muitos séculos, meninas eram iniciadas ritualmente a uma vida em que deveriam ser esposas de uma divindade e a servir por toda a vida, sobretudo por meio de dança e canto nos templos onde ela habitava. Tais mulheres, no idioma concani, eram denominadas *kalavant* – artistas –, e formavam uma casta específica em Goa, em que seus filhos e filhas deveriam também se envolver nas atividades rituais por meio de arte. Por nunca se casarem com homens mortais, e por consequência, jamais se tornarem viúvas, eram mulheres consideradas *nityasumangali* – “sempre auspiciosas” –, e em razão disso suas bênçãos e presenças eram requisitadas em festividades e casamentos. Poderia usar por toda a vida, diferentes das demais mulheres hindus, o *sindoor* – a pintura vermelha próxima aos olhos e cabelos –, pulseiras e cores vivas, marcas das mulheres casadas, até morrer, uma vez que seu esposo, um deus, não teria como a deixar. No entanto, possuíam uniões com homens que eram seus patronos, em relações temporárias ou vitalícias, com quem tinham crianças que levariam o sobrenome e o ofício da mãe. As *kalavant* existiam em diferentes templos goeses, e quando, a partir do ano de 1510, portugueses passaram a ter o domínio político sobre áreas da cidade de Goa e das regiões de Bardez, Salsete e as Tiswadi, foram nomeadas na língua portuguesa como *bailadeiras*. Alguns dos patronos das *kalavant*, usualmente brâmanes e homens das castas dominantes locais, passaram a ser também homens de origem lusitana.

A união de mulheres asiáticas com homens portugueses foi estimulada pelo primeiro governante europeu de Goa, Francisco de Albuquerque, quem tomou o poder do xá Adil Khan, do muçulmano Sultanato de Bijapur que dominava a região há algumas décadas. Albuquerque incentivou tais casamentos mistos como estratégia de permanência portuguesa, por fixar os homens e estabelecer alianças diretas com famílias locais, e, concedia terras e dotes para quem neles tomasse parte. Após sua morte, em 1514, a política passa a ser revista – com o peso do sangue cristão-velho e a origem reinol a falar mais alto –, contudo, pelo número reduzido de mulheres portuguesas nas terras asiáticas que passariam a ser o Estado da Índia, as uniões formais ou informais de portugueses com mulheres originárias da Ásia continuaram a ocorrer, como aponta o historiador britânico Charles Boxer (1979, p. 64).

Muito possivelmente de uma dessas uniões nas primeiras décadas de colonialismo português na Ásia, nasceu um homem chamado André Fernandes. Considerado um *mestiço*, foi batizado ao

nascer, na cidade de Cananor, no Sul da Índia. Não se sabe mais sobre sua origem ou trajetória de vida senão aquela, que, pela razão de denúncias – também desconhecidas, em teor exato e autoria – feitas nos primeiros meses de atividade do Tribunal do Santo Ofício de Goa, ficou registrada no processo em que foi réu da Inquisição, no ano de 1561¹. Fernandes era morador da vila de Agaçaim, nas Ilhas de Goa, e em algum momento de sua vida conheceu uma mulher hindu que servia nos templos como *kalavant*, referida na documentação do processo como uma *balhadeira* dos pagodes². Como já mencionado, são designadas em seu idioma nativo como artistas, de um modo intrínseco à ritualística hindu em que a dança, o canto, o cuidado com a deidade do templo a qual serviam³. Ainda que fosse um católico, André, que obtivera o sacramento da crisma e fora também “ordenado nas ordens menores”, esteve diversas vezes em templo hindu, onde esteve a realizar rituais e oferendas para os deuses ali cultuados; segundo sua justificativa, pelo fato de que “se afeiçoou a uma moça gentia”. Quem, “segundo costume de sua gentilidade, ofereceu sua virgindade a um pagode de Goa, ela e sua mãe também gentia eram bailadeiras, e no dito oferecimento fizeram festa conforme costumes gentílicos em honra e louvor do dito pagode de Goa”. Nessa festa, André não só compareceu, mas foi em todos os “sete ou oito dias” que durou, e financiou-a, ao dar “sua toda fazenda para a despesa necessária”.

A mãe dessa mulher, também uma bailadeira, faleceu após esses festejos. E ao templo, mais uma vez foi André Fernandes, onde “deu despesa para fazer obséquios e cerimônias gentílicas”, ou seja, “pela alma da mãe da moça” financiou novamente ritos, desta vez fúnebres, dos quais participou. A moça, de quem o nome permanece uma incógnita, teria possuído desejo de se tornar cristã, mas mesmo sob a obediência de Fernandes, ele continuava a lhe dar licença para comparecer também às “festas gentílicas” e “ir a terra firme às festas dos pagodes”, “na companhia de bailadeiras e gentios”.

Consentira também que homens que trabalhavam em seu palmar trazer “feiticeiros para fazer e desfazer feitiços”, e tinha o hábito de recorrer a um “brâmane jocis” – ou seja, um sacerdote astrólogo, adivinho⁴ – para saber quando deveria fazer algo em tal dia, ou quando não o deveria, tal qual como habitual dentre os costumes hindus, aos quais o conhecimento da astrologia é muito caro.

¹ Processo de André Fernandes. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Série 028, doc. 12578.

² Pagode é o termo recorrente na documentação portuguesa do período para designar os templos asiáticos de variadas fés, como as hindus, budistas e xintoístas.

³ Rosa Maria Perez (2011, p. 111), antropóloga portuguesa, destaca o fato de que outros grupos de mulheres, além das *kalavant*, associados aos serviços de templo hindus existiram e existem em Goa, como as *fulakanir*, vendedoras de flores rituais, as *bhavin*, responsáveis pelas lamparinas dos templos estarem sempre acesas e as *devli*, ligadas ao funcionamento cotidiano do templo e também por algumas lamparinas externas.

⁴ *Jocis* é como aparece na grafia portuguesa para *jyotish*, como se nomeia sacerdotes que estudam e praticam a astrologia e as interpretações do futuro a ela relacionadas. A procura por esses homens e por práticas divinatórias torna-se motivo recorrente de justificativa de processos inquisitoriais no Tribunal de Goa.

Quando nasceram seus filhos – de outra mulher de nome incógnito, que falecera, pois no tempo do registro desta trajetória, em 1562, é referido também como um homem viúvo –, André Fernandes os fez rituais e cumpriu tradições hindus para os recém-nascidos. Em seu navio, de acordo com quem lá trabalhasse, “cujo *tendel* era mouro ou às vezes gentio”, consentia em se realizarem ritos hindus ou islâmicos, como “um sacrifício chamado *canduri* que os infiéis fazem para impetrar salvação aos navios”, e assim continuou a fazer por muitos anos.

Um dia André se dirigiu a uma festa na terra de Pondá, para além das fronteiras portuguesas naquele tempo – pois apenas em meados do século XVIII Pondá, hoje no estado de Goa, passou a ser portuguesa (ver Figura 1) –, em companhia do capitão desta terra, um homem muçulmano, a quem presenteou com uma espada com bainha de veludo. Fora acompanhado da mesma moça bailadeira, “mesmo sendo casado”, como se conta na descrição de seu processo. Na festa, *gãocares*⁵ quiseram dele tomá-la, sob a alegação de “que a moça era bailadeira do pagode e era obrigada a servi-lo”. Para tentar sair da situação e da possibilidade de levarem aquela que amava, André Fernandes resolveu dizer ao capitão islâmico, que servia ao Hidalcão, governante daquelas terras, que queria também “se fazer mouro”. Talvez declará-lo não tenha surtido o efeito desejado, de impedir que desejassem ainda assim ficar com a mulher, pois por fim André Fernandes declarou ali que “se queria fazer mouro e casar com ela”. Então disseram que “se queria fazer mouro por amor a dita moça ela também era obrigada a fazer-se moura conforme a sua lei”. Quando perguntaram novamente se ele desejava se converter, disse “Amidirila”, o que significou que ali o devia fazer, pois essa seria uma palavra que para os islâmicos seria uma afirmação de “maior firmeza e certificação” da conversão. Deveria “ser fanado”, ou seja, circuncidado, e “tomar touca e cabaia” – *taqyah*, um tipo de barrete, e túnica de mangas longas, típicas vestimentas islâmicas –, e ir junto da moça, com guardas do capitão, para uma casa de um conhecido seu em Pondá, também islâmico, a quem Fernandes presenteou com outra espada. Lá finalmente se converteram e se casaram; e nessa região ficaram até a vinda de um irmão de Fernandes, que os trouxe a Goa de volta.

Em Goa, algum tempo indefinido depois desses acontecimentos, André foi preso pelo Tribunal Santo Ofício, então em seu primeiro ano de funcionamento. Em suas confissões, disse ter se afligido e “não se sentir bem” em razão dos ocorridos “por nossa Santa Fé católica e nem por sacramento do matrimônio por ele naquele tempo ser casado com outra mulher e a dita moça casada com outro marido”. Disse ter havido “vontade e determinação sempre de viver e se manter na lei de Cristo e nela ser firme”, e fazer “o sobredito só a fim de trazer a dita moça e de não lhe ser tomada”.

⁵ Gãocares eram homens da elite local, envolvidos na administração das *gavnkarias*, as comunidades aldeãs que estruturavam a sociedade goesa.

Justificou o ocorrido em Pondá, a colocar como necessário “fingir fazer-se mouro e as mais obras exteriores disso por afeto a dita moça não lhe ser tomada e fugir-se delas como pode”.

Figura 1 – Mapa de Goa com destaques para as Velhas e Novas Conquistas



Fonte: HENN, 2014, p. 9.

Aparentemente essa argumentação foi aceita pelos primeiros inquisidores do tribunal goês, António Lopes e Aleixo Dias Falcão, pois colocam na sentença que “nos parece verossímil considerando a afeição que o réu lhe tinha”. Mesmo que houvesse Fernandes “consentido com o oferecimento da virgindade da dita moça ao pagode a mortuários a sua mãe gentia”, relatam que o “fez e consentiu pela dita afeição à moça”. Outro fator atentado foi o de que quando viera a Goa não foi “fanado e nem tomou túnica nem cabaia”, o que configuraria menor gravidade na conversão e talvez convenceria que o fizera só por sua amada e não por convicção e crença verdadeira na fé islâmica. A André Fernandes a penitência dada foi a de que saísse em auto-de-fé descalço, com vela na mão, mas “sem barrete”, e nele sua sentença teria de ser lida, seguida de abjuração *de vehementi* por parte do réu. Por “devassidão de seus maus costumes e conversação de infiéis em suas festas e

cerimônias e em consumação carnal com mouros e gentios”, deveria ir a Portugal por dez anos, “para maior segurança de sua alma”; degredo o qual deveria pagar as custas. Acrescentou-se que deveria ser enviado de modo que não vá atrás de “infiéis”, e que deveria embarcar, acorrentado, naquele mesmo ano.

Em seu documento de abjuração, o réu confessa suas culpas e pede perdão à Igreja por seus delitos. Sua sentença, datada de 15 de novembro de 1562 na listagem de réus da Inquisição de Goa contida no *Reportorio*⁶, elaborada pelo então deputado inquisitorial João Francisco Delgado em 1624, aparece com algumas sutis diferenças, como a inclusão uso de hábito penitencial *ad arbitrium* na pena. Nesse documento, Fernandes aparece também como um “cristão-da-terra”, e seu delito, “gentilidades”. Contudo, como visto na sentença, contida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi acrescido das culpas de islamismo, e o próprio título desse documento é “Sentença de André Fernandes mestiço”. Sua sentença, a de ser enviado ao Reino, e que lá, assim como durante a viagem não deveria estar em meio a não-cristãos, como prescrevido pelos inquisidores, pois esses o poderiam influenciar a retomar nas práticas *gentias* ou *mouras*. Como visto, esse tipo de sentença – que por vezes era mutável a “ser vendido para o Reino”, no caso de cativos pegos pela Inquisição –, de degredo a Portugal aos acusados de apostasia parece ter ido em sentido contrário de outros desteros, de justiça secular ou eclesiástica, que estavam na perspectiva de enviar habitantes a regiões onde faziam falta. Essa tendência, na Inquisição de Goa, diferente dos tribunais que condenavam a partir do Reino, parece se dever ao fato de que uma expressiva parte de seus réus até 1623, e ainda em maior quantidade em períodos seguintes era de origem asiática (LOPES, 1999), e, portanto, não teria a mesma lógica enviá-los para povoamento ou defesa do território a exemplo do que era feito com os portugueses. O degredo para esses apóstatas nativos do Estado da Índia ao Reino mostra-se como um meio de evitar que estivessem ainda próximos a oportunidades que os fariam cair novamente nesse delito. Para André Fernandes, o tempo considerável de uma década distante de Goa fosse talvez considerada pelos inquisidores o mínimo para que deixasse de lado seus hábitos hindus e reconsiderasse suas idas e vindas, seus contatos, e ainda, seus sentimentos pela mulher do templo que teriam levado André a abandonar a fé cristã.

Fernandes – assim como tantos outros réus – teve parte de sua vida registrada justamente porque cometeu delitos, sob a ótica inquisitorial, porém, por exceção das partes relatadas de sua vida, não se conhece maiores detalhes sobre o réu: cumpriu o degredo integralmente, voltou a Goa algum dia? E a bailadeira goesa, teria ficado só? Teria arranjado outro homem que lhe fosse

⁶ Reportorio geral de tres mil oito centos processos, que sam todos os despachados neste sancto Officio de Goa & mais partes da India, do anno de Mil & quinhentos & secenta & huum, que começou o dito sancto Officio atè o anno de Mil & seiscentos & e vinte & tres, com a lista dos Inquisidores que tem sido nelle, & dos autos públicos da Fee, que se tem celebrado na dita Cidade de Goa. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 203.

patrono? Teria continuado a servir seus deuses e passar entre fronteiras que desenhavam linhas entre hindus, muçulmanos e cristãos? Sua sentença e documento de abjuração sobreviveram à possível queima de papéis do Santo Ofício goês do século XIX pois foram enviados a Lisboa junto do réu, que lá chegou em 1563⁷. De outros detalhes de sua vida e de seus delitos pode-se apenas supor: por ter um navio e um palmar, pelo que se sabe, trabalharia ele com comércio, em expansão naquele momento na costa oeste indiana? Não era um homem de linhagem nobre, goesa ou portuguesa, ao que tudo indica, porém tinha tais posses, bancara os festejos hindus de muitos dias e pode dar espadas como presentes, o que lhe configura com uma condição socioeconômica favorecida. Não há indício de quantos anos ou meses antes de novembro de 1562 cada fato dentre os mencionados aconteceu – se o seu incidente com a bailadeira nas *terras de mouros* teria sido há tempos ou recente; se mantinham contato na altura da prisão de Fernandes? Ou ainda: se mesmo que não o pareça, pelo tom dado à narrativa e ao documento, a ênfase colocada nos sentimentos dele por essa mulher seria real? Não poderia ter sido um recurso do réu para buscar se isentar das culpas que possuía por deliberadamente participar de ritos hindus, frequentar templos, andar na companhia de não-cristãos, manter amizades com islâmicos - inimigos dos portugueses e sua conquista de Goa -, e por fim renegar a fé cristã e adotar outra? Ou, ainda que seu sentimento pela bailadeira pudesse ser bastante verídico e recíproco, poderia ser igualmente sua convivência com as práticas hindus e islâmicas, e Fernandes pode ter feito uso da narrativa mais subjetiva e emocional como meio de apaziguar o grau de suas apostasias, em um momento também em que o Tribunal de Goa havia pouco ainda processado e não havia lidado com casos tão diversos como viria a lidar nas futuras décadas.

Não se faz menção em sua sentença de delito gerado por se casar uma segunda vez – não teria como ser considerada enquanto bigamia, ao julgamento inquisitorial pois seu segundo casamento não se deu na fé cristã e nem com cônjuge batizado, o que em tese não replicava nem ofendia o sacramento católico anteriormente tomado. Ao que parece, André Fernandes ainda não era viúvo da esposa que lhe dera um filho quando se deu o incidente, por mencionarem que ele era um homem casado no momento, e que inclusive a bailadeira tinha também marido. Dado curioso esse último, pois o único casamento das bailadeiras era o ritual de sua iniciação ao serviço do templo – chamado em concani de *shen* – por altura de sua puberdade, quando eram casadas com

⁷ Como apontado por António Baião (1949, p. 15), é provável que a documentação referente aos processos da Inquisição de Goa por ocasião de sua extinção, em 1812, tenha sido incinerada como meio de impedir desavenças entre famílias no então conturbado Estado da Índia. Seu paradeiro final continua desconhecido, porém alguns processos inquisitoriais podem ser encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e variados documentos sobre o Santo Ofício em outras instituições, como na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

uma estátua de seu deus ou com algo sacralizado, como um coco ou uma árvore, o que dificilmente seria considerado de fato um casamento por parte dos cristãos⁸.

Como abordado, relações mais duradouras entre bailadeiras e homens que se tornavam seus patronos, como André Fernandes aparenta ter sido, ocorriam, mas eram muitas vezes temporárias e feitas por homens casados. A possibilidade de uma ênfase excessiva dele dada no tribunal inquisitorial à sua afeição pela mulher, e que inclusive pode ter soado compreensível aos inquisidores é condizente com o que Charles Boxer (1961), em seu artigo “Os fidalgos e as bailadeiras indianas” traz. Para o autor, as sucessivas representações dessas mulheres como causa de perda nas Índias, que seriam capazes de fazer homens nobres deixarem seus deveres e com elas gastarem fortunas, foram por séculos comuns no Estado da Índia e contribuíram para as suas sucessivas perseguições – de pouco sucesso, como se verifica pelo fato de existirem dezenas de documentos de todo o tempo de presença portuguesa na região em que elas aparecem, enquanto sujeitos atuantes naquela sociedade, e em maior número do que desejavam os governantes e clérigos. Afinal, o colonialismo português no Estado da Índia, e todos os seus demais domínios, teve sua dimensão de controle familiar, reprodutivo e sexual, a qual se exerceu fortemente sobre as mulheres, portuguesas ou não, e que se verifica na pressão direcionada às bailadeiras (BOXER, 1979). Na segunda metade do século XVI, são numerosas as menções de cunho derogatório e desfavorável à existência de bailadeiras nos domínios portugueses, por parte de governantes e clérigos, e mesmo na fala de viajantes europeus que dali fizeram seus registros, como o neerlandês Jan Huygen von Linschoten, elas são descritas como “gentias de má vida, que satisfazem a vontade de toda a gente por pouco dinheiro, vivendo muitas delas em Goa”. Em 1606, no quarto Concílio Provincial de Goa, explicitamente se proíbe que “haja escolas em que se ensinem a cantar, bailar ou tanger moças”, pois não haveria “coisa que mais incite a sensualidade que cantos e bailes lascivos, e desonestos”⁹. Todavia, ainda no século seguinte numerosas tentativas de se erradicar a atividade das bailadeiras em Goa continuam a ser tentadas, sem sucesso: as descendentes de mulheres como a que

⁸*Bailadeira* tornou-se muitas vezes sinônimo de prostituta no Estado da Índia, mesmo que seu ofício em muito se distinguisse das que se prostituíam sem ligação alguma com templos. Além da questão de casta e hereditariedade envolvida, suas funções principais eram cuidar da *murti* - a estátua, a qual segundo concepção hindu carrega parte da divindade em si - do deus de um templo, acender lamparinas a ela e dançar e cantar em honra dele rotineiramente. Elas, de modo singular em relação a outras mulheres hindus, recebiam educação formal e mesmo poderiam aprender a ler e escrever; a elas era ensinada a poesia e música, aprendiam a tocar instrumentos e canto, além da dança passada há gerações. Tanto por seu trabalho em festividades, em nascimentos e em casamentos hindus, principalmente, como pelos financiamentos de homens, tinham bens próprios e os passavam a sua prole; outra questão impossibilitada a demais mulheres hindus. A beleza e a sensualidade eram costumeiramente associadas a essas mulheres na cultura goesa, assim como de fato poderiam manter relações sexuais com mais de um homem e em troca de dinheiro e presentes, o que fez os europeus que ali estiveram as relacionassem rapidamente ao meretrício.

⁹ Archivo Portuguez-Oriental, fascículo IV, p. 235.

é tão central no processo de André Fernandes exercerem por muito mais tempo seus ofícios, e continuariam a gerar conflitos na ordem portuguesa e colonial.

Conflitos como os desse homem cristão e mestiço em Goa das primeiras décadas de colonização portuguesa, entrelaçados ao território fronteiriço, à diversidade cultural, religiosa e política do espaço, e às constantes tentativas de cristianização e disciplinamento social das populações locais. O processo de André Fernandes – assim como os conflitos com as bailadeiras – mostram já alguns variados aspectos da vida cotidiana nesse tempo e espaço, e notavelmente mostra as muitas mesclas e trânsitos de pessoas e objetos, culturas, fés e práticas. Goa, que historicamente se configurava como um local de contatos e movimento, no século XVI estava inserida nas dinâmicas do Índico e do Atlântico, enquanto importante centro comercial da Ásia, que movimentava por sua vez todo o mundo e construía as riquezas portuguesas, e era o centro político e religioso do Império Português, do Leste da África ao Japão e Timor. Como aborda Serge Gruzinski (2014), esse século é especialmente marcado pelo processo que denomina *mundialização*, que passa a conectar diferentes histórias sobre o globo terrestre, e de modo também intrínseco à mestiçagem, que conceitua em tal contexto como “são fenômenos de ordem social, econômica, religiosa e, sobretudo, política, tanto senão mais que processos culturais” (ibid., p.48). Histórias de pessoas como André Fernandes, mestiças – e nesse caso, um cristão a agir por vezes como hindu ou muçulmano –, que transitavam entre mundos, de idas e vindas recorrentes às terras não-portuguesas e não-cristianizadas, com batismo e instrução cristã – a qual no caso dele parece ser maior que a da maioria de católicos nativos, com crisma e ordens menores – existiram, e por não terem sido em grande parte investigadas pelos inquisidores, principalmente nessas primeiras décadas da instituição, nunca foram registradas. Talvez outros homens e mulheres que tinham sua cristandade recente amalgamadas a outras práticas religiosas em ritos cotidianos e de passagem, como fizera André com seu filho, com contatos com alguma bailadeira, ou em relacionamentos ou por meio das festas que realizavam e frequentavam. Fronteiras de Goa e do Estado da Índia, que representavam os limites da cristianização e dos domínios portugueses; ao mesmo tempo que não isolavam diferentes sujeitos que as atravessavam, por terra ou mar, entre reinos e impérios, entre paróquias e templos – no sentido abordado pelo historiador Hal Langfur (2014), que explicita a fronteira não como uma linha fixa divisória, mas como um espaço de circulação e propício a diferentes contatos. E assim faziam da fronteira mais que uma linha divisória, marcada em Goa pelos rios: um local de convergências, do transpassar de práticas, de contato entre sujeitos que viviam em cada um dos lados.

Num tempo de Modernidade de circulação e movimento, em que ideias, pessoas, mercadorias transitavam entre diferentes continentes, mares e terras como nunca antes, assim como

normas sociais e disciplinamento eram propagados e se difundiam em diversos cantos do planeta – por vezes, a gerar tensões, como no próprio funcionamento da Inquisição de Goa. Assim o caso de André Fernandes, homem nascido em terras portuguesas no Estado da Índia, de ascendência asiática e europeia, batizado numa fé então dominante vinda de um país distante, mas praticante de uma variedade de cultos locais. Entre idas e vindas de fronteiras, acabou por cruzar o oceano, a um destino onde deve permanecer por uma década. Se lá ficou, se um dia retornou, ou se voltou a participar de festejo e ritos hindus e muçulmanos, não se poderia saber. Porém o registro de um dos casos, dentre os muitos que continuaram até o século XIX investigados pela Inquisição de asiáticos que mesmo batizados persistiam em diversos momentos de suas vidas com práticas religiosas, culturais e sociais das quais continuavam a ter contato, é proveitoso para se compreender um pouco mais como viviam e agiam os homens e mulheres na realidade diversa e fronteiriça do Estado da Índia.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa

Série Temática 028 - Processos

Documento 12578 – Processo de André Fernandes.

Biblioteca Nacional de Portugal

Códice 203.

Fontes impressas

LINSCHOTEN, Jan Huygen van. Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas. Lisboa: CNCDP, 1997.

RIVARA, Heliodoro da Cunha (org.) Archivo Portuguez-Oriental. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1992.

Referências bibliográficas

BAIÃO, António. A Inquisição de Goa: tentativa de suas origens tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. Lisboa: Academia das Ciências, 1949.

BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- BOXER, Charles Ralph. A mulher na expansão ibérica. Lisboa: Horizonte, 1979.
- BOXER, Charles Ralph. Relações raciais no Império colonial Português (1415-1825). Porto: Afrontamento, 1977.
- BOXER, Charles Ralph. Fidalgos portugueses e bailadeiras indianas. Século XVII e XVIII. Revista de História da USP, jan.-mar. 1961, nº 45, p. 83-105.
- GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo: história de uma mundialização. São Paulo: EDUSP, 2014.
- HENN, Alexander. Hindu-Catholic encounters in Goa: religion, colonialism and modernity. Bloomington: Indiana University, 2014.
- LANGFUR, Hal. "Frontier/Fronteira: A Transnational Reframing of Brazil's Inland Colonization. History Compass, vol. 12, nov. 2014, p. 843-52.
- LOPES, Maria de Jesus Mártires. Goa setecentista: tradição e modernidade (1750 - 1800). Lisboa : Universidade Católica Portuguesa, 1999.
- PEREZ, Rosa Maria. O tulsí e a cruz: antropologia e colonialismo em Goa. Lisboa: Temas e Debates, 2006.
- TAVARES, Célia Cristina. A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682). 229 p. Tese (Doutorado em História Social) – UFF. Niterói, 2002.

As primeiras representações cartográficas da atual ‘Austrália’ em mapas dos séculos XVI e XVII¹

Luciana de Queiroz Pinto

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História Social da FFP/UERJ.

Orientação: Prof. Dout. Daniela Buono Calainho

País situado a sudoeste do continente, atravessado pelo Trópico de Capricórnio, a Austrália é a maior ilha da Oceania e ocupa uma área de 7,6 milhões de km². O então continente-ilha é o sexto maior país em área do mundo. Os oceanos Índico e Pacífico circundam o território australiano que é banhado pelos mares de Timor, Arafura, Coral, Tasmânia e o Estreito de Torres.

Figura 1: Mapa da Austrália e parte da Oceania



Fonte disponível em: <https://maps-australia.com/australia-country-map>

Nos mapas do século XV ao XVIII recebeu diversas nomenclaturas como *Java Maior*, *Luca Antara*, *Ilha do Ouro*, *Concórdia*, *Ilhas Austrais*, *Java a Grande*, *Terra de Java*, *Ilha do Ouro*, *Índia Meridional*, *Índia do Sul*, *Terra Submersa*, *Graçal*, *Cape Fremose* e *Terra Australis Incognita*. Durante o Renascimento resgatou-se os estudos de Ptolomeu², no qual havia uma

¹ Artigo para apresentação no IV Seminário Interno da FFP.

² Cláudio Ptolomeu, sucessor de Eratóstenes na Biblioteca de Alexandria (Egipto), preparou um atlas geográfico que permitia a qualquer pessoa familiarizada com os conceitos de coordenadas astronômicas e desenhos geométricos preparar mapas do mundo habitado conhecido. A tradição grega dos códices da *Geografia* de Ptolomeu divide-se em dois ramos: no primeiro, encontram-se oito livros, para além de vinte e seis mapas regionais e um mapa do mundo habitado conhecido; o segundo ramo continha sessenta e quatro mapas regionais e um mapa do *oikumene*. É necessário realçar que as diferenças entre as duas versões manuscritas da Geografia em grego nada têm a ver com o texto, mas sim com o número de mapas. Em contraste com o trabalho mais importante de Ptolomeu, o *Almagesto*, conhecido em todo o Ocidente devido à tradução para latim feita por Gerardo de Cremona (que, em 1172, o traduziu do árabe), o *Geographiké Uphégesis* de Ptolomeu, escrito em Alexandria no século II A.D. e conhecido na língua árabe desde o séc.

hipótese de que ao sul do Oceano Índico havia uma massa de terra. Então, no momento das Grandes Navegações, alguns mapas começaram a desenhar traços desse continente, mesmo sem ter certeza de sua origem e extensão.

O mapa mundi de Ortelius, originalmente publicado em 1570 na Antuérpia traz evidência da incerteza, onde toda a parte sul do planeta aparece como um imenso território denominado Terra Australis Incognita.

Figura 2: Abraham Ortelius – *Theatrum Orbis Terrarum*, 1570



Fonte disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nova_totius_Terrarum_Orbis_geographica_ac_hydrographica_tabula_\(Hendrik_Hondius\)_balanced.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nova_totius_Terrarum_Orbis_geographica_ac_hydrographica_tabula_(Hendrik_Hondius)_balanced.jpg)

A presença dessa área em diversos mapas representa o interesse de uma elite mercantil, num período que, cada território descoberto surgia uma possibilidade de extrair riquezas e impor domínios. Na medida que as navegações se expandem, novas representações foram surgindo e a terra ‘incógnita’ foi se remodelando. Um exemplo disso é a obra de Hendrik Hondius de 1630; o primeiro mapa datado publicado em um atlas e amplamente divulgado na Europa pela riqueza de informações, essencial naquele momento histórico.

A ‘Terra Australis Incognita’ aparece nas duas esferas do globo, demonstrando que ainda não havia um consenso sobre toda a área, mas já circulava uma ideia fixa de um território ao sul do oceano Índico e o seu nome fixou-se em diversos documentos.

IX, era praticamente desconhecido no Ocidente até ao início do séc. XV. Ver: CORTESÃO, Armando, "Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu", in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, V. XXXVI, 1964, p. 388-404.

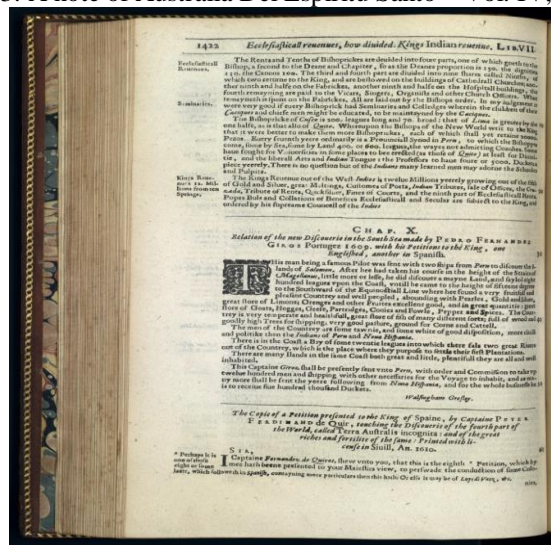
Figura 3: Hendrik Hondius - *Nova totius Terrarum Orbis Geographica Ac Hydrographica Tabula*, 1630



Fonte disponível em:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nova_totius_Terrarum_Orbis_geographica_ac_hydrographica_tabula_\(Hendrik_Hondius\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nova_totius_Terrarum_Orbis_geographica_ac_hydrographica_tabula_(Hendrik_Hondius).jpg)

A origem do nome Austrália, vem do latim “austral” ou “ao sul”. Embora tenha sido nomeado diversas vezes, o nome atual foi atribuído pelos holandeses que chamaram de *Australische* e traduzido pelos ingleses em um documento de 1625, escrito por Master Hakluyt³, intitulado "A note of Australia del Espíritu Santo". Ingleses estes que, no século XVIII tomaram posse do território e estabeleceram ali uma colônia.

Figura 3: A note of Australia Del Espiritu Santo – Vol. IV, p.1422



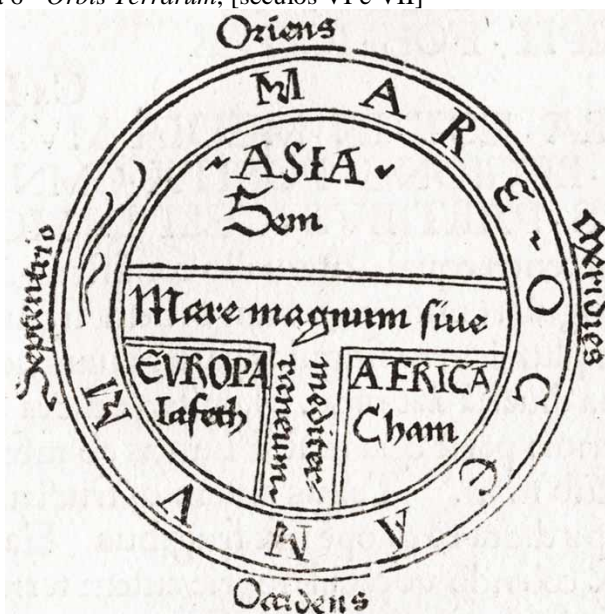
Fonte disponível em: <http://memory.loc.gov/service/rbc/rbdk/d0404/02951422.jpg>

³ Disponível no catálogo online da Library of Congress.
<https://catalog.loc.gov/vwebv/holdingsInfo?searchId=36500&recCount=25&recPointer=1&bibId=7737733>

Esse artigo intitulado “*As primeiras representações cartográficas da atual ‘Austrália’ em mapas dos séculos XVI e XVII*” procura refletir sobre a origem do descobrimento da Austrália e também como essas terras foram retratadas sob quatro fontes distintas. Destacamos três pranchas da Ilha de Java do ‘Atlas Vallard’ de 1547; o planisfério feito pelo português Manuel Godinho Eredia de 1601; um mapa de 1606 do cartógrafo espanhol Luiz Vaz de Torres; e o ‘Mapa do Mundo’ do francês Nicolas Desliens de 1566. Essas fontes nos mostram um panorama amplo sobre as intensas investidas ao sul do oceano Índico e os interesses de conquista pelos desbravadores que representavam interesses monárquicos, burgueses, nobres e clérigos. Para compreender toda essa dinâmica faz-se necessário vislumbrar o contexto das navegações e como essa prática remodelou o mundo.

O conhecimento acerca da geografia da Terra e dos oceanos era pouco até o século quinze. Na Idade Média os mapas produzidos na Europa eram apenas divididos em apenas três partes: Europa, Ásia e África. Os continentes eram cortados por mar ou rio, circundado por um grande oceano, criando um formato de “T-O”. Tomemos o mapa conhecido como “OrbisTerrarum” produzido entre os séculos VI e VII.

Figura 6 - *Orbis Terrarum*, [séculos VI e VII]



Fonte disponível em: <http://www.banrepcultural.org/historia-natural-politica/hnp-04.html>

As Grandes Navegações que se iniciam no século XV e a revolução científica, fruto do Renascimento, levaram a uma crescente elaboração de mapas com novas técnicas de desenhar o mundo. Dando crédito devido aos estudos e descobertas de Galileu Galilei sobre o movimento dos

astros e a elaboração de novos instrumentos de navegação como o astrolábio e bússola. Nesse contexto de inúmeras alterações vantajosas para nortear as viagens e desbravar os oceanos.

A produção de mapas só aumentou ao longo da Era Moderna, pois foi um período que houve grande necessidade dessa atualização das informações de rotas marítimas e novos territórios.

A História dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, lingüísticos, numéricos e temporais, como uma forma de saber espacial.⁴

A Cartografia produziu muitos exemplares manuscritos exclusivos e posteriormente, muitos mapas impressos. Esses documentos foram redesenhando o planeta gradativamente, na medida que descobriam novos territórios. Dessa forma, tornaram-se relíquias que, segundo Miceli, “Ali estão vestígios de humanidade e memória, já que os mapas, além de representarem espaços, são eles próprios lugares da História”⁵. A produção cartográfica desse período, baseava-se, em muitos casos, nos livros de viagem ou diários dos navegadores, que traziam em seus textos, as novidades e maravilhas das novas terras descobertas.

O contexto pode ser definido como as circunstâncias nas quase os mapas foram elaborados e utilizados. [...] isto implica reconstruir os quadros físicos e sociais que determinam a produção e o consumo dos mapas os acontecimentos que conduziram a essas ações, a identidade dos produtores e dos usuários dos mapas, e a maneira como eles percebiam o ato de produzir e utilizar os mapas num mundo socialmente construído.⁶

O uso de novas tecnologias e aprimoramento nos cálculos matemáticos facilitou não só a navegação, como também a produção cartográfica. Aventurar-se no mar era preciso e cada vez menos impreciso. Os avanços desta técnica foi consequência das navegações, dessa forma, os relatos de viajantes e navegadores fizeram surgir uma nova produção cartográfica, conhecidos como Mapas Portulanos⁷.

⁴ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>> Acesso em: 22 mar. 2015.

⁵ MICELI, Paulo. Mapa: Arte e Técnica. IN: Paulo MICELI (org.). Op. Cit.2002. p. 103.

⁶ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Revista Confins nº5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>.

⁷ A atribuição *Portulano* é oriunda dos portos ao longo da costa do Mediterrâneo e o litoral adjacente, soma-se a isso, o Mar Negro e a parte conhecida do Oceano Atlântico. Naquele momento, tais documentos passaram a conter ilustração detalhada da Rosa dos Ventos, que era um facilitador nas viagens por indicar pontos cardeais. Geralmente eram feitos em pele de carneiro, por isso tinham grande durabilidade; outro aspecto observado nesses mapas é a preocupação em marcar o litoral com mais detalhes possíveis, já que eram locais de comércio mais intenso. Essas cartas não possuíam projeção matemática, nem um conjunto de coordenadas geográficas (latitude e longitude), mas continham as informações que um viajante precisava para navegar pelo Mediterrâneo, Mar Negro e costas do Atlântico, até as ilhas britânicas. Ver BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. História da Expansão Portuguesa. Vol.I: A Formação do Império (1415-1570). Círculo de Leitores. Lisboa, 1998.p.33-41.

Nota-se que durante algum tempo a descrição desse território partia do imaginário medieval, dessa forma, até o século quinze não havia bases empíricas sobre o conhecimento do território da Austrália pelos europeus, apenas conjecturas que precisavam de comprovação. Para isso, as navegações pelo sul do Índico foram intensificadas, na medida em que os portugueses expandiram seu império para o Oriente e os mercadores europeus utilizaram as rotas marítimas para manter o intenso comércio que faziam com Índia e China. Há textos árabes e chineses que informam sobre uma massa de terra desconhecida ao sul da atual Indonésia, porém sem nenhuma evidência de ‘descoberta’, ou seja, não possuem descrições fidedignas ou detalhadas para justificar o desembarque de algum deles nas ditas terras austrais. Para apoiar a idéia de que os exploradores dessas regiões desembarcaram na Austrália.

Os séculos XVI e XVII foram o período da exploração dos oceanos, terras e, conseqüentemente, dos povos. Os impérios rivais buscavam não só as riquezas, com o prestígio da descoberta e conquista de territórios. Nesse período as embarcações que representavam Estados distintos se intensificaram pelo oceano Índico de forma mais sistemática. Desse encanto sugestionável surgiram os mapas que estamos investigando.

É imprescindível considerar que o termo ‘descobrir’ naquele momento histórico. Mais do que encontrar, o ato de descobrir um território suscitava uma certa burocracia para concretizar a chegada e torná-la memorável e histórica. Não bastava apenas marcar as coordenadas geográficas, havia necessidade de um registro formal, envio de tais informações ao monarca e assim que possível, um grupo de desbravadores para explorar as terras. Por fim, não menos importante, oficializar diante de outros Estados Nacionais a posse do território para que houvesse um reconhecimento das outras nações a fim de minimizar as invasões estrangeiras.

A descoberta da Austrália já foi atribuída aos holandeses e portugueses. Esse artigo propõe uma discussão mais vertical no sentido de apreciar os primeiros documentos em que há uma delimitação mais específica do território, com medições geo-cartográficas que nos fazem entender quais seriam as representações mais antigas e verossímeis do território, ou seja, tais documentos ilustram o contorno ou partes da costa feitas por cartógrafos que estiveram lá, ou receberam informações oriundas de navegadores que estiveram naqueles mares.

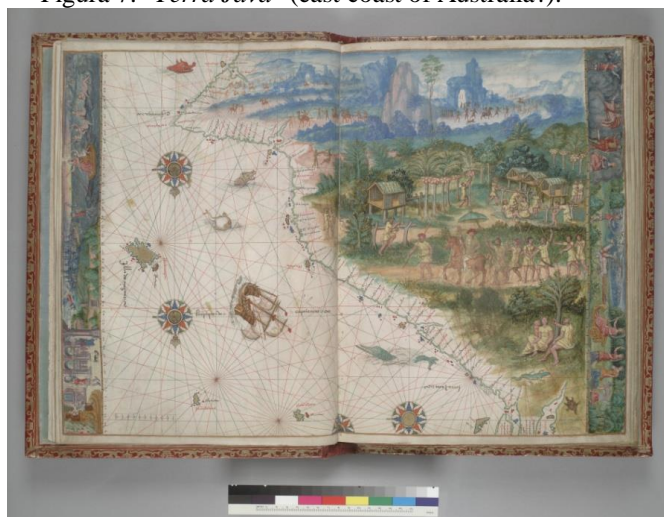
Segundo Cortesão⁸ há roteiros de viagens ao sul do arquipélago asiático e que consta na obra de João Afonso (*Jean Alphonse*), intitulada *Voyages Aventureux*, de 1527, no qual afirma ser uma

⁸ CORTESÃO, Armando. Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo). Lisboa, Seara Nova 1935.

vasta ilha de ‘homens brancos’ que se estende até o Trópico de Capricórnio, além de coordenadas geográficas que só podiam ser obtidas a partir da medição no local.

O documento mais antigo e detalhado do território da atual Austrália é o Atlas Vallard⁹ de 1547 (Figuras 7, 8 e 9). Nesse conjunto de cartas possui três pranchas intituladas ‘Terra Java’ e ‘La Java’, o sul aparece no topo e exibe topônimos que são quase inteiramente em português; indica escala de latitude nas margens laterais. No interior das cartas, há uma variedade de ilustrações coloridas no interior da ilha, com seus nativos entre as paisagens.

Figura 7: "Terra Java" (east coast of Australia?).



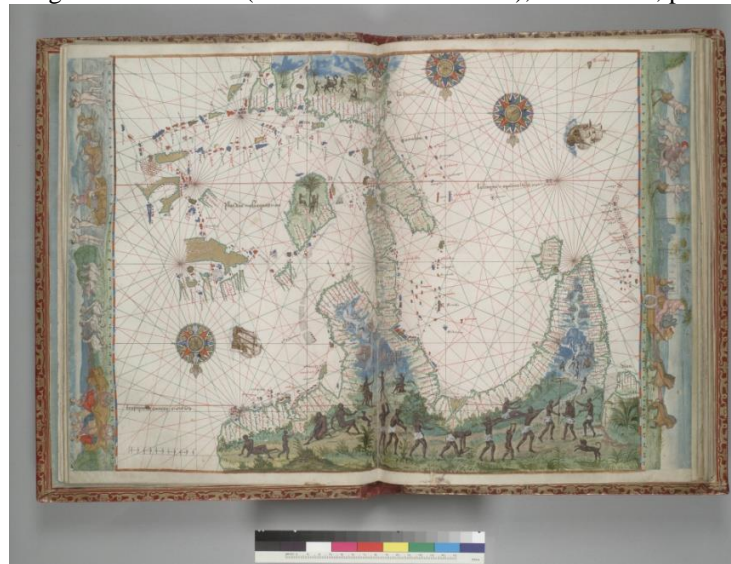
Fonte disponível em: http://ds.lib.berkeley.edu/HM00029_43

Detalhe do oceano Pacífico, ilhas, imagem de embarcação portuguesa e monstros marinhos. Na costa, diversos topônimos, marcação de enseadas e rios. No interior, a fauna e a flora são representadas, o relevo tem destaque e os nativos aparecem em cenas cotidianas.

A prancha abaixo, no centro, o Mar de Timor destaca-se com duas embarcações, três rosa dos ventos, arquipélagos e as ilhas maiores como Molucas e ‘Sumatra’. Os personagens ilustrados possuem a cor mais escurecida que na prancha anterior e no interior exibe castelos parte das penínsulas.

⁹ Este atlas anônimo contém 15 cartas náuticas ricamente ilustradas, bem com informação náutica, tabelas de declinações, etc. O seu primeiro proprietário conhecido foi Nicolas Vallard de Dieppe, escrito na sua página de rosto. Inclui imagens míticas nas bordas e dentro dos territórios, representa povos nativos, processo de colonização, etc. Atualmente, pertence ao acervo do Instituto Huntington na Califórnia, nos Estados Unidos. Disponível em: <http://catalog.huntington.org/search?Xvallard&SORT=D/Xvallard&SORT=D&SUBKEY=vallard/1%2C7%2C7%2CB/frameset&FF=Xvallard&SORT=D&7%2C7%2C>

Figura 8: "La Java" (north coast of Australia?), East Indies, part of Asia.



Fonte disponível em: http://ds.lib.berkeley.edu/HM00029_43

Figura 9: "Terra Java" (west coast of Australia?).



Fonte disponível em: http://ds.lib.berkeley.edu/HM00029_43

Mostra parte do oceano Índico, uma carreira de rosa dos ventos, uma embarcação e animais marinhos. A população nativa dessa prancha assemelha-se ao da figura 7 "Terra Java", uma imagem bucólica do território, porém nos chama atenção a ilha ao lado direito do documento, que traz uma cena de canibalismo.

O Atlas Vallard fundamenta a tese de Peter Trickett, na obra *‘Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia 250 anos antes da chegada do Capitão Cook’*. O autor passa a defender a teoria da precedência portuguesa na descoberta da Austrália. Destaca os topônimos e linhas como “bem

delineadas e generosamente dotadas de topônimos de origem portuguesa”¹⁰, com cerca de 120 nomes portugueses.

Segundo Trickett, a costa leste da Austrália (figura 7) é descrita com precisão geográfica e em português, o que pode comprovar a presença de navegadores portugueses naqueles mares. Destaca o viajante Christopher de Mendonça que comandou uma frota de quatro navios até a Baía de Botany em 1522, segundo relatos. O que seria cerca de 250 anos antes da chegada dos ingleses representados pelo capitão James Cook.

Ainda no século dezesseis, o mapa-mundi do francês Nicolas Desliens também retrata o território da atual Austrália. Os exploradores franceses desempenharam um papel significativo no mapeamento da costa dessa ilha. Esse planisfério é também um mapa portulano. Nele, pode-se ver um desenho de parte da costa da costa da ‘Austrália’ denominado ‘Java La Grande’, apresenta localizações hidrográficas de estreito, mares, rios e recifes. Há contorno de uma entrada semelhante a Baía de Botany e a cadeia de Abrolhos.

Figura 10: Nicolas Desliens – [Planisfério]i, 1566.



Fonte disponível em: <https://enacademic.com/dic.nsf/enwiki/1077474>

No interior, realça algumas indicações altimétricas de relevo e ilustração de três bandeiras fincadas em pontos da costa para determinar domínios. Outra característica é o sul na parte superior, o realçando a parte que chama a atenção do leitor. O território está desproporcional ao seu tamanho original e o Pacífico não aparece em sua plenitude, nem a costa sul da ilha. Não há muitas informações sobre Nicolas Desliens, mas a característica de sua produção cartográfica vem de

¹⁰ TRICKETT, Peter. *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia, 250 anos antes da chegada do Capitão Cook*, Tradução de Luís Santos, Porto, Edições Asa, 2008, p. 29.

Dieppe¹¹ e, segundo Cortesão¹², as informações em português que aparece em seus mapas demonstra que o cartógrafo se inspirou em mapas portugueses anteriores.

No início do século XVII, em 1601, o malaio Manuel Godinho de Erédia¹³ produziu um mapa “Luca Antara foi descuberta o anno 1601 per Ma noel (sic) Godinho de Evedia (sic) per mandate (sic) do Vico (sic) Rey Aives (sic) de Saldana (sic)”. Esse documento que encontra-se no Museu Britânico foi descoberto pelo inglês Richard Henry Major, aponta 16° graus de latitude meridional, coordenada da atual Austrália.

Figura 11: João Teixeira Albemaz, de 1630 - [Cópia do Mapa de Erédia de 1601]



Fonte disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30033/1990>

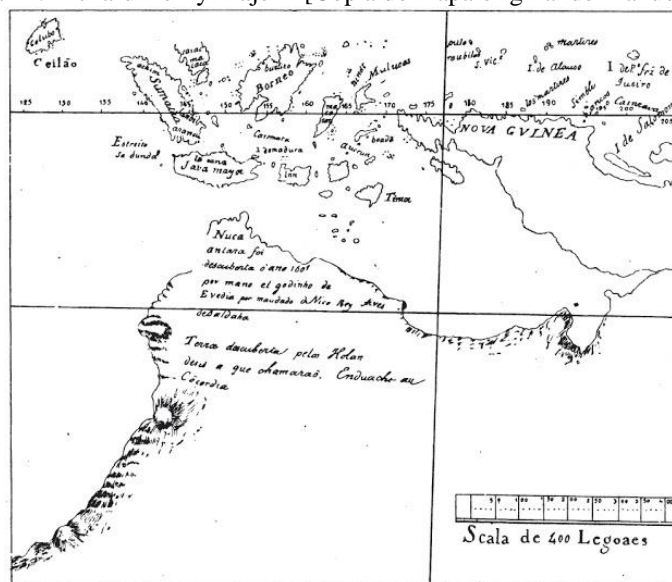
¹¹ Os mapas de Dieppe são uma série de mapas produzidos em Dieppe, França, nas décadas de 1540, 1550 e 1560. Eles são de grande importância para o estudo de cartografia moderna. Essa casa de produção elaborou mapas, encomendados para patronos ricos e reais, incluindo Henry II de França e Henrique VIII da Inglaterra. A escola de cartógrafos de Dieppe incluía Pierre Desceliers, Jean Rotz, Guillaume Le Testu, Guillaume Brouscon e Nicolas Desliens. A prolífica escola de mapas Dieppe ao norte da França produziu mapas escritos em francês, português ou português galego. Uma característica comum da maioria dos mapas de Dieppe são as rosas dos ventos, bússola e linhas de rumo de navegação, sugestivo de uma carta portulana ou marítima. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/15490/#contributors=Desliens%2C+Nicolas%2C+active+1541-1566> <Acesso em 19 de Setembro de 2019>

¹² CORTESÃO, Armando. *Esparsos*. Vol.III. Universidade de Coimbra. Coimbra, 1975. P. 316
Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=2PbNS0LHn60C&pg=PA316&lpg=PA316&dq=Nicolas+Desliens&source=bl&ots=R5qcwtfLS&sig=ACfU3U2VqhbF10eqVM5_yU2nqxR3c_DNnw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiZvpupiejkAhVsIrkGHdmBB2UQ6AEwD3oECAkQAQ#v=onepage&q=Nicolas%20Desliens&f=false <Acesso em 20 de Setembro de 2019>
P. 316

¹³ Nasceu em 1563 em Malaca, província de domínio português. Estudou em colégio dos jesuítas e passou um tempo no seminário da ordem. Foi cosmógrafo-mor da Índia e teve a incumbência de navegar pelo sul do oceano Índico nas chamadas terras Austrais. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30033/1990>

O contorno do território da ‘Terra Incognita Austral’ ou ‘Nuca Antara’ é semelhante a geografia do território, os detalhes topográficos que carta geográfica de Erédia explicita têm muitas coincidências com o Austrália. O documento desse cartógrafo malaio serviu de modelo à carta de João Teixeira Albemaz II, e esta, por sua vez, ao exemplar feito pelo inglês Major, no qual, enfatizou a primazia portuguesa naquela massa de terra, sob a figura de Manuel Godinho de Erédia.

Figura 12: Richard Henry Major - [Cópia do mapa original de Manuel Godinho Erédia, 1601]



Fac simile de uma porção do mappa Ms. que se acha no Museu Britannico.

Fonte disponível em <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30033/1990>

O pesquisador Richard Henry Major¹⁴, grande estudioso sobre a descoberta da Austrália, encontrou o documento do Albemaz que atribuía ao Erédia a chegada à terra que chamou de Nuca Antara. Esse documento foi copiado pelo cartógrafo-mor de Portugal, Albemaz no século XVII em seu atlas “*Taboas geraes de toda a navegação, divididas e emendadas por Dom Ieronimo de Attayde com todos os portos principaes das conquistas de Portugal delineadas por Ioão Teixeira cosmographo de Sua Magestade, anno de 1630*”.

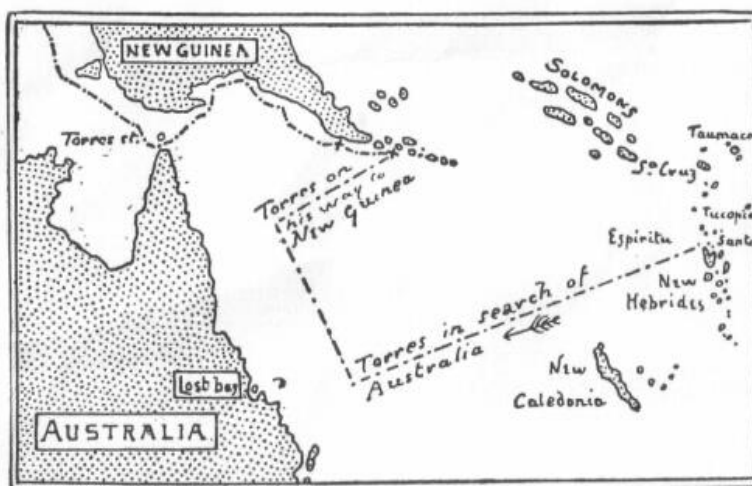
Vale lembrar que a família Albemaz trabalhou por mais de um século para a monarquia portuguesa, e muitos dos documentos que produziram eram tidos como segredos de Estado por conter informações sigilosas sobre rotas marítimas, comerciais e novos territórios, sendo assim, um documento feito no início do século XVII, produzido no Oriente português, carecia de grande

¹⁴ Richard Henry Major (1818 - 1891) foi um geógrafo e bibliotecário de mapas que curou a coleção de mapas do Museu Britânico de 1844 até sua aposentadoria em 1880. MAJOR, Richard Henry. *A descoberta da Austrália pelos portugueses em 1601: cinco anos antes da descoberta mais antiga até agora registrada: com argumentos a favor de uma descoberta anterior pela mesma nação, no início do século XVI*. Londres: JB Nicholls and Sons, 1861.

sigilo. Essa informação é relevante porque há fontes que relatam a necessidade de manter essas informações em segredo de Estado, isso pode justificar o porquê Portugal não tenha reivindicado a descoberta da Austrália antes dos holandeses.

Outro mapa que merece nossa atenção é do navegador Luís Vaz (ou Váez) de Torres¹⁵. Segundo registros, ele foi capitão da expedição espanhola que navegou pelas águas do sul do Índico e descobriu o estreito que separa o continente da Austrália da ilha da Nova Guiné e que recebeu seu nome, Estreito de Torres. O capitão espanhol navegou não só pelas Terras Austrais, esteve em rotas marítimas na parte sul do continente americano.

Figura 13: Luiz Váez de Torres – *Australia*, 1606.



Fonte disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/30/Torres-map.jpg>

Em 1605 uma expedição partiu de Callao, no Peru, com o segundo oficial no comando Luis de Torres que seguiram rumo a oeste pelo Pacífico em direção à Oceania, mais precisamente na costa leste da Austrália, chegando em 1606. Certo de que o território era uma grande ilha, navegou até a costa sul da Nova Guiné. Os registros de viagem discorrem sobre dois meses percorrendo os recifes e ilhas do estreito. Após sua estada naquele espaço recém-descoberto, ele navegou até as Filipinas.

Há outros mapas que contam as aventuras de navegadores europeus, chineses e árabes detalham as viagens pelas águas onde o Índico e o Pacífico se encontravam. Um Novíssimo Mundo foi sendo descoberto e desenhado. Mesmo sem perceber a complexidade das descobertas, os cartógrafos contribuíram significativamente para a História da Austrália no sentido que deixou de

¹⁵ Luis Váez de Torres (1565 - c.1607) foi um explorador espanhol entre a segunda metade do século XVI e início do XVII.

ser uma massa de terra idealizada na antiguidade clássica, representada no imaginário medieval e uma realidade visível na idade moderna.

Em suma, os documentos cartográficos usados nesse artigo nos dá um pequeno vislumbre da vastidão de fontes que nos mostram que a chegada do Capitão Cook foi uma ação articulada da coroa inglesa para se apropriar de um território já conhecido e documentado por cartógrafos de origens e momentos distintas.

Referências

Atlas Vallard Disponível em: http://dpg.lib.berkeley.edu/webdb/dsheh/heh_brf?CallNumber=HM+29

ALBUQUERQUE, Luís de “Cartografia Portuguesa”, in Luís de Albuquerque [dir.], *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 213-216.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*. Vol.I Círculo de Leitores. Lisboa, 1998

COOPER, H.M. "Flinders, Matthew (1774 - 1814)". *Dicionário australiano de biografia*. Camberra: Universidade Nacional Australiana . 1966.
<http://www.adb.online.anu.edu.au/biogs/A010364b.htm.htm> .

CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969-1970.

_____. *Esparsos*. Vol.III. Universidade de Coimbra. Coimbra, 1975.

Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=2PbNS0LHn60C&pg=PA316&lpg=PA316&dq=Nicolas+Desliens&source=bl&ots=R5qcwtfLS&sig=ACfU3U2VqhbF10eqVM5_yU2nqxR3c_DNnw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiZvpupiejkAhVsIrkGHdmBB2UQ6AEwD3oECAkQAQ#v=onepage&q=Nicolas%20Desliens&f=false <Acesso em 20 de Setembro de 2019>

_____. "Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu", in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, V. XXXVI, 1964.

CORTESÃO, A. & TEIXEIRA DA MOTA, A. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1960.

EDSON, Evelyn. *Mapping time and space: How medieval mapmakers viewed their world*. Londres: The British Library, 1997.

FORNASIERO, Jean; Monteath, Peter; West-Sooby, John. (2004). *Encontro Terra Australis: as viagens australianas de Nicholas Baudin e Matthew Flinders* . Kent Town, SA: Wakefield Press.

MACKNIGHT, C.C. *The Voyage to Marege: Macassan Trepangers in Northern Australia*. Melbourne University Press. 1976.

MAJOR, Richard Henry. *A descoberta da Austrália pelos portugueses em 1601: cinco anos antes da descoberta mais antiga até agora registrada: com argumentos a favor de uma descoberta anterior pela mesma nação, no início do século XVI* . Londres: JB Nicholls and Sons, 1861.

_____. As primeiras viagens à Terra Austrália, agora chamada Austrália . Londres: Sociedade Hakluyt, 1859.

_____. *A vida do príncipe Henrique de Portugal apelidou o navegador e seus resultados: compreendendo a descoberta, em um século, de metade do mundo. Com novos fatos na descoberta das Ilhas Atlânticas. Uma refutação das reivindicações francesas de prioridade na descoberta. Conhecimento de português (posteriormente perdido) dos lagos do Nilo; e a história do nome da América.* Londres: A. Asher & Co, 1868.

_____. *O descobrimento da Austrália pelos portugueses em 1601. Cinco annos antes do primeiro descobrimento até então mencionado. Com argumentos a favor do previo descobrimento pela mesma nação no principio do seculo XVI.* Communicado á sociedade dos antiquarios de Londres pelo sr. Richard henry major, esq. F. S. A. E por elle offerecido à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Traduzido de ordem da mesma academia. Pelo socio effectivo D. José de Lacerda. Lisboa Typographia da Academia, 1863. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/29428/29428-h/29428-h.htm>

MOTA, Avelino Teixeira da, “Cartografia e cartógrafos portugueses”, in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol I, Porto, Livraria Ferreirinhas, [s.d.], pp. 500-506.

MOTA, Avelino Teixeira da, CORTESÃO, Armando, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols, Lisboa, 1960.

SERLE, Percival. "Flinders, Matthew" . *Dicionário de biografia australiana* . Sydney: Angus e Robertson, 1949 . <http://gutenberg.net.au/dictbiog/0-dict-biogF.html#flinders1> . <Acesso em 14 de setembro de 2019> . <http://catalogue.nla.gov.au/Record/1157394>

TRICKETT, Peter. *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia, 250 anos antes da chegada do Capitão Cook*, Tradução de Luís Santos, Porto, Edições Asa, 2008

VARGAS, Héctor Mendoza. *Mapas da Metade do Mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI-XIX.* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Lisboa/Ciudad de México, 2010

VELOSO FILHO, F. *A forma, dimensões e feições gerais da Terra: da antiguidade ao renascimento.* Mercator, Fortaleza, volume 9, número 18, p. 183 a 194, janeiro/abril, 2010. Disponível em: http://www.lethist.lautre.net/img_cartes/mercator_1569.

WOODWARD, David (eds). *The history of cartography; cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean.* Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

MESA 4

História e Produção Literária

Debatedores:

Ana Carolina Huguenin (FFP/UERJ)

Iza Quelhas (FFP)

Casa de pensão de Aluísio Azevedo: percepções sobre o Rio de Janeiro e sua capitalidade

Jéssica Ramalho Crispiniano

Mestranda no PPGHS/UERJ, bolsista CAPES
Orientada pela Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

O livro *Casa de Pensão* é baseado em um caso que teve forte cobertura da imprensa na época. O caso ficou conhecido como “Questão Capistrano”. O caso ocorreu no Rio de Janeiro, por volta de 1876-1877, período em que Azevedo vivia na Corte. Tratava-se da disputa entre dois estudantes que acabou em tragédia. A senhora D. Júlia Clara Pereira sustentava seu casal de filhos, Júlia e Antônio, com seu salário de professora de piano. Ao mudar-se para uma casa maior, decidiu por aceitar pensionistas. Um deles era o colega do filho João Capistrano da Cunha. Nasceu um flerte ente Júlia e João que terminou em defloração e promessas de reparação proteladas. Antônio levou o caso ao tribunal, porém João foi absolvido e Antônio o matou após a sua absolvição. (DIMAS, 1980, p. 32).

Na obra *Casa de Pensão* há também, como na Questão Capistrano, uma pensão, uma jovem de nome Amélia e seu irmão conhecido como Coqueiro. Amâncio é o colega de Coqueiro que passa a ser pensionista em sua casa. Amâncio se envolve com Amélia, porém nesse caso não é um defloração, é uma armação da família de Coqueiro para que a jovem possa se casar com Amâncio, devido ao interesse que a família tem em sua fortuna. O plano não funciona e termina na justiça com a absolvição de Amâncio seguida de sua morte e depois absolvição de Coqueiro. O que se quer destacar é a relação desses personagens entre si e com a cidade do Rio de Janeiro. Amâncio é um jovem rico, criado na província do Maranhão, ele vai para o Rio de Janeiro para estudar medicina e ao chegar lá se depara com uma realidade da qual ele só havia, até então, imaginado e ouvido falar. (AZEVEDO, 2006).

O que ocorre na trama de Azevedo pode ser comparado com o que Candido (1970 p.72) explica a respeito de outra obra, Memórias de um Sargento de Milícias, de Manoel Antônio de Almeida, segundo ele “[...] a operação inicial do ficcionista teria consistido em reduzir os fatos e os indivíduos a situações e tipos gerais [...]”. Pode-se entender que através da ficção Azevedo (2006) critica determinados perfis da sociedade que são configurados em personagens.

De acordo com Pesavento (2006) que pontua algumas razões para utilização da literatura como fonte, a literatura possibilita o acesso ao imaginário, ao intangível, e pode ser um suporte que orienta o historiador para outras fontes que ele não enxergaria por si só, servindo como um guia para novos traços e pistas. Além disso, ela também explica que os escritores de ficção contextualizam seus personagens e acontecimentos, para garantir o aval do público.

A ideia deste trabalho é compreender um pouco desse Rio de Janeiro retratado na Obra *Casa de Pensão*. Para entender um povo ou cidade, de acordo com Azevedo (2002) é importante observar sua historicidade. Para Facina (2004), “É preciso entender a lógica das visões de mundo, dos juízos de valor e das opiniões políticas que os escritores elaboram em seus textos”.

O autor da obra *Casa de Pensão*, Aluísio Azevedo, nasceu no Maranhão, porém estava no Rio de Janeiro no início de sua jornada como escritor. Dessa forma o autor circulava em ambientes bem distintos. Enquanto no Rio de Janeiro convivia com intelectuais, e colaboradores da imprensa, inflados pelos pensamentos europeus e republicanos, a realidade do Maranhão era diferente. Aluísio de Azevedo vivenciou o Rio de Janeiro da segunda metade do Século XIX, e apesar de não haver menção do ano em que a trama de *Casa de Pensão* ocorre, compreende-se através de sua análise que a narrativa se dá no mesmo recorte temporal.

Com efeito, tentamos elaborar uma breve contextualização do período da obra *Casa de Pensão*. Pode-se dizer que o século XIX foi marcado por mudanças e contradições. Sendo o grau de algumas dessas mudanças demasiado elevadas para continuar convivendo com as permanências no mesmo espaço, e para serem absorvidas pelo sistema vigente.

A emergência da burguesia, e o desenvolvimento do meio urbano causaram uma mobilização nas formas de comunicação.

Segundo Abreu (2013, p.31), os processos sociais dotam o espaço de significado social, assim como este influencia esses processos. “Esta influência do espaço é determinada, principalmente, pela permanência de formas anteriores, que tanto podem se constituir em barreiras ao desenvolvimento de novos processos, como podem facilitá-los.” A evolução de um momento de organização social para outro, por sua vez, é função de modificações ocorridas nesses sistemas que compõem a sociedade. Essas modificações podem, decorrer do fato de a evolução diferenciada desses sistemas ter chegado a um grau de contradição insustentável, ou podendo ainda refletir um reajuste ou recomposição da estrutura anterior. (ABREU 2013, p. 31).

O século XIX é marcado pelo advento da modernidade, no Rio de Janeiro pode-se destacar além de muitas outras mudanças, aquela que foi amplamente analisada por Abreu (2013), a evolução dos meios de transporte coletivos, que foi de grande importância para a expansão da cidade. Além disso, havia a partir de meados do século investimentos em outros serviços públicos como esgoto, gás, etc. O autor também destaca contradições que viriam a se agravar cada vez mais nesse século. A maioria da população do Rio de Janeiro era escrava. Segundo Pesavento (1995), a modernidade no Rio de Janeiro foi encorajada pela emergência da burguesia em um país de raízes coloniais e escravistas. Alguns autores como Azevedo (2016, p. 32) destacam o ano de 1870, devido aos movimentos republicano e abolicionista que “despontavam no cenário político

do Rio de Janeiro”.

Segundo Mello (2008), o ano de 1870 foi o ano da expansão de uma nova cultura que abria caminho para o pensamento republicano, que a autora aponta estar fortemente associado à modernidade, chegando a declarar que “república foi o nome brasileiro da modernidade.” (Mello 2008, p.31). Ainda segundo a autora, os homens dessa geração se declaravam “livres pensadores” fazendo referência a não submissão mental à Igreja.

Apesar das contradições já existentes no período em que a trama se passa, é possível identificar a atração que a cidade do Rio de Janeiro exercia naqueles que viviam em outras províncias. Essa atração, ou esse interesse que a cidade do Rio de Janeiro despertava pode ser atribuído a sua capitalidade.

Para dar corpo a essa discussão será feita uma breve conceituação do termo capitalidade, a fim de entender a posição da cidade do Rio frente ao restante do país e ao cenário internacional no século XIX.

De acordo com Pesavento (1995) o Rio de Janeiro possui uma “identidade atávica” que confunde o Rio com nação, compreendendo o Rio de Janeiro como cidade que se propunha a ser a própria imagem do Brasil.

Ao refletir a respeito do conceito de “capitalidade”, é importante compreender que conceitos possuem suas particularidades. De acordo com Koselleck (1992) não é qualquer palavra que pode ser considerada um conceito. Ao sopesar o fato de que o conceito possui uma historicidade, entende-se que não é apenas um fenômeno linguístico, indica algo que vai para além da língua. Portanto, compreende-se a necessidade de uma análise cuidadosa antes de lançar mão de certas palavras, pois quando se trata de um conceito é importante verticalizar seus usos distintos, e as abordagens dos diferentes autores no que se refere ao seu sentido. No caso dos autores selecionados para este trabalho, o termo capitalidade é analisado em diferentes temporalidades e contextos. A capitalidade é uma característica que começa a se desenhar em algumas cidades de acordo com acontecimentos e a posição que a mesma vai assumindo. Segundo Azevedo (2002), a capitalidade é:

[...] fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas ideias por parte de uma cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma melhor capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recebe. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem sua influência. (AZEVEDO, 2002, p. 45).

Já para Santos (1999) apud Tavares (2004, p. 76) o conceito de capitalidade “[...] pode ser definido como a coincidência entre o poder político e os organismos administrativos centrais cujo alcance ultrapassa a cidade onde se situam, repercutindo por todo o império.” De acordo com Souza (2009) capitalidade implicaria em “[...] ter a capacidade em sintetizar perspectivas e anseios nacionais, homogeneizar hábitos, projetar a imagem de autoridade do Estado e, ao mesmo tempo, diluir as tensões políticas e sociais, dando coesão interna e singularidade ao país.” Considerando que a abordagem de Neves (1991) sobre o conceito de capitalidade também foi utilizada nesse trabalho é interessante verificar essa definição da autora que foi publicada em uma matéria para o Jornal da PUC, cujo autor é Macedo (2015). Nesta matéria Neves observa que “durante esse período do início do século XIX, começou a se desenhar algo importante na história do Rio, a qualidade de ser uma capital.” A cidade ganha feições novas para poder ser capital. Começa a se desenhar algo muito importante na história do Rio de Janeiro, que é a sua “capitalidade”. Mesmo a despeito do fato de a capital político-administrativa ter ido para Brasília, no sentimento dos moradores da cidade, essa marca de capital em muitos aspectos para o Brasil, que começa a se desenhar na vinda da Família Real, e que se consolida no Império, é muito importante. (MACEDO, 2015).

Através da análise das abordagens de alguns dos autores acima citados foi possível delinear as seguintes categorias: a posição administrativa da cidade. Essa categoria foi criada ao observar a associação quase natural que se faz do termo capitalidade com a condição administrativa de uma cidade. Porém a divergência no se refere a esse liame. Para Azevedo (2002), o fenômeno da capitalidade não é uma consequência do fato de ser capital. “(...) no concernente ao fenômeno da capitalidade, uma cidade pode tê-la sem, contudo, ser capital, como são os casos de Barcelona e Nova Iorque.” (AZEVEDO, 2002. p. 52) Segundo o autor a cidade do Rio já possuía capitalidade desde os tempos coloniais, porém ele deixa claro que a capitalidade do Rio vai se modificando e se remodelando conforme os novos papéis a ela designados.

Pode-se notar um posicionamento parecido no que esse refere ao trabalho de Neves, embora a autora faça uma associação direta a respeito do surgimento da capitalidade de uma cidade para que ela se torne capital, ao mesmo tempo ela demonstra que essa capitalidade pode manter-se a despeito do fato de a cidade ser a capital político-administrativa. Mesmo a despeito do fato de a capital político-administrativa ter ido para Brasília, no sentimento dos moradores da cidade, essa marca de capital em muitos aspectos para o Brasil, que começa a se desenhar na vinda da Família Real, e que se consolida no Império, é muito importante. (NEVES apud MACEDO 2015). Já na obra de Santos (1999) é possível observar que autora

caracteriza o termo conectando-o necessariamente ao fato da cidade ser o espaço central da administração do Estado. Segundo ela a capitalidade de uma cidade está associada com a sedentarização do rei em um espaço urbano específico. Com efeito entende-se que a posição administrativa da cidade é importante para os três autores, porém para Azevedo (2002) e Neves apesar dessa posição ser uma das possíveis motivações para o desenvolvimento da capitalidade, ela não é indispensável. Já para Santos (1999) a capitalidade está necessariamente associada à presença do rei.

Outra categoria utilizada para essa análise foi a influência sobre as outras cidades do Estado. Os três autores discorrem sobre a ideia de referencial que uma cidade com capitalidade transmite. Em sua obra Neves (1991) faz uma metáfora utilizando o relógio para demonstrar essa referencialidade, na qual, a hora do Rio representa o modelo das ações a serem seguidas pelo resto país. “Era efetivamente pela hora do Rio de Janeiro que o Brasil acertava seus ponteiros.” (NEVES, 1991, p.65). Na obra de Santos (1999, p. 34) também é possível observar o papel de referência que é atribuído a uma cidade com capitalidade. “Assim, o conceito de capitalidade pressupõe que se atente simultaneamente a existência de um Estado polarizador, e como tal, produtor de mecanismos de influencia sobre a periferia, ou seja, sobre o restante território que faz parte deste mesmo Estado.” De acordo com Azevedo (2002) também compõe o que ele chama de fenômeno da capitalidade essa característica de ser referência para as demais cidades do território. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem sua influência. (AZEVEDO, 2002, p. 45).

Também foi utilizada para a análise a categoria: relação de interdependência com outras cidades do Estado. A relação que uma cidade dotada da capitalidade mantém com as outras cidades do território do Estado é sem dúvida um ponto importante pra os três autores, porém os moldes nos quais essa relação se dá podem ser diferenciados em cada definição. Segundo Santos (1999, p.34) há risco de enfraquecimento da eficiência da capitalidade caso haja quebras e rupturas nas relações centro e periferia. Já na obra de Neves (1991, p. 64) essa relação é mencionada, especialmente nesse sentido da referencialidade, já abordado anteriormente, dando ênfase a função da cidade antecipar o futuro, um modelo a ser seguindo para o resto do país. Nesse quesito a perspectiva de Azevedo (2002) se diferencia um pouco da descrita pelos outros. O autor atribui à característica da capitalidade a forte ligação que a cidade do Rio mantém com o restante do mundo, destacando inclusive a independência da

cidade com relação ao restante do país. Apesar disso, o autor demonstra em sua obra que a capitalidade do Rio de Janeiro vai se transformando de acordo com acontecimentos que modificam sua condição, como a transformação da cidade em capital do Vice-Reino no século XVIII, a chegada da corte Em 1808 e mais tarde a elevação da cidade a capital do Reino além de outros acontecimentos posteriores, porém sempre reforçando a sua capitalidade.

Foi analisada também a categoria: ser porta de entrada de conteúdo internacional. Como destacado por Azevedo (2002) neste trabalho, para o autor a capitalidade está diretamente ligada ao papel da cidade de recepcionar conteúdos internacionais e redistribuir para as outras cidade. A importância dessa característica é tão grande para o autor que ela se encontra em sua definição mais enxuta do termo.

[...] fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas ideias por parte de uma cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo as suas congêneres e uma melhor capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recepciona. (AZEVEDO, 2002, p. 45).

Apesar da ênfase uma pouco mais intensa que o autor atribui a esse quesito, outra autora também entende esse traço como aspecto importante da capitalidade. Neves (1991, p.

64) fala sobre a questão da referencialidade já citada, porém associando-a a captação das ideias internacionais, a exemplo no caso do Rio de Janeiro, das ideias europeias que remodelam a capital a fim de antecipar para o resto do país o sonho da metrópole “civilizada, “progressista” e “ordenada.”

E por fim a categoria a ser analisada seria: o papel de representante do Estado. As obras dos dois autores Neves (1991) e Azevedo (2002) consideram essa questão da representatividade, no sentido de que a capitalidade é um traço da cidade que representa o país. Segundo Neves (1991, p.55):

Os textos produzidos na virada do século no Rio de Janeiro trazem muitas vezes um deslocamento discursivo eloquente: referidos a cidade em particular, terminam por incluir em suas reflexões o país em seu conjunto, passando indistintamente da parte para o todo e vice-versa.

Já na perspectiva de perspectiva de Azevedo (2002) essa característica de representar o país “metonímia do país” é atribuída à outra característica, a centralidade¹, embora essa também seja comum às cidades dotadas de capitalidade. Pois ao ponderar a análise de

¹Conceito definido por Azevedo (2002, p. 52) como “(...) a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país.”

Azevedo (2002) sobre capitalidade, observa-se que para ele a capitalidade vai se desenvolvendo e ganhando e perdendo características, o que demonstra que para ele não se trata de um termo engessado. Algumas vezes o autor a fim de explicar esse desenvolvimento da capitalidade no que se refere ao Rio de Janeiro, aborda o termo dividindo-o em fases, ele fala de uma “capitalidade primeva” ou seja aquela já existente a partir do primeiro recorte temporal por ele examinado e capitalidade que foi de desenvolvendo juntamente com o desenvolvimento da cidade.

Com efeito, compreendendo a capitalidade como razão para a sua atratividade, pode-se aprofundar essa análise tendo em vista outra perspectiva como a do turismo. Em seus estudos sobre a sociedade Urry (1990, 1995) se concentra no fenômeno do turismo, entendendo que o consumo dos turistas não pode ser separado das relações sociais. Embora o personagem Amâncio de Casa de Pensão não possa ser caracterizado como turista, ele por ser um forasteiro quando se tem o Rio como referência pode ser comparado ao turista. Além disso, o estudo da cidade enquanto fator de atratividade aproxima-se dos estudos do turismo tendo em vista que ambos estão relacionados às percepções da alteridade. Para Urry (1995), os lugares podem ser literalmente consumidos.

Amâncio possui uma perspectiva parecida com a do turista. Pois enxerga a cidade por um prisma diferente de seus habitantes. Enquanto os habitantes da cidade estão mais conscientes da “ordem produtiva”, portanto, muito mais preocupados com a perseguição de interesses econômicos e de poder, Amâncio está em busca de prazer. Estes trechos da obra Casa de Pensão demonstram a inquietude de Amâncio na província “Jugou-se infeliz, sacrificado nas suas aspirações, no seu ideal. Precisava viver gozar, gozar sem limites!” (AZEVEDO, 2006, p. 27). Para Amâncio o Rio de Janeiro seria a realização de seus anseios. “A Corte, sim! É que lhe havia de proporcionar boas conquistas. ‘Ia principiar a vida!’ E nessa disposição, chegou ao Rio de Janeiro.” (AZEVEDO, 2006, p.29). Tanto Amâncio por ter acabado de chegar a Corte, onde a modernidade já começou a se fazer presente de forma mais incisiva do que na província da onde vem, como o turista por está fora do seu tempo de produção, por estar em seu tempo de lazer, enxergam a cidade sob outra óptica. Amâncio chega à cidade com expectativas daquilo que ouviu sobre ela, ele tem em sua mente uma cidade imaginada. As suas primeiras impressões da cidade, não são impressões de turista, por que, sua experiência é de habitante. Segundo Sarlo (2014), o uso que o turista faz da cidade é diferente do uso dos habitantes, pois os habitantes fazem dela um uso econômico ou de trabalho, enfrentando hostilidades que não são enfrentadas pelo turista.

O turista vai a locais específicos, não tem que parar para realizar obrigações, e tem tempo. Os habitantes da cidade ao perceberem isso, no caso de Amâncio e do turista, quase que naturalmente os inserem em sua perspectiva de mercadoria, calculando formas de lucrar através desse indivíduo desconexo. Seja se aproveitando da ingenuidade daqueles que não conhecem os códigos sociais daquele espaço, ou explorando a sua busca por prazer, tentando adivinhar e oferecer-lhes o que desejam.

-Não tenho desgostado da Corte, dizia a brincar com sua medalha da corrente – mas, confesso, esperava melhor... Lá de fora, sabe V. Excia? A coisa parece outra. Fala-se tanto do Rio!... Pintam-no tão grande, tão bonito, que o pobre provinciano, ao chegar aqui, logo sofre uma terrível decepção!... Pelo menos comigo foi assim! (AZEVEDO, 2006, p. 73).

Neste trecho de Casa de Pensão, assim como em outros encontrados na obra observa-se a visão antecipada que Amâncio tinha do Rio. Essa antecipação é de grande importância. De acordo com Urry (1990), os lugares são escolhidos devido às antecipações que se tem a seu respeito. Essas antecipações podem ser construídas e sustentadas através de práticas comuns ao cotidiano, como a programação da televisão, revistas, filmes e literatura. Essas construções normalmente baseiam-se em imagens, descrições e representações daquilo que é extraordinário, diferente da *every day experience* do indivíduo. Com efeito, a análise das falas do personagem Amâncio demonstra tanto o desejo de fugir do seu ambiente cotidiano, quanto à sua percepção da cidade que, claramente, baseia-se numa antecipação. Esse raciocínio nos leva a tentativa de entender a formação dessas antecipações, o que é espontâneo e o que é estrategicamente definido. Porém sem negar as discontinuidades que cercam o tema e sua ligação com a identidade da cidade.

Para Urry (1995) a identidade dos indivíduos pode ser consumida pelos lugares. Em outra parte da obra Casa de Pensão, ao responder Amâncio, outra personagem, no caso, uma pessoa que já morava no Rio de Janeiro a anos, defende a imagem do Rio de Janeiro colocando seus argumentos: “Pois suspenda esse juízo a respeito do Rio, até conhecer os arrabaldes, acrescentou a dona da casa. – Só por eles se poderá julgar o quanto é bela e grandiosa esta cidade! Oh! A natureza do Brasil!” (Azevedo p. 73). De acordo com Pesavento (1995) o imaginário a respeito de uma cidade é construído através de uma base de apoio em condições concretas, mas também de intenções relativas à formulação e legitimação de certas ideias e imagens. Segundo a autora, “Enquanto representação, a identidade imposta, atribuída e/ou construída não é aceita passivamente, mas endossada, por que corresponde as necessidades do inconsciente coletivo [...]” (PESAVENTO 1995, p. 121-122). Essas intenções relacionadas a legitimações de certas representações demonstram a inter-relação

entre a construção de uma percepção da cidade e a identidade de seus indivíduos e da cidade, entendendo-a sempre como espaço, portanto, de conteúdo social, ou seja, um sujeito composto por múltiplos sujeitos.

Conclusão

Após a comparação e análise simultânea dos aspectos delineados nessa pesquisa, pode-se concluir que embora haja divergências entre as obras, as três relacionam o desenvolvimento da capitalidade à posição administrativa da cidade, porém as controvérsias aparecem à medida que essa característica é apresentada como condição *sine qua non* ou não. A chegada da família real no Rio de Janeiro em 1808 tornou, de fato, a cidade diferente das demais colônias portuguesas, foi após esse acontecimento que o Rio de Janeiro passou a exercer ainda mais sua atração sobre os visitantes de outras partes da colônia. As obras concordam no que se refere à ideia de referencialidade, não há dúvidas de que para os autores analisados, falar de uma cidade com capitalidade é falar de uma cidade que é referencial para o restante do Estado. As três obras analisadas destacam a relação das cidades dotadas de capitalidade com as demais cidades do país, seja ela uma relação de dependência para com as mesmas, ou de cidade modelo da qual as outras dependem de alguma maneira. Essa ideia de cidade modelo associa-se também com a apropriação dos conteúdos internacionais que é feita pelo país através da cidade com capitalidade, que atua como um “filtro” que recepciona os conteúdos de fora refina-os a realidade do país e os redistribui por todo o território.

Com efeito, das mudanças ocorridas em 1808, destaca-se a abertura dos portos. Segundo Azevedo (2002, p.54), a diminuição das taxas alfandegárias para “as nações amigas” impulsionou a dinâmica comercial da cidade, aumentando as exigências da população. Tanto a elite, como alguns setores das camadas médias passaram a ter maior acesso a artigos importados e a se preocupar com luxo e sofisticação. Segundo Needell (1993, p. 193) “O fetiche que os cariocas reverenciavam nos importados de luxo tinha a ver com querer ser um aristocrata europeu”. Portanto essa ideia da cidade do Rio como porta para o resto do Brasil também pode ser aplicada no sentido contrário, entendendo que a cidade, assim como mencionado por Azevedo (2002), que possui capitalidade também funciona como “metominia” do país para o cenário internacional.

Com efeito, as ideias Europeias circulavam e modificavam a dinâmica da cidade, porém sempre limitadas às lógicas previamente existentes no Brasil. Portanto as apropriações ocorriam, mas sempre concomitantes aos sistemas já estabelecidos. Essas ideias eram adaptadas ao chegar à cidade.

Referencias

ABREU, M.A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP, 2013. p. 17.

AZEVEDO, Aluísio. Casa de Pensão. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. “A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica.” IN: AZEVEDO, André Nunes. (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002. P-45-63.

AZEVEDO, André Nunes de. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rehartcviewARTICLE1945.pdf. Acesso em junho de 2011.

MACEDO, Arthur. Século em Movimento. In: Jornal da PUC. 2015. Disponível em http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=37&infoid=3804&sid=24; acesso em 17 nov. 2018.

MELLO, Maria, T, C de. A modernidade republicana. 2008. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf> > Acesso em 27 jul. de 2019.

NEVES, Margarida de Souza. Brasil acertais os vossos ponteiros. Rio de Janeiro. Museu de Astronomia, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra, J. Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX E XX). Porto Alegre. n.4, Ed. Anos 90. 1995.

SANTOS, Catarina Madeira. Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da

Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SARLO, Beatriz. A cidade vista: mercadorias e cultura urbana. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes. 2014.

SOUZA, Rafael Lima Alves de. No coração da urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945) / Rafael Lima Alves de Souza; orientadora: Margarida de Souza Neves. – 2009.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682). Lisboa: Roma Editora, 2004. p.298

URRY, J. Consuming places. London: Ed. Roudgelege, 1995.

URRY, J. The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies. London: Sage Publications Ltd, 1990.

Editora Alfa-Omega: produção literária em tempos de censura (1973-1984)

Gustavo Orsolon de Souza
Doutorando PPGHS-UERJ

Introdução

O trabalho que venho apresentar no VII Seminário Interno PPGHS é fruto do andamento da minha pesquisa de Doutorado em História Social. Em 2018, ingressei no programa, na linha “Território Identidades e Representações”, tendo como objeto de estudo a editora paulista Alfa-Omega.

No Seminário Interno de 2018, destaquei a minha trajetória acadêmica e o interesse pela temática. Agora, em 2019, com um projeto um pouco mais amadurecido, pretendo sinalizar o andamento da pesquisa.

A proposta principal do projeto é analisar a história da editora Alfa-Omega, relacionando sua produção literária com o período de abertura política durante o regime militar, entre as décadas de 1970 e 1980. Além disso, uma coleção, em especial, intitulada História Imediata, ganhará atenção no estudo. Ela foi publicada no final da década de 1970, em formato de revista.

A Editora Alfa-Omega, fundada em 1973, pelo casal Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo, se destacou por publicar obras de esquerda, voltadas para a linha ideológica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e para o público universitário, principalmente estudantes da Universidade de São Paulo - USP. Dentro do seu catálogo, a coleção História Imediata me chamou atenção por trazer temas quentes para o momento, sendo alguns até mesmo silenciados pela censura durante os anos mais duros do regime militar.

O Cenário Político e a Criação da Editora

O Regime Militar, instaurado no Brasil em 1964, teve um sistema de repressão bastante significativo em todos os setores da sociedade. Os anos de 1969 e 1974, por exemplo, podem ser considerados os mais “lacerantes da ditadura”, com o fechamento do Congresso, a cassação e suspensão de direitos políticos, assim como também com uma forte censura à imprensa, as produções culturais e a demissão de muitos professores nas universidades públicas (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 332).

Mas o período também é marcado pelo “milagre econômico”, entre os anos de 1969 e 1973. Dentre algumas características desse período destacam-se: aquecimento do mercado, aumento do Produto Interno Bruto – PIB, queda na inflação; desenvolvimento da construção civil. Esses e outros fatores contribuíram para uma conjuntura favorável à economia brasileira. Como destacam os economistas Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp, tudo parecia ir muito bem, ninguém poderia imaginar que em 1978 a situação iria mudar bastante com o aumento significativo da dívida externa (PRADO; EARP, 2003, p. 209-234).

O crescimento da indústria editorial brasileira ocorreu, curiosamente, na década de 1970. Nesse sentido, o historiador Flamarion Maués destaca que o segmento mais popular da editora foi o de livros de oposição ao regime militar. As editoras de oposição, já estabelecidas - como a Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes, Paz e Terra, - retomaram o “perfil” político de oposição ao regime militar, editando livros de “parlamentares de oposição, (ex) exilados e (ex) presos políticos”. Para além disso, surgiram outras editoras de oposição, que tinham o mesmo objetivo: publicar livros com caráter político. Dentre essas editoras, destacam-se: “Alfa-Omega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, LP&M, Graal, Codecri, Vega e Livramento” (MAUÉS, 2013, p. 10 e 13).

Para entendermos a fundação da Alfa-Omega é preciso, antes de tudo, conhecer parte da trajetória de Mangarielo, seu editor, pois como afirma a historiadora Heloísa Pontes, para conhecer a história do mercado editorial no Brasil de forma completa é preciso expor, antes de tudo, as trajetórias dos editores (PONTES, 1989, p. 370).

Fernando Celso de Castro Mangarielo nasceu em Recife, em 1947. Em 1965, aos 18 anos de idade, veio para São Paulo. Dois anos depois de estabelecido na cidade, entrou para o curso de Ciências Orientais da USP. Em 1968, ao mesmo tempo em que estudava, Mangarielo começou a exercer a função de diretor da “Banca da Cultura”, uma espécie de “ponto de encontro” dos estudantes da USP, onde ele também vendia livros. No mesmo ano, as atividades da “Banca” foram interrompidas devido a uma invasão policial, e Mangarielo ficou preso por 136 dias (ARAGÃO, 2013, p. 75).

O desejo de se tornar editor só viria alguns anos mais tarde. Questionado pela historiadora Eloísa Aragão sobre como se tornou editor, Mangarielo fala de uma influência importante, a do amigo e filósofo Jacob Bazarrian. Segundo Mangarielo, seu destino era uma incógnita. Isso porque não sabia que caminho seguir após terminar o curso universitário. Foi, então, que Bazarrian sugeriu que se tornasse editor, já que possuía características essenciais para exercer tal função: saber

“ouvir”; e “verticalizar a compreensão dos fatos filosóficos, sociais e políticos” (ARAGÃO, 2007, p. 158).

A trajetória de Claudete Machado foi diferente. A mesma trabalhava como bancária antes de conhecer o Fernando, e era mais jovem dois anos. O que tudo indica é que o apoio de Claudete foi fundamental para o que o sonho da editora fosse concretizado. No ano de 1973, o casal fundou a editora. A empresa funcionava dentro do pequeno apartamento do casal. Hoje a Alfa-Omega conta com uma estrutura bem maior, e fica localizada na Rua Lisboa nº 489, no Bairro de Pinheiros.

A Produção Literária da Alfa-Omega nos Primeiros Anos

Aproximadamente um ano após a inauguração da editora Alfa-Omega, em 1974, o jornal *Folha de São Paulo* noticiava informações da jovem editora, com destaque para as principais áreas de publicação.

Cuidados de Pequeno Editor: As pequenas editoras, como qualquer pequena empresa, sobrevivem com dificuldades. Fernando Mangarielo, pernambucano de 26 anos, é o diretor de uma pequena editora, a Alfa-Omega, que em pouco mais de um ano lançou nove títulos, especialmente na área de ensaios: sociologia, história, filosofia, crítica literária (...) (*Folha de São Paulo*, 1974).

A editora nasce voltada para as Ciências Humanas. Embora a fonte não apresente os títulos dos nove livros editados, as áreas de Sociologia, História, Filosofia e Crítica Literária compõem o catálogo inicial da Alfa-Omega.

O primeiro livro publicado foi “A Ideia Republicana no Brasil Através dos Documentos”, de Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, professor da USP, da disciplina História da União Soviética, ainda em 1973. O livro teve grande repercussão, já que era usado em sala de aula pelos universitários. A vendagem, na avaliação de Eloísa Aragão, foi de 1500 exemplares no curto período de seis meses. (ARAGÃO, 2013, p. 76).

Após o livro de estreia, outros títulos também marcaram o catálogo da Alfa-Omega. Fernando e Claudete investem em autores que se destacaram durante o regime militar pela oposição ao regime. Dentre eles, destaco a publicação de: “A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro” (1976), de Fernando Moraes; “A Sangue-Quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog” (1978), de Hamilton Almeida Filho; “Cuba Hoje: 20 anos de revolução” (1979), de Jorge Escosteguy; “A História Me Absolverá” (1979), de Fidel Castro; “Em Câmara Lenta”¹ (1977), de

¹ O livro em Câmara Lenta, de Renato Tapajós foi publicado em 1977 pela Alfa-Omega. Embora sendo um romance, o livro traz a experiência de luta do autor na Ala Vermelha. Preso entre os anos de 1969-1974, Tapajós escreveu o livro

Renato Tapajós. Alguns livros foram de grande sucesso, o que permitiu certa estabilidade comercial para a Editora no mercado de livros da época (ARAGÃO, 2007, p. 156-160).

Ainda na primeira década de funcionamento, a editora publicou uma coleção intitulada História Imediata composta, como já afirmei, por cinco volumes. Os volumes tiveram uma periodicidade mensal, e eram vendidos também em bancas de jornal. Os autores, em sua maioria, jornalistas, buscaram retratar temas políticos atuais através de uma linguagem simples e de fácil entendimento.

Vale lembrar que o momento do regime militar foi bastante difícil, a liberdade de expressão foi proibida pelo sistema repressivo. É nesse contexto que vários grupos e instituições contra o Estado vão surgir. Dentre esses grupos destacam-se: a União Nacional dos Estudantes (UNE); movimentos operários, movimentos feministas; e a própria imprensa como os seus “tablóides” que denunciavam a violência exercida pelo Estado (SANTOS; SIVA, 2014, p. 115-116).

Os cinco volumes da coleção trazem um pouco dessa resistência à ditadura. Os títulos são: “A Guerrilha do Araguaia”, de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchk; “A Greve na Voz dos Trabalhadores – da Scania a Itu”, de Oboré; “Araceli – Corrupção em Sociedade”, de Carlos Alberto Luppi; “D. Paulo Evaristo Arns – O Cardeal do Povo”, de Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markum; e “A Volta da UNE – de Ibiúna a Salvador”, de Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

na prisão. Cf. FREITAS, Guilherme. Censura a Livros na Ditadura Deixou Herança Autoritária. In: *Jornal O Globo*, Prosa. Rio de Janeiro, 22/03/2014. Disponível na internet via: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/03/22/censura-livros-na-ditadura-deixou-heranca-autoritaria-528431.asp>. Acesso em: 24/08/2014.



Foto 1: Coleção História Imediata

Esta coleção, assim como o catálogo da editora do ano de 1984 – encontrado no setor de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - contendo os títulos de todos os livros publicados ao longo dos seus 11 anos de funcionamento, são as fontes principais da tese.

Referenciais Teóricos e Andamento da Pesquisa

A historiografia ainda não conta com um estudo sobre a Editora Alfa-Omega, uma importante casa editorial que teve um papel político relevante durante o período de regime militar, já que sua fundação acontece em plena ditadura.

Nesse sentido, pretendo com essa pesquisa, não apenas contribuir para esse debate historiográfico, que relaciona casas editoriais e política, mas realizar uma investigação minuciosa do papel desempenhado pela Alfa-Omega durante o período de abertura política, observando sua posição crítica em relação ao pensamento político, cultural e social.

A história intelectual será o ponto partida, ou seja, o fio condutor que irá costurar cultura e poder, pilares fundamentais para compreender a trajetória da editora Alfa-Omega.² Para entender o

²Por muito tempo a história intelectual esteve vinculada a história social. Somente a partir da década de 1960, com o que historiador americano Robert Darnton denominou de “Movimento dos Estudos Americanos”, foi que a história intelectual ganhou certa independência. Cf. DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995. p. 177.

que é história intelectual e sua contribuição para essa pesquisa, destaco alguns caminhos apontados pela historiadora Helenice Rodrigues da Silva.

A historiadora afirma que não há uma resposta precisa para definir o que é a história intelectual, mas é possível fazer algumas “constatações prévias” sobre ela. Uma dessas “constatações” é o caráter “pluridisciplinar” da história intelectual, que está vinculada não somente à história, como também à filosofia e à sociologia. Nesse sentido, utilizando o conceito de “campo” de Pierre Bourdieu, Helenice da Silva afirma que a história intelectual tem dois objetivos essenciais: entender a sociedade intelectual a partir de seu funcionamento, com “suas práticas”, “suas estratégias” e seus “*hábitus*”; e entender as “modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais”, ou seja, destacando as características históricas e conjunturais (SILVA, 2002, p. 12). Tal reflexão é bastante válida para a pesquisa, já que, ao analisar trajetória e o perfil editorial da Alfa-Omega, estarei também buscando entender um pouco da forma de “pensar e de agir” do editor, dos autores e do círculo intelectual no qual se encontravam inscritos, ou seja, teremos em mente as características históricas e conjunturais para e examinar os possíveis debates.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a historiadora faz outra constatação sobre a história intelectual que ajudará bastante nessa pesquisa. A pesquisadora destaca a necessidade de analisar não somente as “articulações internas (discurso)”, como também as “articulações externas (‘campo’, contextos, conjuntura)” de uma obra (SILVA, 2002, p. 12). Isso significa que estarei preocupado também com o “campo” de produção e com a conjuntura histórica em que foram produzidas alguns dos principais títulos produzidos pela editora tendo, dessa forma, uma visão mais ampla das principais publicações.

A interpretação de Michael Pollak, sociólogo que nasceu na Áustria e foi radicado na França, também se tornou aqui muito apropriada. A partir da interpretação do sociólogo francês Maurice Halbwachs, Pollak destaca que a memória deve ser entendida como um “fenômeno coletivo e social”, que está sujeito a “flutuações e mudanças” constantes. Nesse sentido, Pollak identifica os elementos que constituem o campo da memória, que podem ser percebidos de duas maneiras: os “*acontecimentos*” que são “vividos pessoalmente” e os “*acontecimentos*” que são vividos pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencente (POLLAK, 1992, p. 201). A diferenciação se tornou fundamental para a análise. Mesmo sabendo das possíveis “flutuações”, para entender a trajetória do editor, é necessário refletir sobre os “acontecimentos” vividos por ele, levando em conta a sua própria memória e, ao mesmo tempo, os acontecimentos ao grupo (ou grupos) ao qual (aos quais) ele estava inserido ou circula com frequência.

Ainda como parte do esforço de conhecer a trajetória da Editora Alfa-Omega, um conceito chave será utilizado nessa pesquisa: o “*não-dito*”, do pesquisador francês Michel de Certeau, em sua obra “A Escrita da História”. Para Certeau, toda produção historiográfica está articulada a um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Isso significa que é através do lugar social que se definem os métodos a serem utilizados e os interesses de estudo. Esses caminhos, portanto, estão relacionados aos interesses da instituição, impedindo, dessa maneira, que alguns elementos sejam expostos, ou seja, “ditos” para o leitor (CERTEAU, 1982, p. 66-69).

Mas, não é só Certeau que utiliza o conceito, o já citado Michael de Pollak, também se apropria do “*não-dito*”, observando que existem lembranças que ficam na “sombra”, no “silêncio”, ou simplesmente, não são ditas, como se fossem uma memória subterrânea e sem importância. Todavia, do outro lado, existiria uma memória organizada, preocupada em criar uma imagem positiva, que refletisse os interesses do Estado (POLLAK, 1989, p. 08-09).

Pollak parte mais uma vez do conceito de memória coletiva Maurice Halbwach para entender os diferentes processos e atores que influenciaram na formalização das memórias. O pesquisador também procura entender a contribuição da história oral dentro das chamadas “memórias subterrâneas”, que segundo sua análise, silenciosamente subvertem a lógica imposta por uma memória oficial coletiva.

A historiografia também tem - para utilizar outro conceito de Certeau - seus “*ritos de sepultamento*”, criando cânones, fazendo uma seleção e excluindo do campo científico alguns temas. Nesse sentido, entendemos que a Editora Alfa-Omega ainda não teve sua história contada.

Considerações Finais

Nos últimos anos, venho conversando com Fernando e Claudete. Nesses contatos, pude fazer algumas entrevistas, o que possibilitou conhecer mais de perto a editora e seus fundadores. Em todas elas, os fundadores se mostraram bastante à vontade, não deixando nem uma pergunta sem resposta. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Hoje elas ainda se encontram com eles para a conferência final do material.

Ao conhecer a proposta deste projeto, os fundadores ficaram bastante entusiasmados, visto que, é o primeiro trabalho que vai contemplar a editora como um todo. Isso porque alguns pesquisadores já os procuraram para fazer pesquisas, só que menores do ponto de vista acadêmico,

relacionadas apenas com obras publicadas pela editora.³ Contar a história da Alfa-Omega é algo novo.

A coleção História Imediata já está em minhas mãos. Os cinco volumes foram gentilmente cedidos por Fernando. Vale lembrar que hoje é difícil encontrar a coleção completa, pois o material não foi reeditado. Em alguns sebos é possível encontrar apenas um ou outro volume. Diante dessa dificuldade, Fernando conseguiu localizar no arquivo da editora a coleção completa.

Portanto, quanto aos meios, esta pesquisa pode ser classificada como documental, pois se baseia fundamentalmente em fontes primárias encontradas na editora Alfa-Omega, e também em uma coleção publicada por ela. Em relação aos fins, será uma pesquisa de caráter exploratório. Exploratório por ser ainda um objeto e um campo de estudo ainda não trabalhado.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Entrevista concedida, via e-mail, por Fernando Mangarielo em 05/03/2017.

Entrevista concedida, via e-mail, por Fernando Mangarielo em 11/10/2014.

Entrevista concedida, via e-mail, por Fernando Mangarielo em 15/09/2014.

NADER, Wladyr. O Círculo Vicioso do Livro no Brasil. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1974. Disponível na internet via: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5238&anchor=4372120&pd=562219d58c8f707f63b42a145a23b926>. Acesso em: 04/08/2018.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: *SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAGÃO, Eloísa. A Editora Alfa-Ômega nos Anos de Chumbo: entrevista com Fernando Mangarielo. In: *Oralidades – Revista de História Oral*, nº 02. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2007.

³ Entrevista concedida por Fernando Mangarielo, via e-mail, em 15/09/2014.

- _____. *Censura na Lei e na Marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- FREITAS, Guilherme. Censura a Livros na Ditadura Deixou Herança Autoritária. In: *Jornal O Globo*, Prosa. Rio de Janeiro, 22/03/2014. Disponível na internet via: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/03/22/censura-livros-na-ditadura-deixou-heranca-autoritaria-528431.asp>. Acesso em: 24/08/2014.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros Contra a Ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 05, n. 10. CPDOC: Rio de Janeiro, 1992. p. 201. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 27/08/2013.
- _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleção Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol 4. Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual Entre Questionamentos e Perspectivas*. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2002.
- SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. Das Artes Às Armas: formas de resistência à ditadura militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). *Entre a Memória e o Esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

O Estado que mata os Ecos da Marselhesa: representações de representação do Estado em Os Miseráveis, de Victor Hugo, sob a influência romântica

Lara Cristina Veiga Bernardo
Mestranda pelo PPGHS UERJ FFP, bolsista pela CAPES

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa surgiu do anseio de entender a sociedade moderna e a situação das classes mais pobres. É interessante perceber que, muito inspirados na historiografia marxista, costumamos entender os processos de transformações históricas a partir do que Marx chama de “luta de classes”. Quase sempre os livros didáticos solucionam os problemas históricos com explicações ligadas a situação material das classes laboriosas, nisso não se exclui a Revolução Francesa de 1789.

Por mais que não se queira admitir, e mesmo tomando como base argumentos mais ligados à cultura, como o faz brilhantemente Roger Chartier em *Origens Culturais da Revolução Francesa*¹, não é possível desassociar o episódio da situação em que vivia a maior parte do Terceiro Estado durante o *Ancien Regime*. Embora alguns autores, principalmente aqueles ligados a tradição historiográfica marxista ortodoxa, por vezes tentem reduzir a Revolução de 1789 a uma Revolução burguesa e urbana, como chega a fazer Eric Hobsbawm em *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*², em ambos os casos, é impossível ignorar a situação das classes empobrecidas no século XVIII francês e a participação das mesmas durante o processo revolucionário.

A partir de uma análise econômica, o próprio Hobsbawm considera que o sucesso da Revolução teria se dado pela crise, que, por piorar a situação das classes laboriosas a teria tornado mais apta para a revolução, indignada pela fome e pelo aumento de impostos.

O Terceiro Estado obteve sucesso, contra a resistência unificada do rei e das ordens privilegiadas, porque representava não apenas as opiniões de uma minoria militante e instruída, mas também as de forças bem mais poderosas: os trabalhadores pobres das cidades, e especialmente de Paris, e em suma, também, o campesinato revolucionário. O que transformou uma limitada agitação reformista em uma revolução foi o fato de que a conclamação dos Estados Gerais coincidiu com uma profunda crise socioeconômica. (HOBSBAWM, 2006, p. 93)

¹ CHARTIER, Roger. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.

² HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo, 2006.

No entanto, no século XIX, parte do antigo Terceiro Estado permaneceu com poucos direitos, à mercê de repressões e da fome. Algumas perguntas norteiam este trabalho, a fim de entender a participação e repressão das classes empobrecidas no século posterior à Revolução Francesa. Como, no processo histórico revolucionário francês, entre suas diferentes fases, as classes empobrecidas permaneceram miseráveis, sendo obrigadas a resistirem por motins e revoltas urbanas e camponesas? Até que ponto as mudanças estruturais foram impactantes para as classes empobrecidas após a Revolução Francesa? Como a Literatura, enquanto expressão artística, pôde representar a repressão sofrida por estas classes?

O Romantismo francês surge no século XIX como uma arte burguesa de crítica à própria burguesia. A crítica ao racionalismo iluminista, voltando as atenções para os sentimentos logo na sua primeira fase, a melancolia da segunda fase e a crítica social da terceira, que identificou na sociedade francesa pós-revolucionária um “uma condenação social”, como categorizou Victor Hugo no Prefácio da edição de 1862 de *Os Miseráveis*³.

Ao publicar *Os Miseráveis*, Hugo era tomado de otimismo por um futuro onde as injustiças sociais que condena não mais existissem. O breve prefácio publicado remete a esta ideia, sobre a qual, Mario Vargas Llosa destaca: “Estas linhas exaltam um ânimo otimista: a literatura serve para combater o mal social, contribui para melhorar a história, é ferramenta de um Progresso no qual o autor acredita cegamente”⁴. Como nem mesmo o Hugo poderia prever, mais de 150 anos após a publicação, as palavras do prefácio ainda fazem sentido, tornando o livro ainda necessário. Este trabalho poderia ser justificado simplesmente por estas palavras.

Tant qu’il existera, par le fait des lois et des mœurs, une damnation sociale créant artificiellement, en pleine civilisation, des enfers, et compliquant d’une fatalité humaine la destinée qui est divine ; tant que les trois problèmes du siècle, la dégradation de l’homme par le prolétariat, la déchéance de la femme par la faim, l’atrophie de l’enfant par la nuit, ne seront pas résolus ; tant que, dans de certaines régions, l’asphyxie sociale sera possible ; en d’autres termes, et à un point de vue plus étendu encore, tant qu’il y aura sur la terre ignorance et misère, des livres de la nature de celui-ci pourront ne pas être inutiles. (HUGO, 1862)⁵

³ HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952.

⁴ LLOSA, Mario Vargas. *A Tentação do Impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 110.

⁵ HUGO, Victor. *Les Misérables*. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection À tous les vents, vol. 648: version 1.0. disponível em <<http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Hugo-miserables-1.pdf>>.

Enquanto existir, por efeito das leis e dos costumes, uma condenação social, que produza infernos artificiais no seio da civilização, e desvirtue com uma fatalidade humana o destino, que é inteiramente divinal; enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado – a perdição da mulher pela fome – a atrofia da criança pelas trevas – não forem resolvidos; enquanto, em certas regiões for coisa possível a asfixia social; ou, noutros termos, e sob aspecto mais

2. Ecos da Marselhesa

Como um dos principais acontecimentos de ruptura mundial, a Revolução Francesa de 1789 deixou marcas em toda a História posterior, sendo alvo de diferentes discussões e teorias historiográficas. Em *Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa*⁶, Eric Hobsbawm entende que a Revolução teria começado em 1789 e se estendido ao longo do século XIX, em diferentes etapas, a partir do que chama de “ecos”.

Para o autor, a Revolução em França pode ser classificada como a maior acontecimento de impacto mundial, antes e depois do século XVIII. Tal ideia é expressa na introdução de *A Era das Revoluções*, no qual se refere ao que chama de “dupla revolução”, Industrial e Francesa.

As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam seus significados modernos, substancialmente no período de 60 anos de que se trata este livro. Palavras como “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”. Ou ainda “aristocracia” e “ferrovia”, “liberal” e “conservador” como termos políticos, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletariado” e “crise” (econômica). “Utilitário” e “estatística”, “sociologia” e vários outros nomes das ciências modernas, “jornalismo” e “ideologia”, todas elas cunhagens ou adaptações deste período. Como também “greve e pauperismo”. (HOBSBAWM, 2006, p. 15)

Ou ainda, de forma mais enfática, em *Ecos da Marselhesa*, ao citar Brauschweig, que declara em 1848, sobre a Revolução Francesa: “Desde que surgiu, tem sido virtualmente o único objeto a ser considerado na cena da história mundial”⁷. Apesar dos exageros de uma afirmação feita meio século após a Queda da Bastilha e em um momento de efervescência da Primavera dos Povos, é possível destacar de fato a importância de 1789 para o século posterior, no que diz respeito a transformações estruturais e inspirações, que inegavelmente, permanecem até os dias de hoje.

Nos anos de 1830, que deram início a monarquia de Julho (1830 – 1848), a França foi tomada por motins e revoltas urbanas. Embora décadas após o fim do *Ancien Regime*, os revoltosos de 1830, bem como os de 1848, ainda se identificavam e se inspiravam na Revolução que pôs fim ao

amplo – enquanto houver na terra ignorância e miséria, não serão os livros como este, de certo inúteis. (tradução: HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952)

⁶ HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷ *Ibidem*, p. 20.

absolutismo francês, de forma que “Tocqueville via a Revolução de 1830 como a segunda edição, mais bem sucedida, de 1789”⁸.

Portanto, podemos assumir que as pessoas no século XIX – pelo menos as pessoas letradas – consideravam a Revolução Francesa sumamente importante, um acontecimento, ou uma série deles, de tamanho, escala e impactos sem precedentes. Essa consideração não se devia apenas às consequências históricas enormes que pareciam óbvias aos observadores, mas também à natureza espetacular e peculiarmente dramática daquilo que aconteceu na França, e através da França, na Europa e ainda além, nos anos que sucederam 1789. (HOBSBAWM, 1995, pp. 20-21)

Tal qual na política, a Literatura, enquanto expressão artística, por vezes foi resposta a este “eco”, compartilhando de ideais revolucionários e representando os acontecimentos históricos, desde os atos revolucionários, até a forma de vida das classes empobrecidas e as possibilidades narrativas cotidianas, como aponta Carlo Guinzburg em *A Micro-História e Outros Ensaios*⁹.

3. O infinito romântico

O Romantismo, enquanto escola literária, se pretendia grandioso em diferentes pontos. Tal como o ideal de progresso oitocentista, a sede pelo infinito pode ser destacada como uma das principais características deste estilo. Nas palavras de J. Guinzburg, “A categoria psicológica do Romantismo é o sentimento como objeto da ação interior do sujeito, que excede a condição de simples estado afetivo: a intimidade, a espiritualidade e a aspiração do infinito, na interpretação tardia de Baudelaire”¹⁰.

Para Victor Hugo, a sede pelo infinito se materializaram de algumas principais formas: enquanto ideal de progresso eterno; Deus como infinito e perdão ilimitado de toda criatura. A ideia de progresso, já discutida neste trabalho, está presente em seus principais romances, tais como *Os Miseráveis* e *O último dia de um condenado*. Em ambos os casos, o progresso da civilização é esperado e profetizado, como um futuro quase inevitável. Suas obras, aliadas à sua participação política, possuíram um caráter militante para seu tempo, denunciando as injustiças e proclamando a justiça.

⁸ *Ibidem*, p. 30.

⁹ GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

¹⁰ GUINZBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 52.

No ano em que foi publicado, *Os Miseráveis* gerou enorme repercussão. O escritor e político Alphonse Lamartine, em crítica ao romance, declarou “Os Miseráveis não são um belo livro e, além disso, são uma má ação.”¹¹, e mais:

O livro é perigoso porque o perigo supremo em relação à sociabilidade consiste em que, se o excesso seduz o ideal, ele o perverte. Apaixona o homem pouco inteligente pelo impossível: a mais terrível e homicida das paixões que se pode infundir nas massas é a paixão do impossível. Porque tudo é impossível nas aspirações de *Os Miseráveis*, e a primeira dessas impossibilidades é o desaparecimento de todas as nossas misérias. (LLOSA, cit., 2012, p. 167)

Em *A tentação do impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis*¹², Llosa faz uma crítica às pretensões infinitas de Victor Hugo, que escreveu um romance grandioso em diferentes áreas. Grandioso em tamanho, em conteúdo, em tramas, em infinitude, em progressismo, em impacto literário, no que pretendia ser e no que se tornou. Em resposta à Lamartine, em 24 de junho de 1862, o autor resume boa parte de suas ideias e pretensões:

Se o radical é o ideal, sim, sou radical. [...] Sim, uma sociedade que admite a miséria, sim, uma religião que admite o inferno, sim, uma humanidade que admite a guerra me parecem sociedade, religião e humanidade inferiores, e é na direção da sociedade do alto, da humanidade do alto e da religião do alto que inclino: sociedade sem rei, humanidade sem fronteiras, religião sem livro. Sim, combato o padre que vende a mentira e o juiz que distribui a injustiça. Universalizar a propriedade (o que é o contrário de aboli-la), suprimindo o parasitismo, ou seja, chegar a essa meta: todo homem proprietário e nenhum senhor, esta é, para mim, a verdadeira economia social e política. A meta está longe. Será um motivo para não se encaminhar a ela: Abrevio e resumo. Sim, enquanto for permitido ao homem querer, quero destruir a fatalidade humana; condeno a escravidão, enxoto a miséria, ensino à ignorância, trato a doença, clareio a noite, odeio o ódio. Eis o que sou, e por isso fiz *Os Miseráveis*. Em meu pensamento, *Os Miseráveis* nada mais são que um livro tendo a fraternidade como base e progresso como cimo. (LLOSA, cit. 2012, pp. 69-70)

O Romantismo se pretende falar do progresso e da História. No século da historiografia enquanto ciência, romancistas como Balzac se compararam aos historiadores, alegando para suas obras um caráter historicista, a partir de uma abordagem da vida cotidiana e das misérias, como alegavam não fazer os historiadores do período. O próprio Balzac, em tentativa de parecer humilde declara: “La Société française allait être l’historien, je ne devais être que le secrétaire”¹³, e continua em seguida, já

¹¹ LAMARTINE, cit. WINOCK, Michel. *Victor Hugo na arena política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 69.

¹² LLOSA, Mario Vargas. *A Tentação do Impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012

¹³ Cit. GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989, p. 190.
“A sociedade francesa seria o historiador, eu o secretário.”

menos modesto: “Peut-être pouvoir-je arriver à écrire l’histoire oubliée par tant d’historiens, celle des moeurs”¹⁴.

De maneira análoga à Balzac, Victor Hugo tem a pretensão de que seu romance, *Os Miseráveis*, embora ficcional e entendido assim pelo mesmo, representasse uma narrativa histórica, fundamentada em fatos que o mesmo presenciou, tais como a situação de miserabilidade das classes pobres de Paris e as revoltas urbanas de 1832. O romance representa, para o autor, um testemunho da sua conversão de monarquista em republicano, católico ortodoxo, em anticlericalista. É ao mesmo tempo que um “tratado teológico”¹⁵ e uma ficção, um manifesto político que dialogou diretamente com as causas, problemas e acontecimentos da França do século XIX. O texto de mais de mil páginas, que demorou quase vinte anos para ser escrito, talvez represente um testemunho não somente das percepções de Hugo, mas de um século de profundas e estruturais mudanças, as quais o autor presenciou.

Depuis deus ans, nous l’avons dit, Paris avait vu plus d’une insurrection. Hors des quartiers insurgés, rien n’est d’ordinaire plus étrangement calme que la physionomie de Paris pendant une émeute. Paris s’accoutume très vite à tout, — ce n’est qu’une émeute, — et Paris a tant d’affaires qu’il ne se dérange pas pour si peu. Ces villes colossales peuvent seules donner de tels spectacles. [...]

Cette fois, cependant, dans la prise d’armes du 5 juin 1832, la grande ville sentit quelque chose qui était peut-être plus fort qu’elle. Elle eut peur. On vit partout, dans les quartiers les plus lointains et les plus « désintéressés », les portes, les fenêtres et les volets fermés en plein jour. Les courageux s’armèrent, les poltrons se cachèrent. Le passant insouciant et affairé disparut. Beaucoup de rues étaient vides comme à quatre heures du matin. (HUGO, 1862, pp. 1376 – 1377)¹⁶

¹⁴ *Ibidem*. “Talvez eu pudesse vir a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes.”

¹⁵ Victor Hugo entendia que sua obra *Os Miseráveis*, era mais que um romance, um tratado teológico, no qual profetiza uma sociedade mais justa e o perdão supremo. O autor, partindo de uma perspectiva nada ortodoxa, acreditava na misericórdia suprema, chegando a crer no perdão do Diabo. Como afirma na citação extraída da carta à Lamartine “uma religião que admite o inferno” não faz sentido para ele, que toma como premissa a ideia de um Deus bom e misericordioso. Hugo declara estas pretensões teológicas no *Prefacie Philosophique*, que nunca chegou a terminar, optando pelo prefácio mais curto. Mario Vargas Llosa trabalha com este documento em *A tentação do impossível*, em especial no capítulo intitulado “Das alturas do céu”, no qual desenvolve esta ideia do romancista francês.

¹⁶ HUGO, Victor. *Les Misérables*. Un texte du domaine public. Une édition libre. Bibeook, disponível em <http://www.bibebook.com/files/ebook/libre/V2/hugo_victor_-_les_miserables.pdf>

Havia dois anos, como já dissemos, que Paris vira mais de uma revolta. Além dos bairros insurgidos, não há coisa nenhuma de ordinário mais estranhamente sossegada do que a fisionomia de Paris durante uma revolta. Paris acostuma-se muito depressa a tudo. Só as cidades colossais podem oferecer semelhantes espetáculos. [...]

Desta vez, contudo, no levante de 5 de junho de 1832, sentiu a cidade alguma coisa que lhe era superior e de que teve medo. Viram-se por toda a parte, ainda nos bairros mais afastados, as portas, as janelas e os postigos fechados durante o dia. Muitas das ruas estavam desertas como às quatro horas da manhã. (tradução: HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952, pp. 681 – 682)

Embora se tratando de obras fictícias, a Literatura apresenta representações da realidade, na visão de Roger Chartier¹⁷, e na visão de Carlo Guinzburg¹⁸, possibilidades históricas e verossimilhanças com a realidade, preenchendo as lacunas que a historiografia não pode preencher por não encontrar vestígios suficientes. Enquanto expressão artística, a literatura tem liberdade para preencher estas lacunas com invenção, romance, emoção, vida cotidiana, histórias possíveis, tal como o faz Machado de Assis, de acordo com Sidney Chalhoub, que o considera “intérprete incansável do discurso político possível”¹⁹.

O mesmo se pode dizer sobre Victor Hugo, que, como intérprete das relações de poder da França do século XIX, expressou em seus textos discursos políticos e sociais possíveis, ou como diria Guinzburg, verossímeis. Por vezes, é designado à Baudelaire o título de “intérprete da vida moderna”²⁰. Poderia ser designado à Hugo o título de “intérprete da vida miserável”, que viu, tocou e representou em seus romances e poesias. Diálogos como aqueles entre Javert e Jean Valjean²¹ poderiam de fato ter acontecido. O autor preenche as lacunas entre os acontecimentos históricos (galés, revoltas de 1832, prisões parisienses, relações de poder entre polícia e prisioneiros, repressão nas barricadas) com diálogos e sentimentos, tal como Natalie Zemon Davis acredita ter feito Fellini²².

O literato é capaz de fazer análises estruturais de relações de poder a partir de possibilidades reais e discursivas. Tal capacidade se dá a partir de uma observação histórica somada à própria atuação sócio-política do autor, que como sujeito histórico, não está descontextualizado de seu tempo e território. Assim como Machado de Assis faz uma descrição estrutural da dominação paternalista do Brasil do século XIX, é possível identificar em Victor Hugo descrições da opressão do Estado francês da primeira metade do século XIX contra os pobres revoltosos.

4. O Estado que mata e reprime os pobres

¹⁷ CHARTIER, Roger. O Mundo como representações. *Revista das Revistas: Estudos Avançados*, vol. 11, n. 5, 1991.

¹⁸ GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 62.

²⁰ BENJAMIM, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²¹ Personagens de *Os Miseráveis*.

²² GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

Embora este trabalho não se refira ao romance *O último dia de um condenado*, é preciso iniciar este ponto com a primeira frase do romance “Condenado à morte!”²³. Em meados do século XIX, é provável que esta fosse uma das frases que mais incomodavam Victor Hugo. O romance de 1829, mais que uma ficção, é um manifesto, que resume boa parte da luta política do autor, que indignado com uma justiça humana incapaz do perdão, poderia condenar um sujeito ao fim existencial.

Somando voz aos ecos de 1789, Victor Hugo fez de sua arte parte deste eco, voz de tantas vozes, espaço para defender a igualdade, ou como Hilário Correia escreveu em 1957, despertar “consciências”²⁴. E é possível enxergar, em especial nas páginas que Lamartine considerou como perigosas, os impactos deixados pela Revolução Francesa, bem como os fragmentos de 1830.

Embora não seja exatamente uma literatura de testemunho, *Os Miseráveis* representa, em certa medida, o testemunho das revoltas urbanas, que ainda inspiradas na Revolução Francesa, atingiram Paris na primeira metade do século XIX. Os personagens criados podem ser classificados como representações de figuras históricas reais, bem como suas questões e demandas são historicamente contextualizadas.

Tal qual a pena de morte, as relações opressivas entre Estado e populações empobrecidas são um assunto recorrente na literatura de Victor Hugo. Em *O último dia de um condenado*, este se encarna como os guardas, o carrasco, a prisão em si. Em *Os Miseráveis*, este se encarna no personagem Javert, nas galés, no subsolo das prisões parisienses e nos soldados das barricadas.

Em diversos momentos do romance, o autor trata do sistema prisional francês do século XIX, tendo um de seus principais protagonistas um prisioneiro de galé, condenado a um total de 19 anos de prisão sob pena de trabalho forçado. Identifica-se logo no início do romance, a exclusão sofrida pelos prisioneiros e ex-detentos na França daquele período. A historiadora Michelle Perrot, em *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*²⁵, aponta que no século XIX o sistema penitenciário da França pós-revolucionária era extremamente duro, piorando consideravelmente após as revoltas de 1830 e 1848. De acordo com a mesma, em 1854 foi criada uma lei que condena ao exílio perpétuo todos aqueles que tivessem penas acima de oito anos, aumentando consideravelmente o número de condenações deste gênero.

²³ HUGO, Victor. *O último dia de um condenado*, In: *Obras completas*. Volume XV, São Paulo: Editora das Américas, p. 377.

²⁴ *Ibidem*, Nota preliminar.

²⁵ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Pela lei de 30 de maio de 1854, ele opta resolutamente pela deportação: os trabalhos forçados serão feitos em “colônias penais transatlânticas”; os forçados libertos, com a expiração do prazo da sentença, deverão residir nas ditas colônias por um tempo igual ao de sua condenação, se tiver sido inferior a oito anos, e *por toda a sua vida*, se exceder a esse tempo. Logo se vê um salto no número de condenações com mais de oito anos, destinadas a ativar a deportação definitiva: de 55% entre 1836 e 1845, elas passam para 66% entre 1855 e 1860. (PERROT, 2017, p. 280)

A fim de citar detalhes sobre o sistema prisional francês e a repressão do Estado, Perrot recorre à Hugo, que dentre uma das descrições mais emblemáticas de *Os Miseráveis*, cita as prisões de Paris e o calão, como linguagem dos guetos e celas, dos ladrões, meninos de rua, mendigos e meretrizes. Se referindo ao literato, Perrot destaca “Pois, mais que tudo, o silêncio e a solidão suscitaram o pavor. Contra eles, para manter a comunicação a qualquer preço, os prisioneiros inventaram expedientes: uma gíria dissimuladora, ‘o verbo convertido em forçado’ (Victor Hugo)”²⁶. É o que, em *Os Miseráveis* o autor chama de “*l’argot*”, “calão”.

Qu’est-ce que l’argot ? C’est tout à la fois la nation et l’idiome ; c’est le vol sous ses deux espèces, peuple et langue. [...]

Depuis, deux puissants romanciers, dont l’un est un profond observateur du cœur humain, l’autre un intrépide ami du peuple, Balzac et Eugène Sue, ayant fait parler des bandits dans leur langue naturelle comme l’avait fait en 1828 l’auteur du *Dernier jour d’un condamné*, les mêmes réclamations se sont élevées. On a répété : — Que nous veulent les écrivains avec ce révoltant patois ? l’argot est odieux ! l’argot fait frémir ! (HUGO, 1862, pp. 1267 – 1268)²⁷

O que está no cerne da discussão de Hugo, são as injustiças da lei, em especial contra os pobres, ditos miseráveis. Perrot aponta que as principais vítimas do sistema prisional francês eram os pobres, que lotavam as prisões como párias. De acordo com a autora, a maioria das condenações do sistema penitenciário eram por violações a propriedade, enquanto que as violação à vida eram mais facilmente perdoadas. “Mas enfim aqueles que as evidências acusam: o pobre e, particularmente, o operário. Eles enchem as prisões a tal ponto que passam a ser concebidas para eles, em função do seu nível econômico e cultural”²⁸.

Nas barricadas de Hugo, é possível perceber esta tentativa de extermínio das classes mais pobres e repressão dura a qualquer tipo de revolta comandada por estas classes. O cenário dos últimos

²⁶ *Ibidem*, p. 256 – 257.

²⁷ O que é o calão? É ao mesmo tempo a nação e o idioma; é o roubo sob duas espécies: o povo e a língua. [...] Depois, dois poderosos romancistas, dos quais um é um profundo observador do coração humano, e outro intrépido amigo do povo, Balzac e Eugênio Sue, tendo apresentado ladrões falando a sua língua natural, como fizera em 1823 o autor do *Último dia de um condenado*, viram erguer-se as mesmas reclamações. Repetiu-se: O que nos querem os escritores com este repugnante dialeto? O calão é odioso! O calão faz tremer! (tradução: HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952, p. 639)

²⁸ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 275.

momentos do romance se desenha com dois lados claramente distintos, um representado por trabalhadores, mendigos, estudantes e ladrões e outro pelo estado, que oprime cruelmente e mata, sem distinções nem mesmo de idade, atirando em crianças e mulheres como em uma guerra.

Ceux qui ont gardé quelque souvenir de cette époque déjà lointaine savent que la garde nationale de la banlieue était vaillante contre les insurrections. Elle fut particulièrement acharnée et intrépide aux journées de juin 1832. Tel bon cabaretier de Pantin, des Vertus ou de la Cunette, dont l'émeute faisait chômer « l'établissement », devenait léonin en voyant sa salle de danse déserte, et se faisait tuer pour sauver l'ordre représenté par la guinguette. Dans ce temps à la fois bourgeois et héroïque, en présence des idées qui avaient leurs chevaliers, les intérêts avaient leurs paladins. (HUGO, 1862, p. 1564)²⁹

6. Considerações finais

É possível aproximar historiografia e literatura, visto que ambas lidam com ficção e realidade, se ancorando, especialmente no caso do romantismo, nas realidades históricas e materiais, que não só inspiraram, mas constituíram as tramas dos romances. No entanto, é preciso ressaltar que, enquanto o objetivo da historiografia é ser científica e “realista”, o da literatura é expressar, a partir da arte, as relações sociais e históricas reais. Ambas se utilizam de fragmentos do passado e presente para construção de narrativas, no entanto, a literatura não possui as pretensões de cientificidade que a historiografia possui, podendo criar personagens e tramas fictícias, que preenchem as lacunas que os fragmentos do passado deixaram.

“Faz parte da miséria do homem o não poder conhecer mais do que fragmentos daquilo que já passou, mesmo no seu pequeno mundo; e faz parte de sua nobreza e de sua força o poder de conjecturar para além daquilo que pode saber. A história quando recorre ao verossímil, não faz mais do que favorecer ou estimular essa tendência. Então, por um momento, deixa de narrar, porque a narrativa não é naquele caso um instrumento bom, e adota em dez dele o instrumento da indução” (GUINSBURG, 1989, pp. 197-198)

É possível identificar em *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, verossimilhanças com a realidade e possibilidades históricas que não podem ser ignoradas, em especial enquanto livros como esse ainda forem “necessários”. Em tempos sombrios como os contemporâneos a este trabalho, se torna importante recorrer àqueles que tiveram esperança em meio às trevas, e fizeram da sua vida e sua arte

²⁹ Os que têm conservado alguma lembrança desta época já afastada, sabem que a guarda nacional era valente contra as insurreições. Nas jornadas de junho de 1832 foi singularmente intrépida e encarniçada. Tal ou tal taberneiro de Pátio, das Vertus ou da Cunett, a quem a revolta deixava deserto o “estabelecimento” tornava-se leonino vendo a sua sala de dança abandonada, e fazia-se matar para salvar a ordem representada pela baiuca. Os interesses, naquele tempo tinham também os seus paladinos. ((tradução: HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952, p. 780)

uma forma de resistência. A última frase de *O Último dia de um condenado*, expressa brilhante e resumidamente aquilo que ainda hoje é vivido, e sobre o que é necessário refletir: “Ah! Miseráveis! Parece-me que estão subindo as escadas...”³⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHALHOUB, Sindey. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representações. *Revista das Revistas: Estudos Avançados*, vol. 11, n. 5, 1991.

LLOSA, Mario Vargas. *A Tentação do Impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUGO, Victor. *Les Misérable*. Un texte du domaine public. Une édition libre. Bibeook, disponível em <http://www.bibebook.com/files/ebook/libre/V2/hugo_victor_-_les_miserables.pdf>

HUGO, Victor. *Les Misérable*. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection À tous les vents, vol. 648: version 1.0. disponível em <<http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Hugo-miserables-1.pdf>>.

HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edigraf, 1952.

HUGO, Victor. O último dia de um condenado, In: *Obras completas*. Volume XV, São Paulo: Editora das Américas.

³⁰ HUGO, Victor. O último dia de um condenado, In: *Obras completas*. Volume XV, São Paulo: Editora das Américas, p. 476.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

WINOCK, Michel. *Victor Hugo na arena política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

História e Literatura: Raça e Homossexualidade na obra *O Bom-Crioulo* (1895)

Maria Angela Gomes Gonçalves
Mestranda em História Social do Território- PPGHS UERJ

Introdução

O objetivo deste artigo é expor brevemente a percepção do negro no Naturalismo brasileiro, tomando como base a obra de Adolfo Caminha, *O Bom-Crioulo*. Lançado no Rio de Janeiro em 1895, o livro conta a história de Amaro, um negro que foge da fazenda onde é escravizado e ingressa na Marinha que, por diversos motivos - incluindo a falta de homens para a Guerra do Paraguai -, fecha os olhos para o recrutamento de homens escravizados considerados, portanto, propriedades de senhores.

No entanto, para compreender como *O Bom-Crioulo* pode ser utilizado por historiadores como fonte de pesquisa acerca da percepção e construção do homem negro no século XIX, abordar-se-ão algumas temáticas levantadas pela Nova História Cultural, ao discutir como a Literatura pode ser utilizada enquanto fonte. Utilizar-se-á teóricos como Peter Burke e Sidney Chalhoub para a compreensão da Nova História Cultural.

Para que a empreitada de dissecar o livro seja bem-sucedida, é necessário compreender o Naturalismo e sua chegada ao Brasil, o contexto histórico em que a obra *O Bom Crioulo* foi elaborada e a influência naturalista em sua composição. No decorrer do romance, Adolfo Caminha aborda questões que não tinham enfoque como a homossexualidade, mas que emergem a discussão com o Naturalismo.

A obra de Adolfo Caminha traz à tona uma série de pressupostos do Naturalismo, porém, o artigo se limitará à percepção da figura do negro. O objetivo é avaliar como o negro foi retratado pelo naturalismo no contexto histórico brasileiro do século XIX, utilizando, para tanto, *O Bom-Crioulo*.

1. Nova História Cultural: A literatura como fonte

“[...] não é mais possível pensar o saber histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do ‘paradigma galileano’, matemático e dedutivo. [...] Em um texto ao qual se deve sempre retornar, Michel de Certeau formulara essa tensão fundamental da história. Ela é uma prática ‘científica’, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades

dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’, se entendermos por isso a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados.” (CHARTIER, 2002, p.99)

A citação acima, retirada da obra *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes* (2002) de Roger Chartier, traz uma percepção fundamental para a nova história cultural. Ao citar Michel de Certeau, Chartier concebe a História como conhecimento científico, porém não nos moldes galelianos, ao mesmo tempo em que considera o relativismo absoluto como um indesejável liquidador de quaisquer pretensões de construção de um conhecimento histórico científico. Para esse equilíbrio, torna-se fundamental consultar e analisar fontes historiográficas, analisando de onde o autor fala, para quem ele fala e quais são as suas intenções.

Primeiramente, contudo, é necessário compreender o que é a “História Cultural”. A primeira advertência, e que nos ajudará a compreender o diálogo da História com outras formas de saber, é que a história cultural não é exclusividade ou monopólio intelectual de historiadores. A história cultural é praticada em diversos departamentos universitários e até mesmo fora no meio acadêmico.

O termo “cultura” pode ser entendido de forma expandida, como o foi pelo avanço dos estudos antropológicos, abrangendo com as chamadas “práticas culturais”, manifestações populares como: o folclore, letras, dança, pintura, escultura e medicina popular. (BURKE, 2008, p. 43).

A História, também passa por essa expansão temática, com a incorporação de novas fontes de pesquisa. Verifica-se um diálogo interdisciplinar entre ela e as demais disciplinas a partir de empréstimos teóricos e metodológicos dos domínios científicos, rompendo a fronteira que as separava.

Nesse sentido, a Antropologia – que é uma das disciplinas mais próximas da História Cultural – permite que os historiadores culturais aprendam com os críticos literários a “leitura detalhada” de textos, assim como estes aprenderam com os historiadores da arte a leitura de iconografias, de imagens e a leitura de culturas. (BURKE, 2008, p. 171).

A Nova História Cultural, portanto, torna-se a prática historiográfica através da qual o historiador expande sua pesquisa, conhecimento e escrita. O fato é que o novo procedimento de investigação historiográfica fornecido pela história cultural decorre de desafios impostos pelo alargamento do conceito de cultura e pelo surgimento e crescente prestígio da “teoria cultural”. A

análise de novos fenômenos culturais, novas metodologias e incorporação de novas fontes de pesquisa passaram a ser o objeto do historiador.

A partir dos avanços da História Cultural, Chartier (1994) percebe uma mudança nos paradigmas da produção historiográfica, com a incorporação de novos elementos culturais que abraçam uma diversidade de objetos, territórios e costumes. Ao afirmar que a História Cultural “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler.” (1994), Chartier traz à tona uma série de componentes, temáticas e possibilidades de análise que antes poderiam ser desprezados pela história oficial.

Na nova história cultural, a resposta não está objetivamente no que se lê e sim em uma representação subjetiva, baseada em uma identidade social, ao mesmo tempo em que as fontes tradicionais usadas pelos historiadores modificam-se, trazendo outras reflexões metodológicas. Nesse novo universo, a literatura permite aos historiadores adentrar em um mundo amplo e repleto de representações, considerando novas maneiras de pensar a história.

Ao realizar uma análise sobre uma obra literária para utilização como fonte, é necessário compreender os meandros dessa escrita, ou seja, entender que a literatura carrega valores socioculturais que são passíveis de diversas interpretações. Cabe ao historiador conseguir relacionar a realidade histórica com os fatos narrados nas obras literárias.

Antônio Candido aborda alguns cuidados que devem ser tomados pelo historiador, ou pelas ciências sociais de um modo geral, em seu clássico ensaio sobre teoria literária, *Literatura e Sociedade* (2002). Segundo o autor, a literatura deve ser percebida como um todo indissociável, afinal apontar as dimensões sociais de uma obra não é o suficiente para definir um caráter sociológico de estudo, mas deve ser o ponto de partida de uma análise.

A fronteira que divide História e a Literatura está diretamente ligada à criatividade, ou melhor, à licença criativa. Concordando com Antônio Cândido, o discurso literário mantém relações com o contexto histórico, que podem ser justificadas ainda que regidas pelo “arbitrio transfigurador”, objeto específico da crítica literária. Cândido levanta duas questões principais para compreensão da literatura como fonte: Qual a influência exercida pelo contexto social na obra de arte? Qual a influência exercida pela obra de arte sobre o contexto social? Ou seja, o problema fundamental para análise literária é “averiguar como a realidade social se transforma em componentes de uma estrutura literária, a ponte dela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce” (CANDIDO, 2002,

p. 9). Cândido considera em que medida a arte é expressão da sociedade e em que medida ela é autônoma, propondo uma análise dialética entre texto literário e contexto social.

“Só a podemos entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatos externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos ainda que o externo, no caso o social, importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2002, p. 13).

A reflexão sobre o contexto social também está presente na análise de Nicolau Sevcenko, que afirma ser a literatura uma versão da história pelos olhos privilegiados do observador – o escritor. Para Sevcenko, o estudo da literatura traz consigo novas possibilidades de analisar o passado por meio da fala dos “não ajustados socialmente” (2003, p. 20), ou seja, o conhecimento de uma realidade que não fora apresentada por outras fontes.

Na utilização de uma obra literária na pesquisa histórica, interrogá-la é o primeiro passo, ou seja, uma questão fundamental a ser observada está nas condições de sua produção. Como afirma Chalhoub e Leonardo Pereira (1998), o historiador deve descobrir e detalhar com igual afincamento tanto as condições de produção de uma página de um livro de ata, de um depoimento em um processo criminal, quanto um conto, uma crônica ou outra peça literária.

Em seguida, é preciso esclarecer qual fase literária está sendo abordada, quais são suas características e como determinados autores se posicionam diante das questões de seu tempo.

Todos os cuidados cabíveis à construção histórica contribuem para o valor da produção historiográfica, pois não é permitido ao historiador usar a imaginação e a subjetividade da mesma maneira que se utilizaria em uma obra ficcional. Roger Chartier aponta que, ao abordar obras literárias como simples fontes documentais, o historiador corre o risco de perder o encanto e a magnitude da literatura.

“Porque há historiadores que se interessam em fazer leituras das obras literárias, mas frequentemente sem sucesso, pois as liam como se fossem um documento singular que ilustrava os resultados ou que corroborava o que as fontes e as técnicas clássicas da história tinham mostrado. Assim, é uma leitura redutiva, puramente documental e que destrói o próprio interesse de se confrontar com a literatura.” (CHARTIER, 2002, p. 91).

Sendo assim, pode-se considerar a literatura uma fonte privilegiada, capaz de acrescentar novas perspectivas e possibilidades ao conhecimento histórico. Sem dúvidas, a ligação entre a narrativa histórica e a narrativa literária cria uma teia de informações, onde o historiador consegue encontrar elementos que respondam seus questionamentos.

O Brasil do século XIX e o Naturalismo

Como visto, no final do século XIX no Brasil, a Literatura representou algo historicamente considerável. Nicolau Sevcenko, em sua obra *Literatura como Missão*, apresenta um painel da *belle époque*¹, centrado na obra e trajetória de dois autores a partir do marco da Proclamação da República em 1889: Euclides da Cunha e Lima Barreto. Sevcenko, ao trabalhar com intelectualidade, em especial a do Rio de Janeiro - capital federativa e cultural do país -, analisa os anseios e frustrações por parte dos intelectuais em um período que se estende desde o início das campanhas abolicionistas até a década de 1920. Sevcenko os intitula como “Mosqueteiros Intelectuais”, ou seja, intelectuais engajados em um processo de transformação social.

As grandes questões desse período eram fomentadas por um fluxo cultural europeu em um dos últimos países a abolir a escravidão. Sevcenko fala sobre o fluxo cultural europeu percebido então como uma espécie de salvação, “capaz de abrir um mundo liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia”. (p. 81)

“Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade como o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional. E a elevação do nível cultural e material da população”(Sevcenko, 2003, p. 83)

Na segunda metade do século XIX, a Revolução Francesa já se encontrava consolidada e a burguesia fortalecida enquanto classe social vitoriosa. Dessa forma, passa a assumir uma nova condição de classe dominante, tendo como alicerce a ciência; o romantismo perde influência e espaço diante do avanço do cientificismo. A época é de avanço e deslumbre diante das novas descobertas científicas. Esse quadro histórico-cultural predominantemente entre 1870 e 1890 favorece o surgimento de uma “arte engajada”, fazendo com que muitos artistas buscassem nivelar sua atitude à do cientista, mas com o intuito de denunciar e combater os desequilíbrios sociais.

A abolição no Brasil se dá em um cenário onde o negro continuaria às margens da sociedade e a República, em seu início, era dominada pelos setores militares. Mais à frente, em 1894, a república fica a cargo de governantes civis, dominada pelas oligarquias paulistas, mineira e fluminense; o núcleo central dos republicanos controla as eleições e governa o país.

¹ Período de cultura cosmopolita na história da Europa que começou no fim do século XIX, com o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão.

Paralelo às mudanças no cenário político brasileiro e ao engajamento de escritores em denunciar insatisfações, estava um país com um número alto de analfabetos - apenas 15 alfabetizados a cada 100 mil habitantes -, o que restringia a literatura à uma elite social, em um mundo onde a ciência transformaria o destino de praticamente toda humanidade. (SEVCENKO, 2003). Sevcenko enumera três fatores que julga serem os saltos de mudança: A teoria darwinista, a Revolução Sanitária e a Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica.

Nesse contexto, inspirado pelos movimentos literários na Europa, chega ao Brasil o Naturalismo, com Aluísio Azevedo como um dos principais autores da época. Azevedo condensou todos os ideais naturalistas ao demonstrar como o meio se torna influente sobre seus personagens, além da força dos instintos que determinariam seus comportamentos, inspirando-se em Èmile Zola, que publicou em 1880 o *Romance Experimental*, e no ano seguinte lançou *Germinal*, marco do Naturalismo.

Antônio Candido, em *O Discurso e a Cidade*, aborda uma questão crucial para a compreensão do naturalismo. Ele afirma que o Naturalismo procura ser uma “transposição direta da realidade”, ou seja, o escritor, teoricamente, conseguiria ficar diante do “objeto” em sua essência, cientificamente registrando as noções que viriam a construir seu próprio texto. Candido analisa *O Cortiço* como uma obra coerente a um país subdesenvolvido.

O Cortiço (1987), de Aluísio de Azevedo, publicado originalmente em 1890, narra trabalhadores pobres e amontoados numa habitação coletiva, trazendo em suas linhas, de forma mais concentrada, questões como a promiscuidade, violência e escravidão, que não está presente em Zola. Ora, o Brasil ainda era um país semicolonial e com a base de sua economia alicerçada no trabalho escravo.

“Na França, o processo econômico já tinha posto o capitalismo longe do trabalhador; mas aqui eles ainda estavam ligados, a começar pelo regime da escravidão, que acarretava não apenas contacto, mas exploração direta e predatória do trabalho muscular.” (CANDIDO, 2016, p.126)

Ainda que em países diferentes, as obras de Azevedo e Zola carregam o cientificismo e o naturalismo como características predominantes. Nesse artigo, o destaque vai para o negro como principal componente das obras naturalistas. Como o negro, escravo ou ex-escravo, foi incorporado nas discussões e representações propostas pelo Naturalismo no Brasil? Para isso, utilizar-se-á a obra naturalista de Adolfo Caminha, *O Bom-Crioulo*. O livro está inscrito na história literária brasileira

como um romance naturalista. Caminha é, ao lado de Júlio Ribeiro e logo após Aluísio Azevedo, sempre citado entre os principais expoentes do naturalismo no Brasil.

O negro no Naturalismo brasileiro: O Bom-Crioulo

O Realismo e o Naturalismo trouxeram para o centro da cena literária brasileira temas e representações de sujeitos marginalizados, como o negro, o pobre, o escravo e o homossexual, todos presentes na obra de Adolfo Caminha aqui analisada.

O Naturalismo segue as novas teorias da época, como o evolucionismo e o positivismo, trazendo uma visão científica em relação à vida e ao próprio homem, ou seja, só o que é visto e questionado seria considerado verdadeiro. A religiosidade, portanto, é deixada em segundo plano nos meios intelectuais.

Fruto disto é o determinismo racial e hereditário, ligado ao darwinismo social. Para exemplificar, citar-se-á *O Cortiço*, obra na qual o determinismo racial é explorado por Aluísio Azevedo, principalmente por meio de suas personagens Bertoleza e Rita Baiana. Ambas procuraram homens brancos como companheiros, o que explicita no texto a crença da superioridade e inferioridade de raças. O darwinismo social defende a disputa pela sobrevivência e o processo evolutivo. Em *O Cortiço*, os personagens negros são apresentados de forma negativa, enquanto “menos adaptados”. Pode-se tomar como outro exemplo *O Mulato* (1977 [1881]), também de Aluísio de Azevedo, na qual o personagem negro Raimundo, que possui olhos claros apesar de ser negro - o que não o faz superior - e mesmo tendo estudado e se tornado advogado, ainda apresenta sua identidade biológica.

Além disso, o personagem negro representado no panorama literário brasileiro, na maioria das vezes, exerce funções braçais, como Amaro, personagem principal de *O Bom-Crioulo*. Amaro é apresentado no livro como um escravo que, fugindo da senzala, se apresenta à Marinha Imperial e, dentro do navio, era o que levantava os maiores pesos. “Os grandes pesos era ele quem levantava, para tudo aí vinha Bom-Crioulo com seu pulso de ferro, com a sua força, oitenta quilos, mostrar como se alava um braço grande, como se abafa uma vela em temporal, como se trabalhava com gosto.” (CAMINHA, 2010, p. 20).

A principal diferença entre *O Bom Crioulo* e as outras obras do mesmo período está no papel exercido pelo negro. Caminha faz de Amaro o protagonista de sua obra, o que era inédito no Brasil, ter um ex-escravo, negro e homossexual como personagem principal de uma obra literária.

Amaro é descrito por Caminha como um possuidor de “caráter [...] tão meigo que os oficiais começaram a trata-lo por bom-crioulo” (p.6). No entanto, após longas viagens e a vida em alto-mar, as ações e gestos doces transformam-se em agressividade. Bom Crioulo começou a ser o último a se apresentar, sempre atrasado e com algum obstáculo que o impedia de cumprir suas tarefas. Alguns diziam que o motivo seria a cachaça, outros que ele perdera o interesse no trabalho desde que conheceu Aleixo, o grumete de olhos azuis que viria a envolvê-lo. Porém, antes de nos concentrarmos nos reais motivos que levaram a mudança de comportamento de Amaro, o narrador nos oferece outra versão da história, com a perspectiva do próprio personagem:

“Contava então cerca de trinta anos e trazia a gola de marinheiro de segunda classe. Por sua vontade não sairia mais barra fora: em dez anos viajar quase o mundo inteiro, arriscando a vida cinquenta vezes, sacrificando-se inutilmente- Afinal a gente aborrece... Um pobre marinheiro trabalha como besta, de sol a sol, passa noites acordado, atura desaforo de todo mundo, sem proveito, sem o menor proveito! O verdadeiro é levar a vida ‘na flauta’...” (CAMINHA, 2010, p. 23).

O espaço de tempo de dez anos ou mais ficaria obscuro se não fosse a citação acima, na qual o narrador dá a entender que foram anos de trabalho árduo e sem compensações. Ele percebe que o trabalho fora dos limites da fazenda também poderia se tornar uma espécie de escravidão. A alegria pelo alistamento se transforma em revolta dentro de alguns anos.

A bordo do navio, Amaro conhece um grumete branco de quinze anos, Aleixo, e mais tarde o seduz. Quando o navio chega ao Rio de Janeiro, Amaro aluga um quarto numa pensão que pertence a uma amiga, portuguesa, ex-prostituta, Dona Carolina. A personagem com uma história de vida cheia de altas e baixos, alugava seus quartos para “pessoas de ‘certa ordem’, que não se fizesse de muito honrada e de muito boa” (p. 41), afinal de contas o narrador explicita sua trajetória que vai desde uma jovem moça de vinte anos, que se entrega aos luxos que a prostituição lhe trazia, até ficar doente e na miséria. Nesse momento, com quarenta anos, D. Carolina, com inúmeras experiências, vive do aluguel de seus quartos na pensão paga por seu companheiro, um açougueiro que aparecia uma vez por mês, pois era casado, deixando assim cento e cinquenta mil-réis para o aluguel do sobradinho e a carne que mandava diariamente.

Nesse quarto, Bom-Crioulo e Aleixo passam juntos o tempo livre. Em determinado momento, Amaro é transferido para outro navio, onde raramente consegue licença para ir a terra, deixando Aleixo no quarto alugado. Aleixo acaba seduzido por Dona Carolina, que quer um jovem amante para reavivar a sua velhice enfraquecida. Amaro, no entanto, cada vez mais desesperado para encontrar Aleixo, ausenta-se sem permissão do navio, embebedado-se, provocando uma briga com um estivador português, e sofre um castigo de chibata até perder a consciência e terminar

confinado num hospital. Sem notícias de Aleixo, Amaro se consome em uma mistura de amor, ódio e ciúmes, o que o leva a fugir do hospital depois de saber que Aleixo havia arranjado uma namorada. Ao chegar na rua da pensão onde o amante ficara hospedado, um comerciante lhe diz que Aleixo está vivendo com Dona Carolina. Então, Amaro agarra-o e dá um golpe fatal em seu pescoço com uma navalha. O romance acaba com um assassino sendo levado sob escolta enquanto uma multidão de pessoas se aglomera para ver o cadáver. As pessoas querem ver o corpo, numa "irresistível atração, uma ânsia!", e não se importam com o outro.

O homem branco, como visto em *O Bom-Crioulo*, não pode ser confundido com o homem de cor, o negro, mesmo que esse seja um ex-escravo ou um marinheiro. Sua origem social o difere e o define. O homem branco, por sua vez, encarna princípios de civilidade. Antonio Candido discute tal diferenciação sob a perspectiva do Naturalismo no Brasil.

“Essa gente era cônica de ser brancas, brasileira e livre, três categorias bem relativas que por isso mesmo precisavam ser afirmadas com ênfase, para abafar as dúvidas num país onde as posições eram tão recentes quanto a própria nacionalidade, onde a brancura era o que ainda é (uma convecção escorada na cooptação dos ‘homens bons’), onde a liberdade era uma forma disfarçada de dependência.” (CANDIDO, 2016, p.132)

Ou seja, a redução biológica proposta pelo Naturalismo, coloca todos os homens, brancos e negros, como animais (p.134). Porém, o negro, a partir da perspectiva do evolucionismo, ao ser comparado com o homem branco, é apresentado como inferior.

Em *O Bom-Crioulo*, Caminha, logo nas primeiras páginas apresenta um personagem branco e um negro dentro do navio. Ambos sem nome, mas com características distintas e bem ressaltadas. O tenente e o negro.

“O tenente [...] era um oficial distinto, moço, moreno, os olhos vivos e inteligentes, grande calculista, jogador de sueca e autor de um Tratado elementar de navegação prática.” (CAMINHA, 2010, p. 3)

“[...] até que surgiu, correndo, a figura exótica de um marinheiro negro, olhos muito brancos, lábios enormemente grossos, abrindo-se num vago sorriso idiota, e em cuja fisionomia acentuava-se linhas características de estupidez e subserviência.” (CAMINHA, 2010, p. 3)

Quanto a Amaro, essa percepção de cunho racista não é diferente. O jovem negro, feliz por ter adentrado a Marinha, longe da fazenda de onde fugira, e mesmo que no começo visto como um ser selvagem, porém ingênuo, não conseguira deixar seus extintos supostamente sórdidos de lado. Por fim, acaba por assassinar um homem branco, vítima de seu ciúme, ódio e mais do que isso, vítima de sua natureza fisiológica e racial apresentada enquanto inferior.

Considerações finais

Analisar o século XIX no Brasil traz à tona uma discussão sobre a escravidão, base da economia oitocentista brasileira. Através da Literatura como fonte de pesquisa historiográfica, é possível compreender a representação do negro e a percepção sobre o meio social no qual ele estava inserido.

O Naturalismo, que toma como base a ciência no final do século XIX, retoma personagens antes esquecidos ou pouco abordados pela literatura. Entender como os mesmos são abordados a partir de uma perspectiva não só ficcional, mas também científica, eleva a pesquisa a um nível que a Nova História Cultural permite para explicar fatos antes não abordados.

A Literatura utilizada como fonte histórica e ainda dentro da perspectiva naturalista, como se enquadra a obra de Adolfo Caminha, tem muito a contribuir para historiografia e para se pensar as questões raciais no Brasil.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. S. Paulo: Círculo do Livro, 1987.

_____. *O mulato*. São Paulo: Ática, 1977.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha: Um polígrafo na Literatura Brasileira do século XIX (1885-1897)*, Ed. UNESP, 2009.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. de Sérgio Goés de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Hedra, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

_____. *O Discurso e a Cidade*. Editora Ouro, 5ª ed, 2016

CA V ALCANTI, Valdemar. *O enfeitado Adolfo Caminha*. In: FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda (Org.). *O romance brasileiro de 1752 a 1930*. Rio de Janeiro: Ed. 5, Cruzeiro, 1952.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. M. (orgs). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *O Mundo como Representação*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol.5 n°11. 1991.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n° 13, 1994.

_____. *Do códice ao monitor: a trajetória do escrito*. Estud. Vol. 8, nº21. ISSN 0103-4014, 1994.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Da senzala ao cortiço: história e literatura em Aluísio Azevedo e João Ubaldo Ribeiro*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 483-494, 2001.

FRYE, Peter. Leonie, *Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raca em dois romances naturalistas brasileiros*. In: EULALIO, Alexandre (Org). *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciencias naturais*. Sao Paulo: Brasiliense, 1983.

HOWES, Robert. *Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha*. João Pessoa, UFPB. Graphos, Revista da Pós-Graduação em Letras, Vol. 7., n. 2/1, p. 171-190, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZOLA, Emile. *O romance experimental e O naturalismo no teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

O Prometeu moderno em Frankenstein de Mary Shelley

Raphael Matheus de Moraes Ribeiro Mestrando
do PPGHS/UERJ

Introdução

O mito de Prometeu se insere em um conjunto de narrativas mitológicas da antiguidade grega¹. Dentre os poetas que o abordaram, destaca-se Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias* e *Teogonia*. Hesíodo foi um poeta grego do período arcaico pertencente à mesma tradição de Homero². Ambas as obras tematizam a participação dos deuses do Olimpo nos eventos que ocorriam no mundo mortal. Uma dessas interferências divinas, narrada em *Os trabalhos e os dias*, foi protagonizada por Prometeu, quando o titã roubou o fogo do conhecimento divino e o entregou aos mortais, contemplando os seres humanos com todos os tipos de conhecimento, desde os artísticos até os técnicos. Zeus, irado diante da transgressão, puniu Prometeu e a humanidade:

Mas Zeus escondeu-o, encolerizado em seu coração, porque o enganara Prometeu de curvo pensar. Por isso maquinou amargos cuidados para os humanos, e escondeu o fogo. Por sua vez, o bom filho de Jápeto roubou-o do sábio Zeus para dá-los aos humanos numa férula oca, passando despercebido a Zeus a quem alegre o trovão. Encolerizado, disse Zeus que ajunta nuvens: “Filho de Jápeto, mais que todos fértil em planos, alegras-te de ter roubado o fogo e enganado minha inteligência, o que será uma grande desgraça para ti próprio e para os homens futuros. Para compensar o fogo lhes darei um mal, com o qual todos se encantarão em seu espírito, abraçando amorosamente seu próprio mal. (HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*, 48-58)

De acordo com a tradição mitológica grega, foi através do crime cometido por Prometeu que os homens tiveram acesso a conhecimentos técnicos que possibilitaram a criação de diversos mecanismos para auxiliá-los. Entretanto, a humanidade recebeu como punição todos os males de que antes não padecia: a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, o surgimento das doenças e a reprodução sexuada. A Prometeu coube como punição ser acorrentado a uma rocha em que todos os dias uma águia vinha devorar o seu fígado, que se regenerava em seguida para ser devorado novamente.

¹ Fala-se aqui de Grécia antiga englobando um conjunto de cidades pertencentes à região.

² Ambos tiveram seus poemas escritos em hexâmetro dactílico, onde cada verso é formado por seis medidas e cada medida é composta por uma sílaba longa e duas sílabas breves ou então por duas longas. Desse modo, os poemas não deveriam ser lidos somente, mas cantados. J. Griffin, em *Greek Myth and Hesiod*, faz uma comparação entre o uso do dactílico por Homero e Hesíodo.

A seguir será discutido o mito prometeico em seu contexto “original” e sua ressignificação na obra de Mary Shelley, que se apropriou do mesmo em um contexto histórico marcado pela revolução técnico-científica na Inglaterra do século XIX.

O papel do mito

De acordo com Mircea Eliade, todos os mitos são historicamente condicionados, isso é, são elaborações de seu tempo. Além disto, “O mito tem a capacidade de comunicar sua mensagem mesmo quando seu significado não é conscientemente apreendido pelo indivíduo ao qual é comunicado” (GUERRA, 2008, p. 45).

Através do *arquétipo* e do *símbolo* o mito transmite sua mensagem que, mesmo não sendo apreendida de forma inteiramente consciente, não deixa de comunicar um conjunto de ideias, atos, fatos e significados.

Em *Os trabalhos e os dias*, o poeta aborda de forma didática a relação humana com o trabalho:

(...) uma reflexão moral, de um olhar para os espaços em que se realiza o trabalho e a distribuição deste tempo, ou uma sugestão sobre os sentimentos dos atores (humanos, divinos e animais) que habitam o universo do trabalho. Mais do que uma instrução técnica, *Os Trabalhos* são um poética e uma filosofia do trabalho. (MOURA, 2012)

Explicando as origens do mesmo, ou o porquê do homem³ ter de trabalhar – no caso, conforme referido, em decorrência de uma punição pelo recebimento do fogo divino do conhecimento técnico. A partir da transgressão de Prometeu, a humanidade, não mais subordinada apenas ao domínio da *physis*, apropriou-se da *techné*. Ao obter conhecimento técnico para manipular os recursos ao seu redor, os mortais não dependeriam exclusivamente do acaso e do meio natural, e isto se deu através do sacrifício (e da afronta) de Prometeu.

O Prometeu antigo

Prometeu é tematizado por Hesíodo como símbolo de transgressão à autoridade e ao desejo dos deuses. Daí o epíteto: Prometeu *de curvo pensar* (HESÍODO, 1995, p. 103), de pensamento

³ É necessário explicar que o conceito de *homem* aqui utilizado denomina humanidade como um todo. Faz-se isso tendo em vista que na narrativa Hesiódica *homem* se refere a ser masculino, *Andros*, pois de acordo com a mitologia, a entidade feminina humana, mulher, *ginos*, não existia.

torto, imprevisível, insubordinado às normas e regras, ou à própria lei divina. Antes mesmo de roubar o fogo do conhecimento, o titã já havia suscitado a ira de Zeus quando em um banquete:

(...) ofertou grande boi, a trapacear o espírito de Zeus: aqui pôs carnes e gordas vísceras com a banha sobre a pele e cobriu-as com o ventre do boi, ali os alvos ossos do boi com dolosa arte dispôs e cobriu-os com a brilhante banha. Disse-lhe o pai dos homens e dos Deuses: “Filho de Jápeto, insigne dentre todos os reis, ó doce, dividiste as partes zeloso de um só!”. Assim falou a zombar Zeus de imperecíveis desígnios. E disse-lhe Prometeu de curvo pensar sorrindo leve, não esqueceu a dolosa arte: “Zeus, o de maior glória e poder dos Deuses perenes, toma qual dos dois nas entranhas te exorta o ânimo”. Falou por astúcia. Zeus de imperecíveis desígnios soube, não ignorou a astúcia; nas entranhas previu males que aos homens mortais deviam cumprir-se. Com as duas mãos ergueu a alva gordura, raivou nas entranhas, o rancor veio ao seu ânimo, quando viu alvos ossos do boi sob dolosa arte. Por isso aos imortais sobre a terra a grei humana queima os alvos ossos em altares turiais. E colérico disse-lhe Zeus agrega-nuvens: “Filho de Jápeto, o mais hábil em seus desígnios, ó doce, ainda não esqueceste a dolosa arte!”. Assim falou irado Zeus de imperecíveis desígnios, depois sempre deste ardil lembrado negou nos freixos a força do fogo infatigável aos homens mortais que sobre a terra habitam. (HESÍODO, 1995, p. 104-105)

Assim, após o episódio, Zeus interditou o fogo do conhecimento à humanidade, de modo a se vingar de Prometeu, uma vez que, os humanos eram sua responsabilidade⁴. Em afronta direta à determinação divina, o Titã roubou o conhecimento proibido e o entregou aos que jamais deveriam possuí-lo. A punição não se esgotou com o castigo a Prometeu, havendo ainda a criação de Pandora⁵, moldada pelos olímpianos a mando de Zeus e enviada ao mundo dos mortais para levar consigo uma série de malefícios e fatigar a humanidade. A apresentação que Hesíodo faz de Prometeu é negativa, retratando o titã não como o benfeitor da humanidade, mas como o desafiador, devidamente punido, de desígnios divinos. É importante ter em mente que a narrativa tinha um teor didático e a mensagem que o poeta procura transmitir é clara: não se deve desafiar ou desobedecer aos deuses, sob pena de terríveis padecimentos.

No contexto da produção dos poemas de Hesíodo, os trabalhadores⁶ ainda gozavam de certo prestígio social, uma vez que, possuíam conhecimento para moldar a *physis* através da *techné*. Entretanto, na transição do período arcaico (IX A.E.c até VI A.E.c) para o clássico (VI A.E.c até IV A.E.c) ocorreu, segundo Vernant (2008), uma espécie de laicização da técnica que desprende o conhecimento relativo ao trabalho manual da prática mágica. De acordo com Vernant (2008, p. 358), “Na época clássica, ao contrário, a laicização das técnicas é fato consumado. O artesão não põe mais em jogo as forças religiosas; ele opera ao nível da natureza, da *phýsis*”.

⁴ O irmão de Prometeu, Epimeteu, foi o responsável por cuidar dos animais e lhes dotar de habilidades, ficando os humanos a cargo de Prometeu.

⁵ Na Teogonia, Pandora é retratada como sendo a primeira mulher, apresentando o feminino como sendo algo estranho a humanidade (*andros*) e dotado de todas as sortes de malefícios.

⁶ Tanto aqueles do campo, como o artesão.

O mito é utilizado na época clássica mais como forma de diminuição do valor do trabalho técnico (proveniente de uma transgressão contra o poderoso Zeus), que para explicar as origens da técnica em si. Como afirma Vernant (1983, p. 61), “O personagem do demiurgo em Hesíodo goza de um prestígio social superior ao do artesão da época clássica”. Um exemplo disso se dá comparando os seguintes trechos, primeiro da *Ilíada* de Homero:

Havia entre os troianos um certo Dares, homem rico e irrepreensível, sacerdote de Hefesto. (HOMERO, *Ilíada*, 5.9-10); E Meríones matou Fére clo, filho de Técton, filho de Hármon, cujas mãos sabiam fabricar toda espécie de espantoso artefato; é que muito o tinha estimado Palas Atenas. (HOMERO, *Ilíada*, 5. 59-60)

Essa passagem apresenta dois homens possuidores do conhecimento técnico, mas que além de terem boa condição social, são considerados importantes o suficiente para serem citados pelo autor. Já em Xenofontes, um filósofo do período clássico, encontramos uma visão mais negativa da figura do artesão: “(...) se os artesãos são fracos de corpo e covardes de alma, é porque sua profissão os obriga a permanecer no interior das casas, a viver na sombra, (...) perto do fogo, como as mulheres” (VERNANT, 2008, p. 220).

Junto com o desligamento da relação entre *técnica e divino*, houve também o rebaixamento social do homem ligado ao ambiente da oficina, dedicado ao artesanato. Entretanto, ainda que estigmatizado, o artesão era necessário à Polis, composta por grande quantidade de trabalhadores artesanais, que, segundo uma reflexão repetida desde então, é o seu herói secreto (VERNANT, 1983, p. 8). Arthur Khan (1970, p.149) afirma que, em Atenas, graças a esses artesãos, aparelhos de todos os tipos, como a nova fechadura mecânica de portas, estavam fazendo a vida ordinária ligeiramente mais confortável. A classe de artesãos era considerada, assim, um *mal necessário* para a sociedade.

É no período clássico que Ésquilo resgata o mito prometeico, a partir de uma nova roupagem. Ésquilo foi um dos três grandes dramaturgos gregos ao lado de Sófocles e Eurípedes, tendo vivido durante o século VI A.E.c. Em sua peça *Prometeu acorrentado*, o autor reimagina o mito de forma a colocar o titã não mais como um transgressor ou um zombeteiro, mas, antes, como o grande benfeitor da humanidade e aquele que vai contra o governo autoritário e repressivo de Zeus:

Oh! Qual dos deuses terá um coração tão duro, que se possa alegrar com tal espetáculo? Qual deles, exceto Júpiter⁷, deixaria de se conder de teu sofrimento? Irritado sempre, e inflexível, ele não deixará de saciar sua crueldade sobre a raça celeste, até que um esforço feliz lhe arranque um poder infelizmente agora sólido demais! (ÉSKUÍLO, 525A.E.c-456A.E.c.)

⁷ Nome romano de Zeus.

Diferente das obras de Hesíodo, Ésquilo, em *Prometeu acorrentado*, narra a história de Prometeu após a derrota de Cronos por seu filho Zeus, quando os deuses ficaram divididos sobre quem deveria ser o seu novo governante. Com o apoio de Prometeu, Zeus lançou seu pai no tártaro e ascendeu como grande governante do Olimpo, apoio esse que veio seguido de traição:

Após tamanho serviço, eis o prêmio ignóbil com que me recompensa o tirano do céu! Tal é a prática frequente da tirania: a ingratidão para com os seus amigos..., mas o que tanto quereis saber: a causa do meu suplício, eu vou dizer agora. Logo que se instalou no trono de seu pai, distribuindo por todos os deuses honras e recompensas, ele tratou de fortificar seu império. Quanto aos mortais, porém, não só lhes recusou qualquer de seus dons, mas pensou em aniquila-los, criando em seu lugar uma raça nova. Ninguém se opôs a tal projeto, exceto eu. Eu tão somente, impedi que, destruídos pelo raio, fossem povoar o Hades. Eis a causa dos rigores que me oprimem, deste suplício doloroso, cuja simples vista causa pavor, por que me apiedeí dos mortais. (ÉSQUILO, 525A.E.c-456A.E.c)

Quando Ésquilo produz sua peça sobre Prometeu, estava ocorrendo em Atenas uma espécie de revolução técnica⁸, no contexto da qual o titã, junto com Hefesto, seriam apontados como os patronos de um novo grupo de homens que, embora trabalhassem com as mãos, não eram considerados meros artesãos e sim artistas, pois o seu trabalho incluiria uma dimensão criativa e intelectual. Nesse contexto, Prometeu não era a personificação da transgressão, e sim do avanço:

Assim, como em Prometeu, seu patrono, Hefesto, solitário ronca e faz barulho na sua oficina, mestres forjadores nas oficinas de Atena estavam martelando ferramentas que transformaram sua sociedade. Incitada pela competitividade geral característica de Atenas e por uma insatisfeita demanda pelos seus produtos, eles constantemente refinaram suas técnicas e equipamentos, construindo largas fornadas alimentadas por mais poderosos foles, produzindo bigornas mais eficientes e novas ferramentas para o seu próprio trabalho. (-) De fato, aparelhos de todos os tipos, como a nova fechadura mecânica, estavam fazendo a vida ordinária geralmente mais confortável. (KHAN, 1970, p. 148-149)

⁸ Esse refinamento das técnicas se tornou possível graças a um *boom* econômico que ocorreu devido à retomada e o desenvolvimento dos contatos com o oriente, a partir do século VIII (VERNANT, 2009). Essa nova riqueza leva a circulação de metais nas polis e faz com que os artesãos em Atenas (KHAN, 1970). Entretanto, por mais que tenha havido um refinamento na técnica, não houve um aprimoramento. Vernant defende que a mentalidade grega após abandonar a concepção arcaica presente em Homero, de instrumentos animados e de trabalhos vivos, estagnou em um estado pré-mecânico, onde a criação do artesão se torna uma extensão de seu criador que apenas realizava um trabalho repetitivo e mecânico, sem questionar as minúcias de seu ofício (VERNANT, 1989). Em contraste com esses artesãos, Platão e Xenofontes reconheciam entre aqueles que realizavam atividades técnicas, homens que operavam *trabalhos para o alto*, isso é, diferiam dos anteriores por se utilizarem dos conhecimentos da matemática e da geometria, possuindo os elementos de um saber teórico, podendo transmiti-lo num ensino de caráter racional, muito diferente da aprendizagem prática. Têm-se, por exemplo, no século III a.E.C, Arquimedes (VERNANT, 1989). Se antes a técnica estava ligada ao campo do religioso, a partir do século IV se inicia o movimento de racionalização do trabalho manual, criando, assim, a ligação da técnica com a filosofia. Há um esforço de elucidação teórico e empírico dos problemas técnicos que vão surgindo, esforço esse que leva na escola de Alexandria o surgimento do trabalho dos *engenheiros gregos*, homens chamados de *Thaumaturgos*, construtores de maravilhas.

Esses artistas eram os chamados *thaumaturgos*, do grego *thauma*, que significa *maravilha*. Graças ao titã benevolente e protetor da humanidade essa nova *ars techné* podia existir. Observa-se, assim, como o mito é condicionado e ressignificado historicamente, sendo narrado de formas distintas para manutenção do controle político e social.

O Prometeu moderno

Se na antiguidade Prometeu estava acorrentado e o fogo do conhecimento era domínio dos deuses, na modernidade, especificamente na virada do século XVIII para o XIX, o titã se liberta. Nesse período se deslanchou a revolução técnico-científica, cujo centro e vanguarda eram a Inglaterra. A revolução possibilitou não somente o avanço de técnicas já existentes como o desenvolvimento de novos conhecimentos e procedimentos, frutos da ciência moderna aplicada à produção industrial. É o homem tomando para si aquilo que, segundo a tradição clássica, era reservado aos seres imortais.

Nesse contexto, Mary Shelley ressignifica o mito prometeico em meio a um período histórico que redefiniu os domínios da economia, da cultura e da sociedade. Em *Frankenstein ou o Prometeu moderno*, Mary Shelley narra como um jovem e ambicioso cientista, Victor Frankenstein, através do conhecimento científico, consegue dar vida a uma criatura inanimada, composta a partir dos restos mortais de diversos cadáveres.

O conhecimento técnico não se originaria mais do Olimpo (ou de qualquer esfera transcendente), a luz da chama que retira a humanidade da escuridão e da ignorância agora é a ciência moderna, empírica, revolucionária e humana.

Os paralelos entre o cientista criado por Shelley e o titã são vários. Ambos querem desafiar a ordem natural através de um conhecimento proibido e ambos o fazem a partir da justificativa de serem benevolentes amantes da humanidade. Prometeu queria retirar os homens do obscurantismo, Victor queria eliminar as maiores adversidades que afligem os seres humanos: a doença e a morte. “A riqueza era um objeto inferior, mas com que glória assistiria à descoberta capaz de banir a doença do corpo humano, tornando o homem invulnerável a qualquer coisa, exceto à morte violenta!” (SHELLEY, 2017, p.57).

Para isso, Victor, assim como Prometeu, não mede esforços para concluir os seus objetivos e ambos são punidos por tal.

Entretanto, as diferenças entre os dois também são importantes: se na antiguidade o conhecimento técnico, as ferramentas e a arte, foram obtidos através do divino, em *Frankenstein*, o

conhecimento técnico-científico é fruto da ciência moderna, do esforço, do saber e da atividade humanas, não existindo nenhum deus ou divindade movendo as máquinas ou animando criaturas inertes. O sopro divino agora é a eletricidade e o vapor. A ficção é utilizada pela autora de forma a representar e reinterpretar o contexto histórico em que viveu. Nesse sentido, a obra de ficção não figura enquanto mera “cópia” ou “decalque” da realidade, ou como um reflexo exato do contexto social, mas como ferramenta e exercício criativo que registra e reelabora as diversas mudanças e avanços que estavam ocorrendo no âmbito da sociedade, da ciência e da tecnologia, no início do século XIX. Tratando-se de uma obra de horror, o romance, através da ficção e da alegoria, exprime receios e temores diante do avanço científico, isto é, em relação a possíveis rupturas e consequências deletérias que o mesmo poderia produzir – no caso, consequências monstruosas, na forma de uma criatura medonha e solitária, criada pelo cientista.

Victor Frankenstein é retratado como um herdeiro contemporâneo e científico da arrogância transgressora prometeica. Apesar de sustentar um discurso, de acordo com o qual, apenas buscaria o bem para a humanidade, o personagem possuía aspirações de se afirmar como uma espécie de deus, ao transpor, voluntariamente e através do conhecimento científico, as fronteiras entre a vida e a morte, criando uma nova espécie de vida:

Vida e morte pareciam para mim fronteiras ideais que deveria, primeiramente, transpor, despejando uma torrente de luz em nosso mundo sombrio. Uma nova espécie abençoar-me-ia como criado e origem; muitas personalidades felizes e excelentes deveriam a mim própria existência. Nenhum pai poderia reivindicar a gratidão de seu filho de maneira tão completa quanto eu reivindicaria a deles. (SHELLEY, 2017, p.69)

Tal arrogância gera o monstruoso, o sofrimento e a punição que recaem sobre o próprio cientista: um ser monstruoso é criado e em seguida abandonado por Victor. O monstro então o persegue, em busca de vingança, matando todos os seus entes queridos.

Conclusão

Mary Shelley era conhecedora do mito de Prometeu. Seu pai publicara a versão de Ovídio⁹ e seu marido, Percy, estivera lendo e traduzindo a tragédia de Ésquilo ao longo do verão em que *Frankenstein* foi concebido:

Shelley tinha grande interesse em, e familiaridade com *Prometheus Bound* de Ésquilo, ao ponto de o traduzir do grego para Byron. Mas não podia aceitar a ideia de que no seu drama Ésquilo aprisionara o defensor da humanidade para toda a eternidade, ou pior, que Prometeu se reconciliaria com Júpiter na continuação perdida do referido drama. Como

⁹ Presente no livro “Metamorfoses”.

Shelley afirma no prefácio à sua obra, "eu era contrário a uma catástrofe tão grande como a de reconciliar o Defensor com o Opressor da humanidade". A escolha de Prometeu como o seu herói não é surpreendente, dada a associação deste personagem mitológico com a rebelião e o isolamento do seu ato de dar fogo ao homem contra os desejos dos deuses e a sua reputação como um 'pensador' ou profeta. Para Shelley, Prometeu passaria, assim, a simbolizar a mente ou a alma do homem no seu mais alto potencial. (GUIMARÃES, 2018. p. 195)

Para Mary Shelley, o mito de Prometeu não se tratava somente da transgressão e da luta contra a ordem divina, ela se utilizou do mito para contrastar a arrogância prometeica com a humildade sagrada face à natureza. A autora se apropriou do mito e o inseriu no próprio título de seu romance, para expressar potenciais consequências negativas da busca e da aquisição do conhecimento científico, que já então revolucionava o mundo. Assim, *Frankenstein* pode ser apontado como uma fábula moderna sobre os riscos do orgulho intelectual desmedido e de consequências imprevisíveis e potencialmente devastadoras do avanço tecnológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alberto Filipe; ALMEIDA, Rogério de; BECCARI, Marcos (Org.). *O mito de Frankenstein: imaginário & educação*. São Paulo: FEUSP, 2018.

ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. EbooksBrasil, 2005.

GUERRA, Lolita Guimarães. *Entre dois mundos: ressurreição e hierogamia nas mitologias grega e judaico-cristã*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

HESÍODO. *Os Trabalhos e os Dias*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HESÍODO. *Teogonia*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

KAHN, Arthur. *Technology and Culture: "Every Art Possessed by Man Comes from Prometheus": The Greek Tragedians and Science and Technology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press and The Society For The History Of Technology, 1970.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Rio de Janeiro: DarkSide, 2017.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e Pensamento Entre os Gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

MESA 5

História e Gênero

Debatedores:

Ana Paula Barcelos (FFP/UERJ)

Caroline Carula (UERJ)

Clóvis Bevilacqua, o casamento civil e a condição jurídica da mulher nos debates para a aprovação do Código Civil de 1916

Roberta Alcântara Gomes da Silva
Mestranda do PPGHS da UERJ/FFP.

O processo de elaboração de uma codificação civil brasileira foi árduo e lento, se estendendo por várias décadas dos séculos XIX e XX. Durante o Império, respeitadas juristas, como Teixeira de Freitas e Nabuco de Araújo, aceitaram a incumbência de redigir o documento, contudo, não chegaram a apresentar seus respectivos projetos. Já no início da República, Coelho Rodrigues tomou para a si a tarefa, mas seu empreendimento foi rejeitado pela comissão revisora. Em 1916, Clóvis Bevilacqua veria seu projeto ser aprovado, depois de mais de dez anos de intensas discussões nas duas Casas do Congresso e várias alterações no conteúdo.

No interior dessas discussões, os temas relacionados ao direito de família assumiram papel de destaque, sobretudo com relação ao casamento civil e à condição jurídica da mulher. Dessa maneira, nosso objetivo no presente trabalho é compreender porque tais temas inflamaram os debates, especificamente aqueles sobre o projeto que viria a ser aprovado em 1916, a partir da análise de livros e artigos de seu redator, Clóvis Bevilacqua, publicados entre o fim do século XIX e início do século XX. O material selecionado aborda os assuntos que nos são pertinentes, tais como o casamento e o divórcio, a condição da mulher, a preocupação com a codificação brasileira e com a política brasileira e a sua contribuição à literatura e à crítica literária. Inspirados pelo método indiciário, cunhado por Carlo Ginzburg, buscamos, em nossas fontes, examinar vestígios que nos possibilitem explicar essa e outras questões. O método que tem raízes muito antigas e que foi baseado no modelo da semiótica médica, consiste na análise de indícios para investigar e buscar explicar determinado assunto ou aspecto, inclusive o que está nas entrelinhas (GINZBURG, 2003, p.143-179).

Interessa-nos ainda, compor a trajetória pessoal e profissional de Bevilacqua e, principalmente, seu pensamento progressista, destacando não só sua importância como redator do Código Civil, mas também como intelectual. Entender esse sujeito é fundamental, uma vez que, seu

pensamento era considerado avançado (em uma época marcada pelos avanços da modernidade) e, no contexto dos debates sobre seu projeto, suas ideias foram duramente atacadas.

Primeiramente, devemos destacar que o período em que esse processo se desenrola é de grande agitação. A passagem à modernidade no Brasil introduziu um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e arquitetônicas ao longo de todo o século XIX, tendo seu ápice com a proclamação da República em 1889. De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, a instauração da República envolveu modernizações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização, a formação de uma ordem burguesa e a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa, além da secularização do Estado (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14).

As ideias que alicerçaram essas transformações chegavam ao país devido a um intenso processo de circulação de ideias, que acompanhou a circulação de pessoas e mercadorias, facilitadas, por sua vez, pelos avanços tecnológicos da própria modernidade (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2000, p.114). Compreendemos esse processo à luz de Ginzburg, que pensa a difusão de determinadas ideias entre diferentes épocas e gerações. Para ele, em toda produção de conhecimento há um diálogo e uma circulação de ideias. Afinal, “nenhum homem é uma ilha” (GINZBURG, 2004, p.13), nenhum homem produz conhecimento por si só. Estabeleceu-se, assim, um diálogo entre os intelectuais brasileiros e as principais correntes de pensamento europeias ao longo de todo século XIX. E esses intelectuais atuaram amplamente na promoção de mudanças que atingiram o Brasil.

Segundo Nicolau Sevcenko, essa intelectualidade “europeizada”, de fato, não só estava envolvida, como era diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro. Todos eram abolicionistas, liberais democratas e republicanos e todos eles inspiravam os seus argumentos nas novas ideias europeias, das quais pretendiam ser os seus difusores no Brasil (SEVCENKO, 2003, p.79). As principais exigências da realidade brasileira para esses intelectuais, de acordo com Sevcenko, eram:

(...) a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberação das iniciativas - soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência - e a democratização, entendida como a ampliação da participação política (SEVCENKO, 2003, p.79).

Fabiana Rodrigues salienta que “é nesse período que localizamos algumas bases ideológicas nas quais estão assentadas algumas ideias que estariam presentes durante as primeiras décadas da república no Brasil, e também nas posteriores” (RODRIGUES, 2008, p.228). As ideias com mais adeptos estavam relacionadas ao cientificismo e ao liberalismo.

As faculdades de Direito eram centros fundamentais de difusão dessas ideias. Na época, existiam duas faculdades de Direito no Brasil, a de São Paulo e a do Recife. A escolha das localizações gerou desavenças em 1827. De acordo com Gizlene Neder, os juristas que tomaram a decisão, pensaram na localização como estratégia de “construção da nação”. Assim, projetaram uma articulação entre diferentes regiões que compunham o país (NEDER, 1995, p.197).

A instalação da Faculdade em Olinda tomou por base a formação ideológica de Pernambuco. Mudou-se para Recife, instalando-se no convento de São Bento. Recebeu forte influência da ideologia liberal, o que fez com que fosse atribuída a ela certo estrangeirismo. Possuía ainda preocupação com a elaboração de projetos formulados para o Brasil como um todo e não só para a província, ou seja, “a questão nacional sobrepõe-se aos particularismos provincianos”, conforme bem pontuou Neder (NEDER, 1995, p.198). Já a particularidade da Faculdade de Direito de São Paulo estava no pragmatismo, traço recorrente do pombalismo, que exerceu grande influência no processo de ideologização dessa faculdade.

É neste contexto que se dá a formação intelectual de Clóvis Bevilacqua, objeto de análise dessa pesquisa. Ele nasceu em Viçosa do Ceará, em quatro de outubro de 1859, filho de Martiniana de Jesus e do padre José Bevilacqua. Seus biógrafos dão conta de que seu pai possuía uma pequena fortuna, o que lhe permitiu acesso ao estudo e às ideias e livros que circulavam no país. Além disso, de acordo com Sílvio Meira, com seu pai, Clóvis aprendeu o francês e o latim (MEIRA, 1990, p.52).

Quando jovem era um idealista, revolucionário, defensor agressivo da abolição e da República. Desde cedo, Clóvis escrevia em tribunas e jornais em defesa desses ideais. Estudou no Liceu Cearense e no Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, onde fez amizade com pessoas que, posteriormente, teriam significativo prestígio, como Silva Jardim (NEDER, 2002, p.10). Durante esse período, de acordo com Sílvio Meira, Clóvis engajou-se no movimento positivista, tendo sido influenciado pelas ideias da fase científica do comtismo. Quando Comte sugere a existência de uma

religião positiva, Clóvis se afasta e passa a integrar a dissidência francesa do positivismo, chefiada por Émile Littré.

Até então, sua grande aspiração era se tornar um “homem de letras”, um crítico literário, tendo, inclusive, se aventurado no campo da ficção. Segundo Meira:

Atraía-o a ficção francesa, tornou-se leitor assíduo dos grandes ficcionistas russos, especialmente Dostoievski; deliciava-se com os poetas franceses e italianos. Aprofundava-se na leitura dos historiadores, poetas e ficcionistas portugueses, tão em voga no Brasil daquele tempo. Dedicava seu tempo à leitura, à redação de trabalhos literários. Integrava sociedades e clubes estudantis, entre eles o Clube Republicano, a Sociedade Positivista, o Grêmio Literário, realizava palestras, e por algum tempo passou a dedicar-se ao magistério, ensinou História no Gabinete Português de Leitura (MEIRA, 1990, p.58).

Percebemos que sua propensão era a vida literária e filosófica, sem muita atração pelo Direito. Contudo, em 1878, ingressou na Faculdade de Direito de Recife e é a partir desse momento que redirecionou seus interesses, sobretudo depois de 1881, quando passou a ser aluno de Tobias Barreto, que despertou nele a curiosidade pelo estudo do Direito (MEIRA, 1990, p.237). Conforme atesta Neder, Barreto exerceu não só influência em Bevilacqua, como também em todo processo de ideologização da Faculdade de Direito de Recife ao introduzir ideias inspiradas em obras até então desconhecidas, como a literatura filosófica e jurídica alemã (NEDER, 2011, p.197). Em *Juristas Philosophos*, Bevilacqua afirma que:

(...) nós, os brasileiros, fomos levados a olhar, a estimar e estudar os livros alemães, reconhecendo que além de Portugal e da França, havia muito que aprender. Principalmente no domínio do direito, o que nos ia apresentando o professor brasileiro, e o que nos patenteavam os autores que ele nos indicava eram, em grande parte, surpreendentes revelações (BEVILACQUA, 1897, p.114).

Seguindo os passos de seu professor, então, Clóvis Bevilacqua abandonou as doutrinas anteriormente citadas e conheceu o monismo de Ernst Haeckel, o materialismo de Ludwig Büchener, o evolucionismo de Herbert Spencer, o transformismo de Charles Darwin (MEIRA, 1990, p.234). Os princípios evolucionistas de Spencer foram amplamente adotados por Bevilacqua, estando presentes em grande parte das obras aqui analisadas. Spencer acreditava na evolução e, assim, na ideia de que não se pode ter uma ideia completa das relações sociais, sem estudar a origem delas. Por isso, deve-se voltar no passado tanto quanto for possível (BEVILACQUA, 1943, p.4). Os juristas filiados a esta escola, introduziram tais princípios ao Direito, inclusive Clóvis. Para ele, como nas espécies e nas línguas, no direito se observa o elemento da luta que seleciona e revigora:

Como nas espécies e nas línguas, o direito envolve, transformando-se e variando, sob a ação do meio, da lei do polimorfismo, e de outras causas diversas, que, no direito são principalmente sociais, e entre as quais sobressai a imitação. Como nas espécies e nas línguas, encontram-se no direito, órgãos atrofiados e fenômenos de persistência e atavismo. Como nas espécies e nas línguas, é possível remontar o curso da evolução jurídica até os seus inícios, embora se deparem numerosas lacunas nos direitos extintos, eles quebrados e perdidos de uma corrente soterrada pelo volver dos acontecimentos e dos séculos (BEVILACQUA, 1892, p.118).

Clóvis Bevilacqua conheceu também a literatura filosófica pura e a filosófica jurídica, com Rudolf von Jhering, Hermann Post, Josef Kohler e Friedrich von Savigny (MEIRA, 1990, p.234), mestres prediletos de Tobias Barreto (BEVILACQUA, 1897, p.114). O evolucionismo o levou a ter especial admiração a obra de Rudolf von Jhering. Conforme Bevilacqua menciona em *Juristas Philosophos*, conheceu a produção de Jhering enquanto cursava o quarto ano jurídico, 1881. Para ele, Jhering, foi o jurista que mais soube empregar os princípios evolucionistas ao direito:

O século dezenove, realmente, havia reconhecido na evolução um princípio universal dominando todos os seres, desde as nebulosas no fundo insondável do espaço, até os animais que arrastam a vida pela terra. Em relação às espécies orgânicas, Darwin descobriu que essa evolução é uma consequência da seleção e da adaptação, e que estas são um resultado da luta que empenham os seres para garantirem sua mísera existência. Foi uma descoberta genial que de pronto esclareceu muitos fenômenos até então incompreendidos, e não é de admirar que esse facho luminoso fosse transportado a outros domínios, cujos escaninhos necessitavam de jorros fortes de luz para serem melhor esquadrihados. Os ensaios feitos pelos *glottolistas* produziram resultados admiráveis. A vez dos juristas havia de chegar forçosamente; mas coube a Jhering a glória de ser o primeiro a tentar essa aplicação do darwinismo ao direito, mostrando mais uma vez que a verdade esquiva se deixa afinal empolgar quando é forte o pulso e segura a inteligência de quem a busca (BEVILACQUA, 1897, p.76).

Durante toda a sua vida como jurista, Clóvis seguiria a filosofia jurídica de Jhering. Segundo seu biógrafo Sílvio Meira, ele se encantou com a leitura de *Finalidade do Direito e A luta pelo Direito* (MEIRA, 1990, p.242). Para Clóvis, estas obras são “os edifícios de bases mais sólidas, de construção mais vasta e de estilo mais original”, que revelam uma verdade científica e desafia o mundo a buscar o ideal de paz e de justiça¹ (BEVILACQUA, 1897, p.67).

Clóvis, portanto, recebe influências de várias procedências ao longo de sua trajetória e apesar de seguir o caminho do Direito ao concluir a faculdade, ele nunca abandonou as imagens literárias e poéticas. Traço facilmente identificável em sua escrita, pelo uso de muitas analogias, por

¹ Este ideal de paz e justiça, de fato, está muito presente na obra de Jhering. Para ele, a paz é o fim que o Direito tem em vista e a luta é o meio para a conseguir. Jhering afirma que “a vida do Direito é uma luta. Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta; [...] e todo o direito [...] faz presumir que alguém esteja decidido a mantê-lo com firmeza. O direito não é uma pura teoria, mas uma força viva” (JHERING, 2009, p.23).

exemplo. Podemos citar um trecho da introdução do livro *Em Defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro* que foi publicado em 1906, em que ele comenta a respeito das críticas recebidas pelo projeto de Código: “era impossível ficar quieto, imperturbável, quando a picareta impiedosa, derrubando a calça e levantando nuvens de poeira, fingia estar solapando a construção” (BEVILACQUA, 1906, p.10).

Contudo, no Direito, Clóvis encontrou respostas que podiam cessar algumas de suas preocupações com a sociedade. Ele o via como um instrumento para se alcançar a justiça para todos, sem distinções. Logo identificamos que ele seguia encaminhamentos mais progressistas, o que não era consenso no interior da intelectualidade brasileira. Segundo Sevcenko, a maioria dos intelectuais do período não assumia posições extremas e as baseavam de acordo com as circunstâncias e inclinações pessoais:

Assim, vemo-los enfatizarem alternativamente tanto as virtudes sociais da plena liberdade de iniciativas, como a conveniência de uma ação centralista coercitiva, desde que rigorosamente inspirada numa concepção analítica positiva das regularidades e necessidades do meio social (SEVCENKO, 2003, p.84).

No contexto das discussões sobre uma codificação civil brasileira, percebemos que havia seguidores de duas posições ideológicas e políticas. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, uma era de corte mais progressista, inspirada no processo revolucionário francês; e a outra, defendida pela maioria, era de corte mais conservador, que buscava conciliar tradição e modernidade, no contexto da criação de códigos e leis; buscavam preservar o conteúdo, mas modernizar a forma (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.42).

Clóvis Bevilacqua, logicamente, fazia parte do grupo minoritário de progressistas. A posição assumida pela maioria conservadora pode ser explicada, se voltarmos nosso olhar, mais uma vez, ao período em questão. Ainda que fosse um momento marcado por grandes avanços da modernidade e por rupturas com a tradição, havia uma forte resistência política, ideológica e afetiva às mudanças, sobretudo dentro da intelectualidade brasileira, o que estabelecia continuidades.

Conforme salienta Neder e Cerqueira Filho, tais resistências têm suas origens na visão de mundo tomista, difundida em Portugal e em seus desdobramentos ultramarinos pela Igreja, que perpetuava preceitos morais dentro da sociedade, produzindo assim, permanências culturais de longa duração. Para eles,

(...) a visão de mundo tomista, espreada na Península pela prática política e ideológica da Igreja Romana, sustentava uma concepção de sociedade rigidamente hierarquizada, produzindo efeitos de permanência cultural de longa duração, com fortes desdobramentos para os afetos e as emoções presentes nas formações históricas portuguesa e brasileira, que resistem, ainda hoje, ao corolário das tantas mudanças promovidas pelas concepções iluministas e liberais sobre os direitos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.116).

Percebemos-as ainda no Império, quando os debates começaram a ocorrer, mas é com a implantação da República que elas ficaram mais perceptíveis. Isso acontece, porque, segundo Fabiana Rodrigues, o processo de secularização das estruturas políticas brasileiras, com a proclamação da República, foi um movimento que pode conviver com a sacralização, visto que foi implantada sem uma política anticlerical. Com isso, após os primeiros anos da República a relação com a Igreja foi, de certa forma, retomada (RODRIGUES, 2008, p.60), uma vez que emergiu nesse cenário um laicado católico militante (através do catolicismo ilustrado e o ultramontanismo) que, segundo Rodrigues, buscava reafirmar o discurso moralizante da Igreja, com ênfase na valorização do divino. Esse laicado teve muita importância, pois foi através da sua ação que alguns pontos caros à Igreja puderam ser assegurados, diante desse quadro de separação de poderes (RODRIGUES, 2008, p.57). O discurso religioso, então, a partir disso, permeia a modernização do discurso jurídico.

Consequentemente, vemos se delinear uma modernidade com traços conservadores. De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, era exatamente esse o plano. O projeto republicano foi inspirado no positivismo de Comte e possuía um caráter moderno-conservador, mantendo um padrão de controle político e social excludente (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14). As primeiras legislações do regime republicano, como o Código Criminal (1890) e a primeira Constituição Republicana (1891), estabeleceram condições para um ordenamento disciplinar altamente repressivo.

Essa era a pretensão dos conservadores para o Código Civil, o que pode explicar as consecutivas recusas a projetos de eminentes juristas e a demora em mais de dez anos para aprovar o projeto de Bevilacqua. Conforme pontuado, os temas relacionados ao direito de família suscitaram intensas discussões. Entendemos que isso acontecia porque esses eram temas caros à Igreja e o grupo conservador, envolvido no processo de elaboração do Código Civil, formava o laicado católico militante de que falamos e, então, buscava reafirmar os preceitos religiosos.

No contexto dos debates sobre uma codificação civil brasileira, então, os princípios estabelecidos no processo revolucionário francês, por seu progressismo, inflamavam as discussões. Segundo Fabiana Rodrigues, no que se refere ao direito de família, por exemplo, as influências da França sugeriam uma ideia mais secularizada do casamento, o encarando como um contrato, que, como tal, previa o divórcio. Em contrapartida, as concepções mais conservadoras e ligadas às resistências, ansiavam manter o casamento como um sacramento do catolicismo (RODRIGUES, 2008, p.71).

Isto posto, podemos compreender porque o projeto de Bevilacqua provocou tantas discussões, que resultaram em um atraso na aprovação. O jurista era um progressista e seu trabalho refletia isso. Segundo Gizlene Neder, seu projeto era fortemente influenciado pelo individualismo e pelo progressismo das leis civis francesas. Continha disposições sobre trabalho doméstico, filiação natural, capacidade jurídica da mulher, casamento, divórcio, entre outros (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2000, p.115). Seu projeto, para Fabiana Rodrigues, comportava o que de moderno se fazia presente em seu campo de atuação e o seu Projeto de Código Civil foi uma tentativa de modernização parcialmente atingida frente às críticas sofridas (RODRIGUES, 2008, p.122-123). Sobre isso, por seus ideais progressistas, Clóvis foi acusado, tal como vários outros codificadores de legislação civil, de impiedade e anticlericalismo. O projeto recebeu inúmeras críticas, principalmente de Rui Barbosa, que com seus questionamentos provocou um grande debate na Câmara e no Senado. Aparentemente, suas críticas eram de ordem gramatical e linguística, mas é possível que tenha sido uma forma de barrar a rápida aprovação do projeto.

Considerando-se todo o processo, no texto final do código, ao que tudo indica, Clóvis perdeu a luta política e ideológica. A tática de Rui Barbosa funcionou e seu ataque à qualidade da redação do código teve suporte da sociedade e a maioria dos juristas sustentou que o texto final do código terminou melhor redigido e correto, do ponto de vista jurídico. Contudo, muito mais conservador (NEDER, 2011, p.177), como concluiu Gizlene Neder. O Código aprovado, segundo Keila Grinberg, contribuiu para perpetuar antigas relações patriarcais, no que se refere ao direito de família (GRINBERG, 2011, p.47).

Clóvis Bevilacqua, por exemplo, propôs em seu projeto o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher perante a lei e o da igualdade entre homens e mulheres, por acreditar que o casamento era uma parceria, sendo assim, maridos e esposas deveriam ter seus

direitos igualmente assegurados (BEVILACQUA, 1943, p.36). Estas propostas com relação a condição jurídica da mulher geraram conflitos, posto que eram encaradas como muito progressistas. Naquela época, discurso médico estava em voga e princípios como o determinismo biologista e a medicina higienista ganhavam força. As ideias de Cesare Lombroso sobre a pretensão do negro ao crime e sobre a inferioridade da mulher foram aqui bastante difundidas e apropriadas pela intelectualidade (NERDER, 2011, p.141). A mulher desde o nascimento estava sob a tutela de alguém. Conforme bem pontua o próprio Bevilacqua, durante a infância, a mulher dependia do pai, durante a mocidade de seu marido, ficando viúva, de seus filhos, não havendo filhos, do parente mais próximo de seu marido, porque, pela lógica da inferioridade feminina, a mulher nunca devia se governar por si mesma (BEVILACQUA, 1943, p.154).

Ao fim, a comissão revisora do projeto barrou as sugestões e os maridos continuaram sendo o líder do casal, na prática e na justiça, tendo o poder de representar a todos da família. As mulheres casadas permaneceram, assim, incapazes, como eram perante as Ordenações Filipinas que regeram o direito de família até a promulgação do Código Civil, em 1916 (GRINBERG, 2011, p.45).

No Código Civil aprovado também havia diversas diferenciações jurídicas existentes na legislação das Ordenações Filipinas que Bevilacqua não pôs em seu projeto e que contribuíram para a manutenção das relações desiguais, como capazes e incapazes, mulheres honestas e desonestas, filhos legítimos e ilegítimos (GRINBERG, 2011, p.45). A questão da filiação é outro ponto que ressalta o conservadorismo do código aprovado. Clóvis acreditava que não deveria haver distinções entre os filhos, porque, biologicamente:

(...) todos os filhos são iguais, quer procedam de justas núpcias, quer de simples ajuntamentos furtivos, quer sejam naturais, quer sejam espúrios, tenhamos em consideração que a culpa dos pais não deve ser punida na pessoa dos filhos que não concorreram para ela (BEVILACQUA, 1943, p.345).

Contudo, o texto final do Código estabeleceu que filhos ilegítimos, com exceção dos naturais, não poderiam ser reconhecidos pelo pai, a menos que a primeira esposa morresse e ele viesse a se casar com a mãe da criança (GRINBERG, 2011, p.46).

Outra questão é a do divórcio. Apesar de confessar nas páginas de seu *Direito da Família* que não era a favor desse tipo de destrato conjugal, Bevilacqua o propôs em seu projeto, em casos extremos. Ele afirma que não foi fácil decidir qual das duas instituições, o desquite ou o divórcio, devia ser preferida, porque “os problemas sociais se devem resolver em abstrato, mas, sempre em

vista das condições e das necessidades morais, intelectuais, físicas e econômicas do povo a que vai ser aplicada a solução dada” (BEVILACQUA, 1943, p.284). O desquite, ou seja, a separação dos corpos, cria uma situação legal que além de impor um constrangimento ao cônjuge inocente, pode, muitas vezes, encorajar os cônjuges a contraírem relações ilícitas e a procurarem filhos extramatrimoniais. Mas, a mesma separação corrobora a perpetuidade da vida familiar por retirar a obrigatoriedade de convivência. Já o divórcio pode provocar desuniões, que podem dissolver profundamente a coesão da família e da sociedade em geral (BEVILACQUA, 1943, p.285).

Independente de suas dúvidas, a codificação aprovada somente garantiu o direito ao desquite, ou seja, a simples separação de corpos, a dissolução só aconteceria pela morte de um dos cônjuges (BEVILACQUA, 1943, p.306). A indissolubilidade do casamento foi mantida até 1977, quando entrou em vigor a Lei do Divórcio.

Em conclusão, entendemos que o Código aprovado simboliza bem as particularidades daquela época, caracterizada por rupturas e continuidades. Ao mesmo tempo em que, na sua forma, possuía tudo que havia de moderno no campo do direito, no seu conteúdo acabou por aprovar medidas não tão modernas assim. E isso ocorreu porque a maioria conservadora dificultou que leis inspiradas em ideias mais progressistas fossem aprovadas, protelando a aprovação do projeto de Bevilacqua até o adequarem de acordo com suas próprias convicções. Entendemos, também, que no conturbado período em que ocorrem essas discussões, a relação entre Estado e Igreja e sua influência no discurso jurídico são responsáveis por tornar os debates inflamados, principalmente no que se refere ao direito de família.

Fontes

BEVILACQUA, Clóvis. “Aplicações do Darwinismo ao Direito”. In: *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, v.7, n.1, 1897. p.117-132.

_____. *Direito da Família*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1943.

_____. *Em Defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

_____. *Juristas Philosophos*. Bahia: Livraria Magalhães, 1897.

Bibliografia

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 143-179.

_____. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.91-113.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

JHERING, Rudolf von. *A luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MEIRA, Silvio. *Clóvis Bevilacqua: sua vida, sua obra*. Fortaleza: UFC, 1990.

NEDER, Gizlene. “Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo”. In: *ANPUH Regional*, 2002. Anais... Disponível em: <http://principo.org/amelia-e-clovis-bevilacqua-o-casamento-o-casal-e-a-idea-de-indi.html>

_____. *Discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

_____. *Duas margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. “Os filhos da lei”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113-125, 2000.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Idéias Jurídicas, Famílias e Filiação na Passagem à Modernidade no Brasil (1890-1940)*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O Movimento Feminista Belorizontino, Território e Territorialização

Natália Silva Elias
Mestranda do PPGHS/UERJ

Introdução

O movimento feminista brasileiro se insurge na sociedade primeiramente como ação em defesa das liberdades democráticas, quando o país era atravessado pela ditadura militar. Observar, nos anos 70, as teorias pós-modernas em um período marcado pela reviravolta nos campos filosóficos e artísticos também se tornam importantes para o entendimento da criação de coletivos sociais que se insurgiam no país, num período de repressão ditatorial. É a partir da globalização, do capitalismo, que se abre uma porta para novos diálogos e circulação de informações vindas do exterior. Assim como a quebra das grandes narrativas, que davam espaço para novos questionamentos e para o rompimento de ideais Iluministas, construídos na Modernidade, a partir do final do século XIX. É correto afirmar que as influências geradas por mulheres brasileiras refugiadas na França e em contato com teorias, textos e seminários sobre gênero, afetaram significativamente militantes feministas que permaneceram no Brasil. Mesmo em diálogo com a esquerda política, em prol da emancipação de direitos e contra a repressão, o movimento feminista brasileiro manteve suas especificidades na batalha travada contra a estrutura patriarcal e os papéis de gênero construídos socialmente. Era tempo de discussões sobre o papel da mulher na sociedade, a liberdade sexual, desejos e emancipação feminina frente a espaços antes enraizados sob o poderio masculino. O foco de análise diz respeito ao grupo específico que atuou na sociedade belo-horizontina em prol do feminismo. Jovens mulheres, estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais, que se mobilizaram e se dispuseram a formar um grupo de estudos que, posteriormente, se transformou em ações sociais. Assim, é partir das memórias dessas mulheres que buscaremos identificar suas representações dos fatos históricos e suas construções identitárias no âmbito territorial. É a partir do conceito de território e territorialização que surgem algumas indagações. Como essas mulheres ocupavam espaços sociais na Universidade, no âmbito familiar e noutras esferas da vida privada? Como demarcavam seus territórios como mulheres militantes? Em suma, pretende-se com este trabalho, demonstrar o sentido da ação dessas mulheres, buscando a compreensão de que o sujeito está relacionado ao seu território na construção de sua identidade e suas representações. Assim, no decorrer do texto, os testemunhos colhidos serão destacados em *itálico*, para se diferenciarem dos demais referenciais bibliográficos.

Memória, história e identidade

Inúmeros fatores provocaram uma crise na contemporaneidade, como as duas grandes guerras e o advento de uma sociedade que atingiu um ápice tecnológico. A rápida mutação contribuiu para que o modelo tradicionalista histórico, principalmente no que se refere ao conceito de emancipação global, não servisse mais para explicar a sociedade. Portanto, nesse cenário a nova história começa dando lugar a subjetividade, apoiando-se principalmente nos estudos culturais. Essa visão da história começa a se tornar mais coerente, dando lugar a existência de múltiplas realidades no lugar de uma única explicação do real. Dessa forma, quando se amplia o campo da História se percebe uma complexidade e uma diversidade tão grande de fatos, sentidos, interpretações, que a denominação mais correta seria o termo *Histórias*, que estão pautadas em testemunhos e suas representações.

Através dos avanços da História Social e Cultural, objetivando uma orientação interpretativa da história, envolvendo várias ciências e áreas do conhecimento, a história torna-se cada dia mais interdisciplinar e sistematizada.

O campo historiográfico hoje abre as portas para novos métodos, atrelado a desilusão e, no abandono da crença de possibilidade de transformação social global, surge o apoio entusiástico a movimentos parciais de luta ou reivindicações (movimento negro e feminista, LGBT, causas ambientais e etc.). Daí o surgimento de possibilidades metodológicas, tais como o estudo das mentalidades, a utilização da memória no campo epistemológico, a micro-história atrelada ao processo indiciário e o apego ao particular.

O estudo da memória, a partir das novas possibilidades metodológicas, se torna então um campo de grande relevância para a escrita da história. História e memória podem imbricar-se, interrelacionar-se, apesar de suas especificidades:

Também a historiografia – que nasceu sob o signo da memória, apesar de querer falar em nome da razão, se edifica, voluntariamente ou involuntariamente, sobre silêncios e recalamentos, como a história da história tem sobejamente demonstrado. Esta inevitabilidade aconselha a ser-se cauteloso em relação ao “discurso manifesto” dos seus textos, vigilância que deve ser redobrada quando a própria recordação é elevada a documento, isto é, ao nível arquivístico necessário para se dar objetividade ao trabalho de explicação/compreensão para onde deve subir a interpretação historiográfica. (CATROGA, 2015, p.68)

De acordo com Joel Candau (2011, p. 9), memória e identidade estão intrinsecamente ligadas. A memória é sempre social, à qual recordar é, em si mesmo um ato de alteridade, ou seja, a ideia de que o eu-individual só existe a partir do outro. É social, porque nossas memórias

individuais nunca estão sós, estão sempre ligadas as experiências e vivências com outros indivíduos e se constitui de várias memórias que incluem lembranças familiares, pessoais, grupais, regionais ou nacionais. É a partir do ato de rememorar que se constrói um significado para as ações vividas no passado e que são visualizadas no presente. Assim, toda memória é ativada no presente, que a partir da linguagem se transporta para o âmbito de representação social do passado. O indivíduo, quando faz uma representação de si, constrói uma identidade, sendo essa, a construção de si a partir da diferença para com o outro. No resgate da memória se constitui uma vida, uma trajetória e a experiência. É por meio desta que o sujeito é moldado, no qual a memória se constrói por uma narrativa composta pela lembrança e também pelo esquecimento individual e social. Toda lembrança está ligada ao esquecimento e toda rememoração não recupera experiências passadas em sua total integridade. É um processo de construção seletiva do passado e que sempre está ligada a afetos e a organização de projetos identitários singulares e subjetivos. “A memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (CANDAU, 2011, p. 9). Aquilo que se projeta no passado, não apenas experiências que levam a projeção, mas tudo que o “eu” projeta na vivência é que se transforma numa edição do passado, da memória e da identidade.

Pensar a identidade para além de uma visão essencialista e unificada dos indivíduos é transpor o conceito à uma construção social, histórica e discursiva. Assim, a identidade nunca é, sempre está num processo de se construir, desconstruir e reconstruir. A fragmentação do ser, a inconsistência das identidades pós-modernas “transformada continuamente em relação às formas como os sujeitos são representados/interpelados nos sistemas culturais” (HALL, 2006, p.12). Dessa forma, a discussão segue pelo caminho de que as identidades são construídas a partir do meio em que o sujeito está inserido, ou seja, a identificação de um sujeito é distinta a partir do momento de sua socialização, múltiplas identidades, que nem sempre são pacíficas, mas que constitui a construção identitária do mesmo sujeito.

Portanto, pensar a pesquisa e o registro de memórias se torna necessário no presente artigo. Analisar um grupo de mulheres inseridas dentro de um movimento social traz não só a necessidade de dissertar sobre as construções das identidades individuais, como das identidades coletivas, sendo essa última classificada como “retóricas holísticas” (CANDAU, 2011), que são narrativas homogêneas que se criam a partir de compartilhamentos, maneiras de dizer e fazer. Uma socialização de hábitos que são compartilhados, que confere uma identidade com uma certa unanimidade e com a possibilidade da existência de um fundo memorial. De certo, rigorosamente não existe uma memória coletiva, o que temos é uma partilha, a identificação com o sentimento de memória de um fato comum. Sendo assim, podemos afirmar que o grupo analisado não compartilha

ou rememora os mesmos fatos da mesma forma, em um único estado. É necessário, portanto, se atentar a subjetividade do ser. Não é possível generalizar o “ser mulher”, nem tampouco o movimento feminista brasileiro nas décadas de 70 e 80, e por isso, o que nos interessa de fato são os encontros dessas mulheres enquanto grupo, para com a construção individual de cada uma enquanto militante na sociedade belorizontina, e como tais construções influenciaram na formação de um novo território simbólico e espacial, que permitiu a essas mulheres circularem com seus embates e questionamentos para uma maior liberdade feminina.

Território, territorialização e o feminismo

O Território pode ser visto como um produto social historicamente construído, intrinsecamente conectado às relações de poder. Um espaço atravessado e demarcado por um poder de qualquer tipo. O território já não é visto apenas como uma construção geográfica ou material dentro de um espaço, é necessário analisar todas as dimensões das relações sociais, como a cultura, política e economia. Tal categoria deve ser compreendida como tudo aquilo que ocupamos e que queremos ocupar e, de certa forma, aquilo que talvez não ocupemos. Dessa forma, o território, como resultado das relações espaço-temporais, traz a ideia também de uma disputa ideológica, o que transforma a territorialidade¹ em um substrato simbólico e cognitivo, que ultrapassa a materialidade dos espaços ocupados. Assim, partindo do pressuposto que o território é construído através da relação de poder, é necessário dizer que a bases de sua construção está ligada ao processo de criação de identidades de um grupo social.

Sabendo que a identidade, a diferença e o território estão imbricados a sistemas de significação é necessário apontar aqui a existência de um poder simbólico que rege e molda a vida social. Esse poder simbólico caracterizado por uma imaterialidade, apresenta-se em formas não visíveis: nas intenções, nas ideologias e imagens que ocupa o lugar do objeto. Sendo assim, o conceito de representação vem à tona, e como apontou Rancière (2012, p. 124) “as representações são um desdobramento ordenado de significações”.

Deste modo, as representações forjadas sobre o espaço servem como delimitadores de ação, revelando-se como formas de conhecimento e apropriação, restringindo territórios. De acordo com Chartier (1990, p. 17), as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do

¹ Territorialidade designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano.

mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

No que tange a problemática das mulheres analisadas, é necessário pensar a categoria de território para o entendimento de territorialização ideológica da universidade e do espaço político como um território de militância. As mulheres entrevistadas criam, naquele período histórico da ditadura civil militar, um novo território para viverem e se sentirem como um grupo. O território hostil, marcado por uma simbologia patriarcal e como um espaço liderado por homens, traz a necessidade das mulheres reterritorializarem e inserirem dentro das discussões e daquele meio social. Seguindo o pensamento de Marcelo de Lopes Souza (2008), ações coletivas que se traduzem em ativismo sociais são muitas vezes, ou quase sempre, práticas espaciais. “Se examinar suas ações de resistência, verificaremos que elas são, quase sempre, também ações de territorialização” (SOUZA, 2008, p. 67).

Aqueles que se engajam pela construção de uma sociedade não heterônoma precisarão construir as suas trincheiras e as suas barricadas, reais ou metafóricas, edificando os seus territórios dissidentes como espaços de resistência política, cultural e até econômica. (SOUZA, 2008, p. 70)

À medida que o território é organizado, ele é dominado, o que vai impedir que outros se apropriem e, é nesse sentido, que há um processo de criações de identidades a partir da apropriação e criação de um novo território.

Assim, nessa contextualização se torna possível discorrer sobre a tríade Território-Patriarcado-Poder. Pensando o Patriarcado como uma estrutura que ainda rege a sociedade, que mantém o poder sob as mãos masculinas, as ações de mulheres se tornam um processo de territorialização quando se impõe e tentam se inserir em espaços dominados pelo homem, enquanto sexo/gênero. “É claro que a moral era muito restritiva pras mulheres. Pros homens não, pros homens tudo querida. Os homens eram os caras que tavam ganhando as batalhas até então.”²

Mesmo em período ditatorial, com as novas discussões e perspectivas teórico-metodológicas sobre gênero, discussões pós modernas e com a década de 60 como período de imensa desobediência em relação as autoridades e as normas sociais, as mulheres começam a se insurgir com um novo papel social, que atreladas as discussões políticas de esquerda, saem do âmbito privado e começam a atuar como militantes, mesmo que essas possuíssem, dentro dos partidos ou movimentos políticos, cargos de menor significação. “A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero” (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012, p. 44).

² TEIXEIRA, E. M. F. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

Mesmo com a nova possibilidade de atuação, Elizabeth Fleury, participante do movimento feminista, relata que existia naquele período uma cultura muito impositiva:

[...] onde as pessoas não podiam ter uma liberdade de ser e existir, se descobrir como seres humanos com suas falhas. Não que isso, não nos tenha também, vamos dizer, dotado um certo espírito de luta, porque a gente era muito guerreira. [...] Eu não tinha essa liberdade, e nem na luta democrática contra a ditadura a gente também não tinha essa liberdade. Então era uma liberdade que a gente não trazia de dentro da casa da gente, e que a gente não tinha na vida política, na vida civil, na vida de convivência com os amigos, com os grupos de política que a gente compartilhava todas essas vivências, essas descobertas.³

Dentro do âmbito político, da esquerda atuante na oposição contra a ditadura, é possível perceber que tal território simbólico era dominado pelo sexo masculino. O espaço de fala era direcionado aos homens, as ações eram masculinas e as organizações estudantis, em sua maioria, regida pelos militantes homens e assim se restringia o acesso feminino:

A esquerda não queria se questionar, os companheiros de esquerda não queriam ser questionados. Então o que a gente ouvia falar das mulheres que militavam nos grupos de esquerda, explicitamente nos grupos de esquerda, partido comunista, partido comunista do Brasil, partido socialista... Essas mulheres se queixavam que sua voz não tinham o mesmo peso que a dos homens. Que a elas eram delegadas tarefas secundárias. Sei lá, rodar mimeografo, distribuir panfletos não sei aonde entendeu. Agora na hora de expor as ideias, na hora de discutir, elas não eram ouvidas, as palavras delas não tinham tanta importância.⁴

Em 1975, a estudante de jornalismo Miriam Chrystus, realizou um seminário dentro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. O seminário tinha como intuito discutir sobre o papel da mulher na sociedade. Em plena ditadura militar a estudante propunha um novo diálogo em meio as discussões políticas sobre a redemocratização do país:

Eu abri o seminário falando, esse encontro não tem nada a ver com a ideologia, nem do DCE, [...] Somos nós que estamos aqui, querendo discutir a questão da mulher. E isso provocou um espanto enorme.⁵

Naquele momento a pauta feminista era vista como uma perda de forças, um desvio sobre a “real” luta e interesses políticos:

Então eu trouxe a Belo Horizonte a discussão, eu trouxe pela primeira vez a Belo Horizonte, no diretório central dos estudantes na UFMG em 1975. Foram dois ou três dias de debate, sobre a questão da mulher, sem um apoio da diretoria e dos estudantes. Apenas nos cederam o local, mas eles não queriam vincular a luta contra a ditadura, ao nosso grupo de mulheres feministas. Mulheres, garotas de 22, 23 anos. Eles não achavam uma coisa boa, do ponto de vista, da imagem vamos dizer, da esquerda que estava lutando contra a ditadura, fazer essa ligação. O DCE está promovendo este debate, não. Eles apenas emprestavam o local. Mas a gente trouxe

³ TEIXEIRA, E. M. F. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

⁴ Idem.

⁵ SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

inclusive o movimento feminino pela anistia, quer dizer a esquerda era tão míope, que ela não percebia nem o movimento feminino pela anistia. Que era a Ester Zerbili, que era líder do movimento feminino pela anistia, que pregava a anistia ampla, geral e irrestrita, a volta dos exilados ao Brasil. Nem isso, a esquerda conseguia perceber, porque eles são tão voltados pra questão da luta contra o regime, contra o regime militar, que eles achavam que qualquer outra coisa, a ser discutido fora dessa pauta seria o que eles chamavam de desvio de forças. Então você discutir a situação da mulher era um desvio de forças, e a gente achava que não, que dava pra fazer as duas coisas.⁶

Os testemunhos nos mostram a existência de conflitos identitários permeados pelas relações de poder. É interessante analisar o relato quando a entrevistada se identifica como corajosa ao adentrar o território político da época com uma outra abordagem, que discutia o feminino e abalava estruturas constituídas pelo poderio masculino:

Pra gente ver como a questão feminista é complexa... esse encontro que nos promovemos em Belo Horizonte, ele não foi aprovado pelo DCE, que era de esquerda, o DCE apenas cedeu o local. E nós fizemos uma aliança com Afonso Paulino, que era o proprietário do Jornal de Minas, e uma pessoa ligada a extrema direita, tanto que havia uma sala no DOPS, que era um local de tortura, com o nome Afonso Paulino, em homenagem a ele. [...] E as vésperas de acontecer nosso encontro, assassinaram Vladimir Herzog. Então olha a situação, você promovendo um debate feminista, no DCE que não está te apoiando, apoiado por um dono de jornal que é ligada a extrema direita, a tortura, e na véspera do encontro é assassinado Vladimir Herzog. Quer dizer, a situação política na época, era muito complexa, muito difícil. E a gente com a cara e a coragem. [...] ⁷

O seminário se tornou o ponto de fundação do grupo de estudos, que formado pelas estudantes de jornalismo da UFMG dialogavam, estudavam e debatiam sobre história, política e feminismo em suas amplas pautas. Os encontros aconteciam nas casas das participantes e foi se desenvolvendo ao longo do tempo:

E aí formamos nosso grupo, começamos a estudar, a gente estudava e lia muito uma literatura de cunho sociológico marxista, [...] Então a gente via isso na nossa literatura, então a gente ficou com esse grupo uns quatro, cinco anos discutindo, discutindo muito entre nós⁸.

[...]

A gente estudava muito, isso era fascinante. Então a gente descobria um mundo novo na literatura científica, na literatura de resistência, até da resistência francesa, essas histórias todas. Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, tudo isso nos inspirava muito, era tudo muito bonito. A luta dos espanhóis, a guerra civil espanhola, a gente estudou muito história, história mundial, história política principalmente, né, da Europa, Estados Unidos⁹.

⁶ Idem.

⁷ SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

⁸ Idem.

⁹ TEIXEIRA, E. M. F. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

A territorialização também se deu no âmbito de trabalho dessas mulheres, que mantinham um jornal alternativo que tinha suas pautas na denúncia ao regime militar brasileiro. Era “O Jornal de Fato”, que circulou entre 1975 e 1980:

O jornal de fato, o jornal de fato ele nasce então desse esforço contra a ditadura. A gente teve a morte do Vladimir Herzog, jornalista que se apresentou espontaneamente na sede da OBAM se não me engano, em São Paulo e foi barbaramente torturado durante dois ou três dias, e depois foi dito que ele tinha se matado, quando a gente sabe hoje que Vladimir Herzog foi morto sobre tortura. Então, aquilo foi tão chocante para nos jornalista que trabalhávamos no jornal de minas, e que ate tínhamos muita liberdade e até o apoio do Afonso Paulino, para fazer um seminário feminista que houve uma saída em massa do jornal de minas porque ele estampou na primeira pagina um editorial de pagina inteira a favor da morte do Herzog. Então de repente a gente teve essa contradição assim ali, na nossa cara. Você jornalista e trabalha num jornal que é a favor da tortura e da morte de jornalista. Então houve uma leva de gente que saiu do jornal de Minas. Mas nós saímos e criamos nosso próprio jornal, pra gente ter direito de escrever aquilo que a gente realmente pensava. Porque a gente tava cansado de vender o nosso talento, a nossa habilidade para um jornal que de repente a gente descobriu que era a favor da morte de jornalista. Então nos criamos esse jornal, juntamos uns vinte jornalistas. Cada um deu tanto, hoje seria equivalente a mil e quinhentos, dois mil reais. E criamos o jornal, e a gente fazia tudo, fazia as pautas, a gente escrevia, a gente vendia. Era sempre assim, o jornal saia durante duas ou três semanas, a gente saia, quinta sexta sábado e domingo e vendia o jornal nos bares ate umas duas horas da manha. Fazia o jornal, escrevia e também trabalhava em outros locais para sobreviver. Então o de fato era essa caixa de ressonância do movimento estudantil de Minas Gerais, principalmente do DCE aqui de Belo Horizonte¹⁰.

Dentro do jornal as mulheres também constituíram uma forma de resistência contra o patriarcado. Era a conquista de um espaço antes masculino e que se transformava em um território simbólico de denúncia:

[...] nós éramos jornalistas de imprensa alternativa, tínhamos esse jornal, mantínhamos esse jornal, criamos esse jornal junto com nossos companheiros e dentro do jornal a gente reivindicava sempre ter matérias de cunho feminista¹¹.

[...]

Por exemplo um a favor do aborto, então a gente escrevia a gente pegou vários depoimentos, porque o aborto sendo proibido principalmente naquela época, era uma coisa sanguinolenta, você entregava seu corpo ao primeiro carniceiro que quisesse fazer isso. Então as pessoas que nos deram depoimento nos falaram das salas imundas, do sangue escorrendo e você ao mesmo tempo sem poder com a família, sem poder falar em lugar nenhum, eu fiz um aborto eu tô me sentindo mal, porque eu acabei de fazer um aborto, entendeu, assim, era tudo escondido, tudo ne. Então essa pauta existia, a história do voto da mulher, os direitos da mulher por trabalho igual e salario igual ne, mas mais relacionado ao sexo, ao prazer, a liberdade do corpo¹².

¹⁰ SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

¹¹ Idem.

¹² SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

Ainda como forma de territorialização e conquista de espaços, as mulheres constituíram uma identidade militante, que insurgia nos espaços públicos com atos simbólicos de resistência aos padrões estabelecidos:

A gente não queria mais ficar no bastidor, a gente queria ter o papel de cena na frente do espetáculo. [...] Então existia esse papel contra o qual a gente se insurgia e era muito engraçado. A Beth Cataldo, por exemplo, tinha uma postura, que a gente tem que situar as coisas né, no ambiente. No ambiente que te dizia, lugar de mulher é dentro de casa, lugar de mulher é na cozinha, o período menstrual é uma coisa nojenta. Então a gente se insurgia contra essas coisas. Então a Beth Cataldo chegava numa farmácia onde o normal era você chegar lá com um bilhetinho entregar pro farmacêutico: “Quero um Modes” que era o... como é que ele fala o... quero um modes, quero um absorvente na época. Então a Beth Cataldo entrava numa farmácia e falava em alto e bom som: “por favor, me dê um modes”. Ai o farmacêutico já ia entregar o modes embrulhadinho, que ficava tudo com papelzinho verde assim, tudo embrulhadinho lá no canto. Parecia que você tava pedindo cocaína. Ai a Beth falava, não precisa embrulhar! Ai ela pegava esse modes e ia jogando pela cidade. Ela fazia uma espécie de performance, jogando o modes pelas cidade, todo mundo vendo, “eu estou menstruada, esta vendo?” E chegava na redação e colocava o modes na sua mesa de trabalho, pra todo mundo ver, “aqui tem uma mulher menstruada. É nojento? Pois então eu sou nojenta, eu estou menstruada”. Então a gente fazia esse tipo de atitude, a gente... nós éramos muito irreverentes. Eu brinco que éramos as bad girls, entendeu. O nosso grupo não tinha nome, mas a gente se considerava, a gente era meio bad girls, porque a gente tinha esse tipo de atitude, a gente cantava os homens. Você quer ir pra cama com homens, você não vai ficar esperando ele te chamar pra dançar, ou te chamar pra transar. A gente mesmo propunha e dispunha e fazia com eles o que eles faziam com a gente. Transava e no dia seguinte mal cumprimentava, era isso que eles faziam com a gente? Então a gente fazia a mesma coisa. Era uma coisa meio pauleira, entendeu assim, era meio isso¹³.

Neste sentido, a representação do vivido, passado que é visualizado no presente pela testemunha, traz à tona um sentido de identidade, uma criação de identificação com símbolos através do discurso, do sentido de se ver como uma movimentação militante e, ao mesmo tempo, como uma pessoa alternativa aos padrões femininos. “(...) a gente era meio bad girls (...)”. A transformação de conceitos sob o gênero feminino se constrói a partir da recusa de um território que determinava ações e limitava a vivência feminina. A ocupação desse território mantinha entraves, conflitos e dificuldades, mas a representação que a testemunha faz, nos mostra que havia triunfos e uma nova imagem criada sobre as mulheres:

Eu vou derrubar essa ditadura, eu vou derrubar a ditadura patriarcal, então isso é uma coisa que te levanta, que também te dá uma energia poderosa, então de uma certa forma era um empoderamento já naquela época. Você não era mais igual a vovozinha, igual a mamãezinha, subjugada é, sofrendo ali a traição. Nós éramos realmente fodas¹⁴.

¹³ Idem

¹⁴ SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

Assim sendo, “o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações” (PORTO-GONÇALVES, p. 67-88).

Considerações Finais

Deste modo, os testemunhos aqui expostos retratam uma postura de uma minoria feminina que, através de uma prática de militância, assegura e reaviva sua vinculação a um território, mantendo com isso viva a sua territorialidade. Transformando tanto o território enquanto espaço material, quanto no âmbito simbólico. O estudo da relação dessas mulheres com a construção/manutenção do território é fundamental. E suas ações devem ser pensadas como manifestações de uma militância ativa, principalmente quando constatado que as desigualdades de gênero também se verificam no território. A formulação de suas identidades é um reflexo significativo do território hostil e masculino a qual eram submetidas. Suas vivências, ações e denúncias constituíram uma nova cultura, um novo espaço de debate na universidade, na política, no trabalho e na sociedade.

A conjuntura política brasileira com suas repressões no período ditatorial levou a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais.

A partir de seus testemunhos, podemos então concluir que o grupo feminista analisado contribuiu imensamente para uma independência feminina, a criação de um novo sentido ao território, assim como foi de extrema importância no processo de redemocratização política no Brasil.

Referências Bibliográficas

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CATROGA, F. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990.

CERTAU, M. A operação Historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NASCIMENTO, I. F. G; TRINDADE, Z. A; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A territorialidade seringueira: geografia e movimento social*. GEOgraphia, Rio de Janeiro: UFF, ano 1, n. 2.

RANCIÈRE. J. *O Destino das Imagens*. Tradução Mônica Costa Netto; organização Tadeu Capistrano. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA. M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET. M. A; SPOSITO. E. S. (Org). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

Documentação

SILVA, M. C. M. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017

TEIXEIRA, E. M. F. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016.

Mulheres trabalhadoras: a inserção feminina no mercado de trabalho e suas representações na imprensa carioca (1910-1950)

Vívian Marcello Ferreira Caetano
Doutoranda do PPGHS – UERJ

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (PERROT, 2015, p.109.) O trecho destaca a invisibilidade do trabalho feminino durante décadas, pois se tratava do trabalho doméstico, não remunerado, desvalorizado e não reconhecido. Isto se dava em razão da naturalização deste trabalho como um dever feminino. Segundo Maria Rita Khel, estas ideias foram defendidas no século XVIII pelos pensadores iluministas e teriam permanecido no século XIX: “Os defensores da sujeição feminina do século XIX seguiram os argumentos de Rousseau e Kant, segundo os quais a mulher é um animal selvagem que é preciso domar com mão de ferro para que ela possa, pacificada, encarregar-se da paz doméstica” (KEHL, 2016, p.58).

Dialogando com a autora, acreditamos que a justificativa para a reclusão feminina dos iluministas, tenha percorrido ainda mais tempo e permanecido no século XX, pois muito do que analisamos está de acordo com essa ideia, mesmo com as mudanças ocorridas na virada do século XIX para o XX. Nesse período, juntamente com os avanços tecnológicos, as ideias libertárias, possibilitando acesso social, político e econômico antes não conquistados por determinados grupos sociais, o patriarcalismo se manteve e a mulher continuava sendo vista como inferior. Para Hanna Arendt, a modernidade não significa o fim de atitudes ou conceitos tradicionais: “O fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre a mente dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e das categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva”. (ARENDR, 2011, p. 53.)

Nesse sentido, com todos os eventos da modernidade, o medo da mulher alcançar sua liberdade e sair dos padrões exigidos foi se tornando cada vez maior. Com ele, a exigência da manutenção dos padrões sexistas se fortalece. No que se refere ao mundo do trabalho, várias alterações ocorreram neste período. A visão patriarcal de sociedade considerava o emprego das mulheres um mal necessário, imposto pelas contingências da vida moderna. Insistiam na ideia de que ele não deveria transformar a consciência feminina, ou a definição de feminilidade, incluindo seus deveres com o lar. Ou seja, se houvesse a necessidade de as mulheres trabalharem por salário

isso deveria ser temporário e não central em suas vidas. E mesmo inseridas no mercado de trabalho, sua função principal seria o serviço doméstico não remunerado e nem reconhecido, pois era considerado algo natural do “belo” sexo. Assim, como destacamos anteriormente, as justificativas filosóficas foram somadas às médicas e científicas, com objetivo de afastar a mulher do mundo do trabalho, como, por exemplo, em um texto publicado na revista *Careta* em 21 de junho de 1919.

Nele, notamos que foi utilizado o discurso de um cientista francês “o professor Jules Amar. Este professor fez Academia de Ciencias de Paris”, para dar legitimidade à posição da revista contra o trabalho feminino. A publicação alega serem as mulheres inferiores aos homens, fisicamente e intelectualmente, ao afirmar que o trabalho feminino “equivale apenas a quarenta por cento do dos homens, e é irregular e discontinuo por causa da intermitência da actividade cerebral”. Ao final do texto ainda destaca que as mulheres poderiam tirar proveito de serem inferiores aos homens, pois não precisariam lutar por igualdade em nenhum outro segmento da sociedade, mas somente permanecer no campo dos direitos políticos, pois “a política não é causa seria mesmo”, então não faria diferença à presença feminina. Entretanto, esse discurso se voltava muito para as mulheres da classe dominante, onde muitas escolhiam trabalhar ou não. Mas, e as trabalhadoras pobres, que necessitavam do trabalho para a sobrevivência e não se adequavam a esse arranjo familiar proposto pela ordem burguesa? Elas que viviam em péssimas condições, esquecidas numa República em busca do progresso limitado a uma determinada classe.

No Brasil, como reflexo dos ocorridos no mundo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho começa a crescer. Sabemos que o papel da imprensa neste cenário é muito importante e nos revela como foi divulgado o processo de mudanças da condição feminina ao longo do tempo, assim como também as posições dos periódicos diante das mesmas. Na década de 1920, a luta pela regulamentação do trabalho feminino ganhava cada vez mais força, principalmente com o movimento feminista sufragista e as greves operárias, como podemos destacar em uma publicação da revista *Careta* em 9 de maio de 1925:

Figura 1:



Fonte: *Careta*, Anno XVIII, n. 881, 9 de maio de 1925.

Legenda: Uma jovem operaria discursando sobre o 1 de maio.

A fotografia acima aparece avulsa na revista, não havendo explicação sobre a origem do agrupamento nem o local onde ocorreu. Só aparece na foto uma única mulher que aparentemente estava discursando no dia do trabalho para um público masculino. Esta fotografia significa um episódio excepcional, que mostrava o afastamento da militância feminina no meio operário, pois segundo Michelle Perrot, a mulher operária tinha “dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”. (PERROT, 1988, P.186) As ações femininas que não se encaixavam no padrão feminino que a revista queria divulgar eram pouco noticiadas, as imagens, com títulos ou legendas, continham poucas explicações a respeito das circunstâncias. Entendemos que isto era parte de uma estratégia para não motivar outras mulheres a agirem da mesma forma, pois, como afirma Roger Chartier, as “representações sociais”, visualizadas nas imagens fotográficas, charges e nos artigos da revista, visavam os interesses da classe dominante, pois “não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Porém, as estratégias sociais utilizadas pela imprensa, para afastar as mulheres do espaço público, não conseguiram calar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que manteve sua posição em defesa das reivindicações das operárias. Em 1924, a FBPF lançou um manifesto protestando contra a ausência de mulheres do Conselho Nacional do Trabalho. Este manifesto contou com o apoio do movimento dos trabalhadores onde se conseguiu cerca de 700 assinaturas de mulheres em apoio à monção da FBPF. O texto do manifesto dizia o seguinte:

1. À mulher brasileira seja dada, como à mulheres de outras nacionalidades, nos seus respectivos países, representação profissional no Conselho Nacional do Trabalho.
2. Seja proporcional a representação que lhe for [dada] entre os membros do Conselho Nacional do Trabalho com exercício do voto e no que se refere ao Quadro Administrativo sejam confiados a uma representante do sexo feminino habilitada aos assuntos referentes ao trabalho dos menores e da mulher. (LUTZ, 1937, p. 88-89)

A atuação das sufragistas, que tinha na obtenção do voto feminino o seu maior objetivo, não excluía a necessidade de legalizar as relações trabalhistas em defesa do operariado, mantendo acesa a chama da regulamentação do trabalho da mulher, que ocorre, em 17 de maio de 1932, com o decreto n. 21.417-A. Segundo Giselle Martins Venancio, essa é considerada a mais importante medida sobre o trabalho feminino no período:

Proibiu-se o trabalho feminino em atividades insalubres, quando depreendessem emanações nocivas, vapores ou poeira, na maior parte dos ramos químicos, com produtos voláteis ou inflamáveis. (...) em lugares profundos, a afiação de instrumentos ou peças metálicas, e a fabricação ou transporte de explosivos. Proibia-se o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas após o parto; e, diante do atestado médico assinalando complicações de saúde, as quatro semanas poderiam ser ampliadas para seis. Permitia que a mulher rompesse o contrato de trabalho sem qualquer obrigação, desde que estivesse grávida. Em caso de aborto não criminoso, eram concedidas duas semanas de descanso. Previam-se ainda dois intervalos de descanso diário em caso de amamentação nos seis primeiros meses de vida do bebê e creches em locais onde trabalhavam mais de 30 mulheres. O decreto estabeleceu ainda a norma do salário igual para o trabalho igual, independente do sexo do trabalhador. (VENANCIO, 2001, p. 194)

Estabeleceu-se por essa lei, a proibição do trabalho noturno das mulheres, antiga reivindicação do movimento dos trabalhadores. A proibição do trabalho noturno e os benefícios para os períodos de gravidez e amamentação eram pontos consensualmente aceitos, nesse momento, tanto pelo empresariado, que enfrentava problemas em relação à essas questões, quanto pelos operários, que viam com bons olhos a ideia de proteção à família. Podemos perceber essa tendência da proteção à família também no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com destaque para dois artigos publicados: o primeiro em novembro de 1934 e o segundo em abril de 1937:

(...) a consequência do trabalho feminino para a fecundidade foi a diminuição dos nascimentos (...) A mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação. É fato notório que a mortalidade infantil se tornou muito elevada onde o trabalho feminino se tornou geral.

A regulamentação do trabalho das mulheres adultas (...) é um progresso da legislação social. Anteriormente a mão-de-obra feminina era considerada como mercadoria inferior que podia ser remunerada por preço menor que o trabalho do homem. O maquinismo, entretanto, supriu a debilidade natural da mulher.

Ao analisar esses dois artigos, percebemos que se mantém como embasamento da lei, a defesa da família e da moral feminina. Em 1932, o Estado brasileiro teve que trabalhar com uma realidade concreta: as mulheres já ocupavam o mercado de trabalho, mercado este que, por sua vez, também já estava regulamentado. Sendo assim, partiram para outro tipo de estratégia de dominação masculina, a culpabilização da mulher devido a sua inserção no mercado de trabalho, refletindo na menor taxa de natalidade e maior de mortalidade infantil. No ano de 1937, a tática utilizada era antiga, a de enaltecer algum aspecto do trabalho feminino para então desqualificar ou enfraquecer algum ponto de maior importância para a efetivação do mesmo. Na verdade, o que se pretendia era um afastamento da mulher deste cenário, pois reforçaria o padrão socialmente exigido pela burguesia e favoreceria a valorização da mão de obra masculina. Assim, era possível haver a manutenção da ideia sexista de que o sexo feminino é frágil e delicado, que impedia as mulheres de exercerem funções iguais às dos homens, ampliando, inclusive, as diferenças salariais.

Para, Ilka Stern Cohen, as revistas ilustradas eram concebidas como “objeto de lazer, que se revelaram essencialmente normativas, definindo o papel social e determinando os padrões de comportamento desejáveis para a mulher na época” (COHEN, 2013, p. 117). Assim, muitas leitoras se identificavam com os conteúdos dessas revistas e seguiam suas orientações, pois, eles eram apresentados como exemplos a serem seguidos e copiados, auxiliando na coesão interna da classe dominante.

Vários mecanismos foram utilizados para abafar os movimentos feministas que ocorriam no mundo e que chegavam com força no Brasil. As charges, piadas e ironias faziam parte destas táticas para enfraquecer e desmobilizar as mulheres com a causa feminista. Desde o início do século XX, é possível perceber esse aspecto. Para a Susan K. Besse, a imprensa restringia a “compreensão e a aceitação do feminismo pelo público associando seguidamente o movimento com questões que eram marginais para o problema da emancipação das mulheres” (BESSE, 1999, p. 214). A imagem a seguir de 1913, mostra como a mesma revista apresenta as mulheres feministas:

Figura 2:



Fonte: *Fon-Fon*. Anno VII, n. 46, 15 de novembro de 1913.

Legenda: Antigamente dizia-se: fulana tem cabellinhos nas ventas, hoje com o feminismo victorioso, os mesmos mudam de lugar conforme o gênio da sua dona. Eis por exemplo os cabellinhos da emproada, da endiabrada, da atrevida e da conquistadora.

O chouffeur era a representação da revista *Fon-Fon*, ou seja, era a defesa da ideia que o periódico tinha das feministas, pois na charge elas são apresentadas aos leitores como: “cabellinhos da emproada, da endiabrada, da atrevida e da conquistadora”; sendo todos esses adjetivos desmoralizantes da conduta esperada das mulheres. Portanto, a revista faz uma crítica ao enfatizar que essa “moda” feminista, não poderia pegar, pois iria desvalorizar as virtudes “naturais do belo sexo”. A *Fon-Fon*, muitas vezes, representa a modernidade com imagens de mulher, no sentido de que ambas seriam retratadas de maneira momentânea e instável, além da constante associação da mulher à inconstância, caprichos, esquisitices e frivolidades. As mulheres apresentadas na revista são consumidoras que reproduzem padrões estéticos e de vestuário. As imagens nos permitem múltiplas interpretações, como afirma Ana Maria Mauad, elas podem “avaliar e desvendar influências, interrelações e os mecanismos de dominação entre os diversos grupos sociais” (MAUAD, 1990, p. 14).

Na charge, a revista coloca o feminismo como moda para torná-lo fútil e vulnerável, como eles acreditavam que as mulheres eram. Assim, o movimento feminista era desqualificado como algo passageiro. O movimento ia contra os padrões pré-determinados do projeto modernizador burguês. Para diminuir seus impactos, a imprensa banalizava seu significado. A ideia passada pela revista era de que ser feminista estava apenas na moda, e que não era necessária nenhuma mudança de consciência para ser “moderna” ou “feminista”. Cabe também dizer que a imprensa no Brasil neste período transmitia as novidades da modernidade e destacava as diferenças entre a República e o Império, frequentemente identificando-o como atrasado e ultrapassado. Como vimos ao longo do capítulo, em relação ao feminino alguns valores tradicionais permaneciam e eram até valorizados.

Valores que eram ensinados por juristas, médicos e pela Igreja Católica que se mantinha forte apesar do processo de secularização do Estado no qual ela tinha perdido parte do poder político institucional, mas se mantinha como forma coesão social. Ou seja, a cultura e as ideias religiosas permaneciam agindo na sociedade.

Neste contexto, a mulher para conquistar sua independência, além da luta para ascender aos espaços públicos, enfrentava questões de ordem moral. De acordo com Margareth Rago, a luta pela afirmação da mulher, diante destes padrões comportamentais, envolve a “necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina” (RAGO, 2014, p. 134).

Então, enquanto esse “estatuto de dominação” era imposto sobre as mulheres e a classe dominada, as mesmas manifestavam seu “inconformismo” lutando pelos seus direitos. Era um momento em que as mulheres perceberam que podiam ser ouvidas, não precisavam mais se manter caladas, diante de insatisfações. As charges e os escritos humorísticos são constantes nessas revistas, fazendo uma representação do feminismo com mulheres loucas ou masculinizadas, como vemos neste trecho da revista *O Malho* em 14 de abril de 1936:

Creio que não há mais duvidas sobre os triumphos do feminismo. Isto é: as mulheres masculinizam-se. Porque será que as prophetisas do novo credo, são quase todas feias? (...) Se o feminismo continuar nessa marcha de fáceis conquistas, os dias serão tristemente contados. A volta do matriarcado será então a maior do século. Uma vez este instituto inicial da vida collectiva reorganizados, si algum perigo novo o ameaçar, como o advento de um terceiro sexo!

A partir do texto notamos novamente a questão de desqualificação do movimento feminista. O periódico passava uma ideia de que toda mulher feminista era masculinizada e feia. Como afirma Rachel Soihet, destacam-se: “(...)a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens” (SOIHET, 2013, 595).

Assim, era considerado o surgimento de um terceiro sexo, considerado um “perigo novo o ameaçar”. Nesse ponto, a revista pode estar se referindo às mulheres homossexuais. Pois, como afirma Judith Butler, uma sociedade com a relação binária da sexualidade determinada, anula a multiplicidade de uma sexualidade que romperia com a hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. Sendo assim, acreditamos que o feminismo por romper com a superioridade masculina atingiria sua identidade de gênero, construída culturalmente. Assim, “‘a lésbica’ emerge

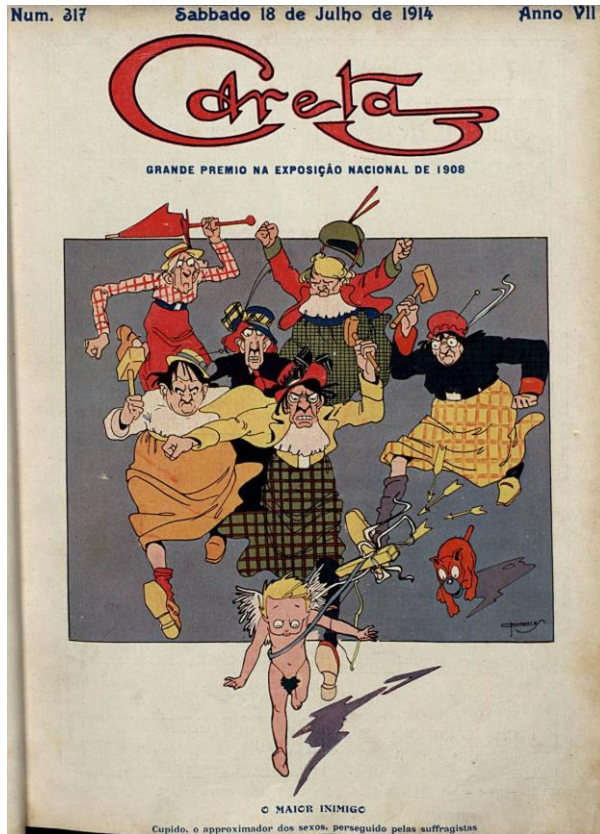
como um terceiro gênero, prometendo transcender a restrição binária ao sexo, imposta pelo sistema da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2017, p. 47).

A imprensa divulgava frequentemente a ideia de que mulheres feministas poderiam se tornar lésbicas, devido ao suposto ódio estimulado contra os homens. Como já enfatizado anteriormente neste capítulo, a sexualidade feminina era um alvo importante para alcançar a manutenção da ordem e das hierarquias. Sendo assim, várias publicações ofendendo e atacando a moral e a conduta feminina, eram relacionadas ao feminismo. Pois, enfraquecer aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo do patriarcalismo.

Era recorrente a preocupação em acentuar o caráter imprescindível da beleza para as mulheres. A ausência desse atributo representava um pesado ônus, já que, provavelmente elas seriam rejeitadas pelos homens. Crônicas eram feitas sobre esta questão. Nelas eram propostas estratégias para superar esse “problema” e garantir às feias a possibilidade de realização daquela que é considerada a única aspiração legítima para as mulheres: o casamento. Nesse sentido, o feminismo era constantemente utilizado como uma grande ameaça a concretização deste “destino feminino”. Como por exemplo foi destacado na revista *Fon-Fon*, do dia 5 de janeiro de 1918, com o título de “O leilão das moças”, o cronista, que assinava com o pseudônimo de Jotaene, relata uma prática existente na Antiguidade que possibilitava o casamento de moças bonitas, mas também das feias, através de leilões. No texto eles enfatizam a necessidade de aplicação destes leilões no Rio de Janeiro e destaca que talvez fosse o único jeito de acabar com as “sufragistas, as literatas, as neurasthenicas, as cochichadeiras e as beatas, horríveis espécies femininas nascidas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das vieilles-fille.

Compreende-se a partir da crônica que as mulheres que decidiam ir à luta pelo reconhecimento de direitos, e buscavam disseminar suas ideias, faziam isso apenas por frustração, por serem feias e não conseguirem um marido. Sendo assim, por serem “vieille-fille” (solteiras em francês), buscavam vingança através do questionamento de sua condição. As caricaturas serviram como representações das feministas, feitas para construir uma imagem para os leitores, reafirmando um senso comum que já existia sobre elas. Observemos as charges abaixo:

Figura 3:



Fonte: *Caretas*. Anno VII, n. 317, 18 de julho de 1914.

Legenda: O maior inimigo. Cupido, o aproximador dos sexos, perseguido pelas sufragistas.

Figura 4:



Fonte: *Fon-Fon*. Anno VIII, n. 20, 16 de maio de 1914.

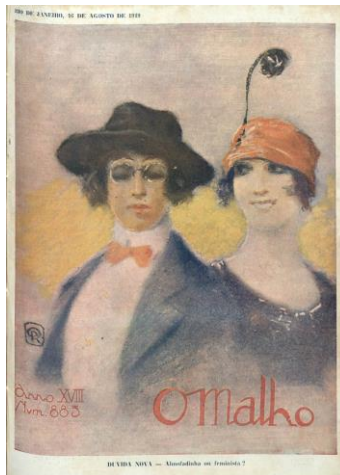
Legenda: Suffragistas

Nas capas das revistas *Careta* e *Fon-Fon*, é possível perceber as características que enfatizamos aqui anteriormente, mulheres com imagens estereotipadas de solteironas, muito magras, outras gordas, mulheres mais velhas, feias, com vestimentas masculinas, pois estavam usando chapéus e sapatos de homens... Não representavam os signos femininos positivos para aquela época. Percebemos nessas imagens que o que parece, à primeira vista, ser somente uma brincadeira como forma de divertir o leitor, na verdade é intencional e maldoso, o que evidencia uma forma de violência simbólica contra as mulheres.

Outra estratégia utilizada pela imprensa era relacionar o feminismo à desmoralização feminina. O radicalismo agressivo e a masculinidade atribuídos às mulheres que se diziam feministas podem ser observadas numa publicação da revista *Careta* de 10 de agosto de 1946, com o título de “Perigo feminista”. No texto é destacado que na Itália foi espalhado várias placas nas estradas com recomendações para tomarem cuidado com os mosquitos, na imagem da placa havia uma “mulher volutuosa com a seguinte legenda: “cuidado com a Greta Squito. Mete-se na cama com qualquer um” Segundo o artigo, o feminismo tornava as mulheres promíscuas, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo sexual. A revista mostra sua posição machista com o intuito de descaracterizar o real significado e as lutas das feministas. Não esqueçamos dos valores da pureza e da virgindade como garantias da honra feminina, sendo o principal exemplo a Virgem Maria.

Portanto, a mulher que pensa, que fala, que escreve, trabalha, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia, solteira e altamente perigosa. Nesse sentido, a modernização precisava encontrar limites, principalmente no que tange à divisão de papéis sexistas e à religião. Um exemplo dessa preocupação estava estampado na capa da revista *O Malho* em 15 de agosto de 1919, em uma imagem intitulada “Duvida nova: Almofadinha ou feminista?”:

Figura 5:



Fonte: *Caretta*. Anno XVIII, n.895, 15 de agosto de 1919.

Legenda: Duvida nova: Almofadinha ou feminista?

A partir da análise da charge e da legenda, entendemos que pode se tratar de duas críticas: a primeira se refere à preocupação do homem em estar se afeminando e a mulher se masculinizando. A segunda crítica seria por não conseguir distinguir o homem (almofadinha) da mulher (feminista). Ou seja, em ambos os casos, a preocupação é com a mistura de papéis femininos e masculinos e com a sexualidade de ambos os gêneros.

Em outra matéria na *Fon- Fon* do dia 24 de janeiro de 1920, podemos observar essa mesma preocupação: “Quando um homem procura imitar uma mulher, usando maneiras afeminadas, pondo carmim nos lábios e cintando suas roupas ao ponto de bem moldarem as formas toda a gente, com um risinho irônico de mofa, logo exclama: lá vae um autentico almofadinha”. A partir do texto, podemos notar que a ideia passada sobre masculinidade é a de um homem autossuficiente, independente, descuidado consigo mesmo, com sua saúde, com seu corpo, pois como afirma George Boris:

O comportamento que a maioria das culturas e das sociedades costuma definir – e conseqüentemente reforçar – para os homens como adequadamente masculino é construído através de um conjunto de manobras de defesa: temor às mulheres; temor à expressão de qualquer tipo de feminilidade, particularmente sob a forma da ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros (BORIS, 2000, p. 25).

Vemos, a partir da citação acima, do texto na revista *Fon-Fon* e da charge no periódico *Caretta*, que a masculinidade é construída pelo homem através do medo dos que os outros vão pensar ou falar de suas atitudes: ou ele nega veementemente tudo o que a sociedade não quer que ele seja, ou ele será considerado um “não homem”: um

homossexual, o símbolo da negação e do avesso, o homem que quer ser “mulher” e é passivo. Esses atributos assim definidos como “masculinos” se manifestam como a identidade do homem, assim como os atributos ditos “femininos” como a identidade das mulheres. Segundo Bourdieu, o privilégio masculino também é uma “cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIEU, 2014, p. 76).

Nesse sentido, a “mistura” de características masculinas e femininas, evidenciadas nas revistas *Careta* e *Fon-Fon* neste período da década de 1920, abria uma discussão acerca do surgimento de um “novo” homem neste momento de modernidade. Estaria o homem iniciando sua trajetória de mudança, no mesmo momento que se alterava a condição feminina? O feminismo estaria afetando também a condição masculina na sociedade? Defendemos a ideia de que para o homem também foi um tempo de mudanças, de adaptação à entrada das mulheres em espaços antes somente ocupados por eles. Surgiram neste período novas vestimentas e produtos destinados aos homens influenciando, assim, na vaidade masculina. Acreditamos que o patriarcalismo, também pese para os homens. Há um medo de ser taxado com estereótipos femininos, como “fracos”, “delicados” ou como “mulherzinhas” e “veados” (BOURDIEU, 2014, p. 78).

As revistas ilustradas através do humor e da ironia, tentavam afastar essas possíveis alterações nas relações de gênero, buscando, ao mesmo tempo, enfraquecer as lutas feministas e, assim, proteger a honra e a virilidade masculina. Como afirma Bourdieu: “A virilidade, como se vê, é uma noção eminente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.” (BOURDIEU, 2014, p. 79). Apesar dessas sequências de charges e crônicas irônicas, muitas mulheres reagiram no sentido de alterar a sua posição na sociedade, nas esferas pública e privada. Logo, as mulheres que, como vimos, queriam trabalhar fora de casa, circular livremente pelas ruas, utilizar modas consideradas inadequadas, permanecerem solteiras, se formarem em faculdades, eram alvos da imprensa que as considerava jovens levadas pelo feminismo e pelo objetivo de se igualarem aos homens. Nesse contexto, não poucas assumem abertamente a campanha pela conquista de seus direitos, pois “com projetos para organizações de associações, pronunciamentos públicos,

utilização da imprensa, buscavam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública, etc.” (SOIHET, 2013, p. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDDT, Hanna. “**A tradição e a época moderna**”. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mario W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BESSE, Susan K, BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1919-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 103-130.

CHARTIER, Roger. Introdução. “**Por uma sociologia histórica das práticas culturais**”. In: *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUTZ, B. **O trabalho feminino: a mulher e a ordem econômica e social**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese de doutorado. 2 v. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1990.

PERROT, Michelle. **“A mulher popular rebelde”**. In: **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOIHET, Raquel. **Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

VENANCIO, Giselle Martins. **“Lugar de mulher é...na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910- 1934)”**. Curitiba: Editora da UFPR. *História: Questões & Debates*, n. 34, 2001.

FONTES

BRASIL. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro, nov. 1934. n. 1, p. 117.

BRASIL. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro, 1937, p. 101.

Revista *Careta*:

“Embargo ao feminismo”. *Careta*. Anno XII, n.574, 21 de junho de 1919.

“Perigo feminista”. *Careta*. Anno XXXIX, n. 1989, 10 de agosto de 1946.

Revista *Fon-Fon*:

“O leilão das moças”. *Fon-Fon*. Anno, n. 5 de janeiro de 1918.

“Coisas”. *Fon-Fon*. Anno XIV, n. 4, 24 de janeiro de 1920.

“Feminismo”. *Fon-Fon*, Anno XXII, n.15, 14 de abril de 1928.

Revista *O Malho*:

“A volta do matriarcado”. *O Malho*. Anno XXXV, n. 152, 30 de abril de 1936.

Trabalhadoras das Matas: O trabalho feminino nos seringais do Amazonas no Pós-Segunda Guerra

Agda Lima Brito

Doutoranda do PPGHS – UERJ, bolsista FAPERJ

As mulheres dentro do tema proposto serão nossas protagonistas, tendo em vista que os trabalhos realizados por elas, dentro dessas comunidades perpassam por vários eixos. Enfrentavam uma rejeição frente ao olhar masculino, no entanto à medida que vão atuando em vários campos de trabalho acabam se tornando o eixo central familiar.

Dentro dessa dinâmica de trabalho, a atividade feminina sofrera uma menor valorização, ainda que essas mulheres tenham uma rotina de trabalho extremamente cansativa, conforme apontam às fontes, entrevistas de homens e mulheres que trabalharam nos seringais nesse período, o serviço feminino acabava tendo um olhar desvalorizado. Por isso decidimos ter como ponto principal o trabalho feminino nos seringais.

Passada a Segunda Guerra Mundial, outros cultivos vão ter maior evidência além da borracha. Na realidade em *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas 1943*¹ já encontramos uma preocupação em instigar o plantio de certos gêneros como coco, castanha, pau rosa dentre outros, a fim de abastecer a cidade de Manaus. Em contrapartida segundo as fontes orais, existia uma pressão por parte dos patrões para que somente a coleta da borracha fosse realizada e as famílias que insistiam em fazer roçados eram consideradas preguiçosas, “seringueiros ruins” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 60). Cristina Wolff trata bem dessas dificuldades:

“A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos.(WOLFF, 1999, p. 139)”

No entanto esses trabalhadores iram resistir a esse sistema de trabalho, onde principalmente as mulheres iram ser responsáveis pela produção de outros gêneros alimentícios a fim de evitar consumir nos barracões. As famílias que trabalhavam em outros serviços, como por exemplo, os

¹ Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

cultivos da roça, acabaram sofrendo maior repressão por parte dos patrões. Isso acreditamos, ter perdurado até o pós-guerra, pois conforme a extração da borracha entra em crise, ocorre um maior empenho do seringalista em manter esse sistema de dívidas para amarrar o trabalhador ao local. Nos *Relatórios do Diretório do Comercio do Amazonas de 1950*² percebemos como os donos de seringais ainda enxergam na extração da borracha, uma saída para a crise na região.

O Plano de Recuperação Econômica para a Amazônia

O governo visava criar uma política de recuperação para a região da Amazônia discutida desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

“Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União plicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias.(RENHA, 2017, p. 46)”

No entanto somente em 1953 foi criada a lei nº1. 806, O Plano de Valorização Econômica da Amazônia³, que tratava de uma série de medidas visando incentivar o desenvolvimento da região, dentre eles, incrementar o desenvolvimento agrícola. Destacamos o artigo 1, que resume parte do referido Plano:

“Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.”⁴

Na realidade as propostas levantadas no livro do Governo Federal sobre o que deveria ser feito para que o *Programa de Emergência para a Amazônia*⁵ desse certo, no próprio documento já consta orçamento geral e como seria investido em cada área, considerando que segundo o Plano

² Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1950. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

³ Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 –Página Consultada em 19 de setembro de 2016. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

⁴ Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 –Página Consultada em 20 de novembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

⁵ Presidência da República- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém- Pará- Brasil. 1954.

deveriam haver melhorias e desenvolvimento na agropecuária, transporte, comunicações e energia, desenvolvimento cultural, recursos naturais e saúde.

No desenvolvimento agropecuário deveriam ocorrer diversas melhorias, tais como, fomentar a produção agrícola e sua defesa sanitária, produção pecuária e sua defesa sanitária, mecanização da lavoura, colonização uma vez que a mão de obra na região sempre representou um problema e investimentos em pesquisas, uma vez que Reis acreditava no desenvolvimento mais também na preservação da região⁶.

Para Reis a situação da região era preocupante e o Plano era visto como uma forma de integrar e desenvolver muito além dos moldes anteriores que só se sustentavam na extração a borracha e não adquiriam novos meios de se sustentar, conforme aponta no livro do governo federal:

“Essa obra de recuperação se exerce sobre uma região cujo colapso econômico decorre não propriamente de condições particularmente hostis do meio, mas da extinção de um ciclo econômico da borracha silvestre, das perturbações sofridas pelo tipo de organização social e econômica que criou e que não pode ainda adaptar-se a novas condições econômicas, nem absorver novas técnicas de trabalho, nem método de vida.”⁷

Uma vez que a extração do látex só beneficiava os patrões donos de seringais, mas houve muito pouco investimento em técnicas que buscassem melhorar a produção da borracha, na realidade o lucro desse produto, na década de 1940 foi bem menor se comparado com o primeiro “boom da borracha”, o governo preocupava-se em tentar incentivar o plantio de outros gêneros, mais os patrões durante muitos anos, insistiam que a borracha (mesmo em crise), deveria ter amparo do governo federal.

Foram vários os superintendentes que assumiram a SPVEA, mas acabaram renunciando devido a pressões internas e a falta de recursos financeiros que impedia que o projeto avançasse. A União não repassava a verba acordada e os políticos de cada região só disputavam a verba e não seguiam um plano eficiente para a sua localidade, varias obras ficaram inacabadas e a imagem da SPVEA como instituição que não funcionava só aumentava, levando à sua extinção em 1966 (RENHA, 2017, p. 136).

Modificações na região da Amazônia

⁶ Ibid. p. 3.

⁷ Ibid. p. 4.

Trabalhamos com a hipótese de que criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a seringa. Nos *Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.

Segundo Rodolfo Coelho e Carlos José a SPVEA não teria tido êxito em seus planos de desenvolvimento devido a uma série de fatores que tornavam inviáveis modernizar aquelas regiões, a falta de recursos suficientes para isso, seria um desses fatores. Já durante o governo Juscelino Kubitschek seria realizado o planejamento da construção de Rodovias através do Planos de Metas. Para os autores, essas rodovias teriam contribuído para o desmatamento da região, conforme aponta Rodolfo:

“O principal elemento que deu condições para a ampliação do desmatamento na região foi a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29, atualmente BR-364). Esses dois grandes eixos rodoviários permitiram a formação de muitos povoados, vilas e cidades que, adotando como atividade econômica a agricultura e a pecuária em áreas próximas a essas rodovias, culminaram no desmatamento ao longo dos mesmos. (PRATES E BACHA, 2011, p. 608)”

Além de contribuírem para o desmatamento nos arredores daquelas regiões, segundo Gilberto Marques (MARQUES, 2013), o governo de Juscelino Kubitschek acabou favorecendo os conflitos na região da Amazônia, uma vez que apoiaram empresários, passando títulos de terras para seus nomes, sobretudo no Pará. Gilberto Marques fala sobre a situação dos trabalhadores: “Enquanto na nova política se propõe o estabelecimento do capitalismo na Amazônia (como que se, de alguma forma, ele já não estivesse presente), o Programa de Emergência negava o assalariamento entre os camponeses (MARQUES, 2013, p. 178).”

Então se por um lado ocorriam mudanças nos investimentos na Amazônia e nos incentivos do que seriam produzidos naquele momento, as famílias que trabalhavam no campo possivelmente continuavam em uma situação difícil. Além disso, a degradação do meio onde viviam, acarretaram tensões no meio do trabalho. Para isso é importante analisar os serviços que realizavam e o cotidiano dessa população na mata.

Com a presença do trabalho feminino era possível se dedicar à agricultura e ao corte da seringueira, mesmo com os padrões tentando enraizar na mente dos trabalhadores que a produção da borracha era prioridade, conforme apontado por Cristina Wolff (Wolff, 1999).

Nesse contexto foram reinventadas novas formas de sobrevivências nas colocações, contanto com aquilo que era produzido dentro dos próprios seringais e com aquilo que poderia ser adquirido em meio à mata Amazônica. Na relação com ambiente em que viviam essas mulheres através do trabalho que realizavam, foram aos poucos se tornando peças fundamentais para assistência de suas famílias nos seringais.

As mulheres vindas de outras regiões ou nascidas nos seringais, dentro das colocações, desde muito cedo já tinham uma rotina de trabalho. Contanto com o tempo para cada coisa, para cada colheita, para o corte da seringa.

Por conseguinte, percebemos como os modos de trabalho ainda estão vivos na memória dessas mulheres, já que o seu cotidiano de trabalho estava em torno de sua sobrevivência nas colocações e nos barracões. Dessa forma, sua rotina girava a maior parte do tempo em torno do trabalho.

As que trabalhavam nas colocações ao mesmo tempo em que produziam para os seringalistas, experimentavam certa liberdade criando suas formas de resistência, pois segundo Gerson:

“A diferença é que no mundo em que vivem, os personagens dessas histórias ganham forma no silêncio, na solidão e nos seus modos de relacionamento com a floresta. Em sua compreensão de mundo, eles ganham concreticidade porque se articulam com os significados da preservação da existência humana, com suas tradições e valores, significados que fazem parte de seus modos de vida em constante reelaboração (ALBUQUERQUE, 2005, p. 60).”

Gerson Albuquerque (2005), pesquisando acerca da história de resistência desses trabalhadores do rio Muru, destaca suas vivências na mata, demonstrando uma história de lutas, de solidariedades entre essas famílias. Segundo Albuquerque os seringueiros, dentro dos seus territórios de produção, a mata, buscavam estratégias de burlar o sistema, desviar a produção e negociar mercadorias longe dos olhos do patrão, realizando fugas ou reivindicações por melhores preços. Tudo isso simboliza a resistência nas colocações, dentro de suas experiências de trabalho, rompendo com o medo presente e apresentando formas de reação contra os patrões.

Resistência nesse sentido silenciosa, não necessariamente de enfrentamento direto com o patrão, mas sim criando estratégias para romper com a dominação dos donos dos seringais. Dessa forma eles estavam burlando o sistema imposto de troca dos barracões e buscavam outras alternativas.

Segundo Freitas (FERREIRA, 2004) essas mulheres estavam longe de serem apenas donas de casa e mães de famílias, onde a figura do homem é o único responsável pelo sustento da casa, a

autora destaca a questão da resistência da mulher quebrando esse domínio do marido e aprendendo a realizar trabalhos dentro da mata como o corte da seringa. Um caso evidente é o processo de tomada de decisões e nas mulheres que foram estabelecendo canais importantes no ambiente doméstico e de trabalho.

A divisão entre trabalho produtivo relacionado com os homens e o trabalho reprodutivo vinculado à mulher já está enraizado em nossa cultura. Há uma ideia de que o trabalho feminino é complementar ou menor. Por isso não se tem essa visão que o trabalho feminino é primordial, sem levar em consideração que antes esses trabalhadores não conseguiam realizar outras tarefas além da coleta da seringa e que, portanto, acabavam consumindo em maior quantidade produtos nos barracões. Só que com a presença da família, nesse segundo momento de produção da borracha, toda a família é inserida nessa dinâmica de trabalho.

Mesmo as mulheres iram cortar seringa, cortavam em menor quantidade, que os homens, pois elas em sua maioria se preocupam em cortar nas regiões mais próximas das colocações, de suas casas, por conta dos filhos. Sem contar que o faziam com ferramentas mais velhas, doadas pelo marido, e com isso sua produção seria de menor escala se comparada ao do homem (WOORTMANN, 1998, p. 21-22).

É importante lembrar, que no período que a borracha não era cortada, homens e mulheres se dedicavam as mesmas funções como coletar castanha, por exemplo, mesmo realizando o mesmo serviço, ocorre uma diferenciação do trabalho feminino, ainda colocado como menor. Em documentário colhido na década de 1990 por um grupo de estudantes, as mulheres narram suas trajetórias em seringais de Rondônia e os serviços que realizavam, ao passo que elas contam suas histórias, é colocado também à narrativa de homens, ilustrando que elas até poderiam fazer esses serviços, mas que eram serviços pesados, “não era coisa que mulher deveria fazer”⁸.

Por isso se fez necessário comprovar como essas mulheres começaram a buscar outras formas de se manter fora das dependências dos barracões. Além da borracha, a coleta da castanha, a produção da farinha e a manutenção de uma roça são exemplos claros de mercadorias que eram vendidas nos regatões e também armazenadas para consumo próprio (WOORTMANN, 1998, p. 12-14).

⁸ Documentário por Alejandro Ulises Bedotti e Maria Luzia Ferreira Santos. Refere-se ao produto final de pesquisa na área de Geografia Humana realizada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, com apoio do CNPq.1996.

Como relata, Ana Xavier após a morte do pai, ela começa a exercer a atividade do corte da seringa nas regiões mais afastadas, após casada, continuará trabalhando na lida de coleta do látex e outras atividades:

“(…) por que o serviço mais pesado que tinha, era você corta seringa, brincadeira mana eu saía de madrugada, o Anibal (marido de Ana Xavier) saía duas horas da Madrugada pra estrada, dava um rodo, quando chegava oito horas do dia chegava em casa, aí almoçava, ficava um pedacinho virava pra trás, chegava em casa quatro horas, quatro e meia, com o leite, ia colher, aí defumar, guardava, botava a borrachinha lá, vamos pro lago, vamos mariscar...”⁹”

Organizavam-se de modo que envolvia toda família nos afazeres diários, trabalho esse que se fazia necessário, haja vista que o seringueiro passava muito tempo fora na realização deste e outros serviços. No relato de Consuelo Ladislau Pereira, afirma que a família de sua mãe era de agricultores dentro dos seringais, seu pai cortava seringa no Anori, ela descreve com que trabalhavam na região:

“Com feijão, arroz. Elas plantavam, eles eram agricultor, era assim cuidava daquelas pessoas,cozinhas, matava boi e tudo porco, galinha, ela fazia pros que tavam trabalhando com eles, do nordeste também.”¹⁰”

Essas mulheres também eram responsáveis pelo serviço de defumação do látex, dentro dos tapiris, um serviço que em sua maioria eram realizados por mulheres, que ficavam expostas a fumaça. Francisca Ribeiro trabalhadora do seringal, evidência esse serviço:

“(…) ele cortava seringa e eu ficava em casa com os meninos, aí quando era de tarde que ele chegava com o leite, ajudava ele defumar, fazia borracha(risos)defumar né, no tapiri né, aí deixava nós defumando eu mais o Jucelino (filho de Francisca) e ele ia atrás de matar um bicho pra nós comer, caçar.

Aí quando ele chegava nós já tinha acabado de defumar a borracha, aí no outro dia ele saia quatro horas da madrugada pra cortar, ele ia cortando e ia botando aquela tigelinha na árvore né, aí quando acabava de corta todinho meio dia ele voltava colhendo já o leite no balde né, aí quando ele chegava, já era de tarde né. Uma quatro horas ele chegava com o leite, aí ele, deixava nos defumando eu mais o Jucelino (filho) e ele ia atrás de uma comida, mata uma caça pra nós jantar...”¹¹”

Apesar dos perigos na defumação da borracha, pela que muitos adoeciam por causa da fumaça, vemos como as mulheres assumiram alguns serviços nas colocações tais como a defumação e a coleta de seringa, mas também estas famílias conseguiam ter tempo para caçar, para cultivar roça, diminuindo assim o consumo nos barracões.

⁹ PINTO, Ana Xavier. Ana Xavier Pinto. depoimento [15 novembro. 2013]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

¹⁰ LADISLAU, Consuelo. Consuelo Ladislau [10 abril. 2016]. Entrevistadora: Jéssyka Samya, Manaus: Amazonas, 2016.

¹¹ RIBEIRO, Francisca das Chagas. Francisca das Chagas Ribeiro. depoimento [10 fevereiro. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

Francisca das Chagas trabalhava entre dois seringais um mais próximo da Beira no rio em Hamburgo e um seringal mais no centro no Jutuí. O seringal de Hamburgo que ficava mais na beira no rio, possibilitava a essa trabalhadora o serviço de roça, trabalho esse que não era possível no seringal mais no centro da mata em Jutuí, aponta:

“não, por que era demais longe, era na terra firme mesmo é muito longe, não dava não... Era tão longe da Beira menina que nos andava umas duas horas e meia a pé pra chegar lá na colocação, cortava e cortava.

No começo logo era bom tinha caça tinha tudo, depois não tinha nada não, só faltava morrer de fome, os bichos tudo tinham se afugentado tudo, não tinha mais nada, nos sofria muito..¹²”.

Ana Xavier, durante todo seu relato manifesta insatisfação com os patrões. Ela que tinha uma rotina constante de trabalho em meio à mata, aponta a todo instante revolta com o domínio exercido pelos seringalistas ao mesmo tempo em que através de sua produção, burlava o sistema imposto pelo patrão vendendo para o regatão:

“Mas lá era uma miséria de vida. Uma pobreza, só o patrão que tinha dinheiro e quem tirasse um quilo de borracha pra vender fora, ele botava pra rua.

Vendia, eu, meu cunhado, um irmão meu, irmão não, irmão do meu marido e eu. Meu marido, todos os dois cortava seringa, eles fazia um princípiozinho, escondia e ia esperar o regatão, lá na outra praia e vendia, lá ele ia... ai é que nos podia comprar uma roupa mulher, uma roupa melhorzinha.¹³”

Ainda que fosse difícil até para os patrões fiscalizar o serviço dos seringueiros, se eles descobrissem que o trabalhador estava vendendo borracha para os regatões (que se tratavam de embarcações fluviais que atracavam na beira dos rios, normalmente de noite para comprar borracha dos seringueiros escondido dos patrões) eles confiscavam toda mercadoria do seringueiro, entre outras práticas mais violentas.

Nas entrevistas percebemos como estas famílias, sobretudo as mulheres e crianças trataram de trabalhar em outros afazeres, dentre eles os mais presentes são o roçado, plantio de milho, mandioca, tabaco, coleta de castanha, fabricação de farinha, defumação da borracha, pesca, coleta de frutas. Uma infinidade de práticas que eram usadas para ficarem menos dependentes dos desmandos dos patrões e mais a frente, com os dos empresários atraídos pela ideia de desenvolvimento para a região.

¹² RIBEIRO, Francisca das Chagas. Francisca das Chagas Ribeiro. depoimento [10 fevereiro. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

¹³ PINTO, Ana Xavier. Ana Xavier Pinto. depoimento [15 novembro. 2013]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

Constatando que no pós-guerra esse controle sobre as famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos, na realidade essa prática de trabalho análogo ao escravo tem se perpetuado por diversas regiões da Amazônia. Neste sentido, estamos tentando dar conta desse período de 1950, momento no qual existe uma preocupação do Governo Federal com o desenvolvimento da Amazônia, e seguindo até 1970, quando a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM¹⁴ que vem atuando até o tempo presente. Estamos tentando entender o porquê de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna ainda mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras.

Se pensarmos que essas mudanças incentivaram principalmente a agricultura, poderemos perceber também que atingiram essas trabalhadoras que tinham como principal tarefa o roçado. Boa parte da família estará envolvida nessa atividade de agricultura e também na extração da madeira, que já está em voga em 1960.

Acreditamos que surge aí outro problema, pois essa degradação do meio onde vivem essas famílias implicara uma quebra com sua cultura de preservação, tendo em vista que aprenderam outras práticas além do trabalho com a terra, como as práticas de cura dependiam da preservação do meio onde viviam.

A falta de organização dos planos da SPVEA em cada região e a falta de recursos acabaram por contribuir para que os patrões, pelo menos até a década de 1950, continuassem a pressionar essas famílias para que extraíssem seringa, para isso cada vez mais exploravam essas famílias.

Já na década de 1960 percebemos como os problemas nas matas Amazônicas agora se tornaram outros, a modernização da agricultura, derrubada da madeira, os novos empreendimentos que iram afetar a vida das comunidades. Acerca dessas transformações que pretendemos tratar nesta pesquisa, os impactos na vida dessas famílias e novos desafios que terão que enfrentar.

Além disso, logo após vieram os planos do governo militar para Amazônia, que implicaram em uma serie de problemas que até hoje deixam feridas abertas na região sobre questões ambientais, e ainda que as disputas por terra e problemas com a degradação da mata tenham se agravado nos anos 1970 em diante. Nos anos 1960 o problema com grilagem de terra já era comum e assim

¹⁴ Lei nº 5.173, de 27 de outubro http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Recorte de Revista sobre incentivos fiscais para SUDAM - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

começavam a avançar os planos dos militares para a região da Amazônia, na busca por desenvolvimento as políticas que vieram do governo federal acabaram contribuindo para a degradação da floresta Amazônica causando assim um grande problema na vida das populações que ali habitavam.

Referências:

Fontes:

NOGUEIRA, Raimundo. Raimundo Nogueira. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

GUIMARÃES, Antônio. Antônio Guimarães. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Acesso em 19 de setembro de 2016. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Página Consultada em 20 de novembro de 2016. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Presidência da República- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém- Pará- Brasil. 1954.

Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro

Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

Bibliografia:

ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. **Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema** RO. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CHEROBIM, M. — **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos**. *Perspectivas*, São Paulo, 6:102-107, 1983.
- DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. **A história das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero. NUTEG- Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero*. 2º. Sem 2001-vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.
- FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945)**. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. ed. — 51o Faul© i Copanhia Editeis Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Séria 2, Citadas social» í v. 23). – ver também FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- LEAL, Davi Avelino. **Por uma arqueologia dos seringais**. *Revista Canoa do tempo (UFAM)*, v. 1, p. 205-2201, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo**. *Revista de Sociologia e Política*. n° 9,1997.
- LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação de mestrado. UFAM: Manaus, 2013.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. *ESTUDOS AVANÇADOS* 19 (54), 2005.

- MARQUES, Gilberto S. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MCGRATH, David. **Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.
- MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano**. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. **O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica**. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**- Março. - Nº 11, Vol. II, 1998.
- PEREIRA, Marcelo Souza. **Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia**. **Revista Somanlu**, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.
- PRATES, Rodolfo Coelho e BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.
- Reis, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.
- Reis, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- Reis, Arthur César Ferreira. “**O ciclo do ouro negro. Ampliação do espaço. A concorrência asiática**”. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo [versão mimeografada e anotada]*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956.
- RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. “**A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**”, 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico.** Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “**A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**”. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R. **História das Mulheres e História de Gênero** - um depoimento. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. “**Varadouros da Liberdade**”: **Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre.** Projeto História, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. **Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia.** Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.p. 2.

WOORTMANN, Ellen. **Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal.** In. **Os estudos rurais e estudos urbanos.** (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

MESA 6

História e Imigração

Debatedores:

Luís Reznik (UERJ)

Fabio Koifman (UFRRJ)

‘Os Deslocados de Guerra: a verdade sobre sua seleção’. Subsídios para analisar a imigração para o Brasil no imediato pós-segunda guerra

Guilherme dos Santos Cavotti Marques
Doutorando PPGHS-UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

A política brasileira estava ancorada em dois vetores: o primeiro, o alinhamento estabelecido desde 1942, com as políticas norte americanas na Guerra, tendo por ações o rompimento de relações com os países do Eixo, bem como sua entrada no conflito após o torpedeamento de duas embarcações no Oceano Atlântico; e o segundo, as diretrizes que vinham sendo estabelecidas pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), desde sua criação em maio de 1938 através do Decreto-lei nº406. De caráter eminentemente técnico, o conselho teria por objetivos a coordenação e sistematização de todas as questões relativas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no Brasil. Nesse aspecto, o CIC, órgão responsável por lidar diretamente com questões da imigração, se debruçou sobre as políticas nacionalistas aplicadas à época, sobretudo no contexto da Campanha de Nacionalização dos “quistos étnicos” concretizada no Estado Novo (KOIFMAN, 2002. P. 540).

As discussões no interior do CIC engendraram orientações gerais para a efetivação da política imigratória brasileira. Com o estabelecimento do acordo entre o país e a Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados¹, se seguia os ditames nos seguintes termos: 70% de trabalhadores agrícolas e 30% de trabalhadores técnicos.

O Decreto-lei 7.967/45 (BRASIL, 1945), promulgado em setembro de 1945, que dispunha sobre “imigração e colonização” marcaria uma retomada nos fluxos imigratórios para o país, ainda que o regime de cotas, instituído onze anos antes, não estivesse totalmente abolido na nova legislação. Pois que, em seu artigo 3º está claro que tal prerrogativa ainda estaria vigorando, sob os mesmos termos de 2% do total já entrado entre os anos de 1884 e 1933, tal qual na Carta Constituição de 1934². Todavia, no novo decreto essa limitação marcaria apenas a imigração de

¹ Para maiores informações ver: ANDRADE (1996)

² No caso da Constituição de 1934 o regime de cotas pode ser observado no sexto parágrafo do artigo 121. Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm.

caráter espontâneo, conforme já indicava à época, Hehl Neiva (REVISTA DO COMÉRCIO, 1946), conselheiro membro do CIC, de modo que a imigração dirigida não estava coberta por essa regra.

Ainda que o regime de cotas se fizesse presente, a mudança do regime político ensejou maiores cuidados e abertura no campo imigratório brasileiro. Entretanto, destacamos que durante as décadas de 1940 e 1950 houve uma preponderância para a imigração de caráter dirigido, a qual, ao menos em teoria, possibilitava o controle e gestão do fluxo imigratório³. No concernente às discussões em torno da imigração dos refugiados do pós-Segunda Guerra, notamos uma aliança circunstancial entre interesse nacional e humanitarismo. Em termos estatísticos, a imigração nesse período só não obteve maior expressividade, como nos aponta Fischel de Andrade, devido à permanência de boa parte de funcionários de segundo e terceiro escalões, tendo “sido muitos deles (...), doutrinados por uma política deveras restritiva” (ANDRADE, 2005. P. 13).

Para além das mudanças na legislação, a questão imigratória também ganharia espaço na imprensa. De modo que em julho 1946 a Revista do Comércio (1946) realizou uma mesa redonda com notáveis nomes da política imigratória nacional, estando dentre eles: Artur Hehl Neiva (vice presidente do CIC e primeiro delegado da Comissão de Seleção de Refugiados na Europa, seria nomeado em outubro de 1946), Péricles de Carvalho (diretor do Departamento Nacional de Imigração) entre tantos outros especialistas. O tema da mesa era sugestivo, questionavam-se: “O Brasil Precisa de Imigrantes?”

A imigração seria realmente de interesse nacional e contribuiria para a própria nacionalidade, segundo Hehl Neiva, afinal a partir de um povoamento adequado se alcançaria o progresso industrial do país, permitindo-lhe ocupar assim o tão ambicionado lugar no concerto das Nações desenvolvidas.

Sobre as correntes dirigidas ao país, apontava o diretor do DNI, Péricles de Carvalho, que a chegada da corrente imigratória ordenadamente e de acordo com a capacidade receptiva do país era conveniente. Além dessa constatação, destacava que já estavam sendo realizados estudos para o “preparo do terreno” e receber as levas, analisando o mercado de trabalho, o reestabelecimento de transportes, as condições de alojamento e os processos de distribuição em território nacional. Esse último aspecto em consonância “às diversas fases de transformação da economia, a transição da fase agrícola para a industrial” (REVISTA DO COMÉRCIO, 1946. P. 3).

³ Vale destacarmos que tais debates percorreram toda a década de 1930. Nesse momento dirigiam-se críticas às políticas do Império e da Primeira República, entendidas enquanto “demasiadamente liberais”, sem um controle efetivo do Estado e que acabou gerando inconvenientes para a imigração no país, como a formação dos chamados “quistos étnicos”. Para mais informações, ver: SCHWARTZMAN, S. et. AL (2000) e Seyferth (1999).

Para alcançar o fim de atrair braços técnicos para o país, Neiva alertava que as instruções enviadas aos representantes brasileiros davam conta que a preferência na seleção seria àqueles destinados aos meios rurais, constituídos em família. Mostrando as orientações apenas em linhas gerais, Izidoro, representante do Ministério da Justiça, destacava que as Leis de Imigração confundiam e intimidavam mais que auxiliavam nos trabalhos, pois existiam muitas destinadas a esse fim, fazendo com que essa multiplicidade trouxesse conflitos e superposições dos textos. (REVISTA DO COMÉRCIO, 1946. P. 24).

A mesa redonda vista acima nos possibilita refletir que a preocupação de Izidoro em relação à multiplicidade de textos e suas superposições poderiam gerar problemas futuros, de fato acabou acontecendo. Apesar das diretrizes do CIC estarem voltadas na relação de 70% de trabalhadores agrícolas e 30% de trabalhadores técnicos, algumas falas buscavam valorizar o caráter técnico do potencial imigrante, justamente para inserir-se na transição de uma economia agrícola para industrial. Esse seria, por exemplo, um dos argumentos utilizados para a destituição de Hehl Neiva enquanto delegado da comissão brasileira de seleção nos *displaced camps*.

Com o desenvolvimento dos trabalhos da comissão na Europa⁴, as primeiras levadas de refugiados chegariam ao Brasil em maio de 1947, e receberiam especial atenção da imprensa. O jornal *A Noite* (1947a. P. 1) tecia elogios à qualidade da “primeira leva” que desembarcara no Brasil, com especial ênfase nas “excelentes condições físicas” dos *displaced persons*. Todavia, no terço final da reportagem afirmava-se que a seleção tinha observado os percentuais orientados pelo CIC, porém havia refugiados que não se enquadravam em nenhuma das indicações do governo, utilizando como exemplo o esloveno Kohout Premysl, que trabalhara durante toda a vida nos hotéis de seu país. (*A Noite*, 1947a. P. 9).

Prosseguindo sobre a política imigratória, a reportagem cita a presença do médico da Missão Brasileira de Seleção, que viajara junto aos refugiados, Dr. Abdias Vieira. Além de destacar que os *displaced camps* contavam com organizadas estruturas, o médico indicava que as atribuições da Comissão brasileira se voltavam para a seleção sanitária, entenda-se de saúde, e a seleção social, que envolvia a comprovação da profissão indicada pelo deslocado.

A segunda leva a chegar ao Brasil também fora amplamente coberta pelo *A Noite* de 17/06/1947 (1947b). É significativo notar a mudança radical de postura do jornal em relação a esta leva de refugiados quando comparada à primeira. O próprio título já é significativo nesse sentido, ao aferir que se tratava de “famintos e magros” indicava que se tratava de padrões inferiores, tanto

⁴ A comissão brasileira chegou a Roma em 25 de outubro de 1946 e no escritório em Berlim em 24 de novembro do mesmo ano.

na parte física, quanto nas aptidões profissionais, afinal “após cuidadosa observação” verificou-se que estes possuem profissões que não são as do agricultor. As profissões seriam as praticadas nos meios urbanos como as de sapateiro, eletricista, mecânico e até alfaiate, afirmando alguns possuírem duas profissões.

Por seu turno, o jornalista Ney Machado, da *Revista da Semana*, visitou a Ilha das Flores para observar os *displaced persons* lá alojados. Em oposição às afirmações do *A Noite*, indicava que a seleção desenvolvida na Europa respeitou os percentuais fixados e que os refugiados solteiros afiguravam-se como “ótimos técnicos fabris”, em vista de que a grande maioria da leva era composta de famílias com dois, três ou mais filhos. Em relação ao estado físico, apontava que todos haviam sido analisados como aptos pelos médicos da hospedaria de imigrantes. Encerra a reportagem afirmando que “a nossa impressão foi (...) favorável sob todos os aspectos, quanto aos nossos futuros compatriotas” (MACHADO, 1947. P.55).

Já em setembro desse mesmo ano o jornalista David Nasser realizava intensa crítica à seleção desenvolvida nos campos europeus. Acusava o chefe da delegação, Artur Hehl Neiva, de ser tão somente um “planejador de escritório sem o menor senso de realidade” (NASSER, 1947). Acusava-o de ter desenvolvido seleções estranhas, de modo que entraram no país imigrantes não desejados, como poetas, artistas de rádio, pintores e bailarinas.

O *A Noite*, de 11 de novembro, repercutia tal polêmica informando aos seus leitores que as acusações que a ele foram direcionadas seriam de 3 tipos:

- (1) “os elementos selecionados” não estavam em condições de saúde satisfatórias;
- (2) A seleção profissional deixava muito a desejar, sendo selecionados tenores, bailarinas, pianistas e etc;
- (3) não haviam sido cumpridas as instruções recebidas por Neiva no sentido de enviar 70% de agricultores e 30% de operários especializados ou técnicos (A NOITE, 1947c, P. 9)

Quando da publicação dessas últimas reportagens, Hehl Neiva já havia sido destituído como delegado da comissão brasileira, fato que acontecera em 2 de agosto de 1947 via telegrama. Chegado ao Rio de Janeiro em 16 de agosto tomaria conhecimento dos debates nos jornais, preparando a documentação para exposição ao presidente até 31 de agosto deste mesmo ano. Outra viria recebê-lo em 29 de outubro oportunidade na qual, para além da exposição, solicitara duas coisas: seu afastamento definitivo como membro do CIC e a autorização para a publicação de sua defesa, já que “havia sido acusado publicamente” (NEIVA, 1949. P. 8).

Uma Defesa ao Presidente

“Dr. Neiva, sua exposição impressiona; pode publicar sua defesa, onde, como e quando quiser...” (NEIVA, 1949, P. 8). Tais palavras teriam sido ditas pelo presidente Eurico Gaspar Dutra após os esclarecimentos iniciais em torno do extenso material arrolado para a reunião. De fato, os dois pedidos de Hehl Neiva já haviam sido atendidos a essa altura⁵.

“Deslocados de Guerra: a verdade sobre sua seleção” possui 301 páginas que estão divididas em prefácio, exposição, documentos, reação da opinião pública e índice geral. Em vista das muitas possibilidades de análise, iremos nos deter neste espaço em analisar os parâmetros que nortearam o processo de seleção, tendo em vista clivagens de formação laboral, idade, religiosidade e posicionamento político, além das questões relativas às acusações que sobre Hehl Neiva incidiram.

Não era qualquer pessoa presente nos *displaced camps* europeus que tinham a possibilidade de vir para o Brasil. De fato, “os estrangeiros que interessavam eram aqueles que poderiam trazer uma contribuição para o nascente parque industrial brasileiro e para a colonização das grandes áreas ainda despovoadas e carentes de braços” (Bravo, 2014. P. 79). Não é por acaso que ao chegar à Europa Hehl Neiva preparou um *ranking*, após análises *in loco* nos campos de refugiados, daqueles “mais aptos” a imigrarem para o país. Em linhas gerais, norteavam tal listagem três fatores: a questão profissional, o poder de assimilação e o caráter ideológico, notadamente anticomunista, e previsto nas entrelinhas do inciso 4 do artigo 11 do decreto-lei 7.967/45 (BRASIL, 1945).

Os selecionados deveriam ser dirigidos, portanto, para o atendimento dos interesses econômicos, mas também raciais da Nação. Como redigido no artigo 2, “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 1945. P. 1). Neste sentido, o Brasil coloca-se favoravelmente ao recebimento de levas de refugiados, desde que a seleção dos mesmos fosse orientada a partir das necessidades, e a adequação dos refugiados, aos interesses nacionais.

Os Bálticos, na análise da delegação brasileira, eram os melhores entre todos os DP’s. Eles eram, “portadores de arraigadas convicções democráticas, seriam todos alfabetizados, fortes, saudáveis, habituados a condições severas de vida e de clima e com elevado índice de religiosidade. Poderiam ainda ser empregados como artífices, operários, agricultores e técnicos” (NEIVA, 1949. P. 42).

⁵ Seu desligamento oficial do CIC aconteceu pouco tempo depois da referida reunião, e, com expressa autorização do presidente publicaria em 1949 pela editora A Noite seu material.

Em contrapartida, nas duas últimas posições encontravam-se os russos brancos e apátridas, além dos iugoslavos. Os primeiros, apesar de “delirantemente” anticomunistas, pareciam-se com os baltas quanto ao tipo de profissão, todavia eram mais velhos e de qualidade profissional inferior. Já os iugoslavos, no parecer de Hehl Neiva, eram os menos limpos e cultos dentre todos os visitados, e a maioria destes era composta por “homens sós”. Em resumo, o ranking proposto por Neiva (1949. P. 42-44) assim se definia: 1º) Bálticos 2º) Ucrânianos 3º) Poloneses 4º) Russos Brancos e 5º) Iugoslavos.

Analisando as linhas acima, podemos ter a percepção de que alguns parâmetros qualificavam positivamente a pessoa no desenvolvimento da seleção. Dentre esses parâmetros, podemos citar a formação profissional, a religiosidade, a imigração familiar, entre outros. Por último, mas igualmente importante, havia o desejo de trazer elementos contrários à ideologia comunista. Segundo Francisco Azeredo,

“[...] para Hehl Neiva, os deslocados teriam especial valor como um grupo de trabalhadores qualificados que, além disso, seriam anticomunistas. O que, dentro do contexto da Guerra Fria, era encarado como uma característica positiva. Ademais, a efetivação da vinda desses refugiados ao Brasil teria um caráter de ‘vitória’ frente a disputa com os países do outro lado da Cortina de Ferro” (AZEREDO, 2008. P. 113/114)

Neste sentido, os refugiados deveriam ser encarados enquanto agentes propulsores do desenvolvimento econômico, o que facilitaria sua absorção em países que passavam por esse processo, como o Brasil. Não à toa, parte significativa dos refugiados que para cá imigraram era caracterizada por técnicos que se dirigiam às cidades e às indústrias. Todavia, não devemos conjecturar que a imigração direcionada ao campo estaria relegada em segundo plano, afinal de contas, a orientação do Conselho em respeito à proporção de 70% agricultores e 30% técnicos não haviam sido extinta. Em contraste, verificam-se mudanças no pensamento de quem seria o homem do campo. Não bastava neste momento desenvolver políticas demográficas para o campo sem possibilitar os meios de desenvolvimento deste setor nacional. Segundo Neiva, “o aspecto que mais interessa à lavoura é o do técnico. Esse problema que deve ser encarado na nova orientação da política imigratória no país” (REVISTA DO COMÉRCIO, 1946).

A 770ª sessão do CIC surge como a reunião que demarcaria as disputas internas no conselho, com a indicação para derrubada do chefe da delegação. Nesta, o conselheiro Geraldo Côrtes apresenta alguns apontamentos relativos a irregularidades cometidas na seleção dos refugiados quanto aos aspectos de saúde e profissionais, este último ligado aos percentuais aqui já abordados. Apontava o conselheiro Côrtes que

Acredito que se somem os inconvenientes da falta do PLANO DETALHADO com os de uma não muito cuidadosa seleção, pois, a ausência daquêle impede que fôsse assinado um documento de compromisso e, ao mesmo tempo, a êle expedido um certificado de imigração (a criar) em que seriam registradas as condições de vida e trabalho que o Brasil lhe proporcionaria. (NEIVA, 1949. P. 84)

Analisando as indicações do conselheiro Côrtes, uma falha por ele imputada à comissão está mais relacionada à atuação do próprio conselho, tendo em vista suas atribuições oficiais. Assim, a falta de um “plano detalhado” se refere mais diretamente a problemas e disputas internas do CIC que propriamente à comissão de seleção, afinal caberia ao CIC, de modo geral, a coordenação e sistematização de todas as questões relativas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no país (REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1940. P. 3). A esse respeito, Hehl Neiva apontava ainda a falta de comunicação existente entre os conselheiros e aqueles que estavam na Europa, sejam informes referentes às categorias profissionais que o Brasil necessitava, fossem informações mais gerais acerca do país, como clima, salário, leis sociais, custo de vida, dentre outras informações que constavam em contratos de outros países, como Canadá e Bélgica (NEIVA, 1949. P. 85).

A esta questão, que marca as disputas internas no CIC, acrescentamos ainda um ponto, o voto e parecer do conselheiro Coronel Frederico Augusto Rondon. Seu voto consta transcrito na ata de 771ª sessão, abordando ainda que “não devem caber à Comissão Brasileira de Seleção responsabilidades decorrentes da mudança de profissão pleiteada aqui, pelos imigrantes”, que se direcionam as críticas relativas à má seleção profissional. Indicava ainda que tais críticas deveriam ser primeiramente sanadas pelo chefe da comissão, antes mesmo de quaisquer medidas de julgamento e sanção. Por fim, indicava que,

A responsabilidade das falta de um plano de colocação dos refugiados imigrantes selecionados pela Comissão Brasileira cabe mais aos órgãos de imigração do País e ao próprio Conselho, em virtude de suas atribuições regulamentares. (NEIVA, 1949. P. 88)

No que tange a questão da saúde, a “Exposição de Motivos”, documento este que imputava à comissão de seleção problemas na execução da política imigratória, está indicado que nos primeiros grupos de *displaced persons* havia a presença de indivíduos “incapacitados para o trabalho” e portadores de “graves lesões orgânicas”, tal trecho da exposição havia sido embasado nos dois relatórios do dr. José Caracas, diretor do Serviço de Saúde dos Portos. Sobretudo no segundo relatório, onde estão resumidamente discriminados, aponta-se a presença de 14 casos na primeira leva, dos quais segundo Hehl Neiva, 10 pertenciam a acompanhantes. Já a segunda leva é anotada

28 casos “julgados com deficiência”, sendo destes 14 acompanhantes⁶. Esse destaque dado à questão dos acompanhantes por Hehl Neiva era uma estratégia de sua defesa, ao passo que estes não se reverteriam em ônus para o Estado, pois seriam sustentados por indivíduos aptos ao trabalho⁷. (NEIVA, 1949. P. 93/94).

Por fim, ainda em torno do debate da saúde, Hehl Neiva mobiliza as informações recebidas do médico Antonio Gavião Gonzaga, médico que participara da delegação. Nesta, percebe-se alguns direcionamentos acerca dos trabalhos e das dificuldades de se efetivamente verificar as condições de saúde na Europa. Ainda que ciente da recomendação de Hehl Neiva sobre a aplicação de maior rigor nos exames médicos, Gavião Gonzaga salienta que não existiam recursos técnicos para se debelar possíveis dúvidas em diagnósticos, destacando, igualmente, a impossibilidade de tomografia para diagnóstico de casos de tuberculose. (NEIVA, 1949. P. 96). No que tange ainda à questão dos acompanhantes, destacava que:

Há casos de cardiopatias em pessoas idosas, dependentes de famílias (...) que não abandonam jamais os parentes idosos e inválidos para emigrar. Seria contraproducente recusarmos famílias que sustentam tais parentes quando são compostas de diversos filhos em magníficas condições profissionais de trabalho. (NEIVA, 1949. P. 97).

No concernente à seleção laboral, a “Exposição de Motivos” destaca a não diligência da comissão relativa aos percentuais fixados, de modo que os refugiados aqui aportados não estariam vinculados a um compromisso de exercer determinada profissão e, quando encaminhados, acabam por tornar-se “desajustados”. Além desses apontamentos, indica a negligência em torno dos seguintes itens que regulariam as atividades na Europa: VII, item que orienta que a prova de capacidade profissional deverá ser feita por documento hábil, acessadas por informações oficiais fornecidas pelo chefe do campo, como contraprovas; VIII, as anotações sobre a profissão deverão ser detalhadas, a mais completa possível, sobretudo quando se destina a uma ocupação na indústria; XVI, respeito aos percentuais de 70% de agricultores e 30% de técnicos; XVII, a relação dos imigrantes selecionados, onde constariam nome, naturalidade, idade, sexo, profissão e composição familiar, deveriam ser remetidos por via aérea ao CIC. (NEIVA, 1949. P. 107/108).

A estas acusações, Hehl Neiva argumentava que em relação às percentagens fixadas, as três primeiras levas que aportaram no país estariam satisfazendo tais parâmetros, de modo que a maioria dos refugiados selecionados tinha no campo sua atuação laboral. Para tanto, indica que a média

⁶ Ao cotejarmos com o relatório de Dr. José Caracas, transcrito no próprio livro de Neiva, percebemos que ao invés de 28 casos, haviam sido apontados 22 casos de estado de saúde deficientes na segunda leva.

⁷ Inicialmente, o relatório apresentado pelo conselheiro Geraldo Côrtes apontava 33 casos que não satisfizeram os exames de saúde dos 1732 embarcados. Apreciando esse mesmo número a partir da ótica de Hehl Neiva, chegamos a 18 casos no universo de 1732, perfazendo 1,03% de ambas as levas.

geral dos três embarques era de 72,16% para agricultores e de 27,84% para técnicos e acompanhantes⁸ (NEIVA, 1949. P. 102). Para se chegar a tais cifras, aponta o próprio autor, levaram-se em conta as esposas dos agricultores como “elementos de trabalho” nas zonas rurais, fato que não fora observado quando da contagem daqueles que se destinavam aos meios urbanos. Ademais, para justificar as seleções, aponta que o documento básico para tal análise era o registro efetuado pelo IGCR, e que as informações constantes desse documento deveriam ser observadas quando do desembarque no Brasil, e não as declarações feitas no Brasil. (NEIVA, 1949. P. 103).

Por fim, de modo a sustentar seu argumento, Hehl Neiva lança mão da carta telegráfica 107 que recebeu em 1º de agosto de 1947, ainda que remetida em 18 de julho. Nesta, o CIC objetivava informar que havia deficiências profissionais quando da seleção, destacando esse detalhe relativo as duas levas já chegadas ao Brasil. Todavia, ao final da carta consta que “todos os chegados estão distribuídos e colocados, salvo os de saúde deficiente” (NEIVA, 1949. P. 105). É justamente a essa frase que se baseia Hehl Neiva enquanto dado suficiente para demonstrar que não havia problemas na seleção profissional, pois que, caso houvesse, não seria possível a colocação destes. A possibilidade levantada de problemas na seleção, a qualifica como “má fé” do CIC em relação à comissão.

Considerações Finais

A partir da análise desta obra, podemos vislumbrar parâmetros que eram elencados para a gestão e prática da política imigratória brasileira no imediato pós-segunda guerra, elementos estes que geraram um ranqueamento das nacionalidades “mais aptas” a emigrar para o Brasil, levando em conta a formação laboral desses refugiados que, inseridos em uma modalidade de imigração dirigida, possibilitariam o incremento técnico ao desenvolvimento econômico do Brasil, além de possibilitar a troca de conhecimento com os brasileiros, incrementando o conhecimento destes últimos, a religiosidade enquanto fundamento moral, a composição familiar, elemento importante dentro da política imigratória brasileira, e o caráter, entendemos, mais inovador, o espírito anticomunista.

Possibilita-nos, igualmente, a vislumbrar algumas disputas internas no Conselho de Imigração e Colonização em torno da imigração dos refugiados no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. As acusações que incidiam sobre a comissão e a contra argumentação de Hehl Neiva abre caminhos

⁸ Primeira leva: 71,1% de agricultores e 28,9% de técnicos; Segunda leva: 79,3% de agricultores e 20,7% de técnicos; Terceira leva: 66,1% de agricultores e 33,9% de técnicos.

para se refletir acerca da efetividade das atribuições do Conselho de Imigração e Colonização, órgão responsável pela sistematização e gestão da política imigratória brasileira. Nesse sentido, a ausência de informações e estudos relativos à realidade brasileira, a fim de serem remetidos à comissão na Europa, aparece como um bom exemplo de dissonância entre aqueles que pela prerrogativa legal deveriam fazer a gestão da imigração no país.

Por fim, a narração elaborada por Hehl Neiva para a construção da sua própria defesa ao presidente, e sua correlação a ações rememoradas, ordenadas a partir de temas centrais para se discutir imigração nesse período, nos auxilia a refletir acerca dos posicionamentos e questões mobilizadas pelos ideólogos da imigração para o Brasil.

Fonte

BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945.

Defende-se o Ex-Chefe da Comissão de Seleção na Europa. *A Noite*. Edição 12719. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 11/11/1947c.

Famintos e Magros – a segunda leva de imigrantes desembarcou ontem, nenhum agricultor, “deslocados de guerra” que procuram refazer a vida. *A Noite*. Edição 12593. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 17/06/1947b.

MACHADO, Ney. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Edição 00025. Rio de Janeiro. 21/07/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

NASSER, David. Para Dutra ler na cama – Imigrantes Grã-Finos. *O Cruzeiro*. Edição. 0047. Rio de Janeiro. 13/09/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

NEIVA, Artur Hehl. *Os Deslocados de Guerra. A Verdade sobre sua seleção*. Rio de Janeiro. Ed. A Noite. 1949

Primeira Leva de Imigrantes Dirigidos. *A Noite*. Edição 12567. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 17/05/1947a.

Revista do Comércio. *O Brasil Precisa de Imigrantes?*. Revista do Comércio, N°VIII. Rio de Janeiro, julho 1946.

Bibliografia

ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996.

AZEREDO, Francisco Aragão. Políticas Imigratórias no Pós-Segunda Guerra: uma análise a partir dos periódicos de geografia. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2014. 160 f.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 8 a 12 de setembro de 2008.

SALLES, Maria do Rosário. Os Deslocados de Guerra e a política imigratória brasileira no pós segunda guerra mundial- uma leitura dos artigos dos Boletins e da Revista de Imigração e Colonização. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, Mg. Outubro de 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. et. al. *Tempos de Capanema*. 2a ed., São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

Imigração e Saúde Pública: recepção de imigrantes no Rio de Janeiro (1880-1914)

Julianna Carolina Oliveira Costa
Doutoranda do PPGHS/UERJ

A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações que estimularam o deslocamento massivo de europeus para outros continentes, sobretudo para as Américas. Na Europa, as transformações advindas pelos processos de industrialização geraram um contingente de mão-de-obra ociosa e, conseqüentemente, a pauperização de uma população crescente. Se por um lado o quadro europeu era propenso à expulsão de parte dessa população, por outro, o cenário americano mostrava-se atrativo e promissor.

O governo brasileiro, por exemplo, procurou atrair os imigrantes europeus seguindo duas direções. Primeiramente, a adoção de uma lógica de ocupação de terras públicas baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, através do sistema de formação de colônias (IOTTI, 2001). A obtenção de mão-de-obra para as lavouras de café, sobretudo, para as terras recém-cultivadas do oeste paulista, foi o segundo viés que direcionou as políticas oficiais (GONÇALVES, 2012). Os cafeicultores passaram a reivindicar os imigrantes que ingressavam no Brasil devido à dificuldade de obter escravos para suas lavouras, sobretudo após a proibição do tráfico transatlântico de africanos (1850) e, posteriormente, com a promulgação da lei do Ventre Livre (1871).

Para os dirigentes políticos e intelectuais, a introdução de imigrantes europeus significava mais do que uma solução para os problemas de povoamento ou de substituição de mão-de-obra. De acordo com as teorias raciais vigentes no período, a vinda de trabalhadores brancos significava uma facilitação à chegada do progresso em uma sociedade composta, em sua maioria, por negros e mestiços (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2002). Em outras palavras, além de trabalhar nos campos, o indivíduo que vinha do outro lado do oceano deveria servir como elemento branqueador e civilizador.

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para promover e estimular a imigração¹. Entretanto, apesar das garantias e favores

¹ Em 1867, o governo imperial passou a conceder aos imigrantes que desejassem se estabelecer nos núcleos coloniais o pagamento das terras em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento; edifício especial para abrigar os recém-chegados e auxílio gratuito no valor de 20 mil réis (DECRETO, 1867). No ano de 1876, com a criação da Inspetoria Geral de Imigração e Colonização, foi assegurado ao imigrante hospedagem e transporte gratuito até o destino escolhido, além da garantia de acesso a terra, sementes e instrumentos de trabalho (ALMEIDA, 1877).

concedidos aos estrangeiros que decidissem se estabelecer em território brasileiro, o movimento de entrada de imigrantes não atendia às expectativas do governo imperial. Para Alfredo d'Escragno Taunay, presidente interino da Junta Central de Higiene Pública, a principal razão para o Brasil não obter o resultado desejado estava relacionada à precariedade das condições sanitárias da Capital do Império, noticiada constantemente tanto pela imprensa nacional quanto pela estrangeira (TAUNAY, 1877).

Os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado, relacionando as epidemias que afligiam o Rio de Janeiro e as condições de vida na cidade (BENCHIMOL, 2001). Em 1850, durante o primeiro surto de febre amarela no Rio de Janeiro, apesar de reconhecerem a importação da doença, atribuíram o seu desenvolvimento à existência de pântanos malcheirosos, poças de água estagnada e matérias em decomposição que se encontravam espalhadas por toda parte da cidade. A ausência de um sistema de esgoto tornava comum o despejo de dejetos em lugares impróprios como praias, valas, ruas e terrenos baldios. Os inúmeros cortiços, localizados no centro do Rio de Janeiro, também foram considerados um dos principais responsáveis pela precariedade das condições sanitárias da Corte.

Na segunda metade do século XIX, acreditava-se que a negligência com o ambiente natural e humano favorecia a produção de partículas venenosas, conhecidas como miasmas. De acordo com a teoria miasmática, no calor do verão tais partículas desprendiam-se das matérias em decomposição ou dos corpos enfermos com maior intensidade, espalhando-se pela cidade e possibilitando a proliferação de doenças, como a febre amarela (CHALHOUB, 2001). Para combater a propagação dessas doenças, os anticontagionistas defendiam procedimentos de controle do ambiente, enquanto os contagionistas exigiam o controle do indivíduo, por meio do isolamento em hospitais e da imposição de quarentenas.

A discordância entre contagionistas e anticontagionistas revela que o conhecimento sobre doenças como a febre amarela, permanecia imperfeito e incompleto, não permitindo respostas seguras a várias questões. Porém, com base nas estatísticas coletadas pela Junta Central de Higiene Pública, podia-se afirmar com certeza que entre os doentes acometidos pela febre amarela os imigrantes foram os que mais sofreram em termos de perdas de vidas humanas². O elevado índice de mortalidade entre os imigrantes durante os períodos epidêmicos garantiu a capital do Império a fama de “túmulo dos estrangeiros”.

² Em 1876, entre as vítimas fatais da febre amarela foram contabilizados 1.208 portugueses, 191 italianos, 138 espanhóis, 99 brasileiros e 93 franceses (TAUNAY, 1877).

A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco depois em virtude dessa doença, tornou-se prejudicial às propostas de implementação de políticas imigrantistas. Para se estabelecer um fluxo imigratório significativo era preciso reverter este quadro. Diante disso, o governo imperial autorizou a

construção de um edifício adequado a recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 30.000 indivíduos, e organização de um serviço de informação, locação e venda de terras que habilitasse o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo. (D'ÁVILA, 1882, p. 222)

Para este fim, em 16 de janeiro de 1883, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização adquiriu a Ilha das Flores e duas contíguas, pertencentes ao senador José Ignácio Silveira da Motta. A Ilha das Flores tornou-se uma opção viável para o estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes por estar localizada na Baía de Guanabara, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro, próxima de águas navegáveis e de estradas férreas. Ademais, por se tratar de uma ilha, a região era adequada para a construção de uma hospedaria capaz de receber os imigrantes recém-chegados, afastando-os do contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias.

Sistema de recepção de imigrantes no Rio de Janeiro

O Porto do Rio de Janeiro era a principal ligação da cidade com o mundo exterior e, portanto, despertava a atenção das autoridades sanitárias. O controle da corrente imigratória tinha início naquele espaço com a inspeção de todos os navios que chegavam. Oficiais e médicos da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos realizavam uma visita externa e, por meio de um interrogatório, apuravam as condições da embarcação. Se as respostas fossem satisfatórias, era realizada uma vistoria interna e, ao fim, concedido um certificado da inspeção ao comandante. Contudo, se as respostas não fossem satisfatórias, a embarcação deveria seguir para o ancoradouro de observação e içar uma bandeira amarela, a fim de verificar se o navio poderia ser foco de uma possível epidemia. Em casos positivos, estabelecia-se um prazo para desinfetar toda carga que, posteriormente, era transferida para saveiros até completar a desinfecção do navio. A tripulação e os passageiros doentes deveriam ser remetidos para o Hospital Marítimo de Santa Isabel, os suspeitos para lazaretos de observação e os demais para lazaretos de quarentena. Após o cumprimento de todas essas exigências, poderia ser concedida a livre prática ao navio e facultada aos passageiros à entrada no litoral e na cidade (DECRETO n. 8.277, de 5 de outubro de 1881).

Para garantir o cumprimento dos serviços sanitário no Porto do Rio de Janeiro foi necessário reorganizar o espaço portuário, além de construir novas instituições como o Lazareto da Ilha Grande e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

A Hospedaria da Ilha das Flores era um importante dispositivo de registro, controle e encaminhamento dos imigrantes recém-chegados. Inicialmente, era constituída por um grande galpão em alvenaria. Neste espaço funcionavam quatro salões para dormitório, três salas para enfermaria, dois escritórios e um consultório médico. Afonso Augusto Moreira Penna, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, afirmou em seu relatório que, na medida em que houvesse o aumento do fluxo de entrada de imigrantes no país, a hospedaria passaria por alterações para que “ao recém-chegado não falem condições de conforto” (PENNA, 1884, p. 216).

A década de 1880, salvo algumas oscilações, presenciou o crescimento vertiginoso de entrada de imigrantes no Brasil, resultado dos investimentos nas políticas imigratórias (KLEIN, 2000). Consequentemente, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a receber uma quantidade maior de imigrantes, o que exigiu a ampliação da sua estrutura. Para ampliar os dormitórios, em 1886, foi construído um edifício exclusivo para a enfermaria (VASCONCELLOS, 1887). Sua construção, além de possibilitar a ampliação do espaço destinado aos alojamentos, diminuiu os riscos de contágio uma vez que isolou os doentes na ala norte da ilha.

No ano seguinte, visando atender a crescente demanda pelo uso do local, foi feito um plano orçamentário para ampliar a capacidade da hospedaria de 1.000 para 3.000 imigrantes (VASCONCELLOS, 1888). O plano incluiu a ampliação do depósito de bagagens e do refeitório, além da construção de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria e de novos alojamentos. As novas estruturas foram construídas em madeira a fim de possibilitar uma rápida destruição no caso de epidemias, visto que estas construções em madeira seriam mais fáceis de queimar em relação às de alvenaria. Dessa forma, as obras realizadas na hospedaria estavam de acordo com os preceitos sanitaristas vigentes no período, que consideravam determinados lugares como retentores dos germes (TELAROLLI JUNIOR, 1996).

As obras de ampliação da hospedaria demonstram que, na década de 1880, houve o interesse do governo imperial na manutenção da referida instituição, apostando no êxito da política imigrantista e na importância da hospedaria para a sua efetivação. Na década seguinte, a partir de 1894, o governo republicano delegou aos estados a responsabilidade de promover a imigração, bem como de receber e alojar os seus respectivos imigrantes (COSTA, 2015). Por conseguinte, a União passou a atribuir uma menor importância à hospedaria.

Nesse contexto, o jornal *O Paiz* publicou uma série de notas denunciando a situação da Hospedaria da Ilha das Flores, conforme se verifica na matéria a seguir:

Sabemos que se acham alojados na Hospedaria da Ilha das Flores dois mil e tantos imigrantes e que são esperados por estes dias próximos mais mil. Na quadra epidêmica que atravessamos e conhecida a grande receptividade que têm os estrangeiros recém-chegados pela febre amarela e outras moléstias próprias dos países quentes não nos admiraríamos se tivéssemos de lamentar uma hecatombe na referida ilha. E tal seria ela que nem prover nos é dado as suas consequências, sabendo-se que na ilha das flores não existe uma estufa de desinfecção, nem um pavilhão para isolar enfermos, nem sequer acomodações para tanta gente, e finalmente nem água potável, pois esta é transportada diariamente em barris que vão d'aqui. (O PAIZ, 1896)

Mais dez anos se passaram e o governo recuou em relação ao movimento anterior. Em 1907, o governo da União volta a centralizar as políticas imigratórias com a justificativa que, com exceção de São Paulo, nenhum estado obteve condições para manter a imigração subvencionada (ALMEIDA, 1908). Assim, em julho daquele ano, sob a responsabilidade da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, a Hospedaria da Ilha das Flores passou por uma completa reestruturação a fim de prover melhor desempenho nos serviços de recepção, hospedagem, alimentação, tratamento médico e encaminhamento dos imigrantes. Nesse período, uma nova concepção sanitária servia de pano de fundo para as reformas da hospedaria.

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por mudanças no padrão de prevenção e combate de epidemias. O velho antagonismo entre contagionistas e anticontagionistas tendeu a se diluir diante das descobertas feitas por Pauster e Koch. A bacteriologia passou a influenciar as práticas da “nova higiene” ao provar que as doenças surgiam de determinados microrganismos e que a insalubridade poderia tornar o ambiente adequado para a multiplicação dos microrganismos causadores de enfermidades (REBELO, 2010). Nestas condições, a aglomeração de pessoas em locais sujos e sem ventilação era um risco eminente para a saúde pública.

As novas percepções sobre as formas de transmissão de doenças foram amplamente discutidas e difundidas em conferências e congressos médicos-científicos internacionais, que ensejaram convenções e, especialmente, concepções acerca de medidas sanitárias (ALMEIDA, 2006). A profilaxia recomendada para a recepção de imigrantes passou a ser o expurgo das matérias contaminadas através da desinfecção pelo aparelho de gás de Clayton e a vigilância médica dos desembarcados (REBELO, 2013).

O relatório de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, demonstra que na Hospedaria da Ilha das Flores foram adotadas medidas que seguiam a profilaxia internacional.

Em frente às pontes de desembarque da Ilha das Flores encontram-se dois barracões e um alpendre. Num dos barracões devem ser instaladas estufas para a desinfecção de roupas e bagagens dos imigrantes, e uma lavanderia a vapor, com aproveitamento da mesma caldeira que servir aquelas; o outro que é de madeira convirá substituir por instalações mais adequadas às diversas dependências da administração, como escritório de recepção e registro de imigrantes, casas de vigia, depósito de bagagens pesadas etc. (ALMEIDA, 1908, p. 1521)

A substituição das construções em madeira não se limitou ao barracão em frente às pontes de desembarque, pois, em 1907, apenas a residência do administrador da Hospedaria estava em perfeito estado de conservação. Os alojamentos em madeira foram todos demolidos e, para substituí-los, três novos pavilhões de cimento armado foram construídos. Cada pavilhão media 80m de comprimento por 12m de largura, além de serem circundados por varandas. Internamente os edifícios possuíam 3m de altura, permitindo uma maior circulação de ar e evitando, assim, determinados tipos de doenças.

A leitura dos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas corrobora que, durante a elaboração do projeto de construção das novas dependências da hospedaria, a preocupação com as condições sanitárias foi constante. Cada um dos pavilhões era capaz de alojar 500 imigrantes que deveriam ficar acomodados lado a lado, em beliches de ferro. Era essencial, portanto, criar um ambiente salubre e bem ventilado a fim de impedir a multiplicação dos microrganismos causadores de enfermidades, conforme se observa no trecho a baixo.

As portas, em número de 54, com persianas e telas de ferro e os lanternins embaixo de cada abobadilha, também com persianas, mantêm o necessário arejamento e a conveniente iluminação interna mesmo quando fechados.

O vasto porão, sem divisões, estanque, arejado e iluminado por seis portas e uma série de mezaninos retangulares, se bem que projetados com fins higiênicos ou para guarda de malas, bagagens etc., é tão limpo, seco, ventilado e claro, que poderia servir em caso de grande acúmulo repentino de imigrantes, para dormitório extraordinário. (ALMEIDA, 1908, p. 87)

A utilização de alvenaria confirma, ainda, o rompimento com a ideia de construção de edifícios apenas em madeira, uma vez que tal prática era realizada pensando-se em futuras epidemias e na destruição rápida destes lugares considerados como retentores dos germes. O advento da microbiologia e a noção de que seria um conjunto de fatores que propagaria as doenças que se

transmitiam por vetores viabilizaram a derrubada dos edifícios em madeira, que foram substituídos por alvenaria.

Outras medidas foram adotadas visando à salubridade da Hospedaria, entre elas a construção de uma rede regular de esgoto que possibilitou o tratamento de dejetos em tanques sépticos, impedindo o seu lançamento direto para o mar. Além de evitar a poluição da Baía de Guanabara, os tanques impediam que ao tomar banho de mar os imigrantes contraíssem doenças como a cólera, provocada pela contaminação das águas por excrementos.

No que se refere ao fornecimento de água houve a construção de uma caixa d'água na ala norte, com capacidade de armazenar 400 mil litros. Nesta mesma época o abastecimento passou a ser feito por encanamentos que ligavam a Ilha das Flores à cidade de Niterói. Tais medidas solucionaram os problemas com o fornecimento de água, que causavam transtornos tanto para o asseio da hospedaria quanto para a saúde dos imigrantes, por vezes sujeitos a realizar sua higiene na água do mar e ingerir água salobra.

Pode-se afirmar, portanto, que manter os imigrantes saudáveis foi o objetivo tanto do governo imperial quanto do governo republicano, pois ambos acreditavam ser o europeu o principal responsável pelo progresso e civilização do país. É sintomática a preocupação com as condições sanitárias da Hospedaria da Ilha das Flores durante a sua construção, em 1883, assim como na sua reestruturação, ocorrida em 1907. Os preceitos sanitaristas de cada época tiveram relevância nas decisões sobre a recepção das levas de imigrantes e, conseqüentemente, na organização e funcionamento da hospedaria.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, João Thomaz José Coelho de. *Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório do Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

ALMEIDA, Marta. Circuito Aberto: ideias e intercâmbios médicos-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 3, pp. 733-757, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- COSTA, Julianna. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para efetivação das políticas imigratórias (1883-1907)*. Rio de Janeiro: PPGHS/UERJ, Dissertação de Mestrado, 2015.
- CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV, pp. 75-95, mar-jun. 1997.
- D’AVILA, Henrique Francisco. *Relatório do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración em la Argentina*. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2003.
- GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 5ª ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IOTTI, Luiza (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- KLEIN, Herbert. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, pp. 13-32.
- MENEZES, Lená. *Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Latinidade, v. 3, p. 73-84, 2014.
- PENNA, Afonso Augusto Moreira. *Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Tese de doutorado, 2010
- REBELO, Fernanda. Entre o Carlo R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, pp. 765-796, 2013.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedaria das Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História*. São Paulo, v. 33, pp. 234-253, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância das áreas de saúde e política (1884-1920). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, pp.117-1196, out-dez. 2007.

SCHWARCZ, Lilia. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, pp. 117-149, 2002.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. Relatório da Junta Central de Higiene In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório do Ministro do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Imigração e epidemias no Estado de São Paulo. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 3, n.2, pp. 265-283, 1996.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Os Refugiados do Pós-Guerra no Fotojornalismo do “A Noite Ilustrada” e da “Revista da Semana”

Vanessa Mendonça Leite
Mestranda (PPGHS/UERJ) – Bolsista CAPES*

O presente artigo tem por proposta, a partir do exame da fonte fotográfica, articular as discussões teóricas sobre representação, identidade/alteridade e a construção do outro sustentados em obras do sociólogo jamaicano Stuart Hall, a concepção da visibilidade pública midiática-imagética adotada pelos semanários *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana* ao retratar os refugiados no Brasil, no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial.

Frequentemente noções de representação, linguagem e práticas somam-se ao conceito de cultura, a fim de compor um universo mais abrangente de estudo. Dessa forma, a linguística se apresenta como importante chave de compreensão para o conceito de representação traçado por Stuart Hall e na construção dos princípios de análise semiótica das imagens.

Simplificadamente, Stuart Hall (2016, p. 17), define cultura como o termo utilizado para descrever valores compartilhados por grupos ou sociedades. Isto sugere que os significados produzidos e intercambiáveis só podem ser comunicados por intermédio de uma linguagem em comum, que permite ao indivíduo expressar-se de forma a ser compreendido pelo outro. O autor afirma que, admitir que dois sujeitos pertençam à mesma cultura denota que ambos dão sentido ao mundo de maneira semelhante. A linguagem por sua vez, opera como um sistema representacional, visto que é através da linguagem que comunicamos e representamos para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. “A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (...)” (HALL, 2016, p. 18). Logo, é a partir da ação da linguagem que se pode encontrar um modelo sobre o qual opera a representação e a abordagem semiótica, que se concentra em compreender como o sentido é produzido, se revela uma substancial aliada nessa empreitada.

A linguagem é composta de signo, que se caracteriza como palavras, sons ou imagens que carregam sentido e indicam os conceitos e as relações que fazemos entre eles, que juntos constroem os sistemas de significados de uma cultura. Portanto, os signos são organizados em linguagens. Por isso, é por meio de uma linguagem em comum que é possível comunicar pensamentos e sentimentos a outros. Para S. Hall (2016, p. 38), “A relação entre ‘coisas’,

* Esse estudo é produzido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de ‘representação’”.

Existem, de acordo com o autor (HALL, 2016), três maneiras de o ser humano conferir sentido ao que está a sua volta: (1) através de paradigmas de interpretação; (2) pela forma como utilizamos ou integramos os objetos, pessoas ou eventos em nossas práticas cotidianas e (3) pela maneira como as representamos ou conferimos valor. Isto revela o protagonismo que o domínio simbólico exerce no âmago da vida em sociedade, visto que são os indivíduos participantes de uma cultura que conferem sentido a realidade circundante, pois as coisas em si não possuem significado único ou imutável, isto é, o sentido é encarado como algo a ser construído. Nesse sistema de representação, a relação entre signo, conceito e o objeto a qual fazem referência é arbitrária, isso quer dizer que, o sentido não repousa sobre o objeto, na coisa ou na pessoa, o sentido é produzido por nossas convenções sociais e culturais.

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. (HALL, Stuart. 2016, p. 31)

Resumidamente, a representação pode ser encarada como a produção de sentido pela linguagem, dessa forma, a representação é o agente que conecta o sentido e a linguagem a cultura. Existem três teorias que propõe apresentar o modo pelo qual essa conexão é produzida. A primeira é a **abordagem reflexiva ou mimética**, que entende o sentido como atrelado ao objeto e a função da linguagem é refletir esse sentido verdadeiro que já existe. A segunda, conhecida como **abordagem intencional**, defende que é o interlocutor o responsável por construir o sentido da sua linguagem, isto é, as palavras significam o que o autor pretende que signifiquem. A terceira é a chamada **abordagem construtivista**, que argumenta que nem os objetos por si só, nem os indivíduos podem fixar os significados na linguagem, visto que, as pessoas, as comunidades, as sociedades constroem sentido através de sistemas representacionais (os conceitos e os signos).

O desenvolvimento da perspectiva social-construtivista, abordada anteriormente e adotada por Stuart Hall teve como contribuição a suas formulações a teoria da linguística concebida por Ferdinand de Saussure. Considerado como o “pai da linguística moderna”, Saussure também interpreta que a produção de sentido depende da linguagem e de acordo com suas análises, o signo resulta de dois elementos: o significante (a imagem de algo) e o significado (o conceito correspondente a imagem). O linguista suíço argumenta que é através da relação entre significante e significado, fixada em nossos códigos culturais, que a representação se sustenta.

Defensor da natureza arbitrária dos signos, F Saussure estabelece que para produzir sentido os significantes devem estar organizados em um sistema de diferenças, visto que, “é a diferença entre os significados que significa” (HALL, 2016, p. 59).

Os conceitos (significados) aos quais elas [as palavras] se referem também se modificam, historicamente, e toda transformação altera o mapa conceitual da cultura, levando diferentes culturas, em distintos momentos históricos, a classificar e pensar sobre o mundo de maneira diversa. (HALL, Stuart. 2016 p. 59)

Logo, se o sentido é historicamente estabelecido e, portanto, nunca fixado de forma imutável, então o processo de compreensão de um sentido envolve necessariamente a interpretação, que se converte em elemento essencial da metodologia pela qual o sentido é atribuído e apreendido. Neste procedimento, tanto o leitor como o escritor desempenham papel de igual valor, pois signos ininteligíveis não são passíveis de interpretação e em nenhum sentido útil são significativos.

F. Saussure decompôs a linguagem em duas estruturas subjacentes: a **langue**, caracterizada como a parte social da linguagem e regida por regras, de natureza limitada, por isso, sujeita a análises de precisão equivalente as leis de uma ciência; a **parole**, constituída como a parte individual da fala, considerada pelo linguista como a camada mais superficial da linguagem, por esse motivo, ausente de propriedades que permitissem seu estudo sistematizado. Dessa maneira, a linguagem é percebida como um fenômeno social, uma vez que, sua construção não reside em aspectos individuais do sujeito (não é possível criar as regras da linguagem de forma isolada), mas na sociedade, na relação entre os sujeitos, na cultura. Esse prisma de estudo dos signos na cultura é conhecido comumente como semiótica.

A argumentação base para o estudo da semiótica acha-se no fato de que

(...) uma vez que todos os objetos culturais expressam sentido, todas as práticas culturais dependem do sentido, eles devem fazer uso dos signos; e na medida em que fazem, devem funcionar como a linguagem funciona e ser suscetíveis a uma análise que, basicamente faz uso dos conceitos linguísticos de Saussure (ou seja, a distinção entre significante/significa e langue/parole, sua ideia de códigos e estruturas subjacentes e a natureza arbitrária do signo). (HALL, 2016, p. 67)

Na concepção semiótica de análise os próprios objetos podem operar como significantes na produção de sentido. Evoco como modelo a exemplificação do autor sobre as roupas, que exercem a função primeira de cobrir-nos e proteger-nos, entretanto, elas também podem se apresentar como signo, que permitem que as roupas carreguem significado e se estabeleçam como uma linguagem, a linguagem da moda. As roupas funcionam como significantes, enquanto os conceitos que as roupas carregam (como elegância, formalidade, casualidade) atuam como

significados e a combinação entre ambos os códigos convertem as roupas em signos. Claro que a moda não será entendida por todos de igual maneira, mas indivíduos que compartilham o mesmo código de moda interpretarão os signos de forma similar.

Roland Barthes estabeleceu dois níveis descritíveis de leitura: a **denotação**, o primeiro nível e o mais simples, em que a maioria das pessoas consentiriam sobre o significado, graças ao consenso comum e a **conotação**, que não possui interpretação óbvia, mas conecta sentido e temas mais amplos aos campos semânticos. Segundo S. Hall (2016, p. 71), “Aqui, começamos a interpretar os signos completos, nos termos do reino mais vasto da ideologia social – as crenças gerais, quadros conceituais e sistemas de valores da sociedade”.

Através dos estudos e princípios da linguística formulados por Ferdinand de Saussure, a linguagem pode ser compreendida como um fato social e como elemento ativo no processo de representação e produção de sentido. Entretanto, Stuart Hall (2016, p. 63) pontua que, apesar de ter estabelecido os dois aspectos do signo, o significante e o significado, Saussure pouco desenvolveu estudos acerca de como essa relação (significante/significado) contribuiria ao que previamente era conhecido como referência, isto é, aquilo que se encontra distante da linguagem. Posteriormente, outros estudiosos como Charles Sanders Peirce, se dedicaram a desenvolver e solucionar essa equação. Além disso, por se ater sobremaneira nos aspectos formais da linguagem, o linguista pouco ou nada desenvolveu sobre as características mais interativas e dialógicas da linguagem, isto é, como ela funciona em situações reais e entre diversos tipos de interlocutores. Seu enfoque estruturalista de estudo também caiu por terra posteriormente, visto que, a despeito de possuir regras que regem sua prática, a linguagem não é um sistema fechado ou limitado como supunha F. Saussure.

Apesar da abordagem semiótica fornecer um método que permite analisar o modo pelo qual as representações visuais carregam sentido, em seu paradigma saussuriano há pouco espaço para compreensão da serventia das palavras individuais como signos na linguagem, destaca-se apenas a aplicação do modelo de linguagem a um grupamento de práticas culturais mais diversificado. Por esse motivo, ressalta Stuart Hall (2016, p. 77), que o projeto de uma “ciência do sentido” revelava-se uma tarefa inaplicável, visto que, o sentido e a representação apresentavam-se mais concernentes ao campo interpretativo das ciências humanas e culturais, cujas questões centrais não são passíveis de um tratamento positivista, ou seja, não são passíveis de regras e leis científicas fixas. Reconhecendo a natureza da cultura como necessariamente interpretativa, sua finalidade não recai em produzir verdades absolutas, ao contrário, geram uma cadeia infinita de interpretações que se seguem, inevitavelmente envolvidas nesse “círculo de

sentidos”. Desse modo, os estudos desenvolvidos a posteriori demonstraram maior interesse na concepção deste conceito como uma fonte para a produção do entendimento social, constituído como um sistema aberto e conectado de maneira mais íntima as práticas sociais e as questões de poder.

Produzir sentido depende da prática da interpretação, e esta é ativamente sustentada por nós ao usarmos o código – *codificado*, colocando coisas nele – e pela pessoa do outro lado, que interpreta ou *decodifica* o sentido (Hall, 1980). Contudo, note que, por estarem os sentidos sempre mudando e nos escapando, os códigos operam mais como convenções sociais do que como leis fixas ou regras inquebráveis. Como os sentidos mudam e transitam, então, de modo inevitável, os códigos de uma cultura se alteram imperceptivelmente. A grande vantagem dos conceitos e classificação da cultura que carregamos por aí conosco, em nossa cabeça, é que eles nos habilitam a *pensar* sobre as coisas, estando estas presentes ali ou não, mais: quer existam ou não. (HALL, Stuart. 2016 p. 109)

Fundamentado no conteúdo acima exposto e estimulado pelas reflexões e questionamentos levantados, bem como a partir do pressuposto de que toda fonte histórica é resultado de uma operação histórica e, portanto, possui uma função social, proponho neste ponto, apresentar algumas análises referente a uma pequena amostra de imagens veiculadas pelo semanários *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana*, acerca da acolhida de refugiados na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Cabe ressaltar, que à época, o semanário e o jornal *A Noite* haviam sido recém-arrendados ao patrimônio da União e o período de 1940 a 1957 foi marcado por uma longa crise, que ocasionou a elevação do custo e diminuição da receita de suas publicações. Concomitantemente, passou a perder seus leitores, pois o consideravam uma corporação cujo único compromisso era tecer elogios às instituições governamentais. O impresso não resistiu às sucessivas crises e impasses administrativos, que resultou no fim de suas tiragens em dezembro de 1957.

Ainda no período abordado, a *Revista da Semana*, na tentativa de adaptar-se as novas tendências do fotojornalismo, que surgiam na década de 1940, mudou seu projeto editorial, adquirindo um caráter considerado como sensacionalista e, em 1959, suas publicações cessaram.

O contexto nacional do pós Segunda Guerra Mundial significou a retomada da política de imigração dirigida, estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas a partir da instituição da Lei de Cotas. Devido às leis de restrição a imigração, adotadas pela política varguista, a realidade do fluxo imigratório no Brasil era consideravelmente distinta do que prevaleceu desde fins do século XIX, com quedas abruptas no índice de entrada de imigrantes no país. Todavia, ao término da guerra e graças à mudança na balança política brasileira com as eleições de 1946, as autoridades admitiram uma abertura na política imigratória, considerando a vinda de refugiados do conflito, na condição de

imigrantes. Assim, o Brasil vislumbrou uma boa oportunidade em conjugar a necessidade de desenvolvimento econômico a ajuda humanitária, através da seleção de refugiados qualificados. O perfil ideal de imigrante residiu naquele que exercia, principalmente, a profissão de agricultor, situação que se revelou paradoxal, pois se o discurso humanitário foi utilizado para acolher esse perfil de refugiado, também foi uma ferramenta de exclusão daqueles que não se encaixavam nesse retrato.

“Recordação do inferno de Hiroshima”, assim é nomeada a matéria publicada pela revista *A Noite Ilustrada*, em 25 de agosto de 1953. Segundo o texto de J. Bandeira Costa, após a explosão da bomba atômica de Hiroshima um numeroso grupo de nipônicos veio para o Brasil, para que pudessem residir no interior da Bahia e exercer a atividade agrícola. O grupo ficou instalado na Ilha das Flores enquanto regularizava a situação no Departamento Nacional de Imigração. O evento registrado pelas lentes de F. Campanella Neto, consistia em uma pequena apresentação realizada por jovens japonesas e organizada pela assistente social, Vera Eulália, àqueles que estivessem presentes no local. Dito isto, a ideia que primeiro pode nos surgir é a de um esforço em apresentar uma parcela da cultura e costumes característicos da pequena ilha asiática. Contudo, as imagens capturadas podem nos revelar outras intenções e interpretações do evento.

Como salientado por Stuart Hall (2016, p. 144), uma mesma imagem pode possuir muitos significados e interpretações diferentes, por vezes pode até expressar sentidos diametralmente opostos. Por apresentar caráter ambíguo, nossa indagação não deve repousar no questionamento se o significado encontrado de uma dada imagem é certo ou errado, ao contrário, devemos inquirir sobre qual dos muitos sentidos possíveis para aquela imagem o repositório, seja revista, jornal, livro ou outros, optou por privilegiar. “Roland Barthes (1990) argumenta que, frequentemente, é a legenda que seleciona um dos muitos possíveis significados da imagem e *estabelece-o* com palavras” (HALL, 2016, p. 144). Assim, o significado da imagem é estabelecido no somatório desta com seu elemento textual, de modo que são necessários dois discursos para produzir e fixar seu sentido. Com a seguinte legenda: “Na Ilha das Flores, entre música de acordeon, cantos e danças, esquecemos pequeninos nipões os rastros de lembrança da terra natal”, a fotografia ao lado possui o enquadramento mais fechado que não nos permite conhecer o ambiente, mas ocupando o centro da imagem está a figura de Vera Eulália, a responsável pela montagem da atração; atrás de si encontra-se uma outra possível funcionária da hospedaria e a seu redor identifica-se um grupo de



Fonte: Recordação do inferno de Hiroshima. A Noite Ilustrada. Edição: 01278. Rio de Janeiro. 25/08/1953. p.8. Acervo: Biblioteca Nacional.

meninas japonesas. Nas mãos da assistente social nos chama a atenção à presença do acordeom, instrumento musical que pouco nos remete a uma sonoridade oriental, mas que, em contra partida, figura em canções típicas do Brasil. É curioso ainda notar que as japonesas, aparentemente, estão a ler um papel e/ou um caderninho no momento da canção, como se fosse uma espécie de guia ou acompanhamento.

Segundo revela o texto jornalístico, no ambiente da Hospedaria de Imigrantes esse grupo de meninas era estimulado a praticar a língua portuguesa, inclusive com canções, por isso, é possível inferir que no momento da captura fotográfica, essas jovens estivessem acompanhando o acordeom com cantos em português. Assim, pode-se concluir que o referido evento tinha menos a intenção de promover um intercâmbio cultural e sim o propósito de acentuar a integração daqueles

sujeitos tão distintos da figura brasileira a cultura nacional, que, inclusive, nessa situação foi eleita como representante e condutora uma mulher caucasiana. Portanto, é razoável a leitura tanto de classificação do outro, o estrangeiro, como passível de assimilação por uma cultura dispar e, quanto de optar por simbolicamente retratar a cultura brasileira como branca.

Quando o Comitê Especial do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) assumiu a pauta de assistência aos refugiados e deslocados de guerra, o Brasil teve participação ativa em suas deliberações. O delegado enviado às reuniões sustentava o discurso de que o Brasil tinha condições de receber grande parcela de refugiados e deslocados, com a exigência, entretanto, de que o país buscava por imigrantes que se adequassem aos critérios de assimilação à formação étnica, econômica e social brasileira.

A absorção do imigrante aos costumes, práticas e hábitos tidos como brasileiros era uma questão central nas políticas imigratórias mobilizadas pelo governo varguista e, não raro, qualquer sinal de resistência estrangeira era apontada como ameaça à formação da nacionalidade, seja em termos raciais ou culturais. Estabeleceu-se então um discurso contrário ao recebimento daqueles indivíduos indesejáveis, baseado, principalmente, em aspectos raciais, inspirado por concepções eugenistas e cujo ensejo recaía sob a figura do branco europeu. Neste contexto a imigração japonesa não era vista com bons olhos, posto que, esses sujeitos não contribuiriam com o processo de branqueamento da nação e, portanto, com a evolução e progresso do Brasil, além de serem considerados uma ameaça a soberania nacional, visto que eram julgados como inassimiláveis. É a partir do pós-guerra, com a admissão da entrada de refugiados no país, que o perfil do imigrante ideal admite alguma flexibilidade de acordo com a conveniência.

Em 21 de junho de 1947, a Revista da Semana publicava em suas páginas a matéria intitulada “Braços para o Brasil”, na qual, em tom elogioso, descrevia os acordos realizados com o “Inter-Governmental Committee of Refugees” – IGCR – para o recebimento de 5 mil deslocados de guerra no país. De acordo com a reportagem de Ney Machado, esteve incumbido da tarefa de pôr em ação a estratégia da imigração dirigida, uma comissão de médicos e técnicos de imigração, sob chefia do Dr. Arthur Neiva, que tinha por responsabilidade a criteriosa seleção do “tipo racial dos imigrantes que mais nos conviessem e com maiores probabilidades de aclimatação ao nosso ambiente”. A imagem abaixo, de autoria de Arnaldo Vieira, foi a escolhida para estampar a primeira página do texto supracitado.

Com a legenda “Um dos pequenos imigrantes tem pela primeira vez diante de seus olhos a bandeira brasileira”, no registro fotográfico são enquadrados dois refugiados, mãe e filho. Em seu colo, a mulher tem nos braços seu bebê e sobre suas pernas está a bandeira do Brasil, a pátria que os acolheu. A mãe sorri com a cabeça abaixada, mirando a bandeira sobre si, enquanto a



Fonte: Braços para o Brasil. Revista da Semana. Edição: 00025. Rio de Janeiro. 21/06/1947. p.4. Acervo: Biblioteca Nacional.

criança é retratada com o olhar, aparentemente, distante, como se vislumbrando o por vir na terra que a adotou e sobre a qual o símbolo a está cobrindo. Não é por acaso que essa foi a imagem escolhida para abrir a matéria, considerando provavelmente representarem o sucesso da aplicação da imigração dirigida que ambas as figuras, brancas, de aparência saudável e a partir da relação estabelecida com um dos maiores símbolos da nação, podem transmitir. Para além, vale ressaltar a intenção da legenda atribuída a fotografia em destacar a figura da criança.

Boa parte do contingente de refugiados e deslocados chegados à Hospedaria de Imigrantes era composto por crianças, que acompanhadas dos pais e parentes, também colaboraria no desenvolvimento do Brasil, além de revelar a solidariedade e a disposição do país em investir nos pequeninos. É possível inferir que se esperava da criança o reflexo dos pais, mesmo na carreira, ou seja, que esta também acrescentasse braços para a lavoura ou para a indústria quando fosse apropriado. Assim, acolher os infantes também significava garantir a mão-de-obra para o futuro.

Stuart Hall (1999) descreve as culturas nacionais como discursos, encarregados de construir sentidos que regem e estruturam as ações e concepções que o sujeito tem si, agindo, portanto, como construtores de identidades, que são formadas ou transformadas no interior das representações. Assim, três conceitos são essenciais a noção de nação enquanto “comunidades imaginadas”, são eles: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. Mesmo que no seu âmago as nações estejam atravessadas, seja por diferenças e divisões ou em estrutura de poder cultural, é assinalado um impulso pela unificação existente nas culturas nacionais. Nas palavras do autor (HALL, 1999, p. 59), “(...) não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a mesma e grande família nacional”.

Contudo, partindo do pressuposto de que a identidade está intrinsecamente ligada ao sistema de representação e que este é localizado no tempo e o espaço simbólicos, S. Hall sublinha que a aceleração dos processos globais tem transformado radicalmente a relação espaço-tempo no interior das representações, resultando em profundos efeitos sobre a forma como as identidades são formadas e localizadas. O autor aponta que,

Alguns teóricos argumentam que o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do nível do estado-nação. As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas a identidades locais, regionais e

comunitárias têm se tornado mais importantes. Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. (HALL, 1999, p. 73)

Portanto, assim como os significados e conceitos não são categorias rígidas ou fixadas no sistema linguístico, também a identidade é um processo fluído e inacabado, sendo constantemente perturbada pela diferença e seus efeitos desestabilizadores. Logo, partindo do princípio de que é em contato com o outro que as identidades são formadas ou reafirmadas dentro de um sistema simbólico de representações, destaca-se que no anseio da busca pela representação anunciada dos refugiados e, portanto, sujeitos externos a sociedade brasileira, possa-se descortinar também a identidade de nação brasileira que se quer reiterar ou construir e transmitir pelos repositórios jornalísticos, de modo a suscitar novos questionamentos e considerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Fischel de. **O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48(1), 2005. p. 60-96.

GERALDO, Endrica. **A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil**. *Cadernos AEL*, v. 15, n. 27, 2009. p. 173-207.

HALL, Stuart. **As culturas nacionais como comunidades imaginadas**. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Apicuri, 2016.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **A Política Imigratória Brasileira no Pós- Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização**. *Cena Internacional*, v.9, n.2, 2007. p. 184-210.

Links Consultados

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.p>

A Colônia Síria e suas representações através da imprensa carioca no início do século XX

Vanessa Kellner Francis Santos
Mestranda em História Social pela Uerj

1 – O imaginário carioca acerca da colônia síria.

Os imigrantes árabes que chegaram ao Rio de Janeiro no início do século XX se depararam com um imaginário proveniente do orientalismo europeu em torno deles. A imagem do mascate atrevido, exótico com costumes e língua estranha era comum e circulavam por toda a cidade. Tendo em mente que, em uma sociedade pluralista, os indivíduos conhecem a realidade e o conteúdo dos estereótipos que os “*outsiders*” têm sobre eles, o grupo instruiu-se nesse mundo, tentando afastar os realces que lhe eram ameaçadores e buscavam promover aqueles que poderiam trazer benefícios (PUTIGNAT & STREIT, 1998, p.168).

Neste sentido, os sírios¹ que possuíam certo capital ou que eram subsidiados por membros mais ricos da colônia, utilizaram da imprensa carioca para uma autorrepresentação e dedicaram -se a uma incessante saga para inserir- se na sociedade carioca. Além disso, contavam com a simpatia de muitos jornalistas cariocas que, ajudavam a alimentar uma imagem positiva da colônia.

Os jornalistas sírios utilizaram destes periódicos para esclarecer determinados “equivocos”. Assim como na imprensa árabe, os imigrantes fortaleciam suas identidades ao mesmo tempo em que tentavam aproximar-se dos brasileiros. Utilizaram de marcadores de pertença, articulando seus traços culturais (língua, território, religião) para criar um mito de origem comum e assim, apresentar-se para a sociedade.

2- Os sírios na imprensa carioca e suas representações.

Como mencionamos no tópico anterior, ao deparar-se com um imaginário proveniente do orientalismo europeu na maioria das vezes era marginalizado, a colônia síria empenhou-se em mostrar os benefícios de sua presença na cidade, como podemos observar na matéria intitulada de “A utilidade dos syrios”.

¹ Iremos englobar os imigrantes sírios e libaneses na categoria de “sírios”. Isto ocorre porque, entre os períodos de 1900 e 1920, a região que hoje corresponde ao Líbano e a Síria era chamada de “Grande Síria”. Neste sentido, os imigrantes de ambas as regiões se enquadravam nesta categoria, para promover uma identidade diferente da identidade “turca” imposta pelos brasileiros.

[...]A história da syria que talvez se pretendia pintar como um paiz de selvagens, sem civilização própria e sem tradições, constitue realmente um dos principais]períodos da história antiga e liga-se tão intimamente a evolução do ocidente [...] lembrar que a Syria foi pátria dos phenicios, dominadores dos mares, factores primordiais do desenvolvimento comercial do mundo, espalharam seus hábitos de trabalho, sua língua por diversas colônias da Africa, Europa e do Archipelago Grego [...] Estudados, pois, do ponto de vista de sua origem, de sua organização social, de suas tradições de raça, o syrio pode apresentar-se aos olhos do mundo como representante de um povo organizado, prezando igualmente o nome dos seus maiores e as tradições de honras [...]

Segundo Weber (1991), os grupos migratórios nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, do mesmo modo que está torna-se significativa para o crescimento das relações comunitárias, sendo indiferente ou não à comunidade de sangue (WEBER, 1991, p.270). Neste sentido percebemos que, a identidade étnica é orientada muitas vezes para o passado e tem sempre uma “áurea de filiação”. É a crença nessa origem que corrobora para o sentido de unicidade de um grupo (POUTIGNAT & STREIT, 1998, p. 168). Essa unicidade em relação aos árabes, exposta nos periódicos ganhou força principalmente, a partir do incômodo gerado pela falta de distinção entre sírios e turcos por parte da sociedade carioca. Com isso, o fato de serem coletivamente nomeados como “turcos” pela população, gerou a necessidade de obter-se uma “coletividade síria” que foi reforçada inúmeras vezes na imprensa com o intuito de afastar a dominação pejorativa associada ao grupo. Percebemos isso nas duas matérias a seguir:

[...] Estimado representante da colônia syria escreve nos pedindo a publicação das seguintes linhas: diversos artigos tem sido publicados com relação a colônia no Brasil, e nada teria opôr se alguns desses artigos não fossem assignados por um súbdito da Turquia. Taes artigos não representam o modo de sentir dos syrios que nada tem a ver com a Turquia, salvo sob o ponto de vista do terror que o seu governo inspirava, submetendo- os a uma escravidão cujos os efeitos os obrigavam a doce refugio. Syrios e turcos são bem distinctos : nos nada tem a ver com outros, principalmente longe da Syria e da Turquia em paiz tão grandioso e hospitaleiro como o Brazil². [...]

[...] Qual desalmado que teria coragem de chamar um belga de alemão? Sim, o furor teutônico subjogou a heroica Belgica: mas a Belgica não é a Allemanha. Sim, os turcos ocuparam a syria pela violência; por isso mesmo, os verdadeiros syrios foram e são irreconciliáveis inimigos da Turquia nefanda e barbara. O povo daqui em geral, mal informado sobre cousas do Oriente e iludido pelas “expressões geográficas” chama correntemente de “turcos” os pobres “syrios”. Quem ler estas páginas sinceras verificará quão monstruoso é para os brios nacionais dos vencidos o appellativo ominoso do vencedor selvagem e infame³ [...]

O racismo em relação ao turco atrelado a mágoas históricas dos imigrantes com o Império Otomano, fez com que as identidades particulares (que continuaram existindo) dentro da categoria

² Jornal “O fluminense” 1911 Edição 8235. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³ Jornal “A Razão” 1920 Edição 1445. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

de “sírios⁴” fossem “substituídas” mesmo que de forma aparente por uma identidade coletiva nos impressos. Como aponta Barth, a interação de indivíduos de um determinado grupo com outras culturas, acaba gerando muitas vezes a redução de diferenças no seu interior, trazendo uma aproximação de códigos e valores (BARTH, 2000, p. 34). Com isto, percebemos que, mesmo com as fragmentações existentes dentro da categoria “síria” que englobava indivíduos de regiões diferentes, com múltiplos segmentos religiosos e diferenças culturais, as colunas eram apresentadas de forma homogênea, sempre utilizando como títulos “Os syrios⁵”, “Notas de um syrio⁶”, “Assumptos syrios⁷” que traziam assuntos que abordavam a história do povo, causas da imigração, religião, culinária, de forma unívoca. Diferente da imprensa árabe que, apesar de apresentar-se em alguns momentos como uma unidade, era muito utilizada para definir as comunidades nacionais sírias ou libanesas.

Além dos periódicos terem dado atenção às afirmações identitárias, aspecto que foi reforçado pelos imigrantes diversas vezes nas primeiras décadas do século XX, eles eram utilizados pelos sírios para aproximação com os cariocas. Para obter isto, a chegada do grupo e o acolhimento por parte dos brasileiros era exposta de forma amistosa por muitos membros da colônia, como percebemos na publicação do jornalista sírio Sebe Pedro Curi⁸:

Diz a história, ou por outra, diz a lenda que foi em uma manhã de 1875, que alguns homens de calças largas apareceram como por encanto nestas bemditas paisagens: a multidão acercou-se deles possuída de uma curiosidade irresistível afim de conhecer aa origem desta gente robusta, de tez morena, olhar pensativo e triste, cuja linguagem cultural e incompreensível, causava admiração a todos: mas houve também quem os conhecesse e os apresentasse a sociedade como oriundos da mais tradicional das terras, homens morigerados e trabalhadores, de perfeita educação moral e cuja a religião era a da maioria absoluta dos brasileiros : e foi o bastante para que todos os lares fossem abertos e a hospitalidade a mais franca lhes fosse dispensada [...]⁹

Esta descrição romantizada sobre o acolhimento dos brasileiros foi muito comum nos jornais do período. Porém, o uso da religião como elemento que impulsionou o acolhimento dos imigrantes não pode ser considerado suficiente, quando sabemos que um grupo pode possuir uma religião em

⁴ Relembrando que dentro da categoria de sírio neste período estavam sírios, libaneses e uma minoria palestina. Tais identidades só passam a ser diferenciadas na imprensa carioca em alguns periódicos no final da Primeira Guerra Mundial.

⁵ Jornal A união 1905 -1906. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁶ Jornal Gazeta Notícia de 1908. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁷ Jornal A Razão 1920. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁸ Através das nossas pesquisas, descobrimos que este jornalista fazia parte da redação do jornal AL- ADL em 1902. Além disso, era dono de uma fábrica de calçados e chapéus e duas padarias na cidade do Rio de Janeiro. Estes dados, enriquecem nosso argumento de que os representantes dessa colônia provinham, muitas vezes, de uma elite. Além disso, está informação entra em confronto com a afirmação de Oswaldo Truzzi, que declara que os ricos da colônia nada tinham de intelectuais. Segundo o autor os ricos eram “homens rudes e enriquecidos entre as asperezas de muita labuta” e que os intelectuais eram dependentes e desprezados pelos mesmos. TRUZZI, Oswaldo De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo, Ed. Sumaré, 1992. Pág 42.

⁹ Jornal “ A Gazeta (RJ) 1908 Edição 161. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

comum e mesmo assim, continuar sendo percebido como diferente. No caso dos árabes, a diferença permaneceu mesmo sendo em sua maioria cristãos. A desconfiança por parte da sociedade continuou, pois, a maioria dos imigrantes sírios e libaneses pertencia a diferentes denominações cristãs tendo seus ritos vistos muitas vezes como “exóticos”. Ao chegarem no Rio de Janeiro, eram classificados apenas como “católicos” que incluíam (católicos romanos, maronitas, melquitas, armênios católicos e caldeus), e “a – católicos” (mulçumanos, judeus, cristãos ortodoxos, siríacos) (PINTO, 2010, p.106).

Além disso, os imigrantes árabes enfrentavam dificuldades para obter reconhecimento de suas tradições religiosas e sofriam pressões culturais para que adotassem os dogmas e rituais da Igreja Católica Romana (PINTO, 2010, p.108). As instituições católicas eram resistentes ao reconhecimento do cristianismo oriental, mesmo as igrejas uniatas (PINTO, 2010, p.108). Neste sentido, percebemos que a matéria tenta afastar essas divisões e problemáticas, utilizando do catolicismo como elemento aproximativo, no claro intuito de trazer elementos culturais semelhantes e diminuir a distância do “nós” e “eles” por meio da religião em comum.

Essa aproximação também foi reforçada nos assuntos matrimoniais. Com critérios diferentes em relação a casamento dos brasileiros, (VILELLA, 2011, p. 171) principalmente nos primeiros anos do início do século XX, o casamento Inter étnico foi percebido muitas vezes como uma ameaça à reprodução social e étnica, devido às diferenças de costumes¹⁰. Desse modo, muitos imigrantes retornavam à terra natal para obter matrimônio ou pediam para que a família enviasse uma mulher para que o casamento fosse realizado. As famílias exerciam forte influência na aprovação ou reprovação dos conjugues. Havia um empenho por parte da colônia para a manutenção da fronteira étnica, tendo como principal desejo o casamento realizado entre os membros da colônia¹¹, e ao que tudo indica, assim foi efetivado, já que cerca de metade destes imigrantes obtiveram o matrimônio dentro do próprio grupo (VILELLA, 2011, p.170). Entretanto, devido às críticas por parte da sociedade, alguns representantes e simpatizantes da colônia empenharam-se em provar que o grupo não tinha restrições com casamentos fora da mesma¹².

¹¹Em seu estudo sobre a comunidade pomerana, Joana Bahia aponta que, a mulher dentro de determinados grupos preserva a língua e é a possuidora dos saberes mais fundamentais da educação, resguardando assim, a identidade étnica e social do grupo. Percebemos esse mesmo fenômeno na Colônia Síria, tendo em vista que cerca de 82% de origem síria ou libanesa casaram-se dentro dos seus grupos étnicos, contra 39% de seus conterrâneos homens. Esse número nos indica que, isso ocorreu devido a manutenção dos costumes e da língua como marcador étnico. BAHIA, Joana. “O tiro da bruxa”: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2000. Pág 193;(VILELLA p.170)

¹²Segundo Vilella, em 1927, um relatório sobre esse grupo mostra que o casamento endogâmico foi realizado 50,5% das vezes, mostrando um índice de fusibilidade mais baixo do que italianos espanhóis e portugueses. VILELLA, Elaine

Hoje a Colônia syria é uma grande colônia que se entregou a labores diversos, contendo no seu seio homens de valor intelectual. Em geral os syrios são inteligentes, honestos, trabalhadores, aplicados e afectivos. Se adapta perfeitamente aos nossos costumes e encontra no Brasil uma segunda pátria.[...] Aqui no Rio de Janeiro, muitos são casados com brasileiras. Uma estatística do jornalista syrio Gabriel R. A Salhab dá 25 por cento de syrios que constituíram família com brasileiras.[...] Principalmente os que empregam a sua atividade aqui no commercio, aqui esforçam-se para conhecer melhor a língua portuguesa tomando para isso professores particulares que lhes ensinam também o francez e o inglez.
13

No final do século XIX e no início do século XX, alguns políticos nacionalistas do período divulgavam o perigo da presença de estrangeiros que não fosse assimilados em território nacional. O governo brasileiro assume uma postura assimilacionista, quando não exercendo no nível da prática, utilizava em nível ideológico, entrando em conflito com os valores nacionais preservados pelos imigrantes.¹⁴ Desse modo, a imigração só era vista de forma positiva se o grupo fosse nacionalizado, aberto para costumes e hábitos brasileiros. Com isso, percebemos que os dados fornecidos pelo colunista sobre o casamento entre sírios e brasileiros, indicam uma clara preocupação que os mesmos tinham em provar para sociedade que, o grupo não restringia-se apenas a casamentos e relações dentro da colônia. Tal preocupação pode ser explicada devido acusações de que os sírios e libaneses eram exóticos, fechados e “não assimiláveis”, afastando-os assim do tipo “imigrante ideal”.

Apesar dos aspectos culturais terem sido destaque na imprensa, devido ao estranhamento e preconceito em relação aos sírios e libaneses, as questões relacionadas ao comércio envolvendo estes imigrantes foram o destaque na imprensa do Rio de Janeiro no início do século XX. A presença dos imigrantes não passou despercebida pela sociedade carioca, principalmente no que se referia ao comércio. Muitas queixas contra os vendedores ambulantes de origem árabe eram relatadas nos grandes jornais cariocas do período. Os ambulantes eram acusados de não pagar impostos, de serem violentos e “trambiqueiros”. Devido a críticas deste tipo, muitas matérias produzidas por estes imigrantes visavam desfazer tais acusações. E para isto, argumentavam pautados em aspectos culturais, étnicos e econômicos.

“O syrio estudou a situação do commercio, entrando em relações com os seus elementos poderosos e viu então deante de si uma carreira remuneradora, atento os altos lucros, que, em geral, proporcionava aos seus representantes adstrictos ao regime de vender pelo mais elevado preço – A boa fortuna dos comerciantes contrapunha-se as condições penosas do consumidor, com preços exagerados, a artigos indispensáveis a vida, facto determinado em

Meire. Sírios e Libaneses : Redes sociais, coesão e posição de status*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 26 n° 76. 2011. Pág 170

¹³ Jornal “A Gazeta (RJ) 1908 Edição 152 . Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁴ Como aponta Seyferth, os ideais assimilacionistas do governo só vão ser postos em prática na década de 1930, mais especificamente na chamada “Campanha de Nacionalização”. SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Mesa redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a migração. 26º reunião de antropologia. Porto seguro, 2008. Pág 96.

grande parte pelo regime protecionista. Montava-se casas luxuosas quanto o consumidor empobrecido debatia-se na miséria, ou lucrava com dificuldades inexplicáveis, em um paiz novo e da grandes recursos materiaes. O syrio foi então no encontro dessas necessidades, multiplicou em esforços, percorreu cidades villas pobres, povoações do interior, levando os artigos de seu commercio as classes mais pobres, barateando-os sensivelmente sem outro objetivo que não o de vender a baixo preço para aumentar o circulo de suas relações comerciais e conquistar terreno em que outros até então haviam dominado [...] Com o syrio, tornou-se evidente a grande diferença nos preços das mercadorias, o que despertou a atenção do povo. De toda a parte, o syrio passou a ser procurado por satisfazer os interesses e a economia dos compradores. Procedendo assim, o syrio obrigou os concorrentes a lhe seguir as pegadas, destruindo a muralha do monopólio [...] Em suas excursões pelo interior do paiz, o syrio sempre foi cordato, paciente, respeitador da lei, pagando sem relutância os impostos e contribuições que lhe era exigidos¹⁵.

Percebe-se o empenho de tentar enaltecer uma inovação na forma de comercializar, atribuindo tal sucesso a um novo empreendedorismo atrelado a um olhar sensível a questões do povo brasileiro que, segundo o colunista, sofria com a ganância dos antigos comerciantes. Relato semelhante também pode ser visto na edição 04 de 1906 do jornal a União:

E assim que vieram para o Brasil, estes syrios têm alcançado no commercio um logar tão saliente até despertar inveja, senão o ódio de certos concorrentes. Em toda a escala comercial, desde a caixinha de papelão contendo agulhas, linha e alfinetes até aos grandes estabelecimentos, o syrio tem se mostrado de uma admirável proficiência. Reparem para este mascate sob um sol abrasador ou impertinente chuva leva de casa em casa os artigos de seu commercio. Elle entra em todas as casas e nunca se ouviu dizer, ter ele abusado moral ou materialmente. Uma honestidade á toda prova que ele tem sugado com o leite e aspirado com os ares puros e sagrados do Libano o distingue de todos os mais e quando por um acaso algum syrio commette uma acção menos digna, ele é logo repellido do conceito de seus patricios.¹⁶

As matérias realizadas pelos colunistas sírios Iben Massud e Sebon P. Curi demonstram a clara tentativa de representar a colônia como pacífica e enriquecedora, com o intuito de rebater as acusações feitas por alguns comerciantes cariocas que se sentiram prejudicados devido à concorrência pelo comercio dos sírios na cidade. Tais argumentações também podem ser encontradas em obras posteriores, como as do intelectual libanês Taufik Duon:

Vimos a este país e outros movidos pela necessidade de trabalhar e produzir, limitando-nos a isso sem arrogância nem mando, mas pelo contrário, respeitando os direitos e a vontade dos donos da casa, acatando e obedecendo as leis locais, tudo fazendo para agradar e beneficiar, resolvendo pacificamente todos os problemas e litígios (DUON, 1944, p. 105)

Os relatos de intelectuais como Duon, assim como dos dois colunistas sírios mostram que, os imigrantes tinham plena consciência de que estavam à margem e na parte inferior da hierarquia social. Tendo consciência desta condição, sabiam exatamente que a imigração deveria “comportar

¹⁵ Jornal “A Gazeta (RJ) 1908 Edição 166. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁶ Jornal “A União” 1906. Edição 04. Disponível em : <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

apenas “vantagens” e, no limite nenhum “custo” (SAYAD,1998, p. 48) ou aborrecimentos para a sociedade. Deste modo, tentavam demonstrar de forma incessante sua “utilidade” e os benefícios econômicos que os mesmo traziam para o Brasil¹⁷.

Além do comércio e do empreendedorismo, a caridade, cuja realização plena seria a carreira religiosa, era a via preferencial de atuação política pública tendo como destaque a atuação das mulheres da colônia síria (PINTO, 2010, p. 109). Para Hajjar (HAJJAR, 1985, p. 129) e Knowlton (KNOWLTON, 1960, p. 180), essas associações surgiram devido à dificuldade dos grupos familiares em atenderem as necessidades de seus membros diante de novas situações que não existiam nas aldeias da terra de origem. As principais funções destas associações segundo os autores eram: o amparo aos necessitados, sustentação das instituições religiosas, despertar de um senso de unidade coletiva e representação na sociedade em geral.

As associações formais que mais tiveram destaque foram as sociais, beneficentes e religiosas. Cada segmento religioso possuía suas associações, nas quais arrecadavam fundos para a construção de seus retiros religiosos. Muitas destas associações tinham função social, pois o desempenho conferia prestígio nas que nelas atuavam.

Dentro da imprensa árabe, os impressos divulgavam com frequência as obras beneficentes da colônia. Na imprensa carioca, encontramos algumas matérias abordando a temática como na edição de número 195 do de 1908 onde o colunista relata a ação humanitária das chamadas “Damas Syrias”:

Digna de animação e aplausos é a iniciativa brilhante das damas syrias, pois as syrias cariocas acabam de instituir uma associação cujo fim, não obstante visar o mais bello dos ideaes , qual o de prestar auxilio a pobreza em geral ,visa também outra obra não menos meritória, qual a de socorrer as humildes e procurar trabalho as suas desprotegidas patrícias. A associação das damas syrias instaladas nessa capital, veiu satisfazer uma necessidade que os syrios aspiravam há muito e a julgar pelos actos que a predominaram na última sessão realizada muito se deve esperar desta notável associação. Consta-me que entre outros assumptos a directoria resolveu dispensar protecção a diversas senhoras necessitadas, fornecendo trabalhos a umas,dando colocação a outras e contemplando algumas com donativos: sei também que duas das mais queridas instituições dessa cidade foram objeto de uma deliberação dignamente caritativa. Como se vê, é um bello prenuncio que promete um glorioso futuro¹⁸.

Embora a matéria nos de a impressão de que a associação citada acima fosse algo que abrangesse a comunidade árabe no geral, é importante frisar que, a colônia era dividida por diferenças econômicas, religiosas além de rivalidades familiares. Neste sentido, não foi possível

¹⁷ São relatos como estes que, muitas vezes predominaram nos trabalhos acadêmicos como nos de Oswaldo Truzzi e que são questionados pela historiografia recente.

¹⁸ Jornal “A Gazeta (RJ)” 1908. Edição 195. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

encontrar uma associação que conseguisse representar a coletividade como um todo. Outro aspecto interessante desta mesma matéria, foi o pedido por parte do colunista a associação:

Não seria, pois, fora de propósito, dirigir agora num apelo ás dignas directoras da nossa associação feminina, porquanto o facto de que vou tratar, vem de há muito preocupando o espirito de nossos homens não obstante depor contra os foros desta culta e incomparável metrópole. Trata-se do triste espetáculo de “duas ou três” mulheres de nossa nacionalidade que apresentam diariamente nas ruas mais centraes da cidade a exhibição humilhante dessas mulheres maltrapilhas em contraste com s sumptuosidade das avenidas e o luxo inexcedível das ruas em questão, constitue, quando não um crime, um facto por si só deprimente e vergonhoso [...] Estas duas ou três mulheres sinistras continuam a infestar as mais belas ruas da cidade, zombando e afrontando a moral de toda uma colônia^{19 20}.

Ainda que, muitos intelectuais e membros da colônia síria frisassem o carácter altruísta e de compaixão com os patricios mais necessitados, a declaração em torno destas mulheres nos mostra que, as associações além do carácter humanitário, serviam também para afastar dos cariocas uma imagem depreciativa da colônia. Não queremos aqui dizer que, não havia solidariedade entre os membros da colônia, porém, inferimos que tais associações também serviram como uma espécie de “propaganda” para a sociedade, e que resgatar os patricios mais pobres das ruas, pode também ser vista como uma estratégia por parte da elite síria para “não manchar” a imagem da colônia.

O que percebemos na utilização dos impressos cariocas pelos sírios foi que, havia uma tentativa de fortalecimento de uma imagem homogeneizada que buscava amenizar os estereótipos impostos pela sociedade carioca. Na maioria dos textos, não havia o intuito de diferenciação dos mais pobres da colônia. Publicavam as matérias com ar de coletividade, sempre utilizando “A colônia syria” e homenageavam os mascates e sua perseverança, dando assim, a sensação de que todos imigrantes árabes estivessem ali representados. Porém, sabemos que a divisão de classe existe em qualquer grupo étnico com representações dominadas geralmente pela elite do grupo. Neste sentido, temos que ter em mente que esses porta-vozes faziam parte de uma classe média, portadora de capital cultural, e que grande parte dos imigrantes das camadas mais baixas, não eram letrados e não dominavam o português. Logo, percebemos que tais reportagens eram direcionadas aos cariocas, como espécie de propaganda para facilitar a aceitação do grupo e assim, melhorar sua interação econômica e social na cidade.

Fontes

Jornal “A União” 1906. Edição 04

¹⁹ Jornal “Gazeta (RJ) 1908 Edição 195. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

²⁰ A matéria não deixa claro qual o ofício dessas mulheres. Porém, em determinado momento o colunista descreve tal ofício como “digno” porém, “não apropriado para as mulheres”. Neste sentido, deduzimos que estas mulheres provavelmente eram ligadas ao comércio ambulante, já que se encontravam trabalhando nas grandes avenidas.

Jornal “**A Gazeta** (RJ) 1908 Edição 152
Jornal “**A Gazeta** (RJ) 1908 Edição 166
Jornal “**A Gazeta** (RJ)” 1908. Edição 195
Jornal “**A Gazeta** (RJ) 1908 Edição 161
Jornal “**O fluminense**” 1911 Edição 8235
Jornal “**A Razão**” 1920 Edição 1445.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask)**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria

DUON, Taufik. **A emigração sírio-libanesa às terras de promessa**. São Paulo, editora Árabe, 1944

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe: 100 anos de reflexão**. São Paulo. Ícone. 1985

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial**. São Paulo: Anhembi, 1960.

POUTIGNAT, Phillipe; STREI, Fernart Jocely. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo. Unespe, 1998.

PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural**. Rio de Janeiro. Viva. 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um imigrante? Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo. Edusp. 1998

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a migração. 26º reunião de antropologia. Porto seguro, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. **De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo, Ed. Sumaré, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, Volume I. 1991.

VILELA, Elaine Meire. **Sírios e Libaneses: Redes sociais, coesão e posição de status**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 26 n° 76. 2011.

MESA 7

História e Imprensa

Debatedores:

Rafael Vaz (FFP/UERJ)

Renato Coutinho (UFF)

Política e Imprensa no Brasil: a eleição presidencial de 1998 nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*

Letícia Crespo Bomfim
Mestranda no P PGHSUERJ, Bolsista CAPES

O texto tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela imprensa brasileira – em particular o jornal *O Estado de S. Paulo* – no processo eleitoral de 1998, que levaria à reeleição de Fernando Henrique Cardoso e à disseminação, consolidação e manutenção do modelo econômico neoliberal no Brasil.

Para Antonio Gramsci, a conquista do poder dentro da sociedade capitalista se dá na esfera da luta pela hegemonia, conquistada a partir de conflitos que se dão não apenas na esfera econômica e política, mas também no que diz respeito ao plano ético-cultural. Ao analisar o pensamento gramsciano, Dênis de Moraes explica que a hegemonia

“não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (MORAES, 2010, p. 55).

Sendo assim, para Gramsci, a construção de *hegemonia* se faz através de um determinado *consenso*, não apenas através de uma força material.

Ao pensar o processo pelo qual se dá a obtenção da hegemonia, Gramsci analisa os contornos do Estado, entendido a partir de uma concepção ampliada de Estado.

Fica claro que a definição de Estado até aqui esboçada procura evitar uma concepção que o reduziria ao aparelho coercitivo. A construção do consenso também encontrava lugar nesse Estado. De modo resumido, mas nem por isso menos significativo, Gramsci apresentava sua concepção de maneira já clássica, ‘Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encorajada de coerção’ (Q 6, § 88, p. 763-764), ou como dirá mais adiante, no mesmo *Quaderno I*, ‘Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)’ (Q6, § 155, p. 810-811). (BIANCHI, 2008, P. 177)

A sociedade política refere-se ao Estado no sentido restrito, responsável pelos mecanismos de repressão através dos aparelhos de coerção, que garantem a disciplina daqueles que não consentem. A sociedade civil, por sua vez, é a responsável pela manutenção, difusão ideológica. Segundo Gramsci, é a sociedade civil espaço de luta pelo consenso onde atuam os *aparelhos privados de hegemonia*. Bianchi (2008), em seu estudo sobre o pensador sardo, destaca o caráter material, de conformação de uma hegemonia desses aparelhos:

A luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções de mundo’, como, por exemplo, aparece no *Quaderno 10*, ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as.

A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igreja, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. (BIANCHI, 2008, P. 179)

Segundo Dênis de Moraes, este conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci coloca luz sobre a participação dos meios de comunicação no mundo contemporâneo, pois, tidos como aparelho privado de hegemonia e, sendo os produtores dos conteúdos que circulam por esse meio uma classe com privilégios, organizam e difundem uma “frente teórica”, constroem uma visão de mundo homogênea (MORAES, 2010, p.8).

Gramsci, quando aborda a temática do jornalismo faz isso no sentido do que ele chama de “jornalismo integral”, definido assim por ser um jornalismo que tem a preocupação de expandir sua atuação, criar um público que será seu consumidor e também criar suas necessidades e não apenas um jornal que atende certas necessidades deste público. O jornal, como empresa capitalista, visa obter lucros, por isso deve atrair um maior número de pessoas que o consomem, transmitindo conteúdos que unifiquem a opinião pública.

Partindo desta perspectiva, a informação transforma-se em uma mercadoria dentro de uma lógica de mercado. Para Dênis de Moraes, os meios de comunicação foram confiscados pelos poderes econômicos e financeiros. “A informação assumiu a dianteira na rotação vertiginosa do capitalismo global. Tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de “mais-valia decisória” que se qualifica como recurso básico de gestão e produção” (MORAES, 2004, P. 18).

O jornal *O Estado de S. Paulo*

O periódico *O Estado de São Paulo* (OESP), chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo¹ nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café² – já é percebido que, desde o seu início, o jornal atende aos interesses de uma classe, de uma elite agrária.

¹ Teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de São Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas.

² Principalmente fazendeiros de café do Oeste Novo paulista Américo Brasília de Campos, Antônio Carlos de Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, o major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira César, José de

O jornal desenvolve seu trabalho em torno de ideias republicanas, apresentando-se como autônomo em relação às discussões políticas e sociais no Brasil, independente do Partido Republicano Paulista (PRP), partido nascente na época.

Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, tornando-se co-diretor do jornal três anos depois, em 1888, ao lado de Rangel Pestana. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Analisando o periódico publicado entre os anos de 1927 e 1937, Capelato (1980) aponta características próprias, as referências do jornal *O Estado de S. Paulo* que se destacam na imprensa brasileira e que estão em sua maioria presentes atualmente. Ela ressalta característica como a defesa dos princípios liberais, sua própria definição de se constituir oposição aos governos constituídos e sua preocupação e uso político da “opinião pública”.

OESP age conforme seus interesses particulares, seus valores, propondo programas com os quais a classe dominante se identifique. Os representantes do jornal não ficam omissos diante dos acontecimentos da história do Brasil, ao contrário, tem uma participação ativa nos debates que se colocam, buscando influenciar e direcionar o comportamento de seus leitores. Desta forma, o que é produzido no jornal se faz com o intuito de atuar politicamente, idealizando um projeto de futuro para o Brasil, projeto este calcado em bases da doutrina liberal.

“O modelo político defendido pelo periódico é considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia [...]” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 91). Ainda segundo Capelato, desde o início do século XX, o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasiona em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade, propriedade (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 98). Soma-se a estas ideias o apoio de *O Estado de São Paulo* a entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento.

As eleições presidenciais de 1998 nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*

O período analisado apresenta um contexto internacional, de expansão do modelo neoliberal, que se disseminou nas décadas de 1970 e 1980 a partir de governos europeus e norte-americanos,

Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Martinho Prado Júnior e Rafael Pais de Barros.

chegando na década de 1990 aos países periféricos, como o Brasil. O neoliberalismo surge, inicialmente, como proposta teórica no imediato pós-guerra, reagindo contra o intervencionismo estatal na economia, num intento de retomada de determinadas noções do liberalismo do século XIX, modificando aspectos da gestão pública, do sistema produtivo e homogeneizando a cultura por todo o mundo. Este modelo econômico foi, segundo Luiz Filgueiras,

aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida em sociedade [...] (FILGUEIRAS, 2000, P. 43).

Segundo Kucinski, os espaços da mídia vêm se alinhando a hegemonia neoliberal – herança das últimas décadas do século XX. No neoliberalismo, os jornais com pautas uniformes, difundem um discurso que enfatiza a necessidade da adoção de política neoliberais, sendo isto natural e inevitável. Assim, “[...] a mídia fala em nome do interesse público, mas serve ao interesse privado” (KUCINSKI, 2005, p. 119).

Inserido neste contexto, Fernando Henrique Cardoso torna-se “garoto-propaganda” de um projeto conservador, de desmonte do Estado, de reformas e privatizações que ganhou espaço na mídia desde a era Collor.

A partir do governo Collor, as bases para um contra-ataque aos avanços representados pela Constituição de 1988 estavam, no entanto, lançadas. O ajuste fiscal, as privatizações, a ênfase no controle inflacionário e a responsabilização do Estado pela crise aparecem como pilares erguidos num ambiente confuso e conflituoso. Mas eles resistiram aos ventos que derrubaram o presidente [...] A posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995 é carregada de significações. Representa o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro. E, em parte como consequência disso, o fechamento de uma “Era”³, seus erros e sua história. (BARBOSA E SILVA, 2008, P. 55)

Para Kucinski (1999), o apoio midiático ao governo Fernando Henrique Cardoso e ao que ele representava foi determinante. Desde sua indicação para o cargo de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, FHC teve ao seu lado a opinião da grande mídia, que se alinhou ainda mais a ele após o sucesso do Plano Real e a estabilização conseguida por ele e o apoiou durante sua campanha eleitoral de 1994 e durante todo o seu primeiro mandato. Nem mesmo diante de uma

³ A “Era” referida naquela passagem se trata da “Era Vargas”, período de forte intervenção estatal na economia e na sociedade. Segundo Fernando Henrique Cardoso proferiu em seu *Discurso de Despedida do Senado Federal*, em dezembro de 1994, já eleito presidente da República, esse passado em seu governo seria superado, pois era sinônimo de atraso frente ao processo de globalização – processo este que implicava políticas liberais

conjuntura instável que é pano de fundo de seu primeiro governo⁴, em momentos de grandes críticas ao então presidente e aos escândalos de seu governo, este apoio se altera.

A mobilização da grande mídia em torno de Fernando Henrique Cardoso e de seu bloco político econômico fazia com que muitos fatos relevantes, polêmicos ou problemas que envolviam o Governo não chegassem à população, pois não eram noticiados e, mesmo quando o eram, eram minimizados, não apresentavam análises profundas, alienando as informações.

Parte-se deste panorama acerca da relação entre a grande imprensa e o Governo FHC para analisar a atuação desempenhada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* nas eleições presidenciais de 1998.

É importante ressaltar que a eleição analisada tem uma característica específica comparada às anteriores no Brasil: a possibilidade de reeleição para o cargo Executivo. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso ocupou um duplo papel na eleição presidencial, sendo candidato e governante, fato que não pode ser desprezado pois,

[...] no que concerne estritamente ao período eleitoral, os dados oferecem fortes indícios de que o maior desequilíbrio entre Fernando Henrique e os demais concorrentes não estava no tempo de TV e rádio de que cada candidato dispunha, nem na enorme desigualdade entre a disponibilidade de recursos financeiros do presidente e de seus adversários. Estava, antes, na própria condição de candidato à reeleição, agravada pelo fato de não ter deixado de exercer a presidência, com o que isto lhe rendeu de exposição adicional nos meios de comunicação e à sua versão dos fatos, seja por fala própria ou pela de vários porta-vozes do governo, a respeito dos temas que foram pautados ao longo do processo eleitoral. (SOARES, 2000)

A análise do periódico *O Estado de S. Paulo* torna possível perceber um alinhamento político e econômico do jornal com o Governo FHC e suas tomadas de decisões de cunho neoliberais e à sua candidatura na eleição para o cargo de Presidente da República em 1998. Não são deixados de fora os problemas evidentes no Brasil e difíceis de ignorar, mas que são tratados de forma superficial e amenizados a todo instante. Dá-se ênfase às qualidades do candidato FHC e ao sucesso de seu projeto político, econômico e ideológico, além de serem atribuídos aqueles

⁴ O projeto de “modernização” do governo FHC – programa de reformas do Estado que compreendeu, de um lado, a modificação na legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa e, de outro, a quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações (BRANDÃO, 2013, p. 100) – estava relacionado com o Plano Real, um plano muito dependente do capital internacional; o que, por sua vez, o tornava muito frágil às conjunturas econômicas externas, sofrendo os impactos das crises cambiais de outros países. Como consequência das várias medidas do governo FHC para evitar um aprofundamento das crises no país, abate-se sobre a economia brasileira períodos de estagnação e recessão econômica – a sustentação do Plano Real tornou-se difícil, o nível de desemprego chegou a patamares elevadíssimos, como o número de falências e inadimplência; a atividade econômica, assim como a abertura da economia desaceleraram; a balança comercial torna-se deficitária; o déficit público e a dívida pública aumentaram, comprometendo o orçamento público e acarretando o aumento de impostos. Soma-se a isto o fato de o Brasil ter recorrido à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998.

problemas – aprofundamento das crises internacionais no país, altas taxas de desemprego, atraso nas reformas, alto déficit público – a terceiros.

No presente trabalho, a ênfase da análise será dada a algumas temáticas consideradas fundamentais no contexto de disputa eleitoral de 1998: o projeto de privatizações e de reformas; as crises econômicas internacionais e as medidas do governo brasileiro quanto aos seus reflexos no país; o Plano Real, que completou quatro anos no ano estudado; e por fim, a disputa entre os candidatos à presidência – principalmente o destaque negativo dado a Luis Inácio Lula da Silva no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O projeto de privatizações do Governo FHC ocupa um grande espaço nas páginas do jornal, seja no que concerne às disputas políticas e judiciais em torno disto ou no que diz respeito às vantagens consideradas por *O Estado de S. Paulo*. No periódico, a visão que se apresenta é a de que as privatizações trariam benefícios tanto ao governo, que atrairia investimentos interno e externo, como para os consumidores, que teriam mais e melhores ofertas de serviço. Além disso, defende-se no artigo “Privatização vai ajudar a consolidar estabilização” a ideia de que

O programa de privatizações brasileiro [...] tem tudo para se converter no instrumento chave para o Brasil conseguir vencer as dificuldades que se colocam no caminho da consolidação da estabilização econômica, com crescimento. [...] Poucos analistas perceberam [...] que o programa de privatização foi fundamental para que o País pudesse superar a crise externa e continua sendo a principal arma brasileira. (*O Estado de S. Paulo*, 5 de janeiro de 1998, p. 31)

Chama a atenção na análise dos editoriais do jornal a constância das argumentações que retiram do governo e do então Presidente da República a responsabilidade pelos problemas econômicos e sociais – quando não os ameniza –, transferindo a culpa para outros fatores e sujeitos internos e externos, políticos e econômicos. Isto acontece no que se refere a vários aspectos brasileiros, como o déficit público, o atraso das reformas propostas pelo governo, o agravamento da crise econômica e até mesmo a situações que envolvem a seca no Nordeste.

No editorial “Os fins, justificando os meios”, de 30 de abril, *O Estado de S. Paulo* defende que “Um governo composto por homens honestos, que contrasta com o governo do passado, pontilhados por escândalos de toda ordem, mas mal consegue levar avante um projeto de reformas de óbvio interesse nacional” (*O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 1998, p.3)

Acerca ainda das reformas, que para os donos do jornal são “de óbvio interesse nacional”, OESP “patrocina” estes projetos. Isto pois, as reformas, prioridade do governo FHC, significariam um salto na qualidade de vida da população brasileira já que delas dependia o crescimento econômico, e conseqüentemente a criação de postos de emprego, melhores serviços de infraestrutura e o equilíbrio das contas públicas – este último tem a imagem projetada na

Previdência, a qual devia passar por uma urgência reforma. No entanto, como apresentado no editorial anterior, *O Estado de S. Paulo* defendia que se tornava difícil alcançar essas melhorias por causa da atuação da oposição que estava no Congresso e até mesmo fora dele, como Lula.

Quando analisado o contexto das eleições presidenciais de 1998, ficam em evidência as crises mundiais que também atingem a economia brasileira. E sobre essa temática são destacados em diversos editoriais do jornal as medidas de Fernando Henrique Cardoso para enfrentar a crise e o apoio dos editorialistas a todas elas, antecipando um futuro de austeridade e a necessidade do sacrifício popular.

O jornal apresenta as medidas de FHC no enfrentamento da crise externa como providências defensivas, sem as quais a crise teria um efeito ainda maior sobre a economia brasileira. Em outubro de 1997, o governo lançou um pacote de austeridade para driblar as consequências destas crises, como aumento dos juros e impostos. Segundo os editorialistas de OESP, o enfrentamento daquele momento era difícil, porém era exagero falar em recessão, era percebido uma melhora na atividade industrial, os investimentos continuavam a crescer; a pior fase havia, para eles, passado. “O ajuste, naturalmente, implicou sacrifícios. [...] Mas a alternativa poderá ser muito, mas custosa [...]” (Vencendo a crise sem estragos, 16 de maio de 1998, p. 3). Na capa do jornal de 6 de janeiro, ressalta-se que a rápida reação do governo após a crise asiática, além do bom desempenho da economia, manteve a confiança de investidores no Brasil.

Segundo colocam os editorialistas, naquele momento o tema era crise e os motivos de descontentamento eram culpa de FHC. Porém, mesmo que as medidas tomadas por seu governo não tenham tido êxito maior, nenhum outro governante brasileiro teve melhores resultados que Fernando Henrique Cardoso: a economia não se fragilizou, a produção aumentou em quantidade e qualidade, e o problema da seca no Nordeste, que tornou-se um tema bastante debatido, era uma questão existente desde os tempos coloniais. “Se alguma responsabilidade cabe ao atual governo, é o fato de ter abolido o alucinógeno da inflação” (De ilusão também se vive, 5 de junho de 1998).

As eleições presidenciais de 1998 foram também marcadas pelo aniversário de quatro anos do Plano Real no mês de julho daquele ano, estando presente nas páginas do periódico desde o mês de janeiro. O jornal assume que após a implementação do Plano Real ainda há muito o que ser feito no Brasil, porém, é inegável que houve uma grandiosa melhora na vida econômica e social dos brasileiros em pouco tempo – e afirma-se que sem a implantação do real, seriam impraticáveis as transformações conseguidas desde 1994, como o fato de o governo, economia e sociedade terem voltado a funcionar. A primeira página e o caderno de economia de 5 de janeiro dão destaque a isto: “o desemprego, a alta dos juros e o pacote fiscal que aumentou o Imposto de Renda não foram

suficientes para abalar a confiança dos brasileiros no Real [...]” (Real começa o ano com aprovação de 91%, 5 de janeiro de 1998, p. 23).

Quando as pesquisas da intenção de votos apontam uma possível vitória de Lula para o cargo Executivo, uma alternativa ao governo FHC, o editorial de 1 de junho, “As razões da insatisfação”, demonstra choque.

Os candidatos de oposição não apresentam programas viáveis para a superação da atual crise. Ao contrário. O que dizem sugere ou explicita o retrocesso, o retorno ao estatismo e ao fechamento as economias, pragas responsáveis pelo aspecto estrutural dos problemas nacionais [...] suscitam reações de desconfiança e medo nos agentes econômicos e nos investidores estrangeiros (As razões da insatisfação. 01 de Junho de 1998, p. 3).

A conjuntura financeira e econômica internacional, as crises que atingem o Brasil tornam-se temas importantes também numa perspectiva de críticas à Lula. Ao prometer a desvalorização do câmbio no contexto de crise asiática, o candidato é colocado na posição de tolo; “A economia brasileira não é desafio para amadores, nem para quem carece de maturidade para avaliar as condições de êxito no ambiente internacional” (A crise longe do fim, 17 de junho de 1998, p. 3), e Lula e Brizola, candidato a vice, pareciam não compreender as transformações que ocorriam no mundo, agora cada vez mais interligado. Para os editorialistas, o caminho utilizado pelo governo Fernando Henrique não necessitava de uma direção diferente – a crise econômica internacional havia limitado o campo de ação dos governantes e as medidas tomadas tornavam o país mais competitivo em um mercado internacional. “O mal que Lula e Brizola poderão fazer à economia serão limitados. O problema é o mal que já estão fazendo e farão até as eleições, com declarações irresponsáveis que podem afastar os investidores estrangeiros” (A crise longe do fim, 17 de junho de 1998, p. 3).

Segundo se posiciona OESP, “Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil” frente a crise no mercado internacional, eram Lula, José Dirceu e companhia, uma oposição intransigente e despreparada para assumir o governo do País.

A oposição negou ao governo meios de controle e redução dos principais gastos públicos, geradores de um déficit brutal e crescente, criando vulnerabilidade às crises externas. [...] O PT é responsável também pela queda do ritmo de crescimento da economia e assim pelo aumento do desemprego. (O Estado de S. Paulo, 26 de agosto de 1998, p. 3).

Isto porque obstruíram propostas do governo que atenuariam a crise fiscal brasileira.

No último mês analisado, já a alguns dias do primeiro turno da eleição presidencial, são feitas duas importantes perguntas no jornal “O presidente Fernando Henrique merece outro mandato?”, “Como seria o Brasil com três meses de governo Lula?”. A resposta para essas perguntas, começando a resposta pela segunda questão é que:

Imagino o cenário do caos. Greves por todo o país, do funcionalismo ao setor privado. O MST promovendo uma ofensiva [...]. Vários grupos internos o PT iniciando uma onda de reivindicações absurdas [...], O Congresso em estado de alerta, diante da falta de entendimento com o governo. [...] A hiperinflação começa a ressurgir. As bolsas caem e há fugas de capitais. Um país em convulsão.

[...] Da última vez em que o Brasil teve um presidente de esquerda, inconsequente e incompetente, o resultado foi uma ditadura de 20 anos.

O Presidente Fernando Henrique que é um verdadeiro estadista [...] inspira confiança aos setores financeiros, dando ao Brasil respeitabilidade [...]. O trabalho de Fernando Henrique não está terminado (*O cenário do caos*, 1 de setembro 1998, p.2).

Considerações finais

Através da análise dos editoriais e matérias internas do jornal *O Estado de S. Paulo* do ano de 1998, fica claro o alinhamento do periódico com o Governo Fernando Henrique Cardoso e o que ele representa para um projeto neoliberal. Partindo da perspectiva de Gramsci de que há um conjunto de instituições que visam interferir na sociedade política e culturalmente, em busca de um consenso acerca de uma concepção de mundo, conhecidos como *aparelhos privados de hegemonia*, é possível perceber que o jornal *O Estado de S. Paulo* atuou como tal em defesa da reeleição de Fernando Henrique Cardoso assim como da manutenção de um projeto neoliberal conservador.

Fontes

“91% dos paulistanos aprovam o Real”, %”, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 1.

“Real começa o ano com aprovação de 91%”, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 23.

“Privatização vai ajudar a consolidar estabilização”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 31.

“Os fins, justificando os meios”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 30 de abril de 1998, p. 3.

“Vencendo a crise sem estragos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 16 de Maio de 1998, p. 3.

“As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de Junho de 1998, p. 3.

“De ilusão também se vive”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 05 de junho de 1998, p. 3.

“A crise longe do fim” *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 17 de Junho de 1998, p. 3.

“Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 26 de Agosto de 1998, p. 3.

“O cenário do caos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de setembro 1998, p. 2.

Referência Bibliográfica

BIANCHI, Alvaro. Eterno / provisório e Estado / Sociedade Civil. In. Idem. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. MIGUEL, Luis Felipe. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n 49, p. 51-77, 1º semestre de 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política, 2000

KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 181-199.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual – Ensaio sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. In: *Diálogos Latinamericanos*. 2001.

MORAES, Dênis de. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. In: *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Vol. VI, n. 2, Maio/Agosto, 2004, pp. 16 – 37

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2008

SOARES, Murilo Cesar. Veja e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.

Carlos de Laet e os intelectuais cariocas na virada do século XIX para o XX.

Helena Ramalho Crispiniano
Mestranda do PPGHS da UERJ

Carlos de Laet: uma trajetória

Carlos Maximiano Pimenta de Laet nasceu em 3 de outubro de 1847 no Rio de Janeiro, filho de Joaquim Ferreira Pimenta de Laet e Emília Constança Ferreira de Laet. Joaquim Pimenta de Laet, segundo consta no *Almanack Laemmert* (1866, p.136), era capitão escrevente da Marinha, sendo posteriormente promovido a chefe de contabilidade, em 1866. Foi agraciado pelo governo imperial com uma medalha em virtude do decreto 14 de maio de 1855, que condecorava as pessoas que haviam se tornado notáveis por serviços extraordinários prestados à humanidade (*Almanack Laemmert*, 1866, p.187).

De acordo com a posição ocupada pelo pai de Carlos de Laet na Marinha, pode-se dizer que a família não era de todo modesta, mas também não se podia dizer abastada. Aos quatorze anos de idade¹, Laet ingressou no 1º ano do ensino secundário no Externato do Imperial Colégio de Pedro Segundo².

O Imperial Colégio de Pedro II era uma instituição voltada para a formação de elite que preparava os estudantes para o acesso ao ensino superior. Para ingressar no Colégio, era necessário o pagamento das taxas anuais, entretanto um número restrito de alunos gratuitos também era admitido. Ao que nos indica, o Colégio recebia alguns bolsistas e até mesmo o próprio Imperador, “às custas do bolsinho particular”, investia na educação de alguns alunos (NEEDELL, 1993, p.74). De fato, existia uma recorrência no fornecimento de bolsas para o ingresso no Imperial Colégio.

Segundo Rosana Alves (2013), Carlos de Laet recebeu do próprio imperador, atendendo ao pedido de seu pai, o direito de cursar gratuitamente o Externato do Imperial Colégio de Pedro II (ALVES, 2013, p.46). Alves cita o caso de Ramiz Galvão³, que teria sido igualmente matriculado no secundário, por pedido de sua avó ao Imperador⁴.

¹ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

² Em 1857, dividiu-se o Imperial Colégio de Pedro II em externato e internato, este último funcionando no bairro da Tijuca e, a partir de 1888, no Campo de São Cristóvão. COLÉGIO PEDRO II. História do CPII, Período Republicano. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/a_propgpec/missao_visao_valores_propgpec/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html>. Acesso em 28 de julho de 2019.

³Ramiz Galvão nasceu no Rio Grande do Sul e veio para a Corte juntamente com sua mãe após o falecimento do pai, em 1852. Estudou como aluno gratuito no Externato do Imperial Colégio de Pedro II e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1863-1868). Trabalhou como cirurgião do exército. Foi nomeado diretor da

Concluído ensino secundário, Laet estudou engenharia na Escola Central e em 1873, passou a lecionar as disciplinas de Português, Aritmética e Geografia no Pedro II e, já no ano seguinte, ministrava aulas de francês no Liceu de Artes e Ofícios (*ALMANAK Laemmert*, 1874, p. 429).

Também segundo Alves (2013), fazer parte do quadro de docentes do Imperial Colégio significava remuneração segura e prestígio social. O colégio mais prestigiado da corte, “menina dos olhos de S.M o Imperador D. Pedro II”, possuía uma rígida seleção para os professores que nele desejavam ingressar.

A oportunidade de ingresso na atividade política se ofereceu a Laet em 1889: “Por um momento, deixou-se seduzir pela política. Em 1889 seus amigos monarquistas insistiram com ele para aceitar uma cadeira de deputado. Foi eleito, mas o advento da República privou-o da cadeira⁵.” Passado isso, não voltou a ocupar cargo ou mandato político.

Outro episódio marcante no início do período republicano deu-se em 2 de maio de 1890, com sua demissão do magistério do Pedro II, que teria ocorrido por ter se manifestado a favor da restituição do antigo nome do secundário, que tinha sido alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, depois, para Ginásio Nacional⁶.

Esse fato não passou despercebido pelos jornais cariocas, de forma que diversas folhas publicaram palavras de apoio ao jornalista e formou-se uma comissão a fim de dirigir-se ao chefe do governo provisório e pedir a reintegração do professor ao seu cargo.⁷

Segundo consta em *O Brazil*, de 9 de maio de 1890 – jornal que recebia inúmeras contribuições de Laet – essa comissão teria sido bem recebida por Deodoro da Fonseca, tendo o chefe do governo provisório se comprometido a examinar “os fundamentos da representação e resolveria, conforme fosse de justiça, depois de ter ouvido a respeito o Sr. Ministro da Instrução⁸ Pública” (*O Brazil* 1890, p. 2.). Fato é que Carlos de Laet só teve seu o cargo restituído muitos anos depois, no governo de Venceslau Brás (1914-1918), após o que, em 1917, tornou-se diretor do Colégio.

Biblioteca Nacional pelo Imperador e permaneceu no cargo por doze anos. ARQUIVO NACIONAL. Biografias. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/641-benjamim-franklin-ramiz-galvao-barao-de-ramiz>>. Acesso em 23 de julho de 2019.

⁴ D. Pedro II costumava receber seus súditos nas varandas do Palácio da Quinta da Boa Vista (ALVES, 2013,p.50.)

⁵ ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

⁶ COLÉGIO PEDRO II. História do CPII, Período Republicano. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1632-per%C3%ADodo-republicano.html>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

⁷ Informações extraídas do jornal *O Brazil*, edições de 6, 7 e 9 de maio de 1890.

⁸ Em 1890 o cargo de Ministro da Instrução Pública era ocupado por Benjamin Constant. ARQUIVO NACIONAL, Memória da Administração Pública. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=518>>. Acesso em 26 de julho de 2019.

Apesar do revés no magistério, em 1895, juntamente com seu amigo Fausto Carlos Barreto, Laet lançou *Antologia Nacional*, reunindo textos da literatura brasileira, que alcançou 43 edições e veio a ser adotado em diversas escolas (LAET, Carlos. 1964, p.14).

A *Antologia Nacional* (RAZZINI, 2000, p.14,145) foi organizada no contexto após a proclamação da República, quando o problema da difusão de uma cultura nacional nas escolas brasileiras tornou-se proeminente. Segundo Marcia Razzini (2000), reservava-se, desse modo, ao ensino de Português e de Literatura o papel de representar a pátria.

O livro simbolizava uma maneira especificamente brasileira de se estudar a língua portuguesa e a literatura nacional na escola secundária. As sucessivas reedições do livro e sua utilização por várias gerações de brasileiros que passaram pela escola secundária são um indicativo de sua importância no esforço referido, anterior mesmo à criação da Academia Brasileira de Letras (RAZZINI, 2000, p.145).

O jornalista monarquista

Carlos de Laet manteve-se fiel à monarquia durante toda sua existência. Suas convicções políticas se confirmaram ao acompanhar de perto o reinado de Pedro II, que ele apontava como fase de modelar governo (LAET, 1964, p.6). Laet evocava sempre a figura do imperador deposto, como a de um grande chefe de Estado. O jornalista era um defensor das tradições religiosas e políticas e entendia que o passado era a força para a conquista do futuro (LAET, 1964, p.9).

Sobre a mudança de regime, Laet narra o conhecido episódio: concorrendo a um cargo na Escola Militar, Benjamin Constant, na presença de Pedro II, declarava ser secretário de Comte, dizendo que, se fosse nomeado ao cargo disputado em questão, se dedicaria à promoção da doutrina positivista. Apesar dessa fala, Constant foi autorizado a falar livremente (LAET, 1964, p.6). Para Laet, nesse dia o imperador teria lançado a pedra fundamental da República: “Fato é que um dia a nação se deitou com a coroa e amanheceu de barrete frígio⁹”.

O monarquista tentava contrapor a acidentada história republicana salientando o período de esplendor do Segundo Reinado e evocando a figura de Isabel, “redentora” dos escravos. Laet ponderava, referindo-se ao fato de não ter havido nenhum impedimento popular de deter a proclamação da República: “colaborar na redenção de seiscentos mil cativos e não ter, em prol de sua causa, um só dos braços que desagrilhoara” (LAET, 1964, p.9).

⁹Espécie de touca ou carapaça, símbolo da República.

O jornalista era um apaixonado pela causa monárquica e, para defender seus ideais, ao expor sua opinião de forma tão aberta nos periódicos, arriscava a vida. Segundo Joaquim Henrique Mafrá de Laet, seu filho, “a impertérrita atitude do pai o punha em constante perigo”. Laet respondia com veemência: “Melhor morrer combatendo do que ver os males da pátria e a destruição das coisas santas” (LAET, 1964, p.6).

Em sua juventude, enquanto estudava na Escola Central, Laet publicava poesias e artigos em um jornalzinho acadêmico chamado *O Futuro*. Em 1873 lançou seu primeiro livro de versos e poesias pela tipografia *Academia*, intitulado *Poesias de Pimenta Lae* (CHEDIAK, 1942, p.20). De pequeno alcance, essa primeira produção, mencionada por Chediak (1942, p.21), não ser encontra facilmente, não tendo sido localizada por outros autores e tão pouco para este trabalho.

Em 1876, Laet passou a escrever folhetins semanais para o *Diário do Rio*, sob o pseudônimo “Nec”, iniciando carreira no jornalismo. Manteve a contribuição no mesmo periódico de junho de 1876 a janeiro de 1878 e, nesse último ano, passou a contribuir com o recém-criado *O Cruzeiro*. Neste, Laet assinava os folhetins domingueiros com o pseudônimo “Sic” e Machado de Assis também contribuía com folhetins, assinando como “Yaya” (CHEDIAK, 1942, p.20)

Deixado *O Cruzeiro*, foi convidado em 1878 para o *Jornal do Commercio* (CHEDIAK, 1942, p.20), folha reconhecida que destinava suas colunas a nomes já consagrados pelo público. Segundo o próprio Laet, em virtude de seus artigos contundentes e combativos, deixou também o *Jornal do Commercio* e dedicou-se à escrita da coluna “O Microcosmos”, em *O Paiz* (SIQUEIRA, 1995, p.4).

O Paiz, “apesar de não fazer parte do grupo de periódicos criados com o objetivo primeiro de angariar adeptos para a causa republicana (SIQUEIRA, 1995, p.4)”, abrigava em sua redação nomes como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, ou seja, um corpo de redatores defensores da causa. Fato é que “a partir de 1888, o jornal passou a publicar artigos veementes contra a Monarquia”. A folha, que fora criada um pouco antes do advento da República, atingiu então sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal e perdurando até o ano de 1934.

Laet teve logo de deixar as páginas de *O Paiz*. Com a mudança do regime, envolveu-se no movimento de restauração da monarquia brasileira. Embora não houvesse uma coordenação central, o grupo de monarquistas estava espalhado por diversos estados e formavam uma militância através da imprensa (JANOTTI, 1986, p. 85).

Em busca da defesa dessa causa, Laet dedicou-se a *A Tribuna Liberal*, periódico monarquista que foi dirigido por ele a partir de 19 de novembro de 1889, após a partida de Visconde de Ouro Preto, seu antigo proprietário, para o exílio (JANOTTI, 1986, p. 20).

A *Tribuna*, segundo Janotti, foi um dos poucos jornais de oposição declarada ao novo governo republicano (JANOTTI, 1986, p. 32). De vida curta, o pequeno jornal teve seu edifício empastelado por um grupo de civis e militares no dia 29 de novembro de 1890. Apesar do fim trágico de *A Tribuna*, Laet continuou seu embate contra o governo através de *O Brazil*.

A atuação de Laet enquanto jornalista não se limitava a folhas de caráter combativo. Assim, ao longo de sua trajetória, o monarquista publicou nos seguintes jornais e revistas:

Colaboração de Carlos de Laet em jornais e revistas (1876-1927)

Ano	Periódico
1876-1878	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>
1878	<i>O Cruzeiro</i>
1878-1888	<i>Jornal do Comércio</i>
s/d*	<i>Revista Brasileira</i>
1888	<i>A Época</i>
1888-1889	<i>Tribuna Liberal</i>
1889/1907-1916	<i>O Paiz</i>
1890-1891	<i>O Brazil</i>
1890-1891/ 1893-1894/ 1909	<i>Diário do Comércio</i>
1892-1896/ 1900-1918/ 1925-1927	<i>Jornal do Brasil</i>
1896-1897	<i>A Liberdade</i>
1896-1897	<i>Revista Católica</i>
1897	<i>O Comércio de São Paulo</i>
1897	<i>Gazeta da Tarde</i>
1899	<i>Rua do Ouvidor</i>
1901	<i>Almanaque da Gazeta de Notícias</i>
1909	<i>Revista do IHGB</i>
1925	<i>Revista da Semana</i>
1925-1927	<i>O Jornal</i>
s/d	<i>Revista Social</i>

Elaborado a partir de *Carlos de Laet: textos escolhidos*.
Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p.147. *Sem data)

A presença de jornalistas com posicionamento político divergente aos defendidos pelas folhas em que trabalhavam, quando não se tratava de um periódico *stricto sensu* combativo, era algo recorrente. Isto porque, segundo Siqueira, os periódicos estavam antes de tudo embebidos de uma mentalidade empresarial despontante (SIQUEIRA, 1995, p.4).

Em 1893, Carlos de Laet sofreu perseguição, por ocasião da Revolta da Armada¹⁰. O conflito agitou ainda mais as estruturas políticas do país. O governo republicano, dirigido pelo

¹⁰ Rebelião em unidades da Marinha ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894. Começou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e chegou ao sul do Brasil, onde a Revolução Federalista acontecia simultaneamente. Sem apoio popular ou do Exército, o movimento foi sufocado pelo presidente Floriano Peixoto, a quem pretendia depor. Devido à

marechal Floriano Peixoto, fez aumentar ainda mais a crise institucional e o radicalismo dos grupos envolvidos nos confrontos de rua, que se tornaria intenso até os contornos da guerra civil (FLORES, 2014, p.60).

Laet refugiou-se em São João del Rei, em Minas Gerais, onde manteve-se ocupado com a escrita do livro *Em Minas* (1894), que foi um dos poucos livros publicados por ele em sua fase madura como jornalista. Segundo Angela Gomes (2005), a publicação de um livro no século XIX pode ser entendida como um indicativo do prestígio social do autor que o fazia, visto que o mercado editorial era muito restrito, ocorrendo assim uma certa hierarquização da produção cultural em detrimento de qualquer outro tipo de suporte material. Desta forma, o livro tornou-se um objeto sacralizado (GOMES, 2005, p.9).

Pode-se dizer, no entanto, que Laet teve de fato uma vida modesta. Na coletânea *Carlos de Laet: textos escolhidos*, publicada em 1964 pela Livraria Agir Editora, sob a direção de Alceu Amoroso e com organização do Padre Francisco Leme Lopes, S.J.¹¹, consta o relato, em nota de roda pé, de que Laet possuía pequenas cadernetas em que “meticulosamente assinalava dia a dia, os mínimos gastos: bonde, selo, esmola. Documentação para vida íntima social do professor pobre” (LAET, 1993. p. 13).

Apesar de desempenhar duas funções, como professor e jornalista, em momentos de férias escolares necessitava complementar sua renda. Sendo assim, por diversas vezes escreveu cartas a seu amigo, o editor Francisco Alves, pedindo que enviasse algumas encomendas para que ele realizasse traduções¹².

Laet deixou poucos livros publicados além dos citados acima. Quando do centenário de seu nascimento, *Em Minas* recebeu uma reedição pela editora O Globo. Entretanto, a iniciativa não contemplou a obra integralmente, deixando de fora textos de Laet sobre filosofia e de crítica ao movimento simbolista e ao modernismo, constando apenas as páginas destinadas à descrição territorial e geográfica do território mineiro.

adesão do diretor da Escola Naval, almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, que declaradamente era favorável à volta do governo imperial, o grupo monarquista foi perseguido no Rio de Janeiro pelo governo Floriano. Revolta da Armada. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro-Primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20ARMADA.pdf>>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

¹¹ Padre Francisco Leme Lopes S.J foi professor de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). NÚCLEO DE MEMÓRIA. Perfis. Companhia de Jesus na Puc-Rio. Padre Francisco Leme Lopes S.J. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/cia-jesus/padre-francisco-leme-lopes-sj>> Acesso em 25 de julho de 2019.

¹² LAET, Carlos. Carta a Francisco Alves, 5 de dezembro de 1910. Acervo da ABL.

Tendo contribuído em muitos periódicos, no entanto, caso seus escritos fossem reunidos, significariam um material bastante vasto.

Carlos de Laet e a Academia Brasileira de Letras

Passados onze meses em seu exílio no estado de Minas Gerais, Laet regressa ao Rio de Janeiro (LAET, 1964, p.78), porém o clima de animosidade em virtude da Revolta da Armada permanecia e fora acentuado pelo desencadear do conflito de Canudos.

No contexto de disputas ainda acirradas entre republicanos e monarquistas militantes da restauração, Laet, que era representante dessa oposição, engajou-se na ideia da criação de uma academia de letras brasileira, que fosse tirada do papel e patrocinada pelo Estado (*O Paiz*, 1896, p. 2).

A instituição que cinquenta anos antes recebera a benção de D. Pedro II e parecia ter se materializado como Associação dos Homens de Letras do Brasil, em decorrência da crise política do Segundo Reinado, fechara suas portas (LACERDA, 2007, p.9). A ideia da criação do novo grêmio seria resgatada a partir da aproximação entre Lucio Mendonça¹³, Machado de Assis¹⁴ e Joaquim Nabuco¹⁵ na redação da *Revista Brasileira*. Segundo Rodrigo Lacerda, essa publicação era o que havia de mais parecido no país com o ambiente de uma academia literária no fim do século

¹³ Lúcio de Mendonça (Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça), advogado, jornalista, magistrado, contista e poeta, nasceu em Piraí, RJ, em 10 de março de 1854, e faleceu no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1909. Foi fundador da Academia Brasileira de Letras. ACADEMIA. Acadêmicos, Lúcio de Mendonça. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/lucio-de-mendonca>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

¹⁴ Machado de Assis (Joaquim Maria Machado de Assis), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, e faleceu na mesma cidade em 29 de setembro de 1908. É o fundador da cadeira nº. 23 da Academia Brasileira de Letras. Velho amigo e admirador de José de Alencar, que morrera cerca de vinte anos antes da fundação da ABL, escolheu o nome do autor de *O Guarani* para seu patrono. Ocupou por mais de dez anos a presidência da Academia, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis. ACADEMIA. Acadêmicos. Machado de Assis. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

¹⁵ Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), escritor e diplomata, nasceu no Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia Brasileira, fundador da cadeira nº 27, que tem como patrono Maciel Monteiro. Designado secretário-geral da instituição na sessão de 28 de janeiro de 1897, exerceu o cargo até 1899 e de 1908 a 1910. ACADEMIA. Acadêmicos. Joaquim Nabuco. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

XIX. Tendo surgido em 1855, a revista¹⁶ que tinha um histórico de intermitências, continua sendo publicada até os dias atuais contando com seu último número no ano de 2018¹⁷.

A intenção primeira de Lúcio Mendonça e dos demais intelectuais associados ao projeto era que o Estado patrocinasse a Academia de Letras. A data escolhida para inauguração da instituição foi 15 de novembro de 1897, não sem propósito (RODRIGUES, 1998, p.47).

A finalidade dessa escolha era justamente atribuir à Academia um cunho oficial, ou seja, atrelar a existência da Academia ao governo republicano. Segundo Rodrigues, os escritores louvaram a medida como ato que daria alento ao seu trabalho e enobreceria o Estado, na medida em que demonstraria sua preocupação com o progresso intelectual do país (RODRIGUES, 1998, p.47).

A mensagem que os intelectuais desejavam imprimir era a de que a Academia abrigaria a todos os literatos que assim o desejassem, sem que a o posicionamento político fosse um entrave. Tendo isso em conta, o alinhamento com o governo republicano se tornaria limitador (LACERDA, 2007, p.16).

Sob o pseudônimo de Acácio Ramos, em texto n' *O Paiz*, Laet saía na defesa da presença dos para os monarquistas dentro da Academia.

É da ideia dos promotores constituir Academia sem distinção de credo político, chamando para ela homens da estatura de Joaquim Nabuco, Taunay, Carlos de Laet, Afonso Celso, Constâncio Alves e tantos outros. Estes ilustres literatos, que a noção política conserva afastados, não aceitariam de certo uma nomeação oficial, mas não tem motivo para recusar a eleição feita por seus colegas em arte. Não será demais chamar atenção pública para a superioridade de ideias que presidiu a organização do programa da [?] agremiação. Nela não se fará distinção de credo político. Não! Todas as opiniões são respeitáveis (LACERDA, 2007, p.16).

Rodrigues discute o comportamento de Carlos de Laet enquanto monarquista que publicava diversos artigos tentando angariar patrocínio do governo republicano para a nova instituição. Segundo o autor, Laet escolheu transigir com a ordem republicana para assegurar um espaço para os monarquistas, ou seja, teria optado por indicar o reconhecimento da soberania do governo na criação da Academia, em vez de lutar por um espaço democrático com esta já instaurada. Por isso, também, endossou a versão de que a Academia seria um local politicamente neutro.

Como referido anteriormente, Carlos de Laet foi um representante do combate ao governo recém instaurado e esteve à frente, juntamente com seus correligionários, do movimento carioca que buscava a restauração monárquica (JANOTTI, 1986). Em nosso entendimento, sua conduta em

¹⁶ACADEMIA. Publicações. Revista Brasileira. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

¹⁷ Tolerante com as diversas tendências de mentalidade da época, contrária ao espírito panfletário da maior parte da imprensa, a *Revista Brasileira* conseguiu reunir um grupo de colaboradores extremamente talentoso, abrindo os horizontes do debate intelectual. (LACERDA, 2007, p.10).

relação ao governo republicano, em se tratando da possibilidade da obtenção de patrocínio para a Academia de Letras, demonstra os seguintes aspectos: Laet realmente buscava que a academia vigorasse, e; depreende-se, através de seus escritos nos jornais, que também buscava um espaço de destaque para si, dentre a classe intelectual da capital federal.

Quando a República foi instaurada, o contexto a que Laet pertencia entra em processo de transformação. Grande parte da escalada rumo a ascensão social percorrida por ele fora comprometida quando a monarquia decaiu. O acadêmico passou de representante político, recém-eleito, para um, nas palavras de Janotti (1986), “subversivo da república¹⁸”.

Enquanto cidadão de um país republicano, Laet, além de ver desaparecer parte do universo simbólico que a monarquia representava – com a República a “civilização” era substituída pelo “progresso” como valor fundamental (MELLO, 2009, p.14) ” – perdeu, também, um a um, os elementos distintivos e vantagens que havia conquistado no império. Primeiramente o mandato como deputado, depois o cargo de professor e, por fim, o prestígio político adquirido junto ao chefe deposto da nação.

Portanto, nesse contexto, e tomando a trajetória de Carlos de Laet como indicativo, o projeto de criação da Academia de Letras representava muito mais que um espaço de produção literária brasileira, significava a retomada de prestígio social. Maurício Silva nos relata as vantagens que os literatos obtinham ao fazer parte da ABL. Segundo o autor, pertencer ao seletivo grupo de acadêmicos proporcionava ao membro o:

(...) estatuto de escritor concedendo-lhe as condições necessárias para seu sucesso junto ao público leitor, para sua atuação na imprensa, para aceitação social, para a participação na cultura dominante local, para sua inserção em esferas administrativas do Estado, para a formação de uma consciência do intelectual e sua atuação na sociedade (SILVA, 2008, p.199).

Ou seja, a Academia, além de lançar luz para a produção literária de seus membros, contribuiria para a afirmação de sua identidade social enquanto homem de letras. Além disso, os aproximaria – no caso de Laet, o reaproximaria – de um *status quo* há muito custo adquirido. Os fatos acima mencionados demonstram porque a Academia era um desejo de Laet e dos demais acadêmicos e porque fora solicitada com tanta veemência nos periódicos.

Diante de tantos apelos e tentativas vazias, no dia 20 de julho de 1897, os intelectuais reunidos no colégio *Pedagogium*, pelos próprios esforços e sem patrocínio algum do governo, fundaram a Academia Brasileira de Letras (LACERDA, 2007, p.9).

¹⁸ Maria de Loudes Janotti, em seu livro a respeito do movimento de resistência à República, chama o grupo monarquista de “Subversivos da República”, expressão que dá título ao livro. (JANOTTI, 1986).

Formulada a partir da influência francesa *Académie Française de Lettres*, a ABL possuía 40 escritores e cada um deles ficou incumbido da escolha de um patrono.

Machado de Assis esteve à frente da instituição até o ano de 1907, no cargo de presidente. A escolha de Machado para ocupar o cargo possuía um significado simbólico: o literato estava no ápice de sua carreira, portanto, ao escolhê-lo, a Academia, por intermédio de seu nome, ganhou prestígio devido à posição social e à atitude política do escritor (NEEDELL, 1993, p. 225).

Nicolau Sevcenko relata que as letras eram utilizadas pelos intelectuais do início do período republicano como caráter determinante de ação política (SEVCENKO, 1999, p.88). Entretanto, após a Proclamação da República tão almejada por parte dos integrantes do movimento da geração de 1870, os intelectuais, frustrados ou se sentindo excluídos, teriam se afastado do mundo da política e desacreditado da função civilizatória que as letras possuíam.

Em parcial acordo com essa interpretação, Needell ressalta que os literatos não mais consideravam ter um papel na regeneração política do país (NEEDELL, 1993, p.227). Portanto, através da consolidação da Academia Brasileira de Letras, os intelectuais militantes da geração de 1870 se retiraram para seu “reduto romântico”, tendo como tarefa, assim como as primeiras gerações literárias, definir a alma nacional por intermédio da expressão literária. Assim, os acadêmicos, segundo o mesmo autor, não aceitavam a condição de marginalidade e almejavam obter reconhecimento e prestígio, porém, aceitavam estar em uma “esfera a certa distância da sociedade” (NEEDELL, 1993, p.227).

Em discordância com os dois autores citados acima, Rodrigues propõe que as fronteiras entre o campo intelectual e o político não eram tão demarcadas no contexto examinado (RODRIGUES, 1998, p.28). Segundo ele, os literatos sempre se comportaram politicamente, mesmo quando desejavam se distanciar da esfera política.

Como já referido acima, a ABL, desde o momento de sua fundação, tentou manter-se afastada da esfera política, ainda que com a tentativa de obter patrocínio do governo. Entretanto, seus membros continuaram interferindo politicamente, seja através de críticas nos jornais ao governo instituído, como foi o caso de Carlos de Laet (JANOTTI, 1995, p.107), ou de atuação direta no governo, no caso de Rui Barbosa¹⁹.

¹⁹ Rui Barbosa foi muito ativo nas campanhas abolicionista e republicana, integrando o primeiro gabinete republicano. Foi deputado e senador e, em 1907, foi o representante brasileiro da Conferência de Haia. Em 1910, disputou a presidência da República, sendo derrotado com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca. Fundou o Partido Liberal em 1913 e teve atuação direta na elaboração do Código Civil. ACADEMIA. Acadêmico. Rui Barbosa. Biografia. Disponível em:<<http://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

Desde seu planejamento, os intelectuais da Academia ressaltavam sua preocupação em zelar pela literatura brasileira (EL FAR, 2000, p.120.), de forma que a preservação da língua nacional e a consolidação da produção literária do país estiveram entre os planos de sua atuação (SILVA, 2008, p.189). Tratava-se, desse modo, de uma instituição *à la française*, pensada para fortificar a tradição literária, “preservar a pureza da língua e promover, na nação recém-nascida, o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional (NEEDEL, 1993, p.226)”.

Com o término da direção de Machado, Rui Barbosa assumiu a direção da instituição, mantendo-se no cargo até 1º de maio de 1919, quando se desliga da Academia, alegando excesso de tarefas e por um desentendimento ocorrido em uma votação (LACERDA, 2007, p.99).

Como nos indica Maurício Silva (2008, p.199), a Academia esteve ligada, com devidas ressalvas, tanto a interesses pessoais quanto aos interesses de mercado, o que de certa forma trouxe algumas vantagens para os acadêmicos tais como “a recepção/veiculação de suas obras, lidas e consumidas senão pela totalidade do parco público leitor da época, ao menos por seus pares intelectuais (2008, p.199)”.

Com a saída de Rui Barbosa, Laet, já com 72 anos, assume a diretoria da ABL e permanece no cargo de 1919 até 1922. Faleceu no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1927²⁰.

Este capítulo, além de apresentar a trajetória de Carlos de Laet como intelectual, docente e jornalista que foi, também aponta para a seguinte questão: apesar de ser oposição ao novo governo e de rejeitar as teorias científicas estrangeiras, bem como de não se ligar ao ideário do progresso representado pela República, Laet, assim como todos os outros, era um homem de seu tempo.

Apresentando-se ao mesmo tempo por um posicionamento conservador e como defensor do regime político que já havia decaído, não se poderia considerá-lo como um intelectual isolado ou como “atrasado” em relação às mudanças que ocorriam, pois muitos outros políticos e intelectuais compartilhavam de suas ideias.

Desta maneira, a análise sobre Carlos de Laet torna-se importante para a compreensão da ideologia de uma parcela daquela sociedade, que não se traduzia em apenas duas vertentes, os que ansiavam pela república e os que a repudiavam. Existe uma complexidade enorme por trás de tal temática que para além desse trabalho, deve ser pesquisada e entendida.

²⁰ ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

Bibliografia:

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2013.
- AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- CHEDIAK, Antonio J. *Carlos de Laet, o polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942.
- EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2109/1248>> Acesso em 5 de agosto de 2019.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. A imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (O Brasil Republicano).
- GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007.
- LAET, Carlos de. *Em Minas*. São Paulo: Globo, 1993.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009. p. 15-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEEDELL, Jeffrey, D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- RAZZINI, Marcia De Paula Gregorio. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1917)*. 2000. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do homo academicus: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, p. 188-203, 2008. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

O discurso sobre si: o olhar da imprensa regional sobre as secas do Ceará e de Santiago del Estero nos periódicos *A Ordem* e *La Hora* (1932-1937)

Leda Agnes Simões de Melo
Doutoranda do PPGHS FFP/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este trabalho pretende analisar duas regiões do Brasil e da Argentina que são acometidas pelo fenômeno das estiagens. Especificamente no Nordeste brasileiro, o estado do Ceará, e no Noroeste argentino a província de Santiago del Estero. Nessas duas áreas existem para além do litoral (para o caso cearense) e para além dos rios (para o caso *santiagueño*) uma zona semiárida onde as fortes secas fazem parte da vida e da história dessas populações. Trataremos de compreender como foram construídos discursos sobre essas áreas a partir das secas de 1932 no Ceará e de 1937 em Santiago del Estero. Interessa-nos particularmente refletir sobre como por meio de um problema ambiental, é possível traçar um caminho de entendimento sobre diversos imaginários produzidos sobre esses semiáridos. Podemos encontrar essa via de análise de discurso em alguns periódicos da época que relataram as secas em diversas reportagens. Para este artigo, observaremos como os jornais regionais *A Ordem*, localizado em Sobral, sertão cearense, e o *santiagueño La Hora*, delinearam narrativas sobre as estiagens de suas regiões. Nesse sentido, Mikhail Bakhtin afirma que “a variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um *elemento* da intenção discursiva em seu *todo*” (BAKHTIN, 1997, p.292).

Partimos do pressuposto que, no contexto de 1930, o Brasil e a Argentina, cada um a sua maneira, buscavam entender o lugar de todo o seu território dentro de uma ideia de nação¹. Na América Latina essa ideia alinhava-se aos conceitos de modernização e progresso vinculados a um modelo ocidental baseado, principalmente, na ideia de raça e identidade racial. Ou seja, “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade.” (QUIJANO, 2005, p.227). Ligava-se, assim, a uma “supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005,p.227).

¹ Entende-se esses dois conceitos dentro daquilo que Montserrat Guibernau explica: “Por ‘nação’, refiro-me a um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar(...)Por ‘nacionalismo’, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum”(GUIBERNAU, 1997, p. 56)

Consideramos fundamental pensar sobre essas noções, por estarmos analisando duas regiões em que a população indígena, negra, mestiça, sertaneja, cabocla (esses dois últimos referentes ao caso cearense) são parte constitutiva da formação desses territórios. A ideia de raça, portanto, “desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal (...) os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade.” (QUIJANO, 2005, p.228).

Outro ponto importante é que a racionalidade territorial foi base também do imperialismo dos séculos XIX e XX (PALACIO, 2002, p.9). A ideia de civilização assegurava, assim, a superioridade humana na terra sobre os outros animais. Esse modelo vinculado, muitas vezes, aos escritos enciclopédicos franceses, um francocentrismo cultural como classifica Germán Palacio, entendia que os climas com zonas temperadas eram considerados mais propícios para a civilização que as zonas tropicais ou quentes. (PALACIO, 2002, p.11) Por isso, pensar em Brasil e Argentina é refletir que essa ideia de América vista como esse “trópico”, ainda configurou nosso imaginário de inferioridade em relação a Europa. Ou seja, esse conceito de civilização se manteve carregado, como aponta Palacio, de uma série de conotações negativas para os países do trópico, de caráter eurocêntrico, racista e antiecológico (PALACIO, 2002, p.33).

Nesse sentido, todos esses princípios cunhados no século XIX originaram o modo desses países entenderem suas populações no século XX. A tentativa de “imitar” um modelo europeu de sociedade influenciou a maneira de intervir nos espaços. Por isso, pensar nesses semiáridos acometidos por fenômenos como as secas é refletir que esses conceitos estavam na ordem do dia no pensamento de intelectuais, políticos, da imprensa. E que faziam parte também de um imaginário mais localizado sobre áreas do interior do Brasil e da Argentina.

1. Ceará e Santiago del Estero: um panorama regional

Os sertões do Nordeste vão da margem direita do Rio Parnaíba até o Rio Itapicuru, abrangendo os estados do “Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia” (CASTRO, 1984,p.165). O clima é tropical seco, com chuvas escassas. Houve nessa região o predomínio da pecuária extensiva de bovinos, caprinos e ovinos, da cultura de xerófilas e de algodão arbóreo; com uma agricultura de vazantes com a mandioca, a macaxeira, o milho, a cebola, o alho, dentre outros. Em período de chuva, o que era seco floresce e a caatinga fica um “oceano de verdura” (CASTRO, 1984, p.129). Já no período seco, árvores perdem suas folhas para armazenar a água que absorvem, permanecendo verdes os cactos, os juazeiros,

umbuzeiros e as quixabeiras que também conseguem armazenar água. De acordo com Manuel Correia de Andrade, “no planalto, a agricultura de vazante, a cultura irrigada nas margens dos rios e a pecuária extensiva aliada à produção de algodão constituem as fontes de renda da população” (ANDRADE, 1997, p.130). A ocupação dessas áreas pelos colonizadores só se intensificou “a partir do início do século XVIII, quando uma Carta Régia proibiu a criação de gado numa faixa contida desde o litoral até uma distância de 10 léguas em direção aos sertões” (CAMPOS e STUDART, 2002, p.2). O interior do Nordeste seco ficou configurado por uma população de índios e portugueses e com uma pequena parcela de negros nas roças. No interior do Ceará, a ocupação se deu, portanto, no século XVIII pela entrada nas ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú (MELO, 2015, p.42). E de acordo com Andrade, são nesses sertões que uma economia agrícola associada à sucessão hereditária levou à formação de médias e pequenas propriedades que deram origem aos latifúndios.

A região do Noroeste Argentino (NOA) é localizada no extremo noroeste da Argentina e tem como limites o Chile (oeste) e a Bolívia (norte). As províncias que a compõem são Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca e Santiago del Estero. Alberto Tasso salienta, que Santiago del Estero pertence ao Chaco seco e seus solos, clima e flora são fatores centrais para todas as atividades produtivas. O clima meridional, de invernos breves a longa estação seca permitem compreender a importância da água como determinante para povoação e para produção (TASSO, 2004, p.112). Segundo o autor, Santiago se desenvolveu as margens dos rios, com a criação de animais, cabras, vacas, cavalos e mulas, em estreita relação com a floresta e seus recursos, o que teria definido não apenas os principais produtos econômicos exportáveis, como também a organização local, das relações de dominação e os tipos sociais predominantes. Por fim, a vida e a agricultura camponesas até 1870 eram marcadas fortemente pelas tradições indígenas. Só no século XX que Santiago del Estero assistiu à entrada de imigrantes estrangeiros como espanhóis, italianos, sírios, libaneses, daneses, russos, onde se instalaram como comerciantes, agricultores, trabalhadores ou colonos (TASSO, 2004, p.118).

Pensemos, neste sentido, como essas duas regiões onde a relação ser humano e meio ambiente é fundamental para vida da população e permeia a configuração social, o tema da seca e o discurso sobre ela podem nos dar um caminho de entendimento sobre a própria visão que esses territórios tinham sobre si e seus problemas.

2. *A Ordem e La Hora*: a fome como discurso em períodos de seca

O jornal *A Ordem* foi editado na cidade de Sobral no Ceará e fundado em 1916 por José Saboya de Albuquerque, que era juiz daquela comarca (LIMA, 2010). “Sua publicação foi colocada a cargo do Dr. Plínio Pompeu (diretor), Craveiro Filho (gerente) e Newton Craveiro (redator) e mais um grupo de colaboradores. Circulou até inícios da década de 1940” (LIMA, 2015, p.69). O contexto da década de 1910 marcou, como aponta Jorge Lima, uma configuração importante onde o campo intelectual passava a ter na imprensa um lugar de “exercício da escrita e instância de consagração” (LIMA, 2018, p.183). *A Ordem* passou a ocupar o lugar de órgão do Partido Republicano Conservador (PRC) de Sobral (AMARAL, 2017, p.535-536). Lima analisa que *A Ordem* assumiu um papel de defensor da moral e da religião católica, postulando o que ele chama de uma “verdadeira cruzada contra a impiedade, o ateísmo e o anticlericalismo” (LIMA, 2018, p.169) representados pelo jornal de oposição *A Lucta*. Segundo o autor, enquanto nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, os periódicos se consolidavam tornando-se diários, matutinos e vespertinos, “na zona norte do Ceará era o momento do jornal semanal de quatro páginas, comandado por redatores proprietários que viviam ainda a fase heroica da imprensa” (LIMA, 2018, p.184). Lima aponta uma questão importante nesse contexto: havia as colunas que noticiavam publicações vindas de grandes diários do Sul do Brasil, “traduzindo para os leitores locais, por meio de artigos de opinião, as estratégias políticas postas por mandatários da nação” (LIMA, 2018, p.195).

Em Santiago del Estero, o periódico *La Hora* passou a circular no ano de 1927, cujo fundador foi Locadio R Tissera. Depois de sua morte seus filhos José Edmundo e José Agustín Tissera passaram a manter o jornal que circulou até março de 1977. *La Hora* teve, portanto, 49 anos de existência (CASTIGLIONE,1983,p.108). De acordo com Ernesto Picco, os jornais *El Liberal*, fundado em 1888, e o vespertino *La Hora*, em 1927, foram os que gozaram de vida mais longa (PICCO, 2012,p.16). Portanto, o jornal tornou-se o segundo de maior circulação, sendo o primeiro *El Liberal* que vigora até os dias atuais. Segundo Picco, sua estrutura era de poucas páginas e tiragem curta. As notas do jornal não eram assinadas e não figurava nele nenhum editor responsável. Em 1928, o nome de Tissera aparece pela primeira vez como diretor-proprietário (ACRE, 2019). De acordo com Marcelo Acre, foi neste mesmo ano também que apareceu um subtítulo que explicava a tendência do jornal: “*sostiene principios de la Unión Cívica Personalista*”(ACRE, 2019). No ano de 1930, a direção do diário passa para o Dr. Vítor Alcorta, que foi deputado do Partido Radical Unificado (PRU), passando a ser “*Diario independiente de la*

mañana”, e, em 1935, “*Diario independiente de la noche*”, afirmando ser a tribuna dos direitos do povo, desvinculando-se, assim, da *Unión Cívica Personalista*, como analisa Acre.

Dentro desse panorama, partimos do pressuposto que a imprensa e os meios de comunicação “garantem a conservação, a elaboração e a difusão de determinados discursos de memória” (COSTA, 2009, p.279). Fernando Sánchez Costa salienta que é necessário que estudemos o que é interpretado, transmitido e objetivado nos discursos históricos de memória, partindo do pressuposto primordial que “nenhuma cultura histórica é determinada por uma única narrativa” (COSTA, 2009, p.283) e que há “múltiplos criadores de discurso de memória”, com “multiplicidade de intenções e discursos, que às vezes se opõem abertamente” (COSTA, 2009, p.283).

Iniciamos, a partir desse olhar de Sánchez, com três fragmentos de *A Ordem* que afirmam:

Em nome de muitas famílias flageladas quasi morrendo à fome(...) socorrendo assim a população faminta deste infeliz distrito, presentemente exposta à perspectiva de maiores calamidades e que jamais obteve o menor favor publico, nem mesmo no regime Imperial. (*A Ordem*, 1932. p.1)

A fome continua impiedosa. Pedimos ao distinto amigo clamar no vosso jornal, implorando dos poderes publicos, socorros para esta população aflitissima. Agradecendo as vossas atenções.(*A Ordem*, 1932.p.4)

O que vemos aqui é o olhar sobre a fome como uma possibilidade de análise. Pensamos, nessa perspectiva, como se produz uma escrita repleta de significados. O de *A Ordem* acabava por reforçar o velho estigma de um sertão que vivia “sempre” nessa condição de miséria. Isso porque o uso das palavras “calamidade”, “flagelo”, “famintas”, “infeliz”, “implorando” e a expressão como “fome impiedosa” configuram um tipo de narrativa comum sobre o nordeste seco: a fome e a seca como discursos permanentes sobre o Ceará. A mesma tida como um assombro que pairava sobre esse “teatro” desolador. Mesmo que, de fato, a seca seja um fator de desordem do espaço social, provoque a morte de parcela da população e dos animais, sabemos que a mesma é um problema político-social e não apenas ambiental. Logo, esse tipo de escrita reafirmava uma perspectiva que corroborava com uma visão quase que “piedosa” para com uma “pobre população” que necessitava de ajuda pública. Ora, o clamor do povo – pede uma carta ao jornal – deve ser escutado. Assim, o discurso do periódico, como a forma de escrevê-lo, a maneira como foi posta cada palavra, nos faz refletir como se estivéssemos olhando uma fotografia de miserabilidade sobre a seca. A mesma que, em certa medida, legitimou um sertão triste e de miséria nas narrativas do século XIX. Esses olhares são muito comuns no caso brasileiro e se perpetuaram no século XX como maneira de angariar verbas para o combate à seca. O sertão era fome e miséria, cabia aos governantes olharem para essa população que vivia sob o julgo de uma natureza dura e seca. De acordo com Catarina Buriti e José

Aguiar, o Brasil não reservou a paisagem semiárida nordestina um quadro de privilégio. Talvez porque não representasse no Império o “nacionalismo florestal” de um José Bonifácio de Andrada e Silva, ou, mais tarde, na República, ao patriotismo naturalista de propaganda de um conde republicano como Afonso Celso” (BURITI e AGUIAR, 2008, p.8).

Portanto, a fome, ao ser vista e narrada como um espetáculo teatralizado põe em questão o mesmo problema de um antigo olhar nacional sobre os semiáridos: sertão sinônimo de atraso, “subdesenvolvimento”, ausência do “progresso”, permeados pelo discurso do avanço do capitalismo sobre o campo. E é esse olhar que atestou a entrada da suposta “modernidade” para superação da “incivilidade”. Assim, Durval Muniz de Albuquerque Jr. ressalta neste aspecto que “a relação entre o sertão e a civilização é sempre encarada como excludente. É um espaço visto como repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional” (ALBUQUERQUE JR, 2001, p.68).

Pensando nesta temática de um semiárido relegado à fome, relacionado principalmente a sua geografia, seu clima, e seus costumes, vejamos como em Santiago del Estero *La Hora* narrou este tema na seca de 1937:

(...)Termina dicha nota recordando que en tiempos casi normales, cuando el general Justo visitó la provincia, pudo ver miseria en que vivían las criaturas, pudiéndose en idea exacta de lo que sucederá ahora (La Hora, 1937, p.1).

Se han reunido los pequeños agricultores de las zonas del Zanjón, Maquito, Yanda y La Vuelta, a fin de llevar por medio de las columnas de la prensa local, y como anticipado y en vista que en estos lugares no ha llovido y signe siendo víctima por la gran sequía y la miseria reinante que es del dominio público (La Hora, 1937, p.3).

Reconociendo pues se vive un momento angustioso(...)numerosas familias obreras se ven en la más completa miseria, sin tener medios de movilidad, por haberse quedado a pié sin disponer de un solo animalito en que levantar el apero a fin de buscar la vida (La Hora, 1937, p.3).

Busquemos as expressões importantes desses fragmentos e que estão dotadas de significados: “*la extensión de la miseria*”, “*miseria en que vivían las criaturas*”, “*miseria reinante*”, “*victimas de la grand sequía*”, “*momento angustioso*”, “*completa miseria*”. Essas expressões definem mais uma vez um tipo de escrita que corroborava com nossas hipóteses: a descrição regional também reafirmava estereótipos. Atestamos esse fator principalmente com a reportagem acima que diz que o presidente argentino Justo esteve na região antes da seca e viu a miséria em que viviam as criaturas. Novamente compreendemos que o estado de coisas que um fenômeno como a seca pode ocasionar em uma determinada área é catastrófico. No entanto, quando o periódico noticia a seca desta maneira tornava-se menos denunciativo e muito mais uma apologia à precariedade da região. O que novamente não problematizava a conjuntura de desigualdade

existente, independente do período de estiagens. As pessoas eram, então, vítimas da seca, viviam miseravelmente aquelas criaturas, porque era a miséria que reinava neste momento angustiante de uma dor tétrica. Ora, as palavras detêm “poder”. O discurso, mais uma vez, colocava na seca o problema das péssimas condições que estavam passando a população. Não se fugia, assim, do senso comum. Eram o clima e a geografia determinantes das vítimas da grande seca de 1937.

Cintia Zirino aponta que no imaginário nacional Santiago del Estero representa condições de pobreza e marginalidade devido ao seu espaço geográfico e às características ambientais que não são favorecidas pela abundância de água (ZIRINO, 2008, p.1). Nesse sentido, o autor *santiagoense* Bernardo Canal Feijóo assinalava em 1942 que havia uma narrativa da capital que somente mirava para NOA como “*la parte difícil y no poseída de la patria*”(CANAL FEIJÓO, 1942, p.8). Dizia o autor que seguiam demonstrando sua impotência imaginativa quando se tratava de representar o panorama da realidade ultra-pampeana. E o que então faltava a alma argentina era “*imaginación nacional*” (CANAL FEIJÓO, 1942,p.5). A crítica principal de Canal Feijóo é a mesma a que nos referimos de certo modo aqui: a inspiração totalizante do pensamento argentino minimizava e eliminava as diversidades regionais.

Ora, a fala do jornal também não deixava de legitimar essa visão de uma região cálida e árida. Por isso, a miséria devia ser vista, para *La Hora*, relacionada ao problema da seca, da geografia da região e não porque a população não era trabalhadora, ou porque Santiago não tinha possibilidades de engrandecimento. As duas questões postas pelo periódico são de extrema importância discursiva, porque, de fato, *La Hora* desejava reafirmar a importância da região na esfera nacional. No entanto, fazia isso colocando a natureza e o clima como principais problemas.

Por isso, ao refletirmos os discursos de *A Ordem e La Hora*, devemos analisar o que está para além do texto em si e que pode estar repleto de significações, silenciamentos e ausências. Bakhtin diz que “a relação existente entre a oração e o contexto transversal da realidade (a situação, as circunstâncias, a pré-história), e os enunciados de outros locutores não é uma relação direta ou pessoal, é intermediada por todo o contexto que a rodeia, ou seja, pelo enunciado em seu todo” (BAKHTIN, 1997, p.297). A oração, então, encontra-se em relação direta com a realidade. Nesse aspecto, o autor ressalta que as pessoas trocam, em realidade, não orações estritamente, mas sim “enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras” (BAKHTIN, 1997, p.298). Nesse sentido, um enunciado neutro é impossível, e a isso devemos compreender ao analisarmos como esses periódicos encontraram na temática da fome uma via de entendimento sobre a seca e até mesmo sobre suas regiões.

Considerações finais

Desejamos evidenciar, ainda que brevemente, seguindo as orientações de Bakhtin, que cada escolha enunciada dispõe de recursos linguísticos que devem ser considerados na hora de analisarmos um discurso. As palavras e expressões usadas pelos jornais *A Ordem* e *La Hora* para tratar das conjunturas cearenses e *santiagueñas*, são dotadas de ideias e expressões específicas sobre essas áreas. Aos pensarmos no tema da fome como um escopo de análise possível para se entender como esses periódicos regionais viam o problema da seca, podemos revelar como a própria elite local desejava mostrar sua realidade.

Retratar os semiáridos como territórios de pobreza e miséria atrelando a isso a geografia do lugar como principal problema, naturalizava as relações de desigualdade social existente que independem da estiagem. Por isso, quando tratamos da questão da seca neste trabalho nos referimos a um problema físico-social e não apenas climático. A seca é um momento político por excelência. No Nordeste brasileiro, especificamente no sertão cearense, a ideia de que é nesse contexto de crise climática que uma elite local se beneficia financeiramente, assim esboçando um discurso de um espaço-vítima para pensar a região é evidente ao longo da história. No caso *santiagueño*, os estudos e nossas reflexões não apontam essa certeza temática. No entanto, podemos, a partir dos discursos que analisamos sumariamente aqui, entender que também é por meio de uma ausência de reflexão sobre o problema da seca (pensando geograficamente a questão), que se pode manter um *status quo* de uma elite local. A seca quando noticiada em Santiago pelo jornal *La Hora*, também foi vista como um problema climático e que por isso acarretava a fome e a miséria. No entanto, a todo o momento o periódico tentava fazer uma defesa de que Santiago tinha potencialidades locais e que o governo devia continuar investindo economicamente e mantendo seus acordos comerciais. Ou seja, a seca era um momento pontual e isso não devia ser a marca regional dos *santiagueños*. O intuito da narrativa podia ser diferente, mas a ideia final passava a ser a mesma: manter o poder econômico, político e simbólico nas mãos das elites desses lugares.

Nesse sentido, o Ceará e Santiago del Estero, cada um a sua maneira, acabaram por legitimar visões que não problematizavam as conjunturas existentes em suas regiões. A natureza vista como principal fator de um possível “não desenvolvimento” dos seus territórios ainda era um ponto-chave do discurso. Dessa forma, em ambos os casos, tons dramáticos, apelativos, e expressões fatalistas fizeram parte da ideia construída sobre essas regiões e isso acabou por formar parte também da invenção desses espaços. Ceará e Santiago del Estero desejavam se enquadrar em

um modelo de modernidade, progresso e civilização e isso “afirmava” que eles também se viam como espaço do “atraso”; tendo o litoral “avançado” o ideal “único” de sociedade a ser alcançado.

Fontes:

A reconstrução do “Santa Maria”. *A Ordem*, Sobral-Ceará, Ano XVI, nº996, 13 de abril de 1932.
CANAL FEIJÓO, Bernardo. *El Norte*. Colección Buen Aire. Buenos Aires: Emecé Editores S.A., 1942.
Las cosas en su lugar. *La Hora*, Santiago del Estero, Año XI, nº3573, 23 de diciembre de 1937.
Miséria de S. del Estero preocupa a todo el país. De R. Santiagueños elevo una nota al Pte. de la Nación. *La Hora*, Santiago del Estero, Año XI nº3561, 9 de diciembre de 1937.
Pequeños agricultores de la zona sud quieren se les de agua para riego. *La Hora*, Santiago del Estero, Año XI, nº 3566, 14 de diciembre de 1937.
Preocupações flageladas. João Hidrófilo entrevistado pela “A ORDEM” diz que ainda poderemos ter dez chuvas boas até o fim de junho. *A Ordem*, Sobral-Ceará, Ano XVI, nº920, de março de 1932.
Santa Antonio, 6 de abril de 1932. Ilamo. Sr. Craveiro Filho. D. Director da ‘A Ordem’”. SOBRAL. Roubo. Construção de obras. *A Ordem*, Sobral-Ceará. Ano XVI, nº97, 16 de abril de 1932.

Bibliografia:

ACRE, Marcelo. La Hora: Memórias del olvido. *Revista Segundo*. Santiago del Estero, 20 de junho de 2018. <http://www.revistasegundo.unse.edu.ar/la-hora-memorias-del-olvido/>, acessado em 27 de março de 2019, às 17:00h.
ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. As ‘Cartas a Cunceição’ e o humorismo político cearense (1919-1930). *ANTÍTESES*, v.10, nº19, p. 521-542, jan/jun/, 2017, p. 535-536.
ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil. (Aspectos da vida rural brasileira frente a industrialização e ao crescimento econômico)*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl.]. 2ª cd. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (Coleção Ensino Superior).
BURITI, Catarina de Oliveira & AGUIAR, José Otávio. Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. *Revista UFRR*, 15, 2008, p. 7-31.
CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, Ticianá. Secas no Nordeste do Brasil: Origens, causas e soluções. In: *XII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CD-ROM)*. Foz do Iguaçu, PR, 2002, pp.2-10.
CASTIGLIONE, José F. L. *El periodismo en Santiago del Estero*. Santiago del Estero: Fundación Castiglione, 2ª Ed, 1983.
CASTRO, Josué de. *Geografia da fome (Dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Revista Antares, 1984.
COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. *Revista de Historia Contemporánea*, 8, 2009.

- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.
- LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Cultura letrada e caminhos da memória: intelectuais, leitura, imprensa e memória na zona norte do Ceará (1870-1890, 1920-1932, 1984-2003)*. Tese de Doutorado (UFC), Ceará, 2018.
- _____. Espectros de lutadores: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século. *Outros Tempos*, vol. 13, n. 21, 2015 p. 65-83.
- _____. Gabinetes na região norte do Ceará: questões em torno de um esquecimento (1877-1919). *Revista EMBORNAL*, Associação Nacional de História – secção Ceará (ANPUH-CE), v. 1, n. 1 (2010.), p.1-22
- MELO, Leda Agnes Simões de. *O trabalho em tempos de calamidade: a Inspeção de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.
- _____. A Imprensa brasileira e argentina e a circulação de ideias: a temática da seca do Ceará e de Santiago del Estero nos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo* na década de 1930. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil* / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019, p.1-17.
- PALACIO, Castañeda G 2002. Historia Tropical: A reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. En: G Palacio Castañeda, A Ulloa (eds.). *Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia; IMANI; ICANH; Colciencias, p. 67-97.
- PICCO, Ernesto. *Medios, política y poder (1859-2012)*. 1a ed. -Santiago del Estero: el autor, 2012.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina setembro 2005. pp.227-278.
- TASSO, Alberto. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. *Población y sociedad* nº 10/11, 2003-2004, pp.109-136.
- ZIRINO, Cintia Romina. *Características de la estructura agraria en Santiago del Estero durante la década de 1940: Hacia una historia social del campesinado*. Tesis en Licenciatura en Historia de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires(UBA), 2008.

Sujeito Enunciador? – O jornalista do Correio da Manhã como intelectual nos anos de 1950

Daiana Maciel Areas
Doutoranda do PPGHS-UERJ

O trabalho proposto tem como reflexão pensar no Jornalista em tempos de modernização no Brasil. As reformas iniciadas pelos principais periódicos, incluindo o *Correio da Manhã*, nos anos de 1950, contribuíram para uma mudança importante no perfil do jornalista “literato” ou “intelectual”, para uma categoria profissional calcada em “novos padrões técnicos”. Ocorreu uma mudança relativa à atividade do jornalista para além da profissionalização e formação. No *Correio*, os jornalistas se destacaram na produção de textos sob a orientação da famosa “ortografia da Casa”, que objetivava a redação de textos de qualidade gramatical e ortográfica, mesmo assim os escritos não perderam o conteúdo combativo e ideológico. A valorização da técnica e a profissionalização dos jornalistas foram componentes principais da projeção do jornalista como autor, como um “sujeito enunciador” e protagonista de sua obra.

Jornalismo – Do híbrido se faz o “sujeito jornalista”?

Podemos encontrar dificuldade para designar “o” jornalista e seu papel no contexto vivenciado por ele, pois o jornalismo é uma atividade multifacetada. Nos anos de 1950, um repórter não fazia o mesmo que um redator; este, tinha atividades distintas de um fotógrafo. Um grande periódico matutino era muito diferente de uma revista semanal, ou de um jornal sindical. Todos os profissionais envolvidos nesses meios comunicacionais eram jornalistas de prática, em sua maioria, pois tinham formações em diversas áreas. Existiam distinções entre gerações de profissionais. Os jornalistas dos anos de 1950 são entendidos como velhos jornalistas, imbuídos das funções clássicas e afetados ideologicamente, sem o mito da “objetividade e transparência”.¹

Partindo da premissa do jornalista como intelectual, no sentido gramsciano, não se supõem apenas da habilidade ou capacidade mostrada por estes profissionais em seus ambientes de trabalho, ou de sua técnica, mas de outros saberes de formação e prática. (GRAMSCI, 1988). Os

¹ O curso superior de jornalismo foi criado em 1943, no Estado Novo, por Getúlio Vargas, mas só em 1947, com a iniciativa da Fundação Casper Líbero, em São Paulo, surgiu o primeiro curso de Jornalismo. Acompanhado logo em seguida pela criação de cursos na Universidade do Brasil, atual UFRJ, e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1951) (AREAS, 2016)

profissionais de imprensa dos anos de 1950 não eram conhecidos como intelectuais, por suas habilidades na hora da produção de lide, ou diagramação da página de um jornal, ou pela boa fotografia, ou seu saber na produção de um artigo ou editorial, ou até mesmo sua análise literária. Não são esses atributos que ligados a modernização e técnica do fazer jornalístico que refletiram para a construção da imagem de intelectual do jornalista do período supramencionado. O que leva a nomenclatura ou adjetivação do jornalista como intelectual foram seus múltiplos saberes e sua utilização no produzir o jornalismo. Em outras palavras: a habilidade intelectual do jornalista endossa-se num suposto pluralismo; sua capacidade de falar com propriedade sobre qualquer assunto e poder transitar por vários espaços de conhecimento.

O jornalista Pery Cotta, expôs em seu livro *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo (1997)*, seus momentos no jornal *Correio da Manhã* durante a ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil:

“Em Redação de jornal, na época anterior ao diploma universitário, o que não faltava era médico, engenheiro, advogado e outros profissionais para dar toda e qualquer orientação. A maioria tinha um ou mais cursos superiores. Se o repórter saía para cobrir um julgamento, um acidente em viaduto ou a hospitalização de uma personagem, sabia exatamente o que perguntar. E, mais do que isto, usava a terminologia própria do entrevistado e parecia senhor absoluto da questão. Um banho de competência [...]” (COTTA, 1997)

Sendo assim, o conceito gramsciano de “intelectual tradicional” nos faz pensar uma das maneiras entender a imagem de intelectual no processo de construção da identidade do jornalista, no período mencionado, pois, ela estava marcada pelo reconhecimento concedido ao grupo pela sua diferenciação em virtude de seus saberes. Essa notoriedade, é perceptível, ao passo que o cultivo da representação de intelectual, no sentido de distinção pelo saber passa a favorecer a autoridade do jornalista e é agregada à sua identidade. Já a categoria “intelectual orgânico” não nos serve tanto para refletir a projeção de uma imagem precisa do profissional de imprensa como intelectual, mas é uma premissa pertinente para estruturar críticas a determinados modos de atuação dos jornalistas, principalmente aqueles atrelados aos grandes periódicos do período supramencionado.

O filósofo italiano (GRAMSCI, 2000) destaca a destreza dos intelectuais orgânicos em lidar com ideias e operar como organizadores da cultura, a serviço determinado grupo ou classe. O jornalismo funciona exatamente como uma plataforma na qual seus agentes contribuem para consolidar a hegemonia do grupo dominante.² Na sociedade moderna com acesso a informação através dos

² Sônia Regina Mendonça e Marialva Barbosa discorrem no artigo “*Estado e Comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Gramsci*” (2006) que os jornalistas sempre desempenharam papéis significativos na propagação de

meios comunicacionais, o discurso jornalístico é, em boa parte, o que oferece esclarecimentos sobre o mundo e tais discursos são dirigidos aos leitores, os jornalistas têm suas vozes amplificadas pelos periódicos.

Os jornalistas ocupam o campo jornalístico, mas não são seus donos, os principais proprietários desse setor coincidentemente ou são/ou estão unidos com os donos do pensamento dominante e, nesse cenário, nessa arena de disputa carrega-se a lógica da supremacia do capital.³

O processo de construção identitária do jornalista é complexa e entremeada por contradições: a marcante atuação orgânica por parte grande dos jornalistas, sob forma de apoio e reprodução (por vezes abertos e declarados, outras vezes velados) dos interesses dos grupos dominantes, em contraste com a imagem de profissionais combativos, que estão interessados em informar a sociedade e contribuir para o bem comum.

Podemos enfatizar que, a construção da identidade do sujeito jornalista não está atrelada apenas a aproximação deste profissional com outras áreas, como literatura, política, economia, entre outros. Muitos desses profissionais exerciam de forma híbrida, a sua prática jornalística com outras áreas, como uma fusão de saberes e prática.

Ao analisar as transformações da atividade jornalística e da construção identitária de seus profissionais, Ciro Marcondes Filho destaca que esta atividade passou por quatro momentos de transformação na história do jornalismo no mundo. O primeiro ciclo, vai de 1789 até metade do século XIX, conhecido como jornalismo da “iluminação.

É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústicas de ressonância, programas político partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias. (...) Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para o segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também o período da imprensa partidária, no qual jornalistas também eram políticos e o jornal, seu porta voz. (MARCONDES, P. 11-12, 2000)

ideias favoráveis aos poderosos em diversos momentos da história do Brasil. Por exemplo, no Estado Novo, a imprensa ajudou a propagar e consolidar a construção ideológica do regime estadonovista. *“Também em outro período de exceção na história mais recente do país – os governos ditatoriais militares – a ação dos meios de comunicação é fundamental para construir um outro ideal de modernidade e possibilitar o que Gramsci chama a prática do transformismo. O Estado substitui os grupos sociais na função de dirigir uma luta de renovação. E a imprensa, como parte integrante desse estado e como partido dos grupos dominantes e hegemônicos, difundirá mais uma vez a mítica da modernidade como indispensável para a construção de uma nova face para o país, inserido numa fase do capitalismo mundial”* (MENDONÇA; BARBOSA, 2006)

³ O *Correio da Manhã*, vivia os sabores e dessabores da influência de Paulo Bittencourt (proprietário), mesmo morando na Suécia e longe da redação do periódico, este funcionava com ordens diretas e supervisão de seu dono, pois os redatores chefes seguiam a “cartilha” orientada pela “voz de seu dono”. Samuel Wainer em suas memórias comparou Bittencourt aos Senhores Feudais, em épocas medievais. Cf: AREAS, 2016)

Podemos enfatizar que, os meios de comunicação e os sujeitos jornalistas, a partir da segunda metade dos anos 1950, vivenciaram paulatinamente a transição do jornal e da atividade jornalística mais romântica, boêmia, ligadas muitas vezes a determinados grupos políticos, para um aprofundamento da atividade como a mudança gráfica e o advento da profissionalização. Momento que marca o fortalecimento da “grande imprensa”. Incorporando-se novas formas do fazer jornalístico, sistematizadas no processo de profissionalização, na reestruturação da rotina produtiva da redação e na criação de novas práticas redacionais e de uma nova linguagem.

O jornalismo brasileiro vivenciou três grandes reformas. No âmbito da linguagem, a introdução do *lead*, da pirâmide invertida e dos manuais de redação, mudanças que foram atribuídas ao *Diário Carioca*. O jornal de Samuel Wainer, *Última Hora*, por sua vez, modificou a estilo de informar e opinar criando colunas com assuntos mais do “populares”, valorizou seus jornalistas com salários maiores. Finalmente, as reformas relacionadas ao *Jornal do Brasil*, iniciadas por Reynaldo Jardim em 1956, que tiveram continuidade com Odílio Costa Filho, sendo finalizadas por Alberto Dines, a partir dos anos 1960, alteraram a qualidade gráfica e editorial e a estrutura interna das redações. O *Correio da Manhã* iniciou seu processo de modernização com Antônio Callado, a partir de 1953, mas como as modificações foram paulatinas o periódico perdeu lugar em vendagem e publicidade para o *Jornal do Brasil*.

Carlos Heitor Cony, destaca que, as reformas iniciadas por esses jornais contribuíram para uma mudança no perfil do jornalista “literato” ou “intelectual”, para uma categoria profissional calcada em novos padrões técnicos. “Os jornalistas naquele tempo seguiam mais próximo do intelectual, porque eles tinham que criar alguma coisa, devido, justamente, a essa enxúndia do texto. A partir dos anos 50, os padrões da imprensa americana tomaram conta do mercado”.(CONY, 194, 2003)

O *Correio da Manhã*, um dos principais matutinos cariocas no período, foi conhecido por ter em sua redação profissionais do jornalismo que abarcaram carreiras na política e profissionais das letras, ficcionistas, romancistas, poetas e intelectuais de outras esferas. Jornal combativo mesmo em tempos de modernização e adoção de uma linguagem objetiva, o periódico foi o palco para muitos intelectuais que tiveram sua vida profissional marcada pela trajetória na redação do *Correio*. O próprio dono, Paulo Bittencourt⁴, tinha sua

⁴ Paulo Bittencourt nasceu no Rio de Janeiro, em 1895. Seis anos depois, seu pai, o jornalista de Edmundo Bittencourt, fundou o *Correio da Manhã*, que se tornaria um dos jornais mais importantes da antiga capital federal. Em 1913, depois de uma temporada na Inglaterra, fazendo cursos na Universidade de Cambridge, Paulo Bittencourt voltou ao Brasil, bacharelando-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. No final da década de 1910, integrou a delegação brasileira para a Conferência de Paz de Versalhes, França. No mesmo período, começou a trabalhar no jornal de seu pai, como articulista e, posteriormente, redator chefe. Assumiu a direção do jornal, junto com seu pai, no ano de 1923. Quando convidou seu amigo Pedro da Costa e Rego, para chefiar a redação do *Correio*.

trajetória intimamente ligada história, do seu “irmão mais novo”, descrição feita por ele em artigo de comemoração aos 50 anos do jornal.

Correio da Manhã e Edmundo Moniz

O Correio da Manhã foi um dos jornais mais importantes do Rio de Janeiro, enquanto a cidade era capital do país. Criado no início do século XX, reafirmou em seus famosos editoriais seu lema de fundação calcado na “legalidade e defesa da democracia”. Conhecido por seus textos densos, de qualidade gramatical e ortografia invejável, regidos sob a égide da famosa “ortografia da casa”. Este padrão foi desenvolvido e aplicado paulatinamente por Pedro da Costa e Rego⁵, redator chefe (1923-1953) e homem de confiança de Paulo Bittencourt. Por motivos de doença, Rego foi substituído por Antonio Callado⁶, em 1953, que deu continuidade ao trabalho de Rego, e levou o periódico a passar por uma reformulação estrutural e gráfica, com o objetivo de colocar o *Correio* no processo de modernização promovido pelas principais folhas da época.

Pedro da Costa e Rego tinha a capacidade de reunir profissionais competentes e conhecidos no meio intelectual, como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda, na supervisão dos revisores da redação. Além de Álvaro Lins, Augusto Frederico Schmidt, Carlos Heitor Cony, Carlos Drummond de Andrade, Edmundo Moniz e muitos outros profissionais de prática, que se destacaram nas áreas que atuaram.

Destacaremos neste trabalho, o jornalista Edmundo Moniz, um dos mais atuantes e importantes articulistas, ensaístas, ficcionistas, *novelistas e intelectuais do Correio*. Nascido em 2 de novembro de 1911 (Salvador, Bahia), veio para o Rio de Janeiro, com 20 anos para estudar Direito,

⁵ Depois de atuar como repórter e revisor, Costa Rego assumiu a chefia da redação do *Correio da Manhã* em 1923, no lugar de Gil Vidal (Leão Velloso), mantendo-se no cargo até 1953, quando foi acometido de uma doença que o afastou definitivamente do jornal. Paralelamente a sua atividade jornalística, Costa Rego fez carreira política, exercendo mandato de deputado federal por Alagoas, seu estado natal (de 1915 a 1923 e em 1928) e de senador (1929-1930 e 1935-1937). Governou Alagoas de 1924 a 1928 e, na década de 1930, participou da fundação do Partido Economista Democrático, estruturado a partir do antigo do Partido Democrata do estado. Em 1945, participou da primeira reunião do diretório nacional da UDN.

⁶ Antonio Callado foi jornalista conceituado e, para além dessa, foi escritor de renome. Natural de Niterói, no Rio de Janeiro, Callado bacharelou-se na Faculdade de Direito em 1936, com 19 anos, e em 1937 começou a trabalhar como repórter e cronista, no *Correio da Manhã*. Ao longo de sua carreira, como jornalista de campo, realizou viagens que lhe permitiram entrar em contato mais direto com alguns dos temas mais importantes de sua obra. Foi redator da BBC, em Londres, durante a Segunda Guerra Mundial, lá permanecendo até maio de 1947. Entre novembro de 1944 e outubro de 1945, atuou também no serviço brasileiro da *Radio Diffusion Française*, sediada em Paris. Ao retornar ao Brasil, voltou a trabalhar no *Correio da Manhã* deixando a chefia em 1959.

trabalhou como professor de História, no Colégio Pedro II. Em 1929, começou a trabalhar nas publicações "A Esquerda" e "A Batalha". Fazia o trabalho de redação e reportagem. Colaborou com o "Diário da Bahia" e, em 1940, ingressou no "Correio da Manhã", participando, ao mesmo tempo, das revistas "Carioca" e "Vamos Ler", ambas da empresa "A Noite". Foi um dos diretores da " Vanguarda Socialista", entre 1945 e 1946.

O jornalista Murilo Mello Filho, em depoimento de comemoração do centenário de Edmundo Moniz, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), destacou a trajetória de Moniz, enfatizando-o como sendo um intelectual de esquerda, ligado a corrente trotskista. Nos anos 1940, até a saída de Vargas e o término do Regime Estadonovista, Moniz monopolizou seus textos no *Correio*, para dar conta do debate da conjuntura política. A partir de 1945, volta seus textos para debater a história da URSS, do Partido Comunista e da democracia no Brasil. Cria uma série de textos fragmentados sobre a URSS e o Socialismo, que abarca desde a história da Rússia até o movimento bolchevique. Emanuel Gomes, destaca que naquele momento, no imediato pós-guerra, era difícil ser opositor ao comunismo oficial. (2018:5)

O conjunto de derrotas acumuladas pelos trotskistas e por Moniz ajuda a explicar o distanciamento com a política realizada nos quadros partidários. Ele passa a fazer da atividade cultural e da intervenção intelectual sua prática política. Nos últimos anos em que Stalin se encontra vivo, os textos de Moniz se tornam escassos no *Correio*, embora as fontes não indiquem relação que ultrapasse a coincidência. Muda também a materialidade de exibição do texto. Eles não são mais publicados aos domingos, na 2ª seção, destinada à arte, literatura e poesia. Seus textos são deslocados para o 1º caderno e deixam de versar sobre autores, leituras e história da URSS. Os últimos momentos de Vargas na presidência e a crise na sucessão do executivo são os principais temas sobre os quais Moniz se debruça. (2018:5)

Com a crise política desencadeada com o suicídio de Vargas, Moniz não mediu esforços para fazer coro pelo respeito às instituições, produzindo vários artigos denunciando Juarez Távora de uma possível articulação de golpe. Nas eleições que dariam a Juscelino Kubitschek e João Goulart o pleito pelo voto direto, Edmundo destaca que o resultado no processo para executivo federal foi “*a vitória da burguesia liberal e constitucionalista, apoiada pelas massas trabalhadoras, que veem no golpe e na ditadura bonapartista o maior atentado que se pode cometer no país, contra a sua evolução econômica, social e política.*” (MONIZ, 1955:2)

Vale ressaltar que, Moniz, ao apoiar a dobradinha JK-JANGO, não massacra ou esconde suas divergências com candidato a vice e sua herança varguista, “*o sr. João Goulart não merece a vice-presidência, mas reconhecemos o seu direito de disputá-la.*” (MONIZ, 1955:2)

Na presidência, Juscelino indicou Edmundo para ocupar a direção do Serviço Nacional de Teatro (SNT), órgão criado em 1937 com o objetivo de estimular companhias e gerar meios estruturais para o fomento do teatro nacional. Cargo que ocupou até o final do governo JK, retornando na gestão de Jango, deixando a direção pouco antes da deposição do presidente em 1964. Retornando a redação do *Correio da Manhã*, no cargo de redator-chefe, o jornalista Gilberto Negreiro desafiou Moniz, em entrevista, argumentando que o *Correio* ao dar apoio ao processo e posse do eleito em 1955, começou sua trajetória de decadência, perdendo sua combatividade e ao atrelar seu nome ao governo JK. Em resposta, Edmundo destaca que,

Ao contrário, o "Correio da Manhã" nessa época manteve a maior independência política. Inclusive, o "Correio" combateu a construção de Brasília, combateu vários ministros do governo de Juscelino. O próprio Lott (3), que o "Correio" tinha apoiado quando depôs o Café Filho e o Carlos Luz, o próprio Lott moveu uma ação judicial contra o "Correio da Manhã", porque ele estava atacando alguns aspectos da administração do Lott, que era a figura forte do governo de JK. Nessa época, o "Correio" acolhia, com muita simpatia, a UDN, que era um partido adversário de Juscelino. E, nas eleições presidenciais, o "Correio" não tomou uma posição ao lado de Juscelino. Ficou numa posição de equidistância, embora simpáticos ao Juscelino, mas não de apoio integral.

A proposta inicial deste artigo foi pensar o jornalista como sujeito protagonista do fazer jornalístico, Edmundo Moniz, em breve trajetória neste trabalho se coloca como enunciador de sua obra e de suas ideias, mesmo estas sejam ideologicamente afetadas. Trabalhando em um periódico de vertente liberal e conservadora, Moniz foi um colaborador único, ao ser refutado, pelo jornalista Gilberto Negreiro, em 1979, sobre possíveis divergências entre a direção do jornal e os colaboradores alinhados em outras correntes, Edmundo respondeu,

Nunca houve divergência entre os colaboradores e o jornal porque o jornal dava liberdade plena aos seus colaboradores, desde que assinassem os artigos e desde que não fosse uma posição frontalmente oposta à do jornal. Quer dizer, se viesse um colaborador pedir a dissolução do Congresso, fechamento da imprensa, evidentemente aí haveria um choque entre os colaboradores e a direção do jornal. Evidentemente, a direção do jornal não consentiria em uma coisa dessas. Mas, em suas linhas gerais, o "Correio da Manhã" sempre acolheu as colaborações dos mais diversos representantes das ideologias políticas e sociais. Nunca o "Correio" tomou uma posição dogmática contra essa ou aquela tendência. Ao contrário, vários elementos de esquerda colaboraram com o jornal. O José Oiticica, durante muitos anos, colaborou, defendendo os seus pontos de vista. E o "Correio" não era anarquista, pelo contrário, era contra o anarquismo, que achava uma utopia. Mas não impedia que um dos seus colaboradores escrevesse defendendo essa utopia. (MONIZ, 1979)

Ao pensar, a trajetória de Edmundo Moniz, enfatizamos que a década de 1950 e seus anos posteriores, existia dois níveis de autoria, o empresarial/institucional e o dos repórteres/redatores, responsáveis por produzir as notícias e artigos. Os profissionais poderiam estar em maior ou menor

sintonia com a empresa jornalística. O processo de modernização e profissionalização ajudou a homogeneizar o espaço de afirmação dos jornalistas e redatores no interior do campo jornalístico.

O ideário da objetividade que foi “defendido” no discurso jornalístico, a partir dos anos de 1950, fez com que se incorporasse mecanismos e formas, levando a uma pretensa neutralidade do sujeito jornalista. Essa ideia ajuda na formação da identidade do profissional, mas não exclui as formas anteriores. Os novos elementos surgem e passam a conviver dialogicamente com outros, em uma relação dicotômica. Portanto, a identidade do sujeito jornalista constrói-se na relação com o outro: o romântico, o idealista, e o homem da ciência. A ambivalência de defender o trabalho metódico, quase que maquinal (o que exige um profissional subordinado a regras), ao passo demonstrar originalidade, sujeito combativo (o que pressupõe um jornalista idealista), é um traço característico da identidade do sujeito jornalista. Se trata de um convívio tenso, que construiu o discurso jornalístico. Essa articulação fornece premissas que nos fornece os elementos com para distinguir o sujeito jornalista, dentro desse discurso, que leva a constituição de representações do indivíduo e de sua prática.

BIBLIOGRAFIA

AREAS, Daiana Maciel. Os intelectuais do *Correio da Manhã* e a modernização da Imprensa no Brasil. In: CORRÊA, Maria Letícia, CHAVES, Mônica Piccolo Almeida e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro, ContraCapa, 2016.

CONY, Carlos Heitor. Entrevista a Daniel Piza. PIZZA, Daniel. *Perfis & entrevistas*. Escritores, artistas, cientistas. São Paulo: Contexto, 2004. p. 194.

CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *A História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impress, 1982; e

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GOMES, Victor Emmanuel Farias. Edmundo Moniz e o Golpe de 1964. III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades. URCA, 2018. Site: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/83622.pdf>, acessado em 23/09/2019.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. Cadernos do cárcere: os intelectuais: o princípio educativo: jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

MENDONÇA, Sonia Regina; BARBOSA, Marialva. *Estado e comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Antonio Gramsci*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 4., 2006, São Luís. Anais... São Luis: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. CD-ROM.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950*. *Estudos Históricos*, nº. 31, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 287.

SITES

<http://www.abi.org.br/centenario-de-edmundo-moniz-na-abi/> Acessado em: 23/09/2019.

FONTES

MONIZ, Edmundo. A defesa do regime. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1955.

MONIZ, Edmundo. A Rússia e o Socialismo. *Correio da Manhã*, 31 de março de 1946, 2ª seção, Rio de Janeiro.

MONIZ, Edmundo. Depoimento. *Folha de S. Paulo*. 12 de janeiro de 1974.

MONIZ, Edmundo. *O golpe de abril*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MONIZ, Edmundo. Os pretextos para o golpe. *Correio da Manhã*, 21 de agosto de 1955, Rio de Janeiro.

MESA 8

Religiosidades e Africanidades

Debatedores:

Joana Bahia (FFP/UERJ)

Roberta Correa (UFF)

‘Vai Reunir todas as tendas, centros e terreiros de umbanda’¹: A trajetória da Confederação Espírita Umbandista e seu processo de institucionalização

Farlen de Jesus Nogueira
Mestrando pelo PPGHS-UERJ
Bolsista Capes

Introdução

A história da umbanda, apesar de pouco estudada, levantou importantes debates no campo acadêmico. Entretanto, no geral, as pesquisas se concentram no período entre as décadas de 1920 e 1945, com destaque para os estudos em torno do processo de formação e legitimação da umbanda junto ao Estado Novo varguista. Todavia, a história da umbanda ainda é pouco estudada no campo da historiografia. Entre os autores que estudam a história da religião no campo da história, podemos destacar Oliveira (2007), Sá Junior (2004) e Isaia (2015). Além disso, as pesquisas sobre umbanda analisaram, por diferentes modos, em grande parte, apenas a figura de Zélio de Moraes como possível fundador ou anunciador da umbanda por meio do “mito de origem da umbanda” (BROWN, 1985; BIRMAN, 1985; OLIVEIRA, 2007; SÁ JUNIOR, 2004; ISAIA, 2015). Fato que é apontado como uma “construção tardia” por Emerson Giumbelli (2002), ou seja, na concepção do autor, a aproximação entre Zélio e as origens da religião, de maneira mais sistemática, teria se dado somente em 1975, em um período de dispersão religiosa. Esse projeto teria sido concebido ao longo do terceiro congresso de umbanda, em 1973, sendo defendido pela União Espírita de Umbanda do Brasil, federação de umbanda que Zélio fundou, em 1939 (GIUMBELLI, 2002).

Contudo, para outros autores, como no caso de Ortiz (1991) a umbanda não teria tido um fundador específico e sim uma origem “multicêntrica”, não possuindo, portanto, uma data ou local de fundação. A religião seria fruto de diferentes transformações sociais e econômicas ocorridas em um determinado momento da história brasileira (ORTIZ, 1991).

Por conseguinte, ainda parece existir certa lacuna em relação a pesquisas que abordem as trajetórias de outros atores sociais que desempenharam um papel relevante na construção do movimento umbandista, como acreditamos ter sido o caso da figura de Tancredo da Silva Pinto². Por conta disso, no presente trabalho nos detemos sobre a trajetória da Confederação Espírita

¹ O título do presente trabalho faz referência a notícia de fundação da Confederação Espírita Umbandista publicada no jornal *Diário da Noite*, em 22 de junho, de 1950.

² Tancredo da Silva Pinto foi um dirigente umbandista e sambista, nascido na cidade fluminense de Cantagalo, em 1904, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, em 1979. Líder religioso da linha denominada “omolocô”, em 1950, fundou a Confederação Espírita Umbandista, tendo publicado diversos livros sobre o tema. Quanto à música, assinando como “Tancredo Silva”, foi autor de “Jogo Proibido”, de 1936, tido por muitos como o primeiro samba de breque, e co-autor de “General da Banda”, grande sucesso do carnaval de 1949, na voz do cantor Blecaute (LOPES, 2011, p.412).

Umbandista (CEU³), que foi fundada em 1950 por Tancredo, que foi defensor e divulgador da chamada “umbanda omolocô⁴”, que era uma concepção mais negra e “africanizada” de umbanda.

O recorte temporal do presente texto se dá entre os anos de 1950 e 1965, momento em que a intuição conseguiu levar a religião para o espaço público. Como fonte, analisamos documentos do arquivo da CEUB, matérias e colunas dos jornais referentes a instituição. Contudo, antes de abordarmos a trajetória da instituição, gostaríamos de discutir como se constituiu parte do campo religioso umbandista e como surgiram as primeiras federações de umbanda.

1.1. O campo religioso umbandista entre 1940 e 1950

Ao longo de parte da história da umbanda e também das religiões afro-brasileiras, a postura repressiva do Estado de Vargas, dominante até 1945, colocou os cultos afro-brasileiros numa posição de “semilegalidade”, pois a religião era praticada, em certo sentido, sob permanente vigilância policial (BIRMAN, 1985, p.82). Durante o Estado Novo (1937-1945), algumas casas de cultos afro-brasileiras sofriam “investidas” e “batidas policiais”, que, por vezes, acabavam com prisão de líderes e adeptos das religiões afro-brasileiras. Desta forma visando garantir a manutenção de suas práticas religiosas e também como uma forma de tentar controlar estas religiões. As casas de umbanda, assim como as dos demais cultos mediúnicos, passaram a ter que se registrar na delegacia de polícia a partir de 1941, por ordem do chefe de polícia do Estado Novo, Filinto Müller (SÁ JUNIOR, 2004, p.49).

Por conta disso, buscando garantir a manutenção de suas práticas religiosas e legitimar socialmente a umbanda em seu processo de institucionalização, em 1939, antes mesmo da instituição do registro, Zélio de Moraes (1891-1975) e outras lideranças umbandistas do período, fundaram a Federação Espírita de Umbanda, com o objetivo de institucionalizar a religião (BROWN, 1985). Assim, segundo a autora: “todas as federações que surgiram, desde a primeira em 1939, tiveram como eixo básico das suas preocupações o problema da discriminação social articulado com a repressão às casas de culto?” (BIRMAN, 1985, p.82).

A Federação Espírita Umbandista (FEU)⁵ fundada em 1939, buscou institucionalizar a umbanda, propagando uma concepção de religião mais calcada no kardecismo e no catolicismo,

³ A partir do presente momento, passaremos a nos referir a esta instituição como CEU.

⁴ O omolocô fora um antigo culto provavelmente banto, de origem e práticas obscuras, cuja expansão se verificou no Rio de Janeiro, em especial, na primeira metade do século XX. Desenvolvido principalmente por intermédio da liderança de Tancredo da Silva Pinto, sua difusão foi fruto de uma reação ‘reafricanizante’ à chamada ‘umbanda branca’, expandida a partir do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro em 1941. Reivindicando uma remota origem angolana, no âmbito da cultura dita ‘lunda-quioco’, o omolocô, parece ter sido apenas uma linha ritual da umbanda, que procurou reviver em parte a antiga cabula (LOPES, 2011, p.600).

⁵ A partir deste momento, passaremos a nos referir a esta instituição como FEU.

retirando possíveis relações da umbanda com as religiões afro-brasileiras (BROWN, 1985, BIRMAN, 1983,1985). Cabe lembrar que em 1954, a instituição alteraria seu nome para União Espírita de Umbanda do Brasil (UEUB⁶).

O modelo de umbanda defendido por esta instituição era o da “umbanda branca”, que foi propagado a partir do Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, difundido pela mesma instituição em 1941. Assim, neste evento, buscou se propor uma umbanda destituída de contatos ou referências com o continente africano, sendo a África, vista, na grande maioria das propostas apresentadas no evento, como um local onde a religião teria sido “deturpada” e se “degenerado” até chegar ao Brasil, local este que a religião teria evoluído, conseguindo atingir o seu aspecto atual (ISAIA, 1999).

Portanto, além de buscar propagar o modelo da “umbanda branca”, o Primeiro Congresso de Umbanda, organizado pela FEU pode ser entendido como a primeira tentativa oficial de “codificação” e “doutrinação” da religião, propagando, por meio dos intelectuais que apresentaram suas teses no evento (BROWN, 1985; ISAIA 1999).

Todavia, nem todos os intelectuais e líderes umbandistas do período concordavam com a UEUB e com o seu modelo de umbanda “desafricanizado”, que foi apresentado ao longo do Primeiro Congresso de Umbanda. Sendo assim, a partir de 1950, num contexto de expansão da religião e da democracia brasileira, que se deu com o chamado período democrático brasileiro (1946-1964), o campo religioso umbandista sofreria algumas importantes transformações com a criação de seis novas federações de umbanda, dentre elas a Confederação Espírita Umbandista, fundada em 1950 por Tancredo da Silva Pinto (BROWN, 1985).

1.2 A Confederação Espírita Umbandista

Conforme, abordamos no item anterior, a CEU foi fundada em 1950. Essa informação pode ser complementada a partir de uma notícia publicada no jornal *Diário da Noite* naquele mesmo ano. Segundo a matéria a instituição estaria sendo organizada e com seus estatutos impressos, com sede no Rio de Janeiro, funcionando de maneira provisória, no ano de 1950, na Avenida Paulo de Frotin, nº 75. A federação em questão teria em seu artigo 1º a sua atuação expressa em âmbito nacional, tendo o objetivo de reunir todas as tendas, centros e terreiros de umbanda⁷.

Quanto aos membros fundadores da instituição, além de Tancredo da Silva Pinto, também estariam presentes Laucília, Mamede José D’Ávila, Byron Torres de Freitas, Celia da Silva Dias,

⁶ A partir do presente momento, passaremos a nos referir a instituição, como UEUB.

⁷ *Diário da Noite*, 22/06/1950.

José Alcides, Yolanda da Silva Pinto, Francisco Barbosa, Paulino da Mata, Paula Silva Pinto, Olga da Mata, Carlos Cesar Serqueira Dias, Cherubina dos Santos D' Ávila, Januária Ferreira, Cenuto Silva, Alcebíades Abel, João Pessoa de Oliveira, Jurema Xavier e J.T. de Castro Alves (DIÁRIO DA NOITE, 1950, p.6).

A inserção social da CEU, ao que parece, era diversa, pois alguns de seus membros circulavam entre o mundo da música e o da religião. José Alcides, por exemplo, além de ser motorista era compositor, chegou a compor junto a Tancredo a canção “General da Banda”⁸.

Outro membro fundador da CEU sobre o qual conseguimos reunir algumas informações, foi Byron Torres de Freitas, que assim como Tancredo, era líder religioso da umbanda, sendo responsável por fundar e presidir duas federações de umbanda, respectivamente, a Federação Espírita Umbandista do Estado do Rio de Janeiro e a União Nacional dos Cultos Afro-Brasileiro, ao longo dos anos de 1950 e 1970. Byron teria sido iniciado⁹ na “umbanda omolocô” por Tancredo da Silva Pinto, sendo filho de Oxaguiã¹⁰ (PINTO e FREITAS, 1954, p.42).

Portanto, a inserção social da instituição era um pouco diversificada, já que seus membros circulavam entre o mundo da música e o da religião. Além disso, apesar de não termos provas documentais que nos levem a comprovar tal afirmação, os indícios nos levam a crer que os membros da CEU formavam uma espécie de “família de santo”¹¹, sendo a mesma conduzida por Tancredo da Silva Pinto, visto que Byron Torres de Freitas e José Alcides eram seus filhos de santo.

Byron também foi responsável por redigir durante 4 anos, a coluna “*Dos Sacerdotes de Umbanda*”, no jornal *O Dia*, junto a Tancredo. Essa coluna circulou entre 1953 e 1979. Nela, Tancredo e Byron expunham suas concepções doutrinárias em torno de sua concepção de umbanda, além de divulgarem notícias sobre eventos organizados pela CEU. A entrada desses intelectuais umbandistas no campo da imprensa, teria se dado, possivelmente, a partir de uma rede de sociabilidade mantida entre Tancredo e o político Chagas Freitas, que era dono do jornal *o Dia*¹². A partir desta entrada, os líderes da CEU começaram a divulgar de maneira semanal a concepção de

⁸ Música gravada pelo cantor Blecaute em 1949, em disco Odeon. Compositores: Sátiro de Melo, Tancredo Silva e José Alcides. Consultado em: <https://immub.org/>, no dia 19/05/2019.

⁹ Ato de iniciar-se, deprender dos segredos dos rituais e doutrinas e “fixar” orixá pessoal em sua cabeça, de entrar no mundo íntimo das divindades. “Obrigação de Cabeça” “Feitura de Santo” (CACCIATORE, 1977, p.153).

¹⁰ Forma jovem e guerreira de Oxalá. (CACCIATORE, 1977, p.210).

¹¹ A noção de família de santo é elucidada por Lopes (2011), pois, para ele, na religião dos orixás, está extremamente ligada à noção de família extensa, originada de um mesmo antepassado, englobando vivos e os mortos. Ao se romper o sistema de linhagens tribais ou familiares, criou-se uma irmandade religiosa que abarca os pais e mães de santo em um parentesco que vai além da ligação sanguínea para converter-se em uma linha horizontal abrangente e compacta na qual o orixá é, em princípio, o ancestral, divinizado ou mítico (LOPES, 2011, p.269).

¹² Alguns membros da instituição entrevistados ao longo da pesquisa apontam que Chagas Freitas era cliente religioso de Tancredo da Silva Pinto.

umbanda da instituição, ou seja, uma umbanda com uma identidade negra, mais próxima as religiões afro-brasileiras, como o candomblé, o que não agradou outros líderes umbandistas do período.

Sendo assim, como exemplo deste discurso, temos a matéria intitulada “Linhas e Falanges”, escrita por Tancredo e Byron, na coluna *Dos Sacerdotes de Umbanda*, publicada no dia 09 de setembro de 1954, onde argumentam que:

Sendo a Confederação Espírita Umbandista uma entidade fundada para reviver a tradição umbandista, é oportuno que se esclareça ao público sobre a origem da umbanda, que é uma religião antiga, professada pelos nossos antepassados africanos, que vieram para essa terra enganados e não apanhados a laço, conforme diz a História. Também há grande controvérsia a respeito da verdadeira origem da Umbanda. Elementos que se julgam entendidos em assuntos religiosos desconhecem por completo a nossa religião e alguns mesmo não escondem o seu desprezo, em virtude de haver sido trazida pelos escravos. Umbanda, meus caros leitores, quer dizer unificação das bandas ou das nações africanas. Foi criada pelos negros de Angola que praticavam o ritual Omolocô, tinha como Deus Supremo Zambi que, correspondente a Olorum Nagô. (O DIA, 1954, p.7¹³).

Portanto, podemos observar na coluna citada acima a apresentação e a defesa por parte dos intelectuais da CEU, da umbanda enquanto uma religião com origens africana, reafirmando sua antiguidade, buscando assim nomear uma realidade ou uma narrativa, que conferia uma história e uma tradição para a religião, a partir de um projeto de “reafricanização” da mesma (BOURDIEU, 1999; CAPONE, 2009).

Outro ponto a ser destacado é a crítica dos dois intelectuais umbandistas na coluna ao preconceito e o racismo por parte daqueles que viam a África e seus contatos com a religião de maneira pejorativa, talvez, uma possível menção a UEUB. A religião no Brasil se daria com a unificação das nações africanas. Ela teria sido criada a partir do ritual omolocô, portanto, seria chamada de “umbanda omolocô” (PINTO e FREITAS, 1967).

Assim, não podemos esquecer a importância e do valor estratégico dos discursos de identidades negras diante do racismo, mesmo que essa busca de uma tradição procure construir uma identidade essencialista, baseada em uma África mítica, que não existe na prática (HALL, 2013; CAPONE, 2009; GILROY, 2012). As identidades são híbridas e múltiplas, construídas dentro de discursos históricos, de maneira estratégia e posicional (HALL, 2000, 2013). Contudo, assim como no caso de construção de identidade cultural na situação da diáspora caribenha, trabalhada por Hall (2013), consideramos a importância de retrabalhar a África como um importante elemento subversivo na política cultural mobilizada pelos membros e líderes das religiões afro-brasileiras, no nosso caso, a umbanda com CEU.

¹³ O Dia, 09/09/1954.

Todavia, esse projeto de reafrikanização da religião proposto por Tancredo da Silva Pinto e os demais membros da CEU junto a umbanda, não teria agradado a todos os líderes umbandistas do período, pois, em 1954, por meio do *jornal de Umbanda*, na coluna “*O que os outros dizem de nós*”, Tancredo e Byron teriam sido criticados pelo então jornalista Lourenço Velho. O *jornal de Umbanda* era de propriedade da UEUB.

Assim sendo, em março de 1954, temos a primeira crítica dirigida a Tancredo e Byron escrita por Lourenço Velho. Segundo a nota publicada na coluna:

O Dia continua semanalmente a publicar as entrevistas de Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas. Se não fosse o título que eles deram a sua organização- Confederação e Federação Espírita Umbandista, nada teríamos a contraditá-los, pois são elementos muito capazes e conhecedores profundos do “Candomblé” termo que no nosso fraco entender deveria substituir o Umbandista no nome de suas organizações, a fim de evitar confusões, porque Umbanda é coisa diferente e as práticas umbandistas, filosofia, a mitologia e os objetivos, como frisamos em artigo de autoria do diretor deste jornal, neste número publicado na primeira página, Umbanda não é Candomblé (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.1¹⁴).

Nesta primeira nota podemos observar uma tentativa por parte de Lourenço Velho em deslegitimar tanto a atuação de Tancredo como a de Byron e seu discurso frente à umbanda, colocando os mesmos na categoria de “falsos umbandistas”, sendo ambos identificados como candomblecistas, marcando assim uma linha ou fronteira entre a umbanda e o candomblé. Portanto, a ideia de “umbanda branca” defendida pela UEUB, era incompatível com uma umbanda mais próxima das religiões afro-brasileiras, como era o caso da CEU.

Não obstante, a CEU ter disputado parte da primazia sobre o campo religioso umbandista com a UEUB ao tentar nomear uma realidade para a religião, em 1956 teria ocorrido a primeira tentativa de unificação destas instituições no chamado “*Colegiado Espiritualista do Cruzeiro do Sul*”, que existiu até o início da década de 1960 (BROWN, 1985). O motivo de unificação das duas instituições teria se dado a partir de interesses políticos, pois o colegiado buscou reunir algumas federações de umbanda do Rio de Janeiro com o intuito de apoiarem candidaturas políticas, mas a instituição não conseguiu obter êxito.

Mas, para além das disputas no campo religioso umbandista, outra dimensão que nos chama a atenção na trajetória da CEU e a sua dimensão pública¹⁵. Visto que a instituição levou em algumas ocasiões, parte de sua concepção religiosa para o espaço público. Um desses eventos acabou ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, quando a federação de umbanda organizou com respaldo do poder público o evento “Você Sabe o que é Macumba”, empreendido no Maracanã, em 1965.

¹⁴ *Jornal de Umbanda*, março de 1954.

¹⁵ Para mais informações sobre religiões afro-brasileiras e espaço público, ver Bahia 2017.

A CEU teria ajudado na organização do festejo, que foi noticiado também pelo jornal *Diário de Notícias*, por onde foi apresentada uma descrição mais geral da festa. Assim, no dia 8 de maio de 1965, na página 6 do jornal, foi publicada a seguinte matéria com o título: “Você Sabe o que é Uma Macumba¹⁶? Dia 13 vem aí”.

Noitada de Deuses

Na noite de 13 de maio, às 18 horas, no Maracanãzinho, baseado numa ideia do sr. Tancredo da Silva Pinto, vai mostrar os deuses do panteon da Umbanda. Ogum com seu criado Exú¹⁷, interessado em Oxum¹⁸ Oxóce¹⁹, Oxalá e Yemanjá. Todos os deuses grandes e pequenos que povoam os cultos afro-brasileiro estarão desfilando em suas vestes características, ao som da macumba, dos atabaques e de todos os instrumentos que marcam o ritmo das danças culturais umbandistas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p.5²⁰).

Portanto, o evento tinha o objetivo de apresentar alguns aspectos da umbanda e dos cultos afro-brasileiros à sociedade carioca. Mas, essa apresentação ganharia um tom artístico, pois segundo a organização do mesmo, a festa não seria uma cerimônia religiosa e sim folclórica (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p.6).

Esse evento foi apoiado pela secretária de Turismo do Estado da Guanabara, que naquela época era governado por Carlos Lacerda²¹, que chegou a ser convidado para o evento, mas não compareceu ao mesmo (JORNAL DO BRASIL, 1965, p.5)²² A festa acabou ocorrendo no Maracanã e serviu para a apresentação da religião no espaço público, mesmo de maneira artística e,

¹⁶ Segundo Bahia (2019), “o termo macumba é polissêmico e possui muitas interpretações. Na região do Rio de Janeiro, o termo macumba foi usado para designar coletivamente todos os cultos de origem africana, como o termo calundu na época colonial (CAPONE, 2009; SILVA, 2005). Esta se origina do encontro entre as crenças dos escravos, a influência indígena e a magia de origem ibérica. Atualmente, macumba é um termo que aparece na fala dos adeptos das religiões afro brasileiras como modo de referências aos centros, às giras e às e as sessões de consulta dispersos pelos subúrbios cariocas. Este se refere às práticas, lugares e sociabilidade conectada com a presença de espíritos (CARDOSO, 2012, p.180). Entretanto, há autores que mostram que o mesmo termo passou a ter uma conotação negativa, designando aquele que se entrega à magia negra. Linguagem de santo é mais usada pelos fiéis dos cultos afro brasileiros (CAPONE, 2009). Macumba é usada também como termo pejorativo no jargão pentecostal brasileiro, usado para acusar as religiões afro brasileiras de feitiçaria ou magia negra. Esta palavra é bastante usada, mesmo em contextos transnacionais em países aonde as religiões pentecostais migraram. Segundo os pastores pentecostais brasileiros em Moçambique, a raiz de todo mal está na África, por que os escravos africanos enviados ao Brasil construíram a base dos cultos afro brasileiros com os conhecimentos que trouxeram de lá (VAN DE KAMP, 2012 : 63). Esta palavra marca a circulação de imagens do Atlântico lusófono, espaço de produção histórica e cultural formado pelos encontros coloniais entre Portugal, Brasil e África. É também usado pelo pentecostais como sinônimo de feitiço. Desde o período colonial a ideia de feitiço (literalmente algo feito) era um termo crioulo usado pelos europeus para chamar os amuletos usados pelos africanos (SANSIROCA, 2007). Este termo passou a significar não apenas elementos mágicos, mas também os deuses e os sacerdotes africanos. Em muitos contextos africanos, a palavra feitiçaria era algo que não deveria ser falado, mas uma classificação para o "incivilizado" que lidava com isso” (FRY, 2000). Entrevista realizada com Joana Bahia, em 30/06/2019.

¹⁷ Orixá iorubá porta voz dos orixás, é quem leva as oferendas dos fiéis e, na condição de mandatário, protege os cumpridores de seus deveres e pune os que ofendem os orixás ou falham no cumprimento das obrigações (LOPES, 2011, p.266).

¹⁸ Orixá ioruba das águas doces, da riqueza, da beleza e do amor (LOPES, 2011, .505).

¹⁹ Orixá iorubá da caça e dos caçadores (LOPES, 2011, p.504).

²⁰ *Diário de Notícias*, 08/05/1955.

²¹ Não conseguimos informações documentais que abordem a relação do governador com a CEU.

²² *Jornal do Brasil*, 14/05/1965.

em certo sentido, estereotipada. Entretanto, acreditamos que este festejo pode ser entendido como uma oportunidade, aproveitada pelos líderes da CEU, de expor por meio da arte, simbologias afro-brasileiros, como deuses, vestimentas e cânticos afro-brasileiros no espaço público, pois não podemos esquecer, que ao longo da história desses cultos, “as *performances* artísticas com inspiração religiosa, colaboraram para a socialização de crenças e práticas rituais expandindo seu conhecimento e atraindo interessados nos cultos afro-brasileiros, transbordando elementos simbólicos para fora dos terreiros” (BAHIA e VIEIRA, 2017, p.185).

Desta forma, acreditamos que a esfera pública não pode ser interpretada como um espaço vazio, “mas deve ser tratada como um fluxo de interações discursivas que carregam as incertezas, as aspirações, os medos e as esperanças de falantes e ouvintes” (MONTERO, 2012, p176). Quando os agentes religiosos precisam agir publicamente, estes precisam aprender à semântica e os jogos de cada situação específica (MONTERO, 2012).

Logo, não podemos negar a importância destes eventos, pois estas festas eram espaços, que estes líderes umbandistas encontraram, ao longo de suas trajetórias, por meio de suas escolhas e possibilidades e redes de sociabilidade, para apresentarem suas concepções religiosa no espaço público²³. Os caminhos trilhados pela CEU, por meio de suas lideranças, foram escolhas possíveis para homens, em certo sentido, desprestigiados socialmente, que carregavam consigo elementos identitários que eram discriminados em uma sociedade hierárquica, excludente e racista. Desta forma, cabe lembrar que, os cultos afro-brasileiros, por serem dinâmicos, assim como suas práticas e representações, tornam permeável o trânsito entre o campo religioso e a sociedade, sendo passíveis de influências mútuas (BAHIA e VIEIRA, 2017, p.182).

Portanto, conforme pudemos observar, a umbanda se constituiu enquanto uma religião complexa e multifacetada. No presente trabalho, mapeamos parte da trajetória da CEU, fundada por Tancredo da Silva Pinto, demonstrando como a instituição se formou e buscou nomear uma realidade frente a um campo religioso.

Fontes Consultadas:

²³ Não podemos esquecer que os umbandistas, neste interim, tiveram êxito em incluir temas da umbanda em celebrações públicas, como o dia 13 de maio, comemorado como “Dia da Abolição”, que também passou a ser celebrado como o “Dia dos Pretos Velhos”, espíritos de escravos africanos (BROWN, 1985, p.38). Nesta data, em alguns terreiros serve-se uma feijoada dedicada aos pretos-velhos. Esta tradição, segundo Brown (1985) começou nos primeiros anos da década de 1960, tendo como marco inauguração de uma estátua em homenagem a um ex-escravo octogenário, o “pai Quincas”, por iniciativa da CEU, em 1958. Está estatua tornou-se tornou o ponto central de uma celebração pública, realizada em Campo Grande que celebrava o “Dia da Abolição”, onde deputados, autoridades e mesmo governadores chegaram a dar apoio político e financeiro (BROWN, 1985, p.38). Essa festa viria a ser conhecida como “festa de Inhoaiba”. Disponível em: <https://cefeco.wordpress.com/2013/08/14/tancredo-da-silva-pinto/>, consultado em 12/07/2019.

I- Arquivo da Confederação Espírita de Umbanda do Brasil (CEUB)

Livros:

- PINTO, Tancredo da Silva e ALCIDES, José. *As Mirongas de Umbanda*. Rio de Janeiro: Editora Eco, (1954).

PINTO, Tancredo da Silva e FREITAS, Byron Torres. *Umbanda: guia ritual para a organização de terreiros*. Rio de Janeiro: Editora Eco, (1967).

II- Biblioteca Nacional

Seção de Periódicos:

- *O Dia* (1953-1965).

- *Jornal de Umbanda* (1954-1961).

- *Diário de Notícias* (1952-1959).

- *Diário da Noite* (1950-1960).

-*Jornal do Brasil* (1965).

-*Correio da Manhã* (1950-1965).

Referências Bibliográficas:

BAHIA, Joana. O Rio de Iemanjá: uma cidade e seus rituais. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Universidade Estadual de Maringá, vol. 10, nº 28, maio/setembro, 2017.

BAHIA, Joana; VIEIRA, Caroline. Performances artísticas e circularidade das simbologias afro religiosas. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v.09, n.27, p.171-188, jan /abr 2017.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. In: *Cadernos do Iser*. Rio de Janeiro Marco Zero, nº 18, 1985, p.9-45.

BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de Umbanda. In: *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro, nº 18, 1985, p. 85-105.

_____. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999.

CACCIATORE, Olga.G., *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*, Rio de Janeiro 1977.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra- capa Livraria/ Pallas, 2009.

FRY, Peter. O espírito santo contra o feitiço e os espíritos revoltados. *Mana*, pp. 65-95, 2000.

- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: *Caminhos da Alma. Memória Afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2002. p.183-217.
- HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- ISAIA, Arthur Cesar. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. In: *Anos 90*, vol. 11, nº11, 1999, p. 97-120.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. 3ª edição. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MONTERO, Paula. *Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. Rio de Janeiro: *Religião e sociedade*, 32(1): 167-183, 2012.
- NARO, N.; SANSIROCA, R.; TREECE, D. Cultures of the Lusophone Black Atlantic, New York, Palgrave-Macmillan, pp. 233-253, 2007.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro. Umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- VAN KAMP, Linda. *Violent Conversion Brazilian Pentecostalism and the Urban Pioneering of Women in Mozambique*. VRIJE UNIVERSITEIT. Amsterdam, 2012.
- VIEIRA, Caroline Moreira. *Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afroreligiosidades e o mundo da fonografia*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

‘As igrejas neopentecostais e a construção demonizante da África’

Alline de Assis Xavier Maia¹
Doutoranda do PPGHS

1- A lei 10.639 e a África na escola

A lei 10.639-03, posteriormente transformada na lei 11.645 em 2008, tornou obrigatório o ensino sobre a História da África em toda a educação básica, tanto na rede pública quanto na rede privada e visava sobretudo combater o racismo instituído em nossa sociedade. Fato é que a partir da promulgação da mesma assistimos ao aumento da produção de materiais didáticos visando atender à lei, como também observamos um aumento de cursos de formação continuada para professores objetivando efetivar a lei (GOMES, 2012).

Nas universidades notamos a difusão de cursos e disciplinas sobre a África que buscam formar os futuros docentes de história com maior domínio sobre a temática. Contudo, diferentes trabalhos de pesquisas têm nos mostrado que há um hiato entre a promulgação da referida lei e sua aplicabilidade nas escolas, visto que muitos docentes ainda se esquivam da temática em virtude das controvérsias que a mesma proporciona nas aulas. (BAKKE, 2011)

Tais trabalhos nos permitem pensar que junto à questão dos confrontos enfrentados em algumas aulas que abordam o tema, podemos constatar que o continente africano continua sendo visto de forma estereotipada. E que a visão de uma África subdesenvolvida, cheia de problemas sociais e econômicos ainda perdura, sobretudo através das narrativas históricas sobre o continente divulgadas em outros ambientes para além da escola, dentre os quais podemos citar filmes, programas e propagandas de TV, assim como também as narrativas construídas nas igrejas evangélicas e que muito influenciam o olhar dos alunos, em especial àqueles que se identificam como evangélicos. O grupo dos que se denominam evangélicos² foi escolhido como recorte para a

¹ Professora de História da rede pública estadual do Rio de Janeiro, no âmbito de município de São Gonçalo.

² Na América Latina, o termo evangélico abrange as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc.). Grosso modo, o pentecostalismo distingue-se do protestantismo histórico, do qual é herdeiro, por pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres. (MARIANO, 2004, p.134)

análise deste trabalho, em especial os que se identificam como pertencentes à Assembleia de Deus, em virtude desta denominação corresponder à parte identitária significativa dos alunos abordados para essa pesquisa.

Consideramos importante ressaltar que as igrejas evangélicas na atualidade justificam o trabalho missionário de suas respectivas denominações pela via da batalha espiritual, da luta entre Deus e o Diabo, sendo interessante entender a mesma para que a narrativa produzida nesses espaços seja melhor compreendida.

2- A narrativa missionária sobre a África: a luta entre o bem e o mal

A visão estereotipada da África não é novidade em nossa sociedade, visto que desde Heródoto, o continente e seus nativos sempre foram tratados como inferiores, fato que perdurou inclusive com o apoio científico no século XX (RODRIGUES, 2012). Assim, a suposta inferioridade dos africanos foi justificativa para inúmeros momentos históricos turbulentos, como o tráfico de escravos, e também refletiu-se na Conferência de Berlim.

Nosso trabalho não visa tratar de todos esses momentos históricos, mas pretende analisar como no desenvolver do século XXI, mesmo após a queda de muitas teorias científicas racistas, a divulgação do continente como um lugar primitivo, continua a perpetuar-se, negando-se a existência da modernidade e seu aparato tecnológico ao continente, como se o mesmo não tivesse outras questões além da desigualdade social e conseqüentemente da fome.

Para esta análise, partiremos de palavras proferidas por líderes religiosos nas redes sociais e a repercussão das mesmas nas salas de aula pelos alunos que se identificam como evangélicos.

As postagens do deputado federal e pastor Marcos Feliciano no twitter, quando assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados em 2013, chamaram a atenção de muitos por seu discurso de ódio. Dentre os inúmeros dizeres do pastor e deputado na rede, um chamou a atenção para esse respectivo trabalho uma vez que estava relacionado à disciplina de história, com ênfase para a história da África. Nas palavras do pastor,

“Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis twitters, rs; A maldição que Noé lança sobre seu neto, Canaã, respinga sobre o continente africano, daí a fome, pestes, doenças,

guerras étnicas!” no qual o mesmo disse que a África era um continente amaldiçoado.” (DIP,2018)

As palavras proferidas pelo mesmo foram encaradas como desrespeitosas, com destaque para os especialistas em História da África e para o movimento negro, já que eram de fato chocantes. Porém, a fala do pastor e deputado federal não ecoou com estranheza dentro de muitas igrejas evangélicas, principalmente dentro da Assembleia de Deus³, denominação na qual o deputado faz parte, e têm grande visibilidade junto à figura do pastor Silas Malafaia, outro líder religioso de grande visibilidade dentro dessa denominação(DIP, 2018), muito conhecido em virtude de suas divulgações agressivas nas redes sociais, nas quais defende a “família tradicional” das demandas defendidas pelos comunistas e ‘esquerdopatas’, ou ainda da ‘petralhada’.

A Assembleia de Deus foi escolhida, como já mencionado, visto a quantidade de alunos que se identificam como membros desta denominação na escola analisada. Lembramos que esta denominação caracteriza-se pelo pentecostalismo, que consiste no dom da cura e da glossolalia, ou seja, falar línguas estranhas. Freston(FRESTON,1994) dividiu o pentecostalismo brasileiro em três momentos no qual o terceiro é o que mais nos interessa para esse trabalho, visto que caracteriza-se pelo surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus, que através da teologia da prosperidade, sacudiu as demais igrejas pentecostais que até então estavam instaladas no Brasil, provocando nas mesmas reformulações para que não perdessem a disputa dentro do campo religioso, visto que até então as igrejas pentecostais privavam pelos costumes puritanos de santidade, principalmente em relação às vestimentas. Assim, as IURD inaugura um novo momento entre as chamadas igrejas evangélicas ao minimizar, de acordo com Mariano os diversos traços sectários e ascéticos do pentecostalismo brasileiro.

Ressaltamos que essa ideia divulgada por Feliciano e por outros representantes políticos evangélicos, em relação aos africanos ou aos afro-brasileiros, como as proferidas pelo atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro, no qual depreciou a imagem dos quilombolas numa palestra, estão relacionadas à chamada teologia do domínio. Tal teologia, de acordo com Mariano (MARIANO, 2003) ainda é menos reconhecida que a teologia da prosperidade, mas que tem como uma de suas características o comportamento bélico de seus seguidores, com destaque para as

³ De acordo com Aguiar (AGUIAR, 2018), o município de São Gonçalo possui destacada concentração de residentes que se declaram evangélicos pentecostais (155.767 pessoas). Em escala regional, entre os municípios metropolitanos do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo ocupa a quarta posição no número de fiéis da Assembleia de Deus (78.722). É o terceiro município em fiéis que se declaram da Igreja Universal do Reino de Deus (17.814) e ocupa o segundo lugar no quantitativo de fiéis de “outras ” deno minações” pentecostais (38.862).

igrejas neopentecostais. Mariano destaca que no início dos anos 90, surgiram novas concepções neopentecostais nos Estados Unidos, de guerra espiritual e que teve rápido crescimento no Brasil.

Neste sentido, todas as lutas dos cristãos, nos mais diferentes âmbitos estão relacionadas às lutas dos cristãos contra o diabo, e pode ser reconhecida como a teologia do domínio. Neste sentido, Mariano destaca que essa batalha espiritual é realizada contra demônios específicos, espíritos territoriais e hereditários. Neste sentido, os demônios dominam os seres humanos ligados a esses grupos sociais e que também estão presentes nestas mesmas regiões onde se encontram, tais como igrejas, terreiros, centros e outros. e assim, precisam ser libertos por meio de oração, guerra espiritual e em casos específicos por que não a força física, como podemos detectar nsa invasões de terreiros no rio de Janeiro, com destaque para a baixada fluminense , como também a perseguição contínua de seus adeptos, nos mais variados locais, com destaque para os casos que ocorrem no espaço público da escola pública, por funcionários públicos, no caso diretores e professores como relatado nos meios de comunicação nos últimos anos.

Assim, a teologia da dominação destaca que a desigualdade social, a violência, a injustiça podem ser explicadas através das maldições hereditárias ou territoriais. neste sentido, Mariano destaca que essas denominações hipertrofiaram a guerra entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade.

A teologia da prosperidade propiciou o abandono desse ascetismo, uma vez que a pobreza material, passou a ser associada a falta de fé. Neste sentido, a teologia é antes de tudo uma salvação terrena. Assim, o fiel dizimista em dia com suas obrigações , tem a possibilidade de exigir de Deus sua prosperidade terrena. A fé em Deus é um recurso para o fiel se dar bem no mundo. Nessa lógica, se antes eram apolíticos, agora, os evangélicos não querem mais o rótulo de excluídos social e politicamente. Querem estar presentes em todos os setores, inclusive dentro da política.

Contudo, o que nos chama a atenção é que tais dizeres ecoam com certa naturalidade por parte significativa da sociedade brasileira adepta das chamadas igrejas evangélicas, chegando à escola, às salas de aula através dos posicionamentos de muitos alunos em relação ao continente africano. E essa divulgação não é uma novidade do século XXI, visto que a própria Igreja Católica, impulsionou a divulgação da chamada maldição de CAM⁴, como justificativa para a escravização

⁴ Rosiane Rodrigues em seus estudos, mostrou que a Igreja Católica pretendia conter o avanço do Islã na África, iniciado no século VII e já completamente estabelecido em muitas sociedades africanas. Por isso, mandou escravizar e expropriar todos os 'infieis' encontrados por lá. Por outro lado, os portugueses buscavam melhores condições para

dos negros africanos, durante a Idade Moderna, na qual os negros africanos eram vistos sob o olhar da demonização, justificando o processo de escravização como perspectiva de resgate dessas almas.

Assim, muitos acreditam que os problemas sociais que assolam o continente ainda hoje estão relacionados à essas maldições e a saída dessa situação está relacionada à evangelização, à investida de trabalhos missionários por parte das igrejas neopentecostais, que segundo relatos de alunos, matriculados em uma escola pública de São Gonçalo, localizada na favela do “Risca Faca”, no bairro de Maria Paula, funcionam como uma tentativa de resgate por parte dessas igrejas. Essa concepção fica em evidencia quando analisamos as definições de bem e de mal para tal segmento. De acordo com Mariano, o mal pode ser definido como todos os problemas que assolam a vida humana na contemporaneidade, tais como: doenças, baixos salários, desemprego, na briga entre cônjuges, no desentendimento entre pais e filhos, na separação amorosa, no alcoolismo, no vício, na solidão, na depressão, enfim, nos mais distintos problemas que afetam os seres humanos(MARIANO, 2003, p.24)

Assim, expulsar o demônio consiste em expulsar esses males sociais também, uma vez que eles responsabilizam o diabo e os demônios por todos esses males. Daí a justificativa para a necessidade de combatê-los. Por isso, dentro dessa concepção os rituais de exorcismos tornam-se fundamentais, tanto quanto a evangelização, visto que livrar-se do diabo pode significar livrar-se de tais problemas sociais (MACEDO,2002).

Por outro lado, o bem é definido, ainda segundo o autor, na ideia de prosperidade nas diferentes vertentes, materiais, físicas, na felicidade familiar, no sucesso profissional, entre outros. Dessa forma, a principal atribuição divina reside no fato de curar, e abençoar as pessoas que de alguma forma estão sendo vítimas da ação demoníaca. Em outras palavras, o diabo tenta a todo tempo retirar os fiéis de Deus e para tanto utiliza-se de diferentes disfarces, que nem sempre são percebidos pelos que estão sendo afligidos. Nessa guerra espiritual, os homens também estão imersos, mesmo que não estejam conscientes disso. O diabo está sempre na dianteira, armando, e cabe a Deus o ataque, utilizando-se dos seus fiéis, expulsando demônios e evangelizando. Aliás o evangelismo deve estar presente a todo tempo na vida dos mesmos, nos mais variados setores de vida, afim de conquistar cada vez mais almas. O combate, é portanto uma precondição na vida do crente.

adquirir ouro e prata. Esses motivos fizeram com que a lenda da maldição de Cam se ajustasse perfeitamente aos objetivos tanto da Igreja-que pretendia aumentar o número de fiéis- quanto do reino de Portugal. (RODRIGUES, 2012)

Nesta disputa, é necessário identificar onde o diabo se disfarça, e para muitos esse disfarce está nas religiões de matrizes africanas e kardecistas, uma vez que o diabo tenta a todo tempo ser adorado no lugar de Cristo. Para tanto, são desenvolvidas as ideias de que as pessoas podem estar possuídas por diversas pontes: pela hereditariedade, assim como pelos espíritos territoriais, no qual o diabo age sobre diferentes áreas geográficas (bairros, cidades, países), grupos étnicos, tribais e religiosos. Dentro desse âmbito, o continente africano encaixa-se perfeitamente dentro do discurso que se propaga, uma vez que as religiões mais combatidas pelo grupo, no caso brasileiro, as religiões de matrizes africanas são associadas ao continente e este fato explica os variados problemas sociais que atingem o continente e por isso a evangelização da África é justificada e necessária aos olhos do grupo.

3- A África e o diabo

Para entendermos parte das narrativas depreciativas sobre a África, propagadas nos espaços das igrejas em especial da Assembleia de Deus, foi realizado um trabalho etnográfico numa escola pública estadual de São Gonçalo durante um trabalho sobre o 20 de novembro, instituído como o dia da consciência negra, e tornado obrigatório a partir da lei. 10.639-03. Na escola escolhida foi realizado neste dia a culminância de um projeto, que teve por base indicativa da SEEDUC-RJ, um livro do cantor Martinho da Vila, intitulado “Crenças e credices”, no qual os professores espalharam em uma dada sala de aula, correspondente aos alunos em defasagem educacional, respectivamente a chamada turma de correção de fluxo. Salientamos que muitos alunos queixaram-se do incômodo que as imagens do ambiente lhes causavam, uma vez que eram imagens de pessoas vestidas de branco, em uma cerimônia religiosa afro-brasileira. Ressaltamos que num primeiro momento foi realizado um trabalho de observação da culminância do projeto, seguido de 5 entrevistas realizadas através da formação de um grupo focal após a realização do evento.

Para preservar as identidades dos alunos envolvidos, assim como da escola, os nomes dos mesmos serão mantidos em sigilo, sendo utilizado, de acordo com às normas do Comitê de Ética, nomes fictícios para os sujeitos em análise. Através dos relatos fica claro que o continente é associado à aspectos negativos, demonizantes e que a solução para os diversos problemas sociais e políticos instaurados neste continente, será possível somente via conversão dos habitantes ao cristianismo protestante, com ênfase para as igrejas evangélicas pentecostais, uma vez que para muitos somente essas denominações são consideradas preparadas o suficiente para o combate.

Para tanto consideramos importante destacar que tanto alunos quanto os professores carregam suas bagagens, suas biografias para as salas de aula (GONZALEZ, 2014). No nosso caso específico para as aulas de História que se dedicam ao estudo do continente africano. Neste sentido, é importante frisar que o ensino de história não está restrito à escola e que na atualidade, diversos canais tratam da história, pelas redes sociais, programas de TV e também dentro das igrejas, que constroem e divulgam suas narrativas sobre temas diversos, incluindo, a história do continente africano, como podemos evidenciar no seguinte relato de um aluno da turma de correção de fluxo, com 16 anos de idade:

“A professora mostrou uma parte legal da história. Mostrou aqueles bichos maneiros que têm lá. Girafa, essas paradas. Mas lá têm muita fome, muita morte, por causa que eles não aceitaram Jesus ainda. Lá o trabalho do capeta é de muita amarração. Até pra falar de Jesus

lá é sinistro. O missionário tem que ir muito ungido, por que esses caras cortam cabeça e tudo se descobrir que é crente. Porque lá é muita macumba. É feitiçaria, bruxaria, tudo de ruim. E o povo que sofre, porque passa necessidade. Na televisão tem uma propaganda de médico que mostra as crianças muito magras. Pele e osso. O pastor da minha igreja já explicou pra gente que o trabalho de missão na África é muito difícil e faz muita campanha, porque a passagem pra lá é muito cara. Ano passado teve o trabalho na igreja de missão e os adolescentes fizeram a bandeira de vários lugares da África, Angola, Congo, e cada grupo orava por um país foi legal, porque a gente viu mesmo a necessidade deles. Agora, a professora tem que ir lá na igreja pra ver o trabalho que nós faz na África, precisa de oração. Muita oração, porque lá há muito tempo que tem essas paradas de feitiçaria, de vodu. É sinistrão. Dá até medo!” (Entrevista com Miguel)

No relato acima podemos detectar muitas questões importantes, dentre elas a divulgação da África como um continente estigmatizado, dando a entender que nada possui de interessante e bonito para além da fauna e flora. Em alguns casos, os animais são mostrados como belos mas que seus habitantes são marcados pela extrema pobreza, devido à ligação com as religiões de matrizes africanas, como no caso divulgado pelas igrejas. Em outros meios de comunicação, são divulgadas imagens de pobreza e miséria extrema, fator que acaba por contribuir na justificação das narrativas divulgadas dentro das igrejas.

Outra aluna, de quinze anos, cita durante seu relato a existência de uma música, chamada de hino, divulgada durante a semana de oração em prol aos missionários. O trecho cantado pela discente, nos mostra a justificativa para o trabalho missionário e nos atenta para uma característica importante do grupo que consiste na insistente tarefa de evangelizar em todos os locais e oportunidades como um objetivo ontológico do crente. Eis o trecho:

“Quando eu tiver trabalhando vou ajudar muito os africanos. Eles precisam de evangelização. Na igreja eu gosto muito do hino que fala deles. É triste dá vontade de chorar. É assim o hino(...)Posso ouvir a África pedir por socorro. Ruanda, Somália, Nigéria. Clamando por um pouco de amor. Vou fazer tudo que eu posso fazer, eu vou. Tenho muito pra dar, eu vou O evangelho pregar (...) (Entrevista com Manuela)

Considerando tais pontos podemos dizer que muitas das vezes essas imagens divulgadas contribuem para que haja uma construção da África fora do âmbito escolar e que tais narrativas tendem a entrar em conflito com as palavras de muitos professores, que buscam tratar do continente em suas aulas. Neste sentido, quando os professores preparam aulas para trabalharem o conhecimento sobre o continente africano, tratando das diversidades internas da África, mostrando outros pontos que vão além dos conflitos étnicos, os alunos evangélicos concluem que todos esses pontos justificam as palavras dos seus respectivos pastores, no qual a África é um continente há

muito amaldiçoado, desde o antigo testamento, e que os problemas nos quais o continente está inserido, relaciona-se à falta de cristianismo pelo mesmo.

Para muitas dessas igrejas, como pronunciado pelo pastor e deputado federal, Marco Feliciano, a África é um local que necessita ser evangelizado, visto que toda a base maligna, com exus, e xangôs, se difundiram a partir desse continente, causando nesse território fome, doenças e miséria em função da religiosidade. Dentro dessa perspectiva, muitos alunos carregam essa visão, para a sala de aula, reforçada por familiares e líderes religiosos diariamente, uma vez que pesquisas mostram que diferentemente dos adeptos de outras religiões, os jovens evangélicos frequentam, no mínimo semanalmente os cultos, o que ajuda a reforçar sua cosmovisão bélica.

Assim, neste trabalho, chamo a atenção para o problema que é tratar os conteúdos de História da África, a partir do viés cultural-religioso em São Gonçalo. Este município há muito vem vivenciando ataques aos terreiros, pelos mais variados setores sociais, oscilando desde a ex-prefeita, Aparecida Panisset(AGUIAR, 2018), que nunca escondeu sua necessidade de ataque, passando pelos fiéis e pastores evangélicos e chegando aos traficantes, que como mostrado por Vital da Cunha(VITAL DA CUNHA, 2015), têm se convertido à religião evangélica e promovido verdadeiros ataques aos centros religiosos, atribuindo a esses espaços os enfrentamentos e operações policiais, uma vez que estes espaços, são para os traficantes convertidos, um espaço de evocação diabólica.

Ensinar História da África neste município, que tem como objetivo por parte das lideranças evangélicas ser elevado e reconhecido como a cidade mais gospel do Brasil- tem exigido cautela por parte daqueles docentes que consideram importante tratar a temática. Tais docentes, muitas das vezes, na tentativa de desenvolver um trabalho pedagógico com o intuito de exercitar a “tolerância” e combater a discriminação, acabam entrando num jogo, no qual acabam por reforçar as palavras desses líderes religiosos.

Ainda em relação as imagens presentes no projeto, que mostravam pessoas vestidas de branco, numa cerimônia religiosa, um aluno questionou o fato da professora não mostrar a verdadeira “cara da África”, ou seja, da África divulgada nas mídias e nas igrejas. Nestas igrejas há um reforço da estereótipo dos problemas sociais e políticos estarem relacionados às religiões afro-brasileiras, como podemos ver no seguinte trecho:

“Os africanos andam só de AK, “glokão”. O pastor falou que lá é um lugar miserável, o pessoal passa fome, que lá é assim por causa do capiroto, do coisa ruim, por isso que eles

são magros. Eu vi lá uma foto. Ele falou que lá é a cidade do Capiroto, eu nem boto o pé lá, tá brincando, vai... Acho que na Bahia é assim também, tá ligado? Você vê as fotos, só costela aparecendo. Mano, dá vontade de dar meu prato de comida pra eles...Come, come, porra! No inferno o fogo é sete vezes mais forte. É igual os menor da Mangueirinha, tudo magro, chega aqui na barriga maior barrigão, parece até mulher grávida. Na Mangueirinha, como, tem muita dessa parada de macumba, tá ligado? Eu falei: Qual foi professora, tu é dessas parada aí? Tá repreendido.” (Entrevista com Tiago)

Ainda nessa entrevista, podemos ver a ocorrência de associações entre a miséria e as religiões afro-brasileiras, uma vez que o aluno deixa claro que, segundo o pastor de uma igreja localizada na favela, a parte do território que mais apresenta problemas infraestruturais e sociais, é justamente aquele em que há mais adeptos de religiões afro-brasileiras, com a presença de um terreiro, que de acordo com a visão do aluno, contribui para a pobreza do local. Dessa forma, a apresentação do professor pela via cultural-religiosa em algumas localidades de São Gonçalo, reflete a disputa entre o bem e o mal, entre a credibilidade do professor e do pastor, para parcela relevante dos alunos evangélicos. Como pudemos observar, o aluno necessitava saber a opção religiosa da professora, para exercer sua identidade religiosa, que é de “pregador da palavra de Deus”, que deve ser exercida por todos os evangélicos, como ensinado por Soares, que incentiva o evangelismo em todos os lugares e a todo o momento tanto através da mídia eletrônica, quanto pelos livros publicados e de grande circulação entre os evangélicos.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, ratificamos que a partir da promulgação da lei 10.639-03, em que o ensino de História da África tornou-se obrigatório na educação básica, o continente passou a estar mais presente nas escolas. Contudo, os relatos dos discentes nos permite pensar que a África continua sendo vista sob a ótica estereotipada, na qual o subdesenvolvimento e seus perspectivas problemas econômicos, sociais e políticos, são vistos, por parte de muitos, como uma batalha espiritual, visto que as igrejas pentecostais, com destaque no presente trabalho para a denominação da Assembleia de Deus, contribui de maneira incisiva para a perpetuação de tal visão, justificando dessa forma o trabalho missionário.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Camila Fogaça. “*Deus abençoe São Gonçalo!*” – Uma prefeita na linha de frente da Guerra Santa. Dissertação de mestrado em História Social-UERJ, São Gonçalo, 2018. Orientação de Joana Bahia

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo: Terceiro Nome fapesp, 2009

BAKKE, R.R.B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei nº10.639*. Tese de Doutorado-Programa de pós-graduação em Antropologia Social, FFLCH-USP.2011.

DIP, Andreia. *Em nome de quem ? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Martinho José. *Fantasia, Crenças e Crendices*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2011.

FRESTON, Paul. . Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus. *Religião e Sociedade*, v.16, nº 3, 1994.

GOMES, Nilma Lino. “Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos”. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>

GONZALEZ, María Paula. *La historia reciente em la escuela*. Saberes y prácticas docentes en torno a la última ditadura. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Rio de Janeiro, Vozes, 2012

JUNIOR, Henrique Cunha. In: *DEZ anos da Lei Nº 10.639-03:memórias e perspectivas*. Regina de Fatima Jesus...(et al); Regina de Fátima de Jesus, Mairce da Silva Araújo e Henrique Cunha Júnior (organizadores).- Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MACEDO, Edir. 2002.*Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou Demônios*,15ed.Rio de Janeiro, Universal Produções.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, no 74 • pp. 135-154

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Nem “jardim encantado”, nem “clube dos intelectuais desencantados”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n.59, pp. 23-36, 2005

RODRIGUES, Rosiane. “*Nós*” do Brasil: estudo de relações étnico-raciais. São Paulo. Moderna, 2012

SOARES, R.R.1984.*Espiritismo: a magia do engano*.Rio de Janeiro, Graça Editorial

SOUZA, Marina de Melo. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. Revista História hoje. Vol 1, n.1, março de 2012

VITAL DA CUNHA, Christina. *Oração de Traficante: uma etnografia*. Ed: Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

Coleção Recôncavo: materialidade e representação

Bruno Rodrigues Pimentel
Doutorando do PPGHS-FFP, bolsista FAPERJ

Introdução

Neste trabalho, apresentaremos a Coleção Recôncavo de Carybé, objeto da pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP-UERJ. A Coleção possui representações imagéticas e literárias sobre temas do Recôncavo Baiano e um dos propósitos da tese, que está em construção, é analisar e compreender a maneira como esses temas foram desenvolvidos por Carybé e seus colaboradores. Assim, perceberemos como eles participaram da criação de uma imagem específica da cultura baiana. Mas neste artigo, iremos expor aspectos referentes a materialidade da Coleção Recôncavo e como ela foi representada.

Para isso, mencionaremos reportagens e anúncios de jornais, que encontramos por meio da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Algumas reportagens abordaram diretamente a Coleção e outras utilizam imagens da obra para desenvolver temas relacionados a cultura baiana. Analisaremos, neste trabalho, duas reportagens específicas. Uma de *O Jornal* e outra do *Almanaque do Correio da Manhã*. O propósito é demonstrar como a obra foi representada nos veículos de comunicação.

A vida social das coisas

Peter Stallybrass demonstrou que o objeto como memória é dotado de particularidades e o objeto como mercadoria é dotado de generalidades. Todo o objeto como mercadoria, possui um valor e o seu significado social possui um valor imaterial, invisível, suprassensível que estão permeadas de ideias e significações (STALLYBRASS: 2008, 43-44).

A narrativa de Stallybrass demonstrou que a roupa era uma moeda no século XIX, na Inglaterra. Mas era também memória. As roupas, assim como outros objetos, sobrevivem aos seus donos e produtores. Não importam o quão gastos os objetos estejam eles carregam memórias.

Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam através de lojas de roupas usadas, de brechós e de bazares de caridade. Ou são passadas de pai para filho, de irmã para irmã, de irmão para irmão, de amante para amante, de amigo para amigo (STALLYBRASS: 2008, 10-11).

De maneira análoga podemos pensar a Coleção Recôncavo de 1951. Não importa o quão gasto determinado exemplar da Coleção possa estar ainda assim ele permanece permeado de memória, de significado social, valor imaterial, ideias e construções.

O exemplar da Coleção Recôncavo utilizado para o desenvolvimento da tese, de onde resulta esse trabalho, foi comprado de uma loja especializada na venda de livros antigos e/ou raros. A loja fica na Avenida Nove de Julho, São Paulo-SP. A Coleção estava à venda em um site. Mas por não confiar em fazer a transação por meio desse site, foi estabelecido contato diretamente com o vendedor.

O senhor Givaldo Amaral explicou que não trabalhava com a loja aberta ao público e que, por isso, ele atendia somente com hora marcada. Combinamos a visita à loja para o dia 30 de dezembro de 2014, às 13h. O senhor Givaldo me recebeu em sua loja. Conversamos sobre frivolidades e logo fui verificar se os cadernos da Coleção Recôncavo eram da primeira edição, se de fato estavam em bom estado e se todos os números estavam completos.

A Coleção Recôncavo estava encadernada em dois livros de capa dura. Cada livro continha cinco dos dez cadernos. O primeiro livro continha os cadernos de 1 a 5 e o segundo livro continha os de 6 a 10. A Coleção encadernada desta maneira, pois esse foi o desejo de um antigo proprietário. As capas apresentavam desgastes, as extremidades das lombadas estavam danificadas, de modo geral a encadernação estava deteriorada.

A Coleção Recôncavo completa estava sendo vendida naquela ocasião por R\$ 100,00. Pensando na Coleção enquanto mercadoria, possuidora de um valor de troca, na época, teve quem considerasse excessivo o valor pago por aqueles livros velhos, com as páginas amareladas e manchadas, capa e lombada em péssimo estado de conservação.

Após efetivar a compra, conversamos sobre o autor do livro, sua trajetória e sobre seus colaboradores. Alguns deles eram autores de livros antigos que estavam à venda ali. Na conversa foram expostas particularidades da Coleção. Entre elas o fato de ter sido impresso 1.500 exemplares e que a obra resultava de uma bolsa concedida a Carybé pelo Governo do estado da Bahia. O senhor Givaldo não sabia dessas informações e, na verdade, pouco sabia sobre o autor dos desenhos da obra.

Stallybrass disse que Jenny Marx, esposa de Karl Marx, poderia levar para penhorar

finos guardanapos que vinham de uma antiga ascendência escocesa. Mas essa história de família, que era de importância indubitável para Jenny Marx, não tinha nenhuma importância para o dono da loja de penhores, a menos que isso representasse um acréscimo ao valor de troca dos objetos (STALLYBRASS: 2008, 65).

O dono da loja de penhores não pagaria pelas memórias pessoais ou familiares. Mas no caso da Coleção como objeto e suas especificidades, dotada de memórias, poderiam aumentar o seu valor de venda. Por desconhecer o valor imaterial da Coleção e, por conseguinte, suas peculiaridades o valor de troca foi pautado principalmente por causa dos desgastes materiais da mercadoria. Se o vendedor tivesse consciência da biografia do objeto, das memórias e das particularidades o valor de troca certamente seria maior do que foi estabelecido tendo como referência, principalmente, mas não somente, os aspectos materiais da mercadoria.

A Coleção Recôncavo enquanto mercadoria teve o seu valor de troca comercial desvalorizado por causa dos seus desgastes materiais, mas esses desgastes remontam a história desse objeto (STALLYBRASS: 2008, 64- 65), que, originalmente, foi impresso na Tipografia Beneditina e distribuído pela Livraria Turista em 1951. O exemplar da Coleção Recôncavo, negociado na capital paulista, passou por diferentes pessoas no decorrer dos seus quase 70 anos. Certamente sobreviveu aos seus primeiros donos até chegar a uma loja dedicada a venda de livros antigos e raros, quando foi adquirido para se tornar objeto de uma pesquisa desenvolvida no PPGHS, São Gonçalo-RJ.

O objeto, além de circular por diferentes estados, teve diferentes donos, não sabemos exatamente quantos. Além disso, o uso do objeto mudou, pois após ser comprado passou a ser usado como objeto de pesquisa. Provavelmente esse não foi o seu uso anterior.

Assim, a Coleção Recôncavo é pensada, em conformidade com a tese, sustentada por Arjun Appadurai, de que “as mercadorias, assim como as pessoas, têm uma vida social” (APPADURAI: 2008, 15). Segundo o autor, mesmo que as abordagens sobre as coisas/objetos/mercadorias estejam necessariamente condicionadas pelo pensamento de que as coisas não tem significação além das que lhes são conferidas pelas transações, atribuições e motivações humanas, a problemática reside no fato de que, pelo menos antropologicamente, essa verdade não destrama nem reflete sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. Para isso:

temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social. Nenhuma análise das coisas (seja o analista um economista, um historiador da arte ou um antropólogo) é capaz de evitar por completo o que pode ser denominado de fetichismo metodológico. Este fetichismo metodológico, que restituiu nossa atenção as coisas em si mesmas, é, em parte um antídoto a tendência de atribuir um excessivo valor sociológico às transações realizadas com as coisas (...) (APPADURAI: 2008, 17).

Assim, além das significações conferidas as coisas pelas transações, atribuições e motivações humanas para compreender a vida social das coisas, neste caso a vida social da Coleção Recôncavo, buscaremos seguir a sua trajetória, seus usos e os significados que estão inscritos em suas formas.

Nesta perspectiva a ideia de biografia dos objetos auxilia no entendimento da Coleção Recôncavo e em sua dinâmica social. De acordo Igor Kopytoff, a biografia de uma coisa é a história de suas singularizações, classificações e reclassificações. O autor sugeriu a pesquisa da biografia cultural dos objetos, estabelecendo que ao fazer a “biografia de uma coisa”, devemos nos questionar da mesma forma que faríamos com a construção de uma biografia das pessoas.

Igor Copytoff discutiu as modalidades de perguntas culturais para desvendar a biografia das coisas (KOPYTOPP, 2008, 92). Para o autor é vantajoso realizar as mesmas variedades e modalidades de perguntas culturais para desvendar as biografias das coisas. Além disso, ele propõe que ao realizar a biografia de um objeto, deve-se ter a preocupação em saber como este item foi construído culturalmente e dotado de significados específicos. Para isso, devemos considerar as especificidades culturais e históricas do espaço onde as coisas foram construídas e circularam.

Tal visão recai sobre a percepção de que não podemos desconsiderar que coisas ou objetos são também possuidores de uma vida social e que, assim como as pessoas, possuem uma biografia cultural e social. Appadurai enfatiza ainda que a biografia é apropriada para coisas específicas, enquanto passa por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, desta forma, uma biografia específica ou mesmo um conjunto de biografias. Acreditamos que desenvolver o exame de aspectos biográficos dos objetos possibilita realçar peculiaridades que de outra maneira seriam ignoradas.

Coleção Recôncavo

A Coleção Recôncavo, lançada em 1951, é composta por 10 cadernos, cada um desenvolve uma temática da região do Recôncavo Baiano, daí resulta, provavelmente, o nome atribuído a Coleção. Cada um dos cadernos, além de um conjunto temático de desenhos, possui um texto introdutório. Os textos foram assinados por Vasconcelos Maia¹, Odorico Tavares², José Pedreira³, Wilson Rocha⁴, Carlos Eduardo⁵, Pierre Verger⁶; e pelo próprio Carybé.

¹ Vasconcelos Maia nasceu em Santa Inês, Bahia, em 1923. Sempre se dedicou a literatura e, também, foi um dos fundadores da Revista Cadernos da Bahia. Escreveu a introdução do número 4, “Feira de Água de Meninos”, da Coleção.

² Odorico Tavares, responsável pela redação que inicia o volume 2, 5 e 6, respectivamente, “Pelourinho”, “Festa do Bonfim” e “Festa da Conceição da Praia” - da Coleção Recôncavo. Ele chegou a Salvador em 1942, aos 29 anos de

Cada número da Coleção Recôncavo contou com uma tiragem de 1.500 exemplares, deste modo, foram impressos ao todo 15.000 cadernos da Coleção pela Tipografia Beneditina⁷. Os exemplares de cada um dos números da Coleção foram numerados manualmente de 1 a 1.500. Cada caderno está organizado da seguinte maneira:

- 1- **PESCA DE XARÉU**: 21 desenhos de Carybé, texto de Wilson Rocha.
- 2- **PELOURINHO**: 27 desenhos de Carybé, texto de Odorico Tavares.
- 3- **JOGO DA CAPOEIRA**: 24 desenhos de Carybé, texto de Carybé.
- 4- **FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS**: 27 desenhos de Carybé, texto de Vasconcelos Maia.
- 5- **FESTA DO BONFIM**: 27 desenhos de Carybé, texto de Odorico Tavares.
- 6- **CONCEIÇÃO DA PRAIA**: 26 desenhos de Carybé, texto de Odorico Tavares.
- 7- **FESTA DE YEMANJÁ**: 27 desenhos de Carybé, texto de José Pedreira.
- 8- **RAMPA DO MERCADO**: 28 desenhos de Carybé, texto de Carlos Eduardo.
- 9- **TEMAS DO CANDOMBLÉ**: 27 desenhos de Carybé, texto de Carybé.
- 10- **ORIXÁS**: 38 desenhos de Carybé, texto de Pierre Verger.

Na busca por informações sobre a Tipografia responsável pela impressão e pela Livraria responsável pela distribuição dos cadernos descobrimos que eles foram lançados separadamente e que, a princípio, a Coleção contaria com nove números. O número 10, “Orixás”, inicialmente não iria ser lançado.

idade. Vinha do Recife, a pedido de Assis Chateaubriand, para dirigir os Diários Associados na Bahia. Lá, entusiasmou-se com a Bahia e tornou-se um promotor da cultura baiana e atuou como crítico de arte.

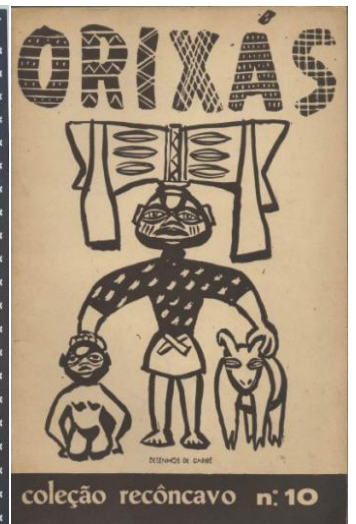
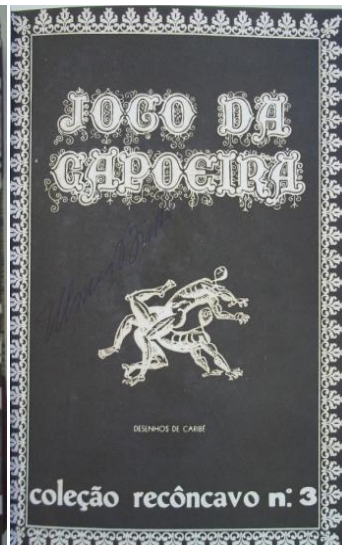
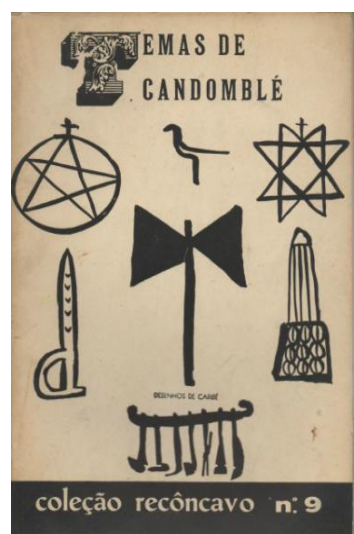
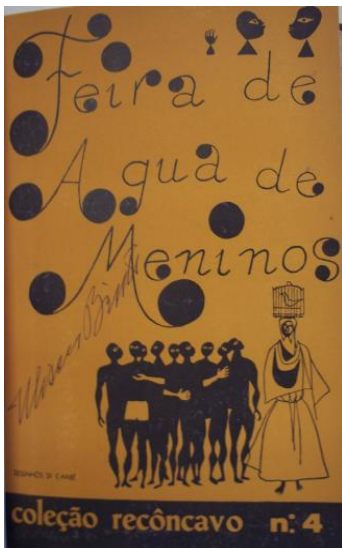
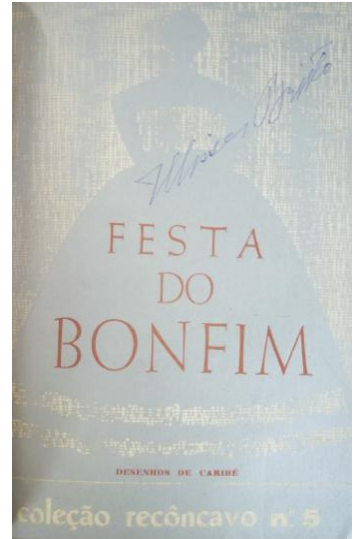
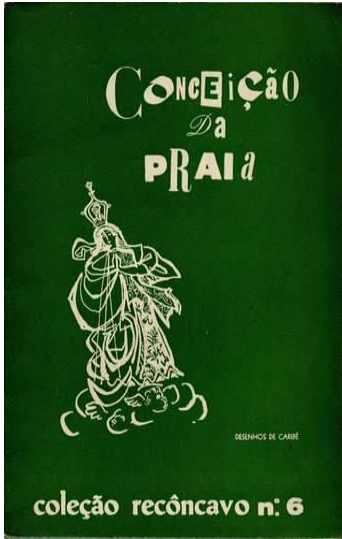
³ José Pedreira foi um dos fundadores do bar galeria *Anjo Azul* e escritor, também colaborou na Revista Cadernos da Bahia com o seguinte título “O culto às águas na Bahia” que foi ilustrado por Carybé. Neste texto, Pedreira comenta, sobre a força sagrada das águas baianas, e em especial o Dique, que, antes de qualquer coisa é a lagoa encantada onde habitam Oxum e Iemanjá. Ele foi responsável por escrever a introdução do número 7 da Coleção, “Festa de Yemanjá”.

⁴ Wilson Rocha responsável pela redação que inicia o volume 1 da Coleção Recôncavo, intitulado “Pesca de Xaréu”. Foi um dos fundadores da Revista Cadernos da Bahia, nasceu em Cochabamba, Bolívia, mas bem cedo veio para a Bahia. Ele foi poeta no decorrer de sua trajetória, adepto da poesia social.

⁵ Carlos Eduardo da Rocha, nascido em Basiléia, no Acre, em 1918, e um crítico de arte respeitado na década de 1950 no meio artístico baiano, foi um poeta. Os dois principais temas que o inspiravam eram o mar e os motivos baianos. Com a ajuda de Odorico Tavares fundou a Galeria Oxumaré. Na Coleção Recôncavo escreveu o número 8, “Rampa do Mercado”.

⁶ Pierre Verger fotógrafo e etnólogo nascido na França, também se sensibilizou pelos temas da cultura popular baiana. Verger foi o responsável pelo texto que inicia o número 10 da Coleção Recôncavo, intitulado “Orixás”.

⁷ A Tipografia Beneditina pertencia ao Mosteiro de São Bento da Bahia. Suas publicações tiveram início em março de 1900 e, de acordo com Vanilda Mazzoni, a Tipografia tem a sua história de criação relacionada ao Mosteiro de São Bento de Olinda, pois a Ordem baiana contou com expertise daquela instituição que já desenvolvia impressões tipográficas desde 1898. A Tipografia que inicialmente era modesta se transformou em uma empresa editora, assim seu nome foi alterado para Tipografia Beneditina Ltda. Essa nomenclatura foi usada como selo pela primeira vez em 1948. A tipografia mudou de selo 27 vezes ao longo da sua existência e na ocasião da publicação da Coleção Recôncavo seu selo era Tipografia Beneditina Ltda. – Salvador-Bahia. Seu funcionamento foi encerrado em 1980.



Encontramos 26 publicações no decorrer da década de 1950 que mencionavam a Coleção Recôncavo. As publicações foram encontradas por meio de uma busca na hemeroteca da Biblioteca Nacional. A palavra-chave usada para realizar a busca foi: Coleção Recôncavo. A maior parte das publicações discorria especificamente sobre a Coleção.

Publicações sobre a Coleção Recôncavo entre 1950 e 1959	
Jornais	Datas das publicações
O Jornal (RJ)	18/12/1951, 01/01/1955, 20/03/1955 e 27/11/1955.
Diário de Pernambuco (PE)	24/01/1952, 04/05/1952 e 04/12/1955.
A Cigarra (SP)	04/1952 e 02/1956.
O Cruzeiro: Revista (RJ)	19/01/1952 e 05/04/1952.
Correio da Manhã (RJ)	20/12/1951 e 15/05/1956.
Correio Paulistano (SP)	07/12/1955 e 11/12/1955
Carioca (RJ)	Dois publicações em 1954
Diário de Notícias (RS)	04/8/1957
Suplemento Literário (SP)	29/12/1956
Jornal dos Sports (RJ)	07/07/1955
Letras e Artes: Suplemento de A Manhã (RJ)	15/06/1952
A Noite: Secção de Fotogravura (RJ)	24/06/1952
Revista Rio (RJ)	GOSTO/SETEMBRO DE 1952
Tribuna da Imprensa (RJ)	15/03/1952
Jornal do Commercio (RJ)	16/09/1955
Correio Paulistano: Pensamento e Arte (SP)	05/10/1952

Em todas as quatro vezes que a Coleção Recôncavo foi citada em *O Jornal*, ver tabela acima, constatamos que ela foi representada como um repositório de cenas folclóricas caracteristicamente baianas. A Coleção foi pensada desde o momento imediato ao seu lançamento como sendo um inventário em que estava presente a descrição do patrimônio folclórico baiano, que, de acordo com o discurso, corria risco de desaparecer. A Coleção foi apresentada como sendo uma obra de arte com motivos folclóricos.

José Lins do Rego em crônica publicada em 18 de dezembro de 1951, em *O Jornal*, diz o seguinte:

Vem-me da Bahia, um admirável esforço de boa cultura uma coleção de pequenos livros de arte, como nunca se fez no Brasil. Todos os temas da terra e do homem com os seus trabalhos, [?], devoções, aparecem na “Coleção Recôncavo”, com a literatura de primeira ordem e desenhos magníficos de Caribé (sic) espécie rara de baiano nascido nas estranhas, mas com instinto místico como se fosse fecundado pela magia dos candomblés. Caribé tem alguma coisa de pai de santo, uma força estranha para ver as coisas, como se as coisas fossem feitas para as suas obras.

Nos cadernos, onde este maravilhoso desenhista fixou toda a alma mestiça da Bahia, há sinos e aspectos da vida quotidiana, com o movimento e a vibração da realidade mais poética. Nunca se fez coisa igual no Brasil. Nunca um artista tomou-se de paixão violenta por uma terra igual a esta paixão de caribé. Mestre na composição, na escolha dos temas, o que há de melhor na estupenda obra de Caribé é o seu gosto, a sua maneira de valorizar os objetos, dando-lhe o ritmo essencial. Não sei de mais perfeita realização de pesquisa folclórica do que a executou o mestre Caribé, em terras baianas. Pode o fim do mundo chegar para a Bahia, pode o petróleo destruir a natureza da humanidade mais original de nossa gente pode acontecer o pior “Á boa terra de Sinhô” porque com os cadernos de Caribé ficará eterna a terra que deu de mamar ao Brasil e onde o Senhor do Bom Fim montou casa para morar (REGO: 1951, 7).

Na crônica, Lins do Rego destacou muitos aspectos importantes. Os temas representados são, de acordo com o autor, da terra e do povo. Ao alegar isso Rego está fazendo referência a região do Recôncavo Baiano. Região que passava por transformações econômicas, sociais, culturais.

A exploração do petróleo e a “destruição da natureza humana”, incluindo maneiras de pensar, agir ou sentir, foram destacadas pelo autor. A indústria petroquímica estava causando, de acordo com o seu discurso, a destruição de aspectos originais da população da região do Recôncavo Baiano. Isso era motivo de preocupação, inclusive, do movimento folclorista.

De acordo com o texto, a Bahia poderia estar em meia a um processo de degradação, pois o fim do mundo poderia chegar para região do Recôncavo por causa da exploração e da destruição de aspectos genuínos “de nossa gente”. Lins do Rego afirmou que mesmo que o pior acontecesse a terra “que deu de mamar ao Brasil”, com os cadernos da Coleção Recôncavo os aspectos característicos da Bahia permaneceriam salvos na obra de Carybé. O autor iniciou a disseminação da ideia de que a Coleção Recôncavo eternizava os aspectos culturais característicos da região do Recôncavo Baiano. Ele afirmou que o pior poderia acontecer, que os traços autênticos poderiam deixar de existir, mas a Bahia permaneceria viva por meio da obra do desenhista.

Em meio ao lançamento da Coleção Recôncavo aconteceu o I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Ainda no decorrer de 1950 os jornais cobriram os preparativos para o Congresso. Eles noticiavam as reuniões com os membros da

comissão organizadora, a elaboração do regimento do congresso, assuntos referentes a submissão de teses, as atrações do evento, entre outros assuntos. O tema folclore estava sendo amplamente veiculado pelos periódicos e debatido por intelectuais naquele momento.

O próprio Lins do Rego explorou e descreveu as tradições, o folclore e o misticismo do povo nordestino nas suas obras, criando personagens inspirados, muitas das vezes, nas suas experiências. Ele também manteve relações com autores, como Gilberto Freyre, que estavam ligados ao movimento folclorista brasileiro. Inclusive Gilberto Freyre conhecia e reconhecia a obra de Carybé, que, como veremos, foi chamado por ele de “poeta-desenhista”.

Por esse motivo devemos destacar, que não foi por acaso, que Lins do Rego disse que Carybé executou perfeita pesquisa folclórica no desenvolvimento da Coleção ao alegar que desconhecia “mais perfeita realização de pesquisa folclórica do que a executou o mestre Caribé (sic), em terras baianas”. A obra de Carybé, além de artística, era reconhecida por ele como uma perfeita realização de estudo folclórico em consonância com o que estava sendo discutido naquele período.

O movimento folclórico brasileiro tinha urgência de atuação, pois, de acordo os próprios folcloristas, elementos culturais autênticos da nação estariam seriamente ameaçados pelo avanço da industrialização e pela modernização da sociedade. Por essa razão, o folclore devia ser imediatamente preservado e intensamente divulgado (CAVALCANTI, 3).

Lins do Rego destacou que Carybé retratou aspectos da vida quotidiana, com o movimento e a vibração da realidade mais poética. Os cadernos da Coleção Recôncavo são, nesta perspectiva, pensados como uma conservação dos aspetos folclóricos característicos do povo da região do Recôncavo Baiano. O cronista disse que ele fixou a alma mestiça e que ele foi mestre na composição e na escolha dos temas. Ele também destacou a relação de Carybé com o candomblé. A Coleção está repleta de símbolos que remetem ao universo mítico do candomblé. Mesmo os números que aparentemente não possuem relações diretas com esse universo.

Lins do Rego figura entre os romancistas regionalistas mais prestigiados. Participou ativamente do Movimento Regionalista do Nordeste, liderado por Gilberto Freyre. A obra romanesca de José Lins do Rego fixou a decadência da sociedade patriarcal, “onde o herói, solitário, vê-se dividido entre o passado decadente e um futuro que não se afirma” (REGO: 2012, 283). Rego nasceu na cidade de Pilar, no estado da Paraíba, em 1901. Seu pai era dono de fazenda de engenho e seu avô era Coronel, senhor de oito engenhos.

Lins conhecia com propriedade as transformações sociopolíticas da região do nordeste que tinha as suas atividades agrícolas em declínio. A região do Recôncavo Baiano passou por

transformações e essas mudanças são mencionadas sutilmente por Rego, na citação acima. Em meio ao declínio da produção açucareira e tabaqueira na região do Recôncavo, tem início a exploração do Petróleo na região com a sua descoberta em 1938 e exploração a partir da década de 1940 e 1950. Por esse motivo o romancista expressou que o fim do mundo poderia chegar para a Bahia ou que “pode o petróleo destruir a natureza da humanidade mais original de nossa gente”, mas a Bahia permaneceria eterna nos cadernos de Carybé.

A Coleção foi representada por Lins do Rego como sendo uma obra que eternizava uma Bahia que corria risco de desaparecer ou que estava em via de desaparecimento. Esse fato pode ser explicado por conta das transformações resultantes das mudanças estabelecidas na região do Recôncavo. A prospecção do petróleo era um risco para as expressões socioculturais originais do povo, de acordo com o autor. A exploração do petróleo, nesta perspectiva, pode ser lida como a representação dos novos tempos da mecanização e da industrialização que são contrapostas as tradições populares e ao folclore.

No *Almanaque do Correio da Manhã*, com periodicidade anual, lançado em 1957, encontramos a Coleção Recôncavo sendo utilizada com propósito distinto do que mencionamos acima. A reportagem do Almanaque não consta entre as 26, citadas na tabela, pois a Coleção não é mencionada diretamente, embora sete desenhos dela sejam usados para ilustrar a matéria. O responsável por escrever o artigo, que não foi assinado, se limitou a dizer que as ilustrações foram “escolhidas na obra que Carybé, o argentino que se fez baiano, vem realizando para a Livraria Turista” (CORREIO DA MANHÃ: 1957, 9).

O artigo se propõe a ser um roteiro turístico para facilitar a visita ao maior número possível de tesouros artísticos, no menor tempo. O artigo se destina a ser um:

(...) brevíário condensado daquilo que Salvador possui de mais caro no terreno das artes, orientando seus passos e seus olhos nessa caminhada pelas igrejas e tradições, travando contato com o patrimônio da velha província e com a interessante obra que os artistas contemporâneos principiam a construir. (CORREIO DA MANHÃ: 1957, 9)

O roteiro turístico tinha o propósito de orientar o visitante para que ele pudesse conhecer o que havia de mais estimado no terreno das artes, o patrimônio da antiga capital colonial e as tradições baianas. O roteiro perpassaria pelas tradições e patrimônios culturais mais antigos do país e por obras de artistas contemporâneos, entre elas constavam obras de Carybé. O roteiro considerava patrimônio cultural não apenas os bens tangíveis como a arquitetura, os museus, os monumentos, mas também os bens intangíveis como a religião, a música e as festas.

O artigo é intitulado “*Você já foi à Bahia?*” e foi desenvolvido no decorrer de nove páginas do *Almanaque*. A primeira página vem com o tópico “*Turismo em Casa*”, em seguida vemos o título em destaque e um desenho de Carybé que ocupa boa parte da folha. O desenho é o vigésimo primeiro na sequência do caderno número 6 da Coleção Recôncavo, *Conceição da Praia*. O texto que vem em seguida é uma resposta a pergunta enunciada no título (Você já foi à Bahia?), “pois se não foi vá (...)” (CORREIO DA MANHÃ: 1957, 8). Essas frases são trechos da música de Dorival Caymmi, *Você já foi a Bahia?* de 1941⁸.

No *Almanaque*, a Bahia é representada como sendo a origem do Brasil, lá de acordo com o texto, foi onde tudo começou, foi o “berço do país”. Salvador, naquele discurso, comportava os binarismos tradição e futuro, antigo e moderno. O artigo destacou, basicamente, os mesmos aspectos que são destacados na Coleção Recôncavo: Os saveiros, as comidas típicas, as festas religiosas, o Pelourinho, a capoeira, a música, a pesca de xaréu, o candomblé, Feira de Águas de Meninos, o Mercado. Todos os temas da Coleção Recôncavo são expostos no decorrer do artigo.

Conforme mencionado, o artigo contou com sete desenhos retirados da Coleção Recôncavo para a sua ilustração. O primeiro desenho faz parte do caderno número 6, *Conceição da Praia*; o segundo e o terceiro desenhos fazem parte do caderno número 5, *Festa do Bonfim*; o quarto desenho faz parte do caderno número 8, *Rapa do Mercado*; o quinto desenho foi retirado do número 2 da Coleção Recôncavo, *Pelourinho*; o sexto desenho utilizado faz parte do caderno número 4, *Feira de Águas de Meninos*; e o sétimo e último desenho usado para ilustrar o artigo também foi retirado do caderno número 2. No artigo, os títulos dos cadernos que os desenhos foram retirados não foram mencionados.

A Coleção não foi representada, neste caso sendo unicamente como um repositório de temáticas folclóricas, mas suas imagens passaram a ser atreladas ao turismo e usadas para a promoção de imagens de uma Bahia que estava sendo vendida turisticamente. Neste sentido a

⁸ O artigo nos permite estabelecer paralelos com a animação produzido pela Disney em 1944, *The Three Caballeros*. O filme é uma aventura pela América Latina que combinou *live-action* com animação e possui uma série de segmentos estrelados pelo personagem Pato Donald, que abre os presentes de aniversário que recebeu de seus amigos latino-americanos. O segundo presente de uma sequência de três é um livro intitulado Brasil, que contém informações sobre a cidade de Salvador – Bahia, entregue por Zé Carioca. Após Zé Carioca e Donald se cumprimentarem a primeira coisa que o papagaio pergunta é se Donald já foi à Bahia. Donald responde que não foi. Zé Carioca diz que ele não sabe o que perdeu após mencionar o romantismo, as músicas e fazer referência as mulheres da Bahia. Ele prossegue dizendo: “Como eu me lembro da Bahia. Que saudade eu tenho daquela música, a nossa música, a música da Bahia”. Na sequência aparecem cenas da cidade de Salvador ao som da canção *Na Baixa do Sapateiro* (SLOBIN: 2008, 264), composição de Ary Barroso gravada por Carmem Miranda em 1938, como se fossem lembranças ou um sonho de Zé Carioca.

Coleção Recôncavo participou junto a outras formas de representações da construção da(s) imagem(ns) da Bahia ou da cultura baiana.

A obra teve seu uso modificado e a maneira como foi representada também. Esses fatos nos permitem, por meio da análise, compreender aspectos referentes aos âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos, pois a biografia dos objetos nos auxilia no entendimento dinâmica social. Já que a biografia de uma coisa é a história de suas singularizações, classificações e reclassificações.

Referência Bibliográfica

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Trad. de Agatha Bacelar, Niterói: EDUFF, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 147. p. 69-78, out-dez. 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Entendendo o Folclore e a cultura popular*, p. 3. Este texto foi escrito em fins dos anos 1980, para o Setor de Difusão do Museu de Folclore Edison Carneiro para subsidiar seu trabalho com os professores de escolas de primeiro grau.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas; as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Trad. de Agatha Bacelar, Niterói: EDUFF, 2008.

REGO, José Lins do. Fogo Morto [recurso eletrônico], apresentação Benjamin Abdala Junior, 73ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória e dor*. 3. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte MG, Autêntica Editora LTDA, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Fontes

CARYBÉ, Pseud. Coleção Recôncavo. Salvador: Livraria Turista, 1951.

CARNEIRO, Edison. Antropologia e Folclore. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 de julho, 1961, s/p. Hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

REGO, José Lins do. Homens, coisas e letras. “Coleção Recôncavo”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1951.

VOCÊ já foi a Bahia? Almanaque do Correio da manhã, Rio de Janeiro, 1957.

Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patricio Teixeira

Caroline Moreira Vieira Dantas
Doutora/PPGHS-UERJ/ CAPES

A análise sobre as relações entre músicos negros e a fonografia na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX revelou questões importantes para a compreensão desse ramo comercial, o contexto de produção, divulgação e comercialização de discos, músicas e aparelhos sonoros. Por meio das músicas, os artistas angariavam reconhecimento artístico e profissional, expressando sua visão religiosa, política, cultural e social (VIEIRA, 2010).

Este período caracterizou-se pela formação da indústria fonográfica com a instalação da Casa Edison no Rio de Janeiro, referente à fase mecânica da fabricação de discos. Desde o início do século, a fonografia já mostrava envergadura no processo de produção e comercialização, com significativa quantidade de discos de gêneros populares tendo como alvo um mercado consumidor que se formava. Um universo musical consagrado pelo gosto popular, que era um excelente negócio para as empresas, e, por outro lado, uma oportunidade para músicos de origem popular.¹

Com a introdução da fase elétrica a partir de 1927, ocorreram melhorias técnicas na gravação, cuja principal foi o uso do microfone, acompanhadas de outras mudanças, compondo um novo cenário musical. A década de 1920 representou a consolidação da fonografia no Rio de Janeiro. Em particular, o final desta década guarda características próprias na produção de discos, representando um incremento na quantidade e na qualidade das gravações, o que permitia uma melhor audição. Significou também um momento de definição de identidades profissionais na carreira artística.

A partir desta década, ocorreram também aproximações entre as musicalidades populares e a radiofonia, o que conferiu impulso à fonografia e à carreira de alguns músicos, em especial, cantores. A rádio transmissão iniciou suas atividades no Rio de Janeiro nos anos de 1920, crescendo ao longo da década de 1930 e alcançando seu auge nos anos 1940 e 1950. (ORTIZ, 1994, p.38). Agiu como difusor de músicas e informações, representando uma ampliação do mercado de trabalho para músicos e um aumento do número de ouvintes de gêneros musicais populares. Assim, houve grande influência do rádio sobre o fenômeno das músicas populares, colaborando para sua divulgação. A partir de então, se constroem novos entendimentos e relacionamentos mais intensos

¹ A constituição desse setor musical contava com a popularidade alcançada pelos músicos antes de se relacionarem com a fonografia, uma vez que cantavam em bares, teatros e outros espaços da cidade. Entre 1902 e 1927 foram gravados aproximadamente sete mil discos, metade destes pela Casa Edison/Odeon. No período da fase elétrica há cerca de 28 mil discos brasileiros, entre 1927 e 1964. Neste período, a gravadora Odeon passou a produzir uma média de 150 lançamentos por ano (FRANCESCHI, 2002, p.198-208).

dos músicos com este meio de comunicação de massa, consolidando a carreira musical. Contudo, essa influência do rádio sobre a musicalidade popular não foi suficientemente analisada a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos diretamente nesse processo.

Há uma ligação estreita entre a fonografia e o rádio, pois, se por um lado, este ampliou o raio de alcance de músicas, colaborando para divulgação de discos e tornando conhecidos os artistas, principalmente os cantores; por sua vez, a fonografia foi fundamental para o sucesso do rádio. Esses vínculos podem ser evidenciados no trânsito de músicos entre esses dois campos de atuação. Há um paralelismo entre o período de consolidação da fonografia e a formação e o desenvolvimento do rádio no Rio de Janeiro, cujo sucesso esteve amparado nos gêneros musicais populares. Nesse ínterim, a fonografia colaborou desde o início do século XX para a expansão do interesse social pela música de origem popular em diferentes espaços, mas é importante ratificar que sua ação foi catalisadora da relevância já existente dessas sonoridades.

A fonografia já vinha se relacionando com as musicalidades populares no Rio de Janeiro desde o início do século. Enquanto mecanismo de gravação de música possibilitou a ampliação da circulação social deste produto cultural, fazendo com que a música e os músicos se tornassem mais conhecidos. Deste modo, o desenvolvimento do rádio ao longo da década de 1920 e sua consolidação a partir da década de 1930 foram favorecidos pela amplitude que os gêneros musicais populares alcançaram com a gravação em disco. Nesse sentido, há um esforço de aproximação entre fonografia e radiofonia, analisando os dois campos como possibilidades de atuação para músicos.

Foi neste cenário cultural que surgiu a figura de Patrício Teixeira, cantor, compositor e violonista, que gravou centenas de músicas em disco entre as décadas de 1920 e 1950; e atuou de forma emblemática na radiofonia desde os seus primórdios. Passou por diversas estações e permaneceu por cerca de três décadas na rádio Mayrink Veiga, como cantor contratado e exclusivo. Também teve contratos assinados com a *Odeon* e a *Victor*, principais gravadoras de disco do período, com passagens pela *Parlophon* e pela *Columbia*.

A partir de sua trajetória é possível investigar não apenas a sua experiência enquanto cantor com atuação profissional na fonografia e no rádio, mas analisar as relações sociais construídas no campo artístico-profissional, demarcando suas identidades e seu protagonismo negro. Assim como revela sua determinação pela construção de uma carreira artística, por ascensão social e pela conquista da cidadania naquele contexto histórico de exclusão, marginalização, hierarquizações e preconceitos raciais.

Patrício foi muito marcante nos primórdios da carreira de cantor profissional de gêneros musicais populares, e suas vivências enquanto homem negro foram significativas para a

compreensão das representações negras e conflitos raciais no ramo dos entretenimentos culturais, em particular, na radiofonia.

Apesar de ter atuado como músico no carnaval, no teatro e como professor de canto e violão, o destaque profissional de Patrício aconteceu nas áreas da fonografia e do rádio, onde ganhou fama e sucesso. No depoimento que o músico concedeu ao Museu da Imagem e do Som na década de 1960, contou que nasceu na Rua Senador Eusébio, na antiga Praça Onze, em 1893. Não conheceu os pais e foi criado por uma família. Suas primeiras manifestações musicais se deram ainda quando era um menino, tocando violão e cantando. Foi mestre de canto em um cordão carnavalesco chamado *Triunfo das Ondas do Mar*. Sua vida artística se iniciou fazendo serenatas no bairro de Vila Isabel e na região da Praça Onze, sendo muito próximo de Pixinguinha, Donga, João Pernambucano e Catulo da Paixão Cearense, de quem gravou muitas composições.

Segundo seus próprios relatos, sua primeira apresentação profissional aconteceu num clube na cidade de Petrópolis na região serrana do Rio de Janeiro na década de 1920. Chegou a cantar também no teatro. Fez excursões por alguns estados do Brasil como São Paulo. Rejeitou algumas oportunidades de ir para o exterior. Terminou sua carreira na fonografia e no rádio na década de 1950. A partir desse momento, declarou que se dedicou ao trabalho de professor de violão e canto.

A investigação de fontes jornalísticas sobre a trajetória de Patrício Teixeira levantou problematizações com relação à atuação de músicos negros na radiofonia. O rádio foi um importante meio de divulgação dos repertórios populares, englobando diversos gêneros e temáticas, mas também espaço de socialização, revelando tensões raciais no meio artístico. Além disso, foi possível também observar como as identidades culturais negras eram representadas naqueles espaços.

Deste modo, sua experiência profissional descortinou representações raciais depreciativas e preconceituosas sobre um artista negro. Levando em consideração o contexto de pós-abolição da escravidão, qual seria o lugar a ser ocupado pelos negros na sociedade brasileira? A história de Patrício, assim como de muitos outros homens e mulheres negros, está inserida nessa problemática. O campo artístico-cultural fora uma possibilidade de inserção profissional para músicos negros, sendo as empresas fonográficas e as emissoras de rádio, espaços ativos de atuação, mas não excluindo hierarquizações e preconceitos raciais, mesmo diante do sucesso artístico. À luz dessas questões, a trajetória de Patrício é muito rica de reflexões no campo social, cultural e racial no Rio de Janeiro do período.

Além disso, a atuação profissional de Patrício Teixeira colabora na formação dos contornos do ofício de músico, em especial, cantor, violinista e professor de violão. Por isso, sua carreira colaborou decisivamente para a construção da profissão.

Com uma vida profissional bastante extensa e estável, o cantor gravou centenas de músicas, algumas de sua autoria, e interpretou muitas outras nas emissoras de rádio por onde passou. Estas canções podem servir como uma amostra de gêneros e temáticas que faziam sucesso no Rio de Janeiro, refletindo preferências dos ouvintes no campo musical. O “seresteiro incorrigível”, alcunha que recebeu no meio radiofônico, cantou vários gêneros musicais, abordando diversas temáticas. Entre os gêneros constavam modinhas, valsas, emboladas, toadas sertanejas, lundus, maxixes e sambas. Quanto às temáticas, ressaltam-se músicas que mencionam relações amorosas, hierarquias sociais e raciais, relações entre brancos e negros, religiosidades e canções bucólicas de elogio ao universo rural.

Ao cantar Patrício Teixeira colocava em evidência percepções e subjetividades, expressando ideias e visões de mundo por meio da linguagem musical, indicando que não estava alheio ao seu entorno social. Sua presença nos ambientes culturais, cantando e tocando em teatros, cassinos, estúdios fonográficos e radiofônicos, assim como nas páginas da imprensa, revelam sua identidade negra.

A história profissional deste artista pode ser entendida como uma oportunidade de olhar uma experiência artístico-cultural bem-sucedida de um músico negro em termos de estabilidade, durabilidade e sucesso na carreira, tendo perpassado as duas mais promissoras esferas de atuação para músicos, a fonografia e o rádio. O sucesso enquanto cantor e o reconhecimento social das suas habilidades artísticas, como revelam os periódicos, também justificam a escolha deste músico como uma janela para a compreensão de relações sociais e culturais naquele contexto histórico.

Sua experiência como cantor pode ainda ser vista como uma tentativa de inserção profissional para um músico negro, diante das hierarquizações raciais construídas historicamente na sociedade brasileira, indicando seu protagonismo. O sucesso artístico não eliminou as situações de preconceito racial a que fora submetido ao longo da sua carreira, como por exemplo, a referência a ele como “a voz branca de brasileiro” encontrada na imprensa (O Malho, 17/10/1935, p.6).

Diante do contexto histórico das primeiras décadas do século XX, o uso da expressão “voz branca” carrega conotações raciais evidentes. O seu uso poderia inclusive sugerir um salvo-conduto ao cantor negro, garantindo o seu trânsito no meio artístico. A justificativa para sua atuação no rádio pode estar associada justamente a suas características vocais “brancas”, pois não eram muitos cantores negros contratados pelas rádios nos seus primórdios.

Para além das representações divulgadas sobre o músico, a partir das entrevistas que concedeu é possível analisar como ele mesmo se identificava e que imagem de si ele desejava construir, percebendo o que é posto em destaque e o que é silenciado. Observando essas percepções, projetamos as imagens de Patrício em relação a sua identidade negra. Há indícios de que ele se reconhece socialmente como negro e compreende as restrições sociais estabelecidas por critérios raciais. Os indícios dessas suposições são evidenciados na reportagem da revista *O Malho* em 1933: “Patrício Teixeira, o querido cantor, anda furioso com todos os que votam ‘em branco’ no concurso para Príncipe do ‘broadcasting’ instituído pela ‘A Hora!’” [grifos do original]. (*O Malho*, 28/12/1933, p.8).

Era comum os jornais e as revistas realizarem concursos para que o público ouvinte de rádio escolhesse seus artistas preferidos. Assim, a citação acima narra a suposta reclamação do cantor Patrício Teixeira em relação a um desses pleitos, organizado pelo periódico *A Hora*. Analisando o trecho, chama atenção o uso das aspas colocando em destaque a expressão “em branco”, provocando, talvez propositalmente, um duplo sentido na compreensão de quem lesse essa nota da revista escrita por um jornalista anônimo. A expressão poderia sugerir que os eleitores não estivessem optando por nenhum dos candidatos ao título de príncipe do rádio. Todavia, certamente, não era nessa acepção que o sinal gráfico estaria sendo empregado. O uso das aspas, nesse caso, estaria denotando ironia à situação descrita. Não perdendo de vista o contexto social, é fácil concluir que se tratava de uma queixa quanto à preferência do público pela escolha de artistas brancos, em detrimento de negros, tal como Patrício Teixeira.

Apesar do seu sucesso, evidenciado nos periódicos, o cantor parece compreender os limites sociais demarcados para artistas negros, indicando que o seu lugar na sociedade está condicionado a hierarquias raciais, portanto, passível de preconceito e discriminação. Entretanto, aparentemente, o músico não aciona a sua identidade negra constantemente. Parece mobilizar outras identidades em busca de aceitação social, como cantor de serestas e de música folclórica: “Fui o primeiro a cantar no rádio coisas regionais, ao violão” (*Gazeta de Notícias*, 20/02/1935, p.12).

Desta forma, Patrício marcava sua presença na radiofonia, cantando percepções da realidade cultural e social. Sua presença nesse setor cultural, ocupado fundamentalmente por músicos brancos nos primeiros tempos, apontava para seu protagonismo, construindo novas possibilidades de exercer a cidadania, alcançando sucesso e prestígio social por meio do seu talento musical e ascendendo socialmente.²

² Se alargarmos os sentidos do conceito de cidadania, outros caminhos de análise são possíveis para comprovar o seu exercício por meio da arte. (MARZANO; ABREU, 2009, p.121-150).

Sob a luz da musicalidade de Patricio Teixeira, e de outros artistas negros, que vivenciaram conflitos sociais e raciais das primeiras décadas republicanas, concordamos com a ideia de que há possibilidades de encontros entre política e cultura, haja vista as novas perspectivas em torno da História Política e da História Cultural, permitindo reflexões sobre sentidos políticos nos comportamentos populares e no caso específico, nas suas expressões musicais. De acordo com estas novas abordagens, as ações políticas dos sujeitos e as suas percepções sobre a sociedade em que vivem demonstram expressões de cidadania (ABREU, 2005, p. 409-423) e conferiam um protagonismo em suas trajetórias artísticas.

Considerações finais

O mercado musical fonográfico prosperou ao som de gêneros populares, sendo preponderante a ação dos músicos nesse processo. Assim, essa premissa colabora para afastar o discurso pautado na passividade, pois vários músicos buscavam caminhos possíveis dentro da realidade social excludente e hierarquizada, aproveitando as oportunidades abertas.

O alcance e a circulação social da música foram ampliados com a instalação do sistema de radiofonia no Rio de Janeiro ao longo da década de 1920, favorecido pelo fato da fonografia ter aberto um campo de atuação artístico-cultural. Desta forma, contribuiu de forma fundamental para o sucesso do rádio a partir dos anos 1930, que teve os gêneros musicais populares como carro-chefe. Estes dois campos de atuação colaboraram para a expansão do interesse social pelas músicas populares, fazendo com que as músicas e os músicos se tornassem mais conhecidos. Além de favorecerem a construção e a consolidação da carreira profissional de músico: instrumentistas, orquestradores, compositores e principalmente cantores.

Os músicos negros vivenciaram as transformações e as novidades no mundo dos entretenimentos culturais como oportunidades de se inserir profissionalmente, mesmo com todas as dificuldades subjacentes a uma sociedade desigual e racista. Assim, a profissionalização foi crucial para demarcar o lugar das identidades culturais negras no campo cultural e artístico brasileiro, divulgando suas habilidades artísticas, cantando o seu cotidiano, suas identidades e seus vínculos de pertencimento.

A experiência do cantor Patrício Teixeira na fonografia e no rádio conferiu visibilidade às identidades culturais negras. Além disso, seu papel foi fundamental no processo de profissionalização da carreira de músico, sendo um importante protagonista em torno dessas questões. Patrício se inseriu no mundo dos entretenimentos culturais, demarcando sua presença

como um cantor negro que conviveu e lidou com uma sociedade que prestigiava a sua voz e o seu talento, mas discriminava a população negra.

Se por um lado, ocorria um processo de valorização social da sua música, por outro, os mecanismos sociais de discriminação racial direcionados à população negra eram evidenciados nas relações tecidas no campo artístico-profissional, mesmo diante do seu sucesso artístico. Assim, a experiência deste artista é muito rica para pensar conflitos, tensões e ambiguidades nas relações tecidas com as identidades culturais negras e com os músicos negros.

O cantor negro Patricio Teixeira (1892/1972) foi uma importante voz da canção nacional, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930, tendo sua carreira no rádio se estendido até meados dos anos 1950. Pioneiro na radiofonia, levou ao ar, aos discos e aos palcos, musicalidades de origem popular, colaborando para a difusão do samba e de outros gêneros. Teve uma importante parcela de contribuição na consolidação da própria estrutura radiofônica ao atrair as atenções do público ouvinte para as chamadas músicas populares a partir da segunda metade dos anos 1920.

Lembrado pela imprensa de sua época, o seu ocultamento na memória musical foi paulatinamente acontecendo. Atuou até meados da década de 1950, quando se dedicou, até o seu falecimento em 1972, aos 80 anos, exclusivamente, ao ofício de professor de violão, o que lhe garantia a sobrevivência. O mercado cultural foi uma possibilidade de inserção profissional para músicos negros, mas não excluiu hierarquizações, tensões e preconceitos raciais mesmo diante do sucesso artístico.

A experiência de Patricio Teixeira conferiu visibilidade aos sujeitos negros e às suas identidades culturais, indicando demandas por cidadania, ascensão social e reconhecimento artístico. Analisarei a construção de sua imagem por periódicos, que oscilava entre elogios às suas habilidades musicais e apontamentos de estigmas raciais, bem como as estratégias desenvolvidas como resposta ao racismo.

Teixeira se esforçava para manter uma imagem de retidão profissional, contrapondo-se às imagens depreciativas, e não estava sozinho nas estratégias de enfrentamento por respeitabilidade, pois em tempos e espaços variados outras histórias podem ser conectadas, demonstrando que os sujeitos negros lutavam para romper com visões estereotipadas e estigmas construídos racialmente na sociedade brasileira (GILROY, 2001).

Fontes

Depoimento de Patrício Teixeira Chaves ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro em 01/12/1966.

Revista O Malho.

Gazeta de Notícias.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História. In: Soihet, R.; Bicalho, M.F. e Gouvêa, M.F. (orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2005, pp. 409-423.

ABREU, Martha. O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.11, n.20, p. 92-113, jan.-jun. 2010.

_____; MARZANO, Andrea B. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucia M. P. (orgs.) *Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121-150.

AZEVEDO, Lia Calabre. No tempo do rádio. Radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

BAHIA, Joana (et al). *Pensamento social no Brasil por Giralda Seyferth: notas de aula*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2ª edição. São Paulo: Unesp, 2011.

BORGES PEREIRA, João Baptista. *Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2001.

DANTAS, Caroline Moreira Vieira. *Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patricio Teixeira*. 2019. 386 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

FRANCESCHI, Humberto. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.

HAUER, Norma. *Pelas Ondas da Mayrink*. Rio de Janeiro: Litteris Ed; Quártica Premium, 2011.

HERTZMAN, Marc. *Making samba*. A new history of race and music in Brazil. Durham and London: Duke University Press, 2013.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.13, p. 135-150, jul.-dez. 2006.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura Brasileira e Indústria Cultural. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VIEIRA, Caroline Moreira. Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afroreligiosidades e o mundo da fonografia (1902-1927). Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2010.

MESA 9

História Local

Debatedores:

Rui Aniceto (FFP/UERJ)

Amália Dias (UERJ)

Micro-história, identidades e coletivos: o caso da Fazenda Colubandê

Autora: Cleisemery Campos da Costa
Doutoranda do PPGHS /UERJ

No transcorrer dos recentes tempos são diversas as transformações na história da humanidade, com vários setores em um permanente estado de mudanças no mundo globalizado, alterando as relações de poder anteriormente estabelecidas: são mudanças na política, no social, na economia, no meio ambiente, na tecnologia e meios de comunicação em uma intensa velocidade no dimensionamento das informações e do conhecimento, tudo gerando profundas alterações nas relações pessoais e interpessoais, nas ligações com o território em um contínuo transmudar.

“sobre a modernidade, é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos. Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém- formadas envelhecem antes de ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar” (MARX, 1988).

Esse cenário recente da pós-modernidade demarca o tempo presente da contemporaneidade, com densos estudos em curso, onde a própria questão da identidade está em discussão na teoria social, segundo Stuart Hall:

“as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006).

Uma efervescência. Um tempo de fragmentações. Uma dobrada de curva – sem saber o que vem à frente, num tempo onde as identidades modernas estão sendo descentradas, fragmentadas.

“somos sempre condenados ao tempo, condição a qual não escapa nenhuma existência. O tempo “voraz” que segundo a segundo, como um inseto perseverante, devora mecânica e inexplicavelmente toda vida, realizando assim sua obra de decomposição: o tempo presente, agonizante por essência, prestes a desaparecer no passado do momento mesmo em que anuncia o futuro. O fluxo do tempo, por essa razão, ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências. Como parar esse tempo devastador, essa corrida desabalada, como evitar seu trabalho incoerente, indiferente, impessoal e destruidor” (BOURDIEU, 1989).

Para Stuart Hall,

“o processo de mudança conhecido como globalização e seu impacto sobre a identidade cultural, em essência, é que a mudança na modernidade tardia tem um caráter muito específico” (HALL, 2006).

Sobre a permanência das tradições e culturas, dentre outros elementos, frente essa dinâmica social, este trabalho trata de um caso específico sob olhar da história local, parte da experiência vivenciada pelo *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida*. Na narrativa de uma história local, considerando o que para alguns historiadores o que poderia ser secundário ou menor, ao dar atenção a história de uma cidade, de um bairro, de uma parte deste bairro ou de um determinado espaço, mensuramos a importância, as conexões e ligações da micro-história e suas relações com os indivíduos, os sujeitos sociais, participação social e processos identitários. Ao reduzir a escala de estudo e observação de uma nação ou país, para uma cidade, um bairro, ou uma parte deste bairro, a micro-história amplia as possibilidades de revelação de fatores não observados, onde a própria história se amplia, como observado na definição de Levi Giovanni sobre:

“como a tentativa de estudar o social, não como um objeto investido de propriedades inerentes, mas como um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações constantemente em adaptação” (LEVI, 1992).

Ao problematizar o território como objeto de reflexão, evidencia-se um processo identitário que integra diferentes sujeitos a partir de um objeto comum ao investigar, problematizar e analisar um determinado espaço, seu uso e preservação, sua importância histórica e cultural. A construção da identidade e os processos de legitimação cultural através de uma ação em si, da participação social, é a chave deste trabalho, onde destacamos a presença do conceito de Cultura Histórica:

“la cultura es el modo en que una sociedad interpreta, transmite y transforma la realidad. la cultura histórica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado (...). Con la categoría de cultura histórica definimos, por tanto, el conjunto de recursos y prácticas sociales a través de las cuales los miembros de una comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado” (SANCHEZ, 2013).

A Fazenda Colubandê é considerada a mais antiga obra de arquitetura rural brasileira, localizada em área urbana, e um dos monumentos mais bem preservados até os anos finais da década de 1980. Por ter pertencido a várias pessoas a Casa Grande não possui um estilo arquitetônico padrão, construída em torno de um poço, de acordo com a tradição judaica. Era conhecida por ser uma das mais prósperas da região, no registro do historiador Salvador Mata e Silva:

“até o século XIX, era a maior fazenda de São Gonçalo, uma das maiores produtoras de cana-de-açúcar com mão-de-obra escrava. Em suas terras, não se praticava a cultura de apenas um produto, comum ao período. O nome original de Golan-Bandê, faz referência a presença judaica na fazenda, em homenagem às Colinas de Golã, em território sírio, sob domínio de Israel. O teto tem estilo oriental, as janelas mostram influência da época de Luís XV e o entorno da varanda possui dezesseis colunas em estilo greco-romano. A Casa Grande possui dois andares com características marcantes do período colonial, com influências arquitetônicas do barroco” (MATA, 1995).

As portas e janelas avermelhadas evidenciavam os grandes cômodos da casa-sede. Suas dependências inferiores, no subsolo, onde residiam os escravos, se destacam por sombrias masmorras, com visível referência as senzalas, como destacado na referência:

“a Casa Grande, em pedra, cal e tijolo, com paredes de 1,5 metros de espessura, possui aproximadamente 700 metros quadrados, composta pelo pavimento térreo com 18 cômodos, um pátio interno alpendrado com colunata, onde está localizado o poço para captação de água, com acesso pelo porão. Durante uma reforma em 1969 o antigo piso de madeira da casa sede foi trocado pelo atual, de tijolo de barro. A fachada principal, ao nível da senzala, possui três janelas e dois óculos, para iluminação do depósito. Doze cômodos em seu subsolo, identificados como senzala, dividiam as dependências dos escravos e o depósito. Um grande número de escravos passou pelo conjunto, sendo possivelmente enterrados no entorno. Entretanto a construção das quadras poliesportivas nas dependências veio a dificultar o trabalho arqueológico” (Acervo dos municípios brasileiros - Série/BIBLIOTECA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 23 de março de 1940, a Fazenda Colubandê foi desapropriada pelo antigo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1969, Decreto nº 14.406, do Governador Geremias de Mattos Fontes. Em 1988 o Governador do Estado do Rio de Janeiro – Leonel de Moura Brizola, destina provisoriamente as instalações da Fazenda Colubandê para a PMERJ, que usa como sede do Batalhão Florestal.

Marco de encontro de artistas, pesquisadores, historiadores, moradores da cidade de São Gonçalo e visitantes de modo geral, a Fazenda Colubandê é lugar de registros afetivos marcantes pela sua referência cultural de anos antes, um passado de efervescência com salões de artes plásticas, saraus literários e musicais, exposições de fotografia, gincanas de pinturas, piqueniques familiares, desfiles de carros e solenidades religiosas. Um lugar considerado por décadas, pelo a imponente construção e polo aglutinador de atividades artísticos-culturais, como o cartão postal da cidade.

“a Fazenda Colubandê fez parte da sesmaria doada ao colonizador Gonçalo Gonçalves. A Casa Grande foi construída no século XVII por Catarina Siqueira, proprietária do antigo Engenho Nossa Senhora de Mont’Serrat, que passou a se chamar Engenho Colubandê. A Fazenda foi vendida ainda quando em construção para o judeu Benamyn Benevitis, que para fugir da inquisição se converteu ao cristianismo, recebendo o nome de Ramires Duarte Leão. Apesar convertido ao cristianismo, Leão não deixou de praticar o judaísmo, trazendo judeus perseguidos de outros países para localidades próximas. Após sua morte, a Fazenda é herdada por sua esposa Ana do Vale, posteriormente para os filhos, estes, perseguidos pela Inquisição, foram presos pelo Santo Ofício, e em 1713, a fazenda foi confiscada pela Igreja e entregue aos jesuítas. A capela, construída em homenagem à padroeira de Montserrat, passa a ser dedicada a Nossa Senhora de Sant’Ana, sendo instalados dois painéis de azulejos portugueses. O último proprietário da Fazenda foi o Coronel Berlamino Siqueira, o Barão de São Gonçalo, que sem casar e sem filhos, deixou seus bens para sua irmã Anna Izabel Sodré e Souza e seus sobrinhos

Major Carlos de Sá Carvalho, cujos descendentes ali residiram até 1968 (Acervo dos municípios brasileiros”- Série/BIBLIOTECA-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Após vinte e quatro anos, em julho de 2012, o Batalhão Florestal da PMERJ é transferido para uma nova sede. Atualmente a Fazenda Colubandê está desocupada, sem uso, com um impasse entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, sobre o que fazer com o Patrimônio Histórico, sem que nenhum órgão assuma sua efetiva gestão. Negligenciada pelo poder público nos anos seguintes a saída do Batalhão Florestal, as instalações elétricas foram furtadas e todo o complexo fica privado de iluminação, como também é suspenso o fornecimento de água.

Em 2015, no mesmo ano em que ocorreram os saques iniciais, com desaparecimento de portas, janelas e a guarita foi abandonada, o juiz federal Fábio Tenenblat emitiu uma ordem de 120 dias para que o Governo de Estado e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura, apresentassem projetos de recuperação do patrimônio. Em 2016, por iniciativa do Governo Fluminense, a Fazenda foi oferecida a Prefeitura de São Gonçalo para fins de municipalização. A prefeitura gonçalense recusa a gestão do imóvel, em juízo, duas vezes. O abandono continuou e pela primeira vez, após muitos anos, não ocorre a iluminação natalina no local, um ritual já característico anualmente, atraindo muitos visitantes, que encantados pelo espetáculo de luzes, conheciam a fazenda, os azulejos portugueses instalados durante a reforma de 1740, o painel da artista plástica Djanira, feito em 1960.

Em janeiro de 2017 o Instituto Estadual do Patrimônio Estadual (INEPAC), vinculado a Secretaria de Estado de Cultura do RJ, recebe uma triste notificação: o desaparecimento do retábulo da Capela de Sant'Ana. Após uma vistoria realizada por técnicos do IPHAN, alertados por moradores do bairro e participantes do *Coletivo* organizado em defesa e cuidados do imóvel, o fato foi relatado aos técnicos do governo federal. Com o roubo do retábulo, a Justiça Federal determina que o Estado do Rio de Janeiro apresente relatórios sobre a investigação do roubo e policiamento no local, com manutenção mínima da integridade do patrimônio.

Na atualidade, apesar da importância da cidade no cenário político-econômico estadual, onde São Gonçalo figura como o segundo município em densidade demográfica e segundo maior colégio eleitoral fluminense, segundo dados do último censo IBGE em 2010, os problemas se multiplicaram nas recentes décadas: frágil infraestrutura urbana com esgoto a céu aberto a poucos quilômetros da sede da prefeitura, altos índices de violência e desigualdades, ausência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente, trabalho, ordenamento urbano, segurança e cultura, resultado da instabilidade e precariedade política-administrativa nos poderes executivo e

legislativo.

“a população é um mosaico que espelha o retrato da cidade que foi sendo construída em etapas, sem planejamento ou organização: um espaço de passagem e travessia, onde muitos se instalam pela proximidade com o Rio de Janeiro e a facilidade de acesso aos loteamentos – convites para moradia nas áreas periféricas, onde esta população da periferia dificulta, senão impede a edificação de uma cultura urbana mais identificada com a democracia” (GUIÃO,1973).

Considerando a radiografia apontada pelos baixos indicadores sociais e econômicos, que retrata um cenário de degradação sociocultural que dificulta uma melhor qualidade de vida, é identificável a dificuldade dos moradores em estabelecer uma maior relação de pertencimento na cidade, da cidade – em especial os recém-chegados moradores, após a década de 70, com a construção da Ponte Rio-Niterói. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, distante 20 quilômetros, e a condição de passagem quase obrigatória para as áreas turísticas da Região dos Lagos e praias oceânicas de Niterói e Maricá, contribuem ainda para o carimbo da cidade como um lugar de passagem.

Interessante observar que com 440 anos de fundação, no ano corrente de 2019, São Gonçalo por várias vezes é confundida como um bairro de Niterói, ou como um dos subúrbios do Rio de Janeiro, nas franjas metropolitanas da capital do Estado, fato que talvez justifique a fala de alguns gonçalenses, moradores da cidade, que afirmam residir em Niterói. Esse quadro colabora com um sentimento de não localização de parte da população com a própria cidade, um habitante sem identidade com o lugar. Um não pertencimento social que afeta o desenvolvimento cultural em geral, do gonçalense e da própria cidade, como já registrado em pesquisa anterior, no curso de Mestrado:

“na administração municipal o que fica evidenciado, em grande parte, é a prática de projetos e ações de curto prazo, limitados e restritos a condição do possível em função dos calendários eleitorais e do limitado orçamento. Medidas de caráter marcado pelo provisório que dificulta o aprofundamento nas questões sociais e agrava a realidade econômica da cidade, sem oportunizar alternativas da aplicação e efetivação de políticas públicas nos diversos setores, onde a valorização da cultura está longe de ser prioridade” (COSTA, 2009).

No tocante a esfera pública estadual e federal, pela histórica relação administrativa da Cultura nas gerências educacionais, localiza-se profunda dependência da Cultura em vários municípios fluminenses: as pastas municipais de educação absorvem o setor cultural, distribuídos em assessorias, coordenações, diretorias, superintendências ou subsecretarias de cultura. Considerando a realidade dos municípios do estado do Rio de Janeiro e as exigências das pastas titulares, o quadro identificado da Cultura, apresenta limitações correntes, como na cidade gonçalense. Durante anos, apesar do reconhecimento da Cultura como elemento fundamental para

o desenvolvimento social e econômico da sociedade, e mesmo apresentando rico cenário de diversidade e produção cultural, com genuínas manifestações artísticas, o contexto cultural dos municípios fluminenses se resumia aos eventos (pautados nos calendários religiosos, festas, ritos e datas cívicas escolares) que não se enquadravam na condição de programas, como resultado de uma política cultural planejada.

Em levantamento do IBGE-Ano 2006, referente aos Indicadores Culturais no Brasil/Municípios fluminenses, que trata da localização de instrumentos de participação, discussão e avaliação da área cultural das cidades, suas ações e programas culturais, no tocante a presença de conselhos municipais de cultura, fundos e leis de incentivo cultural, os dados coletados apresentaram-se nulos, bem como o baixíssimo número de equipamentos culturais (teatros, galerias de arte, cinema, biblioteca, espaços de dança, museus), realidade identificável em São Gonçalo e boa parte do Estado fluminense. Na linha apontada por Chauí, o cenário tende a mudar em algumas cidades a partir da implantação de políticas culturais participativas, valorizando as expressões e ações culturais já existentes, nas comunidades e cidades:

“na prática, as ações culturais existentes estão enraizadas na comunidade – e é através da participação social que se concretiza o direito à cultura. As decisões sobre as políticas culturais devem ser implantadas, aprimoradas e partilhadas através da criação de mecanismos na esfera pública estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos e organizações sociais” (CHAUÍ,1990).

A presença de políticas públicas que objetivem o fortalecimento de cidadania surge de uma dimensão que considera que todos os indivíduos, são sujeitos e atores sociais, e, por isso, deveriam ser o foco de atividades e partícipes dos projetos da administração governamental. Tais constatações, como a ampliação do conceito de cultura, são muito recentes no Brasil, na sequência da formulação de políticas associando Cultura, direito e cidadania, marco da gestão do ministro Gilberto Gil, a partir de 2002, com a efetivação de políticas públicas para o setor ao longo do processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura.

As iniciativas do Ministério da Cultura estimulam estados e municípios na promoção de implantação dos seus respectivos Sistemas – a exemplo do estado Fluminense e da cidade gonçalense. Tal expediente se dá, em especial, pela ação da sociedade civil junto ao poder executivo e legislativo, para organização de Conselhos, Planos e Fundos de Cultura, que são aprovados, respectivamente, em 2015 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, e na Câmara Municipal de São Gonçalo, em 2018, após quase dez anos entre debates, discussões, e elaboração.

Neste breve quadro histórico, nos meses finais de 2012, localizamos em São Gonçalo as ações iniciais em atenção a Fazenda Colubandê protagonizadas pela reunião de vários atores sociais: após meses de expectativas sobre o destino do imóvel de propriedade do estado fluminense, um grupo de trinta e oito pessoas é formado para pensar sobre as sugestões de uso e acesso ao importante patrimônio situado às margens da Rodovia Amaral Peixoto Km 9,2 na Rua Expedicionário Ari Rauem, no bairro Colubandê.

O grupo apresenta, naquele momento, visível disposição de diálogo com as autoridades do governo estadual, responsável pela gestão do imóvel.

“a democracia sociocultural é, sobretudo, um projeto de movimentos e grupos alternativos, cujo crescimento é um signo forte da renovação na cena política. Esses movimentos têm conseguido mais do que outras organizações, socializar a ideologia democrática, que antes ficava restrita às elites” (CANCLINI, 1987).

Integrando pessoas de diferentes origens e matizes sociais, econômicas, nível educacional, credo religioso, opção partidária e diferente atuação profissional, o grupo intensifica suas reuniões nos meses iniciais de 2013, ampliado para noventa pessoas. De modo mais funcional é criado o *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida*, com foco mais definido, onde, além de dialogar com o governo sobre uso e acesso do imóvel, passa a refletir sobre possíveis ações e atividades a serem desenvolvidas no local pelo próprio grupo, propondo no seu conjunto de ideias a priorização do cuidado, reparos emergenciais, preservação, defesa e valorização da Fazenda Colubandê.

O *Coletivo* estabelece calendário trimestral de atividades com distribuição de tarefas, desde a presença física no imóvel, em caráter de plantão (que permanecem por quase dois anos, três vezes por semana), como a realização de reuniões e encontros externos nas instituições públicas (municipal, estadual e federal), nas casas legislativas (municipal e estadual), com atenção na ampliação de diálogo com a população em geral, a partir das mídias digitais. Ao considerar o patrimônio como um bem que lhe pertence, a ponto de zelar continuamente por sua integridade – material e imaterial, os atores sociais envolvidos vivenciam uma singular experiência de participação social, encaminhando sugestões e propostas ao poder público, sem interlocução de entidades classistas ou de agremiação partidárias. A efetivação de um projeto com ações na Fazenda Colubandê, iniciativa protagonizada por atores sociais que tomam para si a tarefa de resguardo e cuidados do imóvel, evidencia o conceito trazido por Rodrigues ao assegurar que patrimônio cultural:

“é o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de rememorar acontecimentos mais

importantes; daí a relação com o conceito de memória social. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica, religiosa, educacional, decide preservar como patrimônio coletivo” (RODRIGUES, 2012).

Entendendo patrimônio sob as várias perspectivas que um bem pode assumir frente a um determinado grupo, neste caso, no *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida*, é perceptível a ampliação do papel do patrimônio na sua afirmação e redefinição de identidade local e regional, como um bem cultural, de um bem valioso do que o passado daquele patrimônio representa.

Justamente esse passado, pelo que ele representa, é um dos fatores de interligação entre seus participantes, uma objetivação comum, em especial, pelo compartilhar de uma identidade cultural, um passado precioso, uma memória que não se deseja esquecida, como destaca Joel Candau, onde os indivíduos compartilham essa construção em torno da sua ação social, e ainda,

“memória e identidades estão irremediavelmente ligadas, onde os indivíduos chegam a compartilhar aquilo que chamamos de Cultura. A busca das memórias como uma atitude de se apoiar futuro improvável, num passado reconhecível. A memória nos dará essa ilusão: a possibilidade de reviver o passado, com sua viva lembrança. O passado não estaria assim, inacessível” (CANDAU, 2011).

Pela realidade vivenciada na atualidade da cidade gonçalense, de ausências de lugares símbolos, pela notada limitação de equipamentos culturais, a ação do Coletivo faz um canal com o “passado glorioso”, onde seus participantes são alimentados pelas lembranças de uma memória afetiva, vivas lembranças. Parte de justificativa para que alguns participantes do *Coletivo*, reiteradas vezes, apresentem sugestões de atividades que remontam aquele passado, naquele lugar de outro tempo, ainda vivo na lembrança – mesmo que as condições da Fazenda não sejam iguais aquele tempo evocado.

A sociedade contemporânea tem sido palco de reflexão sobre tais ações coletivas que vêm sendo desenvolvidas por diferentes atores e sujeitos sociais. Os movimentos de mulheres, negros, ecológicos, direitos humanos e GLBTs, são exemplos de ações coletivas cujas formas de articulação e mobilização expressam as características de ações coletivas da contemporaneidade. Em alguns países ou cidades, a frequência e intensidade são mais visíveis, até mesmo localizáveis sem muitas surpresas, considerando seu caráter de “quase naturalidade”, frente às manifestações populares, de classe, segmentos ou partidárias.

Em uma cidade do Grande Rio, como São Gonçalo, não é fato que possa ser considerado comum, ainda que dentro do esperado em tempos do século XXI, no Brasil redemocratizado, após 1985, onde tais ações são uma realidade, alterando a lógica dominante no terreno estático das políticas dominantes. No caso do *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida*, está posto o questionamento da redefinição das relações de poder, resultado de uma nova leitura da realidade,

onde o movimento social anuncia à sociedade que algo mais é possível, apesar das características históricas e sociais da cidade.

Tais movimentos atuam não tanto pelo acesso a bens materiais ou por reformas políticas, mas pela criação de novos códigos e símbolos culturais. É uma ação que coaduna com o próprio cenário das mudanças da pós-modernidade, onde os velhos comportamentos são postos de lado, na célebre descrição de Marx e Engel, endossada por Zygmunt Bauman, quando o sociólogo polonês traça as sucessivas formas e mudanças de significado da chamada “modernidade líquida”, destacando os cinco conceitos básicos que organizam a vida humana compartilhada na pós-modernidade: “emancipação, individualidade, tempo/espço, trabalho e comunidade” (BAUMAN, 2001).

Como uma ação coletiva pode ser manter viva e resistente diante de tantas mudanças que tendem a limitar ou mesmo estreitar a participação social em um determinado evento histórico? Dentre as considerações possíveis em resposta a essa indagação, identificamos a condição de pertencimento que agrega e integra vários dos participantes do *Coletivo*, originando a própria condição de grupo (a maioria da mesma cidade- espaço-território), com uma interação social a partir de objetivações e angústias comuns, quer seja por um partilhamento de um mesmo sistema de representação quando os participantes identificam o mundo de forma semelhante, como “ao dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências entre coisa” (HALL, 2016).

Ou ainda, pela associação da questão das identidades, na percepção da questão do território e da memória, onde os indivíduos compartilham uma construção em torno da sua ação social, do seu espaço, de um mesmo território, de vivências comuns que os aproximam. Podemos relacionar a ação deste grupo como uma iniciativa vinculada à questão da identidade e conseqüentemente, a memória social.

A experiência do *Coletivo*, nas tentativas de diálogo junto às autoridades competentes, propondo reuniões e audiências no local e externas (com a presença de vereadores, secretários municipais e estaduais, deputados estaduais e federais, governadores, gestores técnicos das instâncias estadual e federal), estimulando a comunicação com a população através de diferentes canais (publicações nas redes sociais <https://www.facebook.com/ocupacaofazendacolubande/>?, distribuição de panfletos e entrevistas em rádios e jornais), atesta sua identidade cultural neste determinado espaço, quando projeta a construção de reais possibilidades de atividades para uso do imóvel, em uma demonstração de pertencimento, identidade e memória.

O projeto de ocupação cultural, com proposta de ofertar uma agenda cultural para

população gonçalense e entorno, como as tentativas de soluções que possam dar cabo da preservação do imóvel, observadas às atitudes pela manutenção do patrimônio, desde as mais simples que garantam a limpeza do local, como a reivindicação de regularização de sua infraestrutura (fornecimento de água, energia elétrica, obras de reparos emergenciais), e a projeção de restauro na Casa Sede e Capela, são traços marcantes de protagonismo social. Justamente na ausência de iniciativas do poder público, são os indivíduos que apontam soluções possíveis, sujeitos sociais na escrita desta narrativa, segundo Schutz:

“projeto e memória articulam-se, associam-se ao dar significado à vida, às ações dos indivíduos, ou seja, a própria identidade [...], ou ainda, a noção de projeto como conduta organizada para atingir finalidades específicas, onde toda a noção de projeto está indissolivelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito, atores sociais” (SCHUTZ,1979).

Norteando as ações de arte e economia da cultura no corredor de passagem e ligação com Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Maricá e Niterói, as propostas de uso do conjunto arquitetônico e seu entorno projetam uma injeção para o desenvolvimento regional através das atividades culturais. Para execução do projeto, entre ação visionária e desafiadora, em função dos investimentos que incidem para sua realização, destacamos:

“na sociedade moderno-contemporânea o indivíduo está exposto a múltiplas experiências, contraditórias e eventualmente fragmentadoras. A memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória. Embora a coerência linear não seja um valor universal em nossa sociedade, algum tipo de consistência, dentro de valores e modelos particulares e variados, parece ser importante para a continuidade de trajetórias individuais e sociais” (VELHO, 1994).

Compreendem-se como atividades culturais e artísticas aquelas que estimulam a livre expressão do pensamento, fomentadas no rol das políticas culturais municipais, regional, estadual, nacional e mundial, o que está previsto no projeto de ocupação cultural, após a definição de um escopo principal entre os participantes do *Coletivo*, o imóvel seria movimentado semanalmente com visitas guiadas em estímulo ao turismo cultural, oficinas artísticas de arte-educação e educação para o patrimônio cultural, um circuito cultural regional de teatro, dança, música, rodas de leitura, lançamento de livros, debate de autores, troca de livros e saraus poéticos-literários, com destaque para encontros de artes visuais.

O ir e vir de um baú de livros com diversos títulos reunidos numa caixa-carrinho para circulação livre no local é atração proposta para o incentivo à leitura. A organização de uma feira de artesanato e gastronomia, com espaço para exposição dos artistas locais e produtores rurais da região, é ponto alto da proposta.

Atendendo as sugestões da comunidade do entorno do imóvel, o *Coletivo* incluiu no projeto

os roteiros de saúde, prevendo atividades de incentivo a caminhada, maratona de bicicleta, campeonatos de futebol e agendas esportivas. Finalmente, o projeto propõe a produção de um vídeo e livreto, com histórico, depoimentos, entrevistas e registros da própria história local, com registros do imóvel e sua importância como patrimônio tombado, em um registro duplo do audiovisual e literatura.

A promoção de atividades no local, com estímulo ao turismo cultural, reforça um desejo comum: ofertar opção de equipamento cultural para a numerosa população de São Gonçalo, a exemplo das cidades vizinhas, como Niterói e a própria Capital:

“mas, sobretudo, o projeto é instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo. O projeto não é o abstratamente racional, mas é o resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito” (VELHO 1994).

No caso do *Coletivo*, o papel exercido pelos sujeitos sociais é resultado da alteração de um roteiro anteriormente estabelecido: Na ausência de políticas públicas aplicadas pelo poder executivo, o indivíduo assume um papel decisório, em uma clara referência ao Haesbaert:

a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço, na indissociação entre movimento e relativa estabilidade - o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT,2004).

O próprio conflito gerado pela ruptura com os limites do antigo sistema estimula o surgimento das ações coletivas no desenho de uma nova vida cotidiana. O exercício cidadão é qualificado na redefinição das tentativas de ocupação do espaço-território, onde fica evidente a importância da iniciativa do *Coletivo* no contexto de uma identidade local.

Um dos fatores que pode ser considerado para a organização de pessoas em torno de um grupo social, como o caso da Fazenda Colubandê, é o espaço vivência que o território evoca, os símbolos de identidade e as leituras de uma memória coletiva que pode é assimilada. Sobre as memórias, como destaca Oliver Sacks “*que surgem não apenas de uma só experiência, mas sim também da interação de muitas mentes*” (SACKS,2017), que embasa a aproximação dos integrantes do *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida*, que guardam em condição de tesouro suas memórias primárias (aquelas das experiência vividas), ou mesmo as secundárias (aquelas que são construídas), ainda na consideração do mesmo autor:

“todos nós transferimos experiências em algum grau, e às vezes não sabemos bem se uma experiência foi algo que nos contaram ou se lemos a respeito dela, ou se foi alguma

coisa que nos aconteceu de verdade. Isso tende a acontecer especialmente com as chamadas primeiras memórias” (SACKS, 2017).

No contexto atual da sociedade da informação, a memória pode ser colocada como uma questão necessária, justamente porque ela representa fragmentos que estão relacionados intimamente com identidade social. Memória social trata do âmago do conhecimento coletivo, e é este conhecimento coletivo que reflete as relações identitárias, observando que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 1984), evidenciando os objetos comuns de envolvimento de um determinado espaço-território por um grupo social.

Joel Candau destaca que “a memória é um elemento importante para compreendermos a construção e a reconstrução das identidades dos grupos sociais, considerando a relação do patrimônio cultural com identidade e memória social” (CANDAU, 2011), e observado por Levi Giovanni:

“toda ação social é vista como um resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas do indivíduo, diante de uma realidade normativa que oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que governam” (LEVI, 1992).

O *Coletivo* mantém, após sete anos, sua proposta integradora com diversas instituições, movimentos culturais e iniciativa privada da cidade gonçalense e vizinhos da região, insistindo no diálogo com a gestão pública (local, estadual e federal), intensificado a comunicação com a população, em especial, através das escolas. No intuito de ganhar mais participantes entre professores, profissionais liberais, pesquisadores, estudantes, artistas, produtores culturais, moradores do bairro e arredores, a assimilação que, para manter e ampliar o grupo, é fundamental o exercício constante de participação social, onde “a memória e identidade se conjugam, para formar uma trajetória de vida, uma narrativa, uma história” (CANDAU, 2011).

No tocante a efetivação ou não do projeto em si, dentro dos objetivos iniciais almejados pelo *Coletivo*, considerando a viabilização financeira para execução das atividades, fruto da negociação na busca de patrocinadores, já não se caracteriza como resultado único de assertividade do esperado: O que a ação demonstra é que, a partir da memória como um dos substanciais instrumentos de sentido, que assume a forma fascinante de uma construção cultural, das identidades – o resultado apresenta soma positiva, quando o recuo no passado para reviver o tempo glamouroso que a Fazenda Colubandê apresentou um dia – “onde pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante” (BERMAN, 1986), mantém o grupo integrado,

garantindo minimamente, atenção e cuidados com o patrimônio alvo. Ou seja: a permanência do *Coletivo* em face de tempos tão líquidos na pós-modernidade, com uma narrativa ainda mais aprofundada sendo escrita do espaço-objeto, é saldo satisfatório, onde “a experiência muda do mundo, como indo além do mundo prático” (BOURDIEU, 1989).

Em 2019, com a posse de novas autoridades no governo fluminense, o *Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida* retoma o diálogo para nova rodada de negociações, mantendo em paralelo reuniões mensais no imóvel e em locais variados da cidade. Até a presente data a Fazenda Colubandê permanece sem fornecimento de energia elétrica, água, guarda permanente, e o retábulo da Capela ainda não foi encontrado.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar. - a aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia de Letras, 1986.
- BOURDIEU, P.. *O Poder Simbólico*. Difel e Bertran.Lisboa e Rio de Janeiro,1989. CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo, 2011.
- COSTA, Cleisemery Campos da. *Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005)/DISSERTAÇÃO Mestrado – ASOEC*. Niterói, 2009.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Políticas Culturales in América Latina*. México: Editora Grijalbo, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Política e cultura democráticas*. Folha de São Paulo. São Paulo,1990.
- GUIÃO, Homero. *Capela, Fazendas e Engenhos*. São Gonçalo. Gráfica Tricolor, MEMOR – Rio de Janeiro, 1973.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2006.
- HAESBARERT, R. *Território e Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LE GOFF, J. Memória. In: Enciclpédia Einaudi. *Memória e História*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo, SP. Unesp,1992.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.
- MATA, Salvador e Silva. *São Gonçalo no século XVI*. SG, Companhia Brasileira de Artes Gráficas: Rio de Janeiro, 1995.
- RODRIGUES, D. *Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. Revista Ubimuseum. V.1,p.45-52,2012.
- RICEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Tradução: Alain François - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SACKS, Oliver. *O rio da consciência*. Tradução Laura Teixeira Mota – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SANCHEZ, Fernando C. *As vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Universitat de Barcelona. Publicacionis e ediciones. Espanha, 2013.
- SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: Projeto e metamorfose. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Notas referenciais

<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/61593/coletivo-promove-reuniao-aberta-para-debate-sobre-a-fazenda-colubande>. Acesso em 14 de julho de 2019.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446829IBGE>. Catálogo. Acesso em 28 de julho de 2019.

<http://www.eliomar.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-Encontro-Regional-Leste-Fluminense.pdf>. Acesso em 30 de junho em 2019.

<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/59589/cafe-colaborativo-na-fazenda-colubande-reuniu-diversas-camadas-da-sociedade>? O São Gonçalo. Acesso em 03 de junho de 2019.

<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/59454/coletivo-realiza-encontro-na-fazenda-colubande>? O São Gonçalo. Acesso em 24 de maio de 2019.

<http://www.osaogoncalo.com.br/geral/50665/atividades-culturais-chegaram-a-fazenda-colubande-ate-abril>. Marcela Freitas. Atividades culturais chegarão a Fazenda Colubandê até abril. Acesso em 14 de abril de 2018.

<http://teatrodebonecostriodetres.blogspot.com/p/artigos.html>. Textos e artigos. Cultura e Segurança do Estado do Rio de Janeiro juntos na Fazenda Colubandê, em São Gonçalo RJ/Cleise Campos. Acesso em Dezembro de 2017.

<https://romarioregis.com/2017/11/26/fazenda-colubande-e-o-ultimo-capitulo-da-primeira-temporada/>. Acesso em 26 de novembro de 2017.

<http://www.osaogoncalo.com.br/geral/39242/ativistas-culturais-de-sao-goncalo-querem-dividir-fazenda-colubande-com-batalhao-florestal> Redação. Ativistas culturais de São Gonçalo querem dividir Fazenda Colubandê com Batalhão Florestal, O São Gonçalo. Acesso em 14 de novembro de 2017.

<https://romarioregis.com/2017/11/05/fazenda-colubande-importancia-reabertura-e-producao-cultural/>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/marco-da-arquitetura-colonial-brasileira-fazenda-colubande-invadida-saqueada-16176130> PAULO ROBERTO ARAÚJO, Marco da Arquitetura Colonial brasileira, Fazenda Colubandê é invadida e saqueada, O Globo. Acesso em 4 de maio de 2017.

<http://colunadogilson.com.br/roubado-retabulo-da-fazenda-colubande>/Gilson Monteiro, Roubado retábulo da Fazenda Colubandê, Niterói de Verdade. Acesso em 4 de maio de 2017.

http://www.osaogoncalo.com.br/sao-goncalo_cidades/9715/quem-vai-salvar-a-fazenda. O São Gonçalo. Quem vai salvar a fazenda? Redação. Acesso em 24 de Abril de 2017.

<http://tvwin.com.br/noticias/fazenda-colubande-vai-virar-sede-da-gm/>. Acesso em 01 de julho de 2016.

<http://www.ofluminense.com.br/en/cidades/projeto-quer-restaurar-fazenda-coluband%C3%AA>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Coluband%C3%AA. Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Categorias: Estado do RJ. Colonização do Brasil. Engenhos. Acesso em 19 de junho de 2014.

Compadre dos Senhores: A Nobreza da Terra e os laços de compadrio entre os escravos na Freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668)

Juarez de Almeida Moraes Junior
Mestrando (PPGHS/UERJ) – Bolsista CAPES

O presente artigo tem por propostas, a partir de análises de registros de batismos de escravos e livres, fontes eclesiásticas e escrituras públicas, entender as seguintes temáticas; 1) a formação da elite local, a “Nobreza da Terra” na região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante entre os anos de 1646-1668, e 2) a Revolta da Cachaça de 1660 e 1661.

Por essa razão, investigaremos as relações entre senhores e escravos na freguesia problematizando como se deram os apadrinhamentos entre esses personagens no referido período. Ademais, através do apadrinhamento dos seus escravos, buscaremos compreender como a Nobreza da Terra desta localidade fortalecia os laços entre si.

Esses vínculos políticos, econômicos, sociais, matrimoniais e batismos, estreitaram de tal forma as relações entre esta elite que parte desta alta sociedade liderou a chamada Revolta da Cachaça no período de 1660 e 1661. Para entender todo esse processo, é essencial resgatar alguns estudos anteriores sobre a localidade.

A região da freguesia de São Gonçalo de Amarante no século XVII é muito pouco estudada pela historiografia. Seus estudos ainda são escassos. Tal carência se dá principalmente por causa da raridade de fontes para a localidade. Tendo em vista esse cenário, este estudo buscará analisar as relações existentes entre senhores e escravos, a partir das relações de apadrinhamento, promovidas nessa região no recorte temporal retratado (1646-1668), de forma que possa contribuir para um maior entendimento da escravidão em terras gonçalense durante o período colonial.

Os primeiros estudos sobre a região datam da primeira metade do XX, com a obra do médico Luiz Palmier escrita na primeira metade do século XX, pois

“Em 1940, comemorou-se o aniversário do cinquentenário da emancipação político-administrativa da cidade de São Gonçalo. Para essas comemorações, o médico realizou um amplo levantamento documental e escreveu o primeiro livro que buscava compilar a história do município, da colônia até o momento das comemorações.” (REZNIK, 2003, p. 23)

Outros escritores e pesquisadores memorialistas que se notabilizaram ao investigar a região são: Homero Guião, Salvador Mata e Silva, Evadyr Molina e Maria Nelma Carvalho Braga, tendo suas obras contribuído demasiadamente para as pesquisas relacionadas à história de São Gonçalo. Esses estudos tinham como eixos principais a busca pelo levantamento de dados sobre os nomes dos primeiros sesmeiros que receberam terras nos séculos iniciais da colonização portuguesa, além

de um estudo sobre as nomenclaturas dos locais que deram origem aos bairros da cidade. Assim, buscavam quantificar as fazendas, capelas e as principais famílias da região, tal como nomear os proprietários das mesmas.

Com o avanço e consolidação de programas de pós-graduação em História no país nos últimos anos, vários estudos acadêmicos sobre a história regional surgiram e a localidade de São Gonçalo colonial também tem suas referências, como por exemplo, os estudos de Antônio Felipe Caetano, Marcelo Inácio Alves e Júlia Ribeiro Aguiar.

Antônio Felipe Pereira Caetano em sua dissertação realiza um estudo aprofundado sobre a Revolta da Cachaça (1660-1661) através do entendimento sobre o conflito entre a elite da Freguesia de São Gonçalo com o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, pois

“Meu principal objetivo nesta presente dissertação passou a ser a analisar o papel da freguesia de São Gonçalo na elaboração, arquitetura e desenvolvimento da *Revolta da Cachaça*, resposta imediata dos súditos portugueses diante da conjuntura de crise política que se instaurou na capitania do Rio de Janeiro.” (CAETANO, 2003, p. 17)

Além disso, o autor também faz uma investigação sobre os personagens protagonistas da revolta, nomeando-os e especificando seus papéis e objetivos desses atores sociais nesse processo histórico. Ao ressaltar os cargos que esses indivíduos possuíram e como eram suas participações na política e economia locais, Caetano através desse levantamento de dados contribui de maneira ímpar para os ainda escassos estudos sobre a região.

Para a compreensão sobre o papel dessa elite local no contexto político da época, é necessário definir o que é “Nobreza da Terra”, pois suas alianças se davam a partir da formação de “Bandos: referia-se à teia de alianças que tias famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção” (FRAGOSO, 2003, p. 20).

Sendo assim, esses “Homens Bons” eram pessoas das famílias mais respeitadas da localidade, afinal, nos trópicos essa elite era conhecida e reconhecida como “Nobreza costumeira”. Ou seja, eram notórios como nobres apenas naquela região. E como a sociedade no Antigo Regime se dava pela ordem natural, isto é, fundamentada na prerrogativa da Política e da Justiça em uma sociedade altamente hierarquizada. (MONTEIRO, 1993, p. 57)

Para problematizar o papel político dessa elite, é fundamental compreender o município onde viviam. E por município, entende-se a comunidade política local, onde cuidavam de assuntos do seu próprio cotidiano sem a interferência do poder central, o Rei. (MONTEIRO, 1997, p. 353)

O mando político dessa Nobreza da Terra só era possível a partir da Lei Mental de Portugal estabelecida em 1434. Firmada pela monarquia de Avis, que possuía como intuito central a criação de uma elite concelhia composta pela elite vinculada à Casa Real. Ou seja, era crucial uma Nobreza que prestasse serviços à Coroa nos seus domínios territoriais.

Sendo assim, no império português existiam comunidades políticas com a prerrogativa do autogoverno, onde cuidavam por exemplo da justiça e ordenanças militares. Por isso, as elites buscavam possuir ofícios nas câmaras municipais para se consolidarem como elite local. (MONTEIRO, 1997, p. 357)

Na região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante no século XVII esse fenômeno não foi diferente. Pois, membros da alta hierarquia da localidade, que eram grandes proprietários de terras e escravos, questionaram decisões do então governador do Rio Janeiro, Salvador Correia de São e Benevides de proibir o comércio da cachaça no litoral da África.

Como a economia local baseava-se principalmente na produção da aguardente, isso causou um grande desastre para a freguesia. Com isso, a elite gonçalense liderou o motim que questionava a administração da capitania, pois “Foi o choque entre a nobreza mais do que tradicional fluminense e nobreza em busca de um espaço político; a nobreza que controlava a economia fluminense e a nobreza sufocada pelas restrições para a expansão de suas atividades econômicas”. (CAETANO, 2003, p. 193)

De modo que o solo da região do Recôncavo da Guanabara não era propício para a plantação da cana de açúcar para a elaboração de açúcar em pó, a produção da aguardente torna-se essencial para a economia local. Por essa razão, a cachaça se consolidou a partir de 1650 como um produto altamente valioso para o tráfico negreiro no oeste da África Central. (CURTO, 1999, p. 69)

A partir desse cenário, a aguardente se transformou no produto mais importante no comércio atlântico, superando o vinho português. Isso não só irritou, mas também prejudicou comerciantes portugueses, por exemplo.

“O vinho, ao contrário, era propenso a se estragar. Isso permitiu, aos importadores na capital de Angola, baixar suas perdas nos transportes e permitiu, aos fornecedores de escravos africanos, uma maneira de manter grande suprimento de álcool dentro de seus domínios por um maior período de tempo” (CURTO, 1999, p. 76)

Como o açúcar era protagonista da economia local, proibir o comércio deste produto era altamente prejudicial para a Nobreza da Terra da freguesia de São Gonçalo de Amarante. Por isso,

“A Revolta da Cachaça simbolizava uma intenção clara dos homens ultramarinos fluminenses de reverterem um quadro negativo que assolava a capitania do Rio de Janeiro com a administração de Salvador Correia de Sá e Benevides. Para isso não mediram esforços para impor seus interesses, mas tomando o cuidado do movimento ser em prol do rei e não contra ele.” (CAETANO, 2003, p. 115)

O interessante nesse levante é que os revoltosos foram extremamente cautelosos para mostrar lealdade ao Rei português e deixaram claro que era algo contra o então governador Salvador Correia de Sá e o seu substituto, Thomé Correia de Alvarenga:

“Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1660, aos oito dias do mesmo mês e anno nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em casa da Câmara dela, onde se ajuntou o povo desta cidade e seu distrito às cinco horas da manhã, e todo assim junto na dita casa, como fora e circuito dele, fez o vir os oficiais da Câmara, que de presente servem, depois de juntos lhe representou o dito povo, dizendo em primeiro lugar, que vivesse El-Rei nosso Senhor D. Affonso, de quem eram leais vassallos, e que como tais lhe representavam em como em trinta do mês passado de outubro se haviam junto da outra banda da dita cidade, onde chamam a Ponta do Brabo, de onde pretendiam passar a esta cidade magoados, queixosos, e oprimidos das vexações, tiranias, tributos, fintas, pedidos, destruições de fazendas que lhes havia jeito o general Salvador Correia de Sá e Benevides, que governava esta praça, tratando só de suas conveniências, sem atender ao bem comum dele dito povo.”¹

Para a realização da pesquisa, serão exploradas principalmente fontes paroquiais, como batismos de escravos e livres do período de 1646-1668; escrituras públicas, como as que remetem aos processos de compra e venda de escravos e terras nos séculos XVII e XVIII; e fontes eclesiásticas, como “Notícias do Bispado do Rio de Janeiro de 1687.”

A documentação relacionada aos casos de batismos totaliza 1.019 registros de batismos de escravos, 292 registros de batismos de livres² e 582 escrituras públicas já levantadas no Banco de dados do site do geógrafo Maurício de Abreu.

Os registros de batismo de escravos demonstram diversas informações fundamentais para o desenvolvimento da análise crítica do objeto, como por exemplo: as datas dos batismos; os nomes dos escravos batizados; nomes de seus pais e padrinhos; nomes dos donos de padrinhos e madrinhas; os estados civis dos pais; a condição social de padrinhos e madrinhas; entre outras informações relevantes. Todas essas referências são essenciais para a reconstrução das redes existentes entre os escravos e seus compadres.

Já os batismos de livres informam os nomes dos batizados; os nomes dos pais; os títulos dos pais; os estados civis das mães e seus títulos; os nomes dos padrinhos, assim como suas profissões; os títulos dos padrinhos; os nomes dos maridos das madrinhas e suas profissões e títulos; assim como os nomes dos pais das madrinhas, suas profissões e títulos.

As escrituras públicas nos possibilitam identificar as relações comerciais que a elite desta Freguesia promovia, detalhando as datas de compra e venda da terra, indicando os valores do negócio e, principalmente, os nomes dos personagens envolvidos. Com isso, pode-se entender como a elite da região interagiu comercialmente e, também, como ela possuía laços econômicos entre si, pois através do cruzamento das fontes de batismos e dessas escrituras, percebe-se a existência de

1 “Excepto de uma memória manuscrita sobre a história do Rio de Janeiro durante o governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 3, s/a, p. 5.

2 Entende-se como livres os filhos da elite da Nobreza da Terra da Freguesia de São Gonçalo do Amarante do século XVII.

uma grande intimidade dos membros da Nobreza da Terra da freguesia de São Gonçalo do Amarante em meados do século XVII.

Pelo exposto acima, a utilização da metodologia de análise proposta pelo campo da micro-história, se faz fundamental para o entendimento do cotidiano dessa freguesia, visto que o procedimento dos autores referências dessa corrente historiográfica, possibilitam analisar as estratégias ocultas dos indivíduos.

Como por exemplo, podemos citar Giovanni Levi que explicita a micro-história como um “[...] sistema de contextualização e de interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e imagem impressa nas fontes escritas entre literalidade do documento e série documental.” (LEVI, 2000, p.74) Ou seja, destaca-se que os indivíduos possuem estratégias com o objetivo de controlar o futuro e, para isso, se faz importante entender o seu comportamento geral, tal como suas atitudes ao longo da vida.

Nessa perspectiva, Ginzburg também ressalta a importância dos detalhes das fontes para a reconstrução do passado. Esse é um exercício essencial para quem estuda a história do Recôncavo da Guanabara no século XVII, pois devido à escassez de fontes, o historiador precisa ser criativo ao realizar o cruzamento dos registros históricos de maneira bem refinada e assim fazer questionamentos aprimorados às fontes para realizar um bom estudo de caso.

Sendo assim, o autor destaca que “suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 2011, p. 179)

A partir dessas considerações, torna-se fundamental perceber que essa pauta dos costumes e experiências, assim como as problemáticas da micro-história italiana, vão nortear as análises de historiadores brasileiros nas últimas décadas. Um grande exemplo dessa influência são as diferentes obras sobre o período colonial do Recôncavo da Guanabara escritas pelo historiador João Fragoso. Desta forma, com as fontes disponíveis é possível realizar um detalhamento das relações entre as famílias desta freguesia, com base no olhar da micro-história.

Com isso, se faz possível especificar seus nomes e apontar quais famílias possuíam mais laços, e indicar assim as ligações de suas escravarias e ressaltar a importância da formação de redes existentes entre os cativos, tal como a estabilidade da família escrava. Como destaca João Fragoso “O que me importa é sugerir a hipótese de barganhas com escravos como prática da nobreza e, mesmo, a existência de uma certa coincidência de interesses entre ambos.” (FRAGOSO, 2003, p. 31)

A partir das problemáticas debatidas por Ginzburg, como por exemplo entender de que maneira os indivíduos viviam, e sobretudo compreender o homem e suas relações sociais. A associação com as ferramentas técnicas da Antropologia também é importante, pois facilita a percepção sobre as práticas culturais, as relações de parentesco e vizinhança no interior de um certo segmento social. Afinal o sujeito e o seu nome são pontos de encontro das suas várias relações sociais. (GINZBURG, 1989)

Assim, ao cruzar as relações estabelecidas a partir das experiências cotidianas, como por exemplo, os casos de batismos, será possível identificar novas formas de relações culturais, ressignificações e variações de costumes, com a formulação de cenários híbridos dentro do processo de escravidão proposto na região durante o século XVII.

Para se ter um entendimento mais claro sobre essa questão, podemos citar como exemplo o caso de Jerônimo Bezerra Barbalho. O então líder da Revolta da Cachaça que fora degolado a mando de Salvador Correia de Sá. Era capitão, casado com Isabel Pedrosa e filho de Luís Barbalho Bezerra, que fora governador de Pernambuco no início do XVII. De acordo com os registros de batismo do período, ele possuía 67 escravos e, portanto, era o maior proprietário de escravos da região.

Casos como esse, nos permitem destacar a importância da metodologia da microhistória para compreender as ações destes indivíduos em sua época, pois através do seu nome, podemos localizar as suas ações ao longo de sua vida. Alias, é a partir dos estudos de casos que entenderemos o Universo Relacional (GRENDI, 2009, p. 23) desses personagens.

Referências Bibliográficas

Fontes

Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687. VP-38. (Digitado por ART: Antigo Regime nos Trópicos – grupo de pesquisa CNPq).

Escrituras públicas de compra e venda e doações, acessados diversas vezes por meio do Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara sécs. XVII-XVIII, realizado por Maurício de Abreu e seus colaboradores, e disponibilizados no *site* <http://www.mauricioabreu.com.br/>

Bibliografia

AGUIAR, Júlia Ribeiro. **Por entre as frestas das normas:** nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, séculos XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. **Senhores de Escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial** (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, Maria Nelma de Carvalho. **São Gonçalo e sua história**. Niterói: Nitpress, 2006.

CAETANO, Antônio Felipe Pereira. **Entre a sombra e o sol**. A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. Rio de Janeiro 1640-1667. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

CURTO, José C. **Vinho verso Cachaça – A luta Luso-Brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c.1648-1703**. In: Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (orgs.). “**Angola e Brasil nas rotas do atlântico-sul**”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FRAGOSO, João. **A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII**. Algumas notas de pesquisa. Revista Tempo (UFF), Niterói, v. 8, n. 15. 2003.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRENDI, Edoardo. **Microanálise e História Social**. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, 2009

GUIÃO FILHO, Homero Guião. **História de São Gonçalo**. Rio de Janeiro: Edição 4, 1979.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Revista Penélope, Lisboa, n. 12, 1993.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime**. Revista Análise Social, Lisboa, v. 32, n. (141), 1997.

MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata e. **São Gonçalo no século XVI**. Niterói: Muiraquitã, 1995.

_____. **São Gonçalo no século XVII**. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

_____. **São Gonçalo no século XVIII**. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1998.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. História, Geografia, Estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.

REZNIK, Luiz (Org.) **O Intelectual e a Cidade**. Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

RODRIGUES, José Damião. **São Miguel no século XVIII: Casa, Elites e Poder**. Lisboa: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, vol. 1.

Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto: as relações entre a escrita da história e as representações de Baixada Fluminense

Eliana Santos da Silva Laurentino
Doutorando do PPGHS/ FFP - UERJ
FAPERJ

Muitos institutos municipais, no Brasil, têm investido na produção da história local e ocupam um lugar de autoridade sobre as narrativas do passado. A criação desses espaços indica a manutenção de uma referência de legitimidade aos trabalhos, no âmbito local. Isso poderia implicar no interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, se vincularem à instituição, constituindo um espaço que promova um diálogo e a incorporação de diferentes *regimes historiográficos*.

Maria Lúcia Guimarães (2006) afirma que identificar os significados e os impactos dos institutos na atualidade para a construção do conhecimento histórico ainda é bastante limitado. Nas palavras de Guimarães, sobre o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ela afirma:

A historiografia contemporânea tem passado ao largo da contribuição do Instituto na construção do conhecimento histórico nas primeiras décadas dos anos 1900. Normalmente, os especialistas preferem se debruçar sobre a obra de autores do período, com o objetivo de identificar as matrizes conceituais que informam a sua produção, sem investigar as possíveis conexões existentes entre aqueles intelectuais e o ambiente acadêmico no qual se inseriram (GUIMARÃES, 2006, p. 16).

Os institutos locais possibilitam identificar as relações entre o saber o poder e as mudanças e permanências na escrita da história. No caso do Instituto Histórico de Duque de Caxias, criado em 1971, percebe-se um forte investimento para o registro histórico da região, através do encontro geracional dos agentes. As produções sofrem influências de dois marcos de institucionalização da escrita da história no Brasil: a própria criação do IHGB (1838), com criação e manutenção dos institutos estaduais e municipais; e o processo de profissionalização do campo, com a criação das universidades na década de 1930.

A inauguração do Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHDC) ocorreu em 1973 e na década de 1980 recebeu a nomenclatura de Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Sua organização difere dos moldes administrativo, comuns aos demais institutos, que a exemplo do IHGB possui eleições de seus membros, e se organiza considerando que: “*Os sócios são eleitos por Assembleia Geral, nas seguintes categorias: Eméritos, Titulares, Honorários e Correspondentes,*

brasileiros e estrangeiros. Os Sócios Institucionais completam o Quadro Social”.¹ No IHDC não constam membros, fixos ou transitórios, na instituição. Desde de sua inauguração o espaço possui uma direção e funcionários técnicos, contratados pela própria Câmara Municipal, vinculados às atividades de preservação e organização documental.

De acordo com Tânia Amaro Almeida (2013), a partir de 2001 foi desenvolvido um projeto de preservação do acervo. Essa atividade revelou o volume do material disponível, com:

(...) cerca de 7000 reproduções fotográficas, 4000 documentos textuais, 1000 livros/periódicos, 5000 jornais e recortes, 300 plantas de loteamentos, 200 quadros/molduras, 450 posters, além cerca de 250 objetos de uso pessoal e vestuário (...). Além disso, o acervo recebe, frequentemente, doações de periódicos e outros itens documentais relativos à nossa história local e regional, fazendo parte também do espaço do instituto, as galerias de fotos dos prefeitos, presidentes do poder Legislativo e diretores da Câmara Municipal. (ALMEIDA, 2013, p.9).

Nesse sentido, a instituição se formou nos moldes de arquivo, e de acordo com Almeida (2013, p.12): “*No Instituto Histórico, o que se objetiva é justamente concretizar a recuperação da memória da nossa cidade, através, da preservação do acervo documental*”. O grupo de trabalho é formado “*por uma historiadora especialista na área de preservação de acervos documentais, (e) é composto pela própria equipe técnica do Instituto Histórico (...) contando também com o apoio de estagiários da área de História*” (ALMEIDA, 2013, p. 11).

O documento de 13 de abril de 1971, assinado pelo prefeito Francisco Estácio da Silva, autorizou ao “*Dr. Elias Lazaroni, diretor geral da secretaria, a tomar as necessárias providências para a fundação e funcionamento do Museu Histórico Municipal*” (Autorização de 13 de abril de 1971 para a abertura do IH. Acervo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto). Esse foi um dos primeiros passos para consolidação do instituto na cidade, no qual a escrita da história seria um instrumento aos diferentes projetos dos intelectuais na cidade. A criação do IHDC pode ter auxiliado nos diferentes diálogos entre o poder público e os intelectuais.

Em Duque de Caxias, na década de 1970, as articulações de poder, no âmbito cultural da cidade, foram identificadas com a criação das seguintes instituições: a Biblioteca José do Patrocínio (1970), o Departamento de Educação e Cultura (1972) e o Conselho Municipal de Cultura (1974). Esses espaços se articulavam e eram ocupados por intelectuais ativos na produção de conhecimento na cidade, como por exemplo, a Hilda do Carmo Teixeira, irmã de Moacyr do Carmo, que ficou na direção do Departamento de Educação e Cultura e foi auxiliada por Stélio Lacerda (MARQUES, 2005).

¹ Quadro social do IHGB In <https://www.ighb.org.br/ighb/quadro.html>, acessado (26/12/2018).

Durante muito tempo, os quadros efetivos do IHDC foram ocupados por funcionários ligados diretamente aos cargos políticos. A primeira diretora foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade, Francisco Estácio da Silva. Elaine teve Dalva Lazaroni como sucessora na direção, irmã de Elias Lazaroni, chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo, em 1966. Dalva ficou no cargo até 1986 (MARQUES, 2005).

Essas ligações e homenagens aos membros da Câmara pode ser identificado no próprio nome do instituto. Na década de 1980, por meio de uma resolução, ficou alterada a nomenclatura do espaço. O presidente da Câmara do período, José dos Santos Callado, declarou que ficaria “denominado Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, o atual Instituto Histórico, órgão anexo Câmara” (AGUIAR, 2003). O nome foi uma homenagem ao vereador, falecido naquele período, que era um antigo comerciante do bairro Gramacho, pertencente ao primeiro distrito de Duque de Caxias. Barreto teve quatro mandatos como vereador na cidade e teria colaborado para a criação do Instituto Histórico (AGUIAR, 2003).

Além disso, uma articulação significativa entre o IHDC, os intelectuais e sociedade civil foi organizado pela diretora do instituto Gladis Braga Figueira, em 1990. A “agremiação” criada era composta por: Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme Peres, Ana Lúcia Castro e própria Gladis Braga. Essa “associação” é apresentada nos jornais locais como uma “reestruturação da entidade”, que passou a substituir o Antigo Conselho do Instituto, transformando seus integrantes: “Abelard Brayner, Ademar Constant, Dalva Lazaroni de Moraes, Sylvio Goulart, Laís Costa Velho, e outros”, em “Beneméritos da Amlhduc”, em 1992. (Conjunto de recortes de jornais sob o título: “Ação Educativa e Cultural no Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991- 1996) – O Testemunho da Imprensa”, que foram selecionados e organizados pela diretora da instituição do período, Gladis Braga Figueira).

Entretanto, esta agremiação parece não ter se consolidado, e não foi localizado registros de suas atividades. Com isso, a criação, em 2001, da Associação dos amigos do Instituto Histórico (Asamih) confere uma exclusividade aos seus membros, e consta com um estatuto aprovado em 06 de julho de 2005, no qual “é ilimitado o número de associados”. Quanto aos fundadores, o estatuto considera que seriam “aquelas pessoas físicas que se associaram até 15 de outubro de 2001” (Estatuto Social da Associação e Amigos do Instituto Histórico. “Vereador Thomé Siqueira Barreto” p.2).

Sendo assim, as pessoas vinculadas ao instituto até o ano de 2001 foram consideradas fundadoras, totalizando 115. Da primeira geração permaneceram: Guilherme Peres, Rogério Torres,

Stélio Lacerda. E entre os 115 fundadores foram identificados 26 membros, com formação ou especialização em História².

Assim, atravessando diferentes mandatos governamentais, a instituição precisou se reinventar ao longo do tempo e elaborar estratégias de sobrevivência dentro de um espaço do poder público, criando uma espécie de “agremiação” em 1992 e a Asamih, em 2001. Na “nova” Associação de Amigos do Instituto Histórico, consta em seu histórico os seguintes dados:

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico – ASAMIH - foi criada em 2001 com o objetivo de a sociedade civil participar, acompanhar e apoiar as atividades do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Desde então, a Associação dos Amigos do Instituto Histórico vem apoiando a **preservação dos documentos, a organização de encontros, seminários, exposições, o lançamento de livros, o registro em audiovisual das memórias dos habitantes locais** – do mais humilde àqueles que ocupam espaço de poder. (PONTO DE CULTURA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO PROJETO “TECENDO AS AÇÕES NO PRESENTE. CONSTRUINDO A CIDADANIA DO FUTURO: Relatório - Histórico ASAMIH 2016”. p.1. **Grifo nosso**).

Desse modo, acreditamos que para além de seu caráter arquivístico, existe uma preocupação com a produção de conhecimento sobre a região e com sua divulgação. No ano de 2008, por meio de edital, a Asamih recebeu financiamento do governo do Estado do Rio de Janeiro, com o projeto “*Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro*”, tornando-se Ponto de Cultura estadual. Com isso, realizou várias atividades culturais, compra de equipamentos, que foram disponibilizados para uso do Instituto Histórico (Relatório de atividades do IH de 2009 a 2015. p. 1), e neste mesmo ano o IHDC é registrado no Cadastro Nacional de Museus. Desse modo, além de um acervo relevante, possui espaço para exposições e equipamentos para a realização de “*documentos de registro sonoro e a exibição de material audiovisual*” (ALMEIDA, 2013, p. 12).

Esses mecanismos de utilização do espaço apresentam algumas particularidades deste instituto, que mesmo não possuindo “rituais” de definição de membros, possui em sua associação a participação da sociedade civil, composta por muitos intelectuais da região. Esses membros possibilitaram um trânsito de ideias e atividades entre as diferentes instituições na Baixada Fluminense, com o foco em adquirir e preservar o acervo, bem como captar recursos para a realização de projetos culturais.

Em 2002, o IHDC, em parceria com os membros da Asamih, publica a Revista Pilares da História³. Indiretamente, os agentes transitam na instituição, fomentam pesquisas e recebem apoio

²A identificação da formação utilizou o critério de análise das fichas cadastrais dos sócios fundadores, na qual consta o campo especialização.

³ As edições da revista estão disponíveis para download - desde o no 1, de 2002, até o no 16 de 2018- no portal da Câmara http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474 Acessado (26/12/2018).

às publicações realizadas em seus cotidianos. Muitos foram os estudos que receberam apoio da associação, com incentivo de produções, realizadas pelos membros da Asamih. Isso sugere que os vínculos com um Instituto Histórico favoreceram um certo reconhecimento social e cultural do espaço.

Para Manoel Salgado (1988), o IHGB foi construído como uma instituição cultural nos moldes de uma academia, mas com propósito de criar a nacionalidade brasileira, uma marca da historiografia do século XIX. Em suas palavras:

Curiosa permanência a se observar ao longo da história brasileira essa tentativa de integrar o “velho” e “novo”, de forma que as rupturas sejam evitadas. Herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista, e vivenciado como tal pelos seus membros, o instituto propõe-se levar a cabo os projetos dos novos tempos (...) (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Nesse sentido, a relação entre o instituto, os intelectuais e a escrita da história da cidade, com o envolvimento de diferentes gerações de intelectuais, também é um caminho para entender como os institutos contribuem para a integração do “velho” e do “novo” na historiografia brasileira. Além de identificar as dimensões de poder da produção de conhecimento para a construção identitária do território.

É importante lembrar que nos dias atuais, os Institutos, não apenas os municipais e estaduais, mas também o próprio IHGB, tem em seus quadros novos agentes. Isso permite um olhar cuidadoso para o modo de escrita a partir desses espaços, bem como, para os agentes que realizam atividades de produção, divulgação, ou mesmo de difusão de suas produções a partir dos institutos históricos, o que evidencia das relações entre as escritas e o lugar de produção. Para Michel de Certeau (1982), “*não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber*” (CERTEAU, 1982, p. 88). Desse modo,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’ (CERTEAU, 1982, p. 56).

Considerar que a escrita da história é resultado de uma *operação historiográfica* e decorrente de um lugar de produção é instrumental para própria análise das escritas advindas do instituto. Contudo, a relação entre a escrita, os agentes e o IHDC pode ser melhor analisada quando observada as conexões entre o regime de historicidade e o regime historiográfico. Fernando Nicolazzi (2017) chama atenção que várias formas de historiografia podem emergir em um mesmo regime de historicidade. Em linhas gerais, ele destaca que uma série de textos, entre as décadas de

1870 e 1940, permitiram perceber a diversidade das formulações, que nem sempre estavam de acordo com os mesmos princípios epistemológicos. Nas palavras de Nicolazzi:

Hartog já alertou para o fato de que, se há uma ligação evidente entre regime de historicidade e regime historiográfico, ela não é de forma alguma mecânica, e carrega em si a possibilidade de despertar um olhar diferenciado sobre o fazer da história ou, em outras palavras, sobre os regimes historiográficos possíveis” (p. 25, 2017).

Para Nicolazzi (2017) a operação historiográfica de Certeau (1982) foi muito profícua, mas, naquele momento, Michel de Certeau (1982) não teria articulado de forma mais intensa a escrita da história e a experiência de tempo. E nesse sentido, Nicolazzi acrescenta:

(..) um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico a seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro” (2017, p.26).

A criação e a permanência de institutos municipais em períodos recentes contribuem para a produção de estudos e pesquisas sobre a história local/regional, bem como agrupam agentes com enfoques historiográficos distintos. Desse modo, quando diferentes intelectuais se articulam nesses espaços para publicação e/ou divulgação de seus estudos eles tem suas produções legitimadas, e dessa forma também legitimam os institutos como lugares de autoridade para a escrita sobre o passado.

As produções dos agentes ligados ao IHDC indicam que eles estão incorporando dados das primeiras narrativas históricas sobre o território, sugerindo que as escritas estão impactadas por continuidades e descontinuidades da escrita da história. Além disso, os agentes permanecem atuando e utilizando dos vínculos políticos e acadêmicos da instituição para consolidação de projetos culturais e educacionais, sinais da permanência do lugar de autoridade que ocupam os institutos históricos. Nesse sentido, os institutos municipais podem possibilitar um caminho mais direto dos pesquisadores/professores para realização de seus projetos para o território, o que configura uma importante estratégia política de atuação dos historiadores para garantir espaços de legitimidade de suas narrativas sobre o passado, diante de seus projetos de futuro.

IHDC – Um espaço de “Renovação”

Os usos do passado pelos agentes do IHDC são herdeiros de uma cultura histórica na Baixada Fluminense. As relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos foram recorrentes, desde a fundação da Arcádia Iguazuana, na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram diante de um projeto histórico para superar as crises das transformações

socioeconômicas do período, até a criação dos institutos e espaços museais. Além do Instituto Histórico de Nova Iguaçu, em 1960; o IHDC, na década 1970, o Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti, na década de 1980; o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), na década de 1990, podemos também considerar a criação do Museu Vivo do São Bento, nos anos 2000, como representações da importância atribuída pelos pesquisadores ao registro sobre o passado.

Uma “nova geração” de pesquisadores, que já orbitava nos institutos históricos na região, passa na década de 1990 a realizar outros esforços para o registro da história local, como o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH -Clio). A APPH-Clio promoveu encontros/aulas teóricas que objetivavam o ingresso dos professores em cursos de mestrado.

Alguns desses professores, oriundos e/ou com vínculos com a Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDC) - espaço estratégico para os agentes dessa “nova geração” - realizaram mestrado, doutorado, publicaram e se organizaram para ocupar outros espaços na cidade. Além desse novo enfoque historiográfico, eles não romperam com o instituto e ocupam atividades vinculadas a Asamih (organização central para o IHDC). Os agentes estão no grupo editorial da Revista Pilares da História, receberam apoio para publicações de suas obras, moções de reconhecimento de suas escritas e convites para palestras e eventos comemorativos na cidade. Esse movimento sugere que o IHDC promove um encontro geracional, marcado por diálogos e disputas de memórias e diferentes regimes historiográficos.

Os agentes realizaram leituras e apropriações do território, e também destacaram narrativas sobre os “caminhos” e o papel desses percursos nas transformações e investimentos para o desenvolvimento da região. Entre as primeiras escritas e as mais recentes é recorrente a referência ao Caminho de Garcia Paes. O caminho foi iniciado em 1699 e inaugurado em 1704, com investimento direto do próprio Paes, já que os recursos da Coroa não foram suficientes.

Antes do caminho de Paes, o Caminho dos Guaianazes e Goitacazes, até 1699, era único que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, e levava uma média de três meses para ser percorrido. Com os riscos de ataques, com a demora e as dificuldades de uma melhor fiscalização, a Coroa Portuguesa permitiu que o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá, organizasse medidas para a abertura de novos caminhos. O bandeirante Garcia Rodrigues Paes apresentou um projeto de construção que reduzia o percurso para 15 dias de viagem, entre o porto carioca e o planalto mineiro, atravessando Jacutinga e Pilar. A abertura do “caminho novo” estimulou a abertura de outros caminhos, que cortavam a região, como: o Caminho do Proença, levando sete dias para ser

percorrido e atravessando Estrela, e o Caminho de Estevão Pinto de Andrade ou Caminho do Tinguá (SANTOS, 2014).

Além do significado dos caminhos para o período da mineração, boa parte das produções realizadas sobre a Baixada Fluminense também destacam a continuidade desses percursos para outras fases econômicas do território. Esses espaços estariam vinculados às mudanças econômicas na nação, como o próprio avanço da economia canavieira fluminense. Foi o caso do Caminho do Tinguá, que recebeu a denominação de Estrada do Comércio, e foi pavimentada pelos comerciantes iguaçuanos, organizados na Junta Real do Comércio, para garantir a integração entre o porto carioca e a serra. No mesmo período, foi aberta a Estrada da Polícia, que integrava Cava ao atual centro de Vassouras (SANTOS, 2014). As mudanças e permanências no território são enfatizadas pelo reconhecimento que os “caminhos” ocupam uma importância no passado colonial e imperial, marcas desses atravessamentos. E os caminhos recebem nova leitura com a chegada da primeira ferrovia no Brasil, inaugurada em 1854, a Estrada de Ferro Barão de Mauá em Guia de Pacobaíba, que a passa ser reconhecida como propulsora de avanços e transformações administrativas na região.

Desse modo, os intelectuais também são atravessados por influências e escritas dos primeiros autores sobre a região. Isso implica na apropriação, sem muita problematização, das primeiras pesquisas produzidas sobre o território, que muitas das vezes, ignoram as relações dos agentes com os caminhos e reforçam leituras sobre os aspectos geográficos. Isso promove uma certa valorização aos significados registrados sobre os caminhos para definir o espaço.

Além dos diálogos com as primeiras pesquisas sobre a região, com seus usos e certa apropriação, também é possível verificar algumas mudanças percebidas na própria instituição. Essas transformações são fruto da própria experiência de tempo, impactada pela criação dos cursos de pós-graduação.

Antônio Augusto, membro da Asamih, em entrevista realizada no próprio Instituto Histórico para o banco de oralidades da instituição conta sobre as mudanças na cidade de Duque de Caxias, e pontua sobre a “renovação do instituto histórico”, nos anos 2000. Para ele, os estudos ficaram mais organizados e com uma “capacidade de sobrevivência”, isso só seria possível pois eles conseguiram avançar em algo que os seus antecessores esbarraram, os limites pessoais. Assim, para Augusto, os vínculos dos grupos através das instituições, como a Asamih e com os programas de graduação e pós-graduação da FEUDUC e da UNIGRANRIO conseguiram se renovar e promover continuidade as pesquisas sobre a Baixada Fluminense.

Para o professor Augusto e para a professora Tânia Amaro, atual diretora do Instituto (quem realizou a entrevista), as faculdades são essenciais para o reconhecimento das pesquisas sobre a Baixada Fluminense e para a continuidade dos estudos. Esse registro sugere reflexões sobre a chamada “renovação”, pois esse movimento está inserido no diálogo entre o “velho” e o “novo”, ou seja, escritas existentes sobre o território e a valorização das produções a partir dos espaços universitários.

Augusto destaca que a FEUDUC deve ter sido a primeira instituição com recorte de história local. Ele considera que a rede em outras instituições, para além da FEUDUC, que se estende para a FEBF- UERJ e o FLAMA, com curso de serviço social, fortalece a importância dos estudos e pesquisas com o olhar para o local.

Nesse sentido, as pesquisas teriam ganhado um novo caminho de perpetuação, com os cursos de graduação e pós-graduação, e recebem uma “materialidade” também no IHDC, através da Asamih, especialmente, com as publicações e ações sobre a história local. Entre as ações, o professor realça que uma das vitórias dos grupos de professores foi a inclusão no concurso de educação, em 2015 para Duque de Caxias⁴, da temática da História da região. Isso sugere o movimento dos agentes em constante participação e diálogo com as instituições locais, que no caso do instituto histórico municipal tem um papel significativo de representativa local.

Considerações Finais

A criação e a permanência de espaços locais que escolhem a nomenclatura de instituto é um indicativo do reconhecimento e da valorização dos institutos históricos como espaços legítimos para a escrita sobre o passado. No IHDC verificou-se que muitos agentes se vincularem à instituição, constituindo um espaço que promoveu um diálogo e a incorporação de diferentes *regimes historiográficos*.

O IHDC, criado em 1971, apresenta um encontro geracional dos agentes, com produções que sofrem influências de dois marcos de institucionalização da escrita da história no Brasil: a própria referência de nomenclatura, considerando o IHGB (1838) e o processo de profissionalização do campo, com a criação das universidades na década de 1930. E, atravessando diferentes mandatos governamentais, a instituição se reinventou e elaborou estratégias de sobrevivência dentro de um

⁴ Nos últimos anos o concurso para a cidade de Duque de Caxias foi considerado um dos mais disputados no estado, devido ao plano de carreira e ao salário atrativo.

espaço do poder público, criando agremiações e uma associação, em 2001, bem como recebendo a influência com a criação dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Dessa forma, muitos agentes da “nova geração”, reconhecem as primeiras pesquisas e consideram que os vínculos na instituição permitem a consolidação e a permanência das pesquisas sobre História Local e Regional. A opção pelos “caminhos” parece ter sido uma chave de leitura nas escritas sobre a região para registrar a importância e a representatividade do território.

Assim, através do reconhecimento do lugar de poder e prestígio do instituto, os diferentes agentes instrumentalizaram o espaço para a aplicabilidade de projetos historiográficos na consolidação de projetos políticos, potencializando o lugar de produção como parte do processo de construção do território, ou seja, projetos historiográficos que se materializam nos projetos políticos, como a própria inclusão da história local nos concursos públicos para professores na cidade de Duque de Caxias.

FONTES:

AMARO, Tânia. Relatório ASAMIH 2016. Acervo IHDC

AMARO, Tânia. Relatório de atividades do IHDC de 2009 a 2015. Acervo IHDC

Autorização de 13 de abril de 1971 para abertura do IHDC. Acervo IHDC

Conjunto de Periódicos com texto de apresentação sob o título: “Ação Educativa no Instituto Histórico de Duque de Caxias 1991- 1996 - Testemunho da Imprensa”. Acervo IHDC

Entrevista com Antônio Augusto – Banco de Oralidades do IHDC.

Estatuto Social da ASAMIH. Acervo IHDC

Fichas de cadastro dos Membros da ASAMIH - 2001. Acervo IHDC

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. Instituto Histórico: 40 anos de História. Revista Pilares da História, Duque de Caxias, Edição especial, outubro de 2013. p 7-13.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA. Fernando Sánchez. La Cultura Histórica. Uma aproximación diferente a la memoria colectiva. In. Passado y Memória. Revista de História Contemporânea, 8, 2009, pp,267-286.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. No 1, 1988, p. 5-27.

MARQUÊS, Alexandre dos. Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980). Vassouras, 2005. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Severino Sombra.

NICOLAZZI, Fernando. A História e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In. BENTIVOGLIO, Júlio, NASCIMENTO, Bruno (organizadores). Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

REVEL, Jacques. A microanálise e a construção do social. IN ____ (Org). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, d. FGV, 1998.

A História Local: Identidade, Memórias e Cidadania.

Rodrigo Silva Magalhães
Doutorando PPGHS-UERJ

“O grande desafio que se apresenta neste novo milênio é adequar nosso olhar às exigências do mundo real sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. Historiador/professor sem utopia é cronista e, sem conteúdo, nem cronista pode ser”. (PINSKY 2010 p.19)¹

Atualmente, vivemos um período de muitas incertezas nas mais diferentes instâncias da vida humana. Tais incertezas estão ligadas, dentre outras coisas, ao grande acesso à informação que nos são fornecidas diariamente, ou melhor, a cada hora e até a cada minuto. Isso deveria ser para todos um motivo de tranquilidade, afinal, quem não gosta de se manter informado? No entanto, nos dias atuais, ter informação não está diretamente ligado a ter conhecimento ou pelo menos que tivesse o interesse/preocupação com a verdade e com a comprovação dos fatos. Nas últimas eleições, acompanhamos inúmeras denúncias sobre as famosas fake news. Assim, passamos a viver uma realidade instável, onde cada indivíduo perde a segurança, vivendo a mercê de informações nem sempre verdadeiras e que nos leva a condição de meros reprodutores daquelas que mais agradam as nossas convicções prévias.

Esse processo vem sendo ampliado a cada instante, produzindo uma existência violenta e insensível, com a necessidade contínua de negar o outro e suas respectivas identidades. Todo esse cenário, desperta a necessidade de repensarmos à vida, a nossa visão de cidadania e, no âmbito profissional mais específico, a nossa profissão. Como executar nosso ofício de historiador, que tipo de historiografia e ensino de história devemos produzir para superar esse cenário, que parece distante, mas que está diariamente em nossas salas de aula. Principalmente, se pensarmos as últimas proposta curriculares que estão prestes a ser implantadas. Neste trabalho, cabe apresentar uma alternativa a história oficial e que caminha no compasso do que é exposto por Pinsky na epígrafe utilizada, que possa cumprir com a tarefa de modificar ou ser pelo menos contraponto dentro desse cenário social, que limita ou não incentiva a produção de conhecimento. No nosso caso, o conhecimento histórico.

¹ PINSKY, Carla Bassanezi (org) Novos Temas nas Aulas de História. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

Ao longo de toda a sua trajetória, a escola e o ensino formal proferido por ela, sempre esteve ancorado em modelos prontos, que tinham como parâmetro principal, a formação de cidadãos, baseados em uma identidade nacional. A educação sempre assumiu um caráter cívico. O ensino de história contribuía de forma perfeita nesse processo. Através da criação de heróis e mitos nacionais, com o intuito de gerar uma sensação de pertencimento à Nação. Assim, a Nação era uma comunidade estável e, a escola, contribuía para tal sentimento. O outro era sempre o estrangeiro, não havendo o “incômodo” dever do seu reconhecimento. Pelo contrário, todos aqueles estrangeiros ou que tinham essa origem, passaram por um processo de assimilação identitária dentro das escolas. Sobretudo, após a inclusão das disciplinas de História e Geografia do Brasil durante o período Getulista. Além disso, todas as contradições sociais inerentes a nossa sociedade, eram silenciadas por conta do “amor maior” à Nação.

Dentro dessa noção, o ensino de história cumpriu perfeitamente seu papel, porque durante décadas, limitou seus profissionais e aprendizes, a uma história velada por inúmeros silenciamentos de grupos e indivíduos, que sempre foram “barrados do baile” da história oficial. Assim, havia uma constante reprodução de informação, muitas vezes sem a reflexão necessária a qualquer produção de conhecimento. Tudo isso, faz sentido dentro desse cenário específico. Mais à frente, já no período da Ditadura Militar, o desejo insistente de instruir profissionais e alunos de acordo com os interesses do Estado (que naquele momento representava a Nação pelo menos no discurso), ficou expresso na instituição de disciplinas de Estudos Sociais e Moral e Cívica. Tais disciplinas tinham como principal atribuição, a formação de cidadãos que cumpriam seus deveres e não questionavam sobre a utilização de seus direitos. De acordo com essa perspectiva, a escola continuava sendo um poderoso local de fomento das ideias dominantes do período. Até porque no âmbito cultural e social, liberdade, autonomia e participação não eram ideias bem vindas.

Na esteira desses modelos, o ensino de história estava e ainda está em um “mato sem cachorro”, pois produziu uma série de gerações que, ao ter contato com essa forma de aprendizagem, não conseguiram entender como se constrói o conhecimento histórico, sua importância, os diferentes tempos históricos e, o que é pior, quais eram e são as formas de exclusão presentes em nossa sociedade. Talvez, essa trajetória seja fundamental para entendermos no momento atual, a grande dificuldade de compreender, aceitar e dar voz para aqueles silenciados que desmontam todo esse “confortável” cenário.

Ao longo dos anos, esse cenário foi se transformando. No Brasil, o fim da ditadura militar foi fundamental para que toda a sociedade respirasse novos ares. Novos partidos se consolidaram e o cenário político passou a ser composto pelos mais diferentes atores sociais, que pretendiam ter as

suas vozes ampliadas. O discurso de uma ampla cidadania ganhou força e legitimidade com a promulgação da chamada “Constituição Cidadã” que, entre outras coisas, conferia ao cidadão(ã) o direito de participação e representatividade. Não a toa, no ano seguinte os cidadãos, depois de uma longa primavera, puderam votar novamente para Presidente.

Na esteira dessas modificações, a educação foi acompanhando o processo de ampliação dos direitos. No primeiro momento, a grande preocupação do Estado em relação a educação se dava em torno do crescimento da oferta de vagas nas escolas públicas, avanço conquistado através da parceria entre as instâncias dos governos federal, estadual e municipal. No entanto, o acesso a vagas nas escolas não permitia uma mudança significativa na forma de ensino e, também, não ampliava a participação nas decisões inerentes ao campo escolar. Assim, publicações importantes como as Leis de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais, tiveram pouca participação do corpo docente das unidades escolares. Era preciso fazer com que mudanças efetivas fossem propostas, para que a ampliação das vozes fosse realmente conquistada.

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a publicação da LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornava obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena ², permitiu que o debate da ampliação dos direitos chegasse definitivamente no âmbito escolar. Essas medidas tiveram um impacto significativo no ensino de história, pois os cursos universitários, currículos, livros didáticos e as próprias escolas precisaram modificar suas estruturas curriculares, para se adequar às medidas. Toda movimentação aconteceu e acontece ainda de forma muito precária, porém, tiveram um valor efetivo e simbólico muito importante, pois a escola e, por consequência, o ensino de história, passaram a estar coligados a todas as demandas sociais de participação e aquisição de direitos.

Nesse processo, o ensino de história ganhou uma grande possibilidade de modificar as suas estruturas curriculares e metodológicas, que refletia a possibilidade de fugir do modelo anterior baseado na formação de uma identidade nacional em seu público que, por sua vez, deixaria de ser coadjuvante da história oficial, para se tornar artista principal desse enredo. O ensino de história e o professor de história tinham/têm no seu fazer diário, um território ampliado para estabelecer novos parâmetros de exercício de cidadania e aprendizado, que começa na escola e pode extrapolar seus

² O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>

muros. Vale lembrar, que essa fala não se trata de uma visão que considera o ensino de história como um “deus”, capaz de eliminar as contradições sociais. No entanto, seu fazer e suas ferramentas, podem ser instrumentos de debate, que jovens e adolescentes, muito provavelmente, não estão acostumados a ter.

Mas como atuar de forma diferente da usual? De que forma podemos reescrever a história? Para uma mudança substancial, não podemos pensar somente nas aulas de história. É lógico que elas representam o motor principal desse trabalho, porém, as aulas são, em parte, produzidas pela prévia formação profissional de cada professor, material didático e um currículo inovador, que permita novos usos e conteúdos históricos. Reparando nesses pontos, podemos perceber que existe algo que antecede tudo isso. No Brasil, essa ainda é uma questão delicada e preocupante, de que forma podemos assegurar a aquisição de direitos dentro da sociedade. Isso acontece, porque ainda temos nos mais variados campos da sociedade, forças repressivas que limitam ou tentam limitar a erupção de novas vozes e atores sociais. Não somente isso, quando falamos de ensino no Brasil, não temos como preocupação principal a educação como um direito humano. Temos ou somos preparados entro de uma visão mercadológica. O ensino nada mais é do que um “trampolim” para a mudança de status social. Sabemos que, na verdade, não funciona bem assim. No entanto, as forças do “querer ser” são muito fortes e ajudam na obstrução de novas formas de ensino e aprendizagem.

No campo do ensino de história, todas as mudanças fizeram emergir outras formas de ensinar e construir o pensamento histórico que vem ganhando força. Uma delas está ligada ao ensino de história local³. Ao longo das últimas décadas, a palavra e a ideia de mundo que ganhou significado e importância foi a globalização. Viver em um mundo “sem” fronteiras atrai pensamentos e corações de grupos e indivíduos, que enxergam o mundo como um grande “quintal”. Da mesma forma que assistimos a adesão a esse modelo de sociedade, assistimos a inúmeros movimentos de afirmação ou reafirmação de identidades múltiplas, que utilizam se de suas bases,

³ A valorização da História Local nas propostas de ensino de História não é uma questão nova no Brasil. Essa forma de estudo da história já aparecia como componente curricular desde 1930, no documento “Referências Curriculares e Instruções Metodológicas”, que integravam a legislação educacional à época. A utilização da História Local foi entendida como recurso didático até o início década de 1970, uma técnica para desenvolver atividades de ensino, principalmente nas séries iniciais da escolaridade. No final da década de 1990 o interesse pela História Local no ensino cresceu sob influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborado pelo Ministério da Educação. A diretriz nacional curricular toma a História Local como um dos eixos temáticos dos conteúdos nos anos iniciais do ensino fundamental e como metodologia de ensino nos outros anos da escola básica. A opção pela História Local tem como proposta desenvolver a noção de pertencimento do aluno a um determinado grupo social e cultural, por meio, do estudo da diversidade dos modos de viver no presente e no passado da localidade. In: Germinari, Geyso D. *O ensino de história local e a formação da consciência histórica de alunos do 6º ano do ensino fundamental: uma experiência com a unidade temática investigativa*. Revista XIV Encontro Regional de história. Universidade Estadual do Paraná.

para consolidar suas origens, sejam elas étnicas, religiosas, gênero e sócio-territoriais. Nesse sentido, o ensino de história local acompanha esse movimento de muitos grupos. Essa perspectiva também ganha força se levarmos em consideração, o acesso a Universidade de indivíduos, que se tornaram e se tornarão historiadores, preocupados com a possibilidade de reescrever a história. Possibilitando aos “esquecidos” tenham suas vozes ouvidas no meio social, até porque muitos deles também têm as suas vozes silenciadas.

Caminhando por essa vereda, percebemos que ao utilizar o ensino de história local, permitirá a escola e aos professores a resolução ou, pelo menos, ajudará no combate a uma antiga e permanente oposição entre ensino acadêmico e o ensino escolar. Essa sempre foi uma preocupação por parte de profissionais ligados à formação de professores de história e sobre o ensino de história. Então, como podemos aglutinar conhecimento e pesquisa histórica dentro da escola? Com o ensino de história local e os documentos ligados aquela vivência, poderemos ultrapassar essa limitação, pois a criação de novos enredos e conteúdos através da utilização de materiais disponíveis poderá gerar nos alunos o interesse pelo aprendizado e pesquisa histórica. Afinal, o fazer diário acompanhado por histórias conhecidas pode despertar a sensibilidade sobre a importância de tal saber. Nesse sentido, não pode haver uma simples e mera transposição de conhecimentos do mundo acadêmico para a escola. O que devemos como profissionais da história e tornar inteligíveis conhecimentos e tratamentos sobre os documentos históricos, para que os alunos tenham despertados o interesse criando entre eles uma cultura de conhecimento histórico. Bittencourt afirma o seguinte

“o conceito de conhecimento histórico escolar, que não pode ser entendido como mera e simples transposição didática de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino (...) a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais” (BITTENCOURT 1998)⁴.

Nessa trajetória, com a sensibilização dos alunos no que diz respeito ao entendimento sobre a sua realidade, fazendo com que tenham a preocupação de se tornarem coautores de suas histórias, além de entender que a sua localidade não está isolada do mundo. Pelo contrário, entenderão que sua existência só é possível se entendermos todo o processo histórico nacional, que levou à criação do espaço e de suas relações sociais. Assim, as aulas e a pesquisa histórica sobre o local, permitirá

⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2012.

uma conexão precisa com a macro história, não desperdiçando as diferentes dimensões do conhecimento. Paim e Picolli nos exortam sobre o assunto afirmando que

“O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais.(PAIM e PICOLLI, 2007)⁵

Além disso, permite aos alunos a percepção da importância de sua história como digna de valor e que ela está inserida em uma rede social profunda que, entre outras coisas, produzem a sua realidade específica. Com esse entendimento, os alunos poderão passar também a gostar de aprender história, pois se sentirão estimulados e desafiados a aprender, validar e a consolidar novas formas de compreensão da história. Paim e Picolli e, ainda, Schimdt e Cainelli falam sobre o assunto que

“Quando o professor consegue cativar seus alunos com assuntos que lhe chamam a atenção, com temáticas que o fazem refletir e associar o seu dia-a-dia com os conteúdos escolares, os conteúdos tornam-se mais compreensíveis. Desta forma, os alunos passam a gostar de aprender história.” (PAIM e PICOLLI, 2007)⁶

“Busca-se a realização, na sala de aula, da atividade do historiador, a articulação dos elementos constitutivos do saber histórico com os do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer o conhecimento histórico ser ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do contar e do narrar a história” (SCHMIDT e CAINELLI 2009)⁷

Outra questão que se coloca como indispensável é a necessidade de uma reinterpretação do papel dos livros didáticos dentro da escola e, no nosso caso, a utilização dos livros didáticos de história. Quando realizamos uma leitura mesmo que superficial, encontramos características muito parecidas em quase todos eles. Vemos coleções inteiras que apresentam uma história linear, padronizada, com datas comemorativas e cuja concepção de sociedade, muitas vezes não leva em consideração as mudanças sociais já citadas nesse trabalho. Sobre essa perspectiva Pagés e Moralla nos indicam que

⁵ PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. História & Ensino: Londrina, 2007.

⁶ PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. História & Ensino: Londrina, 2007.

⁷ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. 2ª Edição, São Paulo: Scipione, 2009.

“Coinciden en que el currículum destaca a la cultura hegemónica desde aspectos que dan relevancia a los poderosos, las élites y/o quienes controlan el gobierno. Para contribuir a la formación y las prácticas del profesorado se deberían problematizar los tipos de conocimientos que se prescriben y de esa manera comprender los procesos de exclusión simbólica que se están manifestando” (PAGÉS e MORALLA 2018)⁸.

A última mudança significativa foi à inclusão o ensino de história da África. Desta forma, como em outros momentos, os alunos de certas localidade e realidade sociais, não são capazes de enxergar seu local dentro da história oficial. Por outro lado, vemos que a produção de materiais didáticos dentro dos municípios sobre história local realizam o processo inverso, deixando a desejar no que diz respeito a produção do conhecimento histórico. Muitas vezes, realiza uma exaltação exacerbada do local, diminuindo a segundo plano, qualquer possibilidade de conexão com a história global.

Fica clara, em todo esse trabalho, a grande preocupação com o fazer e saber histórico. Em ambos os casos, não há menor possibilidade de as pensarmos sem a vivência. Os homens são o tempo todo afetados por suas vivências. O que as diferencia é a possibilidade ou a capacidade de transformá-las em uma experiência refletida e, sobretudo, lembrada. Aqui, mais uma vez, se evidencia a importância do saber e do ensino de história local. A escola através do ensino de história local pode permitir a afirmação de identidades sociais que, na maioria das vezes, é solúvel e líquida como toda a realidade.

Nesse processo, crianças, adolescentes e jovens por conta do estado de formação do ser, ainda não têm estabelecidos, o sentimento de pertença muito forte. A escola se torna, sem dúvida alguma, um dos locais privilegiados para ajudar na formação das primeiras identidades assumidas por esses indivíduos. Em consonância com essa noção, o ensino de história local ajudará no processo, pois estará permeado por memórias que já fazem parte de suas vidas e de suas ações diárias. No entanto, para que possam fazer sentido identitário, as memórias coletivas e individuais, precisam ganhar importância em suas vidas no tempo presente. Assim, haverá um processo de patrimonialização do passado, vivido ou não. Desta forma, a história local passa de um estágio memorial, para o estágio de patrimônio. Logo, se é patrimônio histórico terá a condição de ser comemorado e rememorado a todo instante, pois ganha valores simbólico e objetivo. De acordo com Reznik

⁸ PAGÉS, Joan e MORALLA, Jesús. *La historia reciente en los currículos escolares de Argentina, Chile y Colombia. Desafíos de la educación para la ciudadanía desde la Didáctica de las Ciencias Sociales*. Historia y Memoria. nº. 17. Año 2018, pp. 153 – 184.

“a simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material, um acervo arquitetônico, uma fotografia, uma música, uma comida, uma narrativa histórica. Esses elementos só irão ganhar a condição de patrimônio se nós construirmos sentidos contemporâneos para eles, se incorporamos esses elementos como importantes para nossas vidas e de nossas coletividades no tempo presente” (REZNIK, 2010)⁹

Esse seria um trabalho fundamental se pensarmos na quantidade de vestígios e documentos históricos que estão espalhados em cada localidade/comunidade. Não há um local, em que não haja objetos pessoais, documentos escritos, instituições (administrativas, religiosas e sociais), imagens, conjunto arquitetônico, para servirem de fontes importantes para esse trabalho. O acesso ao passado através desses materiais de memória possibilitaria um trabalho profícuo de constituição e fortalecimentos de identidades. Além disso, pensando exclusivamente no processo de ensino/aprendizagem, todo esse cenário permitirá que os alunos, ao longo do processo, uma cultura histórica¹⁰ entendendo suas relações com o tempo, seu espaço e as contradições (permanências e mudanças) existentes no local ao qual estão inseridos.

Aqui há uma grande valorização da noção de memória. Mas qual seria a importância disso? Principalmente, em tempos que os indivíduos não parecem se preocupar com as relações entre o passado, o presente e o futuro. Assim, vivem uma existência marcada por um presente contínuo, sem entender a importante função do seu campo de experiência e seus horizontes de expectativas¹¹. Respondendo a indagação, percebemos que a utilização da memória local dentro do ensino de história local, pode corrigir um erro muito comum em nossos currículos e materiais didáticos. Os currículos e, por consequência, os materiais didáticos de história, são permeados por valores e ideologias que estão sempre em disputa, mas que sempre dão destaque à cultura hegemônica, valorizando a pátria e seus heróis. Tal perspectiva, leva à exclusão de muitos conteúdos, ratificando os processos sociais de desigualdades, através de sua estrutura. É lógico, que muitas mudanças ocorreram nos últimos anos como já citamos, porém, ainda temos um longo percurso a percorrer. Ainda em Pagés e Moralla encontramos

“que los planes y programas son documentos que incluyen y excluyen contenidos y procesos a partir de las distintas relaciones de poder que se dan entre los actores y los encargados de su construcción. El currículo, desde tales perspectivas, legitima las desigualdades sociales a través de sus estructuras sociales, económicas, políticas y culturales a favor de las

⁹ REZNIK, Luís. *História local e práticas de memória*. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). Produção de materiais didáticos para a diversidade. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepoh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

¹⁰ RUSEN, Jorn. *Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. Original en: Füssmann, K., Grütter, H.T., Rösen, J. (eds.): *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994, pp.3-26

¹¹ KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

concepciones hegemónicas. De ahí que resulte, como afirma Ricoeur, un lugar estratégico para la enseñanza de la memoria en los ámbitos escolares. En los espacios escolares existen altas posibilidades de construir, reconstruir y reconfigurar las modalidades y la materialización de los silencios y de los recuerdos.” (PAGÉS e MORALLA 2018)¹²

Ao colocar a memória local em sala de aula, como objeto de reflexão e reconstrução de sentidos dos macros conteúdos, os professores terão a possibilidade de acabar com silêncios inócuos, que estão enraizados em certos grupos sociais. Além disso, cumprirá dois serviços muito importantes em relação aos alunos. Primeiro, pois permitirá aos alunos, o reconhecimento das estruturas do tempo, noção fundamental ao letramento histórico e à superação, por parte dos alunos, das dificuldades de aprendizado da nossa disciplina. Outro fator que merece destaque é a possibilidade de reinventarmos o sentido do conhecimento histórico. Quem nunca ouviu a brincadeira de que história “é coisa de velho”, “que não serve pra nada” e “que não faz sentido algum”. Vivemos tempos em que muitas instituições sofrem com a falta de credibilidade e, também, de sentido. A escola está entre essas instituições, sobretudo, no que diz respeito ao seu sentido, sua finalidade.

A escola que a princípio foi criada com uma função social, de garantir educação aos cidadãos, teve ao longo do tempo seu papel modificado. Em muitos casos, elas vêm se tornando verdadeiros depósitos de alunos. O Estado que, com políticas públicas de universalização de acesso, garante vagas, mas não condições estruturais necessárias ao estudo. As famílias, por sua vez, principalmente as mais humildes, enxergam as escolas como um local de abrigo, pois precisam trabalhar. Junto à isso, as escolas de horário integral ainda cumprem o papel de provedoras de alimentação para muitos que não as tem em casa. Em ambos os casos, a escola não é vista a partir da sua principal função, deixando a sua qualidade e a aquisição de conhecimentos para uma perspectiva secundária. Assim, o trabalho com essa matriz local de ensino, pode permitir não só uma diversificação no que diz respeito ao currículo, mas também um novo olhar da comunidade sobre a escola, pois se sentirá também participante do processo de aprendizagem. Nogueira nos chama atenção que:

“A valorização da memória do município favorece o surgimento de um espírito crítico e comprometido com o bem comum”. Quando a escola envolve a comunidade no processo de ensino, agrega novos saberes, pois junto à comunidade está a história que não encontramos escrita em nenhum livro, não é aquela que fala dos grandes nomes e datas “importantes”, é a história sendo contada a partir de outra visão, por pessoas próximas aos alunos e isso a torna

¹² PAGÉS, Joan e MORALLA, Jesús. *La historia reciente en los currículos escolares de Argentina, Chile y Colombia. Desafíos de la educación para la ciudadanía desde la Didáctica de las Ciencias Sociales*. Historia y Memoria. nº. 17. Año 2018, pp. 153 – 184.

mais fascinante e faz com que eles entendam e assimilam com mais facilidade. “[...] romper com a noção de história que se prende apenas ao passado, aos grandes nomes e aos grandes feitos” (NOGUEIRA, 2001)¹³.

Não se trata de ver a escola e o ensino de história local a partir de uma matriz romântica e/ou revolucionária, porém, a enxerga como uma possibilidade, dentre outras, que possa gerar novas relações e atores sociais dentro das localidades/comunidades. Como Moreira nos indica

“A escola pode, então, voltar-se para o movimento e a mudança, para a abertura e a dissidência, para a transgressão e a subversão (SILVA, 1996). Pode favorecer a formação de indivíduos não conformistas, questionadores, rebeldes, autônomos, capazes de criticar e de desafiar os valores dominantes e as identidades celebradas no mundo da família e na sociedade mais ampla. Pode constituir um território de lutas, buscas, relações, diálogos, confrontos, desafios e práticas que anunciem novos tempos (ALVES; GARCIA, 1999; CANDAU, 2000b). Pode, em síntese, fazer diferença. Daí a necessidade de valorizá-la e de, ao mesmo tempo, renová-la” (Moreira, 2013)¹⁴.

Concluo o trabalho, afirmando que o ensino de história ainda vai sofrer com as incertezas inerentes aos tempos atuais. No entanto, temos o conhecimento de técnicas e metodologias que podem nos ajudar nessa tarefa árdua de tornar o aprendizado de história atrativo e eficaz a existência dos alunos. Para isso, temos que dispor de todas as artimanhas conhecidas dentro do ofício historiográfico e dentro das salas de aulas. As aulas de história só fazem sentido se são capazes de causar um bom desconforto, que nos leve a querer construir novas histórias e historiadores de si mesmos¹⁵. Quando são capazes de abrir espaço para vozes que durante séculos foram silenciadas, por conta das ações que negligenciavam a sua importância. Como diz Pollack (1992) “memória e a identidade são valores em disputa”¹⁶, portanto, a escrita da história e o ensino de história tem que ser matrizes para que as disputas se tornem, pelo menos, justas. Nesse sentido, o ensino de história local pode se tornar, se ganhar ainda mais relevância, uma fonte inesgotável de novas histórias, representações e cidadania.

¹³ NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. *O ensino da história local: um grande desafio para os educadores*. IV Seminário Perspectivas do Ensino de História: Ouro Preto, 2001.

¹⁴ MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículo e gestão: propondo uma parceria*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013.

¹⁵ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p. 200-215, 1992

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael W. Currículo e poder. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 46-57, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL/MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Parecer CNE/CSE 492/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História.
- CARRETERO, Mario. *Documentos de Identidade. A construção da memória histórica em um mundo global*. Buenos Aires: Paidós, 2007
- CARTROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GABRIEL, C. T. Um objeto de ensino chamado História. A disciplina de História nas tramas da didatização. *Tese de Doutorado*. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro: 2003.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. MONTEIRO, Ana Maria F. C. (orgs). *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Editora Mauad: Rio de Janeiro, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- MONTEIRO, A.M.F.C. Ensino de história: algumas configurações do saber escolar. In: *História e Ensino. Vol.9* Revista do Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: Editora da UEL, 2003.
- MOREIRA, A.F.B. e SILVA, T.T. da. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículo e gestão: propondo uma parceria*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013
- NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. O ensino da história local: um grande desafio para os educadores. IV Seminário Perspectivas do Ensino de História: Ouro Preto, 2001.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.

PAGÉS, Joan e MORALLA, Jesús. *La historia reciente en los currículos escolares de Argentina, Chile y Colombia. Desafíos de la educación para la ciudadanía desde la Didáctica de las Ciencias Sociales*. Historia y Memoria. n.º. 17. Año 2018, pp. 153 – 184.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. História & Ensino: Londrina, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org) Novos Temas nas Aulas de História. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.º 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.º 3, p. 3-15, 1989.

PROST, Antoine. A história se escreve. In _____. *Doze lições sobre a História* (trad. Guilherme João de Freitas Teixeira). Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.235-252.

REZNIK, Luís. *História local e práticas de memória*. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). Produção de materiais didáticos para a diversidade. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepeh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

REZNIK, Luis. “Qual o lugar da História Local?”, Anais o V Taller Internacional de Historia regional y Local, Havana, Cuba.

REZNIK, L. (Org); GONÇALVES, Marcia de Almeida (Org.) ; ROCHA, H. A. B. (Org.) ; MONTEIRO, Ana Maria (Org.) . *Qual o valor da História hoje?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (Org); GONTIJO, Rebeca (Org). O ensino de história em questão: Cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ROCHA, Helenice A. B. A linguagem e o conhecimento no ensino de História: alternativas curriculares e didáticas. *Sæculum*, n.º 15, pp.86-96, jul./ dez., 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. 2ª Edição, São Paulo: Scipione, 2009.

WANDERLEY, Sonia. *Repensando o ensino da história, produzindo conhecimento*. Artigo publicado no Caderno de Graduação Ensino e formação de professores na perspectiva das licenciaturas em Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Ensino de Graduação, 2002, v.4, p.36-43.

ZAMBONI, Ernesta. *O Ensino de História e a Construção da Identidade*. História - Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

As primeiras leituras acerca do lugar do indígena na história de Araruama

Marlon Barcelos Ferreira
Mestrando no PPGHS-UERJ/FFP

O território da Região dos Lagos foi marcado por uma antiquíssima presença dos povos nativos que iniciaram a sua ocupação por volta do quarto milênio antes de Cristo e desenvolveram uma intensa ocupação e exploração das terras e recursos naturais da região em torno das lagoas de Araruama e Saquarema. No século XVI, o desembarque português marcou um momento de inflexão na história desses povos e da Região dos Lagos. A presença de franceses e portugueses determinou um processo de interação e violência com os povos indígenas e que resultou em conflitos e guerras entre portugueses, franceses e as diferentes etnias indígenas que povoavam o atual Estado do Rio de Janeiro. Nesse processo de conquista e colonização, os portugueses saíram vitoriosos e se estabeleceram através da formação de diversos núcleos de povoamento e onde alguns deram origem aos municípios que compõem a atual Região dos Lagos.

Todo este passado local foi, em diferentes momentos e contextos sociais, narrado por alguns autores que, de alguma forma, procuraram escrever a história das localidades da região dos Lagos. Essas narrativas históricas são enquadradas pela historiografia como sendo história local ou regional. O historiador Pierre Goubert, traz uma definição básica do que seria a história local:

[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou capital estão além do âmbito local), ou uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwichy ou pays francês. (GOUBERT, 1988, p. 70)

A década de 1920 marcou profundas mudanças no Rio de Janeiro com a ascensão do governo Feliciano Sodré. Essas “[...] mudanças políticas geravam um momento propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem.” (FERNANDES, 2009, p. 73). Uma dessas inúmeras reflexões era justamente a construção de um espaço historiográfico que buscava resgatar a tradição e a grandeza do Estado do Rio de Janeiro e que ficou conhecido como a Renascença Fluminense. Nesse ponto, segundo o professor Rui Aniceto (2009), ocorreu o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas voltadas para o reerguimento político econômico do Estado do Rio de Janeiro:

Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se a construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo. (FERNANDES, 2009, p.75)

Foi nesse contexto que os estudos da história local e dos aspectos geográficos estiveram atrelados aos debates políticos envolvidos no processo de desenvolvimento do Estado em seus variados aspectos. Desenvolveu-se um campo de estudo denominado de estudos regionais, que interligava os estudos históricos e geográficos. Como uma forma de conhecer o Estado do Rio de Janeiro e também como uma forma intervenção no espaço e na realidade social e econômica,

A historiografia regional produzida na primeira metade do século XX dialogava com outras áreas do saber, em especial com a geografia. Estabeleceu-se um diálogo irmanado em que o fazer história estava indissociável de outros campos, pois se pretendia dar conta de uma globalidade em uma escala menor. (FERNANDES, 2009, p.56)

Desta maneira, foram se desenvolvendo no Rio de Janeiro uma escrita da história local sob égide de “[...] apresentar historicamente a região em seus variados aspectos” (FERNANDES, 2009, p.56) e na qual a história, juntamente com a ciência geográfica, se habilitava como uma das formas de conhecer a realidade local. Junto a este contexto, houve a institucionalização acadêmica da ciência histórica e geográfica com a criação dos primeiros cursos superiores e a organização de associações e instituições como o IBGE, em 1938 no Rio de Janeiro.

Em tal contexto, houve o desenvolvimento dos primeiros trabalhos destinados exclusivamente ao estudo da história local de Araruama, com os trabalhos publicados de Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares. O primeiro autor escreveu e publicou em 1937, *Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro* e o segundo escreveu e publicou, *O Município de Araruama: Monografia geográfica*, em 1945. Naquele momento, a institucionalização da ciência histórica nas universidades brasileiras levou a consolidação de um tipo de escrita da história que não reconhecia esses escritos locais enquanto produções redigidas por uma escrita científica. Por outro lado, muitos desses escritos locais, segundo Rui Aniceto (2009), demonstravam uma qualidade teórica e metodológica que as distanciavam dos escritos da maior parte dos memorialistas.

Uma das questões ligadas aos trabalhos de história local ou regional se refere a seu caráter científico e, por consequência, sua natureza enquanto ciência histórica, pois, muitas das vezes grande parte desses trabalhos de história regional não seguem as regras de confecção de trabalhos historiográficos e nem circulam nos ambientes acadêmicos. Sendo denominado pelos historiadores como um modelo de história memorialista e realizado por ditos historiadores diletantes, amadores ou memorialistas que “[...] é aquele que reconstitui o passado tornando-o história, sem formação específica.” (DIHEL, 2002, pg. 22). Na escrita de uma história acadêmica o,

[...] o historiador profissional é aquele que possui formação específica universitária, seja como professor ou pesquisador ou ainda em ambas; é aquele que torna seu trabalho a

profissão básica e, como ativo participante de eventos, congressos, trabalha baseando-se em regras metodologicamente orientadas pela vocação científica. (DIHEL, 2002, pg. 22).

No caso de Araruama, os livros de história produzidos foram redigidos por historiadores não profissionais, em um tipo de escrita da história que não possui reconhecimento pelos historiadores profissionais. Entende-se que esses livros de história produzidos em Araruama, apesar de não fazerem parte de uma cultura histórica (COSTA, 2009) atrelada aos cânones acadêmicos, dentro da perspectiva adotada, se configuram como outra forma de construção narrativa sobre o passado local (FERNANDES, 2009). Dentro de uma determinada relação com o passado alicerçada em uma cultura histórica, identifica-se uma cultura historiográfica que se alinha dentro dos cânones científicos e dentro dos parâmetros de uma operação historiográfica (CERTEAU, 2002). Por outro lado, há leituras sobre o passado realizado por outros meios e que perpassam os historiadores.

No caso estudado, entende-se que a ciência histórica não detém o monopólio nesta relação dos habitantes de Araruama com o seu passado. Por esta perspectiva, utiliza-se o conceito de cultura histórica. O conceito de cultura histórica foi definido por Fernando Costa, como a maneira que uma determinada sociedade se relaciona (conhece e interpreta) com o seu passado: “[...] la cultura historica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado.”¹(COSTA, 2009, p.277).

Nesse sentido, ressalta-se que essa relação com o passado ocorre através de uma ação narrativa e comunicativo, na qual Fernando Sanchez Costa identifica a atuação de agentes que são as bases de uma determinada cultura histórica que são os configuradores da cultura histórica ou os agentes emissores de uma determinada interpretação do passado (COSTA, 2009, p.278). Assim, esses diferentes agentes, não apenas os historiadores profissionais, mas também esses autores taxados de diletantes ou memorialistas, são agentes que participam da construção de uma determinada representação do passado, pois “[...]elaboran un discurso sobre la misma y proyectan en el espacio publico.”² (COSTA, 2009, p 178). Inclusive sendo “[...] uma produção com raízes profundas na tradição {cultura} historiográfica brasileira.” (FERNANDES, 2009, p.24).

Como objetivo desta pesquisa, há uma análise das diferentes narrativas que foram produzidas ao longo do tempo sobre o passado do município de Araruama e, a partir disto, uma reflexão de como os indígenas foram representados por essas narrativas e discursos. Levando em consideração textos, contextos e as visões interpretativas que balizaram a construção de tais

¹O trecho correspondente na tradução é: “A cultura histórica é a maneira concreta e peculiar pela qual uma sociedade se relaciona com seu passado.”(Tradução nossa)

²O trecho correspondente na tradução é: “Elaborar um discurso sobre ele e projetar no espaço público.” (Tradução nossa)

narrativas. Existem livros e artigos que foram escritos com abrangência regional ou estadual³, mas que não exerceram uma atuação direta na cidade ou não foram produzidos por autores locais ou, motivados pela Prefeitura de Araruama, foram excluídos da pesquisa.

Os primeiros estudos históricos que têm como alvo central a história do município de Araruama são datados da primeira metade do século XX. Neste ponto, destaca-se que os estudos ligados aos povos indígenas durante muito tempo foram praticamente ignorados pela comunidade dos historiadores, sendo ligados ao ambiente acadêmico dos arqueólogos e antropólogos, pois muitas pesquisas sobre indígenas são contemplados apenas em pesquisas arqueológicas e antropológicas. Nesse cenário acadêmico, durante muito tempo a história desses povos nativos ficou em segundo plano no campo historiográfico. Onde a história do Brasil e de suas regiões foi contada a partir da chegada dos portugueses e suas ações subsequentes:

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17)

No contexto das décadas de 1930 e 1940, de se repensar a história fluminense, foram surgindo vários pequenos estudos de história local nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. Dentro dessa conjuntura, surgiram os primeiros trabalhos destinados exclusivamente ao estudo da história de Araruama. Nessas circunstâncias, o Prefeito de Araruama, Mário dos Santos Alves, que governou de 1930 até 1936, encomendou ao pesquisador Arthur Valle Junior um trabalho que envolvia levantamentos de dados geográficos e históricos da cidade. O resultado final foi publicado no Boletim de Informações Econômicas e Estatísticas de 1936 (VASCONCELLOS, 1998).

Durante o mandato do prefeito seguinte, Antônio Joaquim Alves Branco, que governou a cidade entre 1937 e 1945, o mesmo solicitou que esse artigo fosse editado como um livro sobre a cidade de Araruama. Antônio Joaquim Alves Branco era uma figura da política local que fora nomeado prefeito pelo Interventor do Rio de Janeiro, Ernani Amaral Peixoto, com quem tinha relações próximas (CAMPOS, 2018, p.45). Ficou no cargo por quase dez anos, o que demonstrou uma forte afinidade com o projeto político de Ernani Amaral Peixoto. O livro de Arthur Valle Junior foi resultado de uma encomenda do Prefeito da cidade e, assim, contou com o endosso do poder público para a sua publicação. Esse modelo de escrita se enquadrava na visão política e

³ Como o verbete sobre Araruama (Mataruna), no dicionário redigido pelo francês M.J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe, em 1845. Outro exemplo é o livro *Homem e a Restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego, de 1945 e abrangendo vários municípios da Região dos Lagos.

científica que enxergava e valorizava o papel dos dados geográficos e históricos para pensar o desenvolvimento do Estado e conhecer suas potencialidades.

Diante disso, em 1937, Arthur Valle Junior entregou o livro, *Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município*. Impresso no Rio de Janeiro pela gráfica do Jornal do Commercio, o livro pode ser dividido em duas partes, a primeira sendo um apanhado geral da história da cidade e a segunda parte sendo um levantamento dos aspectos geográficos, econômicos e sociais do município. Na parte histórica, o início de sua narrativa faz referência apenas ao início da ocupação portuguesa na Região dos Lagos:

O território que constitui hoje o município de Araruama, foi parte integrante da Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa em 1534. As primeiras notícias sobre a exploração desse território datam de 1575, anno em que os francezes foram expulsos da cidade de Cabo Frio pelo Dr. Antonio Salema, então Governador Geral do Rio de Janeiro. (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7).

Os únicos atores envolvidos na narrativa são os portugueses e franceses. Os portugueses em um papel ativo e os franceses desempenhando um papel passivo na história. O autor salienta que o território de Araruama começou a ser ocupado com os portugueses, “Acreditamos contudo, que só depois de 1615 foi que começaram a aparecer os primeiros colonos nas terras de Araruama.” (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7). Depois o autor prossegue descrevendo os eventos políticos e os principais personagens do município, até chegar ao século XX. Nesse processo, no qual o autor se refere como ocupação, não existe referência à presença de povos indígenas na região, reforçando uma ideia que foi durante muito tempo replicada pela historiografia nacional, de que [...] o início da história se dá a partir da ‘civilização’, ou seja, reproduzindo a história do ponto de vista de determinados grupos, interessados em propagar a visão de ‘progresso’” (FERNANDES, 2007, p.26).

O único momento na narrativa em que existe alguma referência aos indígenas e, mesmo assim, de forma indireta, acontece quando o autor realiza o estudo toponímico sobre o nome da cidade. Neste momento o autor descreve a origem indígena do nome Araruama, ‘Bebedouro das Araras’. Da mesma forma, o autor enfatiza que os moradores de Araruama, usando sua imaginação, criaram uma lenda para embelezar a origem do nome da cidade. Segundo a lenda, o nome Araruama é resultado do amor da índia de nome Arara, que apaixonada disse as palavras “Arara o ama” e daí surgiu o nome Araruama (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7).

O segundo livro sobre a história de Araruama, *O Município de Araruama: Monografia geográfica* foi escrito por, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, em 1945. O autor era morador de Araruama, formado em direito e exerceu cargos públicos na Prefeitura de Araruama por vários

anos, como o de Secretário do Diretório Municipal de Geografia (VASCONCELLOS, 1998). Este órgão surgiu como resultado da valorização da geografia naquele momento no Brasil e em especial no Rio de Janeiro, visto enquanto forma de promoção do progresso. Nesse contexto, em 1938 foi criado pelo governo de Getúlio Vargas o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e como resultado da estruturação do IBGE, foi criado meses depois os diretórios regionais espalhados pelos estados brasileiros, para fazer avançar o conhecimento geográfico sobre o território nacional (FERNANDES, 2009). No Estado do Rio de Janeiro, o Diretório estadual como forma de promover o avanço do conhecimento regional promoveu um concurso anual:

Em 1942, o Diretório deu início ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais*. Conforme divulgou Luiz de Souza, estes concursos atraíram participação de homens de letras de todo o estado, apresentando trabalhos sobre as mais diversas regiões fluminenses. (FERNANDES, 2009, p.149)

Nessa conjuntura, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, escreveu o livro, *Município de Araruama: Monografia Geográfica*, e obteve o quinto lugar em 1943. Em sua narrativa os indígenas aparecem como os atores ausentes, pois apesar de se reconhecer a sua existência, o lugar destinado é em um passado distante, “A sede Municipal, cidade de Araruama, levanta-se a margem da Lagoa de que tira o nome, no antigo povoado de Mataruna, que foi em tempos idos um aldeamento dos índios tamoios.” (SOARES, 1945 p.10). O uso da expressão em “tempos idos”, segundo António Nogueira dos Santos (1990), traz o significado de ser um passado distante. O que é reforçado na continuidade do texto onde o autor saliente que “De quando em vez, nas escavações para construções, são encontrados grandes vasos de barros cheios ainda de ossos, o que prova de maneira insofismável, que eles aqui viveram.” (SOARES, 1945 p.10). Reforçando a clássica frase de Varnhagem “[...] povos na infância, não há história: há só etnografia.” (VARNHAGEN, 1978 [1854]. p.30). Assim, essa narrativa entende que não existe uma ligação direta dos indígenas com a cidade ou que contenham algum tipo de elemento identitário com a população que habita o município atualmente, cuja existência aconteceu em tempos antigos, em uma pré-história local. Ao longo do restante de sua narrativa, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares vai descrevendo os principais eventos até chegar a emancipação e o século XX.

Os trabalhos realizados por Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares abriram espaço para a construção e consolidação de uma história e uma identidade araruamense em consonância com uma historiografia nacional marcada pela invisibilidade indígena. Nas linhas acima, foram relatadas essas primeiras narrativas construídas entre as décadas de 1930 e 1940 e nos quais esses escritores agiram como configuradores da cultura histórica local (COSTA, 2009, p.278). Construíram narrativas e discursos que consolidaram uma história e uma memória para a cidade de

Araruama, além de forjarem uma identidade araruamense. Ressalta-se que esses escritos locais possuem um valor importante na formação identitária, pois “[...] ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica, por outro [...]” (MATTOSO, 1988, pg. 180).

Durante muito tempo, o Estado Brasileiro e os diversos configuradores da cultura histórica, no caso, os historiadores e arqueólogos, privilegiaram a história, os vestígios e artefatos arqueológicos dos segmentos dominantes da sociedade (FUNARI, 2003). A história do Brasil a ser escrita por esses configuradores era entendida como “[...] continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (GUIMARÃES, 1988, p.6) e “[...] tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais” (SCHAWARCZ, 1998, p. 127).

Estas abordagens acerca dos povos nativos dentro da arqueologia e historiografia continuaram a se replicar nas décadas iniciais do século XX. Na cidade de Araruama, esses autores estavam de alguma forma atrelados ao poder político local ou eram das famílias tradicionais. Essas ligações conferiam a esses escritos um forte “[...] apelo junto à comunidade [...]” (DONNER, 2012, p.223), e assim “[...] torna[va]-se um espaço [importante] para a formação de identidades e memórias coletivas” (DONNER, 2012, p.223) entre os habitantes do município.

Nesse intento, esses escritores com suas narrativas propagavam uma leitura do passado na qual ao lidar com o surgimento do município, reforçaram a ideia de que os acontecimentos fundadores foram o povoamento português e a posterior ocupação por Miguel Riscado no século XVII. Uma visão historiográfica que entendia a história da nação e, no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização, ao fundar os diversos povoados espalhados pela Região dos Lagos.

Segundo as narrativas propagadas em Araruama, os indígenas “[...] quase não mereciam a atenção dos historiadores.” (ALMEIDA, 2010, p.9) e quando ganhavam um lugar, era “[...] como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história.” (ALMEIDA, 2017, p.18-19). Observa-se que em Araruama foi sendo forjada uma identidade local na qual os indígenas eram “[...] como coisas do passado [local]” (FREIRE, 2016, p.34) e pertencentes a uma pré-história local.

Somente na década de 1970, houve o desenvolvimento de novos olhares, visões e metodologias que impactaram os estudos indígenas e marcaram o desabrochar de uma nova historiografia e arqueologia e que será objeto de verificação mais adiante. As pesquisas

arqueológicas mais recentes desenvolvidas na cidade pelos arqueólogos do Museu Nacional trazem datações bem antigas para a ocupação desse município. No sítio arqueológico Aldeia Tupinambá de Morro Grande, os arqueólogos obtiveram as mais antigas datações encontradas no sudeste (PROUS, 1991). Este sítio arqueológico araruamense mostra que por volta 2600 AP, essa região já era ocupada por grupos tupinambás (BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C, 2003). Uma ocupação tupinambá antiga na região de Araruama, e que nos séculos XVI e XVII sofreu um violento processo de submissão aos portugueses, mas que não significou a extinção de grupos indígenas na localidade, pois essa presença se estende até o presente momento (BRITO, 2009).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

_____. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Símbolos municipais de barreiras (Bahia, Brasil): representações do território no limite entre identidade e poder. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v.7, n.1, p. 115-125, 2018.

BRITO, Quezia Marinho de Oliveira. *Diversidade étnico racial no ensino fundamental: um estudo de caso no Colégio Municipal Honorino Coutinho*. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 39-55, 2003.

CAMPOS, Cássio Ricardo Hipólito da Silva. Era assim que era feita a política. A comissão de urbanização de Araruama e as disputas políticas municipais na primeira metade do século XX. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018,

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria. *Revista de Historia Contemporánea*, Biscaia, n.8, p.267-286, 2009.

- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação*. Bauru: Edusc, 2002.
- DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XI, 2012, Rio Grande, Anais Eletrônicos, 2012, p. 223-235.
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a Identidade Fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em história social da cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FERNANDES, Tatiana Costa. *Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil*. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. *Revista Ensaios e pesquisa em educação*, Rio de Janeiro, v.1, p.3-23, fev. 2016.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 69-82, maio\ago.1988.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O Presente do passado: as artes da Clio em tempos de memória. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura Política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-41, 2007.
- _____. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1998.
- MATTOSO, José. *A escrita da História – teoria e métodos*. Lisboa: editorial Estampa, 1988.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1991.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. *Araruama: Panorama de Uma Cidade*. Araruama: Editora Damadá, 1992.
- SEEDUC, Secretária Municipal de Cultura. *ARARUAMA: no tempo das histórias*. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SOARES, Argemiro Ribeiro de Macedo. *O Município de Araruama: Monografia geográfica*. Niterói, Dias de Vasconcellos, 1945.

VALLE JUNIOR, Arthur. *Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro*. TYP, do Jornal do Comércio, 1937.

VARNHAGEN, F.A. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 1978 [1854].

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

MESA 10

História e Religião

Debatedores:

Marcelo Camurça (FFP/UERJ)

Emerson Silveira (UFJF)

A atuação da Pastoral da Juventude em São Gonçalo (1970 a 1985)

Marcelo Macêdo de Almeida
Mestrando do PPGHS
Orientador: Prof Dr Rui Aniceto

Introdução

Conhecida como uma arquidiocese conservadora, a igreja de Niterói, no Rio de Janeiro, teve na atuação da Pastoral da Juventude¹ (PJ) de São Gonçalo entre os anos 1970 e 1980 um grupo progressista que se destacou em sua atuação alinhada com a Teologia da Libertação (TdL). Neste texto, há um panorama da atuação desses grupos dentro a partir de uma perspectiva local e colocando sua ligação com o contexto nacional do que estava ocorrendo na Pastoral de Juventude e dentro das características particulares da Arquidiocese de Niterói.

Assim, será preciso contar a estruturação da PJ nacional e suas influências sobre a estruturação da PJ na Arquidiocese de Niterói e na cidade de São Gonçalo, que teve seu maior momento em um congresso realizado na cidade em 1985. Deste encontro regional, alguns grupos jovens passaram a atuar como verdadeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB), trabalhando com a Teologia da Libertação. Mesmo sofrendo represálias, os jovens agentes pastorais de São Gonçalo esboçaram iniciativas que nos dão uma amostra de como eram desenvolvidas as formas de resistência à perseguição por parte da hierarquia eclesial conservadora.

A juventude católica

O surgimento da Pastoral de Juventude (PJ) deve ser entendido no contexto de redemocratização do Estado Brasileiro ao fim da Ditadura Militar (1964-1985), quando algumas lideranças ligadas à Igreja acabaram aderindo ao movimento popular que defendia a volta da democracia no país (SOFIATI, 2004). Contudo, para entender a história da PJ é preciso compreender que seu processo de formação foi baseado no legado de grupos anteriores da Ação Católica Brasileira (ACB) e suas transformações. A PJ carrega influência não apenas da ACB, mas também da Teologia da Libertação, da pedagogia de Paulo Freire e das mudanças teológicas

¹ A Pastoral *da* Juventude, como é escrito atualmente, se chamava inicialmente Pastoral *de* Juventude. Dick (1999) afirma que a mudança da preposição representa uma nova postura social a favor da militância sociopolítica da PJ em nível nacional.

trazidas pelos documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979), que tornaram a opção pelos pobres como objetivo concreto de ação pastoral.

Esses ventos de mudanças se iniciam a partir de 1945, quando a Ação Católica Brasileira (ACB) passa por uma reformulação, a chamada “especialização da juventude católica”, que passa a se denominar Ação Católica Especializada (ACE). Criada por Dom Sebastião Leme em 1920 (MAIWARING, 2004, p.83) a ACB nesse processo se divide em “juventudes” católicas, divididas em áreas de atuação: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC)². Como novidade as juventudes nascentes traziam a atuação voltada para a realidade humana da população e um engajamento em questões sociais que se tornaria prática também na PJ: o método VER-JULGAR-AGIR. Esta ferramenta de trabalho pastoral se baseava em VER os problemas do mundo, JULGAR a partir da concepção bíblica para em seguida AGIR para transformar a realidade (MATOS, 2011 p.139).

Na década de 1950 o foco da juventude passa a ser a formação do trabalhador consciente, colaborando com o sindicalismo, incentivado por esses grupos. No governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) a Igreja Brasileira se engaja em projetos sociais governamentais. A criação do Movimento de Educação de Base (MEB), mantida pela CNBB e financiada pelo governo Jânio Quadros (1961), surge com o objetivo de atuar junto às camadas populares promovendo a formação do cidadão para o exercício da cidadania. É nesse contexto que Paulo Freire (1921-1997) oferece à Igreja a *sua Pedagogia do Oprimido*, que tem como meta fazer do povo seu próprio agente histórico e de transformação social (MATOS, 2011 p152).

Nos anos 1960 a JEC e a JUC começam a ganhar destaque. Os grupos eram formados por jovens de classe média urbana e tinham grande relevância devido à boa formação de suas líderes que atuavam de forma militante política e socialmente, o que gerou críticas por parte dos conservadores de sofrer uma “marxização” do grupo (MATOS, 2011, p.177). A JUC passou a atuar dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE), chegando a eleger Aldo Arantes como presidente do órgão em 1961, alertando os mais conservadores da Igreja que viam isso como uma politização exagerada do movimento (MAINWARING, 2004 p.85).

No congresso de dez anos da JUC, em 1960, é assumido o “Ideal Histórico” do movimento, em que fica claro o engajamento dos jovens será com um “compromisso explícito com a ação política como consequência lógica do engajamento evangélico” (MATOS, 2011, p.178). A JUC

² Algumas dessas juventudes, como a JOC e a JUC, já existiam no Brasil. Porém elas aderem a ACE e passam a ter uma visão mais progressista (MATOS, 2011; MAIWARING, 2004).

assume a partir deste momento um discurso de crítica contundente ao capitalismo e aos seus excessos, posicionamento que vai de encontro às formulações da então nascente Teologia da Libertação (TdL) e sua visão de homem por completo, em suas dimensões espiritual e material indissociáveis.

A visão progressista da fé assumida pela JUC provocou uma série de manifestação de católicos conservadores que fez com que a CNBB fizesse um documento episcopal condenando tal postura tendo em vista seus compromissos políticos assumidos e levando Aldo Arantes, então presidente da UNE, a ser expulso do movimento (MAINWARING, 2004, p.85).

Qualquer nova ação jucista estava subordinada à prévia aprovação dos bispos, acabando com a liberdade de atuação que o movimento tinha até então. Matos (2011) cita entrevistas de Herbert de Souza, o Betinho, em que comentou os atritos entre a JUC e a CNBB. Segundo Betinho, em entrevista de 1990, naquele momento os jovens se sentiram desamparados, pois a Igreja havia “abandonado o laicato e fez uma opção preferencial por seus eclesiásticos. O leigo, hoje, é aquele que complementa e repercute o que o padre fala” (SOUZA. Apud: MATOS, 2011, p.179).

O Conselho Nacional da JUC então resolveu dar as costas para o clero e atuar de forma independente, sem a hierarquia formal da Igreja (MATOS, 2011). Surgem grupos como a Ação Popular (AP) e a Ação Católica Operária (ACO), que agiam sem supervisão do clero. Esses grupos tinham grande afinidade com os ideais marxistas apesar não se colocarem como grupos revolucionários, mas sim reformistas. Apesar de marxista, tinham críticas ao governo soviético por desprezar a democracia e não permitir a participação popular no governo (MAINWARING, 2004 p.87).

Após o Golpe Militar e o fim da experiência democrática brasileira (1945-1964), o novo regime político buscou combater o que considerava ameaça comunista, o que incluía os grupos católicos. Como em outras vezes na História brasileira a Igreja permaneceu aliada ao Estado, colaborando na manutenção da “ordem e união da nação” para preservação da moral, dos valores religiosos e o respeito às autoridades (MATOS, 2011 p.173). Embora inicialmente a favor dos militares, a Igreja muda de postura em 1968. Dois acontecimentos são fundamentais para esta mudança: o Ato Institucional Número 5 (AI-5) e a Concílio episcopal Latino Americano de Medellín (DELGADO & PASSOS, 2003).

Os quatro anos de cooperação Igreja-Estado fizeram com que o catolicismo se distanciasse do povo, causando prejuízos na atuação social dos grupos católicos independentes. A Ditadura reprimiu as organizações dos trabalhadores e atingiu também as organizações da esquerda católica (MAINWARING, 2004 p.101). Da parte da Igreja houve uma ruptura com as manifestações

religiosas populares e um posicionamento de trabalho pastoral voltado à classe média e ao combate a protestantes, espíritas, comunistas e ao laicismo, abandonado seu caráter mais ativo na sociedade através de organismos (DELGADO & PASSOS, 2003).

Contudo os novos paradigmas trazidos pela Celam de 1968, mesmo ano do Ai-5, parecem ter reaquecido a força dos setores progressistas da Igreja, que voltou a buscar um diálogo com as classes populares. O principal veículo de propagação dessa nova postura de parte do clero foram as Campanhas da Fraternidade, que traziam em si muitas das orientações da própria Teologia da Libertação (MATOS, 2011).

Estruturação da Pastoral da Juventude

O período entre os anos de 1973 e 1983 é o estruturador da Pastoral da Juventude, tendo como marco histórico o 1º e o 2º Encontros Nacional de Juventude. A Ditadura Militar impediu uma movimentação mais abrangente da PJ, agindo nos anos iniciais como um movimento de encontros nas paróquias, com reuniões e retiros de cunho emocional e psicoafetivo dos jovens. As diretrizes saídas desses encontros não foram muito abrangentes no que se refere a sua atuação mais social e engajada, contudo davam ao movimento o seu caráter nacional (SOFIATI, 2004, p.59-60).

A PJ mais orgânica começa a surgir a partir do 3º Encontro Nacional da Pastoral de Juventude, ocorrido em 1978, onde seriam definidos os pilares que iriam direcionar o movimento a partir de então. Há o resgate do método VER-JULGAR-AGIR e a orientação de atuar em pequenos grupos de base a partir da realidade da população assistida, com metodologia freiriana (PIERDONÁ, 1990, p.58).

A consolidação da Pastoral de Juventude se dá no 4º Encontro Nacional da Pastoral de Juventude, realizado em 1984. Nesse encontro estiveram presentes representantes de quase todos os estados do país e foi definida a atuação “por classes sociais, além de priorizar a formação integral” do cidadão, não apenas a espiritual, mas a formação social e política do homem usando a “metodologia para desenvolver a articulação, organização e coordenação de um trabalho de evangelização” (SOFIATI, 2004, p.62).

Boran (1882) define a PJ deste período como estando dividida em três grupos distintos: os tradicionalistas, de cunho moralista; os socialmente engajados; e os que tinham vontade de estar engajados, mas temiam o clero. Este último grupo era predominante. A mudança foi lenta e gradual, embora uma pequena vanguarda já atuasse socialmente nos anos 1970, foi apenas na década de 1980 que os ecos da Teologia da Libertação tiveram mais ênfase, muito por conta do documento da

Celam de Puebla (1978). Os grupos que surgiram durante e depois do 4º Encontro agora tinham uma estrutura mais organizada e mantinham contato com os outros grupos e trocavam experiências.

Este é o contexto em que surgem os grupos de Pastoral de Juventude na Arquidiocese de Niterói. Em São Gonçalo, embora alguns grupos jovens tenham sido fundados ainda nos anos 1970, foi apenas nos anos 1980, com a ordenação do Padre José Antônio Abreu Dutra, que logo em seguida foi nomeado assessor espiritual da PJ na cidade, que os grupos começaram a realizar trabalhos socialmente engajados. Padre Dutra, como é conhecido, teve uma formação conservadora no Seminário São José, em Niterói, mas conheceu a Teologia da Libertação através de amigos e livros³.

O Seminário São José é o local de formação de muitos dos padres que atuam na Arquidiocese de Niterói e é sempre lembrado por sua formação conservadora. Não apenas Padre Dutra, mas alguns jovens que atuavam em São Gonçalo nos anos 1980⁴ guardam essa lembrança. Dutra comenta que apesar da “doutrinação conservadora”, havia professores abertos à nova realidade da Igreja naqueles anos, mas nenhum diretamente ligado a Teologia da Libertação⁵. O que fica difícil de precisar são os motivos da Arquidiocese de Niterói ter se tornado conhecidamente conservadora.

Um dos agentes da Pastoral da Juventude da cidade na década de 1980, Almir Barbio de Azevedo, que depois chegou a ser presidente municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), aponta que a Igreja em todo o Estado do Rio de Janeiro sempre foi conservadora e que dioceses como Nova Iguaçu, Petrópolis e Nova Friburgo, foram pontos progressistas “fora da curva⁶”.

Contexto histórico da Arquidiocese de Niterói

Niterói, tão próxima da famosa cidade do Rio de Janeiro, carrega em sua história a importância de ter sido capital do estado do Rio entre 1834 e 1975, uma vez que a cidade do Rio era capital federal. Mesmo após a inauguração de Brasília, em 1960, Niterói manteve o título de capital estadual por mais 15 anos até a junção entre o Estado do Rio de Janeiro e o antigo Estado da Guanabara. Esta posição de capitalidade frente aos outros municípios fluminenses garantiu a Niterói

³ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra, assessor espiritual da Pastoral de Juventude em São Gonçalo no início dos anos 1980, cedido em fevereiro de 2018. Padre Dutra saiu da Arquidiocese de Niterói e foi atuar em Juazeiro, sertão da Bahia, onde ficou por quase vinte anos. Sua saída do Rio de Janeiro foi devido a desentendimentos com o bispo, à época Dom José Gonçalves Costa. O clérigo comenta a questão sem entrar detalhes dos motivos da desavença.

⁴ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo cedido em 16 de setembro 2019.

⁵ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra, assessor espiritual da Pastoral de Juventude em São Gonçalo no início dos anos 1980, cedido em fevereiro de 2018.

⁶ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo cedido em 16 de setembro 2019.

o recebimento de investimentos que a diferenciasses das demais cidades do Leste Fluminense (MATTA E SILVA, 2010).

A importância de Niterói no cenário político nacional desde o Brasil Império garantiu à cidade igual importância no campo religioso e com a República, é fundada a Diocese de Niterói pelo então Papa Leão XIII, em 1892. Essa divisão tinha ainda como objetivo enfraquecer a influência da Igreja na política. A 26 de março de 1960, a igreja de Niterói é elevada a arquidiocese pelo Papa João XXIII tendo como primeiro Arcebispo Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior e sob sua responsabilidade ficaram as paróquias do Leste Fluminense e da Região dos Lagos (MATTA E SILVA, 2010).

Assim, as paróquias de São Gonçalo pertencem a Arquidiocese de Niterói. A cidade, tão próxima de Niterói, acaba se tornando uma espécie de “subúrbio” da vizinha que tinha elevados preços nos imóveis. As tentativas de criação de CEBs através da PJ em São Gonçalo muito se deve ao fato de que, socialmente, a cidade se assemelha muito a mesma descrição dada por Scott Mainwaring ao falar de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense: uma cidade próxima da capital, grande densidade demográfica e pouco poder econômico de sua população (MAINWARING, 2004).

A Pastoral de Juventude de São Gonçalo (Arquidiocese de Niterói)

Um núcleo de Pastoral de Juventude na Arquidiocese de Niterói foi iniciado em 1975, sob a orientação de Padre Mota. No ano seguinte um clérigo holandês que adotou o nome de Xiko, que teve maior proximidade com os grupos jovens. Xiko não era um padre ligado à Teologia da Libertação, mas era aberto às novas tendências de atuação da juventude⁷. Em seus primeiros anos de atuação, em todos estes grupos os jovens membros estavam ligados as suas paróquias e trabalhavam na perspectiva da realização de encontros para discutir a vida dos jovens em seu aspecto familiar e pessoal, como descrito por Sofiati (2004), com um olhar mais interior na vida do jovem que propriamente uma ação concreta de um engajamento social.

Nesses primeiros anos de Pastoral de Juventude, a cidade de São Gonçalo vê surgir os primeiros grupos jovens ligados á pastoral como o Grupo Jovem São José, da paróquia de São José do Abrigo Cristo Redentor, na Estrela do Norte, o Grupo Jovem Maranató, sediado na paróquia de

⁷ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra cedido em fevereiro de 2018.

Nossa Senha de Fátima, no Barro Vermelho, e o Grupo Jovem Shalom, na paróquia de Nossa Senha das Graças, no Porto Velho⁸.

Destes, o Grupo São José pode ser considerado pioneiro e influenciador dos demais grupos que viriam a seguir⁹. Seus membros foram os primeiros a discutir a aplicabilidade da Teologia da Libertação em suas reuniões ainda nos anos 1970, mas apesar do pioneirismo a influência sobre os demais grupos se deu apenas a partir da virada para os anos 1980. Aqueles agentes pastorais do São José sofreram os mais duros embates com o clero conservador pelo seu “vanguardismo” inicial em meados de 1970¹⁰. Falar sobre Teologia da Libertação sempre foi um problema para os jovens de São Gonçalo e mesmo os grupos que se mantinham fiéis ao movimento de encontros não eram bem vindos. A recepção das novidades apresentadas pelo Concílio Vaticano II e os concílios de Medellín e Puebla não foram bem aceitas pelo clero local. Poucos padres se abriram para as novidades¹¹.

O vigário da Igreja de São José onde o grupo foi fundado, padre Noé, havia sido ligado à JOC nos anos de chumbo da Ditadura Militar, mas acabou se tornando conservador e se opunha ao Grupo Jovem¹². Esse conservadorismo fez com o grupo buscasse outra paróquia para recebê-los, mas não foram aceitos por nenhuma das paróquias às quais pediram novo abrigo. Em 1979, os jovens conseguiram se estabelecer na paróquia de Nossa Senhora Aparecida, no Patronato, mas os jovens, não o grupo¹³. Ainda assim o pároco fez uma série de restrições à atuação deles enquanto grupo organizado, fazendo com que eles optassem por ficar em uma das capelas da paróquia em vez da sede. Com o tempo, os jovens foram ganhando a confiança do padre e começaram timidamente a se retornar a ser um grupo formal¹⁴.

Reorganizados, eles participaram de um retiro no Morro de Santa Teresa, em 1981, de onde surgiu a vontade de se fazer algo de concreto a partir da perspectiva da Teologia da Libertação, mesmo antes de isso ser adotado como uma prática oficial da Pastoral da Juventude, em 1984 (SOFIATI, 2004, p.62). Até este momento, na vida do grupo, a TdL fazia parte das suas leituras e de suas crenças, sem uma ação concreta¹⁵. Dente as ações desenvolvidas pelo Grupo São José

⁸ Depoimentos dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz, professor e agente pastoral, cedido em 11 de março de 2018; Almir Barbio de Azevedo, cedido em 16 de setembro 2019; e Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018.

⁹ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo cedido em 16 de setembro 2019.

¹⁰ Depoimento de Carlos Henrique Carrilho Cruz, professor e agente pastoral, cedido em 11 de março de 2018; e Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018.

¹¹ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra cedido em fevereiro de 2018.

¹² Depoimento de Carlos Henrique Carrilho Cruz, professor e agente pastoral, cedido em 11 de março de 2018.

¹³ Depoimentos dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz, cedido em 11 de março de 2018; e Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018.

¹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵ Idem. Ibidem.

estavam um curso de alfabetização de jovens e adultos¹⁶ realizado em uma escola pública da região onde as aulas e as práticas formuladas com as camadas populares estavam baseadas com as diretrizes do Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela CNBB (MATOS, 2011), além de distribuição de alimentos e remédios. Seu trabalho mais sólido e duradouro foi a criação de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) no Morro do Jurumenha, onde os moradores estavam sendo despejados de suas casas. Assim em 1982, o grupo abandona a capela que lhes servia de sede e passam a atuar como uma verdadeira CEB dentro do morro, ajudando aos moradores a enfrentarem a luta pela terra, vitoriosa em 1987¹⁷.

Mas em 1980 o cenário começou a mudar, com a divisão da PJ da arquidiocese em regionais. Alguns destes jovens do São José, alinhados com a Teologia da Libertação, assumem a coordenação da pastoral em São Gonçalo, que agora tinham representantes dentro dos próprios jovens com cada regional apoiada por assessor representante do clero¹⁸. Assim em 1983 eles assumem a coordenação da PJSJ na cidade tendo assessor o recém-ordenado Padre Dutra¹⁹.

Com esta nossa coordenação a Teologia da Libertação pôde ser debatida com maior profundidade em São Gonçalo. A chegada de padre Dutra e a mudança da coordenação da Pastoral da Juventude mudaram os rumos dos grupos jovens da cidade. Era Dutra quem aconselhava os diversos jovens que queriam orientação em uma perspectiva social apontada pelo 4º Encontro Nacional da PJ (SOFIATI, 2004). A nova coordenação mais aberta à Teologia da Libertação estabeleceu que um coordenador fosse pessoalmente até as paróquias para acompanhar os diversos grupos, suas reuniões e dar orientações. Isso começou a trazer para dentro dos grupos uma nova visão religiosa. Foi a partir desse novo encaminhamento que os jovens realizaram no Ano Internacional da Juventude (1985) o 1º Congresso da Pastoral de²⁰ Juventude de São Gonçalo com o lema “Juventude Construindo Uma Nova Sociedade”, realizado entre os dias 8 e 14 de julho daquele ano com a clara opção de atuar com os jovens do “meio popular²¹”.

Neste congresso, realizado no Colégio de Santa Terezinha, no Centro da cidade, diversos grupos puderam se reunir para trocar experiências e repercutindo as novas diretrizes de atuação da PJ em nível nacional apontadas pelo encontro nacional do ano anterior. De acordo com Dutra, os

¹⁶ Idem. Ibidem.

¹⁷ RIO DE JANEIRO. Processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj).

¹⁸ SÃO GONÇALO. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. São Gonçalo, julho/1985.

¹⁹ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra cedido em fevereiro de 2018.

²⁰ Embora Dick (1999) tenha alertado para a mudança da preposição *de* para *da* durante o 4º Encontro Nacional realizado em 1984, como símbolo da forma de atuação da PJ, no documento da PJSJ ainda aparece grafado *de*.

²¹ SÃO GONÇALO. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. São Gonçalo, julho/1985.

jovens da época lhe dirigiam pergunta do tipo “Nosso padre é contra a Teologia da Libertação e contra o PT. O que gente faz agora?”, mostrando que o engajamento social estava dado na pauta do congresso²².

No documento que serviu de base para as reflexões dos jovens durante os dias de evento constam as justificativas que levaram a PJ da cidade a se engajar nessa nova perspectiva de atuar no meio popular afirmando que se devia “acreditar nos mais pobres (...) no poder eles têm para acabar com as situações de injustiça [para] construir uma sociedade nova, onde não haja mais opressores e oprimidos²³”.

Como justificativa bíblica o texto cita o Evangelho de São Lucas 1,52: “Depôs os poderosos de seus tronos e a humildes exaltou²⁴”. A base das reflexões da bíblia durante os debates eram o Documento do Concílio Episcopal de Puebla em sua caminhada libertadora de transformar as estruturas injustas e a consciência humana de considerar todos os aspectos da vida humana, como: os problemas socioeconômicos; a família; a vida escolar; o lazer; a política; a fé e a prática religiosa; o namoro o sexo e a amizade, baseados no documento de Puebla (1979) e na pedagogia de Paulo Freire²⁵.

O congresso teve duas formas de divisão entre os jovens participantes. Uma baseada na distração de coordenação por regional: São Gonçalo, Alcântara, Niterói, Rural e Lagos²⁶. Além dessa, houve a divisão entre iniciantes e iniciados, chamados no documento de “militantes”, tendo o evento preparado discussões diferentes para cada um dos tipos de atuantes na pastoral, mas sempre orientando a atuação através da formação de Grupos de Base²⁷. A divisão entre iniciantes e indicados era prática comum da PJ nos anos 1980, onde a Pastoral de Juventude era uma forma de iniciação para as PJ Específicas, como a do PJ do Meio Popular (SOFIATI, 2004. P72), mas essa divisão gerou certa resistência de alguns jovens de São Gonçalo. O São José já atuava como um grupo de base quando o congresso foi feito, servindo seu trabalho de modelo para alguns outros jovens. Isso se deve pelo menor número de seus membros, que não chegavam a 30 pessoas devido às idas e vindas em busca de uma paróquia que pudesse servir de base de apoio para o grupo²⁸.

²² Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra cedido em fevereiro de 2018.

²³ SÃO GONÇALO. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. São Gonçalo, julho/1985.

²⁴ Evangelho de São Lucas. IN: Bíblia Sagrada. Bíblia do Peregrino: edição de estudo. Paulus, São Paulo, 2005, p152.

²⁵ SÃO GONÇALO. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. São Gonçalo, julho/1985.

²⁶ Apesar de ser um distrito de São Gonçalo, dentro da divisão da diocese a igreja do Alcântara sempre foi tratada como uma igreja a parte, por ter sido fundada e ligada a ordem religiosa dos Missionários do Sagrado Coração (MSC).

²⁷ SÃO GONÇALO. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. São Gonçalo, julho/1985.

²⁸ Depoimento do agente pastoral Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018.

De certo é que o Congresso marcou uma mudança no direcionamento da Pastoral de Juventude em São Gonçalo. Muitas das iniciativas dos agentes da Pastoral da Juventude de São Gonçalo com foco em trabalhar com a perspectiva social apontada pelo 4º Encontro Nacional da PJ (SOFIATI, 2004) e repercutidas em nível local, sendo adaptadas para a realidade da cidade, culminaram na tentativa de se criar CEBs. A nova iniciativa sofreu resistência por parte de padres e bispos conservadores e, apesar de praticarem a Teologia da Libertação, nunca puderam assumir um posicionamento formal sobre isso²⁹.

Com as novas diretrizes de base, grupos como o Maranató e o Shalom eram conhecidos na PJ como “grupão” por serem formados por um grande número de pessoas e com uma alta rotatividade de seus membros³⁰ nos encontros. Na nova perspectiva do trabalho de base a orientação era trabalhar em grupos menores nestes dois “grupões”, nem todos os membros se abriram às novas práticas orientadas pela PJ. Mais por comodidade que por conservadorismo³¹. Porém de dentro de cada um saiu um pequeno grupo que resolveu se engajar e fundar uma Comunidade Eclesial de Base.

Do Maranató surgiu um pequeno número de jovens que passaram a se chamar Grupo Jovem São Tiago. Com dez pessoas eles iniciaram um trabalho de evangelização dentro da proposta dos grupos de base ainda na mesma paróquia. O objetivo era o realizar um trabalho no Morro do Pereirinha, no Barro Vermelho. Ali foi desenvolvida uma ação social diferente do que era feito no Maranató, se voltando para as necessidades da comunidade que estava sendo atendida dentro da perspectiva social e em pouco tempo passou a ser criticado por outros jovens que permaneceram no grupo original. A falta de experiência com este tipo de trabalho mais orgânico e crítico, ligado à Teologia da Libertação, fez com que o São Tiago durasse pouco tempo³².

Do Grupo Shalom houve também um pequeno grupo destacado com cerca de dez pessoas que passaram a atuar de forma orgânica no bairro Vila Lage. Ali os encontro e atendimento à população se davam no Colégio Estadual Professora Henny de Mendonca Gama, onde eram feitas as celebrações religiosas e até missas. Ali também eram discutidos os círculos bíblicos e as questões da fé do povo com uma perspectiva de um evangelho transformador de engajamento social e

²⁹ Depoimentos dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz, cedido em 11 de março de 2018; e Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018; e Almir Barbio de Azevedo, cedido em 16 de setembro de 2019.

³⁰ Depoimento dos agentes pastorais Lucia Maria Paes Alves Santarém, cedido em 18 de abril de 2019; e Almir Barbio de Azevedo, cedido em 16 de setembro de 2019.

³¹ Depoimento da agente pastoral Lucia Maria Paes Alves Santarém, coordenadora da PJ entre 1983-1987, cedido em 18 de abril de 2019.

³² Idem. Ibidem.

pequenas ações materiais de ajuda aos moradores. Anos depois uma capela foi fundada no local onde os moradores assistem a celebrações e missas até os dias atuais³³.

Dessas experiências de CEB fundadas a partir de grupos jovens em São Gonçalo apenas a organizada pelo Grupo São José foi duradoura. Contudo, não se pode dizer que as tentativas foram frustradas. Seja com a duração de 3 ou 30 anos de existência, as experiências daqueles jovens foram realmente a de agentes pastorais a frente de Comunidades Eclesiais de Base.

“O que é específico da CEB é uma formação para o compromisso social, que nem toda a Igreja faz isso. Uma consciência da possibilidade do cristão ser sal da terra e luz do mundo, a possibilidade do cristão influenciar na sociedade e transformá-la. Neste ponto a CEB tem uma força maior”. (Dutra, 2018)

Conclusão: O fim da pastoral orgânica

Durante todo este processo de implantação de uma Pastoral de Juventude mais orgânica em São Gonçalo a perseguição e silenciamento se fizeram presentes na vida dos jovens que muitas vezes tinham disfarçar dar outros nomes ao que faziam. No fim do ano de 1986, por problemas com o bispado arquidiocesano, Dutra resolve sair do Rio de Janeiro³⁴. Ao mesmo tempo, os jovens perceberam um incentivo vindo da cúria arquidiocesana para o retorno do movimento de encontros, mas não mais dentro da PJ, mas com movimentos como o Encontro de Jovens com Cristo (EJC) e ainda do Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC)³⁵. Estes dois aparecem como uma alternativa de retorno dos grupos para dentro das paróquias com suas reflexões voltadas para a vida afetiva dos jovens e problemas voltados para a vida escolar e espiritual, retirando dos temas de debates o homem completo em sua forma social, política e libertadora que orientava a Pastoral da Juventude naquele momento.

De fato a década de 1980 marcou um ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil e a Igreja esteve ligada a este processo através dos segmentos ligados a Teologia da Libertação, com as CEBs e a Pastoral da Juventude atuando como principais centros de formação dessa cristandade (SOFIATI, 2004. P.70). Pelo ponto de vista do autor, as frustrações da juventude brasileira com a derrota nas Diretas Já em 1985, em que assumiu o governo o conservador José Sarney (1985-1989), seguida da eleição do neoliberal Fernando Collor, em 1989, e o fim da pensativa do socialismo com

³³ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo, cedido em 16 de setembro de 2019.

³⁴ Depoimento do padre José Antônio Abreu Dutra, assessor espiritual da Pastoral de Juventude em São Gonçalo no início dos anos 1980, cedido em fevereiro de 2018.

³⁵ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo, cedido em 16 de setembro de 2019.

o fim da União Soviética, em 1991, fizeram com que muitos jovens, dentro e fora da igreja, se dessem por vencidos.

Uma pesquisa eleitoral realizada pelo Instituto Vox Populi citada com Sofiati (2004 p.94) aponta ainda outra realidade sentida pelos agentes pastorais de São Gonçalo: o crescimento do Movimento de Renovação Carismática (RCC). Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam os católicos em um único bloco, sem fazer sentir suas subdivisões, mas esta pesquisa aponta que entre os católicos o número de pessoas ligadas às CEBs era exatamente a metade dos que estavam voltadas para os grupos de RCC, isto é, dois e quatro milhões de pessoas respectivamente.

A opinião sobre os efeitos dos Carismáticos na juventude gonçalense não é unânime. Os jovens pioneiros, que atuavam desde os anos 1970, tendem a colocar como um problema ou fator dificultador³⁶, mas os que se engajaram já na virada para os anos 1980 ou a partir do congresso tendem a memorizar os impactos da nova visão religiosa³⁷.

Na década de 1990 a mudança de direção da Igreja Latino-Americana parece ficar mais clara na direção de abandonar a fé comprometida com o social. O Celam de Santo Domingo muda seu foco com uma releitura dos debates anteriores, pois “o problema de fundo não era mais o pobre e sua libertação, mas a cultura moderna e seu secularismo” (SOFIATI, 2004 p.96). Assim ocorre a redefinição do lema defendido pela Teologia da Libertação da “opção pelos pobres”, para a “opção preferencial pelos pobres” (SOFIATI, 2004 p.96), marcando um retorno gradual da igreja para dentro de si, para os movimentos de encontro, para as reflexões das coisas de Deus sem se preocupar com a libertação do “homem completo”.

³⁶ Depoimentos dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz, cedido em 11 de março de 2018; e Robson Goudard Santarém, cedido em 11 de março de 2018.

³⁷ Depoimento dos agentes pastorais Lucia Maria Paes Alves Santarém, coordenadora da PJ entre 1983-1987, cedido em 18 de abril de 2019; e dos militantes da PJ Maria de Fátima Carlos Ferreirinha, Cátia Regina Soares de Oliveira Costa, e Francisco Vieira da Costa Neto, cedidos em 25 de abril 2019.

Referencias bibliográficas

BÍBLIA, A. **Evangelho de São Lucas**. IN: A Bíblia Sagrada. Bíblia do Peregrino: edição de estudo. Paulus, São Paulo, 2005.

BORAN, Jorge. **Juventude, o grande desafio**. Paulinas, São Paulo, 1982.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)**. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos em fins do século XX. Livro 4. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

DICK, H. Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história. Editora Loyola, São Paulo, 2003.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, Brasiliense: 2004.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. TOMO 3: Período Republicano e Atualidade**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SILVA. Salvador da Mata e. **Arquidiocese de Niterói: jubileu de ouro**. Editora Muiraquitã. Niterói, 2011.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude no Brasil**. UFSCar, São Carlos, 2004.

PIERDONÁ, E, & FURLANETTO, I Souza. História da PJ no Brasil. Instituto de Pastoral da Juventude, Santo Ângelo, 1990.

Fontes

SÃO GONÇALO. Juventude Construindo Uma Nova Sociedade. 1º Congresso da Pastoral de Juventude de São Gonçalo. São Gonçalo, julho/1985.

Fontes orais

AZEVEDO, Almir Barbio. [16 de setembro 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Cátia Regina Soares de Oliveira [25 de abril 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

COSTA NETO, Francisco Vieira [25 de abril 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho [11 de março de 2018]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

DUTRA, José Antônio Abreu [14 de abril de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRINHA, Maria de Fátima Carlos [25 de abril 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SANTARÉM, Lúcia Maria Paes Alves [18 de abril de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SANTARÉM, Robson Goudard [11 de março de 2018]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

Identities e representações conservadoras entre os evangélicos nas redes sociais

Sergio Tuguo Ladeira Kitagawa
Doutorando em História Social (FFP/UERJ)
Docente no Seminário Presbiteriano Simonton/RJ

Introdução

No processo de preparação deste texto para o Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP, no início de setembro de 2019, o prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella mandou recolher na Bienal do Livro realizada na cidade o livro “Vingadores, a Cruzada das Crianças”, que mostra uma ilustração de personagens do sexo masculino se beijando, sob a alegação de que havia desrespeito a artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Imediatamente a polêmica se acendeu, inclusive nas diversas mídias sociais como Facebook, Instagram e Twitter: acusações de censura e homofobia foram rebatidas pelo prefeito, enquanto o Supremo Tribunal Federal proibia o recolhimento dos exemplares que se esgotaram em poucas horas. Como forma de protesto, o público LGBT promoveu um “beijaço”. Usando uma expressão popular, o tiro saiu pela culatra. Crivella é evangélico, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. Por trás de suas ações políticas não pode ser negligenciadas suas convicções religiosas como evangélico. Ao mesmo tempo, as redes sociais se mostraram veículo para rápida disseminação da notícia e espaço para discussão do ocorrido seja em manifestações de apoio ou crítica a ação do prefeito.

No presente texto, apresento o projeto de pesquisa em curso *“Da porta da igreja à tela do smartphone: os reformadores da era digital”* que tem por foco a intersecção entre conservadorismo, evangélicos e mídias sociais. O objeto é a construção de identidades e representações conservadoras por evangélicos nas mídias sociais. Em outras palavras, a pesquisa tem buscado traçar a relação entre o discurso evangélico e conservadorismo nas redes sociais.

1. A onda conservadora e os evangélicos brasileiros

A onda conservadora é uma realidade no contexto brasileiro em todas as esferas sociais. Já neste ponto é importante lembrar que as expressões “conservador” e “conservadorismo” não são categorias livres de discussões semânticas e, em uma investigação mais profunda e detalhada, indicam na verdade um universo multiforme de grupos e ideias. Em linhas gerais, conservar é

manter, fazer permanecer estruturas de pensamento, comportamento ou mesmo instituições sociais que se estabeleceram pela força da tradição. No sentido aqui pretendido, lanço mão das ponderações de Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol que no tempo presente é possível perceber um “processo de ‘endurecimento’ das relações políticas, sociais e culturais em detrimento de algo que pode ser metonimicamente denominado como universo dos direitos” (AMEIDA e TONIOL; 2018, p.7), ou seja, um movimento no sentido de retroceder com políticas públicas que até então haviam sido consideradas como “avanços do ponto de vista da democracia e da cidadania” (ALENCAR, 2018, p.114).

A expressão “onda conservadora” teria sido usada pela primeira vez no Brasil por Guilherme Boulos – antes de ascender a presidenciável nas eleições de 2018 (DEMIER, & HOEVELER; 2016. p.18) – em uma reflexão sobre os resultados das eleições de 2014. Em um contexto mais amplo, essa onda conservadora pode ser entendida como a sucessora da guinada à esquerda ou “pink tide” ocorrida na América Latina (ROA, 2016) no início dos anos 2000 quando governos de esquerda ou centro esquerda se estabeleceram (MIEBACH, 2016, p.8).

Essa guinada conservadora no Brasil tem sido interpretada genericamente como um movimento de reação ao esgotamento das estratégias de governabilidade de um partido eminentemente de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) (DEMIER, & HOEVELER; 2016, passim), ainda que esteja inserida em um espectro mais amplo da conjuntura internacional que levaram Donald Trump à presidência dos EUA e, mais recentemente, a eleição de Boris Jhonson como 1º ministro na Inglaterra.

Autores como Ricardo Mariano e Ronaldo Almeida, entre outros, entendem que os evangélicos fazem parte dessa guinada conservadora e tem participação em maior ou menor grau na construção das identidades conservadoras. A principal pista é que há um reposicionamento estratégico dos evangélicos no jogo político.

A expressão “os evangélicos”, como explica Joanildo Burity, tornou-se um “termo valise” que demonstra, na verdade, uma certa hegemonia dos pentecostais no campo protestante (BURITY, 2018, p.16, nota 2). Assim como “conservador” e “conservadorismo”, o termo “evangélico” abrange um coletivo caracterizado por heterogeneidade, seja em termos de suas convicções teológicas, políticas ou envolvimento político-partidário. No meio acadêmico brasileiro tem-se usado “protestante” para designar denominações ligadas ao protestantismo de missão que chegou ao Brasil no século XIX (CAMARGO, 1973, p.105ss) oriundo das denominações do protestantismo histórico norte-americano (BRANDÃO IN SACHS, 1988, p.30). A referência da pesquisa, no entanto, é a definição proposta por Clara Mafra que compreende que o uso abrangente do termo

“evangélico” é justificado no contexto brasileiro diante do caráter evangelizador desses grupos, no sentido de serem propagadores, difusores de uma mensagem focada no Novo Testamento (MAFRA, 2001, p.8).

Os pentecostais são os que mais crescem dentre os evangélicos brasileiros e teses e dissertações têm se dedicado a compreensão de sua participação no cenário político. Com a redemocratização, os evangélicos entraram com força no campo político. Deixaram a postura de não se envolver com política substituindo-a pela lógica de que irmão deve votar em irmão (CAMURÇA, 2019, notas de aula). O crescimento de 61% dos evangélicos entre 2000 e 2010 (CENSO 2010, IBGE) somado a eleição de mais de 90 políticos para o Congresso Nacional que se identificam como evangélicos indicam a relevância de perceber qual o impacto que esse grupo social é capaz de gerar na definição de políticas públicas. Nas eleições majoritárias de 2018 sua participação tem sido considerada um fator determinante e desde então situações inusitadas tem chamado a atenção, desde a oração do então senador Magno Malta que antecedeu o discurso da vitória do candidato eleito Jair Bolsonaro até o discurso de posse da ministra Damares Alves que se declarou “terrivelmente evangélica” e ainda a afirmação de Bolsonaro de que um dos ministros que ele poderá indicar ao Supremo Tribunal Federal será “terrivelmente evangélico”.

Até que ponto crenças evangélicas são capazes de influenciar posturas políticas, econômicas e de definições de padrões sociais de comportamento? Essa influência é quantificável? Se não quantificável é possível mapeá-la? Essas são importantes questões levantadas por esta pesquisa que levará em consideração a disseminação do pensamento evangélico e sua relação com ideias conservadoras em sua veiculação nas redes sociais.

2. As redes sociais: representações e identidades ao alcance de um toque

Quais os pontos de contato entre o pensamento evangélico e os pressupostos conservadores são o objeto de estudo tanto quanto os meios utilizados para disseminação dessas ideias. As redes sociais são uma indiscutível ferramenta política da atualidade e nas eleições de 2018 se mostraram importante meio de informação – ou de desinformação, através das *fake News*.

Desde sua inserção no Brasil, os evangélicos fazem uso da mídia com o objetivo de ocupar espaços disseminando suas crenças. No século XIX a mídia impressa. No decorrer do século XX o rádio e a televisão. Na virada para o século XXI souberam se valer da internet e as redes sociais não ficaram de fora de seus investimentos. Em tempos em que influenciadores digitais disputam a atenção em rede e a rápida e sagaz produção de memes como potente instrumento de veiculação de

ideias e conceitos, as redes sociais digitais se mostraram importante meio de mobilização social, tal como se percebeu nos ciclos de protestos em 2013, 2015 e 2016, bem como nas últimas eleições em 2018. Em um processo irreversível, vemos uma nova forma de relação e interação que vão além das fronteiras de espaço e limite de tempo e uma realidade em que a percepção, a experiência e a expressão do sagrado religioso estão sujeitas a novas modalidades (SBARDELOTTO, 2017, p.23-24). Quando Lutero fixou suas 95 teses na porta da igreja de Wittemberg em 1517, a imprensa de tipos móveis foi a grande responsável por exponenciar a influência de suas ideias ao permitir a multiplicação de cópias que se espalharam pela Europa. Hoje, para compartilhar ideias, os evangélicos só precisam de um toque na tela de seus smartphones. As redes sociais se caracterizam pelo imediatismo, pelo rápido fluxo de informações, porém, sem deixar de haver uma disputa ideológica, uma disputa narrativa, uma disputa simbólica.

As questões que norteiam a pesquisa são as seguintes: quais as principais características do diálogo entre o ideário evangélico e o pensamento conservador em sua veiculação por redes sociais? Como são construídos os pontos de contato entre o ideário evangélico e pautas conservadoras veiculadas em Redes Sociais?

A hipótese que está sendo testada é a de que os evangélicos têm usado as redes sociais como importante ferramenta de forja identitária, valendo-se de representações que evocam uma autoridade divina aos conceitos defendidos. Especificamente uma forma de pensamento, chamada de neocalvinismo, propõe-se como uma cosmovisão fundamentada epistemologicamente, estruturada, estruturante e com certo apelo intelectual que vai além do mero discurso espiritualizado. Ou seja, não se trata somente de uma divinização de conceitos, mas de uma luta por espaço por equiparação intelectual do que é religioso frente a categorias tidas como acadêmicas e racionais.

O que é o neocalvinismo e por que estudá-lo? Trata-se de uma corrente teológica que se estabeleceu na Holanda no século XIX e que teve como principal personagem Abraham Kuyper, teólogo holandês que se tornou primeiro-ministro daquele país entre 1901 e 1905. Kuyper entendia que o declínio da sociedade estava ligado ao que chamava de modernismo, um divórcio da arte e pensamento das crenças religiosas. O modernismo era para ele uma cosmovisão que só poderia ser enfrentada por outra cosmovisão. Para ele, o sistema de pensamento capaz de enfrentar o modernismo era o calvinismo, apresentado por seus seguidores como uma estrutura de pensamento, “um corpo inteiro de concepções teológicas, éticas, filosóficas, sociais e políticas” (WARLFIELD Apud VAN TIL, 2010, p.54) destacado pelo rigor intelectual (MERRITT, 2017). Voltar-se para essa corrente teológica se deve a indícios de um florescimento do calvinismo entre pentecostais.

Não se trata, portanto, de um estudo concentrado na questão denominacional, mas em uma forma de pensamento que se apresenta como fundamentação articulada para o agir no mundo, uma estruturação filosófica, uma cosmovisão, que busca articular de forma coerente as crenças evangélicas, racionalizando a experiência religiosa, suprimindo uma lacuna, uma demanda gerada pela ênfase mística do pentecostalismo. O calvinismo seria capaz de municiar o discurso evangélico de uma estrutura de plausibilidade, usando a expressão de Peter Berger.

A título de delimitação, indispensável a uma pesquisa de doutoramento prevista para 4 anos, um personagem foi escolhido para ser observado. Trata-se do pastor batista Franklin Ferreira. Formado em Teologia pelo Seminário Batista do Sul, no Rio de Janeiro e na Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Ferreira é diretor de um seminário em São José dos Campos, o Seminário Teológico Martin Bucer. Trabalha também como consultor acadêmico de uma editora evangélica, as Edições Vida Nova. Professor convidado de diversas instituições de ensino evangélicas, a escolha em acompanhar postagens em redes sociais do pastor Franklin Ferreira se deu pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, uma análise preliminar de sua teologia permite classificá-lo como neocalvinista. Assim, parto do pressuposto que suas convicções políticas expostas em rede tem um lastro de referencial teológico que se enquadra no que apresento como hipótese de estudo: opiniões fundamentadas em convicções religiosas que se alçam a uma disputa por espaço no campo intelectual. Em segundo lugar, Ferreira é professor no Instituto Conservador Burke onde leciona um curso intitulado “A Política, o Estado e a Igreja” que faz parte do módulo “Introdução ao Conservadorismo”. No mesmo módulo são professores Francisco Razzo, Aramis de Barros, Tiago Rossi e, notadamente, Ana Campagnolo, a deputada estadual de Santa Catarina que, pouco depois de confirmada a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da República, em 28/10/2018, pediu em suas redes sociais que alunos denunciasses em vídeo professores que se manifestassem contra a eleição do novo presidente.

O Instituto oferece cursos *on line* com os seguintes títulos: “Os movimentos revolucionários e a guerra contra a família”; “Escola sem partido: limites jurídicos da atividade docente”; “Erotização infanto-juvenil”; “Ditadura Gayzista e Revolução Cultural” e “Cristianismo e Revolução – o mito do Cristo revolucionário”, entre outros. O Instituto possui também um canal no Youtube em que vídeos com conteúdo conservador são veiculados. Um deles, intitulado “A história do desarmamento”, tem Eduardo Bolsonaro, filho do atual presidente, como protagonista.

Evangélicos e conservadores, então, se encontram em rede. Porém, quais os fundamentos teóricos a serem usados neste estudo?

3. Notas para construção de um referencial teórico

A religião como campo de estudo autônomo tem sido alvo de críticas, especialmente pela noção contemporânea de que a religião está em movimento (MOREIRA, 2008, p.72). A presente pesquisa tem como referencial primeiro a teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu na qual o campo é definido como um espaço de lutas, em que se verificam relações de força (BOURDIEU, 2004, p.22-23). O campo tem agentes afeitos às suas características internas, troféus próprios em jogo e um *habitus* próprio a sua dinâmica, ainda que não seja independente, ou seja, não está completamente separado do universo social mais amplo. Possui, na verdade, interesses internos e interesses externos que o estruturam.

Sobre a religião, Bourdieu a entende como um conjunto de práticas e representações e a analisa como uma linguagem e, portanto, um sistema simbólico de comunicação e pensamento que provê ordenação lógica do mundo natural e social, ou seja, ordena o cosmos, o universo social (OLIVEIRA, 2011, p.178). Ele compreende que sistemas simbólicos, como a religião, arte e língua, são veículos de poder e política (BOURDIEU, 2011, p.31). Vendo a religião como mais uma organização social, Bourdieu a apresenta como um reflexo de estruturas e conjunturas das relações sociais anteriores ou engendradas dentro das práticas religiosas (BOURDIEU, 2011, p.30). As definições propostas pela religião são revestidas de um caráter santificado, assumindo um status de sagrado e, por isso, não passíveis de discussão, produzindo em seus consumidores certo consenso lógico e moral. Bourdieu afirma que "as relações de concorrência que opõe os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e das transformações da ideologia religiosa" (BOURDIEU, 2011, p.50). Nem sempre, ou a priori, não é claramente verificável o interesse político, econômico ou de outra ordem que não seja sagrado. Os interesses são ocultados no discurso, se revestem de piedade ou consagração, sendo esses interesses conscientes ou mesmo inconscientes, quando inseridos dentro da própria lógica do tecer e apropriar-se do discurso de fé.

A noção de "campo" permite uma discussão sobre os mecanismos próprios de um microcosmo social – em nossa pesquisa trata-se da religião evangélica e seus pontos de encontro com o conservadorismo – de forma a entender, sem reducionismos, seus personagens, sua história, suas escolhas, sua forma de pensar e produzir conhecimento e representações.

Porém, faz-se necessário também observar o fenômeno entendido por Daniele Hervieu-Leger na obra *O Peregrino e o Convertido* como "deslocamento do religioso". Para ela "o que caracteriza a religiosidade das sociedades modernas é a dinâmica do movimento, mobilidade e

dispersão de crenças” (TEIXEIRA IN HERVIEU-LEGER, 2015, p.10). Faz-se necessário lançar um novo olhar sobre a relação entre Modernidade e religião que leve em consideração a dispersão das crenças, a desregulação institucional da religiosidade. Presenciamos processos de decomposição e recomposição das crenças, em que a experiência subjetiva do indivíduo precisa de ordenação, de explicações de sentido. Sem desconsiderar que as crenças modernas estão intimamente ligadas às práticas, linguagens, gestos e automatismos espontâneos, Hervieu-Léger atenta para uma revitalização da religião ou da religiosidade que permanece na “singularidade das construções de crenças individuais, em seu caráter maleável, fluido e disperso e, ao mesmo tempo, na lógica dos empréstimos e reutilizações de que as grandes tradições religiosas históricas são objeto” (HERVIEU-LEGER, 2015, p.22).

A religião não acabou, mas deslocou-se do que antes lhe era restrito, como as instituições e a teologia, para outros espaços da dinâmica social que não seriam identificadas como estritamente religiosas, tais como a mídia, a economia, a política, entre outras (MOREIRA, 2008, p.70). Moreira, detalhando as concepções de Leger explica que:

as religiões existentes têm fornecido uma “matéria-prima” para outras elaborações simbólicas. Ou seja, assim como um metal básico maleável permite ligas e combinações diversas, assim as religiões podem estar sendo reapropriadas, refundidas e retrabalhadas por outras instâncias sociais, que delas aproveitam, retiram ou assumem símbolos, motivos, rituais, gestos, linguagens, imaginário e valores. Ao fazer o novo “aproveitamento”, os elementos ou fragmentos retirados da religião passam a fazer parte de uma nova “lógica”, ou de uma nova configuração, e seu papel no todo é ditado pela instância que detém a hegemonia ou o controle da “nova” linguagem ou do novo sistema simbólico (MOREIRA, 2008, p.78).

O fato é que nas sociedades modernas, cada vez menos óbvios são os limites do campo religioso. O interesse “propriamente religioso” é interpretado na sociologia bourdiesiana como o interesse que um grupo ou uma classe encontra em determinada prática ou crença religiosa, especialmente no que tange à reprodução, difusão e consumo de determinado tipo de bens de salvação, incluindo a própria mensagem (DIANTEIL, p.35). Não se pode olvidar que sempre são possíveis os processos de reelaboração simbólica. São características da produção humana a reelaboração e ressignificação. A sagração, o ordenamento e a significabilidade são potenciais para realidade (MOREIRA, p.79). É mister concluir que o poder simbólico não pode ser limitado ao domínio do religioso, pelo contrário, esse poder é que torna possível a constituição de dados pelo ato enunciador, o tornar evidente e dotar de crédito, confirmar ou mesmo transformar uma visão de mundo e, como consequência, a ação sobre o mundo e, conseqüentemente, o próprio mundo (BOURDIEU Apud DIANTEILL p.39).

O que se apresenta na contemporaneidade, no entanto, ultrapassa os limites do tipo ideal apresentado por Bourdieu, visto que a religião transcendeu o religioso, atrelando-se a outros campos e levando sua própria linguagem. Continuo entendendo que as tipologias propostas por Bourdieu tem o seu lugar, mas é preciso ponderar os limites de sua análise, bem como as possíveis transmutações de suas classificações, o que será discutido com mais profundidade nos próximos passos da pesquisa (ver p.ex. MONTERO, 2016, *passim*). Se não existe um campo religioso propriamente dito, estrito, fechado em si mesmo, ainda há um campo de disputa, ainda há agentes religiosos ou não usando capital simbólico e há troféus que estão sendo disputados, posições estratégicas que garantem aos vencedores hegemonia em certos campos ou frutos que lhe permitam manter seu *status quo*.

Bourdieu não será deixado, mas os conceitos serão trabalhados dentro da lógica da bricolagem proposta por Daniele Hervieu-Léger, atentando para o caráter cada vez mais individual da religiosidade, da sua desvinculação com o institucional e a pluralização de sentidos. É justamente, pois, essa individualização e subjetivação de crenças e práticas que permite a bricolagem, ou seja, a escolha pessoal pelo que será crido e defendido, conforme o interesse do momento, compondo-se um novo quadro referencial de crença. Assim, é possível defender o evangelho de amor ao próximo e não se escandalizar com um “sinal de arminha” em defesa do armamento, por exemplo.

Considerações finais

O sacerdócio universal dos crentes é um princípio fundamental da teologia evangélica descendente de Lutero. Ela implica em que cada fiel, cada crente, cada evangélico tem acesso direto a Deus e a sua vontade revelada, a Bíblia. Os neocalvinistas vão além e compreendem que uma reforma que transcenda os limites da espiritualidade individual e abranja cada parte da vida é responsabilidade de cada crente. Essas ideias têm sido disseminadas em redes sociais, território que se tornou arena de veiculação dessas teses tanto quanto de construção de uma identidade que zele pelos valores morais da fé defendida.

A individualidade e a participação leiga estão inseridas em uma complexa e intrincada relação entre líderes que cativam pelo seu carisma e a participação da massa de seguidores que curtem, comentam e compartilham seus conteúdos. Assim, personagens que antes possuíam no campo religioso o status de especialistas, precisam usar dos meios que estiverem à disposição para se enquadrar na nova dinâmica do jogo religioso. As forças precisam ser reagrupadas, os esforços

novamente medidos, as estratégias revistas. A presença na mídia de forma constante, sistemática e articulada busca ocupar espaço e manter-se firme na disputa.

Perceber com a maior clareza quanto possível como posicionamentos conservadores no âmbito da política, economia e comportamento são influenciados por convicções religiosas torna-se imprescindível em um país em que a proporção dos que se identificam como evangélicos é cada vez maior e a publicidade da religião tem se estendido a manifestações religiosas no poder público. Em um contexto de desregulação institucional das confissões religiosas em que o papel do indivíduo é cada vez maior e menor é a normatividade doutrinária estabelecida pela estrutura denominacional, faz-se imprescindível revisitar as culturas e mentalidades evangélicas e seus personagens. Outrossim, o papel das mídias sociais nessa nova estratégia não pode ser negligenciado. Estabelece-se assim, os três eixos desta pesquisa, em uma intersecção relevante e atual: os evangélicos, o conservadorismo e as redes sociais.

Referências

ALENCAR, Gustavo de. *Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2 Dezembro. 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. “Os impedimentos de Dilma” IN: ALMEIDA, Ronaldo & TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos*. Análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Carlos R. Ser católico: dimensões brasileiras, um estudo sobre a atribuição através da religião. In: SACHS, Viola. *Brasil e EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BURITY, Joanildo. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?” IN: ALMEIDA, Ronaldo & TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos*. Análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMURÇA, Marcelo. “Religião Política e espaço público: as eleições presidenciais de 2018”. Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

DEMIER, Felipe & HOEVELER, Rejane. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIANTEILL, Erwan. “Pierre Bourdieu e a Religião: síntese crítica de uma síntese crítica”. IN: *Revista das Ciências Sociais*. Volume 34, nº 2, 2003.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o Convertido*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MERRITT, Jonathan. The troubling trends in America’s ‘Calvinist revival’. Disponível em <http://religionnews.com/2014/05/20/troubling-trends-americas-calvinist-revival/>, acesso em 08/11/2017.

MIEBACH, Alessandro Donadio. “América do Sul: transformações e permanências depois da Pink Tide” IN: Carta de Conjuntura - Ano 25 n.º 09, p.8. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2016. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/wp-content/uploads/2016/09/20160915carta-de-conjuntura-fee-ano-25-n.-9-set.-16.pdf>, acesso em 26/08/2019.

MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Relig. soc.* [online]. 2016, vol.36, n.1, pp.128-150.

MOREIRA, Alberto da Silva. “O deslocamento do religioso na sociedade contemporânea”. IN: *Estudos da Religião*, Ano XXII, nº 34, 70-83, Janeiro/Junho 2008.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. “A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu” IN: TEIXEIRA, Faustino (org.) *Sociologia da Religião*. Enfoques teóricos. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011.

ROA, Carlos. “Changing Tides: On the Political Changes Occurring in Latin America”. CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (CIRSD), Setembro de 2016. Disponível em <https://www.cirsd.org/en/publications/occasionalpapers/on-the-political-changes-occurring-in-latin-america>, acesso em 26/08/2019.

SBARDELOTTO, Moisés. *E o Verbo se fez Rede*. Religiosidade em reconstrução no ambiente digital. São Paulo: Paulinas, 2017.

WARLFIELD, B.B. *Calvini and Calvinism*. Nova York, 1931. APUD VAN TIL, Henry R. *O Conceito Calvinista de Cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

Ditadura Civil-Militar no Brasil e Juventude Universitária Católica (1964 – 1968)

Livia Ribeiro Barboza de Araujo Braga
Mestranda PPGHS-UERJ

Os primeiros e últimos anos

A pesquisa tem como objeto a Juventude Universitária Católica (JUC) durante os quatro primeiros anos do golpe civil-militar que resultou na instalação de uma ditadura de mais de 20 anos de duração no país. Esse estudo tem como objetivo principal discutir a atuação da Juventude Universitária Católica entre os anos de 1964, quando ocorre o golpe civil-militar que derrubaria o governo João Goulart (1961/1964), e 1968, quando é dissolvido o movimento, dado o seu próprio esvaziamento e a partir reforço do caráter autoritário do regime implementado no Brasil após o golpe de Estado.

Nos debates históricos que retomam os 21 anos da ditadura civil-militar no Brasil, existem uma longa controvérsia sobre a postura da principal instituição não governamental presente no país: a Igreja Católica. Pensar e rever a participação dessa instituição e de seus membros é dirigir o olhar para um significativo agrupamento social. Além da significação numérica, que já seria suficiente, uma vez que mais de 90% da população se declarava católica¹, desde os princípios da formação do Estado Brasileiro existe uma relação de poder e influência dessa instituição sobre a história e a política do país. A Igreja é personagem notório e notável em diversos momentos, cabendo, portanto, espaço para o levantamento de pesquisas dispostas a ampliar o entendimento do que significou e significa essa presença no cenário nacional, especialmente nos conturbados anos de início do regime ditatorial.

A Igreja Católica é comumente lembrada nesse período pelo apoio ao movimento de derrubada do governo Goulart. As referências historiográficas sobre o período usualmente apresentam os movimentos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a assinatura de uma carta por 26 bispos dando suporte aos militares (BEZERRA, 2014), como exemplo desse apoio ao Golpe que destituiu o governo de Jango. Entretanto, também se reconhecem a existência de diversas lideranças e grupos que se colocaram contrários a essa tomada do poder democrático. Mais que isso, é importante destacar que 26 bispos não representam um número tão significativo se

¹ Dado retirado da publicação Tendências Demográficas (IBGE, 2000).

pensarmos que a Igreja Católica tem hoje 250 dioceses, sem contar as demais nomeações episcopais, bispos eméritos, auxiliares, prelazias.

É um dado relevante uma carta de 26 bispos em 1964, mas não cabe entendê-la afastada de um contexto de participação que envolve muitos outros atores, direta e indiretamente. Não cabe entendê-la ampla apenas, sem olhar os nomes e locais que se fazem signatários desse relevante documento, cabe considerar especialmente o silêncio cuidadoso das outras dezenas de bispos que não se manifestaram. Nem favoráveis tão pouco, contrários.

A fim de concentrar o objeto de estudo para possibilitar análise mais focada, escolhe-se pesquisar um grupo específico de católicos: A Juventude Estudantil Católica. Entre os anos de 1964 e 1968 a JUC, declina de “tendência relevante ao movimento estudantil” à inexistência eclesial (RIDETTI, 1998). Abordar a história desse movimento é possibilitar revisar parte da história de participação do maior grupo populacional – a juventude. E selecionar entre os jovens católicos, o olhar aprofundado para o entendimento dos universitários traz outro relevante recorte: dentre os católicos escolheu-se olhar para aqueles com maior formação acadêmica, que a priori, ocupariam espaços decisórios em diversos ambientes também a partir do exercício de suas profissões e como lideranças e intelectuais.

Durante os anos anteriores ao golpe, todo o movimento de leigos católicos se organizava em meios específicos, formando entre os anos de 1950 e 1964 a Ação Católica Especializada (ACE). É no seio dessa ação que surgem os diversos movimentos voltados para Juventude Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), nosso objeto de pesquisa (DE MORAIS, 2002). Os movimentos de leigos que se fortaleceram desde a década de 1930, ganharam, a partir dessas participações, uma presença mais ativa e relevante das juventudes. Essa participação saiu do campo eclesial e deu início a uma série de participações e lideranças em movimentos populares.

Cabe aqui considerar que, no início da década de 1960, o papel que se atribui à Igreja Católica no período de Ditadura civil-militar é por vezes entendido de forma unívoca. Sem olhar com atenção aos inúmeros grupos divergentes, reduz-se a participação da Igreja ao apoio da cúpula, na representação do episcopado, e a divergência de alguns poucos religiosos (com referência aos dominicanos ligados a Carlos Marighella). Exclui-se, nessa perspectiva histórica, uma série de grupos, em especial as juventudes, que de forma organizada formaram a resistência aos atos do Golpe e a construção da ditadura que o seguiu. Vale considerar que a História como ciência não se faz sob um único ponto de vista. Por isso, entende-se a urgência e a importância em investigar e

esclarecer o papel da Juventude Universitária Católica. A JUC realizou uma forte oposição ao regime, a partir de ações relevantes, formação de lideranças e intelectuais que posteriormente ocupariam lugares de destaque na sociedade brasileira.

Frei Betto, em artigo de caráter memorial, faz referência ao período: “(a Igreja) não soube perceber a diferença entre católicos progressistas e conservadores. Cometeu o equívoco de considerar a Igreja uma instituição monolítica, de poder centralizado, unívoco” (BETTO, 2018). A afirmação do também frei dominicano tem eco na própria experiência pessoal que ele viveu como liderança da Juventude Estudantil Católica, braço mais jovem do mesmo movimento social de participação e formação de leigos.

É dever ainda esclarecer porque a pesquisa se concentra nos primeiros quatro anos do regime. Consideram - se esses anos porque em 1968 a JUC se desliga da Igreja e encerra suas atividades. Pondo fim a um modelo de formação e participação pastoral que só retornaria a existir de forma orgânica a partir de 1984.

O ano de 1968, também é importante marco em inúmeros movimentos progressistas nas linhas dos costumes e ideias. E por isso, a percepção de que enquanto a juventude do mundo presenciava e experimentava um vendaval de abertura cultural e protagonismo social, no Brasil os jovens estavam, literalmente, enclausurados e sem fôlego, diante de um governo que massacrava aqueles que se apresentavam como oposição.

Um olhar para a história recente do Brasil nos leva a encontrar convergências assustadoras entre o ano de 1964 e o que tem acontecido em nossa realidade imediata. Diante da reutilização do poder religioso para justificar as ideologias de extrema direita, cabe salientar que atualmente, assim como na década de 1960, existiam diferentes tendências entre os jovens e estudantes cristãos. O problema dessa investigação é abordado sob a seguinte perspectiva: existiu um movimento social de jovens universitários católicos, organizado, com apoio eclesial (das bases e hierarquias) contrário ao Golpe de 1964? Como se organizavam e o que fizeram como oposição? Tendo em vista a afirmativa resposta à questão, cabem ainda outras perguntas: em que se apoiavam essas ideias e como esse movimento se desestruturou nos anos seguintes ao golpe?

A Juventude Universitária Católica, iniciada com o fortalecimento da Ação Católica Especializada, a partir da década de 1950, já era, em 1963, uma tendência importante dentro do Movimento Estudantil, tendo disputado, desde 1961, a presidência da UNE. A formação de lideranças que tinha início com a Juventude Estudantil Católica escolheu se posicionar desde o início contra a ditadura civil-militar de 1964. Entretanto, as lideranças políticas do movimento, para

se assumirem assim, precisavam desligar-se oficialmente e assumir outro espaço de participação, criado a partir das lideranças da JUC: A Ação Popular.

Para de fato entendermos o contexto referente aos movimentos juvenis desse tempo, cabe ampliar o olhar sobre o que acontecia no mundo. Enquanto a América Latina presenciava o surgimento de governos de extrema direita e ditaduras, como no Brasil, olhando para o outro lado do Atlântico se reconhecem movimentos ligados à revolução dos costumes: como o maio parisiense de 1968, a Primavera de Praga, a luta pelos Direitos Civis, nos Estados Unidos. Mesmo a Igreja Católica, reconhecidamente tradicional, vivia um momento de atualização. O Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, prometia um “*aggiornamento*”, uma atualização, em toda a Igreja.

Nesse contexto de abertura que tomou o ceio da Igreja após o pontificado de João XXIII, é necessário entender o que esse “*aggiornamento*” significa quando retoma as bases que constituem os movimentos sociais relacionados à Igreja Católica. Se no Brasil a Igreja se dividia entre progressistas e conservadores, isso era reflexo das duas principais tendências que tomaram o Concílio Vaticano II. Não há formas de entender os ecos latino-americanos sem perceber as mudanças estruturais que os documentos conciliares trouxeram para as bases eclesiais. A abertura ao laicato, a liturgia, a formação dos religiosos, o diálogo inter-religioso e ecumênico, os movimentos sinodais (apontando para um governo menos centralizado e mais “democrático”), os inúmeros cursos de liderança e estudos dos novos documentos que chegavam intensos após 1965. Tudo isso mantinha parte das inspirações que tomavam as juventudes católicas e motivava seus esforços em continuar na luta pelas ideias que seguissem a linha do humanismo solidário.

No Brasil, a instabilidade política pós-renúncia de Jânio Quadros e as tentativas de reformas populares de João Goulart, transformaram o cenário em solo fértil para os movimentos e grupos de extrema direita, apoiados também por setores da Igreja Católica.

Assim se estabelecia um conflituoso campo de disputa social entre os movimentos de direita, apoiados por aqueles religiosos e leigos que se identificavam como conservadores diante das alterações do Concílio e as mudanças políticas no Brasil e aqueles que se consideravam progressistas, ligados a figuras como Dom Helder Câmara. Existia um abismo entre essas “duas Igrejas”. Além disso, existe uma diferença entre a Igreja que atuava nas periferias e a Igreja dos centros, mais ligada às cúpulas decisórias.

No que diz respeito à História da Igreja Católica na contemporaneidade, vale retomar os relatos de Libâneo, em sua análise sobre a realidade eclesial, especialmente a brasileira entre os anos anteriores ao Concílio Vaticano II e suas consequências posteriores. No que diz respeito à América Latina, um marco fundante dessa realidade eclesial é o Conferência Episcopal Latino

Americana, em Medelín, que traduz a realidade presente no continente das práticas e movimentos pastorais e dos avanços teológicos, indicando, por exemplo, os fatores mais relevantes da identidade dessa Igreja local: “Temos, portanto, os três pontos básicos de originalidade da Igreja da América Latina nos próximos anos: opção pelos pobres, comunidades eclesiais de base e teologia e pastoral da libertação”. (LIBÂNIO, 2000, p. 127)

A partir das leituras das obras que abordaram o panorama amplo até os estudos que já existem sobre JUC e movimentos estudantis, percebe-se a importância de retomar ideias fundamentais para entender “O breve século XX”. Esse século breve e complexo é entendido a partir de Hobsbawm, que demonstra o aprofundamento das incertezas e extremismos, reconhecendo nos processos históricos pós-segunda guerra o fortalecimento de um mundo bipolarizado, responsável por parte significativa das ideias que permearam a realidade mundial. Assim, encontramos valiosas premissas para compreender a bipolarização também da Igreja e as confusões que aparecem sobre essa bipolarização. A percepção do mundo bipolar parecia dividir tudo entre Estados Unidos e o capitalismo liberal ou a União Soviética e o socialismo/comunismo. Essa “necessidade” imaginária de explicar todas as relações do período nessa dicotomia fez com que a JUC fosse relacionada ao comunismo a partir do início da década de 1960. A ponto da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - emitir um documento de orientação a JUC, em 1961.

Não é lícito apontar a cristão o socialismo como solução de problemas econômico-sociais e políticos, nem muito menos apontá-lo como solução única;
Não é lícito admitir-se que ao se formular a figura de uma Revolução Brasileira – em assembleias ou círculos de estudos da JUC, se afirme doutrina de violência, como válida e aceitável. A começar do ano de 1962, nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacional ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC. O mesmo se diga, como é evidente, quando se trata de participação ativa em partidos políticos. (DIAS, 2008)

Essa declaração não impediu que as lideranças jucistas se organizassem em militâncias políticas. Em 1962, diversas referências do movimento fundam a Ação Popular. Era fundamental a participação das juventudes no movimento estudantil e as lideranças da JUC entendiam esse espaço de mobilização social.

A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, no qual manteve a Presidência da UNE e de muitos centros acadêmicos locais e regionais durante os anos 60. Gestou-se no interior da JUC, que mostrara sua força política organizada no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1960, quando compôs a chapa eleita para a diretoria da UNE com outros grupos de esquerda. (RIDENTI, 1998, p.9)

Ainda retomando essa perspectiva de manter-se nos espaços de mobilização social, a partir da obra de Hobsbawm, pode-se buscar elementos para refletir a situação dos estudantes, tanto em

seu crescimento numérico, e especialmente quanto em sua força revolucionária, profundamente manifestada na década de 1960. “Assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil por excellence. (...) – mas o fenômeno era demasiado geral para exigir explicações especiais ad hoc”. (HOBSBAWM, 2005, p.295).

Para o autor, a juventude, especialmente a estudantil passa a ser a representação desse momento histórico, sendo “o *“locus” tradicional da alegria, motim e desordem*” (HOBSBAWM, 2005, p.294). No Brasil, os jovens universitários são testemunhas e atores desse momento, e compõe esse *“locus”*, inclusive em suas identidades religiosas.

A partir daí a ocupação de espaços de militância política direta começam a ser feitos de forma mais enfática pelos quadros de lideranças da JUC, que passam a ser identificados como AP, mas são formados nos grupos de base do movimento Jucista.

A escolha pela militância em todos os espaços é avaliada até aqui como consequência de um amplo e eficiente processo formativo de lideranças. O compromisso com as causas populares, diferente da “caridade de evento” é parte do desdobramento dos instrumentos de formação e das opções preferenciais feitas em toda a América Latina. Na obra de Libâneo, destaca-se a mudança de perspectiva da Igreja latino-americana, que se reposiciona como igreja fonte, ao invés de igreja reflexo das práticas da igreja europeia. Com a Conferência Episcopal de Medellín se define a “opção preferencial pelos pobres” (LIBÂNEO, 2000).

É nesse cenário de Igreja que os movimentos de jovens estudantes e universitários, a destacar-se a JEC e JUC, exercem seu protagonismo, motivado a partir de uma sólida formação de bases, baseada no método “ver- julgar- agir” e na pedagogia da libertação de Paulo Freire. Cabe aqui já nomear algumas dessas lideranças: Vinicius Caldeira Brant, Hugo Amaral, Paulo Haddad, Marcelo Guimarães, Nassim Mehedeff, Tomás Aroldo da Mota Santos, Humberto Pereira, José Alberto Fonseca, Rafael Guerra, Jair Ferreira de Sá, eram referências em Minas Gerais. Na equipe nacional, que tinha sede no Rio de Janeiro, moravam as lideranças da JEC e JUC, em Laranjeiras: Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), Osmar Fávero, Luiz Eduardo Wanderley, Paulo Eduardo Arantes, José Roberto Soeiro, Júlio Olímpio Mourão Filho, Celso Guimarães. Além de Hebert de Sousa – Betinho. Essas informações são do relato de Frei Betto, à Folha de São Paulo, na ocasião da morte de Betinho.

As perguntas que permeiam esse artigo começam, então, a serem iluminadas. A partir de 1º de abril de 1964, o período de repressão aos movimentos estudantis se intensificaram. Ressalta-se que não era apenas sobre a AP, ou a JUC ou a JEC. Frei Betto (2018), à época compondo a coordenação nacional da JEC, relata que em cinco de junho daquele ano, toda a coordenação

nacional dos dois movimentos foi presa, numa ação que ele apelida de “arrastão da AP”. Essa informação desperta outras perguntas: Porque prender, reprimir, exilar jovens cristãos? O que existia em suas ideias, ações e movimentos de tão grave que justificassem que fossem presos? E nesse caso, especificamente, é preciso estar atento as possíveis hipóteses, ou corre-se o risco de justificar o injustificável. E é nesse injustificável regime de exceção de direitos individuais que se percebe a já nascida ditadura civil-militar. Eram os primeiros anos de repressão e os últimos de resistência para os militantes da JUC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, D. P. E. Card. *Brasil Nunca Mais: Um Relato Para a História*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETTO, Frei. *Igreja Católica e o Golpe de 1964* (artigo). Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>, acessado em: 27 de outubro de 2018.

Ibidem. Betinho o Militante da Utopia. *A Folha de São Paulo*. São Paulo: 11 de agosto de 1997. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110811.htm>> Acessado em 3 de setembro de 2019.

BEZERRA, Paulo C. G. *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: A Visão da Espionagem*. Rio de Janeiro (?); Record, 2014.

DE MORAIS, S. Ferro; CORRÊA A.; MOREIRA S.C. ; DICK, H.H. *Pastoral da Juventude Estudantil do Brasil. “Nossa vida, Nossos Sonhos”*. Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil. CNBB, 2002.

DIAS, Reginaldo Benedito. A Ação Popular na História do Catolicismo. *Revista Espaço Acadêmico*. N° 88- set./2008. Disponível em <https://web.archive.org/web/20150612234402/http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.htm> . acessado em: 03 de setembro de 2019.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras, 2005, São Paulo.

Ibidem. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE. Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv773.pdf>. Com acesso em 10 de setembro de 2018.

LIBANIO, J.B. *Igreja Contemporânea: Encontro com a Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL, *Marco Referencial - Quem somos? A que viemos?* Brasil São Paulo / 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994.

PEREIRA, L. C. Bresser. *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

REIS, Daniel Aarão, *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

Ibidem, *Ditadura e Democracia no Brasil: Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar. 2014.

RIDENTI, MARCELO. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Latin American Studies Association's meeting, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. SMO14 Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acessado em: 24/10/2018.

SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil, evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo, Cortez/UNIMEP, 1982.

SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

As políticas sociais da Diocese de Nova Iguaçu nos anos de Ditadura (1964-1985)

Peter Sana
Doutorando do PPGHS/UERJ

Introdução

Este presente trabalho, aqui apresentado, faz parte de uma longa pesquisa que realizamos, desde 2007, e conta com alguns resultados e outros esclarecimentos que têm contribuído para melhor compreensão da história de luta dos movimentos sociais na Baixada Fluminense.¹

Ademais, também precisamos compreender melhor o papel da Igreja no período pré-golpe de 64 e sua postura conseguinte, que por sua vez foi determinante, principalmente no período após 1970, quando se intensificou a resistência e também a repressão dos militares e simpatizantes ao modelo autoritário de governo.

Em nossas recentes análises, compreendemos que o papel da diocese de Nova Iguaçu na liderança dos movimentos sociais, que foram surgindo como alternativas de resistência, criou um cenário de importante participação política vinculada ao projeto cristão de resgate de fiéis, visto o grande crescimento do cristianismo na Baixada Fluminense. Este resgate reaproximou a Igreja das classes menos abastadas e reformulou o pensamento e a atuação católica nas comunidades (SANA, 2009).

As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) foram uma alternativa da Igreja que buscou atender as demandas de luta em tempos de repressão no Brasil. Segundo Leonardo Boff (2008, p. 18-19), as CEB's são uma nova maneira da Igreja atuar no âmago da sociedade e partem do princípio da existência de uma resposta específica a uma conjuntura, isto é, uma nova experiência eclesiológica sendo ressignificada em conformidade com as novas demandas sociais e políticas, de acordo com a urgência do período.

A urgência de pessoas na Igreja que pudessem orientar os novos caminhos fez com que houvesse uma reaproximação da comunidade e deixasse de se manter nos caminhos que a levavam somente para uma elite, sem atuação social, apenas orientada à espiritualização (SANA, 2009, p. 8-20). “Não se trata da expansão do sistema eclesiástico vigente, assentado sobre o eixo sacramental e

¹ Neste caso, o conceito de Baixada Fluminense que estamos utilizando compreende a área de atuação da Diocese de Nova Iguaçu, e não à extensão geográfica que demanda outros municípios. Consideramos essa atuação nos atuais municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Queimados, Japeri e Paracambi.

clerical, mas da emergência de uma outra forma de ser Igreja, assentada sobre o eixo da palavra, da caridade e do leigo” (BOFF, 2008, p. 19).

Com essa nova maneira de agir da Igreja, a atuação política dos leigos e dos religiosos, voltados para a prática da Teologia da Libertação², passou a incomodar certos setores da elite e também ao governo militar.

Entre 1974 e 1978, o governo de Geisel caracterizou-se por ter uma dicotomia entre a política de liberalização e a realidade dura que ainda focava esforços com a segurança e manutenção interna do regime militar. Esta intensificação das medidas que protegessem o Estado se deu à medida que o crescimento dos direitos humanos afrontava a maneira com que os militares levavam adiante seu sistema político. Foi neste ambiente repressivo que a sociedade encontrou amparo na Igreja e obteve resposta da mesma, na medida que os religiosos buscavam dar conta do suporte às massas, quer seja no âmbito espiritual ou no campo das políticas sociais (ALVES, 1984, p. 200).

Repressão e resistência popular na Baixada Fluminense

Conforme o Brasil foi se desenvolvendo politicamente após o Golpe de 1964, os pronunciamentos dos generais em relação à atuação de alguns bispos e padres que simpatizavam com a Teologia da Libertação se tornavam cada vez mais constantes, no que diz respeito à crítica sobre a conduta dos religiosos. Como exemplo desta atuação desafiadora da Igreja³, temos o Bispo Dom Adriano Hypólito, nosso principal exemplo de atuação na Baixada, que buscou diversas

² Segundo Leonardo Boff (1980, p.38), a Teologia da Libertação é a reflexão crítica no horizonte da fé sobre a prática humana. Essa teologia parte do princípio de que a Igreja, como uma instituição que deve liderar a busca por caminhos de justiça e paz, busca trazer aos sujeitos a consciência do cativo para a produção de ideias críticas para a geração de uma proposta de paz e equilíbrio na vida aqui. “Uma das tarefas da Igreja é inserir-se no povo. Ela compõe um lugar legal onde pode exercer a livre crítica” (ibidem, p.40). Portanto, essa teologia procura empenhar os homens, quer sejam cristãos ou não, à denúncia às ideologias imperiais que mantêm as classes menos abastadas reféns da pobreza e da violência, sem nenhuma possibilidade, ou quase nenhuma, de reagirem contra esta opressão e cativo (ibidem, p.42). “A Teologia da Libertação não nasceu voluntaristicamente. Constituiu-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos” (ibidem, p.27).

³ Compreendemos que a Igreja, enquanto uma instituição conservadora, buscou alternativas para manter-se ativa na sociedade e, além do mais, conservar sua cultura e seus ritos religiosos e formas de compreender a realidade que a cerca. No entanto, grande parte da Igreja se manteve alinhada ao golpe, todavia, alguns bispos, padres e religiosos em geral puderam criar um novo debate político que afrontava a maneira com que a política militar resolvia os problemas políticos e econômicos, além da maneira com que repreendia possíveis rebeldias contra o sistema. Tratamos em nossa pesquisa uma crescente tomada de partido de religioso, que não representavam o todo da Igreja, mas que tinham uma participação ativa nas comunidades mais pobres, nas quais atuavam como líderes religiosos e também, doravante, como líderes comunitários.

maneiras de compreender o contexto social em que a Diocese de Nova Iguaçu estava inserida e buscou respostas para os dilemas, desafiando a ordem dos militares vigente. Também temos exemplos de outros líderes, como o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, dizendo em público, como resposta aos pronunciamentos dos generais, que estava a serviço de Deus e do Povo, não de um general, como eles pensavam (CASTRO, p. 10).

Dom Adriano Hypólito, em entrevista ao Jornal do Brasil (03/08/1986), relatou o quanto a Igreja era visada durante o governo militar. Não foram poucos os membros das comunidades que pagaram caro com o engajamento eclesial, mesmo que não tivessem conotação religiosa, pois o clero em si passou a ter uma identidade de atuação política que assustava demais o governo militar.

O bispo segue, ainda, dizendo que a democracia sempre foi marcada pelo elitismo e não havia condições de participação do povo, propositalmente pensado pela elite, que não se aproximava desses grupos para o diálogo e aceitação de um estado miserável que deveria ter maior preocupação pelos ideais de dignidade e igualdade social. O único momento em que o povo tinha alguma participação era em época de eleições, por isso, o bispo considera tão importante as CEB's e as associações de moradores, que juntavam a comunidade para um debate franco e que propunha um novo estado de consciência e emancipação do povo.

Quando o repórter Jorge Antônio Barros questiona a prioridade da Igreja na região (de atuação da diocese), o bispo responde:

Uma atividade que decorre necessariamente da evangelização, e é muito mal entendida, é a participação dos organismos pastorais nas grandes causas do povo: emprego, subemprego e desemprego, salários, greves, reivindicações, transportes, ocupação de terras para trabalho, problemas dos conjuntos habitacionais, etc, - tudo que se pode resumir em marginalização do povo no processo social (DOM HYPÓLITO).

Um dos grandes problemas em Nova Iguaçu era a situação das terras que não eram exploradas, enquanto milhares de pessoas tinham a necessidade de trabalhar para satisfazerem suas necessidades básicas urgentes, como moradia, vestuário e alimentação.

As áreas da Baixada Fluminense, mais especificamente Nova Iguaçu, Itaguaí, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Niterói eram vistas como “Cinturão Vermelho”, nas quais se pratica esse “Negócio de Comunismo”. Muita gente sofreu agressão sem nem saber o que é comunismo, sem ter sequer algum tipo de ligação ou mínimo envolvimento com a luta armada ou ideologia de viés marxista. Era apenas uma questão de controle e demonstração de força para expandir a cultura do medo (RIBEIRO, 2016, p. 21).

Nesta região, logo nos primeiros anos do regime, as entidades sindicais foram invadidas, alguns políticos presos e a repressão se mantinha firme com as acusações deles como líderes de mobilizações e ocupação da Campanha América Fabril, com o objetivo de desencadear a reforma agrária. Os políticos eram acusados pelos militares de liderarem e manterem ativas as ocupações em terras da Baixada, o que deixava a situação um tanto quanto tensa (RIBEIRO, 2016, p.23).

A própria prefeitura de Nova Iguaçu ficou totalmente desestruturada com as novas diretrizes após o golpe. No dia em que o prefeito, Aloísio Pinto de Barros, eleito em 1962, se empossou do cargo de tabelião (setembro de 1964), no Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu, foi afastado por 90 dias do cargo de prefeito. João Luíz do Nascimento, seu vice-prefeito, eleito em 1962. Em seguida, o prefeito foi cassado e perdeu seu direito de governar (BATISTA, 2016, p.146-147).

Após João Luíz do Nascimento, José de Lima, presidente da Câmara, assumiu, sendo substituído pelo primeiro interventor nomeado pelo presidente Castelo Branco: Joaquim de Freitas. A nomeação aquietaria as agitações na Câmara, mas não atendia as questões locais, pois sua nomeação fazia parte de um pensamento de dominação das políticas arenistas, em contrapartida a qualquer desenvolvimento de agitações subversivas (BATISTA, 2016, p.148).

Mas para compreendermos como a atuação política se reformulava, tentaremos compreender como a política local e regional foi tecida para determinado funcionamento.

Buscando uma compreensão macro deste fenômeno, entendendo o conceito de desenvolvimento como expansão da capacidade produtiva. O Brasil, após 1950, passou a ter grande dependência do capital externo, sem autonomia (capacidade de gerar seu próprio crescimento). Sem autonomia econômica, o Brasil se desenvolve entrelaçando o capital nacional ao estrangeiro, que por sua vez, está atrelado ao Estado (ALVES, 1984, p. 19).

O desenvolvimento dependente não mantém, necessariamente, um país estagnado, mas gera uma distorção, agravando as disparidades entre as regiões do país e entre alguns postos de trabalho, acentuando ainda graves problemas na distribuição de renda (ALVES, 1984, p.20).

A cooperação das forças internas com os interesses estrangeiros se deu pela possibilidade de criação de um sistema de “clientelismo”, que beneficie a classe interna quando sua política está alinhada aos interesses externos. Deste modo, a dominação do sistema internacional ocorre de uma maneira mais intensa (ALVES, 1984, p. 21).

O governo de João Goulart promoveu diversas restrições aos investimentos multinacionais, apoiando uma política nacionalista, o que fez aumentar a mobilização de setores anteriormente

marginalizados da população e a classe trabalhadora passou a se organizar, sendo apoiada pelo governo (ALVES, 1984, p. 21).

Esta rápida organização da classe trabalhadora obrigou as classes mais altas a renegociarem algumas exigências feitas pelos trabalhadores, assustando as classes mais altas e promovendo certa tensão (ALVES, 1984, p. 22).

Não obstante, em entrevista citada acima, o bispo de Nova Iguaçu contextualiza essa necessidade de renegociar certos problemas causados por ocupações em terras que não estão sendo usadas. Primeiramente, destaca a postura da Igreja em não incentivar e nem organizar as invasões nas terras,

(...) mas diante dos fatos consumados e diante dos apelos de irmãos sofridos, procurou tomar uma posição cristã e humana: mediar para encontrar a solução mais adequada, sem violência, sem derramamento de sangue. Posso dizer que durante o regime militar, nosso trabalho foi frustrado pela prepotência e pela noção absoluta da propriedade. Nos conflitos, a regra durante o governo militar era a polícia evacuar, com violência os humildes e pobres, dando sempre razão aos fortes, aos poderosos, aos donos do poder. O trabalho de conciliação, de justiça e de caridade tentado pela Igreja era tachado de subversivo, de marxista, de comunista. Felizmente as coisas melhoraram. O atual Governo do Estado do Rio tem se mostrado sensível ao problema e, na medida do possível tem tomado a defesa do pequeno e do pobre. Foram desapropriadas algumas áreas, em Campo Alegre e no mutirão de Nova Aurora (DOM HYPÓLITO).

E, quando questionado sobre a importância da participação da Igreja na luta dos sem-terra, o bispo respondeu:

Reforma Agrária é muito mais do que somente distribuir terra. É solidariedade cristã de todas as comunidades católicas, através da formação de lideranças, através também do sacrifício. Veja o exemplo do Pe. Josimo, assassinado em Imperatriz por ordem de latifundiários (DOM HYPÓLITO).

Esta identidade de luta da Igreja foi tomando conta de suas mais diversas áreas de atuação. Esta identidade veio como a construção de um significado, um atributo, e este autoconhecimento também foi passado para aqueles que, de alguma forma, eram atingidos pela experiência com a luta travada pela atuação eclesial, como uma construção daquilo que se quer ser ou parecer aos outros, como revela Castells (2003, p. 2).

Seguiremos adiante traçando um perfil de como esta atuação da Diocese de Nova Iguaçu contribuiu para a emancipação do sujeito oprimido pelo regime militar e como a identidade de luta contribuiu para solucionar algumas limitações políticas e econômicas em nível de participação popular.

Da crise ao ressurgimento da luta popular

Como dissemos anteriormente, a Igreja reconstruiu sua identidade a partir da atuação junto à resistência popular, não só contra o regime militar, mas em relação a toda opressão causada pela miséria e pela violência a qual estava sujeita e conforme a acentuação desses problemas sociais entranhavam no âmago da sociedade menos abastada.

O grande problema que gerou a crise de liberdade no campo de atuação política, além dos problemas que acentuavam as desigualdades sociais, a tomada de decisão da Diocese de Nova Iguaçu reconfigurou os processos de emancipação humana.

Entendemos este processo de consciência social como um movimento que vai se construindo de acordo com o contexto social, político e econômico em que o indivíduo ou a instituição está inserida (IASI, 2007, p. 12). Contudo, este processo vai se formando de acordo com o modo que o pensamento novo entra em contradição com valores anteriores, produzindo um aumento produtivo, em níveis de emancipação deste novo sujeito consciente. Segundo Iasi (2007, p. 8), tudo acaba ocorrendo no contexto da luta de classes, modelando os conceitos e atribuindo valores ligados às novas perspectivas deste sujeito.

Castells nos propõe três tipos de identidades, estas que nos apropriaremos para ilustrar este novo momento da Igreja na Baixada Fluminense, e traremos também a nova perspectiva deste sujeito que se forma neste cenário de luta. Para tanto, expõe o autor, uma *identidade legitimadora* é o traço da apropriação das instituições dominantes em busca de racionalizar a dominação sobre os atores sociais (CASTELLS, 2003, p. 4). Em contexto pós-golpe, a busca por essa legitimação também se fez do uso da força, pois havia uma constante luta entre a busca pela legitimação de uma ideologia dominante e os novos agentes sociais que emergiam, em meio ao cenário de injustiça e insatisfação com os problemas sociais. Surge a *identidade de resistência*, que traz à tona toda a experiência dos que eclodem de posições/condições de extrema pobreza ou desvalorização pelas imposições da dominação (CASTELLS, 2003, p. 4-5). Por último, a *identidade de projeto*, em que os atores sociais se apropriam daquilo que faz parte de sua realidade, recriam sua identidade redefinindo sua posição na sociedade, mudança essa capaz de trazer novas transformações na estrutura social (CASTELLS, 2003, p. 4-5).

Os organismos que caracterizam a sociedade e institucionalizam um tipo de identidade, colaboram com o engessamento na dinâmica social, gerando um modelo de poder que é

extremamente voltado para os organismos institucionalizados, sem recorrer tanto às singularidades existentes nos espaços políticos alternativos (CASTELLS, 2003, p. 6).

Uma luta constante da Igreja era desfazer dos valores que compactuavam com sua atuação até metade do século XX. A Igreja voltada apenas para a espiritualidade, se afastava dos caminhos que, após 1964, com o acirramento e a perseguição aos considerados subversivos, traziam uma nova identidade de luta da Igreja. Era uma *identidade de projeto* que previa a participação da instituição eclesial no combate à perseguição das classes menos abastadas.

Não há dúvidas do quanto essa nova identidade clerical contribuiu para a luta popular no Brasil. No nosso foco de estudo, ou seja, a Diocese de Nova Iguaçu, a atuação do Bispo Dom Adriano Hypólito, temos a clareza das ressignificações que a resistência sofreu mediante esta mudança.

Compreendemos que houve também resistência de religiosos que não se alinhavam ao novo projeto evangélico da diocese, como o exemplo do Pe. Ros, no bairro do Riachão, em Nova Iguaçu. Até hoje (2017), quando buscamos compreender todo o contexto desta rejeição daquela comunidade, entramos em conflito com uma postura um tanto quanto estranha, de acordo com nossas conclusões sobre a importância da atuação do bispo. Percebemos que falar deste período é como conspirar contra os novos rumos da diocese, algo que parecia ser punido por possíveis radicais que trabalhavam em favor do bispo, inclusive com uso de violência.

Porém, nos manteremos em outro foco, por enquanto, para que consigamos dar mais um passo no nosso objetivo aqui, que é esclarecer as novas posturas de resistência da comunidade iguaçuana e sua nova identidade de luta.

Considerações finais

Embora, segundo Castells (2003, p.8), quanto mais a história e tradição de um povo perdem espaço para as novas ideias e estilos de vida dominantes, mais são forçadas a negociar sua tradição e estilo de vida, as pessoas tendem a se agruparem em um processo de resistência quanto a individualização e criarem sentimentos de pertença a um determinado lugar, criando uma certa identidade cultural e comunitária. E o movimento de resistência pelos interesses em comum de tais indivíduos reforça esta tônica identitária (CASTELLS, 2003, p. 73).

O que queremos propor, no entanto, é que as necessidades de luta, de participação política, orientados também por esta nova identidade da Diocese de Nova Iguaçu, criou um sentimento de pertencimento a uma causa maior que a própria Igreja e à comunidade como uma instituição orgânica. Ela uniu grande parte dos que se sentiam expostos pelas condições sociais do país e, principalmente, de sua cidade ou de seu bairro, recriando um universo de luta pautado nas exigências que sua emancipação humana trouxe à tona com certo esclarecimento de sua condição social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATISTA, Alofs Daniel. Onze Prefeitos em Onze Anos: Das Vitórias do MDB à Hegemonia arenista – 1964 – 1975. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar – movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Eclesiogênese: A Reinvenção da Igreja*. Record: Rio de Janeiro, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II – O PODER DA IDENTIDADE*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio Sobre Consciência e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. 1964: em Magé: Memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar – movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SANA, Peter. *Liberdade dos homens e liberdade de Deus: D. Adriano Mandarino Hypólito e a Ordem dos Militares em Nova Iguaçu*. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Educação e Letras, Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, 2009.

_____. *A dimensão educativa do pensamento e da ação do bispo D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)*. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

Documentação

Entrevista cedida por Dom Adriano Hypólito ao Jornal do Brasil – 03/08/1986.

MESA 11

História, cidade e região

Debatedores:

Maria Letícia Corrêa (FFP/UERJ)

Pedro Parga (UFRRJ)

***A belle époque* na freguesia de Campo Grande: produção do espaço urbano e sociabilidade na Zona Rural do Rio de Janeiro (1889-1914)**

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida
Mestrando do PPGHS-UERJ, bolsista CAPES

Introdução: uma *Belle Époque* suburbana?

O período apontado para análise no presente estudo desperta paixões diversas nos pesquisadores da História da cidade do Rio de Janeiro por diversos motivos. Dentre eles, as mudanças estruturais na paisagem urbana carioca suscitou um amplo arsenal de estudos históricos a respeito do tema¹, principalmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Entretanto, devemos nos ater ao fato da escassez de estudos a respeito dos outros pontos do município do Rio de Janeiro, principalmente os seus subúrbios e a então zona rural. Essa problemática nos leva ao questionamento sobre a horizontalidade dos fatos dados sobre as transformações sócio-espaciais nesses locais mais afastados da então cidade; como se deu a produção espacial neste mesmo período em outros locais e que fatores contribuíram para tal é a principal pergunta que levantamos de aqui por diante.

A partir dessa iniciativa, podemos levantar a importância da influência do fator industrial. Portanto, nossa pesquisa foca a freguesia de Campo Grande, onde a Fábrica de Tecidos Bangu foi erguida, impondo ao espaço movimentos os quais o geógrafo Milton Santos (2015) chama de *verticalidades* e *horizontalidades*. Mas antes de aprofundarmos as chaves dispostas por Santos, precisamos identificar os elementos propostos sobre uma “*belle époque* suburbana”.

Tendo em vista a influência cultural francesa sobre a sociedade carioca, principalmente a partir do último quarto do século XIX, a *Belle Époque* atinge a nascente burguesia urbana da cidade, mudando gradativamente seus costumes e realções com o próprio espaço urbano. Em

1 Estudos como **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro (ESTEVES, 1989); **Pereira Passos: um Haussmann Tropical** (BENCHIMOL, 1992), **A Era das Demolições/Habitações Populares** (CARVALHO; ROCHA, 1995) e **Cidade Febril** (CHALHOUB, 1996), dentre outros, estão no *hall* da bibliografia essencial para os pesquisadores do período.

Cultura e Modernidade (1991), Renato Ortiz nos mostra que a *Belle Époque* é o momento em que a França se torna uma sociedade moderna. Apontado no artigo de Sérgio Luiz Júnior e Thabata Fernandes, podemos destacar que este período, portanto, seria

um refluxo de uma época, que, ao mesmo tempo que trazia o fim de uma civilização, portava os germes de que, a partir dali, nascia a nova sociedade francesa. A ideia de uma Idade de Ouro só veio posteriormente; os que ali viviam não entendiam dessa forma, mas como um momento de declínio (ORTIZ *apud* JÚNIOR, FERNANDES, 2013, p. 20).

A noção de modernidade, do ponto de vista de uma ruptura com um período posto sobre a sociedade local, nos leva a perceber que tal movimento somente se propagaria com mais força no Brasil, e principalmente no Rio, com o advento da República. Disposta na imposição principalmente de elementos tecnológicos que influenciariam as transformações dos espaços físicos e os moldaria aos interesses daqueles que detinham o controle de produção e reprodução dos mesmos, a modernidade tem seu mais forte fator simbólico e material na expansão das estradas de ferro, não só no Brasil, mas pelo mundo. Fica evidente tal tentativa de ruptura com o passado, propagandeada por vias da exposição de novas tecnologias, quando Deodoro da Fonseca usa a estrada de ferro como um importante fator de integração nacional:

“Cuidamos com maior solicitude do assumpto relativo à viação férrea da República, fazendo-a obedecer a um plano de ligações de todos os Estados Confederados, muitos dos quaes, entregues aos seus únicos e minguados recursos, só conheciam do centro a omnipotencia que se fazia sentir viva, imperiosa e intransigente nos períodos eleitoraes, de cujas urnas obtinha sempre approvação inconsciente dos seus actos. Cumpre que, além dos fortes, indissolúveis laços moraes que nos prendem e que puderam resistir a tantos e tão graves erros, juntamo-nos, igualmente, por eternas e bem temperadas cintas de aço, sobre que manobre a locomotiva em campos de fraternidade economica, lançando dos seus pulmões esbrazeados para o norte e para o sul, para este e para oeste da República o mesmo silvo de vida, de união e de poder”²

Nesta perspectiva, Marshall Berman (1986) corrobora as propostas da modernidade e suas frentes de transformação:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade; ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança,

2 **Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca (chefe do Governo Provisório) em 15 de Novembro de 1890**, p. 12. Center for Research Library (CLB), pasta “Presidential Messages”. Acesso disponível on line: <http://www.clb.edu/brazil>.

de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1986; p. 15).

Diante do exposto, podemos perceber que, portanto, a *Belle Époque* põe em prática experiências de uma modernidade que buscava ruptura com modelos antigos de viver e produzir o espaço. A própria função dos centros urbanos no Brasil se modifica, passando de um local de simples exibição de poder de uma elite agrária e do funcionalismo público para um local de reprodução de suas vontades, expressas nos investimentos em urbanização (COSTA, 1999). O ápice desse movimento no Rio de Janeiro se dá com as reformas urbanas do prefeito engenheiro Pereira Passos (1903-1906) e a participação ativa de engenheiros e arquitetos na vida política do país (AZEVEDO, 2016).

Mas e a *Belle Époque* suburbana? Como podemos desenvolver um olhar sobre tais transformações em um território com vivências múltiplas e diferentes do núcleo urbano da capital? Precisamos ao menos tentar entender o que significa “subúrbio” no Rio de Janeiro, mesmo tal conceito não encontrando uma definição nem mesmo no âmbito acadêmico. O debate sobre o que se configura um “subúrbio carioca” é amplo e se modifica em decorrência do tempo histórico em que fazemos essa pergunta. E é a partir dessa noção que precisamos entender o que se dá como subúrbio do Rio de Janeiro no período relativo ao presente texto.

Os subúrbios aparecem no livro de recenseamento³ quando é descrita o tamanho e as características da área urbana, deixando especificada as características de distinção entre as zonas de habitação:

A área urbana corresponde a 158km²3160; e a de todo o Distrito Federal excede a 1.116 quilômetros quadrados. Se atendermos a que a área urbana de Vienna da Áustria, uma das cidades mais importantes da Europa, é de 178 quilômetros quadrados, não é exagero dizer que o Rio é uma das maiores cidades do mundo. *E é preciso notar que as edificações na zona suburbana aumentam de dia em dia*, estando já à longa faixa de terra servida pela Estrada de Ferro Central, da Praça de República a Todos os Santos (mais de 10 quilômetros), transformada n’uma verdadeira cidade suplementar, cheia de fábricas e residências.⁴

Importante notarmos alguns pontos sobre a questão do que, naquele momento, era tido como subúrbio da cidade, começando pela definição bem demarcada do espaço urbano e do espaço

3 **Recenseamento do Distrito Federal, 20 de Setembro de 1906.** Biblioteca do IBGE. Disponível pelo link <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>

4 **Recenseamento do Rio de Janeiro**, p. XL.

suburbano. Além da extensão do espaço geográfico descrito no texto, as características de cada espaço quando se estabelecem um paralelo entre uma estagnação territorial – quando se estabelece a comparação entre Rio e Viena – e o movimento de ocupação das áreas suburbanas, que “augmentam de dia em dia”.

Além desta comparação, a ligação com o fato de a zona suburbana guardar aspectos de uma “cidade suplementar” reside na constituição residencial que se desenvolve sobre o terreno e no estabelecimento de fábricas, o que é importante, naquele momento, para os ideais de progresso e civilização já descritos anteriormente.

A partir dessas observações, os subúrbios do Rio de Janeiro, portanto, são traçados como uma área em transição, com uma urbanização em vias de ocupação progressiva e pronta para se desenvolver a partir da ação dos elementos externos sobre o território.

Munidos dessas observações, recorreremos aos já citados conceitos dispostos por Milton Santos: as *verticalidades* e *horizontalidades* podem nos ajudar a perceber como se deu o desenrolar a *Belle Époque* nos subúrbios do Rio mesmo antes do auge das transformações urbanas na cidade. Santos nos ajuda a perceber que As “verticalidades” são o espaço de fluxos onde um sistema de redes exige fluidez e velocidade, regulado por um macroator – no caso, a lógica de uma modernidade já discutida -, que busca adaptação do comportamento local aos interesses globais, muitas vezes subjugando o controle do Estado; as “horizontalidades” são as relações dadas dentro de um espaço banal, o espaço das vivências, onde as ações do Estado são limitadas e moldadas à realidade geográfica, criando-se uma solidariedade orgânica integrada formada pela existência comum dos agentes sobre o território. Com isso, quanto maior as verticalidades, mais profundas são as horizontalidades (SANTOS, 2015; pp. 105-109).

O movimento de resposta às imposição sobre o espaço proporciona a disputa pela produção do mesmo. Nos subúrbios cariocas de então, e principalmente na freguesia de Campo Grande, a vida transitava entre realidades rurais e urbanas, principalmente com a chegada da indústria no local. E é diante dessa singularidade é que nos fazemos a questão acerca de uma *Belle Époque* suburbana, já que no mesmo âmbito administrativo municipal ocorriam diversas experiências de modernidade além da pretensão burguesa relativas aos centros urbanos; a cidade se reproduzia aos moldes das necessidades dessas elites econômicas que, agora, nela desfilavam,

disputando o espaço com a vida marginalizadas das ruas. Nos subúrbios, a sociabilidade se dava entre a escassez, o trabalho operário e o conforto de uma vida pequeno-burguesa.

A experiência industrial em Campo Grande: a Fábrica de Tecidos Bangu e a produção do espaço

Na perspectiva anteriormente discutida sobre modernidade, os espaços além dos centros urbanos acabaram sendo alvos de mudanças em sua estrutura. A freguesia de Campo Grande acaba inserida neste panorama quando em 1893 é inaugurada a Fábrica de Tecidos Bangu. Berman nos chama atenção para as modificações da modernidade no espaço:

“(…) para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, *altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica*, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma *paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades* que cresceram do dia para a noite (…)” (BERMAN, 1986; p. 18) (grifos meus)

Em uma freguesia cuja principal atividade econômica era a produção de açúcar, o advento da Fábrica no local nos oferta uma experiência do que pretendemos analisar enquanto uma *Belle Époque* fora do eixo urbano já analisado inúmeras vezes pela historiografia. É preciso, a princípio, tomar conhecimento de que a estrada de ferro passa a servir à freguesia desde 1878, quando são inauguradas duas estações (Realengo e Campo Grande). Posteriormente, em 1890, mais duas são inauguradas (Bangu e Santíssimo) e, mais tarde, a de Paciência, em 1897. A estação de Bangu, como era comum, fora construída pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, a empresa responsável pela Fábrica de Tecidos Bangu para o escoamento de sua produção e transporte de operários.

Dito anteriormente, a expressão da modernidade reside nos símbolos tecnológicos do período. Usada como exemplo, a estrada de ferro divide tal simbolismo com as grandes indústrias que chegam sobre paisagens rurais, tanto no Brasil quanto na Europa. Esse foi o caso do ocorrido na freguesia de Campo Grande.

Como dito no início deste tópico, a freguesia movimentava uma economia marcadamente dependente da cana de açúcar. O jornal **A Notícia** mostra que em 1777, por exemplo, as bases desse poder econômico residiam em 10 engenhos dispostos sobre o território da freguesia que produziam um total de 144,5 caixas de açúcar e 96,5 pipas de aguardente, sob a mão de obra de

445 escravizados⁵. A mesma edição do jornal mostra algumas outras atividades: “Neste tempo produzia Campo Grande muita farinha, milho, feijão, arroz. O anil era com vantagem cultivado e das mattas eram extrahidas muitas madeiras de lei”. Posteriormente, já no século XIX, Campo Grande acaba sendo introduzida ao café, como mostra a mesma fonte: “Na fazenda do Mendanha, comprada posteriormente pelo padre Antônio Coito da Fonseca (as escripturas vi-as no Archivo Público), foi cultivado o café”.

Os engenhos perduram até o as últimas duas décadas do século XIX, quando em 22 de Julho de 1884 o decreto nº 9.242 do dia 12 do mesmo mês revalidava a concessão feita ao bacharel Francisco Teixeira de Souza Alves do estabelecimento de um engenho central para o “fabrico de assúcar de canna, na freguezia de Campo Grande”. A nota no **Jornal do Commercio** deixa claro que o imaginário da modernidade acabava contemplando até mesmo a produção do açúcar: o engenho seria erguido “mediante o emprego de *apparelhos e processos modernos dos mais aperfeiçoados*”⁶.

A experiência industrial na freguesia de Campo Grande com a chegada da Fábrica de Tecidos Bangu pode ser entendida a partir do conceito de *rugosidade* forjado por Milton Santos (2006). O geógrafo chama de *rugosidade* “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006; p. 92). E apesar do processo de verticalidade imposta pelo processo industrial, atividades como a produção de aguardente e a plantação de algodão não são extintas, como mostra o geógrafo Márcio Piñon de Oliveira:

Ao contrário de aniquilarem por completo a atividade rural, procuraram, de uma forma bem utilitária, colocá-la a serviço da dinâmica fabril e de sua rentabilidade capitalista, isto é, subordinando o modo de vida rural e suas práticas à mais-valia fabril (OLIVEIRA, 2006).

A interação entre passado e a modernidade pesada⁷ traduzida pela fixação do empreendimento fabril no território rural deixa em exposição não somente as rugosidades relativas

⁵ **A Notícia**, 1 e 2 de Dezembro de 1903, p. 3.

⁶ **Jornal do Commercio**, 22 de Julho de 1884, p. 3.

⁷ Segundo Zygmunt Bauman (2001), a modernidade pesada foi uma modernidade obcecada pelo volume, “uma modernidade do tipo ‘quanto maior, melhor’, ‘tamanho é poder, volume é sucesso’”, dependente da expansão e da fixação em um território (BAUMAN, 2001; pp. 144-148).

às atividades econômicas, como também o estabelecimento experiências sociais inerentes ao aumento demográfico proporcionado pela industrialização.

Como dito no tópico anterior, o ponto em comum para a observação do aumento demográfico nas freguesias suburbanas do Rio de Janeiro se dá a partir das reformas urbanas de Pereira Passos. Como mostra o censo de 1906, as freguesias suburbanas que mais cresceram entre 1890 e 1906 foram Inhaúma, Irajá e Campo Grande. As duas primeiras cresceram, respectivamente, 292,92% e 108,76%. Campo Grande, neste mesmo período, aumenta sua densidade demográfica em 95,91% (de 15.950 habitantes, em 1890, para 31.248, em 1906)⁸.

Mais próximas do centro urbano, seria natural que as freguesias de Inhaúma e Irajá receberiam a população egressa em maior volume e atenção maior da especulação imobiliária, o que nos leva a crer que o *boom* populacional em Campo Grande seja consequência da instalação da indústria. Corroboramos nossa afirmativa a edição de 26 de Setembro de 1901 do jornal **A Notícia**:

“Bangú, que há doze annos era apenas uma fazenda pertencente a um titular e cuja povoação era composta de umas duzentas pessoas inclusive os sitiantes de toda a redondeza, é hoje uma movimentada localidade, que conta uma população de cerca de cinco mil almas entre operários da fábrica em número de 1.200, negociantes, sitiantes etc”⁹

De um pequeno vilarejo de 200 pessoas para uma localidade com cerca de “cinco mil almas”, Bangu aparentemente dita o ritmo do crescimento da freguesia rural de Campo Grande em um movimento observado por Maria Stella Bresciani (1982) em relação à Londres do segundo momento da Revolução Industrial. Bresciani afirma que “a população de Londres em geral crescera muito – duplicara entre 1821 e 1851 e novamente dobrara nos cinquenta annos seguintes -, fazendo com que o espetáculo de suas ruas adquirisse proporções, em si, assustadoras” (BRESCIANI, 1892; p. 50).

Treze annos após a constatação do jornal, em 1914 o semanário ilustrado **A Rua**, de 26 de Julho de 1914, chama atenção para “os effeitos terríveis da secca”, quando “na Fábrica de Fiação e Tecelagem de Bangu 11.000 pessoas estão ameaçadas” pela falta d’água. Os relatos do diretor da Fábrica deixam dados importantes sobre os trabalhos diretos e indiretos promovidos pela empresa. Destaco um trecho da entrevista:

8 Recenseamento do Districto Federal, 1906. cf p. 3.

9 **A Notícia**, 26 de Setembro de 1901, p. 2.

- “ - (...) o serviço, como está correndo na fábrica, tem sido penoso e caríssimo pela quantidade que a fábrica está produzindo com a falta d'água, falta que como sabe tem sido geral. Se não chove...
- Quantos operários tem a fábrica?
 - *A nossa fábrica ainda tem 2.600 operários entre homens e mulheres, e a população que lá está, pertence a essa gente e que vive dos recursos obtidos no trabalho da fábrica, ascende a 1.100 pessoas.*
 - De maneira que com a perspectiva de uma secca mais prolongada...
 - Essas 11.000 pessoas estão sob a ameaça [da] horrível secca.” (grifo meu)¹⁰

No primeiro trecho, de 1901, os dados são de 5.000 “almas”, sendo 1.200 operários. Já em 1914, como ficou destacado no segundo trecho, observamos que cerca de 3.700, das 11.000 que viviam no local, dependiam direta ou indiretamente da Fábrica (2.600 operários + 1.100 dependentes indiretos). Ou seja, um salto de aproximadamente 120% no número da população total apenas de Bangu, entre 1901 e 1914, é significativo. E já em 1914 aproximadamente 38% das atividades socio-econômicas da localidade aparentemente eram ditadas pela Fábrica Bangu, o que confirma a dinamização e potencialização das atividades econômicas partindo da Fábrica. Em termos demográficos, através destes números podemos comparar com os números do censo de 1912: no ano do recenseamento, na freguesia de Campo Grande contava-se 38.550 pessoas¹¹. Já em 1914, somente no Bangu o número já era em torno de 11.000. Apesar da defasagem de dois anos – o que pode tornar esse número maior - entre o censo de 1912 e o ano da fonte, ao compararmos os números verificamos que o cerca de 28,5% da população da freguesia vivia na localidade de Bangu.

Através desse crescimento populacional (entre os censos de 1890 e 1912, 22.600 pessoas), a produção do espaço no território da freguesia de Campo Grande relativo à propriedade da Fábrica de Tecidos Bangu¹² ficou à cargo da própria empresa, que ditava o ritmo da vida local a partir de sua inauguração. A sociabilidade local proposta pela Fábrica era dinâmica: entre 1892 e 1911 atividades musicais, esportivas e literárias tomaram lugar no cotidiano dos moradores locais. Em 1907, o Casino Bangu foi inaugurado para ser a sede da apresentação da banda de música formada por operários da Fábrica, fundada em 1892; em 1904, era inaugurado um dos mais

¹⁰ **A Rua: semanário ilustrado.** 26 de Julho de 1914, p. 3.

¹¹ Disponível no site do IBGE.

¹² Até a segunda década do século XX, o atual bairro de Bangu era uma propriedade da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) dentro da freguesia de Campo Grande. A escolha de um local para a instalação da fábrica demandou uma busca por parte de seus proprietários. A localidade lhes pareceu propícia pela abundância de recursos naturais para o bom funcionamento das máquinas e também pela distância do centro urbano.

tradicionais times de futebol do Rio de Janeiro, o Bangu Athletic Club, que contava com operários brasileiros e técnicos ingleses em sua formação; o Grêmio Philomático estampa seus eventos no jornal **Gazeta Suburbana** entre 1910 e 1911¹³.

A disputa pela produção do espaço também passava pelo controle de desvios de conduta e criminalidade no local. Em um território que se pretende organizado e em vias de estabelecimento de um preceito de ordem e progresso simbolizado pelo trabalho fabril, denúncias de perturbação pública e eficiência da segurança local estampavam jornais. O jornal **A Noite**, de 26 de Março de 1907, destaca a “polícia officiosa” criada pela empresa por, segundo o jornal, a “directoria da fábrica” não ter muita confiança na polícia federal (sic). A polícia da Fábrica serviria não “só para garantir o estabelecimento fabril e sua disciplina interna”, mas também tinha os seguintes papéis: “A polícia da fábrica prende e abre inquéritos, processa os que julga delinquentes e, como ainda não se lembrou de construir uma cadeia, digna-se de utilizar-se da Casa de Detenção para internar os seus presos”¹⁴.

Mesmo com os elogios à polícia particular da Fábrica, a **Gazeta Suburbana** traz, em Setembro de 1910¹⁵, uma reclamação a respeito da criminalidade e os “amigos do alheio, vagabundos e enfim, uma grande parte de indivíduos, aos quaes nenhum mal faria uma estadia prolongada nos presídios do estado” que se espalhavam pelas proximidades da estação de Bangu. As cartas recebidas pelo jornal relatam “diversos estabelecimentos, aparentemente commerciaes, onde a noite dão-se reuniões notáveis pelo seu fim”. Os locais descritos são caracterizados como locais de reunião de “gatunos, vagabundos e assassinos”, onde se encontravam para “rememorar os seus passados feitos e, talvez planejem novos roubos ou attentados a vida alheia”. A vadiagem proveniente pelo alcoolismo é uma das preocupações do texto, que continua relatando:

“Assim, após fartamente alcoolizados, abandonam a noite o seu refúgio, indo, estradas em fora, commeter roubos ou contribuir para o desassocego local. Há ainda pouco tempo um indivíduo que teve a infelicidade de passar a noite por um d’estes antros, foi assaltado e tratado brutalmente por um grupo de vagabundos, conseguindo escapar com vida aos seus aggressores, devido a alguns transeuntes que ouvindo os seus gritos o accudiram”.

13 Ver em **Gazeta Suburbana**, 20 de Outubro de 1910, p. 2; 12 de Fevereiro de 1911, p. 2; 1 de Janeiro de 1911, p. 7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

14 **A Noite**, 23 de Março de 1907, p. 2.

15 **Gazeta Suburbana**, 29 de Outubro de 1910, p. 2.

Em outra situação, as distensões de tempo ocioso podem confundir-se, muitas vezes, com atitudes tidas como criminosas. Em mais um reclame do jornal **Gazeta Suburbana**, em edição de 6 de Novembro de 1910, sobre o “kiosque” (sic) instalado em Bangu. O jornal reconhece a importância do comércio, mas deixa seus reclames a respeito não só do empecilho que “semelhantes trombolhos” causam “em logares de trânsito”, mas também sobre “a linguagem que adota a freguezia dos mesmos”. As reclamações abordam, principalmente, os inconvenientes da clientela local: “famílias que por alli são obrigadas a transitar, vêm-se na dura contingência de ouvir as maiores obscenidades, proferidas por individuos momentaneamente irresponsáveis”. Como característica do trato social da Primeira República, o jornal continua afirmando que “quando a Prefeitura não possa removê-lo, talvez a *Polícia possa moralisá-lo*”. E mais: “O que não pode continuar são as constantes offensas a moral que dalli partem; as famílias e transeuntes não podem continuar a mercê dos *desoccupados que alli se reuñem*” (grifos meus)¹⁶.

Essa produção do espaço protagonizada pela instalação da Fábrica de Tecidos Bangu no local nos dá margem para questionarmos sobre os diferentes ritmos de progressos pelos quais se dão as produções do espaço, mesmo com a vigência de uma imposição verticalizada; a modernidade propagada pela República e sua pretensa ruptura com o passado encontra barreiras a serem transpostas nas realidades pré-estabelecidas dos agentes históricos que transformam não só as relações entre si, mas também o espaço em que elas acontecem.

Considerações finais

Dispostos alguns elementos dessa produção do espaço na freguesia de Campo Grande a partir da indústria instalada no local, podemos observar traços peculiares do que se pretende com o conceito central da *Belle Époque*: a modernidade traduzida pela estrada de ferro e pela Fábrica disputam lugar com uma realidade historicamente marcada pela economia rural, baseada na exploração da mão de obra escrava e dependente do latifúndio.

Para uma pretensa *Belle Époque* suburbana, principalmente referente ao Rio de Janeiro, é preciso que tenhamos olhares atentos para os precedentes do diálogo entre os agentes históricos e

16 **Gazeta Suburbana**, 6 de Novembro de 1910, p. 3.

seu lugar. No caso da freguesia de Campo Grande, o advento da Fábrica de Tecidos Bangu não apagou os traços históricos de seu passado rural, adaptando-os à realidade fabril e potencializando essas realidades agropastoris ao permitir, por exemplo, que seus operários dispusessem de terrenos para plantio, criação de animais e a venda de seus excedentes nas feiras livres que ocorriam no terreno em frente a fábrica (OLIVEIRA, 2006).

Antes mesmo das reformas urbanas de Pereira Passos, Bangu pode nos dar um exemplo de transformação e produção do espaço através de interações orgânicas e mecânicas – verticais e horizontais - impulsionadas pela indústria. Portanto, a *Belle Époque* na freguesia de Campo Grande parece ter tantos elementos quanto as transformações urbanas no Rio de Janeiro dos anos de Pereira Passos que nos permitem analisar de diversas maneiras as realidades postas no espaço e a interação da rede formada pelo entrelaço de suas camadas históricas.

Fontes

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

A Noite

A Rua: semanário ilustrado

Jornal do Commercio

Gazeta Suburbana

IBGE – Disponível no site do Instituto

Recenseamento do Distrito Federal – 1906

Recenseamento do Distrito Federal – 1912

Center for Research Library (CLB)

Presidential Messages: “Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca (chefe do Governo Provisório) em 15 de Novembro de 1890”.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro:** Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo o Que É Sólido se Desmancha no Ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Fundação Editora Unesp, 6º ed., 1999.

JÚNIOR, Sérgio Luiz M.; FERNANDES, Tabatha de Farias. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. In. **Revista História em Curso.** Belo Horizonte: vol. 3, nº 3, 1º sem. 2013.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Quando a Fábrica Cria o Bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** vol. X, nº 218. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

As reformas urbanas no rio de janeiro sob o olhar dos engenheiros

Adauto Tavares Araujo
Doutorando do PPGHS – UERJ/FFP

O presente trabalho almeja produzir um panorama acerca das reformas urbanas no Rio de Janeiro, no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, focalizando a ação dos engenheiros, principalmente a partir da análise da produção intelectual de Carlos Sampaio, que foi estudada até este momento da pesquisa.

Ao longo do século XIX, a questão da salubridade das cidades passou a ser problematizada de forma sistemática por duas categorias profissionais: os médicos e os engenheiros. Segundo Giovana Mastromauro, enquanto os primeiros se preocuparam com as questões relativas à higiene pública, os engenheiros sanitaristas buscaram apontar soluções para os problemas discutidos pelos médicos (MASTROMAURO, 2010, p. 7).

Em estudo sobre as epidemias de febre amarela na segunda metade do século XIX, Jaime Benchimol salientou que uma das percepções que apareciam nos textos médicos estava ligada à corrente higienista, voltada à prevenção e/ou ao combate da doença enquanto fenômeno coletivo, a partir da análise de suas causas e de formas de defesa contra a disseminação (BENCHIMOL, 1999, p. 14).

Um dos elos entre médicos higienistas e engenheiros sanitaristas era a teoria dos miasmas que, comungada por ambas as categorias, estava assentada na ideia que esses se originavam a partir das exalações de pessoas e animais doentes, de emanações dos pântanos ou de objetos em decomposição (MARTINS, 2005), que tornavam o ar impuro e podiam ser comprovadas, por exemplo, a partir do mau cheiro. Médicos e engenheiros buscaram então criar medidas visando melhorar a qualidade do ar, impedindo a proliferação de doenças e novos surtos epidêmicos.

Mastromauro assinala que era frequente a utilização de termos como emanações nocivas, pântanos, insalubridade, ar insalubre, mortífero, infectado e decomposições de matérias vegetais e animais nos relatórios de médicos e engenheiros que tentavam combater os miasmas “mortíferos” (MASTROMAURO, 2002, p.2). A circulação de livros sobre a higiene pública e a questão da salubridade teve como resultado mais latente uma série de estudos e proposições sobre a organização do espaço urbano, ou seja, a criação de normas e orientações para a construção de

moradias e também para a realização de obras públicas, como o alargamento de ruas, a arborização da cidade e a distribuição de água.

Segundo Maria Letícia Corrêa, a partir do final do século XVIII houve a multiplicação de estudos e relatórios que versavam sobre variados aspectos da vida urbana, nos quais os médicos faziam proposições relativas a aspectos como o clima, o ar e o solo, as “emanações”, a circulação da água e as “aglomerações” humanas, em estudos que tinham por intuito evidenciar a diferença entre fatores como características naturais, densidade da população e das construções, atividades econômicas e os hábitos da população (CORRÊA, 2012, p.88).

Para Simone Kropf, os engenheiros inscreveram-se nesse debate ao se utilizarem de estudos e relatórios elaborados pelos médicos, na busca de soluções para os problemas que apareciam como obstáculos ao progresso. Partilhavam assim da:

(...) crença absoluta no poder inigualável da ciência como chave para um conhecimento objetivo e verdadeiro das leis que regem a realidade e, conseqüentemente, como o guia por excelência a indicar os rumos corretos a serem adotados para o encaminhamento da sociedade na senda da civilização. Diferenciados profissionalmente pela formação científica, os engenheiros contrapunham-se implicitamente ao que condenavam como o prejudicial predomínio de uma cultura bacharelesca, calcada na retórica e em esquemas de pensamento abstratos e estéreis no sentido de propiciar meios concretos para a viabilização das conquistas do progresso (KROPF, 1996, p.181).

Conforme assinalado por Maria Stela Bresciani, a questão urbana foi estruturada no e pelo debate político, a partir de saberes já existentes e comprometidos com diversos projetos políticos e ideais reformistas. Nesse sentido, os planos sobre a cidade foram formulados em um terreno conflituoso, pressupondo uma articulação entre o saber médico e o saber do engenheiro.

(...) o encontro de dois saberes não esgota os fios que viriam a compor o saber sobre as cidades, nem a pretensão da técnica à objetividade e neutralidade: um — o saber médico com sua teoria mesológica apoiada na teoria dos miasmas e na descoberta da dupla circulação sanguínea por Harvey —, reivindicando deter os parâmetros do que seria o meio ambiente adequado para formar homens sãos para o trabalho (e para a política), já que a saúde pressupunha o abandono dos vícios e costumes promíscuos, daí, das práticas consideradas imorais; outro — o do engenheiro —, reivindicando deter o saber fazer/produzir esse ambiente desejado por meio do domínio da técnica (BRESCIANI, 2002, p.19).

Seria desse modo possível indicar o duplo objetivo das reformas urbanas: o primeiro, ligado ao saber médico, visava sanear a moralidade do indivíduo, que deveria deixar a condição de doente e tornar-se sadio; já a segunda finalidade seria enfrentar os problemas do território, a partir das técnicas conhecidas pelos engenheiros.

Estes últimos defendiam as reformas como fundamentais para a melhoria de vida nas cidades e, par tanto, consideravam necessário um programa destinado a tratar de problemas que

apareciam com os “novos tempos”, marcados por uma nova dinâmica econômica e pelo crescimento demográfico. No Brasil, buscavam responder a demandas específicas da “face urbana das atividades agroexportadoras, em função da inserção do Rio na economia mundial como exportador de produtos agrícolas e importador de toda sorte de manufaturas” (MOTTA, 2004, p. 30).

Os engenheiros emergiram desse modo como profissionais capazes de transformar a “cidade pestilenta” em capital “civilizada”. Nesse processo, o progresso material seria obtido com a ação sobre o espaço físico da nação, tendo como reflexo a própria regeneração da sociedade. A partir da associação com empresários e da organização de um campo de atuação propriamente “técnico”, conformavam-se, sob seu controle, as condições necessárias para a realização dos empreendimentos urbanos, adequando o país aos novos tempos (AZEVEDO, 2003, p.116).

Formados, em sua maioria, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e participantes ativos das reuniões e discussões do Clube de Engenharia, os engenheiros compuseram um grupo social que, ao produzir e divulgar conhecimentos específicos sobre a cidade, defendeu a importância de um saber exclusivamente técnico na formulação dos projetos de melhoramentos. Foram assim responsáveis pela elaboração de laudos técnicos e pareceres que legitimavam a ação reformadora empreendida pelo Estado e por investidores privados, nacionais e estrangeiros, que buscavam auferir lucros em setores como os de serviços e comunicações.

Como destacou Vânia Cury, a categoria profissional dos engenheiros pode ser entendida como intérprete de um projeto que visava dotar o Brasil das condições materiais da modernidade (CURY, 2000, p. 17). Concorriam, desse modo, para dirigir o país nos “trilhos” da civilização e progresso, pautando-se pelo pressuposto, já referido, da existência de um caminho a ser seguido para alcançar tais objetivos.

Cabe-nos desse modo analisar a atuação dos engenheiros, bem como seu papel nos empreendimentos urbanos como frutos de uma conjugação de fatores que não podem ser dissociados, como as decisões dos governantes, a disponibilidade de recursos, a atuação das empresas privadas e também a repercussão e a recepção de estudos realizados por eles mesmos e pelos médicos, que não se furtavam de procurar a imprensa ou associações de classes para defender as suas ideias.

No Rio de Janeiro, a ocorrência de uma violenta epidemia de febre amarela, em 1873, fez com que o governo consultasse os médicos e a Junta de Higiene sobre as medidas para o combate da doença, sendo a principal delas a sugestão do fim dos cortiços e demais habitações coletivas. Buscando solucionar os problemas sanitários e de higiene, o então ministro do Império, João

Alfredo Correa de Oliveira, determinou a nomeação de uma comissão responsável por sistematizar um plano de ação conjunto de melhoramentos urbanos. Surgia então, em 1874, a Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, formada pelos engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos, que produziu dois relatórios, em 1875 e 1876, com sugestões para diversos bairros da cidade.

A escolha de três engenheiros para a Comissão de Melhoramentos não pode ser vista como mera coincidência. Nesse período, como acima indicado, essa categoria profissional começava a se ver como autoridade máxima sobre o saber e a responsabilidade pelas intervenções relativas ao espaço urbano, debatendo, a partir de um olhar competente, os projetos reformadores da cidade.

Nina Rabha destaca que, em seu primeiro relatório, divulgado em janeiro de 1875, os membros da Comissão de Melhoramentos davam ênfase às intervenções na região norte da cidade, compreendendo desde o campo da Aclamação até a raiz da serra do Andaraí, concentrando-se nas intervenções voltadas a solucionar os problemas relativos ao dessecamento da área no entorno do canal do Mangue, bem como a sua desobstrução. Já no segundo relatório, do ano seguinte, a área central da cidade ganhou maior destaque, principalmente com as propostas de arrasamento dos morros do Castelo, Santo Antônio e Senado (RABHA, 2010, p. 214).

No âmbito dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos, previa-se a construção ou a reforma de praças, ruas e casas tendo em vista facilitar a ventilação e auxiliar no escoamento das águas pluviais, concentrando-se essas intervenções na região da Cidade Nova. A Comissão evitava, no entanto, tratar de reformas e demolições na área central, devido ao alto número de edificações ali existentes, sob a alegação da falta de orçamento disponível para as desapropriações necessárias a esses empreendimentos. Por fim, os engenheiros propuseram, além das intervenções no canal do Mangue, a construção de extensas e largas avenidas traçadas para induzir a ocupação de regiões periféricas.

Ao analisar os relatórios da Comissão de Melhoramentos, Verena Andreatta aponta a preocupação dos engenheiros em criar normas para a construção de casas em condições de salubridade – como, por exemplo, a regra que fixava em três metros o pé direito da residência, e a obrigatoriedade de terem as construções janelas voltadas para a rua, em todos os aposentos (ANDREATTA, 2006, p. 160), com o intuito de facilitar a ventilação.

Houve assim uma grande sintonia entre as noções práticas dos engenheiros e as normas instituídas pela medicina social para regular a desordem urbana, evitando-se os riscos associados por esta às numerosas formas de coabitações, como era o caso dos cortiços. Desse modo,

percebemos já nesse aspecto a ligação entre engenheiros e médicos sanitaristas no desenvolvimento de ações sobre o espaço urbano.

Como forma de viabilizar o grande volume de obras previsto em ambos os relatórios e avaliando-se que o Estado teria dificuldade de garantir os vultosos recursos exigidos para sua realização, os engenheiros da Comissão de Melhoramentos sugeriram que a execução fosse entregue a uma empresa capaz de concretizá-las. A maioria das obras previstas pela Comissão de Melhoramentos de 1875 não foi realizada. No entanto, a análise do conjunto de propostas contido nos relatórios permite depreender algumas considerações. A primeira é a recomendação dos engenheiros sobre a forma de financiamento das remodelações, indicando a opção da outorga de concessões, o que tinha por objetivo facilitar a participação dos capitais privados interessados nesses empreendimentos – prática que, conforme será apresentado adiante, seria cada vez mais adotada na realização das reformas urbanas.

A segunda consideração diz respeito à presença de orientações sobre os projetos e a forma da construção de residências particulares, o que nos indica a tentativa de normatização que visava ao estabelecimento de uma prática salubre entre os moradores da corte, que deveriam adequar as suas casas às novas instalações, demonstrando o caráter higienista da proposta.

A presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) marcou um novo ímpeto reformador da cidade, agora capital republicana, em razão das condições vigentes no período, como a disponibilidade financeira e a facilidade de obtenção de empréstimos para a realização de obras. Com a nomeação de Francisco Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal, realizou-se um importante conjunto de reformas, a partir de uma intervenção que conjugava a esfera federal e a municipal, e também os saberes dos médicos higienistas e dos engenheiros. Nesse quadriênio, o Rio de Janeiro foi “governado por meio de retas” – expressão utilizada pelos críticos do governo para descrever o modo de agir dos engenheiros (CARVALHO, 1994, p.68).

Rodrigues Alves buscou atacar os problemas da região portuária, que dispunha de uma estrutura considerada antiquada e restrita, sendo limitado o espaço das docas para o armazenamento das mercadorias (SEVCENKO, 2010, p. 62). Segundo Sergio Lamarão, a construção do novo porto foi o eixo da ampla operação de renovação urbana, consolidando o processo de hierarquização e segregação já em curso. As obras destruíram os modos e costumes de trabalhadores e moradores daquela região da cidade, representados pelos trapiches e cortiços segundo os defensores das reformas, os quais foram substituídas pelas novas ruas, avenidas, armazéns e linhas férreas (LAMARÃO, 2006, p.14).

As obras da região portuária da cidade, que incluíram a demolição do morro do Senado e o aterramento das áreas junto às ilhas de Melões e das Moças, ficaram sob jurisdição do governo federal. Além disso, foram realizadas a canalização completa do canal do Mangue, que havia sido preconizada pela Comissão de Melhoramentos em 1875, e a abertura da Avenida Central, atual Rio Branco. Dirigida pelo engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto, a Comissão de Obras do Porto projetou uma série de ruas paralelas e perpendiculares, formando quarteirões simétricos e não dando margem para curvas e sinuosidades, o que expressava, segundo André Nunes Azevedo, a visão mecanicista contida nesse plano, bem como certa concepção de verdade transitória da ciência e da técnica, sustentada por seus integrantes (AZEVEDO, 2003, p.43).

A nomeação de Pereira Passos ocorreu em 30 de dezembro de 1902, estando suspenso o funcionamento do Conselho Municipal, o que possibilitou ao prefeito organizar o programa de melhoramentos sem enfrentar os debates com o poder legislativo, contornando-se os conflitos entre essas duas esferas.

Desde o início, a administração de Passos foi marcada por um esforço de “disciplinarização dos usos dos espaços urbanos, por meio do licenciamento e da proibição de atividades consideradas anacrônicas à cidade moderna” (SILVA, 2013, p. 205). Tratava-se, por exemplo, da adoção de um maior rigor na fiscalização das casas de diversão, com seu consequente fechamento, no caso de faltarem documentos como as licenças, e também da interdição de ambulantes que traziam animais, como os antigos leiteiros.

No que se refere às obras de melhoramentos, o plano da Prefeitura do Distrito Federal concentrou-se na abertura de grandes eixos de circulação na cidade, com a construção da Avenida Beira-Mar, ligando o centro aos bairros do Catete e Botafogo, e da Avenida Mem de Sá, que atravessava a esplanada do Senado, terminando na Rua Frei Caneca. Associada ao “bota-abaixo” – expressão utilizada pela imprensa da época para referir-se ao elevado número de remoções e à demolição de casas e cortiços na região central da cidade – a gestão de Pereira Passos visava dar lugar às novas ruas e largas avenidas, consideradas essenciais à circulação de pessoas e mercadorias e ao objetivo da salubridade e do combate às doenças.

Outro engenheiro que alcançou destaque nos debates sobre os melhoramentos urbanos, e assim como Pereira Passos, também comandou a Prefeitura do Distrito Federal, foi Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, que foi prefeito no período em que a cidade se preparava para sediar a Exposição do Centenário, em 1922.

Carlos Sampaio afirmava que as obras realizadas em sua gestão à frente da Municipalidade do Distrito Federal (1920 – 1922) haviam obedecido a um plano de conjunto, realizado por ele de

forma segura, sem “experiências” com o dinheiro público. Buscava, desse modo, defender-se das denúncias de malversação dos recursos da prefeitura de que fora alvo, reafirmando a sua competência para a condução dos empreendimentos.

Segundo Carlos Sampaio, a aplicação das medidas voltadas aos objetivos da salubridade, do embelezamento e da circulação, combinadas, resultaria nas “obras reprodutivas”, conceito utilizado pelo engenheiro para se referir aos empreendimentos que, depois de concluídos, gerariam recursos aos cofres públicos, cobrindo ainda os custos de sua realização. Assim, afirmava ter “por lema em administração pública que as nações novas devem sempre procurar capital para bem empregá-lo em obras reprodutivas” (SAMPAIO, 1922, p.54).

Tendo em vista a realização da Exposição do Centenário e inspirados nos exemplos dos países avançados, Carlos Sampaio realizou um conjunto de obras de saneamento e tendo por objetivo melhorar a circulação que, ao mesmo tempo em que concorria para o aumento da área central da cidade, em razão do arrasamento do Castelo e da conquista de terrenos ao mar, viria a melhorar a salubridade, atenuando os efeitos das inundações, contribuindo, por fim, para o embelezamento da capital (SAMPAIO, 1922, p.67-68).

Ao analisarmos os textos de Carlos Sampaio, notamos que o tema da salubridade era recorrente. O engenheiro considerava o cuidado com a saúde e a higiene fundamental para evitar a propagação das doenças que assolavam a cidade, defendendo a adoção de medidas voltadas à melhoria da circulação do ar e à resolução dos problemas como aqueles relacionados ao despejo de lixo. Utilizava-se assim dos saberes produzidos pelos médicos higienistas com o intuito de embasar os argumentos favoráveis aos melhoramentos sanitários.

Apresentando-se como gestor de perfil técnico e imparcial, Carlos Sampaio pretendia reunir as condições exigidas para conduzir as reformas modernizadoras. Engenheiro, utilizou-se largamente dos postulados higienistas na defesa dos melhoramentos urbanos. Suas propostas trataram assim questões sanitárias, abarcando a questão dos esgotos, lançados “*in natura*” nas praias e baías da cidade, e o problema do lixo, despejado pelas ruas, situação agravada pelas inundações nos períodos de chuva, quando estes se espalhavam nos diversos logradouros.

O morro do Castelo aparecia nos textos de Sampaio uma das principais causas da insalubridade no Rio de Janeiro: além do aspecto “*inestético*”, sua localização prejudicava a ventilação, favorecendo a propagação das doenças respiratórias. Assim, a demolição do morro era considerada como condição para a redução dos índices de ocorrência dessas moléstias, bastante altos. A questão da insalubridade precisava, portanto, ser solucionada com o máximo de urgência, com o “uso da inteligência” por parte dos governantes (SAMPAIO, 1922, p.115).

A questão do embelezamento da cidade também era crucial para a defesa das reformas, tendo em vista que os patronos da modernização da capital federal entendiam ser essa qualidade indício de riqueza, prosperidade e civilização. Assim, também Carlos Sampaio buscou ressaltar que as obras de sua administração visavam, para além dos problemas sanitários, um objetivo estético. O embelezamento ganhou especial importância com a aproximação da Exposição do Centenário da Independência, evento de abrangência internacional que contaria, segundo as previsões dos seus entusiastas, com um elevado número de visitantes. A ocasião tornava, portanto, imperativo criar condições garantindo que aqueles, ao admirarem as “belezas naturais” conjugadas com as reformas e intervenções arquitetônicas do Distrito Federal, contemplassem o progresso alcançado pelo Brasil.

Segundo Carlos Sampaio, no “plano de conjunto” empreendido em sua gestão as obras perseguiram o objetivo de tornar a cidade mais bela e, associadas à resolução dos problemas do despejo de lixo e entulho nas ruas e nas praias, concorreram para a criação de um ambiente mais agradável de admirar e viver (SAMPAIO, 1922, p.120).

Carlos Sampaio assinalava que, apesar do impacto positivo da reforma do porto, na primeira década do século XX, as péssimas condições das redes de transportes brasileiras dificultavam o aumento das exportações. Para superar esta situação, sugeria o aperfeiçoamento das redes existentes, por meio de uma trilogia compreendida pela construção de estradas de ferro, de estradas de rodagem e da abertura de linhas de navegação fluvial e marítima.

Buscava ainda demonstrar que a solução dos problemas existentes nas redes de transportes era essencial ao melhoramento dos índices de exportação e importação, em um período de aproximação dos mercados e intensas trocas comerciais, preconizando que o saldo excedente, decorrente do aumento das exportações, poderia ser empregado nos pagamentos da dívida externa. A medida concorreria desse modo para que o país pudesse demonstrar ter capacidade de honrar com os compromissos financeiros vigentes, atraindo, por sua vez, novos investidores.

A partir do panorama das reformas urbanas do Rio de Janeiro, que fora apresentado acima e da análise da produção de Carlos Sampaio, tivemos como objetivo apontar quais foram os saberes mobilizados pelos engenheiros, além de pensar quais eram os seus interlocutores, nos debates sobre as reformas urbanas.

Fontes

PASSOS, Francisco Pereira *et alii*. Segundo relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. In: BRASIL Ministério dos Negócios do Império. Ministro (José Bento da Cunha e Figueiredo). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1876. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Ideias e impressões*. Artigos publicados em “O Jornal” e “Gazeta da Bolsa”. Rio de Janeiro: Gazeta da Bolsa, 1929.

SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Memória Histórica*: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922.

Referências bibliográficas

ANDREATTA, Verena. *Cidades Quadradas, Paraísos Circulares. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, nº 10, 2003. pp. 43-44.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: história e desafios*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro da década de 1880. In: CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali Gouveia e SANTOS, Ricardo Augusto. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

CURY, Vânia Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2000.

KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 13, jun. 1996.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira e MARTINS, Roberto de Andrade. Infecção e higiene antes da teoria microbiana: a história dos miasmas. In: *III Encontro de Filosofia e História da Biologia*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2005. s/p.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. *Cadernos História da Ciência*. Vol.6 nº2 São Paulo jul./dez. 2010.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. Rio, uma cidade e seus planos. In: PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp. 205-230.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Lucia. A Paris dos trópicos: a pequena África na época do Haussmann tropical. In: SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge (orgs.) *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. pp. 201-224.

Gustavo Barroso e a formação da identidade regional cearense nas primeiras décadas do século XX

Camila de Sousa Freire
Doutoranda do PPGHS-FFP/UERJ

Neste trabalho objetivamos analisar a identidade regional cearense a partir das primeiras obras e crônicas de Gustavo Barroso, entre 1910 e 1920. O trabalho se insere na pesquisa de doutorado recentemente iniciada na qual buscaremos analisar a identidade regional cearense nos escritos de Gustavo Barroso, intelectual cearense que fez carreira no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Começou publicando em jornais no Ceará. Porém, foi em jornais do Rio de Janeiro e quando publica *Terra de Sol*, em 1912, que sua carreira se inicia efetivamente, onde se propõe a descrever o Norte, sua natureza e costumes. Seus principais escritos sobre o Ceará para jornais e para a revista *Fon-Fon*, da qual foi redator, constituem nosso conjunto de fontes. Além disso, também foi fundador e diretor do Museu Histórico Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras.

De uma forma mais ampla, pensamos como Barroso, saído de sua terra natal para fazer carreira no Rio de Janeiro, a tratou em seus escritos, criando uma ideia de Ceará, em seus aspectos religioso, geográfico e cultural, que contribuiu para uma identidade regional. Esta, por sua vez, tinha o objetivo de contribuir para uma identidade nacional e para a formação da própria ideia de Nordeste. Dessa forma, buscamos inserir este intelectual no contexto de sua época, quando o Nordeste era criado enquanto região, contribuindo, com suas características tidas como diferenciadas, para uma identidade nacional que era reformulada, em especial nas primeiras décadas do período republicano. Dessa forma, buscaremos entender o contexto no qual Gustavo Barroso atuou, bem como sua produção sobre o Ceará a partir da capital do país, buscando a partir do centro, dar visibilidade a uma região considerada periférica, como era o Ceará à época. Para este trabalho, analisaremos os livros *Terra de Sol* (1912) e *Praias e Várzeas* (1915), suas duas primeiras obras, e suas primeiras crônicas em jornais, onde ele já começa a tratar dos elementos constituintes dessa identidade regional cearense. Nas crônicas que publica em jornais nesse período a maioria das histórias se passa no Ceará, e quase sempre tem um sertanejo na história, bem caracterizado no

modo de falar e agir. Também conta histórias da infância, e de quando estudava no Liceu do Ceará. Além disso, há as crônicas com temáticas históricas e de temáticas diversas.

Grande parte da identidade cearense se baseia no fato de ter sido a primeira província a declarar extinta a escravidão em seu território, já em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Porém, outra grande parcela dessa identidade se fundamenta nas secas que conferiam à geografia do Ceará as características especiais de um meio inóspito e de difícil sobrevivência que, por sua vez, moldariam a personalidade do próprio cearense. Este, vivendo neste meio, se tornaria forte e resistente. Gustavo Barroso, enquanto um intelectual cearense que descreveu os costumes e o meio cearenses para um público que pouco conhecia sobre a região, no Rio de Janeiro, contribuiu para o conhecimento da mesma, no momento em que ocorre sua delimitação espacial a partir das características do meio geográfico e dos costumes locais, mudando de Norte para Nordeste, a partir do surgimento do conceito de cultura nordestina e da seleção que seria feita do folclore da região, movimento do qual também participou. Dessa forma, contribuiu também para a consolidação de uma identidade cearense que já vinha sendo construída desde o império, principalmente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), responsável pela escrita da História da então província. Uma identidade cearense que por sua vez estava inserida em uma identidade regional nordestina que então se consolidava.

Em *Terra de Sol* Gustavo Barroso busca analisar o meio geográfico, as pessoas que nele estavam inseridas e seus costumes. No momento em que escreve, o Nordeste ainda era conhecido como Norte, de modo que o subtítulo do livro é “Natureza e costumes do Norte”. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), Gustavo Barroso faz parte de uma geração de intelectuais que a partir de 1920 iria contribuir para a ideia de Nordeste, que surgia então como um dos principais elementos constituintes da identidade nacional. Essa contribuição se deu através do folclore e da cultura nordestina, denominações que até então não existiam, mas que estes intelectuais ajudaram a construir. Intelectuais que, pertencentes a uma região vista como periférica, buscarão reconhecimento a partir de sua produção, seja na própria região ou fora dela, mas com a autoridade de quem vive tal realidade, portanto tem propriedade para falar. Tal é a atitude de Gustavo Barroso, que ao narrar suas histórias, demonstrava que possuía conhecimento empírico do que falava, pois havia vivenciado a realidade do sertão, sendo então ao mesmo tempo narrador e testemunha. Segundo Afonsina Moreira, Barroso tentou consolidar a imagem “de escritor saudoso e conhecedor de sua cidade natal e do modo de vida sertanejo” (MOREIRA, 2006, p. 24). Assim, tentou construir um estilo em que ligava a experiência íntima com a cultura popular a um refinamento intelectual.

Essa memória deu o tom de seu discurso regionalista, onde o Norte fez parte da identidade que ele criou para si mesmo, inclusive em seu pseudônimo João do Norte.

Pierre Bourdieu trata do discurso regionalista, que ele diz ser performativo, ou seja, tem em vista “impor como legítima uma nova definição de fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada” (BOURDIEU, 1989, p. 116), em oposição a uma definição dominante já existente. A eficácia do discurso performativo consiste na autoridade de quem o enuncia. O discurso produz o que está enunciando, mas quem anuncia deve estar imbuído de autoridade para tal. Pensamos ser importante destacar a abordagem do autor sobre o papel do discurso científico para legitimar determinadas classificações. Para Bourdieu, “qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e por este meio à existência” (BOURDIEU, 1989, p. 120, grifo no original), já que o reconhecimento confere existência. De acordo com Tzvetan Todorov “Muito antes de buscar a satisfação dos sentidos, os seres humanos desejam reconhecimento simbólico (...)” (TODOROV, 2014, p. 128). Dessa forma, pensamos que Gustavo Barroso baseou seu discurso em uma autoridade de quem conhecia empiricamente o assunto, para conferir reconhecimento para a região da qual falava. Assim, ele levava a periferia para o centro, e ao mesmo tempo buscava o reconhecimento do centro para a periferia. De acordo com Carlo Ginzburg (1989) o centro é caracterizado pela imposição de modelos e como um lugar de atração, buscando dominar política e culturalmente as periferias. Porém, essa relação entre o centro e as periferias, apesar de ser conflituosa, é também fluida, podendo haver trocas recíprocas e passíveis de transformações. Apesar de o Rio de Janeiro ter se caracterizado como centro, por ter sido a Corte e o núcleo administrativo e econômico do Império, principalmente com o desenvolvimento da atividade cafeeira, e continuar como capital após a proclamação da República, e o Ceará, como uma província pobre e fustigada pelas secas, ter sido caracterizado como periferia, vemos que estas definições mudam em alguns momentos, como por exemplo quando o Ceará declara extinta a abolição em seu território em 1884, fato que se tornou notícia em todo o império à época, influenciando o movimento abolicionista em outras regiões.¹

Além disso, acreditamos que Barroso seguiu uma linha naturalista em sua escrita. No ensaio “De cortiço a cortiço” (1991), Antônio Cândido fala sobre o Naturalismo, que também se

¹ Tema analisado em minha dissertação de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, entre 2016 e 2018, e que resultou no livro *Terra da Luz: identidade regional e o movimento abolicionista cearense*, publicado em 2019 pela editora Multifoco.

desenvolveu na mesma época como uma corrente literária na Europa, incorporando muito deste cientificismo e racialismo então vigentes; chegando também ao Brasil, tendo como um de seus maiores expoentes Aluísio Azevedo, em sua obra *O Cortiço* (1890), analisada no ensaio de Cândido. Ao falar sobre o Naturalismo, Cândido diz que:

“E para o Naturalismo a obra era essencialmente uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando (teoricamente sem interferência de outro texto) as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto.” (CÂNDIDO, 1991, p. 111)

Em *Terra de Sol* ele começa com uma descrição das características do sertão e como reconhecer onde ele começa e termina o litoral. De acordo com Barroso só existem duas estações: a seca e o inverno. A seca começa em junho: “Morrem docemente os últimos dias de junho. Nunca mais chove.” (BARROSO, 1962, p. 18). Essa morbidez, tristeza e melancolia são trazidas pela seca: “Todo o sertão é duma grande tristeza, na côr, no silêncio, no aspecto; e essa tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo: (...) tudo é triste e tudo é melancólico.” (BARROSO, 1962, p. 18). Assim, ele descreve os sentimentos que pairam na natureza e nos homens durante a seca: “A natureza compungida tem o desolado aspecto da desgraça (...)” (BARROSO, 1962, p. 20). Na crônica “Capitão Perigoso”, do *Jornal do Comércio* de 5 de julho de 1910, ele faz uma descrição do local onde se passa a história, como sempre faz:

“Pelas ruas da misera villa sertaneja errava um bafo quente que se desprendia do sólo abrasado. O sol faiscava na profundidade longínqua de um azul sem macula. Ao longe; na campina, o ar tremia na vista; no incessante subir das camadas de ar aquecidas junto a terra e no incansável baixar das ainda frias estava a explicação physica daquelle tremor que offendia a retina”. (BARROSO, *Jornal do Comércio*, 1910)

Porém, para Barroso, é no momento mais crítico da seca que o sertanejo mostra sua força:

“Enfim, um dia o gado começa a cair de fome, de sede e de fadiga. É a época mais terrível: é quando o nortista mostra a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas, e mais se enrija, e mais se robustece sua titânica virilidade. (...), Mas ele não se abranda e nem se verga. Só, contra a impassibilidade da natureza, luta, luta sempre. (...) E daí, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes.” (BARROSO, 1962, p. 29)

Percebemos então a ideia de que o cearense seria forte e resistente devido às secas. Porém, para Barroso, o sertanejo também seria inculto, ignorante e simplório em razão da vida rústica e das crenças que possuía. Ele atribui a credices e superstições as práticas religiosas dos sertanejos, principalmente aquelas ligadas às tradições africanas, pois vê a personalidade e a cultura sertanejas como uma mistura das três raças que aqui conviviam. O elemento africano é sempre visto como aquele que contribuía com as piores características. Logo, a miscigenação seria negativa, principalmente aquela entre brancos e negros. Portanto, vemos em Barroso bastante do

cientificismo e do racismo que se desenvolveram no século XIX, na Europa e também no Brasil, e que se fortalecem na passagem para o século XX, adentrando as primeiras décadas da República. A busca por referências europeias também permanece e está muito presente em *Terra de Sol*, onde vemos Barroso a todo momento buscando na Europa as raízes das tradições sertanejas.

Além disso há também um determinismo do meio, da natureza e da raça, que determina as características dos indivíduos, tudo baseado em uma suposta cientificidade. Sobre essa questão Cândido diz que

“(…) o Naturalismo foi um momento exemplar, porque viveu a contradição entre a grandiloquência das aspirações liberais e o fatalismo de teorias então recentes e triunfantes, com base aparentemente científica, que pareciam dar um cunho de inexorável inferioridade às nossas diferenças com relação às culturas matrizes.” (CÂNDIDO, 1991, p. 120)

Mais adiante no livro ele destaca que em sua maioria o sertanejo é a junção do português com o índio, com um pouco de sangue cigano e talvez holandês. Porém o “tipo comum” seria o “mestiço acaboclado, de pequena estatura, metro e meio, cabelo escuro e liso, fronte larga, olhar inteligente, cabeça achatada em cima e no occipital – verdadeiro característico do cearense.” (BARROSO, 1962, p. 136). Então vemos a importância dada ao formato do crânio para a caracterização do sertanejo, sendo esta sua principal característica, em uma análise próxima da Frenologia². Já a mistura de negro com índio, ou negro com português é menor, pois segundo ele o negro seria “quase raro” na região, pois:

“a escravidão nas províncias do Norte, encravadas entre as grandes zonas agrícolas e outrora produtoras de Pernambuco e Maranhão, não teve a intensidade que nelas adquiriu, nem durou tanto tempo quanto no Sul. O Ceará foi a primeira província que libertou seus escravos, tendo-os já, aliás, em pequena quantidade. E os seus fazendeiros, medrosos do abolicionismo, venderam os que puderam para o Sul, mais o enchendo assim de elementos africanos.” (BARROSO, 1962, p. 136)

Assim, na visão de Barroso, o elemento benéfico dessa raça do Norte, a qual o sertanejo representa, seria o europeu, que, no entanto, foi corrompido pelos aspectos negativos das outras raças, principalmente a africana. Vemos então que Barroso contribui para uma identidade cearense que busca destacar apenas as tradições europeias e católicas, com a assimilação indígena, em detrimento da tradição africana. Quando fala sobre a colonização do Ceará segue a linha da historiografia oficial, exaltando a figura do colonizador português e reforçando o mito do bom selvagem presente em *Iracema* (1865), de José de Alencar:

² Para um melhor aprofundamento neste tema ver: GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

“Coelho [Pero Coelho de Souza] comprou com a agrura de seu martyrio o direito incontestado de ter o nome entalhado no frontispicio de nossa historia. Acima de Coelho, pela sua tempera de homem superior, está o fundador da nossa civilização, o iniciadôr da colonisação do Ceará, cearense, não de nascimento, mas de coração – Martim Soares Moreno, o legendario Martim, o amigo de Poty, que Iracema amou nos campos do Itú e que, com Moacyr, o primeiro emigrante desta terra de emigrantes, abandonou a praia branca, onde rolam as vagas verdes do Atlantico na jangada aventureira, - terrivel prophesia do destino duma raça infeliz, flagellada pela impiedade da Natureza e pela miseria dos homens.” (BARROSO, *Jornal do Ceará*, 1909)

Edson Barboza (2016) problematiza essa questão, ao falar da diversidade étnica no Ceará e nas outras províncias do Norte para as quais os cearenses migraram principalmente em períodos de seca. Ele busca então destacar essas tradições que foram silenciadas nessas rotas migratórias. Gustavo Barroso também fala sobre a questão da migração, mas como se fosse algo intrínseco ao cearense, uma fatalidade étnica: “Além de ser impellido pela necessidade urgente de procurar fora do seu caro torrão vida mais facil, era cearense e, portanto, tinha a predestinação da raça – havia de ser emigrante.” (BARROSO, *Jornal do Ceará*, 1909). Já em *Terra de Sol* Barroso alia a isso as necessidades da seca. Após observar sua realidade surge um desejo e uma esperança de encontrar melhores condições na natureza de outras terras: “E a estranha vontade de emigrar que fermenta na alma de todo sertanejo e que, à brusca determinante de uma calamidade ou de um desgosto, o impele a deixar a terra do berço” (BARROSO, 1962, p. 135.). Dessa forma, o desejo inerente pela imigração alia-se à necessidade, impelindo o cearense à migração. Na crônica “Como me contam, assim vae”, publicada no *Jornal do Ceará* em 12 de abril de 1909 ele diz que

“O Lucas Pinhão havia ido para o Amazonas, impellido por essa occulta força que, producto do meio envolvente, de todas as condições physicas moraes, intellectuaes, faz com que todo cearense buque fóra da patria tudo o que esta lhe nega. Emigrar é a sorte do cearense: - com Moacyr o primeiro filho desta terra, mestiço de cabloco e portuguez. Martins Soares abandonou a praia branca, onde escabujam ainda hoje as vagas verdes do Atlantico, na jangada aventureira. Uns partem, porque a intolerancia dos magnatas caricatos, dos regulêtes administrativos os força a ir procurar em sólo estranho o que o seu brio e hombridade impedio de achar na terra da patria, repugnando-lhes curvar a espinha, que o oxydo da dignidade ankylosou. A outros obrigam perspectivas melhores esmaecidas num céo roseo de illusões, uma quase nostalgia de cousas advinhadas pelas sensações possiveis de (?), um certo phrenesi do desconhecido, um desejo do ignoto, que o lençol verde do oceano, a estreiteza do horizonte lhe esconde á avidéz. Outros, enfim, vão pela carencia dos meios de vida. E, assim, atufando vapôres e vapôres, vão milhares e milhares desses desherdados povoar, ao preço da vida, os pantanos sombrios da Amazonia, escravos nas senzalas dos seringais (...).” (BARROSO, *Jornal do Ceará*, 1909)

Edson Barboza (2015) trata da migração cearense durante a seca de 1877-1879, quando houve perda material, saques, revoltas e mortes, o que causou um verdadeiro pânico social entre as elites e autoridades. O governo do Ceará tentou controlar a situação estimulando a migração, concedendo as passagens para aqueles retirantes que se aglomeravam em Fortaleza. As províncias

que mais receberam migrantes foram Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Ali os migrantes trabalharam em obras públicas, colônias agrícolas e seringais, chegando a ser cooptados para o trabalho na ferrovia Madeira-Mamoré.

Em *Praias e Várzeas*, ele focaliza mais os jangadeiros, narrando como viviam, seu trabalho e suas crenças. É um livro de crônicas, de duas ou três páginas cada, que falam de temas como trabalho, crenças religiosas, superstições populares e folclore. Alguns são narrados em primeira pessoa, como se o autor tivesse vivido naquele meio e vivido ele mesmo alguns casos, ou escutado de alguém enquanto passava pelo local. Em alguns casos, por exemplo, ele diz estar indo para algum local, no sertão do Ceará, e parar em alguma casa, de algum sertanejo, pedindo para pernoitar. Estes nunca recusam abrigo e comida a um viajante; por mais pobres que sejam, irão dividir o pouco que têm. O autor então descreve a casa desse sertanejo, demonstrando a pobreza da família, mas que, ainda assim, sabe ser hospitaleira. Nessa casa então ele irá escutar alguma história, que constitui a narrativa do conto. Alguns chegam a ser bem tristes e dramáticos, terminando em morte.

Dessa forma, ele aborda os aspectos que permeiam a vida daquele povo e o meio no qual vivem, demonstrando a autoridade de quem fala com experiência sobre o assunto. Na crônica “Velas Brancas”, por exemplo, ele conta a história de um pescador impossibilitado de trabalhar por causa da catarata, e através dele conta a rotina dos jangadeiros, suas práticas, crenças e modos de falar. Além disso, faz uma oposição entre terra e mar, este sendo generoso e fértil, e aquela infértil e ingrata. O personagem relembra sua vida no sertão e afirma que “A terra só lhe trouxera desgraças. Seus olhos eram vermelhos e tristes das lágrimas que ela o fizera verter e a curvatura do seu dorso vinha ainda dos avós, que a tinham escavado à cata de comida.” (BARROSO, 1979, p. 8).

Também usa um tom determinista com os jangadeiros, como se eles fossem determinados à tristeza: “Assim iam os jangadeiros conversando, graves, dormentes como índios discutindo uma declaração de guerra, preferindo por uma *tara etnográfica*, uma *predisposição atávica*, a narração triste dos naufrágios, das arribadas, das fomes em alto mar, à alegre história de uma pescaria (...)” (BARROSO, 1979, p. 11, grifos nossos). Na crônica “O pescador” volta a falar da tristeza e da melancolia, como se fosse algo inerente ao estilo de vida dos jangadeiros, quando um personagem diz: “– Quem já viu cantoria em jangada? O mar não gosta de alegrias.” (BARROSO, 1979, p. 24). Assim, ele divide o Ceará entre litoral e sertão, cada um com características geográficas próprias, que por sua vez moldavam as personalidades de quem ali vivia.

Assim, vemos que Gustavo Barroso se insere em um contexto no qual haverá uma busca pela tradição por parte de folcloristas que então buscavam delimitar o conceito de cultura nordestina, nas primeiras décadas do século XX, principalmente entre 1920 e 1950, que também daria forma à região que passaria a ser conhecida como Nordeste. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior estes homens

“através de suas pesquisas, de seus escritos, de suas ações institucionais e de suas práticas, foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultura desta região, aquilo que seria típico, particular, singular, autêntico deste espaço e que manifestaria, portanto, sua própria essência, sua própria identidade.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 21)

Gustavo Barroso contribui com este movimento, com a construção de uma identidade regional do Nordeste, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade cearense ao tratar daquela região em seus escritos. Segundo Durval Muniz, a região nordestina foi pensada articulando dois temas que para ele são fundamentais: as secas periódicas e a ideia de uma cultura particular. A seca legitimaria o recorte regional “a partir da ideia de que teria uma natureza particular, seria um recorte natural distinto no território nacional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 22), enquanto a ideia de cultura particular seria também:

“produto de uma história também singular, uma cultura regional distinta, fruto do cruzamento de elementos culturais das três raças formadoras da nacionalidade, sendo a região onde a cultura brasileira, a verdadeira cultura de raiz teria se mantido imune às influências ‘deletérias’ do cosmopolitismo e da imigração estrangeira, que se dera em outras áreas do país, desnacionalizando-as.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 22)

Assim, estes folcloristas irão recolher material empírico de escritores, cordelistas, repentistas e tudo aquilo que para eles representavam esse nordeste puro e tradicional, na tentativa de salvaguardar essa tradição, destacando os males do progresso, que descaracterizava aquela região. Podemos ver esses elementos em Gustavo Barroso nos exemplos já citados, sobre a seca e essa cultura particular fundamentada na paisagem e na miscigenação. Portanto, vemos que Gustavo Barroso, já em seu primeiro livro aborda temas caros à essa identidade regional, trazendo-os para a capital do país, o Rio de Janeiro, na tentativa de um fortalecimento dessa identidade. A partir de então se tornou uma referência em assuntos do Norte, escrevendo outros livros e crônicas em jornais e revistas sobre o tema, relatando para o público carioca como era a vida na região e colaborando para a criação de uma imagem e um discurso que fortaleceriam a identidade cearense e, em um aspecto mais amplo, contribuiriam para a própria delimitação da região e de sua contribuição para a identidade nacional.

FONTES

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: natureza e costumes do Norte*. 6ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. *Praias e Várzeas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

_____. “Capitão Perigoso”. *Jornal do Comércio*, 1910.

_____. “Exploração do Ceará”. *Jornal do Ceará*, 1909.

_____. “Como me contam, assim vae”. *Jornal do Ceará*, 1909.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. “Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 107-132.

CÂNDIDO, Antônio. “De cortiço a cortiço”. *Novos Estudos*, nº 30, pp. 111-129, julho/1991.

FREIRE, Camila de Sousa. *Terra da Luz: identidade regional e o movimento abolicionista cearense*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

GINZBURG, Carlo. “História da arte italiana”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs). *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 5-93.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Tradução de Valter Lellis Siqueia. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: Esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Tese de Doutorado, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de Antropologia Geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Almanaque da Parnaíba e a representação de uma cidade moderna

Priscila De Moura Souza
Doutoranda do PPGHS/UERJ – Bolsista Faperj

Introdução

Este artigo analisa o *Almanaque da Parnaíba* e as leituras que se podem fazer da cidade em suas páginas, em especial nas edições da década de 1920. O periódico foi fundado na cidade de Parnaíba (PI) pelo comerciante Benedicto dos Santos Lima, em 1924, período em que a cidade vivia um contexto de efervescência econômica.

Localizada no extremo norte do estado do Piauí, Parnaíba afirmou-se como a primeira cidade piauiense com fortes características comerciais, favorecida pela existência de um delta em mar aberto e pela presença do rio Parnaíba. O primeiro surto de desenvolvimento econômico ocorreu no final do século XVIII, como desenvolvimento da pecuária e da indústria do charque. Outro período de expansão ocorreu entre finais do século XIX e início do XX, com o fluxo econômico sustentado pelas exportações de produtos extrativistas, a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu. Assim, os portos marítimos (Amarração) e fluvial (das Barcas) serviram para dinamizar o escoamento de grande parte da produção piauiense.

No caso de Parnaíba, além de comprar, beneficiar e exportar esses produtos, a cidade se destacou por desenvolver um grande contingente de firmas comerciais dos mais variados ramos. Empresas de representação, miudezas, ferragens e armarinhos, que, além de suprir sua demanda interna, transformou o local num polo aquecido do comércio regional. Assim, nas primeiras décadas que antecedem os anos de 1920, além do adensamento populacional, a cidade podia ostentar os ganhos materiais obtidos com a carnaúba, o que acentuou não só o seu processo de urbanização, mas também favoreceu significativas mudanças na sua vida social a partir da introdução de alguns elementos da modernidade urbana, como assevera Marc Jacob:

Durante o tempo em que os navios da Europa entravam em Amarração, a população da pequena vila e a de Parnaíba, usavam o linho escocês, o perfume francês. [...] As louças eram alemãs, francesas, inglesas e até japonesas; as mulheres usavam sedas francesas, sombrinhas da moda e tudo quanto lhes era dada a consumir. (JACOB, 2006, p. 294)

A dinamização econômica proporcionada pelo extrativismo suscitou o crescimento e a modernização do espaço urbano. Jacob (2006), ao relatar a dinamização da economia e dos hábitos de consumo, apresenta a introdução de novas formas sociabilidade, práticas e vivências urbanas no contexto parnaibano.

Entre os anos de 1913 e 1916, as transformações na região de Parnaíba giravam em torno da organização e do crescimento da cidade. Assim, iniciou-se o primeiro plano de urbanização local, a partir da elaboração da planta da chamada Cidade Nova ou bairro Nova Parnaíba, cujos quarteirões planejados tinham forma retangular, ruas alargadas de 20m e avenidas de 30m de comprimento. Foi proposto a padronização das construções, com a demolição de imóveis antigos e sua substituição por novas edificações. Em 1916, destaca-se os trabalhos para a construção da estrada de ferro.

Na década de 1920 era divulgado na cidade um discurso pautado por ideais de progresso, modernização e de transformações urbanas. As crônicas da época, que descrevem Parnaíba como moderna e progressista, encontravam um veículo privilegiado de expressão no *Almanaque da Parnaíba*, importante instrumento documental de análise das atividades comerciais, do lazer e da modernização da cidade.

De acordo com Manoel D. Neto, o *Almanaque da Parnaíba* teve sua publicação e circulação assegurada por dois fatores principais: a presença de uma classe comercial que procurava em suas páginas divulgar as novidades do mercado, e a existência de um grupo de homens cultos e afeitos ao mundo literário, “amantes de crônicas, poesias, conversas espirituosas e longas discussões teológicas e filosóficas. Em boa parte, esse grupo era constituído de ‘caixeiros’, funcionários graduados de empresas comerciais” (NETO, 1985, p. 8). Na primeira edição do Almanaque, o editor chefe, Benedicto dos Santos Lima (Bembém), expõe as pretensões do periódico:

O almanaque constitui um repertório precioso de informações úteis, passatempos, curiosidades e distrações, sendo, portanto, um livro de necessidade em toda casa. Para o sertanejo, é às vezes, o livro único que guarda, cuidadosamente, para orientação de sua despreocupada vida, durante todo um ano. A MERCEARIA BEMBEM se propôs dirigir e iniciar a publicação do presente ALMANACK DA PARNAÍBA,¹ mas o fez de modo a apresentar uma publicação atraente, caprichando na multiplicidade das leituras, ao mesmo tempo, que contendo o mais completo serviço de informações de toda espécie, sobretudo comerciais. Este almanaque é, portanto, uma promissora esperança. Nas edições seguintes procurarão os seus dirigentes dar-lhes maior desenvolvimento, mais completo serviço de informações. Agradecendo ao honrado corpo comercial desta praça a solicitude com que foi atendido o nosso apelo, para a aquisição dos anúncios, entregamo-lo ao público, certos de que prestamos, assim, com ele, um excelente serviço (LIMA, 1924, p. 1).

O editor utiliza os termos “informação” e “orientação” para anunciar o cunho educacional da nova publicação, que pretendia se estabelecer como uma espécie de livro guia, fornecendo informações diversas e orientando a vida cotidiana dos habitantes da cidade.

Nas primeiras edições do Almanaque podemos observar diversas representações da cidade através da publicação de crônicas, poesias e fotografias. Tais representações pretendiam celebrar, promover e traduzir o dinamismo que a cidade vivenciava, manifestado no aumento populacional,

¹ A grafia desse anuário manteve a seguinte configuração: de 1924 a 1928 – ALMANACK DA PARNAHYBA; de 1929 a 1931 – ALMANACH DA PARNAHYBA; de 1932 em diante – ALMANAQUE DA PARNAÍBA.

nas construções de grandes residências, na abertura de avenidas, calçamento das ruas e embelezamento das praças:

Aquele que primeira vez visita hoje Parnaíba, quase impossível se lhe torna fazer uma apreciação exata do rápido ascendente que vem tendo nossa urbe, na senda do progresso, conquistando, pelo esforço exclusivo de seus habitantes e da Comuna, o principal lugar entre as demais cidades do Estado. [...] Deste modo, se por um lado vemos a cidade se ausentar dos seus velhos prédios afeiados que vão desaparecendo para ceder lugar às novas construções elegantes e confortáveis, por outro lado a Municipalidade se empenha em realizar outros benefícios que condizem com essa evolução progressiva (IINFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE, 1924, p. 1-2).

Na edição de 1925, no entanto, encontra-se um artigo que enfatiza a modernização com menos entusiasmo ao realçar alguns problemas:

Cidade laboriosa e antiga, considerada com justiça a primeira do estado, situada a margem de um rio navegável e a pequenina distancia d'uma barra marítima, acessível e franca a vapores de calado regular. [...] Somente o seu grande e desenvolvido comércio, não obstante o enormíssimo peso de enormíssimos impostos, representa o único fator talvez, do nosso progresso e adiantamento. Só ele reclama e pede, despedaçando sacrifícios e dinheiro sem nada conseguir! E ao contrário do que se vê em toda parte do mundo civilizado, os sacrifícios e despesas aumentaram tanto quanto surgem as dificuldades e empecilhos! Tudo aqui nos custa os 'olhos da cara', como vulgarmente se diz!![...] Aproveitemos o governo que se inicia, tão cheio de esperança e justiça, e trabalhemos para que nos seja dado aquilo a que temos incontestável direito. Além duma justa recompensa ao município mais rendoso e importante do estado, será sem dúvida, uma das glórias de S. Exc. o Doutor Mathias Olympio de Mello. Confiemos, pois, na justiça do seu governo (MATTO, 1925, p. 12-14).

O Almanaque revela intenção de dinamizar e orientar o desenvolvimento da cidade e de uma nova cultura urbana, indicando, através de diversos artigos² o perfil da Parnaíba moderna e de seus habitantes. Em relação às mulheres, por exemplo, artigos e crônicas exaltam aquelas que se apresentavam de forma elegante e sabiam portar-se em público, mas, por outro lado, manifesta desconfiança e apreensão diante da cada vez mais frequente presença feminina nos espaços públicos, em festas, sessões de cinema e piqueniques.

O soneto A noiva, do poeta parnaibano Jonas da Silva,³ publicado pela primeira vez na terceira parte do seu livro *Czardas*, foi reproduzido no *Almanaque da Parnaíba* de 1927, e enaltece o comportamento feminino tradicional, maternal, recatado e restrito ao âmbito privado:

A condição para eu casar-me é esta,
Ao meu ideal só este corresponde;
Não quero a noiva em pic-nic ou festa
Não mais verá de instante a instante o bonde

²SILVA, Jonas da. A noiva. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, 1927, p. 17.; PINTO, João Vieira. Maldito amor. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 2, 1925, p. 46.; MULHER MODERNA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 104.; O APELO à vaidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 11, 1934, p. 239.; MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 47.

³Jonas da Silva (1880-1947): poeta parnaibano. Em 1900, habitando o Rio de Janeiro, publicou seu primeiro livro de versos *Ânfora*. Em 1902, publicou *Ulanos*, livro de poesias. Em Manaus, em 1923, publicou *Czardas*, terceiro e último livro.

Ser a filha do rei, neta do conde
Eu não lhe exijo, pode ser modesta;
Mas há de ter a boca, o olhar, a testa
Da formosura que de mim se esconde

Deverá ter de cor os meus sonetos,
Morena a tez, e de cabelos pretos,
Sendo alva e loira... acho-a também bonita

Tem de ser boa de bondade infinda.
Para acalmar a minha dor e ainda
Embalar, quando chora, a Sulamita...
(SILVA, 1927, p. 17)

Observa-se, portanto, a desconfiança que recaía sobre mulheres que circulavam pelo espaço público, frequentando festas e piqueniques. O desejo do autor corresponde a uma esposa que viva reclusa no ambiente doméstico, que “não mais verá de instante em instante o bonde”. A noiva ideal não necessitaria de riquezas, pois sua virtude era ser discreta, bela e tímida, “da formosura que de mim se esconde”. Ademais, o autor destaca características físicas que lhe agradavam e exige a virtude moral da bondade, no contexto da defesa de valores tradicionais atribuídos ao feminino.

O periódico discute, ainda, através de um dossiê,⁴ o modelo do homem de negócios, enaltecendo a elegância, a discrição e a oratória como atributos desses senhores.

O anuário é marcado por um projeto modernizador que apresenta e valoriza a cidade enquanto “empório comercial piauiense”, e dá ênfase às iniciativas empresariais, a mudanças na infraestrutura urbana e social da cidade que, a partir de seu desenvolvimento comercial, passava por um processo de expansão e modernização.

A primeira edição do Almanaque⁵ realça as mudanças no cenário urbano, destacando a iniciativa empresarial. O periódico anuncia os “melhoramentos que avassalou Parnaíba”: a inauguração da usina de luz elétrica, o ajardinamento da praça pública, a reforma e construção de novos prédios municipais. Sublinha-se as iniciativas de José Narciso da Rocha Filho,⁶ destacando a instrução pública, o saneamento, a reforma do Mercado Público⁷ e do Matadouro:

Exerce ainda a hygiene municipal contínua vigilância sobre os charcos que contornam a cidade, drenando-os cuidadosamente. A arborização das praças públicas vai se completando, e o serviço de limpeza pública é perfeito. Uma briza benfazeja parece acariciar Parnaíba, que marcha resoluta na sua evolução progressiva, *só, muito só, sem um auxílio de fora, mas sem desânimo, sem fraqueza*; sobre os melhores auspícios, ouvindo a

⁴ SANTOS, Benjamim. Homens da Parnaíba de outrora. *O Bembém*, Parnaíba, ano 3, n. 29, 21 maio 2010, p. 10.

⁵ INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE na sua evolução. *Almanaque da Parnaíba*. Fortaleza: Tipografia Renascença, ano 1, 1924. p. 2.

⁶ Intendente municipal.

⁷ Sobre o Mercado Municipal, se diz: “É um dos melhores do Norte, dotado de 62 talhos de mármore rigorosamente aceiados, e cuja construção obedeceu aos indispensáveis dados da engenharia sanitária, tornando-se assim um elegante departamento”. Cf.: INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE na sua evolução. *Almanaque da Parnaíba*. Fortaleza: Tipografia Renascença, ano 1, 1924, p. 3.

canção intérmina do Atlântico beijando as suas praias, em um movimento incessante, como a lhe ensinar que o segredo de vencer está em não parar (INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE, 1924, p. 3). (grifo nosso)

Com o objetivo de exaltar o progresso da cidade de Parnaíba, o Almanaque apresenta muitas imagens e anúncios que destacam o desenvolvimento da cidade no campo econômico e defendem a importância da higiene para uma cidade moderna. Os novos espaços públicos são retratados e destacados pelo Almanaque, principalmente aqueles no entorno da Praça da Graça, ambiente planejado enquanto novo centro comercial da cidade. Entre as novas edificações, vias públicas e espaços de lazer, destacam-se o Cine Teatro Éden, a Avenida Presidente Vargas, o Cassino 24 de Janeiro e o Banco do Brasil – construções que enfatizavam o projeto de urbanização/modernização almejado pelos comerciantes locais. Abaixo, a fotografia da sede do Banco do Brasil em Parnaíba, inaugurada em janeiro de 1917 como a primeira agência bancária do Piauí e a 23ª do País:



Figura 1: Sede do Banco do Brasil na Praça da Graça, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Fortaleza, ano 1, 1924, p. 38.

A redefinição do espaço urbano intensificou-se nas décadas de 1930 a 1940, período em que a cidade registrou aumento populacional expressivo, passando de mais de vinte mil habitantes na década de 1930, para cerca de sessenta mil habitantes na década de 1940. Para tanto, contribuiu a vinda de empresários e comerciantes de outras regiões, no contexto de um novo ciclo de expansão econômica.

A cidade passou a dispor de novos espaços de encontro, circulação e lazer, como o Cine Teatro Éden, inaugurado em 15 de novembro de 1924, a partir da iniciativa do comerciante libanês Zacarias, e seus filhos Alfredo e Miguel Ferreira, como uma grande casa de espetáculos. O cinema ocupava mais de trezentos metros quadrados e contava com projetores importados. Os filmes, que chegavam a Parnaíba por avião, eram exibidos todos os dias em três sessões, a partir das quatro horas da tarde, e nos finais de semana se formavam filas (ACENDAM AS LUZES, 2008, p. 15-16). A seguir, é possível observar fotografia do local:



Figura 2: Cine Teatro Éden, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 3, 1926, p. 32.

O Éden, enquanto espaço de encontro e lazer, movimentava a sociedade local. Lá “todo menino aprendeu a sacar um revólver e muitas meninas aprenderam a beijar e a se imaginar nos braços dos grandes atores”

(ACENDAM AS LUZES, 2008, p. 15). Notadamente, o cinema firmou-se no cotidiano das cidades como uma expressão da vida moderna, tornando-se um elemento chave para a divulgação da moda, de um novo repertório gestual, de falas e comportamentos. O cronista Carlos Araken⁸ escreveu a respeito do Éden:

20:30 Hs, de um domingo qualquer. Uma pequena multidão vai entrando pela porta principal do cinema. Senhoras em seus melhores trajes e joias. Homens em sua fatiota domingueira. Todos vão se acomodando e tomando seus lugares na sala. Os camarotes do lado esquerdo, com placas de nomes tradicionais da cidade: os Campos Veras, os Mendonça Clark, os Neves da Silva, os Moraes Correia e muitos outros. Todos se cumprimentam e fazem acenos amigáveis. Um perfume bom paira no ar. Nos camarotes do lado direito a rapaziada da terra, comportada de acordo com o ambiente, tenta localizar no salão, namoradas retardatárias. Uma outra ‘mulher da vida’, se aventura furtivamente a sentar no lado direito, junto aos homens. Na meia luz que precede a exibição da película, o silêncio é quebrado pelo leque das damas, o farfalhar das sedas dos vestidos e o

⁸ Carlos Araken Correia Rodrigues: médico e cronista parnaibano. Publicava artigos em jornais de circulação local, no *Almanaque da Parnaíba*, publicou livros de crônicas e memórias, entre eles destacam-se: *Estórias de uma cidade muito amada* (1995) e *Crônicas de um tempo incerto* (1996). Membro do Instituto Histórico e Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP) e da Academia Parnaibana de Letras, cadeira número 23.

murmurinho civilizado do pessoal de boa linhagem. Um *frisson* toma conta da sala, o filme vai começar (ARAKEM, 1988, p. 340).

O cronista descreve a ocupação social do espaço: dele se apropriavam “senhoras, homens, rapaziada, mulher da vida.” O Cine Éden é descrito como um lugar⁹ pontuado por práticas e demarcações sociais, ou seja, um espaço de coexistência, onde se desenvolviam relações e se afirmam identidades.

O cinema era um espaço para onde convergiam as famílias tradicionais da cidade, os apaixonados, os rapazes, as jovens e as crianças. Além da apropriação social do espaço público, o requinte com que a elite econômica frequentava o ambiente, Araken revela que “a maneira dos pares entrarem no cinema, funcionava como um código: de mãos dadas, era noivado na certa. De braços dados, era casamento na porta” (ARAKEN, 1988, p. 35). Esses códigos sociais são reveladores da dinâmica e da ocupação social do espaço. Certeau (2007) entende a maneira como as pessoas se apropriam dos espaços a partir dos significados e da produção de sentido de acordo com as interações sociais. Entende-se, aqui, que a cidade se transformava e se modernizava não apenas através da construção de novas edificações e locais de convivência, mas na forma como cada indivíduo reagia a esses e o significados que construíam em torno deles.

Nesse sentido, Araken revela as práticas sociais que permeavam outro espaço de sociabilidade: o Cassino 24 de Janeiro, apresentando um conjunto de regras comportamentais a serem cumpridas, da entrada à saída:

O rapaz nunca dançava com a mesma moça mais de um ‘pulado’. Se ficasse conversando no salão até a próxima contradança, implicaria em namoro ou coisa mais séria. A moça só entrava no clube acompanhada de seus pais ou familiares. Moça sozinha, nunca! Não era de bom tom; se alguma a tal se aventurasse, estava na boca do povo (ARAKEN, 1988, p. 43).

O Cassino 24 de Janeiro foi inaugurado em 24 de janeiro de 1925, tendo como idealizadores os comerciantes Celso Augusto de Moura Nunes,¹⁰ Acrísio de Paiva Furtado¹¹ e José Cristiano Carneiro, apoiados pela Associação Comercial de Parnaíba (ACP). Era um:

Clube da alta sociedade, com dois salões de dança, local destacado para orquestra, salão com duas mesas de bilhar-francês, quadra cimentada para vôlei, tênis e basquete, um salãozinho camuflado para jogos de cartas e bar com serviço ligeiro, em que predominavam

⁹Michel De Certeau (2007, p.201) faz uma distinção entre espaço e lugar, onde lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência.

¹⁰ Celso Nunes era empresário estabelecido em Parnaíba, genro do inglês James Frederick Clark, proprietário da Casa Inglesa. Cf.: NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A influência britânica em Parnaíba. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 335-360.

¹¹ Acrísio de Paiva Furtado administrou a cidade de Parnaíba e era descrito como muito comunicativo. Comerciante e guarda-livros. Sua gestão apresentou resultados satisfatórios. Foi casado com Matilde Santos Furtado. Cf.: SANTANA, Judith. *Parnaíba*. Parnaíba: [s.n.], 19---. p. 85.

os sanduíches, bolinhos, salgados e pastéis. Não havia restaurante (LIMA REBÊLO, 19--., p. 56).

O Cine Teatro Éden e o Cassino 24 de Janeiro se afirmaram, portanto, como importantes pontos de encontro e lazer, podendo ser descritos enquanto lugares praticados¹² pelos cidadãos, divulgados e celebrados pelo Almanaque. Tal conceito possibilita pensar a dinâmica sociocultural através da qual sujeito e espaço urbano se relacionam e se influenciam mutuamente.

Na imagem é possível contemplar a grandeza arquitetônica do Cassino 24, também

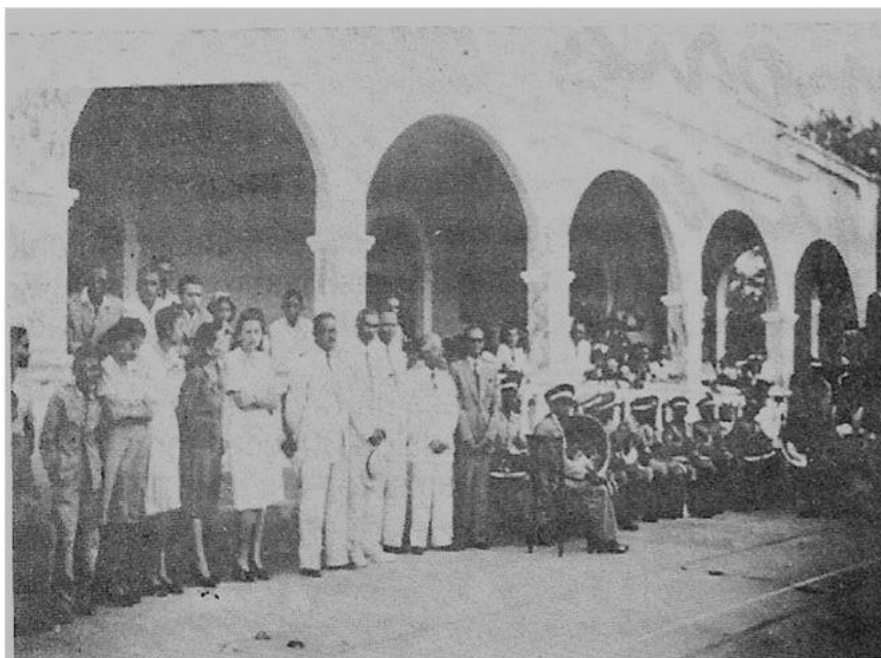


Figura 3: Cassino 24 de janeiro, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 70, 1994.

conhecido como o clube “mais grã-fino da cidade” (LIMA REBÊLO, 19--., p. 41). Percebe-se a presença da orquestra, que fazia a felicidade dos dançantes. Assim, como resultado da expansão da economia extrativa, o Almanaque publicava e louvava o progresso material da cidade. Desse modo, a exaltação do processo de modernização arquitetônica e urbanística

em curso, marcaram o tom das publicações.

A avenida Getúlio Vargas foi a principal vitrine da evolução arquitetônica de Parnaíba, o cartão postal onde era possível admirar as construções modernas. O Almanaque destacou a opulência das edificações residenciais na avenida, retratadas em diversas fotografias publicadas em 1926 e 1932.

¹²CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 202.

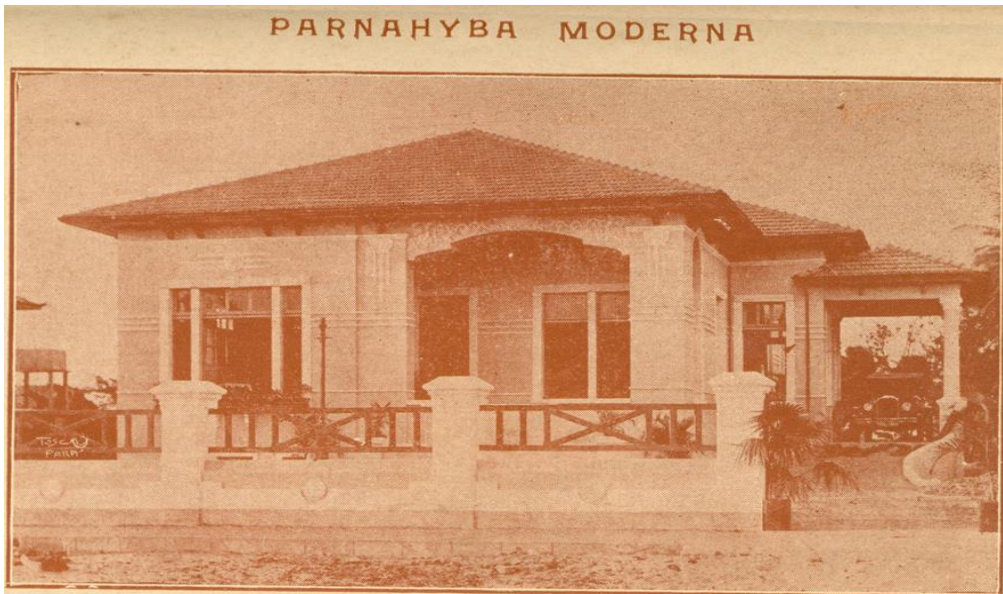


Figura 4: Residência do coronel José Moraes Correia, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 3, 1926, p. 17.

As fotografias publicadas no Almanaque eram expostas em página inteira e registravam as transformações que a cidade experimentava no período. Muitas

vezes essas imagens eram acompanhadas de pequenos textos, que descreviam as edificações e espaços públicos como modernos, amplos, higiênicos, confortáveis e elegantes, no esforço de demonstrar aos leitores como a cidade procurava

se adequar o ideário de progresso. Nas



Figura 5: Residência do Sr. Arnésio Câmara, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 9, 1932, p. 49.

destacam-se algumas das residências mais luxuosas da cidade. Na avenida Getúlio Vargas, além da grande quantidade de sobrados ecléticos, destacou-

se outro estilo bastante valorizado, o chalé.

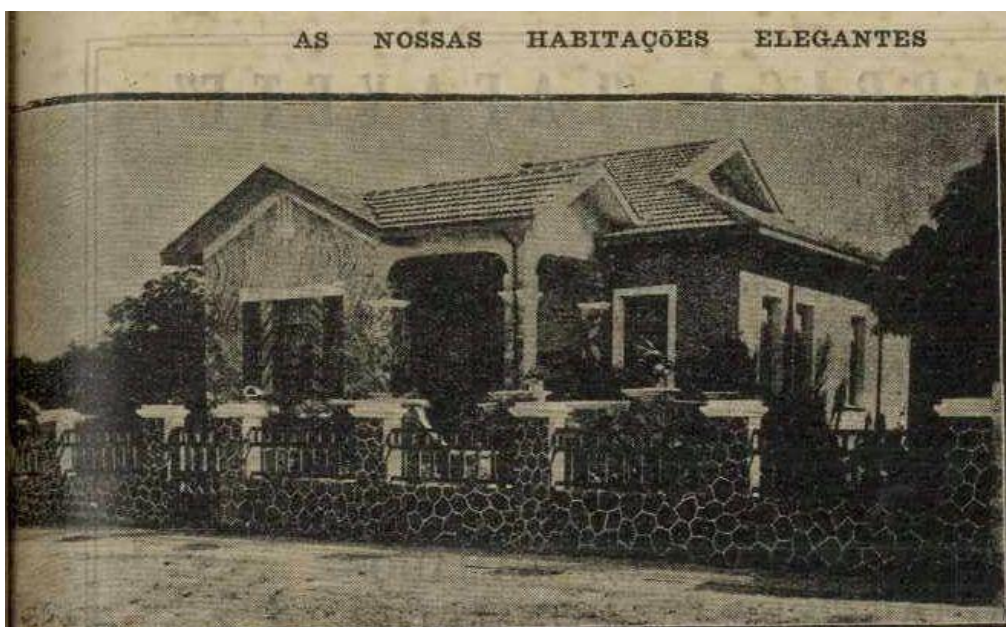


Figura 6: Residência do Dr. Samuel Santos, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 3, 1926, p. 24.

Na fotografia acima nota-se, além dos chalés, transeuntes elegantemente trajados. A imagem reforça a largura da avenida Getúlio Vargas, sua beleza arquitetônica e a elegância dos cidadãos que por ela circulavam,

como parte de um conjunto de valores que a elite local exaltou na construção de uma imagem de cidade moderna, elegante e civilizada.

Esses valores são observados no conjunto de crônicas e poesias encontradas no *Almanaque da Parnaíba*. As primeiras publicações indicam como a cidade de Parnaíba e seus habitantes eram percebidos pelos intelectuais. Uma matéria do Almanaque de 1924 evidencia o progresso pelo qual passou Parnaíba nos anos de 1920, considerando a participação ativa do povo parnaibano e do poder municipal como fatores que permitiram a implementação de inúmeros melhoramentos dentro do

espaço urbano, a exemplo da usina de luz elétrica, do ajardinamento da Praça da Graça, e construção de prédios municipais. Sobre a Parnaíba



Figura 7: Chalés ecléticos na Rua Grande (atual avenida Getúlio Vargas), Parnaíba, meados do século XX. Fonte: Acervo de Helder Fontinele.

da década de 1920:

É digno de registro o desenvolvimento por que tem passado, nestes últimos três anos, a cidade de Parnaíba. Escadouro de toda a produção do estado, devido à sua situação geográfica, é a primeira cidade que o viajante encontra em solo piauiense, sendo, por isso mesmo, a ‘sala de visita’ do Piauí, como geralmente se chama. No que diz respeito às iniciativas particulares, que é um fato incontestável em Parnaíba, muitos palacetes modernos e estéticos se tem feito, outros se acham edificando e alguns em vias de se terminarem. Tudo isso vai dando graça à cidade que também se vai embelezando e se tornando como que simpática e risonha (PARNAHYBA, 1926, p. 16).

Parnaíba é avaliada nessa crônica como sala de visita do estado, por ser escadouro natural da produção piauiense devido a sua posição privilegiada próxima ao litoral. Diante disso, a cidade necessitava tornar-se atraente ao viajante ou visitante e, para isso, era preciso reformular e modernizar o espaço urbano. Nesse sentido, precisava-se de representantes públicos atuantes, uma elite cultivada e engajada, além de fontes e financiamentos para implementação de um projeto de modernização.

Para Marshal Berman, a modernidade representava “um conjunto de experiências” vivenciadas pelas pessoas “em todo mundo”, que provoca a transformação de tudo ao redor e ameaça destruir crenças e práticas tradicionais, num contexto em que “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 15). O Almanaque registra, incentiva e exalta o processo de crescimento e modernização urbanos, ao mesmo tempo que defende certas tradições: muitas de suas crônicas demonstram que nem tudo que é sólido se desmanchava no ar, principalmente, no que diz respeito ao comportamento esperado e exigido das mulheres de Parnaíba.

Conclusão

As páginas do *Almanaque da Parnaíba* traziam uma cidade em processo de transformação, marcada pelo desenvolvimento do espaço urbano e do comércio. A modernização correspondia ao embelezamento das fachadas públicas; a adoção do eclétismo como referencial artístico e arquitetônico; a introdução de novas práticas de sociabilidade e novas possibilidades de circulação em espaços urbanos construídos e ampliados. As reformas implementadas na cidade tiveram um caráter funcional e estético, buscando-se, sobretudo, dotá-la de um equipamento urbano moderno. O Almanaque se inseriu nesse processo divulgando um ideal e um projeto de cidade moderna defendido pela elite comercial e intelectual da região. Essa elite fundou o periódico e através dele publicou anúncios, imagens, crônicas e artigos relacionados às transformações em curso ao longo dos anos 1920, e das décadas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma Cidade muito amada*. Parnaíba: [s.n.], 1988.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006.

LIMA, Frederico Osanam Amorim. Um pirilampo nas páginas do Almanaque: imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. (org.) *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013. p. 21-34.

LIMA REBELO, Goeth Pires de. *Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga*. [S. l.: s. n.], 19--.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A influência britânica em Parnaíba. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 335-360.

SANTANA, Judith. *Parnaíba*. Parnaíba: [s.n.], 19--, p. 85.

SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: política, sociedade e cultura em revissta. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. (org.) *Parnaíba: A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013. p. 71-88.

FONTES

ASCENDAM as luzes: o Cine Éden acabou. *Histórica: Parnaíba*, ano 1, n. 1, abr. 2008, p. 15.

INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE na sua evolução. *Almanaque da Parnaíba*. Fortaleza: Tipografia Renascença, ano 1, 1924. p. 1 -2.

LIMA, Benedicto dos Santos. Ao público. *Almanaque da Parnaíba*. Fortaleza: Tipografia Renascença, ano 1, 1924. p. 1.

MATTO, João do. Retalhos. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 2, 1925, p. 12-14.

MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 47.

MULHER MODERNA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 104.

NETO, Manoel Domingos. A trajetória do Almanaque da Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 60, 1985, p. 8.

PARNAHYBA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 3, 1926, p. 16, 17, 24, 32.

PINTO, João Vieira. Maldito amor. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 2, 1925, p. 46.

O APELO à vaidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 11, 1934, p. 239.

SANTOS, Benjamim. Homens da Parnaíba de outrora. *O Bembém*, Parnaíba, ano 3, n. 29, 21 maio 2010, p. 10.

SILVA, Jonas da. A noiva. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, 1927, p. 17.

MESA 12

Ensino de História I

Debatedores:

Helenice Rocha (FFP/UERJ)

Mariana Muaze (UNIRIO)

Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita: historiografia, identidade e ensino de história dos jovens municípios da Baixada Fluminense

Claudia Patrícia de Oliveira Costa
Doutora pelo PPGHS/FFP/UERJ
Com bolsa CAPES

Esse artigo é a síntese da pesquisa desenvolvida nos últimos quatro anos junto a esse Programa de Pós-Graduação e que culminou, recentemente, na defesa de minha tese de doutorado.¹ Essa história começa quando, ainda durante a pesquisa de mestrado, recortamos do contexto geopolítico da Baixada Fluminense, o município de Queimados. O objetivo, na época, era investigar o processo de formação das identidades locais que serviram de base para o movimento que propôs a emancipação política desse distrito de Nova Iguaçu. Por essa ocasião, nos deparamos com um imenso e instigante desafio a ser vencido: o caráter disperso e fragmentado da documentação disponível sobre esse processo, somada à escassa produção historiográfica acadêmica sobre os municípios surgidos recentemente na Baixada Fluminense. Nesse panorama de escassez, observamos a predominância de obras constituídas por narrativas memoriais, que buscaram escrever a história local sob perspectiva linear, orientada para o progresso contínuo da região, desde os primórdios da colonização portuguesa, no século XVI, até as emancipações, no século XX. Diante dessa constatação, procuramos, na ocasião, contribuir para compreensão da história daquela localidade em outras bases, empreendendo a análise das memórias da emancipação de Queimados mobilizadas pelos remanescentes da Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados, a AAPQ. A opção por essa abordagem assinalou o alinhamento com a perspectiva de que o estudo das diversas formas de manifestação da memória é de particular interesse para a historiografia, na medida em que, por meio desses registros, conseguimos entrever e discutir as lutas políticas em curso no período em que se deram as emancipações.

Conforme destaca Juçara Mello,

As relações entre história e memória, incluindo todas as suas variáveis, estão, portanto, no cerne das análises dos modos como se dão as ações dos homens no tempo, ou seja, de como se constituem e se conformam, culturalmente, sua própria historicidade (...)” (MELLO, 2016, p. 241).

¹ Tese de Doutorado intitulada: *A Baixada Fluminense e as recentes emancipações políticas: historiografia, identidade e ensino de história*, defendida em 23 de setembro de 2019, sob a orientação da professora Marcia de Almeida Gonçalves.

De tal forma, compreendemos que as memórias compartilhadas pelas lideranças do processo emancipacionista queimadense se constituem em instigante fonte histórica. Assim sendo, realizamos análise do surgimento desse município, à luz do complexo jogo político-partidário que marcou o país e, particularmente, o estado do Rio de Janeiro no contexto da redemocratização. Essa pesquisa revelou algumas dissonâncias nas vozes que sustentaram a emancipação do município: por um lado, os discursos que evocavam aspectos do movimento relativos à coesão do grupo e apartidarismo, por outro, identificamos o afastamento de um dos membros da AAPQ, dada a sua militância político-partidária ser contrária às articulações estabelecidas entre as lideranças queimadenses e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Com a conclusão do mestrado e o ingresso no doutorado, ampliamos o recorte geopolítico da pesquisa e decidimos incluir em nossa análise, os demais municípios da Baixada Fluminense, historicamente relacionados à de Queimados, a saber: Belford Roxo, Japeri e Mesquita. Esses municípios têm em comum o fato de que se emanciparam de Nova Iguaçu nas décadas finais do século XX. Ao nos debruçarmos sobre suas histórias, identificamos o mesmo cenário de escassez de obras de referência produzidas no âmbito de pesquisas universitárias, como já havíamos observado no caso de Queimados. Para além dessa constatação, outra questão nos inquietava: as relações entre as narrativas historiográficas e as abordagens escolares visando ao ensino da história local desses municípios recém instituídos na sua autonomia política.

Muito antes de inscrevermos essas reflexões na linha de pesquisa sobre Historiografia e Ensino de História da Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, faz-se necessário destacar que as inquietações que motivaram esse trabalho guardam íntima relação com a experiência pessoal no campo do magistério, exercido durante muitos anos em escolas na Baixada Fluminense². Embora essa experiência não tenha se dado em escolas da rede pública de educação dos municípios enfocados, ela teve grande influência na delimitação do tema a partir do momento em que três anos foram de atuação junto ao Curso de Formação de Professores de Nível Médio, também conhecido como Curso Normal. Esse curso tem sido a formação básica exigida para o professor que se proponha a trabalhar com a Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental, ainda que as disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, preconizem a formação de nível superior para lecionar em tais etapas da educação formal.

² Tomei posse da minha primeira matrícula, como professora do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2006. Entre os anos de 2006 e 2012, lecionei em colégios que integram a Coordenadoria Regional Metropolitana V, que abrange o município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Os anos de experiência junto ao Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em Duque de Caxias, foram fundamentais para constatar que a maior parte dos “normalistas” conhecia muito pouco de sua cidade, apesar da mesma contar com museus, bibliotecas e demais lugares dedicados à guarda e pesquisa de documentos. Identificamos, ainda, que a carga horária destinada à disciplina de História nesse curso é menor que aquela prevista para o Ensino Médio Regular³. A experiência do magistério junto à Formação de Professores também permitiu que percebêssemos que não há nenhuma disciplina específica ou conteúdo previsto nas orientações curriculares das disciplinas da grade que se proponha a abordar questões atinentes ao ensino de história. Se em Duque de Caxias, um município que conquistou sua emancipação política ainda na década de 1940, a situação era essa, como seria o quadro, nos municípios mais jovens, que sequer dispõem dos citados espaços de cultura e pesquisa? Na posição de professora da Educação Básica e historiadora, essa situação se tornou bastante inquietante.

Assim, na tentativa de oferecer uma possibilidade de análise que conferisse inteligibilidade a esse quadro, a pesquisa resultou na tese, que se organizou em duas partes. A primeira parte é composta pelos dois capítulos iniciais e é dedicada ao mapeamento das referências historiográficas e curriculares que articulam aspectos da pesquisa e do ensino da história local desses municípios. Já a segunda parte se desenvolve centrada na proposta teórico-metodológica escolhida para consecução da pesquisa, a saber: a realização de entrevistas com docentes que atuam ou atuaram na rede escolar pública dos municípios em análise. Essa opção se justifica na medida em que compreendemos que a produção dos discursos historiográficos, assim como os curriculares e os depoimentos das docentes entrevistadas possuem marcas de autoria inscritas em contextos históricos específicos, que são pertinentes para que possamos entender, também, as lutas e tensões em torno da construção da cultura histórica. Nesse sentido, a cultura histórica surge como o conceito que articula os quatro capítulos que integram as duas partes da tese. Fernando Sanchez Costa situa a emergência dos debates sobre o conceito de cultura histórica junto aos historiadores alemães que pensaram alternativas aos limites identificados no uso do conceito de memória coletiva. Para Sanchez Costa:

(...) As bases teóricas sedimentadas pelos teóricos desse conceito [cultura histórica] e a metodologia que podemos apreender por meio delas, pode contribuir para objetivar o debate sobre a memória coletiva e pode oferecer aos historiadores uma chave hermenêutica bem sólida para analisar as múltiplas relações que as sociedades estabelecem com seu passado. O conceito de cultura histórica foi gerado no marco de uma reflexão

³ Até o momento em que a tese foi escrita, no Ensino Médio Regular, o aluno conta com a carga horária de dois tempos de História semanais, ao longo dos três anos. No Curso Normal, a mesma carga horária semanal se integraliza em dois anos.

multidisciplinar sobre a consciência histórica e a didática da História. (SÁNCHEZ COSTA, 2009, p. 274-5).

Ao tomarmos esse conceito como a espinha dorsal desse trabalho, destacamos que o primeiro capítulo apresenta as contribuições de diversas áreas do conhecimento para o estudo dessas municipalidades, especialmente a geografia, sociologia e história. Essas produções, frutos de pesquisas acadêmicas em nível de mestrado e doutorado, oferecem alternativas interpretativas para que pudéssemos pensar a história dessas cidades a partir de referenciais teórico-metodológicos próprios. Também investigamos as produções historiográficas de cunho memorialista, que visam encetar padrões de continuidade histórica que permitam aos leitores a compreensão de suas próprias trajetórias de vida e das transformações ocorridas no local. Assim, no decorrer do capítulo, transitamos pelas tensões estabelecidas entre essas duas formas de escrita da história. Ao fazê-lo, constatamos que, é característico das produções acadêmicas, a promoção de rupturas dos padrões de continuidade, a partir do confronto e questionamento das múltiplas narrativas que circulam, a respeito dos acontecimentos vividos por dada sociedade. Por outro lado, percebemos que, ao contrário das produções acadêmicas, cuja circulação, por muitas vezes se mantém restrita aos círculos universitários, as produções que apresentam um caráter memorial atingem um público mais amplo, que não necessariamente de pesquisadores. Ao identificarmos e discutirmos os limites das produções historiográficas de cunho acadêmico e as produções ancoradas em uma perspectiva memorialista sobre esses municípios, não se pretendeu subvalorizar essa em detrimento daquela. A opção por esse itinerário justifica-se pois nos permite pensar a história local, mobilizando o conceito de cultura histórica. Apostamos que as produções historiográficas são algumas das muitas formas concretas pelas quais a cultura histórica se manifesta (SÁNCHEZ COSTA, 2009, p. 280). Nessa perspectiva, a partir desse levantamento historiográfico, discutiu-se o contexto que perpassou os processos de emancipações municipais no Brasil, entre fins da década de 1980 e decurso da década seguinte. Ao nos basearmos nesse cenário e apoiados no conceito de escala de observação, analisamos os quatro casos selecionados: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, municípios emancipados de Nova Iguaçu em 1988, 1990, 1991 e 1995, respectivamente. A escala de observação, tal como Jacques Revel propõe, nos permitiu transitar pela história desses municípios promovendo articulações possíveis entre os aspectos macro e micro (REVEL, 2010). Ou seja, em diálogo com a conjuntura política do país e do estado do Rio de Janeiro, nos propusemos a focar os aspectos socioculturais específicos desses municípios da Baixada Fluminense, que tiveram particular impacto nos processos de conquista das respectivas autonomias políticas.

Ao considerarmos que as produções historiográficas discutidas no primeiro capítulo são manifestações da cultura histórica, avançamos no segundo capítulo sobre os documentos norteadores de práticas educacionais, em âmbitos nacional e local. Ancorados nesse referencial, foram esquadrihados os documentos curriculares concebidos no Brasil, a partir da abertura política. Esses documentos foram elaborados com o escopo de, em longo prazo, estabelecerem os parâmetros e as diretrizes nacionais para a Educação Básica. Em consonância com a ampliação das noções de cidadania, carreada pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, promulgada em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados entre 1997 e 1998 e, posteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, datadas de 2013, são atravessados pela necessidade de valorização do estudo de temáticas, até então marginalizadas ou excluídas da história. Nesse sentido, no que dizem respeito às prescrições disciplinares, as questões étnico-raciais e de gênero emergem como temas sensíveis, assim como a história local e a emergência de novas identidades. Ao longo do presente século, essas temáticas foram sendo gradativamente consolidadas nos currículos da Educação Básica, por meio de leis complementares, como as Leis 10.6394, de 2003 e 11.6455, datada de 2008, que tornam obrigatórios, respectivamente, o ensino de História da África e africanidades, assim como estudos dos povos indígenas. Dada a sua natureza, as questões acerca dos estudos do local são postas sob a responsabilidade dos estados e municípios, situação ratificada pela promulgação da Base Nacional Curricular Comum, em 2018. Reside aí, a chave norteadora desse capítulo: até a data em que a pesquisa foi realizada, nenhum dos quatro municípios analisados possuía orientações curriculares consolidadas e reconhecidas pelo corpo docente das escolas das redes. Esse fato se desvelou aos poucos, através de tentativas infrutíferas de contato nas Secretarias Municipais de Educação, quando após muita informação desencontrada e um cenário de tensão, marcado pelas discontinuidades representadas pela troca de gestões nas prefeituras municipais, nos convencemos de que essas orientações curriculares, se existem ou existiram, não foram adotadas ou divulgadas por toda a rede. Essa ilação se confirmou, posteriormente, por meio das entrevistas realizadas com professoras dessas redes públicas de educação.

As tensões eminentemente políticas que perpassaram a promulgação e consolidação, ou não, de parâmetros e diretrizes curriculares em níveis nacional ou local fizeram com que, ao abordarmos tais currículos, tenhamos optado por nos apoiar na perspectiva das teorias pós-críticas.⁴ Essa opção

⁴ Nos apoiamos em Tomaz Tadeu da Silva para realizar a discussão sobre os currículos sob a perspectiva pós-crítica. Silva dialoga fortemente com Stuart Hall, entre outros autores, a fim de apresentar e problematizar a emergência de temáticas sensíveis, como as questões étnico-racial, de gênero ou cultura, que não eram objeto de preocupação nas perspectivas tradicionais das teorias do currículo. Trata-se, enfim, de abordar a elaboração dos currículos escolares em suas dimensões política, social e cultural. (SILVA, 2016).

se justifica uma vez que entendemos que as questões que subjazem as escolhas por determinados conteúdos, bem como a exclusão de outros, estão eivadas pelas disputas políticas em evidência na sociedade que as opera. Os currículos escolares são, desse modo, entendidos como narrativas dotadas de historicidade. A partir desse referencial, nos propusemos a explorar as implicações advindas da ausência de orientações curriculares para a Educação Básica, nos municípios pesquisados. Ao seguirmos esse percurso, a última sessão desse capítulo se encerra com a discussão sobre as disputas em torno da consolidação de referenciais representativos da cultura histórica dos municípios analisados. Tal debate foi particularmente revelador do campo político que caracteriza esses municípios de emancipação mais recente no contexto da Baixada Fluminense. Esse campo político se impõe a nossa análise como um terreno permeado de profunda instabilidade, em uma combinação polêmica entre políticos personalistas, práticas clientelistas e uma população significativamente alijada de seus direitos sociais básicos.

As opções esboçadas na primeira parte da tese nos levaram a começar a segunda parte destacando o protagonismo dos professores da Educação Básica como potência mediadora entre os variados saberes que fazem parte da formação docente e que integram esse cenário. Assim sendo, o terceiro capítulo introduz a segunda parte da tese. Nessa perspectiva, as categorias de saberes docentes propostas por Maurice Tardif nortearam nossas indagações⁵, na medida em que nos permitiu identificar as fontes e imbricações estabelecidas entre os tipos de saber, bem como os limites da autonomia docente para mobilizá-los em suas salas de aula. Nos casos estudados, constatamos a fluidez que marca a aquisição dos saberes curriculares e os saberes disciplinares: os primeiros, por não terem sido consolidados junto às Secretarias Municipais de Educação e os outros, por não ser exigido do professor habilitado a lecionar nas séries iniciais do Ensino Fundamental, saberes específicos de história enquanto disciplina acadêmica.

Em face dessa constatação, nos concentramos na análise dos saberes advindos das experiências de vida desses docentes, os quais Tardif denomina saberes experienciais. Ao fazê-lo, recorreremos a uma abordagem metodológica apoiada em pressupostos da História Oral. Por meio de entrevistas a partir de perguntas direcionadas a um grupo composto por oito docentes, procurou-se iluminar as trajetórias de vida dessas professoras para que pudéssemos compreender como suas experiências, inerentes ou não às lides do magistério, interferem na forma como elas apreendem e ensinam a história local das cidades, dentro dos limites da autonomia que lhes é conferida.

⁵ Maurice Tardif identifica quatro tipos de saberes docentes: os saberes da formação profissional, os saberes curriculares, os saberes disciplinares e os saberes experienciais. (TARDIF, 2002).

Registramos e mobilizamos essas entrevistas em consonância com o que é preconizado por Leonor Arfuch. A autora argentina afirma que “a entrevista utilizada na pesquisa acadêmica, em sua inscrição textual ou magnetofônica, será frequentemente um passo para ir *além*, em direção à elaboração de um produto-outra (...).” Ainda segundo Arfuch, esse “produto-outra” trará sempre a marca de uma autoria conjunta, surgida a partir da interação estabelecida entre entrevistador e entrevistado (ARFUCH, 2010, p. 242). A autoria conjunta se impõe como um dos pontos mais significativos desse trabalho, posto que foi a partir da vivência enquanto professora da Educação Básica também, que o objeto de pesquisa foi se delineando. Os mais de dez anos de magistério, exercido na rede pública estadual do Rio de Janeiro nos permitiu conhecer de perto os meandros burocráticos expressos nas dificuldades de acesso à documentação curricular que, infelizmente, é mais regra que exceção na maioria das redes públicas de educação. Da mesma forma, creditamos à experiência pessoal com o magistério, a opção por trabalhar com as entrevistas. Tais registros só foram possíveis graças à teia de contatos que é uma grata consequência para aqueles que têm a rotina dividida entre muitas escolas e diversas redes de ensino. Dessa maneira, o diálogo com referenciais esboçados por outros autores como Adriana Cavarero (2011), Paul John Eakin (2019) e Ana Zavala (2012) enriqueceu o debate proposto, no sentido de delimitarmos nosso lugar de fala e também o lugar de fala dessas docentes.

Nesse exercício de escuta, registro e análise, as depoentes foram se dando a conhecer e evidenciando a relevância do seu fazer cotidiano, do fazer e fazer-se docente. A discussão sobre a natureza dos saberes docentes, tal como encaminhada por Maurice Tardif, segue sendo fundamental para que possamos observar, a partir das entrevistas, que o repertório de tais saberes se dá de forma continuada. Dessa forma, as entrevistas apontam para escolhas profissionais ancoradas em vivências que antecedem a escolha por cursos de formação de professores. Por outro lado, a experiência cotidiana, forjada especialmente no convívio com a comunidade escolar, emerge das falas das docentes como aspecto bastante significativo para entendermos os desdobramentos desse processo de formação, ao qual nós, professores, somos submetidos permanentemente. A partir desse capítulo, conectamos sensivelmente os anseios de pesquisa e as angústias de uma rotina dedicada ao ensino. Esse foi um momento de profunda reflexão a respeito das condições que nos levaram, em algum momento de nossas vidas, à opção pela carreira do magistério. Também foi um exercício oportuno para refletir sobre os motivos que nos levam a permanecer em uma carreira que vem sofrendo contínuos ataques por meio de políticas públicas em esferas federal, estadual e municipal de desvalorização. Ao abordar o cotidiano das entrevistadas, foi inevitável exercitar a reflexão sobre nossa própria práxis, enquanto docente. Tratou-se, portanto, de colocar “minha aula de história sob

a lupa”, como propõe Ana Zavala, em uma das obras que orientou a discussão dessa parte da pesquisa. Tal premissa se complementou na perspectiva adotada por Adriana Cavarero, que evoca a natureza relacional das vozes que integraram o repertório de registros obtidos por meio das entrevistas.

Tais condições trouxeram para o cerne do debate os limites de exercício da autonomia docente, em face do desafio de ensinar e ensinar a história local do município em uma realidade atravessada por dificuldades de diversas naturezas. O conceito de autonomia docente é discutido, então, tomando-se como referenciais, os trabalhos de Sandra Selles e Everardo de Andrade (2016), assim como as contribuições trazidas por Solange Moreira Santos e Maria José Duboc. Nosso percurso investigativo, então, passa a ser guiado pelo diálogo permeado de tensões que se estabelece entre estratégias e regulação da atividade docente e as operações táticas realizadas pelos professores, a fim de inscreverem suas ações nesse campo. Ao entendermos os conceitos de estratégias e táticas, tais como propostos por Michel de Certeau e apropriados pelos autores, admitimos que:

O trabalho docente requer sempre uma parcela de improvisação e de adaptações a situações novas, o que exige reflexão e discernimento, para que o professor possa compreender o problema, como também organizar e esclarecer os objetivos desejados e os meios a serem usados para atingi-los (SANTOS e DUBOC, 2004, p. 120).

Ao mergulharmos nas reflexões encetadas pelos desafios impostos ao magistério público no estado do Rio de Janeiro, chegamos ao quarto e último capítulo. Nele, as entrevistas são mobilizadas de modo que possamos acessar, pelo olhar dessas professoras, as soluções pensadas e postas em prática por elas, a fim de abordar a história dos municípios. Nesses relatos, as inquietações que emergem extrapolam cada vez mais a confluência entre os saberes adquiridos durante a formação profissional ou as lacunas que dizem respeito à aquisição dos saberes disciplinares e curriculares. Ancorados fortemente na influência das múltiplas experiências de vida, as professoras seguem nos permitindo entrever aspectos que fazem parte do seu cotidiano, no desafio de lecionar nas e para as redes públicas municipais em questão. Nesse capítulo, os depoimentos foram organizados de forma a pontuar as dificuldades que atuam, diretamente, no processo de retrações e distensões que atravessam os limites da autonomia docente.

A escuta e a análise cuidadosa dessas falas encerra o ciclo de indagações a respeito das formas de narrar, conhecer e ensinar a história desses municípios. Elas evidenciam, de alguma maneira, a discussão sobre as várias formas de narrativa historiográfica. Diante da ausência de materiais didáticos específicos sobre a história local das municipalidades, a ênfase recai sobre outras narrativas inscritas no âmbito da historiografia de cunho memorialista. Retomamos

considerações tecidas no decorrer do primeiro capítulo para ampliar a compreensão sobre os suportes onde a maioria das docentes busca recursos para a elaboração de suas atividades pedagógicas relacionadas à história local dos municípios. O que as entrevistas evidenciaram é que essas consultas à historiografia de caráter memorial, na maioria das vezes acessada via internet, por mais que adquiram um alcance massivo, ainda são perpassadas pelas elaborações pessoais das docentes, com ancoragem em suas vivências em cada um dos municípios, para só então serem mobilizadas em sala de aula.

Essa constatação introduz mais um desdobramento possível na análise desenvolvida nesse capítulo: o avanço das reflexões acerca da História Pública, não só para a historiografia como para o ensino da história. Ao considerarmos a História Pública como um profícuo caminho para promover a aproximação entre pesquisa e ensino, buscamos entender as contribuições desse campo “para elucidar questões socialmente vivas, o que seria salutar inclusive para a legitimação da disciplina como uma forma de conhecimento que está nos currículos da educação básica (...)” (PENNA e SILVA, 2016, p. 197). A partir desse itinerário, não só conseguimos entrever que a historiografia escolar se inscreve na fluidez do terreno formado pelas referências acadêmicas, as prescrições curriculares, os materiais didáticos e as experiências pessoais dos docentes; como também podemos vislumbrar os padrões que conformam a cultura histórica local. Segundo Rocha, Magalhães e Gontijo:

O conhecimento que ela [história escolar] visa, tem relação com um objetivo de fundo de toda historiografia: suprir a carência de orientação no mundo. Para tanto é preciso construir leituras sobre o mundo e sobre si capazes de favorecer o sentimento de identidade (por conseguinte, de pertencimento) e, ao mesmo tempo, a capacidade crítica para reconhecer e lidar com as diferenças e situá-las no tempo (ou seja, situá-las historicamente). (ROCHA, MAGALHÃES e GONTIJO, 2009, p. 16)

Ao investirmos nessa perspectiva, nos deparamos com aspectos contidos na maioria das falas, que remontam, mais uma vez, às mazelas políticas constantes nas cidades, identificando continuidades existentes antes e depois da conquista das emancipações políticas. Embora algumas professoras identifiquem a emancipação como um divisor de águas no que diz respeito aos investimentos públicos, em especial na educação, em algum momento das entrevistas, admitem que os desafios enfrentados por quem exerce o magistério nessas redes estão amiúde relacionados a um quadro marcado por precariedades várias, relacionadas à administração pública dessas cidades. Assim, adquire particular relevância, o engajamento político e social dessas docentes, em lutas que transcendem a rotina escolar. Apesar de não se circunscreverem ao ambiente de ensino e aprendizagem formal, essas atividades desempenhadas pelas professoras são interpretadas como

atividades educativas que influenciam a formação da identidade profissional das depoentes. Nesse sentido, interessou-nos recortar a atuação de algumas docentes em entidades representativas de classe ou de bairro, um tipo de organização civil que teve papel crucial nas lutas pelas emancipações municipais.

Dessa forma, encaminhamos nosso trabalho com o objetivo de contribuir para uma discussão necessária, mas, distante da pretensão de oferecer solução ou interpretação definitiva acerca da dinâmica que envolve as operações de escrita e ensino da história local dos jovens municípios da Baixada Fluminense.

Referências bibliográficas:

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CAVARERO, Adriana. Vozes plurais: filosofia da expressão vocal. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
EAKIN, Paul John. Vivendo autobiograficamente: a construção de nossa identidade narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. O cotidiano, os 'regimes de historicidade' e a memória. In *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, set./dez. 2016.

PENNA, Fernando de Araujo e SILVA, Renata da C. Aquino da. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In *Revista Brasileira de Educação*. vol. 15 n°. 45: set./dez. 2010.

ROCHA, H.; MAGALHÃES, M. e GONTIJO, R. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In _____. (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SÁNCHEZ COSTA, Fernando. La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva. In *Pasado y Memoria: Revista de Historia Contemporánea*, nº 8, 2009.

SANTOS, S. M. Moreira e DUBOC, M. J. Oliveira. Profissionalidade: Saberes e Autonomia Docente. In *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 7(2): 2004.

SELLES, Sandra Escovedo e ANDRADE, Everardo Paiva de. Políticas curriculares e subalternização do trabalho docente. In *Educação em foco*. Juiz de Fora, v. 21 n. 1, mar. 2016/jun. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZAVALA, Ana. Mi clase de historia bajo la lupa: por um abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012.

Direitos humanos e ensino de História: um olhar sobre as falas de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Campos/RJ

Fabírcia Vieira de Araújo
Doutoranda do PPGHS/UERJ

Introdução

O presente trabalho objetiva apresentar parte das discussões de uma pesquisa de Doutorado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Será concretizada uma análise acerca das representações sobre os direitos humanos nas falas de alunos do Ensino Médio, de uma escola pública da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, e as relações que esses estudantes estabelecem entre os direitos humanos e os conteúdos curriculares do ensino de História.

Entende-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pautada na universalidade e na indivisibilidade desses direitos. De acordo com Piovesan (2004, p.22):

Universalidade, porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade, porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais – e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada [...].

Além da perspectiva universal, nos dias atuais os direitos humanos também precisam ser ressignificados à luz de um prisma multicultural, necessitam incluir aspectos ligados à diversidade cultural, como assevera Santos (2003). Cabe aos direitos humanos promover a articulação entre igualdade e diferença: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p.458). Assim, faz-se necessária uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza desigualdades.

Conforme Piovesan (2004), um dos desafios para a implementação dos direitos humanos na contemporaneidade diz respeito à incorporação do enfoque de gênero, raça e etnia na compreensão de direitos humanos, bem como a criação de políticas particulares destinadas aos grupos vulneráveis. Ao lado das políticas universalistas devem ser adotadas as políticas específicas que evidenciem os sujeitos mais vulneráveis, com o intuito de propiciar o direito à inclusão social.

Entendo que os conteúdos no âmbito do ensino de História evocam a temática dos direitos humanos com maior ou menor aproximação, os direitos se inserem em determinados conteúdos que fazem parte da tradição curricular. Por exemplo, as dimensões históricas dos direitos humanos podem ser tratadas através da abordagem dos próprios fatos históricos marcados pelas lutas por direitos, como as inúmeras revoluções pelos quais os indivíduos foram conquistando seus direitos, em distintas conjunturas, é o caso da Revolução Americana, Francesa, Russa, Cubana, das lutas pela independência na Índia e na África do Sul, entre outras. Esses são conteúdos comumente trabalhados nas salas de aula das instituições escolares.

Assim, serão apresentadas no presente trabalho as análises de grupos focais que tocam na relação direitos humanos e ensino de História, que foram desenvolvidos em 2018 com os estudantes de uma turma do 1º, 2º e 3º Ano do Ensino Médio de uma escola pública em Campos. Cabe mencionar que essa cidade está localizada no norte fluminense, e, conforme os dados do IBGE, a população estimada do município no ano 2018 era de 503.424 habitantes. Sobre a instituição de ensino onde os grupos focais foram desenvolvidos, pode-se dizer que é uma escola considerada tradicional da cidade, está situada em uma área central, com grande circulação de pessoas e um significativo comércio. É uma escola estadual, com ampla estrutura física e possui o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. O nome da instituição não será divulgado, devido aos acordos estabelecidos com o Comitê de Ética da UERJ.

Trinta e seis alunos da referida escola participaram dos grupos focais. Esses estudantes possuem a faixa etária entre 16 a 20 anos, apenas um com 27 e outro com 41 anos de idade; a maioria dos alunos, cerca de quinze, se considera negro, doze discentes se consideram pardos, quatro se veem como brancos, três como amarelos, um como indígena e um como moreno. No tocante à religião que professam, dezesseis afirmaram aderir à protestante ou evangélica, doze alunos não possuem religião, seis seguem o catolicismo, um é adepto da umbanda ou candomblé e apenas um estudante não se manifestou em relação à sua religião. Mais da metade dos estudantes, ou seja, 26 em um total de 36, asseverou não exercer nenhum tipo de trabalho. No que diz respeito ao lugar onde reside, a grande maioria, 31 alunos, apontou viver em local distante da escola, que está localizada no Centro da cidade; sobre a renda familiar mensal desses discentes, essa gira em torno de até 1 salário mínimo, principalmente, ou de 1 a 3 salários mínimos. São jovens oriundos de famílias pobres ou de classe média.

Passaremos nas próximas páginas para algumas das discussões que foram propiciadas ao longo dos grupos focais: os direitos humanos na compreensão dos alunos e a articulação que eles estabelecem entre os direitos e os conteúdos do ensino de História.

Os direitos humanos e o ensino de História: um olhar sobre as falas dos alunos

Quando questionados sobre o que entendem a cerca dos direitos humanos, os estudantes apresentaram respostas variadas. Tais respostas externadas pelos jovens evidenciaram os aspectos de suas realidades, contribuindo no modo como eles percebem esses direitos. Ao longo de suas colocações, três estudantes manifestaram possuir familiares ou amigos que foram ou que estão encarcerados. Assim, para um desses alunos, os detentos também devem usufruir os direitos humanos. Sua colega insiste que não, mesmo apesar de também possuir um familiar presidiário, conforme a discussão abaixo, que apresenta nomes fictícios devido ao acordo estabelecido com o Comitê de Ética da UERJ:

Carlos: direitos humanos também pros amigos que tão no privado. [...] Tipo assim, tem muita gente que tá no privado, tá, fez muita merda aqui fora, mas eles também têm direito como o pessoal que tá aqui fora.

[...].

Mariana: porque tá lá dentro porque quis.

[...].

Carlos: mas pera aí, se você vê um primo seu que você gosta muito, tomando porrada na cara lá dentro de graça, você vai gostar?

Mariana: ué, ele escolheu esse caminho. [...] Sabe por quê? Meu pai ficou sete anos na cadeia e eu não fui visitar ele, sabe por quê? Porque ele roubou, traficou.

[...]

Carlos: então, mas se um amigo meu tá lá preso, eu quero direitos humanos pra ele também, hã...

É possível constatar que a perspectiva da universalidade dos direitos humanos é limitada e colocada em questão. Para a aluna Mariana mencionada no excerto acima, é compreensível que os detentos em específico não usufruam os direitos humanos devido aos crimes que cometeram: “o cara rouba, mata, trafica, faz um monte de coisa errada, você quer que os caras quando chega lá, você quer que ele seja tratado como? [...] O cara estupra, mata e quer ser tratado como rei.” Seu colega insiste com o argumento de que os presos também devem ter uma condição digna nas cadeias, isso especialmente porque ele possui um vínculo com um determinado detento. Para outra aluna, que também tem um irmão que já foi preso, os detentos possuem sim seus direitos: “ainda tem mais do que a gente que tá aqui fora, tá?” A aluna faz alusão ao Auxílio-Reclusão, direito usufruído por seu familiar.

Ainda sobre esse assunto, outras duas estudantes estabeleceram a seguinte discussão:

Luíza: por exemplo, o sistema carcerário, os caras que são presos pra serem reabilitados pra voltar a sociedade, eles não são tratados como humanos, então eu acho que...

Carla: primeiramente ele não tinha que ser preso.

Luíza: ah cara, mas eu acho que você não consegue colocar ninguém de volta na sociedade pra não roubar, pra não matar, se você botar numa cadeia onde só tem facção, quando num, trash pesado pior ainda.

Carla: mas tem, você não tem que ir pra lá primeiramente.

Luíza: mas você vai pra lá pra se recuperar, não pra ser uma pessoa pior. [...] A gente esquece a função da prisão, não é um castigo, não é uma punição pelo crime que a pessoa veio cometer? Se é uma punição é com intenção de sair do castigo com você refletindo e pensando, pô, não vou fazer de novo. Você entra na cadeia, num ambiente onde as celas são superlotadas, onde as pessoas comem comida ruim, não tem direito algum, eu não acho isso justo porque eu acho que não vai sair nenhuma pessoa melhor de lá de dentro.

Para a aluna Carla da citação acima, “você não entra uma pessoa boa lá [na prisão]”, assim, “preso não tem direito,” conforme suas palavras. Portanto, as ideias de que os direitos humanos devem ser limitados “às pessoas de bem” ou de que os direitos humanos devem ser para os “humanos direitos” são comumente representadas nas falas de determinados alunos, todo mundo deveria ter o mesmo direito, menos o criminoso. A universalidade dos direitos humanos perde a sua força aqui.

É oportuno ressaltar que esses jovens não estão apartados da sociedade que estão inseridos, na verdade, eles expressam ideias dos segmentos dessa sociedade. Como lembra Elias (1994):

A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo. [...] Rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos lingüísticos a seu dispor. [...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade (ELIAS, 1994, p.56, 66, 123).

As representações sobre os direitos humanos nas falas dos alunos são compartilhadas por segmentos da nossa sociedade.

Conforme Chartier (1988, p.17), as representações estão “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições.” Assim, reafirmando o campo de disputa das representações, foi possível verificar, por outro lado, algumas falas que contemplam a universalidade dos direitos. Para um aluno: “é um negócio que todo mundo deveria ter o mesmo direito, né fessora, negro, gay, lésbica, todo mundo.” O aluno evoca grupos específicos, geralmente marginalizados, para afirmar que todos deveriam ser iguais no usufruto dos direitos. Outro discente também aponta que “todos nós somos iguais.” Nessa perspectiva, uma estudante assevera que os direitos humanos “são direitos básicos que a gente tem que estabelecer pra não chegar a afetar o outro da forma que não quer que nos afeta [...]” E, ainda, conforme outra discente, “todos deveriam ter o mesmo... todos os mesmos direitos, tipo, você tem um direito e eu também tenho, mas nem todos entende isso.”

Como lembra Bobbio (2004, p.11) “uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente.” A esse respeito, os estudantes apresentaram muita clareza, não perderam de vista a

significativa diferença entre os direitos anunciados nas leis e aqueles que existem na prática, que são realmente desfrutados. Esses jovens compreendem que, a respeito dos direitos humanos, “a teoria é boa, mas a prática é ruim, porque não tem. [...] Tem pras pessoas erradas, no caso. Tem direitos humanos pra ricos, pra políticos e pros criminosos, entendeu, pra gente normal assim não funciona.” Esses jovens não se veem contemplados pelos direitos. Uma coisa são os direitos aprendidos, por exemplo, na escola, ou aqueles que estão na legislação, e outra são aqueles efetivados de fato na realidade desses discentes, como assevera uma aluna: “a gente tem o direito de ter saúde e não tem.” Os direitos humanos para bandidos ou “pras pessoas erradas” também despontam aqui, trazendo a tona novamente a gangorra da universalidade e da restrição dos direitos.

Para uma estudante, os direitos humanos não funcionam porque “somos racistas. Esse é um dos principais motivos. Racismo, preconceito.” Para outro estudante, as pessoas que têm melhores condições financeiras não entendem que possuem os mesmos direitos que eles. O racismo é percebido como um empecilho na promoção dos direitos, a questão da cor emerge aqui, e, além disso, a riqueza também desponta como uma barreira na promoção da igualdade de direitos.

Os jovens também entendem que os direitos humanos abarcam o direito de ir e vir, direito à moradia, à educação, à liberdade de expressão, à propriedade, a constituir uma família, à igualdade “e o mais importante que é o direito à vida”, como nas palavras de um aluno. Portanto, é possível verificar que os estudantes possuem uma compreensão acerca dos direitos humanos: dos direitos civis, sociais e dos chamados direitos coletivos da humanidade.

Tal compreensão contraria a perspectiva dos próprios professores de História desses jovens, que declararam acreditar que seus estudantes não conhecem os direitos humanos, ou pelo menos não plenamente. Muitas vezes os jovens são vistos com pouca credibilidade, essa não foi uma afirmação dos professores daqueles alunos, mas, como assevera Abramo (1997), grande parte das abordagens referentes aos jovens possui dificuldades em considerá-los enquanto sujeitos atuantes, capazes de alvitrar ações significativas, de colaborar para a resolução dos problemas e não apenas sofrê-los. Gil (2012) assinala que um desafio expressivo assentado ao Ensino Médio nos dias atuais diz respeito ao reconhecimento dos jovens para além dos estereótipos então a eles infligidos, enquanto sujeitos alienados, consumistas, apáticos e não politizados.

Segundo os alunos, as informações no que diz respeito aos direitos humanos chegaram a eles por diferentes meios, a saber: pela televisão, como nos noticiários e reportagens; pelas experiências de vida; internet; redes sociais, como o Facebook: “lugar que tem mais direitos humanos no mundo é o Facebook”; escola, como nas aulas de Filosofia e Sociologia; estudando para o Enem e através de leituras de temas políticos. É possível entender que os meios de comunicação e meio tecnológico

possuem significativa relevância na difusão de representações sobre os direitos humanos. Conforme Chaib (2015, p.364): “a nova tecnologia não cria, por si só, novas representações do mundo, nem novos conhecimentos, mas contribui substancialmente para a difusão das concepções das pessoas e das representações do mundo, de maneira rápida e global.”

A escola não se exime de contribuir na consolidação de ideias sobre os direitos humanos. A Sociologia foi comumente mencionada pelos jovens, mas quando questionados acerca da disciplina História, os alunos tiveram um pouco mais de dificuldade em associar direitos humanos e o ensino da referida disciplina. De forma geral, a maioria dos que se manifestaram acredita que os conteúdos do ensino de História podem se relacionar com o âmbito dos direitos, mas muitos não conseguiram desenvolver um raciocínio a respeito e os que verbalizaram foram breves em suas explicações. Dois estudantes declararam abertamente não conhecer muito bem os conteúdos da disciplina: “eu não sei História direito”, “ah eu não sei, porque eu não estudo História” ou então, “ah História é muita coisa”, “me dá dor de cabeça”.

Aos que não estabeleceram relação entre os conteúdos das aulas de História e os direitos humanos, o argumento foi o de que “História só fala coisa antiga. [...] São direitos humanos! Direitos humanos é Sociologia.” Para um segundo aluno: “História é a história do passado e direitos humanos é mais dia a dia.” É possível entender que, para esses estudantes, os direitos humanos se referem ao tempo presente, assim, não se relacionam com a História, pois, na visão dos alunos, o ensino de História não se associa com o presente por nós vivido, limita-se aos fatos longínquos.

Todavia, no caso do segundo aluno acima mencionado, o seguinte exemplo foi explicitado: “porque no passado o negro era tratado como escravo, hoje em dia já não é.” Esse estudante entende que no âmbito da escravidão os escravos não usufruíam os direitos humanos, assim, intencionalmente ele faz uma associação entre o âmbito dos direitos e um conteúdo do currículo de História. No caso do primeiro aluno mencionado anteriormente, ao exemplificar como aprendeu direitos humanos em Sociologia, ele se refere a um fato passado – a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos – e que, inclusive, também é assunto comumente abarcado nos conteúdos curriculares de História:

O que eu aprendi sobre alguns direitos é que, foi com Sociologia, no caso que, lá nos Estados Unidos tinha coisa pra negros e pra brancos, não era a mesma coisa, tinha bebedouro pra branco, era melhor do que o negro, os negros ficavam no fundo do ônibus, aí eu aprendi mesmo em Sociologia.

O mesmo aluno ainda questiona: “Por quê que História tem alguma relação com a matéria de direitos humanos?”

Suas colegas logo respondem: “porque Hitler é coisa de História”, e ainda, “História fala sobre a escravidão.” Sobre o primeiro assunto, a aluna explica: “ele torturava os negros, perseguia as pessoas e isso é direitos humanos.” Sobre o segundo, outra aluna aponta: “uma doméstica aí que trabalha mais de não sei quantas horas aí e recebe pouco, isso aí pra mim é escravidão.” As alunas associaram o personagem histórico (Hitler) e o fato ou tema histórico (escravidão), que são vistos nas aulas de História, à ausência de direitos. Assim, uma delas reforça: “eu acho que História tem mais a ver com direitos humanos do que qualquer outra matéria.” Para ela, História “fala sobre o nosso passado, a gente aprender da onde a gente veio, aprender a se respeitar.” Assim, é possível entender que, para essa discente, as questões que envolvem os direitos humanos também estão ligadas ao passado.

Outros alunos também associaram a escravidão aos direitos humanos. Um estudante apontou que os cativos eram comparados aos animais, viviam na senzala e o tema dos direitos humanos entra nesse conteúdo, pois não havia igualdade entre os escravos e os seus donos. Para uma discente, a escravidão “fere completamente os direitos humanos.”

Ainda no que diz respeito à 2ª Guerra Mundial, uma aluna mencionou que: “eu não lembro exatamente, mas os direitos humanos surgiram depois da Primeira ou da Segunda Guerra? Eu não lembro, mas a gente vê esse parâmetro histórico que dá necessidade do... da pressão do direito pra defender as pessoas [...]” A aluna estava se referindo à Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, construída após a 2ª Grande Guerra numa tentativa de superar os horrores por ela acarretados. Indo ao encontro desse raciocínio, outro estudante apontou que nas aulas de História é possível estudar como os direitos humanos foram conquistados no passado, mas também não concedeu nenhuma exemplificação.

No tocante à Ditadura no Brasil, dois alunos também relacionaram esse tema estudado nas aulas de História com os direitos humanos. Para uma estudante: “[...] o povo não podia votar, quem decidia quem ia ser o próximo presidente era o pessoal que já trabalhava pro governo [...]” Conforme outro aluno:

Na época da ditadura as pessoas eram oprimidas. Não tinham direito a liberdade de se expressar, era isso... não tinha direito a nada. Se você escrevesse uma música, até pra você tocar ele num evento você tinha que passar pela censura, se o pessoal da ditadura não aceitasse uma palavra que eles achavam que vai ter problema, os militares, a música não passava, o livro não passava, a reportagem, se você escrevesse uma reportagem, se ela fosse divulgada, se a ditadura achasse que aquilo ali era contra eles, o jornal era fechado, botavam fogo no jornal [...].

Mais uma vez, os alunos fizeram uma associação entre os conteúdos das aulas de História e a ausência de direitos, também são capazes de mencionar quais são esses direitos a partir de um fato

passado, no caso da citação acima, a liberdade de expressão. A partir dessa perspectiva da ausência, outros alunos apontaram que no passado os negros e as mulheres, principalmente, não podiam exercer os seus direitos.

Portanto, foi possível constatar que os estudantes se apoiam na generalização dos exemplos da História quando relacionam os direitos humanos ao estudo dessa disciplina. A associação ocorre na medida em que eles recorrem a exemplos negativos dos direitos humanos em diferentes fatos históricos; eles associam determinados contextos históricos, estudados nas aulas de História, à ausência de direitos. Assim, entendemos que o ensino de História esteja atuando na formação de ideias fragmentadas acerca dos direitos humanos por parte dos alunos que participaram dessa pesquisa, o que pode ser natural. Sustento aqui a necessidade de o ensino de História ter uma relação mais explícita com os direitos humanos, afinal, nos dias atuais, em que os nossos direitos são constantemente violados, é de suma importância trazermos à tona a discussão acerca dos direitos que foram declarados em diversos processos históricos como humanos.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista brasileira de educação*, nº5, p.25-36, 1997.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHAIB, Mohamed. Representações sociais, subjetividade e aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, v.45, n.156, p.358-372, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Participação juvenil e escola: os jovens estão fora de cena? *Última Década*, n.37, p.87-109, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 1, n.1, p.20-47, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Porões da memória: ensino de história e a memória da ditadura civil-militar

Leandro Rosetti de Almeida
Doutorando do PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da FAPERJ

Este artigo se insere no contexto das pesquisas no âmbito da ciência histórica que têm se debruçado sobre a compreensão da história no e do tempo presente diante das inquietações que este mesmo tempo tem provocado em seus sujeitos. O estudo se alia, de um lado, aos dilemas vividos pelo campo do ensino de história, com seus dilemas herdados de sua história e os desafios que se somam à construção de seu futuro enquanto saber de referência. O eixo que escolhemos como ferramenta de ligação dessas duas dimensões do ensino da história – sua história e sua construção de futuro – é a memória, porque aqui entendemos a memória segundo os parâmetros de Joël Candau (2014), que a aproxima axiologicamente do conceito de identidade¹, atrelando à construção desta identidade as questões duras onde a dor impera no processo de acesso ao passado² e imaginação do futuro. A memória é, desse ponto de vista, um certo tipo de conhecimento estratégico para se forjar a identidade do hoje e do amanhã, com base na construção de um ontem que nunca é finita, mas processual. Com assento na ideia de processo, a memória é dinâmica, viva, adaptável, enérgica e moldável. Nas palavras de Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas vitalizações (...). A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...). Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólica, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p.9)

A fluidez da memória, se pensarmos na particularidade do caso brasileiro, é pivô de muitas idas e vindas, palco de lacunas e inventos, esquecimentos e lembranças escolhidas a dedo, tendo sido ela mesma, assim, fundamental para a tecitura da história enquanto currículo escolar, embora seja ela mesma, conceitualmente, distinta do conceito de história. Outro aspecto que o excerto de Nora nos descortina é a intrínseca relação entre a memória e o tempo presente, o hoje, os dias atuais. Nesse sentido, mais uma vez pensando em termos de Brasil, entendemos que o contexto que se confirmou no país após o pleito de 2018 carece de um profundo exame do país sobre o seu

¹ “(...) a memória dos mortos e um recurso essencial para a identidade”. (CANDAU, 2014, p.145)

² “(...) quando se perde a felicidade, a memória dessa perda pode ser tao dolorosa que o esquecimento vem ajudar aquele que sofre”. (CANDAU, 2014, p.128)

passado e sobre a memória desse passado. O despertar do gigante conservador, longe do ineditismo que possa parecer a quem nasceu após a abertura política no fim dos anos 1980, não traz nada de inédito quanto à sua capacidade de clamar por ordem a partir do revestimento de uma certa aura moral que reivindica a primazia dos chamados “bons costumes” em relação à devassidão de uma sociedade “corrompida” política, cultural e economicamente. Se é certo, porém, que o contexto do Brasil de 2019 tem lá as suas particularidades e contingências, estas não podem ser dissociadas do fato de que a vitória do projeto que chegou ao poder em outubro de 2018 se valeu da memória de setores da sociedade que zelavam, com muito apreço, pelos sentimentos conservadores no espectro da sociedade e da política.

Por este motivo, entendemos aqui o impacto que a ditadura civil-militar deixou na sociedade brasileira, após seus vinte e um anos de existência, não deve ser subestimado. Se em 1985 ela desaparece, formalmente, da cronologia política da história do Brasil, ela o faz como um furacão que, com seus ventos a centenas de quilômetros por hora, avança sobre casas e ruas, destrói vilas e cidades, e definitivamente marca a história de um determinado lugar e de uma determinada época. Apesar de o terrível fenômeno chegar ao seu fim, e a despeito do clima ameno e do céu azul dos dias seguintes, as casas, as vilas, as ruas e as cidades trarão a marca daqueles ventos que passaram com ferocidade naquele lugar. O mesmo se deu com a ditadura civil-militar no Brasil. Seu desfecho pelo alto trouxe consigo um lastro de vácuo que foi ocupado por uma miríade de narrativas que se empenharam em construir uma explicação mais ou menos razoável para o passado que passou – o furacão terrível – sem, contudo, construir eficientemente uma estrutura urbana resistente capaz de enfrentar eventuais novos ventos violentos. Muitas dessas narrativas se dedicaram à explicação do que foram os anos de 1964 a 1985. Outras, apostaram na explicação do que era o presente e, principalmente, do que deveria ser o futuro. Às vésperas do fim do mundo³, o passado já parecia mais morto do que vivo. Mas, como é próprio de muitas culturas latinas – do culto aos *egunguns* na Ilha de Itaparica, em Pernambuco, às representações da *Santa Muerte*, no México – quando os mortos precisam ser cuidados, reverenciados ou afastados, é porque, em realidade, não estão tão mortos assim⁴.

Este artigo, portanto, recupera o ensino de história como protagonista neste celeiro de disputas de narrativas sobre o passado da ditadura. Mais propriamente, preocupamo-nos com a

³ Aqui uma mera referência às expectativas escatológicas que eram nutridas à medida que os anos 1990 se aproximavam do ano 2000 e/ou da virada do milênio.

⁴ Segundo Candau, “todo individuo morto pode converter-se em um objeto de memoria e identidade” (p.143). O conceito de prosopopeia aliado a memória e um recurso utilizado pelo autor, que se apropria da figura de linguagem para referenciar a vitalidade e a importância do passado e dos mortos na (con)formação dos que estão vivos.

forma como a memória da ditadura foi ou não enfrentada pelo ensino de história, considerando a dor das chagas que este período – à luz da metáfora de uma cicatriz semiaberta e sensível – traz à história do tempo presente. Assim como uma dor profunda que carece do desconforto que lhe conduz à cura, enfrentar a memória da ditadura não prescindirá do desconforto que é revolver os traumas do passado, principalmente porque o presente, tal como ele é, é fruto da construção de identidades, concepções morais e éticas, estruturas políticas e sociais que são como são porque enfrentaram de uma maneira específica o passado da ditadura.

O ensino da história da ditadura hoje, com suas especificidades, obviamente, também é fruto da forma como o ensino de história, de modo mais amplo, enfrentou a memória da ditadura nos últimos trinta anos. O currículo da disciplina, os livros didáticos, as aulas propriamente ditas, tudo isso ajuda a compor a identidade do professor e da professora de história do Brasil de 2019. Portanto, eles e elas também não estão imunes ao desconforto que pode conduzir (ou não) à cura da ferida semiaberta. É precisamente por isso que o tema da ditadura é um tema sensível da história.

A tarefa que propomos aqui é justamente examinar o passado-ferida com o objetivo de buscar meios que possam cicatrizá-la/o. Este artigo está atrelado a uma pesquisa mais ampla que tem como objetivo geral analisar como a dor e o trauma representados pela ditadura civil-militar foram incorporados pelo ensino de história de uma escola na década de 1990 e pela memória dos sujeitos escolares que a compunham no período. Tal intenção visa traçar parâmetros para comparar concepções de passado e expectativas de futuro desta geração com aquelas gerações que não chegaram a estudar sobre a ditadura civil-militar porque, obviamente, estavam em plena vivência escolar quando do regime dos generais. Este objetivo está norteado pelo interesse em melhor compreender a potência e os limites das aulas de história, especialmente quando estas têm disputado narrativas – antes como agora – com uma ampla gama de outras fontes de conhecimento, como o jornalismo, o entretenimento, as memórias familiares, a própria cultura escolar, a cultura política do país e também a religião. Para tanto, investimos em três caminhos de investigação, os quais consideramos como hipóteses, pontos de partida ou, simplesmente, *apostas*: primeiro, sustentando que o ensino de história não enfrentou eficientemente a memória da ditadura. Referimo-nos ao contexto da Baixada Fluminense e, mais especificamente, a uma instituição em especial. Segundo, argumentando que o material didático pós-abertura sobre o ensino da ditadura investiu no par de oposição “repressão” *versus* “resistência”. E terceiro, relacionando o papel dos meios de comunicação, de forma geral, à construção da memória histórica da ditadura civil-militar – relação potente quando analisada sob o prisma da história pública.

Metodologicamente, a pesquisa escolheu uma instituição específica que servirá como norte para o estudo da forma como se construiu a história da ditadura. Trata-se de um instituto de educação, fundado em 12 de junho de 1962 e localizado na região central de Duque de Caxias. A escolha desta instituição se dá, fundamentalmente, por ser uma escola de referência na formação de professores naquela cidade, tendo formado gerações de docentes que passaram a atuar nas redes privada e pública do município. Ela abrigou a primeira faculdade de educação pública da Baixada Fluminense e seu curso de pedagogia, criado em 1970, foi incorporado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1981, ali permanecendo até 1998, quando se transformou no que é hoje a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), já em instalação separada. Por fim, interessa dizer que este estudo tem como referência a década de 1990 por considerar que é nesta década que se consagram as reformas curriculares, assim como uma certa memória de repúdio à ditadura.

As hipóteses desta pesquisa foram construídas como *apostas* diante de um jogo com muitos reveses possíveis. Insistimos para que as hipóteses sejam lidas como *apostas* – atuando na preliminaridade, portanto – especialmente porque podem afetar sensibilidades relacionadas à própria identidade da profissão historiográfica e docente, assim como ao próprio período da ditadura civil-militar, que é amplamente considerado um tema sensível da historiografia brasileira.

A primeira hipótese/aposta é que o ensino de história não enfrentou a memória da ditadura civil-militar. Obviamente falar simplesmente de ensino de história, no singular, num contexto tão amplo quanto a realidade brasileira é um risco. Portanto, é necessário investir no detalhamento e na explicação da aposta. Referimo-nos ao contexto da Baixada Fluminense da década de 1990, e mais especificamente, o contexto de uma instituição em especial. O não-enfrentamento ao qual a hipótese faz referência não é a ditadura civil-militar enquanto componente curricular, mas as memórias que foram construídas sobre o regime antes e após a abertura política. Para compreender este não-enfrentamento é necessário historicizar a própria memória da ditadura e a memória do ensino de história. E isso se faz mobilizando o entendimento de que na década que se seguiu à abertura, abordar a ditadura em sala de aula era sinônimo de enfatizar aos discentes os pontos que impactaram negativamente a história do país, como a censura, a tortura e a privação de direitos políticos. Existia um sentido para se ensinar história àquela altura – recuperando aqui a ideia de *sentido* de Jörn Rüsen (2010, p.155, 156) – o que nos impele a pensar numa certa categoria cognitiva de valoração do presente a partir da consciência que se tem do passado através da forma

como este passado é interpretado pelos seus atores⁵. Desta forma, desenhou-se na cultura escolar uma ditadura que, não necessariamente, encontra correspondência nas histórias de vida e suas memórias sobre os anos de 1964 a 1985. Se a ditadura enquanto componente curricular foi trazida ao centro da sala de aula, é bem possível que as memórias que destoavam das cores com as quais se pintava a tela da ditadura na história escolar sequer tenham entrado na escola. O que não significa que elas não existiam ou que não pudessem ser construídas posteriormente – como de fato foram. Cabe aqui citar o exemplo do editorial da Folha de São Paulo que, em 17 de fevereiro de 2009, refere-se ao período em questão como “ditabranda”:

Mas, se as chamadas ‘ditabrandas’ - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso.⁶

O editorial endossa uma história da ditadura que não é a história da ditadura da escola ou, pelo menos, da maioria dos currículos. Uma ditadura que não foi tão dura assim, colocando em xeque as evidências das violações de direitos, das alterações na legislação e do próprio regime de exceção que se construiu ao longo daqueles vinte e um anos. O editorial dialoga com uma memória conservadora razoavelmente ignorada pelas salas de aula. Assim, a aposta é que, no afã de superar a fase anterior, a história escolar da Nova República pode ter subestimado a força de uma memória conservadora existente e em construção a respeito do que considerara nefasto.

A segunda hipótese/aposta se refere aos materiais didáticos produzidos justamente na década de 1990. Buscar-se-á comprovar que o material didático sobre o ensino da ditadura investiu no par de oposição “repressão” versus “resistência”. Assim como na primeira aposta, a forma como se construiu o olhar sobre os tempos da ditadura está marcado pelo seu próprio tempo e pelas expectativas que eram nutridas para aquele presente. O modelo “repressão” versus “resistência” – que daqui por diante chamaremos de “RxR” – transformou-se em uma categoria explicativa para lidar com o tempo da ditadura. Contribuíram para esta construção epistemológica a própria necessidade de superação, de construção de uma narrativa condizente com esta superação, a produção historiográfica mormente marcada por uma leitura do tempo a partir da teoria marxista, do materialismo histórico e da luta de classes. Trata-se de uma tradição historiográfica que passa a

⁵ A legitimação da narrativa histórica enquanto categoria de sentido obedeceria, segundo Rüsen, quatro critérios que se configurariam em etapas de um processo, a saber: a percepção da contingência e da diferença no tempo; a interpretação daquilo que foi percebido através do processo de articulação narrativa; a orientação da vida prática, resultante dos modelos de interpretação produzidos na etapa anterior; e a motivação do agir dos sujeitos que protagonizam uma determinada experiência narrativa.

⁶ Ver: Limites a Chávez. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 fev. 2009. Editorial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019

poder escrever e produzir de modo livre, visibilizando as experiências de resistência que se fundavam no período mesmo em que eram perseguidos intelectuais, artistas, estudantes, jornalistas e muitos outros profissionais críticos ao regime. O material didático fruto deste contexto reflete as expectativas do próprio fazer historiográfico daquela década. O que não significa que outras possibilidades explicativas pudessem existir para além do modelo RxR. Este trabalho aposta na ideia de que o modelo RxR não foi suficiente para se construir no país, na “câmaras dos comuns” da sociedade, uma memória sólida e crítica à ditadura civil-militar. Nesse sentido, criou-se um descompasso entre a narrativa oficial das historiografias acadêmica e escolar, enquanto no senso comum as visões sobre o passado se alimentavam de um tal espírito nostálgico e positivo dos anos da ditadura. Assim, a memória sobre o passado é construída, necessariamente, a partir dos dilemas e das necessidades do tempo presente – tanto o presente atual quanto o presente passado. Os sujeitos que recorrem ao passado através da narrativa, o fazem mediante as carências que o presente aponta, conforme Rüsen sustenta (2010, p.155,156). Diante dos dilemas do tempo presente, mobiliza-se o mundo que os cerca na contemporaneidade, seus laços afetivos, suas marcas identitárias, suas inquietudes políticas, morais e religiosas, para dar sentido ao passado através da narrativa histórica construída sobre ele. É preciso que se considere a importância do presente na construção do passado e dos agentes desta construção. Neste caso específico, é mister que se considere o importantíssimo papel da imprensa na construção de um presente decadente e vil durante a década de 1990.

Além do editorial da *Folha*, de 17 de fevereiro de 2009, que reforça nosso argumento sobre o papel da imprensa como articuladora e difusora de uma visão conservadora sobre a ditadura, outras matérias contribuem para o entendimento de que a atuação dos grandes veículos de comunicação ao longo de toda a década de 1990 foi fundamental para se forjar um presente absolutamente descredenciado e negativo em relação a um passado que se queria mais organizado, encaixado e seguro (recorrentemente, o passado ditatorial). O passado ordeiro (ditatorial, mas não dito enquanto tal) se forja a partir de uma imagem profundamente negativa sobre o presente através de narrativas que se retroalimentam pela violência urbana ali mesmo anunciada, transformando em acontecimento os fatos que ocorriam, por exemplo, nas praias cariocas. Em 28 de outubro de 1991, *O Globo* assim anunciava ao seu público em manchete: “Ratos de praia fazem arrastão e trocam tiros em Ipanema”. Em 19 de outubro de 1992, o mesmo periódico noticiava em matéria de capa: “Arrastões levam terror às praias. Bandos roubam e agridem na Zona Sul do Rio”.⁷

⁷ Ver: Nos anos 90, arrastões nas praias da Zona Sul do Rio levaram pânico aos banhistas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 nov. 2013. Acervo. Disponível em: <https://glo.bo/2Zi612o>. Acesso em: 22 ago. 2019.

A terceira hipótese/aposta advém justamente deste último aspecto abordado na segunda, a saber, o papel da imprensa na formação da memória conservadora sobre o tempo da ditadura. A bem da verdade, esta aposta não se limita à imprensa propriamente dita, mas versa sobre o papel dos meios de comunicação, de forma geral, do jornalismo, dos livros, das memórias familiares, na construção da memória histórica de uma determinada época. A aposta é que os caminhos propostos pela história pública podem ser promissores no enfrentamento dos passados dolorosos, sobretudo porque tais passados tensionam com lembranças sensíveis e memórias coletivas de difícil trato. Nesse sentido, a história pública seria fundamental à compreensão de que muitos outros fatores para além dos limites da historiografia ajudam e ajudaram a configurar a leitura do passado recente do Brasil por um viés conservador. Esta hipótese aposta na ideia de que o conservadorismo em que o momento atual da história política do país está imerso não pode ser descolado de uma história pregressa de sublimação e ofuscamento, vindo a eclodir a partir das manifestações das jornadas de junho de 2013, seguindo pela polarização das eleições de 2014, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo Michel Temer, até o pleito de 2018 com as eleições dos respectivos e atuais cargos políticos, marcados pelo apelo conservador e, não raro, pelo desprezo pelas entidades científicas de uma forma geral. Para este estudo, dois caminhos possíveis: o primeiro, pensar o sucesso do pensamento conservador a partir de uma reviravolta política que jogou para a cena memórias conservadoras subsumidas e invisibilizadas durante mais de duas décadas; o segundo, compreender o papel da dimensão pública dos saberes sobre o passado, para além da história, na construção de narrativas conservadoras sobre o tempo da ditadura depois que as cortinas do tempo se fecharam para ele – ou não.

O poder transformador da história na sala de aula não está em questão aqui. Trata-se, entretanto, de entender os limites desta transformação, posto que os elementos que mobilizam as transformações de quem quer que seja são mais profundos e enraizados do que os cinquenta minutos semanais de uma aula de história, por mais competente que seja o professor ou a professora que ministra a disciplina. Nesse caso, é preciso que o professor e a professora de história atentem para a existência dos muitos veículos que, reivindicando um determinado conhecimento sobre o passado, disputam com o conhecimento científico historiográfico, as visões de um público amplo e diverso. Aqui, poder-se-iam incluir as redes de televisão, filmes e séries, a grande imprensa e a imprensa alternativa, canais de vídeos da Web, além, é claro, das memórias familiares e coletivas sobre o tempo que passou. Muitas delas, indubitavelmente, invisibilizadas, negligenciadas e/ou ridicularizadas pelo conhecimento científico. Essa disputa de narrativas pelo passado passa pela ideia de que todas elas estão alinhadas pela dimensão pública do conhecimento sobre o tempo que

passou. E a história, à medida que se empodera desta dimensão pública, pode ser capaz de enfrentar, de modo consciente de seus muitos limites, as visões que escapam à verdade enquanto utopia que é pertinente à história.

É dessa maneira que a história pública pode ser terreno fértil para a lida com o passado recente do Brasil, notadamente aquele referente às décadas da ditadura civil-militar. Tomando consciência da existência/permanência de memórias positivas em relação àquele regime, a postura mais produtiva talvez seja apostar no enfrentamento parcimonioso dessa realidade, porque o enfrentamento belicoso e o combate ostensivo ao conhecimento não-científico sobre o passado simplesmente são inócuos. De nada serve ao historiador comprometido com aquele propósito simplesmente combater com sua muito bem elaborada tese a visão de que determinado passado foi de uma maneira e não de outra. Isso vale especialmente para os estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil. O público que a defende, nos dias de hoje, não cederá à cientificidade do conhecimento histórico se a postura dos historiadores for a da ridicularização e/ou da invisibilidade.

É bem possível que essas pessoas jamais deixem de pensar da forma como pensam, e isto não dependerá de qualquer postura dos historiadores profissionais. Entretanto, é possível e necessário agir para que o conhecimento historiográfico comprometido, cientificamente respaldado, conquiste potência junto ao público que, tal como no teatro pré-brechtiano, assistia passivamente a realidade encenada. Se não for possível convencer terraplanistas, é preciso seduzir aqueles que ainda não o são. E isso só é possível se se considerar a existência desse público. Não obstante considerá-la, é preciso fazer com que essa existência se dê em conjunto com a pesquisa científica, o que dá sentido ao conceito de história pública, conforme defende Ricardo Santhiago, ou seja, fazer história pública é fazer história do público e/ou para o público e/ou com o público e/ou sobre o que é público (SANTHIAGO, 2016, p.25, 26). Mesmo que esse público seja aquele que descredencia a cientificidade da história no que diz respeito à ditadura civil-militar.

Não é uma tarefa fácil, mas talvez a resposta esteja na trilha aberta pelo historiador Michael Frisch, quando este discorre sobre os desafios da história diante das contingências da contemporaneidade, do mundo digital e das possibilidades metodológicas que tentam acompanhar o ritmo acelerado da leitura de mundo. O conceito de *autoridade compartilhada*, criado pelo historiador, segundo o qual “nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” talvez seja eficiente para pensarmos em formas de aproximação entre o saber científico e o público que questiona a própria ciência. Frisch argumenta que “o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2016, p.62). Para o autor, o diálogo entre expertise e experiência deve orientar aqueles que partilham do

conceito de autoridade compartilhada. Nesse diálogo é possível criar um terreno saudável, onde autoridade e autoria se confundem, se mesclam e se completam.

O que Michel Frisch talvez não pôde considerar em seu argumento foi justamente a insegurança em que se transformou qualquer terreno que trate, em terras brasileiras, da questão educacional. Os ambientes mais saudáveis, hoje, são questionados em sua legitimidade, especialmente se considerarmos o ambiente escolar e sua capacidade de congrega identidades, experiências e trajetórias as mais diversas, a partir do encontro multifacetado entre professor ou professora e seus alunos ou alunas. Considere-se ainda a dificuldade de conceituar a expressão *terreno saudável*, quando como *terreno* se compreende uma área da cidade disputada pelas agências das polícias, das milícias, do narcotráfico e do ensino de história no meio da disputa. Ou quando *saudável* não faz o menor sentido diante da inércia de políticas públicas voltadas à vacinação; ou ainda, quando uma criança – sem vacina – brinca à beira de um córrego de esgoto na artéria de uma favela carioca. Em muitos casos, não é a memória do passado que se impõe no tempo presente, mas o tempo presente é quem esmaga o passado e suas memórias. Ao que parece, o ensino de história precisa não apenas disputar o passado, mas também o presente. Nem no primeiro caso, nem no segundo, a disputa logrará êxito enquanto os muros que separam a universidade da comunidade estiverem erguidos. Nem tampouco enquanto estiverem de pé os muros que separam a história das demais áreas do conhecimento que ajudam a compreender os desafios do tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). Introdução. In: História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.11-20.

AMATO, G.; BATISTA, N.; DELLAMORE, C. A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo, Contexto, 2014.

CARRETERO, Mario. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. São Paulo, Artmed, 2010.

FRISCH, Michael. “A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.57-69.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KNAUSS, Paulo, O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história. Cadernos Cedes, v.25, n.67, p.279-295, set.-dez. 2005.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. Revista Brasileira de História, v.19, n.38, pp.125-138.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

QUADRAT, Samantha. “É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?”. In: MAUAD, A.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. (orgs.). Que história pública queremos? = What public history do we want? São Paulo, Letra e Voz, 2018. pp.213-220.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.33-35.

WANDERLEY, Sonia. “Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.207-217.

Ensino de História, Estética e Política: possíveis diálogos e caminhos de pesquisa¹

Rafael Monteiro de Oliveira Cintra
Doutorando do PPGHS/UERJ – Bolsista CAPES²

Há muito se discute sobre o lugar da subjetividade dos historiadores. Em diferentes perspectivas e apostas metodológicas, que oscilam entre o abandono ao apego absoluto, a natureza desses debates coloca a subjetividade humana no cerne de uma discussão epistemológica sobre o exercício do historiador.

Para Sabina Loriga (2012), esse questionamento desponta, por um lado, da impossibilidade de nos separarmos do tempo presente e das questões que ele nos lança. Por outro, relacionado ao *pathos*, pelo modo como lidamos com o passado em sua alteridade: podemos nos aproximar ou devemos nos distanciar dele? A autora entende que é preciso encarar o “eu” do historiador como um lugar de trabalho, como um ponto de partida para perguntas, análises, criações; interrogá-lo, ao mesmo tempo em que criamos a partir dele e com ele. Ora, diante desse cenário, questionamos: seria possível transportar a discussão sobre a subjetividade dos historiadores aos que não estão nas universidades, mas nas salas de aula do ensino básico?

O trabalho dos historiadores, predominantemente, culmina em um texto. Este, pelo seu caráter narrativo, compartilha com outros gêneros textuais certas características intrínsecas ao ato de escrever: a escolha das palavras, a estrutura que guiará o curso das argumentações e a temporalidade, como aponta Paul Ricoeur (2016). Por essa razão, acreditamos que os professores de História da educação básica, autores dos textos que as suas aulas são³, transportam o seu “eu” para a sala de aula. Assim, entendemos ser possível estabelecer um paralelo entre a dimensão narrativa dos textos historiográficos e a dos que são produzidos na aula de História: ambos carregam as subjetividades dos seus autores. Ainda, como texto que compartilha certas características com

¹ Este trabalho tem o objetivo de apresentar a pesquisa, em andamento, intitulada “A aula que a gente lembra é aquela que nos toca”: as dimensões estéticas e políticas do ensino de História”. Estamos no primeiro ano do desenvolvimento desse projeto, buscando prosseguir com as discussões teóricas que inicialmente propomos, articulando-a a outras referências e circunscrevendo os caminhos metodológicos inicialmente estabelecidos. Portanto, trata-se de um texto exploratório. Dentro dos seus limites, buscaremos indicar nossas escolhas até agora, assim como nossas incertezas e desafios.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

³ Para Ilmar Rohloff de Mattos (2006), a aula de História do ensino básico é um texto como os produzidos nos espaços universitários. Isso porque os professores concatenam leituras e as traduzem para o seu público, transformando-as em um texto próprio, criado a partir das suas próprias interpretações e na intencionalidade de relacionar-se com os seus alunos.

outros gêneros textuais, como a ficção, podemos apreender uma dimensão estética inerente à condição do texto como narrativa⁴.

Desse modo, acreditamos que, ao escreverem seus textos e narrarem a História que pretendem ensinar, os professores convidam elementos capazes de despertar sensibilidades dos alunos, que estaria diretamente relacionada a um aspecto político do ensino de História, pois seria acionada com o objetivo de “criar comunidades” e chamar a atenção do aluno para as muitas possibilidades de convivência no mundo.

Assim, acreditamos que os professores de História trabalham em uma dimensão da aprendizagem que ultrapassa um modelo cognitivista de aprender; ou seja, operam numa região que considera a “sensibilidade” como zona possível de construção de saberes. Portanto, nosso objetivo é compreender, em um primeiro momento, o modo como os professores de História constroem as suas aulas, buscando identificar esses momentos que podemos caracterizar como “estratégias de sensibilização”. Entendendo a aula de História como texto, podemos apreender que os professores operam na construção de uma narrativa que possui uma intencionalidade. Assim, supomos que essa intencionalidade não se limitaria ao “aprender” do aluno, sendo importante para o professor que ele se “sensibilize” com o que está sendo ensinado.

Dentro desse contexto, optamos por estabelecer um corpus de análise em dois níveis: o primeiro consiste na observação das aulas de professores de História, o segundo, em uma entrevista com os mesmos professores. Acreditamos que é importante estabelecer um diálogo entre as práticas e a história de vida desses sujeitos, para combiná-las não com o objetivo de identificar uma origem, mas um lugar social de referência. As observações, por sua vez, são importantes pois estamos falando de um estudo que parte do cotidiano, dos acordos estabelecidos em cada sala de aula. Portanto, acreditamos que uma observação de caráter etnográfico pode nos ajudar a sustentar as hipóteses que nos guiam.

Portanto, nosso objetivo geral consiste em analisar e compreender as aulas de professores de História como um terreno no qual é possível identificar práticas relativas a uma dimensão estética do conhecimento. Nas páginas a seguir, apresentaremos nossas principais escolhas teóricas e metodológicas até agora, com o objetivo de evidenciar os contornos que estamos estabelecendo nesse princípio de pesquisa.

⁴ Segundo Ricoeur (2016), a narrativa histórica e a narrativa ficcional possuem características comuns. Contudo, o ideal de objetividade do texto histórico, que se dirige a uma intencionalidade objetiva, e parte de um dado objetivo, é a diferença primeira entre os dois textos e que legitima à História como campo de conhecimento.

Circunscrevendo um quadro teórico e metodológico

De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, existe uma nova concepção, no campo da História, que compartilha com a estética o componente distintivo da “presença”. Para ele, o que é mais interessante no domínio dos estudos históricos é a “presentificação de mundos passados – ou seja, as técnicas que produzem a sensação (ou melhor, a ilusão) de que os mundos do passado podem tornar-se de novo tangíveis” (GUMBRECHT, 2016, p. 123). Gumbrecht identifica a existência de uma estética potencial da História, através da qual esse campo estabelece convergência com a arte. Trata-se de um poder de “experiência” compartilhada entre os dois.

O autor acredita que essas “experiências estéticas” podem ser definidas como “momentos de intensidade”, que não podemos encontrar no mundo histórico e culturalmente específico do cotidiano em que vivemos:

Se a experiência estética é sempre evocada por e sempre se refere a momentos de intensidade que não podem fazer parte dos respectivos mundos cotidianos em que ela ocorre, segue-se que a experiência estética se localizará necessariamente a certa distância desses mundos. (GUMBRECHT, 2016, p. 130)

A experiência estética exige tempo, estranhamento e, ainda que surja no meio de uma rotina, é caracterizada por um momento de disjunção a ela. Paralelo a isso, estabelece uma relação entre a “experiência estética” e o desejo de “produção de presença”. O “efeito de presença” seria, justamente, o efeito desses elementos que, trazidos à tona, despertariam sobre os corpos uma experiência que ultrapassa a razão. Quer dizer, até podemos interpretar (preencher de sentido) as coisas do mundo, mas às vezes elas nos atingem como um momento de intensidade, como presença.

A “produção de presença” se relaciona diretamente ao fato de que os homens buscam resgatar elementos do passado e especular o futuro – como um modo de ultrapassar os limites do “mundo da vida”. A consciência humana imprime esforços para alcançar aquilo que é humanamente impossível: antecipar o futuro – através da imagem de Deus – e resgatar o passado: “na verdade, não podemos reviver o passado, mas quanto menos é possível a nossa consciência reviver completamente o passado, maior é o fascínio pelo passado” (GUMBRECHT, 2011, p. 34).

Dessa forma, as reflexões de Gumbrecht parecem indicar um profícuo caminho teórico para compreendermos como essas experiências sensíveis podem ocorrer na aula de História e como o professor pode se tornar o catalisador delas.

Para compreendermos a dimensão política da estética, utilizaremos as contribuições do filósofo Jacques Rancière, para quem a política é uma face indelével da estética. Para ele, essa dimensão reside na possibilidade de reconfigurações entre “fazer”, “dizer” e “ver” que modulam o ser comum. A base estética da política seriam as “lutas para transpor a barreira entre linguagens e

mundos, na reivindicação de acesso à linguagem comum e ao discurso na comunidade, provocando uma ruptura das leis naturais de gravitação dos corpos sociais” (RANCIÈRE, 2009, p.19).

Através da categoria de “dissenso”, advoga a existência de um conflito que pretende disputar uma dada distribuição do sensível – a configuração do mundo, a qual também chama de “polícia”. O dissenso busca a criação de comunidades que partilham o sensível, que buscam alterar as configurações entendidas como fixas e imutáveis. O dissenso surge como o mecanismo através do qual as comunidades, de estética partilhada, reivindicam um “lugar de fala” a partir de uma subjetivação política. A dimensão estética/política surge como instrumento com o qual os indivíduos questionam quem pode falar dentro de uma determinada sociedade: pretendem, portanto, a criação de um mundo que permita as suas aparências.

De acordo com Rancière, a estética é o que permite percebermos a existência de mundos “dissensuais” dentro de mundos consensuais, e é capaz de conferir à política um estatuto de experiência. Quer dizer, a política está relacionada ao modo como a sociedade se enxerga, num jogo dentro do qual certos indivíduos estão excluídos das formas autorizadas do discurso. Para Rancière, a política existe porque existem mundos fraturados: portanto, pode ser compreendida como a “fissura”, como quer o autor, nos modelos que determinam as sensibilidades de cada um.

Dessa maneira, entendemos que os professores de História, ao apresentar objetos da arte, ou proporcionar experiências sensíveis, estão preocupados não somente com a transmissão desse conhecimento, mas questionar a sua própria realidade e a realidade dos alunos. Como mencionamos, acreditamos nessa possibilidade justamente porque o conhecimento histórico se assenta sobre uma narrativa: dentro dos sintagmas que constroem qualquer texto, podemos ver elementos que despertam sentimentos e evidenciam lugares.

Para entender essa narrativa histórica, propomos nos aprofundar nas análises de Paul Ricoeur (2016a) sobre as dimensões temporais existentes no gênero narrativo. Ele aponta que o discurso dos historiadores se funda em uma estrutura narrativa, ainda que de um tipo particular. Os historiadores transformam os seus objetos – um espaço, uma temporalidade, uma conjuntura – em “quase personagens”, com os quais conduzem o leitor numa estrutura narrada. Para Ricoeur (2016b), recuperar essa dimensão é considerar a sensibilidade humana, o vivido e o próprio homem, para um debate historiográfico que, em sua época, não tão raro negligenciava as ações humanas em nome de uma análise das grandes estruturas.⁵

⁵ O trabalho de Ricoeur pode ser entendido como uma crítica à História quantitativa da Escola dos *Annales*, que surge nas primeiras décadas do século XX.

Segundo o francês, diferente da narrativa de ficção, a narrativa histórica tem um compromisso com a “realidade” – que pode ser percebido no esforço que os historiadores exercem em imprimir, através da análise das fontes, um dado da realidade, uma reconstrução do passado. Essa intencionalidade é o que confere à narrativa histórica um tipo específico de gênero narrativo. Em uma combinação estratégica entre o “tempo da alma” de Santo Agostinho e a “poética” de Aristóteles⁶, Ricoeur indica que o tempo se aproxima do vivido quando percebido na tessitura de uma narrativa. É a narrativa quem concede às análises dos historiadores uma dimensão de temporalidade, que dialoga com os aspectos sensíveis de uma poética ao mesmo tempo que fundamenta uma ordem lógica de percepção do tempo.

A narrativa constitui-se de uma trama dentro da qual podemos perceber os episódios e os elementos que merecem relevos dentro dela. Ainda, acredita que narrar é descrever ações humanas e discorrer sobre elas dentro de um contexto que imprime significados diversos. Contudo, salienta que a constituição dessa trama obedece às estruturas e códigos já constituídos na linguagem. Ou seja, por mais que o trabalho dos historiadores consista numa narrativa específica, que a diferencia da narrativa de ficção, compartilha com ela esses elementos que compõem o texto. E é por isso que acreditamos que Ricoeur pode nos ajudar a compreender de que modo a narrativa histórica pode se constituir de elementos estéticos, objetivando uma sensibilidade dos seus receptores: compartilhando os códigos com os quais se constroem as tramas na ficção, por exemplo, a narrativa histórica pode aproximar-se dela na escolha dos elementos que constituem o texto narrado.

A operação historiográfica, ou seja, a constituição do círculo hermenêutico sobre o qual incide a obra do historiador, passa por três fases miméticas: na primeira, existe uma apreensão de uma realidade (mimese 1), na segunda, a configuração textual a partir da qual esta realidade é apreendida (mimese 2) e, por fim, na terceira, a reconfiguração da obra a partir da ação do leitor (mimese 3). Para o autor, na mimese 2, podemos apreender cruzamentos mais fortes entre a narrativa historiográfica e a narrativa ficcional. Nesse momento, existe um espaço de mediação entre aquilo que é percebido na mimese 1 e levado à mimese 2. Na mimese 2 acontece um processo de escolha dos códigos textuais que apreende o primeiro momento, mas que se volta às expectativas projetadas sobre aqueles que serão leitores do texto. É nessa fase da construção da narrativa que

⁶ Para ele, Santo Agostinho, a “alma humana” é impactada por uma tripla presença do tempo, fundada na memória (que recupera o passado), na visão (que determina o que vemos no presente) e nas expectativas (que projeta um futuro). Esta experiência é individual pois tem um caráter estritamente subjetivo e, por isso, enfrenta dificuldades em sua comunicação. Para Aristóteles, o tempo é percebido através de uma intriga: quer dizer, através de acontecimentos que tecem a lógica da trama. Em Aristóteles, a compreensão do tempo dialoga com um fazer poético, que obedece à lógica mais que a uma cronologia. (RICOEUR, 2016a)

acreditamos residir o espaço para os professores de História acionarem os recursos de “sensibilização” aos quais nos referimos.

Assim, para Ricoeur, “narrar é ressignificar o mundo na sua dimensão temporal, na medida em que narrar, contar, recitar é refazer a ação seguindo o convite do poema” (RICOEUR, 2016a, p. 81). Ora, não é o poema caracterizado pela subjetividade dos seus autores, que convidam o outro para uma experiência sensível com o texto? Com Ricoeur, pretendemos estabelecer um paralelismo entre a narrativa historiográfica e aquela que é produzida nas aulas de História da educação básica, percebendo a influência desses dois campos, cujas naturezas epistemológicas estão em forte diálogo.

Finalizando o referencial teórico elementar com o qual gostaríamos de pensar nossa pesquisa, nos apropriamos de Maurice Tardif e Michel de Certeau, para alcançar a prática da sala de aula. Embora Certeau não desenvolva um trabalho voltado estritamente à Educação, seus estudos sobre o cotidiano têm servido de base para diversas pesquisas que exploram a rotina docente. Partindo de estudos sobre a adaptação da linguagem no cotidiano dos homens, Certeau indica que “os ‘contextos de uso’ (*contexts of use*), colocando o ato na sua relação com as circunstâncias, remetem os traços que especificam o ato de falar (ou práticas da língua) e são efeitos dele” (CERTEAU, 2014, p. 90).

Para explicar essa proposição, Certeau estabelece uma distinção entre as estratégias e as táticas. A primeira, a estratégia, pode ser percebida pela sua irradiação de influências a uma exterioridade, ainda, “como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios” (CERTEAU, 2014, p. 93). Enquanto isso, a “tática” é apreendida em si mesma, como algo que se ganha sem se conservar, algo que “capta no voo as possibilidades oferecidas por um instante” (CERTEAU, 2014, p. 95). Diferente das estratégias, a tática é o que acontece dentro de contextos determinados; relacionadas à imagem do consumidor, as táticas podem revelar “maneiras de ser” e “maneiras de fazer”, as apropriações que os sujeitos fazem das ordens que lhes chegam.

Por isso, consideramos pertinente entender certas práticas dos professores de História como as táticas definidas por Certeau. Isso porque acreditamos que, na construção das suas aulas, os professores recorrem a ações que não estão previstas nos discursos pedagógicos ou na fundação epistemológica do próprio conhecimento. Quer dizer, acreditamos que, no espaço de aula, pela sua dimensão interativa, o professor atua na captação desses “voos”, no exercício de uma prática que acontece nos interstícios de um cotidiano marcado por acontecimentos de diferentes naturezas.

Para Tardif e Claude Lessard (2005), a atividade docente pode ser pensada justamente como esse espaço de interações humanas. No espaço de interação com o outro, os membros que compõem o corpo escolar e, principalmente, os alunos e professores alteram suas práticas e até mesmo a sua identidade profissional. Os professores compartilham suas predileções, medos, anseios, nem sempre aparentes, mas que podem surgir como um espectro da sua docência (TARDIF; LESSARD, 2005).

Ainda com Tardif, entenderemos que “saberes” os professores de História manipulam em suas aulas. Em sua teoria sobre a origem social dos saberes, explica que os professores levam à sala de aula saberes adquiridos em diferentes instâncias de suas vidas, e não somente aqueles oriundos da formação profissional. Portanto, os saberes docentes são constituídos por experiências dos professores durante a sua infância, adolescência, círculo de amigos, escolarização, formação profissional e, porque não, da própria experiência profissional. Assim, para Tardif, a sala de aula é um lugar no qual podemos perceber um entrecruzamento de saberes, que dialogam com as disciplinas escolares. Assim, através do relato das histórias de vida dos professores, após a observação das aulas, buscaremos compreender de que modo suas próprias compreensões de mundo revelam-se na construção das suas narrativas.

Para observar a aula dos professores, optamos por uma metodologia de caráter etnográfico. A pesquisadora Elsie Rockwell (2015) salienta que, na Educação, podemos utilizar essa modalidade quando pretendemos operar numa diferenciação entre “saberes pedagógicos” e “saberes docentes”. Para ela,

O saber pedagógico, contido na Pedagogia como disciplina acadêmica, é tradicionalmente um discurso prescritivo; tem distintas fontes, filosóficas e experienciais, discussões políticas e ideológicas, contribuições diversas da Psicologia e das Ciências Sociais. [...] Encontra-se na formação docente, nos programas e livros didáticos, na reflexão sobre o discurso do professor e nas concepções que têm os pais e os alunos sobre o que deve ser o trabalho escolar. (ROCKWELL, 2015, p. 27, tradução livre)⁷

Em contrapartida, os “saberes docentes” podem ser definidos, como em Tardif, como aqueles “com outra existência social, que se objetiva de outra forma: não no discurso da Pedagogia, mas sim no *que-fazer* cotidiano dos professores, de qualquer professor” (ROCKWELL, 2015, p. 27, tradução livre e grifo nosso)⁸. Para a pesquisadora, os saberes docentes despontam no cotidiano da sala de aula, obedecendo aos contratos e aos diálogos entre os professores e os alunos.

⁷ No original: “*El saber pedagógico, contenido en la pedagogía como disciplina académica, es tradicionalmente un discurso prescriptivo; tiene distintas fuentes, filosóficas y experienciales, discusiones políticas e ideológicas, contribuciones diversas de la psicología y de las ciencias sociales. [...] Se encuentran en la formación docente, en los programas y los libros de texto, en la reflexión y el discurso del maestro y las nociones que tienen los padres y los alumnos sobre lo que debe ser el trabajo escolar.*”

⁸ No original, “*con otra existencia social, que se objetiva de otra manera: ya no en el discurso de la pedagogía, sino en el quehacer cotidiano de los maestros, de cualquier maestro.*”

Para Rockwell, através da observação do contexto e, posteriormente, sua descrição detalhada, esses saberes passam a ser documentados. Essa documentação pode ser interessante para uma reflexão sobre propostas pedagógicas preocupadas com as práticas existentes em sala de aula, partindo delas, valorizando-as em vez de simplesmente ignorá-las. A etnografia nos permite vislumbrar práticas docentes que eclodem de momentos que nem sempre se repetem, que explodem de uma faísca forjada por conjunturas específicas – o que se aproxima das “táticas” de Certeau. Por isso, a autora atribui importância à documentação que é realizada pelo etnógrafo, pois através dela pode ser possível recuperar essas práticas que, muitas vezes, sequer são conhecidas – mas que podem revelar importantes contribuições à área.

Assim, a etnografia nos permitirá conceber a sala de aula como uma realidade múltipla, cujos aspectos podem revelar mudanças que dependem tanto das instituições às quais se subordina quanto das práticas daqueles que nela atuam.

Com o objetivo de dialogar com os sujeitos sobre suas histórias de vida, utilizaremos as entrevistas semiestruturadas como método. Construiremos perguntas a partir do referencial teórico de Maurice Tardif, sobre a origem social dos saberes docentes, de modo que possamos estabelecer relações entre as aulas observadas e as trajetórias destes sujeitos. Estes tópicos serão capazes de impulsionar os relatos, permitindo que as particularidades da entrevista sejam oferecidas não somente pelas perguntas, mas sobretudo pela liberdade de quem a responde. De acordo com Zélia Maria Alvez e Maria Helena da Silva (1991), tal forma de iniciar a entrevista nos permite evocar o modo de agir e pensar dos sujeitos face aos temas, nos permitindo captar as crenças, sentimentos e valores expressados na fala e em como se fala.

(Re)pensando um vocabulário para o ensino de História

Em certa medida, quando propomos a articulação do nosso objeto com o referencial teórico-metodológico apresentado, estamos enxergando a sensibilidade de uma perspectiva ontológica. Sabemos que não podemos deixar nossas paixões e desejos do lado de fora dos lugares onde entramos: assim é com os historiadores em seus textos ou os professores em suas aulas.

É claro que existe um distanciamento necessário, como aponta Ricoeur (2016a, 2016b) na diferenciação que evidencia entre a narrativa historiográfica e a narrativa de ficção. Contudo, o lugar da subjetividade tem sido alvo de reflexões acerca do exercício do historiador. O que propomos é percebê-la em outro contexto, analisando não somente as formas de suas aparências, mas também as suas intenções. Nesse aspecto, acreditamos que voltarmos à historiografia para compreender a aula de História da educação básica, assim como o movimento contrário, é

importante para construirmos uma análise sólida sobre esse objeto tão delicado. Não à toa nossas opções teóricas e metodológicas partem de um aspecto compreensivo, que protagoniza os professores e suas práticas.

Esses são os caminhos que pretendemos seguir a partir daqui, ainda que com dúvidas e margens para construção de outras perspectivas – afinal, estamos falando de uma pesquisa que tem o diálogo com o outro como uma grande característica. Nossa aposta é que no momento em que vivemos, cujo horizonte de expectativas se fecha diante das crises sociais e ecológicas nas quais vivemos, como aponta Gert Biesta (2017), precisamos pensar nos objetivos da Educação para além das suas dimensões mensuráveis. Para o holandês, a Educação possui três objetivos principais: a qualificação, a socialização e a subjetivação. A qualificação se destina ao conjunto de saberes que aprendemos para aplicar ao mundo do trabalho, portanto, trata-se da dimensão mais mensurável de todas. A segunda diz respeito aos códigos que apreendemos para convivência com os outros nos espaços onde circulamos. A terceira representa a dimensão que recebe menos atenção, pois se refere a aspectos individuais e que, portanto, não está sob jugo de processos objetivos de aferição: trata-se da subjetivação dos educandos.

O que almejamos não é um estudo de comparação de experiências com o objetivo de hierarquizar ou classificar as ações de diferentes professores, mas olhar para a sala de aula sob um outro ângulo. Portanto, nos interessa perceber quais materiais são elencados pelos professores, que escolhas pedagógicas realizam, que inferências estabelecem entre os temas ensinados e os recursos eleitos – a leitura do livro didático, um filme, uma música, uma ida ao museu etc. Falamos de um viés que considera essa sensibilidade como uma característica epistemológica desse conhecimento: quer dizer, os afetos envolvidos na aula de História não são meros acontecimentos, mas fundamentais para um processo de ensino-aprendizagem que se pretende significativo na vida dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. *Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta*. Paideia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n.2, p. 61-69, 1991.

BIESTA, G. *Para Além da Aprendizagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

DEWEY, John. *A arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUMBRECHT, H. U. Depois de “depois de aprender com a história”: o que fazer com o passado agora?. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V. L. (Org.) *Aprender com a história?: O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUMBRECHT, H. U. *Serenidade, Presença e Poesia*. Belo Horizonte: Relicários Edições, 2016.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.

LORIGA, S. O Eu do Historiador. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259.

MATTOS, I. R. Mas não somente assim! Leitores, autores, aula como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, v. 11, p. 15-26, 2007.

MONTEIRO, R. M. O. “*Hoje a aula vai ser um filme*”: o cinema na tessitura dos saberes docentes e na aula de História. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RANCIÈRE, J. (2010). Política da arte. Tradução Mônica Costa Netto. *Urdimento*, Santa Catarina - Florianópolis (UDESC), v. 1, n. 15, p. 45-59.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIKOEUR, P. *Tempo e Narrativa I: o tempo narrado*. 3 ed. São Paulo: editora Martins Fontes, 2016a.

RIKOEUR, P. *Tempo e Narrativa II: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. 3 ed. São Paulo: editora Martins Fontes, 2016b.

ROCKWELL, E. *La Experiencia Etnográfica: Historia e cultura en los procesos educativos*. Buenos Aires: Paidós, 2015.

ROCHA, H. A. B. A presença do passado na aula de História. In: ROCHA, H. A. B. e MAGALHÃES, M. (Org.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SIBILIA, P. *Redes ou Paredes. A escola em tempo de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rio De Janeiro: Editora Vozes, 2005.

MESA 13

Brasil: política e economia

Debatedores:

Gelson Rozentino (FFP/UERJ)

André Guiot (SEEDUC/Caxias)

A Revolta Comunista de 1935: Perspectivas para análise fotográfica dos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN)

Kleber Oliveira dos Santos
Doutorando do PPGHS UERJ

O projeto de pesquisa que ora desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ- FFP tem como objetivo analisar as fotografias relacionadas à Revolta Comunista de 1935 anexadas nos processos do TSN, com intuito construir um quadro sobre identidades e representações sociais acerca dos levantes.

As insurreições de 1935 tem sido meu tema de pesquisa desde a graduação, passando por uma especialização e pelo mestrado, todos realizados na UERJ-FFP. Ao longo dos anos, este evento mereceu uma série de estudos que tentaram compreender suas motivações internas e externas além de seus desdobramos.

Neste aspecto, meu projeto busca contribuir para os estudos historiográficos sobre a Revolta Comunista de 1935, particularmente no que se refere à análise iconográfica das fotografias realçando a importância daquele fato histórico na definição do marco político dos anos 1930, no qual acreditamos que o levante comunista gerou diversas consequências políticas e sociais, além de ter contribuído para consolidação de um pensamento anticomunista que se construía no Brasil de então.

Em nosso entendimento, as fotografias inseridas nos processos serviram para consolidar uma dicotomia entre a ordem estabelecida e os movimentos de esquerda, tendo como principal objetivo colaborar com a punição dos envolvidos na revolta.

Neste contexto, acreditamos que a construção das representações sociais e identidades relacionadas ao evento foi marcada pelas ideologias intrínsecas aos grupos políticos e sociais envolvidos na realização e do levante e em seu posterior combate.

Concernente a utilização da fotografia como fonte histórica para projetos de pesquisa no Brasil, temos verificado um aumento significativo de estudos que se debruçam sobre a análise visual, algo que tem aberto várias perspectivas metodológicas e de diálogo interdisciplinar da História com outros campos do conhecimento.

Convém antes de esmiuçarmos as nossas propostas do projeto, estabelecer um quadro informativo sobre a Revolta Comunista e sobre aspectos relacionados à análise visual.

A Revolta Comunista de 1935

A Revolta Comunista de 1935 ocorrida nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, mereceu ao longo dos anos uma série de estudos e análises que buscaram entender esse evento em suas motivações e consequências.

Relativo à produção historiográfica sobre a Revolta, podemos apontar três tendências distintas: a primeira e mais clássica, defendida por autores como Silva (1969), que analisa a Insurreição como sendo motivada unicamente pela orientação externa da Internacional Comunista (IC), cabendo ao Partido Comunista do Brasil um papel meramente executório; a segunda que defende a Revolta como fruto de um erro de avaliação dos comunistas brasileiros acerca das condições internas e externas para realização do levante; e por último a que busca reconstruir a Insurreição em seus condicionantes internos, ressaltando neste contexto as tradições políticas e mentalidade dos diversos setores, grupos e classes que atuavam na sociedade brasileira na época, embora não desconhecendo a importância e influência da IC, sobretudo junto aos líderes do movimento.

Pinheiro (1991) e Waack (1993) são os principais defensores da segunda tendência explicativa. Em suas pesquisas sobre o tema, eles buscam explicar a Revolta Comunista a partir da percepção equivocada da IC, gerada, em grande parte, pelos informes e dados imprecisos fornecidos por integrantes da cúpula do Partido Comunista do Brasil.

Neste sentido, um contexto revolucionário inexistente, era visto pelos analistas da IC como uma possibilidade concreta para a realização de um levante comunista. Sendo assim, a IC atuaria como principal incentivadora, e ajudaria o movimento patrocinando parte dos custos empregados para a sua realização, e ainda enviaria assessores cuja tarefa era planejar os passos da insurreição.

A terceira vertente de análise das causas da Revolta Comunista tem como destaque os trabalhos de Vianna (1991) e Costa (1995). Para estes autores o contexto interno brasileiro teve um peso maior que as indicações da IC, sendo que nesta perspectiva, coube ao Partido Comunista do Brasil a iniciativa de propor um plano de ação baseado em sua análise da conjuntura interna e das expectativas que possuía quanto ao sucesso de uma insurreição.

Realizada num momento de profundas transformações políticas no cenário internacional e em nosso país, a Revolta foi retratada por parte da historiografia como um híbrido das revoltas tenentistas dos anos 1920 conjugada com a roupagem social e ideológica das insurreições comunistas ocorridas em países europeus no mesmo período.

Se por um lado esta Revolta herdou dos tenentes brasileiros o *modus operandi*, cuja principal característica era o início a partir de quartéis com pouca articulação com elementos civis numa proposta de intervenção militar saneadora; por outro, adotou dos levantes comunistas um forte discurso ideológico de combate às injustiças sociais e econômicas, ampliando deste modo o escopo das propostas dos tenentes que pretendiam realizar, sobretudo, uma mudança na política brasileira, segundo eles marcada pela corrupção, fisiologismo e divórcio com os princípios republicanos.

O elo principal entre a vertente comunista e a tenentista foi o ex-capitão do exército Luís Carlos Prestes, que esteve presente em momentos cruciais das revoltas tenentistas, tendo posteriormente adotado os ideais comunistas após um período de exílio e estudos políticos, retornando ao Brasil como principal líder e esperança de sucesso das insurreições planejadas para o final de 1935.

A revolta que se pretendia nacional iniciou-se de modo imprevisto na cidade de Natal no Rio Grande do Norte¹, causando surpresa às lideranças comunistas nacionais e aos assessores enviados ao Brasil pela cúpula comunista da URSS² que em face dessas circunstâncias deliberaram pelo início da insurreição nacional.

Em decorrência de diversos fatores como seu início prematuro, a pouca articulação e mobilização popular e as perspectivas equivocadas de suas lideranças³, as revoltas não lograram êxito sendo rapidamente sufocadas nas cidades do Rio de Janeiro e Recife.

Apenas em Natal os insurretos conseguiram obter uma vitória sobre as tropas legalistas, expandindo posteriormente seu controle para diversos municípios do Rio Grande do Norte a partir da atuação de colunas rebeldes compostas por civis e militares do 21 BC⁴.

¹Este tema foi alvo de um grande debate na historiografia brasileira cujo entendimento inicial apontava a existência de agentes provocadores do governo dentre os participantes do movimento. Ao longo do tempo essa explicação foi abandonada e atualmente entende-se que a revolta organizada pelo Partido Comunista do Brasil foi antecipada por uma série de motivos tais quais a efervescência do cenário político do Rio Grande do Norte, além da iminência da saída de alguns militares do 21º Batalhão de Caçadores (BC) comprometidos com a realização do levante. Sobre essas diferentes visões recomendamos a leitura de SILVA (1969), & COSTA (1995).

²Os assessores enviados ao Brasil eram: os casais Arthur Ewert (Harry Berger) e Elise Saborowsk, e Rodolfo Ghiold (diretor do Secretariado Sul-americano da IC) e Carmen Alfaya Ghiold; Victor Barron, Leon Jules Vallee, Franz Paul Gruber, e Olga Benário.

³Após o fracasso da insurreição parte dos membros do PBC e analistas imputaram ao então secretário geral do Partido Comunista do Brasil, Antônio Manuel Bonfim (Miranda), a responsabilidade pela construção de uma análise fantasiosa e equivocada da conjuntura política e social brasileira que gerou perspectivas irreais de sucesso para o levante. Ver: PINHEIRO (1991).

⁴A expansão do movimento insurrecional pelo Rio Grande do Norte e atuação dos rebeldes nas diferentes cidades daquele Estado foi analisada nos seguintes trabalhos de pesquisa que desenvolvi durante a graduação pós-graduação: *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do

O governo do presidente Vargas usou essas revoltas como justificativa para a realização de uma série de medidas que aumentavam os seus poderes políticos e limitavam a atuação dos movimentos de esquerda, justificando suas ações pelo combate ao comunismo cuja face se expressara nos eventos de novembro 1935. O anticomunismo (MOTTA, 2002) converteu-se em um espantalho utilizado pelo governo para cercear direitos políticos e civis.

Uma das ações neste contexto acima descrito foi a criação do TSN em 1936, estabelecido como uma corte de exceção (CAMPOS, 1979) para julgar os implicados nos levantes. Seus julgamentos buscavam, ao invés de realizar a justiça, produzir culpados, serenando os ânimos das camadas mais conservadoras da sociedade fortalecendo desse modo uma tendência inquisitorial de perseguição política e ideológica.

Percursos da análise fotográfica

A invenção da fotografia significou um grande salto na produção e armazenamento de memórias, convertidas em imagens fixadas inicialmente em papel fotossensível.

A adoção da fotografia em diversas sociedades a partir do século XIX causou uma mudança de perspectivas sobre a forma como a realidade é representada, causando alterações inclusive nas artes plásticas, que passaram a ter tarefa de competir com uma tecnologia que pretendia eternizar um momento tal qual ele ocorrera.

Ao longo do tempo, o aprimoramento tecnológico das máquinas fotográficas permitiu uma maior liberdade de ação aos fotógrafos e um incremento na qualidade das representações visuais produzidas (KOSSOY, 2001). Do *daguerreótipo* às modernas câmeras digitais, dos filmes fotográficos até o armazenamento na “nuvem”, muita coisa se passou.

Podemos afirmar que a fotografia se tornou presente em diversos campos da sociedade, seja para retratar momentos oficiais ou para servir como registro de eventos familiares ou sociais.

Contudo a despeito evolução técnica, a busca pela compreensão das condições de produção das fotografias e a intenção ou intenções explícitas ou implícitas registradas naqueles documentos suscitou uma série de questionamentos.

Estado do Rio de Janeiro, 2000. 97 f.;1935: *Rebeldes no interior do Rio Grande do Norte*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. 55 f & *A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 118 f.

A problematização dos conteúdos e condições de produção das fotografias conectou os esforços de diferentes campos do conhecimento, que adotaram as fotografias como fonte de estudo. A História é uma das ciências que se empenharam nesse esforço interpretativo.

A análise iconográfica das fotografias, escolhidas como fontes primárias para o meu projeto de pesquisa conecta-se a um movimento da historiografia, que a partir dos anos 1980 tem valorizado a utilização destes documentos em projetos de pesquisas desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação.

Existe uma variedade de trabalhos acadêmicos que versam sobre a importância e o crescimento das pesquisas históricas baseadas em fotografias, dentre eles podemos mencionar os trabalhos da historiadora Ana Maria Mauad, que desenvolveu uma série de estudos sobre o tema e atualmente é pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI).

Em suas obras Mauad reforça a importância de o historiador chegar àquilo que não foi imediatamente revelado na fotografia, inserindo-a no panorama cultural na qual fora produzida, entendendo-a como uma escolha produzida de acordo com uma determinada visão de mundo. Para esta autora, as fotografias atuam como importantes meios pelos quais as representações sociais e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais podem ser reestruturados.

Os estudos historiográficos atuais sobre as fotografias tem se pautado na busca por uma abordagem interdisciplinar estabelecendo um diálogo profícuo com áreas de linguagem, artes, comunicação dentre outras, criando maiores possibilidades de construção de uma análise crítica e sistemática destas fontes.

Perspectivas de análise fotográfica para os processos do TSN

Longe de se constituírem em documentos desprovidos de ideologias e conteúdos culturais, as fotografias possuem significados que são criados e alterados de acordo com o enfoque ou discurso que se pretende construir.

Neste sentido, acreditamos que as fotos anexadas aos processos do TSN, estão atravessadas por conteúdos identitários e que nelas estão presentes tanto os símbolos que marcam as aspirações dos insurretos, bem como a apreensão que delas fizeram os órgãos responsáveis pela repressão ao movimento, expressa através da fala de seus agentes.

Em nosso entendimento, as identidades conjugam-se como meio pelo qual, projetos de mudança ou manutenção se fazem presentes; e são estes projetos que buscaremos analisar nos documentos que utilizaremos como fontes históricas.

O conceito de identidade se coaduna com a construção das referências que os envolvidos nos levantes 1935 tinham acerca de si próprios e da realidade que os cercava, bem como dos seus objetivos e projetos para uma sociedade que buscavam transformar pela via revolucionária.

Além de identidade, outro conceito importante para os objetivos da análise que pretendemos desenvolver é o de representação. Na concepção de Stuart Hall, a representação pode ser definida como “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados...”, dentro desta perspectiva, “representar envolve o uso da linguagem, dos signos e imagens que significam ou representam o uso dos objetos” (HALL, 2001, p. 31).

Na busca pela construção dos sentidos e do ato de representar, devemos estar atentos ao fato de que a produção dos sentidos é relacional, ou seja, ela deve estar integrada com o campo de referências e relacionamentos que marcam as interações sociais.

De outra forma queremos dizer que não há sentido pronto e único. A construção deste deve ser buscada a partir da constante interpretação da realidade social e da inserção dos indivíduos nos contextos, que auxiliam no processo de representar o seu tempo histórico.

De acordo com Stuart Hall, a “fotografia também é um sistema representacional, que utiliza imagens sobre um papel fotossensível para transmitir um sentido fotográfico a respeito de determinado indivíduo, acontecimento ou cena” (HALL, 2001, p. 24).

Podemos enfim afirmar que a representação opera numa perspectiva de constante interação entre o indivíduo e o meio social. Buscaremos reconstruir as representações acerca do comunismo nos processos que analisaremos, para a partir desta estabelecer um quadro mais amplo sobre objetivos, visões de mundo e expectativas que nortearam tanto as ações dos insurretos quando dos responsáveis pela repressão ao movimento insurrecional.

Consideramos que na análise de documentos fotográficos, o enfoque deva ser a reconstituição dos contextos e discursos que permeiam esses documentos, e para este procedimento analítico, utilizaremos como metodologia a análise semiótica.

A semiótica é uma ciência que foi construída ao longo dos anos, seus fundamentos metodológicos foram sedimentados pelos autores Ferdinand Saussure e Charles Sander Peirce, o primeiro dando ênfase aos processos comunicativos linguísticos e o segundo aos aspectos lógicos produzidos a partir da observação e generalização das características dos signos.

Uma definição possível para a semiótica é:

“A semiótica é uma nova ciência que tem por objetivo qualquer sistema sógnico usado na sociedade humana (...) / Na concepção cibernética/ o homem pode ser considerado como um mecanismo que completa operações sobre textos e sistemas sógnicos diversos enquanto o próprio programa para estas operações vem determinado sob a forma de signos” (IVANOV, 1979, p. 9).

O signo dentro da perceptiva semiótica pode ser entendido como tudo o que possa ser aceito como substituto ou significante de algo (ECO, 1984, p.4). Eles podem ser elementos verbais ou não verbais, tendo importante valor comunicativo, relacionando-se tanto a elementos produzidos pelo homem como pela natureza.

Os signos atuam como representações de nossos conceitos, ideias e sentimentos (ECO, 1984, p.4), sua análise permite que se compreenda a produção de sentidos nas sociedades humanas em sua totalidade (MAUAD, 1996, p.7), ainda que estes apresentem semelhanças com elementos, os objetos ou realidades aos quais fazem referência.

Não obstante as diferentes formas de análise semiótica, consideramos que a proposta de Pierce seja a mais adequada aos objetivos deste projeto. Este teórico relaciona a produção dos signos ao fenômeno da semiose na qual cooperam três sujeitos, um signo, o objeto e seu interpretante.

Sua abordagem ao privilegiar o contexto no qual os signos são elaborados, representou um avanço em relação aos pressupostos da análise linguística de Saussure, cujo enfoque principal era a relação entre significado e significante, dando este pouca atenção aos elementos que atuam fora da linguagem.

Na abordagem semiótica, as imagens necessitam de uma análise para que a partir dela sejam buscados os seus conteúdos explícitos e implícitos. De acordo com Stuart Hall, “imagens e signos visuais, mesmo quando carregam uma semelhança próxima às coisas a que fazem referências, continuam sendo signos: eles carregam sentido e, então, têm que ser interpretados” (HALL, 2019, p. 39).

Algumas considerações finais

Longe de ser uma apresentação definitiva dos estudos que recentemente iniciamos no PPGHS UERJ, este artigo teve como objetivo indicar nossa visão sobre a importância de se estabelecer uma análise das fotografias relativas à Revolta Comunista de 1935 inseridas nos processos do TSN.

Até o presente as fotografias mencionadas foram utilizadas em outros estudos sobre o tema, num panorama ilustrativo, desta forma, pretendemos indicar a partir das nossas análises novas perspectivas sobre os acontecimentos de novembro de 1935, bem como ajudar a consolidar interpretações anteriormente construídas à luz ou ao *flash* destas fontes.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1935 – 1945*. Niterói: EdUFF, 1979.

_____. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Ed. Achime, 1982.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, 2005

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ECO, Humberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

ETCHEVERRY, Carolina; MONTEIRO, Charles (ORG.) et all. *Fotografia, História e Cultura Visual: Pesquisas Recentes*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2012.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e historiografia*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FREIRE, Miguel. *Fotografia do Getuliana: a imagética germânica na construção do olhar fotográfico nos tempos do Estado Novo*. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

GUARESHI, Pedrinho & JOCELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- RIO: Apicuri, 2016.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record. 1986.

IVANOV, V. V. et all. “A Linguagem e os Signos”, In: *Tempo Brasileiro*, nº: 29, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize (organizadores). *Outros objetos do olhar:*

História e arte. Niterói: LABHOI/UFF, 2016.

_____. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996

_____. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 340 f. Tese. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 1990.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual, Balanço provisório, propostas cautelares, In: *Revista Brasileira de História*, vol 23, nº 45, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

_____. *Camaradas e companheiros. Memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SABBATINI, M et alli. *Dicionário Teórico-Ideológico*. Buenos Aires: Ed. Galerna, 1975

SILVA, Hélio. *1935:a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 118 f.

_____. *1935:Rebeldes no interior do Rio Grande do Norte*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 55 f.

_____. *A Revolta Comunistas de 1935: análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000. 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. 114 f.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

A Revolta de Jacareacanga: A Força Aérea Brasileira e a revolta que ameaçou o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956).

Sandro Gomes dos Santos
Mestrando do PPGHS – UERJ.

São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos¹
(Gonzaguinha, Pequena Memória Para
Um Tempo Sem Memória, 1981)

Este artigo tem por objetivo apresentar a Revoltas de Jacareacanga através da parca bibliografia encontrada e principalmente pelas fontes primárias que são tão preciosas para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que foram pouco trabalhadas pela historiografia até o presente momento. Os jornais e os periódicos são importantes ao nosso trabalho, uma vez que “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc” (ZICMAN, 1985, P90).

Temos a intenção de não apenas relatar os acontecimentos derradeiros que culminaram nos eventos estudados, mas sim, propor elementos que corroborem para uma futura reflexão diante das consequências desta rebelião para o país e para os próprios militares, mesmo que mínima diante das infrações cometidas. Partindo dessas premissas, iniciamos o relato da Revolta de Jacareacanga.

A REVOLTA DE JACAREACANGA

A Revolta de Jacareacanga ocorreu em fevereiro de 1956. Durou 19 (dezenove) dias, sendo o resultado do descontentamento de uma parcela expressiva das Forças Armadas. Essa parcela das

¹ Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória é uma música de Gonzaguinha e foi gravada ao lado de seu pai no ano de 1981, sendo uma homenagem aos que resistiram ao golpe militar de 1964.

Forças Armadas correspondia aos antigetulistas, que acreditavam que o governo de Juscelino era uma continuidade do Vargasismo tão combatido por eles. Em maioria, ligados à UDN e liderados pelos ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, que haviam sofrido derrotas importantes. Neste contexto, “os militares estavam inconformados com os rumos da política nacional e queriam a deposição de JK” (COHEN, 2006, p.82).

Outro fator importante que deve ser indicado era o sentimento de revanche que havia neste período. Era consenso entre os oficiais, que aqueles que estavam envolvidos na elucidação da morte do major Rubens Vaz no atentado da Rua Toneleros, seriam perseguidos e preteridos diante da nova administração da Aeronáutica. Desta forma não havia, para eles, outra possibilidade a não ser legitimar a ascensão das Forças Armadas ao poder.

Particularmente os oficiais que haviam elucidado o atentado a Carlos Lacerda, que resultara na morte do Major Rubens Florentino Vaz, pressentiram que, com a nova administração da Aeronáutica, teriam multiplicadas as perseguições e preterições que, desde 11 de novembro do ano anterior, eram a regra de tratamento com relação aos elementos pertencentes à facção, cujo ardor permitira extrair-se o abscesso que se formara em torno de Vargas, embora à custa de seu lamentável desaparecimento. Para esses oficiais, entre os quais se destacavam o Major Haroldo Coimbra Veloso, pioneiro de abertura de campos na selva do Brasil Central, “era necessário prosseguir na obra de redenção iniciada em agosto de 1954, não se devendo permitir que Lott e seu dispositivo impedissem por mais tempo a ascensão dos legitimamente habilitados a ocupar o Poder.” (CARNEIRO, 1965, p.504)

Uma vez que “assumiram a Presidência e Vice da República representantes legítimos do getulismo” (CARNEIRO, 1965, p.505), os militares oposicionistas, liderados pelo então major-aviador Haroldo Veloso, que contando com a ajuda do capitão-aviador Lameirão, na noite de 10 de fevereiro de 1956, roubaram uma aeronave Beechcraft caça AT-11 carregada de armas e explosivos, do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Eles prenderam o oficial do dia e aproveitaram a situação para arrombar o depósito de armas.

Para que *os praças* que ali estavam não desconfiassem das suas reais intenções, fizeram o abastecimento e o taxiamento da aeronave de forma calma a fim de não levantarem suspeitas. O plano dos conspiradores exigia que a saída do Rio de Janeiro na madrugada do sábado de carnaval fosse silenciosa, com a finalidade de ocupar a base aérea de Cachimbo. “A tomada desta base, por conveniências estratégicas, visava somente causar maiores preocupações às autoridades” (CARNEIRO, 1965, p.506).

Seguindo o plano, desobedeceram ao impedimento da torre de controle aéreo, seguindo para a rota inicial de Cachimbo, escalando o avião nos postos de Xavantina e de Jacaré, com o objetivo claro de confundir o governo e para que não levantasse maiores suspeitas de seus pares. Eles pretendiam atrair as tropas legalistas para a traiçoeira pista de Cachimbo, que estava localizada em

meio à selva virgem, enquanto ganhavam tempo para organizar o quartel general que seria de fato na base militar de Jacareacanga, no Pará.

A ideia dos revoltosos que participaram da Revolta de Jacareacanga era tomar o poder das mãos dos “inaptos getulistas”. Após a deposição do presidente e de seu vice, este grupo de revoltosos, tinham como objetivo, repassarem o Poder tomado a força, para pessoas que estes considerassem honestos, honrados e que dessem conta das reformas necessárias dentro da administração governamental.

O objetivo da revolução foi desde logo limitado: se vencesse, seus realizadores entregariam a direção do país a homens honrados, até que se procedesse a reforma da lei eleitoral para evitar que os moralmente incapazes pudessem aspirar aos altos postos da administração pública. Explicaria, posteriormente, o Major Haroldo Coimbra Veloso: “Para os que não entendem, é fácil dar a razão do movimento; o Brasil a um ano, parecia ter-se livrado do grupo que nunca teve o direito de governa-lo, como ficou cabalmente provado pela sua conduta à frente dos destinos da nação, o que, aliás, foi a causa de sua queda. Era lógico, portanto, que não nos conformássemos com a sua volta ao Poder. Por isso, sempre me bati pelo início da revolução antes de 31 de janeiro.” (CARNEIRO, 1965, p.506).

Para que o plano desse certo era necessário que saíssem de maneira a não alarmar o comando aéreo, para que quando fosse notada a falta do equipamento, já fosse carnaval, impossibilitando assim uma pronta resposta do governo, auxiliando na ação da rebelião. O objetivo da Revolta, de acordo com os seus realizadores, seria entregar “a direção do país a homens honrados, até que se procedesse a reforma da lei eleitoral para evitar que os moralmente incapazes pudessem aspirar aos altos postos da administração pública” (CARNEIRO, 1965, p.506).

Para o governo, no primeiro momento, não se tratava de uma revolta, mas sim de um ato isolado de indisciplina desses oficiais e assim seria tratada, sendo eliminado o quanto antes. Pouco tempo depois, as notícias da revolta já se faziam encaminhadas para todo o território nacional, através dos periódicos vespertinos.

O Ministro da Aeronáutica, Vasco Seco, passa então a organizar as providencias necessárias para abafar a manifestação o quanto antes a fim de eliminar o conflito. Juscelino, que mal tinha tomado posse em 31 de janeiro do mesmo ano, não teve dúvidas em disparar aos boletins de notícias que não havia motivos para o feito, uma vez que não tinha tido tempo de governar de fato, indicando que agiria com rigor nas punições.

Em Belém, o Comandante Interino, Almir Policarpo, recebia a notícia da revolta. O Ministro da Aeronáutica deu ciência ao Comandante da então Primeira Zona Aérea para que tomasse as providências cabíveis, ou seja, apagar o foco insurgente o mais rápido possível. Juscelino, do Palácio do Catete, dirigia-se à nação indignado: “Trata-se de uma incontida explosão de ódio acumulado, pois nem tive ainda tempo de errar. Usarei de energia e severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime”, afirmou para a imprensa carioca, o presidente bossa-nova. (LIMA, 1999, p.38).

Com o passar dos dias, os revoltosos passaram a controlar as localidades de Cachimbo, Itaituba, Aragarças e a cidade de Santarém. Os rebelados tinham o apoio da população daquelas localidades. Batalhões improvisados de índios e seringueiros passaram a ser organizados por influência do major-aviador Haroldo Veloso. O major foi um importante membro da Fundação Brasil Central² e conhecia a realidade da localidade e de seus integrantes. Era consenso entre os seus pares que “Veloso era capaz de repartir seu pão, se necessário fosse, para minimizar a miséria dos ribeirinhos tapajônicos” (LIMA, 1999, p.59).

Ali improvisou a resistência, armando batalhões de índios Munducurus e seringueiros residentes nas proximidades. Os indígenas, amigos incondicionais de Veloso desde 1949, mostraram-se ansiosos pela luta. E não compreenderam, por exemplo, que Veloso aprisionasse adversários e não os matasse, dando-lhes, ao contrário, alimentação e remédios. Veloso procurou explicar-lhes que as leis de guerra dos brancos diferiam daquelas por eles recomendadas, mas a impressão que deixou foi a “de que se estava tornando fraco”. Esses guerreiros do arco e da flexa só se sentiriam medianamente satisfeitos quando, no final da revolta, foi-lhes ordenado fincar estacas pontiagudas na pista de Jacareacanga, a fim de impossibilitar o salto dos pára-quedistas que o governo remetera para a região (CARNEIRO, 1965, p.507).

De forma tática, a meta dos revoltosos era manter sobre o seu controle os pontos estratégicos no interior do país, contestando a autoridade do governo federal, forçando um ataque de tropas legalistas ligadas ao Ministro Lott. Desta forma, daria tempo para que grupos nos quartéis de todo o país que tinham o mesmo sentimento antijuscelinista e que de alguma forma tinham se comprometido com o movimento, se juntariam ao grupo, pegando em armas de fato contra o governo. Como sabemos, isso não aconteceu de fato.

Em entrevista à revista O Cruzeiro, Arlindo Silva, jornalista, que contribuiu com a ação dos revoltosos em Santarém, informou que a movimentação dentro do Quartel General era pacífica, chegando a ser “monótona”. “Passavam o dia ouvindo transmissões de rádio da 1ª Zona Aérea e esperando notícias de adesão” (Revista O Cruzeiro. 03/03/1956. P. 14). “Os dois oficiais pareciam tristes com a demora da luta. Eles deviam ter muitas fontes de contato espalhadas pelo Brasil afora, porque os radiogramas chegavam, com frequência, em código, sendo respondidas da mesma maneira” (CARNEIRO, 1965, p.509).

² Na década de 1940, a população brasileira era concentrada basicamente no litoral de nosso país. Vargas planejou e estimulou um movimento para desbravar o interior do Brasil, que ficou conhecida como a Expedição Roncador-Xingu, desvendando as lendas e os mistérios desta região sul da Amazônia, tendo contato com diversas tribos indígenas, até então desconhecidas. Ao mesmo tempo, outro grupo tratava de fundar as estruturas das primeiras vilas da região. A Fundação Brasil Central absorveu as estruturas lançadas pela Expedição Roncador-Xingu, dando continuidade ao seu trabalho. A Usina Central Sul Goiana, a Usina Vila de Ipeguari e o Hospital Getúlio Vargas em Aragarças, foram alguns dos principais legados. Com a extinção da FBC, foi criada a SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Havia um avião B-17 que de tempos em tempos fazia rasantes sobre a pista tentando localizar os equipamentos que estavam em poder dos oficiais, mas o trabalho de camuflagem feito por Lameirão não deixava que isto ocorresse. Com o passar dos dias, todos se acostumaram com os rasantes e já não se incomodavam mais com a insistência dos voos na região. As informações passadas pela mídia nacional não correspondiam à realidade dos acontecimentos na região do Pará.

Depois do primeiro dia, nós jornalistas acostumamo-nos com a B-17 e não nos incomodamos mais com seus rasantes. No terceiro dia de permanência no QG rebelde, a ausência de novidades nos deixava entediados. Sentávamo-nos no chão (Veloso fazendo bombas com cápsulas presas entre as pernas) e começavam as anedotas. Aquilo não parecia uma guerra. Parecia um fim de semana, com a B-17 fazendo a cobertura. Enquanto as emissoras do país inteiro noticiavam que se travavam batalhas nas ruas de Santarém, Velofo e Lameirão tiravam boas sestas, deitados nos duros bancos do aeroporto. Para quebrar a monotonia e dar um pouco de movimentação ao QG rebelde, o Capitão Lameirão, todas as manhãs e todas as tardes, mandava seus homens descamufarem o “Beech” e o colocarem na pista. Ele fazia também, diariamente, missões de patrulha ao longo dos Rios Amazonas e Tapajós. (CARNEIRO, 1965, p.508).

Mesmo contando com poucos rebeldes e não tendo recebido o apoio necessário e esperado de seus pares para o sucesso almejado, a revolta demorou a ser controlada pelas tropas legalistas. Os primeiros grupos enviados para capturar os revoltosos não conseguiram aterrissar na base de Jacareacanga, pois, a pista de pouso estava ocupada por galões cheios de combustível, o que poderia levar a um acidente fatal para todos os envolvidos.

Muitos militares recusavam a participar da repressão ao movimento e por este motivo, mais de 40 oficiais da Aeronáutica e da Marinha chegaram a ser presos. Em meio a esse caos, tivemos inclusive um caso de adesão à revolta, por quem deveria elimina-la. O major Paulo Vitor da Silva que havia sido encarregado de reprimir a revolta pelo brigadeiro Antônio Alves Cabral, deixou a capital do Pará a bordo de avião Douglas C-47, que transportava 20 homens e armamentos que ao chegar à base de Jacareacanga, aliou-se aos rebeldes, agregando ao plano.

No Campo dos Afonsos, 40 oficiais da Aeronáutica recusaram-se a participar da repressão à rebelião de Jacareacanga. Todos eles foram presos. Em Salvador, o comandante do esquadrão aéreo e 15 oficiais foram detidos por insubordinação. O comandante da Base Aérea de Fortaleza e seu assessor foram presos por se recusarem a mandar aviões para bombardear as bases rebeldes. O capitão da Marinha Edir Rocha, diretor do Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará (SNAPP — órgão ao qual pertencia o navio Presidente Vargas, escolhido para levar os soldados para Santarém — renunciou ao cargo. Rocha enviou um telegrama ao presidente Kubitschek, recusando-se a cumprir “aquela odiosa missão”, sendo por isso detido. (LAMARÃO, 2010, P.1.)

No telegrama encaminhado ao presidente Juscelino Kubitschek, o capitão da Armada, Edir Rocha, diretor do Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará (SNAPP — órgão ao qual pertencia o navio Presidente Vargas), escolhido para levar os soldados legalistas até a cidade de Santarém, se recusou a cumprir a missão e questionar o papel de comando do General

Lott frente ao Exército, bem como a postura do próprio presidente em autorizar tal operação de guerra contra seus próprios homens.

No mesmo documento que objetivava a solicitação de sua substituição como capitão da embarcação que iria transportar as tropas para eliminar a revolta, o capitão Edir toma partido dos rebelados. Ele afirma que esta ação coordenada “objetiva silenciar o grito de profundo sentimento e rebeldia contra a situação reinante, dado por um grupo de bravos, que com um gesto de raro heroísmo mostram a Nação a necessidade de mudar por completo a atual situação militar” (CARNEIRO, 1965, p.509). Do outro lado do conflito, os oficiais sofriam pela falta de informação proveniente dos quartéis.

“Inquietavam-se, porém, os revoltosos, com a falta de notícias provenientes de Pernambuco, Bahia e Ceará, sem imaginar que, em todos esses Estados e em mais alguns, dezenas de oficiais eram presos” (CARNEIRO, 1965, p.508), por terem se recusado a sufocar a rebelião dos oficiais da Força Aérea Brasileira. Enquanto o grupo de Haroldo Veloso e Lameirão escreviam seus nomes na história, outros companheiros não tão notórios pelo Brasil a fora, eram apartados e presos por terem manifestado o seu apoio na Revolta de Jacareacanga, mesmo que sem terem pegos em armas de fato para tal participação.

Num plano conjunto entre os três ministros das Forças Armadas, ficou decidido que a operação legalista derradeira estaria a comando do brigadeiro Antonio Alves Cabral e que os 450 (quatrocentos e cinquenta) soldados enviados a Belém seriam transportados em um navio da Marinha, o Presidente Vargas, para Santarém. Os homens do Exército ficaram de ocupar a cidade e os paraquedistas da Aeronáutica a de reconquistar o aeroporto de Jacareacanga. “Duvidaram inicialmente os oficiais que o Governo estivesse mandando tropas para Santarém, a bordo de um navio do SNAPP, como anunciara” (CARNEIRO, 1965, p.508).

A monotonia do Quartel General foi pouco a pouco sendo substituída por confrontos. No dia 21, a tranquilidade de Santarém foi quebrada quando a B-17 surgiu de maneira desavisada, tendo por pouco não colidido com a aeronave do capitão Lameirão que retornava de seu patrulhamento diário para a proteção do grupo. O grupo em terra reagiu com armas leves e tratou de se manifestar para a 1ª Zona Aérea indicando que em razão dos ataques sofridos, teria que passar a reagir diante de qualquer ameaça.

No dia 21, a tranquilidade de Santarém foi quebrada quando a B-17 legalista surgiu inesperadamente das nuvens, quase colidindo com o “Beech” de Lameirão que voltava do patrulhamento. Mais tarde, no mesmo dia, dois aviões “Catalina” sobrevoaram a base e um deles, que levava metralhadora na bolha, mandou bala para terra. Veloso e Lameirão responderam com suas armas leves de fogo, tendo o segundo se exposto muito, ao abrigar-se por trás de um velho canhão colonial e dali disparado rajadas, sem atingir, no entanto, o

avião, que se afastou também sem causar grandes danos. Imediatamente foi enviado um rádio ao QG da 1ª Zona Aérea, em Belém, dirigido ao Brigadeiro Antonio Alves Cabral, seu comandante: Em virtude do PA-1064 ter metralhado a estação de passageiros de Santarém, onde se encontravam civis, inclusive senhoras, a partir desta data passaremos a reagir a qualquer ameaça, responsabilizando esse comando pelas consequências. (CARNEIRO, 1965, p.510).

Na tentativa de esconder os aviões das tropas legalistas, Lameirão mudava frequentemente a posição das aeronaves, culminando na inutilização de um dos aparelhos que acabou com as duas pernas quebradas, sobrando apenas um “Douglas” com pane no motor esquerdo, obrigando então ao reposicionamento do grupo para ganhar vantagem e assim evitar a entrada das tropas. Outra medida acertada foi ter fincado as estacas na pista, declarando a área como imprópria para o salto dos paraquedistas.

Durante um de seus voos de reconhecimento, Lameirão retornou com a informação de que as tropas fiéis a JK e Lott estavam próximas. Devido a escassez de recursos, tomou a decisão de alterar a sua localização o quanto antes. “Ordenou que a gasolina, armas e munições fossem embarcadas no “Beech” e no C-47 de Paulo Victor que, providencialmente, regressara de Jacareacanga.” (CARNEIRO, 1965, p.510). Em duas horas as tropas já estavam reposicionadas e aguardando os homens do governo.

As tropas chegaram a Santarém na manhã do dia 24 de fevereiro e em pouco tempo já tinham o controle do aeroporto e dia a dia, as cidades que antes estavam sobre o comando dos rebeldes, foram sendo retomadas pelo governo. O grupo deixou Santarém e as cidades vizinhas, se alojando em Jacareacanga a fim de manter a sua posição estratégica. Dois dias depois do início do ataque só restava esse núcleo de resistência, devido, principalmente a sua questão geográfica que restringia a chegada de tropas legalistas.

Utilizando barcaças, os trezentos homens do Tenente Coronel Delayete começaram a subir o Rio Tapajós. Veloso, conhecedor da região, aguardava o momento onde o rio estreitaria a tal ponto que ficariam expostos e os rebeldes aproveitariam a impossibilidade das tropas de escaparem, para atear fogo no grupo. Isto nunca aconteceu, devido a o fato de que alguns de seus homens foram pegos e o plano foi revelado, passando então a vantagem para os soldados de Delayete.

O Veloso queria era isso: que subissem em pequenas embarcações até a Cachoeira de Periquitos, acima de Pimentel, onde o Tapajós se estreita de forma incrível, reduzindo-se a três canais encachoeirados. Ali os rebeldes estariam à espera, prontos a derramar gasolina no rio, atear fogo e dormir na pontaria dos rifles e metralhadoras para caçar os infelizes que conseguissem escapar do braseiro. Sucedeu, porém, o imprevisto. Veloso, querendo apanhar gasolina em Itaituba para o seu plano tremendo, chegou a povoação de São Luis do Tapajós, numa embarcação com 12 homens, dali enviando dois observadores a Itaituba “para ver se o campo estava livre”. Todavia, lá já estavam soldados de Delayete, que interceptaram os emissários e, depois de convencê-los “amistosamente”, obtiveram a

“promessa” de que indicariam o local onde o major se encontrava (CARNEIRO, 1965, p.512).

Já no dia 29, quando a rebelião chegava aos seus 19 (dezenove) dias é que foi controlada pelo governo, com a prisão de seu principal líder, Haroldo Veloso e a morte do cabo-mecânico José Nascimento Barbosa Filho, o Cazuzo. Algumas horas antes, o capitão-aviador Lameirão, o major Paulo Vítor e o sargento João Gunther fugiram de Jacareacanga, partindo no C-47 para a Bolívia, onde obtiveram asilo.

A patrulha que saiu de Itaituba para deter Veloso não mais o encontrou na vila. Avisado por um amigo, escapara para o mato, o mesmo não fazendo “Cazuza” (que pouco antes fora “promovido” a cabo) por se encontrar adoentado, queimando em febres palúdicas. Recolhido a uma das casas, ouviu o tropel da chegada dos legalistas e saiu à porta para olhar. Nisso o sargento Francisco Inácio, vulgo “Mineiro”, seu inimigo pessoal, integrante da tropa, o viu e o ameaçou. Como “Cazuza” tentasse recuar, “pareceu” ao sargento que ele iria reagir e, por esta razão, disparou-lhe uma rajada de metralhadora nos rins, prostando-o. A agonia de “Cazuza” durou meia hora, finda a qual, sob a mira das armas governistas, foi enterrado a toque de caixa (CARNEIRO, 1965, p.512).

A decisão de atacar em conjunto os rebelados trouxe à tona posicionamentos de militares contrários a reação do governo em várias bases por todo o Brasil, levando vários oficiais à cadeia por insubordinação. “A indisciplina se alastra pelos quartéis em terra, mar e ar.” (CARNEIRO, 1965, p.509). Estes atos nos fazem considerar que além de existir uma “empatia” com os revoltosos, muitos destes também compartilhavam de seus posicionamentos políticos, mas hesitaram em se rebelar pegando em armas contra o governo no momento que havia supostamente sido combinado.

Divulgada a notícia de que Cabral pretendia bombardear o quartel-general rebelde, o brigadeiro Antônio Guedes Muniz enviou-lhe do Rio um telegrama, responsabilizando-o pela morte eventual de “índios, trabalhadores civis e suas famílias” e fazendo severas críticas ao governo. Esse telegrama valeu a Guedes Muniz dez dias de prisão. Anteriormente, outros militares sabidamente contrários a Juscelino já haviam sido punidos por suas declarações. O almirante Carlos Pena Boto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista, recebeu dez dias de detenção por seus ataques ao governo Kubitschek a propósito de Jacareacanga. O almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha do governo Café Filho, foi punido com prisão domiciliar por ter declarado que Juscelino e Goulart não tinham o direito de ocupar os postos que ocupavam (LAMARÃO, 2010, P.1).

Anos depois, Veloso, em conversa com o Brigadeiro Rui Moreira Lima e que foi transcrita no livro “Senta a Pua!”, confirma ao amigo que o movimento tinha caráter nacional e os levantes generalizados pelo país e a insurreição não ocorreu da maneira planejada, o que trouxe consequências para os rebeldes que ali estavam cumprindo com o acordado entre os grupos de revoltosos.

Haroldo Coimbra Veloso, companheiro dos tempos da Escola Militar, que se projetou na FAB pelos levantes de Jacareacanga e Aragarças, ambos fracassados. Certa vez ele me disse, ao tempo do primeiro – Jacareacanga – que o movimento só fracassara porque os colegas que estavam implicados não cumpriram o combinado. Sua parte nesse levante foi levada a cabo com destemor e sucesso; ele tinha que ocupar Santarém por apenas 48 horas,

aguardando que outras bases da FAB se revoltassem. Santarém ficou em seu poder durante 8 dias e ninguém mais se manifestou (LIMA, 1980, p.235).

Contrariando as suas declarações que prometiam usar de “severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime” (LIMA, 1999, p.38), o presidente Juscelino enviou uma proposta ao Congresso que beneficiou os rebelados com ampla anistia, “provando a todos que estava decidido a ser o presidente da concórdia” (COHEN, 2006, p.83). Com seu espírito de conciliação e destreza política, utilizou “a disciplina militar, com a absorção das crises militares ao nível estritamente hierárquico, esvaziando-as de seu conteúdo político” (BENEVIDES, 1979, p.149).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira está gravado em nossas memórias e nos livros didáticos através do lema “cinquenta anos em cinco”, tendo sido marcado neste imaginário pelo desenvolvimento econômico, por investimentos em infraestrutura e por incentivos na indústria automobilística, além da transferência da capital federal para o centro-oeste. Como consequência, o país ficou ainda mais dependente do capital estrangeiro, aumentando o déficit da balança comercial e desencadeando uma espiral inflacionária.

Ao mesmo tempo em que o governo de JK e Jango apresentaram características consideradas por muitos grupos como “positivas” para o desenvolvimento econômico e estrutural do país, havia uma porção da sociedade que não estava contente. Este descontentamento não se deu apenas como consequência dos atos desta gestão, mas principalmente por considerarem estes, um continuísmo do Vargasismo. A Revolta de Jacareacanga, ocorrida em fevereiro de 1956, logo no início do seu período de seu comando, é uma reação de militares da Força Aérea Brasileira que acreditavam de fato, estarem fazendo o melhor pelo país.

Ainda que Juscelino não tenha tomado nenhuma atitude mais enérgica e ou autoritária contra os rebelados no evento de Jacareacanga, a raiva e o ressentimento deste setor militar só fizeram aumentar durante o desenrolar do governo republicano de JK. Mesmo após anistiados dos crimes cometidos, estes militares da Aeronáutica, se juntaram a civis e oficiais descontentes do Exército Brasileiro para não pouparem esforços para em mais uma tentativa de eliminar Juscelino do poder.

Este grupo em especial, deixou o mero discurso oposicionista de lado e partiram para a ação de fato, tomando as medidas que acreditavam ser pertinentes, mesmo que ilegais, para a derrubada do governo de JK, dando origem a um novo levante, conhecido como a Revolta de Aragarças, ocorrida em 1959, em Goiás, também objeto de nosso estudo mais amplo, que é a dissertação.

Esperando termos conseguido expor os nossos objetivos de forma clara e objetiva, deixamos o convite para a leitura da dissertação completa que estamos prestes a defender.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. 2º Volume. Edições O Cruzeiro. 1965.

COHEN, Marleine. JK. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

LAMARÃO, Sérgio. Revolta de Jacareacanga. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LIMA, Rui Moreira. Senta a pua! Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.

LIMA, João Ferreira de. Jacareacanga: asas da verdade. Belém, PA: Grafimorte, 1999.

O Cruzeiro. Subelevação de Jacareacanga chega ao fim. Entrevista com Arlindo Silva. Edição de 03/03/1956. p. 14.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros

Larissa Martins Monteiro de Barros
Doutoranda do PPGHS – UERJ

Na virada do último século, a América do Sul parece ter experimentado um contexto de mudanças políticas, econômicas e sociais que repercutiu expressivamente na produção acadêmica das duas últimas décadas. Por outro lado, tais mudanças não devem ofuscar as permanências, cuja compreensão se torna vital para tentativas de elucidar esse período.

Nas últimas décadas do século XX, a América do Sul experimentou um aumento da desigualdade e da pobreza, acompanhada de crise econômica, que levou países da região a buscar ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto isso se assistiu à concentração de capitais na mão de grandes grupos empresariais, processo potencializado no Brasil, durante a década de 90, quando o BNDES direcionou privatizações favorecendo alguns grupos de capitais brasileiros.

O descontentamento da população com o contexto dos anos 90 contribuiu para o crescimento da popularidade dos partidos de oposição, ditos à esquerda, que assumiram os governos da maioria dos países da América do Sul na virada do século. Essa “guinada à esquerda” sul-americana não representou uma confluência direta das políticas dos países da região, mas parece ter favorecido uma arena de diálogo, que repercutiu no fortalecimento da integração regional.

Dentro dos marcos dos processos de integração regional na virada do século, é criada a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem como objetivo a integração física do continente. O projeto conta com obras nos setores de transporte, energia e comunicação, abarcando todos os países da América do Sul (IIRSA, 2019). Assinado em 2000, na I Reunião dos Presidentes da América do Sul, o acordo que instituiu a IIRSA foi gestado nos anos 90, a partir de uma forte crítica feita por Eliezer Batista (1996) a respeito do planejamento e financiamento da infraestrutura até aquele momento. Na sua concepção, uma vez que a nova lógica da economia internacional era de liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, a integração regional deveria ser pensada de forma a conectar fisicamente as economias nacionais ao mercado mundial, promovendo ampliação das vantagens comparativas e da competitividade da região. Nesse processo, para Batista, o Estado deveria ter papel coordenador, tanto do planejamento, quanto do financiamento desses projetos (BATISTA, 1996).

Essa estratégia de integração, pensada por Batista nos anos 90, calcada na lógica do regionalismo aberto¹ foi materializada e consolidada na IIRSA ao longo do século XXI. Nesse sentido, mesmo com a guinada à esquerda nos governos na América do Sul, a IIRSA continuou objetivando, do ponto de vista prático, a integração das zonas de produção de *commodities* aos portos dos Oceanos Atlântico e Pacífico, favorecendo grandes capitais em detrimento de comunidades ribeirinhas, de indígenas e da biodiversidade (FUSER, 2008; CECEÑA; AGUILAR; MOTTO, 2007).

Dentre os favorecidos nesse processo, podemos citar as grandes empreiteiras brasileiras, que fortaleceram sua atuação junto ao Estado já no período da ditadura civil-militar, influenciando políticas públicas em benefício próprio, com isenções fiscais e financiamento público de obras no exterior (CAMPOS, 2015). Esse processo de internacionalização das grandes empreiteiras brasileiras se expandiu nos 15 primeiros anos do século XXI e a IIRSA pode ser compreendida também como um vetor dessa expansão, que encontra no Estado brasileiro suas bases propulsoras: uma política externa voltada à integração regional e o BNDES como garantidor do financiamento das obras.

A IIRSA em seu contexto: o sistema internacional e a política externa brasileira

O final do século XX marca uma reconfiguração do capitalismo mundial, com uma liberalização ainda maior dos capitais e uma mais veloz mobilidade das empresas, pressionando ainda mais as condições dos trabalhadores de todo o mundo. É também um momento peculiar para América do Sul: alta dos preços das matérias-primas no mercado internacional, sobretudo em função do acelerado ritmo do crescimento econômico chinês e a eleição de presidentes que se afirmavam enquanto oposição à cartilha liberal imposta pelo Consenso de Washington, no fim dos anos 80; e um aumento exponencial da concentração e centralização dos capitais brasileiros.

Com relação ao crescimento chinês e sua influência na América do Sul, foi em 1979, com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, que a China passou por um acelerado ritmo de crescimento econômico, despontando-se como uma das maiores potências mundiais, impondo desafios ao próprio país e ao contexto internacional. Um desses desafios que recaem diretamente sobre o

¹ Conceito proposto pela CEPAL no decorrer dos anos 90 que significa “um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração, quanto por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de construir, na medida do possível, um alicerce para uma economia internacional mais aberta e transparente” (NAÇÕES UNIDAS, 1994. Tradução nossa).

comércio internacional é a atuação chinesa para garantir suprimento de energia e matéria-prima a fim de prosseguir com sua estratégia de desenvolvimento. Em virtude das proporções do mercado chinês, há um impacto no preço do petróleo e das demais *commodities*, que sofrem significativo aumento. Esse processo é acompanhado por uma diplomacia estratégica chinesa que visa ao estreitamento das relações com países da América Latina e África (MEDEIROS, 2008). A América do Sul – abundante em recursos energéticos, reservas minerais, mananciais de água, rica biodiversidade e potencial de produção de alimentos – se apresenta então como território fundamental para a expansão do sistema internacional, se tornando palco de disputas e pressões políticas e econômicas internas e internacionais, principalmente a partir do século XXI (FIORI, 2008). Nesse cenário, a IIRSA aparece como uma iniciativa que garante a infraestrutura necessária para a exploração dos recursos naturais e exportação de *commodities*, sobretudo para a China, favorecendo os setores do agronegócio.

No que tange à eleição dos presidentes ditos progressistas, criou-se no imaginário sul-americano um projeto de integração regional que fosse diferente daqueles propostos pelos grandes centros, sobretudo dos Estados Unidos, com relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que, para Samuel Pinheiro Guimarães (2005) objetivava a anexação da economia sul-americana, mas sobretudo da economia brasileira, à economia estadunidense. Na academia, temas como autonomia, solidariedade entre os povos sul-americanos e “integração para dentro” voltaram a ser vigorosamente debatidos após um período de desesperança trazido pelos anos 80 e 90. De certa forma, todo esse processo contribuiu para o engavetamento da ALCA, em 2005; para a reformulação de alguns aspectos do Mercosul; e até para a criação da UNASUL, em 2008.

Nesse mesmo momento, a América do Sul se tornou espaço prioritário na agenda da política externa do Brasil, que passou a ver nas relações sul-sul uma forma mais favorável de inserção internacional, mas também como um meio para a expansão de seus capitais e de suas empresas que já haviam passado por um processo de fortalecimento dos monopólios privados.

Obras da IIRSA realizadas por empresas brasileiras

Ao analisar a carteira de projetos da IIRSA, podem ser identificados 562 projetos, com um orçamento total de, aproximadamente, 200 bilhões de dólares. Embora a iniciativa conte com obras nos setores de comunicação e energia, o setor de transporte abrange 502 projetos (IIRSA, 2019). De maneira geral, a estrutura das obras é de recorte horizontal, de leste a oeste do território sul-americano, configurando uma conexão bi oceânica.

No que tange à realização das obras, há presença de construtoras europeias, norte-americanas, asiáticas e da África do Sul², comumente em consórcio com alguma empresa local. A maior parte das obras é realizada por construtoras sul-americanas, geralmente do país receptor. Entretanto, na América do Sul, as empreiteiras brasileiras são aquelas que realizaram a maior quantidade de obras para fora de suas fronteiras (BARROS, 2018), dentre as quais podemos destacar OAS, Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

Dentro da IIRSA, quatro dessas empresas ficaram responsáveis pela construção de uma ponte sobre o rio Acre, inaugurada em 2006, ligando o Brasil e o Peru. A Odebrecht dentro do consórcio IirsaSur e Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, no consórcio Intersur, realizaram a obra de 240km de extensão, no valor de 12 milhões de dólares (CORREIO DO BRASIL, 2019).

Ainda no Peru, a Coniirsa (liderada pela Odebrecht e com participação de Graña y Montero³, ICCGSA⁴ e JJ Contratistas Generales⁵) e a Intersur (Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez) realizaram a pavimentação dos trechos Iñapari – Puerto Maldonado – Inambari, Inambari – Juliaca/ Inambari – Cusco. Esses trechos juntos somam quase 1.000 km e as empreiteiras que realizaram as obras receberam a concessão do pedágio por 25 anos (ODEBRECHT, 2019; INTERSUR 2019). A obra de quase dois bilhões de dólares, um preço de execução muito superior ao do projeto foi em grande parte financiado pelo BNDES (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2017).

A IIRSA NORTE, concessionária da Odebrecht no Peru, também tem concessão de pedágios em 1.041km de rodovia, após ter realizado os projetos no escopo da carteira da IIRSA de ampliação da capacidade das rodovias Tarapoto – Yurimaguas e Paita – Tarapoto. Essas obras custaram mais de 500 milhões de dólares e contaram com financiamento do Tesouro Nacional Peruano, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da parceria CAF-BNDES (IIRSA NORTE, 2019; BNDES, 2003).

No setor portuário, a Odebrecht formou um consórcio junto com as empresas Jan de Null⁶ e Saipem⁷, o CDB Callao, responsável pela obra de IIRSA de modernização do porto do Callao, no Peru, com financiamento privado no valor de 700 milhões de dólares. Ainda no escopo da IIRSA, a

² Um levantamento mais detalhado pode ser visualizado em BARROS, 2018.

³ Empresa peruana do setor de construção.

⁴ Empresa de engenharia e construção com capital exclusivamente peruano.

⁵ Empresa de engenharia peruana

⁶ Empresa com sede financeira em Luxemburgo. Presta serviços de construção e manutenção de infraestrutura marítimas.

⁷ Empresa italiana que presta serviços no ramo de petróleo e gás.

Odebrecht executou mais duas obras no porto do Callao: o terminal de embarque de minerais e o terminal norte multipropósito, que somam 500 milhões de dólares (ODEBRECHT, 2019).

O porto de Bayóvar, no Peru, também foi construído pela Odebrecht dentro do escopo de projetos da IIRSA e tem como objetivo direto facilitar a exportação do fosfato da mina de Bayóvar, explorada pela Vale, junto com empresa estadunidense. A obra custou 70 milhões de dólares.

A Odebrecht e o consórcio Puente Chino (formado pela Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) realizaram a obra de melhoramento da rodovia Tingo María – Pucallpa, no Peru. A obra teve custo de aproximadamente 438 milhões de dólares, e teve financiamento do tesouro público peruano e do BNDES, nos trechos executados pelas empresas brasileiras (DAR, 2013).

A OAS também teve presença no Peru por meio da IIRSA. Formou, junto com a Mota – Engil⁸, o consórcio Vial Santa Rosa, responsável pela reabilitação e melhoramento do trecho Lima – Canta, no projeto de Lima – Canta – Unish. A obra toda custou, aproximadamente, 308 milhões de dólares e teve financiamento do BID e do Tesouro Nacional peruano (IIRSA, 2019).

Em 2003, a Queiroz Galvão iniciou as obras na rodovia Potosí – Tarija, entretanto, não cumpriu as demandas do governo boliviano. Financiada pelo BNDES, pela CAF e pelo Tesouro Nacional, a obra de 238 milhões de dólares foi levada adiante por outra empreiteira brasileira, a OAS. A construtora baiana também venceu a licitação de outra obra no âmbito da IIRSA, a pavimentação da rodovia Potosí – Villazón, que custou 180,4 milhões de dólares, também com parte do financiamento proveniente do BNDES (IIRSA, 2019).

Na Venezuela, a Odebrecht realizou, no âmbito da IIRSA, a segunda ponte bimodal sobre o rio Orinoco. A obra custou 1,22 bilhões de dólares e na sua inauguração Lula e Chavez fizeram discurso sobre a importância de integrar fisicamente os povos sul-americanos por meio de estradas e ferrovias (DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 2006).

No Equador, a construção do aeroporto de Tena faz parte da carteira da IIRSA e foi realizada pela Odebrecht, por meio do Consórcio Tena. A obra custou mais de 54 milhões de dólares e contou com financiamento do BNDES (BNDES, 2006).

O que pode ser percebido a partir do breve levantamento dessas obras é que grandes empreiteiras brasileiras puderam, a partir da IIRSA, alavancar seus processos de internacionalização, se estabelecendo de norte a sul do continente sul-americano. A pauta da integração regional, liderada pelo Brasil, parece ter chegado aos outros países da América do Sul junto com empresas e capitais brasileiros.

⁸ Conglomerado de origem portuguesa líder em construção civil.

Estrutura financeira da IIRSA e o BNDES

Inicialmente, a estrutura financeira do BNDES foi pensada com base em três principais organismos: o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BID foi criado em 1959, no contexto das discussões sobre desenvolvimento a partir dos estudos da CEPAL. Assim, tinha como intuito fomentar estratégias de desenvolvimento dos próprios países sul-americanos, o que o diferenciava dos outros órgãos financeiros internacionais. Nos anos 90, com uma nova visão do pensamento latino americano, inclusive na CEPAL, que agora promovia o regionalismo aberto, o BID passou a promover a integração regional, mas com base na ideia de estruturar a integração sul-americana para integrá-la ao mercado mundial. Assim, no final dos anos 90, o BID passou a financiar projetos de infraestrutura e, com a criação da IIRSA, passou a integrar uma de suas bases de financiamento (BAUMAN, 2005 *apud* DEOS; WEGNER, 2010).

O Fonplata foi criado em 1974, pelos cinco países que compõe a Bacia do Prata, visando sua integração física. É composto majoritariamente por capital brasileiro e argentino. Esse órgão funciona como um dos pilares de financiamento da IIRSA nas obras do eixo Hidrovia Paraná-Paraguai (SANTOS, 2014).

A CAF, criada em 1960 para fomentar a integração entre os países andinos, tem sua importância redimensionada com sua entrada na base de estruturação financeira da IIRSA. Ela é uma instituição de fomento que é vista enquanto vantajosa pelos governos da região, em comparação com o Banco Mundial ou o BID, por ser mais eficiente e com menos exigências para a aprovação de financiamentos. Cabe pontuar que a CAF é um banco de capitalização de recursos públicos e viabilizam capitais para empresas privadas (SANTOS, 2014).

Embora esse tripé financeiro seja apontado como a base de recursos da IIRSA, a maior parte dos projetos foi financiada pelo Tesouro Nacional dos países receptores das obras (BARROS, 2018). Além disso, é visível a atuação do BNDES para realização desses projetos, sendo o único banco da América do Sul que deu aporte para as obras da IIRSA para fora de suas fronteiras nacionais e isso tem algumas implicações.

O BNDES foi criado em 1952 e seus recursos são, em grande medida, oriundos do governo federal brasileiro. A partir de 2003, o banco incorporou-se como órgão financiador da IIRSA, promovendo exportação de serviços e de infraestrutura, o que favoreceu as empresas brasileiras nos processos de licitação, uma vez que já se apresentam com garantia de financiamento da obra por parte do BNDES (LUCE, 2007).

Grande parte dos financiamentos das obras da IIRSA são oriundas da parceria BNDES-CAF, firmada no “I Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Sul-Americana”, com objetivo de uma parceria que promovesse apoio financeiro para realização de obras na região.

Assim, é possível perceber um esforço, por parte dos governos brasileiros de promover a integração regional, não só com incentivo político, mas também com apoio financeiro, o que garante a entrada de grandes empreiteiras brasileiras nos outros países da América do Sul, uma vez que o dispêndio desses recursos tem como contrapartida a atuação dessas empresas.

Conclusão

Embora haja um grande debate na academia em torno dos objetivos da IIRSA e possíveis mudanças de direcionamento de suas obras após a sua inclusão no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), parece-nos que, ao longo dos quinze primeiros anos da Iniciativa, seu planejamento permanece fiel ao seu objetivo original: conectar zonas de produção de *commodities* aos portos do Atlântico e do Pacífico, promovendo uma integração da América do Sul ao mercado mundial, reforçando um modelo de integração *hasta fuera* e uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Todavia, cabe ressaltar que este não é um processo novo. Já no século XIX, ferrovias foram construídas no Brasil como forma de escoar a produção de bens primários para os grandes mercados mundiais. Entretanto, um cenário é a Inglaterra, no século XIX, construindo ferrovias no Brasil com empresas e capitais ingleses para suprir sua necessidade recursos materiais visando a levar a cabo seu processo de industrialização. Outro processo é o Brasil, com capitais e empresas brasileiras realizando essas obras, com a mesma finalidade de suprimento dos mercados mundiais.

Tal processo aponta para uma reconfiguração na expansão do capitalismo mundial, em que países que eram – e ainda são – vistos como “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “periféricos” desenvolvem seus próprios monopólios privados, que se expandem em associação aos interesses de outros monopólios privados internacionais (FONTES, 2010). Assim, a IIRSA não é somente um corredor de exportação de matérias primas, ela é também uma forma de expansão de empresas privadas e capitais brasileiros, sobretudo no setor da construção pesada.

É interessante perceber como esse projeto de integração regional movimentou os ânimos de parcela dos intelectuais de esquerda, que acreditam estar em uma espécie de luta soberana contra o imperialismo estadunidense, mas reproduzem – e se associam – a lógica de desenvolvimento do

capitalismo internacional, que busca a expansão dos lucros para além das fronteiras nacionais. Esse processo não implica uma interpretação de que as movimentações financeiras estão descoladas da atuação estatal. Pelo contrário, o Estado é elemento fundamental para a garantia dessa expansão e para a contenção interna das classes afetadas negativamente nesse processo.

No que tange à garantia dessa expansão, o Estado brasileiro teve dupla via de ação: em primeiro lugar, uma política externa voltada à integração dos países sul-americanos e à promoção da conexão física desses espaços favoreceu a lógica de que aquele tipo de infraestrutura e integração eram necessárias ao desenvolvimento dos povos, das “nações” sul-americanas. Em segundo lugar, o financiamento dos projetos via BNDES, com dinheiro público, garantiu a presença das empreiteiras privadas brasileiras na realização das obras, uma vez que tinham como contrapartida para o financiamento a atuação dessas empresas.

O processo não é pacífico. As obras da IIRSA têm grande impacto na destruição da biodiversidade, na vida de populações indígenas e ribeirinhas e muitas obras são constantemente denunciadas por movimentos sociais que tentam embarreirá-las. Entretanto, as obras seguem em prol de um desenvolvimento cujos favorecidos têm sobrenomes.

Referências Bibliográficas

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. *A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018

BATISTA, Eliezer. *Infrastructure for sustainable development and integration of South America: a report to business council for Sustainable Development – Latin America (BCSD – LA)*, 1996.

BNDES. *Informe BNDES*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. nº 173. Ago, 2003.

_____. *BNDES e a internacionalização das empresas brasileiras*. FIRJAN: Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói, Eduff, 2015.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. *Territorialidad de ladominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA)*. Buenos Aires: Observatório Latino Americano de Geopolítica, 2007.

CORREIO DO BRASIL. *Começa a obra que completará ligação entre o Atlântico e o Pacífico*. Arquivo Correio do Brasil. Disponível em: <<http://arquivo.correiodobrasil.com.br/comeca-obra-que-completara-ligacao-entre-atlantico-e-pacifico>>. Acesso em: 24 set. 2019.

DAR. *Sistematização de informações sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES com implicações na desflorestação*. Derecho Ambiente y Recursos Naturales: Brasília, 2013.

DEOS, Simone Silva de; WEGNER, Rubia. Cooperação financeira e o financiamento da infraestrutura na América do Sul. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, v. 9, n.2. out. 2010

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. *Discurso de Luís Inácio Lula da Silva durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco*. 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/13-11-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-inauguracao-da-segunda-ponte-sobre-o-rio-orinoco>>. Acesso em: 21 set. 2019.

FIORI, José Luis. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin (orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FUSER, Igor. Infraestrutura a serviço do grande capital. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, mar.2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafio brasileiro na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. Disponível em:<<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 18, set. 2019

_____. *Sistema de información de proyectos*. Disponível em: <<http://iirsa.org/proyectos/>>. Acesso em: 18, set. 2019.

INTERSUR. *Tramo 4*. Intersur concesiones. Disponível em: <<http://intersur.com.pe/tramo-4>>. Acesso em: 19, set. 2019.

IIRSA NORTE. *Concesionaria*. Iirsa norte concesiónvial. Disponível em: <<https://www.iirsanorte.com.pe/concesionaria>>. Acesso em: 20 set, 2019.

LUCE, Mathias Seibel. *O sub-imperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *China: desenvolvimento econômico e ascensão nacional*. Brasília: Funag, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Divisão de atos internacionais*. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_57/>. Acesso em: abr, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. *El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de La transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1994.

ODEBRECHT. *IIRSA SUR Tramos 2 Y 3*. Odebrecht Ingenieria y Construcción. Disponível em: <<http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-realizadas/infraestructura-vial/iirsa-sur-tramos-2-y-3>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. *Infraestructura portuária*. Odebrecht Ingenieria y Construcción. Disponível em: <<http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-realizadas/infraestructura-portuaria/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, Ailton Dias dos. *A Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e as dinâmicas do sistema-mundo capitalista: análise comparada das relações entre governo e bancos de desenvolvimento do Brasil, Peru e Bolívia*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação sobre as Américas, UNB. Brasília, 2014.

Mercantilização do ensino e financeirização da economia no ensino superior no Brasil: O caso do Grupo Kroton Educacional (2003-2013)

Rosane de Oliveira e Silva
Mestranda do Curso de História Social / UERJ / FFP

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, numa perspectiva histórica, o processo da mercantilização do ensino superior brasileiro e de seu controle pelo capital financeiro, além das incursões do neoliberalismo na educação, a partir do estudo de caso do Grupo Kroton Educacional, atualmente a maior empresa do ramo de educação do mundo.

A relevância de nossa pesquisa se dá em face do avanço neoliberal e dos grupos privados do ensino superior no Brasil, da conseqüente mercantilização do ensino superior brasileiro, da internacionalização da economia em um avançado processo denominado financeirização da economia –que, no caso de nossa pesquisa, se revela com a transformação do Grupo Kroton na maior empresa de ensino superior do mundo-, da trajetória político-empresarial dos fundadores do Grupo, além das políticas educacionais do FIES e do PROUNI, implementadas durante o governo Lula da Silva.

Além de meu interesse pessoal na pesquisa, acompanhando a difícil trajetória de meus alunos da rede pública estadual, no sentido de ingressar no ensino superior, a partir dos anos 2000, principalmente, pude perceber mudanças que ocorreram com vários destes estudantes, conseguindo graduar-se, graças às políticas públicas do FIES e do PROUNI. O ensino superior, contudo, mostrava-se -e ainda se mostra- deficiente, como estratégia do projeto neoliberal para a educação nos países periféricos.

O FIES E O PROUNI: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR

O recorte temporal delimitado para nossa pesquisa compreende o período entre 2003 e 2013. Em 2003 sancionou-se a Lei nº 10.260/2001, criando-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O FIES, cujo objetivo primordial é o financiamento de cursos de graduação a estudantes de baixa renda, em instituições de ensino superior privadas, passou a ser a principal política pública de fomento à formação de grandes conglomerados empresariais do setor de ensino superior privado no nosso país, como é o caso do Grupo Kroton Educacional. A partir de então, este Grupo vem atingindo uma posição monopolista no setor educacional, incorporando diversas

instituições de ensino superior privadas. Em 2013, recorte temporal final da pesquisa, foi estabelecida a fusão com o Grupo Anhanguera, quando o Grupo Kroton se torna a maior empresa de educação do mundo.

O neoliberalismo foi instituído enquanto projeto político de forte movimento ideológico, configurando-se uma reação do capital na busca de recomposição de sua taxa de lucro, que vinha decaindo, desde, pelo menos, os anos 1970 (BRENNER, 2003). Difundindo os valores do livre mercado e do Estado mínimo –na verdade, um Estado forte, máximo na aptidão de destruir os direitos dos trabalhadores e o poder dos sindicatos, e mínimo no que diz respeito aos gastos sociais e às intervenções econômicas-, os princípios neoliberais no Brasil passaram a se caracterizar como agenda política de Estado a partir dos governos Collor (1990 / 1992) e, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso (1995 / 2002), tendo continuidade, de certa forma, mais atenuadamente, nos governos do PT.

Dessa forma, passo a passo com o projeto neoliberal, a educação começou a ser considerada uma mera prestação de serviços, em uma dinâmica mercantil de melhoria de resultados, sustentada pelos educadores/fornecedores. Nesse momento, no panorama educacional, contemplavam-se indícios de privatização, buscando-se horizontes e respostas, diante das bruscas mudanças, concernentes à qualidade de ensino, à formação de pessoal, às reais condições de acesso à universidade, entre outras (SAMPAIO, 2015).

Verificou-se, durante o governo FHC, um prosseguimento do projeto neoliberal, servindo-se, assim, de um leque de apoios dos partidos e dos setores mais conservadores da sociedade. O neoliberalismo impõe uma violenta política antissocial, considerada tão vital para a economia capitalista, quando a recuperação do desenvolvimento da economia de mercado necessita de um Estado forte.

Com a eleição Lula para a presidência, em 2002, houve fortes presságios de resistência ao projeto neoliberal, o que se verificou em vários programas governamentais, como o FIES e o PROUNI.

O FIES já havia sido criado em 2001, no governo FHC, mas o governo Lula foi o responsável por sancionar a lei (Lei nº 10.260, de 12/07/2001). O FIES foi um programa estabelecido em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo, criado em 1976, durante o regime militar, objetivando financiar a graduação e, mais recentemente, a pós-graduação no ensino superior, a estudantes que não têm meios de arcar com os custos de sua formação. O programa, a partir de 2010, pôs-se a funcionar sob um novo formato, no qual o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o novo agente operador do programa (PORTAL DO FIES, 2018).

O PROUNI (Programa Universidade para Todos) foi criado no governo Lula, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005. A finalidade do PROUNI é conceder bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação, em instituições de ensino superior privadas, oferecendo o governo federal, por sua vez, isenção de tributos às instituições aderidas ao programa. Nas bolsas de estudo parciais, há a possibilidade de concessão do FIES aos alunos mais necessitados. Este programa já beneficiou mais de 1,9 milhões de estudantes, desde sua criação até o segundo semestre de 2016, havendo concessão de 70% de bolsas integrais (PORTAL DO PROUNI, 2018).

As políticas de ensino superior à distância (EAD) também demonstram a priorização do atendimento da demanda por educação superior, a partir da expansão do ensino superior privado, sendo nosso principal exemplo o caso do Grupo Kroton Educacional (PORTAL DO KROTON, 2018).

Em 2013, as quatro maiores universidades do país (todas privadas) eram: 1) Universidade do Norte do Pará (UNOPAR), com 353.432 estudantes; 2) Universidade Paulista (UNIP), atualmente pertencente ao Grupo Objetivo, conta com 343.000 alunos; 3) Universidade Estácio de Sá, com 207.450 discentes; 4) Universidade Anhanguera-Uniderp, do Mato Grosso do Sul, com 152.816 alunos. Note-se que a UNOPAR e a Anhanguera-Uniderp pertencem atualmente ao Grupo Kroton Educacional, confirmando sua posição monopolista na área de ensino superior privado no país e no mundo (PORTAL DO KROTON, 2018).

A partir desse cenário, surgem, cada vez mais, empresas educacionais a atuar conjuntamente, de maneira organizada, com vistas a aumentar seus lucros, configurando os denominados grupos econômicos, sendo o maior deles o Kroton Educacional, que, em 2007, dispôs-se a abrir seu capital na Bovespa.

As lições neoliberais revelam uma relação de subordinação por parte da Educação, conjugando-a às necessidades do mercado. O FIES e o PROUNI fortaleceram o ensino superior brasileiro, levando à formação de um capital monopolista no setor privado, robustecendo, sobretudo, o Grupo Kroton Educacional.

Ora, essas duas afirmações acima parecem demonstrar a perspectiva de que as dinâmicas e configurações atuais do capitalismo recente ou contemporâneo ultrapassam os limites da luta de classes, já que aparentam ser forjadas “de cima”, em uma esfera de dominância financeira que não tem chão social. Assim, “neoliberalismo” pode parecer um conceito solto e abstrato, sem conexão mediatizada com o mundo da produção e extração de valor, já a denominada “financeirização” aparece com a mesma perspectiva – não que ambos não existam, mas podem ser encarados como

“agentes” históricos, um ponto de partida. Na verdade, são resultados ou expressões das formas atuais de *expropriações* da classe trabalhadora pelo capital, sobre as quais abordaremos mais adiante em nosso trabalho.

NEOLIBERALISMO

Segundo Perry Anderson (1995), o projeto neoliberal configurou-se como uma forte resistência teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, rejeitando todo tipo de restrição aos dispositivos de mercado através do Estado, tal qual uma grave ameaça à liberdade econômica e política. Despontava, pois, no período pós II Grande Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, um conflito contra o keynesianismo e todo um sistema firmado na solidariedade e na defesa do bem comum, apresentando um outro tipo de capitalismo: mais livre de regras e, ao mesmo tempo, severo em sua orientação ideológica. Esse denominado Estado de bem-estar social ou Estado keynesiano visava à melhoria de condição de vida dos trabalhadores, como forma preventiva ao intuito de uma revolução socialista, em uma sociedade capitalista humanizada, que seria capaz, então, de afastar a ameaça revolucionária, reduzindo a influência do comunismo.

Em 1973, com a primeira grande crise do paradigma econômico do pós-guerra e o mundo capitalista avançado em profunda recessão –em uma união então irreconhecível entre altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento–, o receituário neoliberal passou a sobressair-se. A crise, segundo os neoliberais, devia-se ao desmedido poder dos sindicatos e ao movimento operário, em geral, que aniquilaram as bases da acumulação capitalista, a partir de fortes reivindicações sobre os salários e os gastos sociais.

O Estado neoliberal forte, máximo na aptidão de destruir o poder dos sindicatos, e mínimo no que concerne aos gastos sociais e às intervenções econômicas, alcançando a estabilidade monetária: esta era a solução neoliberal para a primeira grande crise no mundo capitalista pós-guerra (ANDERSON, 1995, p. 10).

Sendo estas as tarefas de um Estado que os setores conservadores da sociedade creem ser o Estado mínimo, torna-se mais fácil entender que as reivindicações dos cidadãos criam contradições, revelando a complexificação do tecido social e a exploração ideológica por determinados setores conservadores da sociedade, visando tão-somente a seus próprios interesses, através da imposição de uma forte política antissocial.

Em um entendimento semelhante, Chomsky (2002) afirma que as más ideias podem não servir aos objetivos expressos, mas terminam por se revelar excelentes para seus “arquitetos”, exatamente como ocorreu com o neoliberalismo e as experiências de desenvolvimento econômico

na era moderna. Às vezes, a experiência não é uma boa ideia para os governados, mas mostra-se excelente para os governantes e suas associadas elites locais. Esse paradigma se mantém até os dias atuais, com os governantes à busca de realces de desigualdades, de altos índices de desemprego, de destruição do Estado de bem-estar, quer dizer, “coloca-se o lucro acima das pessoas” (CHOMSKY, 2002, p. 12-13).

O avanço do projeto neoliberal não se cumpriu rapidamente, pois, nos anos 1970, eram buscadas soluções keynesianas para as crises econômicas. Por meio deste projeto hegemônico, as Forças Armadas do Chile, em 1973, sob o comando do general Augusto Pinochet, fizeram decair pela força o governo socialista de Salvador Allende, causando-lhe a morte. Na Inglaterra, em 1979, Thatcher se elegeu, colocando em prática, de forma pioneira, em um país de capitalismo avançado, o projeto neoliberal. Reagan, em 1980, se elege nos Estados Unidos. Em 1982, Kohl é eleito na Alemanha, enquanto em 1983, na Dinamarca, Schluter se elege com uma coalizão de direita (ANDERSON, 1995, p. 11).

Na maior parte dos países do norte da Europa, viu-se o surgimento de diferentes demonstrações do neoliberalismo, enquanto no sul europeu dava-se lugar aos governos de “esquerda” –denominados euro-socialistas-, com Mitterrand (França), González (Espanha), Soares (Portugal), Craxi (Itália) e Papandreou (Grécia). Note-se que, na França, a primeira gestão de Mitterrand foi marcada por um Estado de proteção dos direitos sociais, com uma proposta progressista, com base em movimentos operários e sindicalistas. No segundo mandato de Mitterrand, o governo socialista francês se aproximou de uma política neoliberal, relegando os ideais de pleno emprego e justiça social, com corte de gastos sociais e retirada de direitos (IDEM, p. 13).

As variadas experiências de desmonte do Estado de bem-estar revelavam a hegemonia do neoliberalismo enquanto ideologia, uma vez que, no princípio, só os governos de direita colocaram em prática as políticas neoliberais, mais tarde, entretanto, até os governos de esquerda se engajaram no projeto neoliberal.

Com efeito, a desregulamentação financeira, cunhada pelo receituário neoliberal, abriu caminho para mais especulação do que produção, acarretando sérios prejuízos para a classe trabalhadora, com sua expropriação pelo capital.

O NEOLIBERALISMO E O CAPITALISMO EM NOSSOS DIAS

Piketty (2014), em sua obra, “O Capital no século XXI”, chama-nos a atenção de que a dinâmica da distribuição de renda e da estrutura da desigualdade social, desde o século XVIII, nos leva ao entendimento de que as guerras ocasionaram uma mudança nas estruturas da desigualdade

no século XX. Por outro lado, neste século XXI, observa-se a globalização a elevar ao topo máximo as desigualdades da riqueza.

Em conformidade com o autor, a fim de evitar esse aumento de desigualdade, deveria haver a alternativa do imposto global sobre o capital, revelando a transparência democrática e financeira dos patrimônios –condição necessária para uma regulação eficiente do sistema bancário e dos fluxos financeiros internacionais (PIKETTY, 2014, p. 459).

Durante a crise de 2008, os governos e os bancos centrais dos países ricos aceitaram criar a liquidez necessária, com o fim de conter as falências bancárias, rejeitando a queda completa da economia e da sociedade, como exemplo de política pragmática. Tal política pragmática não trouxe soluções duradouras para os problemas estruturais do capitalismo, quer dizer, a ausência de uma política distributiva e o crescimento da desigualdade. Na busca por essa igualdade, o Imposto Progressivo sobre o Capital mostra-se mais apropriado para o século XXI do que o Imposto Progressivo sobre a Renda, forjado no século XX (IDEM, 2014, p. 461).

Este é o “Estado Mínimo”, neoliberal, no qual os governos e bancos centrais dos países abastados se propuseram a criar a liquidez necessária para conter as falências bancárias, exemplo de “política pragmática” e, contraditoriamente, negam aos trabalhadores o acesso à saúde, à educação, ao pleno emprego, cortando-lhes direitos, como a pensão-aposentadoria, dentre outros.

Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, em sua obra, “Manda quem pode obedece quem tem prejuízo” (2017), visam avaliar os processos econômicos, sociais e políticos que transformaram profundamente a dinâmica das economias capitalistas, partindo do aumento da taxa de desemprego e da inflação de meados dos anos 1970, no século XX. O capitalismo “social” e “internacional”, desde os anos 1980, transformou-se no capitalismo “global”, “financeirizado” e “desigual”.

A globalização revolucionou a estrutura da produção mundial, podendo-se apontar três mudanças marcantes e concomitantes: a reorganização da estrutura da produção; as fusões e as aquisições –como no caso do Grupo Kroton-, transformadoras do sistema financeiro, reduzindo em grande escala o número de empresas; e a centralização da propriedade, levando a economia mundial à dominação por um pequeno número de empresas dos países altamente desenvolvidos (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017, p. 40).

A realidade econômica desigual redundou na dimensão global das grandes empresas, a partir de fusões e aquisições, integradoras de fortes cadeias globais de produção terceirizadas. Não é nenhuma novidade a internacionalização do capital, afetando variadas esferas da vida social, a situação das relações de trabalho, a distribuição de renda e da riqueza do mundo, numa forte tensão entre capitalismo e democracia, ou melhor, entre classe trabalhadora e capital.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E A TEORIA DA MUNDIALIZAÇÃO

Mundialização do capital, ou globalização, se reporta a muito mais do que uma outra fase na prática da internacionalização do capital, vivenciada a partir dos anos 1950. Trata-se de uma nova configuração do capitalismo mundial e das manobras que norteiam sua execução e sua sistematização. Há uma nova dinâmica nas relações internas e internacionais, formando um sistema e forjando a vida em sociedade, na economia, na cultura e em todas suas dimensões.

Segundo Chesnais (1996), há diversas formas de acumulação do capital, mas a que nos interessa é a da “mundialização do capital”, surgida nos anos 1980, com o cunho de novas formas de centralização de imensos capitais financeiros, como os fundos mútuos e fundos de pensão, devendo frutificar sobretudo no interior da esfera financeira, moldando o “novo capitalismo” iniciado em fins do séc. XX.

A “mercantilização” tão marcante no mundo, nos últimos anos, ultrapassou a expansão dos meios de produção, voltando-se para a financeirização. A partir daí, viu-se um capitalismo não apenas enquanto processo econômico, mas enquanto modo de dominação social, assim como modo de organização de poder (CHESNAIS, 2002, p. 8-9).

Quando utilizamos a expressão “autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção”, percebe-se que não se trata de uma questão de relatividade, mas, sim, de contradição. Há uma não autonomia da esfera financeira em relação à produção, que se desdobra em uma relação de exploração. A relação de capital é uma relação entre o capital e o trabalho assalariado –uma relação de exploração-, que se expressa sob determinadas formas específicas.

Chesnais nos incita a refletir sobre o capitalismo contemporâneo e seu braço direito, ou talvez seu cérebro, o neoliberalismo, onde reina a hegemonia, seja sob um regime de acumulação com dominação financeira, seja sob as rédeas do mercado financeiro –formas da nova escravidão.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

A burguesia não se preocupa com trabalhadores portadores de educação de qualidade, mas, sim, com preparo necessário ao processo de trabalho, o que evita a politização da classe trabalhadora. Assim, o aparelho escolar, enquanto aparelho ideológico do Estado, conjuga qualificação e submissão às normas da ordem social estabelecida, numa subjugação das classes dominadas à ideologia dominante (ALMEIDA, 2018, p. 2). Vemo-nos diante do entendimento que quanto menor a qualidade da educação da classe trabalhadora, maior a dominação da ideologia do Estado. É de interesse das classes dominantes afastar a emancipação do proletariado, com uma consciência crítica, a partir de uma educação transformadora.

Virgínia Fontes (2018) vê em nossos dias um imperialismo financeirizado, com colaboradores e divulgadores de práticas sociais concretas, como o Banco Mundial e o FMI, a partir de uma teia de associações empresariais (com cursos de aprimoramento), de ações intervencionistas na educação escolar (capacitação de professores) ou de instituições privadas no ensino superior brasileiro (na reflexão sobre a “reformatação” do Estado), em “uma educação para o consenso burguês”. Forma-se o “cidadão colaborador”, numa nova pedagogia da hegemonia, na qual o imperialismo se expande através de uma financeirização generalizada e desigual, demonstrando as formas atuais de expropriações da classe trabalhadora pelo capital. Assim, o capital educa e forma o consenso!

Roberto Leher, em seu artigo, “Um Novo Senhor da Educação?” (2015), defende a ideia da forte influência do Banco Mundial, “o ministério mundial da educação dos países periféricos” (LEHER, 2015, p. 19). O Banco Mundial pretende, ao determinar as diretrizes da política educacional dos países periféricos, submetê-los a um “capitalismo intelectual” e desigual, assim, a educação –na condição de capital- tornou-se um terreno de gestores, e não de educadores. O que todos sabem é que o Banco Mundial, de uma simples agência debruçada sobre a reconstrução da Europa, se transformou em um dos mais renomados “Senhores do Mundo”.

Um documento paradigmático do Banco Mundial, de 1995, “La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, engloba as principais tendências para o ensino superior, seguidas à risca pelo governo federal. Esse registro requer a dissociabilidade do binômio ensino / pesquisa, tentando legitimar as universidades exclusivamente de ensino. Todas as reformas, na área da educação superior, são realizadas com o “mínimo de alarde possível”, em uma manifesta orientação política (Idem, p. 28).

Rodrigo Lamosa e Jussara Macedo, em seu artigo (2015), apresentam o resultado de sua pesquisa sobre a reforma gerencial na educação brasileira (Lei 9394/96) e suas interfaces sobre o trabalho docente. O Estado brasileiro, com sua história de governança democrática, deixa de ser uma democracia representativa para tornar-se uma democracia participativa também no cenário educacional. Os empresários, agora “salvadores da escola falida”, unem a governança ao processo de mercantilização, interessando-se notadamente na mercadoria força de trabalho, fazendo valer “a pedagogia de mercado” (LAMOSA e MACEDO, 2015, p. 365).

Diante desse panorama, intensificou-se o que já vinha ocorrendo: a desprofissionalização docente (enfraquecimento do caráter específico da profissão), a perda de direitos, a precarização das condições de trabalho, a exclusão dos professores no processo de formulação de políticas educacionais e um processo de competição entre os docentes, controlando-os. Com o modelo

gerencial, introduziu-se na administração pública o padrão de gestão adotado pelo mercado, como um pressuposto para a eficiência empresarial.

Ana Paula Agapito, em seu artigo (2016), analisa as demandas de nossos dias para as políticas educacionais no Brasil, diante da expansão e mercantilização do ensino superior privado. Iniciado esse processo durante o Golpe Militar de 1964, nos anos 1970, com o processo de crise do capital, a educação se imiscui no mundo do trabalho e nas políticas sociais dos países centrais e periféricos. Já nos anos 1990, o neoliberalismo e seu ataque à educação se robustecem, com desvantagens para as políticas de ensino superior, como se vê ainda em nossos dias.

A educação superior na América Latina, sobretudo na transição para o séc. XXI, vem sendo duramente açoitada pelas reformas de cunho neoliberal, com variadas ofertas de serviços na educação superior (como os cursos EAD) e retóricas de mercado. Temos, então, a “universidade operacional”, formando “consumidores autômatos”, sem comprometimento com o pensamento crítico e criativo.

O capital dessas empresas de educação advém de grupos estrangeiros e de bancos de investimentos norte-americanos, sendo que a expansão delas se deve à abertura de capital na Bolsa de Valores, que determina a valorização do capital necessário à aquisição e ampliação de imóveis e equipamentos, levando à baixa do preço das mensalidades, sendo impulsionadas sobretudo pelo FIES e PROUNI. Toda essa financeirização e mercantilização da educação leva a uma formação profissional deficiente e imediatista, com desvalorização do trabalho docente e sucateamento das IES públicas.

Charlini Contarato Sebim (2015) aponta que, nos anos 2000, surgiu uma nova configuração na oferta da educação superior, na qual as IES privadas se associam a grupos financeiros, à procura de uma valorização de seu capital. O capitalista, controlando o trabalho do trabalhador, muda-o, de uma atividade humana vital, humanizadora e autocriativa, em uma atividade exterior, que pertence a outro e, assim, alienada. Havendo no Grupo Kroton um tipo de “divisão” entre planejamento e execução das aulas, denominando-se Termo a tal prática-, o uso do Termo tornou-se um indicador do desempenho, trazendo insegurança para os docentes.

Diante dessa prática, o professor passou a ser vítima de gestão por estresse, pois maior o medo de errar, maior o nível de produtividade! Destaca-se também que, em cada período e em cada curso, é demitido um professor, já que 20% da carga horária dos cursos são transferidos para o ensino à distância (SEBIM, 2015, p. 9-10).

Em uma superexploração do trabalho docente, as duas instituições do Grupo Kroton no Espírito Santo revelam haver uma relação contraditória entre produção e apropriação da riqueza, ou

seja, do trabalho assalariado. A separação entre planejamento e execução das aulas, o crescimento das demissões e rotatividade dos docentes, a redução da carga horária de trabalho, o aumento da quantidade de trabalho, demonstram a intensificação da exploração do professor, assim como a redução de sua autonomia, estimulando as relações sociais de dominação. O capital educa e domina, em tempos de educação que serve ao neoliberalismo e atua na Bolsa de Valores!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação deve exercer sua função predominante de desmascarar a ideologia dominante e alicerçar a contra-hegemonia, o oposto do que ocorre com o ensino superior privado no Brasil. Nosso novo modelo da educação superior privada, então, se fundamenta na formação de oligopólios das empresas educacionais, nas exigências impostas pelos organismos internacionais, na desvalorização do trabalho docente e na dinâmica da qualificação da força de trabalho para prover a estabilidade da acumulação do capital financeiro internacional, entre outros.

Para o momento, há que se salientar que os governos petistas, em nosso recorte temporal (2003-2013), vivenciaram ambiguidades e contradições, tendo em vista a grande expansão do ensino superior privado de forma articulada com a expansão da financeirização do ensino superior privado, em todas as suas formas. Temos, entretanto, que avaliar o avanço neoliberal no mundo contemporâneo e curvarmo-nos diante da realidade de que, para realizar uma política distributiva na educação superior, fomentando a democratização do ensino, só restava a alternativa da expansão do ensino superior privado, o que, de certa forma, alçou jovens carentes a uma ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. *Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade*. Brasília: Temporalis, 2016.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru: Canal 6, 2012.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BELLUZZO, L.G.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

----- . *A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou as pessoas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

LAMOSA, Rodrigo; MACEDO, Jussara M. de. *A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação*. In: Revista Contemporânea da Educação, v. 10, n. 20, jul/dez 2015.

LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da Educação?* A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Rio de Janeiro: Revista Outubro, 2015.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Tradução de Mônica Baumgarten. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIRES, Valdemir. *Ensino Superior e Neoliberalismo no Brasil: um difícil combate*. In: Educação e Sociedade, v.25, n. 86, Campinas, 2004.

PORTAL DO KROTON, 2019.

PORTAL DO FIES, 2018.

PORTAL DO PROUNI, 2018.

SAMPAIO, Helena. *Novas dinâmicas do ensino superior no Brasil: o público e o privado*. Rio de Janeiro: GEA, 2015.

SEBIM, Charlini Contarato. *O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso do Kroton no Espírito Santo*. 37ª Reunião Nacional da ANPED, 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC, Florianópolis.

STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). *Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)*. Organização de Anakeila de Barros Stauffer, Caroline Bahniuk, Maria Cristina Vargas e Virgínia Fontes. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

MESA 14

Ensino de História II

Debatedores:

Daniel Pinha (UERJ)

Géssica Guimarães (UERJ)

Elaboração discursiva de antagonismos e agência histórica no ensino de história

Renata da Conceição A. da Silva
Mestre pelo PPGHS
Bolsista CAPES

Este texto pretende sintetizar uma das conclusões a que cheguei em minha dissertação de mestrado, *Ensino de história como reativação do político* (SILVA, 2019), qual seja: a de que uma das formas pelas quais o ensino de história produz o sentimento de história disponível para ser feita, como escreveu Koselleck (2006), é por meio da elaboração discursiva de antagonismos feita sob o marco do que Laclau e Mouffe (2015) chamam de imaginário igualitário. Começaremos definindo os conceitos teórico-políticos chave aqui, antagonismo e imaginário igualitário, e fecharemos o argumento trazendo nossa definição de agência histórica e sua adequação à nossa tese.

O referencial teórico deste trabalho é a teoria política do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Os autores trabalham com uma noção ampliada de linguagem, que pode ser aplicada à toda prática social na medida em que toda prática social produz significação. Nesse enquadramento, todo estabelecimento de um sentido tem raízes políticas, que podem ser esquecidas e sedimentadas ao longo do tempo, assim como também lembradas e reativadas. Dizemos assim, com os autores, que o próprio espaço social é entendido como discursivo.

A criação de sentido de um elemento funciona primariamente por meio de articulações, que, no entanto, só funcionam em produzir sentido na medida em que esse elemento é diferenciado de algo. A influência do pós-estruturalismo nesses autores se mostra aqui: esse processo de construção de sentido e articulação de diferenças, para ser efetivo, tem que ser parte de um processo de exclusão radical (LACLAU e MOUFFE, 2015). Para vermos esse processo em curso, vejamos o que diz Penna em um artigo sobre o caráter antipolítico do “Escola sem Partido” ao utilizar este mesmo referencial:

O que está sendo dito é que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência. O fato físico de “uma pessoa de pé esfregando um pequeno objeto de cor clara em uma superfície escura para deixar marcas sobre ela enquanto dialoga com um grupo de jovens” só é significado como uma aula de história, por exemplo, dentro de um sistema de relações (alunos, professor, quadro, giz, escola, etc.) que não são dados pela mera materialidade destas entidades. Uma incompreensão muito comum com relação ao que foi dito é pensar que a defesa do caráter discursivo dos objetos coloca em questão a existência de um mundo externo ao pensamento. O ato de um adulto falando com um conjunto de jovens dentro de uma sala é um evento que certamente existe, no sentido que acontece aqui e agora, independente da minha vontade. Mas se a sua especificidade enquanto objeto de discurso será construída em termos de “construção de conhecimento em diálogo com os

estudantes” ou como “abuso intelectual de menores” vai depender da estruturação de um campo discursivo... (2018, pp. 570-1)

Penna está exemplificando como funciona a compreensão discursiva do social a partir dos exemplos de diferentes concepções da sala de aula: ora como produção de conhecimento, ora como “abuso intelectual de menores”, termo utilizado pelo movimento de extrema-direita Escola sem Partido e seus apoiadores. O evento onde a sala de aula deixa de significar a efetivação do direito de todos e todas à educação e passa a significar a submissão das famílias ao jugo do Estado que obriga que alunos a partir dos 4 anos frequentem a escola acontece por meio da reativação das origens, sempre políticas, do significado de sala de aula estabelecido nas últimas décadas por meio de sua articulação à defesa de direitos básicos. Essa reativação, por sua vez, acontece por meio da elaboração de um antagonismo¹.

“O ponto crucial é que antagonismo é o *limite de toda objetividade*”, define Laclau (1990, p. 17, tradução livre). A objetividade é construída por meio de práticas articulatórias significativas que buscam domesticar o fluxo das diferenças para criar sentidos provisórios. Essa definição de antagonismo exprime sua dimensão mais fundamental: o antagonismo se trata de pura *negatividade*. Falar de antagonismo significa referir-se constantemente a um exterior que me constitui porque me nega. “Com antagonismo, negação não se origina a partir do ‘dentro’ da própria identidade mas, em seu sentido mais radical, *a partir de fora*; é então pura faticidade que não pode ser rastreada até nenhuma racionalidade subjacente” (Idem, grifo no original, tradução livre).

A construção de um “nós” versus um “eles” é processo necessário para criar a sociedade, esse objeto impossível segundo a teoria política do discurso de Laclau e Mouffe. Quando se entende o espaço social como discursivo, como um fluxo de diferenças, cabe também entender como essas diferenças são imobilizadas e transformadas em equivalências para criarem ordens contingentes. Embora a sociedade seja um objeto impossível, ela não cansa de tentar se constituir. Esse esforço contínuo e sem fim, resume Marchart, é o que chamamos de **política** (2015, p. 11). O **político**, por sua vez, é a instituição do social; é o momento onde se faz a única coisa que se pode fazer num terreno indecidível, tomar decisões, e que é sempre um ato de poder. O político diz respeito às várias possibilidades de uma sociedade, isto é, ao fato de que as práticas sociais se formam e se sedimentam de uma forma em detrimento de várias outras. O político é a lembrança constante de que as coisas passam, mudam, e poderiam ser – e podem vir a ser – de outra forma.

¹ O antagonismo discursivamente elaborado por familistas – grupos e agentes políticos que embasam sua agenda na “defesa da família” – contra o “marxismo cultural”, a “ideologia de gênero” e afins é que executa essa mudança de sentidos de que falo aqui. Para compreender os meandros desta transformação, ver SALLES, 2019; MOURA, 2016; PENNA, 2016, 2018; JUNQUEIRA, 2017, 2018.

Por que pensarmos antagonismo no contexto do ensino de história? Porque durante a pesquisa com a professora selecionada ficou explícito o conflito entre seu trabalho e as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação, e mais, que esse conflito aparecia no seu trabalho e desempenhava um papel em suas aulas. O trecho abaixo é um dos momentos em que a elaboração que a professora faz deste estado de coisas se apresenta claramente: ela nos relatava² uma reunião tensa que os professores da escola haviam tido com uma IGT³ da SEEDUC poucos dias antes desta entrevista que marcava o fechamento da minha pesquisa de campo, iniciada com uma primeira entrevista e seguida do acompanhamento e gravação de aulas.

Regina: Leonardo [professor de matemática] é aquele assim meio grisalho, mas ele é bem novinho, ele falou “Olha só, eu quero que você traga... porque nós somos funcionários públicos, né? Então tem o estatuto, eu quero que você traga aonde está no estatuto esta imposição”. Só que trazer não traz, até hoje não trouxe. Então grande parte da nossa discussão foi no sentido de formalizar toda nossa indignação com isso e a nossa visão de educação. Claro que tem coisas que tem que mudar, né, mas isso faz parte. Mas e quais são as nossas propostas? Nós não aceitamos dessa forma como eles estão colocando, então quinta-feira até a gente fechar isso foi desgastante e aí vem aquela coisa. De onde vem? Da secretaria de educação. Qual o objetivo deles? *É realmente melhorar e aprimorar a educação? Não, o objetivo deles é pautado em números, eles querem números, quando é que isso começou a ficar assim mais escandaloso? Quando as estatísticas, né, começaram a aparecer aí na mídia, que o índice de reprovação era muito grande, o índice de evasão...* bom, muitas distorções acontecendo, insatisfação dos professores, salário baixo, algumas coisas precisaram ser mexidas, mas não o que eles estão fazendo agora, o que eles estão fazendo agora é *uma guerra santa*. Entendeu? *É transformar o professor em... nada praticamente*. Né? (segunda entrevista, 15 dez. 2014, adaptado).

O antagonismo enquanto negatividade, enquanto construção de uma identidade a partir de um exterior constitutivo, está claro no trecho acima. O que nos interessa aqui é destacar como esse antagonismo, sendo antagonismo a característica do político (MARCHART, 2007, p. 147, tradução e grifo nossos), pode servir para analisar a tensão instalada e elaborada entre a noosfera, lugar da operação historiográfica escolar realizada pela noosfera⁴, e a sala de aula, lugar da operação historiográfica escolar *stricto sensu* (sala de aula). A tensão que vemos aí em primeiro plano,

² A professora em questão é apresentada no capítulo I da minha dissertação. Para os nossos propósitos aqui, importa dizer que ela era naquele ano professora do mesmo colégio há 29 anos, convicta professora da rede pública de educação, e foi selecionada para pesquisa quando buscávamos – o nós aqui refere-se ao grupo de pesquisa *Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história*, coordenado pelo professor Fernando de Araujo Penna (PPGHS / UFF), que realizou sua pesquisa nos anos de 2014-15 – professores que haviam marcado seus alunos e alunas como exemplos de sucesso em tornarem a história ensinada significativa.

³ IGT significa “integrante do grupo de trabalho”, mecanismo criado para acompanhar a implantação do currículo mínimo no estado do Rio de Janeiro, conforme a resolução nº 4866 de 14 de fevereiro de 2013 da SEEDUC.

⁴ Seguimos aqui a interpretação de Penna (2013) segundo a qual o ensino de história pode ser compreendido como uma operação historiográfica escolar. O autor fala, na verdade, em duas operações historiográficas escolares, – e esta separação é relevante ao nosso argumento – quais sejam: a operação historiográfica escolar que se dá transposição didática externa, que acontece na noosfera e se caracteriza pelas discussões amplas sobre currículos, parâmetros curriculares, produção de material didático e afins, e a operação historiográfica escolar que se dá na transposição didática interna (ou *stricto sensu*) que acontece na sala de aula quando o/a professor/a constrói conhecimento em diálogo com seus estudantes e se caracteriza pelo momento exato da transformação de conhecimento em saber.

elaborada pela professora, é entre uma concepção de educação “pautada em números” e uma concepção de educação pautada em colégios com “salas melhores”, “acesso a biblioteca” e “tecnologia na escola”. Ou seja, é um conflito entre o que Gert Biesta chama de “linguagem da aprendizagem” (2012) contra uma concepção ampla de educação de qualidade expressada pela professora cujas aulas analisei na dissertação.

A linguagem da aprendizagem, segundo Biesta (2017), refere-se ao estabelecimento da *aprendizagem* como um ponto nodal nas discussões educacionais, em detrimento do conceito de educação. Com o avanço dessa nova linguagem, que Biesta chama de “*learnification* da educação” (2012), “ensinar foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem, assim como a educação é agora frequentemente descrita como propiciadora de oportunidades ou experiências de aprendizagem” (BIESTA, 2017: 32). Essa estrutura discursiva faz parte de uma visão de mundo neoliberal (BIESTA, 2017: 36), que por sua vez tem se radicalizado em pautas ultraliberais e “libertarianistas” (MIGUEL, 2016, p. 592; CÁSSIO, 2019), onde os indivíduos são caracterizados como sujeitos porque possuidores de uma propriedade em si mesmos (MACPHERSON, 1962) e a liberdade é uma exclusividade dos espaços regidos pela lógica do mercado.

Essa forma de falar da educação individualiza o processo de ensino-aprendizagem, apaga o fato de que a educação é sempre um processo relacional e subverte a compreensão do saber docente como profissional. Como resume Biesta, a linguagem da aprendizagem (2017, pp. 37-8) facilita “uma nova descrição” do fenômeno educacional como se este fosse uma transação econômica, onde a/o aluna/o seria consumidor/a e a professora somente uma provedora de conteúdos presente em sala para satisfazer necessidades bem definidas e delimitadas que os estudantes trazem consigo. A educação é, assim, objetificada – vê-se que a visão da educação enquanto transmissora de conteúdos não se desfez; percebe-se também que essa linguagem traz consigo uma concepção essencialista de sujeito, inadequada a este debate, como vimos defendendo.

No que se trata da professora em sala de aula, esse embate de estruturas discursivas leva a um deslocamento – a negação da identidade da professora enquanto educadora, já que sua percepção de si está diretamente articulada aos seus ideais cidadãos de educação – que abre amplo espaço para a construção de antagonismos, dado que a aplicação de uma lógica econômica à educação desvaloriza o saber profissional dos docentes:

Pensar na educação como uma transação econômica, como um processo de satisfazer as necessidades do aprendente – algo que se tornou possível pela nova linguagem da aprendizagem –, é, portanto, antes de mais nada problemático, porque se compreende mal o papel do aprendente e o papel do profissional da educação na relação educacional. Esquece-se de que uma razão principal para engajar-se na educação é precisamente descobrir o que realmente se deseja ou precisa. Esquece-se também de que os profissionais da educação têm um papel crucial a desempenhar no processo da definição das necessidades, porque

uma parte importante de sua competência profissional reside nesse ponto; um papel que precisamente os distingue dos vendedores, cuja única tarefa é entregar as mercadorias ao cliente (BIESTA, 2017, p. 41).

Esse ataque à autonomia docente acontece por meio da conversão dos fins da educação à produção de números, como Regina diagnostica no trecho da entrevista acima. A linguagem da aprendizagem, alvo de críticas e de elaboração antagonística da professora Regina, faz com que as questões importantes da educação sejam resumidas à busca por eficácia, por bons resultados em grandes avaliações, esquecendo-se de que estes deveriam ser meios para um fim que, por sua vez, deveria ser decidido por meio de um debate público constante. Pensar o que se quer da educação já é, em si, uma experiência importante de aprendizagem (BIESTA, 2017, p. 42), e, de maneira mais geral, “as questões sobre o conteúdo e o objetivo da educação são... fundamentalmente políticas” (Idem). Usando o sentido de político deste trabalho, adjetivar como política a discussão sobre os fins da educação significa dizer que essa discussão refere-se ao momento de instituição do social e deve funcionar com esse objetivo explicitamente. Significa dizer, portanto, que a equalização entre “boa educação” e “bons resultados” não é natural, mas resultado de uma série de articulações que têm se hegemonizado e dificultado a luta por uma educação de qualidade socialmente referenciada. Nesse caso fica claro o que Marchart quer dizer ao afirmar “antagonismo é a categoria do político”: o antagonismo entre a identidade da professora Regina como docente da escola pública e as práticas de mensuração da SEEDUC evidencia o político que está na base de toda prática de significação, social e política, que funcionou na definição histórica e em transformação do significado de “professor”, “aluno”, “sala de aula”, “educação de qualidade” e afins.

Este diagnóstico diz respeito ao ensino de história na medida em que a elaboração discursiva desse antagonismo aparece nas aulas da professora como elemento constituinte das suas aulas de história. Segundo a teoria política do discurso, os significados dos elementos são transformados e construídos em suas articulações com outros elementos dentro de uma estrutura discursiva. Entendendo as aulas da professora como uma estrutura discursiva, – onde a sua fala expositiva, seus textos no quadro, suas avaliações, sua postura, todos se significam mutuamente – podemos afirmar que o estabelecimento do sentido da história da Guerra Fria é articulado à exposição de como a professora organiza a distribuição de pontos e das suas aulas ao longo do bimestre, por exemplo. Leiamos uma transcrição do trecho de aula onde isso acontece:

...e trabalhei com vocês aquelas várias questões do ENEM [em um sábado letivo recente], e não pude vir no outro sábado, porque é o dia que resolvo várias questões da minha vida particular. Como eu não vim quinta [dia de reunião], então não conversei com as pessoas sobre essa questão do saerjinho. Mas sexta-feira que vem eu dou essa definição pra vocês. Por mim pode valer menos [o saerjinho]. Ele tá aí, ele existe, tem que valer uma nota... por

que que tem que ter uma nota? Segundo a orientação pedagógica, é pro aluno ter um estímulo... Queria que vocês pensassem isso de uma forma diferente, mas enfim... Eu sei porque eu já fui aluna também, gente, cuidava bem da minha nota. ... *Enfim, então tem que ter a nota. Eu só não sei qual critério ficou estabelecido pra esse bimestre, se ficou a cargo de cada professor. Se for assim, melhor ainda, eu diminuo o valor desse saerjinho, aumento o valor desse trabalho, aumento mais um pouquinho da apresentação e da minha prova também.* Agora, como eu tenho a preocupação que vocês façam bem o tal do saerjinho, eu tô ali dissecando o conteúdo. *Imposto, de certa forma, né, pela secretaria estadual de educação, e que é cobrado no saerjinho. Agora, é o que eu falo pra vocês: o tempo que eu tenho pra trabalhar esses conteúdos com vocês é muito pequeno. Vou mostrar pra vocês depois o tal livrinho, o currículo mínimo, que é mínimo sim, mas pro espaço de tempo que eu tenho ele é máximo.* Porque pra trabalhar aí esse currículo que a secretaria impõe precisaria de no mínimo 3 aulas por semana. Então isso já me dava um conforto. *Isso ia traduzir num trabalho mais detalhado com vocês, mas eu não tenho isso, tenho dois tempos.* E eu, hombridosamente, não falto. Claro que sou um ser humano, estou aí exposta às intempéries, mas eu procuro driblar aí da melhor maneira possível. (...) Então, gente, eu sempre falo pra vocês: o envolvimento é fundamental. A leitura, vocês não podem prescindir disso. O livro didático não foi entregue porque eu tinha menos livros do que alunos, mas ele está aí, continua à disposição de vocês. Quem quiser o livro emprestado pra fazer a leitura em casa, é só falar. Fala com Reginaldo, ele já tá expert nessa questão de distribuição de livros. Eu acho importante que vocês leiam. Não precisa ser necessariamente esse livro. (aula sobre impactos da Guerra Fria na América Latina, início de bimestre, 15 ago. 2014, adaptado)

A professora Regina elabora com seus alunos e alunas a tensão que há entre seu lugar social e a noosfera, qual seja, ela enquanto autora da sua aula e as políticas pedagógicas impostas pela secretaria de educação: o currículo mínimo e o saerjinho, que nesse período devia gerar um bônus nas notas dos estudantes em todas as matérias. A fala da professora demonstra a dificuldade de manter a legitimidade do ensino de história escolar, qual seja, a intencionalidade do conhecimento histórico (“...num trabalho mais detalhado com vocês...”), que segundo Penna (2013, p. 224) se dá pela sua referência ao conhecimento histórico acadêmico, frente a uma outra série de práticas discursivas que impedem seu trabalho: avaliações de larga escala que tomam seu tempo de aula e impedem que ela dê mais destaque às suas próprias avaliações. Assim, a professora é tolhida como educadora e como professora de história.

As aulas desta professora foram consideradas significativas. Por quê? Uma possibilidade de resposta pode ser dada pela teoria política do discurso. Por meio dele, podemos entender que a crítica às políticas de mensuração mostram que não é só a identidade docente que é negada, mas também a dos alunos enquanto cidadãos de um Estado de direito que tem como uma de suas bases o direito à educação. Nega-se aqui, como a professora sempre destaca, a promessa de igualdade que a organização social presente possui. É nesse contexto que ganha relevância o trabalho dessa professora como difusor de um imaginário igualitário (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 278). As flagrantes situações de negação da igualdade e do direito à educação levam a docente a afirmar o horizonte igualitário de forma ainda mais central.

Eu não vejo a educação como mercadoria que tem que ser vendida aí nos grandes balcões de negócios. É um bem, é um direito, e ela não é de graça não, gente! A escola pública não é de graça. Vocês não pagam a mensalidade, mas a escola pública poderia e deveria ser muito melhor do que essa que nós temos porque os nossos impostos são muito altos. (Aula sobre transição da ditadura para a democracia no Brasil, 24 out. 2014).

Entendo que as duas coisas – elaboração discursiva de um antagonismo e difusão do imaginário igualitário – se conjugam criando um “nós” na sala de aula formado pela professora e pelos estudantes. Ou seja, interrompe-se a lógica da diferença, onde há a professora e os alunos, e se sobrepõe a lógica da equivalência, onde são todos sujeitos de um regime democrático cujos direitos estão sendo negados pelo poder público. Essa articulação por meio da equivalência constitui aqueles sujeitos em aliança e produz uma história disponível para ser feita, isto é, o sentimento de agência histórica (KOSELLECK, 2006)⁵: acompanhando Laclau (2013, p. 191), penso que um horizonte aberto se cria por um “nós” formado a partir de uma demanda democrática. O autor, Laclau, não se refere estritamente a uma demanda formada dentro de um regime democrático, porque *stricto sensu* uma demanda não precisa de um regime específico para existir. Laclau fala de “democrática” no sentido descritivo de uma demanda inscrita no marco simbólico da revolução democrática, fazendo eco a Alexis de Tocqueville. “Democrática” aqui significa uma demanda formulada “para o sistema por alguém que foi excluído dele – que existe uma dimensão igualitária implícita nela” e que mostra também algum tipo de “exclusão ou privação” (LACLAU, 2013: 191). Toda demanda, então, que reclama por igualdade onde ela não está presente, e que tem potencial para virar uma ação histórica, no sentido de pensar e trabalhar na transformação dessa condição de exclusão ou privação.

Considerações finais

Nesse pequeno texto busquei sintetizar uma parte de minha dissertação de mestrado, *Ensino de história como reativação do político* (2019). Busquei entender politicamente os efeitos para a produção do sentimento de agência histórica dos alunos e alunas das falas da professora sobre o conflito entre seu trabalho e as políticas da Secretaria Estadual de Educação.

Como referencial teórico principal do trabalho utilizei a teoria política do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015 [1985]). Este referencial entende o político como o

⁵ Devido às restrições de tamanho deste trabalho, me limitarei a definir agência histórica por meio da citação do texto de Koselleck, “Sobre a disponibilidade da história” (2006, pp. 233-246). Cabe destacar que agência histórica, para Koselleck, é tanto aquilo que se mostra na criação do conceito moderno de história, uma compreensão da história feita pelo homem e não mais uma que o atinge como destino, como aquilo que serve de palavra de ordem na política, o chamamento à ação histórica. Do século XVIII em frente as duas coisas se confundem: a história como resultado de ação humana e o dever humano de fazer a história.

momento de instituição do social, e o social, por sua vez, como um espaço discursivo. Dada a amplitude desta forma de pensar, sua utilização operou uma fusão entre questões teóricas e políticas, por assim dizer. Isto é, utilizar este referencial implica necessariamente em uma mobilização da discussão sobre política e político ao mesmo tempo que se pensa quaisquer outras questões que, a princípio, não são explicitamente políticas⁶. Fiz, assim, uma análise política do ensino de história, especificamente a forma como se produz, nas aulas de uma determinada professora, o sentimento de agência histórica. Essa análise captou um fenômeno político elementar: a elaboração de um antagonismo por meio da criação de uma fronteira entre um “nós” e um “eles”. Nas falas da professora analisadas neste breve texto, a elaboração antagonística feita por ela toca o ensino de história pela dificuldade existente em manter a legitimidade de suas aulas frente aos obstáculos criados pela SEEDUC – e como a professora, por sua vez, transforma essa dificuldade em uma fonte de produção de agência histórica por meio da afirmação radical da igualdade de todos e do direito à educação. O antagonismo como algo que produz um futuro disponível para ser feito é algo que percebi graças ao uso da teoria política do discurso, donde se mostra frutífera e necessária uma articulação teórica entre os campos do ensino de história e da teoria política.

Minha hipótese é que o ensino de história da professora Regina, ao colocar na mesma cadeia de significantes – qual seja, “aula de história” – uma exposição sobre a guerra fria e uma crítica explícita às políticas de mensuração da SEEDUC, funde o conhecimento da história à luta política pelo horizonte igualitário concretizado na demanda por uma educação pública de qualidade. A difusão do imaginário igualitário acontece também quando a professora em sua fala, no momento em que está acontecendo ali no diálogo entre ela e estudantes a transformação de conhecimento em saber (PENNA, 2013), municia a turma com outros vocabulários, criando a possibilidade deles redescobrirem situações do seu cotidiano – tanto individual como coletivo – em termos emancipatórios (LACLAU, 1999, p. 136).

BIBLIOGRAFIA

BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 147, dez. 2012, p. 808-825.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem. Educação democrática para um futuro humano.** Autêntica, 2017.

⁶ Ernesto Laclau, quando perguntado se isso não implicava em um “tudo é político” que ao fim e ao cabo esvaziava o que de fato o político significa, responde dizendo que se trata de diferenciar o que foi sedimentado ao longo do tempo – processo de esquecimento do momento político inicial na criação e estabelecimento de um sentido – e o que é lembrado – reativado politicamente – e vira objeto de disputas. (entrevista à Worsham)

CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. 'Ideologia de gênero': a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma 'ameaça à família natural'?. In: Paula Regina Costa Ribeiro; Joanalira Corpes Magalhães. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. 1ed. Rio Grande-RS: Editora da FURG, 2017, v. , p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502. ISSN 1519-549X.

KOSELLECK, R. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma democracia radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. **New Reflections on The Revolution of our Time**. London: Verso, 1990.

LACLAU, Ernesto. Hegemony and the Future of Democracy: Ernesto Laclau's Political Philosophy. Entrevista por Lynn Worsham e Gary A. Olson. In: OLSON, Gary A.; WORSHAM, Lynn (Ed.). **Race, rhetoric, and the postcolonial**. SUNY Press, 1999.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MACPHERSON, C. B. **The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke**. Oxford, Oxford University Press, 1962.

MARCHART, Oliver. **Post-Foundational Political Thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, no 15, 2016, pp. 590-621.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A educação, o ensino de História e o currículo mínimo do estado do Rio de Janeiro: currículo escrito, em ação e formação de professores. In: **História & Ensino**. Londrina, PR: v. 19, n.2 p. 87-114, jul./dez. 2013.

PENNA, Fernando. **Ensino de história: operação historiográfica escolar**. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Programa “Escola Sem Partido”: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018.

SALLES, D. C. **Criando a doença para vender a cura: o discurso da "doutrinação ideológica" do Movimento Escola Sem Partido**. 2019. 143p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

SILVA, Renata da Conceição Aquino da. **Ensino de história como reativação do político**. 112 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

Lei 10.639/2003: Perspectivas diferenciadas em torno do Ensino de História da África e dos Afro-Brasileiros

Jéssica Miranda de Souza
Mestrado – PPGHS/ UERJ

Introdução

No final do século XX e início do século XXI vimos importantes avanços no âmbito das políticas públicas educacionais no Brasil, a fim de destacar a diversidade étnico cultural nos currículos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), empurrados pela Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas de todo o país e, posteriormente alterada pela lei 11.645/08 que estabelece obrigatoriedade não só da cultura africana, como também a cultura indígena nas escolas do Brasil, são algumas dessas medidas.

Temas como a África subsaariana, reinos de Gana, Mali ou Songai; o papel da expansão islâmica pelo continente e as contribuições desse avanço para o conhecimento de diversas e plurais sociedades; as análises acerca do papel da escravidão nesses diferentes povos, além de tópicos que debatam o mundo pós-colonial e suas implicações na contemporaneidade, fazem parte de muitos materiais didáticos¹ e planejamentos de docentes da educação básica. Lembrando também os investimentos em cursos de pós- graduação como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, criado em 1991, por iniciativa de professores, estudantes, servidores e de militantes do Movimento Negro daquela cidade².

Entretanto, ainda percebemos obstáculos e lacunas quanto a efetiva dinâmica de uma educação étnico-racial nas salas de aula no Brasil. (MUNANGA, 2015, p. 25). Para uma melhor compreensão acerca dos avanços e dos insistentes obstáculos do ensino de História da África e dos afro-brasileiros no país, pretendo examinar as dissertações escritas por docentes provenientes do mestrado profissional em ensino de História – ProfHistória – operando como fonte a plataforma EDUCAPES. O objetivo é identificar, quais conceitos e técnicas são utilizadas pelos docentes nos anos finais do ensino fundamental, colocando em interação suas expectativas e práticas com o eixo da literatura Decolonial. Esse artigo tem um viés exploratório, visto que

¹ BRASIL. PNLD 2018: História. Guia de livros didáticos, Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

² Portal NEAB.UFSCAR, Núcleo de estudos Afro-Brasileiros. Universidade de São Carlos. Disponível em: <http://www.neab.ufscar.br/?page_id=85> Acesso em 15 de julho de 2018.

corresponde a versão inicial de análise. Nesse caso, para melhor assimilação da proposta de pesquisa, farei uma breve exposição da temática em diálogo com teóricos que tenham interlocução com o tema e posteriormente a explanação dos dados iniciais investigados na plataforma EDUCAPES.

Exame em torno da temática racial e o Ensino de História

A contribuição da História na escola não é só a compreensão da própria realidade, é a formação da identidade, promovendo uma identidade razoável ao evitar uma visão etnocêntrica do mundo e prevenindo comportamentos excludentes, considerando que a modernização tende a colocar rapidamente em convívio multicultural as diferentes comunidades. (CERRI, 2010, p. 277). Ao refletimos em torno dessa demanda imposta à História, enquanto disciplina ensinável, evidenciamos expectativas quanto a propensão de um ensino-aprendizagem que preze a construção do cidadão crítico, visando uma educação democrática. Mas, essa discussão estendida na esfera do currículo centra-se nos conteúdos da disciplina. Estes aparecem como possíveis dirigentes de consciências, sob a ideia que somente pela inserção de determinado conteúdo programático o ensino escolar será capaz de educar, desconsiderando as particularidades do ambiente escolar, resumindo-se a um confronto de narrativas históricas como descreve o historiador canadense Christian Laville.

Neste fim de século, é possível que a narrativa histórica não tenha mais tanto poder, que a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes no ambiente em que se vive, mas sobretudo os meios de comunicação, tenham muito mais influência. O que deveria nos levar a não perder de vista a função social geralmente declarada hoje a respeito do ensino da história: formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que trabalhem com conteúdos históricos abertos e variados, e não com conteúdos fechados e determinados como ainda são com frequência as narrativas que provocam disputas. Senão, essas guerras de narrativas desencadeadas em todo o mundo vão acabar gerando somente perdedores, tanto no que diz respeito à identidade nacional quanto em relação à vida democrática. (LAVILLE, 199, p. 137).

Importante considerar que apesar de todo um arcabouço curricular que rege a educação brasileira, das leis aos parâmetros curriculares, percebe-se que na realidade escolar a aplicação desses códigos se conforma de maneira complexa por vezes se transformando. Para evitar a ilusão de um total poder das normas convém voltar-se ao estudo do funcionamento interno da escola. À vista disso, a reflexão entre o ensino de História e a educação étnico-racial nos faz repensar o racismo na atualidade, fundamentando o seu combate, assim como reflete no ensino de História, os lugares de subalternidade impostos aos sujeitos indígenas, africanos e afrodescendentes. O

desenvolvimento destes temas – história e cultura africana e afro-brasileira e a educação étnico-racial– no cotidiano escolar nos permite compreender as dificuldades que, tanto os profissionais da educação quanto as instituições educacionais e os sistemas de ensino, tem encontrado para aplicar a lei 10.639.

A historiografia, durante muito tempo, não cuidou satisfatoriamente da contribuição das sociedades e culturas Africanas para História da humanidade. Por diversas vezes a população negra no Brasil criou estratégias não formais de escolarização, como afirma as autoras Claudilene Silva e Eliete Santiago, que descrevem ainda sobre a luta dos afrodescendentes para serem inseridos na escola brasileira, identificando três movimentos de aproximação e vivência da escolarização: escolarização como portal, escolarização como espelho e escolarização como enraizamento. O primeiro refere-se ao reconhecimento social, no pós-abolição, quando o afro-brasileiro torna-se parte da sociedade e não mais um instrumento de trabalho. No segundo, a população negra passa a reivindicar a sua existência física e a exigir sua presença no espaço escolar de maneira ampla. E o último, como necessidade acolhimento, consideração, levando em conta a heterogeneidade da escola, a História de resistência da população afrodescendente e a importância da cultura negra para constituição do nosso país e nossa cultura. As autoras também afirmam:

O pensamento negro em educação no Brasil trata-se, portanto, de um conjunto de ideias e práticas educativas que foram sendo construídas a partir das experiências vivenciadas por ativistas e/ ou organizações do movimento negro brasileiro, com a intenção de prover uma educação de efetiva qualidade para a população negra. (SILVA, SANTIAGO, 2016, p.5).

Consideramos que a Lei 10.639/03 é, portanto, resultado da mobilização do movimento negro brasileiro com fins de reparação histórico-social para uma cultura relegada ao esquecimento do pensamento oficial. Partindo ainda das discussões em torno da inclusão cultural no ambiente escolar destaco o crescimento do pensamento Decolonial que ganha espaço nas mais diversas áreas de ensino, ainda detidamente na História, mas, sem dúvida, é uma perspectiva relevante para se pensar um ensino de História que avalie a questão da diversidade cultural.

A professora Catherine Walsh, da área de Educação afirma: “No capitalismo global da atualidade opera uma lógica multicultural que incorpora a diferença na medida em que a neutraliza e a esvazia de seu significado efetivo³”. (WALSH, 2009 p.132). Para a autora acionar a multiculturalidade no ambiente escolar não basta para que haja a transformação. A autora posiciona-se a favor da interculturalidade crítica, perspectiva que implica aceitar: a inter-relação entre diferentes grupos culturais; a permanente renovação das culturas; o processo de

³ Tradução livre.

hibridização das culturas e a vinculação entre questões de diferença e de desigualdade. Considerando que a diferença se encontra na base dos processos educativos. Essa pedagogia solicitada pela interculturalidade crítica é chamada por C. Walsh de pedagogia Decolonial.

Além dos estudos fundamentados no pensamento Decolonial temos pesquisas que se debruçam em torno da categoria da cultura escolar, destacando teóricos como Dominique Julia⁴, Jean Claude Forquin⁵, André Chervel⁶ e Antonio Viñao Frago⁷. Essa categoria de pensamento leva-nos a considerar o interior da escola não só como um lugar onde unicamente seja possível reproduzir saberes gerados na Academia, ou seja, simplificá-los para que sejam compreendidos. Para essa corrente, a escola é sim um local de produção de conhecimento. Os autores Luciano Faria Filho, Irlen Gonçalves, Diana Vidal e André Paulilo se empenharam na definição do conceito cultura escolar, resumindo perfeitamente a perspectiva do teórico Antonio Viñao Frago quanto a heterogeneidade da escola.

Além de abarcar as mais diversas dimensões do cotidiano da escola e de se desfolhar sobre a sociedade, a cultura escolar, para o autor (A. FRAGO), variava também de acordo com a instituição investigada. Nesse sentido, preferia a aceção culturas escolares. À ampliação horizontal do conceito, acrescentava uma ampliação vertical. Haveria, assim, tantas culturas escolares quanto instituições de ensino. (FILHO, GONÇALVEZ, VIDAL, PAULILO, 2004, p.148)

Essas primeiras ponderações corroboram no reconhecimento da complexidade da investigação da prática docente, por isso é necessário compreender toda dinâmica envolta nas escolhas realizadas pelos docentes do mestrado profissional em ensino de História ao dedicar esforços em produzir dissertações que tratem da questão. Porém, é necessário antes de mais nada identificar esses trabalhos a fim de entender suas especificações, como será demonstrado a seguir, frisando que a proposta não tem a pretensão de esgotar o debate ou trazer soluções prontas sobre o tema, mas enriquecer as discussões sobre esse ponto.

⁴ Historiador Frances. Obra de referência: JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

⁵ Professor de Ciência da Educação. Obra de referência: FORQUIN, J. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

⁶ Historiador Frances. Obra de referência: CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

⁷ Catedrático de Teoria e História da Educação. Obra de referência: VIÑAO-FRAGO, Antonio. Sistemas Educativos, Culturas Escolares e reformas. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2007

2. Desenhando caminhos

Os dados aqui expostos fazem parte de um exame inicial, como já dito anteriormente, a escolha do objeto se dá em virtude do número considerável de pesquisas sobre práticas docentes procedentes do ProfHistória de todo país na plataforma EDUCAPES. Necessário ressaltar que esse programa de Pós-graduação teve início efetivo em junho de 2014 com seu processo seletivo inaugural. A primeira turma foi iniciada em agosto seguinte com 148 alunos, sendo 128 bolsistas. Receberam bolsas de mestrado da CAPES todos aqueles que comprovaram vínculo com o ensino de história na educação básica da rede pública⁸. Isto posto, os trabalhos filtrados datam a partir do ano de conclusão destes docentes, 2016.

A triagem foi conduzida a partir de três termos de busca, Lei 10.639/03, ProfHistória e Educação Étnico-racial, relacionados entre si. Quando utilizada somente a expressão Lei 10.639/03, revelaram-se mais de mil trabalhos diferenciados e muitos deles não eram trabalhos de conclusão do mestrado profissional em História. Esse fato, indicou a necessidade de adicionar mais uma ferramenta de busca, o termo ProfHistória, frisando que este termo aparece de seis formas diferentes dentro da plataforma: *ProfHistória*, *ProfHistoria*, *Profhistória*, *Profhistoria*, *PROFHISTÓRIA* e *PROFHISTORIA*, desconsiderando está última pois não apresentou nenhum trabalho com a temática racial sobre o âmbito da prática docente ao qual se destina essa pesquisa. Ao final dessa apuração um total de cento e quarenta e um trabalhos foram identificados sob os mais variados temas, em sua maioria na região Sul do país, verificados no gráfico abaixo:

⁸ Portal PROFHISTÓRIA, mestrado em ensino de História. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/sobre_programa/historico_programa> Acesso em 01 de setembro de 2019.

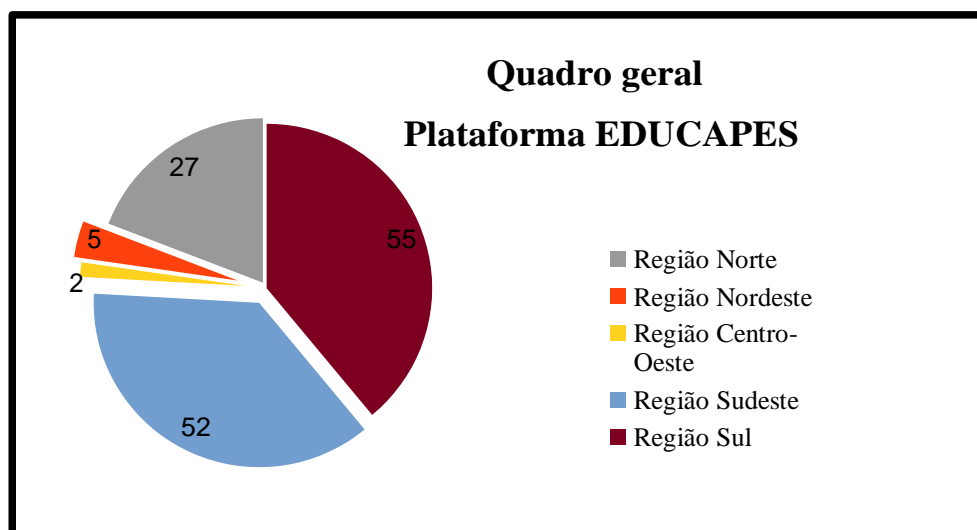


Gráfico 1: Triagem realizada em 09 setembro de 2019.

Do total encontrado foram considerados apenas dezessete dissertações usando como crivo as palavras-chaves: Lei. 10.639/03, ProfHistória e Educação das relações étnico- raciais, ainda assim, nem todas as dissertações obtinham todas as palavras-chaves, mas optei por deixá-las para exame pois tem, pelo menos, duas das três selecionadas. A leitura dos resumos tornou-se primordial para identificar mais a fundo do que se tratava cada pesquisa. Para uma filtragem mais abrangente dos trabalhos na plataforma EDUCAPES, optei por fazer uma nova busca usando o termo Educação Étnico-racial, evidenciando mais oito mil trabalhos, partindo novamente do crivo do mestrado profissional em todas as suas seis formas de escrita, gerou-se um novo resultado, observado a seguir.

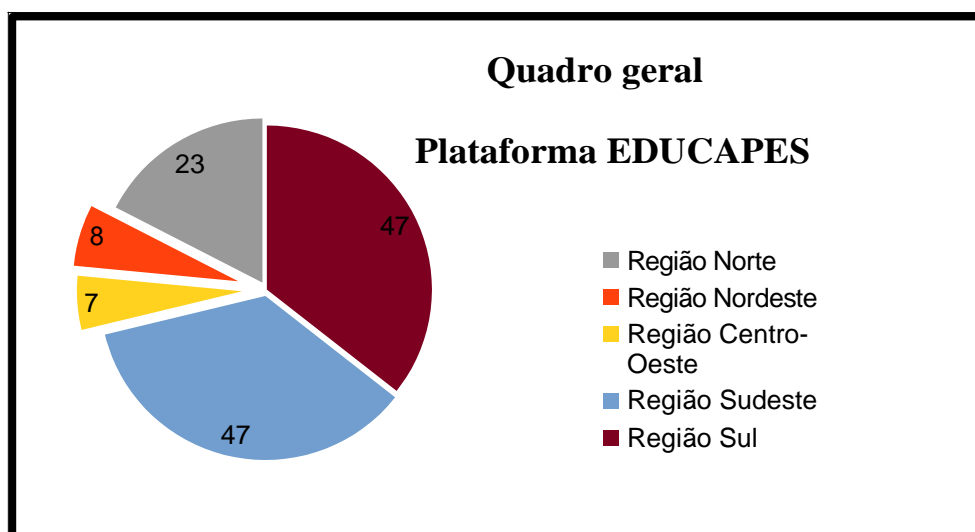


Gráfico 2: Triagem realizada em 16 setembro de 2019.

Um total de cento e trinta e dois trabalhos foram constatados, apesar de ser um número menor que a busca inicial evidenciou, nos traz mais dissertações relacionadas à prática docente no âmbito da educação das relações étnico-raciais, muitas delas sobre a questão indígena na perspectiva da lei 11.645/08. Ainda partindo do critério de escolha de quais pesquisas serão analisadas mais a fundo, os resumos foram de grande importância e um total de trinta e três trabalhos foram selecionados. Comparando com as dezessete pesquisas da primeira apuração foi detectado que onze delas aparecem nas duas verificações na plataforma, com isso, trinta e nove dissertações foram consideradas a princípio.

Foi possível detectar nesses mais de trinta trabalhos as mais diversas categorias do campo da História, entre elas: identidade, patrimônio, memória, racismo, História da África, Educação étnico-racial, descolonização e decolonialidade. Ressaltando que apesar da variedade de conceitos utilizados foram preferencialmente empregados três termos renomados no campo da historiografia: identidade, patrimônio e memória. Enquanto no campo da literatura Decolonial somente duas dissertações acionaram termos referentes a área. Logo, surgem indagações preliminares, termos referente ao decolonialismo não surgem com frequência nas dissertações pela sua pouca entrada na área da História? As pesquisas que deram preferência a termos consagrados na historiografia possuem referências decoloniais? Essas interrogações estão longe de ser respondidas de imediato, porém nos fazem refletir em torno das mobilizações empreendidas pelos docentes do mestrado profissional em ensino de História.

Saliento ainda que as dissertações se apresentam voltadas ao ensino básico em sua totalidade, ensino fundamental e médio, que a posteriori serão reavaliadas tendo em vista que o critério inicial seria examinar somente dissertações que tivessem como objetivo os anos finais do ensino fundamental.

Conclusão

Com base na reflexão em torno da cultura escolar, percebemos que os trinta e nove trabalhos preliminarmente estabelecidos evidenciam um perfil de professor da educação básica preocupado com a escola, seja voltado para os profissionais da área, seja focado no ensino-aprendizagem dos estudantes. As pesquisas interagem diretamente com a possibilidade de inovação, a busca por um ensino diferenciado, pautado na possibilidade de despertar o olhar crítico de seus alunos. Ainda no campo teórico a decolonialidade, ou uma pedagogia decolonial, pouco pode ser observada, dado que somente duas pesquisas encontradas contemplaram a

temática. Porém consegue nos dizer um pouco sobre a predileção conceitual dos docentes do ProfHistória, que se detêm em categorias já bem estabelecidas no campo da historiografia.

Deslocado de seu lugar tradicional, o professor de História, coloca-se junto a seus alunos às voltas com os debates pela imprensa e na internet, buscando captar, entender e considerar as relações entre os debates no tempo presente, o conhecimento sobre o passado e as projeções do futuro reconhecendo a urgência de se alterar as condições de vida e aprendizado de crianças e adolescentes negros, mais diretamente atingidos e muitas vezes indefesos diante de práticas discriminatórias e desqualificadoras.

Devemos ressaltar a legitimidade de um trabalho pedagógico que busca a diversidade sociocultural brasileira e o desenvolvimento de estratégias variadas de enfrentamento de desigualdade historicamente perpetuadas em nossa sociedade. Por tudo isso, o surgimento de tantos trabalhos relacionados a recepção às leis 10.639/03 e 11.645/08 exige nossa investigação, pois desnuda uma falsa premissa que essa é uma grande vitória para as culturas consideradas minoritárias, existe um abismo entre o esperado e o realizado nas escolas públicas e privadas de todo país que foram obrigadas a aderir a essa legislação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. PNLD 2018: História. Guia de livros didáticos, Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. História: Ensino de quinta a oitava séries.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional 15(2): 264-278, Inverno, 2010.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. GONÇALVES, Irlen Antônio. VIDAL, Diana Gonçalves. PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

LAVILLE, Cristhian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138.1999. (II)

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 25 § 4º.

LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira e Indígena.

LEI Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro- brasileira.

MINISTÉRIO da educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

PORTAL PROFHISTÓRIA, mestrado em ensino de História. Disponível em:<https://profhistoria.ufrj.br/sobre_programa/historico_programa > Acesso em 01 de setembro de 2019.

PORTAL NEAB.UFSCAR, Núcleo de estudos Afro-Brasileiros. Universidade de São Carlos. Disponível em: < http://www.neab.ufscar.br/?page_id=85> Acesso em 15 de julho de 2018.

SILVA, Claudilene. SANTIAGO, Eliete. Pensamento negro e educação intercultural no Brasil. INTERRITÓRIOS | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, BR v.2 n.3 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogia De-Colonial: in-surgir, re- existir y re- vivir. Revista “Entre palabras”, Fac. Humanidades y Ciencias de la Educación, No.3 – No.4, UMSA, La Paz – Bolívia, p 129-156, 2009.

MESA 15

Brasil: política, cultura e representações

Debatedores:

Christiane Laidler (UERJ/FFP)

Adriano Freixo (Inest/UFF)

Trono e Poder: entre símbolos e expressões do Segundo Reinado no Império do Brasil

Millena Lemos Precioso
Mestranda do PPGHS/UERJ

Nascera às duas e meia o príncipe-herdeiro de todas as esperanças nacionais, ou ao menos das elites brasileiras, tão preocupadas com o fantasma do desmembramento do país. (SCHWARCZ, 1999, p. 62)

Desde antes de seu nascimento, D. Pedro II já tinha sobre seus ombros uma responsabilidade que, desde cedo, se utilizaria de ferramentas e métodos que viabilizassem ao atendimento dessa demanda. Mas, antes de tudo, era preciso mostrar D. Pedro II como pilar sustentador dos desfechos dessa demanda, como indivíduo – e único – capaz de garantir a resolução dos problemas e inseguranças que assolavam a elite brasileira. Era preciso personificar aquela criança, criar em seu entorno uma atmosfera de realeza que fosse capaz de dar sequência ao um Império tão jovem e ainda tão frágil.

Nesse processo de construção e legitimação de um poder imperial, um conjunto de artifícios foi articulado, como viagens, festas, cerimônias, quadros etc. É, inclusive, com o objetivo de disseminar a imagem e o poder do imperador que se espalha pelo país o seu retrato na época de sua aclamação. Outro aspecto relevante mobilizado pelo governo imperial foi a relação com a Igreja Católica, que garantia “um intercâmbio de signos e prestígio entre essas instituições” (SOUZA, 1998, p. 215) e promovia a relação íntima entre o poder imperial e a ideia de sacralidade. Nas palavras de Alonso (2009, p. 94), “a orientação católica herdada da metrópole foi mantida, e a forma e governo monárquica era ela própria emanção da vontade divina”. Todos esses aspectos eram postos em ação de maneira a garantirem uma função política que visava assegurar o estabelecimento e, posteriormente, a manutenção do poder imperial.

Nesse campo, porque nosso objeto de estudo são objetos materiais, é relevante ressaltar que estes são, em diversas sociedades, utilizados, assim com os traços culturais, como meio de se promover e se recompor processos históricos. Ou seja, objetos materiais e aspectos culturais caminham lado a lado, dado que as pessoas que fazem a história, passam por ela e se vão, mas os bens materiais permanecem inseridos na sociedade e sobrevivem ao tempo, colaborando com o processo perpétuo de construção cultural, pois mesmo sem seu usuário o objeto impregna-se de seu dono (TADEU, 2008). Assim, compreendemos que a presença se sobrepõe à ausência e uma coisa passa a incorporar seu proprietário, como uma veste, uma coroa e até um trono passam a encarnar a figura de seu imperador usuário, mesmo após o cessar de seu poder, pois se forma uma atmosfera

mágica que remete a um poder que não existe mais, mas que mesmo assim o assume, o rememora e mantém vivo no imaginário, como se fosse capaz de usurpar um poder que não é seu, mas que, ao mesmo tempo, também lhe compete. Seria este um vestígio da real ação do corpo sobrenatural do governante, segundo a ideia de que o rei possui dois corpos, ou seja, aquele que habita o imaginário social e outro político, de feição mística (BARBOSA, 2007, p. 69; LOPES, 2015 p. 33 e 34), que não é passível de danos, figurando como imortal (RODRIGUES *et al.*, 2018).

É com Kantorowicz que as análises acerca dessa concepção do rei como mantenedor de dois corpos é aprofundada no campo da historiografia (LOPES, 2015, p. 34), tendo em vista que um corpo é o que se assemelha ao dos homens comuns, um corpo visível, material, perecível e vulnerável a quaisquer enfermidades, o Corpo natural – formado por membros naturais e que está sujeito a paixões, defeitos, morte etc. Este corpo convive com outro, que é não perecível e não apresenta defeitos e, por esse motivo, tudo que o rei fizesse não poderia ser invalidado quando feito em nome desse seu Corpo político – os membros deste corpo são compostos pelos súditos e a cabeça é o rei, que lidera e governa todo o organismo. Assim, com a morte, o Corpo político, ou “alma”, é transferido daquele corpo natural que pereceu, para outro, vivente (KANTOROWICZ, 1998, cap. 1).

É sob essa óptica do Corpo político, místico, que habita o imaginário social e submete toda uma sociedade, fazendo-se legítimo diante dela e de outras, que entendemos a necessidade pelo uso de instrumentos visíveis (sejam construções arquitetônicas, objetos, cerimônias e outros). Essas ferramentas são articuladas com o objetivo de impactar o espectador a ponto de convencê-lo de que aquele espetáculo em voga é real, legítimo e sagrado, uma vez que, segundo Lopes (2015), a própria Igreja Católica assegurava isso. Assim, é nesse contexto que se fazem bem sucedidas diversas práticas que visavam ao convencimento da população e, mais que isso, a aceitação daquela conjuntura a ponto de entendê-la como única aceitável e possível, uma vez que, a ausência deste rei significa vazio e caos e, sua presença, o estabelecimento da ordem (LOPES, 2015, p 38).

Nesse sentido, um dos artifícios utilizados foram os ensinamentos que vieram a ser divulgados para a população, tendo em vista sua organização visual e hierárquica. Temos aqui, práticas de etiqueta que iriam determinar o lugar, a função e as responsabilidades de cada indivíduo em determinado evento, cerimônia e até mesmo sua relevância dentro daquela sociedade. Essa estratégia visava promover um ordenamento social que garantisse a coesão, a união, buscando a formação de uma população civilizada, ao mesmo tempo em que se garantia não “escorregar nos riscos da anarquia ou na fratura do território brasileiro” (SOUZA, 1998, p. 217). Nessa circunstância, os dirigentes imperiais tinham como objetivo disseminar a ideia de que somente um

poder monárquico seria capaz de garantir a unidade territorial do Brasil. Nas palavras de Schwarcz (1999):

A realeza aparecia, em tal contexto, como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento vivido pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação. (SCHWARCZ, 1999, p. 22)

Contudo, é imprescindível destacar que mesmo acionando aparatos de uma realeza europeia tradicional – afinal, fazia parte da Casa de Bragança, de Habsburgo e possuía laços de parentesco com os Bourbon – D. Pedro II, também se utilizou de aspectos locais tendo em vista a formação de um império que, mesmo com tradições e origem europeias que garantiam sua legitimidade, era novo, vindo a reificar essa novidade pela qualificação de ser particularmente brasileiro. Esse projeto foi tão bem-sucedido que até a República se utilizou de uma simbologia monárquica para instituir-se e se firmar no território e na política brasileira. Lilia Schwarcz (1999) defende que:

O fato de os ícones da República mais bem-sucedidos – como o hino e a bandeira – estarem de alguma maneira ligados à simbologia monárquica evidencia (...) a penetração de uma simbologia imperial, para além dos marcos políticos oficiais. (SCHWARCZ, 1999, p. 24)

É assim, no campo da construção de símbolos e valores culturais, que o espaço político imperial começa a ser construído e habitado por ideias e práticas. Pois se, por um lado, temos todo um aparato estruturado para se convencer a sociedade a legitimar o poder central, por outro lado, temos uma elite social ávida por se sentir parte da corte reinante. “É preciso entender o milagre com base no desejo do milagre, no fenômeno da crença em um poder diverso e superior à própria humanidade” (SCHWARCZ, 1999, p. 38).

Quando falamos dos eventos e cerimônias, tão numerosos e recorrentes na sociedade imperial brasileira, percebemos que estas eram empregadas num sentido social de validação da unidade política e do poder centralizado, mas também era um ambiente propício a estabelecer conjecturas políticas, possibilitando alianças, trocas de favores e negócios, uma vez que, a elite – social, política e econômica – compunha o corpo de coadjuvantes nesse espetáculo, onde o imperador era o ator principal.

Outra prática costumeira empregada por D. Pedro II e sua administração, foi o excessivo uso de sua imagem. A ação de retratar o imperador, na infância, foi mais limitada, mas apresentava-o recorrentemente como uma criança que já possuía responsabilidades com o Império, sempre ostentando símbolos que representavam o Império e a sua posição nele. Contudo, já com idade mais avançada, os quadros representando D. Pedro II tornaram-se ainda mais numerosos, de maneira exageradamente elevada, transmitindo uma ideia de indivíduo imbuído de grande responsabilidade

com seus afazeres oficiais (RIBEIRO, 1995; SCHWARCZ, 2009). É possível perceber o processo de se esculpir a imagem do imperador, conformando o imaginário social a vê-lo como, desde muito cedo, responsável e garantidor da unidade brasileira, que era fragilizada por diversas rebeliões associadas a projetos de descentralização política e territorial. Por isso, a preocupação em se moldar “a imagem de um rei eternamente velho” (SCHWARCZ, 1999, p. 89), que promovesse a credibilidade do jovem D. Pedro e criasse sua aura responsável, forte e nobre.

Tomamos, então, como objeto de análise a administração de Luís XIV, um período de profundas transformações no cenário monárquico ocidental, onde é possível notar profundo cuidado e atenção devotados à figura real, tendo em vista a fabricação de um indivíduo que viria a ser exemplo para muitos outros. Nesse contexto, estabelecemos uma análise comparativa entre os dispositivos criados e utilizados por Luís XIV, e que perpetuaram ao longo do tempo, transformando gerações monárquicas posteriores e chegando até o Brasil de D. Pedro II, onde se fez presente de alguma forma, não somente no campo político e social, mas também cultural, imagético e simbólico.

É possível reconhecer que, tanto o Rei Sol, quanto D. Pedro II se utilizaram de uma imensa quantidade de eventos, cerimônias, ritos, construções, etiqueta, objetos, sendo insígnias reais ou não, tendo em vista a construção da sua imagem e a manutenção de seus poderes. Nosso foco se deita sobre os objetos materiais, por esse motivo, para abordarmos essas questões, é conveniente ponderarmos acerca da relevância desses objetos e dos motivos que os possibilitam tornarem-se tão importantes e influentes. É preciso compreender que esses objetos têm uma vida social, com suas próprias funções e que suas atuações no escopo social também são parte da encenação do governante

Appadurai (2008) explica que há uma imensa relevância em se compreender o significado das coisas, entendendo coisas como objetos, por meio de suas formas, seus usos e trajetórias. É nesse sentido que Kopytoff (2008), em contribuição com sua obra “A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural”, diz que:

Do ponto de vista cultural, a produção de mercadorias é também um processo cognitivo e cultural: as mercadorias devem ser não apenas produzidas materialmente como coisas, mas também culturalmente sinalizadas como um determinado tipo de coisa. (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p. 89)

Kopytoff (2008) explica que as coisas, no mundo ocidental, fazem parte do mundo das mercadorias, mas temos, ao mesmo tempo, os indivíduos que se utilizam dessas coisas para promoverem a sua individualização e singularização. Por esse motivo, entendemos a relevância de compreendermos as biografias dos objetos, pois, assim, é possível assimilarmos os usos de

determinada coisa em uma dada cultura. Essa cultura, por sua vez, previamente já estabelecera uma “ordem cognitiva coletivamente compartilhada” (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p. 96), ou seja, a cultura promove essa singularização que os objetos/coisas possibilitam aos indivíduos.

Na medida em que as sociedades se toram mais complexas, a singularização se faz cada vez mais presente e a necessidade de mostrar-se como um ser individual e com características próprias, torna-se mais recorrente. E, assim, ao mesmo tempo em que o indivíduo se torna singular, o objeto em questão também assume uma conformação de algo especial, raro e, em alguns casos, sagrado e exclusivo. Essa exclusividade, ao contrário da supressão da determinada coisa, pode promover, na verdade, a cobiça em relação a ela, criando sua fetichização e ampliando seu alcance e influência. Por isso, podemos mapear uma diversidade de elevados valores de determinados objetos, pois em sociedades capitalistas a mercantilização dos objetos é praticamente uma regra, mas a questão é: como se colocar um preço de mercado em algo inestimável? Na verdade, é exatamente esse elevado preço que exprime sua singularidade.

Assim, ficamos incomodados e mesmo ofendidos quando um artigo de jornal nos diz que um quadro de Picasso vale 690 mil dólares, pois não se deveria colocar um preço em coisas que não têm preço. Numa sociedade pluralista, no entanto, a falta de preço “objetivo” de um Picasso só pode ser confirmada sem ambiguidades pelo seu enorme preço de mercado. (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p. 112)

Os objetos têm uma função fundamental de situar no escopo social a posição de cada indivíduo. Isso se dá de forma automática, sem que haja uma busca por esse ordenamento social, mas também há os casos em que essa ordem é perseguida, é uma demanda a ser atendida. É nessa circunstância que situamos o ambiente social e político do Segundo Império brasileiro como pano de fundo e os objetos reais como difusores desses ideais de forja e manutenção do poder em questão. E, evidentemente, as ferramentas que possibilitam isso, onde uma das principais é a coerção social. Ou seja, estes objetos e as culturas nas quais se inserem, elaboram laços psíquicos e constroem realidades no seio da sociedade, no caso em foco, a do Brasil Imperial de D. Pedro II. A força que esses objetos passam a ter se perpetua, alastrando-se pela sociedade, inclusive em períodos históricos posteriores. Assim, se legitima e conserva aquele ou aquilo que se busca legitimar e conservar, e isso é conseguido com a ajuda de objetos, que têm seu uso prático, mas uma função que ultrapassa os limites desse uso.

É preciso compreender que essa legitimação não está limitada, ela não se estabelece somente no espaço entre o objeto e o seu usuário. Ela passa a ser uma ferramenta de validação de ambos ante a sociedade. Então, se ocupo um trono é porque reino, assim como, se reino, posso ocupar o trono. Funciona como uma retroalimentação que perpassa os limites da intimidade entre objeto e usuário,

chegando aos indivíduos e seu imaginário. O que é relevante nessa questão são as relações sociais produzidas a partir dessa interação, pois ela vai influir no comportamento individual e coletivo, determinando o tipo de ação e forma de pensar, o comportamento e o respeito às instituições construídas pelo ser humano para governar os seres humanos.

Assim, entendemos que há um traço psíquico, que possibilita a edificação de toda essa conjuntura social e política. Pois:

(...) não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc). (REDE, 1996, p. 273)

As coisas e a cultura material de modo geral, são materiais por serem palpáveis. Mas quando falamos de sua inserção no corpo social, seus usos e funções passam a estar num outro campo muito mais variável e amplo. Um objeto material não tem a sua função ou relevância definidas pela sua forma física. Essas definições são determinadas pela construção psíquica/comportamental no contexto da vida social. É assim que o objeto físico se desprende do seu uso imediato, passando a assumir funções variadas. Assim, no caso de um trono, móvel de descanso, sua função principal deixa de ser o descanso. Pois mesmo que seu usuário não esteja presente, ele continua habitando no imaginário individual e coletivo, um espaço que não se refere somente a um objeto qualquer, como um móvel de descanso, e a construção desse pensamento é um fenômeno social. Este móvel possui, dentre suas funções, a de centralizar o poder e promover sua legitimação. Nesse âmbito, podemos identificar que, além dos usos e funções de determinada coisa, há também o que ela significa dentro de determinada sociedade.

É possível analisar uma sociedade a partir dos usos, funções e significados que ela estabelece com seus objetos materiais. Ou seja, considerando não somente para que servem, mas, sobretudo, o que representam naquele grupo específico. José Reginaldo Santos Gonçalves em “Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios”, afirma que:

A interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Não apenas pelas razões evidentes de que esses objetos preenchem funções práticas indispensáveis, mas, especialmente, porque eles desempenham funções simbólicas que, na verdade, são pré-condições estruturais para o exercício das primeiras. (GONÇALVES, 2007, p. 8)

As funções simbólicas assumidas pelos objetos materiais concedem, subjetivamente, a posição social daquele indivíduo ou grupo dentro de uma sociedade, pois muitas vezes eles ajudam na demarcação dessa posição. É possível compreender que o Império brasileiro se edificou em bases ricas de rituais e símbolos, tendo em vista a ordenação da sociedade, a legitimidade do poder e a sua manutenção. Assim, objetos e poder têm uma íntima relação, onde o segundo utiliza o

primeiro de forma ampla, concedendo-lhe funções e significados que são capazes de alterar seu status social, passando a figurar um objeto de poder que tem, em torno de si, uma atmosfera social condizente com sua nova roupagem subjetiva. Assim, é possível compreender que:

(...) nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (WEINER, p. 159, apud GONÇALVES, 2007, p. 26)

Qualquer indivíduo na sociedade se utiliza de objetos materiais para externar sua identidade e tornar de conhecimento público a sua posição social, sobretudo quando a busca é, inicialmente, por se construir essa identidade. É claramente compreensível que D. Pedro II e seu complexo político se utilizassem de meios como o uso de objetos materiais para demonstrar sua posição e divulgar seu poder.

Assim, retornamos ao diálogo com Appadurai, pois consideramos que, assim como as pessoas, as coisas também possuem uma vida social e que seu valor não necessariamente depende de quanto elas valem, mas do grande desejo de possuí-las. E Kopytoff (2008) nos explica que um objeto é constituído a partir de um meio tanto cultural, quanto cognitivo, pois é produzido tendo por finalidade ser visto por aquele grupo como determinado tipo de coisa:

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse “status”, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF in APADURAI, 2008, p. 92)

A busca pelas respostas a todas essas perguntas nos encaminham para a composição do perfil daquele objeto, da sua história. E nos permite compreender, dentre outras coisas, os usos que ele teve, a função que desempenhou e o que significou dentro daquela sociedade. Kopytoff (2008) afirma que as sociedades complexas se identificam imensamente com a singularização, promovendo ainda mais a ideia que o exclusivo e restrito promove. Essa singularidade da coisa sob análise, conecta-se diretamente com o espaço e tempo que faziam parte. Ou seja, é pela sua posição espaço-temporal que aquele objeto é aquele objeto – com suas funções práticas e sociais – e nenhum outro, possibilitando assim, a ideia de uma aprovação coletiva, uma identificação generalizada com aquela ideia, o que nos alerta para o uso do cognitivo e do inconsciente nesse processo de identificação que permitirá a legitimação.

Compreendemos, assim, que as análises tanto do âmbito material, quanto do simbólico são de grande relevância, uma vez que, é esse conjunto de aspectos (visuais e subjetivos) que figuram, de fato, como nosso objeto de estudo. A vida social que os objetos desempenham ultrapassa as

questões meramente práticas do dia-a-dia. Como explica Adrian Forty, na obra “Objetos de Desejo”:

Se o único propósito de uma xícara fosse servir de suporte para líquidos, poderia muito bem haver um único design, mas as xícaras têm outros usos: como artigos de comércio, servem para criar riqueza e satisfazer o desejo dos consumidores de expressar seu sentimento de individualidade, e é da conjunção desses objetivos que resulta a variedade de designs. (FORTY, 2007, p. 22)

Se uma xícara pode representar riqueza e individualidade, um trono pode trazer significados ainda mais profundos, de maior influência e poder. Claro que não há a intenção de comparar um trono a uma xícara, buscamos, com essa explanação, ilustrar a seguinte questão: um objeto, seja ele qual for, é passível de passar por um processo de singularização que o torna um objeto de desejo e que esse sentimento pode, dependendo da sua utilidade, promover poder e influência dentro de uma sociedade. Contudo, para que essa análise seja feita, é preciso considerar todos os detalhes daquela peça, no caso dos tronos, além de seu histórico de usos, passando pelas suas funções e significados, é relevante considerar desde seu revestimento, cores, pedrarias, materiais utilizados, seus acabamentos e formas, até o estilo, influências, iconografia explícita, implícita e os motivos que levam o trono a ser, para qualquer indivíduo, o centro de poder o qual a maior parte da sociedade respeita, aceita e se deixa influenciar e governar.

Ou seja, a análise dos objetos não se limita somente aos usos, funções e significados. É preciso compreender o que aquele objeto promove no escopo social, considerando todas as peculiaridades de sua forma física, ou seja, todo seu design. Para Adrian Frutiger, em “Sinais & Símbolos. Desenho, projeto e significado”:

Ao observarmos pinturas, esculturas, obras arquitetônicas decoradas dos mais diversos modos e até mesmo ornamentos em objetos de uso diário, seja qual for a época – desde a descoberta da Idade da Pedra até a pintura moderna – é comum nos depararmos com as seguintes questões: o que esses objetos significam? O que se esconde por trás deles? (FRUTIGER, 2009, p. 203)

Frutiger defende que “conteúdo simbólico” é essa capacidade de representação de algo de maneira implícita e, muitas vezes, indefinível. Seguindo, ele afirma:

Esse elemento simbólico na imagem é um valor implícito, um intermediário entre a realidade reconhecível e o reino místico e invisível da religião, da filosofia e da magia, estendendo-se, portanto, desde o que é conscientemente compreensível até o campo do inconsciente. (FRUTIGER, 2009, p. 203)

Para o autor, uma coisa ao ter se tornado um objeto de desejo, houve a necessidade de marcá-lo com imagem característica. Assim, vemos que a ornamentação ligada a uma sensibilidade estética, depende de transformar aquele objeto em uma propriedade cobiçada. Nesse sentido, um objeto, por si só, não compõe um objeto material capaz de incutir na memória social a ideia de poder e/ou submissão. O que promove isso é aquele objeto em associação com a sua iconografia,

ornatos, influência de estilos, materiais utilizados, cores e o ambiente em que se encontra inserido. Ou seja, é a imagem do objeto e o sentimento que ela nos causa, a relevância simbólica que possuem, alimentam nosso imaginário e, assim, o todo social.

Nesse sentido que diversos objetos são utilizados, como meios de remeter ao simbolismo de poder, remetendo a uma lembrança do tradicionalismo europeu, “funcionavam como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço do exercício de seu poder” (MENESES, 1994, p. 9).

Entendemos que havia a busca pela aceitação, legitimação e posterior manutenção do poder imperial de D. Pedro II, ante a uma sociedade carente de representatividade política e que vivia uma realidade conflituosa. É nesse contexto que se faz de suma importância o estudo detalhado não somente do contexto histórico em que esses objetos se fizeram presentes, mas também os aspectos estilísticos, iconográficos e simbólicos que atuavam numa óptica cognitiva sobre a sociedade. O conjunto de tronos utilizados por ele, apesar de serem objetos tão importantes no contexto de construção e suporte de um poder imperial centralizado e baseado na pompa e suntuosidade, figuram, ainda hoje, como pouco analisados quando consideramos sua ação no âmbito psico/comportamental. É assim que entendemos a relevância de estudar, de forma pormenorizada, os principais tronos utilizados por D. Pedro II, buscando trazer à luz do conhecimento o conjunto de mecanismos articulados para a construção de sua face imperial sagrada, que ao mesmo tempo em que legitimava seus tronos como centro de poder, também era legitimado por eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. *A trajetória de uma vida: analisando as construções de temporalidade nas biografias de D. Pedro II*. Albuquerque – revista de história. v. 8, n. 15. P. 86-107, jan./jun. 2016.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). *O Brasil Imperial*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Maria Izabel. *A contribuição de Bossuet à glória do rei sol*. Akropolis, Umuaram, v. 15, n. 1 e 2, p. 62-72, jan./jun. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009.
- FORTY, Adrian. *Objetos de desejo – design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- FOUCAUT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FRUTIGER, Adrian. *Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é uma coisa. Doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1995.
- LOPES, Marcos Antônio. *O imaginário da realeza [Livro eletrônico]: cultura política ao tempo do absolutismo*. Londrina: EDUEL, 2015.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994.
- MOSCATELI, Renato. Sobre a Era dos reis: duas interpretações do absolutismo. In: *Caminhos da História* (Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES) Montes Claros, MG, 1996.
- REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, pp. 265-82 , 1996.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- RODRIGUES, C. A. et al. *Imagem e poder: a fabricação e Luís XIV e D. Pedro II*. Anais do IV Seminário Científico da FACIG. Manhuaçu, 2018.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos. *Absolutismo, imaginário e poder na França do Antigo Regime*. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1301-1305, set./dez. 2012.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. *Por uma antropologia do objeto documental: Entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto*. Porto Alegre: Revista Horizontes Antropológicos, 2005.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

_____. *O Império em procissão: Ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

A Política no Velho Oeste: a influência política de Júlio Cesário de Melo no “Triângulo Carioca”

Wallace Alves dos Santos
Mestrando do PPGHS-UERJ
E-mail: wallaceal.ds@gmail.com

Introdução

Na primeira metade do século XX, o campo da política brasileira, de modo especial aqui, a carioca, foi marcado por influências políticas regionais, onde exerciam um certo poder político, econômico e “militar”. O presente artigo tem como objetivo analisar a influência política de Júlio Cesário de Melo ou Dr. Júlio Cesário de Melo no *Triângulo Carioca*¹ através de matérias publicadas em periódicos entre as décadas de 1910 a 1930. Nos periódicos, a figura do político sempre aparece como um personagem importante e influente na região do *Velho Oeste Carioca*², ou mais precisamente, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

O estudo sobre personagens políticos tem relevância histórica para compreender sua influência sobre dada região ou dentro do seu meio de atuação política e social. Nessa pesquisa há intenção de complementar os estudos já feitos sobre a Zona Oeste Carioca, mas de modo especial aqui, o objetivo é abordar um personagem, não como agente isolado, mas sim o personagem como elemento chave para a compreensão das redes políticas, sociabilidades etc., que teve por sua vez influência regional dentro do *Triângulo Carioca* durante o período em que foi médico do Matadouro de Santa Cruz e após se projetar como intendente do Conselho Municipal, deputado, senador no Distrito Federal e por fim, vereador. Dessa forma, o estudo sobre Júlio Cesário de Melo coloca em debate a influência de políticos em regiões, de forma que, expõe como um político desenvolve seus interesses sobre a região a qual ele tem maior números de votos, seja ela, um bairro, cidade ou estado. A análise da figura política de Júlio Cesário de Melo objetiva colocar em questão a influência de políticos em suas zonas eleitorais, a fim de demonstrar as transformações que são feitas e a dinâmica que é estabelecida através dessa influência desempenhada.

¹ *Triângulo Carioca* era o nome dado pelos periódicos cariocas de 1900 a 1950 à região que se compreende os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

² *Velho Oeste Carioca* é o título do livro do escritor André Luis Mansur, onde nomeia toda região que se estende de Deodoro até Sepetiba como parte do “Velho Oeste” do município do Rio de Janeiro. O escritor nomeia assim essa região a partir do livro *O Sertão Carioca* (1936) de Magalhães Correia.

A vida de Júlio Cesário de Melo



Foto retirada do jornal *O Malho* de 1º de agosto de 1935, p. 19.

Júlio Cesário de Melo, mais conhecido como Cesário de Melo, nasceu em Recife no dia 6 de setembro de 1876 – faleceu no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1952, aos 76 anos, filho de José Cesário de Melo e de Vicentina de Paula Cesário de Melo.

Cesário de Melo se mudou do Recife em direção ao Rio de Janeiro aos 18 anos, em 1894, ao chegar no Distrito Federal³ ele começou a trabalhar em uma farmácia e obteve o diploma de farmacêutico, a fim de conseguir fundos para bancar o seu tão desejado curso de medicina, ao qual se graduou em 1901 pela Universidade do Brasil (atual UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro). Após se formar, o médico passou a exercer a função na Santa Casa de Misericórdia (RJ) e continuou seus estudos, tendo recebido o título de doutor em medicina em 1905, também pela Universidade do Brasil. Apesar de ter sido convidado a tornar-se primeiro-cirurgião da Santa Casa de Misericórdia, sua carreira tomou um rumo diferente após visitar o bairro de Santa Cruz junto a Augusto Frederico Burle, onde pode ver a precariedade da saúde pública daquela região, logo, decidiu voltar seus olhos para a região, e em 1906 foi convidado a tornar-se médico microscopista

³ A Cidade do Rio de Janeiro foi Distrito Federal de 1889 até 1960, sendo colocada nesse posto pela Constituição de 1891 e a Lei Orgânica n.85 de setembro 1892 do Distrito Federal, tendo perdido o posto de Distrito Federal em 1960, quando a capital do país se transfere para Brasília. Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>
<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/97166.html> , acessados em 10/07/2018.

do Matadouro de Santa Cruz⁴. Em 1915 construiu sua própria clínica naquela região, a qual atendia a população local a preços baixos ou “de graça”.

Como representante do 2º distrito da Capital Federal, exerceu mandatos de intendente no Conselho Municipal na década de 1910 e início de 1920 até se tornar deputado federal pelo Distrito Federal, de novembro de 1924 a dezembro de 1926, e de maio a outubro de 1930 (ambos mandatos através da legenda Aliança Republicana, de Santa Cruz), quando a revolução vitoriosa nesse último mês dissolveu os órgãos legislativos do país. Filiado ao Partido Autonomista do Distrito Federal⁵, em fevereiro de 1935 elegeu-se senador pelo voto dos deputados constituintes cariocas. Empossado em maio de 1935 para a legislatura que findaria em 1942, exerceu o mandato apenas até novembro de 1937, data da implantação do Estado Novo⁶, que dissolveu os órgãos legislativos no país⁷.

Segundo Carlos Eduardo Sarmiento (2001), Cesário de Melo através de sua ascensão política e suas redes de relacionamentos conseguiu atingir o que muitos chefes políticos queriam alcançar, ou seja, uma consolidação de uma clientela política consistente e, em contrapartida, uma forma de negociação política capaz de abrir o acesso a cargos e serviços públicos que representavam o cacife político do “favor”, moeda de pagamento do voto na lógica da política carioca do período.

Dessa forma, observa-se uma lógica organizativa de vida política carioca onde as redes de clientela definiam os rumos do processo político eleitoral. Tendo como base que as próprias lideranças políticas controlavam o processo de alistamento de eleitores e que o voto era praticado por intermédio de uma cédula já preenchida anteriormente, onde cabia ao eleitor apenas depositá-la na urna no dia do pleito. Torna-se compreensível como esta relação tão próxima entre eleitor e o político se operava, demonstrando então o claro caráter personalista e clientelista na vida política carioca. Sendo assim, o Rio de Janeiro apresentava-se fragmentado politicamente em diversas

⁴ Hoje, nas dependências onde funcionavam o Matadouro de Santa Cruz localizam-se o Eco-Museu de Santa Cruz e a Escola Técnica Estadual de Santa Cruz. Ver: <http://www.faecet.rj.gov.br/index.php/institucional/assessoria-de-comunicacao/noticias/126-faecet-santa-cruz-completa-17-anos>, acessado em 07/08/2018.

⁵ Partido político do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, fundado em 4 de março de 1933 em consequência da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937. O Partido Autonomista do Distrito Federal tinha como suas principais lideranças os políticos Pedro Ernesto (então interventor no Distrito Federal), Pedro Aurélio de Góis Monteiro, João de Mendonça Lima e João Alberto Lins de Barros. A principal meta do Partido Autonomista era defender na Constituinte a autonomia política e administrativa da capital da República, entendendo-se por autonomia o direito de o povo carioca eleger seu prefeito e possuir um corpo legislativo semelhante às assembleias estaduais. Até então, o prefeito do Distrito Federal era nomeado pelo presidente da República entre seus próprios conterrâneos, o que fazia com que o Rio de Janeiro já de longa data estivesse sendo administrado por políticos estranhos a seus problemas. Informação retirada do: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-autonomista-do-distrito-federal>, acessado em 10/07/2018.

⁶ Estado Novo foi o governo pessoal e autoritário do, então presidente, Getúlio Dornelles Vargas que se estendeu de 1937 a 1945.

⁷ Informação retirada do: Boletim Min. Trab. (5/36); CÂM. DEP. Deputados; Diário do Congresso Nacional; NÉRI, S. 16; SENADO. Anais (1935); SENADO. Dados; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (4).

microrregiões controladas por diferentes grupos políticos, e é desses grupos que a figura de Cesário de Melo aparecer como chefe político do *Triângulo Carioca*.

Sarmiento diz que

“(…) Cesário de Melo era um renomado médico de origem pernambucana, com atuações na região rural de Campo Grande, onde construiu em 1915 uma clínica na qual atendia a população local. Além da clínica, Cesário de Melo controlava os matadouros de Santa Cruz e Campo Grande, tendo primazia na indicação dos nomes para diversos cargos dentro dos abatedouros. Através do assistencialismo e do empreguismo, além da força política de controlar o abastecimento de carnes verdes da cidade. Cesário de Melo tornou-se o grande chefe político da zona rural carioca, controlando 80% do eleitorado da região conhecida como “triângulo carioca” (Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba)”. (SARMENTO, 2001, p. 53).

É evidente que a figura do político e médico era/é de extrema importância para a dinâmica política da região, uma vez que ele concentrava diversos poderes em si. Além de controlar de forma monopolista o comércio de carnes verdes no Rio de Janeiro, o que era de suma importância para alimentação da cidade. Dessa forma, Cesário de Melo aparecia como importante político no cenário carioca e também uma figura de enorme prestígio dentro da vida política e pública, tornando-se assim um chefe político e social da região de Campo Grande e Santa Cruz.

A importância econômica e política do Matadouro de Santa Cruz

Com relação ao Matadouro de Santa Cruz, segundo Edite Moraes da Costa (2016), a proposta de sua construção em 1852 surgiu como processo de deterioração do primeiro matadouro do Rio de Janeiro. O primeiro matadouro foi criado em 1774, e esteve localizado na Praia de Santa Luzia até 1853, quando foi transferido para o Aterrado de São Cristóvão, na Praça da Bandeira. Isso se deu devido ao acelerado crescimento urbano. Dessa forma, gerou um problema de falta de espaço para o gado ser alojado, o que se tornou não só um problema para a manutenção do matadouro na região como também corroborou com as reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene do local. Dessa maneira, em 1852 o Campo de São José, na Fazenda de Santa Cruz (terras antes pertencentes aos Jesuítas), foi definitivamente escolhido para ser sede do Matadouro do Rio de Janeiro. O local era distante do centro da cidade, cerca de cinquenta e cinco quilômetros, e teve sua inauguração em 30 de dezembro de 1881. Sua criação e inauguração quase trinta anos após, tinha como intuito ser a solução para uma modernização do império, isso porque seus maquinários e portões foram encomendados dos “países civilizados da Europa”, com objetivo de erguer na cidade do Rio de Janeiro um matadouro modelo.

De acordo com Edite Moraes da Costa (2016), o comércio de carnes verdes⁸ do Matadouro de Santa Cruz foi responsável pelo crescimento e dinâmica econômica da região, pois ocasionou no surgimento de vilas, açougues e criações de gados, de forma que possibilitou o desenvolvimento populacional e econômico da região, que outrora era apenas uma região de veraneio da família imperial. Com isso, o Matadouro reconfigurou toda dinâmica da região e também criou novas lideranças, pois o controle sobre o abate do gado gerava muitos lucros e muitas brigas políticas em torno de sua posse. Edite Costa (2016) nos afirma que a carne verde era considerada pela população brasileira um gênero alimentício de primeira necessidade, muito mais do que qualquer outro, de forma que, pensar história de abastecimento no Brasil é, pensar, sobretudo, a história da carne verde⁹. Sob esse viés, aqueles que controlavam o domínio político e industrial sobre o matadouro, eram fortes representantes políticos, pois detinham pra si o controle regional e tinham forte representatividade dentro do legislativo, mesmo que não exercessem mandatos políticos.

A importância social e política dos médicos na Primeira República

Outro ponto importante é o papel político dos médicos durante a Primeira República¹⁰. Os médicos como outros profissionais liberais (advogados e jornalistas) eram profissões de enorme prestígio político e social, mas diferindo-se das outras, o exercício da medicina criava-se um prestígio ainda maior, pois o médico estava em contato direto com o público, trocando relações pessoais e conhecendo as mazelas que afligiam a sociedade. A profissão médica, juntamente com advogados e jornalistas, era uma profissão remanescente do seu prestígio desde a época imperial.

A função do médico além de ter papel fundamental na saúde pública, também projetava politicamente o profissional dentro da sociedade, pois criava laços de proximidade com o social ou com a região a qual aquele profissional exercia sua medicina. Cesário de Melo quando aceitou o convite para ser médico microscopista do Matadouro de Santa Cruz, em 1906, não só aceitou um convite médico, como também um convite político em uma região que estava se desenvolvendo econômica e socialmente. O desafio de ir para uma região que estava em crescimento também se baseava em interesses políticos, pois até aquele momento a região de Santa Cruz não tinha uma

⁸ Carne Verde: denomina-se carne verde à carne bovina recém-abatida, também chamada de carne fresca.

⁹ COSTA, Edite Moraes da. *O comércio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial*. In.: entre local e o global. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. De 8 a 11 de agosto de 2016. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ: Campos Nova Iguaçu.

¹⁰ Primeira República: denomina-se Primeira República o período que vai de 1889 até 1930. MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio: volume único*/ Myriam Becho Mota, Patrícia Ramos Braick. – 1 ed. – São Paulo: Moderna, 1997.

liderança. Kushinir em *O Cotidiano da Política* (2000) e *Antropologia Política* (2007) coloca que a escolha da região para atuação política, parte do sentimento do político querer ajudar e lutar pela região, fato que acontece com Cesário no momento em que visita a região de Santa Cruz, e também visa-se a projeção política, pois a partir da ajuda ao povo, o personagem passa a ser uma figura de respeito dentro daquele ambiente social. No caso de Cesário, essa ajuda inicial ao povo é o que dá advento a sua carreira política é a abertura da clínica na região de Santa Cruz. Portanto, de acordo com as noções políticas presente em Kushinir (2000), Cesário se projetou na política através do assistencialismo e depois colheu das relações “clientelistas” criadas através de seus serviços naquela região.

A política na Capital Federal: Rio de Janeiro “vitrine” do Brasil

O município do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 a 1930, ainda era, a Capital Federal do Brasil, e como tal, desempenhava um papel de vitrine da nação. Durante essas décadas, a cidade também foi marcada por grandes reformas urbanistas e sanitárias, o que transformou profundamente a capital. Segundo Carlos Sarmiento (2001):

(...) O Rio de Janeiro não era apenas a representação da nação, mas a nação se expressa também no espaço da capital, com sua vida política e administrativa irremediavelmente atrelada a esfera nacional (...). (SARMENTO, 2001, p. 44).

Com isso, pensar a cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX, deparar-se constantemente com o profundo imbricamento da cidade com a nação. De forma que, o Rio é visto e representado como “o coração do Brasil”, e como tal, a cidade se configura através de um panorama sociopolítico e cultural de vitrine, exportando a imagem do Brasil para dentro das outras unidades da federação, e também, para o exterior.

Como dito acima, o Rio de Janeiro também passa por importantes reformas urbanistas e sanitárias, que transformaram toda a dinâmica política da capital. A exemplo disso são algumas reformas urbanas e sanitárias, de destaque, dos governos de: Pereira Passos (1902-1906) e Paulo de Frontin (1919) e Alaor Prata (1922-1926), sendo esses dois últimos ligados a política bernardista¹¹, a qual Cesário de Melo fazia parte e usufruiu de favores através das alianças políticas. Dessa forma, as negociações políticas em busca de cargos e serviços públicos criava o cacife político do “favor”, onde a dinâmica política girava em torno das relações clientelistas. É assim que a figura de Cesário

¹¹ *Bernardistas* eram assim chamados os seguidores do presidente dos Estados Unidos do Brasil, Artur Bernardes. A alcunha de “bernardista” para se referir aos seguidores de Artur Bernardes foi muito utilizada pelos periódicos de oposição ao governo e os opositores políticos de 1922 a 1926.

de Melo se insere no contexto carioca, tendo como plano de fundo toda a dinâmica política local e que o vai projetar como personagem importante da política suburbana carioca.

A influência política de Júlio Cesário de Melo no “Triângulo Carioca”

“(…) Político de incontestada influencia no 2º Distrito desta Capital, o sr. Júlio Cesário de Melo tem sido eleito intendente e deputado federal, com prestígio próprio¹² (...)”.

Júlio Cesário de Melo, conforme o trecho acima, era um político de influência incontestável dentro do *Triângulo Carioca*, sendo reconhecido como chefe eleitoral daquela região até por seus adversários políticos, como João Cancio Pereira da Silva dentre outros. O trecho citado foi publicado pelo periódico *A.B.C.* em 14 de abril de 1928, e teve como título “Um Exemplo”, colocando Cesário como um exemplo de político a ser seguido e também um exemplo para a sua região.

De acordo com Karina Kushinir (2000 e 2007) e Victor Nunes Leal (1948), todo político regional tem em sua região uma espécie de “curral eleitoral”, onde consegue se eleger como político a partir dos votos dos habitantes dali. Esses políticos são como uma espécie de “donos/chefes” do local, determinando e influenciando os habitantes em quem votar, além de comandar o local a partir dos seus interesses políticos. Cesário é um exemplo clássico de político “chefe local”, pois detinha o controle da região de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, não somente com o controle dos Matadouros, como também o atendimento médico, dando assim uma espécie de prestígio a ele. Também cria-se uma relação de proximidade entre ele e os habitantes, pois seus atendimentos eram feitos de forma “gratuita”, ou seja, os votos direcionados a Cesário eram como uma espécie de retribuição das coisas que ele fazia pelo habitantes do *Triângulo Carioca*.

A partir dessa ligação que Cesário cria com os habitantes do *Triângulo Carioca* e também com o controle dos Matadouros da região, o político passa a ser a principal força política da região, sendo reconhecido até pelos seus opositores como figura influente regional. Através dessa influência Cesário de Melo trocou obras em favor de sua região, fez acordos para eleições de políticos e se tornou um dos principais políticos do Distrito Federal, sobretudo, do *Sertão Carioca*. Sua influência sobre a política da região fica explícita no seguinte trecho:

¹² *A.B.C. Um Exemplo*. In.: *A.B.C.* Rio de Janeiro: 14 de abril de 1928, p. 11.

UMA REUNIÃO EM CAMPO GRANDE

Reúnem-se, hoje, à noite, em Campo Grande, na sede do Grêmio Octacílio Camará, os elementos políticos do Triângulo que obedecem à orientação do deputado Júlio Cesário de Melo. Nessa reunião serão escolhidos os candidatos dessa corrente política às eleições municipais, devendo recair a escolha do dr. Mario Barbosa e no sr. Caldeira de Alvarenga¹³.

Observa-se que Cesário era de fato o chefe político da região, de forma que interferia diretamente na política dentro do seu reduto eleitoral e criando-se assim opositores e rivais políticos, como o caso do João Cancio Pereira da Silva citado a cima.

A influência política de Cesário de Melo também era utilizada para intervir em favor de obras públicas nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, como em outros do *Velho Oeste Carioca*. Segundo Karina Kushunir, quando o político intervém em favor do seu reduto eleitoral com obras e atendimento, ele está retribuindo os votos recebidos e os habitantes retribuindo os “favores” feitos pelo político, criando-se assim a relação de “clientelismo”. Dessa forma, tudo indica que o controle exercido por Cesário de Melo remete a relações “clientelistas” com a população (KUSHINIR, 2007).

Cesário de Melo também era influente dentro da política carioca, como já observado anteriormente, mas fica explícito nas edições dos periódicos *A.B.C.* e *O Imparcial* [1928], onde publicam matérias expondo as trocas de favores e gratificações entre políticos. Na primeira, Cesário de Melo é nomeado por Arthur Bernardes para ser chefe do cartório, após a morte de Duarte de Abreu em 14 de abril de 1928; já na segunda, é abordada a provável entrega da direção política do Distrito Federal a Cesário de Melo dada por seu amigo pessoal, e então presidente da República, Washington Luís. Nas duas matérias observa-se uma característica bem comum de troca de favores entre políticos e nomeações a cargos em troca de apoio. Kushinir (2000) nos fala que a prática de oferecer cargos em troca de apoio é característica bem comum na dinâmica política do Rio de Janeiro e do Brasil, onde oferece-se cargos a políticos (diretamente), familiares ou apadrinhados políticos, criando-se assim uma rede de manutenção de apoio mutuo e continuidade no poder.

De acordo com a publicação do *A.B.C.* de 08 de março de 1930, intitulada “Um Chefe Eleitoral”, Cesário de Melo teve força política regional para angariar votos para eleger de Júlio Preste, Vital Soares e Paulo de Frontin. Com isso, a vitória desses políticos no *Triângulo Carioca* foi possibilitada sem grandes preocupações. Ver-se a publicação a seguir:

¹³ SANCHO & C. *UMA REUNIÃO EM CAMPO GRANDE*. In.: O Brasil. Rio de Janeiro: 01 de novembro de 1925, p. 2.

“UM CHEFE ELEITORAL

“Ao sr. Júlio Cesário de Melo, o mais votado dos candidatos à Câmara no segundo distrito desta Capital, coube uma atuação brilhantíssima nas últimas eleições. Clínico de vasta influência nas zonas suburbana e rural, detentor de uma popularidade legítima, decorrente de sua probidade e da sua filantropia, o sr. Júlio Cesário é uma figura destacada na política metropolitana. Não é apenas a posse de esplendidos elementos, em que se apoia, que o singulariza entre os valores do segundo distrito, porque os elementos se perdem, pela defecção, como tem acontecido ali mesmo, entre outros, com o srs. Mendes Tavares e Salles Filho. O segredo do sucesso do sr. Júlio Cesário de Melo está na sua intransigência de convicções, na sua inatacável lealdade. Na política desta Capital se conhecem os que retardam a atitude, porque espiam a maré, e os se definem à primeira hora, na corrente oposicionista, pela pressuposição de que está sempre triunfa. Estes não procuram investigar o próprio passado, afim de verificar se já estiveram na corrente oposta... O sr. Júlio Cesário de Melo, que também se define na primeira hora, timbra em manter a coerência, de maneira que, hoje, seja encontrado no posto de combate em que se achava ontem.

O compacto eleitorado de Santa Cruz e Guaratiba, baluarte do sr. Júlio Cesário de Melo, tem assim a certeza de que não será forçado a mudar de opinião. O condutor é o político intransigente, incapaz de especular com as paixões das ruas e que não tem tergiversações, meias tintas, recuos desconcertantes sem possível explicação para a plateia. Teve em papel decisivo, no pleito de sábado, o sr. Júlio Cesário de Melo, pela avalanche de votos com que assegurou a vitória do srs. Júlio Prestes, Vital Soares e Paulo de Frontin, conquistando, por sua vez, o primeiro lugar entre os eleitos da sua circunscrição política. Mais do que nunca, com o apoio do seu reduto inexpugnável. Júlio Cesário de Melo se impõe à simpatia das forças políticas conservadoras, de que é um dos grandes *leaders*, indiscutivelmente”¹⁴.

Através da matéria do periódico, observa-se que Júlio Cesário era um líder respeitado no seu reduto eleitoral e também tinha alianças com importantes políticos dentro e fora do Distrito Federal. Observa-se também que o periódico *A.B.C.*, difere-se do *A Noite* e *A Rua* que faziam críticas duras ao “cesarismo” e aos políticos remanescentes do “bernardismo”.

Considerações Finais

As análises realizadas ao longo deste trabalho tinham como objetivo, principalmente, observar a influência política de Dr. Júlio Cesário de Melo na região do *Triângulo Carioca*. Para que pudéssemos instrumentalizar e defender nosso argumento foi necessário que fizéssemos uma análise da influência através dos periódicos e uma revisão bibliográfica a respeito de conceitos políticos e sua forma dinâmica, sobretudo, no cenário carioca.

A partir dessa discussão, foi possível refletir quais caminhos Cesário de Melo percorreu para transformar as regiões de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba em seu reduto eleitoral, e agir ali como chefe político e social regional. Com esse tema de análise de História Política sendo muito

¹⁴ A. B. C. *UM CHEFE ELEITORAL*. In.: A. B. C. Rio de Janeiro: 08 de março de 1930, p. 11.

discutido em regiões do Rio, mas pouco abordado o subúrbio, sobretudo, o antigo *Sertão Carioca* (de Deodoro a Sepetiba), se pode compreender a força política que alguns desses personagens oriundos da zona rural exerciam dentro da dinâmica política do Distrito Federal, sendo principais agentes de obtenção de votos e articuladores entre prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidentes e as habitantes desses redutos.

Compreende-se que nesse tipo de análise corria-se o risco de desenvolver parcialidades a respeito da trajetória política do Dr. Júlio Cesário de Melo e sua influência regional, portanto, nos atentamos a observar a sua dinâmica política e influência através dos periódicos entre 1920 a 1930, dando maior ênfase aos anos do político no exercício do mandato, de 1924 a 1927 e 1930. Dessa forma, procurou-se analisar a dinâmica, influência, embates e diálogos políticos de Cesário de Melo partindo da reflexão entre teoria política e de análise de jornais com os periódicos da época.

Partimos então, para pensar a relação de um político e sua influência regional, através da noção de relações políticas empregada nos livros *O Cotidiano da Política* (2000) e *Antropologia Política* (2007) da antropóloga Karina Kushinir e na tese de doutorado do historiador Marcelo Magalhães *Ecos da Política: A Capital Federal, 1892-1902* (2004) onde analisam as relações entre os políticos com seus pares e o social, criando assim uma reflexão sobre a dinâmica que gira em torno da política no município do Rio de Janeiro. Mesmo que as análises partam de diferentes recortes, a noção teórica e metodológica nos ajudou a pensar e refletir o “Cesarismo” no *Triângulo Carioca*.

Nesse sentido, observou-se as formas que Dr. Júlio Cesário de Melo construiu sua influência regional, especificamente, sobre a política e economia da região de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, nos atentando as questões referentes às relações políticas dentro do Conselho Municipal e Câmara, com brechas políticas para indicação de nomes, construções públicas em favor de sua região e benefícios para si; e também junto aos habitantes do *Triângulo Carioca* através das relações “clientelistas” e assistencialistas, com o intuito de obtenção de votos e ascensão política e social.

Sendo assim, a proposta da pesquisa foi analisar um político que teve importância política e social em uma determinada região, a qual está marcada sua passagem por ele até nos dias atuais, de forma que ajudou a desenvolver a região socialmente e economicamente a partir de suas intervenções em favor de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba junto a assembleia, trazendo assim melhorias e, conseqüentemente, o aumento de sua “chefia” na localidade.

Assim, é importante destacar que as discussões aqui desenvolvidas e as experiências vivenciadas no meio acadêmico, mostram que é possível analisar a influência política de um personagem histórico, e também trabalhar História Política, que por muitas vezes foi duramente

criticada dentro da academia, mas que tem um valor muito relevante para, certas vezes, compreender a dinamização da política dentro de uma microrregião ou território, nos possibilitando pensar e refletir o desenvolvimento de relações complexão dentro da política e social.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____. *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900*. Mauad X, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In.: *Usos & Abusos da história oral*. FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Elsevier, 2ªed., 2010.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, *Dados*, 1997, vol.40, n.2.

COSTA, Edite Moraes da. *O comercio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial*. In.: *entre local e o global*. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. De 8 a 11 de agosto de 2016. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ: Campos Nova Iguaçu.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Companhia das Letras, Ed. 1, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. Cia de Bolso, 2006.

_____. *História Noturna*. Cia de Bolso, 2012.

IGLESIAS, Francisco. *Matadouros e carnes verdes*. In: Rodrigues, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1978.

KUSHINIR, Karina. *Política e mediação cultural: em estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado), 1993.

_____. “Trânsito e aliança na representação parlamentar”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.30, ano 11, fev-1996a, p.101-109.

_____. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Eleições e Representações no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000.

_____. *Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. – ed. 1ª – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Armando Corrêa. *O sertão carioca*. Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

MAGALHÃES, Marcelo. *Ecos da Política: A Capital Federal, 1892-1902*. Niterói: UFF, 2004. (tese de doutorado).

MANSUR, André Luis. *O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

_____. *O Velho Oeste Carioca: Mais Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

_____. *O Velho Oeste Carioca: Outras Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Periódicos e outras publicações:

A.B.C – 1915 a 1934

A Noite – 1920 a 1929

A Rua – 1910 a 1927

Careta – 1900 a 1949

Collecção de Leis Municipaes e Vetos – 1897 a 1931

Jornal do Brasil – 1920 a 1929

O Brasil – 1922 a 1927

O Malho – 1902 a 1953

Revista de Semana – 1921 a 1929

As representações das ideias eugênicas no jornal popular e o especializado

Viviane Gomes Ribeiro
Mestranda no PPGHS-UERJ
Bolsista Capes

O que é eugenia?

Antes de aprofundarmos a análise sobre eugenia é preciso esclarecer o que é a eugenia? O termo originou-se na Grécia e significa “*bom em sua origem*”, em Esparta, existia um grande estímulo em prol do nascimento apenas de crianças saudáveis, a ideia de produzir uma raça de guerreiros de primeira classe levava os Espartanos a eliminar todo o recém-nascido que fosse portador de algum tipo de deficiência, com imperfeições ou fragilidades eram por exemplos atiradas do alto do Taygeto¹.

No século XIX ainda visava-se o nascimento de seres saudáveis, apesar de ser moralmente condenável a prática de eliminação de indivíduos com alguma deficiência. Assim Francis Galton, em 1883, na obra *Into human faculty and its development* onde resgatou o termo eugenia e apresentou como um estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, que poderiam alterar para pior ou para melhor as qualidades racionais, visando o bem-estar da espécie. A diferença é que Galton visava melhorar e aperfeiçoar a espécie humana através do controle reprodutivo dos indivíduos sistematizou a eugenia com argumentos científicos pautando-se nos conhecimentos evolucionistas de Lamarck e Darwin, ou seja usou a ciência para tentar vencer a presença dos indivíduos que rompiam e impediam a ideia de progresso, perfeição e de sociedade civilizada, tal como: os vagabundos, os ladrões, as prostitutas e os loucos. A proposta eugênica de Francis Galton insistia em procurar nos indivíduos, ou melhor, nos traços ou características consideradas inatas², as origens de suas mazelas. Após a identificação viria a eliminação desses indivíduos.

Não podemos estabelecer um marco inicial nas ideias que atrelavam a raça humana³ à busca de perfectibilidade. Mas podemos compreender a eugenia, como um movimento em que essa busca se transformou em ciência, a qual inspirou o movimento eugenista que ocorreu em mais de trinta países nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Mark B. Adams (1990, p.5) a eugenia

¹ Mai LD, Angerami ELS. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. Rev Latino-am Enfermagem, 2006 março-abril; 14(2), p.252.

² Que nasce com a pessoa.

³ Apesar de sabermos, hoje, que a palavra raça não identifica nenhuma realidade biológica reconhecível no DNA, de nossa espécie, e que todos nós possuímos a mesma origem. E raça é um termo que marca mais uma fronteira cultural do que propriamente biológica. (Barbujani,2007)

se desenvolveu não apenas na Grã Bretanha e nos Estados Unidos, mas também em outros países como Alemanha, França, Rússia e Brasil. (apud ROCHA, 2010, p. 12).

Algumas produções acadêmicas sobre a temática eugenia

A presença da eugenia não foi indiferente no Brasil, por isso podemos citar que há uma gama de pesquisadores que já se debruçaram sobre a história da eugenia no Brasil, pois o tema é de suma importância para a sociedade atual, já que torna possível refletir como foram gestados discursos sobre aversões às diferenças dos indivíduos, tal como: a inferioridade das mulheres, raças e como endossam os estereótipos sociais.

Dessa forma, podemos estudar a eugenia no Brasil por meio das ideias de diferentes pesquisadores que estudaram sobre a eugenia destacando a relevância dessa ciência e contrapor ideias que anulam a eugenia no Brasil. Ou seja o debate a ser abordado, no decorrer da minha pesquisa, visa somar para as ideias que contrapõe a posição de que a eugenia da América Latina era uma cópia (deformada) dos seus congêneres europeus, tal como Nancy Stepan (2005), dedicou-se na defesa de que a ideia da cópia é superficial, o movimento eugênico se apresenta e é absorvido pelas variáveis políticas, históricas e culturais peculiares da região que devem ser consideradas e não ignoradas. Assim como os Europeus e os Americanos, os Latinos também elaboravam pensamentos sobre a eugenia.

Ricardo Santos (2008, p.04) analisou os intelectuais das ideias eugênicas brasileira e argumentou que muitas ideias vieram de autores norte-americanos e europeus, porém no Brasil encontrou um solo novo e fértil. Pois como Vanderlei Souza (2012, p.04) aborda, no início do século XX, o Brasil emergia aos olhos do mundo como um imenso contingente de homens incapazes e degenerados.

Muitos foram os intelectuais [do Brasil] que se ocuparam de pensar como transformar uma população mestiça, pobre e analfabeta, em uma Nação. [...] as mazelas do país estavam relacionadas à diversidade étnica da população. (LUPPI, 2009, p.01)

Diante de tal cenário a grande pergunta e preocupação da elite era que homem brasileiro iremos construir? Que Brasil será construído? Que país queremos ser? Saudável! Forte! Assim a Eugenia é uma ciência que abraçaria tais necessidades e ajudaria a controlar biologicamente para termos uma nação compatível com o ideal de perfeição. Tal como é pontuado por Vanderlei Souza (2012, p.49):

Através das diferentes formas de terapêuticas, a 'ciência eugênica' poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores como para o

aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional. A idéia de progresso e civilização exigia, sobretudo, a saúde, a força e a beleza física.

Ricardo Santos (2008) apresenta que existiram vários meios de divulgação das ideias eugênicas, assim o pesquisador cita que em 1917 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1923 a sociedade eugênica ganhou mais espaço com a criação da LBHM (Liga brasileira de Higiene Mental) em 1925, a LBHM lançou o periódico Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM). No entanto o mais relevante periódico do campo eugênico foi criado em janeiro de 1929, o *Boletim de Eugenia*.

Além desses meios de circulação podemos apontar que a eugenia fez-se presente não só na academia, mas em propagandas sobre a grande relevância da mulher no processo de purificação da raça, organização e manutenção do lar (ANDRADE, 2003, p.12). Em algumas edições dos *boletins eugênicos* constava que mulheres saudáveis e ativas teriam filhos geneticamente melhores e superiores. Segundo Sandra Andrade (2003) existia crítica a mulher que não demonstrasse controle sobre seu corpo: excessos na alimentação, preguiça para as práticas esportivas, desleixo e falta de cuidados consigo mesma. De acordo com os discursos médicos que vigoravam, o corpo feminino deveria ser forte e saudável porque era útil à sociedade.

Sendo assim já existem trabalhos sobre a eugenia no Brasil, no entanto, o tema ainda pode ser abordado de diferentes formas e ângulos, como exposto acima, cada pesquisador desenvolveu a sua pesquisa a partir de métodos diferentes Nancy Stepan (2005) recorreu a ideias e instituições que vulgarizaram na América Latina, Ricardo Santos (2008) possui como foco analisar os intelectuais da eugenia no Brasil, Vanderlei Souza (2012) voltou-se para a eugenia no âmbito do nacionalismo e Sandra Andrade (2003) possui como recorte a aplicação da eugenia para as mulheres. Em suma, há diversas obras que não focam o periódico em si, mas a obra inteira ou que recorrem aos jornais como fonte secundária. E devido a isso a intenção do presente trabalho é, analisar a partir e focando no cruzamento de jornais para entendermos como as ideias eugênicas eram publicizadas para além do público especializado

Breve análise dos jornais

Analisaremos como fonte periódicos, é relevante destacar, que os encaremos não como um simples objeto, mas considerando os jornais como um ator que age na história, apesar de ser um não humano, porém que pode gerar ações ao modificar a relação social analisada, ou seja é afirmar que

a existência de um objeto altera o comportamento do ator. Sendo necessário averiguar os espaços de fala, relacionamento e circulações dos jornais e seus atores humanos, tal como leitores e redatores.

Para compreender o impacto e abrangência da fonte é preciso investigar e reconstruir o circuito de comunicação da rede eugênica brasileira presente no *Boletim de Eugenia* e nos diversos jornais populares, tal como Marialva Barbosa (2010) fez ao reconstruir o chamado circuito da comunicação no século XIX, pois acredita que “*Os impressos periódicos interagem na complexidade de um contexto.*” (BARBOSA, 2010, p.08)

Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir se transforma num ilustre conhecido. (BARBOSA,2010, p.11)

Além disso, Marialva Barbosa (2010) nos coloca em alerta para o fato de que as letras impressa nutriam-se das práticas orais, ou seja, as informações que ganhavam espaço em publicações, geralmente, já circulava oralmente no contexto social. Com isso será de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa considerar que o jornal não circulava apenas por um papel ou forma escrita, na análise veremos o periódico como fruto das relações sociais do contexto que estava inserido e alimentando-se das crenças, medos sociais e toda a sociabilidade brasileira. No caso da eugenia tratava-se de uma ciência vinda da Europa, mas que se sustentou no Brasil abordando assuntos do contexto brasileiro, isso é o que chamamos de reapropriação. Assim conferiremos o jornal especializado e o não especializado para compreender as condições dos espaços em que foram possíveis a circulação das informações sobre eugenia.

Uma das fontes a ser aprofundada será o *Boletim de Eugenia*, jornal especializado, que circulou de 1929 até 1933 no Rio de Janeiro, editado com propaganda do Instituto brasileiro de eugenia sobre a direção de Renato Kehl. Podemos destacar que há trechos onde mostra-se intenção do jornal em ser popular e sobretudo tornar a eugenia mais conhecida na população. Além de tópicos em que cidadãos comentam sobre a eugenia, entram em diálogo com o jornal e a reunir diversos elementos que solidificaram o jornal notamos a construção de um jornal especializado em assuntos eugênicos, mas que possuía o características de um movimento singular e próprio da realidade brasileira.

Com tudo o assunto eugenia não era exclusivo em jornais especializado, tornou-se pauta até mesmo nos periódicos comuns houve a circulação de notícias sobre eugenia, daí temos *A Esquerda* 1927 até 1933, do diretor Pedro Mota Lima que fundou os jornais vinculado ao Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro (PCB), e *A Batalha* (1929). Embora *A Esquerda* não

fosse um porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), expressava seus princípios⁴ na cidade do Rio de Janeiro. Destacarei tal jornal devido ao posicionamento liberal e por seu engajamento político em causas e movimentos liberais, mas que publicava artigos científicos apoiando aspectos eugênicos. Assim observaremos os tipos de ideias eugênicas ganharam espaço no jornal liberal.

Além disso podemos citar o jornal *A Noite* que circulou de 1911 até 1964 por Irineu Marinho, no Rio de Janeiro (RJ), considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro – fora lançado a preços baixos, com circulação diária e grandes tiragens – o jornal teve várias donos e fases, a que devemos destacar é as décadas de 1920 e 1930, por haver uma grande divulgação de textos sobre eugenia em forma de artigo, por exemplo títulos como: “o aperto de mão e o higienista” (p.6,1929, n^o6188), “os problemas da regeneração da raça”(p.1,1923, n^o3075) , “como se deve cuidar do corpo”(p.1,1923, n^o4216) e sobretudo devemos enfatizar a participação do jornal na elaboração de um concurso do próprio jornal em que selecionava-se o tipo brasileiro (p.5,1921, n^o 3541).

E por fim analisaremos a revista *Careta* que circulou de 1909 a 1964, fundado por Jorge Schmidt, a revista tornou-se famosa pelas caricaturas de humor satíricas, no entanto destacaremos as imagens com caráter eugênico para entendermos que tipo de crítica social fazia-se a partir de imagens. A revista é uma fonte importante, pois trata-se de questionar que a vinculação de imagens e o humor contribuíam para que a população não alfabetizada pudesse consumir dos periódicos e conhecer os princípios da eugenia. As quatro fontes que serão analisadas, apriori, representam a realidade em que a eugenia, uma única ciência foi encarada de diferentes formas e que pode ter múltiplas facetas dependendo do espaço em que é analisada. Para isso é preciso articular do texto com o contexto. Sendo assim a metodologia da pesquisa será baseada na análise dos discursos e pronunciamentos. Já que os discursos pretendem causar algum tipo de efeito ou de acontecimentos, ou seja nenhuma fala ou escrita é em vão. Durval Muniz (2009, p.234) aponta que Le Goff e Foucault analisam que o discurso é o meio pelo qual se interrogar como foi o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção. Dessa forma o discurso e a realidade construídos juntos é preciso compreendê-los juntos. Devido a isso Durval (2009) sugere como analisar o discurso:

Perguntar a respeito das relações que cercam o discurso: o tempo, espaço, sociedade, cultura, relações políticas, econômicas, perguntar-se por suas condições históricas de possibilidades por aquelas condições que permitiram sua emergência, seu pronunciamento, perguntar-se pelas ligações daquele discurso com tudo aquilo que o transcende, com tudo que emerge [...] O discurso é o acontecimento. Ele não é apenas reflexo de estruturas que o transcendem, mas possui estrutura imanentes que o sustentam e lhe dão inteligibilidade

⁴ Acervo digital CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/esquerda-a>

lógica, coerência, consistência, singularidade. [...] Os textos têm uma espessura própria, regras de constituição e de produção, estrutura interna que precisa ser analisada. (2009, p.237)

De modo, que para compreender o discurso que se fez presente nos jornais analisados será preciso compreender o grupo que trabalhou na edição do jornal e o qual reação o discurso pretendia obter, quais suas condições internas e externas, referindo ao externo as condições materiais como: econômica, social, cultura, política e já o interno refere-se aos discurso não como algo que remete a um acontecimento que lhe é exterior. Assim acreditamos que a eugenia já circulava na realidade do Brasil e para compreender a cultura dos homens dos jornais analisados adotaremos a metodologia da microanálise para reconstruir modalidades diversas das articulações do texto com o contexto a fim de captarmos várias realidades sociais e diversas formas de experiências individuais e coletivas que os jornais, público e os atores tiveram com a eugenia considerando a realidade dos atores que compartilharam o jornal analisado.

Considerações finais

É possível estudar a eugenia no Brasil como uma ciência que não precisa ser entendida em segundo plano ou como cópia de outras sociedades, pois há pesquisadores e fontes que nos possibilitam compreender que a eugenia no Brasil obteve circulação entre os intelectuais e os leigos, não podemos subjugar a eugenia a ciência exclusiva dos intelectuais ou da Europa, já que havia conhecimentos sendo produzidos no Brasil como analisaremos nos periódicos a eugenia destacou-se e alcançou diferentes públicos - crianças, mulheres, homens e idosos. Assim como abarcou, simultaneamente, vários setores sociais: cultura, política e economia.

Sendo plausível afirmar que tal ciência no Brasil obteve espaço e se comportou de diferentes formas para cada público alvo a partir dos jornais, veículos formadores de opiniões, sendo periódicos especializado ou comuns no Brasil realizaram um movimento em prol da eugenia. Sendo necessário compreendermos os espaços de fala e as diversas representações sociais da eugenia no Brasil.

FONTES

A Esquerda, 1927 – 1932, Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional – Disponível online

A Noite, 1911-1964, Rio de Janeiro – Acervo Biblioteca Nacional - Disponível online

Boletim de Eugenia, 1929-1933, Rio de Janeiro – Acervo Biblioteca Nacional - Disponível online

Careta, 1909 – 1964, Rio de Janeiro - Acervo Biblioteca Nacional - Disponível online

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Mark B. (Ed.). *The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia*. Oxford University Press on Demand, 1990.

ANDRADE, Sandra dos Santos. "Saúde e beleza do corpo feminino: algumas representações no Brasil do Século XX". Revista: espaço aberto. Porto Alegre, número 1 (volume 09): página 119 – 143. Janeiro/ Abril 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia*. In: Pinsky, Carla Bassanezi e Luca, Tânia Reginade (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. Revista Contracampo, n. 12, p. 51-62, 2005.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil-1800-1900*. Mauad X, 2010.

BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: contexto, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos avançados 11(5), 1991.

COWAN, R. S. Francis Galton's statistical ideas: the influence of eugenics. *Isis*, 63, 4, p. 509-28, 1972.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 1, p. 26-29, 2005.

DOS SANTOS, Ricardo Augusto. Os Intelectuais Eugenistas. Da Abundância de Nomes à Escassez de Investigação (1917-1937). Palestra apresentada no VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil. Universidade Federal de Uberlândia. <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/046.pdf>, 2012.

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro. *Locus-Revista de História*, v. 19, n. 2, 2013.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, v. 50, n. 2, p. 107-123, 1998.

GOELLNER, Silvana Vilodre. "As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte": esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2008.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa medida do homem*. São Paulo: WMF MARTINS FONTES, 2014.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia et al. Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr.(1917-1937). 2010. Tese de Doutorado.

MAI, Lilian Denise; BOARINI, Maria Lucia. Estudo sobre forças educativas eugênicas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 135-138, 2002.

MACIEL, Maria Eunice – Eugenia no Brasil. Anos 90. n.11 – Porto Alegre – Junho 1999.

NOITE- BRASIL, Bruno. Rio de Janeiro, 31 julho 2014, <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>> acessado em 18/09/2018.

ROCHA, Simone. Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia 1929-1933. São Paulo :2010.

RAJ, Kapil. Tradução por: Juliana Freire-ALÉM DO PÓS-COLONIALISMO... E PÓS-POSITIVISMO Circulação e a História Global da Ciência. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015.

SANTOS, Alessandra Rosa. Quando a eugenia se distancia do saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia. 2005. Tese de Doutorado.

SILVA ROLIM, Marlom; ROMERO SÁ, Magali. A política de difusão do germanismo por intermédio dos periódicos da Bayer: a Revista Terapêutica e O Farmacêutico Brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 20, n. 1, 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião - AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012*.

SIQUEIRA, Monique Gonçalves. Pelas ruas da cidade: mendicância, vadiagem e loucura na corte imperial (1850-1889). *Tempos Históricos*, v. 20, n. 1, p. 154-188, 2016.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TOLEDO, Gustavo. Controvérsias Meméticas: a ciência dos memes e o darwinismo universal em Dawkins, Dennett e Blackmore. Tese de doutorado, PUC-RIO, 2009.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MESA 16

Brasil: história, política e ditaduras

Debatedores:

Sydenham Lourenço Neto (FFP/UERJ)

Mário Brum (ITERJ)

As Cartas estão na Mesa – Vez e voz dos homossexuais por meio do Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)

Marília Miranda Alves Carvalho
Mestranda no PPGHS – UERJ/ FFP
Bolsista CAPES.

A presente pesquisa pretende analisar as questões relacionadas à seção intitulada “Cartas na Mesa” do primeiro jornal homossexual de circulação nacional no Brasil, o *Lampião da Esquina*. O objetivo do artigo é abordar o conteúdo das cartas como um meio pelo qual os homossexuais no período ditatorial no Brasil se expressaram. Críticas, sugestões e pedidos de ajuda são alguns dos temas contidos nas publicações do jornal.

O período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 – 1985) foi marcado por muitas diversidades, em todos os sentidos. Na política, no comando do país, na população e também em sua diversidade sexual. O preconceito diante do homossexual sempre existiu, e ainda existe, apenas foi agravado no período ditatorial, principalmente após o decreto do AI-5, que restringia direitos e expandia preconceitos e julgamentos. A liberdade sexual que se desenvolvia em diversos países, especialmente nos Estados Unidos, era condenada no Brasil. O surgimento da imprensa alternativa foi um dos meios pelos quais o movimento homossexual, até então censurado, começou a circular, ganhando vez e voz na sociedade. O regime ditatorial teve características peculiares de acordo com cada um dos governantes autoritários que se alternaram no poder, e isso não é diferente em relação ao tratamento dado aos homossexuais. De acordo com James Green e Renan Quinalha, " (...) o regime de exceção passou por cinco momentos distintos nos seus longos 21 anos de existência." (GREEN; QUINALHA, 2015, p.19). Esses cinco momentos se caracterizaram por seus comandantes e suas intenções em relação ao futuro do Brasil e da população.

A década de 1960 correspondeu a um período de intensa agitação social no Ocidente, com movimentos como a contracultura e a “revolução sexual”, que influenciaram modificações comportamentais, inclusive entre os grupos homossexuais. Como símbolo dessa ruptura tem-se, por exemplo, a criação nos Estados Unidos de livrarias, jornais e revistas, como o *Vector* e o *Advocate*, cujo objetivo principal era divulgar a luta política e social desses grupos minoritários. Outra forma de expressão também ocorrida nos Estados Unidos, na cidade de Los Angeles, foi a realização do primeiro grande movimento gay.

No Brasil, no contexto da forte repressão política e da censura imposta pela ditadura civil-militar, surgiu, nas décadas de 1960 e 1970, a chamada “imprensa alternativa”. Sua outra nomenclatura, a de “imprensa nanica”, foi principalmente com relação ao formato dos jornais, que eram pequenos e que possuíam como objetivo a denúncia de violação aos direitos humanos e a crítica às ações políticas e econômicas dos militares. Além disso, também havia uma imprensa que, entre outros assuntos polêmicos, abordava o tema que era feito para os homossexuais e lido por eles e, que representou um acontecimento marcante e relativamente recente no Brasil. Possuir periódicos em circulação que, mesmo diante de problemas como a repressão da ditadura civil-militar e o preconceito da população foi um grande desafio. A “imprensa alternativa” mostrou-se insubordinada à imprensa tradicional, seja pelo conteúdo, seja pelo público ao qual era destinado, e ainda possuía a irreverência em relação às regras tradicionais e ao mercado editorial. Produzida como meio de expressar a oposição ao sistema vigente e à indústria cultural, a “imprensa alternativa” caracterizou-se por ser mais regional, ou até mesmo local, ter sua produção de forma manual, e por ter, em geral, publicações cujas edições eram poucas. A homossexualidade era vinculada ao delito de perversão pelo jornalismo brasileiro no período ditatorial. Mas essa repressão não calou. Pelo contrário, incentivou esses grupos, classificados de minoritários, a ocupar cada vez mais as metrópoles. Surgiram, dessa forma, inúmeros periódicos que circularam no Rio de Janeiro como, por exemplo, as publicações *Gente Gay*, *Subúrbio à Noite*, *Eros*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, entre outros títulos. Todos, em comum, tiveram uma curta duração, entre eles, aquele que é considerado um dos primeiros jornais homossexuais do Brasil, chamado *O Snob*, editado por Agildo Guimarães.

O Snob circulou, no Rio de Janeiro, de julho de 1963 até junho de 1969 e foi a primeira publicação abertamente homossexual que circulou no Rio. O jornal se diferenciava dos demais por assumir a fala homossexual, por meio de expressões, códigos e modos de falar direcionados a esse grupo. Um dos principais motivos do jornal não ter uma maior divulgação foi à falta de patrocinadores e de apoio dos canais de distribuição. Uma vez que o periódico era direcionado para o público gay, foi considerado por muitos como “impróprio” e voltado para pessoas “pervertidas”. A sociedade do período, em sua maioria, não aceitava a questão da homossexualidade e um jornal direcionado para esse público era visto com maus olhos. Isso se devia também pelo fato de *O Snob* possuir uma linguagem própria, com ironia, palavras ou expressões com duplo sentido, um modo particular na utilização dos termos, usada principalmente pelo público ao qual era direcionado. A publicação do periódico foi de grande importância não só para o público ao qual era destinado, o gay, mas também para que outros periódicos similares fossem criados. Com o

pioneirismo de *O Snob*, outras publicações foram lançadas e encerradas, no entanto, a mais expressiva destinada para esse público e a primeira que teve divulgação nacional: o jornal *Lampião da Esquina*.

O *Lampião da Esquina* atendeu às necessidades surgidas em fins da década de 1970 de enfatizar a questão sobre a homossexualidade, dando espaço para esse público, que, em sua maioria, era relegado à invisibilidade. Seu destaque deu-se também pelo fato de ser o primeiro periódico homossexual de circulação nacional. Se desenvolveu em fins de 1977, quando alguns intelectuais, artistas e jornalistas do eixo Rio de Janeiro-São Paulo reuniram-se com o propósito de discutir uma literatura gay latino-americana, organizada por Winston Leyland, fundador da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Califórnia (EUA). Inspirados por esse jornal dedicado para o público homossexual, o pintor Darcy Penteado e seus amigos tiveram a ideia de desenvolver um Coletivo para a criação de um periódico mensal voltado para esse público. O conteúdo abordava diversos assuntos e foi elaborado sob o ponto de vista dos próprios homossexuais, que eram os seus editores. A iniciativa de criar o jornal partiu de onze homens, respeitados intelectualmente e que se aventuraram a lançar um jornal voltado para um público que era marginalizado pela sociedade. Além disso, o conteúdo do jornal era considerado "secundário", sem relevância devido a sua abordagem temática, com temas como a sexualidade, a discriminação racial, o machismo, entre outros. A linguagem era mais comum, popular e voltada para o público ao qual o jornal era dedicado, os homossexuais. Finalmente, em abril de 1978, era lançada a primeira edição do periódico, que teve a distribuição restrita, diferentemente das edições seguintes, que foram comercializadas abertamente nas bancas de jornal.

O *Lampião da Esquina* teve como fundadores e colaboradores Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Frye. Sua última edição foi a de junho do ano de 1981. O mensário foi considerado como revolucionário, pois, um periódico mensal produzido e direcionado para uma população que sofria preconceitos e discriminação representou um marco para a abertura de novos caminhos e possibilidades para os homossexuais. Com um tom irreverente e bem-humorado, o jornal publicou matérias, entrevistas com famosos, lançamentos de livros e filmes, além de uma seção de cartas. Essa seção era intitulada "Cartas na Mesa", na qual havia uma comunicação direta entre o público leitor do jornal e os seus editores. Essas cartas eram um meio pelo qual os leitores do *Lampião da Esquina* expressavam suas opiniões, davam sugestões e esclareciam dúvidas.

O jornal se caracterizou, sem dúvida, pela defesa da diversidade sexual e de gênero durante fins do período ditatorial. As cartas dos leitores funcionavam como um meio de comunicação e expressão de uma minoria que passou ter no impresso um espaço importante de "representação". Assim, a percepção do processo de construção dos homossexuais e da polêmica em relação ao gênero, através dos discursos produzidos nas cartas é o foco de análise. A seção "*Cartas na mesa*" dos leitores, homossexuais ou não, dialoga com o jornal, e explicita a construção dos sujeitos e suas identidades, o perfil do leitor, seus desejos, dúvidas e críticas.

As "*Cartas na mesa*" foram de grande importância para a imprensa gay na ditadura, visto que, ela simbolizou a opinião e a reação do público em geral e, principalmente, dos homossexuais em relação ao jornal e às próprias cartas, uma vez que, na maioria delas os editores dialogaram com o público. A particularidade no caso do jornal homossexual *Lampião da Esquina* e a sua seção de "*Cartas na mesa*", é especialmente porque os leitores expressavam suas opiniões, esclareciam suas dúvidas e levantavam outras questões relacionadas ao universo gay. O jornal explica como funcionará a seção na edição número 0 argumentando que,

"A ideia do Conselho Editorial de LAMPIÃO é fazer de sua seção de Cartas na Mesa uma espécie de tribuna através da qual seus leitores possam se expressar à vontade, inclusive fazendo críticas ao próprio jornal. É possível chegar ainda mais longe: esta seção será ampliada de acordo com a correspondência recebida, e poderá ir até a publicação de artigos, fotos, etc. enviados pelos leitores que se enquadrarem na linha de ideias que norteou a criação do jornal. Da primeira leva de cartas recebidas selecionamos as que melhor representam essa orientação."

É possível notar, através dos argumentos de abertura da seção, que a proposta do jornal é algo bem aberto ao público e que poderá sofrer alterações de acordo com a demanda e o conteúdo das cartas recebidas. Sendo assim, mostra-se, num primeiro momento, a partir da edição de número 0, um periódico aberto a sugestões, críticas e debates nas próximas edições. O leitor do mensário se via em um local privilegiado para expor sua opinião, seus conflitos e indagações, uma vez que o público leitor e os editores do jornal se encontravam em um contexto muito parecido, o da homossexualidade. Há inúmeros casos expostos através das cartas e por esse motivo, os editores do jornal se mostram abertos a sugestões, críticas e comentários para melhor atender ao seu público leitor. Isso é percebido através da circulação do jornal *Lampião da Esquina* e da variedade de cartas cujos conteúdos são divulgados por esse periódico. Talvez, por esse motivo, a seção de cartas tenha tido tanta repercussão em um jornal de cunho nacional, aberto à diversidade de gênero e, que atendia prioritariamente ao público homossexual, até então visto como minoria.

As intituladas "minorias" eram excluídas e menosprezadas por grande parte da sociedade, que caracterizava a homossexualidade como uma doença. As cartas enviadas pelos leitores para o periódico ilustram o fato. Foram selecionadas algumas cartas do jornal *Lampião da esquina*.

CARTA 1 - "ANÔNIMO SE REVELA"

Ano 1 – nº 1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 15

(...) 2 - Participação feminina. Praticamente só homens (?) escrevem. Há muitas mulheres entendidas (nos dois sentidos) que podem dar uma perfeita colaboração. Há escritoras que são gueis, há mulher guei em todo o canto. Em minha cidade, por exemplo, há mais mulheres gueis do que homens gueis. (...)

Anônimo

R. -- Publicamos a carta de Anônimo porque ela contém observações muito pertinentes.(...) 2 - As mulheres, também já neste número, estão perfeitamente integradas ao nosso projeto. (...)

A resposta do periódico a carta do "Anônimo" revela especialmente o que foi descrito no lançamento do jornal a respeito da seção de "Cartas na mesa", o leitor deve expressar sua vontade, inclusive com críticas ao próprio jornal. O emissor da carta sugere alguns caminhos para o jornal.

A observação/sugestão que o leitor "Anônimo" faz se refere a participação feminina, sejam elas homossexuais ou não. Mas a resposta dos editores se mostra a altura da observação, pois é respondido que existe a participação feminina na produção do *Lampião*.

A ressalva/crítica feita pelo "Anônimo" é, em parte, esclarecida. Sempre em tom bem-humorado e sarcástico, os editores respondem à carta e assumem que o número zero da edição ficou mais sério do que eles pretendiam. A forma como as cartas são respondidas demonstra que o jornal, e seus editores, estão abertos a sugestões, ou seja, o mesmo está sendo construído com a ajuda e a opinião de seus leitores. O tom bem-humorado e sarcástico também fica evidente. O jornal, desde as respostas das primeiras cartas, se mostra versátil e atento ao conteúdo das cartas e as possíveis explicações, principalmente quando elas podem assumir um duplo sentido.

CARTA 2 - ALÔ MULHERES (2)

Ano 3 – nº 24 de maio de 1980, p. 14

Gente, aqui quem escreve não é só uma lésbica, não. Eu vou falar em nome de muitas mais que frequentam a vida guei aqui em Niterói, e que não estão satisfeitas com o jornal. Que machismo é esse? Um monte de coisas que só interessam às bichas, e nada para nós, lésbicas. Ai pinta a tal Yonne com propostas de reabilitar o jornal, tornando-o interessante para nós, também. Ficamos três meses esperando notícias/entrevistas sobre mulheres e a tal guria, e nada. Parece até jogada comercial. Criação de vocês. Coisas que ela escreve, que nós apoiamos, e não aparece a tal entrevista. Cadê ela? Se o jornal continuar só com matérias de interesse masculino (vide milhões de fotos de homens e só uma, na última folha, de uma garotinha – fofinha, por sinal—, nós mulheres vamos continuar boicotando o jornal de vocês..., que parece ser só para homens. Ou será que a tal guria perdeu a coragem de falar a vocês? Juro que vou fazer campanha contra o jornal muitas/a maioria das lésbicas andam descontentes com vocês). Pô, vê se vocês tornam jeito e deixam o paternalismo em prol dos homens de lado: só um pouquinho.

Luca — Niterói, Rio

R. - Como você vai ver nesta mesma página, Luca, Yonne está convocando as lésbicas através do Lampa, para um trabalho conjunto. E a gente já passou sua carta pra ela, aguarde contato. A guria fofinha que saiu na penúltima página do Lampa/23 é a própria Yonne, que aceitou ser nosso modelo. Por sinal que nós estávamos precisando de modelos homens e mulheres e chegamos a convocá-los através do Jornal; mas só apareceram homem infelizmente, "Lampião" não é um jornal dedicado aos homens; é apenas um Jornal ao qual as mulheres estão hesitando muito em aderir.

De acordo com James N. Green, em seu artigo intitulado “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”; “mulheres que transgrediam as noções tradicionais de feminilidade, manifestando características masculinas, expressando a sua independência ou sentindo desejo sexual por outras mulheres, são marginalizadas.” (GREEN, 2000,p.279)

As duas cartas são de momentos diferentes do jornal, mas fazem observações semelhantes em relação a participação feminina no jornal, seja na produção ou nas cartas. Rachel Soihet, afirma que “a violência na sua forma simbólica manifesta-se, através de diversos canais, recorrendo-se a

vários argumentos.” (SOIHET, 1997: 3) A autora expõe ainda, como deve ser o comportamento feminino, de acordo com os padrões socialmente impostos, ao relatar que

“O discurso sobre o comportamento ideal feminino, a ser lapidado pela educação, é difundido não apenas por conferências de estudiosos vetustos, teses médicas, mas das formas mais diversificadas, mas também, através da literatura, da imprensa de maneira jocosa, por meio de piadas, em crônicas, folhetins, etc...” (SOIHET, 1997: 5)

A reflexão de Soihet nos faz pensar em como os padrões socialmente construídos são legitimados e impostos para as mulheres. No caso em questão, as mulheres homossexuais que também reivindicam seu espaço no jornal *Lampião da Esquina*, de homossexuais.

CARTA 3 "NÓS: 'HERÓIS' E 'ARAUTOS'"

Ano 1 - nº 2 – 25 de junho a 25 de julho de 1978 p, 14.

Dirijo-me a este jornal com o intuito de trazer-lhes um mínimo do enorme sucesso que está sendo a sua criação. Digo isto de coração, porque o interesse que tenho notado na multidão guei acerca deste arauto de uma legião proscrita é digno de ser transmitido, para que senão todos, pelo menos alguns, os mais inteligentes, compartilhem deste prazer imenso. É para mim uma alegria contagiante poder dizer para muitos, através das páginas deste jornal, que ele tem sido adquirido nas bancas e lido pelos privilegiados assinantes com a ânsia de quem encontrou o remédio que vai salvá-lo após ter sido desenganado pelo médico. A todos o meu aviso de leitor exigente: divulguem este herói porque ele é o único com estas características.

Antônio Cabral Filho Rio.

R. Ufa. Cabral, você nos deixou encabulados. Heroísmo mesmo foi jogar LAMPIÃO nas bancas apenas com a cara e a coragem. Mas cartas como a sua servem para nos mostrar que valeu a pena: estamos aí.

O leitor demonstra, através de poucas palavras escritas na carta destinada ao periódico *Lampião da Esquina*, a importância do mesmo para a sociedade, e especialmente para o público homossexual no período do fim da ditadura civil-militar. Antônio Cabral, autor da carta, em questão, demonstra, por meio de palavras, seus sentimentos em relação ao jornal e a força e expressão do mesmo, sobretudo em no período em que ele foi produzido. Por meio da carta, Antônio destaca não só a relevância do jornal, mas também como um meio de comunicação de força e ênfase destinado ao público homossexual, que na época, sofria grande preconceito e repressão. O autor da carta chega a classificar o periódico como "um remédio", quando o indivíduo é desenganado pelos médicos. Essa postura de recorrer a um médico e de ser desenganado pelo mesmo, caracteriza-se como uma dominação simbólica que, como explica Bourdieu, é " (...) que ela

não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual." (BOURDIEU,1998, p.144).
Nesse sentido,

“(...)viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais." (BOURDIEU, 1998 p.144)

Através da reflexão de Bourdieu, nota-se que a sexualidade do indivíduo transforma não só a sua vida, mas também a vida dos demais. O homossexual vive um personagem quando nega, especialmente para si mesmo, sua orientação sexual, como o próprio Bourdieu caracteriza, "vive envergonhadamente a experiência sexual", no entanto, quando a pessoa se assume, ela ganha autonomia, segurança diante de si mesma. O *Lampião da Esquina* se mostrou muito relevante em relação a experiência homossexual, uma vez que, procurou incluir os excluídos, a chamada minoria da sociedade, no convívio social. Por meio das cartas e conseqüentemente das respostas dadas aos leitores, o jornal assegurou muitos homossexuais para se assumirem como tal.

A resposta dos editores à carta é a comprovação do esforço e da luta que os mesmos enfrentaram para a divulgação e circulação do jornal. E isso se deve não só pelo fato de ser um periódico mensal, mas principalmente por ser o primeiro jornal de circulação nacional de cunho homossexual no período do fim da Ditadura Civil-Militar. Como o próprio editor indica na resposta, significou um ato de heroísmo, e as cartas demonstram que valeu a pena todo sacrifício e ousadia por parte dos editores. As cartas eram o recurso e meio de expressão encontrado pelos homossexuais para discutir e expressar suas opiniões, questionar e tirar suas dúvidas.

CARTA 4 - "APOIO AO JORNALISTA"

Ano 1 - nº 8 – 25 de janeiro a 25 de fevereiro de 1979 p. 15

Tenho vários motivos para escrever. O primeiro deles é que esse jornal existe e está me ajudando (e ensinando) a viver. Tenho de agradecer então. Sou igualmente repórter, igualmente homossexual; o segundo motivo se prende ao fato de que uma publicação dirigida e produzida por jornalistas de fato, abordando científica, franca e até humoristicamente os assuntos homossexuais, merece (e nos obriga) a dar o apoio. É o que faço nesse momento. Sei que posso estar me repetindo, mas confesso que esse jornal é necessário, é vital para mim, para vários de meus amigos, que ainda não o leem, mas que passarão a fazê-lo (já prometi comprar e distribuir três assinaturas do jornal e o farei o mais rápido possível). Por isso, o terceiro motivo da carta é um pedido: que continuem a editar o jornal, apesar dos obstáculos que eu imagino não sejam poucos nem pequenos. O quarto, o

quinto, são tantos os motivos, se torciam a decifra-los. Eu ficaria na entrevista histórica com Lecy Brandão, se antes já amava o seu canto, a sua poesia, agora a idolatro. E concluo essa carta com os seus servos: "Eu sei. o jogo é duro. Mas o futuro é no presente que começa. Se a gente jogar direito, haverá jeito de poder vender à beça" (Vença, de Lecy Brandão).

Gerson V. — Rio.

R. — Gerson, meu anjo, o que é que você está fazendo, que ainda não nos procurou? LAMPIÃO precisa de colaboradores, "dear". Você tem razão: as dificuldades são enormes, principalmente os problemas de grana. Mas a gente não vai arredar pé. Vamos transformar a Esquina numa editora, vamos publicar livros para o povo guei, aguarde em março. Histórias de Amor, (nosso primeiro livro). Quem desdenha de nós - audácia! — não perde por esperar. Lecy Brandão, além de talento..., é mulher de muita fibra. Nós a amamos.

O Gerson, jornalista e escritor da carta destinada ao jornal *Lampião da Esquina* afirma, em uma de suas primeiras frases, o quanto o jornal está sendo relevante e significativo para o mesmo, o ajudando a viver e a se conhecer enquanto homossexual. A força do periódico enquanto um meio de comunicação destinada ao público homossexual é expressiva e consegue, através de seu conteúdo, mobilizar e encorajar seu público leitor. Os editores do *Lampião* respondem a carta convidando o Gerson, jornalista, a ser mais um colaborador do jornal.

As palavras do Gerson expressam o quão forte o homossexual precisa ser em uma sociedade preconceituosa e isso é construído por meio de uma cultura de dominação masculina, onde o homem, e somente ele, é o provedor e comanda a família. A mulher, e principalmente os homossexuais, não possuem força e expressão na sociedade. No período do fim da ditadura civil-militar no Brasil, essa realidade era fortemente trabalhada no país. Bourdieu explica que, a construção de uma nova ordem sexual é um desafio, visto que

"A opressão como forma de 'invisibilização' traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida, sobretudo, pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a 'discrição' ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor." (BOURDIEU,1998 p.143 – 144)"

A escrita do Gerson é justamente para se contrapor a essa imposição de "discrição", e divulgar o periódico. Reforçar e reafirmar a todo momento que a comunidade homossexual existe e possui força, por isso mesmo foi desenvolvido um jornal, tendo como público alvo os homossexuais. A possibilidade de repressão das chamadas "minorias", por meio do *Lampião* foi algo marcante para toda a população, alguns repudiavam, mas outros, mesmo que não fossem homossexuais, tinham a curiosidade pela leitura do jornal. Essa visibilidade e curiosidade dos

indivíduos, não só o público homossexual, mas as demais pessoas, foi a principal forma de divulgação do jornal. A partir dessa primeira leitura, o público descobriu algo novo, uma visão diferenciada de um público até então excluído da sociedade. As reportagens, o anúncio de shows e peças de teatro, discussões políticas, tudo isso fazia do *Lampião* algo inovador. Além, é claro, das cartas, que eram o meio de comunicação do leitor para com os editores do jornal.

NOTÍCIAS DO FAROESTE

CARTA 5 – nº 04 – de 25 de agosto a 25 de setembro de 1978 – p. 19

O jornal aqui no Sul está tendo problemas, há gueis que não o aceitem. Alguns dizem que esse tipo de formação de grupos minoritários é forçar a barra e que se deve deixar as coisas acontecerem naturalmente. Eu não entendo essa de deixar as coisas acontecerem naturalmente. Se nós, que somos minoria em desvantagem, não fizermos nada, os acontecimentos não virão ao acaso. [...] Em São Leopoldo, sob o ponto de vista guei, não há ambiente para nós. Primeiro por ser muito próximo de Porto Alegre, e o pessoal, para não se molestar, prefere deslocar-se para lá. Sendo, os próprios homossexuais aceitam a ideia de que não há ambiente e condições. [...] Se eu me transpor para Caxias do Sul a coisa piora. Lá onde nasci e me criei ser homossexual é fazer parte do último degrau da condição humana, e para dizer a verdade Caxias, tão famosa no cenário nacional, aceita mais um criminoso ou assassino do que o homossexual. Nos locais ou cidades do interior onde há uns ou alguns entendidos ou gueis, que ambientes frequentar? O que fazer quando se entra num ambiente hetero e é linchado? Isto é comum acontecer em Caixas apesar de uma grande população e de uma quantidade grande de gueis. Como podemos conseguir algo se não somos unidos não nos ajudamos? Em meio a tantos preconceitos é natural que passe a dominar uma atmosfera doentia onde os próprios homossexuais passem a aceitar-se assim, então surgem as transas com héteros, onde também entra a coisa do dinheiro. É comum acontecer por aqui, quando há transa com hétero, apontaram arma de fogo caso não se ofereça dinheiro. É preciso deixar claro que quem faz este tipo de papel não são marginais, mas sim pessoas da própria sociedade hétero. O problema maior é quando em meio a isso tudo a própria polícia tira proveito da situação em favor da maioria considerada normal. Se milhares de acontecimentos, ocorrem em dois pequenos lugares, o que não acontece nos subúrbios das grandes cidades, no longínquo sertão ou quem sabe no interior da Amazônia, ou Mato Grosso, etc.?

J.C.L. – São Leopoldo - RS

R: É, J. C., a gente sabe o quanto a barra pesa por esses sertões; pesa tanto que Guimarães Rosa foi obrigado a transformar o pobre Diadorim em mulher, pra que o pobrezinho não fosse linchado. Mas olha, deve ter muita gente, pelos interiores, pensando como você. E isso já é o começo de tudo, não é? Esse pessoal de Caxias, que horror! Diga a eles que nosso Conselho Editorial, de onze pessoas, três são gaúchos de cabelos nas ventas.

Guacira Lopes Louro afirma em relação ao gênero que,

“A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar...”. (LOURO, 2013 p. 23-24)

Nas décadas de 1970/1980, o preconceito e a repressão contra os homossexuais eram muito intensos, fato agravado ainda mais com o período ditatorial. Conforme afirma Louro, havia a “construção de papéis masculinos e femininos” e, quem não se “adequasse” a esses padrões sociais era discriminado, poderia sofrer com agressões verbais e até mesmo físicas. Os relatos do J. C. L. por meio da carta são de extremo preconceito e discriminação, a declaração de que ser homossexual em Caxias de Sul “(...) é fazer parte do último degrau da condição humana (...)” é a total radicalização do preconceito diante do homossexual. Ser gay então, significa ser excluído da sociedade, de acordo com o relato do autor da carta.

CARTA 6 – Ano 3 – nº 20 – 25 de janeiro de 1980, p. 18

Deus no coração

Caros amigos do Lampião, tenho lido com muito carinho o trabalho de vocês, a luta de vocês, que também é nossa, a favor das classes “menos favorecidas”. (...) Gostaria de relatar para vocês e se possível para os leitores deste jornal, um ato de injustiça, opressão e crueldade cometida contra alguns homem-homossexuais por parte da Igreja. No dia 14 de maio passado, o bispo de Ilhéus – BA, expulsou grosseiramente de sua Diocese os seus nove seminaristas que integravam a comunidade do Seminário d'aquela Diocese. A Igreja de Ilhéus, deu um passo atrás na história e, muito na famosa Idade Média, cortou do relacionamento e comunhão com a Igreja os seus nove melhores seminaristas. Não que fossem jovens “frescos e maricas”. Eram jovens dinâmicos, eficientes, capazes, “esperança azul” (expressão usada por alguém), da diocese de Ilhéus. O bispo daquela Igreja conseguiu num curto espaço de tempo destruir os sonhos, as esperanças, as realizações de nove jovens estudantes de teologia, simplesmente porque estes rapazes, homossexuais, conseguiram descobrir a sua verdadeira sexualidade e buscaram se afirmar nela.

Justamente no momento em que a Igreja procura ir ao encontro das classes marginalizadas, acontece este fato, dando uma prova concreta de que a hipocrisia ainda é a melhor maneira para esconder os próprios defeitos. (...) Mas que diabo, Deus não é uma Instituição. Deus é o coração do homem".(...) Vamos esperar que a Igreja no seu bom propósito de se tornar a Igreja de Jesus Cristo, a Igreja dos homens marginalizados, venha em ajuda de milhares de homens que se sentem à margem, porque são homossexuais. Tenho certeza de que nós somos amados também por Deus e que na somos criaturas do seu lindo plano de amor.

J. L. —Salvador.

R. – É isso aí, J. L., não foi certamente, com a Instituição – tantas vezes repressora – que Cristo sonhou, pois Deus é o coração dos homens. Já há setores muito importantes da Igreja que já assumiram uma posição libertária em relação ao homossexualismo; estes setores, se não incentivados, pelo menos não tem seu passos tolhidos... Já é um progresso. De qualquer forma, o que predomina ainda é a condenação, quase sempre manifestada através de ameaças muito concretas, como as que foram feitas, recentemente, aos homossexuais do Rio, responsabilizados – veja que sandice – pela violência que ora se abate sobre a cidade. Como se, em qualquer situação de violência, não fossem os homossexuais sempre, as primeiras vítimas...

Joan W. Scott afirma que,

“As instituições sociais nas quais o sexo homossexual é praticado pode inverter aquelas associadas com o comportamento heterossexual dominante (promíscuo *versus* contínuo, público *versus* particular, anônimo *versus* conhecido, e assim por diante), mas ambas operam dentro de um sistema estruturado de acordo com a presença e a falta.” (SCOTT, 1998:304)

A situação narrada na carta e as palavras de Scott se assemelham, uma vez que, na maioria das sociedades, o homossexual é discriminado e ignorado, especialmente nas instituições religiosas. E é o que é relatado na carta, nove homossexuais sendo expulsos da sua instituição religiosa, eles foram impedidos de se formar como seminaristas por causa da homossexualidade.

O conteúdo das cartas acima citadas se mostra similares em alguns aspectos, principalmente em relação à liberdade do leitor ao escrever o conteúdo das mesmas. Críticas, sugestões, observações são, o que mais prevalece nos assuntos, mas também há reclamações em relação ao tratamento dado aos homossexuais na sociedade brasileira. A importância da liberdade que os homossexuais adquiriram através da publicação do *Lampião da Esquina* e de suas cartas foi algo notório até então. Uma vez que, no período do fim da ditadura civil-militar no Brasil, as minorias passaram a se destacar e se fortalecer, ganhando vez e voz por meio de um jornal. O conteúdo das

cartas expressa claramente esse fato, já que, nos exemplos acima, a intenção do leitor é de agradecimento, com sugestões e esclarecimentos, expressão da realidade vivida pelos gays, sejam eles homens ou mulheres. Isso se deve ao fato de um jornal homossexual ganhar força, através do seu conteúdo e do período de abertura política, para ser distribuído nacionalmente.

Observa-se, através da análise de algumas cartas escritas pelos leitores do periódico *Lampião da Esquina*, que a população e, especialmente os homossexuais, se mostra muito contente e satisfeita com o mesmo, no entanto, há observações, principalmente em relação ao público feminino homossexual. Mesmo assim, o conteúdo, o modo como está circulando e sendo divulgado; tudo isso agrada ao público. Também, nas cartas, existe o conteúdo sugestivo, com observações e dicas para um jornal cada vez mais atento e circulante entre o seu público.

E, por meio da leitura e análise das cartas aqui exploradas, vale destacar o início da publicação do periódico mensal, cujo foco é dar voz ao público homossexual, dessa forma, fica evidente a importância desse veículo de comunicação para a vida desse grupo marginalizado pela sociedade nesse período. Também é notório que, ao decorrer das edições, os leitores se veem no direito de reivindicar, reclamar e protestar pelos seus direitos, não só no próprio jornal, mas também na sociedade como um todo. O *Lampião da Esquina* divulgou os anseios dos homossexuais e, através da publicação das cartas, essa comunicação foi possível, uma vez que os leitores se expressavam através desse mecanismo com o jornal. Esse meio de comunicação representou um marco na vida do público leitor, pois através das cartas, dúvidas, sugestões e problemas foram esclarecidos, ou pelo menos expostos para os demais leitores do periódico, criando assim uma espécie de “família” com a qual podia-se contar em seus momentos difíceis.

Documentação:

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978.

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 2 – 25 de junho a 25 de julho de 1978.

Lampião da Esquina – Ano 1 - nº 4 – 25 de agosto a 25 de setembro de 1978.

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 8 – 25 de janeiro a 25 de fevereiro de 1979.

Lampião da Esquina - Ano 3 – nº 20 – 25 de janeiro de 1980.

Lampião da Esquina - Ano 3 – nº 24 - de maio de 1980.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- GREEN, James. N. “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. In: Cadernos Pagu (15) 2000: pp. 271-295.
- GREEN, James. N.; QUINALHA, Renan (Orgs.) *Ditadura e homossexualidades – repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo: Editora Vozes, 2013.
- SOIHET, Rachel. *Violência Simbólica - Saberes Masculinos e Representações Femininas*. In: Revista de Estudos Feministas, v. 5, n. 1, 1997.
- SCOTT, Joan. W. A invisibilidade da experiência. In: Projeto História, São Paulo, (16), fev. 1998. (297-325)
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record, 2007.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a vigilância sobre ativistas negros durante a ditadura militar

Marize Conceição de Jesus
Doutoranda do PPGHS –UERJ/FFP

Introdução

A produção historiográfica sobre a história militar no Brasil aponta que os militares sempre estiveram presente na construção do processo político do país, tal presença se dá pela intervenção da instituição militar nas questões políticas no que diz respeito as causas entendidas como nacionais e patrióticas. Essa interferência não se dá de forma ideologicamente isenta, uma vez que “os militares estão inseridos na sociedade e dela recebem influências da mesma forma que a influenciam” (SODRÉ, 2010, p.9).

No presente ensaio, cabe ressaltar que não nos propomos a escrever sobre a história dos militares, mas iniciar uma análise sobre como pensavam o racismo e conseqüentemente como os órgãos de repressão e vigilância das instituições militares trataram as ações do movimento negro. Neste sentido, nos apoiaremos em alguns documentos extraídos dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de vigilância do governo militar que por muito tempo vigiaram instituições e indivíduos do movimento negro brasileiro.

Ainda que as forças armadas no Brasil, em especial o Exército, tivessem em sua composição social indivíduos de origem popular negros e pobres e de setores da classe média, decerto que sua oficialidade é historicamente formada por indivíduos das classes dominantes e de alguns setores da classe média. Neste sentido, segundo Sodré (2010) desde a independência que a organização militar no Brasil, vai refletir as condições sociais da dominação das classes. Segundo o historiador, as Forças Armadas, ao iniciar o que ele chamou de fase autônoma¹ do Brasil, tinha como missão:

(...) assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão daquela extensa base física (...) isto é, manter unidas as antigas capitanias, agora províncias, reduzindo as resistências locais, sufocando os movimentos de rebeldia, impondo a toda autoridade central, evidentemente no interesse da classe dominante senhorial, que empresara a autonomia e procuraria configura-la dentro dos limites de seus interesses, e afastando do poder outras classes e camadas, que poderiam disputar com ela (SODRÉ, 2010, p. 284).

Ao que nos parece, apesar de todo processo de construção das Forças Armadas do país – e seu pensamento de caráter não hegemônico – apontadas pelo historiador; durante o regime militar no Brasil, com a instauração do golpe militar de 1964, de certa forma, a missão das Forças Armadas

¹ A fase autônoma descrita por Nelson Werneck Sodré (2010), corresponde ao processo de autonomia política do Brasil e a formação das forças militares como parte do aparelho de Estado refletindo as condições sociais e os interesses da classe senhorial.

iniciada na “fase autônoma” esteve presente nas ações dos militares durante a ditadura. Tal missão só poderia se concretizar com o uso da força das armas. Segundo Sodré, as Forças Armadas não operam isoladas das forças sociais do país; assim, em 1964, quando acionadas pelas elites para intervir na estrutura política brasileira – para deter o processo de transformações estruturais em curso – usaram de todo seu aparato militar para calar as vozes dissidentes (SODRE, 2010, p. 473).

A ação dos militares, utilizando-se da vigilância e opressão sobre a sociedade, controlou e governou o Brasil no período compreendido entre 1964 e 1985 lançando mão do uso da força. Tanto no momento da deflagração do golpe, quanto no decorrer das duas décadas que se seguiram “os militares foram os sujeitos históricos,” os protagonistas da implementação do regime autoritário no país. Os militares assumiram não apenas o poder político, como eram eles que respondiam pelos órgãos de vigilância e repressão que davam sustentação ao governo central, cargo ocupado ao longo dessas décadas por militares da mais alta patente das Forças Armadas.

Ainda que o golpe militar tenha contado com o apoio de segmentos das elites, de setores expressivos da classe média e servido aos interesses da burguesia brasileira – como aponta Sodré (2010), Gorender (2014), entre outros –, encontramos apoio em Fico (2001) quando analisa a forma de atuação dos órgãos de vigilância tutelados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). De acordo com o historiador, neste sentido, “o movimento foi indubitavelmente militar”, as convicções políticas-ideológicas dos militares deram sentido e justificaram a repressão. Assim, a partir das ponderações apresentadas, trataremos o período compreendido entre 1964 e 1985 como ditadura militar, período que marca a criação e a atuação dos órgãos de informação e vigilância, coordenados pelo SNI. Neste sentido:

No regime militar brasileiro, esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político (FICO, 2001, p. 105).

O Serviço Nacional de Informações, foi criado em 1964 (Lei 4.341/64), como órgão da presidência da República para tratar dos assuntos pertinentes a segurança nacional. Tendo por objetivo “superintender e coordenar, em todo território nacional as atividades de informação e contra informação que interessem a segurança nacional.” Segundo Lagoa, “faz parte de toda uma estratégia global que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente inspira os rumos políticos do país desde 1964” (1983, p. 11).

Segundo Lagoa (1983), em depoimento do general Newton Cruz, então chefe da agência central do SNI, esta era organizada a partir de cinco secretarias operadas por agentes formados pela Escola Nacional de Informações- ESNI:

A secretaria psicossocial acompanha as atividades do sindicatos e da Igreja, sendo capacitada a detectar lideranças em formação e os rumos dos diversos movimentos. (...) A secretaria econômica controlava as empresas privadas, suas operações, compras, equipamentos no exterior, etc. A secretaria política controlava os parlamentares, com equipes especializadas em acompanhar cada partido, em todo território nacional. A secretaria subversiva, ou de subversão, se encarregava dos movimentos considerados subversivos, organizações clandestinas ou não, onde o órgão identificava a ação do movimento comunista internacional (LAGOA, 1983, p.21).

No que diz respeito a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tinha como base o pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG), vindo a tratar da Guerra Revolucionária Comunista, cujas interpretações deram base ao texto da Lei de Segurança Nacional (1969), que vai definir as ações comunistas como: “conflito interno geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação”. Assim, para os militares, a Segurança Nacional:

É a garantia que, em grau variável, é proporcionada à nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos **Objetivos Nacionais**², a despeito dos antagonismos e pressões latentes ou potenciais (LAGOA, 1983, p. 13).

A DSN contida na Lei de Segurança Nacional, em seu texto, vai apontar as medidas para o combate a Guerra Revolucionária Comunista, sendo essa definida como “conflito interno geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle da Nação”. Dentre estas medidas consta:

Estimular o desenvolvimento para combater as injustiças sociais e as desigualdades entre os homens; realizar eficiente ação psicológica associada ao correto emprego da comunicação social, objetivando a afirmação democrática e o fortalecimento moral da sociedade; (...); elaborar e aplicar a legislação adequada à prevenção ao combate a subversão; realizar o planejamento global com vistas a guerra revolucionária e, dentro dele, o Plano de Segurança Interna; e, pôr em execução esses planos de forma agressiva e contínua (LAGOA, 1983, p. 14).

Em relação à segurança interna – no plano político – uma das recomendações da DSN era que o governo central intervisse de forma parcial ou total, no território nacional; decretasse o estado de sítio ou emergência e que tomasse medidas restritivas da liberdade de reunião, de associação e de opinião. Já no plano militar, que se fizesse o controle e a eliminação das agitações populares, além da total destruição dos focos de guerrilhas.

² *Grifo nosso.* Segundo os princípios da ESG, os fins justificam os meios. Assim, os fins seriam os objetivos das elites nacional; os meios seriam todo poder que essas elites dispunham (econômico, político, cultural, etc.) para alcançar e manter interna e externamente seus objetivos, entendidos pela ESG como Objetivos Nacionais.

Na década de 1970, tais medidas, foram postas em prática com o plano de segurança. Para a garantia das medidas que favorecessem a Segurança Nacional, a DSN apontava as informações como essenciais no que dizia respeito à segurança interna. Neste sentido, a Escola Superior de Guerra trabalhou com o seguinte conceito de informação:

É o conhecimento de um fato, ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios (LAGOA, 1983, p. 16).

De acordo com Lagoa, a DSN, dava especial atenção ao item informações, separava informações úteis ao desenvolvimento do país das informações que serviam para a segurança interna. A pesquisadora destaca como características dessa classificação referente a segurança: os informes – seriam observações, fatos, relatos ou documentos que pudessem contribuir para a compreensão de determinado assunto – já as informações distinguem-se por ser:

Conhecimento de fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios (LAGOA 1983, p.14- 17).

Sobre a produção de informações, Fico assinala que, a matéria prima dos órgãos de informação era o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema. “(...). Primeiramente, o agente de informações devia recolher um ‘informe’, espécie de dado bruto inicial, base para elaborar-se a ‘informação’” (2001, p. 95- 97). O historiador aponta ainda que boa parte dessas informações eram de caráter subjetivo e parcial onde utilizava-se o jargão da comunidade de informações.

As informações poderiam ser oriundas tanto de fontes ostensivas quanto de fonte protegidas por sigilo. Aquelas voltadas para a segurança eram sempre protegidas pelo sigilo, poderiam identificar os antagonismos, as pressões e os fatores adversos com potencialidades de gerar antagonismos; produzidas por estruturas centralizadas, ocupavam-se primordialmente do Poder Nacional de outras nações mas também em casos graves de ameaça interna: “subversão, terrorismo e sabotagem”.

Fico, ao analisar os assuntos abordados pelos documentos do sistema de informações e de segurança, aponta que uma das características do acervo pesquisado é o fato de que “havia grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e informações” (2001, p.27). Teoricamente, os órgãos de informação, não eram responsáveis diretos pela instauração de processos, prisões e interrogatórios, porém, havia todo um processo de interação e articulação com a polícia política. Neste sentido:

Tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação de esfera particular da vida dos cidadãos. Afinal, a noção de guerra revolucionária ou guerra interna pressupunha que alguns brasileiros fossem ‘inimigos de guerra’ do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral e psicológico (FICO, 2001, p.76).

No que diz respeito ao complexo aparato que constituía o Sistema Nacional de Informações – SISNI, criado em 1970, que tinha o SNI como sua agência central, formado por uma teia de órgãos especializados na produção de informações para uso do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional. Lagoa aponta que a comunidade de informações contava com 16 órgãos especializados, a saber:

O próprio SNI, as – **DSIs**, as **ASIs**, a FA-2 (segunda seção do **EMFA**), os e-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídos em cada **OM**), o CIE (Centro de Informações do Exército), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica, ex-CISA, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, (...)), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPs (Departamentos de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), além dos declarados extintos CODIs-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações Internas) (LAGOA,1983,p35)³.

Segundo Lagoa, o SNI tinha um arquivo de 250 mil fichas de brasileiros constituídas entre as décadas de 1970, quando da criação do sistema até 1983, cujas análises passavam por todos os assuntos que interessavam à presidência da República. O número de fichas, provavelmente foi um tanto maior, visto que o SNI foi extinto em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, por meio da Medida Provisória nº 150 de 1990.

A produção de informações sobre o movimento negro

Não é nenhuma novidade que os órgãos de segurança e repressão vigiaram os movimentos sociais surgidos a partir da década de 1970. Pode-se dizer que existe uma vasta produção historiográfica sobre a vigilância e repressão nos movimentos sociais considerados pelos militares como movimentos de pressão, como o movimento sindical e o movimento estudantil. No entanto, no decorrer desta mesma década vão surgindo movimentos sociais em torno de demandas

³ Divisões de Segurança e Informações (**DSIs**), Assessoria de Segurança e Informações (**ASIs**), emitiam pareceres para o SNI, Estado Maior das Forças Armadas (**EMFA**), Organizações Militares (**OM**), estavam especificamente voltadas para a vida interna das organizações a que estavam ligadas, porém, eventualmente poderiam ser acionadas pelo sistema. O CENIMAR era considerado o mais sigiloso dos órgãos do SNI. O CIE, CENIMAR, CIA/CISA, tratavam dos problemas relativos à subversão interna com ligações ou ramificações no exterior.

identitárias como o movimento feminista, o movimento “LGBT”, o movimento indígena e o movimento negro⁴, que engajaram-se na luta contra a ditadura.

Apesar de não terem o “perfil dos atingidos” pelos órgãos de vigilância e repressão, essas organizações também foram alvo de operações/intervenções do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de repressão por parte do regime militar. No entanto, ainda há um silêncio na historiografia em torno dessas memórias, muitas delas só vindo à tona a partir das pesquisas e relatos da Comissão Nacional da Verdade, que ao analisar os arquivos da ditadura (1964-1985) trouxe outras narrativas para além das oficiais sobre esse período da história do Brasil. Ainda se faz necessário que historiadores (as) busquem analisar os documentos que trazem essas outras narrativas acerca daqueles que direta ou indiretamente protagonizaram ações que fizeram com que os órgãos de vigilância e repressão voltassem seus olhos, classificando-os como “desajustados”, atingindo-os e marcando suas histórias de vida.

No entanto, compreendemos também que sobre o que se pode entender como um possível desinteresse dos historiadores por esses novos sujeitos, havia também uma maior dificuldade de acesso aos documentos desse período, pois, como afirma Fico, “os protagonistas do golpe de 64 da ditadura militar cercaram-se dos devidos cuidados diante da óbvia necessidade de manterem sigilo sobre boa parte de seus atos” (2004, p. 21).

No que diz respeito ao movimento negro, vários documentos do SNI, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, apontam para a vigilância dos militares sobre o movimento negro, uma vez que este era visto como “objeto de manipulação dos comunistas”. Ao analisarmos a classificação e as características das informações, determinadas pela DSN, o SNI classificava o movimento negro como movimento de pressão e de oposição ao regime (Lagoa, 1983, p. 17).

As informações sobre o movimento negro eram feitas pela área de segurança, por fontes ostensivas, protegidas por sigilo, produzidas por estruturas centralizadas. Os documentos do SNI que por ora encontramos no Arquivo Nacional, trazem carimbo de CONFIDENCIAL, cuja classificação determinava que o acesso a tais documentos ficariam interditados por dez anos.⁵ No que diz respeito a classificação dos documentos, Fico esclarece que

Um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. Atualmente, no Brasil, eles se

⁴ Cabe destacar, que várias organizações do movimento negro no Brasil, surgiram no pós-abolição, bem como jornais e periódicos que tratavam da questão racial. No entanto, na década de 1960 houve uma dispersão dessa vanguarda do movimento negro, em especial a partir de 1964, vindo a ressurgir na década de 1970 novas instituições caracterizadas na luta de combate ao racismo, na denúncia da falsa democracia racial e na valorização da cultura negra.

⁵ DECRETO N° 2.134, DE 24 DE JANEIRO DE 1997 Regulamenta o art. 23 da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles e dá outras providências. [REVOGADO PELO DECRETO N° 4.553 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002]

classificam da seguinte maneira: (a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que devem ser, imediatamente, do conhecimento público em geral) (FICO,2001, p. 25).

Quanto a forma de acompanhamento do movimento negro de acordo com a reponsabilidade das secretarias, pode-se entender que as organizações de ordem cultural/política eram acompanhadas pela secretaria de subversão. No entanto, o movimento negro ligado à Igreja Católica, os Agentes de Pastoral Negros (APNs)⁶, assim como o movimento indígena, eram acompanhados pela secretaria psicossocial.

Cabe ressaltar que era comum naquela época o sentimento/impressão de vigilância, sensação de perigo constante pelo qual todos passavam, dado o fato da instalação do medo proporcionada pelo próprio sistema de informações através da chamada “guerra psicológica”. Outrossim é que a maioria dessa militância era de jovens negros universitários que viviam e acompanhavam a repressão imposta as universidades e aos estudantes. Com a instituição do AI-5 (1968) a questão racial passou a configurar na Lei de Segurança Nacional como ato subversivo, fazendo com que o racismo no Brasil se tornasse assunto proibido. Porém, é com a instituição do Sistema Nacional de Informações, a partir de 1970, que o movimento negro passa a ser vigiado pelos órgãos de vigilância do SNI. Em contrapartida, a propaganda política financiada pelos militares, em especial produzida durante o governo Médici, vendia a imagem de um Brasil cujas relações raciais eram de conciliação, formada por um povo singular.

O documento⁷ com carimbo de CONFIDENCIAL, de 10 de dezembro de 76, sob o assunto *racismo negro no Brasil*, cuja origem é o CISA, com difusão para os órgãos SNI- CIE- CENIMAR- CI/DPF-DSI DE, traz informes sobre encontros de entidades negras datadas no período compreendido entre 15 e 27 de novembro de 1976, discutindo os eventos de comemoração do aniversário de morte de Zumbi, o 20 de novembro. Os informes são dos encontros realizados nos seguintes dias de novembro: 20 (evento no CEBA e no IPCN), 24 (apresentação de peça sobre Zumbi no IPCN), 26 (um informe do evento no IPCN outro no mesmo dia no auditório da ABI), no dia 27 no IPCN, e no dia 28 no clube Fluminensinho, em Niterói.

Nestes informes, os agentes identificam "pessoas que possuem antecedentes subversivos, infiltrados no movimento negro". Tais pessoas são caracterizadas como "integrante do movimento

⁶ Segundo José Geraldo da Rocha (1998), os Agentes da Pastoral Negros são organizações nascidas na Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base, surgidas a partir de 1978. Lançadas no contexto do movimento negro marcam sua ação e militância pela questão da fé. A identidade das APNs está intimamente ligada às questões relativas ao mundo da negritude e a ação eclesial desenvolvidas nas comunidades, cuja proposta é combater o racismo e a discriminação racial presentes na Igreja e na sociedade.

⁷ BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_p247-251

estudantil, simpatizante do VAL-PALMARES, ligado ao IPCN; ex-funcionário do Ministério da Aeronáutica, militante do PCB, membro da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e do IPCN, que 'conscientizou os filhos na doutrina marxista'; ex-cadete da Aeronáutica, desligado da força aérea acusado de introduzir a doutrina marxista no corpo de cadetes; todos enaltecendo os países socialistas africanos e europeus; e ainda relatos de visitantes pertencentes ao PCB.

O documento, aponta que os militantes do movimento negro sabiam da presença de agentes do SNI infiltrados nas reuniões, pois o próprio agente infiltrado relata que José Olimpo dos Santos, “numa conversa informal com o grupo na ABI, afirmou que estavam presentes àquela representação elementos de órgãos de informação, tendo apontado dois como integrantes do SNI”. O agente finaliza solicitando "qualquer dado que possa ampliar o informe".

Outro documento⁸, de 14 de setembro de 1978, origem III COMAR, com difusão para o CISA/RJ, vindo do SNI e encaminha, em anexo, o panfleto da "*Carta Aberta a População*", documento de criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), fundado em São Paulo neste mesmo ano. O panfleto foi recolhido no Rio de Janeiro, em frente ao Luna Bar⁹, às 22h do dia 29 de julho de 78.

O documento diz que o MNU incita a criação de "centros de luta que promovam o debate, a informação, a conscientização da comunidade negra". O informe aponta o grupo do Afro-Latino América – vinculado ao Versus –, descrito como 'publicação orientada majoritariamente pelo PST (Partido Socialista dos Trabalhadores), organização de filosofia trotskista-morenista', como um desses centros de luta. Apesar desta avaliação, o agente que analisa o panfleto diz que "não conclui pela orientação específica ao mesmo de uma organização subversiva definida".

O informe de 13 de setembro de 1978¹⁰, tem como assunto o "Núcleo Negro Socialista – Atividades de Carlos Alberto Medeiros", de origem do CISA, com difusão do SNI/AC CIE-CENIMAR. O assunto de fato tratado nesse documento é sobre um dos criadores e articuladores do movimento black. O informe diz que tais movimentos são coordenados por elementos do "Núcleo Negro Socialista", cujos integrantes têm aula de marxismo, movimento comunista brasileiro e política internacional. A partir daí, o informe se detém a apontar o histórico de Medeiros, que foi matriculado na escola da Aeronáutica em 1 de março de 1967 e desligado em 16 de setembro de

⁸ BR_AN_BSB_VAZ_082_0063

⁹ Luna Bar - bar localizado no Baixo Leblon - era ponto de encontro que reunia a boemia carioca, artistas, poetas, também frequentado por jovens negros ativistas na luta de combate ao racismo.

¹⁰ ARJ_ACE_5567_78

1968; desde então, todos os seus passos foram vigiados, inclusive com alertas para os Serviços de Informação das Escolas de Formação¹¹, e empresas públicas.

Outro informe, de 13 de setembro de 1978¹², cujo assunto é o "Núcleo Negro Socialista – Atividades de Carlos Alberto Medeiros", de origem do CISA, com difusão do SNI/AC CIE-CENIMAR. O assunto de fato tratado nesse documento é sobre um dos criadores e articuladores do movimento black. O informe diz que tais movimentos são coordenados por elementos do "Núcleo Negro Socialista", cujos integrantes têm aula de marxismo, movimento comunista brasileiro e política internacional. A partir daí o informe se detém a apontar o histórico de Medeiros, que foi matriculado na escola da Aeronáutica em 1 de março de 1967 e desligado em 16 de setembro de 1968; desde então, todos os seus passos foram vigiados, inclusive com alertas para os Serviços de Informação das Escolas de Formação¹³, e empresas públicas.

Esses documentos são exemplos de como os agentes do SNI vigiavam as organizações do movimento negro, ora solicitando mais informes sobre determinados assuntos, ora menosprezando os encontros e reuniões. Ao examinarmos tais documentos percebemos a preocupação dos agentes com as ligações políticas dos ativistas do movimento negro, nas suas diferentes organizações. Cabe destacar, que os serviços de informações vigiaram o movimento negro da década de 1970 até a extinção do SNI, em 1990, como mostram os arquivos pesquisados até então.

Considerações finais

Com os documentos trazidos pela Comissão da Verdade, com a abertura dos arquivos da ditadura, novas pesquisas se sucedem, num processo de construção da memória de “novos protagonistas” que se ao longo dos mais de meio século passados do regime militar no Brasil, foram alijados da memória, das pesquisas oficiais; hoje historiadores, cientistas sociais e outros pesquisadores, buscam trazer à tona a história daqueles que, num primeiro olhar, não traziam em suas experiências com os órgãos de vigilância e repressão o perfil daqueles que foram atingidos pela ditadura, bem como as diferentes formas de luta e resistência que permitiram que esses sujeitos fossem também atingidos ainda que no silêncio dos arquivos dos órgãos de vigilância. Entender como os órgãos de repressão viam esses sujeitos considerados subversivos, é a que nos propomos.

¹¹ BR_AN_BSB_VAZ_008_098

¹² ARJ_ACE_5567_78

¹³ BR_AN_BSB_VAZ_008_098

Referências bibliográficas

- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FORTES, Alexandre, et al (orgs). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.
- _____. O ciclo do PCB: 1922-1980. IN: FORTES, Alexandre et al (orgs). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.163.
- LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROCHA, José Geraldo da. *Teologia & negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros*. Santa Maria- RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A Desindustrialização da Indústria Bélica Nacional

Emanoel Silva de Azevedo
Mestrando do PPGHS – UERJ

Introdução

Este artigo irá abordar nosso trabalho dissertativo sobre a indústria bélica nacional. Procuraremos trabalhar de forma clara e objetiva, tornando a leitura de fácil compreensão. Buscamos em fontes como o Diário Oficial da União, as publicações oficiais do Exército brasileiro, e por fim, junto ao Síndico da Massa Falida; Engesa Engenheiros Especialistas S/A. Pois tais fontes nos darão as pistas e informações a respeito de nossa questão principal; **porque na década de 1990, quando as quatro maiores montadoras bélicas brasileiras estavam todas em concordata, a Embraer S/A, Helibrás S/A, Avibrás S/A e Engesa S/A, o governo socorreu as três primeiras deixando a Engesa S/A ir a falência?**

Neste trabalho sintético iremos demonstrar os caminhos percorridos de nossa pesquisa, as fontes, e abordaremos os trabalhos já publicados de pesquisadores especialistas na área bélica, que irá corroborar com nossas análises. Tentaremos demonstrar com base nas fontes e nos trabalhos de nossos colegas pesquisadores, a importância econômica, estratégica e científica que as quatro empresas acima mencionadas teriam para o Brasil. E o principal, a importância para todo o parque industrial brasileiro, pois tais empresas em seus trabalhos, desenvolvendo produtos de alto valor agregado, demandavam por sistemas e insumos industriais, que vinham sendo supridos em parte por uma indústria crescente brasileira de insumos e partes tecnológicas. Após a falência da Engesa S/A (1993), a Embraer, Avibrás, e a Helibrás, foram suas dívidas sanadas e logo depois privatizadas, no âmbito das privatizações iniciadas na década de 1990 nos governos neoliberais brasileiros. Hoje tais empresas estão sob o controle de investidores internacionais, a Embraer fora adquirida pela Boeing norte americana.

A importância econômica, estratégica e científica tecnológica destas empresas, era algo que poderia catapultar o Brasil para o rol dos países desenvolvidos tecnologicamente. Esta afirmação não é exagerada, pois como iremos demonstrar mais adiante, isto seria possível, pois os elementos existiam na época para tal.

Iremos também analisar o longo caminho no desenvolvimento tecnológico que a Engesa percorreria, iremos usar como base de nossa pesquisa a Engesa, pois ele fora a maior empresa bélica

brasileira até os dias atuais. Em nossa narrativa a Engesa irá demonstrar a importância da indústria bélica para o país, e irá também responder nossa questão.

Panorama da indústria bélica nacional

Iniciaremos nossa dissertação no primeiro capítulo, narrando sobre a indústria bélica nacional, sua história e suas raízes. Narramos o surgimento de uma indústria bélica desde o Brasil império com as fábricas de pólvora, e no século XX, tal indústria continuaria promovendo a sustentabilidade do exército brasileiro com munições, vestuário e demais necessidades de ordem de manutenção.

Na segunda metade do século XX, começou a surgir no Brasil uma indústria bélica de bens tecnológicos. A Engesa inaugurada em 1958 pelo Engenheiro José Witacker Ribeiro, recém-formado na USP, criou uma empresa focada na engenharia mecânica. Na década de 1960 a Engesa entra no mercado bélico com a potencialização dos antigos caminhões do exército, atualizando o sistema de tração destes veículos. A Engesa inicia com isso sua ascensão, e na década de 1970, lançaria os maiores sucessos em vendas da indústria bélica nacional, com mais de 2.300 veículos Cascavel comercializados para mais de 20 países do dito terceiro mundo. E cerca de 1.200 veículos Urutu também comercializados para mais de 12 países (fonte; SIPRI, *Stockholm International Paz Research institute*). Paralelamente nas décadas de 1960 e 1970, surgiriam as outras três grandes da indústria bélica nacional; a Avibrás (1961), Embraer (1969) e Helibras (1973). Que juntamente com a Engesa promoveriam a criação do maior parque industrial bélico de alta tecnologia da América do Sul, tornando o Brasil o sexto maior exportador bélico do mundo na década de 1980, (fonte; ABIMDE, Associação Brasileira da Indústria de Material de Defesa).

Para nossa defesa em pesquisar a indústria bélica brasileira, citaremos na íntegra um trecho de um artigo publicado pela ABIMDE;

De acordo com – Associação Brasileira das Indústrias Materiais de Defesa – em primeiro lugar a situação do parque de material de emprego militar das Forças Armadas está caminhando para a obsolescência total, como consequência das políticas de corte de recursos e investimentos nesta área, por parte principalmente do governo federal. As expectativas levam ao descrédito total em novos projetos, comprometendo a projeção do país no âmbito internacional afastando para bem longe, as possibilidades de o Brasil ocupar uma das cadeiras no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Ainda, segundo a mesma fonte, dos 35,1 bilhões de Reais destinados ao Ministério da Defesa, em 2005, somente 5% foi utilizado para investimento para desenvolvimento e aquisição de novos equipamentos. Por outro lado, segundo o Projeto Brasil, “a indústria bélica brasileira submergiu no final do governo Sarney, quando começou a derrocada de sua maior estrela, a Engesa, fabricante de blindados que viria a falir logo em seguida”. Os números indicativos de queda nas exportações, cerca de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões anuais em meados da década de 80, para menos de US\$ 200 milhões anuais neste início de século XXI, com um

agravante: o Brasil importa equipamentos de outros países que poderiam ser fabricados aqui. Desse modo, a posição do Brasil que era de oitavo maior exportador mundial de produtos de defesa, mudou a partir dos anos 90, diante das grandes alterações havidas nos cenários internacional, tal como o fim da Guerra Fria, o que fez crescer significativamente a oferta de armamentos no mercado mundial. Quanto ao dilema de “importar ou reativar a indústria brasileira” a ABIMDE deixa claro que após a aprovação da Política Nacional da Indústria de Defesa, as indústrias nacionais têm capacidade e competência para atender às exigências das Forças Armadas e por outro lado, tal incentivo e procedimento poderá levar à independência tecnológica na área. Um grande obstáculo ao desenvolvimento dos produtos bélicos são os custos, principalmente os impostos, tais como ICMS, COFINS, PIS, IR e outros que comprometem os custos em cerca de 40%, enquanto as empresas estrangeiras são beneficiadas com isenção tributária. (ABINDE, 2005, p.19)

O desenvolvimento acelerado nas indústrias bélicas brasileiras a partir da década de 1970, trouxeram enormes ganhos econômicos e tecnológicos, economistas como Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza em seu livro “*A Economia Brasileira em Marcha Forçada*” (CASTRO, SOUZA, 1985, p.217) nos mostra tal cenário. Conquistas que hoje a Embraer por exemplo, tornou-se na maior empresa de aviação comercial regional do mundo, tendo apenas a Bombardier Canadense, neste setor como rival. A tecnologia desenvolvida nestas cinco décadas alçou a Embraer a um seleto clube de indústrias de altíssima tecnologia aeroespacial, onde encontramos Boeing, Lockheed Martin, Air Bus, Mitsubishi, Bombardier, que são as maiores empresas aeroespaciais do mundo, produzindo uma gama enorme de produtos de alta tecnologia.

A década de 1980, a chamada “década perdida”, fora também em nossa análise, ao qual iremos nos aprofundar mais afrente, foi a década de maior crescimento industrial bélico nacional e marcaria também o início do retrocesso industrial bélico. Um período conturbado na economia, onde o país sem condições de investir deixa as empresas sem apoio econômico, e sem comprar produtos junto a estas empresas, e como tais empresas produziam um produto específico (material bélico; armas de médio e grande porte), apenas Estados são seus clientes. Isto minaria a capacidade de crescimento das empresas, onde culminaria com as quatro grandes indústrias bélicas brasileiras (Engesa, Embraer, Avibras e Helibras) pedirem concordata no final da década de 1980, citando novamente; (CASTRO, SOUZA, 1985, p.217). Cada uma teria seus motivos específicos, mas no geral, teriam sido a queda nas vendas para Estados, os juros bancários elevados aumentando as dívidas das empresas, e a falta de investimentos governamentais, por parte dos bancos oficiais, reduzindo drasticamente as linhas de crédito para tais empresas.

No início da década de 1990 as quatro grandes empresas bélicas haviam pedido concordata, as dívidas se multiplicavam, os créditos extintos, e as vendas em queda culminaria com a falência da Engesa S/A em 1993. Um grupo empresarial que já havia faturado mais de US\$ 300 milhões de dólares americanos na década de 1980 (fonte; ABIMDE), em seu auge. Um grupo que consistia em

mais de 12 empresas distintas, produzindo veículos blindados de apoio, de transporte e multiuso, produzindo também veículos de transporte de tropas, veículos leves, veículos comerciais de uso urbano, veículos para uso agrícola, e mais uma gama de produtos e serviços que o grupo comercializava.

Quanto a Embraer, Avibrás e Helibrás, as três também teriam pedido concordata no final da década de 1980. Mas com ajuda do governo, as três empresas sanaram as suas dívidas e foram privatizadas. Hoje tais empresas possuem muita tecnologia, seus produtos gozam de alta confiança junto ao mercado consumidor (empresas e Estados). Tais empresas hoje estão com seu portfólio de produtos bem diversificados, onde atendem necessidades de Estados em áreas bélicas e de transportes, e de empresas para transportes coletivos ou executivos. Hoje a miscigenação de investimentos mundiais controla tais empresas, a globalização no mundo das empresas tem repercutido no Brasil, tornando tais empresas como propriedade de múltiplos investidores; empresas especializadas, bancos internacionais, empresas de setores específicos produtivos. Tornando as três grandes empresas tecnológicas brasileiras, como empresas mundiais, sendo administradas por entidades internacionais, perdendo ao nosso ver particular, um certo caráter nacionalista.

Abaixo trouxemos alguns gráficos para melhor elucidarmos nossa narrativa crítica sobre a indústria bélica nacional e seus reveses.

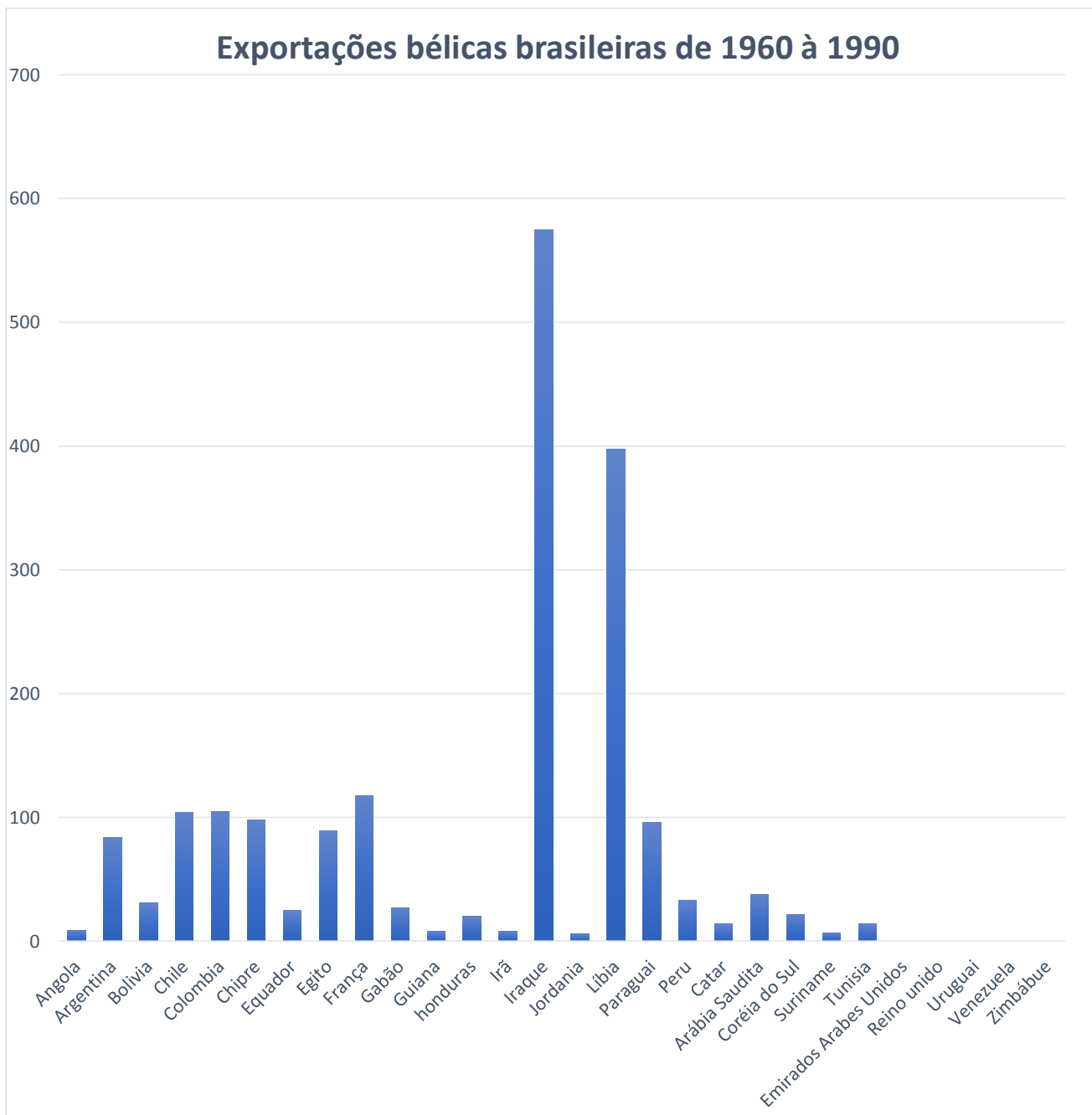


Gráfico 1. No gráfico montado pelo autor, dados obtidos no SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), no <http://www.sipri.org/databases/armastransfers>. Os valores estão em US\$ milhões de dólares. Correspondem aos valores Exportados pelo Brasil no período de 1960 a 1990.

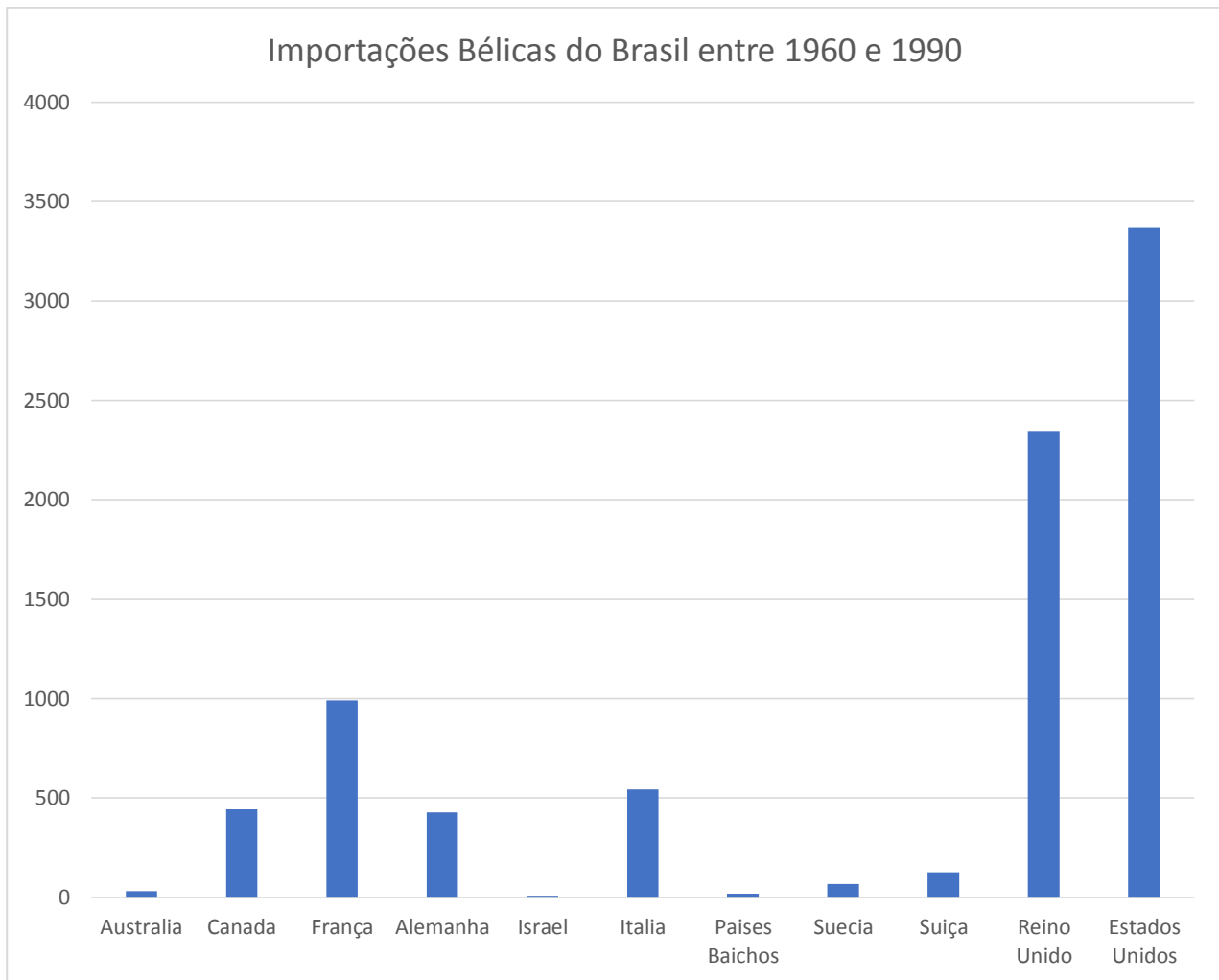


Gráfico 2. No gráfico montado pelo autor, dados obtidos no SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), no <http://www.sipri.org/databases/armastransfers>. Os valores estão em US\$ milhões de dólares. Correspondem aos valores Importados pelo Brasil no período de 1960 a 1990.

Fazendo uma breve análise dos gráficos acima (gráfico 1 e 2), vemos claramente que entre 1960 a 1990, o país exportara muito material bélico, mas em termos de balança comercial, ficamos devedor. Só com as importações de material bélico do Estados Unidos e do Reino Unido entre os anos de 1960 a 1990, foram quase US\$ 7 bilhões, aí se somarmos a França, ultrapassa este valor. Este valor por si já supera todas nossas exportações do período analisado. Sim é bem verdade que neste período nossa indústria bélica ainda estava maturando, e com isso ficara difícil uma aproximação em termos de balança comercial. Mas os valores ora exportados dão uma imagem do potencial de nossa indústria bélica em termos de comércio internacional.

A média ponderada das exportações dos maiores compradores de material bélico brasileiro no período de 1960 a 1990, fora de US\$ 90,869 milhões de dólares americanos. A média ponderada das importações dos maiores fornecedores de material bélico ao Brasil no período de 1960 a 1990,

fora de US\$ 779,545 milhões de dólares americanos. Nestas médias que obtivemos, vemos claramente a preponderância das importações, sendo importações de bens de alto valor agregado bélico, que explica em parte estes valores. Observando que a indústria bélica brasileira só começa a comercializar seus produtos internacionalmente após 1965, com alguns insumos, mas para produtos tecnológicos com valor agregado, só após a década de 1970.

Engesa do desenvolvimentismo, ao neoliberalismo

Iremos agora abordar em específico a Engesa S/A. Uma Empresa fundada no Estado de São Paulo em 1958, pelo Engenheiro recém-formado pela USP, José Witacker Ribeiro. Uma empresa voltada para tecnologia mecânica produzia inicialmente engrenagens para a também recém-criada pelo Estado Brasileiro, **Petrobras** uma empresa criada para exploração e distribuição de petróleo. Na Engesa neste capítulo, iremos nos aprofundar nos produtos comercializados pela empresa, nos clientes da empresa, nos funcionários técnicos e não técnicos da empresa, na diretoria e suas interações com o governo e com o exército brasileiro, as tecnologias desenvolvidas pela empresa, os caminhos diversos no desenvolvimento dos produtos bélicos e comerciais da empresa, enfim neste capítulo iremos analisar em detalhes a Engesa e sua atuação no mercado brasileiro e internacional.

Neste capítulo buscaremos demonstrar a importância da Engesa para a economia brasileira da década de 1980, pois teria sido o auge produtivo da empresa. Iremos analisar os contratos feitos com Estados internacionais e com o Estado brasileiro. Observaremos também as mudanças ideológicas ocorridas no decorrer das décadas de 1970 e 1980, onde o ideário governamental intervencionista desenvolvimentista brasileiro, teria dado lugar ao neoliberalista globalista, o que causaria fortes mudanças nas políticas públicas.

Para falarmos dos produtos bélicos da Engesa, não poderíamos deixar de citar um dos maiores especialistas em material bélico nacional, o Professor Dr. Expedito Carlos Stephane Bastos, que publicou diversos artigos sobre materiais bélicos, em específico sobre os produtos da extinta Engesa S/A. Em (*“Uma realidade Brasileira: As exportações de veículos militares Engesa”* um artigo publicado na revista; Da Cultura, UFJF, ano 6 vol. 10.) o professor discorre sobre a Engesa com seus produtos bélicos, narrando sinteticamente a trajetória desta grande montadora bélica nacional, demonstrando as possíveis causas de sua prematura falência.

Os produtos de maior sucesso tanto da empresa como também sendo do Brasil o sucesso, seriam o **EE-09 Cascavel** e o **EE-11 Urutu**. Dois bólidos que dividiam a mesma plataforma, dois

bólidos que na década de 1970, a quase 50 anos, a Engesa teria desenvolvido tecnologia suficiente para produzir dois veículos icônicos. Os dois veículos não só atingiriam a fama em vendas, como também na ação. Os dois estiveram envolvidos em vários conflitos, guerra do Irã X Iraque, no início da década de 1980, guerra da Líbia X Egito, no final da década de 1970, e em vários conflitos na África, (citando; professor Stephane Bastos).

Como informamos acima, a Engesa teria comercializado um total de mais de 2.800 veículos, Cascavel e Urutu, de acordo com a SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*). Que por si só já teriam tido um peso considerável nas exportações brasileiras de material bélico, na década de 1970 e 1980.

Mas a Engesa não produzia apenas material bélico, apesar do seu foco ser estes produtos. A empresa também produzia veículos comerciais, como foi o **Engesa 4**, um tipo de Jeep, um veículo *off road*, com boas características também de uso urbano. Provou ser muito bem aceito pelo mercado consumidor brasileiro, sendo lançado no “Salão do Automóvel” na década de 1980, e nesta década o veículo chegou a ter mais de 80 unidades emplacadas ao mês no país. Segundo palavras textuais da revista; 4x4 & Pick-up, foi; “(...)um dos veículos mais fantásticos que já podemos avaliar até hoje(...) estávamos num Galaxie fora-de-estrada.” (Revista 4X4 & Pick-up, 1985). Hoje 2019 ainda é possível ver tais veículos circulando nas ruas e estradas brasileiras.

Para além deste sucesso comercial que foi o Engesa 4, a empresa também produziu veículos para o agronegócio. Produzindo tratores pesados para trabalhar nas fazendas e na indústria madeireira brasileira. Um mercado muito restrito, esse mercado de máquinas agrícolas no Brasil, antes da Engesa dominado pelas multinacionais que importavam para o Brasil. A Engesa conseguiu espaço neste mercado, comercializou muitas de suas máquinas agrícolas, entre elas destacaremos o **EE -510** e o **EE – 1128**, os dois maiores veículos agrícolas produzidos pela Engesa, sendo que o 1128 a empresa atingira 98% de seus componentes nacionais ou nacionalizados, (citando os trabalhos do Prof. Stephane Bastos).

Para além dos produtos também neste capítulo de nossa dissertação, iremos abordar a importância e o peso da diretoria, ou melhor, do indivíduo o diretor, o gerente de produção, o engenheiro chefe, o seja, a atuação destes personagens na construção da Engesa e de seus produtos e de seu sucesso como empresa tecnológica. Para tal iremos analisar o processo de construção da tecnologia da Engesa em sua jornada comercial. Observaremos os avanços nos produtos, modelo por modelo. E no quesito principal para nosso entendimento e mesmo para corroborar com a solução de nossa questão, iremos analisar as decisões e ações da diretoria da empresa, com suas ideologias e suas afinidades com os governos, as proximidades com os governos militares da década

de 1970 e 1980, que nos são de extrema utilidade. As políticas da empresa para com o mercado nacional e internacional e de extrema importância sua compreensão.

No parágrafo acima, enumeramos uma série de elementos que ainda não possuímos os dados para demonstramos neste trabalho. Mas nossas pesquisas a respeito destes elementos, estão na fonte primária, que está junto ao Síndico da Massa Falida, Engesa S/A. Ao qual já contatamos e já tem nos fornecido dados que iremos na dissertação analisar junto aos trabalhos correlatos de nossos colegas pesquisadores.

Portanto neste capítulo o segundo de nossa dissertação, iremos abordar a Engesa em profundidade, os produtos, a diretoria, os funcionários, os engenheiros, a tecnologia, a política empresarial, as ligações com os governos, os contatos comerciais internacionais, os Estados internacionais clientes da Engesa, o Estado brasileiro como cliente da Engesa. E dentro de toda essa gama de informações, procuraremos as convergências que nos levará a nossa questão básica. Porque a Engesa fora a única das quatro grandes montadoras bélicas a ser abandonada pelo governo, indo à falência?

Esperamos que todas as informações coletadas pelas fontes primárias e as análises correlatas em trabalhos de nossos colegas pesquisadores, elucidem nossa questão básica. A Engesa sem dúvidas, fora a maior empresa bélica brasileira e a maior da América do Sul, até os dias atuais, não apenas em volume de faturamento, mas também em desenvolvimento tecnológico bélico.



Imagem 1. Trator extrapesado agrícola 1128 da Engesa, muito comercializado no final da década de 1970 e década de 1980. Imagem da Lexicarbrasil, em <http://www.lexicarbrasil.com.br/engesa/>



Imagem 2. Engesa 4, um off Road que foi comercializado no Brasil na década de 1980, chegando a mais de 80 veículos mês sendo emplacados em todo o território nacional. Imagem Lexicarbrasil, em <http://www.lexicarbrasil.com.br/engesa/>



Imagem 3. EE-T1 Osório, o primeiro *main battle tank*, desenvolvido e produzido no Brasil, para a concorrência internacional na Arábia Saudita em 1987. Foram produzidos 4 protótipos. Fonte, Lexicarbrasil em <http://www.lexicarbrasil.com.br/engesa/>. Este veículo teria sido o pivô da falência da Engesa S/A, quando que a empresa entrara numa concorrência internacional na Arábia Saudita, e perdera a concorrência para o MBT da *General Dynamics* norte americana o *Abraams*. A Engesa havia se endividado para desenvolver e construir os protótipos do Osório, e com a derrota na concorrência não pode pagar a dívida contraída, isto e outras questões, como a dívida que o Iraque possuía com a Engesa, o país havia suspenso seus pagamentos pois havia entrado em guerra pois invadira o Kuwait, tudo isso levaria a Engesa a pedir concordata em 1990.

A desindustrialização bélica atual e seus reais motivos

Neste último capítulo, o terceiro, buscaremos as análises de nossos colegas pesquisadores da área econômica e histórica, para analisarmos o processo de desindustrialização da indústria brasileira como um todo. Nos focaremos no nicho bélico, que e onde está nossa questão.

O retrocesso de crescimento industrial bélico brasileiro iniciou já na década de 1980, em sua segunda metade, com os cortes de investimento e somando-se a isso o crescimento dos juros internacionais e a repercussão nos bancos nacionais. O país diminuiu drasticamente seus investimentos, com equipamentos militares na década de 1980, como nos mostra os economistas Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, que escreveram o livro acima citado, (CASTRO, SOUZA, 1985, p.217). Descreveram as políticas econômicas brasileiras que por força de uma crise internacional, os juros bancários internacionais haviam multiplicado e com isso inviabilizaram as pretensões que diríamos, com um certo teor “nacionalista” dos governos militares, teriam buscado o crescimento da indústria nacional. O crescimento a partir das políticas intervencionistas que os governos militares teriam feito entre as décadas de 1960 e 1970, trouxeram dividendos para a economia como um todo. Os empréstimos contratados pelos governos nestas

décadas mencionadas, foram investidos em infraestrutura, indústria de base, telecomunicações, produção de energia, petróleo e gás, e na indústria de transformação.

Após a década de 1990, as políticas econômicas nacionais mudariam, o neoliberalismo acendera junto aos meios políticos e econômicos dos governos e tornar-se-iam a política dominante dos governos brasileiros doravante. Mas as críticas a este modelo econômico eram muitas, os governos haviam se comprometido com este viés ideológico, e mantiveram tal política, como política de Estado.

O declínio da indústria nacional começou a ser observado por órgãos públicos (IBGE) e entidades empresariais (FIESP). Vários autores têm analisado a atual situação da economia brasileira, tem se observado a crise em que o livre mercado tem imputado sobre nosso país. Ressaltamos aqui o trabalho da Prof. Dra. Cristiane Vieira Laidler, em “*Retórica e Farsa 30 anos de neoliberalismo no Brasil*” (LEADLER, 2018, p.378), ao observarmos as críticas da autora sobre a farsa de crescimento e desenvolvimento que o neoliberalismo proporcionara ao país nos últimos trinta anos.

Neste último capítulo analisaremos todas as narrativas de nossos colegas pesquisadores no que concerne a indústria de transformação nacional, e mais nossas análises a partir de nossas fontes primárias, buscaremos uma solução a nossa questão básica. Estamos observando todo o material por uma ótica inicialmente de dependência, mas sabemos que há outros desdobramentos que as análises dos materiais poderão nos levar ou não, a usar outros arcabouços teóricos. A análise dos materiais da Engesa por si, já são de extrema relevância, que teremos de analisar junto aos trabalhos feitos por outros pesquisadores, que nos darão outra significância a tais materiais.

Conclusão

As conclusões ainda estão muito no mundo teórico. Teorias sobre os reais motivos da falência da Engesa S/A, existem muitas, de muitos profissionais da história, da economia, da sociologia, e até mesmo profissionais de outras áreas não afins, que tem levantado suas próprias questões sobre a falência desta grande empresa bélica brasileira. Neste trabalho que estamos a narrar sobre nossa dissertação, não iremos dar conclusões, pois ainda carece de mais pesquisas e análises junto aos materiais ora arrolados na pesquisa.

O que poderíamos adiantar, seria nossas conclusões parciais. E dentro desta parcialidade podemos conjecturar questões arbitrárias sobre a falência da Engesa, e óbvio que não representaria nossa análise fundamentada e amadurecida pelas informações obtidas das fontes primárias e das

análises dos trabalhos dos colegas pesquisadores. Mas uma das nossas especulações arbitrárias, seria a questão mercadológica onde a Engesa estaria inserida. A Engesa por ter optado dar ênfase a produção bélica, e sendo uma produção de meios de transporte de apoio e multisserviço com multipropósitos, se observa que após a década de 1980, muitas empresas do leste europeu, os ditos países satélites da antiga URSS, haviam se libertado da tutela de Moscou, e com isso teriam colocado seus produtos militares a venda no ocidente. Isso teria impactado a decisão do governo brasileiro pela ajuda ou não da Engesa, sanando suas dívidas e privatizando-a, o que não acontecera. Portanto, isso seria apenas uma conjectura dos motivos do governo a não ajudar a Engesa, pois seus produtos encontrariam muita concorrência e com isso, o valor patrimonial da empresa para fins de privatização no mercado de ações, estaria inviabilizado. Como frisamos, seriam apenas conjecturas, as questões políticas econômicas e estratégicas se misturam quando o assunto é empresa bélica, e com isso precisamos analisar todo o conjunto de dados para apresentarmos uma solução plausível, ou melhor, crível.

Referências bibliográficas

BASTOS STEPHANIE, C. E. *Uma realidade brasileira: As exportações dos veículos militares Engesa*. Artigo, Revista; Da Cultura, ano 6, n.10. p.36-41 (Prof. Dr. Pesquisador de assuntos militares) – Faculdade Federal de Juiz de Fora, MG.

BASTOS, Expedito C. S. Desenvolvimento de Blindados sobre Rodas no Brasil: I – do Repotenciamento do M-8 Greyhound ao cascavel MK II. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/rv/vtrbld1/vtrbld.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. EE-3 Jararaca 4x4: Um Conceito Esquecido. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/JARARACA.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. Panorama dos Blindados no Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/rv/blindados/index.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

_____. Produtos “Made in Brazil”: as exportações da Engesa e seus Reflexos na Atualidade. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/rv/engesa/export.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

_____. Uma realidade brasileira: as exportações dos veículos militares ENGESA. Revista da Cultura, N. 10, pp.36-41, jun. 2006.

_____. Uma realidade brasileira II: desenvolvimento de blindados sobre lagartas. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Blindados%20Lagartas.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

- BATISTA, P. N. Jr. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Artigo, pub. III Fórum de economia da Fundação Getúlio Vargas, (FGV). Novos Estudos 77, 2007. [S.l.]. p.20-35. Rio de Janeiro.
- CASTRO A.B, SOUZA F.E.P, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Livro, Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 1988.
- CHANG Ha-Joon. *Chutando a Escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Livro, Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. Fundação Editora Unesp. São Paulo, 2003.
- CHANDLER ALFRED. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Livro, Editora Fundação Getúlio Vargas, Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, 1988.
- FIESP. CIESP. *Panorama da Indústria de Transformação brasileira*. Periódico, DEPECON Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, 14 edição, jun. 2017, São Paulo, 2017.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, *Cadeia de Valor e Importância socioeconômica da Indústria de Defesa e Segurança no Brasil*. Artigo, ABINDE, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Sumário do Relatório Final. São Paulo, 2015.
- JACINTO, J.C. *Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira e suas necessidades de diversificação para sobrevivência*. Artigo, XIII SIMPEP. Bauru, SP, 2006.
- LAIDLER, C.V. *Retórica e Farsa, 30 anos de neoliberalismo no Brasil*. Livro. Editora Paco Editorial, Jundiaí, SP, 2018.
- REVISTA VERDE-OLIVA. *Viaturas Blindadas no Exército Brasileiro*. n.189, pp. 4445, jul/ago/set. 2006.
- SILVA, M. R. *A base industrial de defesa brasileira: uma análise do período de 1970 a 2000*. Artigo, PPGEST – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. [S.l.; s.n., 199-]. 23 p.

Na ofensiva: editorias do integralismo na década de 1930

Vinícius da Silva Ramos
Doutorando em História pelo PPGHS/UERJ, bolsista FAPERJ

Neste trabalho faremos uma análise do periódico integralista *A Offensiva*. As principais lideranças da AIB, principalmente Plínio Salgado, consideravam importante o diálogo com as bases do movimento através de uma imprensa que faria a doutrinação de seus correligionários. Salgado sempre foi um entusiasta de uma linguagem mais acessível para as chamadas “massas” enquanto produziria uma obra de maior envergadura intelectual voltada para o que seria a “elite intelectual” que deveria governar o futuro Estado Integral. Assim, duas formas de abordagem seriam realizadas. Como já explicitado, nosso esforço é compreender o conteúdo e a forma dessas abordagens, além de dialogar com os veículos da grande imprensa que também repercutiam as falas das lideranças, em especial de Salgado. Sendo assim, buscaremos trazer alguns dos escritos que considerarmos mais relevantes para nosso empreendimento. Obviamente que não poderemos dar conta de toda a produção de Salgado naquele jornal, pois temos centenas de exemplares disponíveis, então naturalmente ocorrerá uma seleção. Entretanto, temos ciência da natureza do trabalho do historiador, que de uma forma ou de outra, precisa fazer recortes e seleções. Faremos uma análise em ordem cronológica, observando os editoriais, que em sua esmagadora maioria foram assinados por Plínio Salgado.

Segundo Simões (2011), *A Offensiva* se encaixa como um dos instrumentos usados pelo integralismo para orientar as classes sociais que passavam por transformações profundas na sociedade da época. A partir da difusão das suas ideias semanalmente, e posteriormente, diariamente, a alta cúpula da AIB imaginava atingir o público que começava a dar os primeiros passos no sentido da alfabetização, realidade ainda muito precária no Brasil da década de 1930. O jornal foi criado em 1934 e extinto em 1938, com mudanças na forma de apresentação. Segundo Simões (2011), três fases distintas podem ser percebidas na circulação do periódico. Uma primeira fase mais doutrinária entre 1934 e o começo de 1936; uma segunda fase entre 1936 e o fim de 1937, em que funciona como um diário e possuía uma roupagem mais similar à grande imprensa; e já em 1938 sob a égide do Estado Novo, onde as mudanças necessárias para a manutenção do funcionamento do jornal sob a censura podem ser sentidas mais claramente. A questão doutrinária é praticamente abandonada.

Na primeira fase do jornal, sua aquisição seria feita apenas por meio da assinatura do mesmo, onde um formulário exigindo nome e endereço era enviado para a sede, e a partir daí o processo correria. Esta também era uma forma de conhecer o número aproximado de adeptos e simpatizantes do movimento nesse momento de consolidação da AIB no cenário nacional. Nesse momento, a questão doutrinária é o ponto fundamental no periódico, onde a palavra do chefe nacional aparece com muita frequência e a estrutura do movimento é apresentado aos que se interessassem pelo jornal. Além disso, são oferecidos cursos em determinadas sedes integralistas onde o camisa-verde poderia complementar sua formação com palestras e explanações. Os principais orientadores do jornal nessa época eram o próprio Plínio Salgado e Madeira de Freitas, jornalista que trabalhou em importantes empresas jornalísticas da época, inclusive no grupo Diários Associados, do qual *O Jornal* fazia parte, onde podemos observar várias contribuições suas elogiando a AIB. Os articulistas do jornal eram em quase sua totalidade membros superiores da hierarquia integralista, como Gustavo Barroso, Miguel Reale, Thiers Martins, entre outros (SIMÕES, 2011).

No segundo momento de publicação, temos uma mudança estrutural bastante significativa, onde o jornal passa a ser publicado diariamente e isso traz impactos no cotidiano da redação e em toda a estrutura de imprensa da AIB. Uma mudança desse porte implicava que uma maior atenção às notícias do cotidiano deveria ser dada nessas novas páginas. O jornal assume um caráter mais informativo, embora sem extinguir a doutrinação. A campanha eleitoral para as eleições de 1937 serão um tema fundamental nessa fase do jornal, o que ajuda a explicar em parte o sucesso no aumento de candidaturas integralistas Brasil afora. O alistamento eleitoral dos integralistas era assunto corrente (SIMÕES, 2011).

Já as mudanças da terceira e última fase, ocorrem não por vontade da AIB, mas em atendimento às exigências do governo federal a partir do golpe do Estado Novo, que extinguiu todos os partidos políticos e instalou uma severa censura nos meios de comunicação. A Associação Brasileira de Cultura é fundada em substituição à AIB e seu principal órgão de imprensa abandona a campanha política e praticamente extingue os setores doutrinários do jornal. As palavras de ordem se tornam genéricas e o direcionamento político passa a ser a “todos os brasileiros”. As notícias com relação à atuação prática dos integralistas se resumem a serviços de assistência e ações culturais. Era o Brasil do Estado Novo (SIMÕES, 2011).

Nosso primeiro texto a ser analisado é o editorial de lançamento do jornal, assinado por Plínio Salgado, já em maio de 1934 (*A Offensiva*, 17/05/1934), ataca a falta de um programa sólido

para a Revolução de 1930, onde segundo ele apenas um movimento armado não traria as soluções que o país precisava. Acusava os partidários do movimento de terem derrubado Washington Luiz sem possuir um ideário que contemplasse os anseios de uma verdadeira renovação da política nacional. Com sua linguagem peculiar, Salgado argumenta que a Revolução de 1930 havia sido apenas um “balbuciar”, e que apenas com o advento do integralismo é que o Brasil havia aprendido a falar. O despertar da nação ocorrera em 1930, mas a sua efetiva transformação só chegaria com o sucesso de uma segunda revolução, essa, integralista. Segundo Salgado, todos os desgostos provenientes da situação de miséria em que o Brasil se encontrava, haviam permitido que a nação aprendesse a falar. Desgostos esses que já eram velhos conhecidos da ideologia integralista, tais como o capitalismo internacional, o comunismo que desejava atrair o operariado, os hábitos da burguesia nacional depravada, todos aqueles elementos que eram tratados em suas obras literárias e doutrinárias. Essa definitiva revolução não seria apenas um conluio entre oligarquias, uma rebelião de soldados, ou uma revolta de operários e camponeses, seria uma obra espiritual e cultural, que além de trazer a destruição da velha ordem, seria também responsável pela criação de uma nova sociedade. Chegara o momento de se revoltar contra o verdadeiro inimigo, o banqueirismo internacional, contra aqueles que haviam entregue o trabalho do povo brasileiro aos estrangeiros, e somente pelo integralismo era possível alcançar essa libertação.

Uma semana depois, em seu segundo número (*A Offensiva*, 24/05/1934), o jornal traz o editorial assinado por Salgado onde ele continua pregação sobre o conteúdo de uma verdadeira revolução. Ao contrário do que segundo o líder integralista pensavam os chefes políticos tradicionais, não era possível modificar os destinos de uma nação pensando primeiramente em chegar ao poder e só depois pensar nas reformas a serem feitas. Os métodos maquiavélicos já não seriam mais funcionais pelo tempo decorrido de seus escritos, da preponderância que a individualidade havia tomado. Era necessária uma outra abordagem. Para uma verdadeira transformação social, era preciso abandonar as conspirações, as ações por meio de acordos secretos, deveria se criar uma nova forma de despertar a nação, dessa vez sendo feita às claras e pela participação efetiva da maioria da população. Por isso o integralismo não se imiscuiria nos debates parlamentares, não fazia acordos com siglas partidárias, pois o movimento desejava mais do que simplesmente promover reformas. Era preciso combater continuamente os hábitos e práticas que tornavam a nação brasileira muito parecida com as sociedades “envelhecidas” da Europa, uma luta sem trégua e aberta contra todas as práticas nefastas da burguesia decadente e de seus aliados estrangeiros. Por isso, Salgado argumenta, os integralistas não desejavam cargos no governo, pois

enquanto esse despertar não ocorresse, de nada valeria estar à frente da nação.

Em seu terceiro editorial (*A Offensiva*, 31/05/1934), o jornal traz as colocações de Salgado a divisão que ocorre dentro da sociedade brasileira por intermédio da cisão entre direita e esquerda, partidos e grupos políticos. Seguindo sua linha de raciocínio já desenhada em outros momentos e obras, o abandono da organização corporativa pelo fim da Idade Média levou a um seccionamento desnecessário da humanidade e que acabava por transformar a política num evento esportivo, onde os grupos políticos – sejam partidos, sindicatos, entre outros – eram transformados em jogadores, os parlamentos em estádios e a população apenas como torcida, aficionada por determinados ídolos. As constantes mudanças no comando dos países pelas diferentes oligarquias seriam apenas rounds de uma disputa mesquinha.

Seu texto se divide em algumas partes, onde após a comparação da política com os esportes, tece uma crítica aos filósofos que não conseguiram enxergar a totalidade das aspirações humanas e os problemas que o novo século trazia, onde a subordinação do homem à máquina deveria cessar, para que novamente o equilíbrio natural da predominância do homem fosse estabelecido. Esse novo momento não poderia ser estabelecido por doutrinas parciais, mas sim por uma que congregasse e considerasse todos os problemas da nação, e não apenas alguns aspectos, como eram acusados socialistas, positivistas, economistas e tantos outros. A “Palavra nova dos tempos novos” seria a solução para esse problema de ausência de uma doutrina totalizadora, ou “totalitária”, como o próprio chefe se referia a ela no texto. Era preciso criar uma nova mentalidade que abarcasse todos os elementos fundamentais da vida humana, algo que “marxistas mofados” ou os “reacionários da extrema-direita” não poderiam alcançar. Seu ataque deveria se concentrar não em um partido político ou classe social específica, mas contra toda a civilização que ruía, para construir uma palavra nova.

Já em junho de 1934, Salgado traz um texto que compara a América com o continente perdido de Atlântida. Essa era uma metáfora que o autor usava com relativa frequência, mesmo nos seus livros mais voltados para a filosofia e a história. Gustavo Barroso era outro que sempre se referia a essa terra perdida que seria comparável à América, tendo inclusive um livro tratando do assunto, “Aquém da Atlântida”. Essa América cheia de contradições teria se livrado da colonização, mas não da dominação. Apesar dos movimentos de independência do século XIX alcançarem sucesso, o continente permanecia subjugado pelo “capitalismo super-nacional”. A América Latina sofreria ainda mais com essa dependência, pois a América do Norte teria sua fisionomia muito mais parecida com os europeus do que com os latinos. Salgado argumenta que sempre foi vista a

América Latina como um continente que nada acrescentava à humanidade, um “apêndice”. Apesar de todos os esforços dos intelectuais brasileiros, a Europa ainda achava que “o Rio de Janeiro é a capital de Buenos Aires”. Só quem nos conhecia eram os banqueiros, que nos tiravam os recursos através dos juros cobrados. Mas esse mesmo abandono acabava por ser benéfico para os americanos, pois puderam desenvolver uma cultura própria, podendo distinguir bem aqueles que tentavam a todo custo imitar os europeus e assim os desprezar.

Ainda assim, mesmo diante de todas essas dificuldades, era do continente americano que iria surgir a nova raça que sepultaria de uma vez a civilização burguesa decadente. A América do Sul (Salgado intercambiava as expressões “do Sul” e “Latina” sem nenhuma consideração formal) começava a despertar e isso já causava incômodo nos europeus, que passavam a observar o surgimento de um movimento que despertava a alma daquela terra que até então estava adormecida. Através do Brasil toda a América seria acordada por um movimento que se dizia nacionalista e que seria um dos únicos a não copiar os europeus em suas teorias e práticas. Seria a nova humanidade surgindo (*A Offensiva*, 07/06/1934).

Essa humanidade nova seria marcada pela eterna juventude (*A Offensiva*, 14/06/1934). A “mocidade” deveria ser um estado de espírito, característico desses povos que despertariam a humanidade para novos tempos. Para Salgado, a juventude traria a marca daqueles que não olham para trás, e apenas contemplam e agem para modificar o futuro. As nações em decadência já não poderiam mais responder ao chamado dos novos tempos por não terem mais a capacidade de sonhar que apenas os jovens possuem. Entretanto, para ser jovem não bastava ser experimental, a verdadeira juventude não vem dos laboratórios, vem de uma força criadora espiritual “indomável”. Esse desprezo pela pesquisa, pela experimentação, não é recorrente nos escritos de Salgado. Para ele, a resolução dos problemas da humanidade passava menos pela ciência e mais pela sensibilidade, com certa dose de irracionalismo característica do fascismo. Assim, ser jovem não tinha a ver com idade, nem com pretensões, e sim com a constante luta contra os preconceitos do passado, os hábitos que enfraqueciam a humanidade. Existe assim uma clara associação entre a velhice e a intelectualidade que Salgado tanto criticava aqueles que seguiam os padrões da Europa, e que por isso mesmo sendo jovens, terminavam por adquirir hábitos de um povo que já estava envelhecido. Era preciso criar uma nova mentalidade. Seria somente através da violência que essa “velhice” seria superada. O chefe integralista convidava os interessados em fazer parte do seu movimento a entrar nas escolas de luta, ou se juntar ao achincalhamento que faziam contra a velha intelectualidade. Exige assim que contra ou favor de sua ideia, que haja agressão, pois, a

imparcialidade seria o medo, e a mocidade não combinava com o medo. Que a audácia e a explosão violenta fossem as manifestações da disputa, de um lado ou de outro, mas que não houvesse isenção.

Sua crítica ao pensamento que considerava ultrapassado trazia reflexões sobre a guerra, a vida econômica e a política (*A Offensiva*, 21/06/1934). Os novos intelectuais, que dirigiriam a humanidade à sua nova forma, melhorada, deveriam estar cientes da importância de um pensamento inédito, que seria muito mais profundo do que a simples exterioridade apresentada pela humanidade envelhecida. Era chegado o momento de surgir um novo tipo de herói, já não mais o guerreiro do Antigo Regime, não mais o homem do partido do século XIX. Esse ciclo se encerrara definitivamente na América durante as décadas de 1920 e 1930. A Revolução de 1930 no Brasil havia sido o último capítulo desse “caudilhismo”, que já se mostrava incapaz de solucionar velhos problemas. Segundo Salgado, Vargas havia percebido a impossibilidade de governar com base numa ditadura repressora e acabara por capitular e permitir o retorno dos regionalismos que haviam assombrado a política brasileira a tanto tempo. Era o momento de um novo tipo de revolução, dessa vez apoiado na nacionalidade como um todo, como haviam feito Hitler, Mussolini e, até mesmo, Roosevelt. Para isso não seria salutar dissolver a Assembleia Constituinte, muito menos provocar mais uma revolução, e sim criar um movimento novo que pudesse sepultar de uma vez por todas essas práticas e tivesse a capacidade de criar um “Estado Novo”. Era chegado o momento de falar diretamente às pessoas, que já desiludidas com a política, necessitavam de uma abordagem diferente de qualquer movimento que tentasse ganhar sua simpatia. Somente através de um conjunto convincente de ideias que traduzissem a nacionalidade, seria possível criar um movimento de verdadeira renovação. Obviamente que esse movimento deveria ser liderado por Salgado. Estes editoriais chamam a atenção pelo seu caráter didático. Como eram voltados para a militância de base, *A Offensiva*, através do chefe nacional, procurava dar um caráter de guia para os diferentes cantos do Brasil onde houvesse integralistas. Olhados em perspectiva percebemos como na maioria das vezes os textos funcionam como “manuais” de como o camisa-verde deve atuar na conquista de novos adeptos para a causa.

No dia 28 de junho de 1934, no sétimo número do jornal *A Offensiva* observamos um editorial fora do padrão adotado até então e que chamou nossa atenção. Desta vez, a parte da opinião do jornal fica por conta de Oswaldo Chateaubriand. A principal coluna do jornal não é ocupada por Plínio Salgado, mas sim pelo irmão de Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia Diários Associados. A proximidade da família Chateaubriand com as lideranças integralistas será

cada vez mais evidente, como veremos daqui em diante. As ideias de Oswaldo se mostram bem alinhadas com as de Salgado, motivado perante o que ele considerava um movimento que retiraria o Brasil da letargia política. Suas críticas a uma suposta divisão fratricida no Brasil são como réplicas de discursos de Salgado, onde afirma que o integralismo precisou de apenas dois anos para se transformar de esperança em realidade para a mudança nos destinos do Brasil. O liberalismo é alvo de seus ataques, como uma forma política que já não atende mais aos anseios da juventude que se levantava com a camisa verde. Este editorial foi transcrito do Diário da Noite, um dos órgãos da cadeia de Assis Chateaubriand. Essa relação nos parece interessante, pois não se trata apenas da publicação de um texto de Oswaldo Chateaubriand no principal órgão integralista, mas também a anterior publicação de tais opiniões em um importante jornal da cadeia Diários Associados.

Salgado retorna ao editorial de *A Offensiva* no número seguinte tratando da violência integralista. Segundo o chefe nacional, a violência da AIB não seria aquela conhecida pela humanidade, mas sim uma violência com sentido espiritual. Essa violência seria não mais a característica do século XIX, que oporia classes, mas seria uma nova violência, característica do século XX, que oporia as civilizações. Para nós fica cada vez mais clara uma estratégia de simplificação de argumentos presentes nas obras das lideranças integralistas que eram transmitidas pelos jornais. Ao invés da demonstração filosófica explicitada em obras como *A Quarta Humanidade*, Salgado faz um verdadeiro resumo da trajetória humana até a Primeira Guerra Mundial, onde o “sentido da nacionalidade” seria desperto. Salgado relaciona a atuação da AIB com a de Sorel, onde o teórico do sindicalismo teria desenvolvido suas ideias como uma forma de reação ao desenvolvimento da luta de classes. Já no caso da América do Sul, a questão seria outra. A imposição era de uma civilização jovem contra uma decadente. Assim, haveria uma mudança de característica entre o que ocorria na Europa, e o que viria a ocorrer no Brasil, a “revolução proletária” passa a ser a “revolução nacional”. Para Salgado, aqueles que tentavam transmutar a luta de classes como era feita na Europa, para o que ocorreria no Brasil, eram “ridículos”, pois não haviam percebido as mudanças que se processavam e continuavam a atuar como se no século XIX estivessem. A sublevação que deveria ser levada a cabo pelos integralistas, não deveria ser contra uma classe, mas sim contra uma civilização. Ou seja, o principal problema para o chefe nacional, era a Europa. Ao reafirmar seu nacionalismo frente ao internacionalismo proletário, Salgado deixa claro que a superação que buscava era baseada em alguma dose de xenofobia, pois as limitações financeiras que os europeus impunham seriam o grande entrave para o Brasil. Nesse texto, não há uma distinção clara entre quais seriam os responsáveis por essa tentativa de sufocamento da

América, mas seria essa sim uma obra de todos os europeus, auxiliados pelos seus agentes comunistas.

Aqueles que seriam alvo da violência integralista eram os comodistas, os burgueses que haviam sido seduzidos pelas ideias de Lênin, aqueles que ainda estavam com a cabeça no século XIX. E diferentemente do início do editorial, Salgado não trata de violência “espiritual”, mas fala das tropas de choque formadas para os desfiles integralistas. Na luta entre o bem e o mal, não haveria espaço para contemplação, apenas a imersão total na batalha. Os “perversos”, que tentassem frear a marcha da nova civilização que trazia o bem, deveriam ser “esmagados”, não haveria chance para quem se questionasse “que é o Bom, que é o Mal?”. Salgado trata de responder que o Bem é a nação independente, a nação que se livrou do comunismo, que se transformou numa potência respeitada, que superou a exploração da finança internacional. Aqueles que isso não pudessem compreender deveriam sofrer da violência integralista, que segundo Salgado não seria a de Sorel, mas a de Cristo, que “varreu” do templo os seus vendilhões. Esse seria o sentido da violência integralista (*A Offensiva*, 05/07/1934).

Em seu nono número, o editorial de *A Offensiva* (12/07/1934) traz características que até então estavam ausentes dos outros textos, como por exemplo, a teoria da conspiração. Salgado argumenta que a batalha visível que os integralistas travam não é a única e nem a mais importante. Existe outra batalha que é travada contra os “velhos exploradores de uma Pátria”, contra os “fundos venenos” que jamais se apresentam diretamente para lutar contra os nacionalistas. Esses inimigos ocultos trabalhariam para terceirizar seu ódio para aqueles que estavam desequilibrados e que por isso seriam alvo fácil de sua manipulação. Esses estariam a serviço daqueles que “juraram destruir toda a autoridade e a hierarquia social”. Esperamos que esteja claro a essa altura que Plínio Salgado se refere aos judeus. Embora seu discurso se modifique de acordo com o tipo de publicação que analisamos, ao compararmos os ataques desferidos em seus livros contra a religião judaica e observarmos toda a construção retórica feita no editorial, não deveria restar dúvida. Embora não use diretamente a palavra “judeu” nos veículos de maior circulação, como o jornal, não há como negar que existe uma relação entre o suposto *modus operandi* dos judeus em seus livros e esse tal grupo que trabalha contra o integralismo sem se expor, que está presente no jornal. É até curioso observar que bem ao lado do editorial de Plínio Salgado foi publicado um artigo do “Chefe Fascista da França”, Henry Coston, falando sobre o jugo a que alguns países estariam submetidos frente à “finança internacional”. Finança internacional que nesse caso se trata apenas de um eufemismo para “judeus”, como já demonstramos na análise das obras das lideranças integralistas. O Brasil, por não

ter uma consciência nacional formada, seria uma vítima ainda mais frágil da atuação desses grupos misteriosos e subterrâneos.

Sua atuação nessa batalha deveria ser diferente do que ocorria até então, onde o povo, a “massa” não deveria ser bajulada, mas sim agredida, para que despertasse da sua letargia. Ao agredir o “monstro inconsciente”, Salgado acreditava poder despertá-lo da escravidão a qual estava submetido. As agências de notícias e a imprensa seriam inimigas a serem combatidas, pois trabalhariam também a favor dessas forças ocultas contra a revolução integralista, todos fariam parte desse mesmo esforço desmoralizador do único grupo que trabalhava pelo verdadeiro bem do Brasil. “Agentes ocultos transmitirão para o norte mentiras sobre o sul e vice-versa. Serão inventadas crises, que nunca existiram, fatos que nunca se deram”. Esse senso de perseguição é muito caro a Salgado, temos a constante impressão de que o movimento integralista trabalha contra tudo e contra todos, como é típico de movimentos fascistas, onde ocorre um isolamento e a constante acusação de que existem várias correntes que desejam sua destruição, necessitando por conta disso de uma mobilização constante de seus correligionários. E é claramente isso que deseja Salgado nesse texto, manter sua militância ativa e pronta para o combate, tendo inimigos em todos os cantos. Konder (2009) já havia descrito essa característica do fascismo, onde é fundamental a manutenção de um estado de guerra permanente em suas hostes. O fascismo precisa da guerra, precisa de inimigos, e por isso mesmo é tão valiosa a ideia de um inimigo invisível, que nunca dorme ou descansa, mesmo quando aparenta o sossego. O chefe nacional prossegue argumentando que o despertar da nacionalidade seria alvo de muitos ataques daqueles que não desejavam ver o Brasil livre, principalmente dos personalistas e dos individualistas. Mas assim deveria ser, porque a nacionalidade despertada deveria ser como Cristo, ultrajada, agredida, massacrada. Tudo isso faria com que seu despertar fosse ainda mais glorioso. Ou seja, Salgado assim já deixa a militância preparada para o conflito constante e mobiliza a religiosidade para mostrar que quanto mais agredidos fossem os integralistas, mas próximos da trajetória de Cristo (*A Offensiva*, 12/07/1934).

No número seguinte, Salgado volta seus ataques à Constituição de 1934. Uma mordaz crítica ao que chamou de continuidade das ideias de 1891, onde o liberalismo seria encarregado de resolver os problemas da mesma forma que sempre vinha fazendo desde o fim do século anterior: através da luta política fratricida e dos conchavos. Salgado afirmava que o retorno da constitucionalidade era uma vitória dos que tinham o espírito velho, pois trazia a normalidade que satisfazia apenas aos mesmos vencedores de sempre. Retornaria assim o velho quadro da divisão regional que assolava os pensamentos do chefe nacional. Ou seja, para Salgado, ao menos nesse

momento, a Constituição de 1934 era uma vitória do liberalismo decadente que ele tanto criticara. Relatava que esse era o desejo dos velhos de espírito, que se satisfaziam com soluções simples, e que haviam jogado fora a oportunidade história da revolução de 1930 (*A Offensiva*, 19/07/1934).

Referências

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SIMÕES, Renata Duarte. **Imprensa oficial integralista: usos e ciclos de vida do jornal *A Offensiva***. In. GONÇALVES, Leandro Pereira e SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011.

MESA 17

Cultura e ensino de história

Debatedores:

Marcia Gonçalves (FFP/UERJ)

Maria Aparecida Cabral (UERJ)

A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos

Janaina Santana Alves da Silva
Mestranda PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

O nascimento da fotografia é datado de 1826 quando Joseph Nicephore Niépce conseguiu fixar a imagem em uma placa de estanho coberta com um derivado de petróleo fotossensível (Bertume da Judéia) (Equipe Fotografia, 2017)¹ e foram necessários mais ou menos oito horas de exposição à luz para que a fotografia fosse tirada. Niépce batizou este feito como “*heliografia*”, que pode ser compreendido como “*gravura com a luz do sol*” (Equipe Fotografia, 2017, passim). Se considerarmos Niépce como pai da fotografia devemos olhar também para os seus sucessores que aprimoraram o seu invento até chegar nas máquinas fotográficas como conhecemos hoje-em-dia; Louis Jacques Mandé Daguerre inventou a primeira câmera fotográfica, William Henry Talbot, Frederick Scott Archer e George Eastman este último polarizou a fotografia. Todos esses nomes de alguma forma reinventaram e aprimoraram ainda mais essa técnica, essa invenção.

Considerando essa invenção (a fotografia) como um documento de análise historiográfica e pensando que este objeto é um item que evoca o passado, bem como uma fonte histórica que permite o historiador fazer inúmeras leituras do imaginário cultural, sócio e político. Os autores Ana Maria Mauad e Ciro Flamarion Cardoso em sua obra “*Os Exemplos da Fotografia e do Cinema*” apontam que as imagens revelam os mais variados aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Sendo assim, a fotografia evidência com uma riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, as formas de trabalho, os locais de produção, os elementos de infra-estrutura urbana dentre outros detalhes (CARDOSO et al, 1997, pp: 575).

Por este interim, podemos perceber que a imagem é a evocação de uma determinada memória. E como o autor Boris Kossoy em sua obra, “*Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*”, salienta que a fotografia é um diálogo com o passado e nos (os historiadores) somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão (KOSSOY, 2007, pp: 20). Kossoy continua a sua argumentação ilustrando que o registro fixo de um fato, atravessa “os

¹ Usamos algumas informações deste site sobre quem foram os criadores da fotografia. História Completa da Fotografia. Equipe Fotografia. 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://fotografiamais.com.br/historia-completa-da-fotografia/>>. Acessado em: 01/08/2019.

tempos, perpetua a lembrança, preserva a memória, transporta ilusoriamente o passado, ou uma ideia: tempo da representação segunda realidade” (KOSSOY, 2007, passim).

Peter Burke em seu livro *“Testemunha Ocular: História e Imagem”* expõe que as imagens situam-se num campo entre o reflexo da realidade e os signos, além de ser *“testemunhas de estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação”* (BURKE, 2004, pp: 232). Corroborando com o pensamento de Burke, o historiador Boris Kossoy, ilustra que *“toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico e toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”* (KOSSOY, 1989, pp: 33). A partir dessas afirmações, infere-se que o desafio do historiador/pesquisador é a compreensão da fotografia no seu habitat cultural.

Voltando ao texto dos autores Mauad e Cardoso apresentam que a fotografia/monumento imputa ao historiador uma análise que ultrapassa a esfera/contexto descritivo. Por conta disso, a imagem passa por um processo de criação de uma memória que por um lado a legitima por outro não. Este processo depende muito das técnicas metodológicas que são aplicadas nestas fotografias (CARDOSO et al, ibidem, pp: 576). Neste sentido Kossoy afirma:

“o papel da imagem fotográfica seja em relação ao seu objeto, seja como meio de conhecimento. E, nesse sentido, avaliar seu alcance e potencialidades enquanto instrumento de pesquisa, análise e interpretação da vida histórica, sua importância enquanto documento histórico e social, e elemento de fixação da memória, como objeto de arte, enfim, entre outros de seus múltiplos usos e aplicações” (KOSSOY, 2007, pp: 28).

Portanto, a imagem pode ser considerada evidências dos documentos escritos, além de oferecer acesso a aspecto do passado que outras fontes não alcançam. E por este motivo alguns historiadores acreditam que elas (as fotografias) têm algo a oferece a historiografia.

Nesta primeira parte da pesquisa procuramos evidenciar quais foram os inventores da câmera fotográfica e como alguns historiadores interpelam a fotografia como um documento historiográfico. A segunda parte iremos fazer uma apresentação do fotografo de guerra, bem como apresentar quais as imagens aparecem com frequência nos livros didáticos.

Análise das fotos de Canudos

Para esta parte do texto iremos começar com a relação dos livros didáticos que foram apreciados por nós para, podermos compreender melhor quais eram as imagens da Guerra de

Canudos que aparecia nos livros didáticos e para isso utilizamos nove livros que já havíamos fotografado para o corpo da pesquisa, sendo eles:

- SCHMIDT, Mario Furluy. “Nova História Crítica”, Volume único, São Paulo, Editora Nova Geração, 2009;
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”, Volume 3, São Paulo: Editora Ática, 2013;
- APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, SP: Ed. Moderna, 2014;
- BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar história: das origens do homem à era digital. 9º ano, SP: Moderna, 2011;
- NEMI, Ana Lúcia Lana; REIS, Anderson Roberti dos. Para viver juntos: história. 9º ano, SP: Edições SM, 2009;
- Duarte, Gleuso Damasceno. “Coleção Jornada para o nosso tempo”, 8ª série, Belo Horizonte, Editora Lê, 2002;
- MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 8ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000;
- PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 7ª série, São Paulo, Editora Ática, 2001;
- MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. SP, moderna, 1997;
- PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. História & vida volume 3. SP: editora Ática, 1997.

Desta maneira, começamos apresentando o um pouco da história do autor das fotografias e como ele fora para guerra, para que depois delinearemos quais as fotos da destruição de Belo Monte que são mais comuns nos livros didáticos.

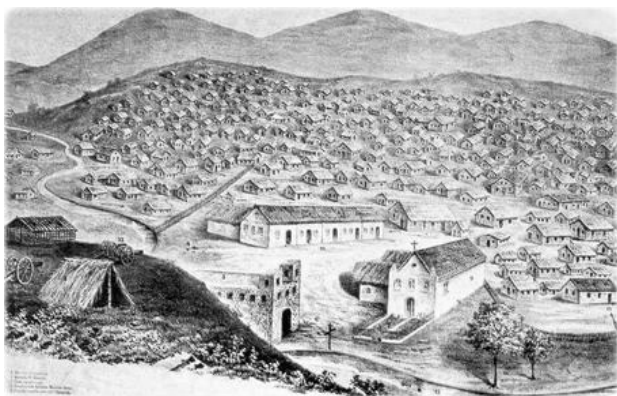
João Gutierrez fora o primeiro fotógrafo a registrar a Guerra de Canudos, contudo ele e a quarta expedição no dia 27 de junho sofreram uma emboscada pelos conselheiristas no local que ficou conhecido como Vale da Morte, acabou levando um tiro no peito (SANTOS, 2014, pp: 28) e morrendo ali mesmo. Com a morte de Guitierrez fora enviado dois meses depois ao teatro da guerra outro fotógrafo – chamava-se Augusto Flávio de Barros que junto da comitiva do Marechal Carlos Machado Bittencourt faria o registro de fotografias do conflito, de como Belo Monte ficaria depois da guerra e principalmente as imagens que iremos trabalhar nesse texto.

As imagens/fotos capturadas pelas lentes do fotógrafo Augusto Flávio de Barros, como a de 02 de outubro de 1897 que apresentou um contingente de indivíduos que renderam-se e viram a destruição final do Arraial de Canudos, elas (fotos) compõe um acervo de 65 fotos que atualmente está no acervo do Museu da República no Rio de Janeiro; o escritor Euclides da Cunha que esteve presente no conflito lançou em dezembro de 1902 o livro “Os Sertões” (CUNHA, 1939) que narra com palavras o que a fotografia mostra. Os sertões foram escrito por conta das suas anotações e

observações feitas durante a sua incursão no interior da Bahia. Enviado à frente de batalha, como correspondente do Jornal Província de São Paulo (hoje, Estado de São Paulo), para cobrir os fatos dos enfrentamentos que se desenrolavam no sertão baiano.

Segundo o autor Halbwachs, em sua obra “*A memória coletiva*”, “*a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito*” (HALBWACHS, 2004, pp: 85). É, portanto, a reconstrução dos dados do final da Guerra de Canudos que foram fornecidos pelo “*Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*” e projetando essas informações sobre o passado reinventando a memória coletiva que conseguimos recompor o passado dessas vítimas.

No que se refere a descrição pormenorizada da narrativa contida na imagem, consideramos que a mesma se dá na seguinte sequência: observando a foto/paisagem do alto da estrada do Rosário



a cidade de Belo Monte com suas duas igrejas a de Santo Antônio (direita) e a nova Igreja (esquerda) que estava sendo construída antes da guerra começar, com as suas torres inacabadas e ao fundo as casas dos conselheiristas. Nesta imagem percebe-se o leito do Rio Vaza-Barris que passava em frente a cidade Canudos e que hoje é atual represa de Cocorobó.

Litografia de D. Urpia, de 1897. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/canudos.htm>>. Acessado em: 17/07/2015.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. 9º ano, SP: Moderna, 2011, pp: 48.

O segundo retrato é a representação de como ficou a Igreja de Santo Antônio e como um grupo de pessoas aparentemente conselheiristas, porém, não são, pois alguns desses indivíduos são soldados que lutaram na guerra de Canudos (e a própria historiografia narra que nenhum conselheirista queria tirar fotos a não ser quando todos foram reunidos para fazer a foto dos vencidos); cabe ainda destacar que eles não são porque quando terminou o conflito todos os homens foram mortos não sobrando nenhum para posar para as fotos dos vencidos. A segunda coisa que mais chama atenção nesta imagem é a quantidade de furos de balas que a aparece na parede, além da cruz que ficou em pé mesmo depois dos bombardeios que Belo Monte recebeu durante a batalha.



Igreja de Santo Antônio (Igreja Velha), construída por Antonio Conselheiro e inaugurada em 1896. BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar história: das origens do homem à era digital. 9º ano, SP: Moderna, 2011, pp: 48.

A terceira fotografia é a imagem dos sobreviventes: mulheres, crianças, alguns poucos homens, ao fundo os soldados e os comandantes do exército brasileiro demonstram um certo poder, no entanto, se observamos bem a imagem, podemos ver que o

que sobrou não foram seres humanos e sim ossos humanos, pois é nítido que a população passava há vários dias por fome, não tomava banho e não bebiam água. Os corpos esqueléticos das mulheres e crianças demonstram uma fragilidade, apontam para uma barbárie cometida pelo exército brasileiro. Aos homens foram todos degolados no dia seguinte, as mulheres que sobreviveram algumas foram vendidas como escravas sexuais, outras conseguiram retorna para o gineceu de origem.



Mulheres e crianças canudenses prisioneiras, este foi um dos poucos grupos de prisioneiros (apenas algumas centenas de uma população de mais de 25 mil habitações) que não foi morto pelo exército, 1897 (Flávio de Barros/Acervo Museu da República). APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, SP: Ed. Moderna, 2014, pp: 53.

No dia 05 de outubro de 1897, encerrou-se a guerra de Canudos, porém, longe dos holofotes dos jornalistas, os conselheiristas travaram uma dura batalha/luta para

manter sua existência e a preservação de sua memória. Os participantes tiveram sua imagem deturpada ao serem denominados como “jagunços” e “bandidos”. Os membros do Arraial, que sobraram, foram perseguidos e forçados a andar clandestinamente pelos pequenos povoados

nordestinos, onde não seriam reconhecidos e poderiam se refugiar em abrigos naturais (cavernas ou dentro da própria caatinga) à espera de tempos melhores para retornar às suas comunidades de origem (PIEDADE, 2002, pp: 21). Espalhados, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, eles sofreram ameaças de morte, que por sinal, muitas foram concretizadas. Um exemplo dessas atrocidades consta-se na história de José Travessia, que narrou sua ida “*para o mato comer gravatá e dormir ao Deus dará, para ver se escapava com vida [...] acabada a luta, voltei, não havia mais nada, a não ser montes e mais montes de gente apodrecendo sem cabeça*” (PIEDADE, 2002, pp: 21).

Segundo o historiador Antônio Olavo (PIEDADE, 2002), ao final da guerra de Canudos, o exército deixou, como marca, um genocídio cruel dos sobreviventes. Tal atitude pode ser comprovada pelos telegramas trocados entre o Marechal Carlos Machado Bittencourt e o General Artur Oscar, quando o próprio marechal argumenta que não teria lugar para guardar todos os prisioneiros detidos (PIEDADE, 2002, Ibidem, passim). O documento “*Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901 coordenado por Lélis Piedade)*” também deixa transparecer que o General Artur Oscar teve “carta branca” para matar todos os inimigos de guerra. Uma das práticas utilizadas por eles (o marechal e o general), voltando ao documento mencionado acima, foi a degola, que simbolizou a consumação final de todos os homens que resistiram ao massacre.

Enquanto isso as mulheres e as crianças tiveram destinos diferentes. Alguns deram sorte de encontrar novamente as suas mães, outros foram vendidos ou dados como butim de guerra, e ainda, houve aqueles que foram abandonados para morrer no meio do caminho. Sendo assim, o Comitê Patriótico da Bahia promoveu um amparo aos belomontenses e também uma tribuna de defesa aos prisioneiros, viúvas e órfãos no pós-guerra, denunciando os maus tratos, as covardias e a escravidão a que estes eram submetidos, pois muitos foram, inclusive, “*abandonados pelas estradas, vendidos como novos escravos ou levados como “troféus de guerra”*” (PIEDADE, 2002, pp: 34).

A quarta foto que escolhemos analisar é a suposta prisão de um conselheirista, se observamos bem a foto todos os personagens estão posando para a foto, mesmo porque a própria historiografia de Canudos aponta que nunca o exército brasileiro conseguiu capturar um conselheirista vivo em combate somente aqueles que ficaram no arraial e está na foto mencionada acima é que foram feitos degolados depois do interrogatório.



Prisão de jagunços conselheiristas, essa cena evidentemente se trata de uma simulação, e demonstra que a fotografia no século XIX buscava se ficar o mais possível do real, 1897 (Flávio de Barros/Acervo Museu da República). [PIEDADE, Lélis. "Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901". Organizador: Antonio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002. pp: 268]

Voltando para esta imagem, vamos a sua descrição, sabemos que ela fora posada por dois motivos, o

primeiro já mencionamos acima e o segundo é que obter uma imagem nítida naquela época levaria uns dez minutos à vinte minutos para tirar uma foto, além de que as câmeras não tinham a tecnologia que tem hoje em dia que é a foto em movimento. E tem, mas na foto tem cinco homens armados e qualquer tiro poderia danificar o equipamento e matar o fotografo como aconteceu com João Gutierrez.

Sabemos que essa foto é uma simulação por que o homem da direita para esquerda fixa seu olhar na câmera e não no seu oponente, o que esta deitado no chão não apresenta perfuração de bala e nem marcas de sangue, por mais que a foto esteja em preto e branco a sua camisa teria que estar com borrado preto o que demarcaria sangue.

A nossa última imagem é a fotografia de Antonio Conselheiro quando fora exumado de sua cova pelo exército brasileiro. Conselheiro estava vestido a sua túnica azul com suas sandálias de couro, bem como estava barbudo e cabelos longos. Este retrato da uma intenção de que Conselheiro estava dormindo e não morto, mas após a sua exumação ele fora decapitado e sua cabeça fora para faculdade de medicina da Bahia para que o médico Nina Rodrigues pudesse estudar o seu crânio.



MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. "História temática: diversidade cultural e conflitos", 7ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000, pp: 192.

Com isso fechamos a nossa reflexão apontando para “[...] a fotografia é arte que, numa superfície plana, com linhas e tons, imita com perfeição e sem qualquer possibilidade de erro a forma do objeto que deve reproduzir. [...]” (DUBOIS, 2004, pp: 29). É evidente que a foto só capta um dado momento da realidade que está querendo ser produzida. Faço essa pequena ressalva, pois assim, percebemos que as fotografias apresentadas neste texto simbolizam um momento muito curto registrado, em que diversas interpretações podem ser feitas.

Conclusão

Em suma concluímos que as fotografias expostas nos livros didáticos não se conectam com as narrativas descritivas dos mesmos. Em alguns livros essas imagens são evidenciadas meramente como ilustrações, sugestões de conteúdo, algumas trazem uma simples legenda, bem como em alguns casos elas são abordadas como atividades complementares. Cabe ainda destacar que em alguns livros as fotografias ocupam, um espaço maior que o texto escrito, mas não são exploradas de forma crítica nem reflexiva. Maria Helena Paes (2007, pp: 45), conforme citado por Doralice Alves (2018, pp: 4-5), dialogando com a problemática da imagem no livro didático, aponta para o fato de que:

“é extremamente importante que os estudantes entrem em contato com as imagens e que as leiam não como ilustração, mas como documento. Isso certamente não pode excluir outro procedimento da leitura, que é o de levar em conta as condições de produção, resgatando a imagem em sua inserção social, examinando quem é o autor, quais as suas vinculações institucionais e em que condições sociais a produziu. Engana-se quem procurar interpretar imagens simplesmente a partir de uma expressão técnica e individual, pois as imagens corporificam concepções culturais coletivas. Assim como na leitura do texto escrito, há uma leitura interpretativa da imagem na qual surgem possibilidades individuais de criação de significados” (ALVES, 2018, pp: 4, 5 apud Paes, 2007, p. 45).

Por este interim entendemos que o uso da imagem deve seguir um consenso entre o período em que foi criada, a formação do autor, suas vinculações institucionais, suas ligações com artistas e intelectuais da época, suas preocupações político-ideológicas e, relacionar outros acontecimentos contemporâneos à imagem ou à obra em questão, (ALVES, 2018, pp: 4, 5).

Desta maneira, fica claro que as imagens constituem um discurso, compreendemos então que as mesmas nos oferecem indícios a construção historiográfica, sendo portadores de significações relativas ao tempo de sua produção. Dessa forma, em meio aos signos figurativos analisados, podemos observar alguns aspectos de relevância que enunciam possibilidades de pesquisa relacionadas.

Pensando nesta finalidade/escopo Jacques Le Goff evidencia a pertinência da fotografia para o desenvolvimento da memória coletiva à medida que contribuiu para a multiplicação e democratização dessa memória dando-lhe (BECOSTA, 2011, pp: 08) “[...] *uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica*” (LE GOFF, 2003, pp: 460). E caminhando por esta via que o cruzamento entre história e memória gera o que podemos considerar como um monumento/documento nos termos metodológicos do historiador, bem como os resquícios, testemunhos do passado e fonte de informação para a pesquisa histórica (BECOSTA, 2011, pp: 08).

Enfim, concluímos que quando começamos esta pesquisa sobre a ideia/pensamento da fotografia precisamos delinear quem foram os inventores e situar eles no seu devido tempo, além de compreender como os nossos objetos (as imagens da guerra de Canudos) representaram o fim daquele período tenebroso que aconteceu no sertão brasileiro. Para além da arte alquimista que trouxe a existência, a fotografia não era somente um papel borrado com tintas, ela era algo que no século XX e XXI seria febre entre os adolescentes.

Essa invenção em menos de dois séculos sairia dos porões dos inventores e estaria na casa de cada ser humano, seria usada como prova de crimes, seria objeto de estudos de algumas disciplinas. Ela (fotografia) é a interpretação do real, é a evidencia de um fato, é uma pegada no espaço tempo e para o nosso trabalho elas foram não somente pegadas, mas sim monumentos deixados para existência.

Referência bibliográfica

ALVES, Doralice Dias. “O movimento de Canudos no ensino de história”. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/doralice_dias_alves.pdf>. Acessado em: 01/08/2019.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, SP: Ed. Moderna, 2014.

BECOSTA, Marcus Levy. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. História vol.30 no.1 Franca Jan./June 2011

BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar história: das origens do homem à era digital. 9º ano, SP: Moderna, 2011.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. “Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Carolina Sá. “A foto que não estava lá: ao transformar em palavras a mais famosa imagem de Canudos, Euclides da Cunha revela um retrato do país”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “Canudos Guerra dos Brasis”. Rio de Janeiro, Nº 111, Ano 10, Dezembro de 2014. pp: 30-33

Duarte, Gleuso Damasceno. “Coleção Jornada para o nosso tempo”, 8ª série, Belo Horizonte, Editora Lê, 2002.

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas, Papirus, 1993.

HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva”. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

História Completa da Fotografia. Equipe Fotografia. 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://fotografiamais.com.br/historia-completa-da-fotografia/>>. Acessado em: 01/08/2019.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 8ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. SP, moderna, 1997.

NEMI, Ana Lúcia Lana; REIS, Anderson Roberti dos. Para viver juntos: história. 9º ano, SP: Edições SM, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10. 1993.

PIEPADE, Lélis. “Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”. Organizador: Antonio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002.

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 7ª série, São Paulo, Editora Ática, 2002.

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. História & vida volume 3. SP: editora Ática, 1997.

SANTOS, Claude. “De olho no front: Um experiente e outro iniciante, dois fotógrafos voluntários registraram de perto o cotidiano de guerra em Canudos”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “Canudos Guerra dos Brasis”. Rio de Janeiro, Nº 111, Ano 10, Dezembro de 2014. pp: 26-29.

SCHMIDT, Mario Furluy. “Nova História Crítica”, Volume único, São Paulo, Editora Nova Geração, 2009.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”, Volume 3, São Paulo: Editora Ática, 2013.

O Cordel no ensino de História

Rejane Rosa do Amaral Monteiro¹
PPGHS/ Mestranda

1. Introdução

Com esse trabalho, busca-se suscitar uma reflexão sobre o uso da literatura de cordel como fonte histórica no ensino de História. Considerada como um dos elementos de maior comunicabilidade nos meios populares, principalmente na região nordeste, a literatura de cordel contempla a necessidade que todo ser humano tem de conhecer suas origens, o passado, sua história, a cultura e os costumes da sociedade onde vive e de sua região.

Através dos folhetos de cordel, os saberes e a cultura são difundidos com mais facilidade. Isso acontece porque os cordéis possuem estrutura simples e textos de fácil entendimento. O ritmo das frases e a semelhança das partes finais ou iniciais cumprem seu propósito de facilitar a memorização.

Na literatura de cordel os versos estão sempre relatando acontecimentos, fatos políticos, artísticos, lendários, folclóricos ou pitorescos da vida (re)significada por meio da memória e da imaginação popular. Sua produção é simples como o povo e sua abrangência alcança todas as classes sociais.

Podemos considerar que a discursividade que circula nos cordéis produz um determinado efeito de sentido nos interlocutores, diferente do produzido por um texto jornalístico ou histórico. Por meio da via poética, percebemos uma outra maneira de mostrar e discutir a violência urbana, o uso de drogas, a migração nordestina, questões de cidadania, a preservação da natureza, os acontecimentos na política, etc.

Galvão (2001) registra que o primeiro folheto impresso localizado foi o de Leandro Gomes de Barros – considerado o maior nome dessa literatura e data de 1893. Contudo, o apogeu da literatura de cordel se deu somente nas décadas de 1930 e 1940, período em que a produção e distribuição dos folhetos tornaram-se mais intensa, centenas de títulos foram publicados e um público cada vez maior foi prestigiando a literatura de cordel em formato impresso.

Nesse período tradicional, o cordel era consumido, principalmente, pela população do interior do Nordeste e cumpria papel de informação e lazer coletivo, de socialização: os folhetos

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Mestranda do curso História Social da FFP/UERJ)
E-mail: rejmaral@gmail.com

eram lidos e ouvidos em voz alta. Quanto a sua importância como divulgador de notícias, o cordel foi considerado, durante muito tempo, o 'jornal do Sertão'. Era por meio dele que as notícias chegavam ao interior nordestino.

O cordel contemporâneo cumpre um papel social engajado com questões sociopolíticas atuais. Os folhetos trazem o comentário de fatos ocorridos no Brasil e no mundo, narrativas sobre problemas contemporâneos, geralmente acrescidos de juízos de valor. Ele compõe o complexo repertório social e cultural brasileiro. É possível concebê-lo como um discurso da realidade, como uma prática cultural que pode contribuir para a elaboração de uma série de representações de um período histórico. Nesse sentido, os poetas de cordel produzem em meio às suas práticas, versos rimados que tratam de uma realidade e de um cotidiano, que representam vidas, alegrias, sofrimentos, amor, ódio, riso, fé, cidadania, cultura, política e história. Eles, além de testemunharem um passado, apresentam-se com uma forma de ler e ouvir diferente de um texto convencional. Possuem um poder de atração que se expressa a partir das rimas, da musicalidade, da liberdade de pensamento e dos gracejos de seus versos.

Os cordéis utilizados nessa pesquisa foram consultados, em sua maioria, no acervo da Cordelteca Gonçalo Ferreira da Silva (localizada na Faculdade de Formação de Professores da UERJ) e no acervo digital da Fundação Casa de Rui Barbosa. Foram selecionados aqueles cordéis que apresentam narrativas de acontecimentos históricos e/ou que são registros de análise de determinada conjuntura política e social. Escolheu-se também cordéis que podem ser empregados no ensino de história, pois contêm narrativas que objetivam elucidar ou ensinar determinado conteúdo da historiografia tradicional. Nessa perspectiva, a narrativa pode ser considerada como a manifestação do espírito humano em suas mais variadas formas. Busca-se apresentar o cordel como uma fonte que possa ser analisada em toda sua potencialidade, com a possibilidade de desenvolver, além do contato com práticas culturais diversas, a abordagem de diferentes tipos de consciência histórica, trabalhando assim a ideia de alteridade, identidade e orientação no tempo.

2. O registro da literatura de cordel como patrimônio imaterial brasileiro

A literatura de cordel e suas representações relembram fatos e acontecimentos da vida cotidiana. Dessa forma, entende-se que disseminam os costumes de geração para geração. 'As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes' (ABREU, 1999, p. 54).

Dado o valor dessa Literatura, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futura. Salienta-se que a literatura de cordel estava em processo de registro no referido órgão, na categoria de Bens Imateriais, desde 22 de fevereiro de 2010, tendo como proponentes a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, com apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN), nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Distrito Federal. No dia 19 de setembro de 2018, a Literatura de Cordel teve seu reconhecimento pelo Conselho Consultivo e recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

De acordo com Nogueira (2018), após o Registro do bem, deve-se implementar o Plano de Salvaguarda, que consiste em definir apoio e iniciativas com vistas a garantir a manutenção das condições de produção, reprodução e transmissão do bem registrado.

3.O Cordel como fonte histórica

O folheto de cordel mostra-se como sendo uma fonte histórica relevante em diversos aspectos, entre eles por expressar a cultura de um local em um determinado período, como também expressar as próprias histórias criadas pelos atores cordelistas.

Contudo, é necessário apresentar o que seria o conceito de Literatura de Cordel, segundo alguns autores. Sendo assim, “O cordel é uma literatura que retrata fatos históricos e situações atuais das quais a comunidade tem conhecimento, tratando as questões sociais com uma linguagem popular” (SILVA; SOUZA, 2006, p. 217). “Entende-se por literatura de cordel, como sendo uma manifestação artístico-cultural da cultura popular que registra a história e a trajetória de um povo, assim como, caracteriza-se por uma ação poética que dá vida à sociedade”. (GAUDÊNCIO; BORBA, 2010, p. 2)

Desse modo, observa-se que essa literatura faz parte da vida de um povo e possibilita o acesso ao conhecimento e o entendimento do mesmo. Com isso, é preciso expor como se deu o contexto histórico da literatura de cordel e quando houve o seu conhecimento e sua ascensão no nordeste brasileiro. Percebe-se que a Literatura de Cordel não se originou no Brasil, e que além disso, teve outras nomenclaturas em países como Portugal e Espanha, mas que foi inserida no Brasil e ficou popularmente conhecida nos estados nordestinos.

Oriunda de Portugal, a literatura de cordel chegou no balaio e no coração dos nossos colonizadores, instalando-se na Bahia e mais precisamente em Salvador. Dali se irradiou para os demais estados do Nordeste. A pergunta que mais inquieta e intriga os nossos pesquisadores é ‘Por que exatamente no nordeste?’. A resposta não está distante do raciocínio livre nem dos domínios da razão. Como é sabido, a primeira capital da nação foi Salvador, ponto de convergência natural de todas as culturas, permanecendo assim até 1763, quando foi transferida para o Rio de Janeiro.(SILVA, 2005, p. 18).

Mesmo sendo difundida para outros estados, a Literatura de Cordel tornou-se popularmente conhecida como uma literatura da cultura nordestina. Sofreu influência dos povos espanhóis, franceses e principalmente, portugueses, cujo termo está relacionado à forma de apresentação dos folhetos, presos em barbantes (cordéis) nas feiras, praças e mercados populares. Sua origem está ligada à divulgação de histórias tradicionais e narrativas orais presentes na memória popular. Para o brasileiro norte-americano Mark Curran,

Aquela literatura, então pouco privilegiada e de fato humilde, narra a história do Brasil tão bem quanto os livros de História, os romances, a poesia, as peças dramáticas, e que as ilustrações de capa dos folhetos são tão reveladoras quanto a arte..., um retrato de um povo, de uma maneira de viver, de um país e de sua visão dos eventos da época. (CURRAN, 2009, p. 12)

Há mais de cem anos os cordelistas escrevem histórias no Brasil. Não, é claro, do tipo que o historiador escreve, pois, os poetas não têm preocupação, via de regra, com um método histórico de pesquisa, em que nele estejam esboçados os procedimentos de análises das fontes, a elaboração do objeto de pesquisa e as hipóteses que justifiquem seus procedimentos. O discurso que emerge do folheto tem a pretensão de validade histórica, à medida que a “trama” e o “conflito” – tão comuns na ficção – ganham significado na descrição de acontecimentos e fatos históricos, na narrativa das ações de personagens de notoriedade na história, na análise da conjuntura política e econômica, no relato pormenorizado do cotidiano e que, se não fosse o cordel, ficariam completamente no anonimato.

Essas histórias nos possibilitam saber a perspectiva de quem não estava no centro do poder político, de quem não figurava entre as elites de intelectuais da literatura nacional, de quem fora testemunha ocular ou o próprio sujeito da omissão do Estado ou do seu autoritarismo, das intempéries da natureza, da violência nos grandes centros urbanos ou no campo, dos desmandos dos poderosos contra os desvalidos, enfim, em diversas situações e contextos que a historiografia oficial jamais poderia dar conta. Nesse sentido, o cordel se configura como uma narrativa “paralela”

às aquelas oficiais dos livros de história, mas também como um “testemunho” dos sujeitos que vivenciaram e experienciaram à sua maneira os processos históricos, portanto, se configura também como fonte histórica.

Justamente partindo dessa possibilidade que se identifica no cordel em representar muitas vezes a realidade do leitor, o que pode ser considerado uma ferramenta interessante no cotidiano escolar. Mediante experiências iniciais em sala de aula utilizando literatura de cordel é possível perceber também que sua musicalidade e forma lúdica, chamam bastante a atenção dos alunos, conseguindo por algumas vezes facilitar a interação entre aluno e professor, conseqüentemente podendo servir como um meio de aproximação entre docentes e discentes. Assim como outros gêneros literários muito difundidos em nosso meio, o cordel, também possui seus métodos de construção e sua forma de organização – características que serão enfatizadas mais à frente. Claro que como toda expressão artística, sua criação depende muito da inspiração do autor, dos elementos culturais que o cercam e do momento vivido pelo mesmo dentro da comunidade que está inserido. Porém produzir um cordel vai além de momentos de inspiração. Existem regras bem definidas sobre a forma de sua produção, de modo que haja harmonia entre a mensagem contida nos versos e a organização textual, facilitando a compreensão do leitor e preservando a musicalidade existente.

Ao falar sobre a organização do cordel, é importante enfatizar que a maneira de o escrever é bastante peculiar, pois organizar um cordel não quer dizer necessariamente manter uma relação com a norma culta padrão da língua portuguesa, fato que o diferencia da maioria dos gêneros literários conhecidos.

O trabalho com a literatura popular pressupõe essa “empatia sincera e prolongada” e, sobretudo, uma “relação amorosa”. Diria também, uma atitude humilde, receptiva diante da cultura popular para poder apreender-lhe os sentidos e não interpretá-la de modo redutor. Não se trata, por outro lado, de hipervalorizar as produções culturais de vertente popular, mas de compreendê-las em seu contexto, a partir de critérios estéticos específicos, para poder perceber sua dimensão universal (MARINHO; PINHEIRO, 2012, p. 125 e 126).

A predileção pelo cordel foi mesmo uma escolha pessoal, mas embasada em algumas perspectivas que considere decisivas. À parte as minhas experiências com o cordel, catalogando e divulgando para os usuários de uma biblioteca, essa literatura tem feito parte do “imaginário coletivo” e tem lugar de destaque em muitas pesquisas acadêmicas das mais diversas áreas do conhecimento. Dos anos 2000 para cá, o suporte da poesia cordelística, ou seja, seu meio material de circulação, se diversificou de forma vertiginosa, integrando grandes projetos gráficos e editoriais como, por exemplo, a coleção *Ciência em versos de cordel*² e a obra *Acorda cordel na sala de aula*.

²Coleção composta por 12 livros infantis, editado pela editora Rovellet em 2011.

O cordel tem sido difundido também por meios eletrônicos, através de sites especializados na área, que tanto são utilizados como espaço de produção de novos cordéis como também abrigam acervos de folhetos digitalizados. O cordel se popularizou e se diversificou à medida que se estabeleceu na “memória coletiva” como algo que faz parte da nossa identidade e que, portanto, tem sido documentado, preservado e ensinado a novas gerações.

Segundo Câmara Cascudo (2012), a poesia medieval veio na bagagem dos nossos colonizadores, nas naus colonizadoras, com os lavradores, os artífices, a gente do povo, veio naturalmente a tradição do romancista que se fixa no nordeste do Brasil como a literatura de Cordel.

Entre os principais personagens da história do Brasil que ocupam as páginas dos folhetos, estão Antônio Conselheiro, Luís Carlos Prestes, padre Cícero, Antônio Silvino e Lampião, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart e Tancredo Neves. ‘Os heróis nacionais, assim como os heróis dos romances, têm a sua vida e morte detalhadas e, mesmo depois de mortos, recebem julgamento e terminam no céu ou no inferno’. (MARINHO, PINHEIRO, 2012, p.106).

Com o artifício da leitura oral dos folhetos de acontecido o professor pode proporcionar o encantamento nos alunos e divulgar experiências singulares, regionais e nacionais. Além do que, essas práticas culturais podem incentivar a inventividade, a criação e o protagonismo infanto-juvenil no ambiente escolar. O trabalho com esse tipo de fonte permitirá ao aluno compreender a consciência de grupos de uma determinada região do país, possibilitando a análise de um discurso e de uma constituição tradicional de sentido que, segundo Rüsen, ‘histórias que obedecem a esse formato e a esse *tópos* remetem às origens, que se impõem às condições contemporâneas da vida, e que se querem manter inalteradas, presentes e resistentes ao longo das mudanças no tempo’ (RÜSEN, 2010, p. 48).

O trabalho com o cordel para a formação histórica dos alunos no sentido de demonstrar uma forma de interpretar o mundo, o diferente e a si mesmo, ao mesmo tempo a vinculação entre o saber e a ação. Pois, o conhecimento histórico sendo capaz de formar subjetividades, ou seja, identidades é também capaz de orientar os indivíduos no tempo, fazendo com que ajam intencionalmente.

Nesse processo de formação de consciência é importante definir a relação entre experiência, interpretação da experiência e orientação no tempo presente, sendo que:

A experiência é o aumento dos saberes sobre o que foi o caso no passado, para isso a consciência deve abrir-se a novas experiências. Por outro lado, o olhar histórico formado, voltado para a alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para a especificidade de seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas. (RÜSEN, 2007, p.113)

É inquestionável o papel da escola na aprendizagem histórica, porém não se aprende história só no ambiente escolar, mas também através da cultura histórica presente na mídia, nos jornais, nas redes sociais, nos discursos políticos, no cinema, nos jogos eletrônicos, na literatura, entre outros.

Os alunos chegam à escola já carregados de uma História cujo aprendizado não foi controlado pelo professor ou pela escola, mas que teve origem na experiência pessoal, no convívio com os mais velhos, na prática da religião, no contato diário com os meios de comunicação. (CERRI, 2005, p. 13)

A apropriação dos folhetos de cordel pelo ensino de história torna possível o conflito entre a tradição e a pós-modernidade. A partir da demonstração de uma constituição histórica de sentido tradicional, de uma experiência interpretativa e subjetiva e por sua vez de uma constituição crítica de sentido na orientação do agir. Sendo assim, a formação histórica pelo viés do saber e da ação trabalha a experiência, a interpretação da experiência e a orientação no tempo presente. A criança e o jovem nesse processo como protagonista no processo histórico, ‘o sujeito afirma a si próprio ao aprender, firma a dimensão temporal de sua própria identidade e assenhoreia-se de si, de seu tempo.’ (RÜSEN, 2010, p. 107- 108)

A partir desse contexto podemos ressaltar o papel e a importância da Didática da história para o aprendizado histórico. Uma disciplina focalizada em direcionar o processo de aprendizagem da história de modo organizado, principalmente através do ensino da história no ambiente escolar. Ousamos afirmar, como Rüsen (2016), que a aprendizagem histórica é um processo mental que se fundamenta na mobilização de quatro diferentes capacidades que estão sistematicamente inter-relacionadas e são interdependentes: a capacidade de vivenciar a experiência histórica; a capacidade de interpretação da experiência histórica; a capacidade de usar a experiência histórica interpretada (conhecimento histórico) para orientar a sua própria vida no quadro de uma ideia corroborada empiricamente no decurso do tempo das vidas humanas – esta orientação inclui um conceito de identidade histórica; a capacidade de motivar as nossas próprias atividades de acordo com a ideia do nosso lugar nas mudanças que ocorrem no tempo. Dessa maneira, podemos concluir que a intenção central da didática da história é ser competente na orientação histórica e na capacidade de partilhar os discursos públicos na cultura histórica das sociedades. Um aprendizado histórico que torne a História ‘viva’, ou seja, um modo consciente de recuperação do passado na orientação da vida prática.

O autor é porta-voz de uma consciência histórica que é expressa na narrativa e que pode ser entendida como uma forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. Rüsen defende que é no processo da narrativa histórica que se sintetizam, em

unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza. O limite para que uma narrativa, de fato, constitua a consciência histórica é se tal narrativa tenha uma relação determinante com a experiência do tempo.

Se analisarmos o discurso do cordelista expresso na narrativa, fica claro que se utiliza da experiência (dele ou coletiva) para afirmar sua posição. Seguindo o modelo proposto por Rüsen, talvez a consciência histórica latente na narrativa se configure como “exemplar”, pois nela o indivíduo pretende explicar o seu mundo através de exemplos do passado, de referências sobre situações que experienciou, não tentando inserir o passado no presente, mas explicar o presente pelo passado.

4. Considerações finais

O ensino de história através da utilização e investigação de uma fonte como os folhetos de cordel é capaz de produzir um olhar mais amplo do tempo. Verifica-se que é possível trabalhar com as três dimensões - passado, presente e futuro. Ao valorizar uma experiência, uma consciência, interpretá-la no tempo presente e orientar a ação de jovens através da criação de narrativas do seu próprio tempo, podemos perceber um processo de relativização entre o presente e a história inserida nele e o contraste com outras histórias. Essa relativização histórica é importante porque dilui as naturalidades que caracterizam as orientações do agir. A função contemporânea do ensino de história deve ser a de ensinar e permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, os diferentes saberes, de entender a temporalidade e a vida humana. Sendo assim, a história deve servir para o aprendizado da alteridade, para compreender outras formas de existir, outras formas de se manifestar e de ser humano. Implica a compreensão de outros valores e costumes.

5. Referências bibliográficas

ABREU, M. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

CASCUDO, L. C. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: Global, 2012.

CERRI, Luis Fernando. Ensino da história: fronteiras interdisciplinares, avanços e problemas. *Cad. História*, v. 12/13, n. 1, p. 7-21, 2005.

_____. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 138p.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009. 283p.

GALVÃO, A.M.O. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GAUDÊNCIO, Sale Mário; BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. O cordel como fonte de informação: a vivacidade dos folhetos de cordéis no Rio Grande do Norte. *Biblionline*, João Pessoa, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/4905>. Acesso em: 08 set. 2019.

LIMA, Arievaldo Viana. *Acorda cordel na sala de aula: a literatura popular como ferramenta auxiliar na Educação*. Fortaleza: Tupynanquim, 2006. 111p.

_____. *Acorda cordel na sala de aula*. 2.ed.Mossoró (RN): Queima Bucha, 2007. 8p.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. *O Cordel no Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O registro do Cordel como patrimônio imaterial e as políticas de preservação da cultura popular no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 181-212, dez. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Rejane/Downloads/82985-366929-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rejane/Downloads/82985-366929-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 10 set. 2019.

RÜSEN, Jörn. *A Razão histórica: a teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2010. 160p.

SILVA, Fernanda Isis C. da ; SOUZA, Edivanio Duarte de. Informação e formação da Identidade cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.16, n.1, p. 215-222, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/455/1506>. Acesso em: 02 set. 2019.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Vertentes e evolução da Literatura de Cordel*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ensinamento. 2012.

Três irmãs: um mesmo passado, um presente recente e um passado com vestimentas de futuro

Carla Cristina da Silva Lavinás¹
Programa de Pós -Graduação em História Social FFP-UERJ

Introdução:

O presente texto tem como objetivo propor reflexões acerca das Permanências e (supostas) Rupturas que estão presentes na Base para os Currículos das Instituições Educacionais Brasileiras na forma das três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais especificamente, na parte que se destina à disciplina de História do Ensino Fundamental II (abrangendo o sexto, sétimo, oitavo e nono anos desta etapa escolar, ou seja, os anos finais do Ensino Fundamental). Para tanto, retornamos ao título deste, pois, num primeiro instante, podemos inferir que este artigo não se trata de um trabalho destinado à pesquisa histórica, mas de literatura ou de outras áreas afins. No entanto, essa metáfora é bem propícia para ilustrar que as três versões da BNCC são previstas num mesmo artigo da Constituição Federal do Brasil de 1988², sendo regulamentadas na LDBEN (Lei nº 9.394/96)³, depois são consolidadas em 10 volumes dos PCNs⁴ e fixadas nas DCNs⁵ e no PNE⁶.

¹ Mestranda de Historiografia e Ensino de História: Linha de Pesquisa que integra o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História Social da Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (PPGHS/FFP/UERJ/São Gonçalo); Sendo orientada pelo professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

² Artigo 210: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988,151).

³ Art. 9º A União incumbir-se-á de: IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. (BRASIL, 2015,12-13)

⁴ “Na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, que se apresenta é a necessidade de um diferencial comum para a formação escolar do Brasil”. (BRASIL, 1997,28)

⁵ “CAPÍTULO II: FORMAÇÃO BÁSICA COMUM E PARTE DIVERSIFICADA - Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais; Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.”. (BRASIL, 2010,67-68)

⁶ Nas metas 7 e estratégia 7.1 está determinada a criação da BNCC: “Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; 5,2 no ensino médio” -; “Estratégia 7.1: estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local”. (BRASIL,2014, 61)

Fazendo parte da classificação histórica-temporal denominada de história recente⁷, tais versões foram propostas como um documento educacional inovador, mas, pelo que temos analisado, trata-se de um documento tradicional e conservador com vestimentas novas. Melhor dizendo, a BNCC foi proposta como um documento inovador para a educação brasileira que serviria de base para que, a partir dela, as instituições forjariam seus currículos, porém, na análise das versões, podemos verificar a permanência de orientações tradicionais e conservadoras que já eram sugeridas e praticadas nos documentos educacionais anteriores a elas sob a forma de enunciados ditos inéditos; numa frase, o velho hábito vestido de novo ou como nos aponta o título deste artigo, um passado com vestimentas de futuro⁸.

Sendo assim, vamos delinear as linhas a seguir. Tentaremos responder algumas questões, por exemplo: o que é a BNCC? Por que três versões foram elaboradas? Quais suas finalidades? O que vem a ser história recente e por que a BNCC se enquadra nessa categoria? Entre outras questões.

Destarte, criada nos últimos anos – 2015, 2016 e 2017 respectivamente -, a Base tem como objetivo unificar e promover um ensino nacional de qualidade e com equidade, sendo balizada nos principais alicerces legais: a Constituição Federal (1988)⁹ e LDB (Lei de Diretrizes e Bases – de 1996)¹⁰, porém a Base não tem a pretensão de anular os outros documentos educacionais de outrora, tais como a própria LDB, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), ou mesmo PNE (Plano Nacional de Educação), etc., antes

“A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2017, 6).

⁷ Para Franco e Lvovich *História Recente* se refere, por sua vez, ao estudos dos passados próximos. (FRANCO e LVOVICH, 2015,190); De acordo com Bédarida(2002) a História do tempo presente é feita de moradas provisórias (BÉDARIDA, 2002,221); também o próprio Bédarida (In: FERREIRA, 2012,109) continua dizendo que sua característica básica é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. (DELGADO e FERREIRA, 2013,19-24)

⁸ A ideia de futuro aqui está relacionada ao que Gisele Iecker de Almeida (2014) nos aponta, a noção de que ele (o futuro) é o processo em que o presente pode ser uma reabertura da ideia de futuro, um futuro diverso – aberto à possibilidade de fazer do passado e da memória algo diferente (SOUTHGATE apud ALMEIDA 1996); pois “o futuro a qual caminhamos nasce do presente em que estamos e possui raízes no passado vivido, mas boa parte desse futuro (um dos mais possíveis) pertencerá ao improvável, ao desconhecido e ao surpreendente”. (ALMEIDA, 2014: 63,64)

⁹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 23 dez. 2018.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 23 dez. 2018.

Num breve histórico: a primeira versão da BNCC (2015) é proposta como uma versão inovadora que, por sua vez, rompe com a tradição curricular que estava em uso, gerando reações, ou melhor, a tradição do Campo Curricular reagiu às inovações e imprimiu suas marcas desencadeando a segunda (2016) e terceira (2017) versões.

Em especial, para um breve exemplo sobre o que afirmamos, a terceira versão mantém a estrutura curricular tradicional, sobretudo no componente curricular História, nos anos finais do Ensino Fundamental, por enfatizar a história europeia em detrimento dos outros povos; principalmente, ao lermos seus princípios filosóficos (primordialmente localizados na apresentação de sua estrutura geral e na parte destinada às competências das Ciências Humanas para o Ensino Fundamental II) podemos perceber mais claramente essa tentativa de mascarar o conservadorismo sob a forma de novos sentidos da História, tal como nos objetivos propostos (BRASIL, 2017, 23, 352), pois se referem ao que se espera dos alunos e dos professores limitando-os à homogeneização, desrespeitando as diferenças individuais, particularmente em relação ao tempo próprio e individual de aprendizagem, numa frase, velhos hábitos tradicionais e conservadores disfarçados de novas atitudes.

Para melhor esclarecer esses e outros dados analíticos citados até aqui, elencamos alguns autores para nos auxiliar sobre o que vem a ser tradição e modernidade para refletirmos sobre permanências e rupturas no âmbito das versões da BNCC.

Marshall Berman (1986) nos mostra que a “modernidade” é múltipla, complexa e paradoxal. Isto porque ela é um conjunto de experiências – *experiência de tempo e espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, que é compartilhada por homens e mulheres pelo mundo nos dias de hoje* - que, ao mesmo tempo, une a espécie humana e a desune, colocando-a, a todo o momento, num local de constante ambiguidade e angústia, porém é uma experiência vital, pois *ser moderno, para Berman, é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor* – mas, de modo simultâneo, *ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos*, ou seja, ameaça destruir nossa “tradição¹¹”. (BERMAN, 1986, 15)

O mesmo autor ainda salienta que a relação entre a “tradição” e a “modernidade” é uma relação que por muito tempo foi vista como algo contraditório, no entanto, o próprio Berman nos diz que essa conexão deve ser vista como uma relação de completude e multiplicidade, pois a

¹¹ Numa frase, tradição é encarado muitas das vezes pelas sociedades conservadoras como algo antigo, ultrapassado, velho e que deve ser renovado, reinventado, superado. No parágrafo a seguir, Berman nos dá uma definição mais eloquente do que ele entende por tradição.

própria “modernidade” é dicotômica, isto é, ela é constituída por esse par: “antigo” (tradição) e pelo “novo” (modernidade) e, mesmo se auto afirmando como algo inovador, ela traz em si as marcas do tradicional/ do conservador. (BERMAN, 1986, 18)

De acordo com a historiografia, o debate em torno da querela entre antigos e modernos existe há muito tempo e tem seu clímax no Renascimento. Além do mais, de acordo com Anthony Giddens (1990), por volta do final do século XIX emerge uma nova oposição trazendo um *sentido novo que altera os próprios modos de se referir ao debate*, noutras palavras, emerge a dualidade entre “sociedades modernas” e “sociedades tradicionais”. Trouxemos esse informe como nota e, também, para não pensarmos que “o debate da renascença” foi o único ou que ainda é o debate principal dos intelectuais dos dias atuais. (GIDDENS apud RODRIGUES e FALCON, 2006, 278)

Nestes pensamentos, abre-se para nós outras possibilidades de se pensar que boa parte do que alcançamos até os dias atuais, em termos de “sentido novo que altera os próprios modos de se referir ao debate”, em singular, referente à dualidade entre “antigos” e “modernos”, há ligação com a frase que foi consagrada por Isaac Newton: *Se enxerguei mais longe que outros homens, foi porque me ergui sobre ombros de gigantes* (NEWTON apud BRENNAM, 1998, 12). Por isso, acreditamos que somos o que somos porque houve bases que conduziram a nossa formação, seja de pesquisador, professor e/ou de cidadão, negligenciar essas bases / tradições é negligenciar a si próprio.

A frase emblemática, dita no parágrafo anterior, passou a ter maior repercussão pelo mundo após Isaac Newton proferi-la numa carta¹² a Robert Hooke, colega cientista e rival de longa data, em 1676. Entretanto, Newton não foi seu criador, ele foi quem a revivificou e a publicizou ante seus contemporâneos, pois há registros anteriores a Newton que constam tal frase e são datados do século XII tendo Bernardo de Chartres¹³ como propagador, porém não temos certeza de que Chartres tenha sido seu criador, porquanto seus registros originais foram quase totalmente perdidos por falta de conservação adequada, salvos alguns trechos que foram reescritos no Livro III do *Metalogicon* de João de Salisbúria¹⁴ possibilitando que chegassem até nós. (CHARTRES, 1991, p.216-217; BRENNAN, 2000, 12)

¹² Newton utilizou esta clássica metáfora na elaboração de uma carta para se defender de uma acusação de plágio, em um de seus trabalhos, vinda de Robert Hooke, então presidente da Royal Society. A carta foi lida em 5 de fevereiro de 1675 em uma reunião na Royal Society, utilizando a seguinte versão da metáfora: “If I have seen farther, it is by standing on the shoulders of giants”.

¹³ Bernardo de Chartres: filósofo francês neo-platonista e educador do século XII.

¹⁴ João de Salisbúria (1115-1180) foi um autor inglês, educador, diplomata e bispo de Chartres, chamado “de Salisbury” por ser natural desta cidade, no condado de Wiltshire, Inglaterra. Em *Metalogicon* (1159), III, 4, atribui essa frase a seu mestre, Bernardo de Chartres (1130). Alguns a conhecem como sendo do Pe. António Vieira (1608-1697) e é muitas

Para complementação do que foi dito, trouxemos a colaboração de Édouard Jeaneau (1968) onde o mesmo faz referência a um dos trechos de Chartre que foi “salvo” por Salisbúria, contendo a frase em sua completude. Vale ressaltar que, alguns pesquisadores acreditam que Robert Burton (1621) a tenha resumido na forma como Newton a propagou mais tarde. Vejamos:

“Somos comparáveis a anões encavalitados sobre os ombros de gigantes (os Antigos): vemos, portanto, mais coisas do que eles viram e vemos mais longe do que eles. Qual a razão disto? Não é nem a acuidade do nosso olhar, nem a superioridade da nossa altura, mas porque somos transportados e elevados pela alta estatura dos gigantes.” (JEANEAU, 1968, p.63)

A partir deste destaque, Berman nos mostra que a Modernidade é constituída de tradição e modernidade ao mesmo tempo, ou melhor, para caracterizar algo de “novo” tem que existir outro elemento para ser chamado de “velho” / de tradição/ de antigo e, que não tem como um grupo social se isolar em si mesmo numa tentativa de alcançar a neutralidade ou perfeição, pois ao mesmo tempo em que um grupo social “A” influencia o grupo “B”, o primeiro também é influenciado pelo segundo, tal como uma “via de mão dupla”.

Em outro texto, Falcon e Rodrigues (2006) aprimoram as argumentações feitas em *Tempos Modernos* (2000) e passam a endossar as prerrogativas de Berman sobre a tradição ser vista como “um tipo” de ponto de partida para o “novo” /moderno, pelo fato do Renascimento ter estabelecido uma releitura e reinterpretação das práticas antigas, dando-lhes vida através da renovação de questões e temas, ligando-os aos problemas relativos ao cotidiano da humanidade. (RODRIGUES e FALCON, 2006, 70-71)

Com esses raciocínios, retomamos para a frase atribuída a Chartres, no intuito de mostrarmos, a partir da historiografia consultada, que, “se o anão enxergou mais longe foi porque estava sobre os ombros do gigante”. Nestes termos, o gigante deve ser encarado como a “tradição” e o anão como a “modernidade”; os “modernos” estão nos ombros da “tradição”. Os anões/ “modernos”, ao estarem nos ombros do gigante/”tradição” ainda permanecem com sua estatura individual pequena, no entanto, enxergam mais que o gigante, pois conseguem ver, perceber e compreender além do gigante – sua visão se torna mais ampla, identificando com mais clareza aquilo que está em sua volta pelo fato de terem a base da tradição.

Concordamos com Carl E. Schorske (2000) quando diz que, o que possibilitou a emergência e o desenvolvimento da modernidade foi porque ela absorveu e transformou a tradição de outrora,

vezes atribuída a Robert Burton (1621), que a resumiu como: “um anão sobre os ombros de um gigante pode ver mais longe que o próprio gigante”. Mas também é registrada como de Isaac Newton (1676) e de Samuel T. Coleridge (1772-1834). Mesmo no século XX, e em contexto bem diferente, a imagem reaparece na literatura da psicanálise, sendo atribuída seja ao próprio Sigmund Freud (1856-1939), seja a Viktor Frankl (1905-1997).

dando-lhe novas roupagens. Ou, a ideia daquilo que se diz moderno/inovador é uma revivificação conservadora daquilo que se quer sobrepor /do “antigo”; o “moderno” possui permanências “do” antigo e rupturas “com” o antigo. (SCHORSKE, 2000, 86-107)

Tomando essas reflexões feitas até aqui, voltemos para a BNCC e suas versões, e perceberemos que analisar a Base constitui uma pauta fundamental para o Ensino de História, por propor a noção de isonomia, ao padronizar os conteúdos necessários para cada ano da educação, mas, ao mesmo tempo, significa um mecanismo para uma “educação bancária”, observada e criticada por Paulo Freire (FREIRE, 1974, *passim*). Pois sendo proposta como algo inovador, a BNCC, ao contribuir para a educação bancária, está demonstrando que sua inovação ficou no âmbito superficial, porque sua característica principal se trata de uma característica tradicional e conservadora.

Esse projeto de precarização da educação outrora analisado por Paulo Freire, na qual o capital financeiro e o interesse de grupos hegemônicos encontram mais uma forma de expressão, é extremamente preocupante, pois coloca em jogo a possibilidade de pensar criticamente os segmentos sociais negligenciados pelo “fazer histórico”. Concordando com Freire, Carl E. Schorske (1990) afirma que é de interesse daqueles que constituem os grupos dominantes conservarem suas hierarquias e o controle sociais e, para que isto aconteça, aos conteúdos “modernos” são acrescentadas “novas” formas tradicionais, ou seja, novamente, aqui se encaixa a frase: “velhos hábitos com novas roupagens”. (SCHORSKE, 2000, 86-107)

Sendo assim, em relação a essa questão de que o moderno/inovador é uma revivificação conservadora do “antigo” salientado por Shorske, conforme nossa análise nas três versões da Base Nacional Comum Curricular, podemos afirmar que as mesmas são uma revivificação das leis educacionais anteriores a elas.

Cotejar as informações das versões da Base se faz necessário devido à modificação do seu conteúdo de uma versão para outra, após as críticas computadas durante a consulta pública, que classificou, por exemplo, a primeira versão como “brasilocêntrica”, por dar mais ênfase em questões da História da África e das Américas, do que para a Europa, porém, seu discurso é eurocêntrico, contudo, sua análise o faremos num momento oportuno.

A partir dessas argumentações historiográficas, podemos propor que a BNCC é uma narrativa voltada para o discurso pedagógico (BERNSTEIN apud MAINARDES e STREMELE, 2010, 31-54); ela é a base para os currículos prescritos (MOREIRA e CANDAU, 2007, 18); também é socialmente construída e constituída de múltiplas narrativas, podendo ser explícitas ou não (SILVA, 1995, 195); além de ser um campo de disputas teóricas voltadas ou não para o interior

das instituições escolares (ARROYO, 2011, *passim*). Além do que, a BNCC como base para o currículo no Brasil – sobretudo -, deveria estar pautada sob uma abordagem democrática e estar teoricamente fundamentada, para que haja, singularmente, um ambiente (escolar ou não) de confiança e apoio para com os professores e alunos. (MOREIRA, 2013, 550)

Resgatando a discussão da querela entre os “antigos” e “modernos” e a relação intrínseca de ambos, a Base também pode e deve ser problematizada, pois ela, para alguns autores, pode ser considerada um currículo oficial brasileiro recente/ ”novo”, todavia, com fortes marcas antigas/ ”tradicionais” / conservadoras, marcas estas das leis educacionais anteriores a ela, ou seja, é o “antigo vestido de “novas” roupagens”. Assim, pautados em Paulo Knauss (2005), podemos inferir que a Base (BNCC) poderia considerar a tradição, mas deveria estar aberta a novos procedimentos, porém, o que constatamos em sua análise não é bem assim, as permanências estão diluídas, muitas das vezes por toda a base, ficando disfarçadas de rupturas.

Corroborando e completando as prerrogativas de Knauss, de acordo com Manoel Alves Filho (2017), a LDB abriu caminho para a superação do ensino fragmentado das disciplinas e séries que é ineficiente e inadequado às aspirações do século XXI – na teoria, a BNCC tenta superar essa fragmentação, entretanto, espera-se que na prática se concretize; Para o mesmo autor, a falta de coerência documental pode ser vista como herança de outras leis, pois, ao ler o documento constata-se que existem diversos problemas, um dos mais relevantes é a contraposição evidente que se encontra entre a introdução e o restante do documento. (FILHO, 2017, sem paginação); outra permanência gira em torno dos princípios norteadores, como princípios éticos, políticos e estéticos, assumindo um compromisso com a formação integral do indivíduo global e na afirmação dos seus princípios, mas vão em direção contrária ao multiculturalismo crítico e as diversidades existentes nas escolas (BRASIL, 2017, 5-8), entre outras.

Em relação às rupturas/inovações, podemos destacar: ainda de acordo com Manoel Alves Filho (2017), embora as dez competências, bem como todo o documento, possuem pontos que podem ser vistos como herança de práticas conservadoras, mas não temos como negar a iniciativa inovadora de tal documento em propor, entre outras coisas, um compromisso com a educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade menos excludente, visando justiça, democracia e inclusão. Se estes objetivos serão alcançados na prática escolar não sabemos, pelo menos, na teoria, eles foram contemplados. (FILHO, 2017, s p; BRASIL, 2017, 23, 349-353)

Em tempo, é válido dizer que, ao analisar a BNCC e, conforme os exemplos citados, podemos perceber que as permanências e rupturas com as leis anteriores a ela, se entrelaçam, pois

como foi mencionado anteriormente, ela mantém uma estrutura curricular conservadora, ao mesmo tempo, que propõe novas apreensões, sobretudo, na disciplina de História, vejamos outros exemplos dessa estrutura conservadora explícita na BNCC (BRASIL, 2017,416-417 – grifo meu):

HISTÓRIA – 6º ANO/ BNCC 2017:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
História: tempo, espaço e formas de registros.	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico.	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas. As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização.
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades.	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos).	(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

Com esses exemplos, podemos perceber os traços de conservadorismo imposto, muitas das vezes, como algo limitador, pois nos termos “gênese” e “originaram”, na habilidade EF06HI02 (ambos em destaque), induzem o leitor/educador a compreender que a produção do saber histórico (...) e as fontes sobre certos registros (...) começaram a partir daquele ponto apresentado – não havia antes nenhuma manifestação de saber histórico ou mesmo de fontes que falavam sobre os registros ali apontados. Já em relação aos objetos de conhecimento que se relaciona à habilidade EF06HI07, os Povos da Antiguidade do mundo clássico europeu (Grécia e Roma, sobretudo), que faz contraponto com outras sociedades, se limitam aos Egípcios, Mesopotâmicos e pré-colombianos negligenciando, entre outros, os povos da China e Árabes Antigos.

Posto isto, sem a pretensão de sinalizarmos para qualquer conclusão sobre os pontos elencados neste texto, procuraremos, ao final deste, somente pontuar algumas questões que entendemos como relevantes para o momento, no contexto do estudo sobre as questões relacionadas à sua formulação, especificamente, em relação a algumas permanências e rupturas existentes na BNCC, pois a análise pormenorizada do documento será realizada num momento oportuno.

Nesta perspectiva e a partir do que foi refletido neste texto, compreendemos que a BNCC, “grosso modo” e sem a pretensão de desprezar suas especificidades, como dito anteriormente, pode ser comparada à metáfora do “anão e do gigante” apresentada no decorrer deste, onde o anão representava a modernidade – o “novo”, e o gigante a tradição – o conservador / ”antigo”. Na BNCC, o “anão” seria a própria BNCC e o gigante as leis educacionais anteriores a ela, personificadas, em especial, na CF e LDB. Por essa visão, a Base não conseguiria buscar a superação das outras leis, pelo menos teoricamente, se não tivesse ancorada em leis anteriores e, por sua vez, essas leis antecessoras à Base não seriam capazes de alcançar outros patamares educacionais e sociais se não fosse o desafio de propor uma renovação que se personifica na BNCC. No entanto, esta renovação, como já nos apontou Carl E. Schorske (1990), foi posta para a manutenção das hierarquias das camadas dominantes e a dominação, por parte destes, sobre as camadas mais populares, ou seja, para a manutenção do controle social, pois a Base como discurso, também é vista como reguladora e normatizadora. (BERNSTEIN apud MAINARDES e STREMEL, 2010, 31-54)

Continuando sob esses pensamentos, nos reportamos novamente a Schorske (1990 e 200) e M. Berman (1986) quando os mesmos apontam que a modernidade não passava de estratégias novas que ratificavam as velhas formas de dominação. Para tanto, tomemos um exemplo disto: em parágrafos anteriores a este, foi dito que não há como não destacar, resumidamente, essa questão das dez competências como algo inovador.

Entretanto, também é problemático o que vem logo após as dez competências, pois é uma marca conservadora mascarada pela inovação, por exemplo: *História, 8º ano – Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes da África do Sul, do Golfo da Guiné e de Senegâmbia* (BRASIL, 2017,412). Seguindo essa competência na sua íntegra, continuaremos condenando nossos estudantes a desenvolver subterfúgios para passar em provas que testarão coisas desse tipo. É notória, a completa ausência de relação de boa parte das habilidades descritas para o desenvolvimento das dez competências anunciadas como objetivos da educação básica no país.

Várias perguntas podem emergir a partir dessas exemplificações, mas no momento, fiquemos com três delas: Como podem aprovar uma Base Nacional para os currículos que não

respeita seus educadores¹⁵? Como pode um documento que servirá de base para as instituições escolares brasileiras construir seus currículos, incentivar a “cola”¹⁶? Como alcançar um ensino de qualidade se muitas das escolas e/ou instituições escolares funcionam sob condições estruturais e materiais inadequadas e com um corpo docente que é pouco ou nada incentivado a se preparar continuamente para enfrentar os desafios da educação? A resposta para essas e para as demais perguntas, talvez, poderemos tê-las quando um “novo tipo de anão” se apresentar a nós. Cabe-nos, como professores e pesquisadores deste tempo, irmos em busca dele ou mesmo moldá-lo com nossas próprias mãos.

Referências Bibliográficas

1. Documentação:

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 1ª Versão Revista. Abril 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acessado em: 25 de julho de 2018.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 2ª Versão Revista. Abril 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acessado em: 02 de julho de 2018.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 3ª Versão Revista. dez 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77960-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017_df&Itemid=30192 - Acessado em: 02 de julho de 2018.

BRASIL. Lei 9,394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v,11, 2015.

_____. Ministério da Educação; Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. CNE. Estabelece as DCN Gerais da Educação. MEC, SEB, DICEI, 2010.

2. Historiografia:

ALMEIDA, G.I. *Futuro e história: análise da temporalidade*. Hist. Historiogr., Ouro Preto, nº15, 2014, p.51-69.

ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERMAN, M. *Introdução: Ontem, hoje e amanhã*. In: *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*.

_____. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: Marx, modernismo e modernização*. In: *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Vozes: Petrópolis, 1996.

¹⁵ No que tange, principalmente, em relação à confiança e apoio ao trabalho deste (do professor) dentro e fora do ambiente escolar.

¹⁶ Cola no sentido de se valer de subterfúgios para passar em testes e provas escolares / disciplinares.

BRENNAN, R. P. Gigantes da física: uma história da física moderna através de oito biografias. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CARRETERO, M. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHARTRES, B. de. *Glosae super Platonem*. 7, (439-443). Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1991, p.216-217.

DELGADO, L.A.N. e FERREIRA, M de M. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, v.2, nº4, 2013, p.19-34.

FALCON, F. e MALERBA, J. (orgs.) *Representações: contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p.41-79.

FILHO, M. A. *Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas*. Jornal da UNICAMP, versão web, 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>. Acessado em 11/02/2019, 20: 30hs.

FRANCO, Marina. e LVOVICH, D. *Historia Reciente: apuntes sobre um campo de investigación em expansión*. Buenos Aires: Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emílio Ravignani”, Terceira série, nº 47, 2017, p. 190-217.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. RJ: Paz e Terra 1974.

GILSON, É. *Le platonisme de Bernard de Chartres*. In: Revue néo-scholastique de philosophie. 25º ano, nº 97, 1923. p. 5-19. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/phlou_0776-555x_1923_num_25_97_2330. Acessado em 11/02/2019, 20: 00hs.

JEANEAU, É. *História Breve da Filosofia Medieval*. Editorial Verbo, Lisboa, 1968.

KNAUSS, P. *O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história*. Cad. CEDES, Campinas. 2005, vol.25, n.67, pp.279-295. ISSN 0101-3262.

LE GOFF, J. *Tradição/modernidade*. In: *História e Memória*.

MAINARDES, J. e STREMEL, S. “*A Teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as Pesquisas sobre Políticas Educacionais e Curriculares*”. Revista Teias v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/agosto 2010.

MOREIRA, A. F.. *Currículo e gestão: propondo uma parceria*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013.

_____ e CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p.18. (Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf> - Acessado em: 19 julho de 2018).

RODRIGUES, A. E. M. e FALCON, F. J. C.. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *A formação do mundo moderno* – 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 2ª reimpressão.

RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.

SILVA, T. T. *Currículo e identidade social: territórios contestados*. In: Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 1995, v. 1.

SINGER, H.na. *Afinal, o que os brasileiros precisam saber?* 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/afinal-o-que-os-brasileiros-precisam-saber/> Acessado em: 19 julho de 2018.

SHORSKE, C. *A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli*. In: *Pensando com a História – Indagações na passagem para o Modernismo*.
_____. *A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano*.

THIESEN, J. da S. e OLIVEIRA, M. A. de. *O lugar do currículo na/da educação do campo no Brasil: aproximações e teorias curriculares*. Revista Educação Pública, v.21, n.45, p. 24-25, jan/abr. 2012.

VASARI, G. *Biografia*. Disponíveis em: www.britannica.com/biography/giorgio-vasari. Acessado em 11/02/2019, 23:00hs.

YOUNG, M. *Teoria do currículo: o que é e por que é importante*. Cadernos de Pesquisa v.44 n.151 p.197 jan./mar. 2014.

A Patrimonialização de Pixinguinha pelos Mediadores Culturais

Letícia Freixo Pereira
Doutoranda do PPGHS – UERJ
Bolsista FAPERJ

Ao longo do século XX, intelectuais fizeram um trabalho de patrimonialização da imagem de Pixinguinha. Estes intelectuais – críticos musicais, estudiosos, memorialistas, jornalistas, especialistas, pesquisadores, admiradores - atuavam como mediadores culturais. A mediação foi fundamental para a construção da memória da música popular brasileira. Para Marcos Napolitano: “Os mediadores, agentes socioculturais, conscientemente construíram as pontes entre a herança étnica e comunitária do samba e a identidade regional (carioca) e, depois, nacional da música popular brasileira.” (NAPOLITANO, 2007, p. 27). Frequentadores da boemia carioca (das rodas de samba, dos desfiles de carnaval) estes mediadores estabeleceram uma relação de amizade com seus objetos de estudo (MORAES, 2007, p. 273). Através de um trabalho de construção de memória, esses mediadores aclamaram Pixinguinha como o representante da música popular brasileira. Obras foram escritas sobre sua vida, instituições e espaços culturais realizaram projetos para divulgar sua memória. Esses mediadores culturais atuaram em diferentes espaços culturais, tais como: Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB), Editora Abril (com seus fascículos da coleção História da Música Popular Brasileira). Ao longo dos anos 1960, 1970, 1980, esses estudiosos em música popular trabalharam nestes estabelecimentos culturais para monumentalizar a figura de Pixinguinha. Mas, estes mediadores, já trabalhavam na preservação da música popular e na consagração de Pixinguinha desde os anos 1930, 1940 (FERNANDES, 2010, p. 200). Todos esses espaços culturais estão conectados e a maioria desses estudiosos trabalhou em todos esses locais. Os mediadores que mais se destacaram nestes ambientes foram: José Ramos Tinhorão, Lúcio Rangel, Hermínio Bello de Carvalho, Sérgio Cabral, Almirante, Ary Vasconcelos, entre outros.

Desde que Pixinguinha compunha o grupo Oito Batutas, entre 1919 e 1923, intelectuais já o consideravam um expoente da música popular brasileira, ele era, inclusive, denominado o líder do conjunto (MARTINS, 2014, p.20). Nesta época, Pixinguinha com apenas vinte e poucos anos de idade já recebera o título de ser o representante musical do país. Evidente que o conceito de música popular não tinha uma única definição, diferentes intelectuais se apropriavam deste conceito para resignificá-lo e usá-lo para fazerem valer seus interesses (KOSELLECK, 2006, p. 97-118). Já em

1939, Edigar de Alencar publicou uma obra para aclamar Pixinguinha. (ALENCAR, 1939, p. 20-100) Na década de 1950, Pixinguinha foi homenageado diversas vezes pela Revista da Música Popular Brasileira¹, de Lúcio Rangel (WASSERMAN, 2002, p. 20-150). Em 1956, Pixinguinha foi homenageado ao colocarem o nome da rua em que nasceu, no bairro de Ramos, como *Rua Pixinguinha*. Duas obras, publicadas nos anos 1960, dos intelectuais Ary Vasconcelos (VASCONCELOS, 1964, p. 30-200) e Lúcio Rangel (RANGEL, 1962, p. 10-200), embora não fossem exclusivas sobre a vida de Pixinguinha, tiveram suas páginas dedicadas à consagração do músico. Em 1963, Pixinguinha grava a trilha sonora do filme *Sol sobre a lama* em parceria com Vinícius de Moraes (depois dessa parceria os músicos realizaram diversos trabalhos juntos). Nos anos 1970, a música de Pixinguinha *Carinhoso* foi tema de abertura da telenovela da Rede Globo que recebera o mesmo nome da canção. No carnaval de 1974, Pixinguinha é homenageado como enredo da Portela, intitulado *O mundo melhor de Pixinguinha*. Em 1996, ganha uma estátua em sua homenagem na Rua do Ouvidor, em frente ao local onde ficava o bar que costumava frequentar (Bar Gouveia).

Nas décadas de 1960, 1970, 1980 os mediadores culturais do MIS, da Funarte, da APMPB e dos fascículos da Editora Abril fizeram um grande investimento na imagem de Pixinguinha. Devido à conjuntura do período: invasão das canções estrangeiras nas rádios brasileiras e importação de um padrão cultural norte- americano (RIDENTI, 2001, p. 1-7), os sambistas considerados como tradicionalmente brasileiros foram divulgados por esses espaços culturais². Donga, João da Baiana, Cartola, Sinhô, entre outros, tiveram seus nomes frequentemente utilizados por esses estabelecimentos. Mas, nenhum deles foi aclamado como o Pixinguinha. Os mediadores culturais argumentavam que consagravam esses sambistas tradicionais por serem os guardiões da pureza musical brasileira, os velhos representantes da nação. Porém, Pixinguinha desde muito jovem já era aclamado como um sambista tradicional. Sobre este dado, devemos problematizar a seguinte questão: Pixinguinha era realmente um sambista? Ou esse personagem foi construído por intelectuais brasileiros concomitantemente com a construção do nacionalismo e da identidade nacional? Luiza Martins argumenta que no início de sua carreira Pixinguinha se intitulava um artista do Choro, o músico chegou a criticar nos jornais da época o Samba, sinalizando a inferioridade musical do ritmo. (MARTINS, 2014, p. 20) No final de sua carreira, Pixinguinha internalizou esse

¹ Periódico que circulou na imprensa nos anos de 1950 e legitimava os sambistas cariocas da velha guarda como os representantes da cultura popular do Brasil.

² Em 1970, por exemplo, o MIS publicou uma obra com a transcrição dos depoimentos que Donga, Pixinguinha, João da Baiana deram para a série Depoimentos para Posteridade do museu.

personagem de sambista, e muda sua fala ao ser entrevistado, se colocando como um representante do Samba.

Esses espaços culturais realizaram muitos trabalhos voltados para consagração exclusiva de Pixinguinha, destacando-o dos demais “sambistas” da velha guarda. Chegavam a chamar Pixinguinha de santo - São Pixinguinha – já que para esses mediadores culturais ele estava acima do padrão musical esperado. Em 1966, os conselheiros do MIS intitularam o dia 23 de Abril – aniversário de Pixinguinha- como o dia da Velha Guarda, posteriormente nos anos 2000 o dia do aniversário de Pixinguinha passa a ser também o dia Nacional do Choro, através da promulgação de uma lei federal. No ano de 1968, o MIS realizou um espetáculo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em homenagem aos 70 anos de Pixinguinha, desse acontecimento foi gravado o LP *Pixinguinha 70*³. A Funarte nos anos 1970, monografou a vida do artista, realizou shows em todo o país para divulgar a memória de Pixinguinha - com o Projeto Pixinguinha. As monografias de Sérgio Cabral (CABRAL, 1978, p. 10-292), Marília Silava e Arthur Oliveira (SILAVA; OLIVEIRA, 1979, p. 20-300) sobre a vida e as obras de Pixinguinha foram publicadas pela Funarte. No ano de 1982, o Projeto Almirante da Funarte gravou uma série de músicas de Pixinguinha. Em 1983, a Funarte realizou o show *Uma rosa para Pixinguinha* por ocasião do décimo ano da sua morte, esse evento também gerou a gravação de um LP. A APMPB realizou encontros em todo o Brasil com o objetivo de divulgar a memória dos sambistas tradicionais e, sobretudo, de Pixinguinha⁴. A Editora Abril gravou uma série de volumes exclusivos com as músicas de Pixinguinha, suas canções também foram incluídas em fascículos com os temas da música popular e da velha guarda⁵. Essa construção, feita por esses intelectuais, fez com que, até os dias atuais, Pixinguinha fosse reconhecido como um expoente da canção popular do país. Ainda hoje Pixinguinha é visto com essa genialidade, tanto que no Instituto Moreira Sales (IMS) organizou uma exposição para ressaltar o protagonismo do artista na música popular do país⁶.

Foi feito um grande investimento na imagem de Pixinguinha. Esses mediadores culturais construíram uma narrativa sobre a música popular brasileira que privilegiou o Samba carioca. Logo, o samba do Rio de Janeiro, passa ser o representante de todo o país e é aclamado como a nossa cultura popular (SANTOS, 2015, p. 134). Se o Samba foi classificado como a nossa identidade nacional (ORTIZ, 1986, p. 30), nada mais coerente do que consagrar o nosso São Pixinguinha como

³ Informações retiradas das atas das reuniões do Conselho de Música Popular Brasileira - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa*.

⁴ Informações retiradas da: *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB, da Carta dos Pesquisadores e da Cartilha de Princípios. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro*.

⁵ Informações retiradas da: *Coleção História da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Editora Abril, 1970-1982.

⁶ A exposição sobre Pixinguinha funcionará entre Junho e Novembro de 2019, no IMS, na Gávea.

um sambista. Agora, essas questões não respondem as perguntas do por que Pixinguinha e não Donga, João da Baiana, entre outros. Maria Clementina argumenta que Pixinguinha consegue circular entre diversos mundos, sempre se apresentou para a elite e para classes populares, e ele sabia se comportar aonde chegava (CUNHA, 2016, p. 24). O Samba que o grupo Oito Batutas tocava – ressalto que o grupo não tocava apenas Sambas, mas ritmos variados como Choros, Valsas, Polcas, Maxixes, Músicas Sertanejas - era mais fácil de ser aceito pela elite, era mais suave e distante da batucada. Dessa forma, o grupo tinha grande aceitação nos salões nobres, chegando a fazer viagens para o exterior. Mas, embora Pixinguinha fosse considerado o líder do conjunto outros sambistas do período também fizeram parte do grupo, como por exemplo, Donga. Sendo assim, esse argumento não responde a minha problematização e dessa forma volto a me perguntar, o porquê da aclamação de Pixinguinha. Levei essa questão para as aulas de História e Música que cursei na UFRJ, esta matéria unia tanto historiadores quanto músicos. Para os alunos formados em música era muito óbvio o motivo da aclamação de Pixinguinha, tido para eles como um talento inovador. Reconheço que não tenho conhecimento em técnicas musicais, porém esse dado também não responde a minha questão. Não estou aqui para subestimar a qualidade e talento do músico Pixinguinha, mas sabemos que o conhecimento circula pela sociedade (GINZBURG, 1987, p. 56) pessoas influenciam e são influenciadas, e falar que é um sujeito é um gênio a frente do seu tempo é um argumento utilizado para justificar a aclamação da memória de um indivíduo.

Norbert Elias discute em sua obra como surge um gênio (ELIAS, 1994, p.58). O autor analisou a “genialidade” de Mozart e as suas sinalizações podem ser aplicadas para entender a genialidade que foi conferida a Pixinguinha. Para Elias, ninguém nasce um gênio, esse talento é construído de acordo com o aprendizado, experiências, circunstâncias, sentimentos que o indivíduo é exposto ao longo de sua vida. Tanto Mozart quanto Pixinguinha tiveram um grande convívio com a música desde a infância, claro que, cada qual com sua particularidade. Norbert Elias argumenta que o senso comum coloca a genialidade como algo inato, como um processo interior e autônomo: “com frequência nos deparamos com a ideia de que a maturação do talento de um gênio é um processo autônomo, interior, que acontece de modo mais ou menos isolado do destino humano do indivíduo em questão” (ELIAS, 1994, p. 53). Segundo Elias, uma pessoa não nasce um gênio, se torna um ao desenvolver suas capacidades pela intervenção do seu meio. Diferente de Elias, muitos autores acreditam que a genialidade é algo inato ao ser, ou seja, a genialidade é concedida a uns e negada a outros. Alguns autores iluministas como Jean – Jaques Rousseau (ROUSSEAU, 1768, p. 230), Jean – Baptiste Dubos (DUBOS, 1740, p. 200) acreditavam nessa genialidade congênita e inata.

Em relação a essa questão da genialidade o que eu preciso ressaltar para esta pesquisa é: Por que alguns sujeitos recebem o título de gênio e outros com talento semelhante não recebem tamanho prestígio? Como se dá a construção social de um gênio? Que critérios são utilizados para classificarem um sujeito como gênio? A própria genialidade de Mozart só foi descoberta depois de sua morte, para seus contemporâneos ele era simplesmente um bom músico, muitas vezes mal compreendido pelas suas composições. Pixinguinha já teve sua genialidade reconhecida em vida e também após a sua morte. Inserida na concepção de gênio está o conceito de memória, já que nomes são selecionados e outros são excluídos ao estabelecer as genialidades (POLLAK, 1989, p. 3-15). Diferentes grupos sociais vão disputar pela divulgação das memórias de seus gênios (CATROGA, 2001, p. 20-21). O fenômeno da genialidade é uma construção social, o grupo vencedor vai lutar para que a memória do seu gênio permaneça viva. Sendo assim, o projeto de genialidade de Pixinguinha foi um projeto vencedor, os mediadores culturais dos espaços culturais aqui abordados fizeram um grande investimento em sua memória. Até os dias atuais seu nome é respeitado e tem um grande peso simbólico na memória musical brasileira (CHARTIER, 1991, p. 173 - 191).

Enquanto este trabalho se desdobra em analisar o motivo da aclamação de Pixinguinha, durante sua vida e após sua morte, a autora Caroline Dantas fez em sua tese o trabalho inverso ao analisar o processo de apagamento da imagem de Patrício Teixeira, apagamento este que se iniciou durante sua vida com o esquecimento da sua memória (DANTAS, 2019, p. 16-39). Patrício Teixeira foi um importante cantor da radiofonia brasileira, cantava diferentes musicalidades, inclusive o Samba. Ele teve um importante papel na divulgação do rádio brasileiro, ao atrair os ouvintes com suas canções, também foi grande violinista e professor de violão. Patrício tinha relacionamento e parceria com diversos sambistas do período, como Donga, João da Baiana e inclusive Pixinguinha. Os anos de 1920 e 1930 foram os de maior expressão na carreira radiofônica de Patrício. Nestes anos, Pixinguinha já era aclamado como um cantor tradicional, representante da canção popular brasileira. Patrício Teixeira e Pixinguinha foram contemporâneos, ambos nasceram no final do século XIX e faleceram no início dos anos 1970. Suas carreiras aconteceram concomitantemente, então por que da aclamação de um e do esquecimento do outro? Patrício Teixeira sofreu muitos ataques na imprensa da época, muitos termos racistas e pejorativos foram usados para classificá-lo. A viagem do grupo Oito Batutas ao exterior também gerou várias manifestações racistas na imprensa da época (MARTINS, 2014, p. 20). Mas, o que devemos ressaltar é que, mesmo Patrício e Pixinguinha tendo a mesma cor, as depreciações sofridas por Patrício Teixeira nos jornais eram muito mais recorrentes que as destinadas a Pixinguinha e ao seu grupo Oito Batutas. Isso não quer

dizer que Pixinguinha não sofresse com o racismo, tanto sentia a questão racial que fez dois Sambas que abordavam essa temática: Samba de Nego e Festa de Branco, ambos gravados em 1928, por Francisco Alves. Esses dados nos levam a questionar qual o lugar do músico negro na música popular brasileira. Mesmo o Samba sendo classificado por diversos grupos como o ritmo representante da música popular nacional, que é tradicionalmente cantado por músicos negros, descendentes de escravos e representantes da cultura popular brasileira, encontramos inúmeros episódios racistas na vida dos nossos músicos populares. Voltando a questão do esquecimento sofrido por Patrício Teixeira, ressalto que mesmo que outros sambistas do período não tenham recebido a mesma aclamação destinada a Pixinguinha, alguns deles receberam destaque em vários trabalhos realizados pelo MIS, Funarte, APMPB, fascículos da Editora Abril. Donga, João da Baiana, Cartola tiveram grande visibilidade nesses espaços, houve um investimento em suas memórias, claro que não se compara ao que é feito com o “São Pixinguinha”. Patrício Teixeira chegou a gravar depoimento ao MIS, em 1966, mas seu nome mal era tocado pelos conselheiros do museu, por esses mediadores culturais.

Não sei se um dia estarei segura para responder a questão do motivo da aclamação de Pixinguinha e não de outros músicos, neste momento busco encontrar apenas hipóteses. Porém, mais importante do que responder esta pergunta é perceber o trabalho de memória que envolve o seu nome. Através da patrimonialização de Pixinguinha conseguimos também estudar a relação do Samba com a identidade nacional. O ato de classificarem Pixinguinha como um sambista não foi inconsciente, foi um ato político-ideológico, cheio de intenções por trás dessa aclamação. Colocar um símbolo da música popular brasileira (mesmo que seja um símbolo construído) como um sambista é dizer que o Samba é o nosso representante nacional é a nossa cultura popular. Sendo assim, esses mediadores culturais trataram de construir uma narrativa de Pixinguinha como um sambista. Diferentes grupos sociais estão em constante disputa pelo conceito de *música popular brasileira*. Como vimos ao longo deste trabalho, certas memórias são elevadas e outras são silenciadas, esse processo de memória não se dá sem disputas. O conceito *campo minado musical*, de Adalberto Parranhos, representa muito bem os debates que envolvem o cenário musical brasileiro (PARRANHOS, 2004, p.28). Dentro desses estabelecimentos estudados - MIS, Funarte, APMPB, Editora Abril – também ocorriam debates musicais, mas a vertente que prevalecia era aquela que associava o Samba carioca dos anos 1920, 1930 como o representante da canção popular brasileira, tendo Pixinguinha seu maior expoente.

Fontes

ALENCAR, Edigar de. O Fabuloso e Harmonioso Pixinguinha. Rio de Janeiro: Cátedra, 1939.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios*. Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Atas das reuniões do Conselho de Música Popular Brasileira - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa*.

CABRAL, Sérgio. Pixinguinha – Vida e Obra. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

Coleção História da Música Popular Brasileira. São Paulo, Editora Abril, 1970-1982.

FERNANDES, Antonio Barroso (org.) As vozes desassombradas do museu. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

RANGEL, Lúcio do Nascimento. Sambistas e chorões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1962.

SILAVA. Marília Trindade Barboza da; OLIVEIRA. Arthur. Pixinguinha, Filho de Ógun Bexinguento. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

VASCONCELOS, Ary. Panorama da Música Popular. São Paulo: Livraria Martins, 1964.

Referências Bibliográficas

CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger: O mundo como representação. Estudos Avançados, São Paulo, v.5, n° 11, p. 173 - 191, jan-abri, 1991.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. Não tá sopa: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

DANTAS, Caroline Moreira. Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patrício Teixeira. 2019. 394f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

DUBOS, Jean – Baptiste. Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura. Paris: Jean Mariette, 1740.

ELIAS, Norbert. Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A Inteligência da Música Popular: a “autenticidade” no samba e no choro. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *História dos Conceitos e História Social In. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTINS, Luiza Mara Braga. Os Oito Batutas – História e Música Brasileira nos anos 1920. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

MORAES, J. Geraldo Vinci de. *História e historiadores da música popular no Brasil*. Latin American Music Review, Texas, v. 28, n.2, p. 271-299, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. (2007). *A Síncopa das Idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

ORTIZ. Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. ArtCultura, Uberlândia – MG, n.9, p. 22 -31, jul.dez. de 2004.

POLLAK. Michel. “*Memória, esquecimento e silêncio*”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RIDENTI. Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. *Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.2, p. abril-junho 2001.

ROUSSEAU, Jean – Jacques. *Dictionnaire de Musique*. Paris: Duchesne, 1768.

SANTOS, Vicente Saul dos. A cidade do Rio de Janeiro no IV Centenário em algumas páginas literárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.132-143, jan./jun. 2015, p. 134.

WASSERMAN, Maria Clara. “*Abre a Cortina do Passado*”. *A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro 1954-1956)*. 2002. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.